ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 159 Brasília - DF, segunda-feira, 23 de agosto de 2021 SEÇÃO 1

## Sumário

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Poder Legislativo ..... 3
Atos do Poder Executivo ..... 67
Presidência da República ..... 69
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 76
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ..... 164
Ministério das Comunicações ..... 165
Ministério da Defesa ..... 168
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 236
Ministério da Economia ..... 238
Ministério da Educação ..... 261
Ministério da Infraestrutura ..... 266
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 267
Ministério de Minas e Energia ..... 282
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ..... 288
Ministério da Saúde ..... 296
Ministério do Trabalho e Previdência ..... 353
Ministério do Turismo ..... 354
Conselho Nacional do Ministério Público ..... 357
Ministério Público da União ..... 358
Tribunal de Contas da União ..... 362
Poder Judiciário ..... 375
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 376

..... Esta edição completa do DOU é composta de 379 páginas .....

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Julgamentos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.057** **(1)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 8457 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : BAHIA |
| **RELATOR** | **: MIN. DIAS TOFFOLI** |
| REQTE.(S) | : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB |
| ADV.(A/S) | : PEDRO MILTON DE BRITO (2967/BA) |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA |
| INTDO.(A/S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA |
| ADV.(A/S) | : PEDRO GORDILHO (13869/DF) |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator. Os Ministros Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.905** **(2)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 59824 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : RIO GRANDE DO SUL |
| **RELATOR** | **: MIN. DIAS TOFFOLI** |
| REQTE.(S) | : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB |
| ADV.(A/S) | : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077DF/DF) |
| INTDO.(A/S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 2º, inciso IX, 33 e 34 da Lei nº 11.075/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.894** **(3)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 75261 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : RONDÔNIA |
| **RELATOR** | **: MIN. DIAS TOFFOLI** |
| REQTE.(S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA |
| INTDO.(A/S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 274/2002, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.946** **(4)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 97456 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. DIAS TOFFOLI** |
| REQTE.(S) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| INTDO.(A/S) | : PRESIDENTE DA REPÚBLICA |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| INTDO.(A/S) | : CONGRESSO NACIONAL |

**Decisão:** Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "da concessão" contida no *caput* do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, propondo a aplicação do art. 27 da Lei nº 9.868/98, para dar efeitos prospectivos à presente decisão, de modo que o poder público promova, no prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data desta sessão de julgamento, as licitações de todas as concessões cuja transferência tenham sido efetivadas, com fundamento no referido dispositivo legal, no que foi acompanhado pelo Ministro Alexandre de Moraes, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.858** **(5)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 4858 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. EDSON FACHIN** |
| REDATOR DO ACÓRDÃO | : MIN. GILMAR MENDES |
| REQTE.(S) | : MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO |
| ADV.(A/S) | : JULIO CESAR BASSINI CHAMUN (0005612/ES) |
| INTDO.(A/S) | : PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM |
| ADV.(A/S) | : TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA (23167/DF) E OUTRO(A/S) |
| AM. CURIAE. | : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE AUTOPEÇAS - ANDAP |
| ADV.(A/S) | : LAURINDO LEITE JÚNIOR (173229/SP) E OUTRO(A/S) |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DE SÃO PAULO |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO |
| AM. CURIAE. | : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA |
| ADV.(A/S) | : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (91152/RJ) |
| ADV.(A/S) | : GUSTAVO DO AMARAL MARTINS (24513/DF, 26353/GO, 144473/MG, 25574/A/MT, 42874/PR, 72167/RJ, 69414A/RS, 291374/SP, 6423-A/TO) |
| ADV.(A/S) | : PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA (37996/DF) |

**Decisão:** Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que conhecia da ação direta, julgava procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da Resolução do Senado Federal n. 13, de 2012, propunha a fixação da seguinte tese de julgamento: "Viola o princípio da igualdade tributária resolução senatorial que, ao fixar alíquotas máximas para operações interestaduais tributadas por ICMS, nos termos do art. 155, § 2º, IV, da Constituição da República, desconsidera o princípio da seletividade e discrimina produtos em razão da origem", e modulava os efeitos desta decisão, para que sua eficácia tenha início a partir da publicação da presente decisão; do voto do Ministro Marco Aurélio, que divergia parcialmente do Relator, no tocante à projeção da eficácia da decisão referente à declaração de inconstitucionalidade; e dos votos dos Ministros Gilmar Mendes, Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia, que julgavam improcedente a ação, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 23.4.2021 a 30.4.2021.

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, para reconhecer a constitucionalidade da Resolução Senado Federal nº 13, de 2012, nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes, Redator para o acórdão, vencidos o Ministro Edson Fachin (Relator) e o Ministro Marco Aurélio, que já havia proferido voto em assentada anterior. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.112** **(6)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 5112 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : BAHIA |
| **RELATOR** | **: MIN. EDSON FACHIN** |
| REQTE.(S) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| INTDO.(A/S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |
| AM. CURIAE. | : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP |
| ADV.(A/S) | : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF) E OUTRO(A/S) |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.460** **(7)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 5460 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : MINAS GERAIS |
| **RELATOR** | **: MIN. EDSON FACHIN** |
| REQTE.(S) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| INTDO.(A/S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| ADV.(A/S) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.548** **(8)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : ADI - 5548 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : PERNAMBUCO |
| **RELATOR** | **: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI** |
| REQTE.(S) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "ou de lei ou ato normativo municipal em face da Lei Orgânica respectiva" do art. 61, I, *l*, assim como do § 3° do art. 63 da Constituição do Estado de Pernambuco, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.742** **(9)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 6742 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : BAHIA |
| **RELATOR** | **: MIN. ALEXANDRE DE MORAES** |
| REQTE.(S) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO |
| INTDO.(A/S) | : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA |
| ADV.(A/S) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA |
| INTDO.(A/S) | : DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/BA |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |
| AM. CURIAE. | : CONSELHO REGIONAL DOS DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS DO ESTADO DE SAO PAULO |
| ADV.(A/S) | : RODOLFO CESAR BEVILACQUA (40307/DF, 146812/SP) |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei 13.206/2014 do Estado da Bahia e, por arrastamento, da Portaria 596/2017 do Departamento de Trânsito do Estado da Bahia - DETRAN/BA, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 145** **(10)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 1451 - FÓRUM DA COMARCA DE RANCHARIA |
| PROCED. | : CEARÁ |

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

**Decisão:** (ED) O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos declaratórios opostos pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e pelo Governador do Estado do Ceará (e-Docs. 51 e 53, respectivamente) e deu- lhes parcial provimento para, modulando os efeitos do acórdão recorrido no ponto em que declarou inconstitucional a expressão "procuradorias autárquicas" contida no parágrafo único do art. 152 da Constituição do Estado do Ceará, com fundamento no art. 27 da Lei nº 9.868/99: (i) ressalvar dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade todos os atos praticados pelos Procuradores Autárquicos até a data da publicação da ata do julgamento dos presentes embargos declaratórios; (ii) colocar em extinção a(s) carreira(s) de Procurador Autárquico do Estado do Ceará; (iii) impedir que seus atuais ocupantes exerçam funções relativas à representação judicial, permitindo-lhes que, excepcionalmente, realizem atribuições de consultoria jurídica, desde que sob supervisão técnica do Procurador-Geral do Estado do Ceará, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 145 (11)**
ORIGEM : 1451 - FÓRUM DA COMARCA DE RANCHARIA
PROCED. : CEARÁ
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
EMBDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

**Decisão:** (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos declaratórios opostos pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e pelo Governador do Estado do Ceará (e-Docs. 51 e 53, respectivamente) e deu-lhes parcial provimento para, modulando os efeitos do acórdão recorrido no ponto em que declarou inconstitucional a expressão "procuradorias autárquicas" contida no parágrafo único do art. 152 da Constituição do Estado do Ceará, com fundamento no art. 27 da Lei nº 9.868/99: (i) ressalvar dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade todos os atos praticados pelos Procuradores Autárquicos até a data da publicação da ata do julgamento dos presentes embargos declaratórios; (ii) colocar em extinção a(s) carreira(s) de Procurador Autárquico do Estado do Ceará; (iii) impedir que seus atuais ocupantes exerçam funções relativas à representação judicial, permitindo-lhes que, excepcionalmente, realizem atribuições de consultoria jurídica, desde que sob supervisão técnica do Procurador-Geral do Estado do Ceará, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.824 (12)**
ORIGEM : ADI - 178471 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
**RELATOR : MIN. NUNES MARQUES**
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO (7684/MS) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA - ABRADEE
ADV.(A/S) : ILMAR NASCIMENTO GALVÃO (19153/DF)
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
EMBDO.(A/S) : CONECTAS DIREITOS HUMANOS
ADV.(A/S) : ELOISA MACHADO DE ALMEIDA (201790/SP)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.132 (13)**
ORIGEM : ADI - 5132 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S) : FENOP - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS OPERADORES PORTUÁRIOS
ADV.(A/S) : SERGIO BERMUDES (65866/BA, 02192/A/DF, 10039/ES, 177465/MG, 017587/RJ, 64236A/RS, 33031/SP) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERMINAIS DE CONTÊINERES DE USO PÚBLICO - ABRATEC
ADV.(A/S) : SANDRA APARECIDA LÓSS STOROZ (00032050/PR) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERMINAIS PORTUÁRIOS - ABTP
ADV.(A/S) : LUIZ GUILHERME MORAES REGO MIGLIORA (28975/DF, 63306/RJ, 46074A/RS, 125591/SP) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. O Ministro Gilmar Mendes acompanhou o Relator com ressalvas. Afirmou suspeição o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.469 (14)**
ORIGEM : ADI - 5469 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
EMBTE.(S) : SECRETÁRIOS DE FAZENDA, FINANÇAS OU TRIBUTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
EMBDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO - ABCOMM
ADV.(A/S) : ANDRÉ SUSSUMU IIZUKA (154013/SP)
ADV.(A/S) : VIVIANA ELIZABETH CENCI (366217/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO DE CARVALHO BORGES (153881/SP)
ADV.(A/S) : MARCELO MONTALVAO MACHADO (34391/DF, 31755-A/PA, 4187/SE, 357553/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP
ADV.(A/S) : ALEXANDRE RAMOS (188415/SP)
AM. CURIAE. : COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEDF
ADV.(A/S) : ULISSES SCHWARZ VIANA (30991/DF, 5343/MS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : LUIS ANTONIO FLORA (91083/SP)
ADV.(A/S) : ROMEU BUENO DE CAMARGO (112133/SP)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE BARCELOS LEITAO FISCHER DIAS (53718/DF, 422245/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP
ADV.(A/S) : ROBERTO MATEUS ORDINE (26528/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO PARANA
ADV.(A/S) : FERNANDO TAKESHI ISHIKAWA (24411/PR) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**Acórdãos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.659 (15)**
ORIGEM : 5659 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DE SERVICOS - CNS
ADV.(A/S) : RICARDO OLIVEIRA GODOI (23363-A/PA, 143250/SP)
ADV.(A/S) : ALEXANDER GUSTAVO LOPES DE FRANCA (246222/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS DE GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - BRASSCOM
ADV.(A/S) : SERGIO PAULO GOMES GALLINDO (325736/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ENZO ALFREDO PELEGRINA MEGOZZI (153950/RJ, 169017/SP)
AM. CURIAE. : ABES-ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
ADV.(A/S) : SAUL TOURINHO LEAL (DF022941/)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (58935/DF, 81438/RJ, 457604/SP)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL**

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

**SEÇÃO 1** • Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2** • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3** • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

**Decisão:** Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Ricardo Oliveira Godoi; pelo interessado Governador do Estado de Minas Gerais, a Dra. Fabíola Pinheiro Ludwig Peres, Advogada do Estado; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - BRASSCOM, o Dr. Enzo Alfredo Pelegrina Megozzi; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira de Empresas de Software - ABES, o Dr. Saul Tourinho Leal; pelo *amicus curiea* Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais Brasileiras - ABRASF, o Dr. Ricardo Almeida Ribeiro da Silva; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Humberto Jacques de Medeiros, Vice-Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 29.10.2020(Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão:** Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava parcialmente prejudicada a ação e, na parte subsistente, julgava-a procedente para dar ao art. 5º da Lei nº 6.763/75 e ao art. 1º, I e II, do Decreto nº 43.080/02, ambos do Estado de Minas Gerais, bem como ao art. 2º da Lei Complementar federal nº 87/96 interpretação conforme à Constituição Federal, excluindo-se das hipóteses de incidência do ICMS o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador, modulando os efeitos da decisão para dotá-la de eficácia a partir da data da publicação da ata de julgamento, no que foi acompanhado pelos Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski; dos votos dos Ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia, que conheciam da ação e a julgavam improcedente; do voto do Ministro Gilmar Mendes, que julgava improcedente o pedido; e do voto do Ministro Marco Aurélio, que não cogitava de prejuízo e julgava procedente o pedido para declarar a incompatibilidade com a Constituição Federal do Decreto nº 46.877/2015 do Estado de Minas Gerais e a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, dos artigos 2º da Lei Complementar Federal nº 87/1996, 5º da Lei nº 6.763/1975, e 1º, I e II, do Decreto nº 43.080, ambos do Estado de Minas Gerais, afastando do campo de incidência do ICMS o licenciamento e a cessão de direito de uso de software, deixando de modular os efeitos da decisão, pediu vista dos autos o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, 04.11.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão**: Após o voto-vista do Ministro Luiz Fux (Presidente), que acompanhava o voto do Ministro Dias Toffoli, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. Plenário, 11.11.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente prejudicada a ação e, na parte subsistente, julgou-a procedente para dar ao art. 5º da Lei nº 6.763/75 e ao art. 1º, I e II, do Decreto nº 43.080/02, ambos do Estado de Minas Gerais, bem como ao art. 2º da Lei Complementar federal nº 87/96 interpretação conforme à Constituição Federal, excluindo-se das hipóteses de incidência do ICMS o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, que conheciam da ação e a julgavam improcedente; o Ministro Marco Aurélio, que não cogitava de prejuízo e julgava procedente o pedido para declarar a incompatibilidade com a Constituição Federal do Decreto nº 46.877/2015 do Estado de Minas Gerais e a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, dos artigos 2º da Lei Complementar Federal nº 87/1996, 5º da Lei nº 6.763/1975, e 1º, I e II, do Decreto nº 43.080, ambos do Estado de Minas Gerais, afastando do campo de incidência do ICMS o licenciamento e a cessão de direito de uso de softwares; e o Ministro Nunes Marques, que julgava a ação direta parcialmente prejudicada e, na parte subsistente, julgava improcedente o pedido formulado, assentando a possibilidade de incidência do ICMS no licenciamento ou cessão de direito de uso de softwares. Em seguida, o Tribunal deliberou apreciar a proposta de modulação dos efeitos da decisão em assentada posterior. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão**: Em continuidade de julgamento, o Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da decisão, atribuindo eficácia **ex nunc**, a contar da publicação da ata de julgamento do mérito em questão **para**: a) impossibilitar a repetição de indébito do ICMS incidente sobre operações com **softwares** em favor de quem recolheu esse imposto, até a véspera da data da publicação da ata de julgamento do mérito, vedando, nesse caso, que os municípios cobrem o ISS em relação aos mesmos fatos geradores; b) impedir que os estados cobrem o ICMS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera da data da publicação da ata de julgamento do mérito. Ficam ressalvadas (i) as ações judiciais em curso, inclusive de repetição de indébito e execuções fiscais em que se discutam a incidência do ICMS e (ii) as hipóteses de comprovada bitributação, caso em que o contribuinte terá direito à repetição do indébito do ICMS. Por sua vez, incide o ISS no caso de não recolhimento do ICMS ou do ISS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera da data da publicação da ata de julgamento do mérito, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos da decisão. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 24.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**EMENTA**

**Ação direta de inconstitucionalidade. Direito Tributário. Lei nº 6.763/75-MG e Lei Complementar Federal nº 87/96. Operações com programa de computador (*software*). Critério objetivo. Subitem 1.05 da lista anexa à LC nº 116/03. Incidência do ISS. Aquisição por meio físico ou por meio eletrônico (*download*, *streaming* etc). Distinção entre *software* sob encomenda ou padronizado. Irrelevância. Contrato de licenciamento de uso de programas de computador. Relevância do trabalho humano desenvolvido. Contrato complexo ou híbrido. Dicotomia entre obrigação de dar e obrigação de fazer. Insuficiência. Modulação dos efeitos da decisão.**

1. A tradicional distinção entre **software** de prateleira (padronizado) e por encomenda (personalizado) não é mais suficiente para a definição da competência para a tributação dos negócios jurídicos que envolvam programas de computador em suas diversas modalidades. Diversos precedentes da Corte têm superado a velha dicotomia entre obrigação de fazer e obrigação de dar, notadamente nos contratos tidos por complexos (**v.g. leasing** financeiro, contratos de franquia).

2. A Corte tem tradicionalmente resolvido as indefinições entre ISS e do ICMS com base em critério objetivo: incide apenas o primeiro se o serviço está definido por lei complementar como tributável por tal imposto, ainda que sua prestação envolva a utilização ou o fornecimento de bens, ressalvadas as exceções previstas na lei; ou incide apenas o segundo se a operação de circulação de mercadorias envolver serviço não definido por aquela lei complementar.

3. O legislador complementar, amparado especialmente nos arts. 146, I, e 156, III, da Constituição Federal, buscou dirimir conflitos de competência em matéria tributária envolvendo **softwares**. E o fez não se valendo daquele critério que a Corte vinha adotando. Ele elencou, no subitem 1.05 da lista de serviços tributáveis pelo ISS anexa à LC nº 116/03, o licenciamento e a cessão de direito de uso de programas de computação. É certo, ademais, que, conforme a Lei nº 9.609/98, o uso de programa de computador no País é objeto de contrato de licença.

4. Associa-se a esse critério objetivo a noção de que **software** é produto do engenho humano, é criação intelectual. Ou seja, faz-se imprescindível a existência de esforço humano direcionado para a construção de um programa de computador (obrigação de fazer), não podendo isso ser desconsiderado em qualquer tipo de **software**. A obrigação de fazer também se encontra presente nos demais serviços prestados ao usuário, como, **v.g**., o help desk e a disponibilização de manuais, atualizações e outras funcionalidades previstas no contrato de licenciamento.

5. Igualmente há prestação de serviço no modelo denominado **Software-as-a-Service** (SaaS), o qual se caracteriza pelo acesso do consumidor a aplicativos disponibilizados pelo fornecedor na rede mundial de computadores, ou seja, o aplicativo utilizado pelo consumidor não é armazenado no disco rígido do computador do usuário, permanecendo **online** em tempo integral, daí por que se diz que o aplicativo está localizado na nuvem, circunstância atrativa da incidência do ISS.

6. Ação direta julgada parcialmente prejudicada, nos termos da fundamentação, e, quanto à parte subsistente, julgada procedente, dando-se ao art. 5º da Lei nº 6.763/75 e ao art. 1º, I e II, do Decreto nº 43.080/02, ambos do Estado de Minas Gerais, bem como ao art. 2º da Lei Complementar Federal nº 87/96, interpretação conforme à Constituição Federal, excluindo-se das hipóteses de incidência do ICMS o licenciamento ou a cessão de direito de uso de programas de computador, tal como previsto no subitem 1.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03.

7. Modulam-se os efeitos da decisão nos termos da ata do julgamento.

**DECISÕES**
**Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

**Julgamentos**

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 840 (16)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 00534061220211000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI** |
| AGTE.(S) | : FEDERACAO DAS FRATERNIDADES CRISTAS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA DO BRASIL FCD/BR |
| AGTE.(S) | : ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DEFICIENTES FÍSICO - ONEDEF |
| AGTE.(S) | : ORGANIZACAO NACIONAL DE CEGOS DO BRASIL |
| ADV.(A/S) | : JARBAS CONSTANTINO CARNEIRO DE MATTOS TRINDADE (24147/PE) |
| ADV.(A/S) | : LIDIANE CORREIA DE LIMA TRINDADE (39834/PE) |
| ADV.(A/S) | : PAULINHO DA SILVA (14708/SC) |
| AGDO.(A/S) | : MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Dias Toffoli e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 6.8.2021 a 16.8.2021.

**Acórdãos**

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 836 (17)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 836 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : RORAIMA |
| **RELATORA** | **: MIN. CÁRMEN LÚCIA** |
| REQTE.(S) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| INTDO.(A/S) | : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA |
| ADV.(A/S) | : PAULO LUIS DE MOURA HOLANDA (481/RR) |
| ADV.(A/S) | : SERGIO MATEUS (1019/RR) |

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a não recepção do § 6º do art. 99 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima pelo § 7º do art. 57 da Constituição da República, com a modificação introduzida pela Emenda n. 50/2006, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 25.6.2021 a 2.8.2021.

**EMENTA:** *ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. § 6º DO ART. 99 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA. PREVISÃO DE REMUNERAÇÃO DE DEPUTADOS ESTADUAIS POR SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS. NÃO RECEPÇÃO PELO § 7º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, MODIFICADO PELA EMENDA N. 50/2006. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. PRECEDENTES. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL JULGADA PROCEDENTE.*

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

# Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias da União para 2022, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração pública federal;

II - a estrutura e a organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União;

IV - as disposições relativas às transferências;

V - as disposições relativas à dívida pública federal;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes;

VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;

VIII - as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação;

IX - as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves;

X - as disposições relativas à transparência; e

XI - as disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de deficit primário de R$ 170.473.716.000,00 (cento e setenta bilhões quatrocentos e setenta e três milhões setecentos e dezesseis mil reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

§ 1º Para fins dos limites para contratação de operações de crédito por entes subnacionais e concessão de garantias da União a essas operações, a projeção de resultado primário dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será aquela indicada no Anexo de Metas fiscais constante desta Lei.

§ 2º No caso de necessidade de prorrogação, não serão contabilizados na meta de resultado primário de que trata este artigo os créditos extraordinários voltados às seguintes despesas:

I - ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, desde que identificadas em categoria de programação específica de enfrentamento à pandemia;

II - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); e

III - Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Art. 3º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a execução da respectiva Lei, para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o inciso XXXIV do Anexo II, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de deficit primário de R$ 4.417.509.000,00 (quatro bilhões quatrocentos e dezessete milhões quinhentos e nove mil reais).

§ 1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de deficit primário, de que trata o **caput**, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

§ 2º Poderá haver, durante a execução da Lei Orçamentária de 2022, com demonstração nos relatórios de que tratam o § 4º do art. 62 e o **caput** do art. 152, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais referido no **caput**.

Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2022, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, consistem:

I - na agenda para a primeira infância;

II - nas despesas do Programa Casa Verde e Amarela voltadas a Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

III - (VETADO);

IV - no Programa Nacional de Imunização - PNI;

V - nos investimentos plurianuais em andamento, previstos no Anexo III à Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, obedecidas as condições previstas no § 1º do art. 9º da referida Lei e no § 20 do art. 166 da Constituição;

VI - (VETADO); e

VII - (VETADO).

## CAPÍTULO III
## DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2022, entende-se por:

I - subtítulo - o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

II - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário - o maior nível da classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente - o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União destinados à execução de ações orçamentárias;

V - convenente - o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como a organização da sociedade civil, com os quais a administração pública federal pactue a execução de ações orçamentárias com transferência de recursos financeiros;

VI - unidade descentralizadora - o órgão da administração pública federal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente detentora e descentralizadora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

VII - unidade descentralizada - o órgão da administração pública federal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente recebedora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

VIII - produto - o bem ou o serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - unidade de medida - a unidade utilizada para quantificar e expressar as características do produto;

X - meta física - a quantidade estimada para o produto no exercício financeiro;

XI - atividade - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

XII - projeto - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; e

XIII - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo no âmbito da União, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, na respectiva Lei e nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedados, na especificação dos subtítulos:

I - produto diferente daquele informado na ação;

II - denominação que denote finalidade divergente daquela especificada na ação; e

III - referência a mais de um beneficiário, localidade ou área geográfica no mesmo subtítulo.

§ 3º A meta física, indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o projeto, a atividade ou a operação especial, deverá ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º No Projeto de Lei Orçamentária de 2022, um código sequencial, que não constará da respectiva Lei, deverá ser atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, hipótese em que as modificações propostas nos termos do disposto no § 5º do art. 166 da Constituição deverão preservar os códigos sequenciais da proposta original.

§ 5º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 6º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 7º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deve evidenciar cada área da atuação governamental.

§ 8º A ação orçamentária, entendida como atividade, projeto ou operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula e referir-se a um único produto.

§ 9º Nas referências ao Ministério Público da União constantes desta Lei, considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

§ 1º Ressalvada a hipótese prevista no § 3º, ficam excluídos do disposto no **caput**:

I - os fundos de incentivos fiscais, que figurarão exclusivamente como informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022;

II - os conselhos de fiscalização de profissão regulamentada; e

III - as empresas públicas e as sociedades de economia mista que recebam recursos da União apenas em decorrência de:

a) participação acionária;

b) fornecimento de bens ou prestação de serviços;

c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e

d) transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto na alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 e no § 1º do art. 239 da Constituição.

§ 2º A empresa pública ou sociedade de economia mista integrante dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social, em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que não tiver recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral ou que tiver apresentado superavit financeiro de receitas próprias superior ao montante de recursos recebidos ou utilizados, poderá apresentar plano de sustentabilidade econômica e financeira, com vistas à revisão de sua classificação de dependência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

§ 3º Na hipótese de aprovação do plano de sustentabilidade econômica e financeira de que trata o § 2º, a empresa pública ou sociedade de economia mista continuará a integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União durante a sua vigência.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível e dotações respectivas, especificando a esfera orçamentária, o Grupo de Natureza de Despesa - GND, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal - F, da Seguridade Social - S ou de Investimento - I.

§ 2º Os GNDs constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

I - pessoal e encargos sociais (GND 1);

II - juros e encargos da dívida (GND 2);

III - outras despesas correntes (GND 3);

IV - investimentos (GND 4);

V - inversões financeiras, incluídas as despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência prevista no art. 13 será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário - RP visa a auxiliar a apuração do resultado primário previsto nos art. 2º e art. 3º, o qual deve constar do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e da respectiva Lei em todos os GNDs, e identificar, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento do Governo Central, cujo demonstrativo constará anexo à Lei Orçamentária de 2022, nos termos do disposto no inciso X do Anexo I, se a despesa é:

I - financeira (RP 0);

II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

a) obrigatória, cujo rol deve constar da Seção I do Anexo III (RP 1);

b) discricionária não abrangida pelo disposto na alínea "c" deste inciso (RP 2); e

c) discricionária decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas:

1. individuais, de execução obrigatória nos termos do disposto nos § 9º e § 11 do art. 166 da Constituição (RP 6);

2. de bancada estadual, de execução obrigatória nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição e no art. 2º da Emenda à Constituição nº 100, de 26 de junho de 2019 (RP 7);

3. de comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso Nacional (RP 8); ou

4. de relator-geral do projeto de lei orçamentária anual que promovam alterações em programações constantes do projeto de lei orçamentária ou inclusão de novas, excluídas as de ordem técnica (RP 9);

III - primária discricionária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta (RP 4).

§ 5º Nenhuma ação conterá, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 6º A Modalidade de Aplicação - MA indica se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades, ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III; ou

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes federativos ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente nos casos que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais.

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 6º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);

V - Aplicações Diretas (MA 90); e

VI - Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação "a definir" (MA 99).

§ 9º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita a sua identificação precisa.

§ 10. O Identificador de Uso - IU tem por finalidade indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou se são destinados a outras aplicações, e deve constar da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais, no mínimo, pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

I - recursos não destinados à contrapartida ou à identificação de despesas com ações e serviços públicos de saúde, ou referentes à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (IU 0);

II - contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (IU 1);

III - contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (IU 2);

IV - contrapartida de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3);

V - contrapartida de outros empréstimos (IU 4);

VI - contrapartida de doações (IU 5);

VII - recursos para identificação das despesas que podem ser consideradas para a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (IU 6); e

VIII - recursos para identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, observado o disposto nos art. 70 e art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no âmbito do Ministério da Educação (IU 8).

§ 11. O identificador de uso a que se refere o inciso I do § 10 poderá ser substituído por outros, a serem criados pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, com a finalidade de identificar despesas específicas durante a execução orçamentária.

Art. 8º Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação a que se refere o inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos do disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, o qual será encaminhado pelo Poder Executivo federal ao Congresso Nacional, e a respectiva Lei serão constituídos de:

I - texto da lei e seus anexos;

II - quadros orçamentários consolidados relacionados no Anexo I;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertencem e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964; e

b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, na forma definida nesta Lei.

§ 1º Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do título respectivo, o dispositivo legal a que se referem.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a respectiva Lei conterão anexo específico com a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, cujas execuções observarão o disposto no Capítulo X.

§ 3º Os anexos da despesa prevista na alínea "b" do inciso III do **caput** deverão conter, no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, quadros-síntese por órgão e unidade orçamentária, que discriminem os valores por função, subfunção, GND e fonte de recursos:

I - constantes da Lei Orçamentária de 2020 e dos créditos adicionais;

II - empenhados no exercício de 2020;

III - constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2021;

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2021; e

V - propostos para o exercício de 2022.

§ 4º Na Lei Orçamentária de 2022, serão excluídos os valores a que se refere o inciso I do § 3º e incluídos os valores aprovados para 2022.

§ 5º Os anexos do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, do seu autógrafo e da respectiva Lei terão as mesmas formatações dos anexos correspondentes da Lei Orçamentária de 2021, exceto quanto às alterações previstas nesta Lei.

§ 6º O Orçamento de Investimento deverá contemplar as informações previstas nos incisos I, III, IV e V do § 3º e no § 4º, por função e subfunção.

§ 7º A Lei Orçamentária de 2022 poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a identificação, em ações específicas, de investimentos plurianuais cujo valor seja superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 10. O Poder Executivo federal encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até quinze dias, contado da data de envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, com as informações complementares relacionadas no Anexo II.

Art. 11. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 conterá:

I - resumo da política econômica do País, análise da conjuntura econômica e indicação do cenário macroeconômico para 2022, e suas implicações sobre a proposta orçamentária de 2022;

II - resumo das principais políticas setoriais do Governo;

III - avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, explicitando as receitas e as despesas, e os resultados primário e nominal implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, na Lei Orçamentária de 2021 e em sua reprogramação, e aqueles realizados em 2020, de modo a evidenciar:

a) a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento; e

b) os parâmetros utilizados, informando, separadamente, as variáveis macroeconômicas de que trata o Anexo de Metas Fiscais, referidas no inciso II do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, verificadas em 2020 e suas projeções para 2021 e 2022;

IV - indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal e da sistemática adotada para avaliação do cumprimento das metas;

V - demonstrativo sintético dos principais agregados da receita e da despesa;

VI - demonstrativo do resultado primário das empresas estatais federais com a metodologia de apuração do resultado; e

VII - demonstrativo da compatibilidade dos valores máximos da programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 com os limites individualizados de despesas primárias calculados na forma prevista no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, a respectiva Lei e os créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a:

I - ações descentralizadas de assistência social para cada Estado e seus Municípios e o Distrito Federal;

II - ações de alimentação escolar;

III - benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

IV - benefícios assistenciais custeados pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

V - benefícios concedidos aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes, exceto com assistência médica e odontológica;

VI - assistência médica e odontológica dos servidores civis, empregados e militares e dos seus dependentes;

VII - subvenções econômicas e subsídios, que deverão identificar a legislação que autorizou o benefício;

VIII - participação na constituição ou no aumento do capital de empresas;

IX - pagamento de precatórios judiciários, de sentenças judiciais de pequeno valor e ao cumprimento de sentenças judiciais de empresas estatais dependentes;

X - assistência jurídica a pessoas carentes, nos termos do disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, no art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e no inciso LXXIV do **caput** do art. 5º da Constituição;

XI - publicidade institucional e publicidade de utilidade pública, inclusive quando for produzida ou veiculada por órgão ou entidade integrante da administração pública federal;

XII - complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, nos termos do disposto na legislação vigente;

XIII - despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive resultante de alteração de estrutura de carreiras e de provimento de cargos, empregos e funções;

XIV - transferências temporárias aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de que trata a Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020;

XV - anuidade ou participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma:

a) para valores acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, deverá ser consignado em programação específica que identifique nominalmente cada beneficiário; e

b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverão ser utilizadas programação específica ou as ações "00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;

XVI - realização de eleições, referendos e plebiscitos pela Justiça Eleitoral;

XVII - doação de recursos financeiros a países estrangeiros e organizações internacionais nominalmente identificados;

XVIII - pagamento de compromissos decorrentes de contrato de gestão firmado entre órgãos ou entidades da administração pública e organizações sociais, nos termos do disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

XIX - capitalização do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas;

XX - benefícios e pensões especiais concedidas por legislações específicas ou sentenças judiciais, não classificados como "Pessoal e Encargos Sociais", nos termos do disposto no § 2º do art. 102;

XXI - cada categoria de despesa com saúde relacionada nos art. 3º e art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 2012, com identificação do respectivo Estado ou do Distrito Federal, quando se referir a ações descentralizadas;

XXII - seguro-desemprego;

XXIII - ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União;

XXIV - investimentos plurianuais, no âmbito da União, cujo valor seja superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observado o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 13.971, de 2019;

XXV - (VETADO);

XXVI - (VETADO);

XXVII - (VETADO);

XXVIII - realização do Censo Demográfico, Agropecuário e Geográfico, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

XXIX - (VETADO);

XXX - (VETADO); e

XXXI - (VETADO).

§ 1º As dotações destinadas à finalidade prevista no inciso XV do **caput**:

I - deverão ser aplicadas diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, na forma prevista no inciso V do § 7º do art. 7º; e

II - ficarão restritas ao atendimento, respectivamente, de obrigações decorrentes de atos internacionais ou impostas por leis específicas.

§ 2º Quando as dotações previstas no § 1º se referirem a organismos ou entidades internacionais:

I - deverão ser destinadas exclusivamente ao repasse de recursos com a finalidade de cobertura dos orçamentos gerais dos organismos e das entidades internacionais, admitindo-se ainda:

a) pagamento de taxas bancárias relativas a esses repasses;

b) pagamentos eventuais a título de regularizações decorrentes de compromissos regulamentares; e

c) situações extraordinárias devidamente justificadas;

II - não se aplicará a exigência de programação específica caso o valor referido no inciso XV do **caput** seja ultrapassado, na execução orçamentária, em decorrência de variação cambial ou aditamento do tratado, da convenção, do acordo ou de instrumento congênere;

III - caberá ao órgão responsável pelo pagamento da despesa realizar a conversão para reais do compromisso financeiro assumido em moeda estrangeira, a fim de definir o valor a ser incluído no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 ou nos créditos adicionais; e

IV - caberá à Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, no âmbito do Poder Executivo federal, estabelecer os procedimentos necessários para a realização dos pagamentos decorrentes de atos internacionais a que se refere o inciso XV do **caput**.

§ 3º (VETADO).

Art. 13. A Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, que equivalerão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e na respectiva Lei, a, no mínimo, dois décimos por cento da receita corrente líquida constante do referido Projeto.

§ 1º Não serão consideradas, para fins do disposto no **caput**, as eventuais reservas:

I - à conta de receitas próprias e vinculadas; e

II - para atender programação ou necessidade específica.

§ 2º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o **caput**, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea "b" do inciso III do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2022.

§ 3º A Reserva de que trata o **caput** poderá receber recursos do Orçamento da Seguridade Social quando for observada a necessidade de redução do total de despesas sujeitas aos limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, demonstrada no relatório de avaliação bimestral de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º O Projeto de Lei Orçamentária de 2022 conterá reservas específicas para atender a:

I - emendas individuais, no montante equivalente ao da execução obrigatória do exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida no inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

II - emendas de bancada estadual de execução obrigatória, em montante correspondente ao previsto no art. 3º da Emenda à Constituição nº 100, de 2019, descontados os recursos destinados ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, de que trata o inciso II do **caput** do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

§ 5º No máximo a metade dos valores destinados à reserva prevista no inciso II do § 4º poderá ser identificada com IU 6 e considerada para a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Art. 14. O Poder Executivo federal enviará ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 com sua despesa regionalizada e, nas informações disponibilizadas em meio magnético de processamento eletrônico, apresentará detalhamento das dotações por plano orçamentário e elemento de despesa.

Parágrafo único. Para fins do atendimento ao disposto no inciso XIV do Anexo I, os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão informar, adicionalmente ao detalhamento a que se refere o **caput**, os subelementos das despesas de tecnologia da informação e comunicação, inclusive hardware, software e serviços, conforme relação divulgada previamente pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Art. 15. Até vinte e quatro horas após o encaminhamento à sanção presidencial do autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo federal, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e as informações relativos ao autógrafo, no qual indicarão, de acordo com os detalhamentos estabelecidos no art. 7º:

I - em relação a cada categoria de programação do projeto original, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos realizados pelo Congresso Nacional; e

II - as novas categorias de programação com as respectivas denominações.

Parágrafo único. As categorias de programação modificadas ou incluídas pelo Congresso Nacional por meio de emendas deverão ser detalhadas com as informações a que se refere a alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 151.

## CAPÍTULO IV
## DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

### Seção I
### Diretrizes gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, e a sua execução, deverão:

I - atender ao disposto no art. 167 da Constituição e no Novo Regime Fiscal, instituído pelo art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - propiciar o controle dos valores transferidos conforme o disposto no Capítulo V e dos custos das ações;

III - considerar, quando for o caso, informações sobre a execução física das ações orçamentárias, e os resultados de avaliações e monitoramento de políticas públicas e programas de governo, em observância ao disposto no § 16 do art. 165 da Constituição; e

IV - no caso de obras de infraestrutura hídrica, priorizar a conclusão de barragens com paralização superior a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o inciso II do caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 17. Os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento deverão disponibilizar informações atualizadas referentes aos seus contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, e às diversas modalidades de transferências operacionalizadas na Plataforma +Brasil, inclusive com o georreferenciamento das obras e a identificação das categorias de programação e fontes de recursos, observadas as normas estabelecidas pelo Poder Executivo federal.

§ 1º Nos casos em que o instrumento de transferência ainda não for operacionalizado na Plataforma +Brasil, as normas deverão estabelecer condições e prazos para a transferência eletrônica dos respectivos dados para a referida Plataforma.

§ 2º Os planos de trabalho aprovados que não tiverem sido objeto de convênio até o final do exercício de 2021, constantes do Portal Plataforma +Brasil, poderão ser disponibilizados para ser conveniados no exercício de 2022.

§ 3º Os órgãos e as entidades referidos no **caput** poderão disponibilizar, em seus sistemas, projetos básicos e de engenharia pré-formatados e projetos para aquisição de equipamentos por adesão.

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - início de construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais;

II - locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais;

III - aquisição de automóveis de representação;

IV - ações de caráter sigiloso;

V - ações que não sejam de competência da União, nos termos do disposto na Constituição;

VI - clubes e associações de agentes públicos ou quaisquer outras entidades congêneres;

VII - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VIII - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

IX - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado, ou órgãos ou entidades de direito público;

X - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas à moradia, hospedagem, ao transporte ou similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

XI - pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham, em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

XII - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R$ 700,00 (setecentos reais), incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa;

XIII - concessão de ajuda de custo para moradia ou de auxílio-moradia e auxílio-alimentação, ou qualquer outra espécie de benefício ou auxílio, sem previsão em lei específica e com efeitos financeiros retroativos ao mês anterior ao da protocolização do pedido;

XIV - aquisição de passagens aéreas em desacordo com o disposto no § 6º;

XV - pavimentação de vias urbanas sem a prévia ou concomitante implantação de sistemas ou soluções tecnicamente aceitas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana ou manejo de águas pluviais, quando necessária; e

XVI - pagamento a agente público de qualquer espécie remuneratória ou indenizatória com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor da respectiva lei que estabeleça a remuneração ou a indenização, ou o reajuste, ou que altere ou aumente seus valores.

§ 1º Desde que o gasto seja discriminado em categoria de programação específica ou comprovada a necessidade de execução da despesa, excluem-se das vedações previstas:

I - nos incisos I e II do **caput**, à exceção da reforma voluptuária, as destinações para:

a) unidades equipadas, essenciais à ação das organizações militares;

b) representações diplomáticas no exterior;

c) residências funcionais, em faixa de fronteira, no exercício de atividades diretamente relacionadas ao combate a delitos fronteiriços, para:

1. magistrados da Justiça Federal;

2. membros do Ministério Público da União;

3. policiais federais;

4. auditores-fiscais e analistas-tributários da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; e

5. policiais rodoviários federais;

d) residências funcionais, em Brasília, Distrito Federal:

1. dos Ministros de Estado;

2. dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;

3. do Procurador-Geral da República;

4. do Defensor Público-Geral Federal; e

5. dos membros do Poder Legislativo; e

e) locação de equipamentos exclusivamente para uso em manutenção predial;

II - no inciso III do **caput**, as aquisições de automóveis de representação para uso:

a) do Presidente, do Vice-Presidente e dos ex-Presidentes da República;

b) dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

c) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Presidentes dos Tribunais Regionais e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

d) dos Ministros de Estado;

e) do Procurador-Geral da República; e

f) do Defensor Público-Geral Federal;

III - no inciso IV do **caput**, quando as ações forem realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado, e que tenham como precondição o sigilo;

IV - no inciso V do **caput**, as despesas que não sejam de competência da União, relativas:

a) ao processo de descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros, urbanos e suburbanos, até o limite dos recursos aprovados pelo Conselho Diretor do Processo de Transferência dos respectivos sistemas;

b) ao transporte metroviário de passageiros;

c) à construção de vias e obras rodoviárias estaduais destinadas à integração de modais de transporte;

d) à malha rodoviária federal, cujo domínio seja descentralizado aos Estados e ao Distrito Federal;

e) às ações de segurança pública; e

f) à aplicação de recursos decorrentes de transferências especiais, nos termos do disposto no art. 166-A da Constituição;

V - no inciso VI do **caput**:

a) às creches; e

b) às escolas para o atendimento pré-escolar;

VI - no inciso VII do **caput**, o pagamento pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados estiverem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que:

a) esteja previsto em legislação específica; ou

b) refira-se à realização de pesquisas e estudos de excelência:

1. com recursos repassados às organizações sociais, nos termos do disposto nos contratos de gestão; ou

2. realizados por professores universitários na situação prevista na alínea "b" do inciso XVI do **caput** do art. 37 da Constituição, desde que os projetos de pesquisas e os estudos tenham sido devidamente aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor;

VII - no inciso VIII do **caput**, a compra de títulos públicos para atividades que forem legalmente atribuídas às entidades da administração pública federal indireta;

VIII - no inciso IX do **caput**, o pagamento a militares, servidores e empregados:

a) pertencentes ao quadro de pessoal do convenente;

b) pertencentes ao quadro de pessoal da administração pública federal, vinculado ao objeto de convênio, quando o órgão for destinatário de repasse financeiro oriundo de outros entes federativos; ou

c) em atividades de pesquisa científica e tecnológica; e

IX - no inciso X do **caput**, quando:

a) houver lei que discrimine o valor ou o critério para sua apuração;

b) em estrita necessidade de serviço, devidamente justificada; e

c) de natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.

§ 2º A contratação de serviços de consultoria, inclusive aquela realizada no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, somente será autorizada para execução de atividades que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração pública federal, no âmbito do órgão ou da entidade, publicando-se, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, da qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do contrato, descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão.

§ 3º A restrição prevista no inciso VII do **caput** não se aplica ao servidor que se encontre em licença sem remuneração para tratar de interesse particular.

§ 4º O disposto nos incisos VII e XI do **caput** aplica-se também aos pagamentos à conta de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público.

§ 5º O valor de que trata o inciso XII do **caput** aplica-se a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até que lei disponha sobre valores e critérios de concessão de diárias e auxílio-deslocamento.

§ 6º Somente serão concedidas diárias e adquiridas passagens para servidores e membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União no estrito interesse do serviço público, inclusive no caso de colaborador eventual.

§ 7º Até que lei específica disponha sobre valores e critérios de concessão, o pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União fica condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições, além de outras estabelecidas em lei:

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo agente público;

II - o cônjuge ou companheiro, ou qualquer outra pessoa que resida com o agente público, não ocupe imóvel funcional nem receba ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia;

III - o agente público ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município onde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua mudança de lotação;

IV - o agente público deve encontrar-se no exercício de suas atribuições em localidade diversa de sua lotação original; e

V - natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.

§ 8º (VETADO).

§ 9º (VETADO).

§ 10. O empenho abrangerá a totalidade ou a parcela da obra que possa ser executada no exercício financeiro ou dentro do prazo de validade dos restos a pagar.

§ 11 (VETADO).

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2022 deverá atender à proporção mínima de recursos estabelecida no Anexo IV a esta Lei para a continuidade dos investimentos em andamento.

Parágrafo único. Os órgãos setoriais do Poder Executivo federal deverão observar, no detalhamento das propostas orçamentárias, a proporção mínima de recursos estabelecida pelo Ministério da Economia para a continuidade de investimentos em andamento.

Art. 20. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2022 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e atendido o disposto no art. 2º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se preenchidas as seguintes condições, no âmbito de cada órgão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) o disposto no art. 4º; e

b) os projetos e os seus subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de, no mínimo, uma etapa ou a obtenção de, no mínimo, uma unidade completa, consideradas as contrapartidas de que trata o § 4º do art. 82; e

III - a ação estiver compatível com a Lei do Plano Plurianual 2020-2023.

§ 1º Entende-se como projeto ou subtítulo de projeto em andamento aquele cuja execução financeira, até 30 de junho de 2021:

I - tenha ultrapassado vinte por cento do seu custo total estimado; ou

II - no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, seja igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tenha sido iniciada a execução física.

§ 2º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes:

I - são responsáveis pelas informações que comprovem a observância ao disposto neste artigo;

II - manterão registros de projetos sob sua supervisão, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos com informações de custo, da execução física e financeira e da localidade.

Art. 21. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 as dotações relativas às operações de crédito externas contratadas ou cujas cartas-consulta tenham sido autorizadas pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofiex, no âmbito do Ministério da Economia, até 15 de julho de 2021.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à emissão de títulos da dívida pública federal.

Art. 22. O Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a respectiva Lei poderão conter receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, cujas execuções ficam condicionadas à aprovação do Congresso Nacional, por maioria absoluta, de acordo com o disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição, ressalvada a hipótese prevista no § 3º deste artigo.

§ 1º Os montantes das receitas e das despesas a que se refere o **caput** serão equivalentes à diferença positiva, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, entre o total das receitas de operações de crédito e o total das despesas de capital.

§ 2º A mensagem de que trata o art. 11 apresentará as justificativas para a escolha das programações referidas no **caput**, a metodologia de apuração e a memória de cálculo da diferença de que trata o § 1º e das respectivas projeções para a execução financeira dos exercícios de 2022 a 2024.

§ 3º Os montantes referidos no § 1º poderão ser reduzidos em decorrência da substituição da fonte de recursos condicionada por outra fonte, observado o disposto na alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 42, inclusive a relativa a operação de crédito já autorizada, disponibilizada por troca de fonte anterior.

**Seção II**
**Diretrizes específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União**

Art. 23. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, até 13 de agosto de 2021, suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário, encaminhadas nos termos do disposto no caput, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 103-B da Constituição, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, até 28 de setembro de 2021, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça.

Art. 24. Para fins de elaboração de suas propostas orçamentárias para 2022, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como limites orçamentários para as despesas primárias, excluídas as despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições, os valores calculados na forma do disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sem prejuízo do disposto nos § 3º, § 4º e § 5º deste artigo.

§ 1º Aos valores estabelecidos de acordo com o disposto no **caput** serão acrescidas as dotações destinadas às despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições.

§ 2º Os limites de que tratam o **caput** e o § 1º serão informados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União até 16 de julho de 2021.

§ 3º A utilização dos limites a que se refere este artigo para o atendimento de despesas primárias discricionárias, classificadas nos GND 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, somente poderá ocorrer após o atendimento das despesas primárias obrigatórias relacionadas na Seção I do Anexo III, observado, em especial, o disposto no Capítulo VII.

§ 4º As dotações do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e aprovadas na respectiva Lei corresponderão ao valor pago no exercício de 2016 corrigido na forma do disposto no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º O montante de que trata o § 4º integra os limites orçamentários calculados na forma do disposto no **caput**.

Art. 25. Os órgãos, no âmbito dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público da União, poderão realizar a compensação entre os limites individualizados para as despesas primárias, para o exercício de 2022, respeitado o disposto no § 9º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por meio da publicação de ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos.

Parágrafo único. Na elaboração da proposta orçamentária para 2022, o ato conjunto de que trata o **caput** deverá ser publicado até a data estabelecida no art. 23.

**Seção III**
**Dos débitos judiciais**

Art. 26. A Lei Orçamentária de 2022 e os créditos adicionais somente incluirão dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e, no mínimo, um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado:

a) dos embargos à execução; ou

b) da impugnação ao cumprimento da sentença; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação ao cumprimento da sentença.

Art. 27. O Poder Judiciário encaminhará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas do Ministério da Economia, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, conforme estabelecido no § 5º do art. 100 da Constituição, discriminada por órgão da administração pública direta, estatal dependente, autarquia e fundação e por GND, conforme detalhamento constante do art. 7º, especificando:

I - número da ação originária, no padrão estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça;

II - data do ajuizamento da ação originária;

III - número do precatório;

IV - tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da condenação transitada em julgado;

V - data da autuação do precatório;

VI - nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

VII - valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago, atualizados até 1º de julho de 2021;

VIII - data do trânsito em julgado;

IX - identificação da Vara ou da Comarca de origem; e

X - natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, aos honorários sucumbenciais estabelecidos pelo Juiz da Execução ou aos honorários contratuais.

§ 1º As informações previstas no **caput** serão encaminhadas até 20 de julho de 2021, na forma de banco de dados, por intermédio dos seus órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes.

§ 2º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça encaminhar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas do Ministério da Economia, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores, no prazo previsto no § 1º, na forma de banco de dados, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários resultantes de causas processadas pela justiça comum estadual, exceto as do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, discriminada por órgão da administração pública federal direta, autarquia e fundação, e por GND, conforme detalhamento constante do art. 7º e com as especificações a que se referem os incisos I ao X do **caput** deste artigo, acrescida de campo que contenha a sigla da unidade federativa do tribunal que proferiu a decisão exequenda.

§ 3º Caberá ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios encaminhar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas do Ministério da Economia, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores, no prazo previsto no § 1º, na forma de banco de dados, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários resultantes de causas processadas por aquele Tribunal a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, discriminada por órgão da administração pública federal direta, autarquia e fundação, e por GND, conforme detalhamento constante do art. 7º e com as especificações a que se referem os incisos I ao X do **caput** deste artigo.

§ 4º Os órgãos e as entidades devedores referidos no **caput** comunicarão à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, no prazo máximo de dez dias, contado da data de recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 5º A falta da comunicação a que se refere o § 4º pressupõe a inexistência de divergências entre a relação recebida e os processos que originaram os precatórios, sendo a omissão, quando existir divergência, de responsabilidade solidária do órgão ou da entidade devedora e de seu titular ou dirigente.

Art. 28. O Poder Judiciário disponibilizará mensalmente, de forma consolidada por órgão orçamentário, à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, a relação dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor - RPVs autuados e pagos, consideradas as especificações estabelecidas nos incisos do **caput** do art. 27, com as adaptações necessárias.

Art. 29. A atualização monetária dos precatórios, estabelecida no § 12 do art. 100 da Constituição, e das RPVs expedidas no ano de 2022, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2022, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a partir da data do cálculo exequendo até o seu efetivo depósito, exceto se houver disposição superveniente que estabeleça outro índice de correção.

§ 1º Na atualização monetária dos precatórios tributários, da data do cálculo exequendo até o seu efetivo depósito, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a fazenda pública devedora corrige os seus créditos tributários.

§ 2º Os precatórios e as RPVs cancelados nos termos do disposto na Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que eventualmente venham a ser objeto de novo ofício requisitório, inclusive os tributários, conservarão a remuneração correspondente a todo período em que estiveram depositados na instituição financeira.

§ 3º Os precatórios e RPVs expedidos nos termos do disposto no § 2º deste artigo serão atualizados da data da transferência dos valores cancelados para a Conta Única do Tesouro Nacional até o novo depósito, observada a atualização referida no **caput** e no § 1º.

§ 4º O disposto no **caput** aplica-se aos precatórios parcelados nos termos do disposto no § 20 do art. 100 da Constituição.

Art. 30. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, ressalvadas as que sejam destinadas ao pagamento das requisições de pequeno valor expedidas pelos tribunais de justiça dos Estados, deverão ser integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal aos órgãos setoriais de planejamento e orçamento do Poder Judiciário, ou equivalentes, inclusive ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que se incumbirão de descentralizá-las aos tribunais que proferirem as decisões exequendas.

§ 1º A descentralização de que trata o **caput** deverá ser feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais.

§ 2º A descentralização referente ao pagamento dos precatórios judiciários resultantes de causas processadas pela justiça comum estadual, exceto as do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, será feita pelo Conselho Nacional de Justiça, que se incumbirá de disponibilizar os recursos aos tribunais que proferirem as decisões exequendas.

§ 3º Caso o valor descentralizado seja insuficiente para o pagamento integral do débito, o Tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar, junto à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a complementação da dotação descentralizada, da qual dará conhecimento aos órgãos ou às entidades descentralizadoras.

§ 4º Se as dotações descentralizadas referentes a precatórios forem superiores ao valor necessário para o pagamento integral dos débitos relativos a essas despesas, o Tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar a devolução imediata do saldo da dotação apurado e, se for o caso, dos correspondentes recursos financeiros, da qual dará conhecimento aos órgãos ou às entidades descentralizadoras e às Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, respectivamente, exceto se houver necessidade de abertura de créditos adicionais para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

§ 5º As liberações dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias descentralizadas na forma estabelecida neste artigo deverão ser realizadas diretamente para o órgão setorial de programação financeira das unidades orçamentárias responsáveis pelo pagamento do débito, de acordo com as regras de liberação para os órgãos do Poder Judiciário previstas nesta Lei e a programação financeira estabelecida na forma do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e serão informadas aos beneficiários pela vara de execução responsável.

§ 6º O pagamento da Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, decorrente de precatórios e requisições de pequeno valor devidos pela União, ou por suas autarquias e fundações, será efetuado por meio de programação específica no âmbito de Encargos Financeiros da União.

Art. 31. Até sessenta dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais, as unidades orçamentárias do Poder Judiciário discriminarão no Siafi a relação dos precatórios relativos às dotações a elas descentralizadas de acordo com o disposto no art. 30, na qual especificarão a ordem cronológica dos pagamentos, os valores a serem pagos e o órgão ou a entidade em que se originou o débito.

§ 1º As unidades orçamentárias do Poder Judiciário deverão discriminar no Siafi a relação das requisições relativas a sentenças de pequeno valor e o órgão ou a entidade em que se originou o débito, no prazo de até sessenta dias, contado da data de sua autuação no tribunal.

§ 2º Caso as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de precatórios integre programação de despesa corrente primária condicionada à aprovação de projeto de lei de crédito suplementar ou especial por maioria absoluta do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 22, o prazo previsto no **caput** será contado da data de publicação da respectiva lei de abertura do referido crédito ou de abertura de crédito suplementar de substituição da receita de operações de crédito por outra fonte de recursos, que atenda a tais despesas, o que ocorrer primeiro.

Art. 32. Aplicam-se as mesmas regras relativas ao pagamento de precatórios constantes desta Seção quando a execução de decisões judiciais contra empresas estatais dependentes ocorrerem mediante a expedição de precatório, nos termos do disposto no art. 100 da Constituição.

Art. 33. Para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, até 15 de junho de 2021, informações contendo a necessidade de recursos orçamentários para 2022, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de despesa, autor, número do processo, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor.

§ 1º Para a elaboração das informações requeridas no **caput**, deverão ser consideradas exclusivamente:

I - sentenças com trânsito em julgado e em fase de execução, com a apresentação dos documentos comprobatórios; e

II - depósitos recursais necessários à interposição de recursos.

§ 2º A apresentação de documentos comprobatórios para as pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais somente será necessária quando se tratar da concessão de indenizações ainda não constantes de leis orçamentárias anteriores.

Art. 34. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS figure como parte, com fundamento na Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, deverão ser integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao Conselho da Justiça Federal, que se incumbirá de descentralizá-las aos Tribunais Regionais Federais.

Parágrafo único. As disposições constantes dos § 3º e § 4º do art. 30 aplicam-se, no que couber, às dotações descentralizadas na forma estabelecida neste artigo.

**Seção IV**
**Dos empréstimos, dos financiamentos e dos refinamentos**

Art. 35. Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observarão o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Na hipótese de operações com custo de captação não identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores à Taxa Referencial e a apuração será pro rata temporis.

§ 2º Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro, exceto as despesas de remuneração previstas no contrato entre o agente e a União.

Art. 36. Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos indicarão a lei que definiu encargo inferior ao custo de captação.

Art. 37. As prorrogações e as composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ficarão condicionados à autorização expressa em lei específica.

**Seção V**
**Do Orçamento da Seguridade Social**

Art. 38. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no inciso XI do caput do art. 167, nos art. 194, art. 195, art. 196, art. 199, art. 200, art. 201, art. 203 e art. 204 e no § 4º do art. 212 da Constituição e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o § 5º do art. 212 e aquelas destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com aposentadorias e pensões por morte;

III - do Orçamento Fiscal; e

IV - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**, que deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

§ 1º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que tratam o art. 40 e a alínea "a" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 195, ambos da Constituição, no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação.

§ 2º Todas as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, inclusive as financeiras, deverão constar do Projeto e da Lei Orçamentária de 2022.

§ 3º As despesas relativas ao pagamento dos benefícios assistenciais a que se refere o **caput** do art. 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, mantidas as suas fontes de financiamento, serão realizadas à conta do Fundo Nacional de Assistência Social.

§ 4º Será divulgado, a partir do primeiro bimestre de 2022, junto com o relatório resumido da execução orçamentária a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição, demonstrativo das receitas e das despesas da seguridade social, na forma do disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, do qual constará nota explicativa com memória de cálculo das receitas desvinculadas por força de dispositivo constitucional.

§ 5º Independentemente da opção de custeio ou investimento, as emendas parlamentares que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares a serem realizadas pela União a ente federativo serão executadas em conformidade com atos a serem editados pelos Ministros de Estado da Cidadania e da Saúde e publicados no Diário Oficial da União, como acréscimo ao valor financeiro:

I - per capita destinado à Rede do Sistema Único de Assistência Social - Suas e constituirão valor a ser somado aos repasses para cumprimento de metas por integrantes da referida Rede; ou

II - transferido à rede do Sistema Único de Saúde - SUS e constituirão valor temporário a ser somado aos repasses regulares e automáticos da referida Rede.

§ 6º O disposto no inciso II do § 5º aplica-se às ações de aquisição e distribuição de medicamentos destinados:

I - ao controle e ao tratamento de doenças no âmbito de programas específicos de hemodiálise e hipertensão; e

II - ao custeio das internações em unidades de tratamento intensivo.

§ 7º Os recursos oriundos de emendas parlamentares que adicionarem valores aos tetos transferidos à rede do SUS, nos termos do disposto no inciso II do § 5º, quando se destinarem ao atendimento de consórcios públicos, não ficarão sujeitos a limites fixados para repasses aos municípios-sede dos respectivos consórcios.

§ 8º Os recursos derivados de emendas parlamentares que, nos termos do disposto no inciso II do § 5º, adicionarem valores transferidos à Rede do SUS, ficarão sujeitos, quando o atendimento final beneficiar entidades privadas sem fins lucrativos que complementem o sistema de saúde na forma prevista nos art. 24 e art. 26 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, à demonstração de atendimento de metas:

I - quantitativas, para ressarcimento até a integralidade dos serviços prestados pela entidade e previamente autorizados pelo gestor; ou

II - qualitativas, cumpridas durante a vigência do contrato, tais como aquelas derivadas do aperfeiçoamento de procedimentos ou de condições de funcionamento das unidades.

§ 9º (VETADO).

§ 10. (VETADO).

§ 11 Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual, distrital ou municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS.

§ 12. Quanto às programações afetas a ações e serviços públicos de saúde, são fixadas como diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 o reforço:

I - do Programa Nacional de Imunização - PNI e de ações correlatas, com a consequente intensificação da vacinação em geral;

II - (VETADO);

III - (VETADO);

IV - (VETADO); e

V - da assistência à saúde da população.

Art. 39. As ações e os serviços de saúde direcionados à vigilância, à prevenção e ao controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, contemplarão recursos destinados ao desenvolvimento e à execução de ações, atividades e estratégias de controle da população de animais, que devam ser executadas em situações excepcionais, inclusive para a castração e a atenção veterinária.

Art. 40. Em atendimento ao disposto no art. 239 da Constituição, a arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, instituído pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, poderá financiar o programa do seguro-desemprego, as despesas com benefícios previdenciários e o abono salarial, desde que respeitada a destinação de, no mínimo, vinte e oito por cento para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com critérios de remuneração que preservem o seu valor.

**Seção VI**
**Do Orçamento de Investimento**

Art. 41. O Orçamento de Investimento, previsto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, abrangerá as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ressalvado o disposto nos § 5º e § 6º, e dele constarão todos os investimentos realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas atualizações, serão consideradas investimento, exclusivamente, as despesas com:

I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados aqueles que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros, valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado e transferências de ativos entre empresas pertencentes ao mesmo Grupo, controladas diretamente ou indiretamente pela União, cuja aquisição tenha constado do Orçamento de Investimento;

II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e

III - benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do disposto no art. 7º, considerando para as fontes de recursos a classificação 495 - Recursos do Orçamento de Investimento.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - de participação da União no capital social;

III - da empresa controladora sob a forma de:

a) participação no capital; e

b) de empréstimos;

IV - de operações de crédito junto a instituições financeiras:

a) internas; e

b) externas; e

V - de outras operações de longo prazo.

§ 4º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º As empresas cuja programação conste integralmente do Orçamento Fiscal ou do Orçamento da Seguridade Social, de acordo com o disposto no art. 6º, não integrarão o Orçamento de Investimento.

§ 6º Permanecerão no Orçamento de Investimento as empresas públicas e as sociedades de economia mista que tenham recebido do seu controlador ou utilizado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, desde que atendidas, cumulativamente, às seguintes condições, e observado o disposto em ato do Poder Executivo federal:

I - integrar o Orçamento de Investimento na Lei Orçamentária do exercício anterior;

II - estar incluída no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;

III - possuir plano de reequilíbrio econômico-financeiro aprovado e em vigor; e

IV - observar o disposto no § 9º do art. 37 da Constituição.

§ 7º As normas gerais da Lei nº 4.320, de 1964, não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e às demonstrações contábeis.

§ 8º Excetua-se do disposto no § 7º a aplicação, no que couber, dos art. 109 e art. 110 da Lei nº 4.320, de 1964, para as finalidades a que se destinam.

§ 9º As empresas de que trata o **caput** deverão manter atualizada a sua execução orçamentária no Siop, de forma online.

§ 10. Para o exercício de 2022, as empresas públicas e as de sociedades de economia mista somente poderão receber aportes da União para futuro aumento de capital se estiverem incluídas no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 1997, exceto se:

I - tratar de aporte inicial para constituição do capital inicial de empresa criada por lei; e

II - envolver empresas financeiras para enquadramento nas regras do Acordo de Basileia.

§ 11. As empresas públicas e as sociedades de economia mista cujos investimentos sejam financiados com a participação da União para futuro aumento de capital serão mantidas no Orçamento de Investimento de forma a compatibilizar a programação orçamentária e o disposto no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Seção VII**
**Das alterações na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais**

Art. 42. As classificações das dotações previstas no art. 7º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento, as codificações orçamentárias e suas denominações poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução, desde que mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo.

§ 1º As alterações de que trata o caput poderão ser realizadas, justificadamente, se autorizadas por meio de:

I - ato próprio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, no que se refere à alteração entre os:

a) GNDs "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo; e

b) GNDs "2 - Juros e Encargos da Dívida" e "6 - Amortização da Dívida", no âmbito do mesmo subtítulo;

II - portaria do Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, no que se refere ao Orçamento de Investimento para:

a) as fontes de financiamento;

b) os identificadores de uso;

c) os identificadores de resultado primário;

d) as esferas orçamentárias;

e) as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

f) ajustes na codificação orçamentária decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação;

III - portaria do Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para:

a) as fontes de recursos, inclusive as de que trata o § 3º do art. 133, observadas as vinculações previstas na legislação;

b) os identificadores de uso;

c) os identificadores de resultado primário, exceto para as alterações dos identificadores constantes da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º;

d) as esferas orçamentárias;

e) as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

f) ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer na abertura e na reabertura de créditos adicionais e na alteração de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição.

§ 3º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no Siafi ou no Siop pela unidade orçamentária, observados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§ 4º A alteração de que trata o § 3º poderá ser realizada pelas unidades orçamentárias, pelos órgãos setoriais ou pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, quando da indicação de beneficiários pelos autores de emendas individuais, para manter compatibilidade entre o beneficiário indicado e a referida classificação, sem prejuízo de alterações posteriores.

§ 5º Consideram-se como excesso de arrecadação, para fins do disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos do exercício disponibilizados em razão das modificações efetivadas nas fontes de financiamento e de recursos, nos termos do disposto na alínea "a" do inciso II e na alínea "a" do inciso III do § 1º e no § 2º deste artigo, e no § 4º do art. 47, mantida a classificação original das referidas fontes.

§ 6º Os GNDs decorrentes da abertura ou da reabertura de créditos especiais poderão ser alterados, justificadamente, por ato próprio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, para adequá-los à necessidade da execução, no que se refere a alteração entre os:

I - GNDs "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo; e

II - GNDs "2 - Juros e Encargos da Dívida" e "6 - Amortização da Dívida", no âmbito do mesmo subtítulo.

§ 7º As alterações de que tratam o inciso I do § 1º e o § 6º poderão:

I - incluir GNDs, além daqueles aprovados no subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente; e

II - ocorrer concomitantemente com as modificações a que se refere o inciso III do § 1º.

Art. 43. Na hipótese em que a abertura de créditos suplementares e especiais, a reabertura de créditos especiais e a alteração de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição se mostrarem incompatíveis com a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei ou com os limites individualizados para despesas primárias definidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverão ser realizados os cancelamentos compensatórios em anexo específico.

Art. 44. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo federal ao Congresso Nacional, também em meio magnético, por Poder, sem prejuízo do disposto no § 11 e no § 13.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I e II do **caput** do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2022.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus subtítulos.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção da meta de resultado primário prevista nesta Lei e o atendimento dos limites de despesa de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais que envolva a utilização de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - estimativas de receitas constantes da Lei Orçamentária de 2022, de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso III do **caput** do art. 9º;

II - estimativas atualizadas para o exercício financeiro;

III - parcelas do excesso de arrecadação já utilizadas nos créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - valores já utilizados em outras alterações orçamentárias; e

V - saldos do excesso de arrecadação, de acordo com a classificação prevista no inciso I.

§ 6º Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais que envolva a utilização de superavit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superavit financeiro do exercício de 2021, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2022;

III - valores já utilizados nos créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - valores já utilizados em outras alterações orçamentárias; e

V - saldo do superavit financeiro do exercício de 2021, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, a Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia publicará, até o último dia do mês de fevereiro de 2022, demonstrativo do superavit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, hipótese em que o superavit financeiro de fontes de recursos vinculados deverá ser disponibilizado em sítio eletrônico por fonte detalhada.

§ 8º As aberturas de créditos previstas nos § 5º e § 6º para o aumento de dotações deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, obedecidos os limites individualizados de despesas primárias a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 9º Na hipótese de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 7º deverá identificar as unidades orçamentárias.

§ 10. Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e a publicação da respectiva lei.

§ 11. Os projetos de lei de créditos suplementares ou especiais, relativos aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União, poderão ser apresentados de forma consolidada.

§ 12. A exigência de encaminhamento de projetos de lei por Poder, constante do **caput**, não se aplica quando o crédito for:

I - destinado a atender despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes constantes da Seção I do Anexo III, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e auxílios-funeral e natalidade; ou

II - integrado exclusivamente por dotações orçamentárias classificadas com RP 6 e RP 7.

§ 13. Serão encaminhados projetos de lei específicos, quando se tratar de créditos destinados ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes constantes da Seção I do Anexo III, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e sentenças judiciais, inclusive aquelas relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 14. Os projetos de lei de que trata o § 13 poderão ser integrados por despesas não relacionadas no referido parágrafo, quando forem necessárias à manutenção do resultado primário ou dos limites individualizados de despesas primárias a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 15. Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais à conta de recursos de excesso de arrecadação ou de superavit financeiro, ainda que envolvam concomitante troca de fontes de recursos, as respectivas exposições de motivos deverão estar acompanhadas dos demonstrativos exigidos pelos § 5º e § 6º.

§ 16. Os projetos de lei de créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal, benefícios aos servidores e aos seus dependentes, sentenças judiciais e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até quarenta e cinco dias, contado da data de recebimento do pedido de alteração orçamentária pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§ 17. Na elaboração dos projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais que envolvam mais de um órgão orçamentário no âmbito dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público da União, deverá ser realizada a compensação entre os limites individualizados para as despesas primárias, para o exercício de 2022, respeitado o disposto no § 9º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por meio da publicação de ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos em data anterior ao encaminhamento das propostas de abertura de créditos à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, hipótese em que os efeitos da compensação ficarão suspensos até a publicação de cada crédito, em valor correspondente.

§ 18. Caso os valores de categorias de programação a serem cancelados ultrapassem vinte por cento do valor inicialmente estabelecido na Lei Orçamentária de 2022 para as referidas categorias, deve ser apresentada, além das justificativas mencionadas no § 3º, a demonstração do desvio entre a dotação inicialmente estabelecida na referida Lei e a dotação resultante, considerados os créditos abertos e em tramitação.

Art. 45. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2022, ressalvado o disposto no § 1º e nos art. 57 e art. 58, serão submetidas ao Presidente da República, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos das anulações de dotações, observado o disposto nos § 3º, § 5º, § 6º, § 15 e § 18 do art. 44.

§ 1º Os créditos a que se refere o **caput**, com indicação de recursos compensatórios dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, nos termos do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito desses Poderes e órgãos, verificados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e o disposto no § 2º, por atos:

I - dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

II - dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e

III - do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal.

§ 2º Quando a aplicação do disposto no § 1º envolver mais de um órgão orçamentário, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, os créditos deverão ser abertos por ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos, conforme indicado nos incisos I, II e III do § 1º, respectivamente, no qual também deverá ser realizada a compensação de que trata o **caput** do art. 25.

§ 3º A compensação realizada simultaneamente à abertura do crédito por ato conjunto deverá ser comunicada à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia pelo órgão cedente, para que o limite de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dos órgãos envolvidos seja ajustado, com o objetivo de viabilizar a execução orçamentária e financeira por parte do órgão recebedor.

§ 4º Na abertura dos créditos na forma do disposto no § 1º, fica vedado o cancelamento de despesas financeiras para suplementação de despesas primárias.

§ 5º Os créditos de que trata o § 1º serão incluídos no Siafi, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do Siop.

§ 6º Para fins do disposto no **caput**, somente serão submetidas ao Presidente da República as propostas de créditos suplementares que cumpram os requisitos e as condições previstos na legislação em vigor, para efeito de sua abertura e da execução da despesa correspondente.

Art. 46. Na abertura dos créditos suplementares de que tratam os art. 44 e art. 45 e nas alterações previstas no inciso I do § 1º do art. 42, poderão ser incluídos GNDs, além dos aprovados no subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 47. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

§ 1º O crédito aberto por medida provisória deverá ser classificado, quanto ao identificador de resultado primário, de acordo com o disposto no § 4º do art. 7º.

§ 2º Os GNDs decorrentes da abertura ou da reabertura de créditos extraordinários durante o exercício poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo federal, para adequá-los à necessidade da execução, hipótese em que poderão:

I - ser incluídos GNDs, além daqueles constantes da abertura do crédito, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente; e

II - ocorrer concomitantemente com as modificações a que se refere o inciso III do § 1º do art. 42.

§ 3º As dotações de créditos extraordinários que perderam eficácia ou foram rejeitados, conforme ato declaratório do Congresso Nacional, deverão ser reduzidas no Siop e no Siafi no montante dos saldos não empenhados durante a vigência da respectiva medida provisória, por ato do Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§ 4º As fontes de recursos que, em razão do disposto no § 3º, ficarem sem despesas correspondentes, serão disponibilizadas com a mesma classificação e poderão ser utilizadas para a realização de alterações orçamentárias.

Art. 48. Os anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2022.

Art. 49. As dotações das categorias de programação anuladas em decorrência do disposto no § 1º do art. 45 não poderão ser suplementadas, exceto por remanejamento de dotações no âmbito do próprio órgão ou em decorrência de legislação superveniente.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no **caput** as dotações das unidades orçamentárias do Poder Judiciário que exerçam a função de setorial de orçamento, quando anuladas para suplementação das unidades do próprio órgão.

Art. 50. A reabertura dos créditos especiais, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, após a primeira avaliação de receitas e despesas a que se refere o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, observado o disposto no § 4º deste artigo e no art. 48.

§ 1º Os créditos reabertos na forma estabelecida neste artigo, relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão incluídos no Siafi, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do Siop.

§ 2º O prazo de que trata o **caput** não se aplica ao Orçamento de Investimento.

§ 3º A programação objeto da reabertura dos créditos especiais poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2022, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

§ 4º A reabertura dos créditos de que trata o **caput**, relativa aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, fica condicionada à anulação de dotações orçamentárias, relativas a despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022, no montante que

exceder os limites a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou que afetar a obtenção da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 51. Fica o Poder Executivo federal autorizado a abrir créditos especiais ao Orçamento de Investimento para o atendimento de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2021, por meio da utilização, em favor da correspondente empresa estatal e da respectiva programação, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social.

Art. 52. A reabertura dos créditos extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, por meio de ato do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 48.

Art. 53. Ato do Poder Executivo federal poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, e de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 5º, inclusive os títulos, os descritores, as metas e os objetivos, assim como o detalhamento por esfera orçamentária, GND, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 ou nos créditos adicionais, hipótese em que poderá haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, da esfera orçamentária e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

Art. 54. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos autorizada no § 5º do art. 167 da Constituição deve:

I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas com função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e

II - ser destinada a categoria de programação existente.

Art. 55. As alterações orçamentárias de que trata este Capítulo devem observar as restrições estabelecidas no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, enquanto houver receitas e despesas condicionadas, nos termos do disposto no art. 22, as alterações orçamentárias dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União devem ser equilibradas em relação à variação no montante de receitas de operações de crédito e de despesas de capital.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica à abertura de créditos extraordinários, cuja compensação, se necessária, deverá ser realizada até o fim do exercício financeiro, observado o disposto no § 4º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 56. Fica a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia autorizada a cancelar, do Orçamento de Investimento, os saldos orçamentários eventualmente existentes, na data em que a empresa estatal federal vier a ser extinta ou tiver seu controle acionário transferido para o setor privado.

Art. 57. O Presidente da República poderá delegar ao Ministro de Estado da Economia as alterações orçamentárias previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso I do § 1º e no § 6º do art. 42, no **caput** do art. 45, no § 2º do art. 47, no art. 50, no art. 51, no art. 52, no art. 53, no § 2º do art. 63 e no art. 171, além da transposição, do remanejamento ou da transferência de recursos a que se refere o § 5º do art. 167 da Constituição.

Art. 58. Os dirigentes indicados no § 1º do art. 45 poderão delegar, no âmbito de seus órgãos, vedada a subdelegação, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2022 que contenham a indicação de recursos compensatórios, nos termos do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, desde que observadas as exigências e as restrições constantes do art. 45 desta Lei, especialmente aquelas a que se refere o seu § 4º, e o § 18 do art. 44.

Art. 59. As dotações destinadas à contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, ressalvado o disposto no parágrafo único, somente poderão ser remanejadas para outras categorias de programação por meio da abertura de créditos adicionais, por projeto de lei ou medida provisória.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o **caput** poderão ser remanejados para outras categorias de programação no âmbito da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2022, por ato próprio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, observados os limites autorizados na referida Lei e o disposto no art. 45, desde que mantida a destinação, respectivamente, à contrapartida nacional e ao serviço da dívida.

Art. 60. Para fins do disposto nos § 10 e § 11 do art. 165 da Constituição, consideram- se compatíveis com o dever de execução das programações as alterações orçamentárias referidas nesta Lei e os créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2022 e nas leis de créditos adicionais.

Parágrafo único. O dever de execução de que trata o § 10 do art. 165 da Constituição não obsta a escolha das programações que serão objeto de cancelamento e aplicação, por meio das alterações de que trata o **caput**, desde que cumpridos os demais requisitos referidos nesta Lei.

**Seção VIII**
**Da limitação orçamentária e financeira**

Art. 61. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2022, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão, em milhões de reais:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida nesta Lei;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, as contribuições previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, a contribuição para o salário-educação, as concessões e as permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias das fontes 50 e 81 e demais receitas, identificando-se separadamente, quando couber, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa, e administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias discricionárias à conta de recursos do Tesouro Nacional e de outras fontes, incluídos os restos a pagar, que serão demonstrados na forma do disposto no inciso IV;

IV - demonstrativo do montante dos restos a pagar, por órgão, distinguindo-se os processados dos não processados;

V - metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais federais, com as estimativas de receitas e despesas que o compõem, destacando as principais empresas e separando, nas despesas, os investimentos; e

VI - quadro geral da programação financeira, detalhado em demonstrativos distintos segundo a classificação da despesa em financeira, primária discricionária e primária obrigatória, evidenciando-se por órgão:

a) dotação autorizada na lei orçamentária e nos créditos adicionais; limite ou valor estimado para empenho; limite ou valor estimado para pagamento; e diferenças entre montante autorizado e limites ou valores estimados; e

b) estoque de restos a pagar ao final de 2021 líquido de cancelamentos ocorridos em 2022, limite ou valor estimado para pagamento, e respectiva diferença.

§ 2º O Poder Executivo federal estabelecerá no ato referido no **caput** as despesas primárias obrigatórias constantes da Seção I do Anexo III que estarão sujeitas a controle de fluxo, com o respectivo cronograma de pagamento.

§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

§ 4º O cronograma de pagamento das despesas de natureza obrigatória e das despesas ressalvadas de limitação de empenho e movimentação financeira terá como referência o valor da programação orçamentária do exercício, observado o disposto nos § 7º e § 11.

§ 5º O quadro demonstrativo da adequação da programação orçamentária e financeira à meta de resultado primário estabelecida nesta Lei para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderá considerar, para as despesas primárias com controle de fluxo de que trata o § 2º, as demandas por incremento nos cronogramas de pagamento que ultrapassem os montantes da programação orçamentária do exercício.

§ 6º O cronograma de pagamento das despesas de natureza discricionária poderá ter como referência o valor da programação orçamentária do exercício e dos restos a pagar inscritos, limitado ao montante global da programação orçamentária ou financeira do exercício que seja compatível com o cumprimento das regras fiscais vigentes, e poderá haver distribuição por órgão, por fontes de recursos e por classificação da despesa distinta à das dotações orçamentárias.

§ 7º Os valores constantes nos cronogramas de pagamento estabelecidos no decreto de programação orçamentária e financeira poderão ser distintos dos valores de empenho e movimentação, observado o montante global da despesa primária discricionária e daquela sujeita ao controle de fluxo, conforme o disposto no § 2º, e caberá ao Poder Executivo federal defini-los, hipótese em que deverão estar compatíveis com o cumprimento das regras fiscais vigentes.

§ 8º Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, os seus órgãos vinculados e as suas unidades executoras observarão a oportunidade, a conveniência e a necessidade de execução para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, quando da distribuição dos recursos financeiros às suas unidades subordinadas.

§ 9º O disposto nos cronogramas de pagamento de que tratam os § 4º e § 6º se aplica tanto ao pagamento de restos a pagar quanto ao pagamento de despesas do exercício, e caberá ao órgão setorial, aos seus órgãos vinculados e às suas unidades executoras definir a sua prioridade, observado o disposto no § 8º.

§ 10. Na hipótese de não existir programação orçamentária no exercício corrente para embasar o cronograma de pagamento de que trata o § 4º, as demandas por restos a pagar pelos órgãos setoriais poderão servir de base para a sua inclusão no referido cronograma, observado o disposto no § 5º.

§ 11. Se houver indicação formal, justificada técnica ou judicialmente, do órgão setorial de que o cronograma de execução mensal de desembolso das despesas de que trata o § 4º não será executado, os valores indicados poderão ser remanejados para outras despesas, a critério do Poder Executivo federal.

§ 12. O Poder Executivo federal poderá constituir reserva financeira, no limite de (10%) dez por cento do total da limitação de movimentação financeira a que se refere o § 3º do art. 62, para fins de gestão de caixa e atendimento de eventuais contingências, hipótese em que os recursos deverão ser totalmente liberados até o encerramento do exercício.

§ 13. O disposto nos § 4º ao § 12 aplica-se exclusivamente ao Poder Executivo federal.

Art. 62. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo federal e pelos órgãos referidos no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2022 na forma do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso II do § 4º do art. 7º, excluídas as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União constantes da Lei Orçamentária de 2022 e as despesas ressalvadas de limitação de empenho e movimentação financeira, na forma prevista no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º As alterações orçamentárias realizadas com fundamento na alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 42 que forem publicadas até a data de divulgação do relatório de que trata o § 4º deste artigo e que decorram de erro material na classificação da Lei Orçamentária de 2022 serão consideradas no cálculo do montante de limitação previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 4º O Poder Executivo federal divulgará em sítio eletrônico e encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no **caput**, no prazo nele previsto, relatório que será apreciado pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II - a revisão dos parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que conterá, no mínimo, as estimativas anualizadas da variação real do Produto Interno Bruto - PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, o preço médio do barril de petróleo, a média da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos da América, a taxa referencial de juros do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, o PIB nominal e o salário mínimo;

III - a justificativa das alterações de despesas primárias obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV - os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base os demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo II, e os demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do resultado primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação;

VI - a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores; e

VII - detalhamento das dotações relativas às despesas primárias obrigatórias com controle de fluxo financeiro, a identificação das respectivas ações e dos valores envolvidos.

§ 5º Aplica-se somente ao Poder Executivo federal a limitação de empenho e movimentação financeira cuja necessidade tenha sido identificada fora da avaliação bimestral, hipótese em que o respectivo ato deverá ser editado no prazo de até sete dias úteis, contado da data de encaminhamento do relatório a que se refere o § 4º ao Congresso Nacional.

§ 6º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º ser divulgado em sítio eletrônico e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no **caput**.

§ 7º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, ou de restabelecimento desses limites, editado nas hipóteses previstas no **caput** e no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos § 5º e § 6º deste artigo, conterá as informações relacionadas no § 1º do art. 61.

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º será elaborado e divulgado em sítio eletrônico também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

§ 9º O Poder Executivo federal prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 4º no prazo de cinco dias úteis, contado da data de recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

§ 10. Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes manterão atualizado em seu sítio eletrônico demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.

§ 11. Para os órgãos que possuam mais de uma unidade orçamentária, os prazos para publicação dos atos de restabelecimento de limites de empenho e movimentação financeira, quando for o caso, serão de até:

I - trinta dias após o encerramento de cada bimestre, quando decorrer da avaliação bimestral de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

II - sete dias úteis após o encaminhamento do relatório previsto no § 6º, se não for resultante da referida avaliação bimestral.

§ 12. Observada a disponibilidade de limites de empenho e movimentação financeira, estabelecida na forma deste artigo, os órgãos e as unidades executoras, ao assumirem os compromissos financeiros, não poderão deixar de atender às despesas essenciais e inadiáveis, além da observância do disposto no art. 4º.

§ 13. Sem prejuízo da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, prevista no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a limitação de empenho do Poder Executivo federal, a que se referem os § 2º e § 4º, e o restabelecimento desses limites, a que se refere o § 6º, considerarão as dotações discricionárias passíveis de limitação, nos termos do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e sua distribuição entre os órgãos orçamentários observará a conveniência, a oportunidade e as necessidades de execução e o critério estabelecido no § 12.

§ 14. Os limites de empenho de cada órgão orçamentário serão distribuídos entre suas unidades e programações no prazo previsto no § 15 ou por remanejamento posterior, a qualquer tempo, e observarão os critérios estabelecidos no § 13.

§ 15. Os órgãos orçamentários no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União detalharão no Siop, com transmissão ao Siafi, até quinze dias após o prazo previsto no **caput**, as dotações indisponíveis para empenho por unidade e programação, exceto quanto à limitação incidente sobre emendas de execução obrigatória.

§ 16. Os limites de empenho das programações classificadas com identificador de resultado primário constante da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º poderão ser reduzidos na mesma proporção aplicável ao conjunto das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo federal.

§ 17. Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, os seus órgãos vinculados e as suas unidades executoras deverão dar publicidade, bimestralmente, até o décimo dia do mês subsequente ao fim do bimestre, às prioridades e aos pagamentos realizados das despesas primárias discricionárias

§ 18. Não serão objeto de limitação orçamentária e financeira as despesas relativas às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, na forma prevista no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, observado o disposto no § 2º do art. 11 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

§ 19. Durante a execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, de que trata o art. 63:

I - não se aplica a limitação de empenho e movimentação financeira a que se refere este artigo, hipótese em que deverá ser observado, até a publicação da Lei Orçamentária de 2022, o disposto no art. 63; e

II - são facultadas ao Poder Executivo federal a elaboração e a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas a que se refere o § 4º.

§ 20. O disposto nos § 4º ao § 13 do art. 61 também se aplica no contexto de limitação orçamentária e financeira de que trata este artigo.

§ 21. (VETADO).

**Seção IX**
**Da execução provisória do projeto de Lei Orçamentária**

Art. 63. Na hipótese de a Lei Orçamentária de 2022 não ser publicada até 31 de dezembro de 2021, a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas nas Seções I e II do Anexo III;

II - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção "Defesa Civil", ações relativas a operações de garantia da lei e da ordem e ações emergenciais de recuperação de ativos de infraestrutura na subfunção "Transporte Rodoviário" para garantia da segurança e trafegabilidade dos usuários nos eixos rodoviários;

III - concessão de financiamento ao estudante e integralização de cotas nos fundos garantidores no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies;

IV - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde classificadas com o identificador de uso 6 (IU 6);

V - realização de eleições e continuidade da implementação do sistema de automação de identificação biométrica de eleitores pela Justiça Eleitoral;

VI - despesas custeadas com receitas próprias, de convênios e de doações;

VII - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia de preços mínimos; e

VIII - outras despesas correntes de caráter inadiável não autorizadas nos demais incisos, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses total ou parcialmente decorridos até a data de publicação da respectiva Lei.

§ 1º Será considerada antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2022 a utilização dos recursos autorizada por este artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados entre o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 encaminhado ao Congresso Nacional e a respectiva Lei serão ajustados, considerada a execução prevista neste artigo, por ato do Poder Executivo federal, após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, por meio do cancelamento de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2022, até o limite de vinte por cento do valor do subtítulo.

§ 3º Ficam autorizadas, no que couber, as alterações orçamentárias previstas no art. 42 e as alterações de GND dos recursos liberados na forma prevista neste artigo.

§ 4º O disposto no inciso I do **caput** aplica-se:

I - às alterações realizadas na forma estabelecida no art. 171; e

II - às obrigações constitucionais e legais que tenham sido criadas ou modificadas após o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 ou durante a execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, hipótese em que o Poder Executivo federal deverá proceder com a alteração de que trata o art. 171 antes da data de publicação da Lei Orçamentária de 2022.

§ 5º A autorização de que trata o inciso I do **caput** não abrange as despesas a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 109.

§ 6º O disposto no **caput** aplica-se às propostas de modificação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 encaminhadas ao Congresso Nacional de acordo com o disposto no § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 7º A programação de que trata o art. 22 poderá ser executada na forma prevista no **caput** por meio da substituição das operações de crédito por outras fontes de recursos, de acordo com o disposto no § 3º do referido artigo.

§ 8º O Poder Executivo federal poderá estabelecer cronograma de pagamento para as despesas antecipadas nos termos do disposto neste artigo e para os restos a pagar de exercícios anteriores, de forma a não comprometer o cumprimento da meta de resultado primário de que trata o art. 2º desta Lei e dos limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inclusive para as programações de emendas impositivas individuais (RP6) e de bancada estadual (RP7).

§ 9º Será considerada antecipação de cronograma de pagamento a utilização dos recursos autorizada por este artigo, até que seja publicado o cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Seção X**
**Do regime de execução obrigatória das programações orçamentárias**

**Subseção I**
**Disposições gerais**

Art. 64. A administração pública federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º O disposto no caput:

I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

II - não se aplica nas hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados; e

III - aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.

§ 3º O dever de execução a que se referem o **caput** deste artigo e o § 10 do art. 165 da Constituição corresponde à obrigação do gestor de adotar as medidas necessárias para executar as dotações orçamentárias disponíveis, nos termos do disposto no § 2º, referentes a

despesas primárias discricionárias, inclusive aquelas resultantes de alterações orçamentárias, e compreende:

I - a realização do empenho até o término do exercício financeiro, exceto na hipótese prevista no § 2º do art. 167 da Constituição, em que deverá ser realizado até o término do exercício financeiro subsequente, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade; e

II - a liquidação e o pagamento, admitida a inscrição em restos a pagar regulamentada em ato do Poder Executivo federal.

Art. 65. Para fins do disposto no inciso II do § 11 do art. 165 e no § 13 do art. 166 da Constituição, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem fática ou legal que obste ou suspenda a execução da programação orçamentária.

§ 1º O dever de execução das programações estabelecido no § 10 do art. 165 e no § 11 do art. 166 da Constituição não impõe a execução de despesa no caso de impedimento de ordem técnica.

§ 2º São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo federal:

I - a ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

II - a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

III - a não comprovação, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando a cargo do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e sua manutenção;

IV - a não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto ou de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V - a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VI - a incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e do respectivo subtítulo; e

VII - os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro.

§ 3º (VETADO).

Art. 66. As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias primárias discricionárias serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão os relatórios de prestação de contas anual dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Parágrafo único. Faculta-se a apresentação da justificativa referida no **caput** para as programações cuja execução tenha sido igual ou superior a noventa e nove por cento da respectiva dotação.

**Subseção II**
**Das programações incluídas ou acrescidas por emendas**

Art. 67. Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2022, entendem-se como programações incluídas ou acrescidas por meio de emendas aquelas referentes às despesas primárias discricionárias classificadas com identificador de resultado primário constante da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º.

Art. 68. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa e observados os limites constitucionais, das programações decorrentes de emendas individuais (RP 6) e de bancada estadual (RP 7).

§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações que observe critérios objetivos e imparciais, independentemente de sua autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição.

§ 3º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, os montantes de execução obrigatória das programações de que tratam as Subseções III e IV seguintes poderão ser reduzidos até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

§ 4º As programações orçamentárias previstas nos § 11 e § 12 do art. 166 da Constituição não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, hipótese em que se aplicará o disposto nos art. 65 e art. 66.

Art. 69. As emendas individuais e coletivas somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

Art. 70. O identificador da programação incluída ou acrescida mediante emendas, que constará dos sistemas de acompanhamento da execução financeira e orçamentária, tem por finalidade a identificação do proponente da inclusão ou do acréscimo da programação.

Art. 71. (VETADO).

Art. 72. Observado o disposto nesta Seção, os procedimentos e os prazos referentes às programações decorrentes de emendas serão definidos por ato próprio do Poder Executivo federal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária de 2022.

**Subseção III**
**Das programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais nos termos do disposto nos § 9º e § 11 do art. 166 da Constituição**

Art. 73. Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, para viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

I - até cinco dias para abertura do Siop, contados da data de publicação da Lei Orçamentária de 2022;

II - até quinze dias para que os autores de emendas individuais indiquem beneficiários e ordem de prioridade, contados do término do prazo previsto no inciso I ou da data de início da sessão legislativa de 2022, prevalecendo a data que ocorrer por último;

III - até cento e dez dias para divulgação dos programas e das ações pelos concedentes, cadastramento e envio das propostas pelos proponentes, análise e ajustes das propostas e registro e divulgação de impedimento de ordem técnica no Siop, e publicidade das propostas em sítio eletrônico, contados do término do prazo previsto no inciso II;

IV - até dez dias para que os autores das emendas individuais solicitem no Siop o remanejamento para outras emendas de sua autoria, no caso de impedimento parcial ou total, ou para uma única programação constante da Lei Orçamentária de 2022, no caso de impedimento total, contados do término do prazo previsto no inciso III;

V - até trinta dias para que o Poder Executivo federal edite ato para promover os remanejamentos solicitados, contados do término do prazo previsto no inciso IV; e

VI - até dez dias para que as programações remanejadas sejam registradas no Siop, contados do término do prazo previsto no inciso V.

§ 1º Do prazo previsto no inciso III do caput deverão ser destinados, no mínimo, dez dias para o envio das propostas pelos beneficiários indicados pelos autores das emendas individuais.

§ 2º Caso haja necessidade de limitação de empenho e pagamento, em observância ao disposto no § 18 do art. 166 da Constituição, os valores incidirão na ordem de prioridade definida no Siop pelos autores das emendas.

§ 3º Não constitui impedimento de ordem técnica a classificação indevida de modalidade de aplicação ou de GND.

§ 4º Na abertura de créditos adicionais, não poderá haver redução do montante de recursos orçamentários destinados na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, por autor, relativos a ações e serviços públicos de saúde.

§ 5º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, deverão os órgãos e unidades adotar os meios e medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.

§ 6º (VETADO).

§ 7º (VETADO).

Art. 74. O beneficiário das emendas individuais impositivas previstas no art. 166-A da Constituição deverá indicar, na Plataforma +Brasil, a agência bancária da instituição financeira oficial em que será aberta conta corrente específica para o depósito e a movimentação do conjunto dos recursos oriundos de transferências especiais de que trata o inciso I do **caput** do referido artigo.

**Subseção IV**
**Das programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição**

Art. 75. A garantia de execução referente a programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 com RP 7 observará o disposto na Emenda à Constituição nº 100, de 2019, e compreenderá, cumulativamente, o empenho e o pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto do § 3º do art. 68.

§ 1º As programações de que trata o caput:

I - serão destinadas, prioritariamente, a projetos em andamento, sem prejuízo do disposto no inciso II; e

II - quando dispuserem sobre o início de investimento com duração superior a um exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão do investimento.

§ 2º Os procedimentos e os prazos de avaliação e divulgação de impedimentos das emendas de bancada estadual serão definidos por ato do Poder Executivo federal, observado o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação da Lei Orçamentária de 2022.

§ 3º (VETADO).

CAPÍTULO V
DAS TRANSFERÊNCIAS

**Seção I**
**Das transferências para o setor privado**

**Subseção I**
**Das subvenções sociais**

Art. 76. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, observado o disposto na legislação em vigor, e desde que tais entidades:

I - sejam constituídas sob a forma de fundações incumbidas regimental e estatutariamente para atuarem na produção de fármacos, medicamentos, produtos de terapia celular, produtos de engenharia tecidual, produtos de terapia gênica, produtos médicos definidos em legislação específica e insumos estratégicos na área de saúde; ou

II - prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos do disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo único. A certificação de que trata o inciso II do **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos do disposto na legislação vigente; e

II - dispensada, para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

a) atenção à saúde dos povos indígenas;

b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou da dependência de substâncias psicoativas;

c) combate à pobreza extrema;

d) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência; e

e) prevenção de doenças, promoção da saúde e atenção às pessoas com síndrome da imunodeficiência adquirida, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária, câncer e dengue.

**Subseção II**
**Das contribuições correntes e de capital**

Art. 77. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o caput do art. 76, observado o disposto na legislação em vigor.

Parágrafo único. A transferência de recursos a título de contribuição corrente, não autorizada em lei específica, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o critério de seleção, objeto, prazo do instrumento e a justificativa para a escolha da entidade.

Art. 78. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior, conforme o § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964.

**Subseção III**
**Dos auxílios**

Art. 79. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, atendam ao disposto no inciso II do caput do art. 76 e sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, incluídas aquelas relacionadas à aquisição e instalação de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais a cargo do citado Ministério, bem como àquelas cadastradas junto a esse Ministério para recebimento de recursos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e:

a) obedeçam ao estabelecido no inciso II do **caput** do art. 76; ou

b) sejam signatárias de contrato de gestão celebrado com a administração pública federal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos do disposto na Lei nº 9.637, de 1998;

IV - qualificadas ou registradas, e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e tenham contrato de gestão firmado com órgãos públicos, observado o disposto no § 8º do art. 80;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde que seja formalizado instrumento jurídico que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais e seja demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

VI - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, desde que cumpram o disposto no inciso II do **caput** do art. 76 e as suas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) habilitação, reabilitação e integração de pessoa com deficiência ou doença crônica; ou

c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e a seus familiares;

VII - destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, e constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo federal, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

IX - colaboradoras na execução dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, com base na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999;

X - direcionadas às atividades de extrativismo, manejo de florestas de baixo impacto, sistemas agroecológicos, pesca, aquicultura e agricultura de pequeno porte realizadas por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, constituídas sob a forma de associações e cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo federal, hipótese em que caberá ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

XI - canalizadas para atividades humanitárias desenvolvidas por entidade reconhecida por ato do governo federal como de natureza auxiliar do Poder Público; ou

XII - voltadas a realização de estudos, pesquisas e atividades que possam subsidiar as políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional.

**Subseção IV**
**Disposições gerais**

Art. 80. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 76 ao art. 79, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, à entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) (VETADO);

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação "50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos";

IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, em seu sítio eletrônico ou, na falta deste, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições estabelecidos na legislação, e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2022;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e à Dívida Ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin;

XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal;

XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e dos instrumentos congêneres às normas referentes à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante os últimos três anos, de atividades relacionadas à matéria objeto da parceria.

§ 1º A transferência de recursos públicos a instituições privadas de educação, nos termos do disposto no art. 213 da Constituição, deve ser obrigatoriamente vinculada ao plano de expansão da oferta pública no nível, na etapa e na modalidade de educação respectivos.

§ 2º A determinação contida no inciso I do caput não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações que viabilizem o acesso à moradia, bem como a elevação de padrões de habitabilidade e qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivam em localidades urbanas e rurais.

§ 3º A exigência constante do inciso III do **caput** não se aplica quando a transferência dos recursos ocorrer por intermédio de fundos estaduais, distrital e municipais, nos termos do disposto na legislação pertinente.

§ 4º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público ou Defensores Públicos da União, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal ou que sejam beneficiados:

I - o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, a União Nacional dos Dirigentes de Educação, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e o Fórum Nacional de Secretarias de Assistência Social;

II - as associações de entes federativos, limitada à aplicação dos recursos de capacitação e assistência técnica; ou

III - os serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

§ 5º O disposto nos incisos VII, VIII, no que se refere à garantia real, X e XI do **caput** não se aplica às entidades beneficiárias de que tratam os incisos VII, VIII e X do **caput** do art. 79.

§ 6º As organizações da sociedade civil, nos termos do disposto no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I - termo de fomento ou de colaboração, hipótese em que deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

II - convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição, hipótese em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 7º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I - termo de parceria, observado o disposto na legislação específica pertinente a essas entidades, e processo seletivo de ampla divulgação;

II - termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

III - convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição, observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 8º As entidades qualificadas como Organizações Sociais - OS, nos termos do disposto na Lei nº 9.637, de 1998, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio de:

I - contratos de gestão, hipótese em que as despesas serão exclusivamente aquelas necessárias ao cumprimento do programa de trabalho proposto e ao alcance das metas pactuadas, classificadas no GND "3 - Outras Despesas Correntes", observados o disposto na legislação específica aplicável a essas entidades e o processo seletivo de ampla divulgação;

II - (VETADO); e

III - (VETADO).

§ 9º Para garantir a segurança dos beneficiários, os requisitos de que tratam os incisos II, IV e V do **caput** considerarão, para o seu cumprimento, as especificidades dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

§ 10. As disposições relativas a procedimentos previstos no art. 83 aplicam-se, no que couber, às transferências para o setor privado.

§ 11. É vedada a destinação de recursos à entidade privada que mantenha, em seus quadros, dirigente que incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 12. A comprovação a que se refere o inciso XIII do **caput**:

I - será regulada pelo Poder Executivo federal;

II - alcançará, no mínimo, os três anos imediatamente anteriores à data prevista para a celebração do convênio, termo de parceria ou contrato de repasse, a qual deve ser previamente divulgada por meio do edital de chamamento público ou de concurso de projetos; e

III - será dispensada para entidades sem fins lucrativos prestadoras de serviços ao SUS, habilitadas até o ano de 2014 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

§ 13. O disposto no inciso X do **caput**, no que se refere à regularidade econômico- fiscal, poderá ser apresentado por filiais ou entidades vinculadas aos órgãos centrais, que atuará como interveniente, aplicando-se essa exceção somente para transferências voltadas aos projetos e programas para atuação na área de proteção e defesa civil, meio ambiente, saúde, assistência social e educação.

§ 14. A localização física de que trata o inciso I do **caput** do art. 5º independerá da localização geográfica da entidade privada signatária do instrumento administrativo.

Art. 81. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para as transferências previstas na forma do disposto nos art. 76, art. 77 e art. 79, facultada a contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis, ressalvado o disposto em legislação específica.

**Seção II**
**Das transferências para o setor público**

**Subseção I**
**Das transferências voluntárias**

Art. 82. A transferência voluntária é caracterizada como a entrega de recursos correntes ou de capital aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou que seja destinada ao SUS, observado o disposto no caput do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Sem prejuízo dos requisitos previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes beneficiados pelas transferências de que trata o **caput** deverão observar as normas relativas à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive na modalidade pregão, nos termos do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, em sua forma eletrônica, exceto nas hipóteses em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline forma diversa para as contratações com os recursos do repasse.

§ 2º Para a realização de despesas de capital, as transferências voluntárias dependerão de comprovação do Estado, do Distrito Federal ou do Município convenente de que possui condições orçamentárias para arcar com as despesas dela decorrentes e meios que garantam o pleno funcionamento do objeto.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a existência de previsão na lei orçamentária da contrapartida para recebimento de transferência voluntária da União.

§ 4º A contrapartida de que trata o § 3º, exclusivamente financeira, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerados a capacidade financeira da unidade beneficiada e o seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que terão como limites mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) um décimo por cento e quatro por cento, para Municípios com até cinquenta mil habitantes;

b) dois décimos por cento e oito por cento, para Municípios com mais de cinquenta mil habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;

c) um por cento e vinte por cento, para os demais Municípios;

d) um décimo por cento e cinco por cento, para Municípios com até duzentos mil habitantes, situados em áreas vulneráveis a eventos extremos, tais como secas, deslizamentos e inundações, incluídos na lista classificatória de vulnerabilidade e recorrência de mortes por desastres naturais fornecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e

e) um décimo por cento e cinco por cento, para Municípios com até duzentos mil habitantes, situados em região costeira ou de estuário, com áreas de risco provocado por elevações do nível do mar, ou por eventos meteorológicos extremos, incluídos na lista classificatória de vulnerabilidade fornecida pelo Ministério do Meio Ambiente;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) um décimo por cento e dez por cento, se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, nas áreas da Sudene, da Sudam e da Sudeco; e

b) dois por cento e vinte por cento, para os demais Estados; e

III - no caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, um décimo por cento e quatro por cento.

§ 5º Os limites mínimos e máximos de contrapartida estabelecidos no § 4º poderão ser reduzidos ou ampliados mediante critérios previamente definidos ou justificativa do titular do órgão concedente, quando:

I - necessário para viabilizar a execução das ações a serem desenvolvidas;

II - necessário para transferência de recursos, conforme disposto na Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004; ou

III - decorrer de condições estabelecidas em contratos de financiamento ou acordos internacionais.

§ 6º As transferências voluntárias priorizarão os entes com menores indicadores socioeconômicos.

§ 7º Os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como os mandatários, deverão concluir as análises dos instrumentos de transferências voluntárias em até 180 (cento e oitenta) dias antes do prazo de vencimento destes.

Art. 83. O ato de entrega dos recursos a outro ente federativo a título de transferência voluntária é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou instrumento congênere e dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, e não se confunde com as efetivas liberações financeiras, as quais devem obedecer ao respectivo cronograma de desembolso.

§ 1º A comprovação de regularidade do ente federativo é efetuada quando da assinatura dos instrumentos a que se refere o **caput**.

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

§ 6º No caso de celebração de convênios ou contratos de repasse com cláusula suspensiva, é dispensado o detalhamento de coordenadas geográficas, trechos, ruas, bairros, localidades entre outros, na proposta, objeto, justificava e plano de trabalho, devendo as informações serem detalhadas na apresentação do projeto de engenharia ao concedente ou à mandatária.

Art. 84. As transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída na Lei Orçamentária de 2022 por emendas poderão ser utilizadas para os pagamentos relativos à elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, anteprojetos, projetos básicos e executivos, além das despesas necessárias ao licenciamento ambiental.

Art. 85. A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2022, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública, demonstrando o cumprimento do § 6º do art. 82.

**Subseção II**
**Das transferências ao Sistema Único de Saúde**

Art. 86. Para a transferência de recursos no âmbito do SUS, inclusive aquela efetivada por meio de convênios ou instrumentos congêneres, não será exigida a contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 87. As transferências no âmbito do SUS destinadas à aquisição de veículo para transporte sanitário eletivo na rede de atenção à saúde serão regulamentadas pelo Ministério da Saúde.

**Subseção III**
**Das demais transferências**

Art. 88. A entrega de recursos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente quando resulte na preservação ou no acréscimo no valor de bens públicos federais, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

§ 1º A destinação de recursos de que trata o **caput** observará o disposto na Subseção I.

§ 2º É facultativa a exigência de contrapartida na delegação de que trata o **caput**.

**Subseção IV**
**Disposições gerais**

Art. 89. Na hipótese de igualdade de condições entre Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos para o recebimento de transferências de recursos nos termos estabelecidos nesta Seção, os órgãos e as entidades concedentes deverão dar preferência aos consórcios públicos.

Art. 90. É vedada a transferência de recursos para obras e serviços de engenharia que não atendam ao disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

**Seção III**
**Disposições gerais**

Art. 91. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º O Poder Executivo federal adotará providências com vistas ao registro e à divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de instrumentos de parceria, convênios ou congêneres.

§ 2º Nos momentos de aceitação do projeto e execução da obra, o órgão concedente ou a sua mandatária deverá considerar a observância dos elementos técnicos de acessibilidade, conforme normas vigentes.

Art. 92. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais que, na impossibilidade de atuação do órgão concedente,

poderão atuar como mandatárias da União para execução e supervisão, e a nota de empenho deve ser emitida até a data da assinatura do acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no caput poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor atribuído ao beneficiário.

§ 2º Os valores relativos à tarifa de serviços da mandatária, correspondentes aos serviços para operacionalização da execução dos projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos pactuados, para fins de cálculo e apropriações contábeis dos valores transferidos, compõem o valor da transferência da União.

§ 3º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no **caput** correrão à conta:

I - prioritariamente, de dotações destinadas às respectivas transferências; ou

II - de categoria de programação específica.

§ 4º A prerrogativa estabelecida no § 3º, referente às despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização, é extensiva a outros órgãos ou entidades da administração pública federal com os quais o concedente ou o contratante venha a firmar parceria com esse objetivo.

§ 5º Os valores relativos às despesas administrativas com tarifas de serviços da mandatária:

I - compensarão os custos decorrentes da operacionalização da execução dos projetos e das atividades estabelecidos nos instrumentos pactuados; e

II - serão deduzidos do valor total a ser transferido ao ente ou entidade beneficiário, conforme cláusula prevista no instrumento de celebração correspondente, quando se tratar de programação de que tratam os § 9º, § 11 e § 12 do art. 166 da Constituição, até o limite de quatro inteiros e cinco décimos por cento.

§ 6º Eventual excedente da tarifa de serviços da mandatária em relação ao limite de que trata o inciso II do § 5º correrá à conta de dotação orçamentária do órgão concedente.

§ 7º Na hipótese de os serviços para operacionalização da execução dos projetos e das atividades e de fiscalização serem exercidos diretamente, sem a utilização de mandatária, fica facultada a dedução de até quatro inteiros e cinco décimos por cento do valor total a ser transferido para custeio desses serviços.

§ 8º (VETADO).

§ 9º (VETADO).

§ 10. É vedada a cobrança de tarifa de serviços da mandatária ao convenente, além do limite já estabelecido nesta Lei para administração e gestão do convênio ou contrato de repasse de que trata o inciso II do § 5º deste artigo.

Art. 93. No Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e na respectiva Lei, os recursos destinados aos investimentos programados no Plano de Ações Articuladas - PAR deverão priorizar a conclusão dos projetos em andamento com vistas a promover a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada.

Art. 94. Os pagamentos à conta de recursos recebidos da União abrangidos pela Seção I e pela Seção II deste Capítulo estão sujeitos à identificação, por CPF ou CNPJ, do beneficiário final da despesa.

§ 1º Toda movimentação de recursos de que trata este artigo, por parte de convenentes ou executores, somente será realizada se observado os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência; e

II - desembolsos por meio de documento bancário, por intermédio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou do prestador de serviços, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Ato do dirigente máximo do órgão ou da entidade concedente poderá autorizar, mediante justificativa, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, considerada a regulamentação em vigor.

Art. 95. As transferências previstas neste Capítulo serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais", conforme o caso, e poderão ser feitas de acordo com o disposto no art. 92.

Parágrafo único. A exigência constante do **caput** não se aplica à execução das ações previstas no art. 88.

Art. 96. Os valores mínimos para as transferências previstas neste Capítulo serão estabelecidos por ato do Poder Executivo federal.

CAPÍTULO VI
DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Art. 97. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar a variação:

I - (VETADO); e

II - do IPCA do IBGE, para valores emitidos a partir do exercício de 2020.

Art. 98. As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal serão incluídas na Lei Orçamentária de 2022, nos seus anexos e nos créditos adicionais separadamente das demais despesas com o serviço da dívida, constando o refinanciamento da dívida mobiliária em programação específica.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por refinanciamento o pagamento do principal, acrescido da atualização monetária da dívida pública federal, realizado com a receita proveniente da emissão de títulos.

Art. 99. Será consignada, na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal para atender, estritamente, a despesas com:

I - o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União nos termos de resolução do Senado Federal;

II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização; e

III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no **caput** seja autorizada por lei ou medida provisória.

Art. 100. Os recursos de operações de crédito contratadas junto aos organismos multilaterais que, por sua natureza, estejam vinculados à execução de projetos com fontes orçamentárias internas deverão ser destinados à cobertura de despesas com amortização ou encargos da dívida pública federal ou à substituição de receitas de outras operações de crédito externas.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se às operações na modalidade enfoque setorial amplo (sector wide approach) do BIRD e aos empréstimos por desempenho (performance driven loan) do BID.

Art. 101. Serão mantidas atualizadas, em sítio eletrônico, informações a respeito das emissões de títulos da dívida pública federal, compreendendo valores, objetivo e legislação autorizativa, independentemente da finalidade e forma, incluindo emissões para fundos, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

CAPÍTULO VII
DAS DESPESAS COM PESSOAL, DOS ENCARGOS SOCIAIS E DOS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES, AOS EMPREGADOS E AOS SEUS DEPENDENTES

**Seção I**
**Das despesas com pessoal e dos encargos sociais**

Art. 102. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2022, relativas a despesa com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2021, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto no art. 109, observados os limites estabelecidos no art. 24.

§ 1º Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, entre outras, as relacionadas ao pagamento de assistência pré-escolar de dependentes de servidores civis, militares e empregados públicos, saúde suplementar de servidores civis, militares, empregados públicos e seus dependentes, diárias, fardamento, auxílios alimentação ou refeição, moradia, transporte de qualquer natureza, ajuda de custo concernente a despesas de locomoção e instalação decorrentes de mudança de sede e de movimentação de pessoal, de caráter indenizatório no exterior e quaisquer outras indenizações, exceto as de caráter trabalhista previstas em lei.

§ 2º As despesas oriundas da concessão de pensões especiais previstas em leis específicas só serão classificadas como pessoal se vinculadas a cargo público federal.

Art. 103. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão e manterão atualizada, em seus sítios eletrônicos, no Portal da Transparência ou em portal eletrônico similar, preferencialmente na seção destinada à divulgação de informações sobre recursos humanos, em formato de dados abertos, tabela, por níveis e denominação, de:

I - quantitativo de cargos efetivos vagos e ocupados por membros de Poder, servidores estáveis e não estáveis e postos militares, segregado por pessoal ativo e inativo;

II - remuneração e subsídio de cargo efetivo, posto e graduação, segregado por pessoal ativo e inativo;

III - quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública federal;

IV - remuneração de cargo em comissão ou função de confiança; e

V - quantitativo de pessoal contratado por tempo determinado, observado o disposto nos § 2º e § 3º do art. 115.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, a responsabilidade por disponibilizar e atualizar as informações constantes no caput, será:

I - do Ministério da Economia, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - de cada empresa estatal dependente, no caso de seus empregados;

III - do Ministério da Defesa, no caso dos militares dos Comandos das Forças Armadas;

IV - da Agência Brasileira de Inteligência - Abin e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores; e

V - de cada Ministério, relativamente às empresas públicas e sociedades de economia mista a ele vinculadas.

§ 2º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá a modelo definido pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda e Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ambas do Ministério da Economia, em conjunto com os órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

§ 3º Para efeito deste artigo, não serão consideradas como cargos e funções vagos as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 4º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça editar as normas complementares para a organização e a disponibilização dos dados referidos neste artigo, no âmbito do Poder Judiciário, exceto o Supremo Tribunal Federal.

§ 5º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral e do Ministério Público da União consolidar e disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, as informações divulgadas pelos tribunais regionais ou unidades do citado Ministério.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União informarão à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda e à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ambas do Ministério da Economia, até 31 de março de 2022, o endereço do sítio eletrônico no qual for disponibilizada a tabela a que se refere o **caput**.

§ 7º As informações disponibilizadas nos termos do disposto no § 6º comporão quadro informativo consolidado da administração pública federal a ser disponibilizado pelo Ministério da Economia, em seu sítio eletrônico, no Portal da Transparência ou em portal eletrônico similar.

§ 8º Os quantitativos físicos relativos aos inativos, referidos no inciso I do **caput** deste artigo, serão segregados em nível de aposentadoria, reforma, reserva remunerada, instituidor de pensões e pensionista.

§ 9º Nos casos em que as informações previstas nos incisos I a V do **caput** sejam enquadradas como sigilosas ou de acesso restrito, a tabela deverá ser disponibilizada nos sítios eletrônicos contendo nota de rodapé com a indicação do dispositivo que legitima a restrição, conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 104. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão até o dia 30 de setembro de cada exercício, com a finalidade de possibilitar a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis, na forma do disposto na alínea "a" do inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, base de dados relativa a todos os seus servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, a responsabilidade por disponibilizar as bases de dados previstas no **caput** será:

I - da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - da Agência Brasileira de Inteligência - Abin e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores.

§ 2º As bases de dados a que se refere o **caput** serão entregues ao Congresso Nacional e à Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com conteúdo idêntico, conforme estabelecido em ato da referida Secretaria, que também disciplinará a sua forma de envio.

Art. 105. As empresas estatais dependentes disponibilizarão os acordos coletivos, convenções coletivas e dissídios coletivos de trabalho aprovados nos seus respectivos sítios eletrônicos.

Art. 106. No exercício de 2022, observado o disposto no art. 169 da Constituição e no art. 109 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores e empregados se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 103; e

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Parágrafo único. Nas autorizações previstas no art. 109, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

Art. 107. No exercício de 2022, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto para a hipótese prevista no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos decorrentes de situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo federal, nas condições estabelecidas no **caput**, é de exclusiva competência do Ministro de Estado da Economia.

Art. 108. As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhadas de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por Poder ou órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas;

III - comprovação de que a medida, em seu conjunto, não impacta a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, nos termos do disposto no § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, nem os limites de despesas primárias estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IV - manifestação do Ministério da Economia, no caso do Poder Executivo federal, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro; e

V - parecer ou comprovação do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 103- B da Constituição, de solicitação sobre o cumprimento dos requisitos previstos neste artigo, quando se tratar de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso V do **caput** aos projetos de lei referentes exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º As proposições legislativas previstas neste artigo e as Leis delas decorrentes:

I - não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma; e

II - deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar autorização em anexo específico à Lei Orçamentária, correspondente ao exercício em que entrarem em vigor, e a despesa não será autorizada enquanto não for publicada a Lei Orçamentária com a autorização e a dotação suficiente ou a sua alteração.

Art. 109. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observados as disposições do inciso I do referido parágrafo, os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e as condições estabelecidas no art. 106 desta Lei, ficam autorizados:

I - a criação de cargos, funções e gratificações por meio de transformação de cargos, funções e gratificações que, justificadamente, não implique aumento de despesa;

II - o provimento em cargos efetivos e empregos, funções, gratificações ou cargos em comissão vagos, que estavam ocupados no mês a que se refere o **caput** do art. 102 e cujas vacâncias não tenham resultado em pagamento de proventos de aposentadoria ou pensão por morte;

III - a contratação de pessoal por tempo determinado, quando caracterizar substituição de servidores e empregados públicos, desde que comprovada a disponibilidade orçamentária;

IV - a criação de cargos, funções e gratificações, o provimento de civis ou militares, o aumento de despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estrutura de carreiras, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários para o exercício e para a despesa anualizada constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2022, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e ser compatíveis com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não abrangidos nos incisos I ao III;

V - a reestruturação de carreiras que não implique aumento de despesa;

VI - o provimento em cargos em comissão, funções e gratificações existentes, desde que comprovada disponibilidade orçamentária;

VII - a revisão geral anual de que trata o inciso X do **caput** do art. 37 da Constituição, observado o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997; e

VIII - o provimento de cargos e funções relativos aos concursos vigentes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2022, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e ser compatíveis com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não abrangidos nos incisos I a IV.

§ 1º Para fins do disposto nos incisos I, II, IV e VI do **caput**, serão consideradas exclusivamente as gratificações que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - cuja concessão, designação ou nomeação requeira ato discricionário da autoridade competente; e

II - não componham a remuneração do cargo efetivo, do emprego ou do posto ou da graduação militar, para qualquer efeito.

§ 2º O anexo a que se refere o inciso IV do **caput** terá os limites orçamentários correspondentes discriminados por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com:

I - as quantificações para a criação de cargos, funções e gratificações, além das especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, com a indicação específica da proposição legislativa correspondente;

II - as quantificações para o provimento de cargos efetivos civis e militares e empregos, exceto se destinados a empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição;

III - as dotações orçamentárias autorizadas para 2022 correspondentes ao valor igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado, constantes de programação específica, nos termos do disposto no inciso XIII do **caput** do art. 12; e

IV - os valores relativos à despesa anualizada.

§ 3º Fica facultada a atualização pelo Ministério da Economia dos valores previstos nos incisos III e IV do § 2º durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 no Congresso Nacional, no prazo estabelecido no § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 4º Para fins de elaboração do anexo previsto no inciso IV do **caput**, cada órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União enviará as informações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia no prazo estabelecido no art. 23.

Art. 110. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em órgão oficial de imprensa e disponibilizados nos sítios eletrônicos dos órgãos.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão e funções de confiança em subelemento específico.

Art. 111. O pagamento de quaisquer aumentos de despesa com pessoal decorrente de medidas administrativas ou judiciais que não se enquadrem nas exigências dos art. 102, art. 108 e art. 109 dependerá de abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações de despesas primárias, observados os limites estabelecidos nos termos do disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 112. Para fins de incidência do limite de que trata o inciso XI do caput do art. 37 da Constituição, serão considerados os pagamentos efetuados a título de honorários advocatícios de sucumbência.

Art. 113. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento dos benefícios obrigatórios, da assistência médica e odontológica e de pessoal, aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e nos créditos adicionais, deverão ser preferencialmente executadas:

I - pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, por meio de descentralização ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, quanto aos inativos e aos pensionistas da administração pública federal direta integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec; e

II - pelo INSS, por meio de descentralização, quanto aos inativos e aos pensionistas das autarquias e fundações da administração pública federal.

Art. 114. O relatório resumido da execução orçamentária de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive o quantitativo de pessoal, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos, e encargos sociais para:

I - pessoal civil da administração pública direta;

II - pessoal militar;

III - servidores das autarquias;

IV - servidores das fundações;

V - empregados de empresas que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

VI - despesas com cargos em comissão; e

VII - contratado por prazo determinado, quando couber.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia unificará e consolidará as informações relativas a despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo federal.

Art. 115. Para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas, quando caracterizarem substituição de militares, servidores ou empregados públicos, aquelas relativas à:

I - contratação de pessoal por tempo determinado; e

II - contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando se enquadrar na hipótese prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Caracterizam-se como substituição de militares, servidores ou empregados públicos aquelas contratações para atividades que:

I - envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; ou

II - sejam consideradas estratégicas ou sejam inerentes às competências institucionais finalísticas atribuídas legalmente ao órgão ou à entidade contratante.

§ 2º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado:

I - quando caracterizarem substituição de militares, servidores ou empregados públicos, na forma prevista no § 1º, deverão ser classificadas no GND 1 e no elemento de despesa "04 - Contratação por Tempo Determinado"; e

II - quando não caracterizarem substituição de militares, servidores ou empregados públicos, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1 e deverão ser classificadas no elemento de despesa "04 - Contratação por Tempo Determinado".

§ 3º As despesas de contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, nos termos do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1 e devem ser classificadas no elemento de despesa "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 116. O disposto nesta Seção aplica-se, no que couber, aos militares das Forças Armadas e às empresas estatais dependentes.

**Seção II**
**Das despesas com benefícios aos agentes públicos e aos seus dependentes**

Art. 117. O limite relativo à proposta orçamentária de 2022, para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, relativo aos benefícios aos agentes públicos e aos seus dependentes, constantes da Seção I do Anexo III, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2021, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês, com os totais de beneficiários e valores per capita divulgados nos sítios eletrônicos, nos termos do disposto no art. 118 e, nos eventuais acréscimos legais, observado o disposto nos art. 24 e art. 120.

§ 1º O montante de recursos incluído no Projeto e na Lei Orçamentária de 2022 para atender às despesas de que trata o **caput** deve estar compatível com o número efetivo de beneficiários informado nas respectivas metas, existente em março de 2021, acrescido do número previsto de ingresso de beneficiários oriundos de posses e contratações ao longo dos anos de 2021 e 2022.

§ 2º O resultado da divisão entre os recursos alocados nas ações orçamentárias relativas aos benefícios relacionados no **caput** e o número previsto de beneficiários deverá corresponder ao valor per capita vigente no âmbito de cada órgão ou unidade orçamentária.

Art. 118. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão e manterão atualizadas, nos sítios eletrônicos, no Portal da Transparência ou em portal eletrônico similar, preferencialmente, na seção destinada à divulgação de informações sobre recursos humanos, em formato de dados abertos, tabela com os totais de beneficiários e valores per capita, segundo cada benefício referido no art. 117, por órgão e entidade, bem como os atos legais relativos aos seus valores per capita.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, a responsabilidade pela disponibilização das informações previstas no **caput** será:

I - do Ministério da Economia, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dos seus dependentes;

II - de cada empresa estatal dependente, no caso dos seus empregados e dos seus dependentes;

III - do Ministério da Defesa, no caso dos militares dos Comandos das Forças Armadas e dos seus dependentes;

IV - da Agência Brasileira de Inteligência - Abin e do Banco Central do Brasil, no caso dos seus servidores e dos seus dependentes; e

V - de cada Ministério, relativamente às empresas públicas e às sociedades de economia mista a ele vinculadas, no caso dos seus empregados e dos seus dependentes.

§ 2º A tabela referida no **caput** obedecerá a modelo definido pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda e Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ambas do Ministério da Economia, em conjunto com os órgãos técnicos dos demais Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

§ 3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União informarão o endereço do sítio eletrônico no qual for disponibilizada a tabela a que se refere o **caput** à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia até 31 de março de 2022.

§ 4º As informações disponibilizadas nos termos do disposto no § 3º comporão quadro informativo consolidado da administração pública federal a ser disponibilizado pelo Ministério da Economia, em seu sítio eletrônico, no Portal da Transparência ou em portal eletrônico similar.

§ 5º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça editar normas complementares para a organização e disponibilização dos dados referidos neste artigo, no âmbito do Poder Judiciário, exceto o Supremo Tribunal Federal.

§ 6º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral e do Ministério Público da União consolidar e disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, as informações divulgadas pelos tribunais regionais ou unidades do Ministério Público da União.

§ 7º Nos casos em que as informações previstas no **caput** sejam enquadradas como sigilosas ou de acesso restrito, a tabela deverá ser disponibilizada nos sítios eletrônicos contendo nota de rodapé com a indicação do dispositivo que legitima a restrição, conforme disposto na Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 119. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias classificadas como despesas primárias obrigatórias, relativas aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes, fardamento e movimentação de militares, somente poderão ser remanejadas para o atendimento de outras despesas após atendidas todas as necessidades de suplementação das mencionadas dotações no âmbito das unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo federal ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Art. 120. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2022, de auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-moradia e assistência pré-escolar.

Art. 121. O disposto nesta Seção aplica-se, no que couber, aos militares das Forças Armadas e às empresas estatais dependentes.

CAPÍTULO VIII
DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 122. As agências financeiras oficiais de fomento terão como diretriz geral a preservação e a geração do emprego e, respeitadas suas especificidades, as seguintes prioridades para:

I - a Caixa Econômica Federal, redução do deficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiem idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, mulheres chefes de família ou em situação de vulnerabilidade social, policiais federais, civis e militares, e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais;

II - o Banco do Brasil S.A., aumento da oferta de alimentos para o mercado interno, especialmente integrantes da cesta básica e por meio de incentivos a programas de segurança alimentar e nutricional, de agricultura familiar, de agroecologia, de agroenergia, e de produção orgânica, a ações de implementação de políticas agroambientais, de fomento para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, e de incremento da produtividade do setor agropecuário, da oferta de produtos agrícolas para exportação e intensificação das trocas internacionais do País com seus parceiros com vistas a incentivar a competitividade de empresas brasileiras no exterior;

III - o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, estímulo à criação de empregos e à ampliação da oferta de produtos de consumo popular por meio do apoio à expansão e ao desenvolvimento das cooperativas de trabalhadores artesanais, do extrativismo sustentável, do manejo de florestas de baixo impacto e da recuperação de áreas degradadas, das atividades desenvolvidas pelos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, da agricultura de pequeno porte, dos sistemas agroecológicos, da pesca, dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e das microempresas, pequenas e médias empresas, especialmente daquelas localizadas na faixa de fronteira prioritárias definidas na PNDR, e do fomento à cultura;

IV - o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira, especialmente, por meio do apoio:

a) à inovação, à difusão tecnológica, às iniciativas destinadas ao aumento da produtividade, ao empreendedorismo, às incubadoras e aceleradoras de empreendimentos e às exportações de bens e serviços;

b) às microempresas, pequenas e médias empresas;

c) à infraestrutura nacional nos segmentos de, dentre outros, energia, inclusive na geração e na transmissão de energia elétrica, no transporte de gás por gasodutos, no uso de fontes alternativas e na eletrificação rural, logística e navegação fluvial e de cabotagem, e mobilidade urbana;

d) à modernização da gestão pública e ao desenvolvimento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos serviços sociais básicos, tais como saneamento básico, educação, saúde e segurança alimentar e nutricional;

e) aos investimentos socioambientais, à agricultura familiar, à agroecologia, às cooperativas e empresas de economia solidária, à inclusão produtiva e ao microcrédito, aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais;

f) à adoção das melhores práticas de governança corporativa e ao fortalecimento do mercado de capitais inclusive mediante a prestação de serviços de assessoramento que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país;

g) aos projetos destinados ao turismo e à reciclagem de resíduos sólidos com tecnologias sustentáveis; e

h) às empresas do setor têxtil, moveleiro, fruticultor e coureiro-calçadista;

V - a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, a promoção do desenvolvimento da infraestrutura e indústria, agricultura e agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao software público, software livre, à capacitação científica e tecnológica, melhoria da competitividade da economia, estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercado Comum do Sul - Mercosul, geração de empregos e redução do impacto ambiental;

VI - o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco do Brasil S.A., a redução das desigualdades nas Regiões Norte, Nordeste, com ênfase na região do semiárido, e Centro-Oeste do país, observadas as diretrizes estabelecidas na PNDR mediante apoio a projetos para melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social sustentável e maior eficiência dos instrumentos gerenciais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO, cujas aplicações em financiamentos rurais deverão ser destinadas preferencialmente ao financiamento da produção de alimentos básicos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e

VII - o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco do Brasil S.A., o BNDES e a Caixa Econômica Federal, o financiamento de projetos que promovam:

a) modelos produtivos rurais sustentáveis associados às metas da Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida - INDC, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e a outros compromissos assumidos na política de clima, especialmente no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, que promovam a recuperação de áreas degradadas e que reduzam, de forma efetiva e significativa, a utilização de produtos agrotóxicos, desde que haja demanda habilitada; e

b) ampliação da geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, especialmente para produção de excedente para aproveitamento por meio de sistema de compensação de energia elétrica.

§ 1º A concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento não será permitida para:

I - empresas e entidades do setor privado ou público, inclusive aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como suas entidades da administração pública indireta, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, que estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades das administrações direta e indireta, e o FGTS;

II - aquisição de ativos públicos incluídos no Plano Nacional de Desestatização;

III - importação de bens ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preço equivalentes, exceto se constatada a impossibilidade do fornecimento do bem ou da prestação do serviço por empresa nacional, a ser aferida de acordo com a metodologia definida pela agência financeira oficial de fomento; e

IV - instituições cujos dirigentes sejam condenados por trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, ou racismo.

§ 2º Em casos excepcionais, o BNDES poderá, no processo de privatização, financiar o comprador, desde que autorizado por lei específica.

§ 3º Integrarão o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição demonstrativos consolidados relativos a empréstimos e financiamentos, inclusive operações não reembolsáveis, dos quais constarão, discriminados por região, unidade federativa, setor de atividade, porte do tomador e origem dos recursos aplicados, em consonância com o inciso XIV do Anexo II:

I - saldos anteriores;

II - concessões no período;

III - recebimentos no período, discriminando as amortizações e os encargos; e

IV - saldos atuais.

§ 4º O Poder Executivo federal demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, em maio e setembro, convocada com antecedência mínima de trinta dias, a aderência das aplicações dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, de que trata este artigo, à política estipulada nesta Lei, e a execução do plano de aplicação previsto no inciso XIV do Anexo II.

§ 5º As agências financeiras oficiais de fomento deverão ainda:

I - observar os requisitos de sustentabilidade, transparência e controle previstos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como nas normas e orientações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;

II - observar a diretriz de redução das desigualdades, quando da aplicação de seus recursos;

III - considerar, como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas:

a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica;

b) que promovam a aquisição e a instalação, ou adquiram e instalem sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica ou eólica;

c) que integrem as cadeias produtivas locais;

d) que empreguem pessoas com deficiência em proporção superior àquela exigida no art. 110 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) privadas que adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros; ou

f) que atuem no setor de turismo, ampliando em, pelo menos, 20% (vinte por cento) o volume concedido em relação à média dos últimos 5 (cinco) anos, podendo ser destinado, inclusive, ao financiamento voltado para a manutenção de emprego e capital de giro;

IV - adotar medidas que visem à simplificação dos procedimentos relativos à concessão de empréstimos e financiamentos para micro e pequenas empresas;

V - priorizar o apoio financeiro a segmentos de micro e pequenas empresas e a implementação de programas de crédito que favoreçam a criação de postos de trabalhos;

VI - publicar bimestralmente, na internet, demonstrativo que discrimine os financiamentos a partir de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) concedidos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos governos estrangeiros, com informações relativas a ente beneficiário e execução financeira;

VII - fazer constar dos contratos de financiamento de que trata o inciso VI cláusulas que obriguem o favorecido a publicar e manter atualizadas, em sítio eletrônico, informações relativas à execução física do objeto financiado; e

VIII - publicar, até o dia 30 de abril de 2022, em seus portais de transparência, nos sítios eletrônicos a que se refere o § 2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades mencionadas no inciso II deste parágrafo.

§ 6º É vedada a imposição de critérios ou requisitos para concessão de crédito pelos agentes financeiros habilitados que não sejam delineados e estabelecidos originalmente pelas agências financeiras oficiais de fomento para as diversas linhas de crédito e setores produtivos.

§ 7º Nos casos de financiamento para redução do deficit habitacional e melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, deverá ser observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 32 da Lei nº 13.146, de 2015.

§ 8º A vedação de que trata o inciso I do § 1º não se aplica às renegociações previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

§ 9º O disposto na alínea "d" do inciso IV do **caput** aplica-se preferencialmente a Municípios de até cinquenta mil habitantes.

§ 10. O BNDES relacionará e publicará os financiamentos realizados no exercício de 2022 com recursos derivados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

§ 11. (VETADO).

Art. 123. Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos custos de captação e de administração, ressalvado o previsto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

## CAPÍTULO IX
## DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Art. 124. As proposições legislativas e as suas emendas, observado o disposto no art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem redução de receita ou aumento de despesa da União deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

§ 1º O proponente é o responsável pela elaboração e pela apresentação do demonstrativo a que se refere o **caput**.

§ 2º Quando solicitados por presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União fornecerão, no âmbito de sua competência, no prazo máximo de sessenta dias, os subsídios técnicos relacionados ao cálculo do impacto orçamentário e financeiro associado à proposição legislativa, para fins da elaboração do demonstrativo a que se refere o **caput**.

§ 3º O demonstrativo a que se refere o **caput** deverá conter memória de cálculo com grau de detalhamento suficiente para evidenciar a verossimilhança das premissas e a pertinência das estimativas.

§ 4º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro deverá constar da exposição de motivos, caso a proposição seja de autoria do Poder Executivo federal, ou da justificativa, caso a proposição tenha origem no Poder Legislativo

§ 5º (VETADO).

Art. 125. Caso o demonstrativo a que se refere o art. 124 apresente redução de receita ou aumento de despesas, a proposta deverá demonstrar a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais e cumprir, para esse fim:

I - no caso de redução de receita, no mínimo, um dos seguintes requisitos:

a) ser demonstrado pelo proponente que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) estar acompanhada de medida compensatória que anule o efeito da renúncia no resultado primário, por meio de aumento de receita corrente ou redução de despesa; ou

c) comprovar que os efeitos financeiros líquidos das proposições decorrentes de extinção, transformação, redução de serviço público ou do exercício de poder de polícia, ou de instrumentos de transação resolutiva de litígio, este último conforme disposto em lei, são positivos e não prejudicam o alcance da meta de resultado fiscal; e

II - no caso de aumento de despesa, observar o seguinte:

a) se for obrigatória de caráter continuado, estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, ou da redução permanente de despesas; ou

b) se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, dispensada a apresentação de medida compensatória.

§ 1º No caso de receita administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas do Ministério da Economia, o atendimento ao disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do **caput** dependerá, para propostas legislativas provenientes do Poder Executivo federal, de declaração formal desses órgãos, conforme o caso.

§ 2º Fica dispensada do atendimento ao disposto nos incisos I e II do **caput** e da comprovação de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais a proposição cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2021.

§ 3º Não se aplicam às renúncias de que trata o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - a hipótese de redução da despesa de que trata a alínea "b" do inciso I do **caput**; e

II - a hipótese prevista no § 2º.

§ 4º Para fins de atendimento ao disposto na alínea "b" do inciso I e na alínea "a" do inciso II do **caput**, as medidas compensatórias de redução de despesa ou o aumento de receita devem ser expressamente indicados na exposição de motivos ou na justificativa que embasar a proposta legislativa, vedada a alusão a lei aprovada ou a outras proposições legislativas em tramitação.

§ 5º Caso a redução de receita ou o aumento de despesa decorra do requisito previsto na alínea "b" do inciso I ou na alínea "a" do inciso II do **caput**, os dispositivos da legislação aprovada que acarretem redução de receita ou aumento de despesa produzirão efeitos quando cumpridas as medidas de compensação.

§ 6º O disposto no § 2º não se aplica às despesas com:

I - pessoal, de que trata o art. 109;

II - benefícios a servidores; e

III - benefícios ou serviços da seguridade social instituídos, majorados ou estendidos, nos termos do disposto no § 5º do art. 195 da Constituição.

§ 7º Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do **caput** do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e na alínea "a" do inciso I do **caput** deste artigo, quaisquer proposições legislativas em tramitação que importem ou autorizem redução de receita poderão ter seus efeitos considerados na estimativa de receita do Projeto da Lei Orçamentária e da respectiva Lei.

§ 8º O disposto no **caput** não se aplica:

I - aos impostos a que se refere o inciso I do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; e

II - às hipóteses de transação no contencioso tributário de pequeno valor, nos termos previstos em lei, observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 9º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, para proposições que atendam às necessidades dela decorrentes, fica dispensada a demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais de que trata o **caput**, sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 126. As proposições legislativas de autoria do Poder Executivo federal que possam acarretar redução de receita, na forma prevista no art. 124, serão encaminhadas para análise e emissão de parecer dos órgãos centrais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e do Sistema de Administração Financeira Federal, para avaliação quanto à sua adequação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. O processo que solicitar a manifestação de que trata o **caput** deverá estar instruído com todos os demonstrativos necessários para atestar, no que couber, o atendimento ao disposto nos art. 124 e art. 125.

Art. 127. O disposto nos art. 124 e art. 125 aplica-se às proposições legislativas que:

I - autorizem renúncia de receita, ainda que a produção de efeitos dependa de atuação administrativa posterior;

II - contenham remissão a futura legislação, parcelamento de despesa ou postergação do impacto orçamentário-financeiro; ou

III - estejam em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 128. Será considerada incompatível com as disposições desta Lei a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos do disposto nos art. 49, art. 51, art. 52, art. 61, art. 63, art. 96 e art. 127 da Constituição;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do disposto no art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em:

a) somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite estabelecido no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição;

b) despesa, por Poder ou órgão, acima dos limites estabelecidos nos art. 20 e art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

c) descumprimento do limite estabelecido no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos da União e:

a) não contenham normas específicas sobre a gestão, o funcionamento e controle do fundo; ou

b) fixem atribuições ao fundo que possam ser realizadas pela estrutura departamental da administração pública federal; ou

IV - determine ou autorize a indexação ou atualização monetária de despesas públicas, inclusive aquelas tratadas no inciso V do **caput** do art. 7º da Constituição.

§ 1º Para fins da verificação de incompatibilidade de que trata a alínea "b" do inciso II do **caput** e do cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, será utilizada a receita corrente líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação.

§ 2º O disposto no inciso III do **caput** não se aplica a proposições que tenham por objeto a transformação ou alteração da natureza jurídica de fundo existente na data de publicação desta Lei.

Art. 129. As propostas de atos que resultem em criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, além de atender ao disposto nos art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão, previamente à sua edição, ser encaminhadas aos órgãos a seguir para que se manifestem sobre a compatibilidade e a adequação orçamentária e financeira:

I - no âmbito do Poder Executivo federal, ao Ministério da Economia; e

II - no âmbito dos demais Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, aos órgãos competentes, inclusive aqueles referidos no § 1º do art. 23.

Art. 130. Somente por meio de lei poderá ser concedido aumento de parcelas transitórias que não se incorporem a vencimentos ou proventos, relativas a férias, abono de permanência, exercício de função eleitoral e outras de natureza eventual como retribuições, parcelas ou vantagens com previsão constitucional.

Art. 131. A proposição legislativa ou o ato normativo regulamentador de norma constitucional ou legal, para constituir transferência obrigatória, deverá conter:

I - critérios e condições para identificação e habilitação das partes beneficiadas;

II - fonte e montante máximo dos recursos a serem transferidos;

III - definição do objeto e da finalidade da realização da despesa; e

IV - forma e elementos pormenorizados para a prestação de contas.

Art. 132. As disposições deste Capítulo aplicam-se também às proposições decorrentes do disposto nos incisos XIII e XIV do **caput** do art. 21 da Constituição.

Art. 133. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e medidas provisórias em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita na forma estabelecida neste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 serão identificadas:

I - as proposições de alterações na legislação e a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - as despesas condicionadas à aprovação das alterações na legislação.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º aplica-se às propostas de modificação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 encaminhadas ao Congresso Nacional de acordo com o disposto no § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 3º A troca de fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2022, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de até trinta dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2022 ou das referidas alterações legislativas, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Art. 134. As proposições legislativas que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica à vinculação de taxas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços ou pelo exercício do poder de polícia.

§ 2º O disposto no **caput** não se aplica à alteração de vinculação de receitas existente quando a nova vinculação for menos restritiva.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a mera vinculação de receitas não constitui obrigação constitucional ou legal do ente e não gera expectativas de direito oponíveis contra a União.

Art. 135. A proposta de criação ou a alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício do poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

Art. 136. As proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:

I - conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos;

II - estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos; e

III - designar órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O órgão gestor definirá indicadores para acompanhamento das metas e dos objetivos estabelecidos no programa e dará publicidade a suas avaliações.

§ 2º (VETADO).

## CAPÍTULO X
## DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO E SOBRE AS OBRAS E OS SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

Art. 137. O Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a respectiva Lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, hipótese em que a execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos, contratos, convênios, das etapas, parcelas ou dos subtrechos constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 9º permanecerá condicionada à prévia deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, sem prejuízo do disposto no art. 71, § 1º e § 2º, da Constituição, e observado o disposto no art. 142, § 6º e § 8º, desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I - execução física - a realização da obra, o fornecimento do bem ou a prestação do serviço;

II - execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

III - execução financeira - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

IV - indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação - IGP - os atos e fatos materialmente relevantes em relação ao valor total contratado que apresentem potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e que:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configurem graves desvios relativamente aos princípios constitucionais a que está submetida a administração pública federal;

V - indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores - IGR - aquele que, embora atenda à conceituação contida no inciso IV, permite a continuidade da obra desde que haja autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário até a decisão de mérito sobre o indício relatado; e

VI - indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade - IGC - aquele que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atenda à conceituação contida nos incisos IV ou V do § 1º.

§ 2º Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de orçamento deverão providenciar o bloqueio, nos sistemas próprios, da execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos, contratos, convênios, das etapas, parcelas ou dos subtrechos constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 9º, permanecendo nessa situação até a deliberação em contrário da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

§ 3º Não estão sujeitos ao bloqueio da execução, a que se refere o § 2º, os casos para os quais tenham sido apresentadas garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, nos termos do disposto na legislação pertinente, sem prejuízo do disposto no art. 71, § 1º e § 2º, da Constituição, sendo permitido apresentar as garantias à medida que sejam executados os serviços sobre os quais recai o apontamento de irregularidade grave.

§ 4º Os pareceres da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acerca de obras e serviços com indícios de irregularidades graves deverão ser fundamentados, explicitando as razões da deliberação.

§ 5º A inclusão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, na respectiva Lei e nos créditos adicionais de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves obedecerá, sempre que possível, à mesma classificação orçamentária constante das leis orçamentárias anteriores, ajustada à lei do Plano Plurianual, conforme o caso.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de que trata o **caput**, cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

§ 7º Os titulares dos órgãos e das entidades executoras e concedentes deverão suspender as autorizações para execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de que trata o **caput**, situação que deverá ser mantida até a deliberação em contrário da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, sem prejuízo do disposto no art. 71, § 1º e 2º, da Constituição, e no art. 141 desta Lei.

§ 8º A suspensão de que trata o § 7º, sem prejuízo do disposto no art. 71, § 1º e § 2º, da Constituição, poderá ser evitada, a critério da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, caso os órgãos e as entidades executores ou concedentes adotem medidas corretivas para o saneamento das possíveis falhas ou se forem oferecidas garantias suficientes à cobertura integral dos supostos prejuízos potenciais ao erário, nos termos do disposto no § 3º.

§ 9º A classificação, pelo Tribunal de Contas da União, das constatações de fiscalização nas modalidades previstas nos incisos IV e V do § 1º, ocorrerá por decisão monocrática ou colegiada, que deve ser proferida no prazo máximo de quarenta dias corridos, contado da data de conclusão da auditoria pela unidade técnica, dentro do qual deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação preliminar, em quinze dias corridos, aos órgãos e às entidades aos quais forem atribuídas as supostas irregularidades.

§ 10. O enquadramento na classificação a que se refere o § 9º poderá ser revisto a qualquer tempo mediante decisão posterior, monocrática ou colegiada, do Tribunal de Contas da União, em face de novos elementos de fato e de direito apresentados pelos interessados.

Art. 138. O Congresso Nacional considerará, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de obras e serviços com indícios de irregularidades graves:

I - a classificação da gravidade do indício, nos termos estabelecidos nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 137; e

II - as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução, que devem abordar, em especial:

a) os impactos sociais, econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento pela população;

b) os riscos sociais, ambientais e à segurança da população local, decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

c) a motivação social e ambiental do empreendimento;

d) o custo da deterioração ou perda de materiais adquiridos ou serviços executados;

e) as despesas necessárias à preservação das instalações e dos serviços já executados;

f) as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

g) as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou da entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

h) o custo total e o estágio de execução física e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, obras ou parcelas envolvidas;

i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação;

j) custos para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato; e

k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

§ 1º A apresentação das razões a que se refere o inciso II do **caput** é de responsabilidade:

I - do titular do órgão ou da entidade federal, executor ou concedente, responsável pela obra ou serviço em que se tenha verificado indício de irregularidade, no âmbito do Poder Executivo federal; ou

II - do titular do órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, para as obras e os serviços executados em seu âmbito.

§ 2º As razões de que trata este artigo poderão ser encaminhadas ao Congresso Nacional, por escrito, pelos responsáveis mencionados no § 1º:

I - para as obras e os serviços constantes da relação de que trata o inciso I do **caput** do art. 139, no prazo a que se refere o art. 10;

II - para as obras e os serviços constantes da relação de que trata o inciso II do **caput** do art. 139, no prazo de até quinze dias, contado da data de publicação do acórdão do Tribunal de Contas da União que aprove a forma final da mencionada relação; e

III - no caso das informações encaminhadas na forma do disposto no art. 142, no prazo de até quinze dias, contado da data de recebimento da decisão monocrática ou da publicação do acórdão a que se refere o § 9º do art. 137.

§ 3º A omissão na prestação das informações, na forma e nos prazos previstos no § 2º, não impedirá as decisões da Comissão Mista, a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, e do Congresso Nacional, nem retardará a aplicação de quaisquer de seus prazos de tramitação e deliberação.

§ 4º Para fins deste artigo, o Tribunal de Contas da União subsidiará a deliberação do Congresso Nacional, com o envio de informações e avaliações acerca de potenciais prejuízos econômicos e sociais advindos da paralisação.

Art. 139. Para fins do disposto no inciso V do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e no § 2º do art. 9º desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará:

I - à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1º de agosto de 2021, a relação das obras e dos serviços com indícios de irregularidades graves, com o correspondente banco de dados, com a especificação das classificações institucional, funcional e programática vigentes, com os números dos contratos e convênios, na forma do disposto no Anexo VI à Lei Orçamentária de 2021, acrescida do custo global estimado de cada obra ou serviço listado e do estágio da execução física, e a data a que se referem essas informações; e

II - à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, até cinquenta e cinco dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária, a relação atualizada de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos nos quais sejam identificados indícios de irregularidades graves, classificados na forma do disposto nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 137, e a relação daqueles que, embora tenham tido recomendação de paralisação da equipe de auditoria, não tenham sido objeto de decisão monocrática ou colegiada no prazo previsto no § 9º do art. 137, acompanhadas de cópias em meio eletrônico das decisões monocráticas e colegiadas, dos relatórios e votos que as fundamentarem e dos relatórios de auditoria das obras e dos serviços fiscalizados.

§ 1º É obrigatória a especificação dos empreendimentos, dos contratos, convênios ou editais relativos a etapas, parcelas ou subtrechos nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves, bem como da decisão monocrática ou do acórdão ao qual se refere o § 9º do art. 137.

§ 2º O Tribunal de Contas da União e a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição manterão as informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves de que trata este artigo atualizadas em seu sítio eletrônico.

§ 3º Para fins de atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal de Contas da União deve enviar subsídios à Comissão Mista a que se refere o art. 166 da Constituição acerca de fatos e situações que possam comprometer a gestão fiscal e o atingimento das metas previstas nesta Lei, em especial a necessidade de limitação de empenho e pagamento de que trata o art. 9º da referida Lei Complementar.

Art. 140. A seleção das obras e dos serviços a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União deve considerar, entre outros fatores:

I - o valor autorizado e empenhado nos exercícios anterior e atual;

II - a regionalização do gasto;

III - o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores e a reincidência de irregularidades cometidas, tanto do órgão executor como do ente beneficiado; e

IV - as obras contidas no Anexo VI à Lei Orçamentária em vigor que não foram objeto de deliberação posterior do Tribunal de Contas da União pela regularidade.

§ 1º O Tribunal de Contas da União deverá, adicionalmente, encaminhar informações sobre outras obras ou serviços nos quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos doze meses, contados da data de publicação desta Lei, com o grau de detalhamento definido no § 2º e observado o disposto nos incisos IV, V e VI do § 1º e no § 9º do art. 137.

§ 2º Da seleção referida no **caput** constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:

I - as classificações institucional, funcional e programática, atualizadas de acordo com o disposto na Lei Orçamentária de 2021;

II - a sua localização e especificação, com as etapas, parcelas ou os subtrechos e seus contratos e convênios, conforme o caso;

III - o CNPJ e a razão social da empresa responsável pela execução da obra ou do serviço nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves, nos termos do disposto nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 137, bem como o nome do órgão ou da entidade responsável pela contratação;

IV - a natureza e a classificação dos indícios de irregularidades de acordo com sua gravidade, bem como o pronunciamento acerca da estimativa do valor potencial do prejuízo ao erário e de elementos que recomendem a paralisação preventiva da obra;

V - as providências já adotadas pelo Tribunal de Contas da União quanto às irregularidades;

VI - o percentual de execução físico-financeira;

VII - a estimativa do valor necessário para conclusão;

VIII - as manifestações prévias do órgão ou da entidade fiscalizada aos quais tenham sido atribuídas as supostas irregularidades, bem como as correspondentes decisões, monocráticas ou colegiadas, com os relatórios e votos que as fundamentarem, quando houver;

IX - o conteúdo das eventuais alegações de defesa apresentadas e sua apreciação; e

X - as eventuais garantias de que trata o § 3º do art. 137, identificando o tipo e valor.

§ 3º As unidades orçamentárias responsáveis por obras e serviços que constem, em dois ou mais exercícios, do Anexo a que se refere o § 2º do art. 9º, deverão informar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, no prazo de até trinta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, as medidas adotadas para sanar as irregularidades apontadas em decisão do Tribunal de Contas da União da qual não caiba mais recurso perante aquela Corte.

§ 4º Para efeito do que dispõe o § 6º do art. 142, o Tribunal de Contas da União encaminhará informações das quais constará pronunciamento conclusivo quanto a irregularidades graves que não se confirmaram ou ao seu saneamento.

§ 5º Sempre que a informação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do disposto no **caput**, implicar reforma de deliberação anterior, deverão ser evidenciadas a decisão reformada e a correspondente decisão reformadora.

Art. 141. A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

§ 1º Serão convidados para as audiências os representantes do Tribunal de Contas da União, dos órgãos e das entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas, inclusive aquelas a que se refere o art. 138, acompanhadas da justificação por escrito do titular do órgão ou da entidade responsável pelas contratações e dos respectivos documentos comprobatórios.

§ 2º A deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição que resulte na continuidade da execução de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação ainda não sanados dependerá da avaliação das informações recebidas na forma do disposto no § 2º do art. 138 e de prévia realização da audiência pública prevista no **caput**, quando deverão ser avaliados os prejuízos potenciais da paralisação para a administração pública e a sociedade.

§ 3º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá realizar audiências públicas para subsidiar a apreciação do relatório de que trata o § 7º do art. 142.

Art. 142. Durante o exercício de 2022, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional e ao órgão ou à entidade fiscalizada, no prazo de até quinze dias, contado da data da decisão ou do acórdão aos quais se refere o art. 137, § 9º e § 10, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2022, inclusive com as informações relativas às execuções física, orçamentária e financeira, acompanhadas das manifestações dos órgãos e das entidades responsáveis pelas obras que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio das respectivas execuções física, orçamentária e financeira.

§ 1º O Tribunal de Contas da União disponibilizará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e serviços.

§ 2º Os processos relativos a obras ou serviços que possam ser objeto de bloqueio nos termos do disposto nos art. 137 e art. 138 serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, devendo a decisão indicar, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até quatro meses, contado da data da comunicação prevista no **caput**.

§ 3º A decisão mencionada no § 2º deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades graves.

§ 4º Após a manifestação do órgão ou da entidade responsável quanto à adoção das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão de que trata o § 2º, no prazo de até três meses, contado da data de entrega da citada manifestação.

§ 5º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos § 2º e § 4º, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso.

§ 6º Após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, o bloqueio e o desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira nos termos estabelecidos neste Capítulo ocorrerão por meio de decreto legislativo baseado em deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à qual cabe divulgar, em sítio eletrônico, a relação atualizada dos subtítulos de que trata o **caput**.

§ 7º O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2022, à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, o relatório com as medidas saneadoras adotadas e as pendências relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

§ 8º A decisão pela paralisação ou continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, nos termos do disposto no § 2º do art. 141 e no **caput** e no § 4º deste artigo, ocorrerá sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa.

§ 9º Aplica-se às deliberações de que trata este artigo a exigência de que trata o § 2º do art. 141.

§ 10. O Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até trinta dias, contado da data do despacho ou do acórdão que adotar ou referendar medida cautelar fundamentada no art. 276 do Regimento Interno daquele Tribunal, cópia da decisão relativa à suspensão de execução de obra ou serviço de engenharia, acompanhada da oitiva do órgão ou da entidade responsável.

Art. 143. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, no prazo de até trinta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, quadro-resumo relativo à qualidade da implementação e ao alcance de metas e dos objetivos dos programas e das ações governamentais objeto de auditorias operacionais realizadas para subsidiar a discussão do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Art. 144. Com vistas à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 e ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se referem o art. 70 e o inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição, será assegurado aos membros e aos órgãos competentes dos Poderes da União, inclusive ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Controladoria- Geral da União, o acesso irrestrito, para consulta, aos seguintes sistemas ou informações, e o recebimento de seus dados, em meio digital:

I - Siafi;

II - Siop;

III - Sistema de Análise Gerencial da Arrecadação, inclusive às estatísticas de dados agregados relativos às informações constantes das declarações de imposto sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas, respeitado o sigilo fiscal do contribuinte;

IV - Sistema de Informação das Estatais;

V - Siasg, inclusive ao Portal de Compras do Governo Federal - ComprasNet;

VI - Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação - Informar;

VII - cadastro das entidades qualificadas como Oscip, mantido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

VIII - CNPJ;

IX - Sistema de Informação e Apoio à Tomada de Decisão, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

X - Plataforma +Brasil;

XI - Sistema de Acompanhamento de Contratos, do DNIT;

XII - CNEA, do Ministério do Meio Ambiente;

XIII - Siops;

XIV - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - Siope;

XV - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi;

XVI - Sistemas de informação e banco de dados mantidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

XVII - Sistema utilizado pela Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia para elaboração da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Civis;

XVIII - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape;

XIX - Sistema Único de Benefícios - Siube;

XX - Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas - Sintese;

XXI - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência - Cadprev;

XXII - Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - Sisobi;

XXIII - Sistema Nacional de Informações de Registros Civis - Sirc;

XXIV - Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;

XXV - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads; e

XXVI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimentos do Governo Federal - CIPI.

§ 1º Os cidadãos e as entidades sem fins lucrativos, credenciados segundo requisitos estabelecidos pelos órgãos gestores dos sistemas, poderão ser habilitados para consulta aos sistemas e cadastros de que trata este artigo.

§ 2º Para fins de elaboração de avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Civis da União, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, poderão solicitar, aos demais órgãos e Poderes da União e às suas entidades vinculadas, informações cadastrais, funcionais e financeiras dos seus servidores, inativos e pensionistas.

Art. 145. Em cumprimento ao **caput** do art. 70 da Constituição, o acesso irrestrito e gratuito referido no art. 144 desta Lei será igualmente assegurado:

I - aos membros do Congresso Nacional, para consulta aos sistemas ou às informações referidos nos incisos II e IV do **caput** do art. 144, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e

II - aos órgãos de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como a disponibilização, em meio eletrônico, das bases de dados dos sistemas referidos no art. 144, ressalvados os dados e as informações protegidos por sigilo legal, em formato e periodicidade a serem definidos em conjunto com o órgão competente do Poder Executivo federal.

## CAPÍTULO XI
## DA TRANSPARÊNCIA

Art. 146. Os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União divulgarão e manterão atualizada, no sítio eletrônico do órgão concedente, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 76 ao art. 81, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;

VI - órgão transferidor;

VII - valores transferidos e respectivas datas;

VIII - edital do chamamento e instrumento celebrado; e

IX - forma de seleção da entidade.

Art. 147. Os órgãos orçamentários manterão atualizados em seu sítio eletrônico a relação dos contratados, com os valores pagos nos últimos três anos, e a íntegra dos contratos e convênios, e dos termos ou instrumentos congêneres vigentes, exceto os sigilosos, nos termos do disposto na legislação.

Parágrafo único. Serão também divulgadas as informações relativas às alterações contratuais e penalidades.

Art. 148. Os instrumentos de contratação de serviços de terceiros deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação em sítio eletrônico.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades federais deverão divulgar e atualizar quadrimestralmente as informações previstas no **caput**.

Art. 149. A divulgação da informação de que tratam os art. 146 e art. 148 deverá ocultar os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores do CPF.

Art. 150. Os sítios eletrônicos de consulta a remuneração, subsídio, provento e pensão recebidos por membros de Poder e ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, ativos e inativos, e por pensionistas, disponibilizados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, devem possibilitar a consulta direta da relação nominal dos beneficiários e dos valores recebidos, além de permitir a gravação de relatórios em formatos abertos e não proprietários de planilhas, que devem conter a integralidade das informações disponibilizadas na consulta.

Parágrafo único. Deverão também ser disponibilizadas as informações relativas ao recebimento de quaisquer vantagens, gratificações ou outras parcelas de natureza remuneratória, compensatória ou indenizatória.

### Seção I
### Da publicidade na elaboração, na aprovação e na execução dos Orçamentos

Art. 151. A elaboração e a aprovação dos Projetos de Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais, e a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, além de promover a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Serão divulgados nos respectivos sítios eletrônicos:

I - pelo Poder Executivo federal:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2022, inclusive em versão simplificada, os seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária de 2022 e os seus anexos;

d) os créditos adicionais e os seus anexos;

e) até o vigésimo dia de cada mês, o relatório com a comparação da arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das receitas administradas ou acompanhadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, líquida de restituições e incentivos fiscais, com as estimativas mensais constantes do demonstrativo de que trata o inciso XII do Anexo II e com as eventuais reestimativas realizadas por força de lei;

f) até o vigésimo quinto dia de cada mês, o relatório com a comparação da receita realizada, mensal e acumulada, com a prevista na Lei Orçamentária de 2022 e no cronograma de arrecadação, e com a discriminação das parcelas primária e financeira;

g) até o sexagésimo dia após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2022, o cadastro de ações com, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, observado o disposto nas alíneas "e" e "f" do inciso III do § 1º do art. 42, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;

h) até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, os demonstrativos relativos a empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, consolidados por agência de fomento, elaborados de acordo com as informações e os critérios constantes do § 3º do art. 122;

i) até 30 de abril de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas destinados ao combate das desigualdades;

j) o demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, com a discriminação das classificações funcional e por programas, da unidade orçamentária, da contratada ou do convenente, do objeto e dos prazos de execução, dos valores e das datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

k) a posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo federal;

l) o demonstrativo mensal com a indicação da arrecadação, no mês e acumulada no exercício, separadamente, relativa a depósitos judiciais e a parcelamentos amparados por programas de recuperação fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, os montantes dessa arrecadação classificados por tributo, os valores, por tributo partilhado, entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativamente a parcelas não classificadas; e os valores, por tributo partilhado, entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em caráter definitivo;

m) o demonstrativo bimestral das transferências voluntárias realizadas, por ente federativo beneficiado;

n) o demonstrativo do fluxo financeiro do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais, com a discriminação das despesas por categoria de beneficiário e das receitas por natureza;

o) até o vigésimo dia de cada mês, a arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das contribuições a que se refere o art. 149 da Constituição, destinadas aos serviços sociais autônomos e a sua destinação por entidade beneficiária;

p) o demonstrativo dos investimentos públicos em educação, considerada a definição utilizada no Plano Nacional de Educação, com a sua proporção em relação ao Produto Interno Bruto - PIB, detalhado por níveis de ensino e com dados consolidados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

q) as informações do Fundo Nacional de Saúde sobre repasses efetuados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com a discriminação das subfunções, dos programas, das ações orçamentárias e, quando houver, dos planos orçamentários;

r) (VETADO); e

s) demonstrativo atualizado que possibilite identificar as programações orçamentárias relacionadas com os programas governamentais que adotam denominação diversa da constante dos elementos de classificação da lei orçamentária anual;

II - pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição:

a) a relação atualizada dos contratos e convênios nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves;

b) o relatório e o parecer preliminar, os relatórios setoriais e final e o parecer final da Comissão, as emendas de cada fase e os pareceres e autógrafo respectivos, relativos ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022;

c) o relatório e o parecer preliminar, o relatório e o parecer final da Comissão, as emendas de cada fase e os pareceres e autógrafo respectivos, relativos ao projeto desta Lei;

d) o relatório e o parecer da Comissão, as emendas e os pareceres e autógrafos respectivos, relativos aos projetos de lei e às medidas provisórias sobre créditos adicionais;

e) a relação das emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022, com a identificação, em cada emenda, do tipo de autor, do número e do ano da emenda, do autor e do respectivo código, da classificação funcional e programática, do subtítulo e da dotação aprovada pelo Congresso Nacional; e

f) a relação dos precatórios constantes das programações da Lei Orçamentária, no prazo de até trinta dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2022; e

III - pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, no sítio eletrônico de cada unidade jurisdicionada ao Tribunal de Contas da União, o relatório de gestão, o relatório e o certificado de auditoria, o parecer do órgão de controle interno e o pronunciamento do Ministro de Estado supervisor, ou da autoridade de nível hierárquico equivalente responsável pelas contas, integrantes das tomadas ou das prestações de contas, no prazo de até trinta dias após o seu envio ao referido Tribunal.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto na alínea "g" do inciso I do § 1º, a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição deverá encaminhar ao Poder Executivo federal, no prazo de até quarenta e cinco dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2022, as informações relativas às ações que tenham sido incluídas no Congresso Nacional.

§ 3º O não encaminhamento das informações de que trata o § 2º implicará a divulgação somente do cadastro das ações constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Art. 152. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal encaminhará ao Congresso Nacional, até três dias antes da referida audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 1º Os relatórios previstos no caput conterão também:

I - os parâmetros constantes do inciso XXII do Anexo II, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano;

II - o estoque e serviço da dívida pública federal, comparando o resultado do final de cada quadrimestre com o do início do exercício e o do final do quadrimestre anterior; e

III - o resultado primário obtido até o quadrimestre, comparando com o programado e discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício.

§ 2º O relatório referente ao terceiro quadrimestre de 2022 conterá, adicionalmente, demonstrativo do montante das despesas primárias pagas pelos órgãos naquele exercício e das demais operações que afetaram o resultado primário, com o comparativo entre esse demonstrativo e os limites estabelecidos no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º O demonstrativo a que se refere o § 2º será encaminhado, nos prazos previstos no **caput**, aos órgãos relacionados nos incisos II a V do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 4º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá, por solicitação do Poder Executivo federal ou iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência prevista no **caput**.

**Seção II**
**Disposições gerais**

Art. 153. A empresa destinatária de recursos, na forma prevista na alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 6º, deve divulgar, mensalmente, em sítio eletrônico, as informações relativas à execução das despesas do Orçamento de Investimento, discriminando os valores autorizados e executados, mensal e anualmente.

Art. 154. As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, trimestralmente, em seu sítio eletrônico, em local de fácil visualização:

I - os valores arrecadados com as referidas contribuições, especificando o montante transferido pela União e o arrecadado diretamente pelas entidades;

II - as demonstrações contábeis;

III - a especificação de cada receita e de cada despesa constantes dos orçamentos, discriminadas por natureza, finalidade e região, destacando a parcela destinada a serviços sociais e formação profissional; e

IV - a estrutura remuneratória dos cargos e das funções e a relação dos nomes de seus dirigentes e dos demais membros do corpo técnico.

§ 1º As entidades previstas no **caput** divulgarão também em seus sítios eletrônicos:

I - seus orçamentos para o ano de 2022;

II - demonstrativos de alcance de seus objetivos legais e estatutários, e de cumprimento das respectivas metas;

III - resultados dos trabalhos de auditorias independentes sobre suas demonstrações contábeis; e

IV - demonstrativo consolidado dos resultados dos trabalhos de suas unidades de auditoria interna e de ouvidoria.

§ 2º As informações disponibilizadas para consulta nos sítios eletrônicos devem permitir a gravação, em sua integralidade, de relatórios de planilhas, em formatos eletrônicos abertos e não proprietários.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada.

Art. 155. As instituições de que trata o **caput** do art. 92 deverão disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, informações relativas à execução física e financeira, inclusive a identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congênere, acompanhadas dos números de registro na Plataforma +Brasil e no Siafi, observadas as normas de padronização estabelecidas pelo Poder Executivo federal.

Art. 156. Os órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal disponibilizarão, por meio do Siconfi, os relatórios de gestão fiscal, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

Art. 157. O Poder Executivo federal informará ao Congresso Nacional sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a banco oficial federal, nos termos do disposto na alínea "e" do inciso VII do Anexo II.

Art. 158. O Poder Executivo federal adotará providências com vistas a:

I - elaborar metodologia de acompanhamento e avaliação dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, e o cronograma e a periodicidade das avaliações, com base em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade;

II - designar os órgãos responsáveis pela supervisão, pelo acompanhamento e pela avaliação dos resultados alcançados pelos benefícios tributários, financeiros e creditícios; e

III - (VETADO).

Art. 159. O relatório resumido de execução orçamentária a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição, conterá demonstrativo da disponibilidade da União por fontes de recursos agregadas, com indicação do saldo inicial de 2022, da arrecadação, da despesa executada no objeto da vinculação, do cancelamento de restos a pagar e do saldo atual.

Art. 160. O Congresso Nacional, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 49 da Constituição, julgará as contas de 2022 a serem prestadas pelo Presidente da República e apreciará os relatórios de 2022 sobre a execução dos planos de governo até o encerramento da sessão legislativa de 2023.

Art. 161. A União manterá cadastro informatizado para consulta, com acesso público, das obras e dos serviços de engenharia no âmbito dos orçamentos de que tratam os incisos I e III do § 5º do art. 165 da Constituição, que conterá, no mínimo, os seguintes atributos:

I - identificação do objeto, acompanhado de seu programa de trabalho e seu georreferenciamento;

II - custo global estimado referido à sua data-base; e

III - data de início e execução física e financeira.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal poderá definir outros atributos para compor o cadastro, a estrutura e o prazo de envio de dados por parte dos órgãos e das entidades com sistemas próprios de gestão de obras e serviços, além de critérios específicos, para fins de obrigatoriedade de inclusão no cadastro, que considerem, em especial, o custo global, a área de governo e a relevância da obra ou do serviço.

§ 2º Entende-se por projeto de investimento de que trata o § 15 do art. 165 da Constituição o que se enquadra no inciso II do art. 8º da Lei nº Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 162. A execução da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência na administração pública federal, e não poderá ser utilizada para influenciar na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 163. Em atendimento ao disposto no inciso I do **caput** do art. 57 da Lei 8.666, de 1993, e no art. 105 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para demonstrar a compatibilidade com as metas estabelecidas no Plano Plurianual, poderá ser considerada a adequação dos objetos das contratações aos objetivos expressos no Plano.

Art. 164. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e das demais consequências advindas da inobservância ao disposto no **caput**.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do Siafi, após 31 de dezembro de 2022, relativos ao exercício encerrado, não será permitida, exceto quanto aos procedimentos relacionados à inscrição dos restos a pagar e aos ajustes de registros contábeis patrimoniais para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ser efetuados até o trigésimo dia de seu encerramento, na forma estabelecida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

§ 3º Com vistas a atender o prazo máximo estabelecido no § 2º, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal poderá definir prazos menores para ajustes a serem efetuados por órgãos e entidades da administração pública federal.

§ 4º Para assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e

II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

§ 5º Integrarão as demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente os órgãos e as entidades cuja execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, seja registrada na modalidade total no Siafi, conforme estabelecido no **caput** do art. 6º.

Art. 165. Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - no que se refere ao disposto no § 3º do referido artigo, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites previstos nos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

III - no que se refere ao inciso I do § 1º do referido artigo, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária de 2022, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores e as metas constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 166. Para fins do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou do instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços existentes e destinados à manutenção da administração pública federal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 167. O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil na execução de suas políticas serão demonstrados nas notas explicativas dos balanços e dos balancetes trimestrais, para fins do disposto no § 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, divulgados em sítio eletrônico, e conterão:

I - os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;

II - os custos de manutenção das reservas cambiais, demonstrando a composição das reservas internacionais com a metodologia de cálculo de sua rentabilidade e do custo de captação; e

III - a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Parágrafo único. As informações de que trata o **caput** constarão também de relatório a ser encaminhado ao Congresso Nacional, no mínimo, até dez dias antes da reunião conjunta prevista no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 168. A avaliação de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, será efetuada com fundamento no anexo específico sobre os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, nos parâmetros e nas projeções para seus principais agregados e variáveis, e nas metas de inflação estimadas para o exercício de 2022, na forma prevista no § 4º do art. 4º daquela Lei Complementar, observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o **caput** incluirá a análise e justificativa da evolução das operações compromissadas do Banco Central do Brasil no período.

Art. 169. O Poder Executivo federal, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento, às solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Art. 170. Não serão considerados prorrogados os prazos previstos nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2022 se o vencimento recair sobre dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal.

Art. 171. Ato do Poder Executivo federal poderá alterar a relação de que trata o Anexo III em razão de emenda à Constituição ou lei que crie ou extinga obrigações para a União.

§ 1º O Poder Executivo federal poderá incluir outras despesas na relação de que trata o **caput**, desde que demonstre que constituem obrigação constitucional ou legal da União.

§ 2º As alterações referidas neste artigo serão publicadas no Diário Oficial da União e a relação de que trata o Anexo III atualizada será incluída no relatório de que trata o § 4º do art. 62, relativo ao bimestre em que ocorrer a publicação.

Art. 172. A retificação dos autógrafos dos Projetos da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais, na hipótese de comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer:

I - até o dia 17 de julho de 2022, no caso da Lei Orçamentária de 2022; ou

II - até trinta dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União e dentro do exercício financeiro, no caso dos créditos adicionais.

§ 1º Vencidos os prazos de que trata o **caput**, a retificação será feita por meio da abertura de créditos suplementares ou especiais, observado o disposto nos art. 44 e art. 45, ou de acordo com o disposto no art. 42, e dentro do exercício financeiro correspondente.

§ 2º Caso as retificações previstas nos incisos I e II do **caput** deixem as despesas já executadas sem cobertura orçamentária ou com dotação atual insuficiente, serão adotados os procedimentos previstos no § 2º do art. 63.

Art. 173. Os projetos e os autógrafos das leis de que trata o art. 165 da Constituição, bem como de suas alterações, inclusive daquelas decorrentes do § 14 do art. 166 da Constituição, deverão ser, reciprocamente, disponibilizados em meio eletrônico, inclusive em bancos de dados, quando for o caso, na forma definida por grupo técnico integrado por representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 1º A integridade entre os projetos de lei de que trata o **caput**, assim como aqueles decorrentes do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, e os meios eletrônicos é de responsabilidade das unidades correspondentes do Ministério da Economia.

§ 2º A integridade entre os autógrafos referidos neste artigo, assim como as informações decorrentes do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, e os meios eletrônicos é de responsabilidade do Congresso Nacional.

§ 3º O banco de dados com as indicações de remanejamento de emendas individuais enviado pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo federal, em razão do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, deverá conter a mesma estrutura do banco de dados das justificativas de impedimentos de ordem técnica.

§ 4º O autógrafo de projetos de lei de créditos adicionais, incluídos os projetos de lei de conversão de medidas provisórias de abertura de créditos extraordinários, deverá ser encaminhado pelo Poder Legislativo em formato previamente acordado com o Poder Executivo federal ou, caso não haja formato acordado, em arquivo do tipo planilha eletrônica, com os dados estruturados em colunas.

Art. 174. Para cumprimento do disposto no § 2º do art. 21 da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, consta do Anexo VII desta Lei a relação dos bens imóveis de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, considerados desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais, a serem alienados.

Art. 175. Integram esta Lei:

I - Anexo I - Relação dos quadros orçamentários consolidados;

II - Anexo II - Relação das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022;

III - Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

IV - Anexo IV - Metas fiscais, constituídas por:

a) Anexo IV.1 - Metas fiscais anuais; e

b) Anexo IV.2 - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

V - Anexo V - Riscos fiscais;

VI - Anexo VI - Objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial;

VII - Anexo VII - Relação dos bens imóveis de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra disponíveis para alienação; e

VIII - (VETADO).

Art. 176. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Paulo Guedes*

**ANEXO I**

RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

I - receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - resumo das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolado e conjuntamente, por categorias econômicas;

III - receitas de todas as fontes, por órgão e unidade orçamentária;

IV - resumo das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolado e conjuntamente, por categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

V - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo o Poder, o órgão e a unidade orçamentária, por fontes de recursos e grupos de natureza de despesa;

VI - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo a função e a subfunção, e o programa;

VII - fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, por grupos de natureza de despesa;

VIII - despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com detalhamento dos valores por órgão e unidade orçamentária;

IX - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino em nível de órgão, com detalhamento das fontes de recursos e dos valores por categoria de programação;

X - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, com detalhamento das receitas e despesas primárias e financeiras e a compatibilidade das despesas primárias orçamentárias com as necessidades de financiamento do Governo Central e com os limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XI - serviço da dívida contratual e mobiliária por órgão e unidade orçamentária, com detalhamento das fontes de recursos e dos grupos de natureza de despesa;

XII - fontes de recursos que financiam as despesas do Orçamento da Seguridade Social, de forma a destacar as transferências do Orçamento Fiscal;

XIII - quadro com relação, em ordem alfabética, das ações classificadas na esfera da seguridade social, com indicação do órgão orçamentário e da dotação orçamentária;

XIV - relação das ações e dos respectivos subtítulos, discriminada por órgão e unidade orçamentária, nos quais serão apropriadas despesas de tecnologia da informação, inclusive **hardware**, **software** e serviços, a qual deverá ser mantida atualizada na internet;

XV - demonstração da vinculação entre as ações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os programas do Plano Plurianual 2020-2023, com especificação das unidades orçamentárias executoras; e

XVI - relação das programações de que trata o art. 22 desta Lei, à conta de operações de crédito sujeitas à aprovação do Congresso Nacional por maioria absoluta; e

XVII - resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, por órgão, função, subfunção e programa.

**ANEXO II**

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022

I - critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para investimentos em obras de infraestrutura, com justificativa dos valores adotados;

III - programação orçamentária, com detalhamento por operações especiais, relativa à concessão de empréstimos e aos respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IV - em relação às áreas de assistência social, primeira infância, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação:

a), as informações sobre gastos por unidade federativa, com indicação dos critérios utilizados para distribuição dos recursos;

b) (VETADO); e

c) (VETADO);

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2019 e 2020, a execução provável em 2021 e o programado para 2022, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e demonstração da memória de cálculo;

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2019 e 2020, e a execução provável em 2021, com detalhamento dos benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os demais regimes;

VII - memória de cálculo das estimativas para 2022, com indicação dos respectivos órgãos e entidades de competência técnica responsável pela estimativa previstos em regulamento:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, de modo a explicitar separadamente as hipóteses e respectivas justificativas quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluídos o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais benefícios:

1. do Regime Geral de Previdência Social, com detalhamento dos benefícios urbanos, rurais e dos decorrentes de sentenças judiciais e da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como do impacto de eventuais medidas administrativas;

2. da Lei Orgânica de Assistência Social;

3. renda mensal vitalícia;

4. seguro-desemprego; e

5. abono salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, com detalhamento dos valores correspondentes aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos, e às demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb;

e) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, que não incluirá os regimes tributários diferenciados de que trata a alínea "d" do inciso III do art. 146 da Constituição, relacionados por espécie de benefício, com identificação, para cada um, do órgão gestor, do banco operador, da respectiva legislação autorizativa e da região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerados:

1. a discriminação dos subsídios orçamentários, com identificação dos códigos das respectivas ações orçamentárias e dos efeitos sobre a obtenção do resultado primário (despesa primária ou financeira);

2. a discriminação dos subsídios não orçamentários, com identificação dos efeitos sobre a obtenção do resultado primário (despesa primária ou financeira);

3. os valores realizados em 2019 e 2020;

4. os valores estimados para 2021 e 2022, acompanhados de suas memórias de cálculo; e

5. o efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

f) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVIII deste Anexo;

VIII - demonstrativos:

a) das receitas de compensações, por item de receita administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, e respectivos valores, arrecadadas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, no caso deste último, mês a mês, até junho;

b) dos efeitos, por região, decorrentes dos benefícios tributários, com indicação, por tributo, da perda de receita que lhes possa ser atribuída;

c) dos efeitos decorrentes das remissões e anistias, com indicação da perda de receita que lhes possa ser atribuída; e

d) dos efeitos decorrentes da instituição das demais medidas que provoquem redução de receitas não enquadradas nas modalidades de que tratam os demonstrativos das alíneas "b" e "c" deste inciso;

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na Proposta da Lei Orçamentária de 2022, de modo a explicitar a metodologia utilizada;

X - demonstrativo da desvinculação das receitas da União, por natureza de receita orçamentária;

XI - demonstrativo do cumprimento da regra de ouro;

XII - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e inclusão do efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, de modo a destacar os seguintes agregados:

a) receitas primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, neste caso desdobrada em contribuição patronal sobre a folha de pagamento, contribuição previdenciária sobre a receita bruta, compensação prevista na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e demais, com os exercícios de 2020 a 2022 apresentados mês a mês, de modo a destacar, para 2022, os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo federal, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. concessões e permissões, por serviços outorgados, apresentadas mês a mês;

3. compensações financeiras;

4. receitas próprias e de convênios, apresentadas por órgão; e

5. demais receitas primárias; e

b) receitas financeiras:

1. operações de crédito;

2. receitas próprias, apresentadas por órgão; e

3. demais receitas financeiras;

XIII - demonstrativo da previsão por unidade orçamentária, por órgão, por Poder, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e demonstrativo consolidado da União, dos gastos a seguir relacionados, com

detalhamento da dotação orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, do número de beneficiários, do custo médio e do valor **per capita** praticado em cada unidade orçamentária, do número e da data do ato legal autorizativo do referido valor **per capita**:

a) assistência médica e odontológica;

b) auxílio-alimentação ou refeição;

c) assistência pré-escolar; e

d) auxílio-transporte;

XIV - plano de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, com os valores realizados nos exercícios de 2019 e 2020, a execução provável para 2021 e as estimativas para 2022, consolidadas e discriminadas por agência, região, ente federativo, setor de atividade, porte do tomador dos empréstimos e fontes de recursos, de modo a evidenciar, ainda, a metodologia de elaboração dos quadros solicitados, da seguinte forma:

a) os empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, deverão ser apresentados de modo a demonstrar os saldos anteriores, as concessões, os recebimentos no período com a discriminação das amortizações e os encargos e os saldos atuais;

b) a metodologia deverá explicitar, tanto para o fluxo das aplicações quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, os recursos próprios, os recursos do Tesouro Nacional e de outras fontes; e

c) a definição do porte do tomador dos empréstimos considerará a classificação atualmente adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

XV - relação de entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais tenham sido ou serão destinados diretamente recursos a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes ou de capital nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, com detalhamento, para cada entidade:

a) dos valores totais transferidos ou a transferir por exercício;

b) da categoria de programação, com detalhamento por elemento de despesa, para a qual serão apropriadas as referidas transferências em cada exercício;

c) da prévia e específica autorização legal que ampara a transferência, nos termos do disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; e

d) da finalidade e da motivação do ato, além da importância para o setor público de tal alocação, quando a transferência não for amparada por lei específica;

XVI - relação das dotações do exercício de 2022, com detalhamento por subtítulos e elementos de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital não incluídas no inciso XV deste Anexo, de modo a especificar os motivos da não identificação prévia e a necessidade da transferência;

XVII - contratações de pessoal por organismos internacionais para desenvolver projetos junto ao governo, na situação vigente em 31 de julho de 2021 e com previsão de gastos para 2022, de modo a informar, relativamente a cada órgão:

a) organismo internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, nos termos do disposto no § 1º do art. 5º desta Lei, que atenderá as despesas em 2022;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R$ 1.000,00 (mil reais);

e) data de início e fim do contrato com cada organismo; e

f) valor total do contrato e forma de reajuste;

XVIII - estoque e arrecadação da Dívida Ativa da União, no exercício de 2020, e as estimativas para os exercícios de 2021 e 2022, de modo a segregar por item de receita e identificar, separadamente, as informações relativas ao Regime Geral de Previdência Social;

XIX - resultados primários das empresas estatais federais nos exercícios de 2019 e 2020, de modo a destacar as principais empresas das demais, a execução provável para 2021 e a estimada para 2022, com separação, nas despesas, daquelas correspondentes a investimentos;

XX - estimativas das receitas e das despesas adicionais, decorrentes do aumento do salário mínimo em um ponto percentual e em R$ 1,00 (um real);

XXI - dotações orçamentárias para o exercício de 2022, discriminadas por programas e ações destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride, conforme o disposto na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos do disposto na Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002;

XXII – conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, contendo ao menos, para os exercícios de 2021 e 2022, as variações real e nominal do PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do preço médio do barril de petróleo tipo Brent, e das taxas mensais, nesses dois exercícios, média da taxa de câmbio do dólar americano, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, em dólar, das importações, exceto combustíveis, das aplicações financeiras, do volume comercializado de gasolina e de diesel, da taxa de juros Selic, do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cuja atualização será encaminhada, em 22 de novembro de 2021, pelo Ministério da Economia ao Presidente da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição;

XXIII - em relação à dívida pública federal:

a) estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2022, de modo a segregar o pagamento devido ao Banco Central do Brasil e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal, junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro dos três últimos anos, em 30 de junho de 2021, e as previsões para 31 de dezembro de 2021 e 2022; e

c) demonstrativo, por Identificador de doação e de operação de crédito, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito dos órgãos “Encargos Financeiros da União” e “Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal”, em formato compatível com as informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi;

XXIV - gastos do Fundo Nacional de Assistência Social, por unidade federativa, com indicação dos critérios utilizados, discriminados por serviços de ação continuada, executados nos exercícios de 2019 e 2020, e a execução provável em 2021 e 2022, com detalhamento por Estado inclusive em relação aos valores que constaram das Leis Orçamentárias de 2019 e 2020 na rubrica nacional e que foram transferidos para os Estados e os Municípios;

XXV - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, com, no mínimo, código, título, descrição, produto e unidade de medida de cada uma das ações;

XXVI - evolução da receita da União, segundo as categorias econômicas e o seu desdobramento em espécies, com discriminação de cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

XXVII - evolução da despesa da União, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;

XXVIII - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, com detalhamento das receitas e despesas primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada, com identificação da evolução dos principais itens, comparativamente aos três últimos exercícios;

XXIX - demonstrativo com as medidas de compensação às renúncias de receitas, em observância ao disposto no inciso II do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXX - demonstrativo do cumprimento do disposto no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XXXI - diretrizes e critérios gerais utilizados na definição e na criação da estrutura de planos orçamentários e relação de planos orçamentários atribuída a cada ação orçamentária;

XXXII - atualização do anexo de riscos fiscais;

XXXIII - demonstrativo sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies com os valores consolidados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2020, 30 de junho de 2021, e os valores estimados para 31 de dezembro de 2021 e de 2022, referentes às seguintes informações:

a) perfil da carteira do Fies, com discriminação do quantitativo de contratos e dos respectivos valores financiados e do saldo devedor, por fase em que se encontra o contrato (em desembolso, suspensos, encerrados, em amortização), de modo a explicitar a inadimplência da carteira e os critérios utilizados para classificar os contratos;

b) quantitativo de financiamentos concedidos, com distinção dos novos contratos e dos aditamentos;

c) quantitativo de contratos referentes ao ensino superior (com distinção entre os contratos da graduação e os da pós-graduação) e à educação profissional e tecnológica (com distinção entre os contratos de estudantes e os de empresas);

d) quantitativo de contratos que se beneficiam do abatimento de um por cento previsto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com distinção entre os de professores e os de médicos;

e) valores de financiamentos concedidos, de amortização de financiamentos e de benefícios ou subsídios creditícios; e

f) informações sobre o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo:

1. tipos de riscos garantidos e volume de recursos alocados;

2. perfil médio das operações de crédito garantidas e do período de cobertura;

3. composição dos cotistas e valorização das cotas desde o início das operações pelo fundo;

4. alocação dos recursos disponíveis do fundo, discriminado por tipo de aplicação; e

5. volume de honras realizado; e

XXXIV - demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispêndios Globais, com informação das fontes de financiamento e detalhamento mínimo igual ao estabelecido no § 3º do art. 41 desta Lei e a previsão da sua aplicação.

**ANEXO III**

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

**Seção I**

**Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União**

I - alimentação escolar (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009);

II - atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade (Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990);

III - piso de atenção básica em saúde (Lei nº 8.142, de 1990);

IV - atendimento à população com medicamentos para tratamento de pessoas com síndrome da imunodeficiência adquirida e outras doenças sexualmente transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996);

V - benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

VI - bolsa de qualificação profissional concedida ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso (Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001);

VII - cota-parte dos Estados e Distrito Federal exportadores na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (Lei Complementar nº 61, de 26 dezembro de 1989);

VIII - Programa Dinheiro Direto na Escola (Lei nº 11.947, de 2009);

IX - subvenção econômica no âmbito das Operações Oficiais de Crédito e dos Encargos Financeiros da União;

X - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb (Emenda à Constituição nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e Emenda à Constituição nº 108, de 26 de agosto de 2020);

XI - Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário;

XII - Fundo Especial de Financiamento de Campanha (art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997);

XIII - complementação da União ao Fundeb (Emenda à Constituição nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e Emenda à Constituição nº 108, de 26 de agosto de 2020);

XIV - promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica em saúde (Lei nº 8.142, de 1990);

XV - incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para execução de ações de vigilância sanitária (Lei nº 8.142, de 1990);

XVI - incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios certificados para a vigilância em saúde (Lei nº 8.142, de 1990);

XVII - indenizações e restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro incidentes a partir da data de entrada em vigor da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;

XVIII - pagamento do benefício abono salarial (Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990);

XIX - pagamento do benefício de prestação continuada à pessoa idosa (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993);

XX - pagamento do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência (Lei nº 8.742, de 1993);

XXI - pagamento do seguro-desemprego (Lei nº 7.998, de 1990);

XXII - pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003);

XXIII - pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador doméstico (Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001);

XXIV - transferência de renda diretamente às famílias em condições de pobreza e extrema pobreza (Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004);

XXV - pessoal e encargos sociais, exceto contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público;

XXVI - precatórios, requisições de pequeno valor, sentenças das empresas estatais dependentes, sentenças de anistiados políticos e sentenças de tribunais internacionais;

XXVII - transferências aos Estados e ao Distrito Federal da cota-parte do salário-educação (§ 5º do art. 212 da Constituição);

XXVIII - transferências constitucionais ou legais por repartição de receita;

XXIX - transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Lei Pelé, e Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006);

XXX - benefícios aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes, relativos às despesas com auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílios-transporte, funeral, reclusão e natalidade, e salário-família;

XXXI - subvenção econômica aos consumidores finais do sistema elétrico nacional interligado (Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002);

XXXII - subsídio ao gás natural utilizado para geração de energia termelétrica (Lei nº 10.604, de 2002);

XXXIII - contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 9 de julho de 2003);

XXXIV - complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001);

XXXV - manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação (Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002);

XXXVI - incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em síndrome da imunodeficiência adquirida e outras doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais (Lei nº 8.142, de 1990);

XXXVII - pagamento de renda mensal vitalícia por idade (Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974);

XXXVIII - pagamento de renda mensal vitalícia por invalidez (Lei nº 6.179, de 1974);

XXXIX - pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo (Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002);

XL - auxílio-reabilitação psicossocial aos egressos de longas internações psiquiátricas no sistema único de saúde - Programa De Volta Para Casa (Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003);

XLI - apoio para aquisição e distribuição de medicamentos (componentes estratégico e especializado, inclusive hemoderivados) da assistência farmacêutica (Lei nº 8.142, de 1990);

XLII - bolsa-educação especial concedida aos dependentes diretos dos trabalhadores vítimas do acidente ocorrido na Base de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003);

XLIII - pagamento de benefícios concedidos em decorrência de previsão em legislação especial, inclusive das pensões especiais indenizatórias, das indenizações a anistiados políticos e das pensões do Montepio Civil Federal;

XLIV - apoio ao transporte escolar (Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004);

XLV - despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos a que se referem os incisos I, III, IV e V do caput do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e Decreto nº 7.402, de 22/12/2010);

XLVI - transferência temporária aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020)

XLVII - ressarcimento às empresas brasileiras de navegação (Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007);

XLVIII - assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão carente (inciso LXXIV do **caput** do art. 5º da Constituição);

XLIX - ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009);

L - pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013);

LI - imunobiológicos para prevenção e controle de doenças (Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990);

LII - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD (Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009);

LIII - bolsa-educação especial concedida aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos na República do Haiti (Lei nº 12.257, de 15 de junho de 2010);

LIV - remissão de dívidas decorrentes de operações de crédito rural (Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010);

LV - compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011);

LVI - fardamento dos militares das Forças Armadas (alínea "h" do inciso IV do **caput** do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 2º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e art. 61 ao art. 64 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002) e dos ex-Territórios (alínea "d" do inciso I do **caput** do art. 2º e art. 65 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002);

LVII - indenização devida a ocupantes de cargo efetivo das carreiras e planos especiais de cargos, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, ao controle, à fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços (Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013);

LVIII - assistência financeira complementar e incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinada aos agentes comunitários de saúde (§ 5º do art. 198 da Constituição e art. 9º-C da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006);

LIX - assistência financeira complementar e incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinada aos agentes de combate a endemias (§ 5º do art. 198 da Constituição e art. 9º-C da Lei nº 11.350, de 2006);

LX - movimentação de militares das Forças Armadas (alíneas "b" e "c" do inciso I do **caput** do art. 2º e inciso X do **caput** e alínea "a" do inciso XI do **caput** do art. 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001) e dos ex-Territórios (alíneas "b" e "c" do inciso I do **caput** do art. 2º e art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002);

LXI - auxílio-familiar e indenização de representação no exterior devidos aos servidores públicos e militares em serviço no exterior (alíneas "a" e "b" do inciso III do **caput** do art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972);

LXII - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - Sisceab (alínea "c" do inciso XII do **caput** do art. 21 da Constituição, incisos I e II do **caput** do art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e art. 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973);

LXIII - Fundo Penitenciário Nacional - Funpen (Lei Complementar nº 79,

de 7 de janeiro de 1994, e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/DF, de 2015);

LXIV - despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Decreto nº 9.609, de 12 de dezembro de 2018, e Medida Cautelar na Ação Cível Originária nº 3.329/DF); e

LXV - Despesas relacionadas à manutenção e à ampliação da rede de balizamento marítimo, fluvial e lacustre (art. 21, inciso XII, alínea "d", da Constituição , combinado com o art. 17, incisos I e II, da Lei Complementar nº 97, de 1999, art. 2° e 6° do Decreto-Lei 1.023, de 1969 e art. 1º do Decreto nº 70.198, de 1972).

**Seção II**

**Das despesas financeiras que constituem obrigações constitucionais ou legais da União**

I - financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (§ 1º do art. 239 da Constituição);

II - contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público (pessoal e encargos sociais);

III - serviço da dívida; e

IV - financiamentos no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989).

**Seção III**

**Das demais despesas ressalvadas**

I - aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins referentes ao Projeto FX-2 (art. 142 da Constituição, Lei Complementar nº 97, de 1999, e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008);

II - Programa de Desenvolvimento de Submarinos - Prosub e Programa Nuclear da Marinha - PNM;

III - atividades de registro e fiscalização de produtos controlados (art. 142 da Constituição, Lei Complementar nº 97, de 1999, Lei nº 4.615, de 15 de abril de 1965, Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, e Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003);

IV - aquisição de cargueiro tático-militar de dez a vinte toneladas referente ao Projeto KC - 390;

V - desenvolvimento de cargueiro tático-militar de dez a vinte toneladas referente ao Projeto KC-X;

VI - implementação do sistema de defesa estratégico Astros 2020;

VII - aquisição de veículo blindado no âmbito do Programa Estratégico do Exército Guarani;

VIII - implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - Sisfron;

IX - serviços de assistência hospitalar e ambulatorial, de ensino e pesquisa realizados pelo Hospital das Forças Armadas (Decreto nº 1.310, de 8 de agosto de 1962; art. 142 da Constituição, Lei Complementar nº 97, de 1999, e Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015);

X - realização do Censo Demográfico, Agropecuário e Geográfico, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

XI - despesas relacionadas à Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino em Tempo Integral;

XII - despesas com universalização do acesso à internet com apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital;

XIII - Despesas com as ações de "Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária", vinculadas ao Programa 2203 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

XIV – Subvenção ao prêmio do Seguro Rural;

XV - Despesas destinadas à segurança pública, assim entendidas aquelas pertencentes aos órgãos arrolados no art. 144 da Constituição Federal ou pertencentes às ações do Plano Nacional de Segurança Pública; e

XVI - Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no Âmbito da União, Estados e Municípios.

**Anexo IV**
**Metas Fiscais**
**IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais**
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

## ANEXO DE METAS ANUAIS

### A) Introdução

O Anexo de Metas Fiscais integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, tendo em vista a determinação contida no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. No referido Anexo, são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Nesse sentido, são apresentadas as perspectivas econômicas com base no cenário projetado para os exercícios de 2022 a 2024, com a estimativa dos principais parâmetros macroeconômicos necessários à elaboração do cenário fiscal referente a esse período. Com base em tais projeções, são definidos os objetivos e a estratégia de política fiscal para os próximos anos, assim como mencionadas as medidas necessárias para seu atingimento.

Posteriormente, é apresentado o cenário fiscal para os exercícios de 2022 a 2024, contendo as projeções de resultado primário para o setor público não-financeiro consolidado, junto com a estimativa dos principais agregados de receitas e despesas primárias do Governo Central para aqueles anos. Também são explicitados os resultados nominais obtidos no período em questão, dado o cenário estabelecido, bem como a trajetória da dívida pública.

### B) Perspectivas Econômicas

No ano de 2020, o mundo foi assolado pela disseminação da pandemia de coronavírus (Covid-19), a qual tem ceifado milhares de vidas e impactado a saúde de muitas famílias e a economia dos países. Os efeitos sanitários e econômicos têm sido devastadores, gerando uma das maiores recessões nos últimos 100 anos. Conforme é notório, o Brasil não passou imune à recessão global. A divulgação do PIB de 2020 pelo IBGE indicou uma redução real de 4,1%. Apesar dessa forte retração da atividade, o resultado foi melhor do que as expectativas de mercado e de organismos internacionais, dentre os quais alguns, em meados do ano passado, chegaram a estimar uma retração real do PIB superior a 9%.

Em 2021, a continuidade dos impactos advindos da pandemia da Covid-19 torna o cenário ainda bastante desafiador para a realização de projeções que envolvem a perspectiva econômica para o triênio de 2022 a 2024. Permanece elevado o nível de incerteza para prever a intensidade, a extensão e a duração da pandemia e, consequentemente, a magnitude de seus reflexos sobre o nível de atividade econômica global e doméstica.

Esse impacto adverso de curto prazo da pandemia sobre o nível de atividade econômica é considerado no cenário macroeconômico projetado para o triênio 2022 a 2024, o qual prevê a retomada do crescimento econômico em 2021 e sustentação nos anos seguintes. Prevê ainda taxa de inflação sob controle, em linha com as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os principais parâmetros que embasaram o referido cenário são apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Grade de Parâmetros Macroeconômicos 2022 - 2024

| PARÂMETROS | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| PIB real (%) | 2,50 | 2,50 | 2,50 |
| PIB nominal (R$ bilhões) | 8.886,4 | 9.527,3 | 10.174,0 |
| IPCA acumulado (%) | 3,50 | 3,25 | 3,25 |
| INPC acumulado (%) | 3,50 | 3,45 | 3,50 |
| IGP-DI acumulado (%) | 3,57 | 4,05 | 4,00 |
| Taxa Over - SELIC Acum ano (%) | 4,74 | 5,63 | 5,90 |
| Taxa de Câmbio Média (R$/US$) | 5,15 | 5,04 | 5,00 |
| Preço Médio do Petróleo (US$/barril) | 60,95 | 58,27 | 56,69 |
| Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00) | 1.147 | 1.188 | 1.229 |
| Massa Salarial Nominal (%) | 8,77 | 7,66 | 7,58 |

Fonte: SPE/FAZENDA/ME. Elaboração:SOF/FAZENDA/ME.

Com a expectativa de retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), prevê-se também uma melhora gradual das condições do mercado de trabalho, com a continuidade da recuperação do emprego formal e o retorno dos postos informais, o que se reflete na projeção apresentada de crescimento anual da massa salarial nominal. Para o salário mínimo, considerou-se a manutenção de seu valor real a partir da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista o previsto no inciso IV do Art. 7º da Constituição Federal.

A credibilidade da política monetária mantém-se calcada no regime de metas de inflação, que tem permitido ancorar as expectativas e projetar o cenário de convergência da inflação para as metas fixadas pelo CMN. Tem-se observado, nos últimos meses, choques altistas nos principais índices de preços - IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE), INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado também pelo IBGE) e IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, apurado pela Fundação Getúlio Vargas). Espera-se que o impacto da elevação dos preços de curto prazo e o efeito estatístico da baixa inflação observada em meados de 2020 resultem em elevação da taxa interanual dos preços. No entanto, estima-se o arrefecimento da inflação no segundo semestre de 2021, o que

permite projetar a convergência para o centro da meta de inflação nos próximos anos. Também se prevê, diante de tal cenário, o aumento gradual da taxa Selic a partir de 2021, mas ainda assim em patamares historicamente baixos.

No setor externo, conforme as projeções do Boletim Focus do Banco Central, considera-se a tendência à apreciação da taxa de câmbio na média anual, ainda que com volatilidade no curto prazo. As hipóteses prováveis referem-se à manutenção do cenário de liquidez internacional, tendo em vista, inclusive, os reflexos das políticas de estímulo adotadas em nível mundial para combater os efeitos econômicos da pandemia, taxa de juros global em patamares inferiores e os efeitos positivos das reformas estruturais no Brasil.

No que se refere ao preço médio do barril do petróleo Brent, segundo os contratos futuros negociados em bolsa, espera-se que haja recuo na cotação em dólares. Cabe ressaltar que o cenário macroeconômico embute, de alguma forma, a continuidade do andamento da agenda das reformas estruturais, a busca do aumento da produtividade e o compromisso com a consolidação fiscal, em consonância com as expectativas de mercado.

**C) Estratégia de Política Fiscal**

O objetivo central da política fiscal no médio prazo é o controle da trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Para tanto, o governo federal busca recorrentemente o equilíbrio das contas públicas por intermédio do controle e do monitoramento do crescimento da despesa, bem como o acompanhamento da arrecadação dos tributos federais, tomando medidas tempestivas para a correção de desvios e prevenção quanto à materialização de riscos fiscais com impacto relevante nos curto e médio prazos.

Cabe destacar que a regra do Teto dos Gastos, instituída pela Emenda Constitucional nº 95/2016, representa um elemento essencial na atual estratégia de ajuste fiscal, pois disciplina a expansão das despesas primárias e induz a canalização dos recursos públicos para os programas governamentais com maior retorno para a sociedade. Em outras palavras, a manutenção do Teto dos Gastos segue como uma premissa fundamental de regime fiscal crível de médio e longo prazos, pois não apenas proporciona a ancoragem para a trajetória das despesas como também força o debate acerca da alocação orçamentária dos recursos. É importante destacar que na instituição do Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, essa emenda constitucional estabeleceu limite para as despesas primárias por um período de vinte exercícios financeiros, corrigido pela taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Essa medida tem proporcionado melhoria do controle da trajetória intertemporal da despesa pública primária, que, no passado recente, apresentava taxas de crescimento muito acima das taxas de inflação, tendo sido fator primordial para o crescimento da dívida pública nos últimos anos.

Além disso, esse objetivo está alinhado às estratégias do governo federal que visam à estabilidade macroeconômica, melhor alocação e uso eficiente dos recursos públicos, assim como fomentar a produtividade da economia brasileira, preservando-se precipuamente o equilíbrio das contas públicas, de modo a permitir o crescimento econômico, a expansão da renda e do emprego no país, bem como a superação dos problemas sociais.

O diagnóstico da equipe econômica já no início de 2019 era de que a economia brasileira apresentava três problemas principais que comprometiam as perspectivas de crescimento do país e o bem-estar da população. O primeiro problema era a crise fiscal, caracterizada pela deterioração do resultado primário e pelo crescimento da razão Dívida/PIB, cujos reflexos no aumento da incerteza macroeconômica estiveram na raiz da recessão econômica do período 2014-2016. O segundo problema estava associado à ineficiência das políticas públicas, que consumiam volume elevado de recursos públicos sem entregar resultados satisfatórios para a sociedade. Finalmente, o terceiro problema era a produtividade baixa e estagnada dos fatores de produção no país, fruto de um amplo conjunto de distorções alocativas, que tem representado empecilho significativo ao crescimento mais robusto do PIB per capita ao longo das últimas décadas. Má alocação (*misallocation*) em uma economia é a ineficácia na alocação de seus fatores de produção. A diretriz da política econômica é superar esses problemas, na compreensão de que, sem isso, não será possível a retomada sustentável do crescimento econômico com distribuição de renda.

A agenda de consolidação fiscal reúne um conjunto amplo de medidas adicionais voltadas, de um lado, para a desindexação, desvinculação e desobrigação do orçamento público e, de outro lado, para o redesenho do pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No sentido de contribuir com a consolidação fiscal, pode-se citar iniciativas como a promulgação da Emenda Constitucional nº 109 de 2021 (EC nº 109/2021) que permitiu, entre outras coisas, a utilização de superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo para amortização da dívida pública do respectivo ente, o que reduz a pressão em relação ao cumprimento da Regra de Ouro prevista no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Ademais, a EC nº 109/2021 instituiu "gatilhos" para contenção de despesas a serem adotados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes ultrapassar 95% no período de doze meses. Outro "gatilho" instituído pela referida emenda constitucional refere-se às despesas sujeitas aos limites do Teto de Gastos, descritas no artigo 107 da CF/88. A EC nº 109/2021 prevê a aplicação, ao respectivo Poder ou órgão, de vedações ao aumento de despesas quando a proporção entre a despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total for superior a 95%.

É importante citar, ainda, que a EC nº 109/2021 excepcionou da Meta de Resultado Primário, do Teto dos Gastos e da Regra de Ouro, para o exercício financeiro de 2021, as despesas com a concessão de auxílio emergencial destinado ao enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19 até o limite de 44 bilhões de reais.

A emergência da pandemia relacionada à Covid-19 também impacta negativamente a situação fiscal no curto prazo, uma vez que resulta em efeitos adversos, tanto sobre as receitas, quanto sobre as despesas públicas. Do lado da receita, o menor ritmo do nível de atividade econômica tem um efeito redutor sobre a arrecadação tributária. No lado da despesa, tanto a necessidade de reforçar a capacidade do sistema de saúde para enfrentar as causas e efeitos da pandemia, quanto os seus desdobramentos sobre o nível de atividade econômica e de emprego, resultam em uma maior demanda por gastos públicos.

Os esforços fiscais no Brasil voltados ao enfrentamento da crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19 estão entre os mais altos, em termos de percentual do PIB, na comparação com países em desenvolvimento e até mesmo em comparação com países desenvolvidos. Apesar desse expressivo esforço fiscal em 2020, o governo federal mantém sua diretriz de responsabilidade fiscal e de implementação da agenda reformista, reforçando o compromisso com o processo de consolidação fiscal por meio do controle das despesas.

Para mitigar o impacto dessa pandemia, o governo federal implementou um grupo de medidas fiscais em 2020 que resultaram em um déficit primário do setor público consolidado estimado em 11,7% do PIB, dos quais o impacto direto no déficit primário foi de 8,15% do PIB, conforme consta na 10ª apresentação do relatório "Análise do Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento à Covid-19" divulgado pela Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, em 22 de dezembro de 2020.

As medidas de emergência foram incluídas em um orçamento separado, denominado "Orçamento de Guerra" instituído pela Emenda Constitucional nº 106/2020, não vinculado às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Regra de Ouro constitucional. As medidas fiscais incluíram: (i) a expansão dos gastos com saúde; (ii) apoio temporário à renda de famílias vulneráveis por meio, principalmente, de: auxílio emergencial visando a transferência de renda para trabalhadores informais e de baixa renda; antecipação do 13º pagamento de aposentadorias e pensões; expansão do programa Bolsa Família; e pagamentos antecipados de abono salarial; (iii) apoio ao emprego por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, em que o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda ("BEm") foi pago quando houve acordos entre trabalhadores e empregadores nas situações de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho; (iv) redução de impostos e taxas de importação sobre suprimentos médicos essenciais; e (v) novas transferências do governo federal para os governos estaduais para apoiar o aumento dos gastos com saúde e auxiliar na compensação da queda esperada na arrecadação tributária estadual.

Além disso, os bancos públicos expandiram as linhas de crédito para empresas e famílias, com foco no apoio ao capital de giro, e o governo apoiou linhas de crédito para pequenas e médias empresas, assim como microempresas, visando cobrir custos de folha de pagamento, capital de giro e investimento. A maioria das medidas expirou ao final de 2020, no entanto, uma nova rodada do programa de auxílio emergencial teve início em abril de 2021, com regras mais focalizadas em relação ao programa implementado em 2020 e limite de gasto de R$ 44 bilhões dado pela EC nº 109/2021, como já comentado.

Digna de nota foi a edição de medidas provisórias que abriram volume expressivo de créditos extraordinários para despesas que visaram ao enfrentamento das causas e efeitos da pandemia, o que refletiu a pronta ação do governo federal ao problema. Destaca-se que créditos extraordinários não são computados no Teto dos Gastos previsto no Art. 107 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e que seus efeitos, em termos fiscais, são percebidos na ampliação do déficit primário, no exercício financeiro de 2020, no esgotamento de recursos de superávits financeiros, o que levou à necessidade de maior endividamento.

Apesar da expectativa de retomada gradual do crescimento econômico a partir de 2021, os efeitos adversos da pandemia sobre a situação fiscal se prologam, uma vez que um aumento do déficit primário no exercício financeiro de 2020 implica o aumento da dívida pública. Além disso, o menor ritmo de atividade econômica tem implicações negativas para a receita pública nos anos subsequentes, uma vez que o crescimento econômico nos anos seguintes passa a se dar, em termos nominais, sobre uma base tributária menos favorável que a esperada anteriormente.

Dessa forma, o impacto adverso da pandemia reforça o compromisso do governo federal com o processo de consolidação fiscal, tornando-se mais premente avançar na agenda de reformas estruturais. Após a Reforma da Previdência, aprovada em 2019 e cujos efeitos fiscais são sentidos mais intensamente com o passar dos anos, outras medidas com impacto fiscal já se encontram em razoável estágio de maturação e, também, são consistentes com os objetivos de austeridade e sustentabilidade fiscal de médio e longo prazos. Dentre essas medidas, destacam-se: a Reforma Tributária; a desmobilização de ativos - tendo como exemplo a redução do número de empresas estatais; o aumento da liberalização comercial e a Reforma Administrativa. Os efeitos fiscais dessas medidas serão diretos, traduzindo-se em aumento das receitas ou redução de despesas (ou ambos), ou, indiretos, verificados pelo maior dinamismo da economia.

Dentre as reformas com efeito direto, destaca-se a Reforma Tributária, que avançará na direção de um sistema tributário mais simplificado, neutro do ponto de vista da receita total, com menores custos de fornecimento de informações às autoridades fiscais por parte das empresas e diminuição dos litígios tributários. A elevada complexidade tributária gera distorções alocativas pelos altos custos de conformidade e de transição, assim como potencial de litígio por causa da enorme insegurança jurídica. Essa complexidade tem reflexos na produtividade, no incentivo ao investimento e, consequentemente, no crescimento econômico. A Reforma Tributária visa a eliminação das redundâncias e das ineficiências, no intuito de minimizar esses custos e melhorar o ambiente de negócios. Ao simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, essa reforma irá gerar efeitos positivos na produtividade e no crescimento econômico. Esse maior crescimento permitirá ao país realizar um menor esforço fiscal para estabilizar a sua dívida pública como proporção do PIB.

Um sistema tributário bem desenhado está, em geral, ligado a maior criação de novas empresas e formalização da economia e, portanto, a maior crescimento

econômico nos médio e longo prazos. A primeira parte da Reforma Tributária foi apresentada ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2020, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, que prevê a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) em substituição à atual cobrança das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins. A CBS é uma nova forma de tributar o consumo, alinhada a modelos internacionais modernos de imposto sobre valor agregado (IVA). Com a CBS, será possível acabar com a cumulatividade de incidência tributária e com a cobrança apenas sobre o valor adicionado pela empresa, simplificando, assim, a forma de apuração desse tributo, além de reduzir pelo menos parte do enorme contencioso tributário brasileiro.

Outra reforma com impacto direto sobre as contas públicas é a Reforma Administrativa, tendo por objetivo modernizar a administração pública, contribuir para o equilíbrio fiscal e oferecer serviços de qualidade para a população, visando promover importantes transformações na economia brasileira por meio do aumento da produtividade e a consequente promoção do crescimento econômico. A situação fiscal atual e o cenário de contração dos gastos discricionários demandam uma revisão no funcionamento da administração pública. A dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração pública federal e a forma como as carreiras estão organizadas atualmente contribuem, sobremaneira, para distorções e ineficiências na atuação do setor público. Os modelos de aquisição de bens e contratação de serviços também devem ser revistos com o objetivo de reduzir o dispêndio com tempo e recursos, além de aumentar a qualidade das compras.

A proposta de uma Nova Administração Pública, conforme PEC nº 32/2020 encaminhada ao Congresso Nacional, tem como objetivo transformar a administração pública e alcançar altos índices de produtividade, oferecendo serviços de qualidade aos cidadãos a um custo mais baixo. As alterações valem para todos os entes da Federação – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – e servidores públicos dos Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. A Reforma Administrativa pretende aprofundar a racionalização para alcançar também os equipamentos públicos presentes em todo o território nacional e eliminar sobreposições e redundâncias, notadamente aquelas existentes nas representações estaduais dos ministérios e de órgãos centrais. Pretende-se que as iniciativas reduzam o peso do Estado sobre os cidadãos e as empresas, e que tenham como foco as políticas públicas e as relações administrativas no âmbito das diversas áreas de atuação governamental. Para isso, medidas para desmobilização de ativos e redução do setor produtivo estatal encontram-se em estudo, com potencial de redução de custos no médio prazo.

O avanço na direção do equilíbrio fiscal e orçamentário deverá contribuir, no médio e no longo prazo, para o crescimento econômico sustentável por meio da geração de um ambiente macroeconômico estável, da redução da carga tributária de equilíbrio e do aumento da poupança doméstica. Mesmo no curto prazo, espera-se que o processo de consolidação fiscal apresente efeitos expansionistas sobre o nível da atividade econômica. O principal canal por meio do qual esses efeitos ocorreriam está associado ao aumento da confiança na sustentabilidade das contas públicas, o que se traduz na redução da percepção de risco e das taxas de juros de longo prazo na economia brasileira.

A queda substancial da produtividade, aliada a um quadro de descontrole e deterioração das contas públicas, levaram o Brasil nos últimos anos a um crescimento potencial baixo. Por essa razão, a retomada desse crescimento deverá passar necessariamente por um conjunto de reformas estruturais visando à consolidação do quadro de austeridade e sustentabilidade fiscal pretendidas, bem como reformas microeconômicas pró-mercado que criem um ambiente no qual o investimento possa ser guiado pelas melhores oportunidades de mercado, ampliando a produtividade, gerando assim estabilidade macroeconômica.

Com a construção de um equilíbrio fiscal estrutural, a economia brasileira terá condições de manter uma inflação estruturalmente ancorada com juros baixos. Torna-se, assim, fundamental a continuidade da agenda de reformas estruturais e microeconômicas, a continuidade do processo de consolidação fiscal, além de medidas que visem o aumento da produtividade e a melhora da alocação de recursos por meio do combate ao *misallocation*. Esses avanços irão não apenas propiciar a estabilidade crível da economia, como também pavimentar a retomada do crescimento econômico de longo prazo vigoroso, sustentável, equilibrado e inclusivo.

**D) Perspectivas fiscais**

Tomando-se como base o cenário macroeconômico projetado, procedeu-se à estimativa dos principais agregados de receitas e despesas primárias, nessas considerando os limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal, para o período compreendido entre 2022 e 2024.

Nesse sentido, está sendo considerado, para fins de projeção das despesas, apenas o arcabouço legal atualmente vigente, como, por exemplo, o preceito constitucional de manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo, não levando explicitamente em consideração os impactos decorrentes das reformas e propostas ainda em discussão.

Sob tais hipóteses, a projeção dos agregados fiscais para o Governo Central apurou, para o período considerado, déficits primários cadentes, em consonância com os efeitos benéficos esperados do Teto dos Gastos para o controle das contas públicas e para ancorar o processo de consolidação fiscal de longo prazo, conforme demonstrado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Trajetória estimada do Resultado Primário

| Esfera de Governo | 2022 | | 2023 | | 2024 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ bilhões | % PIB | R$ bilhões | % PIB | R$ bilhões | % PIB |
| Governo Central | -170,47 | -1,92 | -144,97 | -1,52 | -102,20 | -1,00 |
| Estatais Federais | -4,42 | -0,05 | -4,75 | -0,05 | -5,08 | -0,05 |
| Estados, Distrito Federal e Municípios** | -2,60 | -0,03 | -0,10 | 0,00 | 1,50 | 0,01 |
| Setor Público Não Financeiro | -177,49 | -2,00 | -149,82 | -1,57 | -105,78 | -1,04 |

** Indicativo.

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME

No entanto, em que pese a eficiência do Teto dos Gastos no controle da maior parte das despesas primárias, sua composição interna ainda demonstra crescimento na participação dos gastos obrigatórios em detrimento dos gastos discricionários, o que tende a precarizar gradualmente a oferta de bens e serviços públicos e a pressionar, ou, até mesmo, eliminar investimentos importantes, reforçando ainda mais a necessidade de avanço na agenda de reformas estruturais.

Exemplo desse tipo de movimento de aumento de gastos não sujeitos a contingenciamento sob o Teto de Gastos, acarretando maior compressão das despesas discricionárias, ocorreu com a promulgação da Lei Complementar nº 177, em 12 de janeiro de 2021, LC nº 177/2021. Essa medida legislativa alterou a LRF excluindo do rol de despesas sujeitas à limitação de empenho aquelas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade. De forma específica, a referida alteração legislativa excetuou das regras de limitação de empenho previstas na LRF os créditos orçamentários programados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), bem como vedou a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira.

Nesse sentido, é importante que alterações com vistas a proporcionar maior flexibilidade nas regras fiscais fiquem restritas ao exercício fiscal de 2020 e sejam mitigadas no exercício fiscal de 2021, a exemplo da limitação de R$ 44 bilhões prevista pela EC nº 109/2021 para os gastos com auxílio emergencial, e não sejam replicadas para os exercícios seguintes. Passado o momento de crise, esse tipo de flexibilização deve ser evitado ao máximo para se impedir uma trajetória de persistente crescimento do endividamento. Os déficits primários observados nos últimos anos nas contas do Governo Federal requerem reforço ao compromisso com metas fixas de resultado primário, sendo a definição da meta um importante instrumento para contribuir com a trajetória decrescente para tais déficits e, no médio prazo, alcançar superávits primários. As projeções mostram a necessidade de resultados primários cada vez melhores com a finalidade de estabilizar a trajetória da dívida e permitir seu declínio no médio prazo. É preciso atenção para que não sejam adotadas práticas que enfraqueçam o arcabouço fiscal em um momento que o balanço das contas públicas já se mostra fragilizado.

Eventuais alterações no modelo de metas de primário provocam mudanças na percepção de risco de quem financia o governo, o que pode causar aumento de custos desse financiamento. É notória a relação positiva entre regras fiscais críveis e queda nos prêmios de risco de refinanciamento, como pôde ser observado à época da criação do Teto dos Gastos, pois logo após sua instituição as taxas de juros dos instrumentos de financiamento da dívida registraram queda relevante.

Desse modo, âncoras fiscais são importantes para uma perspectiva de redução da dívida pública e dos custos relacionados ao seu financiamento. A realização de reformas que reduzam a proporção de despesas obrigatórias e de receitas vinculadas no orçamento são importantes para melhorar o funcionamento das regras, mas não se deve abrir mão das regras. Adicionalmente, a redução da incerteza sobre a economia acontecerá naturalmente com uma agenda de reformas que melhore a previsibilidade do cenário fiscal e as perspectivas sobre a economia do país. Ademais, mesmo considerando as despesas primárias limitadas pelo Teto dos Gastos, a trajetória fiscal projetada ainda se mostra insuficiente para uma redução significativa do crescimento da dívida pública no médio prazo, dado o cenário macroeconômico posto. Sob as hipóteses consideradas para a evolução das despesas primárias, seria necessário substancial esforço arrecadatório para gerar superávits suficientemente elevados para reverter, no curto prazo, a trajetória de crescimento da dívida pública, conforme se constata na Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3: Projeções de Variáveis Fiscais**

| Variáveis (em % do PIB) | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| Projeção de Resultado Primário do Setor Público Não-Financeiro | -2,00 | -1,57 | -1,04 |
| Resultado Nominal do Setor Público Não-Financeiro | -6,85 | -6,83 | -6,68 |
| Dívida Líquida do Setor Público | 67,10 | 69,96 | 72,37 |
| Dívida Bruta do Governo Geral | 86,72 | 87,26 | 88,12 |

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME

Isso indica que, muito embora a contribuição do Novo Regime Fiscal e da Reforma da Previdência já seja considerável para o horizonte de 2022 a 2024, a continuidade da implementação da agenda de reformas estruturais mostra-se fundamental para um ajuste fiscal mais vigoroso, que efetivamente venha a consolidar uma trajetória de sustentabilidade de médio e longo prazo nas contas do Governo Federal.

No que tange especificamente à meta de resultado primário definida para o Governo Central, o art. 2º, do PLDO-2022, estabelece uma meta déficit primário de R$ 170,5 bilhões, a partir da estimativa de receita, levando em consideração o cenário e parâmetros econômicos postos, e referenciando a maior parte da despesa primária aos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o Teto dos Gastos. Assim, entende-se que tal regra fiscal se consolida, junto com a meta de resultado primário, como âncora da política fiscal, no sentido de alinhar as expectativas com respeito à realização da execução da despesa pública no médio prazo.

Mais detalhes das projeções das receitas e despesas que embasaram a estipulação das metas ora apresentadas encontram-se na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Detalhamento das Variáveis Fiscais

LRF, art. 4º, § 1º — Preços Correntes

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 | | 2023 | | 2024 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB |
| **A. GOVERNO CENTRAL** | **-170.473,7** | **-1,92** | **-144.971,5** | **-1,52** | **-102.203,6** | **-1,00** |
| I - Receita Primária Total | 1.772.472,2 | 19,95 | 1.888.359,0 | 19,82 | 2.018.535,8 | 19,84 |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS | 1.103.097,2 | 12,41 | 1.183.462,3 | 12,42 | 1.268.517,9 | 12,47 |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS | 474.977,9 | 5,35 | 505.979,1 | 5,31 | 543.412,2 | 5,34 |
| I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB | 194.397,1 | 2,19 | 198.917,5 | 2,09 | 206.605,7 | 2,03 |
| II- Transferências por Repartição de Receitas | 321.910,3 | 3,62 | 344.633,6 | 3,62 | 367.034,1 | 3,61 |
| III - Receita Primária Líquida (I - II) | 1.450.561,9 | 16,32 | 1.543.725,3 | 16,20 | 1.651.501,7 | 16,23 |
| IV - Despesa Primária Total | 1.621.035,6 | 18,24 | 1.688.696,8 | 17,72 | 1.753.705,3 | 17,24 |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários | 762.905,5 | 8,59 | 810.476,5 | 8,51 | 837.803,8 | 8,23 |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais | 346.328,6 | 3,90 | 356.056,9 | 3,74 | 365.534,6 | 3,59 |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias | 249.998,5 | 2,81 | 265.861,8 | 2,79 | 285.999,2 | 2,81 |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira | 261.803,0 | 2,95 | 256.301,6 | 2,69 | 264.367,7 | 2,60 |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo | 165.128,2 | 1,86 | 170.944,8 | 1,79 | 176.489,1 | 1,73 |
| IV.4.2 - Discricionárias | 96.674,9 | 1,09 | 85.356,8 | 0,90 | 87.878,6 | 0,86 |
| V - Resultado Primário Gov. Central (III - IV) | -170.473,7 | -1,92 | -144.971,5 | -1,52 | -102.203,6 | -1,00 |
| V.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central | 117.453,9 | 1,32 | 159.525,9 | 1,67 | 192.188,0 | 1,89 |
| V.2 Resultado da Previdência Social | -287.927,6 | -3,24 | -304.497,4 | -3,20 | -294.391,6 | -2,89 |
| **B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO** | -4.417,5 | -0,05 | -4.747,9 | -0,05 | -5.075,2 | -0,05 |
| **C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)** | -174.891,2 | -1,97 | -149.719,4 | -1,57 | -107.278,8 | -1,05 |
| **D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**** | -2.600,0 | -0,03 | -100,0 | 0,00 | 1.500,0 | 0,01 |
| **E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)** | -177.491,2 | -2,00 | -149.819,4 | -1,57 | -105.778,8 | -1,04 |

Preços Constantes de 2021 (IGP-DI) (R$ milhões)

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **A. GOVERNO CENTRAL** | **-166.442,8** | **-136.323,5** | **-92.392,2** |
| I - Receita Primária Total | 1.730.561,6 | 1.775.712,8 | 1.824.759,1 |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS | 1.077.014,1 | 1.112.865,3 | 1.146.741,9 |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS | 463.746,9 | 475.796,0 | 491.245,4 |
| I.3 - Outras Receitas | 189.800,5 | 187.051,5 | 186.771,8 |
| II- Transferências por Repartição de Receitas | 314.298,6 | 324.075,2 | 331.799,3 |
| III - Receita Primária Líquida (I - II) | 1.416.263,0 | 1.451.637,6 | 1.492.959,7 |
| IV - Despesa Primária Total | 1.582.705,8 | 1.587.961,1 | 1.585.351,9 |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários | 744.866,4 | 762.129,2 | 757.375,8 |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais | 338.139,6 | 334.817,1 | 330.443,8 |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias | 244.087,2 | 250.002,4 | 258.543,7 |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira | 255.612,6 | 241.012,5 | 238.988,7 |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo | 161.223,7 | 160.747,4 | 159.546,3 |
| IV.4.2 - Discricionárias | 94.389,0 | 80.265,0 | 79.442,4 |
| V - Meta do Resultado Primário Gov. Central (III - IV) | -166.442,8 | -136.323,5 | -92.392,2 |
| V.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central | 114.676,6 | 150.009,7 | 173.738,2 |
| V.2 Resultado da Previdência Social | -281.119,5 | -286.333,2 | -266.130,4 |
| **B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO** | -4.313,1 | -4.464,6 | -4.588,0 |
| **C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)** | -170.755,9 | -140.788,2 | -96.980,2 |
| **D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**** | -2.538,5 | -94,0 | 1.356,0 |
| **E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)** | -173.294,4 | -140.882,2 | -95.624,2 |

** Indicativo.

Fonte: Órgãos Diversos. Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

**Previsão de Agregado Fiscal para Investimentos em Andamento**

A EC nº 102/2019 introduziu, no art. 165, o § 12, que estabelece que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual - LOA para a continuidade daqueles em andamento.

Com vistas a cumprir tal disposição e o estabelecido no art. 19 do PLDO-2022, cabe esclarecer que a previsão para as despesas discricionárias do Poder Executivo sujeitas à programação financeira prevê a proporção mínima de 10,1% do valor total para os investimentos em andamento para cada ano do período de 2022 a 2024.

Dessa forma, o referido percentual incide sobre a previsão para o agregado fiscal referente a valores das despesas discricionárias projetados no item IV.4.2 – Discricionárias da Tabela 5 -Detalhamento das Variáveis Fiscais deste anexo para o período de 2022 a 2024, possibilitando a obtenção das previsões de valores agregados destinados à alocação da proporção mínima de recursos para investimentos em andamento para cada lei orçamentária do período.

Em que pese a previsão para o total das discricionárias do Poder Executivo indicar uma queda no seu valor nominal no período, com leve recuperação em 2024, a adoção de um percentual mínimo fixo visa preservar a participação dos recursos alocados para tal finalidade, tendo em vista o estoque ainda significativo de investimentos em andamento.

Nessa perspectiva, o art. 20 do PLDO-2022 acrescenta novas regras para a inclusão de novas ações/subtítulos na Lei Orçamentária Anual – LOA, tendo em vista tornar mais criteriosa a criação de novos investimentos no orçamento, contribuindo para a alocação de recursos naqueles em andamento.

Assim, com tais medidas, busca-se mitigar tendência de redução na alocação em investimentos em andamento, mantendo níveis mínimos da alocação com base em referência do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 - PLOA-2021, possibilitando maior previsibilidade para o planejamento e execução dos investimentos em andamento.

O percentual obtido foi calculado com base na proporção observada na alocação de dotações em investimentos em ações tipo projeto em relação ao conjunto apurado das despesas discricionárias do Poder Executivo no âmbito do PLOA-2021. Para isso, o somatório dos valores do grupo de natureza de despesa 4 – Investimentos das despesas discricionárias, marcadas com identificador de resultado primário RP 2, alocados em ações tipo projeto do Poder Executivo no PLOA-2021, num total de R$ 9,7 bilhões, foi dividido pelo conjunto apurado das despesas discricionárias do Poder Executivo no PLOA-2021, que totalizam R$ 96,1 bilhões.

**ANEXO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**A) Estimativa das Receitas Primárias para 2022 a 2024**

*Receita administrada pela RFB*

As receitas primárias administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em sua maioria, são estimadas tendo como base a arrecadação histórica recente, em geral relativa aos últimos doze meses, com aplicação dos parâmetros macroeconômicos adequados a cada uma. Consideram ainda o efeito de alterações na legislação tributária, como a recomposição de base em função da redução temporária das alíquotas de IPI aplicáveis a bens utilizados no combate à Covid-19 e o encerramento da vigência do benefício instituído por meio da Lei 8.989/1995.

*Arrecadação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS)*

As receitas previdenciárias também são projetadas em função de uma base de arrecadação, e aplicação de parâmetros macroeconômicos, notadamente referentes ao mercado de trabalho (massa salarial nominal e salário-mínimo). Também consideraram o término da desoneração da folha de pagamentos objeto da Lei nº 12.546/2011.

*Receitas não administradas pela RFB*

Esse item compreende as receitas com concessões e permissões, complemento para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor, Contribuição do Salário-Educação, Exploração de Recursos Naturais, Dividendos e Participações, Operações com Ativos, Receitas Próprias, Convênios, taxas pelo exercício de poder de polícia, taxas por serviços públicos, pensões militares, entre outras.

As receitas de concessões e permissões consideram contratos vigentes; sendo utilizada a previsão de IPCA constante da grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia (SPE/FAZENDA/ME), de 12 de março de 2021, como referência para atualização monetária das parcelas de outorga até sua data de vencimento.

O cálculo da Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor (CPSS) considera a média da arrecadação observada de julho de 2020 até fevereiro de 2021, atualizada pelo Índice IER previsto para 2022, 2023 e 2024, conforme o exercício correspondente. O índice é a média ponderada de índices de preço (55% IPCA e 45% IGP-DI) fornecidos na Grade de Parâmetros de 12/03/2021 da Secretaria de Política Econômica.

A estimativa da Contribuição do Salário-Educação considera os últimos doze meses arrecadados até fevereiro de 2021, corrigidos pela Massa Salarial Nominal.

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos e Minerais considera em sua estimativa os últimos doze meses arrecadados até fevereiro de 2021, corrigidos pelo crescimento real do PIB.

No caso da Compensação Financeira – Petróleo e Gás Natural foram utilizados como parâmetros para a elaboração das projeções de royalties e participação especial as informações sobre as estimativas de taxas de câmbio, as expectativas para o Barril de Petróleo e as projeções de produções de petróleo e gás natural fornecidas pelas concessionárias, através do Programa Anual de Produção (PAP), em cumprimento ao disposto na Portaria ANP nº 100/2000.

A estimativa das receitas com Comercialização de Petróleo (excedente em óleo) é elaborada pela empresa estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) com base nos seguintes parâmetros: Taxa de Câmbio; Preço de Referência – curva Brent EPE menos spread médio US$ 3/bbl.

Em relação às receitas de Dividendos destaca-se, em 2021, primeiramente, a destinação de dividendos de R$ 3,6 bilhões pela Petrobras, com base em lucros de 2020 e reservas de capital (Aviso aos Acionistas de 24/02/2021). Também foi importante o maior lucro obtido pelo BNDES em 2020, que ampliou a base de distribuição dos dividendos, estimados em R$ 4,9 bilhões em 2021. O melhor resultado do BNDES em relação ao previsto decorre, em especial, dos lucros obtidos da venda de participações de sua carteira e dividendos recebidos. Por último, a melhoria da situação financeira da Eletrobras permitiu que a empresa deliberasse sobre o pagamento de R$ 958 milhões de dividendos intermediários em 2021 (Aviso aos Acionistas de 29/01/2021). Esses dividendos estão baseados em reserva especial constituída em 2019 quando a Eletrobras não possuía a capacidade financeira de pagar os dividendos devidos. Sendo assim, como os eventos acima foram extraordinários, com pagamento de dividendos por parte da Petrobras e Eletrobras oriundos de reservas e não do lucro, bem como do resultado acima do esperado do BNDES, não se espera que isso se repita para 2022.

O cálculo do pagamento de Royalties de Itaipu é feito com base no Anexo C do Tratado de Itaipu e é obtido da seguinte forma: quantidade de gigawatt-hora gerada é multiplicada por US$ 650, em seguida, novamente multiplicada por 4. O coeficiente é dividido em partes iguais e repassado aos governos brasileiro e paraguaio. Esse resultado é o Principal. Considerou-se a média da geração anual nos últimos 10 anos, desconsiderando o maior e o menor valor (2016 e 2010, respectivamente): 91.641,66 GWh como base de cálculo.

A estimativa das Receitas Próprias Primárias em sua maioria considera os últimos 12 meses arrecadados, corrigidos pelo IPCA e pelo crescimento real do PIB. Algumas estimativas contaram com a participação dos órgãos e unidades setoriais. Destaca-se: Leilão da Folha do INSS, no valor de R$ 2,5 bilhões; Serviços de Navegação do Fundo Aeronáutico, no valor de R$ 2,1 bilhões; Receita Industrial do INB, no valor de R$ 1,3 bilhão; Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar do Fundo do Exército, no

valor de R$ 1,3 bilhão; e Serviços Administrativos e Comerciais Gerais da RFB, no valor de R$ 1,1 bilhão.

As projeções de receitas provenientes de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia assim como no grupo das próprias, em sua maioria consideram os últimos doze meses arrecadados, corrigidos pelo IPCA e pelo crescimento real do PIB. Algumas estimativas contaram com a participação dos órgãos e unidades setoriais, e outras se basearam na média dos últimos três exercícios porque a pandemia reduziu consideravelmente os valores arrecadados no ano de 2020. Destacam-se as Multas Previstas em Legislação Específica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais, no valor de R$ 1,0 bilhão.

Em relação às receitas provenientes da Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, cabe destacar que a reforma dos militares (Lei nº 13.954/2019) e a Medida Provisória nº 971, de 2020, convertida na Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020, alteraram a estrutura remuneratória de militares e alteraram alíquotas da contribuição para pensão militar. A alíquota, a partir de janeiro de 2021 passou de 9,5% para 10,5%. Tendo em vista que a arrecadação de janeiro tradicionalmente é atípica, não representando de modo fidedigno a média mensal do exercício, e a arrecadação de fevereiro, por sua vez, já reflete o patamar remuneratório corrente e a alíquota atualizada, a metodologia consistiu em multiplicar por doze a arrecadação de fevereiro de 2021.

A projeção da receita referente à Cota-Parte do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante utiliza o modelo de média móvel dos últimos 12 meses. Havia a previsão de extinção gradual, considerada no PLOA-2021; entretanto, tendo em vista que não há registro do envio da referida proposta, a estimativa para 2022 não considera essa alteração de alíquota.

A estimativa da receita decorrente da Restituição de Depósitos Judiciais não sacados é elaborada pela Caixa Econômica Federal e recebida por ofício encaminhado pela instituição.

A receita do Seguro DPVAT deixou de ser estimada, tendo em vista a não cobrança do seguro obrigatório a partir de 2021.

A projeção das "Demais Receitas", em sua maioria, considera os últimos doze meses arrecadados, corrigidos pelo IPCA e pelo crescimento real do PIB. Merecem destaque: Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde, no valor de R$ 750,7 milhões; Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa, estimada pela PGFN em R$ 691,8 milhões; CONDECINE, no valor de R$ 619,1 milhões; Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior, no valor de R$ 446,8 milhões; Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos, no valor de R$ 374,6 milhões; Acordo Judicial da FCA, no valor de R$ 332,6 milhões; Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB, estimada pela PGFN em R$ 321,0 milhões; e Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência, estimada pela CGU em R$ 315,5 milhões.

**B) Estimativa das Despesas Primárias para 2022 a 2024**

*Benefícios Previdenciários*

A despesa com Benefícios Previdenciários engloba os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, que corrige também o salário mínimo. Também são considerados o efeito de mudanças na legislação, tendo em vista a aprovação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que trata do Regime Geral e Próprio dos servidores públicos; o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI) e o Programa Especial, decorrente da Lei nº 13.846/2019; o represamento dos requerimentos de benefícios e sua reversão; e a pandemia da Covid-19, que gera efeitos sobre a base de 2021.

*Pessoal e Encargos Sociais*

As projeções para as despesas com pessoal e encargos sociais consideram o crescimento vegetativo da folha de pagamentos, que decorre de estudos das séries históricas, bem como a incorporação do efeito anualizado, de 2022 a 2024, de incrementos que devem ser realizados em 2021, decorrentes, por exemplo, de contratações temporárias, remanejamento de cargos, "anistiados Collor", inclusão de militares e servidores dos ex-Territórios em quadro em extinção da União, dissídios das estatais dependentes e Banco de Professor Equivalente. No caso dos reajustes dos militares, além do efeito da anualização da parcela de 2021, há também as parcelas previstas para 2022 e 2023.

Esse item despesa abrange também aquelas com sentenças judiciais de Pessoal e Encargos Sociais, que são projetadas com base em dados enviados pelo Poder Judiciário corrigidos pela inflação, e aquelas com Pessoal e Encargos Sociais do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O montante total desse Fundo é equivalente a uma base fixada em 2003, no valor de R$ 2,9 bilhões, corrigida anualmente desde então, de maneira cumulativa, pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL), nos termos da Lei nº 10.633/2002, considerando-se os efeitos do Acórdão nº 1.224/2017 – TCU-Plenário. As despesas de Custeio e Capital desse Fundo, são obtidas pela dedução das referidas despesas de Pessoal do Fundo em questão de seu montante total e se encontram alocadas na linha IV.3 – Outras Despesas Obrigatórias das Tabelas 4 e 5 deste Anexo. A projeção da RCL utilizada na estimativa do valor total do FCDF tomou como base a RCL realizada de 2020, publicada pela Portaria nº 660, de 22 de janeiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional.

*Outras Despesas Obrigatórias*

Esse agregado compreende o conjunto de despesas obrigatórias cujo rito de execução orçamentária e financeira não se submete à programação mensal dos gastos estabelecidas pelo Poder Executivo. Estão compreendidas as despesas de custeio e investimento primárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União que, apesar de grande parte serem classificadas como despesas discricionárias, na perspectiva do demonstrativo, para o Poder Executivo, têm tratamento de despesas obrigatórias na sua totalidade, haja vista sua condição constitucional disposta no Art. 168:

> *"Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º".*

Além das despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, os principais itens de despesa obrigatórias são:

(i) Seguro-Desemprego e Abono Salarial: a projeção dessas despesas baseia-se em indicadores do mercado de trabalho e no reajuste do salário mínimo. As projeções para 2022 a 2024 levam em conta a alteração do cronograma de pagamentos do Abono Salarial, decorrente da Resolução nº 896, de 23 de março de 2021, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT);

(ii) Sentenças Judiciais: a projeção desse item é composta pelo valor dos precatórios expedidos até 1º de julho de 2021 corrigido pelo IPCA – E, pelo valor das sentenças das estatais dependentes e de outras decisões judiciais;

(iii) Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): dada a promulgação da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020 considerou-se, no cenário para 2022 a 2024, o aumento da Complementação em questão nos termos da referida emenda, calculada sobre as projeções das receitas que compõem esse fundo atualizadas;

(iv) Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV): projetados de acordo com seu crescimento vegetativo e o reajuste do salário mínimo. A projeção para 2022 leva em conta, ainda, questões conjunturais, em especial, os efeitos estimados do represamento de requerimentos e sua reversão esperada;

(v) FCDF – Outras Despesas de Custeio e de Capital (OCC): calculado pela dedução, da parte de Pessoal e Encargos Sociais desse fundo, de seu total, o qual é projetado, conforme já mencionado, pela variação da RCL nos termos da Lei nº 10.633/2002, considerando-se os efeitos do Acórdão nº 1.224/2017 e tendo como base de projeção a RCL realizada de 2020, publicada pela Portaria nº 660, de 22 de janeiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional;

(vi) Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência do acordo firmado no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25 (ADO-25): conforme valores determinados pela Lei Complementar nº 176, de 2020;

(vii) Reserva de Contingência contendo os valores reservados às Emendas Individuais e de Bancada projetadas com base, respectivamente, nas Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2020. A base de projeção das Emendas de Bancada para o período de 2022 a 2024, que é a estimativa dessas emendas para 2021 corrigida pela variação do Teto dos Gastos para cada um desses exercícios, considera a RCL de 2020 realizada conforme Portaria nº 660, de 22 de janeiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional. Para os exercícios de 2019 e 2020 essas emendas, tanto individuais, como de bancada, já se encontram incorporadas nas Despesas Discricionárias do Poder Executivo e para os exercícios de 2021 a 2024 se encontram no grupo IV.3 – Outras Despesas Obrigatórias das Tabelas 4 e 5;

(viii) Indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e os Subsídios e as Subvenções Econômicas: projeções feitas de acordo com a política nacional referente a esses temas e a legislação vigente.

*Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira - Obrigatórias com Controle de Fluxo:*

Consideram-se nesse grupo as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, militares e seus dependentes, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Programa Bolsa-Família. Quanto às despesas com benefícios aos servidores, militares e seus dependentes, essas foram projetadas considerando o IPCA para o auxílio transporte, o dólar para os benefícios no exterior, e a manutenção do valor nominal dos demais benefícios, ajustados pelo quantitativo de beneficiários. A previsão dessas despesas se dá com base em informações enviadas pelos órgãos responsáveis, que fixam e distribuem as despesas sob seu controle de acordo com a legislação vigente e necessidades apuradas. Para 2022 a 2024, essas despesas foram projetadas a partir de dados de 2021, com crescimento equivalente ao IPCA do Teto.

Neste item de despesas consta previsão para as despesas com a contraprestação administrativa da parceria público privada pretendida para administração da Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, alocada em plano orçamentário específico, com a seguinte estimativa para o período considerado: R$ 11,5 milhões para 2022; R$ 99,1 milhões para 2023 e R$ 179,9 milhões para 2024. Assim, demonstra-se o cumprimento da exigência estabelecida na alínea "b", do art. 10, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

*Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira - Discricionárias*

As despesas discricionárias são aquelas sobre as quais se possui flexibilidade quanto ao momento de sua execução e discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, no transcorrer da execução orçamentária, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para o cenário fiscal aqui projetado, recaiu sobre esse item de despesa o ajuste necessário para que se garanta o cumprimento do Teto dos Gastos relativo ao Novo Regime Fiscal no período de 2022 a 2024.

**C) Comparação das metas e projeções com os anos anteriores**

Tabela 5: Detalhamento das Variáveis Fiscais

LRF, art.4º, §2º, inciso II — Preços Correntes

| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | | 2020 | | 2021** | | 2022 | | 2023 | | 2024 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB | R$ Milhões | %PIB |
| **A. GOVERNO CENTRAL** | **-88.898,9** | **-1,20** | **-745.265,9** | **-10,01** | **-226.238,4** | **-2,76** | **-170.473,7** | **-1,92** | **-144.971,5** | **-1,52** | **-102.203,6** | **-1,00** |
| I - Receita Primária Total | 1.635.111,0 | 22,08 | 1.467.758,8 | 19,71 | 1.643.639,6 | 20,03 | 1.772.472,2 | 19,95 | 1.888.359,0 | 19,82 | 2.018.535,8 | 19,84 |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto | 946.035,1 | 12,77 | 899.385,0 | 12,08 | 1.025.304,7 | 12,49 | 1.103.097,2 | 12,41 | 1.183.462,3 | 12,42 | 1.268.517,9 | 12,47 |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS | 413.331,3 | 5,58 | 404.772,5 | 5,43 | 431.625,7 | 5,26 | 474.977,9 | 5,35 | 505.979,1 | 5,31 | 543.412,2 | 5,34 |
| I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB | 275.744,6 | 3,72 | 163.601,3 | 2,20 | 186.709,2 | 2,27 | 194.397,1 | 2,19 | 198.917,5 | 2,09 | 206.605,7 | 2,03 |
| II- Transferências por Repartição de Receitas | 288.330,8 | 3,89 | 263.821,0 | 3,54 | 298.594,6 | 3,64 | 321.910,3 | 3,62 | 344.633,6 | 3,62 | 367.034,1 | 3,61 |
| III - Receita Primária Líquida (I - II) | 1.346.780,2 | 18,18 | 1.203.937,8 | 16,16 | 1.345.045,0 | 16,39 | 1.450.561,9 | 16,32 | 1.543.725,3 | 16,20 | 1.651.501,7 | 16,23 |
| IV - Despesa Primária Total | 1.441.845,0 | 19,47 | 1.947.025,0 | 26,14 | 1.571.283,3 | 19,14 | 1.621.035,6 | 18,24 | 1.688.696,8 | 17,72 | 1.753.705,3 | 17,24 |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários | 626.510,4 | 8,46 | 663.904,4 | 8,91 | 712.915,0 | 8,69 | 762.905,5 | 8,59 | 810.476,5 | 8,51 | 837.803,8 | 8,23 |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais | 313.087,3 | 4,23 | 321.349,3 | 4,31 | 335.349,9 | 4,09 | 346.328,6 | 3,90 | 356.056,9 | 3,74 | 365.534,6 | 3,59 |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias | 195.201,8 | 2,64 | 720.076,1 | 9,67 | 272.127,2 | 3,32 | 249.998,5 | 2,81 | 265.861,8 | 2,79 | 285.999,2 | 2,81 |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira | 307.045,4 | 4,15 | 241.695,2 | 3,25 | 250.891,2 | 3,06 | 261.803,0 | 2,95 | 256.301,6 | 2,69 | 264.367,7 | 2,60 |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo | 142.837,1 | 1,93 | 133.504,9 | 1,79 | 154.838,5 | 1,89 | 165.128,2 | 1,86 | 170.944,8 | 1,79 | 176.489,1 | 1,73 |
| IV.4.2 - Discricionárias*** | 164.208,3 | 2,22 | 108.190,2 | 1,45 | 96.052,7 | 1,17 | 96.674,9 | 1,09 | 85.356,8 | 0,90 | 87.878,6 | 0,86 |
| V- Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico | 6.165,8 | 0,08 | -2.178,6 | -0,03 | | | | | | | | |
| VI - Meta/Resultado Primário Gov. Central (III - IV + V) | -88.898,9 | -1,20 | -745.265,9 | -10,01 | -226.238,4 | -2,76 | -170.473,7 | -1,92 | -144.971,5 | -1,52 | -102.203,6 | -1,00 |
| VI.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central | 124.280,2 | 1,68 | -486.134,0 | -6,53 | 55.050,9 | 0,67 | 117.453,9 | 1,32 | 159.525,9 | 1,67 | 192.188,0 | 1,89 |
| VI.2 Resultado da Previdência Social | -213.179,1 | -2,88 | -259.131,9 | -3,48 | -281.289,3 | -3,43 | -287.927,6 | -3,24 | -304.497,4 | -3,20 | -294.391,6 | -2,89 |
| **B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO** | 11.830,7 | 0,16 | 3.567,2 | 0,05 | -3.184,9 | -0,04 | -4.417,5 | -0,05 | -4.747,9 | -0,05 | -5.075,2 | -0,05 |
| **C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)** | -77.068,2 | -1,04 | -741.698,6 | -9,96 | -229.423,3 | -2,80 | -174.891,2 | -1,97 | -149.719,4 | -1,57 | -107.278,8 | -1,05 |
| **D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO *** | 15.196,3 | 0,21 | 38.748,4 | 0,52 | 22.300,0 | 0,27 | -2.600,0 | -0,03 | -100,0 | 0,00 | 1.500,0 | 0,01 |
| **E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)** | -61.871,9 | -0,84 | -702.950,2 | -9,44 | -207.123,3 | -2,52 | -177.491,2 | -2,00 | -149.819,4 | -1,57 | -105.778,8 | -1,04 |

Preços Constantes de 2021 (IGP-DI) (R$ milhões)

| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2020 | 2021** | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **A. GOVERNO CENTRAL** | **-118.314,2** | **-877.397,4** | **-226.238,4** | **-166.442,8** | **-136.323,5** | **-92.392,2** |
| I - Receita Primária Total | 2.176.144,3 | 1.727.984,4 | 1.643.639,6 | 1.730.561,6 | 1.775.712,8 | 1.824.759,1 |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto | 1.259.063,7 | 1.058.841,0 | 1.025.304,7 | 1.077.014,1 | 1.112.865,3 | 1.146.741,9 |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS | 550.096,3 | 476.536,5 | 431.625,7 | 463.746,9 | 475.796,0 | 491.245,4 |
| I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB | 366.984,3 | 192.606,9 | 186.709,2 | 189.800,5 | 187.051,5 | 186.771,8 |
| II- Transferências por Repartição de Receitas | 383.735,0 | 310.595,0 | 298.594,6 | 314.298,6 | 324.075,2 | 331.799,3 |
| III - Receita Primária Líquida (I - II) | 1.792.409,3 | 1.417.389,3 | 1.345.045,0 | 1.416.263,0 | 1.451.637,6 | 1.492.959,7 |
| IV - Despesa Primária Total | 1.918.929,5 | 2.292.221,9 | 1.571.283,3 | 1.582.705,8 | 1.587.961,1 | 1.585.351,9 |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários | 833.813,1 | 781.611,0 | 712.915,0 | 744.866,4 | 762.129,2 | 757.375,8 |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais | 416.683,1 | 378.322,8 | 335.349,9 | 338.139,6 | 334.817,1 | 330.443,8 |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias | 259.791,2 | 847.741,7 | 272.127,2 | 244.087,2 | 250.002,4 | 258.543,7 |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira | 408.642,1 | 284.546,4 | 250.891,2 | 255.612,6 | 241.012,5 | 238.988,7 |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo | 190.099,7 | 157.174,6 | 154.838,5 | 161.223,7 | 160.747,4 | 159.546,3 |
| IV.4.2 - Discricionárias*** | 218.542,4 | 127.371,8 | 96.052,7 | 94.389,0 | 80.265,0 | 79.442,4 |
| V- Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico | 8.206,0 | -2.564,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| VI - Meta/Resultado Primário Gov. Central (III - IV + V) | -118.314,2 | -877.397,4 | -226.238,4 | -166.442,8 | -136.323,5 | -92.392,2 |
| VI.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central | 165.402,6 | -572.322,9 | 55.050,9 | 114.676,6 | 150.009,7 | 173.738,2 |
| VI.2 Resultado da Previdência Social | -283.716,8 | -305.074,5 | -281.289,3 | -281.119,5 | -286.333,2 | -266.130,4 |
| **B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO** | 15.745,3 | 4.199,7 | -3.184,9 | -4.313,1 | -4.464,6 | -4.588,0 |
| **C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)** | -102.568,9 | -873.197,7 | -229.423,3 | -170.755,9 | -140.788,2 | -96.980,2 |
| **D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO*** | 20.224,5 | 45.618,3 | 22.300,0 | -2.538,5 | -94,0 | 1.356,0 |
| **E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)** | -82.344,3 | -827.579,5 | -207.123,3 | -173.294,4 | -140.882,2 | -95.624,2 |

* Indicativo.

* *Com base em valores projetados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2021.

* * * Para anos realizados, a despesa com emendas parlamentares figura na linha 'IV.4.2 - Discricionárias'. Para 2021 e anos seguintes, as emendas são contabilizadas na Reserva de Contingência, isto é, na linha 'IV-3-Outras Despesas Obrigatórias'.

Fonte: Órgãos Diversos. Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Após alcançar 22,08% do PIB em 2019, a receita primária total em 2020 recuou para 19,71% do PIB, especialmente em razão dos impactos da pandemia relacionada à Covid-19 sobre a atividade econômica e, consequentemente, sobre a receita. Para 2021, projeta-se uma recuperação da receita primária total para 20,03%[1] do PIB no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 1º bimestre. A partir de 2022, espera-se que as receitas se estabilizem em torno de 19,9% do PIB.

Em relação ao histórico da Receita Administrada pela RFB e da Arrecadação para o RGPS, a contribuição dos esforços de gestão fiscal de cunho estrutural, como a instituição do Teto dos Gastos e o encaminhamento da Reforma da Previdência, é evidente, uma vez que há impacto direto na atividade econômica, que decorre, sobretudo, de um ganho de credibilidade na política fiscal, o que se reflete positivamente, portanto, na arrecadação.

Destacaram-se em 2019 os leilões de concessões e permissões de serviço público, sendo registrado, inclusive, recorde de receitas relativas à tal rubrica, no montante de R$ 93,3 bilhões. Os destaques no período foram os bônus de assinatura decorrentes de concessões de petróleo, em especial a realização do leilão do excedente da Cessão Onerosa, realizado em 06 de novembro de 2019. Em 2020, os valores arrecadados com concessões e permissões apresentaram relevante redução, para R$ 8,2 bilhões. A tendência de receitas advindas de permissões e concessões em patamares mais modestos também se verifica para o período de 2021 a 2024, estabilizando-se entre R$ 4 bilhões e R$ 6 bilhões. Os valores mais modestos previstos para os anos subsequentes se justificam, sobretudo, pelo volume significativo de concessões realizadas até 2019, período em que os ativos mais relevantes foram concedidos.

Outra arrecadação que obteve desempenho marcante em 2019 foi a exploração de recursos naturais, notadamente com os *royalties* e a participação especial na exploração de petróleo e gás natural. Destaca-se o aumento expressivo do preço do barril de petróleo Brent verificado no mercado internacional, com uma cotação média de US$ 64 por barril. Em 2020, apesar cotação média menos favorável, de US$ 42,3 por barril, a desvalorização da taxa de câmbio na média anual atenuou o impacto do preço do Brent e permitiu que o valor arrecadado permanecesse em patamar historicamente elevado. Para o período de 2021 a 2024, com a perspectiva de recuperação do preço do barril de petróleo Brent - com uma cotação média em torno de US$ 60 por barril - e com a taxa de câmbio acima de R$ 5, é previsto que a arrecadação com a exploração de recursos naturais tenha comportamento crescente, do ponto de vista nominal, mas estável em termos de % do PIB.

Tendo em vista o contexto adverso, em que a busca pelo incremento de receitas tributárias resultaria em efeito recessivo, prejudicando, portanto, a recuperação econômica no curto e médio prazo, é premente avançar na agenda de reformas estruturais, conforme já citado, com vistas a possibilitar que a recuperação econômica se dê em bases mais sólidas e que haja ganhos de receita maiores que os previstos para o período de 2022 a 2024.

No que tange à despesa, após alcançar 19,47% do PIB em 2019, a despesa primária total de avançou para 26,14% do PIB em 2020. Tal comportamento foi determinado, principalmente, pela execução de medidas de combate à crise da Covid-19, que somaram R$ 520,9 bilhões. Nesse agregado destaca-se a queda das despesas discricionárias, tendo em vista que, com exceção da despesa com Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios da Previdência, que se mostram decrescentes em relação ao PIB, os demais agregados de despesa obrigatória continuam apresentando trajetória de crescimento.

Cabe observar que, apesar da Reforma da Previdência ter sido aprovada em 2019, seu efeito direto sobre a despesa previdenciária se dará de forma diluída ao longo do tempo, conforme demonstra a Tabela 5. Porém, conforme já destacado, a sua aprovação foi positiva para ancorar as expectativas e reforçar a credibilidade da política fiscal, tendo impacto indireto positivo para a situação fiscal.

Dada a situação excepcional verificada em 2020, espera-se que a despesa primária total em proporção do PIB retome tendência declinante a partir de 2021, prevista em 19,14% do PIB para tal ano. Para 2024, projeta-se uma queda para 17,24% do PIB, o que reflete a limitação para crescimento da despesa primária imposta pelo Teto dos Gastos e a recuperação gradual da atividade econômica no período. Tal tendência é verificada para todos os agregados de despesa, obrigatórias e discricionárias.

Ainda no período de 2022 a 2024, projeta-se a tendência de redução da meta de déficit primário para o Governo Central, tanto em termos nominais, quanto em relação ao PIB, o que reflete o movimento de queda relativa das despesas e o cenário de recuperação gradual da atividade econômica.

## Anexo IV
## Metas Fiscais
## IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

A estimativa da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCCs) é um requisito introduzido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Segundo os §§ 2º e 3º do art. 17 da LRF, para que se possa criar ou expandir uma DOCC, deve haver redução permanente de despesa ou aumento permanente de receita, sendo o último definido como o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Desse modo, o demonstrativo em questão deve apresentar os aumentos permanentes de receita, conforme definição mencionada, deduzidos das respectivas transferências por repartição de receita. A esse montante líquido é somado o valor da redução permanente de despesa. Por fim, desse total, abate-se o montante dessa margem já comprometido devido ao crescimento vegetativo de DOCC já existentes.

O aumento permanente de receita, como já dito, é definido como aquele proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). Considera-se ampliação da base de cálculo, por sua vez, o aumento na base econômica da receita derivado de medidas legislativas ou de mudanças macroeconômicas.

Assim, para estimar o aumento permanente de receita derivado do crescimento real da atividade econômica, consideraram-se os seguintes fatores: a) acréscimo resultante da variação real do Produto Interno Bruto – PIB, estimado em 2,5% para o período em pauta; b) crescimento nas vendas de veículos de 4,51%; c) crescimento do volume de importações de 9,34%; d) crescimento do volume de aplicações financeiras de 9,63%; e) crescimento nas vendas de bebidas de 2,22%; f) outras variáveis com menor impacto no conjunto das receitas. A aplicação desses fatores na arrecadação passada resultou em aumento de R$ 38,05 bilhões na receita prevista para 2022.

Por sua vez, o efeito legislação teve impacto positivo de R$ 13,69 bilhões na arrecadação prevista, resultante de alterações normativas na legislação do II, IPI, IR, PIS/PASEP e contribuições do RGPS.

Desse modo, prevê-se o aumento permanente de receita total de R$ 40,54 bilhões, descontadas as transferências aos entes federados e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Adicionalmente, foi calculado o aumento de outras despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2022. Tal aumento é relativo ao crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários, do seguro-desemprego, do abono salarial e dos benefícios concedidos com base na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e totaliza R$ 20,11 bilhões. Assim como em 2021, não haverá impacto, em 2022, da correção real do valor do salário mínimo.

[1] Considera, como base, a projeção atualizada do PIB constante na tabela 1 deste anexo.

Por outro lado, foi contabilizada também a redução permanente de despesa, o que eleva a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2022. Essa redução permanente de despesa, no montante de R$ 175,0 milhões, corresponde ao decréscimo vegetativo dos benefícios da renda mensal vitalícia, uma vez que esse tipo de benefício, não tendo mais novas concessões, vai sendo reduzido à medida que os beneficiários vão a óbito.

Importante ressaltar que o aumento nominal do salário mínimo, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulada nos últimos doze meses que antecedem o pagamento do salário-mínimo, feito de forma a manter o poder de compra do salário em questão, conforme previsto no art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, não é considerado como aumento permanente de despesa obrigatória. Isso ocorre por analogia à não consideração da inflação como aumento permanente de receita.

Dessa maneira, o saldo da margem de expansão é estimado em, aproximadamente, 3
R$ 20,60 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO - DOCC**

| Eventos | Valor Previsto para 2022 (R$ milhões) |
|---|---|
| **Aumento de Receita Permanente** | **51.738** |
| I. Crescimento Real da Atividade Econômica | 38.047 |
| I.1. Receita Administrada pela RFB | 31.715 |
| I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS | 1.581 |
| I.3. Demais Receitas | 4.751 |
| II. Situações descritas no § 3º do art. 17 da LRF* | 13.691 |
| II.1. II | (1.091) |
| II.2. IPI | 3.620 |
| II.3. IR | (670) |
| II.4. PIS/PASEP | (8) |
| II.5. RGPS | 11.841 |
| **Deduções da Receita** | **11.197** |
| Transferências Constitucionais e Legais | 9.237 |
| Transferências ao FUNDEB | 1.704 |
| Complementação da União ao FUNDEB | 256 |
| **Saldo Final do Aumento Permanente de Receita** | **40.541** |
| **Redução Permanente de Despesa (II)** | **175** |
| **Margem Bruta (III)= (I) + (II)** | **40.715** |
| **Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)** | **20.111** |
| Crescimento vegetativo dos gastos sociais | 20.111 |
| RGPS | 18.161 |
| LOAS/RMV | 1.540 |
| Abono e Seguro-Desemprego | 411 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV) | 20.604 |

* Elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Cabe ressaltar, conforme preceitua o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF em sua 11ª edição, nas páginas 156 e 157, que o resultado do demonstrativo em tela é tão somente indicativo:

> "Sobre a interpretação do demonstrativo em questão, é fundamental esclarecer que o resultado por ele apresentado é meramente indicativo, no seguinte sentido: i) Se o resultado for negativo, interpreta-se como um alerta para a criação de novas DOCC; e ii) Se o resultado for positivo, significa que, provavelmente, há espaço para a criação de novas DOCC. No entanto, não se pode dizer que o valor apresentado é o valor de DOCC que deverá ser reduzido, no caso de sinal negativo, ou poderá ser aumentado, no caso oposto. Isso porque os valores apresentados no quadro que integra o presente demonstrativo são visões parciais dos valores nominais dos agregados de receitas e despesas, oriundas de uma decomposição teórica desses valores, a fim de que o demonstrativo reflita os conceitos de aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, conforme o art. 17 da LRF. Ademais, nem sempre é possível realizar tais decomposições. Desse modo, além de a visão dos valores ser parcial, não se engloba todo o conjunto das receitas primárias e das despesas obrigatórias, mas apenas os mais significativos, dada a referida limitação metodológica".



**Limite à expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado calculado a partir do teto de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – EC 95/2016**

Na metodologia apresentada, vigente desde antes do Novo Regime Fiscal – NRF, a indicação da compensação necessária ao aumento das DOCCs poderia ser provida pela demonstração de aumento permanente de receita.

No entanto, o NRF passou a fixar limites para as despesas com impacto primário, criando uma restrição adicional à expansão de DOCCs a ele sujeitas. Sob a EC 95/2016, a identificação de incremento na receita permanente é inócua para sustentar a ampliação dessas despesas.

Portanto, deve-se agregar ao cálculo da margem de expansão das DOCCs, que é um cálculo apenas indicativo, como já comentado, segundo o método já utilizado, outra condição, mais restritiva, voltada às DOCCs sujeitas ao NRF. Essa segunda limitação deve levar em conta a observância e a sustentabilidade do teto das despesas com impacto primário previsto na EC 95/2016.

A existência desse limite de gastos faz com que os aumentos reais de despesas sujeitas ao NRF tenham que ser sempre compensados pela diminuição de outras despesas também sujeitas a esse limite constitucional.

Portanto, caso fosse indicada eventual margem de expansão de DOCCs com base na metodologia anterior, que toma por base o aumento permanente da receita, como foi verificado na atual projeção para o exercício de 2022, a existência de um limite para as despesas com impacto primário, como previsto na EC 95/2016, torna a indicação da existência de tal margem, inócua.

As despesas primárias sujeitas ao NRF, a serem autorizadas no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para 2022, encontrar-se-ão já nos limites fixados conforme a regra estabelecida na EC 95/2016. Dessa forma, a avaliação da possibilidade de expandir DOCCs deve se pautar na possibilidade de redução, em caráter permanente, de outras despesas sujeitas ao referido limite constitucional.

Diante disso, a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e atos normativos na vigência do NRF, que criem ou aumentem DOCCs sujeitas a esse regime, deverá sempre depender de cancelamento compensatório de outra despesa em caráter permanente também sujeita à referida regra.

Conclui-se, assim, que a possibilidade de expansão das DOCCs, durante a vigência do NRF, deve levar em conta, de forma concomitante, duas referências: a primeira, relacionada à demonstração do aumento permanente de receita; e, a segunda, aplicável às DOCCs sujeitas ao teto



de gastos, calculada a partir do limite nominal de correção das despesas com impacto primário sujeitas a esse limitador constitucional, prevalecendo e aplicando-se sempre a mais restritiva.

Ressalte-se, por óbvio, que a segunda condição não se aplica às modalidades de despesas obrigatórias que foram excluídas do NRF, relacionadas no § 6º, do art. 107, do ADCT.

## Anexo V

## Riscos Fiscais

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**Sumário**


**1 INTRODUÇÃO** ..... 6
**2 SUMÁRIO EXECUTIVO** ..... 8
**3 ANÁLISE DOS RISCOS MACROECONÔMICOS (GERAIS)** ..... 13
3.1 SENSIBILIDADE DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB ..... 13
**3.1.1 Receitas Administradas pela RFB** ..... 13
**3.1.2 Sensibilidade da Receita Administrada pela RFB aos Parâmetros Macroeconômicos** ..... 14
3.2 SENSIBILIDADE DA DESPESA PRIMÁRIA ..... 16
**3.2.1 Sensibilidade da Despesa Primária Geral** ..... 16
**3.2.2 Sensibilidade da Despesa com Subsídios e Subvenções** ..... 19
3.3 SENSIBILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA ..... 19
**3.3.1 Riscos de Mercado** ..... 20
**3.3.2 Risco de Refinanciamento** ..... 25
3.4 ESTRESSE DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS E SIMULAÇÕES ..... 27
**3.4.1 Receitas** ..... 28
**3.4.2 Despesas** ..... 29
**3.4.3 Resultado Primário** ..... 31
**3.4.4 Dívida Pública** ..... 31
**4 ANÁLISE DOS RISCOS ESPECÍFICOS** ..... 38
4.1 PASSIVOS CONTINGENTES ..... 39
**4.1.1 Demandas Judiciais** ..... 39
**4.1.2 Passivos Contingentes em Fase de Reconhecimento** ..... 51
**4.1.3 Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional** ..... 54
**4.1.4 Contragarantias da União** ..... 57
**4.1.5 Fundos Constitucionais de Financiamento** ..... 59
**4.1.6 Seguro de Crédito à Exportação - Fundo de Garantia à Exportação** ..... 60
**4.1.7 Fundos Garantidores** ..... 63
4.2 RISCOS FISCAIS ASSOCIADOS AOS ATIVOS ..... 65
**4.2.1 Dívida Ativa da União (DAU)** ..... 65
**4.2.2 Depósitos Judiciais da União** ..... 67
**4.2.3 Créditos do Banco Central do Brasil** ..... 68
**4.2.4 Haveres Financeiros Relacionados aos Entes Federativos** ..... 69
**4.2.5 Haveres Financeiros Não Relacionados a Entes Federativos** ..... 84
4.3 OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS ..... 88




Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**4.3.1 Parcerias Público-Privadas e às Concessões Públicas** ....89
**4.3.2 Estatais Federais** ....94
**4.3.3 Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)** ....110
**4.3.4 Sistema Financeiro Nacional (SFN)** ....118
**4.3.5 Desastres** ....118
**4.3.6 Mudanças Demográficas** ....119
**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ....121



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Base de atuação dos Riscos Fiscais Específicos Consolidados ....12
Tabela 2 - Previsão das Receitas Administradas pela RFB em 2020 ....13
Tabela 3 - Receitas Atípicas de 2020 ....14
Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos ....14
Tabela 5 - Receita Administrada pela RFB em 2021 – Impacto % da variação de 1 p.p. em cada parâmetro ....15
Tabela 6 - Receitas - Impacto da Variação de 1 p.p. nas Variáveis Macroeconômicas ....16
Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos ....17
Tabela 8 - Despesas Primárias – Impacto % da variação de 1 p.p. no INPC ....17
Tabela 9 - Despesas Primárias Selecionadas – Efeito do INPC e do Salário-Mínimo ....18
Tabela 10 - Efeito da variação de 0,1 p.p. no IPCA no limite das despesas sujeitas à EC nº 95 ....18
Tabela 11 - Previsões de sensibilidade da despesa orçamentária da dívida a choques de 1% ....23
Tabela 12 - Sensibilidade da dívida à taxa de juros, ao crescimento real do PIB e ao resultado primário ....24
Tabela 13 - Limites e Condições para a realização de operações de crédito ....37
Tabela 14 - Projeção da insuficiência da Regra de Ouro ....37
Tabela 15 - Demandas Judiciais no âmbito da PGU ....43
Tabela 16 - Ações judiciais de natureza tributária no STF ....44
Tabela 17 - Ações judiciais de natureza tributária no STJ ....46
Tabela 18 - Ações judiciais no âmbito da PGF ....46
Tabela 19 - Demandas Judiciais das Empresas Estatais Federais ....48
Tabela 20 - Passivo Contingente do BCB por instância ....49
Tabela 21 - Demandas Judiciais de Risco Possível ....50
Tabela 22 - Demandas Judiciais de Risco Provável e Possível ....51
Tabela 23 - Obrigações oriundas de passivos contingentes regularizadas entre 2018 e 2020 ....53
Tabela 24 - Valores provisionados no BGU e estimado na LOA, segundo Passivo ....54
Tabela 25 - Obrigações oriundas de passivos contingentes a regularizar ....54
Tabela 26 - Saldo devedor das Dívidas Garantidas em Operações de Crédito ....55
Tabela 27 - Estimativas: Saldo Devedor e Honras de Garantias de Operações de Crédito ....56
Tabela 28 - Garantias honradas pela União ....56
Tabela 29 - Evolução do estoque das contragarantias não executadas, segundo as motivações ....58
Tabela 30 - Mensuração dos impactos nas contas públicas dos riscos fiscais mapeados ....59
Tabela 31 - Riscos dos Fundos Constitucionais: previsão de provisão para devedores duvidosos ....59
Tabela 32 - Recuperação e estoque de créditos baixados como prejuízo até 2020 ....60
Tabela 33 - Indicadores de Solvência do FGE em Dezembro/2020 ....61
Tabela 34 - Estimativa de impacto da manutenção do Seguro de Crédito à Exportação ....62
Tabela 35 - Fundos garantidores com participação da União – Dezembro 2020 ....64
Tabela 36 - Créditos por exercício segundo o tipo de crédito e classe (rating) ....66
Tabela 37 - Comparação entre os fluxos da arrecadação dos créditos, estimados e realizados, por exercício ....67
Tabela 38 - Estimativa de arrecadação dos créditos da DAU, por exercício ....67
Tabela 39 - Evolução do fluxo dos depósitos judiciais por exercício, segundo movimentação ....68
Tabela 40 - Fluxos estimados de depósitos judiciais por exercício ....68
Tabela 41 - Evolução do estoque, segundo ativo/programa sob gestão da STN, por exercício ....70
Tabela 42 - Comparação entre os fluxos, estimados e realizados, segundo ativo/programa ....72
Tabela 43 - Fluxos estimados, segundo Ativo/Programa, por exercício ....74
Tabela 44 - Estimativas dos impactos, segundo a natureza do risco, por exercício ....77
Tabela 45 - Impacto estimado e realizado, segundo a natureza do risco, para o ano de 2020 ....78
Tabela 46 - Impactos estimados da LC nº 173/2020, segundo Ativo /Programa, por exercício ....79



Tabela 47 - Impactos estimados da LC nº 178/2021, segundo Ativo /Programa, por exercício ....80
Tabela 48 - Valores registrados nas contas de ajustes de perdas para os empréstimos concedidos ....81
Tabela 49 - Matriz do Modelo de Ajuste de Perdas da STN ....82
Tabela 50 - Tabela de Conversão das Notas CAPAG para ratings da matriz STN ....83
Tabela 51 - Evolução do estoque, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício ....85
Tabela 52 - Fluxos estimados e realizados segundo haver financeiro ....86
Tabela 53 - Fluxos estimados, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício ....87
Tabela 54 - Estimativas dos riscos fiscais por haver financeiro ....88
Tabela 55 - Receitas de Concessões, segundo exercício ....90
Tabela 56 - Receita de Concessões (novas concessões x contratos vigentes) ....91
Tabela 57 - Concessões e Permissões ....92
Tabela 58 - Escopo da Análise de Riscos de Empresas Estatais Não Dependentes ....95
Tabela 59 - Comparação entre os fluxos estimados e realizados - Estatais ....101
Tabela 60 - Fluxos estimados - Estatais ....103
Tabela 61 - Impactos estimados (Estatais Não Dependentes) ....105
Tabela 62 - Projeção de dividendos/JCP ....105
Tabela 63 - Projeção de dividendos/JCP ....106
Tabela 64 – Contexto dos aportes emergenciais em empresas não dependentes não financeiras ....108
Tabela 65 - Meta e estimativa do resultado primário das estatais federais ....109
Tabela 66 - Evolução da concessão de contratos do Fies ....110
Tabela 67 - Valores da dívida segundo safra de concessão de crédito ....111
Tabela 68 - Exposição ao risco de crédito, por ano ....112
Tabela 69 - Situação dos contratos concedidos entre 2010 e 2017 ....112
Tabela 70 - Situação dos contratos concedidos até 2009 ....113
Tabela 71 - Ajuste para perdas estimadas, segundo rating ....114
Tabela 72 - Contratos e valor da dívida, segundo modalidade de garantia ....115
Tabela 73 - Estimativa de desembolso para o período de 2021 a 2023, segundo ano do contrato ....116
Tabela 74 - Comparação entre as receitas estimadas e realizadas segundo natureza, por ano ....117
Tabela 75 - Comparação entre o desembolso estimado e realizado, por ano ....117
Tabela 76 - Estimativa de impacto primário, segundo programa, por exercício ....117
Tabela 77 - Estimativa de subsídio implícito, segundo programa, por exercício ....118
Tabela 78 - Execução orçamentária do Programa 2218 (antigo 2040) - Gestão de Riscos e Desastres ....119



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Riscos Fiscais - classificação e fonte ....6
Figura 2 - Composição do estoque da DPF ....20
Figura 3 - Previsões de sensibilidade do estoque da DPF a choques de 1% nas variáveis macroeconômicas ....21
Figura 4 - Teste de estresse de juros e câmbio sobre a DPF ....23
Figura 5 - Perfil de Vencimentos do Estoque da DPF ....26
Figura 6 - Dívida Pública Federal Vincenda em 12 Meses ....26
Figura 7 - Espectro de cenários alternativos para Receitas Líquidas (R$ bilhões) ....28
Figura 8 - Espectro de cenários alternativos para Despesas Totais (R$ bilhões) ....30
Figura 9 - Espectro de cenários alternativos para Resultado Primário (R$ bilhões) ....31
Figura 10 - Teste de estresse Selic – DBGG (% PIB) ....32
Figura 11 - Teste de estresse Selic – DLSP (% PIB) ....32
Figura 12 - Teste de estresse combinado – DBGG (% PIB) ....33
Figura 13 - Teste de estresse combinado – DLSP (% PIB) ....33
Figura 14 - Cenários estocásticos para DBGG/PIB ....34
Figura 15 - Cenários estocásticos para DLSP/PIB ....34
Figura 16 - Cenários estocásticos assimétricos – DBGG (% PIB) ....35
Figura 17 - Cenários estocásticos assimétricos – DLSP (% PIB) ....35
Figura 18 - Matriz de Risco A - Dividendos ....97
Figura 19 - Matriz de Risco B - Dividendos ....98
Figura 20 - Evolução de contratos inadimplentes, em fase de amortização ....113
Figura 21 - Impacto demográfico sobre despesas selecionadas de saúde e educação ....120



## 1 INTRODUÇÃO

O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo, conforme estabelecido pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso os riscos se concretizem. Dessa forma, é apresentada uma visão geral sobre os principais eventos mapeados que podem afetar as metas e objetivos fiscais do Governo.

Ao longo deste documento, os riscos fiscais serão agrupados em duas categorias: riscos gerais (macroeconômicos) e riscos específicos. Os riscos gerais estão relacionados à vulnerabilidade fiscal decorrente de desvios de previsão das variáveis econômicas. Nesse sentido, a análise dos riscos gerais busca avaliar os efeitos nas contas públicas resultantes de variações nos parâmetros econômicos utilizados para a produção das previsões fiscais. Nesta categoria de risco, serão examinados os impactos nos agregados fiscais de oscilações em parâmetros como crescimento do PIB, taxa de juros, taxa de câmbio, índices de inflação, preços de commodities, indicadores do mercado de trabalho etc. As análises desenvolvidas procuram identificar choques ou pressões específicas que possam distanciar as finanças públicas das projeções fiscais divulgadas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Os riscos específicos, por sua vez, dizem respeito aos ativos e aos passivos contingentes do governo e se relacionam a eventos que ocorrem de maneira irregular. Os riscos específicos incluem aqueles gerados por demandas judiciais, garantias dadas a governos subnacionais, suporte financeiro a bancos e empresas estatais, riscos assumidos pela União enquanto Poder Concedente nos processos de concessões, permissões e Parcerias Público-Privadas – PPPs, fatores demográficos, entre outros. A análise dos riscos específicos envolve avaliação qualitativa das particularidades de cada tema, buscando identificar a materialização do risco no curto prazo, bem como mensurar seu custo.

Figura 1 - Riscos Fiscais - classificação e fonte




**Elaboração:** STN/ME



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Figura 1 demonstra, sinteticamente, a organização dos riscos fiscais apresentados nesse documento, segundo a sua classificação e fonte.

Os riscos fiscais tratados neste documento possuem naturezas diversas e estão associados a diferentes processos relacionados à sua identificação, mensuração e gestão. No contexto brasileiro, os riscos, em grande parte, estão submetidos a um arcabouço institucional e normativo que já estabelece que sua administração se dê no âmbito do desempenho das atribuições de órgãos específicos. Nesse ambiente, que reúne um elevado número de interlocutores que tratam de temas distintos a partir de metodologias diversas, a consolidação das informações deve se pautar pela harmonização de conceitos e padronização dos impactos fiscais. Nesse sentido, nas diferentes análises apresentadas, busca-se distinguir, em cada caso, os impactos primários dos impactos financeiros, os valores de fluxos dos valores de estoques, os exercícios financeiros, bem como apresentar a explicitação dos critérios utilizados para a mensuração dos riscos e para a construção de projeções.

O presente Anexo de Riscos Fiscais segue estruturado em quatro seções, além desta Introdução: i) Sumário Executivo; ii) Análise dos Riscos Macroeconômicos (Gerais); iii) Análise dos Riscos Específicos; e iv) Considerações Finais.



## 2 SUMÁRIO EXECUTIVO

As principais mensagens das supramencionadas seções de riscos gerais e de riscos específicos estão resumidas nos pontos abaixo. Adicionalmente, para os riscos específicos é apresentada uma tabela resumo com a indicação da base de atuação dos principais riscos quantificados.

**Riscos Fiscais Gerais**

- A sensibilidade da receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) revela que a variação de 1 p.p. do PIB tem um impacto de 0,14% na receita previdenciária e 0,57% nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R$ 6,95 bilhões em 2022.
- O efeito do choque de 1 p.p. na Inflação (IER)[1] tem um impacto de 0,14% na receita previdenciária e 0,53% nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R$ 6,51 bilhões em 2022.
- O efeito do choque de 1 p.p. na Massa Salarial tem um impacto de 0,81% na receita previdenciária e 0,07% nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R$ 4,62 bilhões.
- O efeito do choque de 1 p.p. do Câmbio e dos Juros tem um impacto de 0,13% e 0,03%, respectivamente, nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R$ 1,76 bilhão.
- A análise de risco aplicada à despesa primária mostra que cada um real de aumento no salário-mínimo gera um incremento de R$ 356,9 milhões ao ano nas despesas do governo;
- O choque de 1 p.p. da inflação (INPC) gera um acréscimo de R$ 7,9 bilhões nas despesas, especialmente pelas despesas com benefícios previdenciários.
- O efeito do choque de 1 p.p. da inflação (IPCA) causa uma variação de R$ 14,9 bilhões no limite das despesas a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Devido à elevada torre de vencimentos de LFT prevista para 2022, a sensibilidade quanto à elevação/redução de 1% da taxa de juros elevaria/reduziria a despesa esperada com estes títulos em R$ 4,5 bilhões.
- No ano 2021 espera-se que o percentual vincendo em 12 meses situe-se entre 24% e 29% da DPF, mantendo-se em patamares superiores a 20% da dívida ao longo de todo o período coberto neste Anexo de Riscos.
- Os cenários de estresse apresentados para as trajetórias de resultado primário mostram que, no ano de 2022, os cenários identificados com baixa probabilidade podem ser em torno de R$ 82 bilhões acima ou abaixo da meta estabelecida para o Governo Central (R$ -170,5 bilhões).
- Já para os anos de 2023 e 2024, os resultados das simulações relacionados mostram uma possível melhora de R$ 118 e 152 bilhões, com pequena probabilidade de atingimento de um superávit fiscal no ano 2024.

[1] O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI



**Riscos Fiscais Específicos**

- O risco fiscal das demandas judiciais, considerando as de risco possível reduziu de R$ 1.540,1 bilhões, em 2019, para R$ 1.316,1 bilhões em 2020, que corresponde um decréscimo de 14,5%. O montante dos riscos possíveis correspondeu a 68% da despesa primária total realizada em 2020 contra 106,8% da despesa primária total em 2019. Por sua vez, as demandas judiciais de risco provável aumentaram de R$ 664,1 bilhões em 2019, para R$ 701,7 bilhões em 2020, representando uma variação de 5,7% no período. Apesar do incremento no volume das ações de risco provável, o total de lides contra a União consideradas de risco possível e provável em conjunto se reduziu de R$ 2.204,2 bilhões em 2019 para R$ 2.017,8 bilhões em 2020, uma diminuição de 8,5%.
- Os valores efetivamente pagos associados à execução de demandas judiciais contra a União segue em elevação, conforme observado na série histórica iniciada em 2013. Em 2020, o montante alcançou R$ 51,5 bilhões, correspondente a 2,6% da despesa primária total.
- Os passivos contingentes em fase de reconhecimento pelo Tesouro Nacional – dívidas decorrentes da extinção de entidades, dívidas diretas e dívidas decorrentes do FCVS - apresentam uma previsão de regularização da ordem de R$ 23,6 bilhões para 2021 e R$ 18,0 bilhões para 2022, com um estoque de R$ 113,6 bilhões registrado ao final de 2020.
- As operações de crédito garantidas pela União possuem um saldo devedor de R$ 296,0 bilhões (dez/2020), representando um aumento em relação ao exercício anterior (dez/2019), que era de R$ 255,9 bilhões. Com o agravamento da situação fiscal dos entes subnacionais, no período de 2016 a 2020 a União foi instada a honrar garantias em operações de crédito concedidas aos entes, o que não havia ocorrido no período entre 2005 a 2015. O total de honras pagas pela União em 2020 foi de R$ 13,3 bilhões, representando aumento de cerca de 60% em relação ao pagamento de honras de 2019 (R$ 8,4 bilhões). A previsão dos valores a serem honrados em 2021 e 2022 é de R$ 9,5 bilhões e R$ 9,4 bilhões, respectivamente.
- O estoque de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional a Fundos e Programas é de R$ 5,6 bilhões, com 64% desse valor referente ao risco de operações junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- As contragarantias de operações de crédito não executadas acumulam um estoque de R$ 33,5 bilhões (dez/2020), sendo 28% decorrentes de ações judiciais contra a União impetradas pelos Estados de Amapá, Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, e 72% decorrentes de avais a recuperar sob o Regime de Recuperação Fiscal.
- Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO) estimam valores de despesas com provisão para devedores duvidosos da ordem de R$ 1,00 bilhão e R$ 1,04 bilhão para 2021 e 2022, respectivamente. O valor de estoque baixado como prejuízo relativo a operações com risco dos fundos alcançou, em dezembro de 2020, R$ 15,4 bilhões. Em 2020 foram recuperados R$ 204,8 milhões, o que equivale a aproximadamente 1,32% do estoque de créditos baixados como prejuízo.
- A exposição total das operações no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com risco de acionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), é de US$ 7,3 bilhões, que corresponde a R$ 37,7 bilhões ao câmbio de 31/12/2020. A estimativa de impacto da manutenção do SCE para 2021 e 2022 é R$ 1,5 bilhão e R$ 1,3 bilhão, respectivamente. Como o



Fundo apresenta sustentabilidade atuarial e adequado provisionamento de liquidez, seu principal risco é de natureza orçamentária e cambial.

- Ao final de dezembro de 2020 a União possuía R$ 69,2 bilhões de participação em cotas nos fundos garantidores privados, destinados a oferecer garantias no âmbito de políticas públicas e programas de governo. Apesar de não impactar as receitas e despesas da União, eventos de acionamento de garantias concedidas geram a obrigação de pagamento de honras por parte dos fundos, o que implica perda de recursos da União. Durante o ano de 2020, devido à calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, foram aportados R$ 38 bilhões no FGO e R$ 20 bilhões no FGI.
- O estoque da Dívida Ativa da União alcançou o valor de R$ 2.525,0 bilhões, representando um crescimento de 4,6% em relação ao exercício anterior. Desse valor, aproximadamente 81% (R$ 2.040,0 bilhões) são tratados como perdas. Há uma expectativa de recuperação/arrecadação de R$ 485,0 bilhões dentro dos próximos 15 anos, com impacto, predominantemente, primário.
- O fluxo dos depósitos judiciais, que impactam o resultado primário da União, fechou o exercício de 2020 com saldo positivo de R$ 10,0 bilhões, tendo os volumes de recolhimento e levantamento de depósito (saques) de R$ 21,3 bilhões e R$ 11,3 bilhões, respectivamente.
- O estoque de haveres financeiros da União relacionados aos entes federativos, ao final de 2020, totalizava R$ 647,6 bilhões e apresentava, naquele exercício, um fluxo de R$ 5 bilhões, 30% abaixo do estimado. A previsão de valores a receber em 2021 e 2022 é de R$ 24,9 bilhões e R$ 30,4 bilhões, respectivamente. Os principais riscos que atuam sobre esses valores dizem respeito a ações judiciais e ao não cumprimento de estimativas, além do cenário de incertezas legislativas que existe no relacionamento da União com os entes.
- O estoque dos haveres financeiros da União não relacionados aos entes federativos reduziu de R$ 267,3 bilhões em 2019 para R$ 265,4 bilhões em 2020. Os valores recebidos entre 2017 e 2019 superaram as previsões devido às liquidações antecipadas do BNDES, em seus contratos junto a STN, que totalizaram, no período, R$ 280 bilhões. Já em 2020 as receitas referentes a empréstimos concedidos às instituições financeiras apresentaram uma queda em relação ao que havia sido previsto, e também se observou um aumento nas receitas de Operações de Cessões de Crédito, Operações de Crédito à Exportação e Empréstimos à Entidades Não Financeiras quando comparadas ao que havia sido previsto.
- O único contrato de PPP da União (Complexo Data Center) não prevê qualquer tipo de garantia do poder concedente ao concessionário, de forma que não existem riscos alocados à União sobre este tema.
- No que diz respeito às concessões, o risco fiscal pode se manifestar sob dois aspectos: pela ótica das despesas, na possibilidade de eventos extraordinários que venham a ser reconhecidos como caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, acarretando ônus para a União; e pela ótica das receitas, na possibilidade de inadimplência de concessionários em contratos vigentes, ou mesmo na possibilidade de não celebração de novos contratos previstos para o período.
- No que se refere às estatais federais não dependentes, foi classificado como risco remoto a possibilidade de frustração de receita de dividendos e JCP em 2021, assim se mantendo para os próximos exercícios. O risco de aporte emergencial da União para empresas com dificuldades é considerado possível ou remoto, e o risco de necessidade de esforço fiscal adicional para compensar o resultado primário das estatais é considerado remoto.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- O valor da exposição ao risco de crédito relativo às operações do Fies, em 31/12/20, era de R$ 111,8 bilhões. A União submete-se a uma exposição adicional de R$ 2,7 bilhões em recursos contratados ainda por liberar, chegando a uma exposição total de R$ 114,5 bilhões. O saldo devedor integral dos contratos que apresentam atrasos a partir de um dia é de R$ 57,7 bilhões.
- De acordo com o BCB, não são encontrados problemas de solvência em bancos sistêmicos, mesmo nas condições severas que foram simuladas, de forma que o risco fiscal proveniente do Sistema Financeiro Nacional pode ser considerado desprezível.
- Os riscos fiscais provenientes de desastres podem ser considerados relativamente pequenos no Brasil. Ainda assim, a dotação orçamentária própria contempla tanto ações de prevenção e controle, bem como ações de resposta aos desastres.
- Com respeito aos riscos fiscais de médio prazo, identifica-se que a mudança demográfica prevista nos próximos anos eleva a pressão por expansão nos serviços de saúde correspondendo a um aumento nas despesas de R$ 13,7 bilhões, em 2030. Em contrapartida, para esse mesmo ano, a pressão por gastos na educação diminui em R$ 1,4 bilhão.

Cumpre destacar que o monitoramento dos riscos fiscais no exercício 2021 se realizará ao longo da execução financeira do orçamento, em alinhamento ao disposto no Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, que disciplina o processo de revisões bimestrais de receitas e despesas e estabelece que os Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira no montante necessário compatível com o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

A Tabela 1 consolida a base de atuação dos Riscos Fiscais Específicos, elencando os valores de estoque e de fluxo, classificados quanto ao tipo de impacto na despesa ou na receita e, ainda, apontando se o referido impacto será de financeiro ou primário.



Tabela 1 - Base de atuação dos Riscos Fiscais Específicos Consolidados

*Em R$ bilhões*

| | Item | Tipo Impacto | Estoque 2019 | Estoque 2020 | % Estoque 2020 | Fluxos Estimados 2021 | Fluxos Estimados 2022 | Referência |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Impacto Financeiro | Passivos Contingentes em Reconhecimento | ↑ despesa | 122,0 | 113,6 | 3,3% | 23,6 | 18,0 | Tabela 24 Tabela 25 |
| | Garantias da União | ↑ despesa | 279,6 | 301,6 | 8,9% | 9,8 | 9,4 | Seção 4.1.3 |
| | Contragarantias Não Executadas | ↑ despesa | 17,7 | 33,5 | 1,0% | 5,7 | 5,5 | Tabela 29 Tabela 30 |
| | Créditos do BCB | ↓ receita | 24,7 | | | | | Seção 4.2.3 |
| | Haveres Finan. Relacionados a Entes Federativos | ↓ receita | 622,8 | 647,6 | 19,0% | 24,9 | 30,4 | Tabela 41 Tabela 43 |
| | Haveres Finan. Não Relacionados a Entes Federativos | ↓ receita | 267,3 | 265,4 | 7,8% | 60,5 | 20,9 | Tabela 51 Tabela 53 |
| **Subtotal Financeiro** | | | **1.334,0** | **1.361,7** | **40,1%** | | | |
| Impacto Primário | Seguro de Crédito à Exportação [2] | ↑ despesa | 37,4 | 37,7 | 1,1% | 1,5 | 1,3 | Tabela 34 |
| | Passivos relacionados a Demandas Judiciais | ↑ despesa | 1.540,1 | 1.316,1 | 38,7% | n.d. | n.d. | Tabela 21 |
| | Passivos relacionados aos Fundos Constitucionais | ↑ despesa | 14,1 | 15,5 | 0,5% | 1,0 | 1,0 | Tabela 31 Tabela 32 |
| | Fundo de Financiamento Estudantil - Fies[3] | ↓ receita | 113,1 | 114,5 | 3,4% | n.d. | n.d. | Tabela 68 |
| | Dívida Ativa[3] | ↓ receita | 441,5 | 485,0 | 14,3% | 24,9 | 25,9 | Tabela 36 Tabela 38 |
| | Concessões e PPPs | ↓ receita | n.a. | n.a. | n.a. | n.d. | n.d. | n.a. |
| | Dividendos das Estatais | ↓ receita | n.a. | n.a. | n.a. | 15,9 | 13,1 | Tabela 60 |
| | Fundos Garantidores | n.a.[4] | 11,2 | 69,2 | 2,0% | | | Tabela 35 |
| **Subtotal Primário** | | | **2.157,4** | **2.038,0** | **59,9%** | | | |
| **Subtotal por Tipo de Impacto** | | **↑ despesa** | **2.010,9** | **1.818,0** | **53,5%** | | | |
| | | **↓ receita** | **1.469,3** | **1.512,5** | **44,5%** | | | |
| | | **n.a.** | **11,2** | **69,2** | **2,0%** | | | |
| **Total Geral** | | | **3.491,4** | **3.399,7** | **100,0%** | | | |

*n.a. (não aplicável ou não se aplica) e n.d. (informação não disponível).*

*[1] De acordo com o BCB, as perdas esperadas dos créditos com as Instituições em Liquidação Extrajudicial já são consolidadas no Balanço Geral da União e não foram apresentadas neste Anexo, a fim de evitar duplicidade da informação.*

*[2] O valor do Seguro de Crédito à Exportação está referenciado em dólar e foi convertido para reais pela taxa de câmbio do último dia útil de 2020 (R$ 5,1961).*

*[3] Impacto predominantemente primário.*

*[4] Perdas em fundos garantidores privados nos quais a União é cotista não afetam diretamente o resultado primário do Tesouro Nacional. Não obstante, a redução no patrimônio da União reduz o montante de recursos que pode ser resgatado pela União. O resgate desses recursos para a Conta Única da União gera receita primária.*

***Elaboração**: STN/ME*



## 3 ANÁLISE DOS RISCOS MACROECONÔMICOS (GERAIS)

Nesta seção são analisados os riscos fiscais gerados a partir da variabilidade dos parâmetros macroeconômicos utilizados para as previsões de receitas administradas pela RFB, despesas primárias e resultado primário do governo, assim como da dívida pública federal. Observa-se a sensibilidade de cada um destes itens das contas públicas às variações da taxa de crescimento do PIB, da inflação, da taxa de câmbio, da massa salarial e da taxa de juros da economia. Na subseção que trata da dívida pública, também são abordados os riscos de mercado que afetam o perfil de maturação da dívida e os riscos de refinanciamento.

### 3.1 SENSIBILIDADE DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB

Esse item está subdividido em duas partes. A subseção 3.1.1 tem o objetivo de apresentar a diferença entre os valores previstos das receitas administradas pela RFB para 2020 e os valores efetivamente arrecadados. Já a subseção 3.1.2 apresenta a análise de sensibilidade das receitas administradas pela RFB em relação aos parâmetros macroeconômicos usados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

#### 3.1.1 Receitas Administradas pela RFB

Como referência para a projeção das receitas do governo, considera-se o cenário base de parâmetros macroeconômicos estimados apresentado no Anexo de Metas Fiscais e as receitas realizadas no exercício anterior. Note-se, no entanto, que as projeções de receitas experimentam variações entre a elaboração da lei orçamentária e o início do exercício do exercício fiscal e durante o próprio exercício. Essas variações decorrem de alterações no cenário macroeconômico, que pode ser significativamente diferente entre uma projeção e outra, além de fatores que não são conhecidos no momento das estimativas, como alterações da legislação tributária e eventos econômicos extraordinários.

Importante ressaltar que o ano de 2020 foi particularmente desafiador às projeções de receitas, pois a irrupção da pandemia de Covid-19 alterou completamente os prognósticos até então existentes, provocando uma forte recessão econômica em âmbito mundial, além de desafios sanitários e sociais. A fim de mitigar esses efeitos, o governo brasileiro implementou uma série de medidas, as quais incluíram isenções de tributos relacionados ao custo de financiamento das empresas (IOF) e a insumos relacionados ao combate à Covid-19 (imposto de importação, IPI, Cofins), o que também influenciou a arrecadação ao longo do ano, como se verifica na Tabela 2.

Tabela 2 - Previsão das Receitas Administradas pela RFB em 2020

*Em R$ milhões*

| Receitas | Legislativo LOA 2020 | Executivo DEC. Nº 10.295/20 | Executivo DEC. Nº 10.385/20 | Executivo DEC. Nº 10.444/20 | Executivo DEC. Nº 10.500/20 | Executivo DEC. Nº 10.556/20 | Arrecadação Efetiva 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imposto sobre a Importação | 47.202 | 49.049 | 40.419 | 39.076 | 43.401 | 42.607 | 45.744 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados | 59.299 | 55.836 | 44.642 | 45.451 | 50.932 | 53.275 | 56.695 |
| Imposto sobre a Renda | 410.645 | 422.745 | 398.268 | 380.774 | 373.800 | 383.960 | 384.125 |
| Imposto s/ Operações Financeiras (IOF) | 43.271 | 45.138 | 36.118 | 29.125 | 29.176 | 21.657 | 22.048 |
| Contribuição Seguridade Social (COFINS) | 259.045 | 245.839 | 228.828 | 231.003 | 224.695 | 225.162 | 221.964 |
| Contribuição para o PIS/PASEP | 71.506 | 67.773 | 63.268 | 63.031 | 62.477 | 64.100 | 62.594 |



*Em R$ milhões*

| Receitas | Legislativo LOA 2020 | Executivo DEC. Nº 10.295/20 | Executivo DEC. Nº 10.385/20 | Executivo DEC. Nº 10.444/20 | Executivo DEC. Nº 10.500/20 | Executivo DEC. Nº 10.556/20 | Arrecadação Efetiva 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Contribuição Social s/ Lucro Líquido (CSLL) | 87.058 | 86.530 | 80.102 | 79.205 | 76.377 | 78.245 | 79.319 |
| CIDE - Combustíveis | 2.863 | 2.763 | 2.402 | 2.278 | 2.333 | 2.373 | 1.988 |
| Outras administradas pela RFB | 22.120 | 22.113 | 20.431 | 21.493 | 21.891 | 23.566 | 25.046 |
| **Subtotal (a)** | **1.003.010** | **997.786** | **914.478** | **891.436** | **885.082** | **894.946** | **899.523** |
| **Previdenciária (b)** | **426.191** | **426.267** | **392.526** | **391.605** | **389.148** | **393.367** | **395.365** |
| **Total (a)+(b)** | **1.429.201** | **1.424.053** | **1.307.004** | **1.283.041** | **1.274.230** | **1.288.313** | **1.294.888** |

***Fonte e Elaboração**: RFB/ME.*

Ainda tomando como exemplo a arrecadação federal para o ano de 2020, a Tabela 3 elenca eventos e riscos de caráter não macroeconômico que afetaram as receitas, sem os quais seu valor teria sido R$ 13,1 bilhões menor.

Tabela 3 - Receitas Atípicas de 2020

*Em R$ milhões*

| Receitas | Valor | Principais Fatores Originários |
|---|---|---|
| I.R. - PESSOA FÍSICA | 2.327 | Arrecadação atípica em ganhos de capital na alienação de bens e ganhos líquidos em bolsa. |
| I.R. - PESSOA JURÍDICA | 5.545 | Crescimento da arrecadação em razão de reorganizações societárias e aberturas de capital. |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL | 2.800 | Atípicos decorrentes, principalmente, do crescimento das arrecadações de SWAP. |
| CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO | 2.456 | Crescimento da arrecadação em razão de reorganizações societárias e aberturas de capital. |
| **Total** | **13.128** | |

***Fonte e elaboração**: RFB/ME.*

#### 3.1.2 Sensibilidade da Receita Administrada pela RFB aos Parâmetros Macroeconômicos

A avaliação da sensibilidade da receita compreende, inicialmente, a identificação das linhas que possuem alguma relação com os ciclos econômicos. No âmbito do orçamento, as receitas são apresentadas em três grandes grupos: Receitas Administradas pela RFB, líquidas de restituições; Arrecadação Líquida para o RGPS; e Receitas não administradas pela RFB. A Tabela 4 mostra a participação de cada grupo na receita primária total de 2020.

Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos

| Itens de Receitas relacionados a parâmetros macroeconômicos | Receita em 2020 (R$ milhões) | Participação na Receita Primária Total | Indexadores |
|---|---|---|---|
| Receitas Administradas pela RFB | 899.523 | 61,3% | PIB, Inflação, Câmbio, Massa Salarial, Juros (Over) |
| Receitas Previdenciárias | 404.773 | 27,6% | PIB, Inflação, Massa Salarial |
| Receitas Não Administradas pela RFB | | | |
| Contribuição do Salário Educação | 21.261 | 1,4% | PIB, Inflação |
| Exploração de Recursos Naturais | 64.681 | 4,4% | Preços de Petróleo, Minério de Ferro, Câmbio |
| **Total dos Itens** | **1.390.238** | **94,7%** | |

***Fonte**: RFB/ME. **Elaboração**: STN/ME*



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As Receitas Administradas pela RFB constituem o principal grupo dentro do conjunto de receitas (61,3%), e incluem os principais impostos e contribuições do sistema tributário nacional. Pela natureza tributária de sua base é direto presumir a existência de uma alta correlação da arrecadação dessas receitas com o ciclo econômico.

De forma semelhante, a base tributária das receitas previdenciárias é a folha salarial, sendo também ligada ao ciclo econômico na medida em que a elevação dos salários e do nível de emprego tendem a ocorrer nas expansões, e comportamento oposto nas recessões.

As Receitas não Administradas pela RFB, por outro lado, constituem um grupo bastante heterogêneo que inclui, por exemplo, receitas de Concessões e Permissões, Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor (CPSS), Receitas Próprias e de Convênios, entre outras. Na análise dos itens deste grupo que se relacionam ao ciclo econômico, apenas a Contribuição ao Salário Educação e a Exploração de Recursos Naturais se mostraram significativos, sendo que, neste último item, as variáveis explicativas estão mais relacionadas aos preços de commodities específicas (petróleo, minério de ferro) e à taxa de câmbio.

A Tabela 5 a seguir mostra o efeito individual da variação de 1 ponto percentual de cada um dos principais parâmetros sobre o conjunto de tributos que compõe as receitas administradas pela RFB. Essa análise de sensibilidade mostra que a taxa de crescimento econômico e de inflação são os parâmetros que mais afetam a receita total administrada pela RFB. É importante destacar que os tributos são afetados ao mesmo tempo por mais de um parâmetro e, portanto, o efeito da variação desses parâmetros na receita é resultado da combinação de dois fatores: preço e quantidade.

Tabela 5 - Receita Administrada pela RFB em 2021 – Impacto % da variação de 1 p.p. em cada parâmetro

| Parâmetro | Impacto sobre a Receita Administrada pela RFB | |
|---|---|---|
| | Exceto Previdenciária | Previdenciária |
| PIB | 0,57% | 0,14% |
| Inflação (IER) [1] | 0,53% | 0,14% |
| Câmbio | 0,13% | - |
| Massa Salarial | 0,07% | 0,81% |
| Juros (Over) | 0,03% | - |

*[1] O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI*
***Fonte**: RFB/ME*

Como se nota, as Receitas Administradas pela RFB, exceto previdenciárias, são mais afetadas pela taxa de crescimento real do PIB e pela inflação, que incidem sobre os principais tributos arrecadados, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), particularmente o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Por outro lado, a taxa de câmbio tem impacto menor, pois a sua variação influencia mais diretamente apenas o Imposto de Importação (II), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação, e o IR incidente sobre as remessas ao exterior. Da mesma forma, a taxa de juros também tem impacto reduzido, pois afeta diretamente a arrecadação do IR sobre aplicações financeiras e os impostos arrecadados com atraso, sobre os quais incidem juros.

No tocante às receitas previdenciárias, há uma forte relação com a massa salarial, variável que compõe a maior parte da base tributária dessa contribuição.



Em termos nominais, o PIB é a variável que produz o maior impacto nas receitas primárias. Uma elevação de 1 p.p. do PIB provoca, *ceteris paribus*, um aumento de R$ 7,0 bilhões na arrecadação, sendo a maior parte concentrada nas receitas administradas pela RFB (R$ 6,3 bilhões). Da mesma forma, uma alta na inflação, com tudo o mais constante, resulta em uma elevação de R$ 6,5 bilhões na receita total. No agregado, considerando-se uma elevação conjunta de todos as variáveis em 1 p.p., ter-se-ia um aumento da receita de R$ 19,8 bilhões.

Tabela 6 - Receitas - Impacto da Variação de 1 p.p. nas Variáveis Macroeconômicas

*Em R$ Milhões*

| Itens de receitas | Variáveis | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | PIB | Inflação (IER) [1] | Câmbio | Massa Salarial | Juros (Over) |
| Receitas Administradas pela RFB | 6.288 | 5.846 | 1.434 | 772 | 331 |
| Receitas Previdenciárias | 665 | 665 | - | 3.847 | - |
| **Total** | **6.953** | **6.511** | **1.434** | **4.619** | **331** |

*[1] O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI.*
***Fonte**: RFB/ME. **Elaboração**: STN/ME.*

É necessário ponderar que as variáveis macroeconômicas possuem correlação entre si, de forma que supor que apenas uma variável se moverá, enquanto as outras permanecem estáticas, é uma simplificação necessária para a realização deste exercício hipotético. Adicionalmente, a metodologia utilizada pela RFB considera um conjunto maior de variáveis em sua projeção, de modo que pode haver divergência de valores entre o estimado neste exercício e os números oficiais.

Além dos riscos relacionados a parâmetros macroeconômicos, existem riscos potenciais no médio e no longo prazo que podem afetar a relação receita/PIB, os quais não são plenamente quantificáveis:

a) Mudanças na composição do PIB, que podem levar a que bases tributárias específicas cresçam mais ou menos rapidamente do que a economia como um todo;
b) Alterações na alíquota de imposto efetiva paga em cada base de imposto devido a políticas públicas, gastos tributários ou outros fatores;
c) Perda de receita proveniente de mudanças comportamentais e tecnológicas, como o aumento da eficiência de combustível, a substituição dos carros a combustão por carros elétricos, a tendência de queda do consumo de tabaco, etc.;
d) Queda das taxas de imposto efetivas de mudanças nos padrões de emprego, em particular a mudança do status do emprego formal para o trabalho autônomo ou desses para emprego informal.

## 3.2 SENSIBILIDADE DA DESPESA PRIMÁRIA

### 3.2.1 Sensibilidade da Despesa Primária Geral

Em relação às despesas, os riscos de previsão[2] decorrem, em geral, de variações nos parâmetros macroeconômicos e nos quantitativos estimados. Dessa forma, é apresentada a análise

[2] Os desvios em relação às projeções também podem se originar do resultado do julgamento de ações judiciais em andamento, assunto tratado na Seção 4.1 deste documento, que apresenta análise de riscos de passivos contingentes.



de sensibilidade das despesas primárias do Governo Central em relação aos parâmetros macroeconômicos usados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

A análise de sensibilidade nesta seção foi realizada com base nos agregados de despesa cuja variação está diretamente relacionada a dois dos principais parâmetros constantes do cenário base desta Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Salário-Mínimo (SM). As despesas, diretamente impactadas por esses parâmetros são os benefícios previdenciários e assistenciais, o abono salarial e o seguro-desemprego que juntos corresponderam a 55,1% das despesas primárias do Governo Central em 2020[3].

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos

*Em R$ milhões*

| Itens de Despesa com Indexação a Parâmetros Macroeconômicos | Despesa em 2020 | Participação na Despesa Primária Total[1] | Indexador |
|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos Sociais [2] | 321.105,57 | 22,5% | Reajustes Acordados e INPC |
| Benefícios Previdenciários | 663.904,39 | 46,6% | Salário Mínimo e INPC |
| Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) | 62.667,56 | 4,4% | Salário Mínimo |
| Seguro Desemprego | 39.990,99 | 2,8% | Salário Mínimo e INPC |
| Abono Salarial | 19.579,78 | 1,4% | Salário Mínimo |
| **Total dos itens selecionados** | **1.107.248,29** | **77,6%** | |

*[1] Desconsidera-se os gastos totais no valor de R$ 520,9 bilhões para combate à pandemia de COVID-19.*
*[2] Para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, o risco de índice de preço é mínimo, uma vez que este índice é parâmetro de correção apenas das aposentadorias e pensões dos servidores que migraram para a inatividade sem direito à paridade. Desconsidera-se o valor de R$ 243,8 milhões gastos em Pessoal para combate à pandemia de COVID-19.*
***Fonte e Elaboração:** STN/ME.*

As despesas e receitas previdenciárias são afetadas diretamente pelo INPC e SM, sendo este último, o piso dos benefícios previdenciários e da remuneração no mercado de trabalho formal. Por sua vez, a variação do INPC é o fator de reajuste dos benefícios previdenciários acima do salário-mínimo e das faixas de contribuição e, desta forma, seu valor impacta as despesas e as receitas previdenciárias. Os benefícios assistenciais (Renda Mensal Vitalícia – RMV e Benefício de Prestação Continuada – BPC) e o abono salarial são afetados diretamente pelo SM e indiretamente pelo INPC, uma vez que este índice compõe o índice de correção do salário-mínimo. Já o seguro-desemprego é afetado diretamente pelos dois índices, uma vez que o piso para o pagamento do benefício é definido no valor de um salário-mínimo e o teto reajustado pela variação do INPC.

A Tabela 8 apresenta os impactos nas despesas primárias selecionadas decorrentes da variação no INPC. Em relação à quantidade, a análise considera o crescimento histórico dos benefícios, assim como as projeções populacionais do IBGE.

Tabela 8 - Despesas Primárias – Impacto % da variação de 1 p.p. no INPC

| Despesa Primária | Impacto decorrente da variação de 1 p. p. no INPC |
|---|---|
| Benefícios Previdenciários | 1,00% |
| RMV | 1,00% |
| BPC/LOAS | 1,00% |
| Abono Salarial | 1,00% |
| Seguro-Desemprego | 0,59% |

***Fonte e elaboração:** STN/ME.*

[3] Desconsidera-se os gastos para combate à pandemia de COVID-19 no valor de R$ 520,9 bilhões.



Na Tabela 9, a sensibilidade das despesas é mostrada em resposta à variação de R$ 1,00 no salário-mínimo ou de 0,1 p.p. no INPC[4]. Conforme se pode observar, cada um real de aumento no salário-mínimo gera um incremento, em 2022, de R$ 356,9 milhões nas despesas do Governo Central e um aumento de R$ 15,5 milhões na arrecadação previdenciária, resultando em redução líquida de R$ 341,4 milhões no resultado do Governo Central de 2022. Por seu turno, a inflação medida pelo INPC afeta o reajuste de um número maior de beneficiários, gerando um acréscimo, em 2022, de R$ 790,1 milhões nas despesas do Governo Central e um acréscimo de R$ 18,3 milhões na arrecadação previdenciária, resultando em diminuição líquida de R$ 771,9 milhões no resultado do Governo Central de 2022. Para avaliar o impacto sobre o espaço para as Despesas Discricionárias e cumprimento do Teto de Gastos, deve-se observar a linha "Total de Despesas", enquanto para avaliar o impacto para cumprimento da meta de resultado primário observa-se a linha "Total de Resultado".

Tabela 9 - Despesas Primárias Selecionadas – Efeito do INPC e do Salário-Mínimo

*Em R$ milhões*

| Despesa Primária | Aumento de R$ 1,00 no SM | Aumento de 0,1 p.p. no INPC [1] | | |
|---|---|---|---|---|
| | Benefícios de 1 SM | Benefícios De até 1 SM | Benefícios acima de 1 SM | Total |
| I. Arrecadação do RGPS | 15,5 | 16,7 | 1,6 | 18,3 |
| II. Benefícios Previdenciários | 262,0 | 282,9 | 393,4 | 676,3 |
| III. Déficit do RGPS (II – I) | 246,6 | 266,2 | 391,9 | 658,0 |
| IV. Benefícios Assistenciais | 61,7 | 66,6 | 0,0 | 66,6 |
| IV.1 RMV | 0,9 | 1,0 | 0,0 | 1,0 |
| IV.2 BPC/LOAS | 60,8 | 65,6 | 0,0 | 65,6 |
| V. FAT | 33,2 | 37,4 | 9,9 | 47,3 |
| V.1 Abono Salarial | 18,4 | 21,1 | 0,0 | 21,1 |
| V.2 Seguro-Desemprego | 14,8 | 16,3 | 9,9 | 26,2 |
| **Total de Receitas (I)** | **15,5** | **16,7** | **1,6** | **18,3** |
| **Total de Despesas (II + IV + V)** | **356,9** | **386,8** | **403,3** | **790,1** |
| **Total de Resultado (III + IV + V)** | **341,4** | **370,1** | **401,7** | **771,9** |

*[1] A variação no INPC impacta diretamente as despesas cujo reajuste é associado à sua variação e, de forma indireta, a partir de seu impacto sobre o reajuste do Salário-Mínimo. Dado seu impacto no Salário-Mínimo e a diferença nas métricas de variação, não devem ser somadas a primeira e a última coluna da tabela acima.*
***Fonte e elaboração:** STN/ME.*

Outra análise possível em relação à variação dos parâmetros macroeconômicos é a do impacto do IPCA no limite das despesas sujeitas à Emenda Constitucional nº 95[5], uma vez que o limite é corrigido pela variação do IPCA para o período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Para 2022, como demonstra a Tabela 10, o desvio de 0,1 p.p. da variação estimada do IPCA causa uma variação de R$ 1.485,9 milhões no limite de despesas.

Tabela 10 - Efeito da variação de 0,1 p.p. no IPCA no limite das despesas sujeitas à EC nº 95

*Em R$ milhões*

| Poder / Órgão | 2021 | 2022 |
|---|---|---|

[4] Equivalente a um aumento de R$ 1,10 nos benefícios de até um Salário-Mínimo.
[5] A EC nº 95/2016 instituiu o Teto de Gastos que vigorará por vinte exercícios financeiros. Para o exercício de 2022, o Teto de 2021 será corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período de doze meses encerrado em junho de 2020.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*Em R$ milhões*

| Poder / Órgão | 2021 | 2022 | |
|---|---|---|---|
| | Limite de despesas sujeitas à EC nº 95 | Variação de 0,1 p.p. do IPCA no Limite | Projeção do limite de despesas sujeitas à EC nº 95[1] |
| Poder Executivo | 1.421.604,10 | 1.421,60 | 1.523.106,64 |
| Poder Legislativo | 12.837,46 | 12,84 | 13.754,05 |
| Poder Judiciário | 44.188,84 | 44,19 | 47.343,92 |
| Defensoria Pública da União | 559,44 | 0,56 | 599,38 |
| Ministério Público da União | 6.746,60 | 6,75 | 7.228,31 |
| Total | 1.485.936,45 | 1.485,94 | 1.592.032,31 |

*[1] Projeção com base no valor estimado para a variação do IPCA (7,14%) presente na grade de parâmetros da SPE, de 12/03/2021, que embasou a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.*
***Fonte e elaboração:** STN/ME.*

### 3.2.2 Sensibilidade da Despesa com Subsídios e Subvenções

Grande parte dos pagamentos de subvenção econômica realizados pela STN com impacto primário são na modalidade equalização de taxas de juros e são sensíveis a variações nas taxas do mercado interno, como Selic, TJLP e TLP, bem como variações do IPCA, no caso das contratadas com TLP. Em 2020, esses pagamentos representaram 32,7% do total de despesas com impacto primário da STN (R$ 5,45 bilhões de um total de R$ 16,65 bilhões). Esses pagamentos já representaram uma maior porcentagem do total de despesas desta natureza, mas têm apresentado redução do valor pago justamente pela constante queda das taxas de juros observada recentemente, além do aumento do valor total executado em 2020 por conta do Programa Especial de Suporte a Empregos - PESE, devido à pandemia do COVID-19.

Basicamente, essa modalidade de subvenção garante à instituição financeira o recebimento de uma taxa de mercado (como a TLP) além de um spread, ao mesmo tempo em que garante ao mutuário uma taxa fixa pelo empréstimo definida nos programas subvencionados (como Plano Safra ou PSI). A diferença entre essas taxas é equalizada pelo Tesouro Nacional no decorrer do fluxo de amortização desses empréstimos por meio das ações orçamentárias de subvenção econômica. Dessa forma, o pagamento dessa subvenção econômica está diretamente relacionado com as taxas de juros. Uma elevação das taxas de mercado aumenta a diferença a ser equalizada pelo Tesouro, o que, consequentemente, aumenta a subvenção econômica a ser paga às instituições financeiras.

Foram realizadas simulações com os atuais saldos das operações e taxas de juros para estimar o efeito de variações nas taxas de juros sobre essa modalidade de subvenção econômica. Considerando os valores do PLOA 2021 e uma elevação de apenas 0,5 ponto percentual ao ano na TJLP, TLP e Selic, ter-se-ia um efeito de R$ 1,16 bilhão sobre as despesas com impacto primário, o que poderia gerar a necessidade de crédito suplementar.

## 3.3 SENSIBILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública Federal (DPF) corresponde à soma da Dívida Pública Mobília Federal interna (DPMFi) com a Dívida Pública Federal externa (DPFe), sendo esta última subdividida em mobiliária e contratual. A estratégia de financiamento da DPF é estruturada com o objetivo de redução de custos no longo prazo, concomitantemente à manutenção de níveis prudentes de risco e ao bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos. Neste sentido, o gerenciamento de riscos constitui-se em instrumento fundamental na administração da DPF. Dentre os riscos aos quais está sujeita a DPF, cumpre destacar os riscos de refinanciamento e o de mercado.



### 3.3.1 Riscos de Mercado

O risco de mercado captura a possibilidade de elevação no estoque nominal da dívida decorrente de alterações nas condições de mercado que afetem os custos dos títulos públicos, tais como as variações nas taxas de juros, de câmbio e de inflação. Tais variações acarretam impactos no orçamento anual, pois alteram o volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida, afetando inclusive os orçamentos dos anos posteriores. Esses riscos são especialmente relevantes, pois afetam a relação Dívida Líquida do Setor Público/Produto Interno Bruto (DLSP/PIB) e Dívida Bruta do Governo Geral/Produto Interno Bruto (DBGG/PIB).

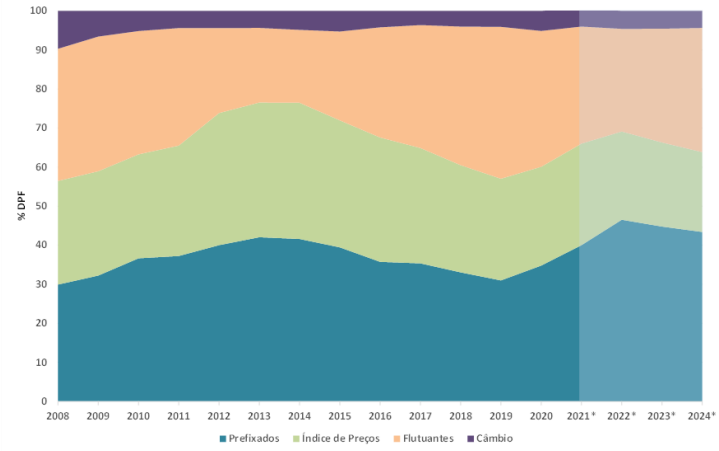
A composição da DPF é o indicador mais imediato do risco de mercado, pois seu estoque possui títulos com diferentes características, de acordo com o tipo de remuneração a que estão condicionados. Em anos recentes, a composição da DPF vem registrando aumento da participação de títulos remunerados por taxas de juros flutuantes, o que significa maior exposição ao risco de elevação da taxa de juros.

Este crescimento na participação de flutuantes, preponderantemente LFT, está diretamente relacionado à sequência de déficits fiscais primários no orçamento, uma vez que a incerteza sobre a efetivação da consolidação fiscal torna mais difícil a emissão de títulos prefixados e remunerados por índice de preços. A reversão dessa tendência na composição da dívida e o alongamento de prazos da dívida, para reduzir o risco de refinanciamento abordado anteriormente, dependem da implementação de reformas fiscais estruturais de contenção da despesa pública, fator determinante para a melhora dos resultados fiscais e das condições econômicas.

A conjunção de um perfil de DPF majoritariamente indexado à taxa Selic com elevada parcela de dívida de curto prazo potencializa o risco decorrente de alterações nas taxas de juros do país. O registro de mínimas históricas para a taxa Selic em 2020 propiciou uma redução dos encargos de juros sobre o endividamento. Contudo, a tendência de aumento dessa taxa a partir de 2021 tem o potencial de impactar os indicadores, com efeitos efeito negativo sobre o custo da dívida durante o ciclo de elevação dos juros. Isso demonstra a necessidade premente de uma consolidação fiscal que crie condições macroeconômicas favoráveis à redução do endividamento e melhora no seu perfil de risco.

Figura 2 - Composição do estoque da DPF






** Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2021.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Na sequência, particularmente importante para este Anexo de Riscos Fiscais é a análise de sensibilidade da dívida, que mede o possível aumento nos valores de pagamento ou no estoque da Dívida Pública no ano, decorrente de flutuações nos parâmetros macroeconômicos.

3.3.1.1 Sensibilidade da Dívida Pública aos Parâmetros Macroeconômicos

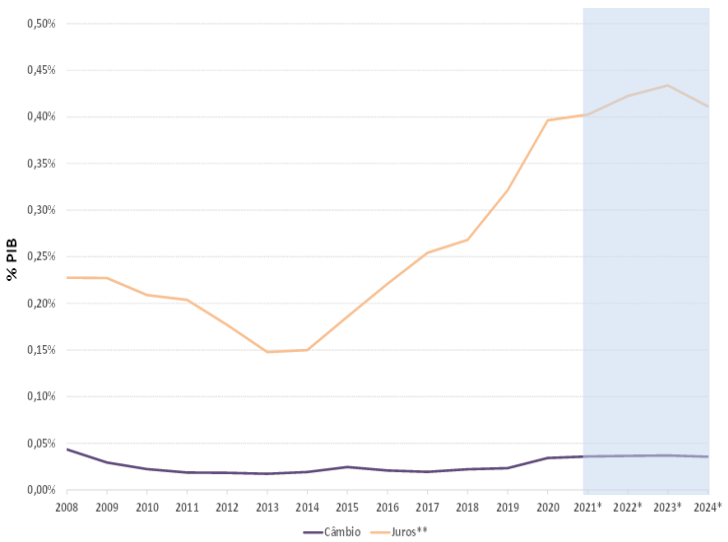
3.3.1.1.1 Riscos da Dívida Pública Federal (DPF)

Uma forma de se avaliar o risco de mercado da dívida é estimar a sensibilidade do valor de seu estoque a alterações marginais de variáveis macroeconômicas[6] . Neste caso, para uma melhor análise, toma-se como parâmetro a relação DPF/PIB. Os efeitos de um choque de 1% nas taxas de câmbio (Real/Dólar) e de juros (Selic) podem ser observados na Figura 3.

Figura 3 - Previsões de sensibilidade do estoque da DPF a choques de 1% nas variáveis macroeconômicas

[6] Trata-se de uma análise estática, onde analisa-se o efeito isolado da variação de apenas uma variável (taxa de câmbio ou taxa de juros) sobre os indicadores desejados (DPF, Despesa Orçamentária e DLSP). Dessa forma, não são levados em conta os efeitos da alteração de uma variável sobre as outras variáveis. Também não são levados em conta os efeitos da alteração de uma variável sobre outros fatores da economia que poderiam também afetar os indicadores desejados, tais como resultado fiscal, PIB e necessidade líquida de financiamento do setor público.






** Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2021*
*** A nova metodologia para juros inclui títulos flutuantes e de curto prazo. Os resultados apresentados podem ser diferentes de valores de anos anteriores em razão da nova metodologia.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Numa perspectiva histórica, destaca-se o aumento da sensibilidade da DPF a alterações nos juros de curto prazo e maior estabilidade de sua sensibilidade a alterações no câmbio. Este panorama reflete o aumento da participação na DPF de títulos com taxas de juros flutuantes e a continuidade de um cenário de desafios fiscais de curto e médio prazos.

A respeito da sensibilidade da DPF à variação da inflação, deve-se destacar a existência de um hedge natural da parcela de dívida indexada, majoritariamente indexada ao IPCA, oriundo do fato de as receitas do governo apresentarem correlação positiva com choques na taxa de inflação, o que contribui para reduzir a relevância desse fator de risco. Além disso, o PIB nominal (denominador da análise) também mudaria com a inflação. Por isso, a sensibilidade à inflação não foi apresentada aqui.

Por sua vez, o risco associado à variação da taxa de câmbio encontra-se em patamar aderente a estrutura de dívida proposta pelo portfólio de benchmark. Ademais, os efeitos transbordamentos de uma crise cambial encontram forte proteção diante do atual volume de reservas internacionais administradas pelo Banco Central do Brasil (BCB) [7].

De forma complementar à análise de sensibilidade, a Figura 4 apresenta o teste de estresse do estoque da DPF a choques reais nos juros e câmbio, de forma a evidenciar potenciais impactos em situações de grandes e persistentes turbulências[8]. Considerando o estoque de dívida em final de período, o impacto de um cenário de estresse corresponderia a um incremento da dívida de

[7] A posição das reservas em fevereiro de 2021 é da ordem de US$ 356,1 bilhões.
[8] O teste é composto pela simulação do impacto de um choque de três desvios-padrão sobre a média da taxa de juros Selic real e da desvalorização cambial real acumuladas em 12 meses. Este choque é aplicado sobre as parcelas do estoque da DPF remuneradas por taxas de juros flutuantes ou pela variação cambial. Por se tratar de uma avaliação do impacto de choques reais, diferentemente da análise de sensibilidade marginal, este teste não se aplica à dívida indexada à inflação.

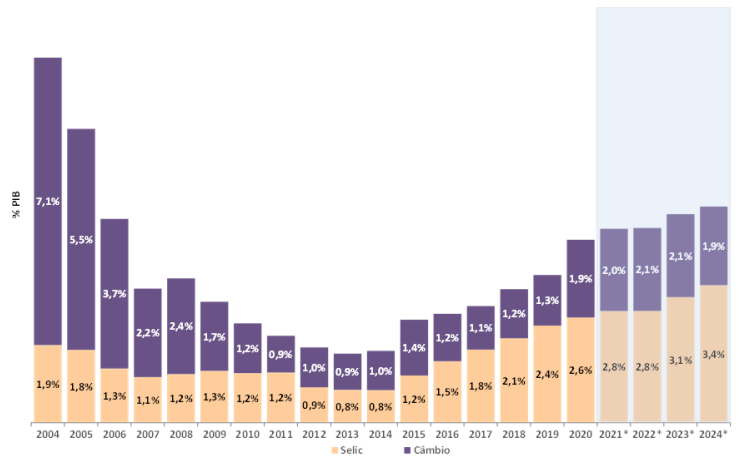


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4,8% do PIB em 2021. Embora em patamar inferior aos 9,0% do PIB em 2004, observa-se uma tendência de crescimento deste indicado desde 2013, quando esse risco foi estimado em 1,7% do PIB.

Figura 4 - Teste de estresse de juros e câmbio sobre a DPF




** Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2021.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Após alcançar um mínimo histórico em 2013, o impacto total do estresse no câmbio e na taxa de juros reverteu-se por conta da dinâmica recente registrada e prospectada para a composição da dívida. O risco cambial segue baixo em comparação com o início da série histórica, em decorrência da manutenção de patamares inferiores a 5% da parcela da DPF atrelada a moedas estrangeiras desde 2011. Por sua vez, o risco de juros tem trajetória crescente desde 2015, reflexo da maior participação de títulos flutuantes. A inflexão desta dinâmica pressupõe a melhora dos resultados fiscais.

Ademais da análise de impactos no estoque, exercício interessante consiste na avaliação do cronograma de maturação e da sensibilidade da despesa orçamentária da dívida àquelas mesmas variáveis macroeconômicas. Tendo como referência projeções baseadas na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2021 e considerando os vencimentos de dívida previstos entre 2021 e 2024, os efeitos de um aumento (redução) de 1% nas taxas de câmbio e de juros podem ser observados na Tabela 11.

Tabela 11 - Previsões de sensibilidade da despesa orçamentária da dívida a choques de 1%

| Variáveis Macroeconômicas | 2021* | | 2022* | | 2023* | | 2024* | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | % PIB | Milhões R$ | % PIB | Milhões R$ | % PIB | Milhões R$ | % PIB | Milhões R$ |
| Câmbio | 0,005 | 387 | 0,002 | 193 | 0,003 | 292 | 0,005 | 459 |
| Inflação | 0,026 | 2.048 | 0,029 | 2.487 | 0,029 | 2.607 | 0,033 | 3.155 |
| Juros | 0,053 | 4.222 | 0,052 | 4.460 | 0,039 | 3.518 | 0,051 | 4.916 |

**Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2021.*



| Variáveis | 2021* | 2022* | 2023* | 2024* |
|---|---|---|---|---|
| Primário/PIB – 1 p. p. | 1,0% | 2,1% | 3,1% | 4,1% |
| SELIC + 1 p.p | 0,2% | 0,7% | 1,3% | 2,0% |
| Choques combinados | 1,9% | 4,2% | 6,7% | 9,3% |

***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

A sensibilidade apresentada na Tabela 11 varia conforme o cronograma de maturação dos títulos da DPF, de forma que será maior em relação à determinada variável econômica nos anos em que houver grandes vencimentos de títulos indexados àquela mesma variável. Note-se que a sensibilidade da despesa orçamentária é bem menor que àquela correspondente ao estoque da DPF, exatamente porque considera apenas o montante da dívida que está vencendo em determinado exercício. Não obstante, é uma sensibilidade relevante porque mede o impacto de curto prazo na gestão da despesa orçamentária para o pagamento da dívida. Especificamente em relação aos riscos de taxa de juros à despesa orçamentária, note que devido à elevada torre de vencimentos de LFT prevista para 2022, a sensibilidade quanto à elevação/redução de 1% da taxa de juros elevaria/reduziria a despesa esperada com estes títulos em R$ 4,5 bilhões.

3.3.1.1.2 Riscos da DLSP e da DBGG

A DBGG tem se tornado a principal referência para a elaboração de políticas econômicas e para sinalizar a solvência do Estado brasileiro. Este indicador abrange a DPF, as dívidas dos governos estaduais e municipais com o setor privado e as operações compromissadas do BCB.

A DPF e a DBGG são métricas que só incluem passivos e, portanto, não medem a acumulação de ativos pelo governo. Assim, é útil avançar para o conceito de endividamento líquido, que traz um balanço entre débitos e créditos do governo frente aos agentes privados. Essa característica está presente na DLSP. Para além do Governo Geral, o Setor Público abrange ainda as empresas estatais não financeiras e o BCB.

Inicialmente, foi gerado um cenário base para a projeção da DLSP/PIB e DBGG/PIB para o período de 2021 a 2024. Sobre este cenário foram feitas análises de risco de taxa de juros, da taxa de crescimento do PIB e de variações no resultado primário. A Tabela 12 mostra uma análise de estática comparativa[9] nas projeções, sempre em relação ao cenário base, para mostrar o aumento na dívida/PIB decorrente de uma variação persistente de 1 ponto percentual na taxa SELIC para cima, uma variação persistente da taxa de crescimento PIB de 1 ponto percentual para baixo, e de um déficit primário persistentemente pior em 1% do PIB. Os impactos são computados isoladamente para cada um desses choques e, posteriormente, assumindo-se um choque combinado nessas variáveis.

Tabela 12 - Sensibilidade da dívida à taxa de juros, ao crescimento real do PIB e ao resultado primário

| Choques simulados | DLSP | | | | DBGG | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| PIB – 1 p.p. | 0,6% | 1,3% | 2,1% | 2,9% | 0,9% | 1,8% | 2,7% | 3,7% |
| Primário/PIB – 1 p. p. | 1,0% | 2,1% | 3,1% | 4,1% | 1,0% | 2,1% | 3,1% | 4,1% |
| SELIC + 1 p.p | 0,2% | 0,7% | 1,3% | 2,0% | 0,2% | 0,7% | 1,2% | 1,9% |
| Choques combinados | 1,9% | 4,2% | 6,7% | 9,3% | 2,1% | 4,6% | 7,2% | 10,0% |

*Diferença em relação ao Cenário Base.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

[9] Esta análise tem a fragilidade de não capturar os efeitos e correlações de mudanças em uma variável sobre a outra. Por exemplo, a análise pode subestimar os efeitos do aumento do PIB real por não alterar o resultado fiscal em função deste novo PIB, o mesmo raciocínio vale para a redução do PIB real, que não se reflete em um cenário de fiscal mais deteriorado. Entretanto, a análise é importante por mostrar o quão sensível as projeções de dívida são às alterações isoladas em cada uma das variáveis.



O impacto da variação do PIB é unicamente via denominador neste exercício, uma vez que não se considera correlações entre as distintas variáveis macroeconômicas. O efeito de um primário menor é via numerador, sem diferença em relação aos indicadores de DLSP e DBGG. A sensibilidade da Selic é captada tanto pela parcela de LFT na composição da DPF quanto pelo volume de operações compromissadas do BCB e pelas parcelas indexadas à Selic dos demais passivos e ativos das diferentes esferas de governo. Ressalte-se que a combinação de choques não consiste na soma dos choques individualizados, mas considera a dinâmica de choques simultâneos.

### 3.3.2 Risco de Refinanciamento

Em 2020, o aumento da necessidade de financiamento do Governo Federal ocasionado pela ampliação dos gastos públicos no combate aos efeitos da pandemia de COVID-19 foi significativo. As despesas primárias financiadas com recursos da dívida, de uma projeção de R$ 376,3 bilhões em 2020, ampliaram-se para R$ 623,8 bilhões, sendo parte deste aumento financiado pelos recursos disponíveis em caixa (colchão da dívida). Outra parte foi financiada por novas emissões de títulos, o que resultou na revisão dos limites de referência dos indicadores do PAF em 2020

O aumento da percepção do risco e da preferência por liquidez em função da instabilidade do cenário econômico-fiscal fizeram com que os títulos prefixados de curta duração, com vencimento de 6 e 12 meses, fossem os principais instrumentos de captação do Tesouro Nacional. Para 2021, a referência para a composição da DPF contempla a continuidade de uma participação relevante dos títulos prefixados de prazo mais curto na oferta de títulos públicos. Os indicadores do PAF 2021 também apontam para uma redução da participação das LFTs, em razão do elevado volume de vencimentos desse título em 2021, em comparação com anos anteriores.

O risco de refinanciamento é consequência do perfil de maturação da dívida e representa a possibilidade de o Tesouro Nacional ter de suportar elevados custos para se financiar no curto prazo ou, no limite, não conseguir captar recursos suficientes para honrar seus vencimentos. A redução do percentual vincendo em 12 meses é uma condição importante para a diminuição desse risco, pois essa métrica indica a proporção do estoque da dívida que deverá ser honrada no curto prazo.

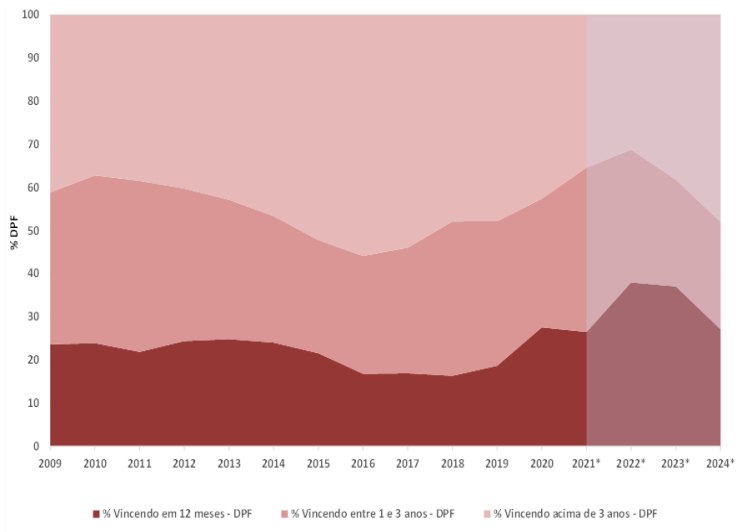
Em 2021 o percentual vincendo em 12 meses continuará em patamar elevado, em decorrência sobretudo do elevado volume de emissões de títulos prefixados de curto prazo ocorridas em 2020. O refinanciamento desses títulos curtos em 2021 tende a ser feito por meio de novos títulos com características similares, o que significa que a elevada concentração de dívida no curto prazo tende a prosseguir por um período superior a 2021. Assim, a redução do percentual vincendo em 12 meses tende a ocorrer gradualmente ao longo dos próximos anos, conforme as condições de mercado permitam o alongamento dos prazos das emissões.

A Figura 5 apresenta a evolução da estrutura de vencimentos da DPF. Conforme expectativas do PAF 2021, no ano 2021 espera-se que o percentual vincendo em 12 meses situe-se entre 24% e 29% da DPF, mantendo-se em patamares superiores a 20% da dívida ao longo de todo o período coberto neste Anexo de Riscos. Em virtude da elevada necessidade de financiamento do



governo federal, incluindo o déficit público, em uma conjuntura macroeconômica ainda marcada por incertezas, tem sido inevitável o atendimento daquela necessidade por meio de maior colocação de títulos públicos de menores prazos.

Figura 5 - Perfil de Vencimentos do Estoque da DPF




** Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2021.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

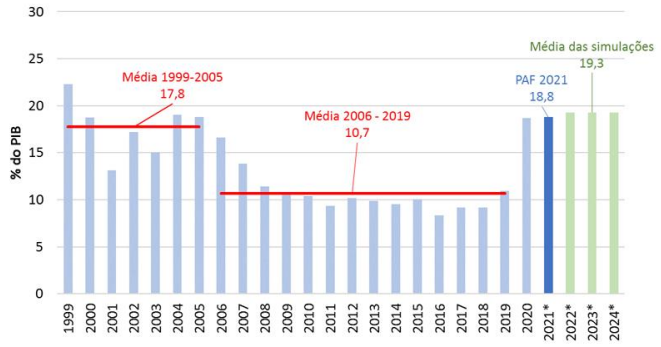
Por outra métrica, o risco de refinanciamento pode ser avaliado considerando-se a parcela da DPF que vence em até 12 meses como proporção do PIB. Essa relação atingiu 18,7% do PIB ao final de 2020, patamar significativamente acima da média histórica registrada entre 2006 e 2019, de 10,7% do PIB. A tendência é que essa proporção aumente ainda mais segundo estimativas para o PAF 2021 e anos seguintes, caso as condições vigentes não permitam um alongamento mais acelerado dos prazos dos títulos públicos emitidos.

Figura 6 - Dívida Pública Federal Vincenda em 12 Meses



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.




** 2021: Projeção com base no ponto médio do PAF 2021; 2022-2024: Simulações STN..*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Em consequência, o prazo médio também se reduziu de 4,0 para 3,6 anos com o aumento da emissão de títulos prefixados de curto prazo em 2020. Para 2021, o PAF traz expectativa de redução adicional nessa estatística, que deve ficar entre 3,2 anos e 3,6 anos ao final do exercício. O encurtamento da dívida se intensifica diante de uma redução estrutural, nos últimos anos, sobretudo após a perda do grau de investimento pelo país, na demanda pelos títulos mais longos, como a NTN-F, cujo principal demandante são investidores não-residentes, e a NTN-B com prazos acima de 10 anos, cujos principais demandantes são fundos de pensão.

Para a mitigação do risco de refinanciamento busca-se a manutenção da reserva de liquidez para pagamento da dívida, que mitiga riscos no curto prazo. Trata-se de disponibilidade financeira na Conta Única, dedicada à finalidade de honrar os compromissos da DPF. Esse colchão de liquidez permite ao Tesouro Nacional se antecipar a períodos de maior concentração dos vencimentos, reduz o risco de refinanciamento da DPF e permite o pagamento de eventuais passivos contingentes. Essa reserva assegura flexibilidade à gestão da dívida para atuar em caso de condições adversas e de volatilidade excessiva no mercado de títulos públicos.

A margem de cobertura da reserva de liquidez para pagamento de vencimentos em 2022, particularmente, dependerá da extensão dos impactos das medidas fiscais em resposta à pandemia e ao estado de calamidade em curso sobre as necessidades de financiamento do Tesouro Nacional, bem como das condições de mercado para a emissão de títulos da dívida mobiliária em 2021.

### 3.4 ESTRESSE DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS E SIMULAÇÕES

A avaliação de estresse de parâmetros macroeconômicos consiste em uma série de simulações nas quais os parâmetros analisados – tais como PIB, inflação, juros etc. – são sujeitos a choques e, assim, assumem diversos valores, de acordo com uma distribuição probabilística construída a partir de seus comportamentos históricos, o que, por sua vez, resulta em um resultado fiscal alternativo para cada choque empregado.

O cálculo dos cenários de estresse dos parâmetros macroeconômicos utiliza o método de simulação de Monte Carlo, construída a partir de uma distribuição normal multivariada, na qual o



vetor de médias dos parâmetros são os valores projetados na Grade de Parâmetros fornecida pela SPE/ME[10] e a matriz de variância-covariância é estimada por meio do histórico de dados dos parâmetros macroeconômicos[11]. É importante ressaltar que este método permite a construção de cenários economicamente consistentes, ou seja, as relações diretas e inversas entre as variáveis são adequadamente refletidas nos resultados quando se considera o conjunto probabilístico. Por exemplo, nota-se que cenários em que há maior taxa de juros estão, em geral, associados a menores níveis de crescimento.

Foram realizados quinhentos choques com base na metodologia apresentada, os quais geraram quinhentas trajetórias distintas para as variáveis macroeconômicas. Essas trajetórias, por sua vez, são apresentadas na forma de um gráfico de leque (*fan chart*), em que os cenários alternativos são dispersos em torno do cenário base. As probabilidades de realização são menores quanto mais afastado se está do centro da projeção. A partir disso, considerando-se as variáveis relevantes para cada item, foram estimadas as trajetórias de receitas, despesas, resultado primário e dívida pública.

#### 3.4.1 Receitas

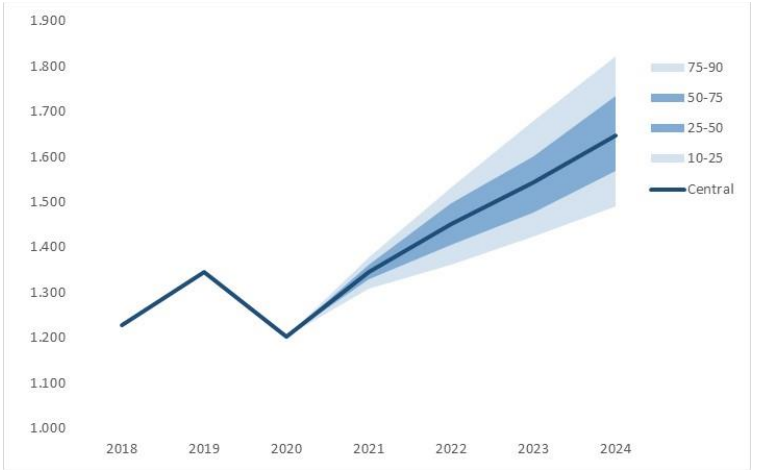
Os cenários macroeconômicos gerados foram aplicados às Receitas Administradas pela RFB, às Receitas Previdenciárias, e às receitas de Contribuição do Salário Educação e Exploração de Recursos Naturais (conforme Tabela 4), que corresponderam a quase 95% da arrecadação em 2020. As premissas utilizadas para realização deste exercício seguem as mesmas detalhadas no Anexo de Metas Fiscais, ou seja, não são consideradas reformas fiscais nem receitas extraordinárias.

Figura 7 - Espectro de cenários alternativos para Receitas Líquidas (R$ bilhões)

[10] É importante destacar que esta é a mesma grade de parâmetros utilizada para elaboração do cenário base constante no Anexo de Metas Fiscais da PLDO, de forma que o cenário central de receitas e despesas deste exercício é o mesmo que compõe o anexo de metas.

[11] A metodologia utilizada nesta análise está descrita em maiores detalhes na Nota Técnica SEI nº 1/2017/GEMAF/COPEF/SUPEF/STN-MF, de 29 de dezembro de 2017.






***Fonte e Elaboração**: STN/ME.*

As simulações realizadas mostram que a receita líquida pode variar significativamente ao longo do tempo, refletindo a alta variância relacionada às variáveis macroeconômicas e seu impacto nas receitas. Com efeito, a arrecadação é o componente mais sujeito às mudanças no ciclo econômico e/ou de preços no âmbito do orçamento. Como se pode observar, nos períodos mais distantes do ponto inicial as nuvens de probabilidades se expandem, refletindo a incerteza crescente.

Para o ano de 2022, as estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais apontam uma receita líquida no montante de R$ 1.451 bilhões. Tal valor pode variar em cerca R$ 46 bilhões negativos ou positivos dentro da zona intermediária 25-75, ou ainda variar cerca de R$ 86 bilhões negativos ou positivos no extremo inferior (percentil 10) ou superior (percentil 90), atingindo, respectivamente, R$ 1.365 bilhões até R$ 1.537 bilhões. Para os anos de 2023 e 2024, análise similar mostra uma possível variação de até R$ 126 bilhões e R$ 165 bilhões, respectivamente, em relação a projeção central, para os extremos superior e inferior.

#### 3.4.2 Despesas

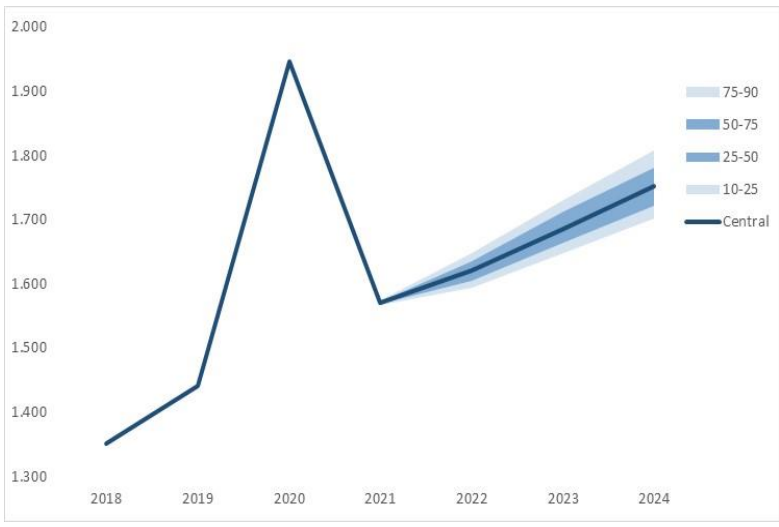
As trajetórias de despesas foram construídas aplicando-se os diferentes cenários macroeconômicos às regras de despesas, especialmente as despesas com Benefícios Previdenciários, Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV), Seguro-Desemprego e Abono Salarial. Para este exercício específico, não foram considerados os impactos em Pessoal e Encargos, uma vez que esta variável está sob o controle do governo[12]. Por sua vez, as despesas com controle de fluxo do Poder Executivo variam de acordo com a inflação. As premissas utilizadas para realização deste exercício seguem as

[12] Embora haja algum nível de indexação ao INPC de benefícios da seguridade social aos servidores públicos que migraram para a inatividade sem direito à paridade, esse montante é pouco significativo no contexto das despesas de pessoal e encargos sociais.



mesmas detalhadas no Anexo de Metas Fiscais, ou seja, parte-se da legislação vigente, o que implica a correção do salário-mínimo para manter seu poder de compra e ausência de reajuste para pessoal.

Figura 8 - Espectro de cenários alternativos para Despesas Totais (R$ bilhões)




***Fonte e Elaboração**: STN/ME.*

É importante ressaltar que o alto volume de despesas em 2020, decorrente das medidas de combate à pandemia de Covid-19, provoca uma distorção na visualização dos efeitos dos choques macroeconômicos. De qualquer modo, os resultados exibidos acima mostram que a variação nas despesas é relativamente menor em relação às receitas ao longo do período, o que graficamente se traduz em um leque de menor amplitude. Em linhas gerais, esse efeito ocorre porque a quantidade de beneficiários de previdência ou assistência social está associada a fatores demográficos, que pouco variam no curto prazo, e porque o valor desses benefícios é afetado por apenas duas variáveis: salário-mínimo e INPC.

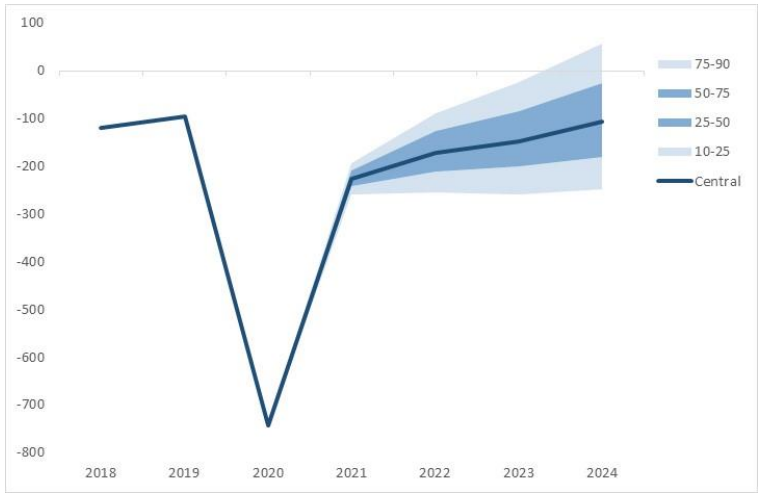
Assim, espera-se que em casos extremos, cuja probabilidade associada é pequena, haja uma variação nas despesas, para mais ou para menos, em torno de R$ 26 bilhões em 2022, de R$ 42 bilhões em 2023 e cerca de R$ 53 bilhões em 2024. Esses valores não incluem eventuais cortes ou aumentos de despesas discricionárias, que podem ampliar ou reduzir os valores apresentados, mas que, por estarem sob o controle do governo, não são considerados nesta análise.

É importante ressaltar que, neste exercício, não foi imposto qualquer limite ao gasto total, como aquele disciplinado pelo Novo Regime Fiscal (art. 106 a 114 do ADCT). Como a linha central corresponde ao valor da despesa total compatível com o teto de gasto, valores acima dessa linha apontam possíveis descumprimentos da limitação imposta pelo teto de gastos. Vale lembrar que a regra do teto de gastos prevê que, em caso de descumprimento, sejam aplicadas automaticamente vedações à criação de despesas obrigatórias e concessão de reajuste de remuneração de servidores públicos, dentre outras medidas elencadas no art. 109 do ADCT.

### 3.4.3 Resultado Primário

O resultado primário decorre da combinação das curvas de receita e despesa geradas em cada cenário econômico distinto. Note-se que parâmetros macroeconômicos que geram receitas maiores podem gerar também despesas maiores e, portanto, o ordenamento dos cenários de resultado primário difere daqueles de receitas e despesas considerados separadamente.

Figura 9 - Espectro de cenários alternativos para Resultado Primário (R$ bilhões)




***Fonte e Elaboração**: STN/ME.*

As trajetórias de resultado primário apresentadas mostram que, no ano de 2022, os cenários extremos superior e inferior, cuja probabilidade é muito baixa, se encontram em torno de R$ 82 bilhões acima ou abaixo da meta estabelecida para o Governo Central (R$ -170,5 bilhões). Já para os anos de 2023 e 2024, os resultados relacionados aos mesmos cenários mostram uma melhora ou piora de cerca de R$ 118 bilhões e 152 bilhões, havendo apenas uma baixa probabilidade de atingimento de um superávit fiscal em 2024, na parte superior da distribuição apresentada acima.

Em geral, espera-se que cenários macroeconômicos com maior crescimento da atividade econômica e da massa salarial estejam entre aqueles que possibilitam o atingimento de superávits ao final do período. Isso reforça a importância tanto da realização de reformas estruturais, que permitam a consolidação fiscal no médio prazo, quanto das microeconômicas, que aumentam a produtividade total da economia.

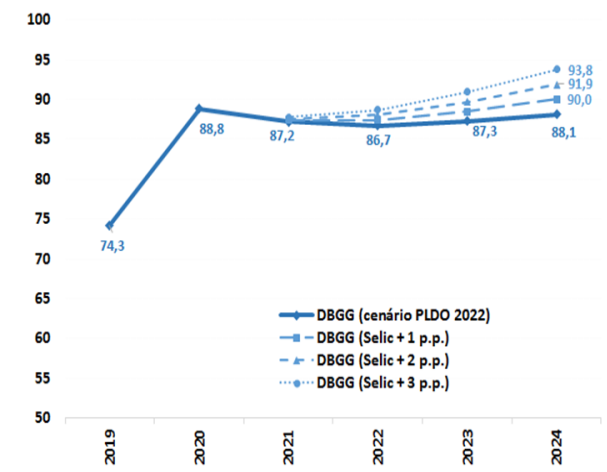
### 3.4.4 Dívida Pública

Na sequência são apresentados alguns testes de estresse, de forma a avaliar os efeitos potenciais sobre os indicadores de endividamento bruto e líquido. A atual composição da dívida acarreta maior sensibilidade do estoque de títulos públicos a alterações nas taxas de juros no curto



prazo, como visto na seção anterior. O exercício na Figura 10 mostra o impacto na DBGG de estresses de 100, 200 e 300 pontos base sobre a taxa Selic subjacente ao cenário PLDO 2022 a partir de agosto de 2021. O impacto ao final de 2024 seria de uma dívida bruta superior ao cenário PLDO 2022 entre 1,9% e 5,7% do PIB.

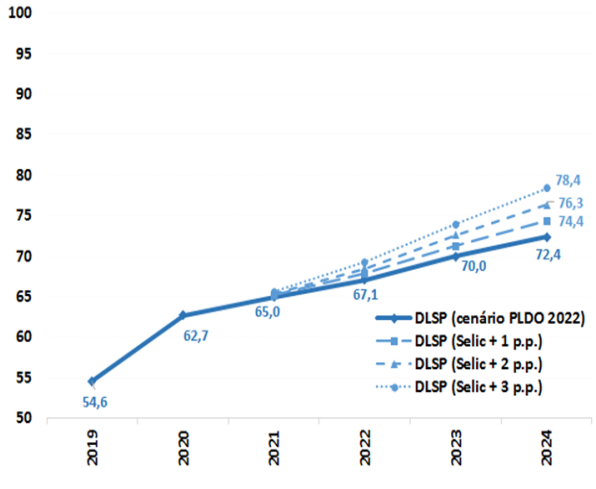
Figura 10 - Teste de estresse Selic – DBGG (% PIB)




***Fonte:** Realizado, BCB. Projeções, STN. **Elaboração**: STN/ME.*

A Figura 11 traz o resultado deste exercício para a DLSP, que ao final de 2024 apresentaria um endividamento líquido superior ao cenário PLDO 2022 entre 2,0% e 6,0% do PIB em decorrência de eventual estresse na taxa Selic.

Figura 11 - Teste de estresse Selic – DLSP (% PIB)

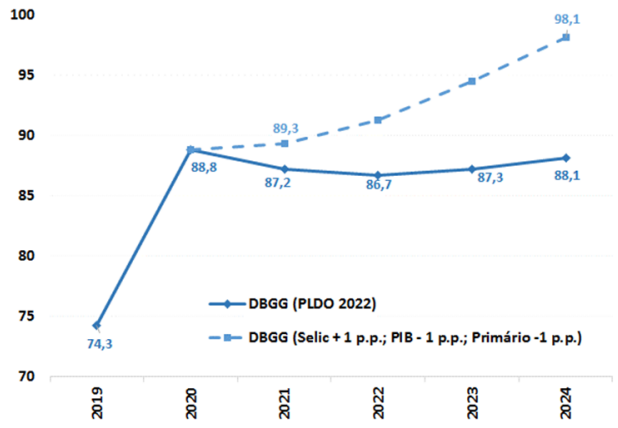



***Fonte:** Realizado, BCB. Projeções, STN/ME**. **Elaboração**: STN/ME.*



Na Figura 12 combinamos um estresse de 100 pontos base na taxa Selic com choques negativos de 1 ponto percentual ao ano no crescimento real do PIB e 1 ponto percentual do PIB no primário em todo horizonte de projeção. Tal ambiente adverso resultaria em uma trajetória de endividamento bruto ainda mais desafiadora, em que a DBGG alcançaria cerca de 98% ao final de 2024.

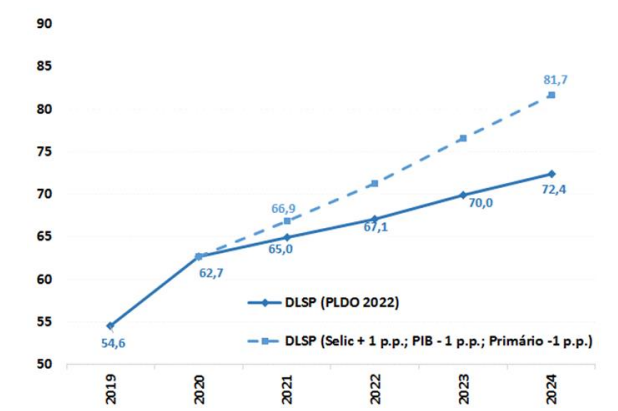
Figura 12 - Teste de estresse combinado – DBGG (% PIB)




***Fonte:** Realizado, BCB. Projeções, STN/ME**. **Elaboração**: STN/ME.*

Por sua vez, o impacto combinado sobre o endividamento líquido poderia representar, ao final de 2024, até cerca de 9% do PIB, com a DLSP alcançando 81,7% do PIB.

Figura 13 - Teste de estresse combinado – DLSP (% PIB)

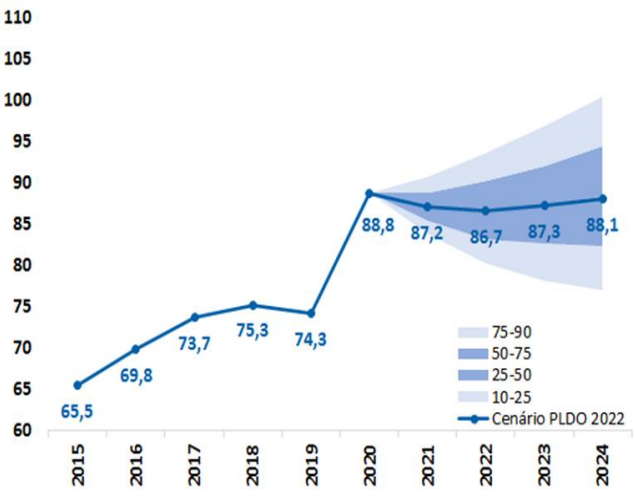



***Fonte:** Realizado, BCB. Projeções, STN/ME**. **Elaboração**: STN/ME.*



Na Figura 14 e na Figura 15 são mostrados os resultados estocásticos das simulações de DLSP e DBGG. As linhas sólidas representam o cenário PLDO 2022 (Tabela 3 do Anexo de Metas Fiscais) e são muito próximas àquelas das medianas das distribuições. Estas figuras são conhecidas como *fan charts* e mostram o intervalo de confiança para as possíveis trajetórias da DBGG/PIB e DLSP/PIB diante de choques estocásticos no PIB e no resultado fiscal primário ao longo do tempo, mantendo-se constantes as demais variáveis, inclusive juros.

Figura 14 - Cenários estocásticos para DBGG/PIB



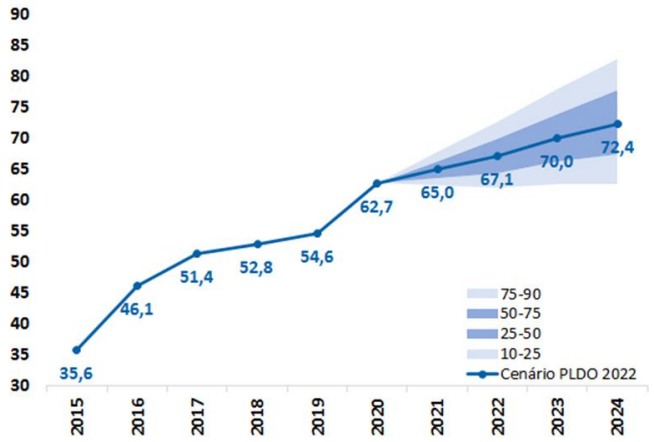

***Fonte:** Realizado, BCB. Projeções, STN/ME**. **Elaboração**: STN/ME.*

Figura 15 - Cenários estocásticos para DLSP/PIB



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300043

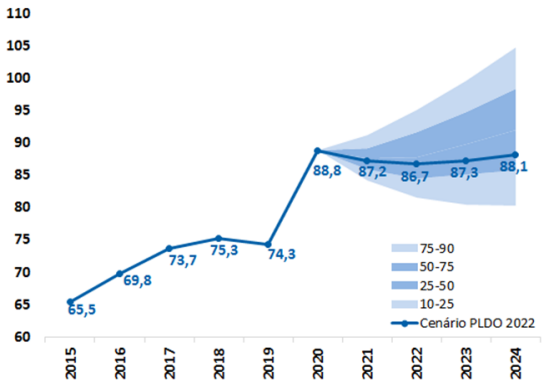
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.




***Fonte:*** *Realizado, BCB. Projeções, STN/ME.* ***Elaboração****: STN/ME.*

De forma complementar, são apresentados na Figura 16 e na Figura 17 *fan charts* da DBGG e DLSP assimétricos, em decorrência de uma taxa de Selic estressada em 200 pontos base a partir de agosto de 2021. Trata-se de um exercício de avaliação de *downside risk*. Em um contexto de taxa Selic estressada, torna-se maior o risco de a DBGG e a DLSP superarem as projeções do cenário PLDO 2022 ao final de 2024 na presença de choques desfavoráveis à atividade e na ausência de consolidação fiscal.

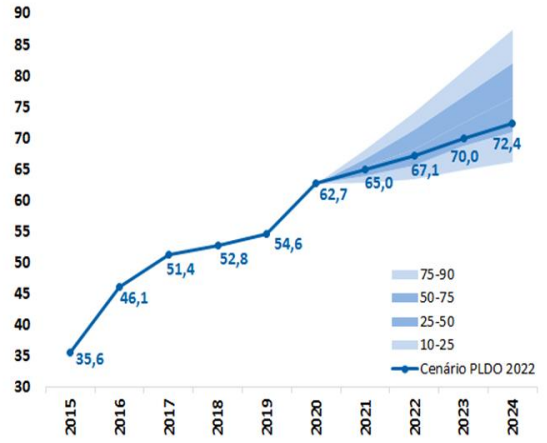
Figura 16 - Cenários estocásticos assimétricos – DBGG (% PIB)




***Fonte:*** *Realizado, BCB. Projeções, STN/ME.* ***Elaboração****: STN/ME.*

Figura 17 - Cenários estocásticos assimétricos – DLSP (% PIB)






***Fonte:*** *Realizado, BCB. Projeções, STN/ME.* ***Elaboração****: STN/ME.*

Em síntese, a exposição a riscos da dívida pública se torna mais crítica a partir dos acontecimentos de 2020 e os desdobramentos ainda incertos ao longo de 2021, decorrentes dos impactos da pandemia do novo coronavírus. Torna-se ainda mais urgente a aprovação de reformas estruturantes, que contribuam para a redução do endividamento no médio prazo, condição fundamental o crescimento econômico sustentável.

3.4.4.1 Riscos Legais

Para fins desta seção, consideramos como riscos legais para a gestão da Dívida Pública Federal aqueles decorrentes de eventual descumprimento de algum limite ou condição para a realização de operações de crédito, estabelecido pelo atual arcabouço legal. Nesse caso, ficaria vedada a realização de operações de crédito pelo governo, podendo impedir, em algumas situações, até mesmo as emissões de títulos no âmbito da dívida pública mobiliária federal.

Portanto, em um cenário de descumprimento de algum desses limites e condições, não seria possível a utilização de recursos de emissão de títulos para o pagamento de nenhuma despesa orçamentária, exceto a amortização do principal da dívida mobiliária. Essa restrição, principalmente em um cenário de déficit primário, implica possibilidade de interrupção de serviços públicos, impactando não só as despesas discricionárias, como possivelmente as obrigatórias. Também limitaria a execução no âmbito de programas públicos voltados à educação, benefícios sociais, agricultura, entre outros. No Projeto de Lei Orçamentária de 2021, por exemplo, estavam previstas nas dotações iniciais a execução de R$ 468,2 bilhões de despesas correntes primárias com recursos de emissão de dívida.

Vale destacar também que os juros reais da dívida, ou seja, as despesas financeiras com vencimentos da dívida que superem os valores do principal corrigido pela inflação, também não poderiam ser pagos com recursos de emissão de títulos em caso de descumprimento de algum limite ou condição legal para a realização de operações de crédito. Neste cenário, o Tesouro Nacional não poderia contar com emissões de títulos para fazer frente a esses vencimentos.



Este risco, contudo, foi mitigado em 2021 por meio de alterações introduzidas na Lei Complementar n. 101 de 2000 (LRF), por meio da Lei Complementar n. 178 de 2021. Em particular, a mudança no disposto no inciso III do §3º do artigo 23 da LRF simplificou a verificação do limite de despesas de pessoal como condição para a realização de operações de crédito da União.

A partir de 2022, entrará em vigência a modificação introduzida no §2º do art. 51 também da LRF, representando simplificação e redução adicional dos riscos para a gestão da Dívida Pública Federal decorrente da verificação de limites e condições para a realização de operações de crédito da União. Nesse caso, a não verificação das condições atreladas ao §2º supracitado impediriam hoje que o Tesouro Nacional realizasse emissões de títulos, exceto aquelas destinadas ao refinanciamento do principal. Com o novo dispositivo, vigente a partir de 2022, em caso de algum descumprimento haverá excepcionalização para todo o pagamento da dívida mobiliária, incluindo seus encargos. Além disso, a verificação recairá sobre obrigações do Poder ou órgão que deseja realizar a operação de crédito, em vez de se verificar todo o Ente, como se faz atualmente.

Na Tabela 13, destacamos os limites e condições, com a indicação do respectivo dispositivo legal, que devem ser verificados para a realização de operações de crédito.

Tabela 13 - Limites e Condições para a realização de operações de crédito

| Limites e Condições | Norma |
|---|---|
| Publicação do RREO até 30 dias após encerramento do bimestre | At. 165, § 3o da CF e Art. 52, caput e § 2 da LRF |
| Regra de Ouro | Art. 167, inciso III da CF; Art. 32 da LRF; Art. 6º da RSF 48 |
| Autorização, no texto da lei orçamentária, para contratação de operação de crédito | Art. 32, inciso I da LRF |
| Limite de Operações de Crédito | Art. 32, § 1º, inciso III da LRF; Art. 7º, inciso I da RSF 48 |
| Limite de despesas de pessoal da União | Arts. 20,22 e 23 da LRF |
| Ausência de operações nulas e/ou vedadas. | Arts. 33, 35 e 37 da LRF |
| Consolidação pelo Poder Executivo das Contas Anuais | Art. 51, § 2º da LRF |
| Publicação do RGF até 30 dias após encerramento do quadrimestre | Art. 54, caput e Art. 55, §§ 2º e 3º da LRF |
| Transparência da Gestão Fiscal | Art. 48, §§ 2º, 3º e 4º da LRF |

***Fonte e Elaboração****: STN/ME.*

Dentre esses riscos, destaca-se aquele relativo ao descumprimento da regra de ouro, estabelecida pelo inciso III do art. 167 da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Isso porque as projeções apontam que, dado o cenário fiscal esperado, haveria necessidade de se recorrer a operações de crédito em montante superior ao das despesas de capital tanto para 2022 quanto para 2023 e 2024, conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Projeção da insuficiência da Regra de Ouro

*Em R$ milhões*

| Cenário | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| Cenário base | 293.457,0 | 231.001,8 | 278.985,4 |

*O Cenário Base contempla estimativas preliminares, com base em hipóteses simplificadas. O mesmo deve ser atualizado quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, momento em que serão definidas com maior exatidão a necessidade de operações de crédito para o financiamento das despesas orçamentárias, bem como serão atualizados os parâmetros macroeconômicos que afetam as projeções de despesas de capital.*
***Fonte e Elaboração:*** *STN/ME.*



Portanto, para que esse cenário não implique em um descumprimento da Constituição Federal e, consequentemente, uma vedação à realização de novas operações de crédito, busca-se autorização junto ao Poder Legislativo para a realização dessas operações de crédito que estariam em excesso nos termos estabelecidos no próprio dispositivo legal. Nesse sentido, caso o Poder Legislativo não aprove tais créditos suplementares ou especiais, não seria possível realizar as respectivas despesas, cuja fonte de recursos seriam emissão de títulos da dívida pública, o que levaria a um dos cenários descritos acima, com a possibilidade de interrupção de serviços públicos ou risco de não pagamento de alguma despesa obrigatória.

É importante destacar que este cenário de excesso de operações de crédito já ocorreu nos orçamentos de 2019 e 2020 e ocorre também no orçamento deste ano de 2021. O projeto de Lei Orçamentária de 2021 indica que R$ 453,7 bilhões de despesas a serem pagas com recursos da dívida estão condicionadas a aprovação de crédito suplementar ou especial nos termos do inciso III do art. 167 da Constituição Federal, pois tais operações de crédito estariam acima do montante previsto para as despesas de capital do exercício.

Além da regra de ouro, a observação dos demais limites e condições, em particular dos limites de pessoal, é essencial. O não atendimento de algum item pode acarretar riscos caso tal situação venha a restringir a emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

## 4 ANÁLISE DOS RISCOS ESPECÍFICOS

Os riscos específicos caracterizam-se por passivos contingentes do governo e por riscos associados aos ativos, e se relacionam a eventos que ocorrem de maneira irregular. Sua análise envolve avaliação qualitativa das particularidades de cada tema, buscando identificar a materialização do risco no curto prazo, bem como mensurar seu custo.

A análise dos riscos específicos está, em grande parte, submetida a um arcabouço institucional e normativo cuja gestão se dá no desempenho das atribuições de órgãos competentes. Nesse sentido, a consolidação das informações neste documento pauta-se pela harmonização de conceitos e padronização dos impactos fiscais. Busca-se distinguir, em cada caso, os impactos primários dos impactos financeiros, os valores de fluxos dos valores de estoques, os exercícios financeiros de incidência, bem como apresentar a explicitação dos critérios utilizados para a mensuração dos riscos e para a construção de projeções.

Deve-se ressaltar que a pandemia do COVID-19 também estende seus efeitos aos riscos específicos tratados na presente seção, que podem ser ampliados em função de diferentes canais, como inadimplência de dívidas, elevação do pagamento de honras de garantias pela União, deterioração da situação financeira dos entes subnacionais e suas consequências sobre a União, entre diversos outros fatores potenciais. Entretanto, no atual estágio da crise ainda se observa a presença de elevada incerteza que impede a previsão da extensão dos seus efeitos.

A seguir serão apresentadas análises dos riscos específicos nas subseções de Passivos Contingentes, Riscos Associados a Ativos e Outros Riscos Específicos.

**4.1 PASSIVOS CONTINGENTES**

Os passivos contingentes referem-se a possíveis novas obrigações cuja confirmação depende da ocorrência de um ou mais eventos futuros, ou cuja probabilidade de ocorrência e magnitude dependam de condições exógenas imprevisíveis. São também considerados passivos contingentes as obrigações que surgem de eventos passados, mas que ainda não são reconhecidas no corpo das demonstrações contábeis por ser improvável a necessidade de liquidação ou porque o valor ainda não pode ser mensurado com suficiente segurança.

São espécies de passivos contingentes tratados neste documento: (1) Demandas Judiciais; (2) Passivos Contingentes em Fase de Reconhecimento; (3) Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional; (4) Contragarantias da União; (5) Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; (6) Seguro de Crédito à Exportação - Fundo de Garantia à Exportação; e (7) Fundos Garantidores.

Ressalta-se que os passivos contingentes não são mensuráveis com suficiente segurança em razão de ainda não terem sido apurados, auditados ou periciados, por restarem dúvidas sobre sua exigibilidade total ou parcial, ou por envolverem análises e decisões que não se podem prever. Por isso, conforme recomenda a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 03 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, são incluídas no presente Anexo de Riscos Fiscais informações adicionais acerca dos passivos contingentes disponibilizadas segundo respectiva temática, como objeto da ação, natureza da ação ou passivo e instância judicial.

**4.1.1 Demandas Judiciais**

Os passivos contingentes relacionados aos riscos fiscais das demandas judiciais são aqueles em que a Advocacia Geral da União (AGU) desempenha representação judicial, e são divididos segundo atuação dos seguintes órgãos:

I. Advogado-Geral da União: representa a União junto ao Supremo Tribunal Federal (art. 4º, III, da Lei Complementar nº 73/1993);
II. Procuradoria-Geral da União (PGU): representa a União junto ao Poder Judiciário nas suas diferentes instâncias, com exceção do STF (art. 9º da Lei Complementar nº 73/1993);
III. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN): apura a liquidez e certeza da dívida ativa da União e realiza a sua inscrição para fins de cobrança, amigável ou judicial e representa judicialmente a União nas causas de natureza fiscal (art. 12 da Lei Complementar nº 73/1993);
IV. Procuradoria-Geral Federal (PGF): representa as autarquias e fundações públicas junto ao Poder Judiciário (art. 10 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002); e
V. Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil: representação judicial e extrajudicial do Banco Central do Brasil (art. 4º da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998).

Vale dizer que os órgãos do Poder Judiciário são os responsáveis pela tramitação e julgamento das ações judiciais (art. 102 e seguintes da Constituição Federal de 1988). Nesse sentido, o evento "pagamento judicial" pode ser classificado como um "risco", na medida em



que ele é um evento futuro e incerto. É de responsabilidade da AGU atuar perante os órgãos judiciários para obter decisões judiciais que sejam favoráveis à Fazenda Pública no sentido de evitar a realização de pagamentos judiciais.

Quanto à análise das demandas judiciais em relação ao risco fiscal, a AGU orienta-se conforme normativos que definem critérios e procedimentos na prestação de informações sobre as ações judiciais. São eles: Portaria AGU nº 40/2015, de 10 de fevereiro de 2015, Portaria AGU nº 318/2018, de 25 de outubro de 2018, e Portaria AGU nº 514/2019, de 24 de outubro de 2019.

Além das demandas judiciais cuja gestão é de competência da AGU, considera-se, ainda, na análise dos riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, as ações judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União e contra o Banco Central do Brasil (BCB). Enquanto esta é administrada pela própria área jurídica do BCB, que avalia as demandas judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda, calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares, aquela é analisada pela SEST, que provê informações das demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível das empresas federais dependentes.

4.1.1.1 Critérios e Procedimentos na prestação de informações sobre Demandas Judiciais

Conforme citado anteriormente, a classificação das ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, é estabelecida pelo conjunto de normativos legais formados pelas Portarias AGU nº 40/2015, nº 318/2018 e nº 514/2019. A Portaria AGU nº 40/2015, atualizada pela Portaria AGU nº 318/2018, estabeleceu os critérios para a apresentação de informações sobre riscos fiscais relacionados a demandas judiciais. O artigo 2º da Portaria AGU nº 40/2015 delimitou a abrangência das informações às ações em tramitação em tribunais superiores ou já transitadas em julgado (estas por estarem em execução ou cumprimento de sentença), e que sejam de valor estimado superior a R$ 1,00 bilhão. Também foram incluídas as ações judiciais que tratem de questões idênticas de direito e tenham o seu valor somado em conjunto.

A classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda também é estabelecida pela Portaria AGU nº 40/2015. Nesse ponto, é importante destacar a alteração recente promovida pela Portaria AGU nº 514, de 24 de outubro de 2019, que resultou em nova redação do § 1º do art. 3º da Portaria AGU nº 40/2015:

> *"Art. 3º A classificação das ações quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios:*
>
> *I - do Risco Provável, que abrange:*
>
> *a) ação judicial de conhecimento, ação de controle concentrado de constitucionalidade ou recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida sobre conjunto de ações judiciais fundadas em idêntica questão de direito com decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública; e*
>
> *b) ação judicial de conhecimento ou recurso representativo de controvérsia com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, que não tenha matéria passível de apreciação pelo STF. (NR)*
>
> *II - do Risco Possível, que abrange:*



> *a) ação judicial de conhecimento, recurso extraordinário sobre processo individual ou recurso extraordinário desde o reconhecimento da repercussão geral sobre conjunto de ações judiciais fundadas em idêntica questão de direito até a decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública; e*
>
> *b) ação judicial de conhecimento ou recurso representativo de controvérsia com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, que tenha matéria passível de apreciação pelo STF. (NR)*
>
> *III - do Risco Remoto, que abrange as ações judiciais que não se enquadrem nas classificações previstas nos incisos I e II.*
>
> ***(NR) § 1º Nas hipóteses do inciso I, quando no processo estiver pendente o julgamento dos embargos de declaração ou o pedido de modulação dos efeitos, excepcionalmente o risco poderá ser classificado como possível, devendo constar da manifestação do órgão competente as circunstâncias que justificam essa classificação. (NR) (nosso grifo)***
>
> *§ 2º Para os efeitos da estimativa de risco, devem ser excluídas:*
>
> *I - as ações em fase de execução cujo título judicial exequendo tenha sido declarado inválido ou tenha sido suspenso por decisão judicial;*
>
> *II - as ações judiciais para as quais já exista inscrição em precatório ou já tenha havido o pagamento judicial ou administrativo; e*
>
> *III - as ações judiciais de conhecimento com julgamento desfavorável para a Fazenda Pública, com trânsito em julgado, após decorrida a estimativa temporal do impacto financeiro de que trata o art. 5º. (NR)*
>
> *§ 3º Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, poderão ser incluídas na classificação dos incisos I ou II do caput outras ações judiciais não abrangidas pelos critérios ali fixados. (NR)"*

O conjunto de normativos em vigor, utilizado pela AGU na classificação das demandas judiciais quanto à probabilidade, auxilia a estimativa do risco e a composição do impacto financeiro das respectivas ações judiciais. Salienta-se que a atualização da Portaria nº 40/2015, realizada pela Portaria nº 514/2019 e destacada acima, amplia a metodologia de classificação no que tange à categoria do "*risco possível*".

No que se refere à composição e cálculo do impacto financeiro, a Portaria nº 40/2015, nos arts. 4º e 5º, adota os seguintes parâmetros:

> *"Art. 4º A composição do impacto financeiro dos riscos será:*
>
> *I - nas condenações da Fazenda Pública para pagamento, o resultado da soma dos valores estimados:*
>
> *a) de pagamentos judiciais constituídos pelas parcelas vencidas constantes na condenação judicial transitada em julgado como obrigação de pagar; e*
>
> *b) de pagamentos administrativos constituídos pelas parcelas vincendas na hipótese em que forem previstas pela decisão judicial transitada em julgado como obrigação de fazer.*
>
> *II - nas condenações da Fazenda Pública que resultem em perda de arrecadação, o resultado da soma dos valores estimados de redução da arrecadação em virtude do cumprimento de decisão judicial, assim considerados o equivalente à estimativa de*



> *arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas. (NR)*
>
> *Art. 5º A estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial.*
>
> *§ 1º Os órgãos de direção superior da AGU poderão solicitar aos órgãos ou entidades da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, envolvidos no caso, subsídios fáticos ou mesmo a elaboração da estimativa do impacto.*
>
> *§ 2º A estimativa de impacto financeiro poderá ser feita com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro.*
>
> *§ 3º Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.*
>
> *§ 4º A estimativa de impacto financeiro deve ser adequadamente fundamentada, indicando-se as fontes dos valores informados ou os critérios utilizados.*
>
> *§ 5º Quando não for possível estimar o impacto financeiro com razoável segurança, devem ser indicadas as razões dessa impossibilidade."*

Com exceção da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), que utiliza critérios próprios, a avaliação dos passivos contingentes de demandas judiciais contra a União toma por base os parâmetros definidos pelas portarias da AGU nº 40/2015, nº 318/2018 e nº 514/2019, conforme citado anteriormente.

Em que pese ser possível traçar um panorama em instâncias atuais dos processos, não há precisão em qualquer estimativa temporal a respeito do término e do pagamento das ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos ou ser resolvido no curto prazo.

Ressalta-se que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido, uma vez que é normal que as partes que litigam contra a Fazenda Pública subestimem os valores informados nas causas, visando reduzir as despesas processuais ou mesmo os superestimem, nos casos de isenção de despesas processuais, acarretando um alto índice de imprecisão de valores. Nas ações listadas, as fontes para informação a respeito dos montantes são: os valores pedidos pelas partes, as estimativas dos órgãos públicos federais envolvidos nas causas ou grupos de causas semelhantes e as estimativas da área técnica responsável pelos cálculos na AGU.

Nesse contexto, cabe destacar que este Anexo de Riscos Fiscais engloba processos com probabilidade de perda considerada possível, tendo em vista que, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Ofício nº 171/2014-TCU/SEMAG, processos com risco considerado como provável deverão constituir provisão e a mesma também deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis elaboradas pela STN.

É importante ressaltar, ainda, que as informações apresentadas neste Anexo não implicam qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam oferecer ao orçamento federal, em face de seu elevado valor, caso a União não saia vencedora.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.1.1.2 Demandas Judiciais Contra a Administração Direta da União

Compete à AGU, por intermédio da PGU, a representação judicial e extrajudicial da Administração Direta da União. A Tabela 15 relaciona as ações judiciais sob a responsabilidade da PGU que são classificadas com risco possível, conforme os parâmetros definidos nas Portarias AGU nº 40/2015 e AGU nº 318/2018, e suas respectivas estimativas de impacto fiscal caso se concretizem.

Observa-se que o risco fiscal relativo a demandas judiciais contra a Administração Direta da União é estimado em R$ 230,6 bilhões. Destaca-se, porém, que algumas ações judiciais apresentam estimativa de impacto não disponível. Dessa forma, o valor de impacto potencial seria mais elevado que o valor mencionado.

Tabela 15 - Demandas Judiciais no âmbito da PGU

*Em R$ bilhões*

| Ações Judiciais | Processo de referência | Estimativa de impacto |
|---|---|---|
| Política tarifária do setor aéreo. Indenização de prejuízos sofridos pelas empresas aéreas em razão da política tarifária estabelecida no período de outubro de 1987 a janeiro de 1992. | ARE 1265503 | 8,0 |
| Reintegração de empregados públicos aposentados. | RE 655.283 | Não disponível |
| Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. | RE 968.646 | Não disponível |
| Isonomia entre Magistratura e Ministério Público para Licença prêmio. | RE 1.059.466 | Não disponível |
| Pagamento de serviços de saúde prestados por hospital particular mediante ordem judicial. | RE 666.094 | Não disponível |
| Legitimidade para execução de acórdão do TCU que aplica multa a agente público municipal. | RE 1.003.433 | Não disponível |
| Indenização em pecúnia por férias não gozadas por servidor ativo. | ARE 721.001 | 3,9 |
| Arbitragem - Trata-se de duas arbitragens (instância única) reunidas por conexão, em curso na Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM). Atuação processual do NEA. | 85/2017 e 97/2017 | 166,0 |
| Ação Ordinária - Sucro - Indenização por danos. | 0022411-76.2008.4.01.3400 | 1,0 |
| Ação de Desapropriação (área do sítio aeroportuário de Vitória). | 0020465-75.1900.4.02.5001 | 1,3 |
| Ação Civil Pública - Contrato Concessão. | 5006063-63.2018.4.02.5001 | 14,0 |
| Indenização – Sucro. | 0008101-43.1989.4.02.5101 | 1,0 |
| Ação Ordinária - Fundos de Pensão. | 0008839-79.1999.4.02.5101 | 1,2 |
| Ação Trabalhista - Diferenças Salariais. | 0064500-25.1989.5.01.0029 | 1,6 |
| Ação Ordinária – Sucro. | 0001447-06.1990.4.02.5101 | 3,5 |
| Ação de Desapropriação (desapropriação Indireta – Cia. Siderúrgica). | 0079540-12.1992.4.02.5101 | 24,0 |
| Ação Ordinária - Danos Morais Ação de indenização por danos morais movida em face da União e Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pela violação de direitos fundamentais durante o Regime Militar. | 0004263-64.2007.4.03.6126 | 1,8 |
| Ação de Execução - Créditos Tributários - Na origem, trata-se de execução fiscal de créditos tributários que a Prefeitura Municipal de Santos propôs em 1993 em face da Cia de Navegação Lloyd Brasileiro. | 0020587-33.2014.4.03.0000 | 1,3 |
| Ação Ordinária - Indenização Obras (Miguel Pizzolante Filho - Espólio e outros). | 0306781-98.1900.4.02.5101 | 2,0 |
| **Total** | | **230,6** |

***Fonte**: AGU. **Elaboração**: STN/ME.*

4.1.1.3 Demandas Judiciais Contra a União de Natureza Tributária, Inclusive Previdenciária

Compete à PGFN representar a União nas ações judiciais relativas à tributação federal, inclusive aquelas referentes às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PGFN atua nas ações judiciais de natureza tributária em que a União é parte, bem como nas ações de seu interesse. Já no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), a PGFN atua nos recursos extraordinários e agravos que tratam de matéria tributária, além de acompanhar as ações originárias representadas judicialmente pelo Advogado Geral da União. Cumpre esclarecer que, no STF, com o instituto de repercussão geral, são eleitos recursos extraordinários relativos a temas tributários, cujo julgamento poderá afetar a arrecadação da União.

As discussões no STJ se referem aos questionamentos sob o enfoque da legislação infraconstitucional, enquanto no STF as ações versam sobre questões constitucionais, algumas delas podem ser discutidas simultaneamente nas duas casas, porém sob enfoques distintos.

As estimativas de impacto fiscal destas demandas judiciais são fornecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e levam em consideração, na maioria dos casos, a perda total de arrecadação anual e uma estimativa de impacto de devolução, considerados os últimos cinco anos e a totalidade dos contribuintes, de modo que representa o máximo de impacto ao erário, que pode não se concretizar em sua totalidade.

A Tabela 16 apresenta a relação das ações judiciais, com classificação de risco possível quanto à materialização, que tramitam no STF, conforme os parâmetros definidos na Portaria AGU nº 40/2015, com as alterações promovidas pela Portaria AGU nº 318/2018. Estima-se que o impacto seja aproximadamente de R$ 827,7 bilhões (estimativa 5 anos).

Tabela 16 - Ações judiciais de natureza tributária no STF

*Em R$ bilhões*

| Ações Judiciais | Processo de referência | Estimativa de impacto |
|---|---|---|
| PIS/COFINS das instituições financeiras. Discussão a respeito da possibilidade de incidência de PIS/COFINS sobre as receitas de instituições financeiras que decorrem de seu objeto social e incluiriam, portanto, as receitas de natureza financeiras, com fulcro na Lei 9.718/98. | RE 609.096 e 880.143 | 1 ano: 19,4<br>5 anos: 105,2 |
| Inclusão do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS no regime de substituição tributária. Discussão a respeito da inclusão do IPI na base de cálculo das contribuições PIS e COFINS exigidas e recolhidas pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária. | RE 605.506 | 1 ano: 1,3<br>5 anos: 7,6 |
| CIDE sobre remessas ao exterior. Discussão a respeito da incidência da CIDE criada pela Lei nº 10.168/2000, destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. | RE 928.943 | 1 ano: 3,8<br>5 anos: 17,9 |
| PIS e COFINS. Base de cálculo, inclusão do ISS. Questiona-se a inclusão da parcela relativa ao ISS na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS (sistemática da tributação por dentro). | RE 592.616 | 1 ano: 6,1<br>5 anos: 32,3 |
| Multa por indeferimento administrativo de pedidos de ressarcimento, compensação e restituição. Discussão sobre a aplicação das multas de 50% dos §§ 1 5 e 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, na redação que lhes foi conferida pelo art. 62 da Lei nº 12.249/2010, em caso de indeferimento de pedidos de ressarcimento de compensação já efetuados (ou que venham a ser efetuados), ressalvando-se a possibilidade da incidência de multa em caso de má-fé do contribuinte. | RE 796.939 | 3,7 |
| PIS sobre locação de bens imóveis. Discussão sobre a incidência de PIS sobre as receitas decorrentes da locação de bens imóveis, inclusive no que se refere às empresas que alugam imóveis esporádica ou eventualmente. | RE 599.658 | 1 ano: 2,9<br>5 anos: 14,6 |
| PIS/COFINS e CSLL sobre atos cooperativos. Discussão sobre a incidência do PIS, COFINS e CSLL sobre os valores resultantes dos atos cooperativos próprios das sociedades cooperativas. | RE 672.215 | 1 ano: 1,8<br>5 anos: 8,2 |
| INCRA. Adicional de 0,2% na folha de salário. | RE 630.898 | 1 ano: 5,7<br>5 anos: 31,9 |
| Contribuição ao SENAR. Discussão sobre a constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da | RE 816.830 | 1 ano: 0,9<br>5 anos: 4,7 |



*Em R$ bilhões*

| Ações Judiciais | Processo de referência | Estimativa de impacto |
|---|---|---|
| Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001. | | |
| Contribuição da Agroindústria. Discussão sobre a constitucionalidade da contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei n.º 10.256/2001. | RE 611.601 | 1 ano: 2,7<br>5 anos: 13,8 |
| IRPF sobre juros de mora. Se discute, à luz dos arts. 97 e 153, III, da Constituição Federal, a constitucionalidade dos arts. 3º, § 1º, da Lei 7.713/1988 e 43, II, § 1º, do Código Tributário Nacional, de modo a definir a incidência, ou não, de imposto de renda sobre os juros moratórios recebidos por pessoa física. | RE 855.091 | 1 ano: 0,4<br>5 anos: 2,0 |
| Inclusão do PIS e da Cofins nas suas próprias bases de cálculo. | RE 1.233.096 | 1 ano: 12,0<br>5 anos: 60,0 |
| COFINS/PIS. Importação. Exigência de lei complementar para a disciplina de PIS e COFINS sobre a importação. Lei nº 10.865/2004. | RE 565.886 | Não disponível |
| IOF. Fato gerador. Incidência nos contratos de mútuo onde não participem instituições financeiras. Factoring. Artigo 13 da Lei nº 9.779/99. | RE 590.186 | Não disponível |
| IRPJ. Demonstrações financeiras. Correção monetária. Julho e agosto de 1994. Constitucionalidade. Art. 38 da Lei 8880/94. | RE 595.107 | Não disponível |
| IRPJ. Contratos de Swap para fins de Hedge. Resultados financeiros. Art 5º, Lei 9779/99. Antigo RE 596286. | RE 1.224.696 | Não disponível |
| Cofins/PIS. Não-cumulatividade. Vedação à apropriação de créditos na aquisição de resíduos, desperdícios ou aparas. | RE 607.109 | 8,9 |
| Imunidade. Imposto Importação. Caracterização de atividade filantrópica executada a luz de preceitos religiosos (ensino, caridade e divulgação dogmática) com assistência social. | RE 630.790 | Não disponível |
| Imposto de importação. Comércio internacional. Direitos Antidumping. Retroatividade. Diversidade de estágios da operação de importação. | RE 632.250 | Não disponível |
| IPI. Princípio da Seletividade. Aplicação de alíquota mais favorável à operação de industrialização de embalagens restrita às indústrias alimentícias. | RE 606.314 | Não disponível |
| IPI. Incidência. Bacalhau: processo de alteração de sua apresentação natural. | RE 627.280 | Não disponível |
| Crédito presumido de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS. | RE 593.544 | Não disponível |
| Contribuição Previdenciária. Cooperativas. LC 84/96, artigo 1º, inciso II. Alegação de cobrança de alíquotas superiores às das empresas em geral. | RE 597.315 | Não disponível |
| Contribuição. SAT. Progressividade da alíquota conforme o multiplicador FAP. Delegação ao executivo. | RE 677.725 | 9,2 |
| FUNRURAL PJ - Contribuições devidas à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique à produção rural, incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção. Art. 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994. | RE 700.922 | 11,7 |
| PIS E COFINS. Incidência sobre as receitas decorrentes da locação de bens móveis. | RE 659.412 | 19,4 |
| CSL e IRPJ sobre rendimentos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável e superávits das entidades fechadas de previdência complementar. Ausência de finalidade lucrativa. | RE 612.686 | Não disponível |
| PIS e COFINS. Validade de critérios de aplicação da não-cumulatividade. | RE 841.979 | 472,7 |
| Constitucionalidade da expressão "de forma não cumulativa" constante no caput do art. 20 da Lei 8212/1991, o qual prevê a sistemática de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo trabalhador avulso. | RE 852.796 | Não disponível |
| Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996. | RE 855.649 | Não disponível |
| Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e do COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal. | RE 835.818 | Não disponível |
| Incidência do Imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic (juros de mora e correção monetária) recebida pelo contribuinte na repetição do indébito." | RE 1.063.187 | Não disponível |
| Possibilidade de desoneração de Estrangeiro com residência permanente no Brasil em relação às taxas cobradas para o processo de regularização migratória. | RE 1.018.911 | Não disponível |
| "Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados em juízo". | RE 1.141.156 | Não disponível |
| Alcance da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea e, da Constituição Federal, em relação a suportes materiais importados e produzidos fora do Brasil que contenham obras musicais de artistas brasileiros. | ARE 1.244.302 | Não disponível |
| Aplicabilidade do princípio da anterioridade geral (anual ou de exercício) em face das | RE 1.285.177 | 4,0 |



*Em R$ bilhões*

| Ações Judiciais | Processo de referência | Estimativa de impacto |
|---|---|---|
| reduções de benefícios fiscais previstos no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários. | | |
| **Total** | | **827,7** |

***Fonte**: AGU. **Elaboração**: STN/ME*

Ademais, a Tabela 17 apresenta as ações judiciais de natureza tributária que representam riscos fiscais **possíveis** à União, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme os parâmetros definidos na Portaria AGU nº 40/2015, com as alterações promovidas pela Portaria AGU nº 318/2018. O risco fiscal estimado neste caso é de R$ 35,2 bilhões (estimativa 5 anos).

Tabela 17 - Ações judiciais de natureza tributária no STJ

*Em R$ bilhões*

| Ações Judiciais | Processo de referência | Estimativa de impacto |
|---|---|---|
| CSSL e IRPJ sobre ganhos de entidades fechadas de previdência complementar. Julgar-se-á a legitimidade da incidência da CSLL e do IRPJ sobre os ganhos das entidades fechadas de previdência complementar – equiparadas por lei a instituições financeiras – a partir de mandado de segurança coletivo impetrado por associação que representa diversas dessas entidades. | RESP 1.419.370 | 1 ano: 6,6<br>5 anos: 30,2 |
| Aproveitamento de crédito de PIS e COFINS. Julgar-se-á acerca do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo (decorrente da venda 'facilitada' de aparelhos celulares) aos débitos existentes no regime cumulativo de apuração daqueles tributos (decorrente da prestação de serviços de telecomunicação). | RESP 1.492.526 e 1.655.706 | 1 ano: 0,4<br>5 anos: 5,0 |
| Limitação a 20 (vinte) salários mínimos na apuração da base de cálculo de contribuições a terceiros. | REsp 1.898.532/CE e REsp 1.905.870/PR (tema 1079) | Não disponível |
| **Total** | | **35,2** |

***Fonte**: AGU. **Elaboração**: STN/ME*

4.1.1.4 Demandas Judiciais Contra as Autarquias e Fundações - PGF

Compete à Procuradoria-Geral Federal (PGF) exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e da certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, incluindo as ações que discutem os benefícios previdenciários pagos pelo RGPS/INSS.

O impacto financeiro dessas ações é estimado em R$ 211,6 bilhões e revela a expectativa da repercussão econômica em caso de decisão judicial desfavorável, seja pela criação de despesa ou pela redução de receita. Quando não especificado de forma contrária, os custos estimados computam não só as despesas iniciais com o pagamento de atrasados, mas, também, o impacto futuro nas contas públicas. Assim, os impactos referidos podem ser diluídos ao longo do tempo, não sendo necessariamente realizados em um único exercício fiscal.

A Tabela 18 apresenta ação judicial classificada como risco fiscal possível, sob a responsabilidade da PGF, conforme os parâmetros definidos na Portaria AGU nº 40/2015, com as alterações promovidas pela Portaria AGU nº 318/2018.

Tabela 18 - Ações judiciais no âmbito da PGF

*Em R$ bilhões*



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| Ações Judiciais | Processo de referência | Estimativa de impacto |
|---|---|---|
| Extensão do acréscimo de 25% sobre o valor do benefício previdenciário, previsto no artigo 45 da Lei 8.213/1991, a todas as modalidades de aposentadoria - adicional de grande invalidez - em caso de o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, independentemente da espécie de aposentadoria. | RESP 1648304 (TEMA 982, STJ) e RE 1221446 (TEMA 1095, STF) | 8,5 |
| Ação de desapropriação da Fazenda Araguaia no Tocantins | RESP 1.179.444 e ERESP 1.179.444 | 1,5 |
| Legitimidade da Cobrança da Taxa de Fiscalização da ANATEL | RESP 1293917 | 4,2 |
| Reconhecimento aos segurados que ingressaram na Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei 9.876/99 o direito de opção, na apuração do seu salário-de-benefício, entre a regra "de transição" estabelecida no art. 3º da Lei 9.876/99. | REsp 1554596/SC e REsp 1596203/PR (TEMA 999, STJ) e RE nº 1276976/DF e RE nº 1276977/DF (TEMA 1102) | 46,4 |
| Critério de aferição da renda do segurado que não exerce atividade laboral remunerada no momento do recolhimento à prisão para concessão de auxílio-reclusão. | RESP 1485417 (TEMA 896) | Não disponível |
| Indenização devida a servidor público que exerce atividade em contato com DDT. | RESP 1809043 (TEMA 1023) | Não disponível |
| Aposentadoria especial do vigilante. | RESP 1830508 (TEMA 1031) | 151,0 |
| Aposentadoria especial. Gozo de auxílio-doença não acidentário. | RESP 1759098 (TEMA 998) | Não disponível |
| Servidor. Aposentadoria. Reconhecimento e cômputo, nos proventos, de direito não concedido enquanto o servidor estava em atividade. | RESP 1783975(TEMA 1017) | Não disponível |
| Benefício por incapacidade substitutivo da renda condedido judicialmente concomitante ao exercício de atividade laboral. | RESP 1786590 (TEMA 1013) | Não disponível |
| **Total** | | **211,6** |

***Fonte**: AGU. **Elaboração**: STN/ME*

4.1.1.5 Demandas Judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União

Segundo as informações prestadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão responsável pela supervisão e controle das empresas estatais federais, as ações judiciais das empresas dependentes em que o risco de perda é considerado possível, configurando passivos contingentes, totalizam cerca de R$ 4,9 bilhões, sendo constituídas por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível, conforme demonstrado na Tabela 19.

As reclamações trabalhistas totalizam R$ 2,9 bilhões. Em geral, estas ações advêm de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos. Também estão incluídas neste grupo as demais ações relativas aos empregados como solicitações de pagamento de horas-extras, descumprimento de dissídio coletivo, pagamento de diárias, adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade e incorporação de gratificação.

As ações cíveis se referem a pleitos de direito de natureza civil, ou seja, não-criminal, podendo se tratar de conflitos nas áreas familiar, sucessória, obrigacional ou real. No caso das empresas estatais federais, as ações se referem a uma diversidade de questionamentos, como indenizações por danos materiais, acidentes, desapropriação, garantia de participação do impetrante em contratos de opção e leilões eletrônicos, ação de cobrança, protesto de títulos, suspensão dos efeitos dos atos administrativos, suspensão de multa, dentre outros. As ações cíveis das Estatais Federais somaram aproximadamente R$ 1,8 bilhões.

As lides de ordem tributária somam R$ 143,2 milhões e derivam de não recolhimento de impostos pelas Empresas, notadamente os devidos aos estados e municípios. As demandas previdenciárias totalizaram cerca de R$ 15,8 milhões e correspondem àquelas em que as Empresas são acionadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados.



Tabela 19 - Demandas Judiciais das Empresas Estatais Federais

*Em R$ milhões*

| Empresa | Tipo de Demanda | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Trabalhista | Cível | Previdenciário | Tributário | |
| Empresa de Planejamento e Logística - EPL | 1,3 | 48,4 | - | - | 49,7 |
| Empresa Brasileira de serviços hospitalares - EBSERH | 68,8 | 68,8 | - | - | 137,6 |
| Empresa Pesquisa Energética - EPE | 0,0 | - | - | - | 0,0 |
| Empresa Brasil de Comunicação - EBC | 6,4 | 2,3 | 10,7 | 1,7 | 21,1 |
| Cia Brasileira De Trens Urbanos - CBTU | 2.395,6 | 77,5 | - | 8,6 | 2.481,7 |
| Cia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM | 6,2 | 1,2 | - | - | 7,4 |
| Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB | 108,5 | 114,8 | - | 5,4 | 228,7 |
| Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP | 14,7 | 15,3 | - | - | 30,0 |
| Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A - AMAZUL | 6,2 | 0,0 | - | - | 6,2 |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB | 93,1 | 31,3 | - | - | 124,4 |
| Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa | 108,8 | 12,5 | 0,0 | - | 121,4 |
| Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL | 14,5 | 2,7 | - | - | 17,2 |
| Cia Nacional de Abastecimento - CONAB | 49,5 | 25,3 | - | 86,4 | 161,2 |
| Cia Desenvolvimento V. S. Francisco e Parnaíba - CODEVASF | 15,1 | 52,7 | 4,7 | - | 72,5 |
| Engenharia, Construções e Ferrovias - VALEC | 30,5 | 1.136,1 | 0,3 | 18,3 | 1.185,2 |
| Grupo Hospitalar Conceição - GHC | 3,6 | 117,2 | - | - | 120,8 |
| Centro Nac. de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A - CEITEC | 3,6 | 0,9 | - | - | 4,5 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS | 6,5 | 82,5 | - | 22,8 | 111,8 |
| **Total** | **2.932,9** | **1.789,6** | **15,8** | **143,2** | **4.881,4** |

***Fonte**: SEST/ME. **Elaboração**: STN/ME.*

4.1.1.6 Demandas Judiciais Contra o Banco Central do Brasil (BCB)

O Banco Central do Brasil (BCB), em 31 de dezembro de 2020, era parte em 9.288 ações, sendo 2.743 no polo ativo, 6.361 no polo passivo e 184 tendo o BCB como parte interessada. Não houve reconhecimento de ativos contingentes em virtude das ações no polo ativo e, das ações no polo passivo, 830 foram classificadas como risco provável e, assim, estavam reconhecidas em sua contabilidade, totalizando R$ 9,5 bilhões.

As ações judiciais nas quais o BCB era parte em 31 de dezembro de 2020 referem-se a assuntos diversos, entre os quais planos econômicos, reclamações trabalhistas, liquidações de instituições financeiras e privatizações.

Em atenção ao disposto no art. 32 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo BCB (entidade devedora).

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2020 havia 852 ações nessa situação, totalizando R$6,0 bilhões. A maior parte desse valor refere-se a regimes especiais de resolução para instituições financeiras, no montante de R$5,3 bilhões.



A área jurídica avalia todas as ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda, que é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

A distribuição dos valores do passivo contingente do BCB de acordo com a instância está discriminada na Tabela 20, a seguir:

Tabela 20 - Passivo Contingente do BCB por instância

*Em R$ milhões*

| Instância | Valor |
|---|---|
| STF | 7,2 |
| STJ | 906,9 |
| Turmas Recursais | 1,5 |
| Juizado Especial | 0,4 |
| 1º Grau | 4.771,0 |
| 2º Grau | 292,8 |
| TST | 7,4 |
| **Total** | **5.987,2** |

***Fonte:** BCB. **Elaboração:** STN/ME.*

Até o ano de 2020, o BCB divulgava, nas notas explicativas das suas demonstrações financeiras, o fluxo esperado para a liquidação das provisões para ações judiciais, considerando para tanto, o prazo médio histórico de encerramento de ações da mesma natureza e jurisdição. Entretanto, a comparação entre os fluxos projetados e os efetivamente realizados vinha demonstrando que a metodologia utilizada não espelhava com a mínima confiabilidade a situação real e, portanto, a divulgação dessa projeção poderia induzir os usuários contábeis a erros de avaliação.

Em razão da elevada imprevisibilidade dos processos no sistema judiciário brasileiro, não foi possível estabelecer metodologia alternativa que produzisse informações consistentes e confiáveis e, dessa forma, o BCB decidiu por não apresentar essa publicação a partir desta data. Por sua vez, estima-se o impacto nas contas públicas, pelo valor em risco em 31 de dezembro de 2020, de R$ 6,0 bilhões.

O **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)** era parte em 563 ações judiciais em 31 de dezembro de 2020, sendo 3 no polo ativo, 559 no polo passivo e 1 como parte interessada. As ações judiciais estão relacionadas, principalmente, a contestação das decisões sobre os pedidos de cobertura dos produtores rurais.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram consideradas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Por fim, estima-se que o impacto nas contas públicas, pelo valor em risco em 31 de dezembro de 2020, seja de R$ 58,2 milhões, em ações judiciais.

4.1.1.7 Avaliação de Risco das Demandas Judiciais

Conforme apresentado nas subseções acima, o risco fiscal relativo às Demandas Judiciais diz respeito às ações classificadas como de risco possível. Esse conjunto de ações alcançou o somatório de R$ 1.316,1 bilhões em 2020, uma diminuição de R$ 224,0 bilhões em



relação ao observado em 2019, representando uma variação de 14,5%. O montante total corresponde a 68% da despesa primária total realizada em 2020. Trata-se de uma diminuição relevante em valores nominais, ao se avaliar a série histórica iniciada em 2013, conforme apresentado na Tabela 21.

Tabela 21 - Demandas Judiciais de Risco Possível

*Em R$ bilhões*

| Demandas Judiciais | Ano Base | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Contra a Administração Direta - PGU | 321,8 | 2,1 | 1,0 | 4,0 | 3,1 | 3,7 | 171,6 | 230,6 |
| Natureza tributária (inclusive previdenciária) - PGFN | 458,2 | 345,1 | 327,0 | 828,3 | 1.139,5 | 1.512,8 | 1.342,1 | 862,9 |
| Contra Autarquias e Fundações - PGF | 58,5 | 60,8 | 194,7 | 8,3 | 8,3 | 3,5 | 16,0 | 211,6 |
| Contra empresas estatais dependentes - SEST/ME | 4,1 | 2,1 | 2,0 | 2,0 | 2,1 | 2,0 | 4,0 | 4,9 |
| Contra o Banco Central - PGBC | 66,0 | 68,7 | 40,4 | 41,3 | 42,1 | 6,0 | 6,4 | 6,1 |
| **Total (a)** | **908,7** | **478,8** | **565,1** | **883,9** | **1.195,1** | **1.528,0** | **1.540,1** | **1.316,1** |
| **Valores Pagos [1] - Ações Judiciais (b)** | **16,5** | **19,8** | **25,9** | **32,0** | **33,7** | **38,2** | **42,5** | **51,5** |
| **Despesa Primária Total (c)** | **924,9** | **1.046,5** | **1.164,5** | **1.249,4** | **1.279,0** | **1.351,8** | **1.441,9** | **1.947,0** |
| **Proporção da Despesa Primária (a/c)** | **98,2%** | **45,7%** | **48,5%** | **70,8%** | **93,4%** | **113,0%** | **106,8%** | **68%** |
| **Proporção da Despesa Primária (b/c)** | **1,8%** | **1,9%** | **2,2%** | **2,6%** | **2,6%** | **2,8%** | **2,9%** | **2,6%** |

*[1] Valores Pagos refere-se a todas as despesas da União em cumprimento a sentenças judiciais*

***Fonte:** AGU, PGFN/ME, SEST/ME, BCB. **Elaboração:** STN/ME.*

Além do caráter probabilístico da natureza destas ações judiciais, há de se considerar as características próprias dos trâmites jurídicos, como, por exemplo, pendências de julgamento final, possibilidade de recursos em instâncias superiores, dificuldade de previsão de tempo e valor das causas etc. Estas características impõem uma avaliação e interpretação cautelosa dos valores apontados como passivos contingentes de ações judiciais.

De qualquer forma, o comportamento crescente dos valores apresentados nas últimas edições do Anexo de Riscos Fiscais revela a necessidade de uma especial atenção ao tema. Conforme apresentado na Tabela 21, de 2013 a 2020, as estimativas das ações judiciais contra as autarquias e fundações cresceram 261,7%, bem como, no mesmo período, sua participação nas demandas judiciais saltou de 6,4% para 16,1%.

Ressalta-se que as demandas judiciais de natureza tributária continuam com uma participação relevante no montante relacionado as demandas judiciais com risco possível, alcançando 65,6% do total em 2020.

No ano de 2020, as despesas decorrentes de demandas judiciais contra a União alcançaram o montante de R$ 51,5 bilhões, correspondendo a 2,6% da despesa primária total do ano.

Deve-se ressaltar que o montante do risco associado às ações consideradas como de risco provável[13], apesar de não detalhadas no presente documento por serem provisionadas no valor integral de suas estimativas no Balanço Geral da União (BGU), apresentam trajetória crescente, passando de um total de R$ 664,1 bilhões em 2019 para R$ 701,7 bilhões em 2020, representando uma variação de 5,7% no período. Apesar do incremento no volume das ações de risco provável, o total de lides contra a União consideradas de risco possível e provável em conjunto se reduziu de R$ 2.204,2 bilhões em 2019 para R$ 2.017,8 bilhões em 2020, uma diminuição de 8,5%, conforme apresentado na Tabela 22.

[13] O valor associado ao risco provável abrange a provisão das ações judiciais contra o Banco Central do Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 22 - Demandas Judiciais de Risco Provável e Possível

*Em R$ bilhões*

| Demandas Judiciais | Ano Base | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Risco Provável | 81,2 | 181,7 | 269,7 | 162,6 | 117,6 | 664,1 | 701,7 |
| Risco Possível | 478,7 | 565,1 | 884,0 | 1.195,1 | 1.528,0 | 1.540,1 | 1.316,1 |
| Total | 559,9 | 746,8 | 1.153,7 | 1.357,7 | 1.645,6 | 2.204,2 | 2.017,8 |

***Fonte:*** *AGU, PGFN/ME, SEST/ME, BCB.* ***Elaboração:*** *STN/ME.*

Além do caráter probabilístico da natureza destas ações judiciais, há de se considerar as características próprias dos trâmites jurídicos, como, por exemplo, pendências de julgamento final, possibilidade de recursos em instâncias superiores, dificuldade de previsão de tempo e valor das causas etc. Estas características impõem uma avaliação e interpretação cautelosa dos valores apontados como passivos contingentes de ações judiciais. Não obstante, a magnitude dos valores envolvidos revela a necessidade de uma especial atenção ao tema.

### 4.1.2 Passivos Contingentes em Fase de Reconhecimento

Para melhor compreensão do que são e da situação em que se encontram os passivos contingentes em fase de reconhecimento, optou-se por dividi-los em três grupos, sendo eles:

1. Dívidas decorrentes da extinção/dissolução de entidades da Administração Federal;
2. Dívidas diretas da União; e
3. Dívidas decorrentes do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

*Dívidas Decorrentes da Extinção/Dissolução de Entidades da Administração Pública Federal*

Por força da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e de outras leis específicas que extinguiram entidades da Administração Pública Federal, a União sucedeu tais entidades em seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Dessa forma, neste grupo, encontram-se os compromissos assumidos pela União em virtude da extinção/dissolução de autarquias/empresas, como, por exemplo: Empresas Nucleares Brasileiras S/A – Nuclebrás, Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, Centrais de Abastecimento do Amazonas – CEASA/AM e Petrobrás Mineração S/A – Petromisa.

*Dívidas Diretas da União*

As dívidas de responsabilidade direta da União originam-se de variados eventos. Dentre esses, pode-se destacar dois: (i) a Constituição de 1988 que determinou a criação dos Estados de Roraima, Amapá e Tocantins, livres dos compromissos decorrentes dos investimentos feitos nos respectivos territórios, que foram atribuídos à União; e (ii) dispositivos legais que autorizaram as instituições financeiras federais a prestar auxílio financeiro, ou participar de alguma política pública, com o compromisso de posterior ressarcimento, pela União.

*Dívidas Decorrentes do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)*



O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS é um fundo público criado em 1967, como elemento importante do então recém estruturado Sistema Financeiro de Habitação – SFH, gerido pelo Banco Nacional da Habitação – BNH. O FCVS foi criado com a finalidade de cobrir os saldos residuais eventualmente existentes no encerramento dos contratos de financiamento habitacional celebrados no âmbito do SFH. Sua finalidade declarada foi a de "dar tranquilidade aos tomadores dos financiamentos habitacionais". As receitas destinadas ao Fundo consistiram/consistem em um aporte inicial da União, mais as contribuições periódicas dos agentes financeiros e dos mutuários. A Caixa Econômica Federal - CAIXA é a administradora do FCVS, desde a extinção do BNH, em 1986.

Cerca de 3,4 milhões de contratos de financiamento foram celebrados entre os mutuários e os diversos agentes financeiros do setor de habitação, contendo a cláusula de cobertura pelo FCVS, bem como da chamada 'equivalência salarial', especialmente nas décadas de 1970/80. Contudo, nos anos 1980, a combinação de espiral inflacionária, achatamento salarial e decisões governamentais que ampliaram os subsídios aos mutuários levou ao colapso do sistema, pois o FCVS não teve/teria fluxo de receitas suficiente para fazer frente aos vultosos saldos devedores reais que resultaram daqueles fatores.

Com a finalidade de equacionar esse passivo, foi editada a Medida Provisória nº 1.520, de 24 de setembro de 1996 (convertida na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000), mediante a qual a União foi autorizada a celebrar, com os agentes financeiros credores do FCVS, contratos de novação de dívida, os quais estabelecem o pagamento mediante a emissão direta de títulos de longo prazo, denominados CVS, emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Devido à circunstância de que outras dívidas (derivadas dos saldos residuais) vieram a ser legalmente atribuídas à União, houve a segregação operacional dessas importâncias em quatro Valores de Avaliação de Financiamento – VAFs, a saber:

a) Os saldos residuais dos contratos de financiamento habitacional (encerrados) constituem o VAF 1, se o recurso não provém do FGTS, e o VAF 2, se a origem do recurso é o FGTS. Eles são objeto do art. 1º da MP nº 1.520/1996 - Lei nº 10.150/2000.

b) Os créditos denominados "VAFs 3 e 4" não faziam parte da MP original, e foram posteriormente introduzidos na legislação, contemplando aspectos específicos das operações de financiamento com recursos do FGTS:

*i)* VAF 3, previsto no art. 15 da Lei nº 10.150/2000, que autorizou o Tesouro Nacional a assumir e ressarcir o valor das parcelas do *pro rata* correspondente à diferença entre os valores do saldo devedor contábil da operação de financiamento habitacional e o saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS;

*ii)* VAF 4, incorporado no art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que autorizou a União a assumir a diferença entre a taxa de juros dos contratos de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, celebrados até dezembro de 1987 com mutuários finais, lastreados com recursos do FGTS, e a taxa efetiva de 3,12% a.a., referente ao período de 1º/1/1997 a 31/12/2001.

Assim, os VAFs 3 e 4 são créditos adicionais (ou derivados, ou complementares) aos VAFs 1 e 2, que são os saldos residuais de responsabilidade do FCVS referidos no art. 1º da Lei nº 10.150/2000. Por essa razão, a formalização da assunção dos VAFs 3 e 4 (quando existentes) relativos a determinado lote de contratos ocorre em processo administrativo próprio e, necessariamente, após a conclusão da novação dos VAFs 1 e 2 daquele lote. O contrato de assunção é celebrado entre a



União e o FGTS (representado pelo seu agente operador, a CAIXA), com a interveniência do agente financeiro.

O controle e a evidenciação dos dois tipos de dívidas originados do FCVS passaram a ser feitos de forma segregada: (i) no BGU, a partir de 2018; (ii) no Anexo de Riscos Fiscais da LDO de 2019.

O passivo da União decorrente do FCVS vem sendo progressivamente liquidado mediante a celebração de sucessivos contratos entre a União e os agentes financeiros (ou seus cessionários, ou o FGTS). De fato, desde 1998 foram celebrados 492 contratos de novação (dos VAFs 1 e 2) ou de assunção (dos VAFs 3 e 4), totalizando R$ 186 bilhões, em valores posicionados em dezembro/2019. Os contratos estabelecem o pagamento mediante títulos de longo prazo denominados CVS, com vencimento em 1º de janeiro de 2027, mas que vêm pagando parcelas mensais de juros desde 1º de janeiro de 2005, e parcelas mensais do principal desde 1º de janeiro de 2009.

Trata-se, assim, do maior passivo contingente da União em regularização. A estimativa do estoque a ser ainda pago resulta: (i) da apuração dos saldos nos contratos já apresentados à habilitação (pelos agentes à Caixa); e (ii) das avaliações atuariais periódicas efetuadas por empresa contratada pela Caixa, e que inclui a parcela de contratos não apresentados à habilitação.

Adicionalmente, a MP nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409/2011, autorizou o FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do seu Conselho Curador - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH.

A Tabela 23 demonstra a evolução da regularização dos passivos contingentes nos últimos três exercícios, segregados conforme os agrupamentos indicados no item anterior.

Tabela 23 - Obrigações oriundas de passivos contingentes regularizadas entre 2018 e 2020

*Em R$ milhões*

| Classificação | 2018 | | 2019 | | 2020 | | Títulos utilizados no pagamento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Executado | Previsto [1] | Executado | Previsto [1] | Executado | Previsto [1] | |
| Extinção de entidades | 146,9 | 5.500,0 | 13,9 | 5.038,0 | - | 5.670,9 | NTN-B 2022, 2023, 2024, 2030 e 2040; LTN 2020 |
| Dívida direta | - | | - | | - | | |
| FCVS VAFs 1 e 2 | 1.185,3 | 12.500 | 1.605,7 | 13.750,0 | 1.849,9 | 15.857,1 | CVS (A, B e C) 2027 |
| FCVS VAFs 3 e 4 | 445,3 | | - | | 410,1 | | CVSB 2027 |
| **Total** | **1.777,5** | **18.000,0** | **1.619,6** | **18.788,0** | **2.260,0** | **21.528,0** | |

[1] *Previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).*

***Fonte e Elaboração:*** *STN/MF.*

Cabe esclarecer que o fluxo das novações do FCVS esteve interrompido entre maio de 2012 e agosto de 2015 em virtude das ressalvas e/ou apontamentos levantados pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU. A retomada ocorreu após adequações nos sistemas e procedimentos operacionais da Administradora/CAIXA, e de alterações na Lei nº 10.150/2000, resultando em regularizações a partir de 2016, ainda bem abaixo dos montantes previstos, como se verifica na Tabela 23.

A Tabela 24 traz a posição do estoque conforme registrado no BGU nos três exercícios anteriores, bem como o estimado na LOA do exercício corrente.



Tabela 24 - Valores provisionados no BGU e estimado na LOA, segundo Passivo

*Em R$ milhões*

| Passivo | Valor do estoque no BGU | | | Valor PLOA |
|---|---|---|---|---|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Extinção de entidades *(a)* | 1.004,4 | 236,6 | 259,4 | 5.670,0 |
| Dívida direta *(b)* | 5.075,8 | 5.227,4 | 5.372,8 | |
| FCVS VAFs 1 e 2 *(c)* | - | 108.600,0 | 100.566,2 | 25.000,0 |
| FCVS VAFs 3 e 4 *(d)* | 7.680,0 | 7.950,0 | 7.415,1 | |
| **Total** | **13.760,2** | **122.014,0** | **113.613,5** | **30.670,0** |

*(a) Em 2019, a partir da análise de mais de 300 processos, houve uma queda significativa no valor estimado; (b) Refere-se, predominantemente, a passivos contingentes da União com a Caixa, pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. No BGU, esse passivo compõem a categoria "Riscos Fiscais"; (c) Estimativa a partir de informações apresentadas pela CAIXA, administradora do FCVS, até 2019 apenas os VAFs 3 e 4 eram registrados no BGU pelo ME; (d) Estimativas a partir de informações apresentadas pela CAIXA, administradora do FCVS.* ***Fonte****: STN/ME e CAIXA.* ***Elaboração****: STN/ME*

A Tabela 25 apresenta a estimativa de pagamentos dos passivos em reconhecimento para o exercício de 2021 e para os três subsequentes, bem como demonstra o impacto fiscal para cada um deles.

Tabela 25 - Obrigações oriundas de passivos contingentes a regularizar

*Em R$ milhões*

| Passivo | Credores | Fluxo Estimado | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2021 [1] | 2022 | 2023 | 2024 |
| Extinção de entidades | Diversos | 221,0 | 15,6 | | -- |
| Dívida direta | CAIXA [2] | 5.372,8 | - | - | - |
| FCVS VAFs 1 e 2 | Agentes do SFH ou seus cessionários | 16.761,0 | 16.761,0 | 16.761,0 | 16.761,0 |
| FCVS VAFs 3 e 4 | FGTS, com eventual repasse aos agentes do SFH ou seus cessionários | 1.235,9 | 1.235,9 | 1.235,9 | 1.235,9 |
| **Total** | | **23.590,7** | **18.012,5** | **17.996,9** | **17.996,9** |

[1] *Dentro dos limites estabelecidos no PLOA 2021 - ações 00Q3 e 00QE*

[2] *Posição em 31/12/2020.*

***Fonte****: STN/ME e CAIXA.* ***Elaboração****: STN/ME.*

Há que se ressaltar que estas obrigações geram impacto fiscal no endividamento público via emissão de títulos, mas não impactam a apuração do resultado primário, pois são objeto do correspondente ajuste patrimonial pelo Banco Central do Brasil.

Em relação às providências para mitigação dos riscos, foi concluído, em 2018, um mapeamento, com apoio da Coordenação de Riscos Operacionais da STN. O risco de maior relevância envolve a estimativa do estoque de obrigações, decorrentes da extinção de entidades. É preciso levar em conta as etapas já cumpridas do projeto em andamento, desde 2018, de levantamento da situação dos processos de regularização que ingressaram na STN e que deverão ser formal e definitivamente encerrados. Entre 2018 e 2020 o valor registrado como "estoque de processos", parte da categoria "extinção de entidades", caiu de R$ 912 milhões para R$ 24 milhões, posição de 31 de dezembro de 2020.

### 4.1.3 Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.1.3.1 Garantias de Operações de Crédito

Esta classe de passivos contingentes inclui as garantias prestadas pela União a operações de crédito, nos termos do art. 29, IV e do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se dos avais concedidos pela União aos entes federados e aos entes da administração indireta, das três esferas de governo, para a concessão de crédito, nos termos da lei. As garantias a operações de crédito podem ser internas ou externas, conforme a origem do financiamento que é objeto da garantia.

A STN monitora os eventuais atrasos no pagamento de operações de crédito garantidas, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando os devedores quanto às sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente.

A Tabela 26 sintetiza a evolução do saldo devedor das operações de crédito garantidas pela União classificadas por tipo de mutuário e tipo de dívida.

Tabela 26 - Saldo devedor das Dívidas Garantidas em Operações de Crédito

*Em R$ bilhões*

| Garantias em Operações de Crédito | Saldo Devedor Valor Realizado ($) [1] | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| **Garantias Internas** | **112,3** | **111,1** | **111,5** | **114,3** | **109,3** | **114,1** |
| Estados | 81,8 | 81,3 | 84,7 | 91,4 | 90,9 | 97,3 |
| Municípios | 3,5 | 4,0 | 3,9 | 3,9 | 4,9 | 6,9 |
| Bancos Federais | 7,5 | 7,1 | 6,5 | 6,1 | 5,4 | 4,7 |
| Estatais Federais | 17,8 | 17,7 | 16,0 | 12,7 | 8,2 | 5,1 |
| Entidades Controladas | 1,7 | 1,1 | 0,4 | 0,2 | 0,0 | 0,0 |
| **Garantias Externas** | **110,6** | **103,8** | **121,9** | **143,9** | **146,6** | **181,9** |
| Estados | 77,8 | 75,5 | 91,2 | 107,7 | 109,6 | 135,2 |
| Municípios | 10,6 | 10,7 | 11,1 | 13,4 | 14,6 | 20,0 |
| Bancos Federais | 16,5 | 12,2 | 12,6 | 13,1 | 12,3 | 14,4 |
| Estatais Federais | 1,8 | 1,6 | 1,4 | 2,2 | 2,4 | 2,9 |
| Entidades Controladas | 3,8 | 3,7 | 5,6 | 7,5 | 7,7 | 9,5 |
| Total | 222,9 | 214,9 | 233,4 | 258,2 | 255,9 | 296,0 |

*[1] Utilizada PTAX de venda do fechamento de 31/12/2020 para apuração de valores em reais.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Ao final do 3º quadrimestre de 2020, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R$ 296,0 bilhões, com a dívida garantida em operações de crédito externas respondendo por R$ 181,9 bilhões, equivalente a 61,46% do total, enquanto a dívida garantida em operações de crédito internas representa R$ 114,1 bilhões, 38,54% do total. O saldo devedor das operações de crédito garantidas pela União apresenta um crescimento de aproximadamente 32,79% no período entre dezembro de 2015 e dezembro de 2020, saindo de R$ 222,9 bilhões para os atuais R$ 296,0 bilhões.

A Tabela 27 demonstra as estimativas de saldo devedor das garantias em operações de crédito e, também, de honras de garantias para o atual e próximos três exercícios. A previsão de honras apresenta os valores projetados de pagamentos de garantias da União em obrigações de entes abrigados pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou em condições de adesão, e de entes que vem tendo seus compromissos honrados pela União e que se encontram amparados por liminares expedidas pelo STF impedindo a regular execução de contragarantias.



Tabela 27 - Estimativas: Saldo Devedor e Honras de Garantias de Operações de Crédito

*Em R$ bilhões*

| Estimativas | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo Dev. das Garantias de Op. Cred. (Posição) | 298,7 | 287,7 | 275,9 | 263,6 |
| Honras de Garantias a Op. Cred. (Fluxo) | 9,5 | 9,4 | 9,2 | 9,1 |

***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

A Tabela 28 apresenta o histórico de honras ocorridas entre 1999 e 2020.

Tabela 28 - Garantias honradas pela União

*Em R$ milhões*

| Anos | Valor Estimado | Valor Realizado |
|---|---|---|
| 1999/2000 | - | 187,3 |
| 2001 | - | 15,3 |
| 2002 | - | 28,0 |
| 2003 | - | 6,5 |
| 2004 | - | 36,1 |
| 2005 a 2015 | - | - |
| 2016 | - | 2.377,7 |
| 2017 | - | 4.059,8 |
| 2018 | 4.436,1 | 4.823,1 |
| 2019 | 8.426,3 | 8.353,7 |
| 2020 | 11.804,1 | 13.331,4 |

***Fonte e Elaboração**: STN/ME*

São contabilizados como provisão os valores garantidos pela União referentes aos estados que aderiram ao RRF. Uma vez que haja a adesão do ente subnacional ao RRF, cria-se a expectativa, por parte da União, da inadimplência em obrigações vincendas de responsabilidade desses entes. Assim, as contas de provisão são afetadas pelas parcelas vincendas garantidas pela União e que estejam previstas para o período de vigência do RRF. Dessa forma, o valor provisionado em 31/12/2020 totalizava R$ 12,5 bilhões.

No que concerne à natureza do impacto, o pagamento de garantias pela União é exclusivamente financeiro. As fontes utilizadas para a honra de garantias são 143 e 144, ambas alimentadas por receitas de emissões de títulos, sendo a 143 para amortização de principal e a 144 para juros.

4.1.3.2 Garantias de Fundos e Programas

O estoque de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional a Fundos e Programas é de R$ 5.631,3 milhões, com posição de 31/12/2020. Cerca de 64% desse valor decorre da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, referente ao risco de operações ativas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), enquanto os demais valores são referentes ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE/IRB e à Assunção de Riscos nas Operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – Pronaf e do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.



Em 2020, a STN realizou o pagamento de R$ 25,1 milhões, no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (ação orçamentária 00QM). Destaca-se que esse valor já estava previsto na LOA 2020 e em RAP com dotação orçamentária específica. Da mesma forma, foram enviados para compor o PLOA 2021 os valores de R$ 215 milhões para a mesma finalidade no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e de R$ 100 milhões para o Pronaf.

**4.1.4 Contragarantias da União**

A concessão de garantias pela União em operações de crédito tem como contrapartida a vinculação, pelo tomador de crédito, de contragarantias em valor suficiente para cobertura dos compromissos financeiros assumidos, conforme previsto em lei. Dessa forma, sempre que a União honra compromissos de outrem em decorrência de garantias por ela oferecidas, são acionadas as contragarantias correspondentes visando a recuperação dos valores dispendidos na operação. Além do valor original devido, são incluídos juros de mora, multas e outros encargos eventualmente previstos nos contratos de financiamento.

No momento em que um ente efetua a contratação de empréstimo dessa categoria, são firmados três contratos: 1) um contrato de financiamento entre o ente e a instituição financeira que será credora do empréstimo; 2) um contrato de garantia entre a instituição financeira e a União, na condição de garantidora do financiamento; e 3) um contrato de contragarantia entre o ente e a União, mediante o qual a União pode utilizar contragarantias para cobertura dos valores eventualmente honrados por conta de inadimplências do ente beneficiado pelo empréstimo.

Os saldos das contragarantias relacionadas aos contratos financeiros firmados por entes junto às instituições financeiras com o aval da União não são registrados no SIAFI, mas apenas os recebimentos decorrentes de contragarantias recuperadas pelo agente financeiro. Estas recuperações são efetuadas a pedido da STN, visando quitar os montantes de avais por ela honrados em decorrência dos inadimplementos dos entes em empréstimos firmados junto a instituições financeiras e nos quais a União tem parte como garantidora. Os respectivos recebimentos são registrados no SIAFI pelo agente financeiro Banco do Brasil S/A, por meio de Guias de Recolhimento da União (GRU).

Dentre os ativos dos entes que podem ser utilizados como contragarantias, destacamos, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além das receitas próprias. A STN não possui gestão sobre as contragarantias, as quais correspondem a ativos dos entes.

4.1.4.1 Riscos Fiscais mapeados, agrupados de acordo com a natureza

Os riscos fiscais relativos à execução de contragarantias sob gestão da STN são de três naturezas: riscos relativos às ações judiciais (35 contratos); riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais; e riscos decorrentes de incertezas legislativas.

Os riscos relativos às ações judiciais decorrem de liminares em ações impetradas pelos mutuários contra a União em diversas instâncias da Justiça concernentes aos haveres originários de



avais honrados pela União, as quais impedem temporariamente a recuperação dos valores. No que tange à carteira supracitada, atualmente há 12 ações judiciais com impacto financeiro de R$ 9,5 bilhões (posição de 31/12/2020).

Os riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais, por sua vez, estão relacionados à Lei Complementar nº 159/2017 – Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aplicável às dívidas estaduais a serem incluídas no âmbito do referido Regime. A adesão de Estados ao RRF pode suspender e postergar o pagamento de valores devidos à União durante o seu período de vigência. Até o momento, somente o Estado do Rio de Janeiro aderiu às condições da LC nº 159/2017, e somente permaneceu no âmbito do referido Regime, em virtude da decisão judicial ACO 3.457 TP – RJ, de 24/12/2020. É de se considerar como provável a adesão dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás ao referido Regime.

Outra incerteza legislativa a ser considerada é a possibilidade de derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto do Poder Executivo Federal ao Artigo 26 da LC nº 178/2021, efetuado durante a sanção do referido normativo. No caso, o Art. 26 dispõe que a União suspenderá a execução das contragarantias das dívidas decorrentes de contratos de operações de crédito com instituições multilaterais, firmados até a data da publicação desta Lei Complementar, de Estados e Municípios classificados, em 31 de outubro de 2020, como A, B ou C quanto à capacidade de pagamento, conforme metodologia definida pelo Ministério da Economia. Dessa forma, a União passaria a pagar, em nome do Estado ou do Município, e na data de seu vencimento, as prestações dos contratos acima mencionados. Nesse caso, a derrubada do veto ao Art. 26 da LC nº 178/2020 acarretaria à União ao longo de 2021 o impacto estimado de R$ 15,61 bilhões.

A Tabela 29 demonstra a evolução do estoque do ativo nos últimos exercícios. Cabe destacar, no que se refere aos avais honrados, a variação positiva de 87,7% na comparação do ano de 2020 com 2019, explicada pelo estoque de avais não recuperados em 31/12/2020, em decorrência das ações judiciais impetradas pelos Estados do Amapá, Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte contra a União, as quais mantiveram em suspenso da execução das contragarantias correspondentes a partir do exercício de 2019.

Tabela 29 - Evolução do estoque das contragarantias não executadas, segundo as motivações

*Em R$ milhões*

| Ativo/Programa | Valores a Recuperar ($) Variação (%) [1] | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Avais a Recuperar [2] | 508,2<br>37,2% | 594,8<br>17,0% | 5.047,0<br>748,6% | 9.473,2<br>87,7% |
| Avais a Recuperar sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) [3] | 3.090,1 | 7.782,5<br>151,8% | 12.665,3<br>62,7% | 24.070,1<br>90,0% |
| Total | 3.598,4<br>871,0% | 8.377,3<br>132,8% | 17.712,3<br>111,4% | 33.543,3<br>89,4% |

*[1] Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.*
*[2] A União está atualmente impedida de receber avais honrados em decorrência das* ACOs/STF nºs 3.045, 3.225, 3.233, 3.235. 3.244, 3.252, 3.262, 3.270, 3.280, 3.285, 3.286, 3.431, 3.438, 3.457, 2.981, 3.215 e Ação Civil Pública nº 1038641-32.2020.4.01.3700 Justiça Federal do Maranhão.
*[3] Valor a Recuperar (RRF): Valores registrados em Conta Gráfica a serem pagos nos prazos e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 159, de 2017 (RRF), atualizados até a data de referência da coluna.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

A Tabela 30 apresenta as estimativas de impacto no atual e nos próximos três exercícios, tendo como base os riscos das contragarantias mapeados pela STN e as previsões de avais a serem honrados pela União. Ressalta-se que essas operações são financeiras e o impacto fiscal da ocorrência dos riscos se dá sobre o endividamento público.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 30 - Mensuração dos impactos nas contas públicas dos riscos fiscais mapeados

*Em R$ milhões*

| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Previsão de Impacto | 5.678,9 | 5.534,1 | 5.450,4 | 4.696,0 |

***Fonte e elaboração***: STN/ME.

A principal medida de mitigação para os riscos relativos às contragarantias é a intensificação do relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, com vistas à reversão das decisões judiciais. Busca-se, sempre que possível, a atuação junto às instâncias pertinentes com o objetivo de evitar ou minimizar impactos sobre as dívidas subnacionais.

### 4.1.5 Fundos Constitucionais de Financiamento

A Constituição Federal de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com isso, foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), para os quais são transferidos aqueles recursos.

Tendo em vista que os Fundos têm natureza pública e compõem o patrimônio da União, as provisões reduzem, indiretamente, o patrimônio da União. Por esta razão, estão contidos no Anexo de Riscos Fiscais.

A Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005, editada pelos Ministérios da Integração Nacional – MI e da Fazenda – MF, estabelece as normas de contabilização e de estruturação dos balanços dos fundos FNO, FNE e FCO, bem como os critérios para provisões e registro de prejuízos. De acordo com os critérios estabelecidos em seu artigo 3º, nas operações em que os Fundos detenham o risco integral ou compartilhado, o banco administrador de cada Fundo deve constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa referentes às parcelas do principal e encargos vencidos há mais de cento e oitenta dias. Tais provisionamentos resultam em déficit primário no momento de sua ocorrência.

Com base no balanço dos Fundos Constitucionais de 31/12/2020 para o FCO, o FNE e o FNO, constata-se que as despesas com provisões para devedores duvidosos somaram, respectivamente, R$ 19,2 milhões, R$ 752,4 milhões e R$ 315,2 milhões, totalizando R$ 1.086,8 milhões. Tais valores estão apresentados nas contas de resultado dos balanços dos respectivos fundos. Adicionalmente, os bancos administradores destes fundos projetam os valores de provisão esperados para os anos futuros. A despesa com provisão para devedores duvidosos afeta a rubrica de resultado dos fundos constitucionais que, por sua vez, impacta o resultado primário do Governo Central. A Tabela 31 consolida essas informações.

Tabela 31 - Riscos dos Fundos Constitucionais: previsão de provisão para devedores duvidosos

*Em R$ milhões*

| Fundos | Realizado | Estimativa | | | |
|---|---|---|---|---|---|



| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| FCO | 19,2 | 17,8 | 17,9 | 18,0 | 18,1 |
| FNE | 752,4 | 685,3 | 691,7 | 691,7 | 691,7 |
| FNO | 315,2 | 305,9 | 329,4 | 360,9 | 430,6 |
| **Total** | **1.086,8** | **1.009,0** | **1.039,0** | **1.070,6** | **1.140,4** |

***Fonte***: *Bancos Administradores dos Fundos Constitucionais.*
***Elaboração***: *STN/ME.*

Por outro lado, os créditos baixados como prejuízo e registrados em contas de compensação podem ser futuramente recuperados, mesmo que em pequena fração. Estes créditos, que outrora geraram impacto fiscal negativo no momento da provisão, poderão afetar positivamente o resultado primário na eventualidade de recuperação. Com base nos balanços de 31/12/2020, para o FCO, o FNE e o FNO, os valores baixados como prejuízo relativos a operações com risco dos fundos foram de R$ 691,6 milhões para o FCO, R$ 10.806,6 milhões para o FNE e R$ 3.963,4 milhões para o FNO, totalizando R$ 15.461,6 milhões, conforme Tabela 32.

Tabela 32 - Recuperação e estoque de créditos baixados como prejuízo até 2020

*Em R$ milhões*

| Fundos | Recuperação de créditos baixados como prejuízo (A) | Estoque de créditos baixados como prejuízo (B) | Quociente de recuperação (A/B) |
|---|---|---|---|
| FCO | 1,3 | 691,6 | 0,19% |
| FNE | 122,5 | 10.806,6 | 1,13% |
| FNO | 81,0 | 3.963,4 | 2,04% |
| **Total** | **204,8** | **15.461,6** | **1,32%** |

***Fonte***: *Balanços Patrimoniais dos Fundos Constitucionais e informações enviadas pelos bancos administradores.*
***Elaboração***: *STN/ME.*

O impacto dessas operações nas estatísticas fiscais, seja de provisão ou de recuperação de créditos, se dá na rubrica de resultado dos fundos constitucionais e afeta o resultado primário do Governo Central.

### 4.1.6 Seguro de Crédito à Exportação - Fundo de Garantia à Exportação

O Seguro de Crédito à Exportação (SCE) é a cobertura da União para as exportações nacionais contra riscos comerciais, políticos e extraordinários, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação (FGE). O SCE pode cobrir financiamento concedido por qualquer banco, público ou privado, brasileiro ou estrangeiro, a exportações brasileiras, sem restrições de bens ou serviços ou quanto ao país do importador. O SCE não cobre gastos locais (por exemplo, bens adquiridos no exterior), mesmo que relacionados à exportação brasileira. Não há exigência de conteúdo mínimo nacional.

A garantia da União para operações de crédito à exportação cobre: a) riscos comerciais para prazos de financiamento superiores a 2 anos; b) riscos políticos e extraordinários para qualquer prazo de financiamento; c) riscos comerciais, políticos e extraordinários para micro, pequenas e médias empresas (MPME) em operações de até 2 anos (este tipo de operação está suspenso, no momento); e d) risco de adiantamento de recursos e de performance para o setor de defesa e para produtos agrícolas beneficiados por cotas tarifárias para mercados preferenciais.



As principais informações atuariais do FGE são apresentadas a seguir, com destaque para os valores de exposição total do fundo, que totalizam US$ 7.259.427.527,16 (posição de dez/2020):

Tabela 33 - Indicadores de Solvência do FGE em Dezembro/2020

| Indicadores de Solvência do FGE | | dez/20 | nov/20 | Δ% |
|---|---|---|---|---|
| Patrimônio Líquido do FGE (Contábil) (R$) | | 35.215.479.222 | 34.838.236.471 | 1,1% |
| Taxa de Câmbio (R$/US$)[1] | | R$ 5,1967 | R$ 5,3317 | -2,5% |
| Patrimônio Líquido do FGE (Contábil) (US$) | | 6.776.508.019 | 6.534.170.428 | 3,7% |
| PPNG (Provisão de Prêmios Não Ganhos) (US$) | | 575.040.299 | 581.372.609 | -1,1% |
| Alavancagem Máxima [2] | | 9,09 | 9,09 | 0,0% |
| Exposição vigente total (Cobertura Total Anual) (US$) | (1) | 7.259.427.527 | 7.721.214.580 | -6,0% |
| Capital Requerido (K%) | (2) | 11,00% | 11,01% | -0,1% |
| **Margem de Solvência (Patrimônio Líquido Exigido - PLE) (US$)** | (3)=(1)*(2) | **798.220.394** | **849.828.457** | -6,1% |
| **Alavancagem Vigente** | (4)=(2)$^{-1}$ | **9,09** | **9,09** | 0,1% |

*1-Cotação Ptax do último dia útil do mês para venda. Ptax=taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado nº 6.815/99.*
*2-Alavancagem máxima de 9,09x (capital ratio de 11%)*
***Fonte e elaboração:*** *Camex/ME.*

#### 4.1.6.1 Riscos fiscais mapeados relacionados a operações do FGE

Com relação aos riscos fiscais mapeados relacionados às operações do FGE, embora haja sustentabilidade atuarial e provisionamento de liquidez adequado do Fundo, seu limite operacional se dá por meio de sua capacidade de indenização e, por conseguinte, pela dotação orçamentária consignada e pela programação financeira do Ministério da Economia. Dessa forma, a incerteza na obtenção da dotação orçamentária necessária à operação do SCE/FGE gera risco ao pagamento de garantias.

Isso ocorre porque se trata de fundo especial de natureza contábil, nos termos do art. 71, §1º, do Decreto nº 93.872/1986, constituído por disponibilidades financeiras evidenciadas em registros contábeis, destinadas a atender a saques efetuados diretamente contra o caixa do Tesouro Nacional. Os recursos da arrecadação de prêmios e seu patrimônio, portanto, destinam-se à Conta Única do Tesouro, e, sem autorização orçamentária, não podem ser livremente utilizados para eventual honra de garantias ou dispêndio com outras atividades necessárias à operação do Fundo, como a contratação de advogados para a recuperação de créditos e a devolução de prêmios. Segundo o art. 72 do decreto já mencionado, a "aplicação de receitas vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em crédito adicional."

No que tange à natureza das despesas do FGE, estas se enquadram na categoria das despesas discricionárias e, no caso de limitações de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, no transcorrer da execução orçamentária, há impactos em tal categoria de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da LRF.

Há ainda o risco cambial associado às operações do FGE, uma vez que as suas despesas com indenizações são lastreadas quase em sua totalidade em dólar, enquanto o orçamento é estabelecido em moeda nacional. A variação cambial entre o momento da elaboração do orçamento para um exercício até o momento do pagamento da indenização gera



incerteza quanto à adequação orçamentária do Fundo. Ressalta-se que o período entre a elaboração do orçamento e o efetivo pagamento de indenização pode durar até dois anos.

#### 4.1.6.2 Possíveis consequências de insuficiência de orçamento do FGE

No caso de insuficiência de orçamento do FGE e na hipótese de a União não honrar sua obrigação em um contrato, o Garantido poderá procurar a execução da dívida via processo judicial e a União terá que pagar juros de mora em razão do atraso. No entanto, as consequências do não pagamento das obrigações do SCE/FGE têm abrangência mais ampla.

Cerca de 97% das indenizações dos sinistros presentes na carteira do FGE têm como beneficiário o BNDES. A inadimplência com esse Garantido pode configurar operação de crédito com instituição financeira controlada pela União, prática vedada pela LRF (LC nº 101/2000).

Por outro lado, caso o Garantido seja uma instituição financeira internacional, existe a possibilidade de declaração do *Cross-Default* (inadimplência cruzada) do Brasil, que vincula contratos de dívida não relacionados, implicando possibilidade de declaração do *default* do Brasil em todos os contratos em que o país figura como devedor. Essa situação poderia trazer consequências sobre a confiança no Governo e na economia nacional como um todo.

#### 4.1.6.3 Mensuração dos impactos da manutenção do SCE - FGE

A estimativa do impacto nas contas públicas da manutenção do SCE, com lastro no FGE, no exercício atual e nos três subsequentes é apresentado na Tabela 34.

Tabela 34 - Estimativa de impacto da manutenção do Seguro de Crédito à Exportação

*Em milhões (R$/US$)*

| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Valores cobertos vincendos (US$) | 1.004,6 | 925,4 | 748,5 | 545,0 |
| Valores cobertos vincendos (R$)[(1)] | 5.609,9 | 4.654,8 | 3.742,4 | 2.725,0 |
| Estimativa de pagamentos do FGE (R$)[(2)] | 1.544,1 | 1.281,2 | 1.241,4 | 1.124,3 |

*[1] Para o ano de 2021, taxa Ptax do dia 1/3/2021.Taxas de Câmbio utilizadas: 5,03 para 2022 e 5,00 para 2023, 2024 e 2025, obtidas no Boletim Focus de 26/02/2021 - Taxa de câmbio de fim de período*
*[2] O valor de 2021 foi obtido a partir do somatório das parcelas vincendas no período cobertas pelos Certificados de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação que se encontram sinistrados. Para os demais anos, foi feita estimativa a partir do valor obtido para 2021.*
***Fonte e elaboração***: *Camex/ME.*

Com a ampliação das operações sinistradas nos anos recentes, a sustentabilidade do modelo apresenta riscos relevantes para a União. De maneira a não agravar esse cenário, e com base na autorização concedida pela Resolução GECEX/CAMEX nº 12, de 30 de janeiro de 2020, está em processo de elaboração um novo modelo de concessão do SCE, observando as premissas abaixo:

a) Revisão regulatória dos atos administrativos e normativos, legais e infralegais, referentes ao SCE, ao Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e ao FGE;
b) Promoção do alinhamento técnico e normativo da União às melhores práticas internacionais;
c) Aprimoramento dos mecanismos de governança, transparência, controle, gestão de riscos, conformidade e integridade; e



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) Ampliação da eficiência da utilização dos recursos públicos, buscando reduzir a dependência orçamentária do sistema e ampliar a participação do setor privado, tendo em conta os princípios de sustentabilidade financeira, equilíbrio atuarial de longo prazo, qualidade do gasto público e prestação de contas.

Destaca-se, por fim, em relação aos valores já provisionados no BGU ou na LOA referentes aos riscos fiscais mapeados e mensurados, para o ano de 2021, o FGE conta com dotação de R$ 950.099.037. O valor é insuficiente para os pagamentos previstos para o Fundo neste exercício, estimados em R$ 1.544.087.720,27 (Dólar PTAX de 01/03/2021). Destaca-se que as despesas estimadas abrangem apenas as operações que já se encontram sinistradas. Ou seja, para que a União não fique inadimplente com nenhum garantido em uma operação já sinistrada, o FGE precisa de uma suplementação de R$ 593.988.683,27, e a Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior está fazendo as tratativas necessárias para a obtenção da dotação adicional necessária.

#### 4.1.7 Fundos Garantidores

Os Fundos Garantidores tratados neste Anexo de Riscos Fiscais possuem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas, estando sujeitos a direitos e obrigações próprios. O patrimônio dos fundos é formado pelos aportes de bens e direitos realizados pelos cotistas, por meio da integralização de cotas, e pelos rendimentos obtidos com sua administração.

A União pode ser cotista única ou participar dos fundos juntamente com outros cotistas. Os fundos são normalmente administrados por instituição financeira federal ou empresa pública, que o representa judicial e extrajudicialmente, recebendo remuneração pelos serviços.

Atualmente, a União participa como cotista dos seguintes fundos garantidores privados:

a) Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN): tem por finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro;
b) Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab): visa prestar garantias a contratos de financiamento habitacional firmados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), quando da ocorrência dos eventos de Morte e Invalidez Permanente (MIP), Danos Físicos ao Imóvel (DFI) e Redução Temporária da Capacidade de Pagamento (RTCP)/desemprego;
c) Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE): objetiva prestar cobertura de riscos para operações de infraestrutura descritas no §7º, do art. 33, da Lei 12.712/2012;
d) Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC): tem por finalidade garantir o risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) até o final de 2017;
e) Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies): sua finalidade é garantir o crédito do financiamento a estudantes no âmbito do Fies a partir do primeiro semestre de 2018;
f) Fundo Garantidor para Investimentos (FGI): tem a finalidade de garantir financiamentos para micro, pequenas e médias empresas para a aquisição de bens de capital;



g) Fundo de Garantia de Operações (FGO): objetiva prestar garantias para financiamentos para micro, pequenas e médias empresas para capital de giro e investimentos.

Conforme pode ser observado na Tabela 35, ao final de dezembro de 2020 a União possuía R$ 69,2 bilhões de participação em cotas nos fundos garantidores privados listados acima.

Tabela 35 - Fundos garantidores com participação da União – Dezembro 2020

*Em R$ milhões*

| Fundo Garantidor | Objeto de garantia | Administrador | Valor Cotas da União | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|
| FGI | Financiamentos para micro, pequenas e médias empresas para aquisição de bens de capital | BNDES | 18.811,4 | 19.073,7 |
| FGO | Financiamentos para micro, pequenas e médias empresas para capital de giro e investimentos | BB | 39.420,7 | 42.492,3 |
| FGEDUC | Operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - Fies, até 2017 | CAIXA | 6.817,1 | 6.817,1 |
| FG-Fies | Operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - Fies, a partir de 2018 | CAIXA | 1.620,8 | 2.216,6 |
| FGCN | Financiamento à construção ou à produção de embarcações | CAIXA | 60,0 | 61,1 |
| FGIE | Projetos de infraestrutura de grande vulto | ABGF | 750,1 | 752,2 |
| FGHab | Financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação | CAIXA | 1.701,5 | 2.833,7 |
| **Total** | | | **69.181,7** | **74.246,6** |

***Fonte:*** *Administradores.* ***Elaboração:*** *STN.*

Os riscos fiscais relacionados aos fundos garantidores privados estão associados a eventos que possam diminuir o patrimônio líquido dos fundos, reduzindo, em decorrência, os valores das respectivas cotas da União. Eventos de acionamento de garantias concedidas geram a obrigação de pagamento de honras por parte dos fundos e a consequente sub-rogação dos direitos de crédito sobre a parte inadimplida. Caso não se verifique a recuperação dos créditos, incorre-se em situação de perda de recursos da União. Nesse sentido, os montantes expostos a risco correspondem aos valores das cotas da União em cada fundo.

Do ponto de vista fiscal, o aporte e o resgate em fundos garantidores de recursos da União implicam, respectivamente despesa e receita primárias, sempre que houver saída ou entrada de recursos da Conta Única da União – CTU. Já o pagamento de honras pelos fundos garantidores privados não impacta as receitas ou despesas da União, uma vez que não há fluxo de entrada ou saída de recursos na CTU. As variações observadas nas respectivas cotas da União nos fundos garantidores são registradas no Balanço Geral da União.

Cabe destacar o aumento nos valores aportados pela União em fundos garantidores no último exercício. Durante o ano de 2020, devido à calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, houve a necessidade de implementação de medidas destinadas a mitigar os efeitos adversos na economia. Nesse sentido, foram aportados recursos no Fundo de Garantia de Operações – FGO e no Fundo Garantidor para Investimentos – FGI para a concessão de garantias de crédito às microempresas e empresas de pequeno e médio porte durante o período de pandemia. No total, foram aportados R$ 38 bilhões no FGO e R$ 20 bilhões no FGI.



### 4.2 RISCOS FISCAIS ASSOCIADOS AOS ATIVOS

Há um outro grupo de riscos fiscais, associados aos ativos da União, cujo risco está em não receber o retorno do ativo ou não o reaver em prazo aceitável (IFI, 2018)[14]. Nesse contexto, existem os ativos contingentes que são possíveis direitos que são cobrados, judicial ou administrativamente, os quais somente são confirmados após a ocorrência de um evento incerto que não está sob o controle das entidades envolvidas (por exemplo, o julgamento da lide). Esses direitos, quando confirmada a sua exigibilidade, são reconhecidos como ativos e passam a integrar as demonstrações contábeis e, neste caso geram receitas. Os riscos associados aos ativos da União, suas autarquias e fundações, são apresentados e estimados segundo as seguintes categorias:

1 Dívida Ativa da União;
2 Depósitos Judiciais da União;
3 Créditos do Banco Central do Brasil; e
4 Haveres financeiros da União administrados pelo Tesouro Nacional.

Os Haveres financeiros da União administrados pelo Tesouro Nacional estão divididos em dois grupos, quais sejam:

a) Haveres Financeiros Relacionados aos Entes Federativos; e
b) Haveres Financeiros Não Relacionados a Entes Federativos.

#### 4.2.1 Dívida Ativa da União (DAU)

A Dívida Ativa da União (DAU) constitui-se em um conjunto de créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, vencidos e não pagos pelos devedores. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é o órgão responsável pela sua gestão, que diz respeito a mais de 19 milhões de débitos, titularizados por 4,7 milhões de devedores, totalizando o valor de R$ 2,5 trilhões. Após efetuar o controle de legalidade, a PGFN inscreve os débitos e efetua sua cobrança administrativa ou judicial.

A inscrição de créditos em dívida ativa gera um ativo para a União, sujeito a juros, multa e atualização monetária que, segundo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, será escriturado como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Por esta razão, considera-se a dívida ativa um ativo contingente.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, classifica-se como dívida ativa tributária, o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas e, como dívida ativa não tributária, os demais créditos da Fazenda Pública. Estes últimos são, em geral, multas de natureza não tributária, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

No tocante aos riscos fiscais, a Portaria MF nº 293, de 12 de junho de 2017, estabelece a metodologia de classificação (rating) do estoque dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa,

[14] Nota Técnica nº 24, de 1/11/2018, da Instituição Fiscal Independente (IFI).



sob gestão da PGFN. Segundo a metodologia, esses créditos são classificados em quatro classes, a depender do grau de recuperabilidade:

- Classe “A”: créditos com alta perspectiva de recuperação;
- Classe “B”: créditos com média perspectiva de recuperação;
- Classe “C”: créditos com baixa perspectiva de recuperação;
- Classe “D”: créditos irrecuperáveis.

Conforme a Portaria supracitada, os créditos classificados com rating “C” e “D” são registrados como ativos contingentes, em contas de controle, até a sua extinção ou reclassificação. A Tabela 36 apresenta os créditos por exercício segundo o tipo de crédito e classe (*rating*).

Tabela 36 - Créditos por exercício segundo o tipo de crédito e classe (rating)

*Em R$ milhões*

| Tipo de Crédito | *Rating* | 2018 Valor ($) Variação [1] (%) | 2019 Valor ($) Variação [1] (%) | 2020 Valor ($) Variação [1] (%) | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|
| Crédito Tributário Não Previdenciário | A | 157.588<br>-34,0 | 189.189<br>20,1 | 214.126<br>13,2 | P |
| | B | 352.351<br>37,5 | 394.837<br>12,1 | 425.340<br>7,7 | P |
| | C | 306.096<br>61,9 | 220.592<br>-27,9 | 227.043<br>2,9 | P |
| | D | 735.139<br>-3,0 | 971.016<br>32,1 | 990.578<br>2,0 | P |
| | Subtotal | 1.551.173<br>7,6 | 1.775.634<br>14,5 | 1.857.087<br>4,6 | P |
| Crédito Tributário Previdenciário | A | 37.855<br>-8,8 | 42.681<br>12,7 | 47.236<br>10,7 | P |
| | B | 136.070<br>16,9 | 146.873<br>7,9 | 162.178<br>10,4 | P |
| | C | 158.592<br>65,5 | 103.987<br>-34,4 | 110.543<br>6,3 | P |
| | D | 158.692<br>-8,6 | 249.248<br>57,1 | 252.725<br>1,4 | P |
| | Subtotal | 491.209<br>14,9 | 542.790<br>10,5 | 572.682<br>5,5 | P |
| Crédito Não Tributário [2] | A | 11.435<br>-30,3 | 4.157<br>-63,6 | 4.104<br>-1,3 | - |
| | B | 17.184<br>-6,9 | 10.830<br>-37,0 | 10.758<br>-,07 | - |
| | C | 22.743<br>49,6 | 8.975<br>-60,5 | 7.671<br>-14,5 | - |
| | D | 87.339<br>13,9 | 71.395<br>-18,3 | 72.669<br>1,8 | - |
| | Subtotal | 138.701<br>9,5 | 95.357<br>-31,3 | 95.202<br>-0,2 | - |
| **Total** | | **2.181.082<br>9,3** | **2.413.780<br>10,7** | **2.524.970<br>4,6** | |

[1] Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.
[2] Não apresenta o tipo de impacto, pois os valores estão agregados, podendo o impacto ser primário e/ou financeiro.
**Fontes**: BGU e PGFN. **Elaboração**: STN/ME

Segundo a PGFN, a partir do histórico de adimplemento, por classe, as expectativas de recuperação dos créditos das classes “A” e “B” nos próximos quinze anos são, respectivamente, 70%

e 50%, por conseguinte, os ajustes para perdas são, respectivamente, 30% e 50%. Assim, do saldo de R$ 2.524.970 milhões[15], aproximadamente 81% (R$ 2.040.006 milhões) são tratados como perdas, ou seja, há uma expectativa de recuperação/arrecadação de R$ 484.964 milhões dentro dos próximos 15 anos.

A Tabela 37 e a Tabela 38 apresentam, respectivamente, a comparação entre os fluxos da arrecadação dos créditos, estimados e realizados, e a estimativa de arrecadação dos créditos da DAU para os próximos exercícios. As estimativas de fluxo de crédito a seguir utilizaram a metodologia de suavização exponencial, tomando por base série histórica iniciada em 2015. Para os anos de 2021 e 2022, foi aplicado redutor de 15% em virtude dos efeitos da crise econômica decorrente da pandemia.

Tabela 37 - Comparação entre os fluxos da arrecadação dos créditos, estimados e realizados, por exercício

*Em R$ milhões*

| Arrecadação dos Créditos<br>Valor Estimado ($)<br>Valor Realizado ($)<br>Variação [1] (%) | 2018 | 2019 | 2020 (pré-pandemia) | 2020 (após pandemia) |
|---|---|---|---|---|
| E | 23.463,3 | 21.304,0 | 23.993,2 | 20.639,5 |
| R | 24.448,5 | 24.122,4 | 25.360,2 | 25.360,2 |
| % | 4,2% | 13,2% | 5,7% | 22,9% |

*[1] Variação entre os valores estimados e realizados. Base de dez de 2020.*
***Fonte**: PGFN. **Elaboração**: STN/ME.*

Tabela 38 - Estimativa de arrecadação dos créditos da DAU, por exercício

*Em R$ milhões*

| Arrecadação dos Créditos<br>Valor Estimado ($) | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| | 24.892,4 | 25.939,6 | 28.222,0 | 30.117,1 |

***Fonte**: PGFN. **Elaboração**: STN/ME.*

### 4.2.2 Depósitos Judiciais da União

Os depósitos judiciais, de natureza tributária, são recolhimentos efetuados pelos contribuintes ao longo do trâmite de processo de natureza judicial em que a interpretação da legislação que cria a obrigação tributária é diversa daquela da União, ou seja, em situações em que há lide de natureza tributária. De acordo com o Código Tributário Nacional, em seu artigo 151, o depósito judicial suspende a exigibilidade do crédito tributário.

De acordo com a Lei nº 9.703, de 13 de novembro de 1998, os depósitos judiciais são efetuados em conta corrente da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e seus recursos repassados à Conta Única do Tesouro Nacional. Em a decisão da lide sendo favorável ao contribuinte, a devolução do

[15] Esse montante se refere à soma dos créditos do último exercício, classificados por rating, bem como dos créditos ainda aguardando classificação.



depósito deve ser feita em até vinte e quatro horas. A devolução do depósito possui natureza semelhante à restituição de tributos. Em a decisão sendo contrária ao contribuinte, há a conversão do depósito em renda transformando-se, assim, em pagamento definitivo.

Como estes depósitos ingressaram na conta única do Tesouro Nacional, a sua variação líquida, de um exercício para o outro, afeta a apuração do resultado primário. No tocante à evolução do fluxo dos depósitos judiciais, a Tabela 39 apresenta o histórico dos valores realizados por exercício, segundo a movimentação.

Vale ressaltar que, a cada ano dentro da execução orçamentária, a estimação dos fluxos pertinentes aos depósitos judiciais é revisada bimestralmente no âmbito dos Relatórios de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias, momento no qual eventuais desvios em relação a programação orçamentária-financeira são reorganizados.

Tabela 39 - Evolução do fluxo dos depósitos judiciais por exercício, segundo movimentação

*Em R$ milhões*

| Movimentação | Fluxo<br>Valor Realizado ($)<br>Variação [1] (%) 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Recolhimento | 11.484,4<br>-20,5% | 14.247,9<br>24,1% | 17.245,3<br>21,0% | 18.551,0<br>7,6% | 21.295,7<br>14,8% | P |
| Devolução ao depositante | 7.087,8<br>-0,2% | 4.630,3<br>-34,7% | 6.881,1<br>48,6% | 8.864,2<br>28,8% | 11.313,1<br>27,6% | P |
| **Saldo** | **4.396,7<br>-40,0%** | **9.617,6<br>118,7%** | **10.364,2<br>7,8%** | **9.686,8<br>-6,5%** | **9.982,6<br>3,1%** | **P** |

*[1] Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.*
***Fonte**: RFB/ME. **Elaboração**: STN/ME.*

Os valores dos fluxos estimados de depósitos judiciais por exercício são apresentados na Tabela 40, conforme revisão das estimativas de receita, com base nos parâmetros da SPE e comportamento dos levantamentos de depósitos nos últimos doze meses.

Tabela 40 - Fluxos estimados de depósitos judiciais por exercício

*Em R$ bilhões*

| Item | Valor Estimado 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|
| Levantamento de Depósitos Judiciais | 11,9 | 12,6 | 13,4 | 14,2 | P |

***Fonte**: RFB/ME. **Elaboração**: STN/ME.*

### 4.2.3 Créditos do Banco Central do Brasil

Para compor os Ativos Contingentes desta sessão do ARF, o Banco Central do Brasil (BCB) encaminhava regularmente as informações referentes às perdas por ajuste a valor recuperável dos créditos com as Instituições em Liquidação Extrajudicial, até o ano de 2020.

Considerando que as perdas esperadas dos créditos com as Instituições em Liquidação Extrajudicial apresentadas até então nesta seção são reconhecidas pelo BCB em sua contabilidade, com vistas a atender às Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), sendo consolidadas no BGU, identificou-se que a divulgação dessas informações resultaria em sobreposição de dados.



Por essa razão, tais informações não serão mais apresentadas. Ademais, o BCB não identificou nenhum ativo contingente na sua contabilidade que atenda aos requisitos de divulgação no ARF.

### 4.2.4 Haveres Financeiros Relacionados aos Entes Federativos

Os créditos financeiros da União perante Estados e Municípios decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados de acordo com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

Ao longo deste tópico utiliza-se a denominação "programa" para cada conjunto de contratos firmados com entes subnacionais ao amparo de uma mesma norma, sendo que tais contratos apresentam aspectos contratuais e financeiros em comum. Por exemplo, ao se referir ao programa "Lei nº 9.496/97", faz-se referência aos contratos de entes subnacionais firmados sob a égide da Lei em questão.

Os haveres financeiros da União relacionados aos entes federativos são categorizados segundo as normas ou atos que lhe deram origem em:

*I. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas*

Trata-se de operações de financiamento e refinanciamento de dívidas internas efetuadas ao longo do período de 1993 a 2000, amparadas por Leis e Medidas Provisórias, e que correspondem aos principais créditos relacionados aos entes federativos sob gestão da STN:

a) Lei nº 8.727/1993 - Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta;

b) Lei nº 9.496/1997 e alterações posteriores (Leis Complementares - LCs nºs 148/2014, 156/2016, 173/2020 e 178/2021) - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito de natureza interna, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal;

c) MP nº 2.185/2001 e alterações posteriores (LCs nºs 148/2014, 173/2020 e 178/2021) - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna, de responsabilidade dos Municípios;

d) MP nº 2.179/2001 - Crédito do Banco Central do Brasil adquirido pela União em 29/7/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – contrato BACEN-BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/7/1998.

*II. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público*

Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas vencidas e vincendas de principal e juros devidos e não pagos no período de 1/1/1991 a 15/4/1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros (Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP).

*III. Retorno de Repasses de Recursos Externos*



Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços (Acordo Brasil-França).

*IV. Saneamento de Instituições Financeiras Federais*

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento (Carteira de Saneamento).

*V. Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais*

Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica).

*VI. Regime de Recuperação Fiscal (RRF)*

Valores a receber decorrentes das obrigações não pagas por Estados no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal de que tratam as LCs nºs 159/2017 e 178/2021, as chamadas "Contas Gráficas".

#### 4.2.4.1 Evolução dos haveres e créditos

No tocante à evolução dos haveres e créditos, a Tabela 41 apresenta o histórico dos valores do estoque, por exercício, segundo ativo/programa sob gestão da STN.

Tabela 41 - Evolução do estoque, segundo ativo/programa sob gestão da STN, por exercício

*Em R$ milhões*

| Ativo / Programa | Estoque<br>Valor ($)<br>Variação [1] (%) 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Ac. Brasil-França | 9,6<br>-23,2% | 5,3<br>-44,8% | 1,1<br>-78,4% |
| Carteira de Saneamento | 433,3<br>-20,9% | 387,5<br>-10,6% | 346,1<br>-10,7% |
| DMLP | 5.866,3<br>14,9 | 6.090,2<br>3,8 | 5.142,6<br>-15,6% |
| Contratos de Cessão – *Royalties* | 1.212,5<br>-45,5% | 352,8<br>-70,9% | 10,2<br>-97,1% |
| Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União | 5.207,6<br>-2,3% | 5.364,3<br>3,0% | 6.335,0<br>18,1% |
| Lei nº 8.727/1993 - Demais Credores | 2.769,2<br>-37,1% | 2.679,9<br>-3,2% | 2.754,1<br>2,8% |
| Lei nº 9.496/1997 | 528.393,3<br>5,0% | 536.327,8<br>1,5% | 567.786,8<br>5,9% |
| MP nº 2.185/2001 | 31.292,9<br>-1,4% | 30.084,5<br>-3,9% | 30.523,7<br>1,5% |
| Contrato BACEN-BANERJ | 14.931,9<br>-1,2% | 14.634,3<br>-2,0% | 27.188,4<br>85,8% |
| Regime de Recuperação Fiscal - Lei nº 9.496/1997 | 12.366,4<br>64,5% | 19.974,4<br>61,5% | 6.065,8<br>-69,6% |



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

*Em R$ milhões*

| Ativo / Programa | Estoque Valor ($) Variação [1] (%) | | |
|---|---|---|---|
| | 2018 | 2019 | 2020 |
| Regime de Recuperação Fiscal – Contrato BACEN-BANERJ | 4.086,4 | 6.866,6 | 1.397,7 |
| | 135,5% | 68,0% | -79,6% |
| **Total** | **606.569,5** | **622.767,5** | **647.551,4** |
| | **5,1%** | **2,7%** | **4,0%** |

*[1] Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.*
***Fonte e elaboração:*** *STN/ME.*

A principal variação de estoque observada diz respeito aos *royalties*, que apresentaram redução de saldo de 97,1%, tendo em vista que esses contratos se encerram até fevereiro de 2021. No caso, a dívida do Estado de Mato Grosso do Sul foi quitada durante o exercício de 2020, ao passo que a dívida do Estado do Paraná foi liquidada nesse período em decorrência de decisão liminar judicial. Da mesma forma, o Acordo Brasil-Franca apresentou redução de estoque de 78,44%, visto que também está próximo do encerramento do contrato, previsto para dezembro/2021.

Destaca-se ainda a redução nos saldos do programa DMLP (-15,6%), oriundo principalmente de quitações antecipadas que ocorreram durante o exercício de 2020. A quitação dos contratos da DMLP se dá pelo valor líquido entre os saldos devedores e os saldos das respectivas garantias, as quais são atualizadas mensalmente a partir de cotações de títulos do Tesouro do Estados Unidos da América, sendo registradas pela STN em contas de passivo e de controle. Como a diferença entre os saldos devedores da DMLP e os saldos das respectivas garantias tem se tornado gradativamente menor, à medida que nos aproximamos do encerramento do programa, previsto para abril/2024, a quitação antecipada se torna mais vantajosa para os mutuários, o que explica as ocorrências desse tipo ao longo do exercício.

Por sua vez, o estoque da parcela de receitas da União da Lei nº 8.727/1993 apresentou variação positiva de estoque de 18,1% em relação ao exercício anterior em virtude do impacto de decisões liminares judiciais sobre os contratos das dívidas vencidas do Estado de Goiás, que correspondem a significativo percentual do saldo devedor do programa. Ademais, parte dos contratos do Estado de Goiás é indexada ao IGP-M, sendo que a alta acumulada nesse indexador foi de 23,13% ao longo de 2020, o que também impactou, em menor medida, o saldo da parcela de Receitas da União da Lei nº 8.727/1993.

Já os créditos da Lei nº 9.496/1997 não registrados em conta gráfica no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal - RRF, apresentaram incremento no estoque de 5,9%, por conta do impacto decorrente da postergação do pagamento das prestações mensais no âmbito da LC nº 173/2020, no período de abril/2020 a dezembro/2020. No que se refere às variações apresentadas para os montantes registrados em contas gráficas no âmbito do RRF ao amparo da LC nº 159/2017, cabe uma breve explicação a respeito do mecanismo do referido Regime: a 1ª fase do RRF do Estado do Rio de Janeiro, iniciada em outubro/2017, contemplando suspensão de pagamentos ao longo de 36 meses, foi finalizada em setembro/2020. Durante esse período, os valores não pagos pelo ente foram registrados e atualizados em conta gráfica, denominada "Conta Gráfica – RRF1", sendo que ao final da 1ª fase, o saldo acumulado foi reincorporado ao montante de principal de seu programa original.



Por sua vez, com o início da 2ª fase do RRF, correspondente à sua prorrogação e de retomada dos pagamentos, o Estado passou a pagar mensalmente valores mensais crescentes, na proporção de 1/36 avos no 1º mês, 2/36 avos no 2º mês, e assim por diante, até o pagamento integral da parcela devida ao final da 2ª fase de 36 meses. Durante esse período adicional, os valores não pagos pelo Estado em decorrência dessa estrutura de pagamentos serão acumulados em outra Conta Gráfica, denominada "Conta Gráfica – RRF2", para nova reincorporação ao saldo do programa de origem ao final da 2ª fase. Adicionalmente, cabe ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro foi mantido no referido Regime em virtude da decisão judicial ACO 3.457 TP – RJ, de 24/12/2020.

Nesse sentido, os créditos da Lei nº 9.496/1997 registrados em Conta Gráfica no âmbito do RRF apresentaram redução de (69,6%) em seu estoque, em decorrência do final da 1ª fase do RRF, e com a reincorporação total do saldo da Conta Gráfica - RRF 1 em setembro/2020. Assim, o saldo remanescente em 31/12/2020 corresponde apenas ao saldo da Conta Gráfica – RRF 2, para a Lei nº 9.496/1997.

Da mesma forma, para o contrato BACEN-BANERJ, a redução de (79,6%) no saldo devedor registrado em conta gráfica se deve ao final da 1ª fase do RRF, com a reincorporação total do saldo da Conta Gráfica - RRF 1 em setembro/2020, de forma que o saldo devedor de conta gráfica para o contrato em 31/12/2020 também corresponde somente ao saldo da Conta Gráfica – RRF 2.

No mais, destaca-se a variação positiva de 26,45% no estoque global[16] do contrato BACEN-BANERJ, o qual passou de R$ 21,5 bilhões para 28,58 bilhões, em sua maior parte em decorrência do comportamento de seu indexador, o IGP-DI, o qual acumulou alta no ano de 23,08%. Por fim, o mecanismo de reincorporação da Conta Gráfica – RRF 1 ao saldo de principal do contrato BACEN-BANERJ explica a variação de 85,8% no saldo devedor da parcela desse ativo não registrada em conta gráfica. Esse efeito não foi verificado para a Lei nº 9.496/1997, visto que a carteira desse programa é composta de contratos devidos por vários Estados, o que não ocorre no caso do contrato BACEN-BANERJ, composto por um único contrato devido pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.2.4.2 Evolução e estimativas dos fluxos

Quanto à evolução dos fluxos, a Tabela 42 apresenta uma comparação entre os fluxos, estimados e realizados, por exercício, segundo ativo/programa sob gestão da STN.

Tabela 42 - Comparação entre os fluxos, estimados e realizados, segundo ativo/programa

*Em R$ milhões*

| Ativo / Programa | | Fluxo Valor Estimado (E) Valor Realizado (R) Variação [1] (%) | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 2018 | 2019 | 2020 |
| Ac. Brasil-França | E | 4,4 | 4,1 | 5,9 |
| | R | 4,7 | 4,6 | 6,3 |
| | % | 6,8 | 10,6 | 7,7 |
| Carteira de Saneamento | E | 115,8 | 78,6 | 71,5 |

[16] O estoque global inclui o contrato em si e o Regime de Recuperação Fiscal



*Em R$ milhões*

| Ativo / Programa | | Fluxo Valor Estimado (E) Valor Realizado (R) Variação [1] (%) | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 2018 | 2019 | 2020 |
| | R | 154,9 | 79,7 | 71,8 |
| | % | 33,8 | 1,4 | 0,4 |
| DMLP | E | 230,9 | 256,5 | 338,4 |
| | R | 273,6 | 271,8 | 437,5 |
| | % | 18,5 | 6,0 | 29,3 |
| Contratos de Cessão – *Royalties* | E | 411,3 | 1.158,3 | 607,0 |
| | R | 1.322,8 | 995,8 | 334,8 |
| | % | 221,6 | -14,0 | -44,8 |
| Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União | E | 566,7 | 452,3 | - |
| | R | 481,7 | 310,7 | - |
| | % | -15,0 | -31,3 | - |
| Lei nº 8.727/1993 - Demais Credores | E | 1.211,6 | 505,0 | 237,8 |
| | R | 598,1 | 330,2 | 177,0 |
| | % | -50,6 | -34,6 | -25,5 |
| Lei nº 9.496/1997 | E | 22.230,5 | 18.249,5 | 4.611,4 |
| | R | 19.098,5 | 18.225,2 | 3.153,0 |
| | % | -14,1 | -0,1 | -31,6 |
| MP nº 2.185/2001 | E | 3.095,5 | 3.209,0 | 1.344,3 |
| | R | 3.141,1 | 3.248,4 | 853,2 |
| | % | 1,5 | 1,2 | -36,5 |
| Contrato BACEN-BANERJ | E | - | - | - |
| | R | - | - | - |
| | % | - | - | - |
| Regime de Recuperação Fiscal - Lei nº 9.496/1997 | E | - | - | - |
| | R | - | - | - |
| | % | - | - | - |
| Regime de Recuperação Fiscal – Contrato BACEN-BANERJ | E | - | - | 95,6 |
| | R | - | - | 98,9 |
| | % | - | - | 3,5 |
| **Total** | E | **27.866,7** | **23.913,4** | **7.216,2** |
| | R | **25.075,4** | **23.466,4** | **5.033,8** |
| | % | **-10,0** | **-1,9** | **-30,2** |

*[1] Variação entre os valores estimados e realizados.*
***Fonte e elaboração:*** *STN/ME.*

No tocante à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001, as variações negativas nos recebimentos de 31,6% e 36,5%, respectivamente, em relação ao exercício de 2019, decorrem dos efeitos da LC nº 173/2020, por meio da qual os Estados e Municípios postergaram o pagamento das parcelas referentes ao período de abril/2020 a dezembro/2020. O detalhamento a respeito dos dispositivos trazidos pela referida LC é apresentado na subseção 4.2.4.5, Impacto nas contas públicas.

Na sequência, a variação negativa de 44,8% nos recebimentos dos *royalties* em relação ao exercício anterior se deve à proximidade do encerramento desses créditos, principalmente por conta da curva decrescente de recebimentos para os *royalties* do Estado do Rio de Janeiro, com finalização prevista para fevereiro/2021. Ademais, a dívida do Estado de Mato Grosso do Sul foi quitada durante o exercício, ao passo que a dívida do Estado do Paraná foi liquidada nesse período em decorrência de decisão liminar judicial.



No caso dos recebimentos ao amparo da Lei nº 8.727/1993, para a parcela referente às receitas da União, não foram verificados recebimentos ao longo do exercício de 2020 por conta de liminares ajuizadas contra a União pelo Estado de Goiás. Por sua vez, a parcela de demais credores da Lei nº 8.727/1993 apresentou redução de 25,5% na comparação com 2019, por conta do encerramento de diversos contratos do referido programa. Cabe ainda ressaltar que a parcela de demais credores da Lei nº 8.727/1993 também sofre grande impacto por conta de liminares judiciais, o que explica a redução nos recebimentos nos últimos anos.

Ainda, o incremento nos recebimentos da DMLP em 2020 se deve às amortizações ocorridas em 2020, por conta das condições vantajosas para quitações antecipadas para os mutuários, por conta da atualização das garantias das DMLP, conforme descrito no item concernente à variação nos estoques.

Por fim, os recebimentos no âmbito do RRF do Contrato BACEN-BANERJ se devem ao final da 1ª fase do Regime, em setembro/2020, e o início da 2ª fase, com o mecanismo de pagamentos mensais crescentes, conforme descrito anteriormente. Cabe ressaltar que, no caso do RRF da Lei nº 9.496/1997, não foram verificados recebimentos a partir de outubro/2020 por conta dos impactos da Lei Complementar nº 173/2020.

Tabela 43 - Fluxos estimados, segundo Ativo/Programa, por exercício

*Em R$ milhões*

| Ativo/ Programa | Estoque Valor [1] ($) | Estimativa de Recebimento | | | | Impacto Financeiro (F) ou Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | |
| Ac. Brasil-França | 1,1 | 1,1 | - | - | - | F |
| Carteira de Saneamento | 346,1 | 62,7 | 56,9 | 52,0 | 50,1 | F |
| DMLP | 5.142,6 | 340,5 | 329,4 | 333,9 | 7.611,1 | F |
| Contratos de Cessão - Royalties | 10,2 | 10,2 | - | - | - | F |
| Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União | 6.335,0 | - | - | 133,6 | 203,0 | F |
| Lei nº 8.727/1993 - Demais Credores | 2.754,1 | 141,9 | 47,4 | 12,4 | 1,0 | F |
| Lei nº 9.496/1997 | 567.786,8 | 17.469,1 | 19.946,1 | 21.820,9 | 23.835,2 | F |
| MP nº 2.185/2001 | 30.523,7 | 2.863,2 | 3.540,6 | 3.597,9 | 3.668,8 | F |
| Contrato BACEN-BANERJ | 27.188,4 | - | - | - | - | F |
| Regime de Recuperação Fiscal - Lei nº 9.496/97 | 6.065,8 | | | | | F |
| Regime de Recuperação Fiscal – contrato BACEN-BANERJ | 1.397,7 | 51,3 | - | - | - | F |
| Regime de Recuperação Fiscal - Honra de avais | 100,8 | 68,1 | 959,5 | 1.908,4 | 2.850,5 | F |
| Lei Complementar nº 178/2021 - Art. 9º A | - | 3.884,2 | 5.440,8 | 6.689,5 | 7.859,7 | F |
| Lei Complementar nº 178/2021 - Art. 23 | - | 31,4 | 41,3 | 41,7 | 42,6 | F |
| **Total** | 647.652,2 | 24.923,6 | 30.362,0 | 34.590,3 | 46.122,0 | |

*Posição em 31/12/2020.*
*Fonte: STN/ME*

No caso do refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/1997 - Estados, as receitas estimadas já incorporam as condições da LC nº 159/2017, concernente ao RRF, para os Estados do RJ, GO, MG e RS. Foram considerados também os efeitos da LC nº 173/2020 para as dívidas amparadas



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pela Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001. O detalhamento a respeito dos dispositivos trazidos pela referida LC é apresentado no item "4.2.4.5 Impacto nas Contas Públicas".

A entrada em vigor da LC nº 178/2021 trouxe alterações ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), impactando ainda as dívidas provenientes das Leis nºs 9.496/1997 e 8.727/1993. A primeira alteração relevante foi a inclusão do art. 4º-A à LC nº 156/2016, trazendo a possibilidade de se postergar a comprovação do cumprimento da limitação de despesas estabelecida no art. 4º da mesma lei. Assim, houve um recálculo e foram retiradas as penalidades para os Estados que haviam descumprido o teto de despesas.

Em adição, a inclusão do art. 1º-B à mesma LC 156/2016 permitiu ao estado do Rio de Janeiro incorporar à dívida da Lei nº 9.496/1997 o saldo devedor do contrato BACEN-BANERJ, com efeitos retroativos a julho de 2016. Por esse motivo, não foi projetado um fluxo individual desse programa e, portanto, as linhas referentes ao Contrato BACEN-BANERJ na tabela não possuem preenchimento a partir de 2021. O valor constante na Tabela 43 para o ano de 2021 refere-se ao valor recebido em janeiro/2021.

Ainda, a linha referente à Lei nº 9.496/1997 passou a considerar o recebimento escalonado de valores por parte de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, nos moldes estabelecidos pela nova redação do art. 9º da LC nº 159/2017. O mesmo ocorre no caso da linha da Lei nº 8.727/1993 – Receitas da União, no caso do estado de Goiás.

A inclusão do art. 9º-A na LC nº 159/2017 trouxe a necessidade de se criar novo programa para tratar do RRF (até o momento denominou-se "Lei Complementar nº 178/2021 – Art. 9ºA"). Este programa tem como saldo inicial os valores suspensos de pagamento por liminar (RS, MG e GO) e os valores acumulados em contas gráficas do RRF antigo (RJ), para as dívidas provenientes das Leis nº 9.496/1997, 8.727/1993 (apenas GO) e de avais honrados. Existem incorporações escalonadas desses três programas, na razão de 11,11% ao ano e partindo do zero no primeiro ano, ao programa da LC nº 178/2021 – art. 9ºA. Os valores não incorporados continuam previstos nos seus respectivos programas – no caso das honras de aval, esses valores foram discriminados na linha "Regime de Recuperação Fiscal – Honra de Avais". O novo programa calcula prestações pelo sistema Price, com prazo de 360 meses e corrigidos pelo indexador Coeficiente de Atualização Monetária - CAM + 4% a.a.

Por fim, o art. 23 da LC nº 178/2021 traz a possibilidade de parcelamento de débitos amparados por liminares para estados que não irão aderir ao RRF, nos moldes do calculado pelo art. 9ºA – neste caso apenas sem as incorporações. Espera-se que este dispositivo beneficie os estados do Amapá, Maranhão e Rio Grande do Norte.

4.2.4.3 Riscos Fiscais mapeados

No tocante aos riscos fiscais relativos aos haveres e créditos relacionados aos entes federativos sob gestão da STN, duas situações são identificadas e descritas a seguir:

*I. Riscos relativos às ações judiciais*

Estes riscos decorrem de ações impetradas pelos mutuários contra a União em diversas instâncias da Justiça referentes aos haveres originários de operações de crédito



(empréstimos) contratadas com a União antes da vigência da LC nº 101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como àqueles decorrentes de avais honrados pela União, ou integrantes do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

No que tange à carteira supracitada, composta por 261 contratos celebrados pelos entes e pelas entidades das administrações indiretas com a União, atualmente há 83 ações judiciais, com impacto financeiro, no momento, de R$ 54,71 bilhões (posição de 31/12/2020). Desse total, R$ 47,02 bilhões correspondem às ações judiciais movidas pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc., atende estritamente ao que a legislação específica determina, e está claramente definida nos instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da LC nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Estes créditos contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado ou Município.

No que se refere à avaliação quanto à possibilidade de recuperação dos valores pendentes de recebimento, cabe considerar que tal processo mostra-se de difícil implementação, em especial diante das diversas situações existentes e do fato da representação judicial estar a cargo de outro órgão, a Advocacia-Geral da União - AGU. A experiência mostra que há ações que persistem por décadas sem decisão de mérito, e outras que, a despeito da renúncia por parte do devedor, continuam ativas, sem pronunciamento final.

*II. Riscos relativos ao não cumprimento das previsões de receitas para o exercício*

Estes riscos se referem às receitas no âmbito da Ação 20Z6 - Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, Plano Orçamentário PO 004 - Gestão de Haveres da União, e decorrem de variações nos indexadores das dívidas. As receitas previstas para os exercícios subsequentes são estimadas pela STN de acordo com premissas conservadoras, utilizando cenários de indexadores fornecidos pela própria STN e pela Secretaria de Política Econômica (SPE), encaminhadas anualmente para a Diretoria de Finanças e Contabilidade (DFC), do Ministério da Economia (ME), para compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), do ano subsequente. Cabe ressaltar não ser possível a mensuração dos impactos desses riscos sobre os fluxos de pagamentos, uma vez que não dispomos de cenários estimados alternativos.

Adicionalmente, no tocante à materialidade, cabe destacar que é possível a ocorrência de impacto negativo sobre o fluxo global de pagamentos estimado, com a taxa SELIC se mantendo no patamar de 2% a.a. de forma persistente, dada sua influência sobre o indexador das dívidas refinanciadas. Com isso, o indexador Coeficiente de Atualização Monetária - CAM, utilizado para atualizar quase a totalidade das dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, pode apresentar valores negativos, o que implica em atualizações monetárias negativas dos saldos dos programas mencionados. No tocante às variações cambiais expressivas eventualmente não



previstas, entende-se que teriam impacto reduzido diante da pequena participação de ativos em moeda estrangeira no saldo devedor global.

Outro risco concernente à frustração de receitas se refere ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar nº 159/17, aplicável às dívidas estaduais a serem incluídas no âmbito do referido Regime. A adesão de Estados ao RRF pode suspender e postergar o pagamento de valores devidos à União durante o seu período de vigência. Até o momento, somente o Estado do Rio de Janeiro aderiu às condições da LC nº 159/2017, havendo possibilidade de adesão, até o momento, por parte dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Embora a programação orçamentária já contemple a adesão destes Estados ao RRF, existe o risco de outras adesões, o que implicaria frustração de receitas ainda maior para os créditos sob gestão da STN.

4.2.4.4 Incertezas legislativas

Apesar de não configurar como risco fiscal, é importante mencionar que outra fonte de incertezas para a União em seu relacionamento interfederativo provém da aprovação de legislações que beneficiem os entes subnacionais ao mesmo tempo que onerem o Governo Federal.

As receitas previstas apresentam risco de redução, parcial ou total, em determinados períodos, em decorrência de novas legislações que se traduzam em carências de pagamento aos mutuários ou abatimentos nos estoques dos ativos junto aos Estados e Municípios.

Novas alterações legais podem ser implementadas, contudo os impactos associados ainda não seriam passíveis de estimativa consistente ante o desconhecimento acerca da plena abrangência das medidas que estariam sendo avaliadas.

4.2.4.5 Impacto nas contas públicas

A Tabela 44 e Tabela 45 apresentam os impactos nas contas públicas dos riscos relativos às ações judiciais e à frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais, para o atual e os próximos três exercícios subsequentes, quando mensurável com suficiente segurança. Cabe ressaltar que os impactos apontados se referem somente aos contratos celebrados com a União, não contemplando dessa forma riscos relativos às dívidas dos entes garantidas pela União.

Tabela 44 - Estimativas dos impactos, segundo a natureza do risco, por exercício

Em R$ milhões

| Natureza do Risco[1] | Impacto Estimado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| Liminares Vigentes [2] ou Adesão dos entes ao RRF [3] | 11.712,29 | 11.178,01 | 9.804,98 | 8.413,24 |

[1]As naturezas "Liminares Vigentes" e "Adesão dos entes ao RRF" são mutuamente excludentes, ou seja, somente um desses eventos ocorrerá.
[2] Impacto liminares vigentes de valores significativos: considerou-se que RS, MG e GO continuarão amparados por liminar que impede a execução de garantias por tempo indeterminado.
[3] Impacto da adesão dos entes ao RRF: considerou-se a adesão, por parte dos estados de RS, MG e GO, no RRF, considerando a data de 1/1/2021. As comparações foram efetuadas em relação ao cenário em que os Estados de GO, RS e MG pagariam normalmente suas dívidas, conforme fluxo esperado.
**Fonte e elaboração:** STN/ME



Tabela 45 - Impacto estimado e realizado, segundo a natureza do risco, para o ano de 2020

Em R$ milhões

| Natureza do Risco[1] | Impacto Valor Estimado (E) Valor Realizado (R) Variação (%) | |
|---|---|---|
| | | 2020 |
| Liminares Vigentes [2] ou Adesão dos entes ao RRF [3] | E | 9.247,70 |
| | R | 12.363,02 |
| | % | 34,0 |

[1]As naturezas "Liminares Vigentes" e "Adesão dos entes ao RRF" são mutuamente excludentes, ou seja, somente um desses eventos ocorrerá.
[2] Impacto liminares vigentes de valores significativos: considerou-se que RS, MG e GO continuarão amparados por liminar que impede a execução de garantias por tempo indeterminado.
[3] Impacto da adesão dos entes ao RRF: considerou-se a adesão, por parte dos estados de RS, MG e GO, no RRF, considerando a data de 1/1/2021. As comparações foram efetuadas em relação ao cenário em que os Estados de GO, RS e MG pagariam normalmente suas dívidas, conforme fluxo esperado.
**Fonte e elaboração:** STN/ME

Quanto aos riscos de *frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais aos haveres sob gestão da STN, tem-se:*

*a) Lei Complementar nº 173/2020 - Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aplicável às dívidas estaduais a serem incluídos no âmbito do referido Regime.*

A LC 173/2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Nesse sentido, em linha com o disposto no Art. 2º da referida LC, para os Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao referido Programa, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020, a União ficou impedida de executar as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com os Estados e com o Distrito Federal com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, dos contratos de abertura de crédito firmados com os Estados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento celebrados com os Municípios com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Ainda, de acordo com o Art. 2º, § 1º, Inciso I da referida LC, para o Estado, Distrito Federal ou Município que tenha suspendido o pagamento das dívidas acima no período considerado, os valores não pagos serão apartados e incorporados aos respectivos saldos devedores em 1º de janeiro de 2022, devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, para pagamento pelo prazo remanescente de amortização dos contratos.

Por fim, conforme o Art. 2º, § 4º, do normativo em tela, os valores eventualmente pagos entre 1º de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 foram apartados do saldo devedor e devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, com destinação exclusiva para o pagamento das parcelas vincendas a partir de 1º de janeiro de 2021.

A *Tabela 46*Tabela 46 contempla os impactos estimados da mencionada LC para os créditos ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001 para os exercícios de 2020 a 2022, e o impacto materializado para o exercício de 2020.

Cabe ressaltar que tais impactos abrangem as parcelas mensais das dívidas refinanciadas, bem como os valores devidos mensalmente em decorrência do descumprimento do teto de gastos e do Regime de Recuperação Fiscal (RRF – Estado do Rio de Janeiro). Contudo, o

impacto da referida LC não ocorreu para os Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, visto que as parcelas mensais das dívidas destes Entes já estavam suspensas por decisões liminares.

Tabela 46 - Impactos estimados da LC nº 173/2020, segundo Ativo /Programa, por exercício

*Em R$ milhões*

| Ativo/Programa | Natureza do Risco | Impacto (Valor Estimado (E) / Valor Realizado (R) / Variação [1] (%)) | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Lei nº 9.496/1997 | Impactos decorrentes da LC nº 173/2020 [1] | E | -15.069,22 | -68,34 | 977,40 |
| | | R | -18.892,25 | - | - |
| | | % | 25,37 | - | - |
| MP nº 2.185/2001 | | E | -2.675,58 | -300,39 | 385,48 |
| | | R | -2.828,50 | - | - |
| | | % | 5,72 | - | - |
| **Total** | | E | **-17.744,79** | **-368,73** | **1.362,87** |
| | | R | **-21.720,76** | | |
| | | % | **22,41** | | |

*[1] Impactos decorrentes da adesão de Estados e Municípios à LC nº 173/2020, conforme dispositivos: Art. 2º, § 1º, Inciso I da LC nº 173/2020, e Art. 2º, § 4º, da LC nº 173/2020.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Cabe ressaltar que os impactos da LC nº 173/2020 abrangem todas as dívidas dos Estados e Municípios, inclusive considerando o rompimento do teto de gastos para os mesmos. Contudo, o impacto da referida LC, na prática, não ocorreu para os Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, visto que suas dívidas já estavam em suspenso, por conta de liminares judiciais.

*b) Lei Complementar nº 178/2021 – Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, alterando dispositivos das Leis Complementares nºs 156/16, 159/17, 173/21, da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, entre outras providências*

A Lei Complementar nº 178, de 13/1/2021 - LC nº 178/2021 instituiu Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o qual tem por objetivo reforçar a transparência fiscal dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e compatibilizar as respectivas políticas fiscais com a da União. No caso, o Programa poderá estabelecer metas e compromissos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo que os entes que efetuarem sua adesão, deverão firmar o compromisso de contrair novas dívidas exclusivamente em conformidade com os termos do referido Programa. Ademais, a adesão dos entes ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal será condição para a pactuação de Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal com a União.

Por sua vez, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal conterá conjunto de metas e de compromissos pactuados entre a União e cada Estado, o Distrito Federal ou cada Município, com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal e a melhoria das respectivas capacidades de pagamento. O mencionado Plano terá vigência temporária, devendo conter, no mínimo, as metas de compromissos



pactuados, e autorização para contratações de operações de crédito com garantia da União e as condições para liberação dos recursos financeiros.

Dentre as principais inovações trazidas pela referida Lei Complementar, no tocante aos haveres da União junto a entes subnacionais, destacamos as alterações no mecanismo do Regime de Recuperação Fiscal – RRF, alterando dessa forma dispositivos contidos na LC nº 159/2017. Nesse sentido, o novo prazo de vigência do RRF será de até 9 (nove) exercícios financeiros, observadas as hipóteses de encerramento e de extinção do referido Regime, apresentadas no texto da própria LC.

Durante a vigência do RRF, desde que assinado o contrato previsto no âmbito da referida LC e de acordo com o disposto em seu Art. 9º, a União:

1. Concederá redução extraordinária das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia contratados em data anterior ao protocolo do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Esse benefício será aplicado regressivamente no tempo, de tal forma que a relação entre os pagamentos do serviço das dívidas estaduais e os valores originalmente devidos das prestações dessas mesmas dívidas será zero no primeiro exercício e aumentará pelo menos 11,11 (onze inteiros e onze centésimos) pontos percentuais a cada exercício financeiro;
2. Poderá pagar em nome do Estado, na data de seu vencimento, as prestações de operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União, contempladas no pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e contratadas em data anterior ao protocolo do referido pedido, sem executar as contragarantias correspondentes. Por sua vez, esse benefício será aplicado regressivamente no tempo, de tal forma que a União pagará integralmente as parcelas devidas durante a vigência do Regime, mas a relação entre os valores recuperados por ela dos Estados e os valores originalmente devidos das prestações daquelas dívidas será zero no primeiro exercício e aumentará pelo menos 11,11 (onze inteiros e onze centésimos) pontos percentuais a cada exercício financeiro.

A Tabela 47 contempla os impactos estimados da LC nº 178/2021, tanto do ponto de vista da inclusão dos Estados no âmbito do novo RRF instituído pela referida LC, como em vista dos impactos decorrentes da implementação das demais medidas trazidas pelo normativo em tela.

Tabela 47 - Impactos estimados da LC nº 178/2021, segundo Ativo /Programa, por exercício

*Em R$ milhões*

| Ativo/Programa | Natureza do Risco | Impacto (Valor Estimado ($)) 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Lei nº 9.496/1997, Contrato BACEN-BANERJ e Honras de Aval Externa e Interna | Impactos decorrentes da adesão dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ao novo Regime de Recuperação Fiscal ao amparo da LC nº 178/2021 [1] | -4.211,37 | -11.487,82 | -24.607,67 |
| Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001 | Impactos total das demais medidas trazidas pela LC nº 178/2021 aos refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/1997 [2] e MP nº 2.185/2001 [3] | 174,81 | 132,10 | 144,94 |
| **Total** | | **-4.036,56** | **-11.355,72** | **-24.462,73** |

*[1] Impactos decorrentes da adesão de Estados ao Regime de Recuperação Fiscal ao amparo da LC nº 178/2021.*
*[2] Modificações trazidas pela LC 178/2021, por meio da inclusão dos Arts. 1º, 1º A e 1º B ao texto da Lei nº 9.496/1997.*
*[3] Modificação trazida pela LC 178/2021, por meio da inclusão do Inciso VI do Art. 8º ao texto da MP nº 2.185/2001.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*



4.2.4.6 Medidas de mitigação ou providências

As medidas de mitigação ou providências a serem tomadas tanto para prevenção de ocorrência do risco (redução da probabilidade de efetivação) quanto para o caso de materialização deste (minimização do impacto gerado):

a) *Riscos relativos às ações judiciais:* a principal medida de mitigação é a intensificação do relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, com vistas à reversão das decisões tomadas, o que tem ocorrido. Ressalta-se que essas operações são financeiras e o impacto fiscal da ocorrência dos riscos se dá sobre o endividamento público;

b) *Riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais aos haveres sob gestão da STN:* não há medidas de mitigação plenamente eficazes, contudo, a STN busca, sempre que possível, atuar junto às instâncias pertinentes com o objetivo de evitar ou minimizar impactos sobre as dívidas subnacionais;

c) *Riscos relativos ao não cumprimento das previsões de receitas para o exercício:* a principal medida de mitigação é o encaminhamento de projeções conservadoras para as receitas, para compor o PLOA. Por sua vez, a ocorrência de inadimplementos pontuais é mitigada por meio do mecanismo de execução de garantias previstas em contrato.

4.2.4.7 Valores provisionados no BGU ou na LOA referentes aos riscos apresentados

Os valores relativos às ações judiciais incidentes sobre empréstimos da União estão contabilizados nas contas de ajuste 1.2.1.1.1.99.04 (Ajuste de Perdas – Empréstimos Concedidos), 1.2.1.1.4.99.04 (Ajuste de Perdas – Empréstimos Concedidos – Estados) e 1.2.1.1.5.99.04 (Ajuste de Perdas – Empréstimos Concedidos – Municípios), e são apresentados na Tabela 48. Trata-se de contas redutoras do ativo da STN.

Tabela 48 - Valores registrados nas contas de ajustes de perdas para os empréstimos concedidos

*Em R$ milhões*

| Item | | Ajuste de Perdas (Curto Prazo ($) e Longo Prazo ($) / Variação [1] (%)) 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|---|
| **LC nº 148/2014** | Estados | 406,6 | 22,6 | - |
| | | -58,4% | -94,4% | -100,0% |
| | Municípios | 547,9 | 400,9 | 465,0 |
| | | 4,3% | -26,8% | 16,0% |
| | Subtotal | 954,5 | 423,5 | 465,0 |
| | | -36,4% | -55,6% | 9,8% |
| **Perda estimada dos créditos com liquidação duvidosa** | Estados | 19.587,60 | 30.410,7 | 341.312,7 |
| | | -64,4% | 55,3% | 1022,3% |
| | Municípios | 1.913,80 | 2.256,7 | 5.451,4 |
| | | 6,5% | 17,9% | 141,6% |
| | Administração direta e indireta | 1.532,20 | 2.042,7 | 3.175,8 |
| | | 1117,0% | 33,3% | 55,5% |
| | Subtotal | 23.033,6 | 34.710,1 | 349.939,9 |
| | | -59,5% | 50,7% | 908,2% |
| **Total** | | **23.988,1** | **35.133,6** | **350.404,9** |
| | | **-58,9%** | **46,5%** | **897,3%** |

*[1] Variação em relação ao período anterior*
***Fonte e elaboração:** STN/ME.*



A variação positiva de 897,3% em relação à posição do exercício anterior nos registros de ajuste de perdas aplicados aos haveres se deve à implementação da nova metodologia para os critérios de reconhecimento de ajuste de perdas.

Tal mudança é originária de recomendação exarada por meio do Acórdão nº 1437/2020–TCU–Plenário.

Em razão da determinação mencionada, elaborou-se uma série de estudos, que indicaram a necessidade de modificação dos critérios para o reconhecimento dos ajustes de perdas, inclusive com o reconhecimento de valores concernentes aos contratos inclusos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A metodologia anterior previa o registro de ajuste de perdas somente para: a) saldos vencidos de empréstimos e refinanciamentos com atrasos superiores a 180 dias e/ou decorrentes de liminares ajuizadas contra a União; b) avais honrados pela União e impedidos de recuperação mediante execução de contragarantias por força de liminares judiciais, após decorridos 180 dias; e c) impactos decorrentes da implementação das condições da LC nº 148/2014.

Por sua vez, a nova metodologia possibilita o registro de ajuste de perdas com base na metodologia denominada "CAPAG PLUS". Essa metodologia utiliza informações de CAPAG (Capacidade de Pagamento), publicadas pela STN, as quais são convertidas para *ratings* do Modelo em tela, e em seguida são consideradas informações concernentes às pendências jurídicas dos contratos e à sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Com isso, são obtidos os *ratings* finais, distribuídos de "AA" (correspondente ao percentual de ajuste de perdas de 0%) a "H" (correspondente ao percentual ajuste de perdas de 100%), sendo os percentuais aplicados aos saldos devedores dos respectivos contratos, conforme disposto na Tabela 49.

Tabela 49 - Matriz do Modelo de Ajuste de Perdas da STN



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| Estágio conforme Modelo do IFRS 9 / CPC 48 | Nível de Risco / Rating | Ajustes para Perdas Estimadas (em % do saldo devedor dos financiamentos) |
|---|---|---|
| Primeiro Estágio | AA | 0,00% |
| Segundo Estágio | A | 1,00% |
| | B | 2,00% |
| | C | 5,00% |
| | D | 10,00% |
| | E | 30,00% |
| | F | 50,00% |
| | G | 70,00% |
| Terceiro Estágio | H | 100,00% |

***Fonte e elaboração:*** *STN/ME.*

A atribuição dos *ratings* é efetuada de forma mensal a todos os ativos registrados na carteira, sendo vedada mais de uma mudança de classificação de risco para cada contrato / mutuário dentro de um mesmo mês. Após a classificação dos contratos conforme os *ratings* representados na Tabela 50, são aplicáveis os respectivos percentuais para ajuste de perdas estimadas calculados sobre os saldos devedores dos contratos registrados no Sistema de Acompanhamentos de Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios – SAHEM.

Tabela 50 - Tabela de Conversão das Notas CAPAG para ratings da matriz STN

| Classificação Final CAPAG | Nível de Risco / Rating da matriz STN |
|---|---|
| A | AA |
| B | C |
| C | F |
| D | H |
| n.d. | H |
| suspensa | H |

***Fonte e elaboração:*** *STN/ME.*

O impacto decorrente da aplicação da metodologia "CAPAG PLUS" evidencia o efeito das liminares judiciais sobre a carteira de créditos gerida pela STN, assim como reflete as CAPAGs atribuídas aos entes com base na metodologia desenvolvida pela STN.

Cabe destacar que a nova metodologia não modificou a rotina mensal de registro dos impactos decorrentes da implementação das condições da LC nº 148/2014. Por fim, a variação negativa de 100% na conta dos Estados se deve à adesão do Estado de Roraima às condições da referida LC, de forma que todos os Estados acabaram por aderir às condições da Lei Complementar em tela.

4.2.4.8 Riscos Fiscais não mais considerados

Os riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação da LC nº 156/2016, aplicável aos refinanciamentos amparados pela Lei nº 9.496/1997 foi mencionado no Anexo de Riscos



Fiscais da LDO 2021, porém não está sendo considerado na presente versão, uma vez que foram previstos e apresentados os impactos materializados em decorrência da implementação do referido normativo para o período de 2017 a 2019, não tendo sido efetuada previsão de impacto para os exercícios posteriores.

O mesmo se aplica aos riscos de riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação da LC nº 159/2017, também aplicável aos refinanciamentos amparados pela Lei nº 9.496/1997, e mencionado no Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2021. Como os impactos previstos e materializados se referiam, da mesma forma que no caso anterior, ao período de 2017 a 2019, tais riscos também não foram incluídos na presente versão do Anexo.

### 4.2.5 Haveres Financeiros Não Relacionados a Entes Federativos

Os haveres financeiros da União não relacionados a entes federativos, sob a gestão da STN, são atualmente classificados em seis categorias, conforme a norma ou ato que lhes deu origem, sendo elas:

*I. Haveres Originários de Empréstimos concedidos às Instituições Financeiras*

Este grupo é composto pelos haveres oriundos da concessão de empréstimos às Instituições Financeiras. O volume de recursos nos contratos aqui incluídos corresponde a aproximadamente 81% do total dos haveres da União não Relacionados aos Entes Federativos sob a gestão da STN, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aparecendo como a principal contraparte. O restante dos contratos encontra-se pulverizado entre Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).

*II. Haveres Originários de Operações de Crédito Rural*

Estão compreendidos neste grupo os haveres oriundos de programas de crédito rural, dentre os quais destacamos: Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), Pronaf, Estoques de produtos agrícolas operacionalizados pela CONAB (Programa de Garantia de Preço Mínimo ao Produtor – PGPM), Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB e outros.

*III. Haveres Originários de Operações de Cessões de Créditos*

São os haveres decorrentes de operações realizadas entre a União e Entidades públicas envolvendo a aquisição de créditos, como a realizada com a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), e da extinção de empresas públicas, a exemplo da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).

*IV. Haveres Originários de Operações de Crédito à Exportação*

Neste grupo encontram-se os haveres decorrentes do crédito à exportação, basicamente relativos ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex).



*V. Haveres Originários de Empréstimos a Entidades Não Financeiras*

Este grupo de haveres é composto por operações onde a contraparte é a Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai (ANDE).

*VI. Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG*

Este grupo de Haveres se refere à ação orçamentária criada em 2020 para concessão de financiamentos para pagamento de folha salarial no âmbito do Programa Especial de Suporte a Empregos (MP 944/2020, convertida na Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020), devido à pandemia do COVID-19.

4.2.5.1 Evolução dos haveres e créditos

No tocante à evolução dos haveres e créditos, a Tabela 51 apresenta o histórico dos valores do estoque, por exercício, segundo haver financeiro sob gestão da STN.

Tabela 51 - Evolução do estoque, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício

*Em R$ milhões*

| Haver Financeiro | Estoque<br>Valor Realizado ($)<br>Variação [1] (%) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Empréstimos às Instituições Financeiras | 464.688,6<br>-4.9% | 361.683,2<br>-22,2% | 241.183,7<br>-33,3% | 235.726,3<br>-2,3% |
| Operações de Crédito Rural | 23.256,0<br>13,9% | 14.290,4<br>-38,6% | 10.478,5<br>-26,7% | 6.632,3<br>-36,7% |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas) | 18.285,2<br>-20,2% | 15.367,5<br>-16,0% | 11.565,1<br>-24,7% | 10.799,1<br>-6,6% |
| Operações de Crédito à Exportação | 3.751,0<br>32,2% | 3.701,6<br>-1,3% | 4.029,9<br>8,9% | 5.236,3<br>29,9% |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras | 88,1<br>-16,0% | 89,7<br>1,8% | 73,9<br>-17,6% | 66,5<br>-9,9% |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | | | | 6.895,3 |
| Total | 510.069,0<br>-4,6% | 395.132,4<br>-22,5% | 267.331,1<br>-32,3% | 265.355,8<br>-0,73% |

*[1] Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.*
***Fonte e elaboração****: STN/ME.*



4.2.5.2 Evolução e estimativas dos fluxos

Quanto à evolução dos fluxos, a Tabela 52 apresenta uma comparação entre os fluxos, estimados e realizados, por exercício, segundo haver financeiro sob gestão da STN.

Tabela 52 - Fluxos estimados e realizados segundo haver financeiro

*Em R$ milhões*

| Haver Financeiro | | Fluxo<br>Valor Estimado (E)<br>Valor Realizado (R)<br>Variação [1] (%) | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Empréstimos às Instituições Financeiras | E | 9.512,0 | 3.806,0 | 25.759,8 | 24.478,4 |
| | R | 53.770,8 | 131.694,0 | 136.654,0 | 18.604,5 |
| | % | 465,3% | 3.360,2% | 430,5% | -24,0% |
| Operações de Crédito Rural | E | 359,6 | 1.058,2 | 5.695,1 | 4.420,5 |
| | R | 366,6 | 6.302,2 | 6.964,8 | 4.593,5 |
| | % | 1,9% | 495,6% | 22,3% | 3,9% |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas) | E | 6.393,9 | 5.130,9 | 5.625,8 | 2.269,4 |
| | R | 5.382,8 | 6.100,4 | 7.222,0 | 5.286,6 |
| | % | 15,8% | 18,9% | 28,4% | 133,0% |
| Operações de Crédito à Exportação | E | 1.385,5 | 1.278,8 | 1.279,6 | 882,2 |
| | R | 1.143,7 | 1.523,6 | 1.254,8 | 1.328,6 |
| | % | 17,5% | 19,1% | -1,9% | 50,6% |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras | E | 23,4 | 17,7 | 21,9 | 21,9 |
| | R | 19,6 | 23,4 | 23,1 | 29,8 |
| | % | -16,1% | 32,2% | 5,6% | 36,1% |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | E | | | | |
| | R | | | | |
| | % | | | | 22,9 |
| Total | E | 17.674,4 | 11.291,6 | 38.382,2 | 32.072,4 |
| | R | 60.683,5 | 145.643,6 | 152.118,8 | 29.866,0 |
| | % | 243,3% | 1.189,8% | 296,3% | -6,87% |

*[1] Variação entre os valores estimados e realizados.*
*Fonte e elaboração: STN/ME.*



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No que tange às diferenças percebidas entre os valores previstos e realizados nos empréstimos concedidos às instituições financeiras em 2017, 2018 e 2019, essas decorrem das liquidações antecipadas realizadas pelo BNDES em seus contratos junto à Secretaria do Tesouro Nacional. As amortizações realizadas totalizaram em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, R$ 50 bilhões, R$ 130 bilhões e R$ 100 bilhões. Em 2019, ainda houve amortizações antecipadas de contratos do BNB e da CEF que totalizaram R$ 11,6 bilhões. Uma vez que a decisão de amortizar extraordinariamente um empréstimo cabe ao tomador, não é possível à União projetar esses eventos financeiros com uma razoável confiança. Assim, essas liquidações não compõem a previsão de receita realizada.

Em relação à variação observada em 2018 nas operações de crédito rural, essa deriva basicamente de dois processos: o primeiro deles foi a regularização da dívida rural securitizada iniciado no final de 2017, mas que obteve seus principais resultados em 2018. Tal procedimento buscou junto aos bancos e cooperativas resgatar valores inadimplidos desde a década de 1990. Com a evolução do processo, houve uma recuperação significativa desses ativos que não estava inicialmente prevista. O segundo deles foi a liquidação de títulos CTN´s no montante de R$ 4,5 bilhões. Esses títulos foram emitidos inicialmente pela União como Garantia do principal das operações de PESA e depositados na CETIP em nome das instituições financeiras beneficiadas. Contudo, no caso das operações conduzidas pelo Banco do Brasil, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, elas foram adquiridas pela União. Assim, na medida em que os títulos vencem, esses retornam ao Tesouro em um novo fluxo que não foi inicialmente previsto.

Em 2020 também se observou um aumento nas receitas de Operações de Cessões de Crédito, Operações de Crédito à Exportação e Empréstimos à Entidades Não Financeiras quando comparadas ao que havia sido previsto inicialmente. Esse movimento é consequência, principalmente, da forte desvalorização cambial durante o exercício, tendo em vista que muitos desses contratos são indexados ao dólar.

Em relação às estimativas de fluxo, a Tabela 53 apresenta os respectivos valores a receber, por exercício, segundo haver financeiro sob gestão da STN, bem como a categorização do impacto gerado em financeiro ou primário.

Tabela 53 - Fluxos estimados, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício

*Em R$ milhões*

| Haver Financeiro | Estoque Valor Realizado | Fluxo Valor Estimado [2] | | | | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 [1] | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | |
| Empréstimos às Instituições Financeiras | 235.726,3 | 52.974,5 | 14.236,1 | 14.111,1 | 14.016,6 | F |
| Operações de Crédito Rural | 6.632,3 | 2.354,0 | 659,0 | 590,1 | 546,6 | F |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas) | 10.799,1 | 1.972,2 | 2.279,6 | 887,8 | 609,5 | F |
| Operações de Crédito à Exportação | 5.236,3 | 793,2 | 813,0 | 833,3 | 854,2 | F |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras | 66,5 | 30,6 | 30,0 | 10,5 | | F |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | 6.895,3 | 2.394,5 | 2.890,0 | 1.537,3 | | F |
| Total | 265.355,8 | 60.519,0 | 20.907,7 | 17.970,2 | 16.026,9 | |



[1] *Posição em 31/12/2020.*
[2] *Os valores estimados consideram o pagamento antecipado do BNDES de R$ 38 bilhões previsto para março/2021 e já aprovado pelo ME.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

4.2.5.3 Riscos fiscais mapeados e mensurados

No que tange à gestão de riscos da carteira sob a gestão da STN, entende-se que os riscos fiscais decorrentes destes haveres são reflexos dos riscos de crédito e liquidez inerentes às operações supramencionadas. As estimativas de impacto estão disponíveis na Tabela 54.

Tabela 54 - Estimativas dos riscos fiscais por haver financeiro

*Em R$ milhões*

| Haver Financeiro | Riscos fiscais Valor Estimado ($) |
|---|---|
| | 2021 |
| Empréstimos às Instituições Financeiras | - |
| Operações de Crédito Rural | 372,2 |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas) | 41,2 |
| Operações de Crédito à Exportação | 535,2 |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras | - |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | 6,9 |
| Total | 955,6 |

***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Quanto à prevenção de ocorrência do risco, permanece sendo observado o aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento dos haveres de que se trata. Já no tocante à materialização dos riscos, atualmente já são adotadas as medidas de inscrição em Dívida Ativa da União dos valores inadimplidos para que a PGFN possa realizar a cobrança e execução com objetivo de minimizar o impacto gerado.

Cumpre destacar o registro no SIAFI do valor de R$ 4,92 bilhões, posição de 31.12.2020, referente a ajustes para perdas em créditos de longo prazo com base nas informações enviadas pelas Instituições Financeiras contratadas pela União para administração dos créditos, como prestadores de serviços no processo de circularização de saldos.

## 4.3 OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS

Nesta seção serão analisados os riscos fiscais que, por sua especificidade, não foram incorporados nas categorias avaliadas anteriormente, seja de Ativos ou Passivos Contingentes. Serão apresentados os riscos fiscais relacionados às Parcerias Público Privadas e Concessões, às Empresas Estatais, ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, ao Sistema Financeiro Nacional, aos Desastres



e, por fim, as estimativas de impactos fiscais decorrentes da mudança demográfica prevista para o Brasil, na próxima década, sobre as despesas de saúde e educação.

### 4.3.1 Parcerias Público-Privadas e às Concessões Públicas

4.3.1.1 Parcerias Público Privadas

As Parcerias Público-Privadas (PPP`s) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são regidas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. A referida Lei define, em seu art. 4º, que "dentre as diretrizes a serem observadas na contratação de parceria público-privada, deve constar a repartição objetiva de riscos entre as partes".

Nesse sentido, no que se refere às PPP`s Federais, cabe mencionar que a União, considerando sua administração direta e indireta, possui atualmente um único contrato de PPP, que é o Complexo Data Center contratado por um consórcio formado por Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal junto à GBT S/A. Entretanto, como as empresas estatais envolvidas não são dependentes e os contratos não preveem qualquer tipo de garantia do poder concedente ao concessionário, não existem riscos alocados à União.

4.3.1.2 Riscos Fiscais em Concessões

As Concessões são regidas pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Essa Lei define, no inciso II do seu art. 2º, concessão de serviço público como sendo "a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado".

*a) Ótica das Despesas*

A prática da União nos contratos de concessão atualmente em vigor tem sido a de transferência dos riscos mais relevantes para o concessionário, como é o caso dos riscos de construção e de demanda. Sobre a União recai a responsabilidade sobre eventos extraordinários, que venham a ser reconhecidos como caso fortuito, força maior ou fato do príncipe.

Há contratos que preveem a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, o que poderia eventualmente acarretar ônus à União. Ocorre que mesmo nos casos em que se enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o Poder Concedente dispõe de alguns mecanismos de compensação que não causam impacto fiscal, como por exemplo, revisão tarifária ou dilatação do prazo contratual.

Há ainda a possibilidade de extinção, antecipada ou não, dos contratos. Nesses casos, é possível que tenham sido efetuados investimentos em bens reversíveis que ainda não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, sendo que a União poderá ter que fazer frente a eventual pagamento ao concessionário, a depender de como será definida a forma de indenização.

Ocorre que, inclusive nesses casos, o risco de a União ter que fazer frente a eventual pagamento ao concessionário pode ser mitigado, pois existe a possibilidade de que o bem seja relicitado e as indenizações sejam arcadas pelos futuros contratados, conforme previsto no art. 15, § 1º da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, que trata da relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário.



*b) Ótica das Receitas*

No que tange às projeções de receitas de concessões, os valores arrecadados provêm da obrigação de pagamento de outorga por parte do concessionário, definida em contrato. Parte das receitas advém de contratos vigentes e parte da celebração de novos contratos. Nesse contexto, os principais riscos fiscais decorrem, por um lado, da possibilidade de inadimplência de concessionários com contratos vigentes, e, por outro lado, da não celebração dos novos contratos previstos para aquele período. Além disso, há o risco de demanda que pode impactar o recebimento de outorga variável, ou seja, outorga proporcional à receita da concessionária.

Em termos de possibilidade de não pagamento de outorgas de concessões vigentes, os fatores de riscos estão relacionados a questionamentos judiciais, pedidos de reequilíbrio econômico–financeiros ou mesmo insolvência do concessionário.

Já em termos da possibilidade de não celebração de novos contratos, os principais fatores de risco a serem considerados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual são a exequibilidade do cronograma dos leilões que precedem esses contratos e a ausência de propostas de interessados ("leilão deserto").

Adicionalmente, há o risco de conversão de receitas de outorga em investimentos cruzados da concessionária, em decorrência de novos processos licitatórios ou de prorrogação de contratos de concessão de ferrovias e rodovias no âmbito da Lei nº 13.448, de 2017, o que reduz o potencial de novas receitas da União, bem como a sua previsibilidade. As projeções de receitas de novos contratos também podem ser afetadas por práticas recentemente observadas de direcionamento de recursos da concessionária diretamente para empresas estatais, obras diversas e contas vinculadas conforme previsão em editais de licitação. Eventuais alterações legislativas que vinculem o benefício econômico da outorga para investimentos ou setores específicos também teriam impacto negativo sobre as receitas potenciais da União.

Para mitigar o risco de cronograma e outros riscos que afetem as receitas previstas é feito monitoramento dos processos, e qualquer alteração de estimativa é refletida nos relatórios de avaliações bimestrais de receitas e despesas primárias. Com relação ao risco de leilão deserto, sua mitigação por parte do poder concedente passa por garantir que haja aderência entre o modelo econômico desenhado e a expectativa do mercado, assim como garantir que a condução do processo licitatório seja feita de maneira a minimizar as incertezas, favorecendo a previsibilidade e transparência.

A Tabela 55 apresenta o histórico recente de receitas de concessões e permissões. O comparativo entre a projeção constante da Lei Orçamentária e o valor efetivamente arrecadado a cada ano mostra a importância de uma adequada avaliação de riscos de realização dessas receitas.

Tabela 55 - Receitas de Concessões, segundo exercício

*Em R$ milhões*

| Ano | PLOA | LOA | Realizado | Variação [1] (%) |
|---|---|---|---|---|
| 2013 | 3.321 | 15.679 | 21.111 | 135% |
| 2014 | 9.751 | 13.451 | 8.053 | 60% |
| 2015 | 13.304 | 15.461 | 5.885 | 38% |
| 2016 | 10.007 | 28.507 | 21.931 | 77% |
| 2017 | 23.963 | 23.963 | 32.106 | 134% |
| 2018 | 18.894 | 18.894 | 21.930 | 116% |
| 2019 | 15.631 | 15.631 | 93.275 | 597% |
| 2020 | 21.063 | 21.063 | 8.150 | 39% |

[1] *Variação entre a receita realizada e a estimada na Lei Orçamentária Anual*
***Fonte**: PLOA; LOA; SIAFI. **Elaboração**: STN/ME*



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cabe mencionar que o encaminhamento das projeções para fins de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) ocorre entre os meses de junho e julho do ano anterior ao exercício a que se refere, sendo que é comum a divulgação de novos processos licitatórios após esse prazo, o que contribui para verificação de diferenças entre os valores previstos nas peças orçamentárias e os valores efetivamente realizados. Além disso, as projeções mencionadas não consideram eventuais ágios que possam ocorrer nos processos licitatórios, o que também contribui para eventuais diferenças entre os valores previstos nas peças orçamentárias e os valores efetivamente realizados.

A Tabela 56 decompõe as receitas entre contratos vigentes e novos leilões realizados no período. Como pode ser constatado, as variações entre previsto e realizado estão presentes inclusive nos contratos de concessões vigentes.

Dessa forma, tais fatores de risco devem ser observados de forma abrangente pelas agências reguladoras e órgãos setoriais no processo de projeções de receitas de concessões e permissões para fins da elaboração do PLOA.

Tabela 56 - Receita de Concessões (novas concessões x contratos vigentes)

*Em R$ milhões*

| Exercício | Categorias de Concessões | Receita de Concessões | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | PLOA | LOA | Realizado | Variação [1] (%) |
| 2014 | Vigentes | 3.841 | 3.841 | 2.976 | 77% |
| | Novas | 5.910 | 9.610 | 5.077 | 53% |
| | Total | 9.751 | 13.451 | 8.053 | 60% |
| 2015 | Vigentes | 6.223 | 6.223 | 5.885 | 95% |
| | Novas | 7.081 | 9.238 | - | |
| | Total | 13.304 | 15.461 | 5.885 | 38% |
| 2016 | Vigentes | 5.007 | 22.007 | 21.931 | 100% |
| | Novas | 5.000 | 6.500 | - | |
| | Total | 10.007 | 28.507 | 21.931 | 77% |
| 2017 | Vigentes | 4.735 | 4.735 | 8.508 | 180% |
| | Novas | 19.228 | 19.228 | 23.598 | 123% |
| | Total | 23.963 | 23.963 | 32.106 | 134% |
| 2018 | Vigentes | 5.097 | 5.097 | 3.850 | 76% |
| | Novas | 13.797 | 13.797 | 18.080 | 131% |
| | Total | 18.894 | 18.894 | 21.930 | 116% |
| 2019 | Vigentes | 3.067 | 3.067 | 4.998 | 163% |
| | Novas | 12.563 | 12.563 | 88.277 | 703% |
| | Total | 15.631 | 15.631 | 93.275 | 597% |
| 2020 | Vigentes | 4.622 | 4.622 | 5.133 | 111% |
| | Novas | 16.442 | 16.442 | 3.016 | 18% |
| | Total | 21.063 | 21.063 | 8.150 | 39% |

*[1] Variação entre a receita realizada e a estimada na Lei Orçamentária Anual*
***Fonte**: PLOA; LOA; SIAFI. **Elaboração**: STN/ME*

Em relação à Tabela 56, cabe mencionar que, em 2019, a diferença entre valor previsto e realizado foi devida, principalmente, à realização do leilão dos volumes excedentes ao contrato de cessão onerosa, no setor de petróleo e gás, não previsto na LOA daquele ano. Em 2020, a diferença ocorreu principalmente em função da não realização de receitas da descotização de usinas hidrelétricas da Eletrobras, previstas inicialmente na LOA.



A Tabela 57 apresenta a lista atualizada contendo informações relativas às concessões e permissões fornecidas pelas respectivas agências reguladoras.

Tabela 57 - Concessões e Permissões

| Setor da Concessão | Agência Reguladora responsável | Objeto do contrato de concessão | Dimensão | Início Concessão | Vencimento da Concessão |
|---|---|---|---|---|---|
| Rodovia | ANTT | BR 381 (MG/SP) | 562 km | 2008 | 2033 |
| | | BR 101 (RJ) | 320 Km | 2008 | 2033 |
| | | BR 101/116/376 (SC/PR) | 405,94 Km | 2008 | 2033 |
| | | BR 116 (PR/SC) | 413 Km | 2008 | 2033 |
| | | BR 116 (PR/SP) | 402 Km | 2008 | 2033 |
| | | BR 393 (RJ) | 200 Km | 2008 | 2033 |
| | | BR 153 (SP) | 321 Km | 2008 | 2033 |
| | | BR 324/116 e BA 526/528 | 680 Km | 2009 | 2033 |
| | | BR 050 (GO/MG) | 436,6 Km | 2014 | 2044 |
| | | BR 163 (MS) | 847,2 Km | 2014 | 2044 |
| | | BR 163 (MT) | 850,9 Km | 2014 | 2044 |
| | | BR 040 (MG/GO/DF) | 936,8 Km | 2014 | 2044 |
| | | BR 101 - Ponte Rio-Niterói | 13,2 Km | 2015 | 2045 |
| | | BR 116 (RJ/SP) | 402 Km | 1996 | 2021 |
| | | BR 040 (RJ/MG) | 180 Km | 1996 | 2021 |
| | | BR 116 (RJ) Rio - Teresópolis | 142,5 Km | 1996 | 2021 |
| | | BR 290/116/101/448 | 473 Km | 2019 | 2049 |
| | | BR 116/392 | 457,3 Km | 1998 | 2018 |
| | | BR 060/153/262 (DF/GO/MG) | 1.176,5 Km | 2014 | 2044 |
| | | BR 153 (GO/TO) | 624,8 Km | 2014 | 2044 |
| | | BR 101 (ES/BA) | 475,9 Km | 2014 | 2039 |
| | | BR-364/365/MG/GO | 437 km | 2020 | 2050 |
| | | BR-101/SC | 220,42 km | 2020 | 2050 |
| Ferrovia | ANTT | Malha Sul RS/SC/PR | 7.223 Km | 1996 | 2026 |
| | | Malha Nordeste | 4.295 Km | 1997 | 2027 |
| | | EFC - Estrada de Ferro Carajás - Vale - Sistema Norte (PA/TO/MA) | 978 Km | 1997 | 2027 |
| | | Malha Oeste PR | 248 Km | 1997 | 2027 |
| | | Estrada de Ferro Vitória a Minas | 895 Km | 1997 | 2027 |
| | | Ferrovia Centro-Atlântica S.A. | 7.223 Km | 1996 | 2026 |
| | | Malha Norte MS/MG/GO/MT/RO/PA | 735 km | 1989 | 2079 |
| | | Ferrovia Norte Sul Tramo Norte | 744 km | 2007 | 2037 |
| | | Malha Oeste MS/SP | 1.973 Km | 1996 | 2026 |
| | | Trecho Minas SC - Porto Tubarão SC | 163 km | 1997 | 2027 |
| | | Malha Paulista SP | 2.055 Km | 1998 | 2028 |
| | | MRS Logística - Malha Sudeste RJ/MG/SP | 1.686 Km | 1996 | 2026 |
| | | Ferrovia Norte Sul Tramo | 855 km | 2019 | 2049 |
| | | Central | | | |
| | | Malha Nordeste | - | 2014 | - |
| Transporte Rodoviário Interestadual | ANTT | Quotas de Exploração do Lote 4 - região do Distrito Federal e entorno | - | 2015 | 2030 |
| Aeroportuário | ANAC | Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. | 15.291.381,99 m² | 2012 | 2040 |
| | | Aeroporto de Brasília S. A. | 9.947.560 m² | 2012 | 2037 |
| | | Aeroporto Viracopos S.A. | 8.579.300 m² | 2012 | 2042 |
| | | Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | 11.905.056,52 m² | 2012 | 2032 |
| | | Aeroporto Internacional de Confins S.A. | 15.175.129,34 m² | 2014 | 2044 |
| | | Aeroporto Rio de Janeiro S.A. | 14.462.076,82 m² | 2014 | 2039 |
| | | Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. | 4.796.332,01 m² | 2017 | 2047 |
| | | Aeroporto de Fortaleza | 4.550.951,27 m² | 2017 | 2047 |
| | | Aeroporto de Porto Alegre | 4.820.662,91 m² | 2017 | 2042 |
| | | Aeroporto de Salvador S.A. | 8.248.488,25 m² | 2017 | 2047 |
| | | Aeroportos do Bloco Nordeste | 16.964.710,9 m² | 2019 | 2049 |
| | | Aeroportos do Bloco Centro-Oeste | 14.412.631,4 m² | 2019 | 2049 |
| | | Aeroportos do Bloco Sudeste | 7.661.213,21 m² | 2019 | 2049 |
| Serviço Telefônico Fixo Comutado | ANATEL | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região I (Setores 1,2, 4 a 17) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região I (Setor 3) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região II (18, 19, 21, 23, 24, 26 a 29) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região II (Setor 20) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região II (Setores 22 e 25) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região III (Setor 31) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região III (Setor 33) | - | 1998 | 2025 |
| | | Serviço Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional - Região IV (Setores 1 a 33) | - | 1998 | 2025 |



| Setor da Concessão | Agência Reguladora responsável | Objeto do contrato de concessão | Dimensão | Início Concessão | Vencimento da Concessão |
|---|---|---|---|---|---|
| Cessão onerosa de área dentro do porto organizado | ANTAQ | 134 Contratos | 12.026.371,34 m2 | 1986 | 2050 |
| Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural | ANP | 668 Contratos | | 1941 | 2050 |
| Concessão Florestal | SFB | 18 Contratos | 1.050.966,84 ha | 2008 | 2059 |
| Transmissão de Energia Elétrica | ANEEL | 340 Contratos Linhas de Transmissão | > 85.390,45 km | 1995 | 2050 |
| Distribuição de Energia Elétrica | ANEEL | 104 Contratos | - | 1990 | 2050 |
| Geração de Energia Hidrelétrica[1] | ANEEL | 272 contratos | - | 1969 | 2055 |
| Geração de Energia Termelétrica[2] | ANEEL | Bagre | 1.222 kW | 1998 | 2028 |
| | | Barreira do Campo | 440 kW | 1998 | 2028 |
| | | Figueira | 20.000 kW | 1999 | 2019 |
| | | Igarapé | 131.000 kW | 2004 | 2021 [3] |
| | | Melgaço | 720 kW | 1998 | 2028 |
| | | Novo Progresso | 9.125 kW | 1998 | 2028 |
| | | Piratininga | 39.0000 kW | 1995 | 2015 |
| | | Santa Cruz | 1.000.000 kW | 1995 | 2015 |
| | | Santa Maria das Barreiras | 1.112 kW | 1998 | 2024 |
| Exploração e Pesquisa Mineral[4] | ANM | Concessão do direito real do uso | 22.027,48 m2 | 2017 | 2047 |

[1]O aumento do número de contratos na lista de 2021 em relação a de 2020 é devido à inclusão de usinas de baixo potencial hidrelétrico e à atualização na base dados da ANEEL.

[2]A redução no número de contratos na lista de 2021 em relação a 2020 é devida à atualização na base dados da ANEEL.

[3]A UTE Igarapé tinha vencimento em 2024, mas foi extinta pela Portaria MME nº 487/2021, de 10/02/2021
[4]Dados de 2020.
***Fonte:** Agências Reguladoras. **Elaboração**: STN/ME*



### 4.3.2 Estatais Federais

Esta seção engloba os riscos fiscais relacionados às empresas estatais federais não dependentes controladas diretamente pela União. Tais empresas integram o Orçamento de

Investimentos das Empresas Estatais (OI) e o Programa de Dispêndios Globais (PDG)[17]. Refere-se a um conjunto de 27 empresas, sendo 21 empresas públicas e 6 sociedades de economia mista, conforme Tabela 58[18].

As empresas estatais federais em liquidação, que também não fazem parte desta seção, não integram o Orçamento Fiscal nem o Orçamento de Investimento, mas integram o Programa de Dispêndios Globais (PDG). É adotado o rito de liquidação da Lei nº 8.029, de 1990, em que o Estado coordena e assume, de forma subsidiária, na condição de sucessor (art. 23 da Lei nº 8.029/1990), os ativos e passivos remanescentes, mediante atuação do liquidante indicado pela administração pública federal. É um processo que tende a conferir maior celeridade em relação à liquidação nos termos da legislação societária, mas pode imputar maiores riscos fiscais para o ente controlador, pois os passivos poderão ser transferidos sem a realização de todos os ativos existentes. Em 2020, as empresas Codomar e a Casemg, que se encontravam em processo de liquidação, foram extintas. A SEST é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão dos processos de liquidação.

Quanto ao resultado fiscal das empresas estatais não dependentes, vale lembrar que as Instituições Financeiras Federais (IFF), incluída a FINEP, não compõem o setor público consolidado conforme metodologia vigente. As empresas Petrobras e Eletrobras, incluindo suas subsidiárias, por outro lado, foram excluídas do escopo da metodologia do Banco Central, considerando, à época, suas características operacionais e de governança corporativa, à exceção da empresa Itaipu binacional, que ainda faz parte das estatísticas fiscais, por sua singularidade. Não obstante, essas empresas, como estatais não dependentes, podem oferecer riscos fiscais ao acionista controlador como se verá adiante.

Tabela 58 - Escopo da Análise de Riscos de Empresas Estatais Não Dependentes

| Empresa | Natureza | Participação [1] |
|---|---|---|
| **ABGF** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **BNDES** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CAIXA** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CASA DA MOEDA** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **DATAPREV** | Empresa Pública Não Dependente | 51,00% |
| **CORREIOS** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **EMGEA** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **ENGEPRON** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **FINEP** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **HEMOBRAS** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **INFRAERO** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **PPSA** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **SERPRO** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CEAGESP** | Empresa Pública Não Dependente | 99,70% |
| **CDC** | Empresa Pública Não Dependente | 99,90% |

[17] As empresas dependentes, por sua vez, integram o Orçamento Fiscal da União e estão inseridas nas análises do conjunto dos órgãos e entidades que integram esta peça orçamentária, inclusive a subseção 4.1.1.5 (Demandas Judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União) integrante da seção 4.1 (Passivos Contingentes).

[18] Não abrange as empresas controladas indiretamente.



| | | |
|---|---|---|
| **CDP** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CDRJ** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CODEBA** | Empresa Pública Não Dependente | 98,40% |
| **CODERN** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CODESP** | Empresa Pública Não Dependente | 100,00% |
| **CODESA** | Empresa Pública Não Dependente | 99,50% |
| **BANCO DO BRASIL** | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto | 50,00% |
| **ELETROBRAS [2]** | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto | 42,57% |
| **PETROBRAS [2]** | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto | 28,67% |
| **BASA** | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto | 51,00% |
| **BNB** | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto | 55,45% |
| **CEASAMINAS** | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Fechado | 99,60% |

*[1] Posição em 31/12/2020*
*[2] Controle por meio das ações ordinárias.*
***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

A avaliação de riscos das empresas estatais não dependentes, na maioria dos elementos de risco mapeados, demanda a separação da categoria das Instituições Financeiras Federais em relação às demais empresas estatais exploradoras de atividades econômicas ou prestadoras de serviço público. Isto em razão da especificidade do setor financeiro, com uma regulamentação própria, sobretudo quanto ao cumprimento de indicadores de capitalização.

4.3.2.1 Descrição dos riscos fiscais mapeados, agrupados de acordo com a natureza

Os riscos fiscais relacionados a empresas estatais não dependentes referem-se à possibilidade da ocorrência dos seguintes eventos, conforme a sua natureza:

a) **Risco 1**: Frustração de receita - receita de dividendos e ou juros sobre capital próprio (JCP) menor do que a receita estimada na composição do resultado fiscal do Governo Central;

b) **Risco 2**: Aporte emergencial - aporte de capital ou subvenção econômica em caráter de emergência para o atendimento da necessidade de recursos ou de capital de determinada empresa estatal; e

c) **Risco 3**: Esforço fiscal adicional (compensação de primário) - Necessidade de compensação pelo Tesouro Nacional de um eventual resultado primário menor do que o estimado para o conjunto dos resultados primários das Empresas Estatais Federais (por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: § 2º do art. 3º da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020).

4.3.2.2 Metodologia de avaliação dos riscos

Risco 1 - frustração da receita de dividendos e JCP

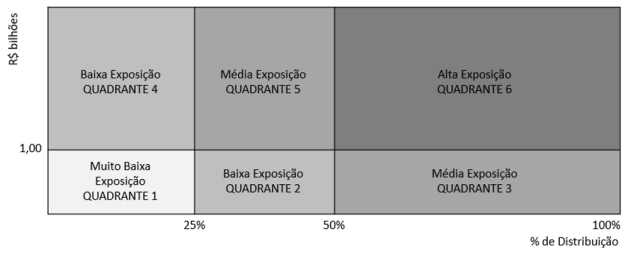


A metodologia identifica, em relação à receita de dividendos, os seguintes elementos que podem contribuir para a arrecadação vir a ser inferior à prevista: a) fatores inerentes à atividade empresarial das companhias, que podem afetar o lucro líquido estimado; b) alterações na composição do capital social reduzindo a participação relativa da União, c) mudança da política de distribuição de dividendos afetando, sobretudo, o percentual de distribuição do lucro, e d) fatores que possam gerar direito ou obrigação de retenção de lucros por parte da empresa.

A principal fonte para a estimativa das receitas são as demonstrações financeiras das empresas e, uma vez que as estimativas da PLDO e da PLOA são anteriores à divulgação das demonstrações, é importante a reestimativa da receita de dividendos. Assim, a previsão dessa receita é avaliada mensalmente e ajustes são divulgados pelos relatórios bimestrais de avaliação das receitas e despesas.

Como forma de avaliar a exposição ao risco frente à não realização da receita de dividendos, considera-se a Matriz de Risco A (Figura 18), em que o eixo horizontal apresenta o percentual de distribuição de dividendo/JCP em relação ao lucro líquido ajustado (distribuições de 25%, de 25% a 50% e de 50% a 100%) e o eixo vertical apresenta o valor monetário do pagamento, segmentado em valores abaixo e acima de R$1 bilhão.

Figura 18 - Matriz de Risco A - Dividendos




A exposição ao risco pode ser considerada muito baixa nas previsões de dividendos de 25% do lucro líquido ajustado (mínimo legal), pois, nesta hipótese, não incidem os eventos de mudança na política de dividendos. Podem, contudo, ocorrer eventos que afetem a lucratividade. Assim, para valores superiores a R$ 1 bilhão considera-se uma situação de baixa exposição (em contraponto a uma muito baixa exposição), ou seja, com um risco ligeiramente superior.

A partir de 25% do lucro líquido, na faixa até 50%, essa exposição eleva-se em razão dos fatores que podem restringir essa distribuição, não somente eventual mudança da política de dividendos, mas também a necessidade de enquadramento nos limites operacionais no caso das instituições financeiras. Esta situação, em valores inferiores a R$1 bilhão, é considerada como de baixa exposição.

Considerando-se a elevação do risco, naturalmente, em função dos montantes envolvidos, a partir de R$1 bilhão, é considerada uma situação de média exposição (para a faixa entre 25% e 50% do lucro líquido). Deve-se ressaltar que é possível uma exceção nessa faixa enquadrada como de baixo risco: quando a política de dividendos admite, formalmente e com regularidade, distribuição variável de até 50%.

Finalmente, o risco se eleva na distribuição acima de 50% do lucro líquido. Para valores abaixo de R$1 bilhão considera-se média exposição e acima uma situação de alta exposição.

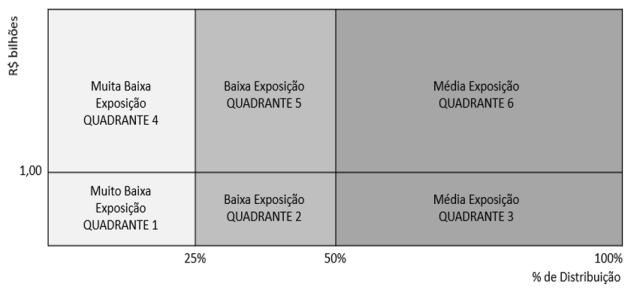


Recomenda-se não se incluir na programação financeira as parcelas de dividendos com exposição a alto risco.

Com base em tais critérios, a metodologia distribui a exposição (valores previstos de dividendos) nas quatro categorias de risco: de Muito Baixa Exposição (quadrante 1), de Baixa Exposição (quadrantes 2 e 4), de Média Exposição (quadrantes 3 e 5) e de Alta Exposição (quadrante 6).

A partir do 2º bimestre, quando já estariam divulgadas as demonstrações financeiras, aprovadas em Assembleia pelos acionistas, o risco não pode ser considerado nulo, pois há situações que podem ocorrer, de maneira mais remota, por fatores relacionados à disponibilidade de caixa da empresa. Para esse período, considera-se a Matriz de Risco B (Figura 19), passando os quadrantes 4, 5 e 6 para Muito Baixa, Baixa e Média Exposição, respectivamente.

Figura 19 - Matriz de Risco B - Dividendos




Deve-se levar em consideração que as estimativas do lucro líquido das principais empresas para cálculo dos dividendos são obtidas de avaliações de mercado, no caso das empresas estatais de capital aberto, ou com base em informações da própria administração no caso das empresas públicas de capital fechado. Na impossibilidade de acesso a tais informações, os dividendos são estimados com base no histórico de pagamento atualizado monetariamente, procedimento que já é utilizado para estimar os dividendos das participações societárias de menor relevância.

A alteração ou perda da participação relativa da União no capital social afeta a parcela a que tem direito na distribuição dos dividendos, podendo ocorrer na alienação de participações ou renúncia do direito de participar em aumento de capital. Considerando que se pretende renunciar ao direito de subscrever capital na Eletrobras, no âmbito de seu processo de privatização, as estimativas de dividendos incluem uma menor participação da União.

Finalmente, sobre o risco de retenção de dividendos, cabe lembrar que o lucro das empresas, que é a base da distribuição ao acionista, é calculado pelo critério de competência. Contudo, a lei prevê situações em que eventuais dificuldades de caixa podem se constituir razão para a sua retenção, devendo ficar indisponíveis aos acionistas até que a empresa tenha condições de efetivar o pagamento (constituição de reserva de lucros a realizar ou de reserva especial). Há outras situações específicas em que os dividendos podem ser retidos de acordo com regulamento próprio. É o caso das instituições financeiras quando não cumprirem os seus limites operacionais. Não se vislumbram hipótese de retenção pelas instituições financeiras para os exercícios incluídos na LDO.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Risco 2 - aportes emergenciais

A metodologia prevê tratamento diferenciado para as instituições financeiras e para as demais empresas estatais não dependentes (não financeiras).

O risco de aportes emergenciais associado às instituições financeiras, em geral, não está relacionado à escassez de caixa (liquidez), mas à insuficiência de capital regulatório para cumprir os índices de requerimento de capital (Basileia, Capital Nível I e Capital Principal).

Os requerimentos mínimos de capital, baseados no Acordo de Basileia III, conforme definidos na Resolução BCB nº 4.192, de 1º de março de 2013, devem ser apurados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, nos termos da Resolução BCB nº 4.193, de 5 de março de 2013.

Os requerimentos mínimos são definidos por uma relação entre um conjunto de ativos que compõem o capital da instituição financeira e outros ativos selecionados (classificados em diversos níveis conforme sua qualidade e liquidez) e os ativos do balanço (créditos concedidos e outros) ponderados pelo risco a que estão expostos. Assim, quanto maior a relação, menor a exposição ao risco de insolvência, ou seja, há uma maior disponibilidade de ativos de boa qualidade e liquidez para fazer frente aos riscos devidamente apurados. Expressão genérica das fórmulas: Capital e Ativos de boa qualidade e liquidez / Ativos Ponderados pelo Risco.

O primeiro indicador (4,5%) é o **Requerimento de Capital Principal**, cuja fórmula seria:

- **Requerimento de Capital Principal = Capital Principal / RWA**

Onde capital principal = ações, reservas e lucros com as deduções regulamentares; e RWA = Ativos Ponderados pelo Risco.

O segundo indicador (6%) é o **Requerimento Mínimo Nível I**, cuja fórmula seria:

- **Requerimento Mínimo Nível I = Capital de Nível I / RWA**

Onde Capital de Nível I = Capital Principal + instrumentos elegíveis a capital Nível I[19] (capital complementar), dos quais instrumentos híbridos de capital e dívida com requisitos específicos.

O terceiro indicador (8%) é o **Requerimento Mínimo do Patrimônio de Referência (PR) ou Basileia**, cuja fórmula seria:

- **Requerimento Mínimo do Patrimônio de Referência (PR) = Patrimônio de Referência (PR) / Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)**

Onde PR = Capital Nível I + instrumentos elegíveis para Capital Nível II[20] dos quais instrumentos híbridos de capital e dívida que não atendem os requisitos do Nível I e dívida subordinada.

Finalmente, devem ser acrescidas ao Capital Principal as seguintes parcelas constituídas como reservas, ou "colchões", para amortecer riscos específicos, com o título de Adicional do Capital Principal (ACP):

[19] São Instrumentos de capital aptos a absorver perdas durante o funcionamento da instituição, o chamado critério *going-concern*, fundamental para determinar ou não o enquadramento do instrumento no capital de Nível I.

[20] São Instrumentos de dívida aptos a absorver perdas quando ocorre a liquidação da instituição financeira.



a) Adicional de Conservação do Capital Principal (ACP Conservação), de 2,5%, único aplicável a todas as instituições financeiras;

b) Adicional Contracíclico (ACP contracíclico), de 2,5%, no momento não aplicável a nenhuma das instituições financeiras;

c) Adicional Sistêmico (ACP sistêmico), de 1%, aplicável aos bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento e caixas econômicas. Aplicável, portanto, ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Assim, todos os limites operacionais acabam acrescidos dos correspondentes adicionais (ACP). Os limites totais a cada uma das instituições federais serão: a) capital principal: 7% para BNDES, BASA e BNB e 8% para BB e CEF; b) Capital Nível I: 8,5% para BNDES, BASA e BNB e 9,5% para BB e CEF; e c) Basileia ou Patrimônio de Referência: 10,5% para BNDES, BASA e BNB e 11,5% para BB e CEF.

Já o risco associado às **demais empresas (não financeiras)** refere-se à necessidade de aporte de capital eventual e não programado que visa a suprir o financiamento de investimentos, ou à cobertura de outras despesas em caráter pontual.

Um risco fiscal de maior impacto seria de incapacidade de geração de caixa para manutenção e custeio, com a consequente classificação como empresa estatal dependente nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000[21] e art. 6º da LDO, assim como o disposto na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007[22].

No caso de classificação como empresa estatal dependente, toda a sua programação (receitas e despesas) passa a ser incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Os impactos seriam mais significativos, inclusive para efeito do cumprimento do limite global de gastos instituído no Novo Regime Fiscal ou "teto de gastos" (arts. nºs 106 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016) e outros limites e condições, como despesas de pessoal, operações de crédito, endividamento líquido etc.

O risco de que uma empresa atualmente não dependente venha a se tornar dependente é agravado por decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) que interpretam de maneira mais restritiva as condições para esse enquadramento, em casos específicos. As interpretações mais recentes do TCU, ao considerar o uso de recursos recebidos do controlador para gastos de manutenção, ainda que não sejam recursos alocados orçamentariamente para essa finalidade, vêm trazendo um risco elevado da entrada de empresas no orçamento fiscal, em situações meramente transitórias.

Contudo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 (Lei n° 14.116/2020), assim como o PLDO 2022 autorizam desejáveis procedimentos para a transição de uma empresa estatal

[21] Conforme o art. 2º da Lei Complementar nº 101, entende-se como empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

[22] O art. 2º da Resolução SF nº 48/2007 considera empresa estatal dependente a empresa controlada pela União, que tenha recebido, no exercício anterior, recursos financeiros de seu controlador destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade.



federal da condição de não dependência para a condição de estatal dependente, assim como na direção inversa, ou seja, da condição de estatal dependente para estatal não dependente. A transição é importante, pois permite a adoção de planos de ações pela administração da empresa que possam fortalecer sua condição econômico financeira antes da efetiva classificação. Tal possibilidade contribui para que a classificação seja mais coerente com a realidade de médio ou longo prazos, evitando assim impactos e custos desnecessários com a mudança repentina e volátil dessa situação, pois há uma ampla alteração dos mecanismos de controle orçamentário e dos regimes de autonomia e gestão.

Assim, a empresa até então não dependente, mas em vias de ser considerada como dependente, poderá apresentar um **Plano de Reequilíbrio Econômico-financeiro** e, nessa situação, permanecer no Orçamento de Investimentos (OI), (Art. 43º § 6º da Lei n° 14.116/2020). Na outra vertente, a empresa até então dependente, mas que já apresente resultados superavitários, poderá apresentar um **Plano de Sustentabilidade Econômica** para que possa confirmar essa condição e sair dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Art. 6º § 2º e 3º da Lei n° 14.116/2020).

Risco 3 - esforço fiscal adicional (compensação de primário)

A metodologia consiste em monitorar mensalmente o desempenho fiscal nos conceitos de apuração da SEST (critério "acima da linha") e do BCB ("abaixo da linha"), bem como as reestimativas de resultado produzidas por meio do sistema de acompanhamento do PDG (Programa de Dispêndios Globais) pela SEST, tendo por parâmetro as estimativas ou metas definidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o conjunto das empresas estatais não dependentes.

O critério oficial para efeito de demonstração do cumprimento de metas é o da apuração pelo BCB.

O risco de esforço fiscal adicional (compensação entre metas) é identificado quando as estimativas de resultado das estatais evidenciam que as metas definidas na LDO podem não ser atingidas.

4.3.2.3 Comparação entre os fluxos estimados e realizados, nos últimos três exercícios

A Tabela 59 apresenta a comparação entre os valores estimados e os realizados dos fluxos atinentes aos riscos mapeados. Foi considerado como valor para o item Transferências para aumento de capital as dotações do exercício acrescidas dos restos a pagar abrangendo somente as empresas estatais não dependentes[23].

Tabela 59 - Comparação entre os fluxos estimados e realizados - Estatais

*Em R$ milhões*

| Natureza do Fluxo | Fluxo<br>Valor Estimado (E)<br>Valor Realizado (R) | Variação [1] (%) | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 2018 | 2019 | 2020 |
| **Receita de Dividendos e JCP** | E | 6.782,0 | 7.489,3 | 13.521,8 |
| | R | 7.657,2 | 20.879,0 | 6.605,1 |
| | % | 12,9% | 178,8% | -51,2% |
| **Transferências para Aumento de Capital** | E | 4.786,4 | 9.611,0 | 671,9 |
| | R | 4.799,2 | 10.066,2 | 23,7 |
| | % | 0,3% | 4,7% | -96,5% |
| **Resultado Primário das Empresas Estatais** | E | -3.500,0 | -3.500,0 | -3.810,0 |
| | R | 3.466,4 | 10.291,8 | 107 |
| | % | 199,0% | 394,1% | -102,8% |

[1] *Variação entre os valores estimados na LOA e os realizados.*
***Fonte e elaboração**: STN: dividendos e aumento de capital. SEST e BACEN: resultado primário*

[23] O valor de recursos destinados a adiantamento para aumento de capital (AFAC) apresentados no Boletim das Participações Societárias da União abrange todo o conjunto das empresas estatais, incluindo as empresas estatais dependentes. Além disso, os dados do boletim são oriundos das demonstrações financeiras das empresas (fluxo de caixa), enquanto os dados aqui apresentados são da execução financeira (pagamento) registrada no SIAFI.



Em relação à receita de dividendos, houve arrecadação inferior à previsão apenas no exercício de 2020. O motivo dessa diferença foi o acréscimo de R$7 bilhões durante a aprovação da LOA 2020 (R$13.521,8 milhões), pois o valor proposto na PLOA 2020, com base na metodologia para previsão de dividendos, era de R$6.521,8 milhões, muito próximo do valor realizado. Em 2019, ocorreram eventos extraordinários, com a obtenção de melhores resultados econômicos pelas empresas, que culminaram em antecipação de dividendos, o que ocasionou um aumento significativo da arrecadação. O acréscimo da previsão de arrecadação, pelo Congresso Nacional, em 2020, esteve muito provavelmente relacionado a um cenário de novas antecipações naquele ano e pagamentos acima do mínimo obrigatório, o que não ocorreu porque, além de não haver uma deliberação prévia da administração das empresas nesse sentido, o BCB, em razão da Pandemia COVID-19, definiu restrições para a distribuição de remuneração aos acionistas pelas instituições financeiras, por medida de precaução, frente ao cenário de incertezas. Assim, bancos federais ficaram impedidos de destinar dividendos acima do mínimo obrigatório, bem como realizar pagamentos por resultados no mesmo exercício (antecipações).

Em relação às transferências para aumento de capital, não houve acréscimo (suplementação orçamentária) relevante dos valores orçados acrescidos dos restos a pagar em todos os exercícios. Observa-se um crescimento, contudo, do patamar das transferências, sobretudo em 2019, decorrente das transferências para aumento de capital da Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais), empresa estatal que recebeu o maior valor, destinado à recomposição do núcleo naval através da construção de novas Corvetas. O ano de 2020 representou uma queda dramática dos valores para aumento de capital, sendo que a dotação do exercício foi mínima (somente R$29 milhões com restos a pagar do exercício anterior adicionado de R$643 milhões, totalizando R$672 milhões no total). Ainda assim, o realizado em 2020, ou seja, as transferências pagas se limitaram a R$24 milhões, apenas 4% do valor estimado. Isso se deve, em parte, ao não aporte do recurso previsto (R$25,0 milhões) para constituição do capital inicial da Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea, criada em 24/12/2020, bem como a baixa transferência dos recursos inscritos em Restos a Pagar para as Empresas Estatais, principalmente para CODESP e INFRAERO. A fraca execução financeira pode ter como fundamento os efeitos de contenção da atividade econômica pela Pandemia COVID-19 sobre os cronogramas de implementação de obras. O resultado global das transferências para aumento de capital até 2020 significa que não se materializaram no orçamento geral da União, até aquele momento, os riscos identificados anteriormente para o conjunto de empresas que apresentavam dificuldades financeiras.

Quanto ao resultado primário das empresas estatais, pode-se observar que os resultados dos últimos três exercícios foram de superávit, enquanto a previsão de déficit situou-se



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

em torno de R$3,5 bilhões, o que é um aspecto positivo do ponto de vista da gestão de riscos. A grande diferença, em 2019, entre o previsto e o realizado tem como pano de fundo aportes de capital significativos que não foram aplicados, ou seja, permaneceram os recursos nas disponibilidades das empresas, especialmente a Emgepron. Uma consequência desse fato é a vinculação das próximas previsões de déficits primários de algumas empresas estatais à execução físico-financeira de projetos específicos. O exercício de 2020 foi ainda afetado pelos efeitos econômicos decorrentes da Pandemia COVID-19. Alguns importantes projetos de investimento tiveram cronogramas de implementação postergados. Algumas empresas apresentaram melhor resultado do que o estimado como o Serpro, Dataprev e ECT. Outras empresas sentiram negativamente fortes efeitos da Pandemia, como a Infraero, que aumentou sua participação com um déficit primário maior.

4.3.2.4 Estimativas de fluxos para o atual e próximos três exercícios subsequentes

São apresentados na Tabela 60 os fluxos que constituem a base para a apuração dos riscos fiscais acima mencionados. Trata-se de fluxos de naturezas diversas, sendo: a) ingresso de receitas; b) realização de despesa e c) resultado primário. O valor da previsão das transferências para aumento de capital (valores pagos) inclui dotação orçamentária anual acrescida dos restos a pagar (RAP).

Tabela 60 - Fluxos estimados - Estatais

*Em R$ milhões*

| Natureza do Fluxo | Fluxo Valor Estimado | | | | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | |
| **Receita de Dividendos e JCP [1]** | 15.912,2 | 13.130,6 | 12.767,4 | 13.435,4 | F e P |
| **Transferências para Aumento de Capital [2]** | 2.433,3 | n.d. | n.d. | n.d. | F e P |
| **Resultado Primário das Empresas Estatais[3]** | -2.175,9 | -4.417,5 | -4.747,9 | -5.075,2 | P |

*n.d. - informação não disponível.*
*[1] Dividendos previsão PLDO 2022.*
*[2] Transferências para aumento de capital da PLOA 2021 – Anexo III + restos a pagar inscritos*
*[3] Previsão SEST em 01/2021, nos demais anos Resultado Primário previsto PLDO 2022*
***Fonte**: dividendos, STN; resultado primário, LDO; e transferências para aumento de capital, SEST e STN.*
***Elaboração**: STN/ME.*

4.3.2.5 Comparação entre os impactos estimados e os riscos efetivamente materializados

Somente em 2020 houve frustração da receita de dividendos e JCP. Porém, o valor da previsão de dividendos de 2020, de R$13,5 bilhões, foi o aumentado pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária de 2020, ficando bem acima da previsão do PLOA 2020, que era de R$ 6,5 bilhões.

A possibilidade de aporte emergencial em empresas estatais federais não dependentes tem sido considerado como de risco possível para um número mais reduzido de empresas não financeiras: em 2020 foram a Casa da Moeda e os Correios e, em 2021 em diante, a classificação foi para a Infraero. Para as demais empresas foi considerado o risco remoto: Emgea e companhias docas (CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codesa, Codern e SPA-Codesp). O risco foi considerado remoto, na maioria dos casos, por existirem alternativas de atendimento a necessidades de caixa e também pelas dificuldades de se realizar aportes não previstos ou destinados a manutenção. As empresas com classificação de risco possível, por sua vez, encontram-se em contexto de redução de sua capacidade operacional e diante de cenários mercadológicos negativos (Correios, Casa da Moeda e Infraero).



Em relação às instituições financeiras, somente foi identificado um risco possível para o BNB, caso seja necessário o reconhecimento pelo Banco de provisão para reposição de valores ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, conforme o teor do Acórdão do TCU nº 1325-Plenário, de 27/05/2020.

Cabe ressaltar que a decisão de alocar recursos para transferências a título de adiantamento para aumento de capital (AFAC) ou mesmo subvenção econômica não cabe à Secretaria do Tesouro Nacional, mas ao Ministério supervisor e aos órgãos centrais que consolidam as propostas orçamentárias.

A classificação de risco para as empresas estatais federais, financeiras e não financeiras, revelou-se adequado, na medida em que não houve a necessidade de qualquer aporte emergencial em 2020. Ao contrário, houve redução do valor anual previsto para o conjunto das empresas, associado a uma execução financeira menor do que as dotações previstas. O ano de 2020 foi atípico em função da Pandemia da COVID-19, tendo como impactos a redução do ritmo de implementação de projetos, redução de alguns custos operacionais e administrativos e a queda de receitas de algumas empresas, das quais se destaca, neste caso, a Infraero.

Finalmente, quanto ao risco de esforço fiscal adicional para compensar um pior desempenho das empresas estatais, nos últimos anos, somente se verificou a classificação do risco remoto, à vista do critério conservador da estimativa de déficit global das empresas estatais federais. A análise do resultado primário das estatais em todos os anos confirma que o risco foi adequadamente avaliado.

4.3.2.6 Estimativa dos impactos nas contas públicas dos riscos fiscais mapeados

A Tabela 61 consolida os impactos apurados a partir de elementos de risco considerados.

O **risco 1 - frustração da receita de dividendos e JCP**, foi considerado como risco remoto para os próximos exercícios tendo em vista a ausência de dados mais concretos ou inexistência de eventos restritivos não antecipados para os próximos anos, que pudessem trazer dúvidas sobre as estimativas atuais.

O **risco 2 - aporte emergencial** para empresas estatais federais com dificuldades foi considerado como risco possível ou remoto para algumas empresas que enfrentam dificuldades há alguns anos. Vale ressaltar ainda que, além das medidas mitigadoras em andamento, a LDO 2021 (Lei nº 14.116/2020) introduziu condições restritivas adicionais para que uma empresa possa receber recurso de aumento de capital, o que tende a fazer com que as condições de dificuldades perdurem por prazos maiores. A principal restrição imposta na LDO 2021 para o recebimento de aportes para aumento de capital é a condição de que a empresa esteja incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei nº 9.491/1997 (Art. 43. §10 e 11). Foram definidas somente as seguintes exceções a essa regra geral: a) aporte inicial para constituição do capital inicial de empresa criada por lei; e b) quando for empresa financeira para enquadramento nas regras do Acordo de Basileia. A medida reflete o posicionamento estratégico do governo federal de incentivar o processo de desestatização ou participação do setor privado.

Em relação ao **risco 3 - esforço fiscal adicional** (compensação de primário), as estimativas indicam como risco remoto, pois, como ocorrido nos três últimos anos, existe uma perspectiva de um déficit primário menor do que o previsto para 2021.



Tabela 61 - Impactos estimados (Estatais Não Dependentes)

*Em R$ milhões*

| Impactos Estimados | Fluxo Valor Estimado | | | | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | |
| **Estimativa de Dividendos e JCP [1] (a)** | 15.912,2 | 13.130,6 | 12.767,4 | 13.435,4 | F e P |
| **Risco 1 - Frustração da Receita de Dividendos e JCP (b)** | | | | | |
| **Reestimativa (c) = (a) + (b)** | 15.912,2 | 13.130,6 | 12.767,4 | 13.435,4 | |
| **Estimativa de Transferência para Aumento de Capital [2] (d)** | 2.433,3 | n.d. | n.d. | n.d. | F e P |
| **Risco 2 - Aporte Emergencial (e)** | - | - | - | - | |
| **Reestimativa (f) = (d) + (e)** | 2.433,3 | - | - | - | |
| **Estimativa de Resultado Primário das Estatais (g)[3]** | -3.184,9 | -4.417,5 | -4.747,9 | -5.075,2 | P |
| **Reestimativa SEST (h)[4]** | -2.175,9 | n.d. | n.d. | n.d. | |
| **Risco 3 - Esforço Fiscal Adicional (compensação) (i) = (h) - (g)** | 1.009,0 | - | - | - | |

*[1] Dividendos= previsão PLDO 2022*
*[2] Transferências para aumento de capital = PLOA 2021 – Anexo III + restos a pagar inscritos*
*[3] Resultado Primário previsto PLDO 2022*
*[4] Previsão SEST em 01/2021*
***Fonte**: dividendos, STN; resultado primário, SEST; e transferências para aumento de capital, SEST e STN.*
***Elaboração**: STN/ME.*

4.3.2.7 Análise e classificação dos riscos

Risco 1 - frustração da receita de dividendos e JCP

Para 2021, estão previstas receitas de dividendos/JCP da ordem de R$ 9,7 bilhões, de acordo com o PLOA 2021. Porém, em função do aumento do percentual de dividendos/JCP, de 25% para 35,29%, a serem distribuídos pelo BB (Fato relevante de 25/01/2021), da obtenção pelo BNDES de lucro em 2020 (R$20,6 bilhões) bem acima do previsto (R$5,8 bilhões),assim como o pagamento de R$1,4 bilhão pela Petrobras (Fato relevante de 24/02/2021), e de R$ 961 milhões de dividendos intermediários pela Eletrobras (Aviso aos acionistas de 20/01/2021), a projeção é que os dividendos de 2021 fiquem em torno de R$15,91 bilhões. A Tabela 62 a seguir apresenta as projeções de dividendos/JCP para os próximos exercícios

Tabela 62 - Projeção de dividendos/JCP

*Em R$ milhões*

| Empresas | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| BB | 3.207,4 | 3.656,7 | 3.946,1 | 4.116,6 |
| CEF | 2.814,4 | 2.137,5 | 2.718,8 | 3.300,0 |
| BNDES | 4.911,9 | 5.177,5 | 3.372,5 | 4.132,5 |
| PETROBRAS | 3.629,1 | 1.753,3 | 2.311,3 | 1.454,0 |
| Demais Participações | 1.349,5 | 405,5 | 418,7 | 432,3 |
| Total | 15.912,2 | 13.130,6 | 12.767,4 | 13.435,4 |

***Fonte e elaboração**: STN/ME.*
*Obs: Previsão de dividendos do PLOA 2021 é de R$9,7 bilhões.*

Em relação à estimativa anual da receita de dividendos e JCP, a exposição ao risco, de acordo com a metodologia descrita na seção anterior, seria nos quadrantes 1 e 4 da Figura 18 - Matriz de Risco A (muito baixa e baixa exposição). Tal configuração deve-se ao fato de que as previsões de valores acima do parâmetro de R$1 bilhão (maior impacto) tiveram como parâmetro a distribuição de 25% do lucro líquido (que corresponde ao mínimo obrigatório) para CEF e BNDES (quadrante 4), ou valor acima do mínimo, mas dentro da política de dividendos corrente e regular para BB (35,3%).



A política de dividendos é normalmente divulgada até o ano anterior, de acordo com a legislação vigente (Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016), não se constituindo, assim, como um elemento de risco relevante. A premissa para a arrecadação de dividendos para os exercícios incluídos na LDO é da distribuição do percentual mínimo obrigatório do lucro líquido ajustado, ou seja, de 25%, exceto no caso do Banco do Brasil cujo percentual divulgado é dentro do intervalo de 30 a 40%.

A Tabela 63 apresenta os índices das IFFs referente ao 3º trimestre de 2020 comparado com o índice mínimo regulatório dos três indicadores de capital de Basileia III vigentes (incluídos os adicionais de capital principal de conservação e sistêmico, e não incluído o adicional contracíclico). Os índices de requerimento mínimo do BB e da CEF são maiores porque incluem o adicional de capital principal de risco sistêmico (de 1 ponto percentual), aplicável apenas para instituições cuja exposição total é superior a 10% do PIB.

Tabela 63 - Projeção de dividendos/JCP

| 3T2020 | Capital Principal | Capital Nível I | Basileia |
|---|---|---|---|
| BB | 13,11% | 17,34% | 21,21% |
| CEF | 12,30% | 12,60% | 17,81% |
| Requerimento Mínimo [1] | 8,00% | 9,50% | 11,50% |
| **3T2020** | **Capital Principal** | **Capital Nível I** | **Basileia** |
| BNDES | 29,85% | 29,85% | 40,06% |
| BASA | 11,40% | 11,40% | 11,40% |
| BNB | 9,41% | 10,65% | 13,83% |
| Requerimento Mínimo [2] | 7,00% | 8,50% | 10,50% |

*[1] Inclui ACP conservação e ACP sistêmico.*
*[2] Inclui ACP conservação.*
***Fonte**: Informações Trimestrais (ITR) - 3º Trimestre 2020; Resolução CMN nº 4.193; e regulamentações.*
***Elaboração**: STN/ME.*

Ressalta-se que todas as instituições apresentavam, no encerramento do 3º trimestre de 2020, todos os índices de capital acima dos mínimos regulatórios em pelo menos 1,0 ponto percentual, o que pode ser considerada uma margem razoável. É importante ressaltar que as instituições devem manter uma margem de segurança de forma a mitigar eventuais choques ao longo do ano. Destaque apenas para o índice de Basileia do Banco da Amazônia que vem se mantendo em torno de 12% ao longo dos últimos trimestres, bastante inferior a seus pares. Embora tal situação não represente risco significativo para a União em termos de perda de arrecadação de dividendos, uma vez que se trata da instituição de menor porte, a trajetória desse indicador deve despertar atenção por parte da administração daquela instituição inclusive quanto à adoção de medidas mitigadoras de forma a evitar o descumprimento da regulação.

Dessa forma, o risco de que a União venha a sofrer perda na arrecadação de receita de dividendos/JCP, inclusive por parte das instituições financeiras, para que possam cumprir, com segurança, os seus limites operacionais, pode ser considerado risco remoto.

Em relação às demais empresas (não dependentes), a única empresa com previsão de receita de dividendos/JCP em valor relevante é a Petrobras, cuja previsão no PLOA 2021 era de não pagamento de dividendos em razão da estimativa inicial de prejuízo em 2020. O valor dos dividendos



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

da Petrobras, contudo, foi inserido após a divulgação de fato relevante, que teve por base o equivalente a 5% do capital social, aplicado tanto às ações preferenciais quanto ordinárias, sendo do valor a ser pago, R$ 5,7 bilhões referentes à destinação do resultado do exercício de 2020 e R$ 4,6 bilhões oriundos da reversão da conta de reserva de retenção de lucros. A Eletrobras não teve uma estimativa de dividendos inserida no PLOA 2021 por estar em processo de privatização. Porém, a empresa divulgou em Aviso aos Acionistas de 20/01/2021 o pagamento de R$961 milhões em dividendos intermediários baseados em reversão de reserva especial.

Um fator de risco incidente sobre a expectativa de resultados futuros das empresas estatais decorre dos efeitos econômicos da Pandemia da COVID-19, que ainda são de difícil aferição, mas sendo continuamente monitorado pelas empresas, e que afeta de maneira muito diversa cada uma das corporações e cada um dos setores envolvidos. Os resultados que serviram de base para a estimativa dos dividendos das principais empresas originam-se de avaliações de mercado atualizadas (no caso das companhias abertas) ou das próprias empresas (no caso das empresas públicas), o que tende a capturar, no momento, as eventuais expectativas futuras. Os efeitos econômicos da Pandemia da COVID-19 concentram-se na capacidade de manutenção do nível de atividades da empresa, na valoração a preços de mercado de seus ativos e na classificação de risco de crédito de seus clientes, assim como em possíveis provisionamentos por perdas. As instituições financeiras federais participaram de diversos programas de ampliação do crédito ao setor público e ao setor privado no âmbito das políticas implementas pelo Governo Federal, visando reduzir os impactos na economia decorrentes da queda de atividade econômica. A Petrobras foi a empresa mais afetada dentre as estatais responsáveis pelo pagamento de dividendos em razão da queda dos preços do petróleo, da redução do nível da atividade econômica no país e no exterior e precificação de seus ativos.

Tanto o BNDES como a Caixa Econômica Federal não apresentaram uma estimativa atualizada de seus resultados para os próximos anos. Porém, as informações obtidas nos resultados parciais de 2020 não indicam resultados piores do que aqueles constantes das previsões já consideradas.

Assim, considera-se risco remoto uma eventual frustração dessa receita para os próximos anos.

Risco 2 - aporte emergencial

Em relação às instituições financeiras federais, a mesma análise em relação ao risco de frustração de dividendos se aplica ao risco de aumento de capital, de forma que esse risco é evidentemente remoto para este grupo de empresas estatais. O risco já relatado de que o BNB possa se desenquadrar no índice de capital Nível I, em decorrência do ressarcimento ao FNE determinado pelo Acórdão nº 1325/2020-TCU-Plenário, pode ser compensado com retenção de lucros (dividendos) ou outras medidas de ajuste ou gerenciamento dos impactos, caso venha a se materializar.

Porém, em relação às empresas estatais não financeiras, permanece a expectativa de que algumas enfrentem dificuldades de caixa para 2021, com destaque para Infraero, Emgea, Correios, Casa da Moeda e Companhias Docas (CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codesa, Codern, SPA-Codesp**)**. Estas empresas vêm adotando medidas de saneamento de seus planos de previdência complementar, reestruturação de planos de saúde, programas de demissão voluntária, reestruturações societárias, dentre outros. As demonstrações financeiras intermediárias de 2020 apresentaram tendências de melhorias em algumas empresas, mas possível agravamento da situação



financeira em outras, o que eleva a expectativa em relação ao desempenho de 2021 e 2022, sujeito a fatores econômicos, de mercado, de legislação, entre outros. Um possível fator agravante desse quadro foi a ocorrência da Pandemia da COVID-19, que desencadeou um processo de queda acentuada das atividades econômicas, cujos efeitos sobre essas empresas pode se estender além de 2020, afetando o seu desempenho em 2021, principalmente. As empresas vêm realizando um monitoramento em relação a esses riscos, não tendo sido reportado em suas demonstrações financeiras, até o momento, um impacto relevante ou quantificável para ser incorporado a este relatório.

A previsão para essa despesa na PLOA 2021 é de apenas R$ 292 milhões, além de R$ 2.343 milhões inscritos em restos a pagar, o que representa, com exceção de 2020, um valor anual aquém do histórico recente observado dessa despesa. Por isso, o risco da demanda de aporte de capital não previsto em 2021 em alguma daquelas estatais pode ser considerado possível. Todavia, não há meios de se obter uma mensuração do risco com suficiente segurança.

Um fator importante para avaliar o risco de aporte de capital nas empresas estatais não financeiras é a política do Governo Federal em adotar um amplo processo de privatização e de parcerias com o setor privado, que poderá contribuir para reduzir a pressão por recursos de investimento ou mesmo de custeio dessas empresas.

A Tabela 64 apresenta contexto dos aportes emergenciais em empresas não dependentes não financeiras.

Tabela 64 – Contexto dos aportes emergenciais em empresas não dependentes não financeiras

| Empresa [1] | Contexto | Principais Causas | Indicadores | Ações Mitigadoras | Incluso no PND | Modelo de Desestatização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Correios** | Capacidade operacional e solvência | Queda de receita/demanda, inserção mercadológica e estratégica | Receita Líquida, resultado operacional, resultado do exercício, despesas operacionais, obrigações atuariais | Plano Estratégico 2017-2022: Melhoria da gestão, redução de custos, desligamento voluntário, melhoria de processos, racionalização da estrutura, inclusão PPI | Não | Resolução CPPI nº 68/2019 - "estudos". Decreto nº 10.066/2019 – acompanhamento. Projeto de Lei nº 591/2021 (em tramitação no Congresso Nacional) – permite execução dos serviços postais pela iniciativa privada |
| **Emgea** | Fluxo de caixa | Dificuldade de realização de ativos (novação de créditos FCVS) para pagamento de obrigações (principalmente com o FGTS) | Fluxo de caixa, resultado operacional, resultado do exercício | Renegociação de dívidas para compatibilização de fluxos | Sim | Ainda não definido. Inclusão no PND (Res. CPPI nº 65/2019 e Decreto nº 10.008/2019) |
| **Casa da Moeda** | Capacidade operacional e solvência | Queda de receita, inserção mercadológica e estratégica | Receita líquida, resultado operacional e resultado do exercício | Redução de despesas, desligamento voluntário, inclusão PND | Não | Ainda não definido. Resolução CPPI nº 17/2017 e Decreto nº 10.054/2019. MP nº 902/2019 limita exclusividade da Casa da Moeda até 31/12/2023 |
| **Companhias Docas (CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codesa, Codern, SPA-Codesp)** | Fluxo de caixa | Passivos de previdência complementar | Resultado operacional, resultado do exercício, fluxo de caixa, obrigações atuariais | Defesa judicial, monitoramento dos riscos | Sim para a Codesa e a Codesp e não para as demais | Codesa e Codesp – modelo não definido. Resolução CPPI nº 14/2017 e Decreto nº 9.852/2019 e CPPI nº 69/2019 e Decreto nº 10.138/2019, respectivamente |
| **Infraero** | Capacidade operacional e solvência | Queda de receita inserção estratégica insatisfatória necessidade de aportes para inversões financeiras | Receita Líquida, resultado operacional, resultado do exercício, inversões financeiras, retorno de participações | Revisão estratégica, redução de despesas | Sim | Implantada a concessão dos principais aeroportos. Participação minoritária em consórcios |

***Fonte e elaboração**: STN/ME.*



Tabela 67 - Estimativa de materialização do risco de aportes emergenciais

| Empresa [1] | Materialização do Risco | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| Correios | Possível | Possível | Possível | Possível |
| Emgea | Remoto | Remoto | Remoto | Remoto |
| Casa da Moeda | Possível | Possível | Possível | Possível |
| Companhias Docas (CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codesa, Codern, SPA-Codesp) | Remoto | Remoto | Remoto | Remoto |
| Infraero | Possível | Possível | Possível | Possível |

*[1]As empresas são mantidas em risco até a existência de um cronograma formal de privatização.*

***Fonte e elaboração**: STN/ME.*

Risco 3 - esforço fiscal adicional (compensação de primário)

A Tabela 65 apresenta as metas de resultado primário referente ao agregado das empresas estatais federais definidas na LDO 2021.

Tabela 65 - Meta e estimativa do resultado primário das estatais federais

*Em R$ milhões*

| Exercício | Meta LDO | | Resultado Estimado | |
|---|---|---|---|---|
| | R$ milhões | Porcentagem do PIB | R$ milhões | Porcentagem do PIB |
| 2021 | -3.970 | 0,05% | -2.455,0 [1] | 0,03% |
| 2022 | -4.230 | 0,05% | -4.230 | 0,05% |
| 2023 | -4.520 | 0,05% | -4.520 | 0,05% |

*[1] Previsão Inicial 2021 SEST.*

***Fonte**: LDO 2022. **Elaboração**: STN/ME*



As empresas estatais dependem de sua performance para o atingimento das expectativas de resultado primário. Eventuais mudanças no cenário econômico, ao longo do exercício financeiro, podem alterar esse resultado pela conjugação de outras variáveis e suas estratégias de atuação. Em razão da diversidade das atividades econômicas envolvidas, não há meios de se obter uma mensuração do risco com suficiente segurança.

O resultado primário de 2021 das empresas estatais estará muito concentrado no desempenho da implementação do programa de construção de corvetas pela Engeprom e de alguns outros investimentos de outras empresas, assim como do desempenho das empresas estatais frente aos desafios econômicos gerados pela Pandemia da COVID-19, em especial a Infraero.

Contudo, conforme previsão inicial constante do PDG, a compensação por parte do Governo Central pode ser considerada risco remoto.

### 4.3.3 Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) tem como objetivo financiar a graduação de estudantes em instituições privadas de ensino superior e foi instituído pela Medida Provisória (MP) nº 1.827, de 27 de maio de 1999, transformada na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Após passar por diversos aprimoramentos em seu desenho, a partir do ano de 2018, o novo FIES[24] se caracteriza por ser um modelo de financiamento estudantil segmentado em diferentes modalidades e com uma escala de financiamentos que varia conforme a renda familiar do candidato. O novo programa traz melhorias na gestão do fundo, dando sustentabilidade financeira ao programa, a fim de garantir seu avanço econômico e social e viabilizar um acesso mais amplo ao ensino superior.

#### 4.3.3.1 Evolução dos financiamentos e sustentabilidade fiscal

O Programa, desde sua criação em 1999 até o ano de 2020, concedeu aproximadamente 3,4 milhões de financiamentos em todo o Brasil, sendo que 2,7 milhões foram formalizados a partir do ano de 2010. A Tabela 66 apresenta a evolução da concessão de contratos.

Tabela 66 - Evolução da concessão de contratos do Fies

| Ano[1] | Quantidade de Contratos Concedidos em cada ano [2] |
|---|---|
| 2010 | 76.030 |
| 2011 | 154.297 |
| 2012 | 377.839 |
| 2013 | 559.803 |
| 2014 | 732.647 |
| 2015 | 287.542 |
| 2016 | 203.537 |
| 2017 | 175.985 |
| 2018 | 82.658 |
| 2019 | 85.031 |
| 2020 | 53.871 |
| **Total** | **2.789.240** |

[24] Disciplinado pelas Portaria MEC nº 209, de 07/03/2018, e Portaria MEC nº 1.209, de 19/11/2018.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| Ano[1] | Quantidade de Contratos Concedidos em cada ano [2] |
|---|---|

[1] Contratos assinados a partir de 15/1/2010.
[2] Posição em 31/12/2020.
**Fonte e Elaboração:** FNDE.

A carteira de financiamentos concedidos no âmbito do Fies está distribuída em três fases, de acordo com a evolução prevista contratualmente:

a) Fase de utilização: período no qual o estudante está cursando o ensino superior e está limitado ao prazo de duração regular do curso. Nessa fase o estudante realiza o pagamento, a cada três meses, do valor referente aos juros incidentes sobre o financiamento;

b) Fase de carência: período que se inicia logo após a conclusão do curso, tem duração de 18 (dezoito) meses e o estudante continua pagando trimestralmente os juros devidos sobre o financiamento; e

c) Fase de amortização: período que se inicia no mês imediatamente seguinte ao final da fase de carência, quando é estabelecido o valor das prestações que o estudante irá pagar mensalmente até a liquidação do financiamento, cujo prazo poderá alcançar cerca de três vezes o período financiado do curso.

A Tabela 67 apresenta a evolução da carteira segundo a safra de concessão de crédito.

Tabela 67 - Valores da dívida segundo safra de concessão de crédito

*Em R$ milhões*

| Ano | Valor da Dívida ($) [1] |
|---|---|
| Até 2009 | 2.536,9 |
| 2010 | 2.674,7 |
| 2011 | 5.524,9 |
| 2012 | 13.592,5 |
| 2013 | 22.579,2 |
| 2014 | 33.479,3 |
| 2015 | 16.309,1 |
| 2016 | 8.651,6 |
| 2017 | 6.439,8 |
| **Total** | **111.788,2** |

[1] Posição 31/12/2020
**Fonte e Elaboração**: FNDE

Conforme a Exposição de Motivos Interministerial EMI nº 37/2017, elaborada por ocasião do envio da MP nº 785/2017, foram destacadas as três principais causas que poderiam levar à insustentabilidade fiscal do Fies, conforme segue: (i) risco de crédito, (ii) subsídio implícito e (iii) governança do programa.

A concessão de crédito aos estudantes expõe a União ao risco de crédito do Fies, indicador que é monitorado mensalmente. O valor da exposição relativa às operações do Fies, em 31 de dezembro de 2020, era de R$ 111,7 bilhões, sendo que R$ 109,2 bilhões são referentes aos contratos formalizados a partir de 2010. Os valores por safra de concessão são apresentados na Tabela 67.



Os contratos de crédito do Fies possuem a particularidade de preverem desembolsos mensais para as instituições de ensino e renovações semestrais mediante os processos de aditamento, na medida em que o estudante avança na conclusão do curso. Em decorrência desse fato, relativamente aos contratos formalizados até 2017, a União submete-se a uma exposição adicional de R$ 2,7 bilhões em recursos contratados ainda por liberar, chegando a uma exposição total de aproximadamente R$ 114 bilhões, ao final de 2020 (Tabela 68).

Tabela 68 - Exposição ao risco de crédito, por ano

*Em R$ milhões*

| Exposição | 2019 | 2020 |
|---|---|---|
| Contratos Legados (até 2010) (a) | 2.806,6 | 2.535,9 |
| Contratos Atuais (b) | 104.619,4 | 109.251,3 |
| **Exposição por Valores já Liberados (c) = (a) + (b)** | **107.426,1** | **111.788,2** |
| **Valores a Liberar (estimativa) (d)** | **5.656,5** | **2.709,0** |
| Exposição Total (c) + (d) | 113.082,6 | 114.497,2 |

*Posição 31/12/2020.* ***Fonte e Elaboração**: FNDE.*

4.3.3.2 Situação de adimplência

Com o objetivo de definir os critérios para caracterização de inadimplência, risco de crédito e ajustes para perdas estimadas no âmbito do Fies, o Comitê Gestor do Fies (CG-Fies)[25], por meio da Resolução FNDE nº 27, de 10 de setembro de 2018, estabeleceu que os contratos em atraso são aqueles com prestações não pagas a partir do primeiro dia após o vencimento e que os inadimplentes são aqueles com prestações não pagas a partir do nonagésimo dia após o vencimento da prestação, observados na fase de amortização do financiamento. O saldo devedor integral dos contratos considerados inadimplentes alcançou o valor de R$ 42,1 bilhões, representando 37,7% do valor total da dívida na fase de amortização.

O atraso nos pagamentos por parte dos estudantes dos financiamentos concedidos entre 2010 e 2017, contados a partir de um dia, foram observados em 58,8% dos contratos (1.466.516). Juntos, se considerado o saldo devedor integral desses contratos, respondem por um valor total de R$ 56,1 bilhões, equivalente a 51,4% do total da carteira. Conforme observado, na Tabela 69, o maior volume de operações em atraso se concentra na faixa acima de 360 dias de atraso.

Tabela 69 - Situação dos contratos concedidos entre 2010 e 2017

*Em R$ milhões*

| Situação do Contrato [1] | Quantidade de Contratos [2] | Valor da Dívida (Em R$ milhões) | Atraso Médio (Em dias) |
|---|---|---|---|
| Adimplente | 1.027.188 | 53.116,7 | 0,0 |
| 1 a 14 dias de atraso | 30.959 | 1.447,8 | 10,9 |
| 15 a 30 dias de atraso | 226.287 | 12.729,0 | 22,6 |
| 31 a 60 dias de atraso | 22.663 | 694,2 | 49,9 |
| 61 a 90 dias de atraso | 13.729 | 423,6 | 81,5 |
| 91 a 120 dias de atraso | 57.655 | 3.265,2 | 112,8 |
| 121 a 150 dias de atraso | 9.073 | 300,9 | 143,0 |
| 151 a 180 dias de atraso | 11.081 | 480,6 | 173,8 |
| 181 a 360 dias de atraso | 110.493 | 5.165,4 | 273,3 |
| > 360 dias de atraso | 984.577 | 31.628,0 | 1.222,5 |
| **Total** | **2.493.704** | **109.251,3** | **209,0** |

[1] *Posição em 31/12/2020.*

[25] Previsto na Lei nº 13.530, de 8 de dezembro de 2017, instituído pelo Decreto de 19 de setembro de 2017.



*Em R$ milhões*

| Situação do Contrato [1] | Quantidade de Contratos [2] | Valor da Dívida (Em R$ milhões) | Atraso Médio (Em dias) |
|---|---|---|---|

[2] Contratos assinados a partir de 15/1/2010.
**Fonte e Elaboração**: FNDE.

No caso dos contratos formalizados até 2009, os atrasos nos pagamentos[26], contados a partir de um dia, foram observados em 66,8% dos contratos (111.176). O saldo devedor integral desses contratos era de R$ 1,5 bilhão, equivalente a 60,3% do total da carteira. Segundo a Tabela 70, o maior volume de operações em atraso se concentra na faixa acima de 360 dias de atraso.

Tabela 70 - Situação dos contratos concedidos até 2009

*Em R$ milhões*

| Situação do Contrato [1] | Quantidade de Contratos | Valor da Dívida (Em R$ milhões) | Atraso Médio (Em dias) |
|---|---|---|---|
| Adimplente | 55.311 | 1.007,7 | 0,0 |
| 1 a 14 dias de atraso | 3.407 | 46,3 | 7,9 |
| 15 a 30 dias de atraso | 6.398 | 99,9 | 20,0 |
| 31 a 60 dias de atraso | 2.893 | 41,0 | 45,5 |
| 61 a 90 dias de atraso | 1.350 | 17,6 | 77,7 |
| 91 a 120 dias de atraso | 987 | 13,4 | 107,7 |
| 121 a 150 dias de atraso | 725 | 9,7 | 138,8 |
| 151 a 180 dias de atraso | 628 | 9,2 | 170,1 |
| 181 a 360 dias de atraso | 3.969 | 56,1 | 282,0 |
| > 360 dias de atraso | 90.819 | 1.236,0 | 3.267,6 |
| **Total** | **166.487** | **2.536,9** | **411,7** |

[1] *Contratos assinados até 15/1/2010.*
[2] *Posição em 31/12/2020.*
***Fonte e Elaboração**: FNDE.*

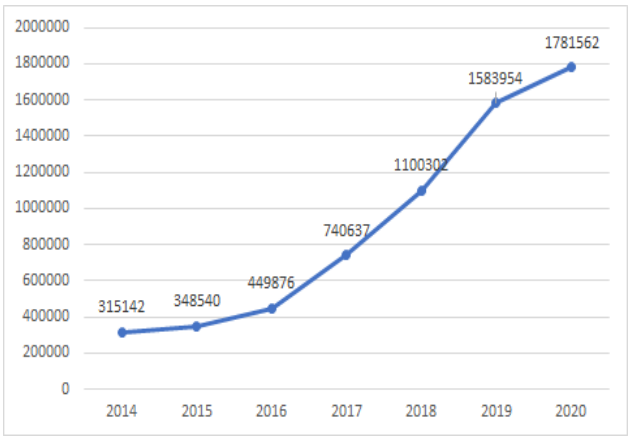
O índice de recuperação dos valores a receber dos contratos que passaram a ser classificados como inadimplentes – prestações não pagas a partir do nonagésimo dia após o vencimento da prestação, nos termos da Resolução CG-FIES nº 27/2018 – alcançou 8,9%, superior ao verificado ao final do exercício de 2019, que foi de 7,6%.

A evolução da inadimplência dos financiamentos concedidos entre 2010 e 2017 tem apresentado tendência crescente, caracterizando um risco possível de ocorrer, principalmente em virtude da maior parte da safra de contratos formalizados nesse período encontrar-se na fase de amortização, isto é, na fase em que o estudante começa a pagar efetivamente pelo valor financiado, conforme observa-se na Figura 20.

Figura 20 - Evolução de contratos inadimplentes, em fase de amortização

[26] Posição em 31/12/2020






*Contratos concedidos entre 2010 e 2017
***Fonte e Elaboração**: FNDE*

4.3.3.3 Classificação de risco dos financiamentos

A Resolução CG-FIES nº 27/2018 definiu que a classificação do nível de risco dos financiamentos do Fies, para fins de realização de ajustes para perdas, deve ser efetuada em função da inadimplência verificada no pagamento das prestações durante a fase de amortização do contrato. Assim, não compõem o cálculo do ajuste as parcelas devidas pelos estudantes nas fases de utilização e carência que estão restritas ao pagamento trimestral dos juros contratuais (limitados a R$ 50,00, para os contratos firmados de 2010 até o 1º semestre de 2015, ou a R$ 150,00, no caso dos contratos firmados do 2º semestre de 2015 ao 2º semestre de 2017).

Ainda em conformidade com a Resolução CG-FIES nº 27/2018, desconsiderando o impacto de eventuais instrumentos mitigadores de risco, o valor do ajuste para perdas estimadas, para fins contábeis, alcançou R$ 27,8 bilhões (Tabela 71). O ajuste para perdas de curto prazo passou a ser segregado, em atendimento ao disposto no Acórdão 1331/2019-TCU-Plenário, e alcançou o montante de R$ 191 milhões no final do exercício de 2020.

Tabela 71 - Ajuste para perdas estimadas, segundo *rating*

*Em R$ milhões*

| *Rating* | Fator de Provisão (%) | Quantidade de Contratos | Saldo devedor dos contratos | Valor do ajuste para perdas estimadas [1] |
|---|---|---|---|---|
| A | 0,5 | 905.523 | 37.228,8 | 186,1 |
| B | 1,0 | 29.350 | 748,0 | 7,5 |
| C | 3,0 | 36.470 | 1.423,8 | 42,7 |
| D | 10,0 | 21.292 | 799,0 | 79,9 |
| E | 30,0 | 21.655 | 888,2 | 266,4 |
| F | 50,0 | 28.580 | 1.269,0 | 634,5 |
| G | 70,0 | 29.831 | 1.274,4 | 892,0 |
| H | 100,0 | 879.506 | 25.750,7 | 25.750,7 |
| **Total** | | **1.952.207** | **69.382,0** | **27.859,9** |

[1] *Posição em 31/12/2020.*
***Fonte e Elaboração**: FNDE.*



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O valor do ajuste para perdas foi fortemente impactado pela elevação da quantidade de contratos que passaram da fase de carência para a fase de amortização no exercício. Ao final de 2020, 1,96 milhão de contratos estavam em amortização, com saldo devedor total de R$ 69,5 bilhões, o que representa aumento de 23,8% e de 51,3%, respectivamente, em relação à quantidade e saldo devedor observados ao final do exercício de 2019.

4.3.3.4 Medidas de mitigação do risco de crédito

Os contratos de crédito do Fies contam com instrumentos mitigadores do risco, como fiança convencional, fiança solidária e o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Do total de contratos por modalidades de garantias, observa-se que 67% da carteira de contratos do Fies é garantida exclusivamente pelo FGEDUC e, se considerada a cobertura concomitante com fiança, esse percentual garantido pelo Fundo de Garantia representa 78% da carteira de financiamentos concedidos a partir de 2010 (Tabela 72).

Tabela 72 - Contratos e valor da dívida, segundo modalidade de garantia

*Em R$ milhões*

| Tipo de Garantia | Quantidade de Contratos [1] | Valor da Dívida [2] (Em R$ milhões) |
|---|---|---|
| FGEDUC | 1.689.661 | 68.949,3 |
| FGEDUC + FIANÇA | 264.340 | 15.960,8 |
| FIANÇA | 539.703 | 24.341,2 |
| **Total** | **2.493.704** | **109.251,3** |

[1] *Contratos assinados a partir de 15/1/2010.*
[2] *Posição em 31/12/2020.*
***Fonte e Elaboração**: FNDE.*

Os contratos de financiamento formalizados até 2009 não contam com cobertura de fundo garantidor e, portanto, são garantidos exclusivamente por fiança convencional ou por fiança solidária.

Dentre as medidas adotadas com vistas a mitigar o risco fiscal, acrescenta-se que, por meio da Resolução CG-FIES nº 28, de 31 de outubro de 2018, o CG-Fies estabeleceu os critérios e procedimentos para permitir a renegociação pelos agentes financeiros do Fies das dívidas vencidas há mais de 90 dias na fase de amortização abrangendo os contratos formalizados até 2017.

No primeiro semestre de 2019, o Fies possuía mais de 500 mil estudantes com atraso no pagamento das prestações superior a 90 dias. Nos termos aprovados pelo CG-Fies, para os financiamentos vencidos e não pagos até a data de 10 de julho de 2020, foi permitida a renegociação desses contratos, com parcelamento mínimo conforme os casos elencados em seu art. 2º. Cerca de 11,7 mil estudantes renegociaram seus débitos com o Fies.

A partir de 2018, a oferta de novos financiamentos foi condicionada à adesão das entidades mantenedoras de instituições de ensino ao novo modelo do financiamento estudantil (Novo Fies) e ao Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), pois a oferta de vagas anuais passou a ser fixada pelo CG-Fies, de acordo com o Plano Trienal elaborado pelo Grupo Técnico do Comitê, condicionada à realização dos aportes da União previstos na Lei do Fies.

Nesse contexto, já foram realizados três aportes de R$ 500 milhões por parte do Governo Federal ao FG-Fies, que conta também com a contribuição das instituições de ensino, na condição de cotistas do Fundo, cujo percentual médio é da ordem de 16% do valor dos repasses. O saldo devedor dos contratos formalizados no âmbito do Novo Fies, a partir de 2018, alcançou, em



dezembro de 2020, o valor de R$ 4,5 bilhões, com comprometimento futuro de desembolso estimado da ordem de R$ 6,3 bilhões, se forem cumpridas as exigências para a realização dos aditamentos semestrais do financiamento por parte dos estudantes financiados e das instituições de ensino.

Foram implementadas medidas que contribuirão para mitigar o risco fiscal ocasionado até então pelo Fies, notadamente relacionadas ao compartilhamento do risco do crédito com as entidades mantenedoras e a mecanismos para garantir o retorno do financiamento, como:

- Contribuições para o FG-Fies em percentual proporcional à inadimplência observada na carteira de cada instituição de ensino;
- Ausência de carência após a conclusão do curso;
- Pagamento consignado em folha e vinculado à renda do estudante financiado;
- Possibilidade de renegociação do saldo devedor;
- Coparticipação paga pelo estudante diretamente ao Agente Financeiro; e
- Seguro prestamista para assegurar a liquidação do financiamento no caso de falecimento ou invalidez permanente do estudante financiado.

Esse conjunto de alterações visa atender ao primado da sustentabilidade do Fundo em obediência aos princípios e normativos sobre responsabilidade fiscal, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União, como também contribuir para o atingimento das metas relativas à educação superior do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

4.3.3.5 Aspectos fiscais e orçamentários

A despesa específica com a oferta de novos financiamentos no âmbito do Fies, incluindo o aditamento de renovação semestral dos contratos, corre à conta da Ação 00IG - Concessão de Financiamento Estudantil e está estimada, para o período de 2021 a 2023, conforme Tabela 73.

Tabela 73 - Estimativa de desembolso para o período de 2021 a 2023, segundo ano do contrato

*Em R$ milhões*

| Ano do contrato | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|
| 2010-2017 | 2.531,1 | 1.050,8 | 224 |
| 2018-2023 | 5.950,5 | 6.222,4 | 6.341,0 |
| **Exposição Total** | **8.481,6** | **7.273,2** | **6.565,0** |

***Fonte e Elaboração**: FNDE*

O decréscimo observado na estimativa dos recursos para fazer frente aos dispêndios relacionados aos aditamentos de renovação semestral (contratos de 2010 a 2017) é motivado pela redução da quantidade de contratos na fase de utilização, o que gera desembolsos do Fies para pagamento dos encargos educacionais financiados às instituições de ensino. Por outro lado, os recursos orçamentários estimados para fazer frente aos dispêndios relacionados às contratações do Novo Fies (contratos de 2018 a 2023) apresentam crescimento constante ao longo dos anos, dada a oferta equânime de vagas a cada ano.



Em 2020, as receitas arrecadadas do Fies relativas ao capital (amortização) e aos juros do financiamento estudantil alcançaram R$ 3,2 bilhões frente a R$ 2,7 bilhões em 2019, representando crescimento de 18,6% em relação ao ano anterior, conforme discriminado na Tabela 74.

Tabela 74 - Comparação entre as receitas estimadas e realizadas segundo natureza, por ano

*Em R$ milhões*

| Natureza da Receita | Receita Estimada (E) Realizada (R) | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Retorno de operações, juros e encargos financeiros | E | 620,8 | 729,2 |
| | R | 1.118,2 | 1.363,6 |
| Amortização de financiamento | E | 1.183,6 | 1.095,4 |
| | R | 1.621,6 | 1.887,5 |
| **Total** | **E** | **1.804,4** | **1.824,6** |
| | **R** | **2.739,8** | **3.251,1** |

***Fonte**: FNDE. **Elaboração**: STN/ME*

A Tabela 75 apresenta a comparação entre os valores estimados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e aqueles efetivamente realizados (desembolso) no âmbito da Ação 00IG nos últimos três exercícios.

Tabela 75 - Comparação entre o desembolso estimado e realizado, por ano

*Em R$ milhões*

| Ano | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Estimado | 17.749,2 | 12.398,5 | 8.860,5 |
| Realizado | 10.977,2 | 7.424,4 | 3.319,3 |
| **Percentual de execução** | **62%** | **60%** | **38%** |

***Fonte e Elaboração**: FNDE*

No exercício de 2020 o desembolso realizado ficou bem abaixo do estimado com o reforço da pandemia decretada no país, causando grande frustração no quantitativo de inscrições no FIES.

O impacto primário total do Fies antigo é composto pelas despesas administrativas, pelos aportes ao fundo garantidor e pelo resultado primário do programa. A despesa administrativa resulta do produto entre a remuneração paga ao agente financeiro – de R$ 25 por contrato em utilização ou carência e R$ 35 por contrato em amortização – pela projeção do número de contratos em cada fase, realizada a partir dos microdados do SisFIES. A Tabela 76 apresentada as estimativas do impacto primário associados ao Fies.

Tabela 76 - Estimativa de impacto primário, segundo programa, por exercício

*Em R$ milhões*

| Programa | Despesa | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Fies antigo | Despesa administrativa | 592,3 | 613,9 | 617,2 |
| Fies antigo | Impacto primário | 1.510,3 | 1.392,7 | 1.367,5 |
| Fies novo | Aporte FG-Fies | 500,0 | 500,0 | 500,0 |
| **Total** | | **2.602,6** | **2.506,6** | **2.484,7** |

***Fonte e Elaboração**: FNDE*



O subsídio implícito (benefício creditício) refere-se ao impacto nas contas públicas decorrente da diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos do Tesouro Nacional (custo de oportunidade) e a taxa de juros cobrada nos financiamentos aos estudantes. O cálculo foi realizado conforme metodologia descrita na Portaria ME nº 57, de 27/2/2013, que considera a diferença entre o saldo devedor efetivo e o saldo devedor que seria obtido caso a taxa de juros do programa fosse semelhante ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional. A Tabela 77 apresenta as estimativas do subsídio implícito associados ao Fies.

Tabela 77 - Estimativa de subsídio implícito, segundo programa, por exercício

*Em R$ milhões*

| Programa | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Fies antigo | 1.833,9 | 3.010,3 | 4.031,8 |
| Fies novo | 225,7 | 567,9 | 993,2 |
| **Total** | **2.059,7** | **3.578,2** | **5.025,1** |

***Fonte e Elaboração**: FNDE*

**4.3.4 Sistema Financeiro Nacional (SFN)**

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), os potenciais riscos fiscais que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) poderia trazer teriam como origem duas fontes:

a) Bancos com controle público, cuja análise já teria sido feita em outra seção do relatório; e

b) Injeção de dinheiro público em uma instituição sistêmica de controle privado.

Para o segundo caso, não há previsão legal de socorro a bancos com problemas de solvência. De toda sorte, o BCB publica semestralmente no Relatório de Estabilidade Financeira (REF)[27] diversas análises que atestam a estabilidade do Sistema Financeiro. Entre essas análises, são destacados os rigorosos testes de estresse cujo último resultado, assim como os anteriores, atestam a confortável capacidade do SFN para enfrentar diversas condições adversas simuladas.

Assim, de acordo com o BCB, não são encontrados problemas de solvência em bancos sistêmicos, mesmo nas condições severas a que foram simuladas e o risco fiscal proveniente do SFN pode ser considerado muito baixo.

**4.3.5 Desastres**

Os desastres podem causar grandes perdas, a depender da localização geográfica, magnitude e do intervalo de tempo em que tais eventos ocorrem, e impactar significativamente as finanças públicas. Isto porque, na ocorrência de determinados desastres, é comum a expectativa de que os governos executem ações de mitigação de possíveis impactos, sejam materiais ou não.

Os passivos contingentes de desastres podem ser explícitos, baseados em contratos ou leis, em que há uma previsão legal para o pagamento associado à ocorrência de seus riscos, ou implícitos, quando os gastos são realizados em decorrência de expectativa moral da sociedade de que

[27] Disponível em https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref.

o governo atue, por pressões políticas ou tentativas de acelerar a recuperação econômica da localidade afetada.

No Brasil, os eventos associados a desastres são, preponderantemente, secas ou excesso de chuvas regionalizadas, principalmente nas regiões Nordeste e Sul. De modo geral, a ocorrência da maioria de tais eventos caracteriza-se por sua repetição ano a ano e pelo seu baixo potencial de constituir impactos fiscais desfavoráveis. Entre os anos de 2012 e 2020 foram gastos entre 0,01% e 0,06% do PIB, ao ano, nas ações voltadas a esses eventos, incluindo o planejamento e o controle dos riscos associados, conforme Tabela 78. Apesar do vasto território do país, o valor destinado aos desastres é relativamente pequeno.

Tabela 78 - Execução orçamentária do Programa 2218 (antigo 2040) - Gestão de Riscos e Desastres

*Em R$ milhões*

| Programa 2218 (antigo 2040) | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação Inicial | 2.074,1 | 2.400,4 | 2.921,8 | 1.721,0 | 345,0 | 1.058,5 | 787,6 | 1.103,4 | 783,6 |
| Dotação Atualizada | 5.270,8 | 6.542,3 | 4.398,4 | 2.928,4 | 1.801,4 | 2.072,6 | 1.777,3 | 1.161,3 | 1.886,0 |
| Pagamento Total [1] | 1.250,3 | 3.036,5 | 3.038,9 | 1.757,5 | 1.938,4 | 1.898,3 | 1.623,9 | 1.247,7 | 1.005,9 |
| Porcentagem do PIB | 0,03% | 0,06% | 0,05% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,02% | 0,02% | 0,01% |

[1] *Inclui os pagamentos relativos à Restos a Pagar.*
***Fonte**: SIAFI, IBGE. **Elaboração**: STN/ME.*

A União possui o programa de governo Gestão de Riscos e de Desastres, que consta na LOA, voltado essencialmente para ações de prevenção e controle, bem como ações de resposta aos desastres. Este programa é composto de diversas Ações de Governo que objetivam, entre outros:

a) identificar os riscos de desastres naturais;

b) apoiar a redução de riscos de desastres naturais em municípios críticos;

c) aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil;

d) monitorar e emitir alerta de desastres naturais; e

e) promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperação de cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios.

Ainda que pese a previsão orçamentária de recursos na ação de Defesa Civil no programa de Gestão de Riscos e Desastres, destaca-se que em situações que demandem ação célere e específica, é possível ao poder público viabilizar recursos via créditos extraordinários.

#### 4.3.6 Mudanças Demográficas

Embora o uso do crescimento vegetativo dos benefícios sociais para estimação das despesas seja razoavelmente confiável para as análises de curto prazo, há riscos não negligenciáveis de médio prazo decorrentes do aumento das despesas associados a elementos institucionais e estruturais que nem sempre estão sob controle do Governo. Nas próximas décadas, o Brasil passará por uma profunda modificação de sua estrutura etária, com aumento do número de idosos na população e redução do número de jovens. Tal transformação demográfica impõe desafios às



políticas públicas, na medida em que influi diretamente sobre a demanda por diferentes formas de atuação estatal.

O caso do Benefício de Prestação Continuada é ilustrativo. Nele, os potenciais efeitos nos gastos oriundos da transformação demográfica, por exemplo, são significativos, o que sugere a necessidade de maior atenção para esse aspecto. O envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de sobrevida, aliados ao aumento anual do salário mínimo superior ao aumento da renda média, sugerem que as despesas com o BPC deverão aumentar substancialmente no futuro próximo.

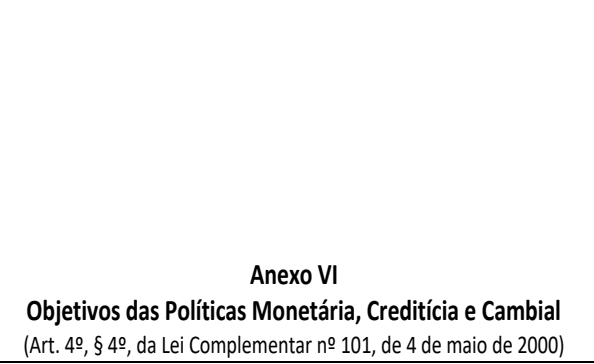
Outra análise significativa pode ser feita em relação aos gastos com Educação e Saúde. Com relação à Educação, tal dinâmica atua de maneira favorável, no sentido de gerar uma menor pressão sobre os gastos, dado que o tamanho da população jovem tem caído não apenas em termos relativos, mas também em termos absolutos. No setor de Saúde, por outro lado, há uma forte pressão para elevação das despesas em decorrência do processo de envelhecimento da população, dado que a população de maior idade demanda proporcionalmente mais serviços de saúde.

Para estimar o impacto da evolução demográfica nas despesas com saúde, foram considerados os blocos de Assistência Farmacêutica, inclusive Farmácia Popular, e da Atenção de Média e Alta Complexidade (atendimento hospitalares e ambulatoriais). Nas despesas com educação, foram consideradas as chamadas despesas com controle de fluxo, que correspondem, grosso modo, a todas as despesas da área, exceto pessoal ativo e inativo, Fundeb, Salário-Educação e o impacto primário do FIES. Somadas, as despesas analisadas alcançaram R$ 90,1 bilhões em 2020, sendo R$ 62,4 bilhões referentes à saúde e R$ 27,7 bilhões referentes à educação.

A Figura 21 apresenta estimativa de impacto da evolução demográfica sobre as despesas selecionadas de saúde e educação no período 2021-2030. O referido impacto foi mensurado como a diferença entre a projeção das despesas considerando a evolução demográfica da população (crescimento e mudança de composição etária), conforme projeções do IBGE[28], relativamente a um cenário contrafactual em que tamanho e composição da população permanecessem constantes aos níveis de 2020. Tais cenários também assumem como constantes a cobertura atual dos serviços prestados e o nível atual de eficiência na provisão dos serviços.

Observa-se que no caso da saúde há uma pressão por expansão (+ R$ 13,7 bilhões em 2030) das despesas decorrente da evolução demográfica (crescimento e envelhecimento populacionais). Por sua vez, a evolução demográfica diminui a pressão por gastos na educação (- R$ 1,4 bilhão em 2030). Como consequência, observa-se, apenas para as despesas consideradas, uma demanda adicional por despesas públicas que alcançaria, em 2030, aproximadamente R$ 12,4 bilhões a preços de 2020. Tal cifra representa 13,4% do valor despendido em 2020 nos mesmos programas.

Figura 21 - Impacto demográfico sobre despesas selecionadas de saúde e educação




***Fonte e Elaboração**: STN/ME*

[28] IBGE. Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de prover maior previsibilidade e transparência no planejamento e apuração dos resultados fiscais e dar cumprimento ao estabelecido no art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2022 elencou as principais fontes de riscos fiscais para consecução do cenário base determinado no Anexo de Metas da mencionada lei.

Este Anexo de Riscos Fiscais, como as edições anteriores, visa promover maior alcance, clareza, funcionalidade e efetividade no mapeamento de riscos fiscais, com a convergência para a adoção de padrões internacionais de publicação de riscos fiscais, considerando as características específicas do país.



## Anexo VI
## Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial
(Art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**Anexo à Mensagem da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000: "A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício seguinte".**

As políticas monetária, creditícia e cambial têm como objetivos o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta para a inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que assegure a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN); e a preservação do regime de taxas de câmbio flutuante, respectivamente. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Em ambiente de consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas, em 2020, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu por novos cortes da taxa básica de juros (Selic) nas reuniões de fevereiro (228º reunião do Copom), março (229º), maio (230º) e junho (231º) e agosto (232º). Neste período a taxa básica de juros foi reduzida em 450 pontos básicos, de 4,50% a.a. para 2,0% a.a., atingindo menor patamar da série histórica.

A trajetória de queda da taxa básica foi interrompida em setembro de 2020, na 233º reunião do Copom. Naquele momento, a decisão do Comitê se baseou na avaliação do cenário básico e na constatação de um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva. A decisão pela interrupção do ciclo de afrouxamento se mostrava compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que incluía o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022.

No Brasil, para 2021 e 2022, a política monetária continuará a ser pautada de forma coerente com o sistema de metas para a inflação, tendo como objetivo a manutenção da estabilidade monetária. A meta para a inflação fixada para 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.), conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.671, de 26 de junho de 2018. Para 2022, a meta para a inflação foi fixada em 3,50%, com o mesmo intervalo de tolerância de 2021 (Resolução CMN nº 4.724, de 27 de junho de 2019).

O ano de 2020 foi marcado pelo choque econômico provocado pela pandemia de Covid-19 com impactos relevantes em todo a economia global. Mesmo em ambiente de severa incerteza, a inflação manteve-se controlada e as expectativas de inflação permaneceram ancoradas, permitindo a continuidade de ciclo de afrouxamento da política monetária. Pressões inflacionarias emergiram a partir de meados do ano refletindo os efeitos da expressiva depreciação cambial, da recuperação dos preços de commodities internacionais e de algum desequilíbrio entre oferta e demanda de bens, na medida que as cadeias de produção foram afetadas pelo choque provocado pelas medidas adotadas de restrição a pandemia. Entretanto, o Banco Central considerou o repique inflacionário no último trimestre do ano como choque temporário, embora com um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a

inflação prospectiva, o que se refletiu em interrupção do ciclo de redução da taxa básica de juros a partir de agosto.

O impacto da pandemia começou a afetar a economia brasileira ao fim do primeiro trimestre quando os primeiros casos da doença foram reportados seguidos, quase simultaneamente, pela adoção de medidas de restrição de mobilidade tomadas para reduzir os riscos de alta circulação do vírus. Consequentemente, já repercutindo os efeitos da pandemia, o PIB no primeiro trimestre registrou recuo de 2,1% em relação ao quarto trimestre de 2019 (dados com ajuste sazonal).

Após queda expressiva do PIB no segundo trimestre (-9,2%), em ambiente de medidas severas contra a disseminação da doença que resultou em fechamento completo de estabelecimentos comerciais e fábricas de diversos segmentos da economia em todas as regiões do país, a economia brasileira iniciou processo de recuperação a partir de meados do segundo trimestre, que ganhou tração ao longo do terceiro trimestre.

A recuperação da atividade econômica, evidenciada pelo crescimento de 7,7% no PIB no terceiro trimestre do ano, refletiu a progressiva reabertura de setores econômicos e as medidas estimulativas tomadas pelo governo em diferentes áreas. Além de um extensivo programa de transferência de renda a população mais vulnerável, várias medidas foram tomadas para suporte do crédito e liquidez do sistema financeiro, entre as quais, linhas de crédito para pequenas empresas para cobertura de pagamentos de salários. A resposta fiscal para a pandemia configurou-se entre as mais expressivas, focada, principalmente, no benefício de auxílio emergencial que atingiu mais de 60 milhões de trabalhadores.

A atividade econômica continuou em trajetória de expansão no quarto trimestre do ano, embora em ritmo mais moderado. O recrudescimento da pandemia a partir de novembro e a retirada de estímulos fiscais, dada a vulnerável situação fiscal do país, influíram na desaceleração da recuperação econômica.

Em relação ao cenário externo, a pandemia da Covid-19 produziu consequências econômicas severas e disseminadas na economia global, sem precedentes no período do pós-guerra. As medidas, voluntárias ou mandatórias, de restrição à mobilidade da população, adotadas para frear o ritmo de disseminação da doença, trouxeram redução pronunciada da demanda agregada. A descontinuidade de atividades, a suspensão de postos de trabalho e a incerteza quanto à própria evolução da pandemia provocaram disrupções nas cadeias globais de comércio, retrações expressivas no consumo de bens e serviços e declínio na confiança de consumidores e investidores em todo o mundo. O setor de serviços, que participa com grande parcela do PIB dos países, foi particularmente atingido.

As respostas de política econômica nos países afetados pela pandemia foram tempestivas, de magnitudes extraordinárias e amplo escopo. Inicialmente as ações buscaram oferecer condições apropriadas de liquidez aos mercados, de forma a garantir o provimento de crédito para que as empresas tivessem condições de suportar a interrupção de seus fluxos de caixa. Com a percepção de que as disrupções nos mercados de trabalho seriam graves, as políticas voltaram-se também a ações com o propósito de recompor a renda do trabalhador ou manter empregos, implementando-se políticas monetárias convencionais e não-convencionais, pacotes fiscais e novas diretrizes macro e microprudenciais, tanto em economias avançadas quanto em emergentes.

A economia global passou a apresentar crescimento mais sólido no segundo semestre resultado da diminuição nas restrições à mobilidade e de políticas estimulativas. A recuperação da atividade, entretanto, perdeu velocidade a partir do quarto trimestre em face do recrudescimento da pandemia.

Assim, de forma geral, a retomada efetiva da economia global continua associada diretamente à evolução e controle da pandemia e às medidas de restrição de mobilidade. O início do processo de vacinação melhorou as perspectivas para a superação da crise sanitária nos próximos trimestres, mas a evolução da imunização em larga escala ainda é um desafio global que continua afetando a confiança do consumidor e atrasando a retomada do consumo privado. O surgimento e disseminação de novas cepas do vírus, possivelmente mais contagiosas, impõe um risco adicional a normalização da atividade em 2021. Por outro lado, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos e a perspectiva de manutenção de estímulos monetários por período prologando favorecem a retomada robusta das economias. Para economias emergentes, o ambiente pode se tornar mais desafiador, na medida que questionamentos dos mercados a respeito de riscos inflacionários nas economias avançadas têm produzido movimento de reprecificação nos ativos financeiros.

Em 2020, o estoque total do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu 15,7% representando aceleração em relação a expansão de 6,5% registrada em 2019. Em dezembro de 2020, o saldo atingiu R$4.021,6 bilhões, representando 54,2% do PIB (46,9% em dez/2019). O saldo das operações com recursos livres alcançou R$2,3 trilhões, expansão de 15,5% no ano, após crescimento de 14,0% em 2019.

A evolução da carteira de crédito foi influenciada, principalmente, pelo crédito a empresas que atingiu R$1,8 trilhão, alta anual de 21,8%, ante -0,1% em 2019. O crédito às famílias situou-se em R$2,2 trilhões, crescimento de 11,2% no ano, de 11,9% em 2019.

A expansão do crédito no ano refletiu, em parte, os programas de estímulo ao crédito lançados para combater os efeitos da pandemia. Nesse sentido, houve incremento substancial na carteira de crédito a micro, pequenas e médias empresas (crescimento de 32,2% em 2020 ante 6,7% em 2019). Nas grandes empresas, que tiveram contratações mais aceleradas nos três primeiros meses da pandemia, o saldo aumentou 16% no ano (-3,7% em 2019).

Em linha com a evolução da taxa básica de juros o Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio das operações de crédito em aberto, independentemente da data de contratação, situou-se em 16,7% a.a. ao final de 2020, menor valor da série iniciada em 2013, o que significou redução de 3,6 p.p. no ano, após estabilidade em 2019.

A taxa média de juros das contratações terminou o ano de 2020 em 18,4% a.a., recuo interanual de 4,2 p.p., após declínio de 0,3 p.p. em 2019. O spread geral das taxas de juros das concessões situou-se em 14,4 p.p., apresentando diminuição de 3,4 p.p. em 2020.

A inadimplência do crédito geral atingiu 2,1% em ao final do ano de 2020, menor valor da série. No ano, ocorreram reduções no nível de atrasos de pessoas jurídicas (-0,9 p.p. em relação ao ano anterior) e físicas (-0,7 p.p.), parcialmente influenciadas pelas renegociações e prorrogações de dívidas que ocorreram no contexto da pandemia.

Para 2021, projeta-se crescimento de 8,0% do saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, com expansão de 11,1% no segmento de crédito livre e de 3,7% no segmento de crédito direcionado.

Os indicadores do setor externo em 2020 refletiram o cenário internacional impactado pelo choque econômico causado pela pandemia.

O déficit em transações correntes para 2020 atingiu 0,9% do PIB (US$12,5 bilhões), ante 2,7% do PIB (US$50,7 bilhões) em 2019. Este recuo deveu-se, principalmente, às fortes reduções dos déficits em renda primária e em serviços e a ligeira elevação do superávit da balança comercial.

Embora diminuindo 6,7% em relação a 2019 (US$210,7 bilhões ante US$225,8 bilhões), as exportações mostraram-se resilientes em ano de significativa redução da corrente de comercial mundial. A resiliência das exportações brasileiras reflete, principalmente, a composição de sua pauta exportadora – com relevante participação de produtos básicos, em particular alimentares – e a participação significativa da China entre os destinos das vendas. A desvalorização cambial ao longo do ano também colaborou para esse fenômeno ao aumentar a atratividade das vendas externas diante das quedas nos preços internacionais.

As importações registraram expressiva retração, de US$185,3 bilhões em 2019 para US$167,4 bilhões em 2020, recuo de 9,7%. O resultado está associado a retração da demanda interna em ambiente de impacto relevante da pandemia na atividade doméstica.

A necessidade de financiamento externo – soma do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos diretos no país – registrou excedentes de financiamento de US$21,7 bilhões, equivalente a 1,5% do PIB, indicando que a situação prossegue favorável em termos de financiamento do déficit do setor externo.

O ingresso líquido de investimento direto no país (IDP), principal fonte de financiamento das contas externas brasileira, alcançou US$34,2 bilhões em 2020, ante US$69,2 bilhões em 2019. Do recuo de US$35,0 bilhões, destacam-se as reduções de US$19,2 bilhões em ingressos por lucros reinvestidos (US$1,6 bilhão em 2020 ante US$20,8 bilhões em 2019) e de US$14,8 bilhões em ingressos para participação no capital exceto lucros reinvestidos (US$28,1 bilhões em 2020 ante US$42,9 bilhões em 2019).

Mesmo após significativo recuo em 2020, os ingressos líquidos de investimento direto no país (IDP), que corresponderam a 2,4% do PIB superaram com folga o déficit em transações correntes do período (0,9% do PIB).

Ao final de 2020, o estoque de reservas internacionais atingiu US$355,6 bilhões, redução de US$1,3 bilhão em comparação ao final de 2019. As operações nos diferentes instrumentos de intervenção no mercado de câmbio – US$24,8 bilhões de vendas à vista e US$3,6 bilhões de retornos líquidos em linhas com recompra – contribuíram em US$21,2 bilhões para reduzir o estoque de reservas internacionais no ano. A receita de juros atingiu US$5,6 bilhões em 2020. O estoque de reservas, equivalente a 24,7% do PIB ou 25,2 meses de importação de bens, permanece em patamar confortável.

A perspectiva para 2021 é de ligeiro superávit em transações correntes – 0,2% do PIB ou US$2 bilhões – o primeiro desde 2007. O resultado reflete, principalmente, expectativa de elevação do saldo comercial de US$43 bilhões em 2020 para US$70 bilhões em 2021.

As exportações devem atingir US$256 bilhões, valor que se equipara ao recorde da série histórica atingido em 2011, impulsionadas pelo escoamento da boa safra de soja, pelo patamar elevado para preços de commodities e pela recuperação da demanda internacional. As importações são projetadas em US$186 bilhões em 2021 (US$167 bilhões em 2020). A elevação das importações está em linha com perspectiva mais favorável para a indústria de transformação nacional, com efeitos sobre a importação de bens intermediários. Projeta-se que os investimentos diretos no país atinjam US$60 bilhões no ano (4% do PIB), ante US$34 bilhões em 2020.

Os resultados das contas públicas foram fortemente influenciados pelas medidas de enfretamento à pandemia com expressivo aumento de gastos primários.

Nesse contexto, o setor público consolidado apresentou déficit primário de R$703,0 bilhões (9,5% do PIB). O Governo Central contribuiu com resultado primário deficitário de R$745,3 bilhões, enquanto os governos regionais e as empresas estatais registraram superávit de R$38,7 bilhões e R$3,6 bilhões, respectivamente. Importante ressaltar que o Governo Federal contribuiu com déficit de R$485,6 bilhões, superando o déficit de R$259,1 bilhões do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O resultado nominal do setor público compôs déficit de R$1.105,4 bilhões, correspondendo a 13,7% do PIB, dos quais 4,2 p.p. representam a apropriação de juros nominais e 9,5 p.p. de resultado primário deficitário. Os juros nominais apropriados apresentaram redução de 0,7 p.p. do PIB em relação a 2019, refletindo a flexibilização monetária e a manutenção da inflação ao consumidor em patamar relativamente baixo no decorrer do ano. O efeito conjunto desses fatores sobrepujou o aumento das perdas com swaps cambiais, que devido à desvalorização do real frente ao dólar passaram de R$7,6 bilhões em 2019 para R$40,8 bilhões em 2020.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) somou R$4.670,0 bilhões em 2020, elevando-se 8,4 p.p. do PIB em relação a 2019, quando havia atingido 54,6%. Essa abrangência inclui as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), as empresas estatais do setor público não-financeiro (exceto Petrobras e Eletrobras) e o Banco Central. O Governo Federal, incluindo o RGPS, foi responsável por 9,3 p.p. do PIB dessa elevação, enquanto o Banco Central auxiliou com a redução de 1,6 p.p.. Os governos estaduais contribuíram para o aumento em 0,5 p.p., enquanto os governos municipais e as empresas estatais em 0,1 p.p. cada. Para a posição devedora líquida do Governo Federal no fim de 2020, que representou 54,2% do PIB, destaca-se o crescimento de 9,0 p.p. do PIB no montante de dívida mobiliária em mercado, principal forma de financiamento do déficit público.

Mais recentemente, o processo de agravamento da crise sanitária deve interromper momentaneamente ou atrasar a recuperação da atividade econômica. De fato, dados de alta frequência sugerem perda de dinamismo da economia no primeiro trimestre do ano. Prospectivamente, entretanto, a vacinação em massa deve ganhar velocidade ao longo do segundo trimestre com impactos econômicos mais perceptíveis a partir de meados do ano, em especial no setor de serviços. Deve-se ressaltar que, assim como em outros países, o surgimento e disseminação de cepas possivelmente mais transmissíveis do vírus impõe-se como risco adicional a ser monitorado.

Nesse cenário, ainda sob incerteza acima da usual, projeta-se crescimento de 3,6% do PIB em 2021.[1] Em termos de trajetória, a projeção para o PIB é de recuo moderado ao longo do primeiro semestre, seguido de recuperação relevante nos últimos dois trimestres do ano, decorrente da redução esperada na taxa de letalidade da Covid-19 e no número de internações, com o avanço da vacinação.

[1] As estatísticas citadas ao longo deste anexo tiveram como fonte o Banco Central do Brasil.

ANEXO VII
RELAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DISPONÍVEIS PARA ALIENAÇÃO
(§ 2º do art. 21 da Lei nº 13.001,de 20 de junho de 2014)

1. Terreno: SHIN QI 03 Conjunto 05 Lote 09, Brasília-DF, 776,00 m², Imóvel Perimetro Urbano;
2. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 05 Lote 09, Brasília-DF, 633,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
3. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 06 Lote 14, Brasília-DF, 556,67m², Imóvel Perimetro Urbano;
4. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 08 Lote 11, Brasília-DF, 600,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
5. Terreno: SHIN Quadra 03 Conjunto 07 Lote 11 Brasília-DF, 600,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
6. Terreno: SHIN Quadra 03 Conjunto 08 Lote 03, Brasília-DF, 733,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
7. Terreno: SHIN Quadra 03 Conjunto 08 Lote 16, Brasília-DF, 533,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
8. Terreno: SHIN Quadra 05 Conjunto 02 Lote 16, Brasília-DF, 533,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
9. Terreno: SHIN Quadra 05 Conjunto 04 Lote 04, Brasília-DF, 733,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
10. Terreno: SHIN Quadra 05 Conjunto 05 Lote 15, Brasília-DF, 533,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
11. Terreno: SHIN Quadra 05 Conjunto 06 Lote 18, Brasília-DF, 847,92m², Imóvel Perimetro Urbano;
12. Terreno: SHIN Quadra 05 Conjunto 07 Lote 04, Brasília-DF, 733,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
13. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 07 Lote 22, Brasília-DF, 540,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
14. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 08 Lote 08, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
15. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 02 Lote 12, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
16. Terreno: SHIN Quadra 01 Conjunto 02 Lote 14, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
17. Terreno: SHIN Quadra 03 Conjunto 03 Lote 04, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
18. Terreno: SHIN Quadra 03 Conjunto 03 Lote 11, Brasília-DF, 540,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
19. Terreno: SHIN QL 03 Conjunto 05 Lote 09, Brasília-DF, 633,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
20. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 08 Lote 17, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
21. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 06 Lote 17, Brasília-DF, 540,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
22. Terreno: SHIS Quadra 21 Conjunto 06 Lote 06, Brasília-DF, 800,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
23. Terreno: SHIS Quadra 21 Conjunto 06 Lote 05, Brasília-DF, 800,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
24. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 15 Lote 10, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
25. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 08 Lote 07, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
26. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 10 Lote 12, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
27. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 10 Lote 06, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
28. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 06 Lote 09, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
29. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 06 Lote 05, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
30. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 11 Lote 07, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
31. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 11 Lote 10, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
32. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 07 Lote 03, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
33. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 09 Lote 18, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
34. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 04 Lote 07, Brasília-DF, 776,67m², Imóvel Perimetro Urbano;
35. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 04 Lote 09, Brasília-DF, 733,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
36. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 05 Lote 18, Brasília-DF, 1.032,91m², Imóvel Perimetro Urbano;
37. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 07 Lote 02, Brasília-DF, 1.312,50m², Imóvel Perimetro Urbano;
38. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 07 Lote 09, Brasília-DF, 733,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
39. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 08 Lote 08, Brasília-DF, 766,67,m², Imóvel Perimetro Urbano;
40. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 08 Lote 10, Brasília-DF, 733,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
41. Terreno: SHIS Quadra 28 Conjunto 09 Lote 16, Brasília-DF, 633,33m², Imóvel Perimetro Urbano;
42. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 03 Lote 24, Brasília-DF, 540,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
43. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 01 Lote 13, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
44. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 04 Lote 01, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
45. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 04 Lote 20, Brasília-DF, 1.320,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
46. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 07 Lote 19, Brasília-DF, 1.320,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
47. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 04 Lote 17, Brasília-DF, 540,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
48. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 06 Lote 18, Brasília-DF, 540,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
49. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 09 Lote 06, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
50. Terreno: SHIS Quadra 26 Conjunto 09 Lote 09, Brasília-DF, 776,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
51. Terreno: SAUS Quadra 04 Lote 05, Brasília-DF, 675,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
52. Terreno: SAUS Quadra 04 Lote 06, Brasília-DF, 675,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
53. Loja: SCLS 307, Bloco A, loja 03, Brasília-DF, área construída: 116,20 m², área do terreno: 70,00m², Imóvel Perimetro Urbano;
54. Casa: QNJ 42 Casa 23, Brasília-DF, área construída: 59,85m², área do terreno: 250,00m², Imóvel Residencial Funcional;
55. Casa: QNJ 44 Casa 23, Brasília-DF, área construída: 59,85m², área do terreno: 250,00m², Imóvel Residencial Funcional;
56. Casa: QNJ 46 Casa 06, Brasília-DF, área construída: 59,85m², área do terreno: 250,00m², Imóvel Residencial Funcional;
57. Casa: QNJ 46 Casa 34, Brasília-DF, área construída: 59,85m², área do terrno: 250,00m², Imóvel Residencial Funcional;
58. Apartamento: SQS 202 Bloco J Apartamento 502, Brasília-DF, área construída: 280,09m², Imóvel Residencial Funcional;
59. Apartamento: SQS 405 Bloco L Apartamento 108, Brasília-DF, 77,64m², Imóvel Residencial Funcional;
60. Apartamento: SQS 406 Bloco P Apartamento 305, Brasília-DF, 117,53m², Imóvel Residencial Funcional;
61. Apartamento: SQS 415 Bloco I Apartamento 307, Brasília-DF, 124,77m², Imóvel Residencial Funcional;
62. Apartamento: SQS 415 Bloco I Apartamento 108, Brasília-DF, 124,77m², Imóvel Residencial Funcional;
63. Apartamento: SQS 416 Bloco D Apartamento 203, Brasília-DF, 77.72m², Imóvel Residencial Funcional;
64. Apartamento: SQS 416 Bloco D Apartamento 205, Brasília-DF, 77.72m², Imóvel Residencial Funcional;
65. Apartamento: SQS 416 Bloco D Apartamento 206, Brasília-DF, 77.72m², Imóvel Residencial Funcional;
66. Apartamento: SQS 416 Bloco S Apartamento 107, Brasília-DF, 124,77m², Imóvel Residencial Funcional;
67. Apartamento: SQS 416 Bloco S Apartamento 203, Brasília-DF, 124,77m², Imóvel Residencial Funcional;
68. Apartamento: SQS 416 Bloco S Apartamento 205, Brasília-DF, 124,77m², Imóvel Residencial Funcional;
69. Apartamento: SQN 215 Bloco A Apartamento 609, Brasília-DF, 77,72m², Imóvel Residencial Funcional;
70. Apartamento: SQS 308 Bloco H Apartamento 102, Brasília-DF, 76,39m², Imóvel Residencial Funcional;
71. Apartamento: SQS 315 Bloco E Apartamento 104, Brasília-DF, 102,82m², Imóvel Residencial Funcional;
72. Apartamento: SQS 315 Bloco E Apartamento 207, Brasília-DF, 102,82m², Imóvel Residencial Funcional;
73. Apartamento: SQS 315 Bloco H Apartamento 503, Brasília-DF, 215,00m², Imóvel Residencial Funcional;
74. Apartamento: SQS 405 Bloco P Apartamento 207, Brasília-DF, 122,61m², Imóvel Residencial Funcional;
75. Apartamento: SQS 406 Bloco P Apartamento 301, Brasília-DF, 117,53m², Imóvel Residencial Funcional;
76. Apartamento: SQS 408 Bloco P Apartamento 204, Brasília-DF, 112,00m², Imóvel Residencial Funcional;
77. Apartamento: SQS 408 Bloco P Apartamento 303, Brasília-DF, 112,00m², Imóvel Residencial Funcional; e
78. Apartamento: SQS 415 Bloco I Apartamento 308, Brasília-DF, 112,00m², Imóvel Residencial Funcional.

ANEXO VIII
PRIORIDADES E METAS
(VETADO)

# Atos do Poder Executivo

## DECRETO Nº 10.771, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Tabela de Incidência do Im'posto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, **caput**, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam alteradas, na forma do Anexo I, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, por meio da criação de "Ex" para os produtos classificados nos códigos relacionados no referido Anexo.

Art. 2º Ficam alteradas, na forma do Anexo II, as alíquotas do IPI constantes da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, incidentes sobre os produtos classificados nos códigos relacionados no referido Anexo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no primeiro dia do quarto mês após a data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Paulo Guedes*

ANEXO I

| NCM | DESCRIÇÃO | ALÍQUOTA (%) |
|---|---|---|
| 6802.10.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.21.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.23.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.29.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.91.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.92.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.93.90 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6802.99.90 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |
| 6803.00.00 | Ex 01 - Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento | 1 |

ANEXO II

| NCM | DESCRIÇÃO | ALÍQUOTA (%) |
|---|---|---|
| 6907.21.00 | - Com um coeficiente de absorção de água, em peso, não superior a 0,5% | 1 |
| 6907.22.00 | - Com um coeficiente de absorção de água, em peso, superior a 0,5%, mas não superior a 10% | 1 |
| 6907.23.00 | - Com um coeficiente de absorção de água, em peso, superior a 10% | 1 |
| 6907.30.00 | - Cubos, pastilhas e artigos semelhantes para mosaicos, exceto os da subposição 6907.40 | 1 |
| 6907.40.00 | - Peças de acabamento | 1 |

**DECRETO Nº 10.772, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, firmado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação foi firmado em Camberra, em 7 de setembro de 2017;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 17, de 30 de abril de 2021; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 21 de maio de 2021, nos termos de seu Artigo 14;

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, firmado em Camberra, em 7 de setembro de 2021, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Carlos Alberto Franco França*

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA AUSTRÁLIA PARA COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da Austrália,
(doravante denominados conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte"),

Afirmando seu compromisso com o fortalecimento da cooperação entre as Partes, particularmente no campo de ciência, tecnologia e inovação, como meio de promoção e consequente desenvolvimento da relação de amizade existente entre os dois países;

Reconhecendo que o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação proporcionará benefícios mútuos às Partes e constituirá uma ferramenta poderosa para aprimorar os padrões socioeconômicos de vida e promover a equidade social;

Desejosos de criar uma parceria vantajosa e um ambiente propício para o incentivo à inovação, com vistas a tirar proveito da rápida expansão do conhecimento científico e de seu impacto positivo como força transformadora capaz de sustentar o crescimento econômico;

Acordaram o seguinte:

**ARTIGO I**
Definições

Para os fins deste Acordo:

1) "Informação Sigilosa" significa informação que:

a. seja secreta, no sentido de que não seja conhecida em geral nem facilmente acessível a pessoas de círculos que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, seja na configuração e na montagem específicas de seus componentes;

b. tenha valor comercial por ser secreta; e

c. tenha sido objeto de precauções razoáveis, nas circunstâncias, pela pessoa legalmente em controle da informação, para mantê-la secreta.

2) "Atividade de cooperação" significa qualquer atividade executada ou apoiada pelas Partes ou entidades cooperantes no âmbito deste Acordo.

3) "Entidades cooperantes" significa quaisquer órgãos governamentais, universidades, instituições de pesquisa públicas e privadas, setor produtivo, empresas e outras organizações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que participem de uma atividade de cooperação realizada no âmbito deste Acordo.

4) "Protocolo de implementação" significa um instrumento em forma escrita que dispõe sobre os detalhes acordados entre as entidades cooperantes para a implementação ou a realização de uma atividade de cooperação no âmbito deste Acordo.

5) "Propriedade intelectual" refere-se a todas as categorias de propriedade intelectual objeto das Seções 1 a 7 da Parte II do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, contido no Anexo 1C do Tratado de Marrakech, constitutivo da Organização Mundial do Comércio, assinado em Marrakech, em 15 de abril de 1994.

6) "Memorando de Entendimento sobre Propriedade Intelectual" refere-se ao documento acordado entre as Partes que disporá sobre a proteção e o uso da propriedade Intelectual pelas Partes e Entidades Cooperantes.

**ARTIGO 2**
Objetivos e Princípios

1) As Partes promoverão e facilitarão o desenvolvimento da cooperação no campo de ciência, tecnologia e inovação em áreas de interesse mútuo.

2) De conformidade com a legislação interna de cada país, as Partes conduzirão suas relações de cooperação em ciência, tecnologia e inovação tendo por base os seguintes princípios:

a. benefício mútuo, com base em um balanço geral das vantagens;

b. acesso equivalente, por cada Parte, às atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico realizadas em conjunto;

c. acesso equivalente e intercâmbio de informações no campo da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico;

d. proteção adequada e efetiva de qualquer Propriedade Intelectual.

**ARTIGO 3**
Modalidades de Cooperação

De conformidade com a legislação interna de cada país, a cooperação entre as Partes no campo de ciência, tecnologia e inovação pode incluir:

a. desenvolvimento de programas de pesquisa conjunta científica e tecnológica, planos de trabalho e projetos que incluam o fornecimento de materiais e equipamentos de pesquisa, conforme considerado necessário por ambas as Partes;

b. intercâmbio de estudantes, cientistas, pesquisadores, especialistas e acadêmicos;

c. intercâmbio de informação no campo de ciência e tecnologia por meios eletrônicos e outros;

d. organização de seminários, conferências e oficinas de trabalho no campo de ciência e tecnologia em áreas de interesse mútuo;

e. identificação em conjunto de problemas de ciência, tecnologia e inovação e aplicação do conhecimento dela resultante; e

f. outras modalidades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, conforme acordado mutuamente pelas Partes.

**ARTIGO 4**
Autoridades Competentes

1) O Governo da República Federativa do Brasil nomeia o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Governo da Austrália nomeia o Departamento de Indústria, Inovação e Ciência como suas respectivas Autoridades Competentes, responsáveis pela coordenação e implementação deste Acordo.

2) Qualquer das Partes pode alterar a nomeação de sua respectiva Autoridade Competente mediante notificação por escrito à outra Parte.

**ARTIGO 5**
Áreas de Cooperação

1) Todas as áreas de ciência, tecnologia e inovação podem ser amparadas por este Acordo, exceto as atividades de ciência, tecnologia e inovação relacionadas a defesa.

2) As Partes podem definir, consensualmente, áreas prioritárias para cooperação no âmbito deste Acordo.

**ARTIGO 6**
Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

1) De modo a facilitar a implementação deste Acordo, as Autoridades Competentes mencionadas no Artigo 4 designarão um Comitê Conjunto, que se reunirá, conforme necessário, alternadamente no Brasil e na Austrália, em datas a serem acordadas por via diplomática.

2) O Comitê Conjunto será copresidido por representantes designados por cada Parte, e seus membros serão indicados pelas respectivas Partes.

3) As funções do Comitê Conjunto serão:

a. analisar e avaliar os principais assuntos relacionados à implementação deste Acordo;

b. examinar e avaliar o progresso das Atividades de Cooperação realizadas no âmbito deste Acordo;

c. identificar novas áreas de cooperação, sempre que necessário, com base em informações fornecidas por instituições de cada país e em políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação;

d. elaborar Memorando de Entendimento sobre Propriedade Intelectual para a proteção e o uso da Propriedade Intelectual; e

e. executar outras funções decididas em conjunto pelas Partes.

4) O Comitê Conjunto constituirá, sempre que necessário, grupos de trabalho em áreas específicas de cooperação, assim como designará especialistas para examinar temas específicos.

5) Decisões urgentes relacionadas a essas funções, que forem consideradas necessárias em períodos entre as reuniões do Comitê Conjunto, serão tomadas com base em consulta entre as Partes, por via diplomática.

**ARTIGO 7**
Protocolos de Implementação

1) As Entidades Cooperantes de cada Parte negociarão e concluirão em conjunto quaisquer preparativos para a implementação ou a execução de Atividades de Cooperação no âmbito deste Acordo, conforme considerarem necessário. Tais preparativos serão estabelecidos ou explicitados mediante um Protocolo de Implementação.

2) Os Protocolos de Implementação deverão conter a área de cooperação, os participantes envolvidos e os procedimentos a serem seguidos, inclusive planos de financiamento, regras de Propriedade Intelectual, manuseio de Informação Sigilosa, períodos acordados para cooperação, uso dos resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento conjuntos e outros assuntos relevantes.

3) Os Protocolos de Implementação serão acordados em conformidade com a legislação interna aplicável à jurisdição em que uma Atividade de Cooperação em particular será realizada.

4) As regras referentes ao uso e proteção da Propriedade Intelectual e Informação Sigilosa inscritas em um Protocolo de Implementação deverão estar de acordo com o Memorando de Entendimento sobre Propriedade Intelectual.

**ARTIGO 8**
Equipamentos e Materiais

Cada Parte, em conformidade com suas obrigações internacionais e legislação interna, inclusive com as formalidades de imigração que regulam a entrada e o trabalho em seu território, facilitará a entrada e a saída de seu território de pessoas da outra Parte envolvidas ou de materiais e equipamentos da outra Parte utilizados nas Atividades de Cooperação realizadas no âmbito deste Acordo ou necessários à sua implementação.

**ARTIGO 9**
Terceiros e Troca de Informações

1) Nenhuma das Partes divulgará informação obtida por ela ou por seu pessoal, no âmbito deste Acordo, para nenhum terceiro sem o consentimento específico da outra Parte.

2) Cientistas, pesquisadores, especialistas, acadêmicos e instituições de terceiros países ou organizações internacionais podem ser convidados, mediante autorização das Entidades Cooperantes, a participar em Atividades de Cooperação realizadas no âmbito deste Acordo.

3) O custo dessa participação será financiado pelo terceiro, salvo se as Partes, consensualmente e por escrito, decidirem o contrário.

4) Salvo se estipulado de maneira diversa nos Protocolos de Implementação, as comunidades científicas e tecnológicas de ambos os países terão acesso às informações não protegidas por normas de Propriedade Intelectual resultantes das Atividades de Cooperação realizadas no âmbito deste Acordo.

5) De conformidade com a legislação interna e de acordo com os Protocolos de Implementação, cada Parte terá direito a uma licença não exclusiva, irrevogável, livre do pagamento de "royalties" e de âmbito mundial para adaptar, reproduzir e distribuir publicamente artigos especializados, relatórios e livros científicos e técnicos diretamente decorrentes da cooperação realizada no âmbito deste Acordo. Todas as cópias distribuídas ao público de uma obra protegida por direitos autorais preparada de acordo com essa regra indicarão os nomes dos autores da obra, exceto se um autor explicitamente recusar a referência ao seu nome.

**ARTIGO 10**
Assuntos Financeiros

1) Atividades de Cooperação realizadas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos e às políticas, leis e regulamentações aplicáveis de cada Parte.

2) Despesas de viagem, inclusive custos de acomodação, diárias e transporte local para as pessoas designadas serão custeadas pela Parte ou Entidade Cooperante responsável pelo envio.

3) Outras despesas relativas à cooperação entre as Entidades Cooperantes serão custeadas de acordo com os termos consensualmente determinados, por escrito, entre as Entidades Cooperantes.

**ARTIGO 11**
Assuntos Médicos

1) Salvo se disposto de maneira diversa nos Protocolos de Implementação, a Entidade Cooperante assegurará que as pessoas em visita ao outro país no âmbito deste Acordo apresentem os recursos necessários, ou que mecanismos apropriados sejam estabelecidos, para cobrir todas as despesas no caso de doença súbita ou trauma.

2) Para dar efetividade a este Artigo, as pessoas em visita serão aconselhadas a contratar seguro médico em seu país de origem para o período de duração de sua estadia no território da outra Parte.

**ARTIGO 12**
Assistência e Facilidades

Cada Parte, de conformidade com sua legislação interna, fornecerá aos cidadãos da outra Parte que estão em seu território assistência para o cumprimento das tarefas a eles confiadas, de acordo com as disposições deste Acordo e dos respectivos Protocolos de Implementação.

**ARTIGO 13**
Emenda do Acordo

1) Este Acordo pode ser emendado por consentimento mútuo das Partes. Todas as emendas serão feitas por escrito.

2) Uma emenda acordada entre as Partes entrará em vigor quando cada Parte tiver notificado a outra, por via diplomática, do cumprimento de seus respectivos requisitos internos para a entrada em vigor da emenda. A emenda entrará em vigor na data da última notificação.

**ARTIGO 14**
Entrada em Vigor, Denúncia e Solução de Controvérsias

1) Este Acordo entrará em vigor quando cada Parte tiver notificado a outra, por via diplomática, do cumprimento de seus respectivos requisitos internos necessários para sua vigência. Este Acordo entrará em vigor na data da última notificação.

2) O presente Acordo pode ser denunciado a qualquer momento, por uma das Partes, por meio de notificação diplomática escrita enviada à outra Parte. O Acordo deixará de viger após seis (6) meses da data do recebimento da referida notificação.

3) A denúncia do presente Acordo não afetará a validade ou a duração das obrigações inscritas nos Protocolos de Implementação durante o tempo de sua execução nem interromperá as Atividades de Cooperação em andamento, salvo se as Partes ou Entidades Cooperantes decidirem de forma diversa.

4) Qualquer disputa decorrente da interpretação ou da implementação do presente Acordo será resolvida amigavelmente mediante consulta ou negociação entre as Partes.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos governos, firmam o presente Acordo em dois (2) exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

_____

Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior
Embaixador da República Federativa do Brasil
em Camberra

PELO GOVERNO DA AUSTRÁLIA

_____

Arthur Sinodinos
Ministro para Indústria, Inovação e Ciência da Austrália

# Presidência da República

## DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 407, de 20 de agosto de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 775.

Nº 408, de 20 de agosto de 2021.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

**Incisos III, VI e VII do caput do art. 4º do Projeto de Lei**

"III - nos programas emergenciais de que tratam as Leis nº 13.999, de 18 de maio de 2020, nº 14.020, de 6 de julho de 2020, nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e nº 14.043, de 19 de agosto de 2020;"

"VI - na ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico; e"

"VII - no Anexo VIII desta Lei."

**IIncisos II, III e IV do § 12 do art. 38 do Projeto de Lei**

"II - de campanhas de utilidade pública que disponibilizem informações para prevenção e cuidados com a saúde;"

"III - no tratamento de sequelas causadas pela COVID e do impacto destas nas demais patologias;"

"IV - da infraestrutura da rede de atendimento oncológico; e"

**IInciso VIII do caput do art. 175 do Projeto de Lei**

"VIII - Anexo VIII - Prioridades e Metas."

**IAnexo VIII - Prioridades e Metas do Projeto de Lei**

"

ANEXO VIII
PRIORIDADES E METAS

| Programa, Ações e Produtos (unidade de medida) | | Meta 2022 |
|---|---|---|
| **0032** | **PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO** | |
| *20UC* | *ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES*<br>ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) | 1 |
| *20VE* | *PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL*<br>ALUNO CAPACITADO (UNIDADE) | 1.000 |
| **0033** | **PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO** | |
| *11RV* | *CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO EM BRASÍLIA - DF*<br>SEDE CONSTRUÍDA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) | 100 |
| *15G5* | *REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM JOÃO PESSOA - PB*<br>EDIFÍCIO-SEDE REFORMADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) | 10 |
| *15G6* | *REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE - PB*<br>EDIFÍCIO-SEDE REFORMADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) | 20 |
| **0617** | **PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS** | |
| *20UF* | *REGULARIZAÇÃO, DEMARCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS*<br>TERRA INDÍGENA ATENDIDA (UNIDADE) | 3 |
| *21BO* | *PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS*<br>COMUNIDADE INDÍGENA BENEFICIADA (UNIDADE) | 200 |
| *21C0* | *ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS*<br>AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) | 10 |
| **1031** | **AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL** | |
| *099F* | *CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (LEI Nº 10.823, DE 2003)*<br>PRODUTOR BENEFICIADO (UNIDADE) | 10.000 |
| *20Y7* | *DESENVOLVIMENTO DO ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR*<br>CADEIA DE ABASTECIMENTO ORGANIZADA/MANTIDA (UNIDADE) | 80 |
| *20ZV* | *FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO*<br>PROJETO APOIADO (UNIDADE) | 20 |
| *21B6* | *ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL*<br>PRODUTOR ASSISTIDO (UNIDADE) | 5.000 |
| *21B9* | *PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO E ACESSO AOS MERCADOS*<br>PRODUTOR ATENDIDO (UNIDADES/ANO) | 100 |
| *210V* | *PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR, PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS*<br>AGRICULTOR ATENDIDO (UNIDADE) | 50.000 |
| *214Z* | *FOMENTO À TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA E AOS RECURSOS GENÉTICOS*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 200 |
| *215ª* | *DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA*<br>PROJETO APOIADO (UNIDADE) | 100 |
| *8622* | *PROMOÇÃO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO*<br>EMPREENDIMENTO APOIADO (UNIDADE) | 100 |
| **1040** | GOVERNANÇA FUNDIÁRIA | |
| *210Z* | *RECONHECIMENTO E INDENIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS*<br>ÁREA RECONHECIDA (HA) | 5.000 |
| *211A* | *CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS*<br>PROJETO CONSOLIDADO (UNIDADE) | 150 |
| *211C* | *REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA*<br>TÍTULO EMITIDO (UNIDADE) | 100.000 |
| **1041** | **CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS** | |
| *2E87* | *CONTROLE DA POPULAÇÃO DE ANIMAIS EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS (CASTRAÇÃO E ATENÇÃO VETERINÁRIA - LDO 2021, ART. 41)*<br>ANIMAL MANEJADO (UNIDADE) | 300.000 |
| *20N1* | *FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 10 |
| *20VU* | *POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DE MANEJO E RECUPERAÇÃO FLORESTAL NO ÂMBITO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS*<br>*POLÍTICA APOIADA (UNIDADE)* | 27 |
| *20VY* | *IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL AÇÃO IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 227 |
| *21A8* | *FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A CONSERVAÇÃO, A RECUPERAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE, DA VEGETAÇÃO NATIVA E DO PATRIMÔNIO GENÉTICO*<br>AÇÃO DESENVOLVIDA (UNIDADE) | 127 |

| | | |
|---|---|---|
| *214O* | *GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL*<br>AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) | 100 |
| **1043** | **QUALIDADE AMBIENTAL URBANA** | |
| *21A9* | IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS, PLANOS E AÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA<br>AÇÃO IMPLEMENTADA (UNIDADE) | 100 |
| **1058** | **MUDANÇA DO CLIMA** | |
| *20G4* | *FOMENTO A ESTUDOS E PROJETOS PARA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA*<br>PROJETO APOIADO (UNIDADE) | 10 |
| *20W1* | *INICIATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA E DA CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA*<br>*POLÍTICA IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 20 |
| **2201** | **BRASIL MODERNIZA** | |
| *15OP* | *ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL*<br>ESTRUTURA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) | 60 |
| **2202** | **DEFESA AGROPECUÁRIA** | |
| *8606* | *APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO*<br>UNIDADE CONTROLADA (UNIDADE) | 1.000 |
| **2203** | **PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA** | |
| *20Y6* | *PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA*<br>PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) | 100 |
| *8924* | *TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS PARA A INOVAÇÃO PARA A AGROPECUÁRIA*<br>AÇÃO IMPLEMENTADA (UNIDADE) | 50 |
| **2204** | **BRASIL NA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO** | |
| *00LV* | *FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)*<br>BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE) | 1.000 |
| *20US* | *FOMENTO A PROJETOS, PROGRAMAS E REDES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 3.913 |
| *215L* | *FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS*<br>*INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 100 |
| **2205** | **CONECTA BRASIL** | |
| *20V8* | *APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL*<br>PROJETO APOIADO (UNIDADE) | 1.000 |
| *21AE* | *EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO*<br>ESTUDO ELABORADO (UNIDADE) | 1 |
| *21C8* | *OPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DO PROGRAMA CONECTA BRASIL*<br>SERVIÇO PRESTADO (HORAS/ANO) | 10 |
| **2208** | **TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** | |
| *20UQ* | *APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIAS APLICADAS, TECNOLOGIAS SOCIAIS E EXTENSÃO TECNOLÓGICA ARTICULADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL*<br>TECNOLOGIA DISSEMINADA (UNIDADE) | 10 |
| *20V6* | *FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À INOVAÇÃO, A TECNOLOGIAS DIGITAIS E AO PROCESSO PRODUTIVO*<br>PROJETO APOIADO (UNIDADE) | 2.000 |
| *4949* | *FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NA REGIÃO AMAZÔNICA (CT-AMAZÔNIA)*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 10 |
| **2210** | **EMPREGABILIDADE** | |
| *2B12* | *FOMENTO À INCLUSÃO PRODUTIVA*<br>PARCERIA REALIZADA (UNIDADE) | 100 |
| *20Z1* | *QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES*<br>TRABALHADOR QUALIFICADO (UNIDADE) | 10.000 |
| **2212** | **MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA PRODUTIVIDADE** | |
| *210C* | *PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEEMPRENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO*<br>EMPRESA APOIADA (UNIDADE) | 100 |
| *210D* | *FOMENTO À INOVAÇÃO E ÀS TECNOLOGIAS INOVADORAS*<br>*INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 100 |
| *210E* | *PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL*<br>INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) | 170 |
| **2215** | **POLÍTICA ECONÔMICA E EQUILÍBRIO FISCAL** | |
| *20Z7* | *GESTÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL*<br>*SISTEMA MANTIDO (UNIDADE)* | 1<br>5 |
| *20Z8* | *ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE ATIVIDADES ECONÔMICAS ACOMPANHAMENTO REALIZADO (UNIDADE)* | 1<br>5.000 |
| **2216** | **POLÍTICA EXTERNA** | |
| *6105* | *RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC*<br>*ASSESSORIA PRESTADA (UNIDADE)* | 5 |
| *8495* | *REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNACIONAIS OFICIAIS*<br>*EVENTO REALIZADO (UNIDADE)* | 1<br>5 |
| **2217** | **DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO** | |
| *1D73* | *APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIÁRIA*<br>PROJETO APOIADO (UNIDADE ) | 5.000 |
| *10BC* | *IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃOPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 500 |
| *10T2* | *APOIO A PROJETOS E OBRAS DE REABILITAÇÃO, DE ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA EM ÁREAS URBANASPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 200 |
| *20NK* | *ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAISARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO (UNIDADE)* | 800 |
| *214S* | *ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL ATIVIDADE PRODUTIVA APOIADA (UNIDADE)* | 100 |
| *7K66* | *APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADOPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 1.000 |
| *7W59* | *IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SUL-FRONTEIRA PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE)* | 13 |
| *7XR6* | *IMPLANTAÇÃO DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASFOBRA EXECUTADA (UNIDADE)* | 30 |
| *8874* | *APOIO AO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA MUNICIPAL E INTERFEDERATIVAPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 1 |
| **2218** | **GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES** | |
| *10SG* | *APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM MUNICÍPIOS CRÍTICOS SUJEITOS A EVENTOS RECORRENTES DE INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOSDOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 10 |
| *14RL* | *REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAISPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 22.001 |
| *22BO* | *AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVILPOPULAÇÃO BENEFICIADA (UNIDADE)* | 1.000 |
| *7XR3* | *ENROCAMENTO DO LADO NORTE DO RIO DOCE NO MUNICÍPIO DE COLATINA/ESOBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO)* | 100 |
| *8865* | *APOIO À EXECUÇÃO DE PROJETOS E OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM ÁREAS URBANASPOPULAÇÃO BENEFICIADA (UNIDADE)* | 100 |
| **2219** | **MOBILIDADE URBANA** | |
| *10SS* | *SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANOPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 10 |
| *10ST* | *TRANSPORTE NÃO MOTORIZADOPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 50 |
| **2220** | **MORADIA DIGNA** | |
| *00CX* | *SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS RURAIS (LEI Nº 11.977, DE 2009)VOLUME CONTRATADO (UNIDADE)* | 240.000 |
| *00CY* | *TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS (LEI Nº 11.977, DE 2009) VOLUME CONTRATADO (UNIDADE)* | 501.000 |
| *10SJ* | *APOIO À PRODUÇÃO DE INTERESSE SOCIALPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 2.000 |
| *10S3* | *APOIO À URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOSINTERVENÇÃO APOIADA (UNIDADE)* | 100 |
| *8866* | *APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANASPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 10.000 |
| *8873* | *APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS AGENTES INTEGRANTES DO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SNHISPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 20.000 |
| **2221** | **RECURSOS HÍDRICOS** | |
| *10CT* | *CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANOOBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 100 |
| *109H* | *CONSTRUÇÃO DE BARRAGENSOBRA EXECUTADA (UNIDADE)* | 19 |
| *109J* | *CONSTRUÇÃO DE ADUTORASOBRA EXECUTADA (UNIDADE)* | 51 |
| *11AA* | *CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM FRONTEIRAS NO ESTADO DO CEARÁOBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 11 |
| *116F* | *IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MELHORIAS OU ADEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS DE ATUAÇÃO DA CODEVASFEMPREENDIMENTO CONCLUÍDO (UNIDADE)* | 2 |
| *14VI* | *IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA SEGURANÇA HÍDRICAOBRA EXECUTADA (UNIDADE)* | 20 |
| *15E7* | *REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASFEMPREENDIMENTO CONCLUÍDO (UNIDADE)* | 100 |
| *1851* | *AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE PEQUENO E MÉDIO VULTOINTERVENÇÃO APOIADA (UNIDADE)* | 1.000 |
| 2397 | *LEVANTAMENTOS HIDROGEOLÓGICOS, ESTUDOS INTEGRADOS EM RECURSOS HÍDRICOS PARA GESTÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA HÍDRICALEVANTAMENTO REALIZADO (UNIDADE)* | 54 |
| *7X91* | *CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA (FASE I) DO CANAL DO XINGÓOBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 10 |
| **2222** | **SANEAMENTO BÁSICO** | |
| *1P95* | *APOIO À ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS DE SANEAMENTO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS OU DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTOPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 50 |
| *116F* | *IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MELHORIAS OU ADEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS DE ATUAÇÃO DA CODEVASFEMPREENDIMENTO CONCLUÍDO (UNIDADE)* | 500 |
| *20AG* | *APOIO À GESTÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTESMUNICÍPIO BENEFICIADO (UNIDADE)* | 340 |
| *20AM* | *IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAISUNIDADE APOIADA (UNIDADE)* | 27 |
| *21CB* | *IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE EM REGIÕES METROPOLITANAS (RM) OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 25.754 |
| 21CC | *IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE EM REGIÕES METROPOLITANAS (RM) OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 100 |
| *21CI* | *IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS EM LOCALIDADES URBANAS DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50.000 HABITANTESDOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 8.000 |
| 21C9 | *IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (LOCALIDADES DE PEQUENO PORTE) OU EM COMUNIDADES TRADICIONAIS (REMANESCENTES DE QUILOMBOS)DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 50.000 |
| *216F* | *GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICOPROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| *6908* | *FOMENTO À EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VOLTADA À PROMOÇÃO DA SAÚDEENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)* | 1.000 |
| *7XK8* | *IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTESMUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 3.000 |
| 7656 | *IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (LOCALIDADES DE PEQUENO PORTE) OU EM COMUNIDADES TRADICIONAIS (REMANESCENTES DE QUILOMBOS)DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)* | 334 |
| **2223** | **A HORA DO TURISMO** | |
| *10V0* | *APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICAPROJETO REALIZADO (UNIDADE)* | 100 |
| *20Y3* | *PROMOÇÃO E MARKETING DO TURISMO NO MERCADO NACIONALINICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 100 |
| *21AM* | *ARTICULAÇÃO, COOPERAÇÃO E ATUAÇÃO INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMOAÇÃO APOIADA (UNIDADE)* | 10 |
| *4590* | *QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO NO TURISMOPESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 1.000 |
| *7XR0* | *APOIO PARA PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA DO PROGRESSO MARCOLINO GALVÃO - MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE - ENTRONCAMENTO BR-040TRECHO ADEQUADO (KM)* | 24 |
| **3001** | **ENERGIA ELÉTRICA** | |
| *2E75* | *INCENTIVO À GERAÇÃO DE ELETRICIDADE RENOVÁVELENERGIA GERADA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS (GWH (GIGAWATT HORA))* | 5.120 |
| 4897 | *PLANEJAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO DOCUMENTO PRODUZIDO (UNIDADE)* | 100 |
| **3003** | **PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS** | |
| *2E91* | *APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS - RENOVABIOPROJETO DESENVOLVIDO (UNIDADE)* | 1 |
| **3004** | **AVIAÇÃO CIVIL** | |
| *14UB* | *CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONALAEROPORTO ADEQUADO (UNIDADE)* | 10 |
| **3005** | **TRANSPORTE AQUAVIÁRIO** | |
| *123M* | *MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO TOCANTINSHIDROVIA MELHORADA (KM)* | 38 |
| *127G* | *CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS FLUVIAIS OBRA EXECUTADA (%)* | 10 |
| *14KV* | *APOIO A IMPLANTAÇÃO DE MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO TIETÊ/SP PROJETO APOIADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 100 |
| **3006** | **TRANSPORTE TERRESTRE E TRÂNSITO** | |
| *10IW* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ITACARAMBI - DIVISA MG/BA - NA BR-135/MGTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *10IX* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-116/259/451 (GOVERNADOR VALADARES) - ENTRONCAMENTO MG-020 - NA BR-381/MGTRECHO ADEQUADO (KM)* | 6 |
| *10JQ* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO FRANCISCO DO SUL - JARAGUÁ DO SUL - NA BR-280/SC TRECHO ADEQUADO (KM)* | 30 |
| *11VA* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRÃO CASCALHEIRA - NA BR-158/MTTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *110Q* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PEDRA BRANCA - DIVISA SE/AL - NA BR-101/SE TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *12KF* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO MIGUEL DO OESTE - DIVISA SC/PR - NA BR-163/SC TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *124G* | *CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE - CAETITÉ/BA - BARREIRAS/BA - EF-334*<br>TRECHO CONSTRUÍDO (KM) | 20 |

| | | |
|---|---|---|
| *1248* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - MANAUS - DIVISA AM/RO - NA BR-319/AMTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *13X5* | *ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM IMPERATRIZ - NA BR-010/MA TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *13YK* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - LARANJAL DO JARI - ENTRONCAMENTO BR-210/AP-030 - NA BR- 156/APTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *130Z* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO TO-020 (APARECIDA DO RIO NEGRO) - DIVISA TO/MA (GOIATINS) - NA BR-010/TOTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *1418* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA COM A GUIANA FRANCESA) - NA BR-156/APTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *15WO* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - IMPERATRIZ - AÇAILÂNDIA - NA BR-010/MA TRECHO ADEQUADO (KM)* | 30 |
| *20VL* | *MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE TRECHO MANTIDO (KM)* | 140 |
| *219Z* | *CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃOINFRAESTRUTURA MANTIDA (UNIDADE)* | 200 |
| *2907* | *FISCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA VISTORIA REALIZADA (UNIDADE)* | 20 |
| *7L04* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - PELOTAS - NA BR-116/RSTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7N85* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TIMBÉ DO SUL - DIVISA SC/RS - NA BR-285/SC TRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 22 |
| *7R82* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA DF/GO - DIVISA GO/BA - NA BR-020/GO TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7S51* | *CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO (CONTORNO DE MESTRE ÁLVARO) EM SERRA - NA BR-101/ES CONTORNO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7S57* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-163 (RIO VERDE DE MATO GROSSO) - ENTRONCAMENTO BR-262 (AQUIDAUANA) - NA BR-419/MSTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7S61* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - NOVO REPARTIMENTO - TUCURUÍ - NA BR-422/PA TRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7S62* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - VISEU - BRAGANÇA - NA BR-308/PA TRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7S75* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-226 - ENTRONCAMENTO BR-101 (RETA TABAJARA) - NA BR-304/RNTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7T98* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - KM 0 (CABEDELO) - KM 28 (OITIZEIRO) - NA BR-230/PBTRECHO ADEQUADO (KM)* | 10 |
| *7V17* | *ADEQUAÇÃO DE ANEL VIÁRIO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA - NA BR 116/BATRECHO ADEQUADO (KM)* | 5 |
| *7V29* | *CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM ARAGUAÍNA - NA BR-153/TOTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 1 |
| *7W07* | *DEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CASTANHAL - SANTA MARIA DO PARÁ - TREVO DE SALINÓPOLIS - DIVISA PA/MA - NA BR-316/PATRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7W39* | *CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM CAMPO MOURÃO - TRECHO ENTRONCAMENTO BR-487/PR - ENTRONCAMENTO PR/558 - ENTRONCAMENTO BR-158/PR - NA BR 272/PRTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7W84* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO ESTIVA - ENTRONCAMENTO BR-222 (MIRANDA DO NORTE) NA BR-135/MATRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7W95* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TERESINA - PARNAÍBA - NA BR-343/PI TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XC4* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CAMPINA GRANDE - QUEIMADAS - NA BR-104/PBTRECHO ADEQUADO (KM)* | 12 |
| *7XG6* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - BATAGUASSU - PORTO MURTINHO - NA BR-267/MS TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XH7* | *DUPLICAÇÃO DA BR-304 NATAL/MOSSORÓTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XI6* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - NOVO HAMBURGO - NA BR-116/RSTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XI7* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ERECHIM - PASSO FUNDO - NA BR-153/RSTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XJ5* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - FLORIANÓPOLIS - SÃO MIGUEL DO OESTE - NA BR-282/SCTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XM6* | *ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM IJUÍ - NA BR-285/RSTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XN1* | *CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO IBICUÍ - NA BR-472/RSOBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 20 |
| *7XN8* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - MIRANDA DO NORTE - SANTA INÊS - NA BR BR-222/MATRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XN9* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO GRANDE - SERRA DO NAVIO - NA BR-210/APTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XP0* | *ADEQUAÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - CONTORNO SUL DE CURITIBA - NA BR-376/PRTRECHO ADEQUADO (KM)* | 10 |
| *7XP1* | *ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA - BR153/TOTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XP2* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA MG/RJ (ESTRADA UNIÃO-INDÚSTRIA / PARALELA À BR-040) - ENTRONCAMENTO BR-116(B)/101(A) (TREVO DAS MISSÕES) - NA BR-040/RJTRECHO ADEQUADO (KM)* | 15 |
| *7XP3* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ITABUNA/BA - ENTR. BA-698 (MUCURI) - NA BR-101/BATRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XP4* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - JARAGUÁ DO SUL - CORUPÁ - NA BR-280/SCTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XP5* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - USINA HIDRELÉTRICA DE ÁGUA VERMELHA DIVISA MG/SP - USINA HIDRELÉTRICA DE SÃO SIMÃO DIVISA MG/GO - NA BR-461/MGTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XP7* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO - VITÓRIA/ES - RIO DE JANEIRO/RJTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XP8* | *CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - ITAPERUNA/RJ - NA BR-356/RJTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 1 |
| *7XP9* | *CONSTRUÇÃO DE PONTESTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 2 |
| *7XQ0* | *CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO PERDIDO - DIVISA DO MUNICÍPIO DE RIO SONO COM O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO - NA BR-010/TOTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 1 |
| *7XQ1* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - MANGA - ITACARAMBI - NA BR-135/MGTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XQ2* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - KM 188 - KM 200 - NA BR 364/MGTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 12 |
| *7XQ3* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - BINGEN - QUITANDINHA - NA BR-040/RJTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 1 |
| *7XQ4* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORANGA/CE - PEDRO II/PI - NA BR-404/CETRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XQ6* | *CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO - MUNICÍPIO DE IRECÊ/BATRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 1 |
| *7XQ7* | *CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA/MG - NA BR-393/MGTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XR1* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DUPLICAÇÃO - CAJAZEIRAS - SOUSA - NA BR-230/PBTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XR2* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DUPLICAÇÃO - MARECHAL CÂNDIDO RONDON - POSTO DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL - NA BR-467/PRTRECHO ADEQUADO (KM)* | 7 |
| *7XR4* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - VIAMÃO - NA ESTRADA CAMINHO DO MEIO/RSTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XR8* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CAMPO GRANDE - TERENOS - NA BR-262/MSTRECHO ADEQUADO (KM)* | 9 |
| *7XR9* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DEMERVAL LOBÃO (KM 33,54) - MONSENHOR GIL (KM 55,60) - NA BR-316/PITRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XS0* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO DA TO-070 (ALIANÇA DO TOCANTINS/TO) - AGUIARNÓPOLIS/TO - NA BR-153/TOTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XS1* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO DE ALTO PARNAÍBA/MA A PORTO FRANCO/MATRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7XS2* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - JATAI/GO - RONDONÓPOLIS/MT - NA BR-364/GO/MTTRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| *7XS3* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO DE AÇAILÂNDIA/MA - ALTO ALEGRE/MA - ALCÂNTARA/MATRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7X01* | *CONSTRUÇÃO DE VIADUTO - KM 446 - ACESSO A MG-030 - NA BR-356 - NO ESTADO DE MINAS GERAISTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 5 |
| *7X08* | *CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO JEQUITINHONHA - NO MUNICÍPIO DE ITAPEBI - NA BR-101 - NO ESTADO DA BAHIATRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 8 |
| *7X34* | *CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM TRÊS LAGOAS - NAS BRS 262/158/MSTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 10 |
| *7X67* | *CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA MA/TO - ENTRONCAMENTO TO-010 (PEDRO AFONSO) - NA BR-235/TOTRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7X83* | *CONSTRUÇÃO DE DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-405/RN - ENTRONCAMENTO BR-116/CE - NA BR-437/RN/CE TRECHO CONSTRUÍDO (KM)* | 20 |
| *7X96* | *CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO URUGUAI (FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA) - NA BR-392/RS OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 20 |
| *7530* | *ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - NAVEGANTES - RIO DO SUL - NA BR-470/SC TRECHO ADEQUADO (KM)* | 20 |
| **4002** | **SEGURANÇA INSTITUCIONAL** | |
| *21AP* | *APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃOAPOIO REALIZADO (UNIDADE)* | 2 |
| **4003** | **GARANTIA DA ESTABILIDADE MONETÁRIA E FINANCEIRA** | |
| *21AY* | *PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMOAÇÃO CONCLUÍDA (UNIDADE)* | 817 |
| **4004** | **TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO** | |
| *2D58* | *AUDITORIA INTERNA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, OUVIDORIA E CORREIÇÃO AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)* | 50 |
| **5011** | **EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE** | |
| *0E53* | *AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE)* | 2.000 |
| *00O0* | *CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE)* | 50.000 |
| *0509* | *APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 1.000 |
| *20RJ* | *APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 50 |
| *20RP* | *APOIO À INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| *214V* | *APOIO À ALFABETIZAÇÃO, À ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E À INTEGRAÇÃO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOSPESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 160.000 |
| **5012** | **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA** | |
| 15R4 | *APOIO À EXPANSÃO, REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 200 |
| *20RG* | *REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PROJETO VIABILIZADO (UNIDADE)* | 500 |
| *21B3* | *FOMENTO ÀS AÇÕES DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 1.000 |
| *219U* | *APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE)* | 40 |
| **5013** | **EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** | |
| *0A12* | *CONCESSÃO DE BOLSA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR ESTUDANTE ATENDIDO (UNIDADE)* | 20.000 |
| *00QH* | *CONCESSÃO DE BOLSAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (PROIES) BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE)* | 5.000 |
| *0048* | *APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS ENTIDADE APOIADA (UNIDADE)* | 1 |
| *15R3* | *APOIO À EXPANSÃO, REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| *20GK* | *FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 100 |
| *20RK* | *FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR ESTUDANTE MATRICULADO (UNIDADE)* | 10.000 |
| *20RX* | *REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS UNIDADE APOIADA (UNIDADE)* | 20 |
| *219V* | *APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE)* | 1 |
| *4002* | *ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR ESTUDANTE ASSISTIDO (UNIDADE)* | 500.000 |
| *8282* | *REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR PROJETO VIABILIZADO (UNIDADE)* | 20 |
| **5014** | **ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS** | |
| *20RM* | *EXAMES E AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PESSOA AVALIADA (UNIDADE)* | 810.000 |
| **5015** | **JUSTIÇA** | |
| *2334* | *PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 20 |
| **5016** | **SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO** | |
| *154T* | *APRIMORAMENTO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL OBRA REALIZADA (UNIDADE)* | 3 |
| *20IE* | *ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| *21BM* | *DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO, E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE AÇÃO APOIADA (UNIDADE)* | 200 |
| *2723* | *POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, COMBATE À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO OPERAÇÃO REALIZADA (UNIDADE)* | 10.000 |
| *2726* | *PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO OPERAÇÃO REALIZADA (UNIDADE)* | 200 |
| **5017** | **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS** | |
| *20AH* | *ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS SERVIÇO APOIADO (UNIDADE)* | 1.000 |
| *20YR* | *MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL PELO SISTEMA DE GRATUIDADE FARMÁCIA MANTIDA (UNIDADE)* | 10.000 |
| *4295* | *ATENÇÃO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS PACIENTE ATENDIDO (UNIDADE)* | 500 |
| **5018** | **ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE** | |
| *2E90* | *INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS UNIDADE APOIADA (UNIDADE)* | 10.000 |

| | | |
|---|---|---|
| *2F01* | *REFORÇO DE RECURSOS PARA EMERGÊNCIA INTERNACIONAL EM SAÚDE PÚBLICA - CORONAVÍRUS*<br>*AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)* | 10.000 |
| *20G8* | *REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRESTADOS PELOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS (FINANCIAMENTO PARTILHADO - REHUF)*<br>*HOSPITAL BENEFICIADO (UNIDADE)* | 120 |
| *21C0* | *ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS*<br>*AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)* | 200.000.180 |
| *7XQ8* | *Construção do Hospital do Câncer de São Mateus/ES*<br>*HOSPITAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)* | 1 |
| *7XQ9* | *Construção do Hospital Regional de Teixeira de Freitas/BA*<br>*HOSPITAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)* | 1 |
| *7XR7* | *Construção do Hospital Regional do Araguaia-Xingu no Município de Confresa-MT*<br>*HOSPITAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)* | 1 |
| *8535* | *ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE*<br>*UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE)* | 2.000 |
| *8758* | *APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ONCOLOGIA - INCA*<br>*ATENDIMENTO REALIZADO (UNIDADE)* | 2.000 |
| *8759* | *APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA - INTO*<br>*ATENDIMENTO REALIZADO (UNIDADE)* | 10.000 |
| *8933* | *ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NA REDE ASSISTENCIAL*<br>*UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE)* | 120 |
| **5019** | **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE** | |
| *2E89* | *INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS*<br>*UNIDADE APOIADA (UNIDADE)* | 1.000 |
| *20YI* | *IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 27 |
| *8581* | *ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE*<br>*SERVIÇO ESTRUTURADO (UNIDADE)* | 10.000 |
| **5020** | **DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E PRODUTIVO EM SAÚDE** | |
| *20K7* | *APOIO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS PARA FORTALECIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| 21BF | *PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)* | 50 |
| *7674* | *MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ*<br>*UNIDADE MODERNIZADA (UNIDADE)* | 200 |
| *8305* | *ATENÇÃO DE REFERÊNCIA E PESQUISA CLÍNICA EM PATOLOGIAS DE ALTA COMPLEXIDADE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E EM DOENÇAS INFECCIOSAS*<br>*PACIENTE ATENDIDO (UNIDADE)* | 110.000 |
| **5021** | **GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SUS** | |
| *20YD* | *EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE*<br>*PESSOA QUALIFICADA (UNIDADE)* | 5.000 |
| **5022** | **PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA** | |
| *20YP* | *PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA*<br>*POPULAÇÃO INDÍGENA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 100 |
| **5023** | **VIGILÂNCIA EM SAÚDE** | |
| *2E95* | *REFORÇO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE MEDIANTE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS E IMUNOBIOLÓGICOS*<br>*POPULAÇÃO COBERTA (UNIDADE)* | 10.000.000 |
| *20YJ* | *FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POPULAÇÃO COBERTA (UNIDADE)* | 200.000.000 |
| **5024** | **ATENÇÃO INTEGRAL À PRIMEIRA INFÂNCIA** | |
| *20TR* | *APOIO FINANCEIRO SUPLEMENTAR À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL*<br>*CRIANÇA ATENDIDA (UNIDADE)* | 2.000.000 |
| **5025** | **CULTURA** | |
| *14U2* | *IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS*<br>*ESPAÇO CULTURAL IMPLANTADO/MODERNIZADO (UNIDADE)* | 50 |
| *20ZF* | *PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| *20ZG* | *FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL*<br>*POLÍTICA IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 4.000 |
| *20ZH* | *PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO*<br>*'BEM PRESERVADO (UNIDADE)* | 20 |
| *5538* | *PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES HISTÓRICAS*<br>*PROJETO REALIZADO (UNIDADE)* | 200 |
| **5026** | **ESPORTE** | |
| *14TP* | *IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA DE ALTO RENDIMENTO*<br>*INFRAESTRUTURA APOIADA (UNIDADE)* | 104 |
| *14TR* | *IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE - CIE*<br>*ESPAÇO IMPLANTADO (UNIDADE)* | 10 |
| *20JP* | *DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL*<br>*PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 100.000 |
| *20YA* | *PREPARAÇÃO DE ATLETAS E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO*<br>*PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 2.000 |
| *5450* | *IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER*<br>*ESPAÇO IMPLANTADO/MODERNIZADO (UNIDADE)* | 50 |
| **5027** | **INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL** | |
| *215F* | *FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA*<br>*EMPREENDIMENTO APOIADO (UNIDADE)* | 500 |
| **5031** | **PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)** | |
| *219E* | *AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA*<br>*ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)* | 1.000 |
| *219F* | *AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL*<br>*ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)* | 5.000 |
| *219G* | *ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)*<br>*ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)* | 5.000 |
| *8893* | *APOIO À ORGANIZAÇÃO, À GESTÃO E À VIGILÂNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS*<br>*ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)* | 3.000 |
| **5032** | **REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO: CUIDADOS, PREVENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL** | |
| *20R9* | *REDUÇÃO DA DEMANDA DE DROG*<br>*PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 10.000 |
| **5033** | **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** | |
| *20QH* | *IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE*<br>*ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)* | 3.000 |
| *215I* | *CONSOLIDAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN*<br>*UNIDADE DA FEDERAÇÃO ATENDIDA (UNIDADE)* | 27 |
| *2798* | *AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL*<br>*FAMÍLIA AGRICULTORA BENEFICIADA (UNIDADE)* | 20.000 |
| **5034** | **PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS** | |
| *14XS* | *IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES*<br>*UNIDADE IMPLEMENTADA (UNIDADE)* | 10 |
| *21AQ* | *PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA*<br>*PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)* | 1.000 |
| *21AR* | *PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS PARA TODOS*<br>*INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 50 |
| *21AS* | *FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA*<br>*INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 200 |
| *21AT* | *FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS E COMISSÕES DE DIREITOS*<br>*ÓRGÃO MANTIDO (UNIDADE)* | 100 |
| *218B* | *POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES*<br>*INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)* | 100 |
| *218Q* | *PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA*<br>*PROJETO APOIADO (UNIDADE)* | 100 |
| *6440* | *FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS*<br>*COMUNIDADE ATENDIDA (UNIDADE)* | 200 |
| **6012** | **DEFESA NACIONAL** | |
| *1211* | *IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE*<br>*EMPRESA ATENDIDA (UNIDADE)* | 50 |
| *123G* | *IMPLANTAÇÃO DE ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS E NUCLEARES*<br>*INFRAESTRUTURA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 7 |
| *123H* | *CONSTRUÇÃO DE SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR*<br>*SUBMARINO CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 20 |
| *123I* | *CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS*<br>*SUBMARINO CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 4 |
| *14T0* | *AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX-2*<br>*AERONAVE ADQUIRIDA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 45 |
| *14T7* | *TECNOLOGIA NUCLEAR DA MARINHA*<br>*SISTEMA CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO)* | 7 |
| *14XJ* | *AQUISIÇÃO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS - PROJETO KC-390*<br>*AERONAVE ADQUIRIDA (UNIDADE)* | 1 |
| *151S* | *IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS*<br>*PROGRAMA IMPLANTADO (%)* | 13 |
| *2F02* | *FOMENTO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS EM LONDRINA/PR*<br>*PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE)* | 50.000 |
| *21BZ* | *PRESTAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO*<br>*AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO DISPONIBILIZADO (UNIDADE)* | 156 |
| *219D* | *ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES*<br>*ORGANIZAÇÃO MILITAR ADEQUADA (UNIDADE)* | 20 |
| *7XP6* | *CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS EM SANTA MARIA/RS*<br>*ESCOLA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)* | 2 |
| **6014** | **PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS NOS BIOMAS** | |
| *214M* | *PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS*<br>*ÁREA PROTEGIDA (KM²)* | 170.000 |
| *214P* | *FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS*<br>*UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PROTEGIDA (UNIDADE)* | 100 |

"

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece como prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2022, os programas emergenciais, a ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico e no Anexo VIII. Para programas de saúde se priorizam em reforço: nas campanhas de utilidade pública, tratamento de sequelas causadas pela **covid-19** e infraestrutura da rede de atendimento oncológico.

Embora meritória a intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que dispersaria os esforços para melhorar a execução, o monitoramento e o controle das prioridades já estabelecidas para o exercício de 2022, o que contribuiria para a elevação da rigidez orçamentária, que já se mostra excessiva, em razão do grande percentual de despesas obrigatórias, do excesso de vinculações entre receitas e despesas, e da existência de inúmeras regras de aplicação de despesas que dificultam o cumprimento da meta de Resultado Primário (RP). Ressalta-se que o não cumprimento dessas regras fiscais, ou mesmo a mera existência de risco de descumpri'mento, poderia provocar insegurança jurídica e impactos econômicos adversos para o País, tais como elevação de taxas de juros, inibição de investimentos externos e elevação do endividamento.

Destaca-se que o disposto nos incisos do § 12 do art. 38 do Projeto de Lei, não estabelecem uma base de referência. Nos exercícios de 2020 e 2021 foram abertos diversos créditos extraordinários, relacionados ao enfrentamento da pandemia da **covid-19,** cuja consideração na base de cálculo para atendimento poderia se mostrar incompatível com o cumprimento da meta fiscal e dos limites individualizados para despesas primárias."

**Incisos XXV, XXVI,XXIX, XXX e XXXI do caput e § 3º do art. 12 do Projeto de Lei**

"XXV - às despesas relacionadas ao abastecimento de água, esgotamento, manejo de resíduos sólidos e saneamento em municípios de até 50.000 habitantes, independentemente de RIDE ou Região Metropolitana, no âmbito da Funasa;"

"XXVI - à conservação e à recuperação dos ativos de infraestrutura, hipótese em que deverá ser utilizada a ação 219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União;"

"XXIX - despesas para o ressarcimento das emissoras de rádio e televisão pela inserção de propaganda partidária;"

"XXX - despesas com o reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional - Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; e"

"XXXI - recuperação de malhas ferroviárias com recursos provenientes de indenizações de concessões suprimidas por decisão judicial, unilateral ou acordos."

"§ 3º As dotações oriundas de indenizações previstas no inciso XXXI do **caput** deverão ser obrigatoriamente aplicadas nas unidades da federação em que ocorrer a supressão ou indenização, na proporção da testada quilométrica suprimida ou indenizada, objetivando a recuperação ou o desenvolvimento de ferrovias federais naquela unidade da federação objeto do feito."

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, a Lei Orçamentária e os créditos adicionais deveriam discriminar em categorias de programação específicas as dotações destinadas às despesas relacionadas ao abastecimento de água, esgotamento, manejo de resíduos sólidos e ao saneamento básico em Municípios de até cinquenta mil habitantes; à conservação e à recuperação dos ativos de infraestrutura; para o ressarcimento das emissoras de rádio e televisão pela

inserção de propaganda partidária; às despesas com o reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional - Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; e à recuperação de malhas ferroviárias.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois a exigência de discriminar as despesas previstas nos incisos XXV, XXVI, XXX e XXXI do **caput** e no § 3º do art. 12 do Projeto de Lei em categorias de programação específicas não guardaria relação direta com a estrutura programática dos órgãos envolvidos em sua execução, o que poderia promover a sobreposição de ações e prejudicar a qualidade da classificação programática do orçamento.

No tocante ao disposto no inciso XXV do **caput** do referido artigo, é competência do Ministério do Desenvolvimento Regional a política nacional de saneamento e as metas, as diretrizes e as normas de saneamento. Assim, no orçamento público federal, a competência para a implantação e a implementação de políticas públicas de saneamento nos Municípios pertencentes às Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE ou às Regiões Metropolitanas seria do referido Ministério. Em contrapartida, competiria à Fundação Nacional de Saúde - Funasa do Ministério da Saúde apoiar as ações de saneamento nos demais Municípios com até cinquenta mil habitantes. O dispositivo em comento induziria a redundância de esforços, a pulverização dos recursos, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade da administração pública federal.

Em relação às despesas destinadas à conservação e à recuperação de ativos de infraestrutura, o dispositivo demandaria ajuste na programação de parte significativa dos órgãos e das unidades orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, o que seria incompatível com as etapas necessárias ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para 2022 ao Congresso Nacional no prazo estabelecido no inciso III do § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto ao ressarcimento das emissoras de rádio e televisão, a Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017, extinguiu a propaganda partidária no rádio e na televisão, a partir de 1º de janeiro de 2018, ao revogar os art. 45 a art. 49 e o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos.

Ademais, cumpre esclarecer que os agentes comunitários de saúde atuam como parte integrante da atenção primária à saúde, que envolve outras despesas programadas a partir da orientação para o resultado expresso tais como a qualificação dessa modalidade de atenção à saúde. Da mesma forma, os agentes de combate às endemias são indispensáveis à estratégia federal para promover a vigilância em saúde. Essa organização obedece ao disposto na alínea 'c' do **caput** do art. 7º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual instituiu o orçamento-programa.

O mesmo raciocínio se aplicaria às programações orçamentárias relacionadas à política de transportes para ferrovias, que estão orientadas em torno de eixos ferroviários e não das receitas que poderiam ser aplicadas para essas finalidades.

A estrutura orçamentária da despesa define a ação orçamentária associada a bens ou serviços e contribui para atender ao objetivo de um programa. Segregar os recursos referidos nesses dispositivos em programação específica criaria riscos para a eficiência orçamentária, favoreceria a fragmentação da estratégia de atuação, violaria o conceito de orçamento-programa e, por essa razão, a proposta legislativa contraria o interesse público."

**Inciso XXVII do caput do art. 12 do Projeto de Lei**

"XXVII - Fundo Especial de Financiamento de Campanha, financiado com recursos da reserva prevista no inciso II do § 4º do art. 13, no valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da soma das dotações para a Justiça Eleitoral para exercício de 2021 e as constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, acrescentado do valor previsto no inciso I do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;"

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, financiado com recursos da reserva prevista no inciso II do § 4º do art. 13 do Projeto de Lei, no valor correspondente a vinte e cinco por cento da soma das dotações para a Justiça Eleitoral para exercício de 2021 e aquelas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, acrescentado do valor previsto no inciso I do **caput** do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois o dispositivo em comento não apenas obrigaria a discriminar em categoria de programação específica o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, mas estabeleceria valor de aproximadamente R$ 5.700.000.000,00 (cinco bilhões e setecentos milhões de reais) para essas despesas, o que resultaria na compressão de despesas primárias discricionárias decorrentes de emendas de bancada estadual de execução obrigatória, que poderiam ser revertidas em políticas públicas para a população.

Cumpre salientar que, conforme disposto no § 1º do art. 75 do Projeto de Lei, as emendas de bancada estadual - cujo valor seria reduzido para atender as despesas do Fundo - deveriam ser destinadas, prioritariamente, a projetos em andamento, e, quando promovessem o início de investimento com duração superior a um exercício financeiro, deveriam ser apresentadas pela mesma bancada, a cada exercício, até a conclusão do investimento. Desse modo, a proposição legislativa teria impacto negativo sobre a continuidade de investimentos plurianuais, incluídos os investimentos em andamento cujo início tenha sido financiado por emendas de bancada estadual em exercícios anteriores.

Da mesma forma, seriam comprometidas as demais despesas custeadas por emendas de bancada, a exemplo daquelas destinadas às subfunções da saúde, que têm recebido, em média, desses recursos nos últimos quatro anos, e cuja redução se mostra indesejável, em especial, no contexto econômico e social decorrente da pandemia da **covid-19**.

Adicionalmente, a metodologia de cálculo utilizada para estabelecer o valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha adota parâmetros desproporcionais em relação às dotações da Justiça Eleitoral, pois tem como referência dois exercícios financeiros - 2021 e 2022 - de perfil distinto no tocante à realização de eleições."

**§ 8º do art. 18 do Projeto de Lei**

"§ 8º Fica autorizado que seja pactuado o reajuste de valores para conclusão de obras paralisadas que demonstrem equilíbrio no cronograma físico financeiro e apresentem execução física igual ou superior a 30% (trinta por cento)."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa autoriza que poderia ser pactuado o reajuste de valores para conclusão de obras de infraestrutura paralisadas que demonstrassem equilíbrio no cronograma físico-financeiro e apresentassem execução física igual ou superior a trinta por cento.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que poderia gerar incentivos para o aumento generalizado do custo dessas obras, inclusive aquelas em fase inicial, com execução física inferior a trinta por cento, além de ser de difícil operacionalização, uma vez que não estaria claro o que seria a demonstração de 'equilíbrio no cronograma físico-financeiro'. Portanto, esse dispositivo poderia trazer prejuízos à eficiência, à economicidade e à qualidade da despesa pública.

Ademais, a proposição legislativa constitui matéria estranha às atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, dado que dispõe sobre contratações públicas, e é incompatível com a natureza transitória da referida Lei, visto que poderia repercutir sobre a execução orçamentária de outros exercícios financeiros, inclusive de contratos já firmados e de obras de infraestrutura em execução."

**§ 9º do art. 18 do Projeto de Lei**

"§ 9º A inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas as regras de restos a pagar definidas pelo Poder Executivo federal, sendo vedado o bloqueio daqueles relativos ao Ministério da Educação."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece regramento sobre a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar que estariam subordinados ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabelecem metas fiscais ou limites de despesas, observadas as regras de restos a pagar definidas pelo Poder Executivo federal, vedado o bloqueio dos restos a pagar relativos ao Ministério da Educação.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que, em seu trecho final, apresenta disposição específica para o referido regramento, mais precisamente, a vedação de bloqueio daqueles relativos ao Ministério da Educação. Essa disposição traria prejuízo à sistemática de contenção do crescimento dos restos a pagar inscritos, o que contraria recomendações diversas emanadas pelo Tribunal de Contas da União, e aumentaria a pressão fiscal pelos recursos disponíveis em exercícios futuros.

Ademais, trata-se de matéria incompatível com o caráter transitório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que incidiria sobre despesas de outros exercícios financeiros, o que poderia provocar dúvidas em sua aplicação."

**§ 11 do art. 18 do Projeto de Lei**

"§ 11 O Projeto de Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária para 2022 deverão prever dotação para despesas com processo de desenvolvimento de pesquisa básica e tecnológica de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças, em montante ao menos 50% (cinquenta por cento) superior à dotação autorizada para a mesma finalidade na Lei Orçamentária de 2021."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária para 2022 deveriam prever dotação para despesas com processo de desenvolvimento de pesquisa básica e tecnológica de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças, em montante, no mínimo, cinquenta por cento superior à dotação autorizada para Lei Orçamentária Anual para 2021.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que, ao definir parâmetro de reajuste para pesquisas específicas em patamar excessivamente superior ao estabelecido na Constituição para as demais ações e serviços públicos de saúde, ensejaria o desfinanciamento de parte das políticas de saúde que absorveriam a diferença necessária para cumprir essa disposição."

**§ 9º e § 10 do art. 38 do Projeto de Lei**

"§ 9º As transferências regulares, automáticas e obrigatórias de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, quando destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais, serão realizadas em conta corrente específica junto aos respectivos entes federados."

"§ 10. Aplica-se o disposto no § 9º deste artigo às emendas que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares e se destinarem a prestadores privados."

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que as transferências destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais seriam realizadas em conta corrente específica junto aos respectivos entes federativos. Além disso, essa disposição também se aplicaria às emendas sobre o tema.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois a Constituição define que o Sistema Único de Saúde - SUS deve ser organizado de acordo com diretriz de descentralização, com direção única em cada esfera de governo, observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 198, de forma que não poderia a União definir, no momento da transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde de Estados, Municípios e Distrito Federal, se esses recursos seriam utilizados para custeio da rede própria ou para contratação de entidades privadas, sob pena de ferir a autonomia dos demais entes federativos.

Ademais, a atual organização do SUS nem sequer contempla esse tipo de identificação nas normas que estabelecem os repasses federais destinados aos demais entes federativos; organização essa fundamentada nas diretrizes constitucionais e regulamentações da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que originalmente organizaram o referido Sistema. Dessa forma, a proposição legislativa contraria o interesse público, ante a incompatibilidade com os procedimentos operacionais estabelecidos, o que comprometeria o funcionamento regular do SUS.

Por sua vez, os hospitais universitários federais são unidades orçamentárias da própria União, vinculadas ao Ministério da Educação, que prestam serviços ao SUS, sobretudo no âmbito da atenção especializada, por meio da contratualização com as secretarias de saúde de Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse caso, os créditos orçamentários consignados ao Fundo Nacional de Saúde são descentralizados aos hospitais universitários federais, mediante a autorização dos gestores locais, o que dispensaria a transferência de recursos aos fundos locais de saúde para destinação posterior aos hospitais universitários federais. Além de mais célere e eficiente, esse procedimento evita que a mesma despesa seja prevista em duplicidade nas Leis Orçamentárias Anuais da União: uma vez como repasse federal aos fundos locais e outra como receita própria das unidades hospitalares para aplicação direta.

Nesse caso, além de acarretar a incompatibilidade com os procedimentos operacionais em vigor, resultaria na perda de celeridade e eficiência na disponibilização dos créditos orçamentários aos hospitais universitários e comprometeria o funcionamento regular do SUS. A dupla contagem da referida despesa impactaria também a alocação de recursos a outras programações orçamentárias, para cumprimento dos limites individualizados de despesas primárias, de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no montante de R$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais), relativos aos recursos atualmente descentralizados pelo Ministério da Saúde ao Ministério da Educação para os hospitais universitários."

**§ 21 do art. 62 do Projeto de Lei**

"§ 21. A limitação estabelecida para o Ministério da Educação, inclusive individualmente às suas universidades, hospitais universitários e institutos federais, deverá ser de forma proporcional, na forma de que trata o § 1º deste artigo."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa determina a realização de limitação de empenho e movimentação financeira de despesa proporcional para o Ministério da Educação e para as universidades, os hospitais universitários e os institutos federais.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público por restringir a discricionariedade alocativa do Poder Executivo federal na implementação das políticas públicas, o que aumentaria a já alta rigidez do orçamento.

Ressalta-se que a referida limitação deveria observar as necessidades de execução dos órgãos públicos, bem como as despesas essenciais e inadiáveis. Portanto, a vinculação prévia dessa decisão prejudica o atendimento de demandas urgentes verificadas durante o exercício de 2022, inclusive no âmbito do Ministério da Educação."

**§ 3º do art. 65 do Projeto de Lei**

"§ 3º Nos casos previstos nos incisos I e II do § 2º deste artigo, será realizado o empenho das programações classificadas com RP 6, RP 7, RP 8 e RP 9, podendo a licença ambiental e o projeto de engenharia ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa ressalva despesas do rol dos impedimentos estabelecidos pelo § 2º deste artigo, hipótese em que a licença ambiental e o projeto de engenharia poderiam ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva.

De início, cumpre-se esclarecer que a licença ambiental prévia e o projeto de engenharia são requisitos para início de execução de projetos, conforme disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A identificação dos referidos impedimentos de ordem técnica ou legal possibilitaria que recursos destinados a programações orçamentárias que não cumprissem os requisitos técnicos ou legais necessários para a sua execução poderiam ser remanejados e executados em programações que reúnam tais condições.

Além disso, a possibilidade da efetivação de empenho sem o atendimento desses requisitos poderia contribuir para o aumento excessivo da inscrição de restos a pagar, uma vez que, ao longo do prazo para resolução da cláusula suspensiva, haveria a possibilidade de se concluir pela não viabilidade do projeto. A proposição legislativa também poderia gerar empoçamento indevido de recursos financeiros, o que comprometeria a eficiência dos gastos públicos.

Assim, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contrariaria o interesse público por ressalvar quaisquer despesas do rol dos impedimentos estabelecidos por esta Lei, o que poderia trazer prejuízos à eficiência, à economicidade e à qualidade da despesa pública."

**Art. 71 do Projeto de Lei**

"Art. 71. A execução das programações das emendas deverá observar as indicações de beneficiários e a ordem de prioridades feitas pelos respectivos autores.

§ 1º Caso seja necessário obter informações adicionais quanto ao detalhamento da dotação orçamentária incluída por emenda, poderá o Ministro da Pasta respectiva solicitá-las ao respectivo autor.

§ 2º Nos casos das programações com identificador de resultado primário nove, o Poder Executivo terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para consecução do empenho a partir da vigência da Lei Orçamentaria de 2022."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que a execução das programações das emendas deveria observar as indicações de beneficiários e a ordem de prioridades feitas por seus autores, hipótese em que o Ministro de Estado responsável poderia demandar informações adicionais quanto ao detalhamento da dotação orçamentária incluída por emenda, tendo o Poder Executivo o prazo de cento e oitenta dias para a consecução do empenho das programações com identificador de Resultado Primário 9 (RP 9).

Entretanto, em pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois, além de adotar regra de execução de emendas parlamentares que não têm previsão constitucional, investe contra o princípio da impessoalidade, que orienta a administração pública federal, ao fomentar cunho personalístico nas indicações e priorizações das programações decorrentes de emendas, o que ampliaria as dificuldades operacionais para a garantia da execução da despesa pública.

A indicação de beneficiários pelos autores das emendas, que, de outra forma, seriam estabelecidos conforme os parâmetros e as diretrizes setoriais, reduziria a flexibilidade na gestão orçamentária e poderia ter impacto na qualidade do gasto público.

Ademais, a proposta legislativa requer a observância à ordem de prioridades estabelecida pelos autores das emendas, para fins de limitação de empenho e movimentação financeira, o que aumentaria a já alta rigidez orçamentária e retiraria do Poder Executivo federal a prerrogativa de detalhamento dessa limitação, conforme as necessidades de execução dos órgãos públicos, com vistas ao atendimento de despesas essenciais e inadiáveis.

Cumpre salientar, ainda, que, ao promover maior rigidez na gestão orçamentária, tal proposta legislativa dificulta o cumprimento das regras fiscais, especialmente, dos limites individualizados de despesas primárias, de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da meta fiscal, estabelecida no art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Em relação ao disposto no § 2º do art. 71, o prazo de cento e oitenta dias para a consecução do empenho conflitaria com o disposto no inciso II do § 11 do art. 165 da Constituição, segundo o qual o dever de execução das programações orçamentárias não se aplica nas hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente comprovados. Nesse sentido, caso sancionado, tal dispositivo tornaria incerto o procedimento para verificação e saneamento de impedimentos técnicos em programações marcadas com RP 9."

**§ 6º do art. 73 do Projeto de Lei**

"§ 6º Observado o disposto no § 5º, a emissão da nota de empenho não deve superar o prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data prevista no inciso III do caput."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que, na inexistência de impedimento de ordem técnica ou na constatação de que o óbice tenha sido superado, observado o disposto no § 5º, a emissão da nota de empenho não deveria superar o prazo de trinta dias, contado do término do prazo previsto no inciso III do **caput**.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, tem-se que o prazo de trinta dias para emissão da nota de empenho aumentaria a rigidez da execução orçamentária e estabeleceria regra geral que poderia se mostrar incompatível com as etapas necessárias para a execução de determinadas despesas, com impacto sobre a qualidade do gasto público.

Ademais, cumpre-se ressaltar que as despesas decorrentes de emendas individuais já se submetem ao regime de execução obrigatória, na forma prevista no art. 166 da Constituição."

**§ 7º do art. 73 do Projeto de Lei**

"§ 7º As emendas direcionadas às programações do Ministério da Educação poderão alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária, inclusive quando destinadas a entidades privadas de natureza filantrópica, comunitária ou confessional, nos termos da lei."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que as emendas direcionadas às programações do Ministério da Educação poderiam 'alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária'.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois, apesar de atender a restrição de que trata o caput de seu artigo, a sua manutenção permitiria a interpretação de que o mesmo não poderia ser aplicado às emendas direcionadas às programações dos demais órgãos.

Dessa forma, como a redundância dos dispositivos confere ambiguidade aos efeitos da norma, a proposição legislativa contraria o interesse público por gerar insegurança jurídica, ao estabelecer regra específica contida na regra geral de emendas individuais e coletivas."

**§ 3º do art. 75 do Projeto de Lei**

"§ 3º Às programações de que trata o **caput** se aplica o disposto no art. 166-A da Constituição."

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa garante às emendas de bancada estadual a aplicação do disposto no art. 166-A da Constituição.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que o **caput** do referido art. 166- A da Constituição é expresso ao determinar que o tratamento por ele dado refere-se única e exclusivamente às emendas individuais impositivas, o que demonstra que a extensão do art. 166-A da Constituição às emendas de bancada estadual não deveria ocorrer por meio de lei.

Ademais, a proposição legislativa contraria o interesse público ao permitir às referidas emendas alocarem os recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou com finalidade definida."

**Alínea "c" do inciso I do caput do art. 80 do Projeto de Lei**

"c) construção, ampliação ou conclusão de obras;"

**Razões do veto**

"A proposição legislativa amplia, de forma significativa, o rol de despesas de capital passíveis de serem repassadas para entidades privadas, o que fora vedado em anos anteriores.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois tal transferência promoveria o aumento do patrimônio dessas entidades sem que houvesse obrigação de continuidade na prestação de serviços públicos por período mínimo condizente com os montantes transferidos, de forma a garantir que os recursos públicos empregados seriam, de fato, convertidos à prestação de serviços para os cidadãos.

Acresça-se, ainda, que, para que a ampliação das instalações dessas instituições pudessem reverter, efetivamente, em benefícios à sociedade, em termos de aumento da prestação de serviços, seria necessário que o órgão que viabilizou a construção das mencionadas instalações aumentasse as transferências de recursos para a sua manutenção e seu funcionamento, o que poderia causar impacto fiscal indesejável ou resultar na redução da consecução de outras políticas públicas e do atendimento à população de outras regiões."

**Inciso II e inciso III do § 8º do art. 80 do Projeto de Lei**

"II - termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, na sua regulamentação e nas demais normas aplicáveis; e

III - convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição, observadas as disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado."

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que as entidades qualificadas como organizações sociais poderiam receber recursos oriundos de transferências por meio de termo de colaboração ou fomento e convênio ou instrumento congênere firmado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois, de acordo com o disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, deveria ser utilizado o contrato de gestão como instrumento para formar parceria entre o Poder Público e a organização social."

**§ 2º do art. 83 do Projeto de Lei**

"§ 2º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o **caput**, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do Município de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura de convênio ou instrumento congênere, bem como dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, e a doação de bens, materiais e insumos não dependeriam da situação de adimplência do Município de até cinquenta mil habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que esses Municípios representam cerca de oitenta e oito por cento dos Municípios brasileiros, o que tornaria ineficazes os instrumentos de controle e boa gestão fiscal."

**§ 3º, § 4º e 5º do art. 83 do Projeto de Lei**

"§ 3º A liberação financeira das transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída por emendas na Lei Orçamentária de 2022, referente a obras de engenharia no valor de até R$ 3 milhões, será efetuada em parcela única."

"§ 4º As condições para cumprimento das cláusulas suspensivas constantes dos instrumentos de transferências a que se refere o § 3º deste artigo terão prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses."

"§ 5º Os instrumentos de transferências em vigor, a que se refere o § 3º deste artigo, terão o prazo para cumprimento das condições suspensivas prorrogado por mais 240 (duzentos e quarenta) dias"

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que a liberação financeira das transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída por emendas na Lei Orçamentária para 2022, referente a obras de engenharia com valor de até R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), seria efetuada em parcela única e as condições para o cumprimento das cláusulas suspensivas constantes dos instrumentos dessas transferências teriam prazo mínimo de vinte e quatro meses, enquanto os instrumentos de transferência em vigor teriam prazo prorrogado por mais duzentos e quarenta dias.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que a possibilidade de aumentar o limite de liberação de recursos em parcela única poderia causar o empoçamento de recursos na conta específica dos convenentes - Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações da sociedade civil. É importante registrar que essa limitação havia ocorrido quando da edição da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, em que se verificou o empoçamento de recursos de aproximadamente R$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais) nas contas específicas dos convenentes.

Diante disso, considerada a crise fiscal que o País atravessa, a proposição legislativa ensejaria, novamente, o empoçamento de grande vulto de recursos nas contas dos convenentes.

Adicionalmente, a instituição, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de prazo mínimo para o cumprimento de cláusulas suspensivas de instrumentos de transferências voluntárias poderia ocasionar insegurança jurídica na manutenção e na execução de restos a pagar no âmbito da União. Isso porque, ao ser proposta pelo Poder Executivo federal anualmente e aprovada pelo Poder Legislativo na mesma periodicidade, a União teria que estabelecer regras anuais para a manutenção e a execução de restos a pagar, em detrimento de regras fixas.

Por fim, a prorrogação do cumprimento das cláusulas suspensivas impactaria o ciclo de vida do instrumento e, consequentemente, resultaria em atraso na entrega das políticas públicas à sociedade. É importante ressaltar que os prazos para cumprimento das condições suspensivas afetariam diretamente os custos para operacionalização dos instrumentos e teriam reflexos diretos nas tarifas praticadas pela mandatária da União quando da operacionalização dos contratos de repasse."

**§ 8º e § 9º do art. 92 do Projeto de Lei**

"§ 8º As instituições financeiras oficiais federais e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal responsáveis por transferências financeiras deverão observar, no âmbito da execução de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, o prazo máximo de 90 (noventa) dias para envio e homologação da Síntese do Projeto Aprovado - SPA.

§ 9º A SPA será exigida apenas nos casos de execução de obras e serviços de engenharia que envolvam repasses em montante igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)."

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que as instituições financeiras oficiais federais e a administração pública federal, responsáveis por transferências financeiras, deveriam observar, no âmbito da execução de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, o prazo máximo de noventa dias para envio e homologação da síntese do projeto aprovado, exigida nos casos de execução de obras e serviços de engenharia igual ou superior a dez milhões de reais.

Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois reativaria a necessidade de elaboração e envio para homologação da síntese do projeto aprovado pelas instituições financeiras oficiais federais no âmbito da execução de convênios, contratos de repasse e congêneres, ao retomar trâmite burocrático desnecessário, que foi suprimido do procedimento pela Portaria nº 558, de 10 de outubro de 2019, do Ministério da Economia.

Ademais, as informações constam da Plataforma Mais Brasil, de acesso público e gratuito."

**Inciso I do art. 97 do Projeto de Lei**

"I - do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, para valores emitidos até o final do exercício de 2019 e vincendos em exercícios futuros;"

**Razões do veto**

"A propositura legislativa dispõe que o índice Geral de Preços do Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, para valores emitidos até o final do exercício de 2019 e vincendos em exercícios futuros.

Entretanto, e em que pese o mérito da proposta, a medida contraria o interesse público, pois em que pese a importância de se esclarecer a forma de atualização monetária do principal da dívida em relação a exercícios anteriores, com base nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias, a proposta fixa a data de emissão do título, e não o exercício de referência, como parâmetro para a aplicação dos índices de preços de títulos emitidos antes de 2020, de forma que, para o mesmo exercício financeiro, haveria aplicação de dois índices para atualização monetária dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), dependendo da sua data de emissão.

Ademais, não há previsão no § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de que tal dispositivo poderia impactar diretamente o cálculo da regra de ouro (inciso III do art. 167 da Constituição), do montante de refinanciamento da DPMFi vencendo na carteira do Banco Central do Brasil (art. 39, § 2º, da LRF), e do limite estabelecido no art. 29, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal."

**§ 11 do art. 122 do Projeto de Lei**

"§ 11. O BNDES destinará para financiamento a pequenas e microempresas pelo menos 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos derivados do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa estabelece que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinaria para financiamento a pequenas e microempresas, no mínimo, trinta por cento da totalidade dos recursos derivados do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT.

Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que a obrigação de destinar parcela específica de recursos criaria amarras para a operação e a alocação adequada dos recursos do FAT destinados aos financiamentos.

Ademais, ao vincular percentual dos recursos do FAT a determinados tipos de empresa, a proposta legislativa inviabilizaria a adoção de políticas anticíclicas ou de incentivo a setores estratégicos. Ainda, a medida não considera o ambiente dinâmico a que estão submetidas as operações creditícias que regula.

Assim, o estabelecimento prévio de percentual dos financiamentos a determinados segmentos de empresas, sem considerar as necessidades concretas, geraria ineficiência alocativa, o que poderia resultar no não atendimento de demandas efetivas de outros segmentos econômicos, bem como na eventual ociosidade de parte dos recursos do FAT, que teriam a devida destinação."

**§ 5º do art. 124 do Projeto de Lei**

"§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo a decretos legislativos editados com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa dispõe sobre a inaplicabilidade da exigência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro àquelas proposições que, direta ou indiretamente, importassem ou autorizassem redução de receita ou aumento de despesa da União, a decretos legislativos editados com fundamento no disposto no inciso V do **caput** do art. 49 da Constituição.

Embora se reconheça a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que o dispositivo visa ao planejamento fiscal responsável, ao exigir a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, em conformidade com o disposto nos art. 14 a art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, o art. 125 do Projeto de Lei define que, caso o demonstrativo a que se refere o art. 124 apresente redução de receita ou aumento de despesas, a proposta não demonstraria a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais, hipótese em que seria necessária a adoção de medida compensatória, ao passo que a dispensa de estimativa e, por consequência, a dispensa de demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais dá tratamento diferenciado aos decretos legislativos em questão, o que estaria em desacordo com o princípio da responsabilidade na gestão fiscal previsto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal."

**§ 2º do art. 136 do Projeto de Lei**

"§ 2º Não serão considerados benefícios tributários os regimes diferenciados de que trata a alínea 'd' do inciso III do art. 146 da Constituição."

**Razões do veto**

"A proposição legislativa determina que não seriam considerados benefícios tributários os regimes diferenciados de que trata a alínea 'd' do inciso III do art. 146 da Constituição, o qual dispõe que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Apesar da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que adota definição inadequada para benefícios tributários que, segundo a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 16, de 2020, conceituam-se como 'disposições preferenciais da legislação que fornecem vantagens tributárias a certos contribuintes e que não estão disponíveis a outros', de forma a abranger os regimes diferenciados para microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o referido dispositivo constitucional.

Nesse sentido, além de afastar a incidência do disposto no art. 136 do Projeto de Lei, que consiste em uma regra fiscal importante para evitar a extensão de benefícios tributários por prazo indeterminado e garantir a governança e a avaliação desses benefícios, a proposição legislativa causaria dúvidas quanto à aplicação do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que requer a apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro e de medida compensatória para aquelas medidas que concedam ou ampliem benefícios tributários que correspondam a tratamento diferenciado."

**Alínea "r" do inciso I do § 1º do art. 151 do Projeto de Lei**

"r) até 31 de janeiro de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, da execução orçamentária do Orçamento Mulher; e"

**Inciso III do caput art. 158 do Projeto de Lei**

"III - elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e ações destinados às mulheres com vistas à apuração e divulgação do Orçamento Mulher."

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que a elaboração e a aprovação dos Projetos de Lei Orçamentária para 2022 e dos créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deveriam ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, além de promover a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, devendo ser divulgadas nos sítios eletrônicos pelo Poder Executivo federal até 31 de janeiro de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, da execução orçamentária do Orçamento Mulher.

Embora se reconheça a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que as políticas públicas de redução das desigualdades de gênero integram o Orçamento Fiscal e que não há previsão constitucional para a criação de outros orçamentos além daqueles previstos no § 5º do art. 165 da Constituição."

**Alíneas "b" e "c" do inciso IV do Anexo II**

"b) memória de cálculo referente aos critérios para distribuição de recursos, contendo parâmetros, fórmulas e índices utilizados, por ação orçamentária, que demonstrem a apuração das transferências constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, por unidade da Federação; e

c) informações sobre gastos por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados para distribuição dos recursos referente ao Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA);"

**Razões dos vetos**

"A proposição legislativa dispõe sobre o Anexo II, que trata da 'Relação das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022', e institui que, em relação às áreas de assistência social, primeira infância, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, deveria haver memória de cálculo referente aos critérios para distribuição de recursos, com parâmetros, fórmulas e índices utilizados, por ação orçamentária, que demonstrassem a apuração das transferências constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, por unidade federativa, além de informações sobre gastos por unidade federativas, com indicação dos critérios utilizados para distribuição dos recursos referente ao Orçamento da Criança e do Adolescente.

Apesar de meritória a intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, e, em que pese a importância das políticas públicas destinadas à primeira infância para o desenvolvimento social e econômico, grande parte das despesas relacionadas a esse público encontram-se alocadas em políticas de caráter universal, cuja estrutura programática se baseia em princípios e diretrizes setoriais, que não são previamente segregadas por faixa etária ou grupo atendido.

Nesse contexto, a inclusão dessas despesas no rol de informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 não seria compatível com as medidas necessárias ao envio dessas informações no prazo estabelecido no art. 10 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Adicionalmente, a alínea 'c' do referido inciso IV revela-se imprópria, dado que as políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e não há previsão constitucional para a criação de outros orçamentos além daqueles previstos no § 5º do art. 165 da Constituição."

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA EXECUTIVA

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

### PORTARIAS DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO PARÁ, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 262, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, considerando o que determina o § 3º, do art. 3º e o art. 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Nº 88 - Habilitar o Médico Veterinário PEDRO HENRIQUE MOREIRA DO VALE, CRMV-primário nº 03293, UF-VP PA, para realizar a identificação de animais, colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Pará, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares (Processo nº 21000.061949/2021-99).

Nº 89 - Habilitar o Médico Veterinário RENAN ISMAILE VIEIRA ALOCHIO, CRMV-primário nº 01818, UF-VP RO, CRMV-secundário nº 04013, UF-VP PA, para realizar a identificação de animais, colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Pará, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares (Processo nº 21000.062521/2021-63).

MILTON LEITE ALVES DA CUNHA

### PORTARIA Nº 90, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO PARÁ, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 262, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, considerando o que determina o § 3º, do art. 3º e o art. 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, e o que consta nos autos do processo nº 21000.063400/2021-39, resolve:

Habilitar a Médica Veterinária LARISSA CARLA DE MORAIS, CRMV-primário nº 04082, UF-VP PA, para realizar a identificação de animais, colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Pará, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

MILTON LEITE ALVES DA CUNHA

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

### PORTARIA Nº 186, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.010836/2021-39, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) EWERTON PEDROSO CULAU FILHO, CRMV-RS nº 18410 , para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

### PORTARIA Nº 187, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006 ,na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 4 janeiro de 2002 ,e o que consta do Processo nº 21042.007995/2021-56 resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento, sob número BR RS 775, a Empresa Inexport Comércio e Exportação Ltda. - CNPJ Nº 05.199.829/0001-89, localizada à Rodovia RST 101, nº 1010, Km 53,8 , Bairro Butiatuva , Município de Palmares do Sul -RS, para qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes , executar os seguintes tratamentos : a) Tratamento Térmico (HT) , b) Secagem em Estufa (KD);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, CONFORME § 4º do Art. 1º - Anexo I da Instrução Normativa SDA nº66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELENA PAN RUGERI

## SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

### PORTARIA Nº 389, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 315 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo de sequeiro, no Estado de Minas Gerais conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV, temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA): O ISNA para mudas simples que deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 nas Fase II e III; e 0,50 na Fase IV; Para a mudas altas ou mudão o ISNA deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 na Fase III; e 0,50 na Fase IV;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| **MUNICÍPIOS** | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - **GRUPO I** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **SOLO 1** | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abadia Dos Dourados | | | | | | | | 30 | |
| Abre Campo | | | | | | | | | 29 |
| Acaiaca | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Água Comprida | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Aguanil | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Aiuruoca | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Alagoa | 30 | 29 | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 |
| Além Paraíba | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Alfenas | | | | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Alfredo Vasconcelos | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Alpinópolis | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Alterosa | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Alto Caparaó | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Alto Jequitibá | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Alto Rio Doce | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Alvinópolis | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Alvorada De Minas | | | | | | 30 | | 30 | |
| Amparo Do Serra | | | | | | | | | 29 |
| Andrelândia | 29 | 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Antônio Carlos | | | 29 a 30 | 29 a 30 | | 28 + 31 | 29 a 31 | | 28 + 32 |
| Antônio Dias | | | | | | | | | 30 |
| Antônio Prado De Minas | | | | | 30 | | | 30 | 29 + 31 |
| Aracitaba | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 | 31 |
| Araguari | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Arantina | 29 a 30 | | 27 a 28 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 | 29 a 32 | 28 | 27 + 33 |
| Araponga | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Araporã | | | | | | 30 | | 30 | |
| Arapuá | | | | | | 30 | | 30 | |
| Araújos | | | | | | | | | 30 |
| Araxá | | | 30 | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Arceburgo | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Arcos | | | | | | 30 | | 30 | 29 |
| Areado | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Argirita | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Astolfo Dutra | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Baependi | | 29 a 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 |
| Baldim | | | | | | | | | 30 |
| Bambuí | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Barão De Cocais | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Barão De Monte Alto | | | | | | 30 | | 30 | 29 |
| Barbacena | | 29 | | 29 | 30 | 28 | 29 a 30 | 31 | 28 |
| Barra Longa | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Barroso | | | 29 | 29 | 30 | 28 | 29 a 30 | 31 | 28 |
| Bela Vista De Minas | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Belmiro Braga | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 27 a 28 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 |
| Belo Horizonte | | | | | 30 | 29 | 30 | | 29 + 31 |
| Belo Vale | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Betim | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Bias Fortes | | 29 a 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 | 27 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 |
| Bicas | | | | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 31 |
| Boa Esperança | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Bocaina De Minas | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 + 16 |
| Bom Despacho | | | | | | | | | 30 |
| Bom Jardim De Minas | 29 a 30 | 28 | 27 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Bom Jesus Da Penha | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Bom Jesus Do Amparo | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Bom Sucesso | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Bonfim | | | | | 30 | 28 a 29 | 30 | | 28 a 29 + 31 |
| Borda Da Mata | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Botelhos | | | 30 | | | 29 a 30 | | 29 | 28 + 30 |
| Brás Pires | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Braúnas | | | | | | | | | 30 |
| Brazópolis | | | | | | 27 | | | 27 |
| Brumadinho | | | 30 | | 30 | 28 a 29 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Bueno Brandão | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Cabeceira Grande | | | | | | | | | 30 |
| Cabo Verde | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 30 | 28 + 31 |
| Cachoeira De Minas | | | | | | 27 | | | 27 |
| Cachoeira Dourada | | | | | | | | 30 | |
| Caeté | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Caiana | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 29 |
| Cajuri | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Camacho | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Camanducaia | | | 27 | | | 27 a 28 | | | 26 a 28 |
| Cambuí | | | 27 a 30 | | 28 | 27 + 29 a 30 | | 28 | 27 + 29 a 30 |
| Cambuquira | | | | | 29 | 28 + 30 | | 29 | 28 + 30 a 31 |
| Campanha | | | | | | 29 | | 29 | 28 |
| Campestre | | | | | | 29 | | | 28 a 29 |
| Campina Verde | | | | | | 30 | | | 30 |
| Campo Belo | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Campo Do Meio | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Campo Florido | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Campos Altos | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Campos Gerais | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Cana Verde | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Canaã | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Canápolis | | | | | | 30 | | 30 | |
| Candeias | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Caparaó | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Capela Nova | | | | | 29 | 30 | 30 | 29 | |
| Capetinga | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Capinópolis | | | | | | | | 30 | |
| Capitólio | | | | | 30 | 29 | 30 | 29 | 31 a 32 |
| Caputira | | | | | | | | | 30 |
| Caranaíba | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Carandaí | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Carangola | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Careaçu | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| Carmésia | | | | | | | | 30 | |
| Carmo Da Cachoeira | | | | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | |
| Carmo Da Mata | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Carmo De Minas | | | 29 a 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 | | 28 a 29 | 27 + 30 |
| Carmo Do Cajuru | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Carmo Do Paranaíba | | | | | | 30 | | 30 | |
| Carmo Do Rio Claro | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Carmópolis De Minas | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Carneirinho | | | | | | | | | 30 |
| Carrancas | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Carvalhópolis | | | | | 29 | 30 | | 29 | 28 + 30 |
| Carvalhos | 30 | 29 | 27 a 28 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 | 29 a 32 | 28 | 27 + 33 |
| Casa Grande | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Cascalho Rico | | | | | | 30 | | 30 | |
| Cássia | | | 30 | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Cataguases | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Catas Altas | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Catas Altas Da Noruega | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Caxambu | | | 29 a 30 | 29 a 30 | 31 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 a 33 |
| Cedro Do Abaeté | | | | | | | | 30 | |
| Centralina | | | | | | 30 | | 30 | |
| Chácara | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 | 31 |
| Chalé | | | | | | | | | 30 |
| Chiador | | | | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 | 28 + 31 a 32 |
| Cipotânea | | | | | | 29 | | 29 a 30 | |
| Claraval | | | 30 | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Cláudio | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Coimbra | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Comendador Gomes | | | | | | 30 | | 30 | |
| Conceição Da Aparecida | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Conceição Da Barra De Minas | | | 29 | | 29 | 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Conceição Das Alagoas | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Conceição De Ipanema | | | | | | | | | 30 |
| Conceição Do Mato Dentro | | | | | | 30 | | 30 | |
| Conceição Do Pará | | | | | | | | | 30 |
| Conceição Do Rio Verde | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Conceição Dos Ouros | | | | | | 27 | | | 27 |
| Confins | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Congonhal | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Congonhas | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Congonhas Do Norte | | | | | | | | 30 | |
| Conquista | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | | 29 + 31 a 32 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Conselheiro Lafaiete | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Consolação | | | 27 | | | 27 | | | 27 |
| Contagem | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Coqueiral | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Cordislândia | | | | | 29 | 30 a 31 | | 29 | 28 + 30 a 31 |
| Coromandel | | | | | | 30 | | 30 | |
| Coronel Fabriciano | | | | | | | | | 30 |
| Coronel Pacheco | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 | |
| Coronel Xavier Chaves | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Córrego Danta | | | | | 30 | | 30 | | 29 + 31 |
| Córrego Do Bom Jesus | | | 27 | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Córrego Fundo | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Couto De Magalhães De Minas | | | | | | | | | 30 |
| Crisólita | | | | | | | | | 31 |
| Cristais | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Cristiano Otoni | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Cristina | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Crucilândia | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 28 a 29 + 31 |
| Cruzeiro Da Fortaleza | | | | | | 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Cruzília | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Datas | | | | | | 30 | | 30 | |
| Delfim Moreira | | | | | | 27 | | | 27 |
| Delfinópolis | | | 30 | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Delta | | | | | | 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Descoberto | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Desterro De Entre Rios | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Desterro Do Melo | | | | | 29 | 30 | 30 | 29 | |
| Diamantina | | | | | | | | | 30 |
| Diogo De Vasconcelos | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Dionísio | | | | | | | | | 30 |
| Divinésia | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Divino | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Divinópolis | | | | | | | | 30 | |
| Divisa Nova | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 |
| Dom Joaquim | | | | | | | | 30 | |
| Dom Silvério | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Dom Viçoso | | | 29 a 30 | 29 | 28 + 30 a 31 | 27 + 32 | 29 | 28 + 30 a 31 | 27 + 32 |
| Dona Eusébia | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Dores De Campos | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Dores De Guanhães | | | | | | | | | 30 |
| Dores Do Indaiá | | | | | | | | 30 | |
| Dores Do Turvo | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Doresópolis | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Douradoquara | | | | | | | | 30 | |
| Durandé | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Elói Mendes | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | 31 |
| Entre Rios De Minas | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Ervália | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Esmeraldas | | | | | | | | 30 | |
| Espera Feliz | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 29 |
| Estiva | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Estrela Dalva | | | | | | 29 | | | 29 |
| Estrela Do Indaiá | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Estrela Do Sul | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Eugenópolis | | | | | 30 | | 30 | 31 | 29 |
| Ewbank Da Câmara | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 a 31 | 29 | 28 |
| Extrema | | | 27 a 31 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 33 + 21 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 33 + 17 a 21 |
| Fama | | | | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | 31 |
| Faria Lemos | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Felício Dos Santos | | | | | | | | | 30 |
| Ferros | | | | | | | | | 30 |
| Fervedouro | | | | | 30 | 29 | | 30 | 29 + 31 |
| Florestal | | | | | | | | 30 | |
| Formiga | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Fortaleza De Minas | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Fronteira | | | | | | | | | 30 |
| Frutal | | | | | | | | | 30 |
| Goianá | | | | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 31 |
| Gonçalves | | | 27 | | | 27 | | | 27 |
| Gouveia | | | | | | 30 | | 30 | |
| Grupiara | | | | | | 30 | | 30 | |
| Guanhães | | | | | | | | | 30 |
| Guapé | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Guaraciaba | | | | | | 29 | | | 29 |
| Guaranésia | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Guarani | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Guarará | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Guaxupé | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Guidoval | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Guimarânia | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Guiricema | | | | | | | | 30 | 29 |
| Gurinhatã | | | | | | | | 30 | |
| Heliodora | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| Ibertioga | | 29 | 27 a 28 + 30 | 29 a 30 | 28 | 27 + 31 | 29 a 31 | | 27 a 28 + 32 |
| Ibiá | | | 30 | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 28 |
| Ibiraci | | 30 | | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Ibirité | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Ibituruna | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Igarapé | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Igaratinga | | | | | | | | 30 | |
| Iguatama | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Ijaci | | | | | | 29 | | 29 a 30 | |
| Ilicínea | | | | | 30 | 29 | 30 | | 29 + 31 |
| Inconfidentes | | | | | | 27 a 29 | | 28 | 27 + 29 |
| Indianópolis | | | | | 30 | | | 30 | 31 |
| Ingaí | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Ipatinga | | | | | | | | | 30 |
| Ipiaçu | | | | | | | | | 30 |
| Iraí De Minas | | | | | 30 | | 30 | | 31 |
| Itabira | | | | | | 30 | | 30 | 29 |
| Itabirito | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Itaguara | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Itajubá | | | 29 | | 28 | 27 + 29 | | 28 | 27 + 29 |
| Itamarati De Minas | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Itambé Do Mato Dentro | | | | | | 30 | | 30 | |
| Itamogi | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Itamonte | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 29 | 28 + 30 | 27 + 31 a 32 | 29 | 28 + 30 | 27 + 31 a 32 |
| Itanhandu | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Itapagipe | | | | | | | | | 30 |
| Itapecerica | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Itapeva | | | 27 a 30 | | 28 | 27 + 29 a 30 | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 |
| Itatiaiuçu | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Itaú De Minas | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Itaúna | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Itaverava | | | 29 | | 29 | 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Ituiutaba | | | | | | 30 | | 30 | |
| Itumirim | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Iturama | | | | | | | | | 30 |
| Itutinga | | | 29 | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Jaboticatubas | | | | | | 30 | | 30 | |
| Jacuí | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Jacutinga | | | 30 | | | 27 a 31 | | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 |
| Jaguaraçu | | | | | | | | | 30 |
| Japaraíba | | | | | | | | 30 | |
| Jeceaba | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Jequeri | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Jesuânia | | | | | 29 | 28 | | 29 | 28 |
| Joanésia | | | | | | | | | 30 |
| João Monlevade | | | | | | 30 | | 30 | 29 |
| Juatuba | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Juiz De Fora | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Juruaia | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Lagamar | | | | | | | | | 30 |
| Lagoa Da Prata | | | | | | | | 30 | |
| Lagoa Dourada | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Lagoa Formosa | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Lagoa Santa | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Lajinha | | | | | 30 | | | 30 a 31 | |
| Lambari | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| Lamim | | | | | 29 | | | 29 a 30 | |
| Laranjal | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Lavras | | | | | | 29 | | 29 a 30 | |
| Leopoldina | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Liberdade | 29 a 30 | 28 | 27 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 | 29 a 32 | 28 | 27 + 33 + 16 |
| Lima Duarte | 29 | 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 |
| Limeira Do Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Luisburgo | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Luminárias | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | 28 + 31 |
| Luz | | | | | | 30 | | 30 | |
| Machado | | | | | 29 | 30 | | 29 | 28 + 30 |
| Madre De Deus De Minas | | 29 | 30 | 29 | 30 | 31 + 27 a 28 | 29 a 30 | 31 | 32 + 27 a 28 |
| Manhuaçu | | | | | | 30 | | 30 | |
| Manhumirim | | | | | 30 | | | 30 a 31 | 29 |
| Mar De Espanha | | | | | 29 | 30 | 30 | 29 | 31 a 32 |
| Maria Da Fé | | | | | | 27 | | | 27 |
| Mariana | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Mário Campos | | | | | 30 | 29 | 30 | | 29 + 31 |
| Maripá De Minas | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Marliéria | | | | | | | | | 30 |
| Marmelópolis | | | | | | 27 | | | 27 |
| Martins Soares | | | | | 30 | | | 30 | 29 + 31 |
| Materlândia | | | | | | | | | 30 |
| Mateus Leme | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Matias Barbosa | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Matipó | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Matozinhos | | | | | | | | | 30 |
| Matutina | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Medeiros | | | 30 | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 a 31 | 29 | 28 |
| Mercês | | | | | 29 | 30 | 30 | 29 | |
| Mesquita | | | | | | | | | 30 |
| Minduri | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Miradouro | | | | | 30 | 29 | 30 | | 29 + 31 |
| Miraí | | | | | | 30 | | 30 | 29 |
| Moeda | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Moema | | | | | | | | | 30 |
| Monjolos | | | | | | | | | 30 |
| Monsenhor Paulo | | | | | 29 | 30 | | 29 | 30 |
| Monte Alegre De Minas | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Monte Belo | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Monte Carmelo | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Monte Santo De Minas | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Monte Sião | | | 30 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | | 28 a 31 | 27 + 32 a 33 |
| Morro Do Pilar | | | | | | 30 | | 30 | |
| Munhoz | | | | | | 27 a 28 | | | 26 a 28 |
| Muriaé | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Mutum | | | | | | | | | 30 |
| Muzambinho | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Natércia | | | | | | 28 | | | 28 |
| Nazareno | | | 29 | | 29 | 30 | | 29 a 30 | 31 |
| Nepomuceno | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nova Era | | | | | | | | | 30 |
| Nova Lima | | | 29 a 30 | | 30 | 28 a 29 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Nova Ponte | | | 30 | | 30 | | 30 | | 31 |
| Nova Resende | | | 30 | | | 29 a 31 | | 29 | 30 a 31 |
| Nova Serrana | | | | | | | | | 30 |
| Nova União | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Olaria | 29 a 30 | | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Olímpio Noronha | | | 29 | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| Oliveira | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Oliveira Fortes | | | 29 | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 | |
| Onça De Pitangui | | | | | | | | | 30 |
| Oratórios | | | | | | | | | 29 |
| Orizânia | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Ouro Branco | | | | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Ouro Fino | | | 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 |
| Ouro Preto | | | | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Pains | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Paiva | | | | | 29 | 30 | 30 | 29 | 31 |
| Palma | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Palmópolis | | | | | | | | | 32 |
| Pará De Minas | | | | | | | | 30 | |
| Paraguaçu | | | | | | 29 a 30 | | 29 | 30 a 31 |
| Paraisópolis | | | 27 | | | 27 | | | 27 |
| Passa Quatro | | 30 | 27 a 29 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Passa Tempo | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Passabém | | | | | | 30 | | 30 | |
| Passa-Vinte | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 | 29 a 31 | 27 a 28 | 32 | 29 a 32 | 28 | 27 + 33 + 16 |
| Passos | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Patos De Minas | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Patrocínio | | | | | 30 | | 30 | | 29 + 31 |
| Patrocínio Do Muriaé | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Paula Cândido | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Pedra Bonita | | | | | | 30 | | 30 | 29 |
| Pedra Do Anta | | | | | | | | | 29 |
| Pedra Do Indaiá | | | | | | | | 30 | 29 |
| Pedra Dourada | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Pedralva | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Pedrinópolis | | | | | 30 | | 30 | 31 | 29 |
| Pedro Leopoldo | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Pedro Teixeira | | 29 a 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 | 27 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 |
| Pequeri | | | | | 29 | 30 | 30 | 29 | 31 a 32 |
| Pequi | | | | | | | | | 30 |
| Perdigão | | | | | | | | | 30 |
| Perdizes | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 29 |
| Perdões | | | | | | 29 | | 29 a 30 | |
| Piau | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 | |
| Piedade De Ponte Nova | | | | | | | | | 29 |
| Piedade Do Rio Grande | | 29 | 27 a 28 + 30 | 29 a 30 | | 27 a 28 + 31 | 29 a 31 | | 27 a 28 + 32 |
| Piedade Dos Gerais | | | | | 30 | 28 a 29 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Pimenta | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Piracema | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 28 a 29 + 31 |
| Pirajuba | | | | | | 30 | | | 30 |
| Piranga | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Piranguçu | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Piranguinho | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Pirapetinga | | | | | | | | | 29 |
| Piraúba | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Piumhi | | | | | 30 | 29 | 30 | | 29 + 31 |
| Planura | | | | | | | | | 30 |
| Poço Fundo | | | | | 29 | 28 + 30 | | 29 | 28 + 30 |
| Ponte Nova | | | | | | | | | 29 |
| Porto Firme | | | | | | 29 | | | 29 |
| Pouso Alegre | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Pouso Alto | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Prados | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Prata | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Pratápolis | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Pratinha | | | 30 | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 28 |
| Presidente Bernardes | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Presidente Kubitschek | | | | | | 30 | | 30 | |
| Presidente Olegário | | | | | | | | | 30 |
| Quartel Geral | | | | | | | | 30 | |
| Queluzito | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Raposos | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Recreio | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Reduto | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Resende Costa | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Ressaquinha | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Ribeirão Das Neves | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Ribeirão Vermelho | | | | | | 29 | | 29 a 30 | |
| Rio Acima | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| Rio Doce | | | | | | | | | 29 |
| Rio Espera | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | |
| Rio Manso | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Rio Novo | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| Rio Paranaíba | | | | | 30 | | 30 | | 29 + 31 |
| Rio Piracicaba | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Rio Pomba | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Rio Preto | 30 | 29 | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Rio Vermelho | | | | | | | | | 30 |
| Ritápolis | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Rochedo De Minas | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Rodeiro | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Romaria | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Rosário Da Limeira | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Sabará | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Sabinópolis | | | | | | | | | 30 |
| Sacramento | | 30 | | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Salto Da Divisa | | | | | | | | | 32 a 35 |
| Santa Bárbara | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Santa Bárbara Do Monte Verde | | 30 | 27 a 29 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 |
| Santa Bárbara Do Tugúrio | | | 29 | | 29 a 30 | | 30 | 29 | 31 |
| Santa Cruz De Minas | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Santa Cruz Do Escalvado | | | | | | | | | 29 |
| Santa Juliana | | | 30 | | 30 | | 30 | 31 | 29 |
| Santa Luzia | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Santa Margarida | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Santa Maria De Itabira | | | | | | | | 30 | |
| Santa Maria Do Salto | | | | | | | | | 32 |
| Santa Rita De Ibitipoca | | 29 a 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 | 27 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 |
| Santa Rita De Jacutinga | 30 | 28 a 29 | 27 + 31 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 | 29 a 32 | 28 | 27 + 33 |
| Santa Rita Do Sapucaí | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Santa Rosa Da Serra | | | | | 30 | | 30 | | 31 |
| Santa Vitória | | | | | | | | | 30 |
| Santana Da Vargem | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Santana De Cataguases | | | | | | | | | 29 a 30 |
| Santana De Pirapama | | | | | | | | | 30 |
| Santana Do Deserto | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | 30 | 29 | 28 + 31 a 32 |
| Santana Do Garambéu | 29 | 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 | 29 a 31 | 28 | 27 + 32 |
| Santana Do Jacaré | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Santana Do Manhuaçu | | | | | | | | | 30 |
| Santana Do Paraíso | | | | | | | | | 30 |
| Santana Do Riacho | | | | | | 30 | | 30 | |
| Santana Dos Montes | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 |
| Santo Antônio Do Amparo | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Santo Antônio Do Aventureiro | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Santo Antônio Do Grama | | | | | | | | | 29 |
| Santo Antônio Do Itambé | | | | | | | | | 30 |
| Santo Antônio Do Jacinto | | | | | | | | | 32 |
| Santo Antônio Do Monte | | | | | | | | 30 | |
| Santo Antônio Do Rio Abaixo | | | | | | 30 | | 30 | |
| Santos Dumont | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 28 | 30 | 29 + 31 | 28 |
| São Bento Abade | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | 28 + 31 |
| São Brás Do Suaçuí | | | 29 | | 29 a 30 | 28 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| São Domingos Do Prata | | | | | | | | | 29 a 30 |
| São Francisco De Paula | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| São Francisco De Sales | | | | | | | | | 30 |
| São Francisco Do Glória | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| São Geraldo | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| São Gonçalo Do Pará | | | | | | | | 30 | |
| São Gonçalo Do Rio Abaixo | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| São Gonçalo Do Rio Preto | | | | | | | | | 30 |
| São Gonçalo Do Sapucaí | | | | | 29 | 28 | | 29 | 28 |
| São Gotardo | | | | | | 30 | 30 | | 31 |
| São João Batista Do Glória | | | | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| São João Da Mata | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| São João Del Rei | | 29 | | 29 | 30 | 28 | 29 a 30 | 31 | 28 |
| São João Do Manhuaçu | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| São João Nepomuceno | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| São Joaquim De Bicas | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 |
| São José Da Barra | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 | 31 a 32 |
| São José Da Lapa | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| São José Da Varginha | | | | | | | | | 30 |
| São José Do Alegre | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| São José Do Mantimento | | | | | | | | | 30 |
| São Lourenço | | 30 | 29 | 29 | 28 + 30 | 27 + 31 | 29 | 28 + 30 | 27 + 31 |
| São Miguel Do Anta | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| São Pedro Da União | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| São Roque De Minas | | | 30 | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| São Sebastião Da Bela Vista | | | 29 | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| São Sebastião Da Vargem Alegre | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Sebastião Do Oeste | | | | | | | | 30 | 29 |
| São Sebastião Do Paraíso | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| São Sebastião Do Rio Preto | | | | | | 30 | | 30 | |
| São Sebastião Do Rio Verde | | 30 | 27 a 29 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| São Thomé Das Letras | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 |
| São Tiago | | | 29 | | 29 | 30 | | 29 a 30 | 31 |
| São Tomás De Aquino | | | 30 | | 29 a 30 | 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| São Vicente De Minas | | 29 | 30 | 29 a 30 | | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 31 | 32 + 27 a 28 |
| Sapucaí-Mirim | | | 27 | | | 27 | | | 27 |
| Sarzedo | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Senador Cortes | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Senador Firmino | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Senador José Bento | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Senhora De Oliveira | | | | | | 29 | | 29 a 30 | |
| Senhora Do Porto | | | | | | | | 30 | |
| Senhora Dos Remédios | | | 29 | | 29 | 30 | 30 | 29 | |
| Sericita | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Seritinga | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Serra Azul De Minas | | | | | | | | | 30 |
| Serra Da Saudade | | | | | | 30 | | 30 | |
| Serra Do Salitre | | | | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Serrania | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 30 | 28 + 31 |
| Serranos | | 29 a 30 | 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 |
| Serro | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Silveirânia | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Silvianópolis | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| Simão Pereira | | | 29 | | 29 a 30 | 28 + 31 | 30 | 29 | 28 + 31 a 32 |
| Simonésia | | | | | | | | | 30 |
| Soledade De Minas | | | 29 a 30 | 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 29 | 28 + 30 a 31 | 27 + 32 |
| Tabuleiro | | | | | | 29 a 30 | 30 | 29 | 31 |
| Tapira | | 30 | | 30 | 29 | 28 + 31 | 30 a 31 | 29 | 28 + 32 |
| Tapiraí | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Taquaraçu De Minas | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 |
| Teixeiras | | | | | | 29 | | | 29 |
| Timóteo | | | | | | | | | 30 |
| Tiradentes | | | 29 | | 29 | 28 + 30 | 30 | 29 | 28 + 31 |
| Tiros | | | | | | | | 30 | |
| Tocantins | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Tocos Do Moji | | | | | | 27 | | | 27 |
| Toledo | | | 30 | | 28 a 29 | 27 + 30 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 |
| Tombos | | | 30 | | 30 | 29 | 30 | 31 | 29 |
| Três Corações | | | | | 29 | 30 | | 29 a 30 | 28 + 31 |
| Três Pontas | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Tupaciguara | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Turvolândia | | | | | 29 | 28 + 30 | | 29 | 28 + 30 |
| Ubá | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Uberaba | | | | | 30 | | 30 | | 31 |
| Uberlândia | | | | | 30 | | | 30 | 31 |
| Umburatiba | | | | | | | | | 31 |
| União De Minas | | | | | | | | | 30 |
| Urucânia | | | | | | | | | 29 |
| Vargem Bonita | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Varginha | | | | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | |
| Varjão De Minas | | | | | | | | | 30 |
| Veríssimo | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Vespasiano | | | | | | 29 | | 30 | 29 |
| Viçosa | | | | | | 29 | | | 29 |
| Vieiras | | | 30 | | 30 | | 30 | 31 | 29 |
| Virgínia | | 30 | 29 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 |
| Visconde Do Rio Branco | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Volta Grande | | | | | | 29 | | | 29 a 30 |
| Wenceslau Braz | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abadia Dos Dourados | 31 a 36 | | 1 | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 30 | 3 |
| Abaeté | 31 a 35 | | 36 | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Abre Campo | | 30 a 35 | 36 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Acaiaca | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 |
| Açucena | | | 31 a 35 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 3 + 30 |
| Água Boa | | | 34 | | 33 a 35 | 31 a 32 + 36 | 31 | 32 a 36 | 1 a 2 |
| Água Comprida | 32 a 36 | 31 | 1 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Aguanil | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 30 a 32 | 33 a 2 | 3 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 |
| Águas Formosas | | | | | | 34 a 35 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 |
| Aimorés | | | | | 33 a 34 | 30 a 32 + 35 a 36 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 |
| Aiuruoca | 30 a 34 | 35 a 3 | 29 | 29 a 34 | 28 + 35 a 4 | 27 + 5 | 29 a 34 | 28 + 35 a 5 | 27 + 6 a 7 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alagoa | 30 | 31 a 32 | 33 a 4 + 27 a 29 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 a 5 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 a 7 |
| Além Paraíba | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 a 4 | 5 + 29 |
| Alfenas | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Alfredo Vasconcelos | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Almenara | | | | | | | | | 35 a 1 |
| Alpercata | | | | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 | | 31 a 35 | 36 a 1 |
| Alpinópolis | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| Alterosa | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Alto Caparaó | | 30 a 33 | 34 a 2 | 31 | 30 + 32 a 33 | 34 a 3 | 30 a 31 | 32 a 33 | 34 a 4 |
| Alto Jequitibá | 33 a 35 | 30 a 32 + 36 a 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 a 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Alto Rio Doce | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Alvarenga | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 36 |
| Alvinópolis | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Alvorada De Minas | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Amparo Do Serra | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Andrelândia | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 | 29 a 3 | 4 | 5 + 27 a 28 | 29 a 5 | 28 | 27 + 6 |
| Angelândia | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Antônio Carlos | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 3 | 29 | 4 | 30 a 4 | 29 | 28 + 5 |
| Antônio Dias | 31 a 33 | 34 a 35 | 36 a 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Antônio Prado De Minas | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Araçaí | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Aracitaba | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Araçuaí | | | | | | | | | 31 a 33 |
| Araguari | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Arantina | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 + 4 | 29 a 3 | 28 + 4 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Araponga | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 a 3 | 30 a 2 | 3 | |
| Araporã | 32 a 36 | 31 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Arapuá | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Araújos | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 1 | 2 | 31 | 30 + 32 a 2 | 3 |
| Araxá | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| Arceburgo | 31 a 32 | 33 a 1 | 2 a 3 | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | 29 + 4 | 30 a 32 | 33 a 5 | 6 + 29 |
| Arcos | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Areado | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Argirita | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 a 4 + 29 |
| Aricanduva | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 36 | 31 a 34 | 35 a 1 | 2 |
| Arinos | 33 | 32 + 34 a 35 | 31 + 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 | 32 a 36 | 31 + 1 | |
| Astolfo Dutra | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Ataléia | | | | | | 33 a 1 | | 33 a 36 | 31 a 32 + 1 a 2 |
| Augusto De Lima | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 | | 31 a 35 | 36 | 1 | 31 a 36 | 1 | 2 |
| Baependi | 30 a 31 | 32 a 2 | 3 + 29 | 30 a 31 | 29 + 32 a 4 | 27 a 28 + 5 | 29 a 31 | 32 a 5 | 6 + 27 a 28 |
| Baldim | 31 a 34 | 35 a 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Bambuí | 31 a 36 | 1 | 30 | 30 a 2 | | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Bandeira | | | | | | | | | 35 a 2 |
| Barão De Cocais | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Barão De Monte Alto | 31 | 30 + 32 a 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | |
| Barbacena | 30 a 1 | | 2 + 29 | 30 a 2 | 29 + 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 + 5 |
| Barra Longa | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Barroso | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 + 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Bela Vista De Minas | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 |
| Belmiro Braga | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 + 5 | 30 a 4 | 29 + 5 | 28 + 6 |
| Belo Horizonte | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Belo Oriente | | | 31 a 35 | 35 | 31 a 34 + 36 | 30 + 1 | 31 a 36 | 1 a 2 | 3 + 30 |
| Belo Vale | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Berilo | | | | | | | | | 31 a 33 |
| Bertópolis | | | | | | 34 a 35 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 a 4 |
| Betim | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Bias Fortes | 30 a 2 | | 3 + 29 | 29 a 3 | | 4 + 28 | 29 a 4 | | 5 + 28 |
| Bicas | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Biquinhas | 32 a 35 | 31 | 36 | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Boa Esperança | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 30 a 32 | 33 a 2 | 3 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 |
| Bocaina De Minas | 30 a 31 | 32 a 3 | 4 + 27 a 29 | 29 a 31 | 28 + 32 a 4 | 27 + 5 | 29 a 31 | 28 + 32 a 6 | 27 + 7 |
| Bocaiúva | | | 31 a 34 | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Bom Despacho | 31 a 35 | 36 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Bom Jardim De Minas | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 + 4 | 29 a 3 | 28 + 4 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Bom Jesus Da Penha | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Bom Jesus Do Amparo | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Bom Jesus Do Galho | | 33 | 30 a 32 + 34 a 35 | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 |
| Bom Sucesso | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Bonfim | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Bonfinópolis De Minas | 33 | 32 + 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 31 + 35 a 36 | | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Bonito De Minas | | | | | 32 a 33 | 34 a 35 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 |
| Borda Da Mata | | | | | | 28 | | | 27 a 28 |
| Botelhos | | | | | | 29 a 30 | | | 29 a 30 |
| Botumirim | | | | | | 31 a 32 | | 31 a 34 | 35 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brás Pires | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 + 29 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Brasilândia De Minas | | 32 a 33 | 34 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | |
| Brasília De Minas | | | | | | 31 a 34 | | 32 a 35 | 31 + 36 |
| Braúnas | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Brazópolis | | | | | | 27 | | | 27 |
| Brumadinho | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Bueno Brandão | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Buenópolis | 32 | 31 + 33 a 34 | 35 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 | 31 a 36 | 1 | 2 |
| Bugre | | | 31 a 35 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Buritis | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 2 | |
| Buritizeiro | | 32 a 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Cabeceira Grande | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 1 | 2 | 3 |
| Cabo Verde | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 | | 30 | 29 + 31 |
| Cachoeira Da Prata | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Cachoeira De Minas | | | | | | 27 | | | 27 |
| Cachoeira Dourada | 32 a 36 | 31 | 1 | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Caetanópolis | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Caeté | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Caiana | 32 a 35 | 30 a 31 + 36 a 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Cajuri | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 a 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Camacho | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 2 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | |
| Camanducaia | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Cambuí | | | 30 | | | 27 a 30 | | 28 | 27 + 29 a 30 |
| Cambuquira | | | 30 a 31 | | | 29 a 31 | | 29 | 30 a 31 |
| Campanário | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Campanha | | | | | | 29 | | | 29 |
| Campestre | | | | | | 29 | | | 29 |
| Campina Verde | 34 a 36 | 33 | 31 a 32 + 1 | 31 a 1 | 2 | | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Campo Azul | | | | | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 |
| Campo Belo | 31 a 33 | 34 a 36 | 1 + 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 2 | 3 | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |
| Campo Do Meio | 31 | 32 a 33 | 34 a 2 + 30 | 30 a 31 | 32 a 33 | 34 a 3 + 29 | 30 a 31 | 32 a 33 | 34 a 4 + 29 |
| Campo Florido | 33 a 36 | 31 a 32 + 1 | | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 4 + 30 |
| Campos Altos | 31 a 1 | 2 | 30 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | |
| Campos Gerais | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Cana Verde | 31 a 33 | 34 a 36 | 1 + 30 | 30 a 33 | 34 a 2 | | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |
| Canaã | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Canápolis | 32 a 36 | 31 + 1 | | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Candeias | 31 a 33 | 34 a 36 | 1 + 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 2 | 3 | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 |
| Cantagalo | | | 31 a 35 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Caparaó | 33 | 30 a 32 + 34 a 1 | 2 | 30 a 33 | 34 a 3 | | 30 a 33 | 34 a 4 | 29 |
| Capela Nova | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Capelinha | | | | | 31 a 34 | 35 a 36 | 32 | 31 + 33 a 36 | 1 |
| Capetinga | 31 a 32 | 33 a 2 | 3 + 30 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 5 | |
| Capim Branco | 31 a 34 | 35 a 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Capinópolis | 32 a 36 | 31 | 1 | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Capitão Andrade | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Capitão Enéas | | | | | | 31 a 32 | | 32 a 33 | 31 + 34 |
| Capitólio | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 30 a 2 | | 3 a 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| Caputira | | 31 a 35 | 30 + 36 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Caraí | | | | | | 35 a 36 | | | 31 a 1 |
| Caranaíba | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Carandaí | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Carangola | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Caratinga | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Carbonita | | | 31 a 33 | | 31 a 34 | 35 a 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Careaçu | | | | | | 29 | | | 28 a 29 |
| Carlos Chagas | | | | | | 33 a 1 | | 34 a 2 | 31 a 33 + 3 a 4 |
| Carmésia | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Carmo Da Cachoeira | | 30 a 32 | 33 a 1 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 2 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 4 |
| Carmo Da Mata | 31 a 36 | 30 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 30 a 2 | 3 | |
| Carmo De Minas | | | 30 | | 29 | 28 + 30 | | 29 | 28 + 30 |
| Carmo Do Cajuru | 31 a 36 | 30 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Carmo Do Paranaíba | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Carmo Do Rio Claro | 31 | 32 a 1 | 2 + 30 | 30 a 31 | 32 a 3 | 4 + 29 | 30 a 31 | 32 a 4 | 5 + 29 |
| Carmópolis De Minas | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Carneirinho | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 32 a 36 | 31 + 1 | 2 | 31 a 2 | | 3 + 30 |
| Carrancas | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 5 |
| Carvalhópolis | | | 30 | | | 29 a 30 | | 29 | 30 |
| Carvalhos | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 + 4 | 29 a 4 | 28 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Casa Grande | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Cascalho Rico | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Cássia | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 a 5 | |
| Cataguases | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Catas Altas | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Catas Altas Da Noruega | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Catuji | | | | | | 34 a 36 | | 35 a 36 | 31 a 34 + 1 |
| Caxambu | 30 a 31 | 32 a 2 | 3 | 30 a 31 | 29 + 32 a 3 | 28 + 4 a 5 | 30 a 31 | 29 + 32 a 5 | 28 + 6 |
| Cedro Do Abaeté | 31 a 35 | 36 | 1 | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Central De Minas | | | | | | | | | 31 a 36 |
| Centralina | 32 a 36 | 31 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Chácara | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Chalé | | 33 a 35 | 30 a 32 + 36 a 1 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 a 1 | 30 + 2 | 31 a 1 | 2 a 3 | 30 |
| Chapada Do Norte | | | | | | | | 31 | 32 a 34 |
| Chapada Gaúcha | | 32 a 34 | 35 | 32 a 34 | 35 | 36 + 31 | 32 a 35 | 36 | 1 + 31 |
| Chiador | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 4 a 5 + 29 | 30 a 3 | 4 a 5 | 6 + 29 |
| Cipotânea | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Claraval | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 a 5 | |
| Claro Dos Poções | | | 31 a 32 | 32 | 33 a 34 | 35 + 31 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 |
| Cláudio | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | |
| Coimbra | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Coluna | | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 30 |
| Comendador Gomes | 33 a 36 | 31 a 32 | 1 | 31 a 1 | 2 | | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Conceição Da Aparecida | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Conceição Da Barra De Minas | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Conceição Das Alagoas | 33 a 36 | 31 a 32 | 1 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 4 + 30 |
| Conceição De Ipanema | | 34 | 31 a 33 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | 31 a 36 | 1 a 2 | 3 + 30 |
| Conceição Do Mato Dentro | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Conceição Do Pará | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 |
| Conceição Do Rio Verde | | 30 a 31 | 32 a 2 | | 29 a 31 | 32 a 4 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 5 |
| Conceição Dos Ouros | | | | | | 27 | | | 27 |
| Cônego Marinho | | | | | | 32 | | 32 a 33 | 34 a 35 |
| Confins | 31 a 35 | 30 + 36 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Congonhal | | | | | | 28 | | | 28 |
| Congonhas | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 + 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Congonhas Do Norte | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Conquista | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 | 30 a 3 | 4 | 5 |
| Conselheiro Lafaiete | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Conselheiro Pena | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Consolação | | | | | | 27 | | | 27 |
| Contagem | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Coqueiral | 31 | 32 a 33 | 34 a 1 + 30 | 30 a 31 | 32 a 33 | 34 a 3 | 30 a 31 | 32 a 33 | 34 a 4 + 29 |
| Coração De Jesus | | | | | 32 | 31 + 33 a 35 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 |
| Cordisburgo | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Cordislândia | | | 30 a 31 | | | 29 a 31 | | | 29 a 31 |
| Corinto | 32 a 33 | 31 + 34 | 35 | 31 a 35 | 36 | | 31 a 36 | | 1 |
| Coroaci | | | 32 a 34 | | 31 a 35 | 36 a 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Coromandel | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Coronel Fabriciano | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Coronel Pacheco | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Coronel Xavier Chaves | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Córrego Danta | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Córrego Do Bom Jesus | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Córrego Fundo | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 2 | 3 | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | 4 |
| Córrego Novo | | 31 a 34 | 30 + 35 | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 |
| Couto De Magalhães De Minas | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Crisólita | | | | | | 34 a 36 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 |
| Cristais | 31 a 33 | 34 a 36 | 1 + 30 | 30 a 33 | 34 a 2 | 3 | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |
| Cristália | | | | | | | | | 31 a 34 |
| Cristiano Otoni | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Cristina | | | | | | 28 | | | 28 |
| Crucilândia | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Cruzeiro Da Fortaleza | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Cruzília | 30 a 31 | 32 a 1 | 2 | 30 a 31 | 29 + 32 a 3 | 4 | 30 a 31 | 29 + 32 a 5 | 28 + 6 |
| Cuparaque | | | | | | | | | 31 a 36 |
| Curvelo | 31 a 33 | 34 | 35 a 36 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Datas | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Delfinópolis | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 4 | 29 | 5 |
| Delta | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Descoberto | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Desterro De Entre Rios | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Desterro Do Melo | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Diamantina | 31 a 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Diogo De Vasconcelos | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Dionísio | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | 3 |
| Divinésia | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Divino | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Divino Das Laranjeiras | | | | | | 31 a 34 | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 a 36 |
| Divinolândia De Minas | | | 31 a 35 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 30 |
| Divinópolis | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Divisa Nova | | | 30 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Dom Bosco | 33 | 32 + 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Dom Cavati | | | 34 | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 1 a 2 + 30 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Dom Joaquim | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Dom Silvério | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Dom Viçoso | | 30 a 31 | 32 | | 29 a 31 | 28 + 32 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Dona Eusébia | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Dores De Campos | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Dores De Guanhães | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Dores Do Indaiá | 31 a 35 | 36 | | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Dores Do Turvo | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 + 29 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Doresópolis | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 2 | 30 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Douradoquara | 31 a 36 | | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 | 3 |
| Durandé | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Elói Mendes | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 | | 30 | 29 + 31 |
| Engenheiro Caldas | | | | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 |
| Engenheiro Navarro | | | 31 a 34 | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Entre Folhas | | | 31 a 35 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Entre Rios De Minas | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Ervália | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | |
| Esmeraldas | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Espera Feliz | 32 a 35 | 30 a 31 + 36 a 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Estiva | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Estrela Dalva | 31 a 33 | 30 + 34 | 35 a 36 | 30 a 35 | 36 a 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 a 4 |
| Estrela Do Indaiá | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Estrela Do Sul | 31 a 36 | 1 | | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Eugenópolis | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 a 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Ewbank Da Câmara | 30 a 1 | 2 | | 30 a 3 | 29 | 4 | 30 a 4 | 29 | 5 |
| Extrema | | | 30 a 33 | | 30 | 27 a 29 + 31 a 33 | | 28 a 30 | 27 + 31 a 33 |
| Fama | | | 30 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Faria Lemos | 33 a 35 | 30 a 32 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 a 3 | | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Felício Dos Santos | | 31 a 34 | 35 a 36 | 31 a 35 | 36 a 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Felisburgo | | | | | | 35 | | 36 | 34 a 35 + 1 a 3 |
| Felixlândia | 32 a 34 | 31 + 35 | | 31 a 35 | 36 | 1 | 31 a 36 | 1 | 30 |
| Fernandes Tourinho | | | | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 30 + 1 |
| Ferros | 31 a 34 | 35 | 36 a 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 a 3 | |
| Fervedouro | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Florestal | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Formiga | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Formoso | 33 a 35 | 32 | 31 + 36 | 32 a 36 | 31 | 1 | 32 a 1 | 31 | 2 |
| Fortaleza De Minas | | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 4 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 5 |
| Fortuna De Minas | 31 a 34 | 35 a 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Francisco Badaró | | | | | | | | | 31 a 33 |
| Francisco Dumont | | 32 | 31 + 33 a 34 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Francisco Sá | | | | | | 31 a 32 | | 32 a 34 | 31 + 35 |
| Franciscópolis | | | 34 | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | 1 a 2 |
| Frei Gaspar | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Frei Inocêncio | | | | | 34 | 31 a 33 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Frei Lagonegro | | | 31 a 34 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 | 31 a 35 | 36 a 2 | |
| Fronteira | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 1 | 2 | 3 a 4 |
| Fronteira Dos Vales | | | | | | 35 | | 35 a 2 | 34 + 3 |
| Fruta De Leite | | | | | | | | | 31 |
| Frutal | 33 a 35 | 32 + 36 | 31 + 1 | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Funilândia | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Galiléia | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Glaucilândia | | | | | | 31 a 34 | | 32 a 35 | 31 + 36 |
| Goiabeira | | | | | | | | | 31 a 36 |
| Goianá | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Gonçalves | | | | | | 27 | | | 27 |
| Gonzaga | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Gouveia | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Governador Valadares | | | | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Grão Mogol | | | | | | 31 | | 32 | 31 + 33 a 35 |
| Grupiara | 31 a 36 | | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Guanhães | | 31 a 35 | 30 + 36 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Guapé | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Guaraciaba | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | 29 |
| Guaraciama | | | 31 | | 32 a 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 31 + 35 a 36 | |
| Guaranésia | | 31 a 33 | 34 a 3 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 4 | 30 | 31 a 33 | 34 a 5 + 29 |
| Guarani | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Guarará | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Guarda-Mor | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Guaxupé | | 31 a 32 | 33 a 3 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 4 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 5 |
| Guidoval | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Guimarânia | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Guiricema | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | |
| Gurinhatã | 33 a 36 | 31 a 32 | 1 | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | | 3 + 30 |
| Heliodora | | | | | | 29 | | | 28 a 29 |
| Iapu | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 35 | 36 | 1 a 2 + 30 |
| Ibertioga | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 29 a 3 | | 4 + 28 | 29 a 4 | | 5 + 28 |
| Ibiá | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 29 | 30 a 4 | | 29 |
| Ibiaí | | | 32 | | 32 a 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 35 | 36 + 31 |
| Ibiracatu | | | | | | | | | 32 a 34 |
| Ibiraci | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 4 | 29 | 5 |
| Ibirité | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Ibituruna | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Icaraí De Minas | | | | | 32 a 33 | 31 + 34 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 |
| Igarapé | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Igaratinga | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Iguatama | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Ijaci | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 1 | 30 a 33 | 34 a 2 | 29 | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |
| Ilicínea | | 31 a 32 | 30 + 33 | 30 | 31 a 32 | 33 | 30 | 31 a 32 | 33 + 29 |
| Imbé De Minas | | | 33 a 34 | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 1 a 2 + 30 |
| Inconfidentes | | | | | | 28 a 29 | | | 27 a 29 |
| Indianópolis | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Ingaí | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 1 | 30 a 32 | 33 a 2 | 3 + 29 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 |
| Inhapim | | | 33 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 a 2 + 30 |
| Inhaúma | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | 30 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Inimutaba | 31 a 33 | 34 | 35 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Ipaba | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 36 | 1 | 2 a 3 + 30 |
| Ipanema | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 34 | 35 a 1 | 2 + 30 |
| Ipatinga | | 32 a 34 | 30 a 31 + 35 | 31 a 35 | 36 | 1 a 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Ipiaçu | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 | 3 |
| Iraí De Minas | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Itabira | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Itabirinha | | | | | | 34 a 36 | | 35 | 31 a 34 + 36 a 1 |
| Itabirito | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 28 a 29 |
| Itacambira | | | | | 32 | 31 + 33 a 35 | 32 | 33 a 35 | 36 + 31 |
| Itacarambi | | | | | | | | | 32 a 33 |
| Itaguara | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Itaipé | | | | | | 34 a 36 | | 35 | 31 a 34 + 36 a 1 |
| Itajubá | | | | | | 28 a 29 | | | 27 a 29 |
| Itamarandiba | | | 31 a 34 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 1 | 2 |
| Itamarati De Minas | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Itambacuri | | | | | 34 | 31 a 33 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 1 a 2 |
| Itambé Do Mato Dentro | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Itamogi | | 31 | 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Itamonte | | 30 | 27 a 29 + 31 a 32 | | 28 a 30 | 27 + 31 a 32 | 29 | 28 + 30 | 27 + 31 a 32 |
| Itanhandu | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 29 + 4 | 27 a 28 + 5 | 29 a 5 | 6 | 7 + 27 a 28 |
| Itanhomi | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Itapagipe | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 + 1 | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Itapecerica | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Itapeva | | | 30 | | | 27 a 30 | | 28 | 27 + 29 a 30 |
| Itatiaiuçu | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Itaú De Minas | 31 a 1 | | 2 a 3 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 | 5 |
| Itaúna | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | |
| Itaverava | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Itueta | | | | | | 33 | | | 31 a 36 |
| Ituiutaba | 33 a 36 | 31 a 32 | 1 | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Itumirim | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Iturama | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 32 a 36 | 31 + 1 | 2 | 31 a 2 | | 3 |
| Itutinga | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Jaboticatubas | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Jacinto | | | | | | 35 | | | 34 a 6 |
| Jacuí | | 31 | 32 a 35 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 35 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 35 |
| Jacutinga | | | 31 | | | 29 a 31 | | | 28 a 31 |
| Jaguaraçu | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Jampruca | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 35 | 36 a 1 |
| Janaúba | | | | | | | | | 31 a 33 |
| Januária | | | 32 a 34 | 33 | 32 + 34 a 35 | 31 + 36 | 32 a 35 | 36 | 31 |
| Japaraíba | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Japonvar | | | | | | | | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 |
| Jeceaba | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 + 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Jenipapo De Minas | | | | | | | | | 31 a 34 |
| Jequeri | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 a 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Jequitaí | | | 31 a 33 | 32 a 33 | 34 | 35 + 31 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 |
| Jequitibá | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Jequitinhonha | | | | | | | | | 35 a 1 |
| Jesuânia | | | | | | 29 | | 29 | 28 |
| Joaíma | | | | | | 35 | | | 34 a 3 |
| Joanésia | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| João Monlevade | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| João Pinheiro | 33 a 34 | 32 + 35 | 31 + 36 | 32 a 36 | 31 | 1 | 32 a 36 | 31 + 1 | 2 |
| Joaquim Felício | | 31 a 34 | 35 | 32 a 35 | 31 + 36 | | 32 a 36 | 31 + 1 | |
| Jordânia | | | | | | | | | 34 a 6 |
| José Gonçalves De Minas | | | | | | | | | 31 a 34 |
| José Raydan | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 36 | 31 a 34 | 35 a 1 | 2 |
| Josenópolis | | | | | | | | | 31 a 32 |
| Juatuba | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Juiz De Fora | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | 29 | 28 + 4 | 30 a 4 | 29 + 5 | 28 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Juramento | | | | | | 31 a 34 | | 32 a 34 | 31 + 35 a 36 |
| Juruaia | | 31 a 33 | 34 a 3 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 4 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 5 |
| Juvenília | | | | | | | | | 32 a 33 |
| Ladainha | | | | | | 33 a 36 | | 31 a 36 | 1 a 2 |
| Lagamar | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | | 3 + 30 |
| Lagoa Da Prata | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Lagoa Dos Patos | | | 32 | 32 | 33 a 34 | 35 + 31 | 32 a 34 | 35 | 36 + 31 |
| Lagoa Dourada | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Lagoa Formosa | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Lagoa Grande | 33 a 34 | 32 + 35 | 31 + 36 | 32 a 36 | 31 + 1 | | 31 a 1 | | 2 |
| Lagoa Santa | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Lajinha | | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 a 4 | |
| Lambari | | | | | | 29 | | | 28 a 29 |
| Lamim | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Laranjal | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 36 a 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Lassance | 32 a 33 | 31 + 34 | 35 | 32 a 35 | 31 + 36 | | 32 a 36 | 31 | 1 |
| Lavras | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 1 | 30 a 32 | 33 a 2 | 29 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 |
| Leandro Ferreira | 31 a 35 | 36 | | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Leme Do Prado | | | | | | 31 a 32 | | 31 a 33 | 34 |
| Leopoldina | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 a 4 |
| Liberdade | 30 a 3 | 29 | 27 a 28 + 4 | 29 a 4 | 28 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Lima Duarte | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 | 29 a 3 | 28 + 4 | 27 | 29 a 4 | 28 + 5 | 27 + 6 |
| Limeira Do Oeste | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | 1 | | 31 a 2 | | 30 |
| Lontra | | | | | | | | | 32 a 34 |
| Luisburgo | 34 a 35 | 30 a 33 + 36 | 1 a 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Luislândia | | | | | | 31 a 34 | | 32 a 35 | 31 + 36 |
| Luminárias | | 30 a 36 | 1 | 30 | 31 a 2 | 3 + 29 | 30 | 29 + 31 a 3 | 4 |
| Luz | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Machacalis | | | | | | 34 a 35 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 a 4 |
| Machado | | | 30 | | | 29 a 30 | | | 29 a 30 |
| Madre De Deus De Minas | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 29 + 3 | 28 + 4 | 29 a 3 | 4 | 5 + 28 |
| Malacacheta | | | 34 | | 35 | 31 a 34 + 36 | | 31 a 36 | 1 a 2 |
| Manga | | | | | | | | | 32 |
| Manhuaçu | | 30 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Manhumirim | 34 a 35 | 30 a 33 + 36 a 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 a 3 | | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Mantena | | | | | | 34 a 36 | | | 31 a 1 |
| Mar De Espanha | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 a 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| Maravilhas | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Mariana | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Marilac | | | | | 33 a 35 | 31 a 32 + 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Mário Campos | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Maripá De Minas | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Marliéria | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | 3 |
| Marmelópolis | | | | | | 27 | | | 27 |
| Martinho Campos | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Martins Soares | 34 a 35 | 30 a 33 + 36 a 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Materlândia | | 31 a 35 | 30 + 36 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Mateus Leme | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Mathias Lobato | | | | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 1 |
| Matias Barbosa | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 a 5 | |
| Matipó | | 30 a 35 | 36 a 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Matozinhos | 31 a 34 | 35 a 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Matutina | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Medeiros | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 29 | 30 a 4 | | 29 |
| Mendes Pimentel | | | | | | 33 a 35 | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 a 36 |
| Mercês | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Mesquita | | 32 a 34 | 30 a 31 + 35 | 31 a 35 | 36 | 1 a 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Minas Novas | | | | | | 31 a 35 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Minduri | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 + 3 | 4 | 30 a 3 | 29 + 4 a 5 | 28 + 6 |
| Mirabela | | | | | | 31 a 32 | | 32 a 34 | 31 + 35 |
| Miradouro | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Miraí | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | |
| Miravânia | | | | | | | | | 32 a 34 |
| Moeda | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 28 a 29 |
| Moema | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 1 | 30 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Monjolos | 31 a 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Monsenhor Paulo | | | 30 | | | 29 a 30 | | | 29 a 30 |
| Montalvânia | | | | | | | | 32 a 33 | 34 a 35 |
| Monte Alegre De Minas | 32 a 36 | 31 + 1 | | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Monte Belo | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Monte Carmelo | 31 a 36 | 1 | | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Monte Formoso | | | | | | 35 | | | 34 a 1 |
| Monte Santo De Minas | | 31 a 33 | 34 a 3 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 4 | 30 | 31 a 33 | 34 a 5 + 29 |
| Monte Sião | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 33 |
| Montes Claros | | | | | 32 | 31 + 33 a 34 | 32 | 33 a 34 | 35 a 36 + 31 |
| Morada Nova De Minas | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 31 a 36 | | 1 | 31 a 1 | | 2 + 30 |
| Morro Da Garça | 32 a 33 | 31 + 34 | 35 | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 36 | 1 | 30 |
| Morro Do Pilar | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Munhoz | | | | | | 27 a 28 | | | 27 a 28 |
| Muriaé | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | |
| Mutum | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 a 1 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 a 1 | 30 + 2 | 31 a 1 | 2 a 3 | 4 + 30 |
| Muzambinho | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Nacip Raydan | | | 34 | | 33 a 35 | 31 a 32 + 36 | 31 | 32 a 36 | 1 a 2 |
| Nanuque | | | | | | 34 a 1 | | 35 a 2 | 31 a 34 + 3 a 4 |
| Naque | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Natalândia | 33 | 32 + 34 | 31 + 35 a 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 | 32 a 36 | 31 + 1 | |
| Natércia | | | | | | | | | 28 |
| Nazareno | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Nepomuceno | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 30 a 32 | 33 a 2 | 29 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 |
| Nova Belém | | | | | | 34 a 36 | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 a 1 |
| Nova Era | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 a 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Nova Lima | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Nova Módica | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 35 | 36 a 1 |
| Nova Ponte | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Nova Porteirinha | | | | | | | | | 32 a 33 |
| Nova Resende | | | 30 a 31 | | | 29 a 31 | | | 29 a 31 |
| Nova Serrana | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 |
| Nova União | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Novo Cruzeiro | | | | | | 34 a 35 | | 35 | 31 a 34 + 36 |
| Novo Oriente De Minas | | | | | | 34 a 36 | | 35 a 36 | 31 a 34 + 1 a 3 |
| Olaria | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 | 29 a 3 | 28 + 4 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 | 27 + 6 |
| Olhos-D'Água | | 31 a 32 | 33 a 34 | 32 a 34 | 31 + 35 a 36 | | 32 a 36 | 31 + 1 | |
| Olímpio Noronha | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| Oliveira | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Oliveira Fortes | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Onça De Pitangui | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Oratórios | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 35 | 36 a 1 | | 30 a 1 | | 2 |
| Orizânia | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Ouro Branco | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Ouro Fino | | | 31 | | | 29 a 31 | | 29 | 28 + 30 a 31 |
| Ouro Preto | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Ouro Verde De Minas | | | | | | 33 a 1 | | 33 a 36 | 31 a 32 + 1 |
| Padre Carvalho | | | | | | | | | 31 |
| Padre Paraíso | | | | | | | | | 34 a 36 |
| Paineiras | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Pains | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Paiva | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Palma | 31 a 32 | 33 a 34 | 35 a 36 + 30 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Palmópolis | | | | | | 35 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 a 5 |
| Papagaios | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Pará De Minas | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Paracatu | 32 a 35 | 31 | 36 | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | | 2 |
| Paraguaçu | | | 30 a 31 | | | 29 a 31 | | | 29 a 31 |
| Paraisópolis | | | | | | 27 | | | 27 |
| Paraopeba | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Passa Quatro | 31 | 30 + 32 a 3 | 29 | 30 a 31 | 29 + 32 a 4 | 27 a 28 + 5 | 29 a 31 | 32 a 6 | 7 + 27 a 28 |
| Passa Tempo | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Passabém | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Passa-Vinte | 30 a 3 | | 4 + 27 a 29 | 29 a 4 | 28 + 5 | 27 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Passos | 31 a 36 | 1 | 2 a 3 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 | 5 |
| Patis | | | | | | 31 | | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 |
| Patos De Minas | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Patrocínio | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Patrocínio Do Muriaé | 31 | 30 + 32 a 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Paula Cândido | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Paulistas | | 31 a 34 | 35 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 30 |
| Pavão | | | | | | 34 a 1 | | 35 a 1 | 31 a 34 + 2 a 3 |
| Peçanha | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Pedra Bonita | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 a 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | |
| Pedra Do Anta | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Pedra Do Indaiá | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 2 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | |
| Pedra Dourada | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Pedralva | | | | | | 28 | | | 28 |
| Pedras De Maria Da Cruz | | | | | | | | 32 a 33 | 34 |
| Pedrinópolis | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Pedro Leopoldo | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Pedro Teixeira | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 28 + 4 | 29 a 4 | | 5 + 28 |
| Pequeri | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 a 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| Pequi | 31 a 34 | 35 a 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Perdigão | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 1 | 2 | 31 a 32 | 30 + 33 a 2 | 3 |
| Perdizes | 31 a 1 | 2 | 30 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Perdões | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 1 | 30 a 33 | 34 a 2 | 29 | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Periquito | | | 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 | 31 a 35 | 36 | 1 a 2 + 30 |
| Pescador | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 35 | 36 a 1 |
| Piau | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Piedade De Caratinga | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Piedade De Ponte Nova | 31 a 32 | 30 + 33 a 34 | 35 a 36 | 30 a 35 | 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 |
| Piedade Do Rio Grande | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 29 a 3 | | 4 + 28 | 29 a 4 | | 5 + 28 |
| Piedade Dos Gerais | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Pimenta | 31 a 36 | | 1 + 30 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Pingo-D'Água | | | 31 a 35 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Pintópolis | | | 32 | | 32 a 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 35 | 36 + 31 |
| Piracema | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Pirajuba | 33 a 36 | 32 | 31 + 1 | 31 a 1 | 2 | | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Piranga | 30 a 36 | | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Piranguçu | | | | | | 28 | | | 27 a 28 |
| Piranguinho | | | | | | 28 | | | 27 a 28 |
| Pirapetinga | 31 a 32 | 30 + 33 a 34 | 35 a 36 | 30 a 35 | 36 a 1 | | 30 a 1 | | 2 a 4 |
| Pirapora | | 32 | 31 + 33 a 34 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | |
| Piraúba | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Pitangui | 31 a 35 | 36 | | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Piumhi | 31 a 36 | 1 | 30 | 30 a 2 | | 3 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Planura | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 2 | 3 | |
| Poço Fundo | | | 30 | | | 29 a 30 | | 29 | 30 |
| Pocrane | | | | | | 31 a 35 | | 31 a 35 | 36 a 1 |
| Pompéu | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | | 2 + 30 |
| Ponte Nova | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Ponto Chique | | | | | 32 a 34 | 31 + 35 | 32 a 34 | 35 | 36 + 31 |
| Ponto Dos Volantes | | | | | | | | | 35 a 36 |
| Porteirinha | | | | | | | | | 31 a 32 |
| Porto Firme | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 |
| Poté | | | | | 35 | 31 a 34 + 36 a 1 | | 31 a 36 | 1 a 2 |
| Pouso Alegre | | | | | | 28 | | | 27 a 28 |
| Pouso Alto | 30 a 31 | 32 a 3 | 29 | 30 a 31 | 29 + 32 a 4 | 27 a 28 + 5 | 29 a 31 | 32 a 5 | 6 a 7 + 27 a 28 |
| Prados | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 + 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Prata | 32 a 36 | 31 + 1 | | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 4 + 30 |
| Pratápolis | 31 a 32 | 33 a 1 | 2 a 3 + 30 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 4 | 5 |
| Pratinha | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | | 30 a 4 | | 29 |
| Presidente Bernardes | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Presidente Juscelino | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | 1 | 30 | 31 a 1 | | 2 + 30 |
| Presidente Kubitschek | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Presidente Olegário | 32 a 36 | 31 | 1 | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Prudente De Morais | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Quartel Geral | 31 a 36 | | 1 | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Queluzito | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| Raposos | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Raul Soares | | 31 a 34 | 30 + 35 | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 |
| Recreio | 31 a 32 | 30 + 33 a 34 | 35 a 36 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 |
| Reduto | 34 a 35 | 30 a 33 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| Resende Costa | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Resplendor | | | | | | | | | 31 a 36 |
| Ressaquinha | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Riachinho | | 32 a 34 | 31 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Riacho Dos Machados | | | | | | | | | 31 a 33 |
| Ribeirão Das Neves | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Ribeirão Vermelho | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 1 | 30 a 33 | 34 a 2 | 29 | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |
| Rio Acima | 30 a 1 | 2 | | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Rio Casca | | 30 a 34 | 35 | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 |
| Rio Do Prado | | | | | | 35 | | 36 a 2 | 34 a 35 + 3 a 4 |
| Rio Doce | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Rio Espera | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Rio Manso | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Rio Novo | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Rio Paranaíba | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 | 3 | 30 a 3 | | 4 |
| Rio Piracicaba | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | |
| Rio Pomba | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Rio Preto | 30 a 2 | 3 | 27 a 29 | 29 a 3 | 28 + 4 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 | 27 + 6 |
| Rio Vermelho | | 31 a 34 | 35 a 36 | 31 a 35 | 36 a 1 | 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| Ritápolis | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Rochedo De Minas | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rodeiro | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Romaria | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Rosário Da Limeira | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | |
| Rubim | | | | | | 35 | | | 34 a 4 |
| Sabará | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Sabinópolis | 31 a 34 | 35 | 36 a 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 a 3 | 30 |
| Sacramento | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 4 | 29 | 5 |
| Salto Da Divisa | | | | | | 5 a 7 + 36 | | 1 a 7 | 33 a 36 + 8 a 9 |
| Santa Bárbara | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Santa Bárbara Do Leste | | 33 a 34 | 30 a 32 + 35 a 36 | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | 3 |
| Santa Bárbara Do Monte Verde | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 + 5 | 30 a 4 | 29 + 5 | 28 + 6 |
| Santa Bárbara Do Tugúrio | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Santa Cruz De Minas | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Santa Cruz Do Escalvado | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 35 | 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Efigênia De Minas | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Santa Fé De Minas | | 32 | 33 a 34 | 32 a 33 | 34 | 35 + 31 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 |
| Santa Helena De Minas | | | | | | 34 a 35 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 a 4 |
| Santa Juliana | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 + 3 | | 30 a 3 | 4 | |
| Santa Luzia | 31 a 36 | 30 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Santa Margarida | 32 a 35 | 30 a 31 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Santa Maria De Itabira | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Santa Maria Do Salto | | | | | | | | 2 | 33 a 1 + 3 a 7 |
| Santa Maria Do Suaçuí | | | 33 a 34 | | 31 a 35 | 36 | 31 a 34 | 35 a 1 | 2 |
| Santa Rita De Ibitipoca | 30 a 2 | | 3 + 29 | 29 a 3 | | 4 + 28 | 29 a 4 | | 5 + 28 |
| Santa Rita De Jacutinga | 30 a 3 | | 4 + 27 a 29 | 29 a 4 | 28 | 27 + 5 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Santa Rita De Minas | | 34 | 30 a 33 + 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 |
| Santa Rita Do Itueto | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 |
| Santa Rita Do Sapucaí | | | | | | 28 | | | 28 |
| Santa Rosa Da Serra | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Santa Vitória | 33 a 35 | 31 a 32 + 36 | | 31 a 1 | | 2 + 30 | 31 a 2 | | 3 + 30 |
| Santana Da Vargem | | 31 | 30 + 32 a 1 | | 30 a 31 | 32 a 3 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 4 |
| Santana De Cataguases | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Santana De Pirapama | 31 a 34 | 35 a 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Santana Do Deserto | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 a 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 a 5 | 6 |
| Santana Do Garambéu | 30 a 2 | 3 | 27 a 29 | 29 a 3 | | 4 + 27 a 28 | 29 a 4 | 5 | 6 + 28 |
| Santana Do Jacaré | 31 a 33 | 34 a 36 | 1 + 30 | 30 a 33 | 34 a 2 | | 30 a 33 | 34 a 3 | 4 + 29 |
| Santana Do Manhuaçu | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 a 3 | |
| Santana Do Paraíso | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 3 + 30 |
| Santana Do Riacho | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Santana Dos Montes | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Santo Antônio Do Amparo | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 1 | 30 a 32 | 33 a 2 | 29 | 30 a 32 | 33 a 3 | 4 + 29 |
| Santo Antônio Do Aventureiro | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Santo Antônio Do Grama | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 36 | 30 a 35 | 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 |
| Santo Antônio Do Itambé | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Santo Antônio Do Jacinto | | | | | | 35 | | 36 a 2 | 33 a 35 + 3 a 6 |
| Santo Antônio Do Monte | 31 a 32 | 33 a 36 | 1 + 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 1 | 2 | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | |
| Santo Antônio Do Rio Abaixo | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Santo Hipólito | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | | 1 + 30 | 31 a 1 | | 2 + 30 |
| Santos Dumont | 30 a 1 | 2 | | 30 a 3 | 29 | | 30 a 4 | 29 | 5 |
| São Bento Abade | | 30 a 31 | 32 a 1 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 3 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 4 |
| São Brás Do Suaçuí | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 |
| São Domingos Das Dores | | | 34 | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 1 a 2 + 30 |
| São Domingos Do Prata | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| São Félix De Minas | | | | | | 33 a 35 | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 a 36 |
| São Francisco | | | | | 32 a 33 | 31 + 34 | 32 a 33 | 34 | 35 a 36 + 31 |
| São Francisco De Paula | 31 a 33 | 34 a 36 | 1 + 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 2 | | 30 a 33 | 34 a 3 | |
| São Francisco De Sales | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 + 1 | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 2 | | 3 |
| São Francisco Do Glória | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| São Geraldo | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| São Geraldo Da Piedade | | | 33 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 | 31 a 35 | 36 | 1 a 2 + 30 |
| São Geraldo Do Baixio | | | | | | | | | 31 a 36 |
| São Gonçalo Do Abaeté | 32 a 35 | 31 | 36 | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | | 2 |
| São Gonçalo Do Pará | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| São Gonçalo Do Rio Abaixo | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | |
| São Gonçalo Do Rio Preto | | 31 a 35 | 36 | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| São Gonçalo Do Sapucaí | | | | | | 29 | | 29 | |
| São Gotardo | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| São João Batista Do Glória | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| São João Da Lagoa | | | | | 32 a 34 | 31 + 35 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 |
| São João Da Mata | | | | | | 29 | | | 29 |
| São João Da Ponte | | | | | | | | | 31 a 34 |
| São João Das Missões | | | | | | | | | 32 a 34 |
| São João Del Rei | 30 a 1 | | 2 + 29 | 30 a 2 | 29 + 3 | | 30 a 3 | 29 + 4 | 28 + 5 |
| São João Do Manhuaçu | 34 a 35 | 30 a 33 + 36 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | 4 |
| São João Do Manteninha | | | | | | 34 a 35 | | | 31 a 36 |
| São João Do Oriente | | | 33 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 a 2 + 30 |
| São João Do Pacuí | | | | | | 31 a 35 | 32 | 33 a 35 | 36 + 31 |
| São João Evangelista | | 32 a 34 | 31 + 35 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 30 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São João Nepomuceno | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| São Joaquim De Bicas | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| São José Da Barra | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| São José Da Lapa | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| São José Da Safira | | | 34 | | 33 a 35 | 31 a 32 + 36 | | 31 a 36 | 1 a 2 |
| São José Da Varginha | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| São José Do Alegre | | | | | | 28 | | | 28 |
| São José Do Divino | | | | | | 33 a 36 | | 33 a 35 | 31 a 32 + 36 a 1 |
| São José Do Goiabal | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 |
| São José Do Jacuri | | | 31 a 34 | 31 a 33 | 34 a 35 | 36 a 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| São José Do Mantimento | | 33 a 34 | 30 a 32 + 35 a 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 a 1 | 30 + 2 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 |
| São Lourenço | | 30 | 31 | | 29 a 30 | 28 + 31 | | 29 a 30 | 28 + 31 |
| São Miguel Do Anta | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| São Pedro Da União | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| São Pedro Do Suaçuí | | | 31 a 34 | 31 a 33 | 34 a 35 | 36 a 1 + 30 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| São Pedro Dos Ferros | | 31 a 34 | 30 + 35 | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 |
| São Romão | | | 32 a 33 | 32 a 33 | 34 | 35 + 31 | 32 a 34 | 35 | 36 + 31 |
| São Roque De Minas | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 4 | 29 | 5 |
| São Sebastião Da Bela Vista | | | | | | 28 a 29 | | | 28 a 29 |
| São Sebastião Da Vargem Alegre | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | |
| São Sebastião Do Anta | | | | | 33 a 34 | 30 a 32 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 30 + 1 |
| São Sebastião Do Maranhão | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 36 | 31 a 34 | 35 a 1 | 2 |
| São Sebastião Do Oeste | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 | 2 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| São Sebastião Do Paraíso | | 31 a 32 | 33 a 3 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 4 | | 29 a 32 | 33 a 5 |
| São Sebastião Do Rio Preto | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| São Sebastião Do Rio Verde | 31 a 32 | 30 + 33 a 3 | 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 4 | 28 + 5 | 29 a 32 | 33 a 5 | 6 a 7 + 27 a 28 |
| São Thomé Das Letras | | 30 a 31 | 32 a 2 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 4 | | 29 a 31 | 32 a 5 |
| São Tiago | 31 a 36 | 30 + 1 | | 30 a 1 | 2 | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| São Tomás De Aquino | | 31 a 33 | 34 a 3 | 30 | 31 a 33 | 34 a 4 + 29 | 30 | 29 + 31 a 33 | 34 a 5 |
| São Vicente De Minas | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 29 + 3 | 28 + 4 | 29 a 3 | 4 a 5 | 6 + 28 |
| Sapucaí-Mirim | | | | | | 27 | | | 27 |
| Sardoá | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Sarzedo | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Sem-Peixe | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 36 | 30 a 35 | 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 |
| Senador Cortes | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 |
| Senador Firmino | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Senador José Bento | | | | | | | | | 28 |
| Senador Modestino Gonçalves | | 31 a 34 | 35 | 31 a 35 | 36 | 1 | 31 a 36 | 1 | 2 |
| Senhora De Oliveira | 30 a 35 | 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Senhora Do Porto | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 30 + 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 a 3 | |
| Senhora Dos Remédios | 30 a 36 | 1 | | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | 29 | 4 |
| Sericita | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Seritinga | 30 a 2 | 29 + 3 | 27 a 28 + 4 | 29 a 3 | 4 | 5 + 27 a 28 | 29 a 5 | 28 + 6 | 27 + 7 |
| Serra Azul De Minas | 31 a 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 31 a 1 | 2 a 3 | 30 |
| Serra Da Saudade | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Serra Do Salitre | 31 a 1 | | 2 + 30 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | |
| Serra Dos Aimorés | | | | | | 34 a 36 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 a 5 |
| Serrania | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 | | 30 | 29 + 31 |
| Serranópolis De Minas | | | | | | | | | 31 a 32 |
| Serranos | 30 a 2 | | 3 + 29 | 29 a 3 | 4 | 5 + 27 a 28 | 29 a 4 | 5 | 6 a 7 + 27 a 28 |
| Serro | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 1 | 2 | 3 + 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Sete Lagoas | 31 a 34 | 35 | 36 + 30 | 31 a 36 | 30 | 1 | 31 a 1 | 30 + 2 | |
| Setubinha | | | | | | 31 a 36 | | 31 a 36 | 1 |
| Silveirânia | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 29 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Silvianópolis | | | | | | 29 | | | 28 a 29 |
| Simão Pereira | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 29 + 4 a 5 | 6 |
| Simonésia | | 31 a 35 | 30 + 36 | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 |
| Sobrália | | | | | 32 a 34 | 30 a 31 + 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 1 + 30 |
| Soledade De Minas | | 30 a 31 | 32 a 34 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 34 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 34 |
| Tabuleiro | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 | 30 a 3 | | 4 + 29 |
| Taparuba | | | 33 | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 |
| Tapira | 31 a 2 | | 3 + 30 | 30 a 3 | | 4 + 29 | 30 a 4 | 29 | 28 + 5 |
| Tapiraí | 31 a 1 | 2 | 30 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | 4 | 29 |
| Taquaraçu De Minas | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | 2 | 3 | 30 a 2 | 3 | 4 |
| Tarumirim | | | | | 33 a 34 | 31 a 32 + 35 | | 31 a 35 | 36 a 1 |
| Teixeiras | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Teófilo Otoni | | | | | | 33 a 1 | | 33 a 36 | 31 a 32 + 1 a 2 |
| Timóteo | | 31 a 34 | 30 + 35 | 31 a 35 | 36 | 1 a 2 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 3 + 30 |
| Tiradentes | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 29 | 3 | 30 a 3 | 29 + 4 | |
| Tiros | 31 a 36 | | 1 | 31 a 1 | 2 | 30 | 31 a 2 | 3 | 30 |
| Tocantins | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | 29 |
| Tocos Do Moji | | | | | | 27 | | | 27 |
| Toledo | | | | | | 27 a 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 |
| Tombos | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 1 | 2 a 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Três Corações | | 30 a 31 | 32 a 35 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 35 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 35 |
| Três Marias | 32 a 34 | 31 + 35 | | 31 a 35 | 36 | | 31 a 36 | 1 | |
| Três Pontas | | | 30 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Tumiritinga | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Tupaciguara | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 30 + 2 | 3 | 31 a 2 | 30 + 3 | |
| Turmalina | | | | | | 31 a 34 | | 31 a 34 | 35 a 36 |
| Turvolândia | | | 30 | | | 29 a 30 | | 29 | 30 |
| Ubá | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 + 29 |
| Ubaí | | | | | 32 a 33 | 31 + 34 a 35 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 |
| Ubaporanga | | | 31 a 34 | | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 31 a 34 | 35 a 36 | 1 a 2 + 30 |
| Uberaba | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Uberlândia | 31 a 36 | 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Umburatiba | | | | | | 34 a 36 | | 35 a 2 | 33 a 34 + 3 a 4 |
| Unaí | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 2 | |
| União De Minas | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | 1 | | 31 a 2 | | 3 + 30 |
| Uruana De Minas | 33 | 32 + 34 | 31 + 35 a 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 | 32 a 36 | 31 + 1 | |
| Urucânia | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 36 | 30 a 35 | 36 | 1 | 30 a 36 | 1 | 2 |
| Urucuia | | 32 | 33 a 34 | 32 a 33 | 34 a 35 | 36 + 31 | 32 a 34 | 35 a 36 | 31 |
| Vargem Alegre | | | 31 a 35 | | 31 a 36 | 30 + 1 | 31 a 35 | 36 a 1 | 2 + 30 |
| Vargem Bonita | 31 a 36 | 1 | 2 + 30 | 30 a 2 | 3 | 4 + 29 | 30 a 3 | 4 | 5 + 29 |
| Varginha | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 | | 30 | 29 + 31 |
| Varjão De Minas | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 1 | | 2 | 31 a 2 | | 3 |
| Várzea Da Palma | | 32 a 33 | 31 + 34 | 32 a 34 | 31 + 35 | 36 | 32 a 35 | 31 + 36 | 1 |
| Varzelândia | | | | | | | | | 32 a 33 |
| Vazante | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 36 | 1 | | 31 a 1 | 2 | 30 |
| Verdelândia | | | | | | | | | 32 |
| Veredinha | | | | | 31 | 32 a 35 | 32 | 31 + 33 a 35 | 36 |
| Veríssimo | 32 a 36 | 31 + 1 | 2 | 31 a 2 | 30 | 3 | 31 a 3 | 30 | 4 |
| Vermelho Novo | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 31 a 36 | 30 + 1 a 2 | 3 |
| Vespasiano | 31 a 35 | 30 + 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | 3 | |
| Viçosa | 31 a 34 | 30 + 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | | 30 a 1 | 2 | |
| Vieiras | 31 a 35 | 30 + 36 a 1 | 2 | 30 a 2 | 3 | | 30 a 3 | | 4 |
| Virgem Da Lapa | | | | | | | | | 31 a 32 |
| Virgínia | | 30 a 32 | 33 a 3 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 a 5 | 29 a 30 | 31 a 32 | 33 a 7 + 27 a 28 |
| Virginópolis | | 33 a 34 | 30 a 32 + 35 | 31 a 35 | 36 | 1 + 30 | 31 a 36 | 1 a 2 | 3 + 30 |
| Virgolândia | | | 32 a 34 | | 31 a 35 | 36 | 31 a 34 | 35 a 1 | 2 |
| Visconde Do Rio Branco | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | 1 | 30 a 1 | | 2 | 30 a 2 | | 3 |
| Volta Grande | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 36 | 30 a 36 | 1 | 2 | 30 a 1 | 2 | 3 a 4 |
| Wenceslau Braz | | | | | | 28 | | | 27 a 28 |

## PORTARIA Nº 390, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 317 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo de sequeiro, no Estado de São Paulo conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV, temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA): O ISNA para mudas simples que deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 nas Fase II e III; e 0,50 na Fase IV; Para a mudas altas ou mudão o ISNA deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 na Fase III; e 0,50 na Fase IV;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| **MUNICÍPIOS** | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Adamantina | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Adolfo | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Aguaí | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Águas De Lindóia | | | 30 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 33 |
| Águas De Santa Bárbara | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 27 + 35 |
| Águas De São Pedro | | | | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Agudos | | | 31 a 32 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 28 + 35 |
| Alambari | | 32 | 29 a 31 + 33 a 34 | | 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 22 a 27 + 36 |
| Alfredo Marcondes | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Altair | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Altinópolis | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Alto Alegre | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Alumínio | | 31 | 30 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 a 36 + 22 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 |
| Álvares Florence | | | | | | | | | 30 |
| Álvares Machado | | | | | 30 a 32 | 33 a 34 | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 |
| Álvaro De Carvalho | | | | | | 29 a 33 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Alvinlândia | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 28 + 34 |
| Americana | | | | | | 29 a 30 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Américo Brasiliense | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Américo De Campos | | | | | | | | | 30 |
| Amparo | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 |
| Analândia | | | | | 30 | 29 + 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Andradina | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Angatuba | | 32 | 29 a 31 + 33 | 29 | 28 + 30 a 34 | 26 a 27 + 35 + 22 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 35 | 22 a 26 + 36 |
| Anhembi | | | | | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Anhumas | | | 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 |
| Aparecida | | | 29 a 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 |
| Aparecida D'Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Apiaí | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 28 | 23 a 24 | 22 + 29 a 30 | 25 a 28 | 23 a 24 | 22 + 29 a 30 |
| Araçariguama | | | 30 a 33 | | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 + 22 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 |
| Araçatuba | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Araçoiaba Da Serra | | 31 a 32 | 29 a 30 + 33 a 34 | | 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 26 a 27 + 22 |
| Aramina | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Arandu | | 31 | 30 + 32 a 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 34 | 26 a 27 + 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 + 22 |
| Arapeí | 30 | 31 | 32 + 27 a 29 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 33 a 34 | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 26 + 35 |
| Araraquara | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Araras | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Arco-Íris | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Arealva | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Areias | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 33 a 34 | 29 a 32 | 28 + 33 | 26 a 27 + 34 a 35 |
| Areiópolis | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 a 31 | 29 + 32 | 28 + 33 a 34 |
| Ariranha | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Artur Nogueira | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 a 33 + 29 |
| Arujá | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 26 + 35 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 26 + 36 |
| Aspásia | | | | | | | | | 30 |
| Assis | | | | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 | | 28 a 34 | 27 + 35 |
| Atibaia | | | 29 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 26 a 28 + 33 a 34 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 35 |
| Auriflama | | | | | | | | | 30 |
| Avaí | | | | | | 29 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Avanhandava | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 32 |
| Avaré | | 31 | 30 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 27 + 34 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 + 22 |
| Bady Bassitt | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Balbinos | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Bálsamo | | | | | | | | | 30 a 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bananal | 30 | 31 | 32 + 27 a 29 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 33 a 34 | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 26 + 35 |
| Barão De Antonina | | | 30 a 32 | | 27 a 30 | 26 + 31 a 32 + 22 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 a 32 |
| Barbosa | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Bariri | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Barra Bonita | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 |
| Barra Do Chapéu | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Barra Do Turvo | 26 a 31 | 22 a 25 + 32 a 34 | 35 a 36 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 36 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 36 |
| Barretos | | | | | | | | | 30 |
| Barrinha | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Barueri | | 31 | 29 a 30 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 34 | 26 a 28 + 35 + 22 | 30 a 33 | 29 + 34 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 |
| Bastos | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Batatais | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Bauru | | | | | | 29 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Bebedouro | | | | | | | | | 30 |
| Bento De Abreu | | | | | | | | 30 | 31 a 32 |
| Bernardino De Campos | | | 31 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 27 + 34 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 + 22 |
| Bertioga | 31 a 35 | 26 a 30 + 36 | 22 | 27 a 36 | 22 a 26 | | 26 a 36 | 22 a 25 | |
| Bilac | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Birigui | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Biritiba-Mirim | 31 a 32 | 27 a 30 + 33 a 35 | 26 + 36 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 | 22 a 25 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 | 22 a 25 |
| Boa Esperança Do Sul | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Bocaina | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Bofete | | | 30 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 a 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 | 26 a 27 + 34 a 35 |
| Boituva | | | 32 | | 29 | 28 + 30 a 34 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Bom Jesus Dos Perdões | | | 29 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 34 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 |
| Bom Sucesso De Itararé | | 26 a 27 | 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Borá | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 |
| Boracéia | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Borborema | | | | | | | | | 30 a 32 |
| Borebi | | | 31 a 32 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 30 a 32 | 29 + 33 | 27 a 28 + 34 a 35 |
| Botucatu | | | 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 35 |
| Bragança Paulista | | | 30 a 31 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 |
| Braúna | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 32 |
| Brejo Alegre | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Brodowski | | | | | 30 | 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Brotas | | | | | | 29 a 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Buri | | 30 a 33 | 26 a 29 + 34 a 36 | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 25 | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 25 |
| Buritama | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Buritizal | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Cabrália Paulista | | | 32 | | 31 a 32 | 29 a 30 + 33 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 28 + 34 |
| Cabreúva | | | 31 a 32 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 |
| Caçapava | | | 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 |
| Cachoeira Paulista | | 29 a 30 | 31 a 32 | 29 a 30 | 31 a 32 | 33 a 34 + 27 a 28 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 27 + 34 a 35 |
| Caconde | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 |
| Cafelândia | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 33 |
| Caiabu | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Caieiras | | | 29 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caiuá | | | | | 30 | 31 a 34 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 |
| Cajamar | | | 30 a 33 | | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 |
| Cajati | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Cajobi | | | | | | | | | 30 |
| Cajuru | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Campina Do Monte Alegre | | 31 a 33 | 27 a 30 + 34 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 35 + 22 | 23 a 26 + 36 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 26 |
| Campinas | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 a 33 |
| Campo Limpo Paulista | | | 30 a 31 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 26 a 28 + 34 |
| Campos Novos Paulista | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 34 | 27 + 35 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cananéia | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Canas | | | 29 a 32 | 29 a 30 | 31 a 32 | 33 + 27 a 28 | 29 a 31 | 32 a 33 | 34 + 27 a 28 |
| Cândido Mota | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 a 35 |
| Cândido Rodrigues | | | | | | | | | 30 |
| Canitar | | | 31 a 33 | | 28 a 34 | 27 + 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 35 | 26 a 27 + 36 + 22 |
| Capão Bonito | 31 | 27 a 30 + 32 a 35 | 25 a 26 + 36 | 22 + 27 a 32 | 23 a 26 + 33 a 36 | | 22 + 27 a 32 | 23 a 26 + 33 a 36 | |
| Capela Do Alto | | 32 | 31 + 33 | | 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 | 30 a 32 | 29 + 33 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 |
| Capivari | | | | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Caraguatatuba | 31 a 32 | 27 a 30 + 33 a 35 | 26 + 36 | 30 a 35 | 26 a 29 + 36 | 22 a 25 | 29 a 36 | 25 a 28 | 22 a 24 |
| Carapicuíba | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 + 22 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 26 + 36 + 22 |
| Cardoso | | | | | | | | | 30 |
| Casa Branca | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Cássia Dos Coqueiros | | | | | 30 | 29 + 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Castilho | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Catanduva | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Catiguá | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Cedral | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Cerqueira César | | 31 | 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 27 + 34 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 + 22 |
| Cerquilho | | | | | | 28 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Cesário Lange | | | 32 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Charqueada | | | | | | 29 a 31 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Chavantes | | | 31 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 34 | 27 + 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 35 | 26 a 27 + 36 + 22 |
| Clementina | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 32 |
| Colina | | | | | | | | | 30 |
| Colômbia | | | | | | | | | 30 |
| Conchal | | | | | | 29 a 31 | 30 | | 29 + 31 a 32 |
| Conchas | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Cordeirópolis | | | | | | 29 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Coroados | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Coronel Macedo | | 31 | 28 a 30 + 32 a 33 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 a 33 | 29 | 26 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 a 33 |
| Corumbataí | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Cosmópolis | | | | | | 29 a 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Cosmorama | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Cotia | 31 a 32 | 30 + 33 a 34 | 26 a 29 + 35 a 36 | 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 | 23 a 25 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 | 23 a 25 |
| Cravinhos | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Cristais Paulista | | | 30 | 30 | 29 | 31 | 30 a 31 | 29 | 32 |
| Cruzália | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 35 |
| Cruzeiro | | 29 a 30 | 28 + 31 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 27 + 34 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cubatão | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 a 25 | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | |
| Cunha | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 26 + 32 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 26 + 32 |
| Descalvado | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Diadema | 31 a 33 | 30 + 34 a 35 | 26 a 29 + 36 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Dirce Reis | | | | | | | | | 30 |
| Dobrada | | | | | | | | | 30 |
| Dois Córregos | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 |
| Dolcinópolis | | | | | | | | | 30 |
| Dourado | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Dracena | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Duartina | | | | | 31 | 29 a 30 + 32 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 |
| Dumont | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Echaporã | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 | 29 + 31 a 34 | 27 a 28 + 35 |
| Eldorado | 30 a 36 | 26 a 29 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Elias Fausto | | | | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Elisiário | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Embaúba | | | | | | | | | 30 |
| Embu Das Artes | | 30 a 34 | 26 a 29 + 35 | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 | 22 a 26 + 36 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 | 23 a 25 |
| Embu-Guaçu | 31 a 34 | 27 a 30 + 35 a 36 | 26 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 22 a 28 | |
| Emilianópolis | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 34 |
| Engenheiro Coelho | | | | | | 29 a 30 | 30 | | 29 + 31 a 32 |
| Espírito Santo Do Pinhal | | | | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 28 + 32 |
| Espírito Santo Do Turvo | | | 31 a 32 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 27 a 28 + 35 |
| Estiva Gerbi | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Estrela Do Norte | | | 33 | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 27 a 28 + 35 a 36 |
| Estrela D'Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Euclides Da Cunha Paulista | | | 31 a 34 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 + 22 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Fartura | | 31 | 32 a 34 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 34 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 26 + 32 a 34 + 22 |
| Fernando Prestes | | | | | | | | | 30 |
| Fernandópolis | | | | | | | | | 30 |
| Fernão | | | | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Ferraz De Vasconcelos | 31 a 33 | 30 + 34 | 26 a 29 + 35 a 36 | 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 | 22 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 | 22 |
| Flora Rica | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Floreal | | | | | | | | | 30 |
| Flórida Paulista | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Florínia | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Franca | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Francisco Morato | | | 29 a 32 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 26 a 28 + 34 a 35 |
| Franco Da Rocha | | | 29 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 26 a 28 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 26 a 28 + 35 |
| Gabriel Monteiro | | | | | | 30 | | 30 a 31 | 32 |
| Gália | | | | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Garça | | | | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Gastão Vidigal | | | | | | | | | 30 |
| Gavião Peixoto | | | | | | | | | 30 a 31 |
| General Salgado | | | | | | | | | 30 |
| Getulina | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Glicério | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Guaiçara | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 32 |
| Guaimbê | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Guaíra | | | | | | | | | 30 |
| Guapiaçu | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Guapiara | 31 | 27 a 30 + 32 a 33 | 22 a 26 + 34 a 36 | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 a 33 | 34 a 36 | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 36 |
| Guará | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | | 29 + 31 a 32 |
| Guaraçaí | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Guaraci | | | | | | | | | 30 |
| Guarani D'Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Guarantã | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Guararapes | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Guararema | | 30 a 33 | 26 a 29 + 34 | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 26 + 35 a 36 | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 | 26 + 36 |
| Guaratinguetá | | | 29 a 31 | 29 | 30 | 31 a 32 + 27 a 28 | 29 | 30 | 31 a 32 + 27 a 28 |
| Guareí | | | 30 a 33 | | 28 a 33 | 26 a 27 + 34 + 22 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 + 22 |
| Guariba | | | | | | | | | 30 |
| Guarujá | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Guarulhos | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 26 + 35 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 26 + 36 |
| Guatapará | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Guzolândia | | | | | | | | | 30 |
| Herculândia | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Holambra | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 a 33 + 29 |
| Hortolândia | | | | | | 29 a 31 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Iacanga | | | | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Iacri | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Iaras | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 27 + 35 |
| Ibaté | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Ibirá | | | | | | | | 31 | 30 |
| Ibirarema | | | 31 a 33 | | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Ibitinga | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Ibiúna | 31 a 33 | 27 a 30 + 34 a 36 | 26 + 22 | 22 + 29 a 35 | 26 a 28 + 36 | 23 a 25 | 22 + 29 a 36 | 23 a 28 | |
| Icém | | | | | | | | | 30 |
| Iepê | | | | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 31 | 28 a 30 + 32 | 27 + 33 a 36 |
| Igaraçu Do Tietê | | | | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Igarapava | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Igaratá | | 30 | 27 a 29 + 31 a 33 | 30 | 27 a 29 + 31 a 33 | 26 + 34 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 | 26 + 35 |
| Iguape | 29 a 36 | 22 a 28 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Ilha Comprida | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Ilha Solteira | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Indaiatuba | | | | | | 29 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Indiana | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Indiaporã | | | | | | | | | 30 |
| Inúbia Paulista | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 33 |
| Ipaussu | | | 31 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 27 + 34 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 + 22 |
| Iperó | | | 31 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 + 22 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 a 35 + 22 |
| Ipeúna | | | | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| Ipiguá | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Iporanga | 30 a 36 | 26 a 29 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Ipuã | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Iracemápolis | | | | | | 29 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Irapuã | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Irapuru | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Itaberá | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 | 29 | 22 a 28 + 30 a 32 | 33 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 a 32 | 33 |
| Itaí | | 31 | 30 + 32 a 34 | 29 | 27 a 28 + 30 a 33 | 22 a 26 + 34 a 35 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 33 + 22 | 23 a 26 + 34 a 36 |
| Itajobi | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Itaju | | | | | | | | | 29 a 32 |
| Itanhaém | 31 a 36 | 26 a 30 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Itaóca | 31 a 34 | 26 a 30 + 35 a 36 | 22 a 25 | 22 a 34 | 35 a 36 | | 22 a 34 | 35 a 36 | |
| Itapecerica Da Serra | 31 a 33 | 29 a 30 + 34 a 35 | 26 a 28 + 36 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itapetininga | | 31 a 33 | 26 a 30 + 34 a 36 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 35 + 22 | 23 a 25 + 36 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 + 22 | 23 a 25 |
| Itapeva | | 28 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 | 27 a 32 | 22 a 26 + 33 | 34 a 36 | 27 a 32 | 22 a 26 + 33 | 34 a 36 |
| Itapevi | | 31 a 32 | 27 a 30 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 26 a 28 + 35 + 22 | 30 a 33 | 29 + 34 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 |
| Itapira | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 |
| Itapirapuã Paulista | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Itápolis | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Itaporanga | | | 28 a 32 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 a 32 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 a 32 |
| Itapuí | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Itapura | | | | | | | | 30 | 31 |
| Itaquaquecetuba | | 30 a 33 | 26 a 29 + 34 | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 26 + 36 | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 | 26 + 36 |
| Itararé | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Itariri | 31 a 36 | 22 a 30 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Itatiba | | | | | 30 | 27 a 29 + 31 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Itatinga | | | 30 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 26 a 27 + 34 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 + 22 |
| Itirapina | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Itirapuã | | | 30 | | 29 a 30 | 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Itobi | | | | | 30 | 29 + 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Itu | | | | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 34 | 30 | 29 + 31 a 32 | 26 a 28 + 33 a 34 |
| Itupeva | | | | | | 28 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Ituverava | | | | | 30 | | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Jaborandi | | | | | | | | | 30 |
| Jaboticabal | | | | | | | | | 30 |
| Jacareí | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 | 26 + 34 | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 26 + 35 |
| Jaci | | | | | | | | 30 | 31 |
| Jacupiranga | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Jaguariúna | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 a 33 |
| Jales | | | | | | | | | 30 |
| Jambeiro | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 |
| Jandira | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 26 a 28 + 35 + 22 | 29 a 33 | 34 a 35 | 36 + 22 + 26 a 28 |
| Jardinópolis | | | | | | 30 | | 30 a 31 | 29 |
| Jarinu | | | 30 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 26 a 28 + 34 |
| Jaú | | | | | | 29 a 32 | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 |
| Jeriquara | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Joanópolis | | | 27 a 31 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 |
| João Ramalho | | | | | 30 a 31 | 32 a 34 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| José Bonifácio | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Júlio Mesquita | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Jumirim | | | | | | 29 a 33 | | 29 a 32 | 33 a 34 |
| Jundiaí | | | | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 27 a 28 + 34 |
| Junqueirópolis | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Juquiá | 31 a 36 | 26 a 30 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Juquitiba | 31 a 34 | 26 a 30 + 35 a 36 | 22 | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | |
| Lagoinha | | | 27 a 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 |
| Laranjal Paulista | | | | | | 29 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Lavínia | | | | | | | | 30 | 31 |
| Lavrinhas | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 a 34 | 29 a 32 | 28 + 33 | 27 + 34 |
| Leme | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Lençóis Paulista | | | 31 a 32 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 27 a 28 + 34 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Limeira | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Lindóia | | | 30 | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 |
| Lins | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Lorena | | 30 | 29 + 31 | 29 a 30 | 31 | 32 a 33 + 27 a 28 | 29 a 30 | 28 + 31 | 27 + 32 a 33 |
| Lourdes | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Louveira | | | | | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Lucélia | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Lucianópolis | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 28 + 34 |
| Luís Antônio | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Luiziânia | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Lupércio | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 28 + 34 |
| Lutécia | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 28 + 34 a 35 |
| Macatuba | | | | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Macaubal | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Macedônia | | | | | | | | | 30 |
| Magda | | | | | | | | | 30 |
| Mairinque | | 31 | 27 a 30 + 32 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 26 a 27 + 36 + 22 |
| Mairiporã | | | 29 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 | 29 a 32 | 33 a 34 | 35 + 26 a 28 |
| Manduri | | | 31 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 27 + 34 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 |
| Marabá Paulista | | | 33 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 | 31 a 34 | 35 + 27 a 29 |
| Maracaí | | | 33 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 35 | 31 | 28 a 30 + 32 a 33 | 27 + 34 a 35 |
| Marapoama | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Mariápolis | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 33 |
| Marília | | | | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Marinópolis | | | | | | | | | 30 |
| Martinópolis | | | | | 30 a 32 | 33 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 |
| Matão | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Mauá | 31 a 34 | 29 a 30 + 35 a 36 | 26 a 28 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Mendonça | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Meridiano | | | | | | | | | 30 |
| Mesópolis | | | | | | | | | 30 |
| Miguelópolis | | | | | | 30 | | 30 | |
| Mineiros Do Tietê | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 |
| Mira Estrela | | | | | | | | | 30 |
| Miracatu | 31 a 36 | 26 a 30 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Mirandópolis | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Mirante Do Paranapanema | | | 33 | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 30 | 29 + 31 a 34 | 27 a 28 + 35 a 36 |
| Mirassol | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Mirassolândia | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Mococa | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Mogi Das Cruzes | 31 a 32 | 27 a 30 + 33 a 35 | 26 + 36 | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 a 36 | 22 a 25 | 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 | 22 a 25 |
| Mogi Guaçu | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Mogi Mirim | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 a 33 |
| Mombuca | | | | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Monções | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Mongaguá | 26 a 36 | 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Monte Alegre Do Sul | | | 30 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 33 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Monte Alto | | | | | | | | | 30 |
| Monte Aprazível | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Monte Azul Paulista | | | | | | | | | 30 |
| Monte Castelo | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Monte Mor | | | | | | 29 a 31 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Monteiro Lobato | | | 27 | | | 27 a 29 | | | 26 a 29 |
| Morro Agudo | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Morungaba | | | | | 30 | 27 a 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Motuca | | | | | | | | | 30 a 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Murutinga Do Sul | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Nantes | | | 33 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 35 | | 28 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Narandiba | | | 33 | | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 35 | 27 + 36 |
| Natividade Da Serra | | 31 | 26 a 30 + 32 | | 26 a 31 | 32 | | 26 a 31 | 32 |
| Nazaré Paulista | | 30 | 27 a 29 + 31 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 |
| Neves Paulista | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Nhandeara | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Nipoã | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Nova Aliança | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Nova Campina | | 27 a 31 | 26 + 32 | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 32 | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 32 |
| Nova Canaã Paulista | | | | | | | | | 30 |
| Nova Castilho | | | | | | | | | 30 |
| Nova Europa | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Nova Granada | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Nova Guataporanga | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Nova Independência | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Nova Luzitânia | | | | | | | | | 30 |
| Nova Odessa | | | | | | 29 a 30 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Novais | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Novo Horizonte | | | | | | | | | 30 a 32 |
| Nuporanga | | | | | 30 | 29 + 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Ocauçu | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 28 + 34 a 35 |
| Óleo | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 27 + 35 a 36 |
| Olímpia | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Onda Verde | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Oriente | | | | | | 29 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Orindiúva | | | | | | | | | 30 |
| Orlândia | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Osasco | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 + 22 | 29 a 33 | 34 a 35 | 36 + 22 + 26 a 28 |
| Oscar Bressane | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 28 + 34 |
| Osvaldo Cruz | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 33 |
| Ourinhos | | | 31 a 33 | | 28 a 34 | 27 + 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 35 | 27 + 36 + 22 |
| Ouro Verde | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Ouroeste | | | | | | | | | 30 |
| Pacaembu | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Palestina | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Palmares Paulista | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Palmeira D'Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Palmital | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 a 35 | 29 a 30 | 28 + 31 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Panorama | | | | | | 30 a 32 | | 30 | 31 a 33 |
| Paraguaçu Paulista | | | | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 |
| Paraibuna | | 31 | 26 a 30 + 32 a 33 | | 26 a 31 | 32 a 33 | | 26 a 31 | 32 a 33 |
| Paraíso | | | | | | | | | 30 |
| Paranapanema | | 31 a 33 | 29 a 30 + 34 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 34 | 26 + 35 a 36 + 22 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 35 + 22 | 23 a 26 + 36 |
| Paranapuã | | | | | | | | | 30 |
| Parapuã | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Pardinho | | | 30 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 a 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 | 26 a 27 + 34 a 35 |
| Pariquera-Açu | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Parisi | | | | | | | | | 30 |
| Patrocínio Paulista | | | 30 | | 29 a 30 | 31 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 |
| Paulicéia | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Paulínia | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 a 33 + 29 |
| Paulistânia | | | 31 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 30 | 29 + 31 a 34 | 28 + 35 |
| Paulo De Faria | | | | | | | | | 30 |
| Pederneiras | | | | | | 29 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Pedra Bela | | | 30 a 31 | | 28 a 31 | 27 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 |
| Pedranópolis | | | | | | | | | 30 |
| Pedregulho | | | 30 | 30 | | 29 + 31 | 30 a 31 | 29 | 32 |
| Pedreira | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 28 + 32 a 33 |
| Pedrinhas Paulista | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Pedro De Toledo | 30 a 36 | 26 a 29 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Penápolis | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 31 a 32 |
| Pereira Barreto | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Pereiras | | | | | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Peruíbe | 26 + 31 a 36 | 22 a 25 + 27 a 30 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Piacatu | | | | | | 30 | | 30 a 31 | 32 |
| Piedade | 31 | 28 a 30 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 35 + 22 | 23 a 25 + 36 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 + 22 | 23 a 25 |
| Pilar Do Sul | 31 | 28 a 30 + 32 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 25 | 22 + 29 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 | 23 a 25 |
| Pindamonhangaba | | | 29 | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Pindorama | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Pinhalzinho | | | 30 | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 a 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 |
| Piquerobi | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Piquete | | | 29 a 30 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | | 28 a 30 | 27 + 31 |
| Piracaia | | 30 | 27 a 29 + 31 a 32 | 30 | 27 a 29 + 31 a 32 | 26 + 33 a 34 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 | 26 + 34 a 35 |
| Piracicaba | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 33 |
| Piraju | | 31 | 32 a 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 35 | 26 a 27 + 36 + 22 |
| Pirajuí | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Pirangi | | | | | | | | | 30 |
| Pirapora Do Bom Jesus | | | 30 a 33 | | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 | 30 | 29 + 31 a 34 | 26 a 28 + 35 |
| Pirapozinho | | | 33 | | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 | 30 a 31 | 29 + 32 a 35 | 27 a 28 + 36 |
| Pirassununga | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Piratininga | | | | | 31 | 29 a 30 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 28 + 34 |
| Pitangueiras | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Planalto | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Platina | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 | 30 | 28 a 29 + 31 a 34 | 27 + 35 |
| Poá | 31 | 30 + 32 a 34 | 26 a 29 + 35 | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 | 26 + 36 + 22 | 29 a 35 | 27 a 28 + 36 | 26 + 22 |
| Poloni | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Pompéia | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Pongaí | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Pontal | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Pontalinda | | | | | | | | | 30 |
| Pontes Gestal | | | | | | | | | 30 |
| Populina | | | | | | | | | 30 |
| Porangaba | | | 31 a 32 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 |
| Porto Feliz | | | | | 29 | 28 + 30 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Porto Ferreira | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Potim | | | 29 a 31 | | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 |
| Potirendaba | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Pracinha | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Pradópolis | | | | | | | | | 30 |
| Praia Grande | 26 a 36 | 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Pratânia | | | 31 a 32 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 35 |
| Presidente Alves | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidente Bernardes | | | 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 | 31 a 33 | 34 a 35 + 27 a 29 |
| Presidente Epitácio | | | 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 | 31 a 34 | 35 + 27 a 29 |
| Presidente Prudente | | | | | | 30 a 34 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 |
| Presidente Venceslau | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Promissão | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Quadra | | | 30 a 32 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 26 a 28 + 34 a 35 |
| Quatá | | | | | 30 a 32 | 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Queiroz | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Queluz | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 | 29 a 31 | 28 + 32 | 27 + 33 | 29 a 32 | 28 + 33 | 27 + 34 |
| Quintana | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Rafard | | | | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Rancharia | | | | | 30 a 31 | 32 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 |
| Redenção Da Serra | | | 29 a 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 |
| Regente Feijó | | | | | 30 a 32 | 33 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 |
| Reginópolis | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Registro | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Restinga | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Ribeira | | 22 + 26 a 31 | 23 a 25 + 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 32 |
| Ribeirão Bonito | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Ribeirão Branco | | 26 a 31 | 22 a 25 + 32 a 33 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 |
| Ribeirão Corrente | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Ribeirão Do Sul | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 27 + 35 |
| Ribeirão Dos Índios | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 34 |
| Ribeirão Grande | 31 | 26 a 30 + 32 a 33 | 22 a 25 + 34 a 36 | 22 + 27 a 32 | 23 a 26 + 33 | 34 a 36 | 22 a 32 | 33 | 34 a 36 |
| Ribeirão Pires | 31 a 35 | 27 a 30 + 36 | 26 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| Ribeirão Preto | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Rifaina | | | 30 | 30 | | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Rincão | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Rinópolis | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 31 | 32 a 33 |
| Rio Claro | | | | | | 29 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Rio Das Pedras | | | | | | 29 a 31 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Rio Grande Da Serra | 31 a 35 | 26 a 30 + 36 | | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| Riolândia | | | | | | | | | 30 |
| Riversul | | | 26 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Rosana | | | 27 a 34 | 31 | 27 a 30 + 32 | 33 a 34 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 33 a 34 + 22 |
| Roseira | | | 29 | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Rubiácea | | | | | | | | 30 | 31 a 32 |
| Rubinéia | | | | | | | | | 30 |
| Sabino | | | | | | | | 30 | 31 a 32 |
| Sagres | | | | | | 30 a 32 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Sales | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Sales Oliveira | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Salesópolis | 31 | 32 + 27 | 33 a 35 + 26 + 28 a 30 | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 | 33 a 36 | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 | 33 a 36 + 22 |
| Salmourão | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Saltinho | | | | | | 29 a 32 | | 29 a 31 | 32 a 33 |
| Salto | | | | | | 28 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Salto De Pirapora | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 + 22 | 23 a 27 + 36 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 26 |
| Salto Grande | | | 31 a 33 | | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Sandovalina | | | 33 | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 27 a 28 + 35 a 36 |
| Santa Adélia | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Santa Albertina | | | | | | | | | 30 |
| Santa Bárbara D'Oeste | | | | | | 29 a 30 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Santa Branca | | 31 a 32 | 27 a 30 + 33 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 34 | 26 + 35 | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 26 + 36 |
| Santa Clara D'Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Santa Cruz Da Conceição | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Santa Cruz Da Esperança | | | | | 30 | 29 + 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Santa Cruz Das Palmeiras | | | | | | 29 a 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Santa Cruz Do Rio Pardo | | | 31 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 | 27 + 35 a 36 |
| Santa Ernestina | | | | | | | | | 30 |
| Santa Fé Do Sul | | | | | | | | | 30 |
| Santa Gertrudes | | | | | | 29 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Santa Isabel | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 34 | 26 + 35 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 | 26 + 35 a 36 |
| Santa Lúcia | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Santa Maria Da Serra | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 |
| Santa Mercedes | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Santa Rita Do Passa Quatro | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| Santa Rita D'Oeste | | | | | | | | | 30 |
| Santa Rosa De Viterbo | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Santa Salete | | | | | | | | | 30 |
| Santana Da Ponte Pensa | | | | | | | | | 30 |
| Santana De Parnaíba | | | 29 a 33 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 a 35 + 22 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 |
| Santo Anastácio | | | | | 32 | 30 a 31 + 33 a 34 | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 |
| Santo André | 31 a 35 | 26 a 30 + 36 | | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 28 a 36 | 26 a 27 + 22 | 23 a 25 |
| Santo Antônio Da Alegria | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 |
| Santo Antônio De Posse | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 32 a 33 |
| Santo Antônio Do Aracanguá | | | | | | | | | 30 |
| Santo Antônio Do Jardim | | | | | | 29 | | | 28 a 29 |
| Santo Expedito | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 |
| Santópolis Do Aguapeí | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 32 |
| Santos | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| São Bento Do Sapucaí | | | 27 | | | 27 | | | 27 |
| São Bernardo Do Campo | 30 a 35 | 26 a 29 + 36 | 22 | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | |
| São Caetano Do Sul | 31 a 32 | 30 + 33 a 34 | 26 a 29 + 35 | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 a 36 | 26 + 22 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 | 22 a 25 |
| São Carlos | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| São Francisco | | | | | | | | | 30 |
| São João Da Boa Vista | | | 30 | | 30 | 29 + 31 | | 29 a 31 | 32 |
| São João Das Duas Pontes | | | | | | | | | 30 |
| São João De Iracema | | | | | | | | | 30 |
| São João Do Pau D'Alho | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| São Joaquim Da Barra | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 |
| São José Da Bela Vista | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| São José Do Barreiro | 30 | 31 | 32 + 27 a 29 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 33 a 34 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 | 26 + 35 |
| São José Do Rio Pardo | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 29 + 31 | 32 a 33 |
| São José Do Rio Preto | | | | | | | | | 30 a 31 |
| São José Dos Campos | | | 27 a 32 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 a 33 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 a 33 |
| São Lourenço Da Serra | 31 a 34 | 27 a 30 + 35 a 36 | 26 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| São Luís Do Paraitinga | | | 26 a 30 | | 27 a 29 | 26 + 30 | | 27 a 29 | 26 + 30 |
| São Manuel | | | 31 a 32 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 27 a 28 + 34 |
| São Miguel Arcanjo | 31 | 27 a 30 + 32 a 34 | 26 + 35 a 36 | 28 a 32 | 22 a 27 + 33 a 36 | | 22 + 28 a 32 | 23 a 27 + 33 a 36 | |
| São Paulo | 31 a 33 | 26 a 30 + 34 a 36 | | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 + 22 | 23 a 25 | 29 a 35 | 22 a 28 + 36 | |
| São Pedro | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 33 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Pedro Do Turvo | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 28 + 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 27 + 35 |
| São Roque | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 + 22 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 22 a 26 + 36 |
| São Sebastião | 31 a 34 | 35 a 36 + 26 a 27 | 28 a 30 | 30 a 36 | 25 a 29 | 22 a 24 | 27 a 36 | 25 a 26 | 22 a 24 |
| São Sebastião Da Grama | | | | | | 29 | | | 29 |
| São Simão | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| São Vicente | 26 + 30 a 36 | 27 a 29 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Sarapuí | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 35 + 22 | 23 a 26 + 36 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 26 |
| Sarutaiá | | | 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 |
| Sebastianópolis Do Sul | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Serra Azul | | | | | | 30 a 31 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Serra Negra | | | 30 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 |
| Serrana | | | | | | 30 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Sertãozinho | | | | | | 30 | | 30 | 31 |
| Sete Barras | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Severínia | | | | | | | | | 30 |
| Silveiras | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 33 a 34 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 34 | 26 + 35 |
| Socorro | | | 30 | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 |
| Sorocaba | | | 30 a 33 | | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 a 35 + 22 | 30 a 32 | 29 + 33 a 34 | 26 a 28 + 35 a 36 + 22 |
| Sud Mennucci | | | | | | | | | 30 |
| Sumaré | | | | | | 29 a 30 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Suzanápolis | | | | | | | | | 30 |
| Suzano | 31 a 34 | 27 a 30 + 35 | 26 + 36 | 29 a 35 | 26 a 28 + 36 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Tabapuã | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Tabatinga | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Taboão Da Serra | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 35 | 26 + 36 + 22 | 29 a 34 | 27 a 28 + 35 a 36 | 22 a 26 |
| Taciba | | | 33 | | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Taguaí | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 22 a 26 + 32 a 33 |
| Taiaçu | | | | | | | | | 30 |
| Taiúva | | | | | | | | | 30 |
| Tambaú | | | | | | 29 a 31 | | 30 a 31 | 29 + 32 |
| Tanabi | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Tapiraí | 31 | 27 a 30 + 32 a 36 | 26 + 22 | 22 + 28 a 36 | 23 a 27 | | 22 + 27 a 36 | 23 a 26 | |
| Tapiratiba | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 32 a 33 |
| Taquaral | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Taquaritinga | | | | | | | | | 30 |
| Taquarituba | | 31 | 30 + 32 a 34 | | 27 a 32 | 22 a 26 + 33 a 34 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 + 22 | 23 a 26 + 33 a 34 |
| Taquarivaí | | 28 a 35 | 26 a 27 + 36 | 28 a 33 | 22 a 27 + 34 a 36 | | 28 a 33 | 22 a 27 + 34 a 36 | |
| Tarabai | | | 33 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 27 a 29 |
| Tarumã | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 35 |
| Tatuí | | | 31 a 32 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 + 22 | 30 | 29 + 31 a 33 | 26 a 28 + 34 a 35 + 22 |
| Taubaté | | | | | | 27 a 29 | | | 26 a 29 |
| Tejupá | | 31 | 30 + 32 a 34 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 36 + 22 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 36 + 22 |
| Teodoro Sampaio | | | 31 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| Terra Roxa | | | | | | | | | 30 |
| Tietê | | | | | | 29 a 33 | | 29 a 32 | 33 a 34 |
| Timburi | | | 31 a 33 | | 28 a 31 | 27 + 32 a 33 | 29 | 28 + 30 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Torre De Pedra | | | 30 a 32 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 35 |
| Torrinha | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 a 32 | 28 + 33 |
| Trabiju | | | | | | 30 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Tremembé | | | 29 | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Três Fronteiras | | | | | | | | | 30 |
| Tuiuti | | | 30 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 33 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Tupã | | | | | | 30 a 33 | | 30 a 32 | 29 + 33 |
| Tupi Paulista | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Turiúba | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Turmalina | | | | | | | | | 30 |
| Ubarana | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Ubatuba | 31 | 26 a 30 + 32 a 33 | 34 a 35 | 28 a 33 | 26 a 27 + 34 a 35 | 22 a 25 + 36 | 27 a 34 | 26 + 35 a 36 | 22 a 25 |
| Ubirajara | | | 31 a 32 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 a 34 | 28 + 35 |
| Uchoa | | | | | | | | | 30 a 31 |
| União Paulista | | | | | | 30 | | | 30 a 31 |
| Urânia | | | | | | | | | 30 |
| Uru | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |
| Urupês | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Valentim Gentil | | | | | | | | | 30 |
| Valinhos | | | | | 30 | 29 + 31 a 32 | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 a 33 |
| Valparaíso | | | | | | | | 30 | 31 a 32 |
| Vargem | | | 29 a 31 | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 a 33 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 |
| Vargem Grande Do Sul | | | | | 30 | 29 + 31 | 30 | 31 | 32 + 29 |
| Vargem Grande Paulista | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 + 22 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 22 a 26 + 36 |
| Várzea Paulista | | | 30 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 34 | 30 | 29 + 31 a 33 | 27 a 28 + 34 |
| Vera Cruz | | | | | 31 | 29 a 30 + 32 a 33 | | 29 a 32 | 28 + 33 a 34 |
| Vinhedo | | | | | 30 | 28 a 29 + 31 a 33 | 30 | 29 + 31 a 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Viradouro | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Vista Alegre Do Alto | | | | | | | | | 30 |
| Vitória Brasil | | | | | | | | | 30 |
| Votorantim | | 31 a 32 | 29 a 30 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 34 | 26 a 27 + 35 a 36 + 22 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 26 a 27 + 36 + 22 |
| Votuporanga | | | | | | | | | 30 a 31 |
| Zacarias | | | | | | 30 | | 30 | 31 a 32 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Adamantina | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Adolfo | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Aguaí | | 31 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Águas De Lindóia | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 |
| Águas De Santa Bárbara | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 29 + 36 | 30 a 32 | 29 + 33 a 35 | 27 a 28 + 36 |
| Águas De São Pedro | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Agudos | | 34 a 36 | 33 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 28 |
| Alambari | 34 | 31 a 33 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 29 a 30 | 27 a 28 + 22 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| Alfredo Marcondes | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 34 a 36 |
| Altair | 34 a 35 | 33 + 36 | | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Altinópolis | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 | 30 a 32 | 33 a 36 | 29 |
| Alto Alegre | | 34 a 35 | 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 |
| Alumínio | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Álvares Florence | 34 a 35 | 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Álvares Machado | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Álvaro De Carvalho | | 34 a 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 29 a 30 |
| Alvinlândia | | 34 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 |
| Americana | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Américo Brasiliense | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 | 32 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 |
| Américo De Campos | 34 a 35 | 33 + 36 | | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Amparo | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 30 + 36 | 29 | 30 a 35 | 36 | 29 |
| Analândia | | 33 | 31 a 32 + 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 29 + 34 a 36 |
| Andradina | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Angatuba | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 28 a 30 + 34 a 36 | 27 | 29 a 33 | 28 + 34 a 36 | 26 a 27 + 22 |
| Anhembi | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 29 a 30 | |
| Anhumas | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 |
| Aparecida | | | 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 |
| Aparecida D'Oeste | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | |
| Apiaí | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 25 a 28 | | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 28 | 23 a 24 | 22 + 29 a 30 |
| Araçariguama | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Araçatuba | | 34 | 35 a 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Araçoiaba Da Serra | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | 29 a 30 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| Aramina | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | | 31 a 36 | 30 | |
| Arandu | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 27 a 29 + 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 35 | 26 a 27 + 36 |
| Arapeí | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Araraquara | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 | 32 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 |
| Araras | | 32 a 36 | 31 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Arco-Íris | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Arealva | | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 32 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Areias | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 | 29 a 36 | | 27 a 28 |
| Areiópolis | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | 29 a 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 |
| Ariranha | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Artur Nogueira | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Arujá | 31 a 36 | | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Aspásia | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 32 a 36 | 31 | |
| Assis | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 30 a 31 | 32 a 35 | 36 + 28 a 29 |
| Atibaia | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Auriflama | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Avaí | 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Avanhandava | 34 | 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Avaré | | | 31 a 36 | 31 | 29 a 30 + 32 a 33 | 27 a 28 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 |
| Bady Bassitt | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Balbinos | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Bálsamo | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Bananal | 31 a 36 | 30 | | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 | 30 a 36 | 28 a 29 | 27 |
| Barão De Antonina | | | | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 | | 27 a 30 | 26 + 31 a 32 + 22 |
| Barbosa | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Bariri | | 34 a 36 | 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Barra Bonita | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Barra Do Chapéu | | 27 a 28 | 26 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 22 a 24 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Barra Do Turvo | | 26 a 34 | 22 a 25 + 35 a 36 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 36 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 36 |
| Barretos | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Barrinha | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Barueri | 33 a 36 | 31 a 32 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Bastos | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 | 31 a 32 | 33 a 35 | 36 + 30 |
| Batatais | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | | 30 a 33 | 34 a 36 | 29 |
| Bauru | 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Bebedouro | 34 a 35 | 36 | 32 a 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Bento De Abreu | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Bernardino De Campos | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Bertioga | 33 a 36 | 27 a 32 | 26 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 27 a 36 | 26 | 22 a 25 |
| Bilac | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Birigui | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Biritiba-Mirim | | 31 a 36 | 26 a 30 | 30 a 32 | 26 a 29 + 33 a 36 | | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 | |
| Boa Esperança Do Sul | | 34 a 36 | 32 a 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Bocaina | | 34 a 36 | 32 a 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Bofete | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | 30 | 28 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Boituva | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | |
| Bom Jesus Dos Perdões | 31 a 36 | | | 30 a 36 | | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Bom Sucesso De Itararé | | | 26 a 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 25 | 23 a 24 + 26 a 27 | 28 |
| Borá | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Boracéia | | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Borborema | 34 | 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | |
| Borebi | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | 28 |
| Botucatu | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Bragança Paulista | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Braúna | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Brejo Alegre | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Brodowski | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| Brotas | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Buri | | 31 a 36 | 30 | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 36 | 22 a 26 | 29 a 33 | 26 a 28 + 34 a 36 + 22 | 23 a 25 |
| Buritama | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Buritizal | 31 a 34 | 35 a 36 | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | | 31 a 34 | 30 + 35 a 36 | |
| Cabrália Paulista | | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 29 a 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Cabreúva | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | |
| Caçapava | | | 30 | | | 27 a 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 |
| Cachoeira Paulista | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 | 30 a 31 | 29 + 32 a 36 | 27 a 28 | 30 a 31 | 29 + 32 a 36 | 27 a 28 |
| Caconde | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Cafelândia | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Caiabu | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 34 a 36 |
| Caieiras | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Caiuá | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 28 a 29 |
| Cajamar | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Cajati | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Cajobi | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Cajuru | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Campina Do Monte Alegre | 34 a 36 | 31 a 33 | 30 | 30 a 36 | 28 a 29 | 26 a 27 + 22 | 29 a 36 | 27 a 28 | 22 a 26 |
| Campinas | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Campo Limpo Paulista | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Campos Novos Paulista | | 34 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | 28 |
| Cananéia | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Canas | 31 | 30 + 32 a 36 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 36 | 27 a 28 | 30 a 31 | 29 + 32 a 36 | 27 a 28 |
| Cândido Mota | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 33 a 36 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 36 |
| Cândido Rodrigues | 34 a 35 | | 33 + 36 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Canitar | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 28 a 29 + 36 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Capão Bonito | | 31 a 36 | 26 a 30 | 29 a 32 | 22 a 28 + 33 a 36 | | 28 a 32 | 22 a 27 + 33 a 36 | |
| Capela Do Alto | 34 | 31 a 33 + 35 a 36 | | 31 a 36 | 29 a 30 | 27 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Capivari | 34 | 33 + 35 a 36 | 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caraguatatuba | 34 a 36 | 31 a 33 | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | 25 | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 a 25 |
| Carapicuíba | 33 a 36 | 31 a 32 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Cardoso | 34 a 35 | 33 + 36 | | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Casa Branca | | 31 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Cássia Dos Coqueiros | | | 31 a 32 | | 30 | 31 a 32 | | 30 | 29 + 31 a 32 |
| Castilho | | 34 | 35 a 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Catanduva | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Catiguá | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Cedral | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Cerqueira César | | | 31 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Cerquilho | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 33 | 34 a 36 | 29 a 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Cesário Lange | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 28 |
| Charqueada | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Chavantes | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 28 a 29 + 36 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Clementina | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Colina | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Colômbia | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Conchal | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Conchas | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 29 a 30 | |
| Cordeirópolis | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Coroados | | 34 | 35 a 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Coronel Macedo | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 a 33 |
| Corumbataí | | 32 a 36 | 31 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Cosmópolis | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Cosmorama | 34 a 35 | 36 | 33 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Cotia | 33 a 36 | 31 a 32 | 27 a 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 | 29 a 36 | 27 a 28 | 22 a 26 |
| Cravinhos | | 32 a 36 | 31 | 31 | 32 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | |
| Cristais Paulista | 31 a 36 | | | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | | 29 |
| Cruzália | | | 34 a 35 | 31 | 32 | 33 a 35 + 30 | 30 a 31 | 32 | 33 a 35 + 28 a 29 |
| Cruzeiro | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Cubatão | 31 a 36 | 26 a 30 | | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 26 a 36 | 22 a 25 | |
| Cunha | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 26 + 32 |
| Descalvado | | 32 a 36 | 31 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Diadema | 31 a 36 | | 27 a 30 | 30 a 36 | 27 a 29 | 26 + 22 | 29 a 36 | 27 a 28 | 26 + 22 |
| Dirce Reis | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Dobrada | | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | |
| Dois Córregos | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Dolcinópolis | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Dourado | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 29 a 30 |
| Dracena | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | |
| Duartina | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Dumont | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Echaporã | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 28 a 29 |
| Eldorado | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Elias Fausto | 34 | 33 + 35 a 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Elisiário | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Embaúba | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Embu Das Artes | 31 a 36 | | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 | 30 a 36 | 27 a 29 | 26 + 22 |
| Embu-Guaçu | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| Emilianópolis | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 |
| Engenheiro Coelho | | 32 a 36 | 31 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Espírito Santo Do Pinhal | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 |
| Espírito Santo Do Turvo | 34 | 35 a 36 | | 31 a 35 | 30 + 36 | 29 | 30 a 35 | 29 + 36 | 28 |
| Estiva Gerbi | | 31 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Estrela Do Norte | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 35 | 27 a 29 + 36 |
| Estrela D'Oeste | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Euclides Da Cunha Paulista | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Fartura | | | 34 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 34 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 34 + 22 |
| Fernando Prestes | 34 a 35 | | 33 + 36 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Fernandópolis | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Fernão | | 34 a 36 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Ferraz De Vasconcelos | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Flora Rica | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 |
| Floreal | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Flórida Paulista | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Florínia | | | 34 a 35 | 31 | 30 + 32 | 33 a 35 | 30 a 31 | 32 | 33 a 35 + 27 a 29 |
| Franca | 31 a 36 | | | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | 29 | |
| Francisco Morato | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Franco Da Rocha | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Gabriel Monteiro | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Gália | | 34 a 36 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Garça | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Gastão Vidigal | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Gavião Peixoto | | 34 a 36 | 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| General Salgado | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Getulina | | 34 a 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Glicério | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Guaiçara | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Guaimbê | | 34 a 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Guaíra | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Guapiaçu | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Guapiara | | 31 | 26 a 30 + 32 a 36 | 29 a 31 | 22 a 28 + 32 a 33 | 34 a 36 | 25 a 31 | 22 a 24 + 32 a 33 | 34 a 36 |
| Guará | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | | 31 a 36 | 30 | |
| Guaraçaí | | 34 a 36 | | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Guaraci | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Guarani D'Oeste | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Guarantã | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Guararapes | | 34 | 35 a 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 |
| Guararema | 32 a 36 | 31 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Guaratinguetá | | | 30 a 32 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 |
| Guareí | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 29 a 30 + 34 a 36 | 27 a 28 | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 26 a 27 |
| Guariba | | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Guarujá | 26 a 27 + 31 a 36 | 28 a 30 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Guarulhos | 32 a 36 | 31 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Guatapará | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Guzolândia | 34 | 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Herculândia | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Holambra | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Hortolândia | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Iacanga | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Iacri | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Iaras | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | 28 |
| Ibaté | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 | 32 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 29 a 30 |
| Ibirá | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Ibirarema | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 29 + 36 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 27 + 36 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ibitinga | 34 a 35 | | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Ibiúna | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| Icém | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Iepê | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 |
| Igaraçu Do Tietê | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Igarapava | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | | 30 a 36 | | 29 |
| Igaratá | 32 a 33 | 31 + 34 a 36 | 30 | 30 a 33 | 34 a 36 | 27 a 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 26 a 28 |
| Iguape | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Ilha Comprida | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Ilha Solteira | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Indaiatuba | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Indiana | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 | 31 | 30 + 32 | 33 a 36 |
| Indiaporã | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Inúbia Paulista | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 |
| Ipaussu | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Iperó | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 27 a 28 |
| Ipeúna | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Ipiguá | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Iporanga | 36 | 26 a 35 | 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Ipuã | 32 a 35 | 31 + 36 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | |
| Iracemápolis | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Irapuã | 34 a 35 | 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Irapuru | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Itaberá | | | 26 + 30 a 33 | 30 | 26 a 29 + 31 a 32 | 22 a 25 + 33 | 29 a 30 | 22 a 28 + 31 a 32 | 33 |
| Itaí | | | 31 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 + 22 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 26 a 27 + 34 a 36 + 22 |
| Itajobi | 34 a 35 | 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Itaju | | 34 a 35 | 33 + 36 | 33 | 31 a 32 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Itanhaém | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | |
| Itaóca | | 27 a 36 | 26 | 25 a 34 | 22 a 24 + 35 a 36 | | 22 a 34 | 35 a 36 | |
| Itapecerica Da Serra | 31 a 36 | | 27 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Itapetininga | | 31 a 36 | 30 | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 22 a 27 | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 36 | 22 a 26 |
| Itapeva | | | 26 a 36 | 30 a 32 | 26 a 29 + 33 | 22 a 25 + 34 a 36 | 29 a 32 | 22 a 28 + 33 | 34 a 36 |
| Itapevi | 33 a 36 | 31 a 32 | | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Itapira | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 | 30 a 32 | 33 a 36 | 29 |
| Itapirapuã Paulista | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Itápolis | 34 a 35 | | 33 + 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Itaporanga | | | 31 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 + 22 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 a 32 |
| Itapuí | 34 | 35 a 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 29 a 30 |
| Itapura | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Itaquaquecetuba | 31 a 36 | | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Itararé | | | 26 a 31 | | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 25 | 22 a 24 + 26 a 29 | 30 a 31 |
| Itariri | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Itatiba | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | | 29 |
| Itatinga | 34 a 36 | | 31 a 33 | 31 a 36 | 29 a 30 | 27 a 28 | 30 a 36 | 28 a 29 | 26 a 27 |
| Itirapina | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Itirapuã | 31 a 36 | | 30 | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | 29 | |
| Itobi | | 31 a 33 | 34 a 36 | | 30 a 33 | 34 a 36 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 |
| Itu | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 28 |
| Itupeva | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | | 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ituverava | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | | 31 a 36 | 30 | |
| Jaborandi | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Jaboticabal | | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Jacareí | 32 a 36 | 31 | 30 | 30 a 36 | | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Jaci | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Jacupiranga | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Jaguariúna | 34 a 36 | 32 a 33 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Jales | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Jambeiro | | 31 | 32 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 |
| Jandira | 33 a 36 | 31 a 32 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Jardinópolis | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| Jarinu | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Jaú | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Jeriquara | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | | 30 a 33 | 34 a 36 | 29 |
| Joanópolis | | | 30 a 32 | | 30 | 27 a 29 + 31 a 32 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 |
| João Ramalho | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 29 + 34 a 36 |
| José Bonifácio | 34 | 35 a 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Júlio Mesquita | | 34 a 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Jumirim | 34 | 35 | 36 + 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Jundiaí | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | |
| Junqueirópolis | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Juquiá | 34 a 36 | 31 a 33 | 26 a 30 | 29 a 36 | 22 a 28 | | 22 a 36 | | |
| Juquitiba | 31 a 36 | 30 | 26 a 29 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 22 + 29 a 36 | 23 a 28 | |
| Lagoinha | | | 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 |
| Laranjal Paulista | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Lavínia | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Lavrinhas | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 | 29 a 36 | | 27 a 28 |
| Leme | | 32 a 36 | 31 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Lençóis Paulista | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 28 |
| Limeira | 34 | 33 + 35 a 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Lindóia | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 28 + 34 a 36 |
| Lins | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Lorena | | 30 a 31 | 32 a 33 | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 a 33 | 30 | 29 + 31 | 27 a 28 + 32 a 33 |
| Lourdes | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Louveira | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | | 29 |
| Lucélia | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Lucianópolis | | 34 a 36 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Luís Antônio | | 32 a 36 | 31 | 31 | 32 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 |
| Luiziânia | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Lupércio | | 34 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 |
| Lutécia | | 34 a 35 | 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Macatuba | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Macaubal | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Macedônia | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Magda | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Mairinque | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 29 a 30 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| Mairiporã | 33 a 36 | 31 a 32 | | 30 a 36 | | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Manduri | | | 31 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Marabá Paulista | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 28 a 29 |
| Maracaí | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |
| Marapoama | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Mariápolis | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 |
| Marília | | 34 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Marinópolis | 34 | 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Martinópolis | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 |
| Matão | | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Mauá | 31 a 36 | | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Mendonça | 34 a 35 | 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Meridiano | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Mesópolis | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Miguelópolis | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | |
| Mineiros Do Tietê | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Mira Estrela | 34 a 35 | 36 | 33 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Miracatu | 34 a 36 | 31 a 33 | 26 a 30 | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | |
| Mirandópolis | | 34 a 35 | 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 |
| Mirante Do Paranapanema | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 27 a 29 + 36 |
| Mirassol | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Mirassolândia | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Mococa | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | | 30 a 32 | 33 a 36 | 29 |
| Mogi Das Cruzes | 31 a 36 | | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 |
| Mogi Guaçu | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Mogi Mirim | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 30 a 32 | 33 a 36 | 29 |
| Mombuca | 34 | 35 a 36 | 32 a 33 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Monções | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Mongaguá | 34 a 36 | 26 a 33 | 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Monte Alegre Do Sul | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | 28 |
| Monte Alto | 34 a 35 | | 33 + 36 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Monte Aprazível | 34 a 35 | 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Monte Azul Paulista | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Monte Castelo | | 34 a 35 | 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 |
| Monte Mor | 34 | 33 + 35 a 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Monteiro Lobato | | | | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Morro Agudo | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Morungaba | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | | 29 |
| Motuca | | 34 a 36 | 32 a 33 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Murutinga Do Sul | | 34 a 36 | | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Nantes | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |
| Narandiba | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 35 | 27 a 29 + 36 |
| Natividade Da Serra | | 31 | 30 + 32 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 |
| Nazaré Paulista | 31 a 36 | | 30 | 30 a 36 | | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Neves Paulista | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Nhandeara | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Nipoã | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Nova Aliança | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Nova Campina | | | 26 a 31 | | 25 a 31 | 22 a 24 + 32 | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 32 |
| Nova Canaã Paulista | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Nova Castilho | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Nova Europa | | 34 a 36 | 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Nova Granada | 34 a 35 | 33 + 36 | | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Nova Guataporanga | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Nova Independência | | 34 | 35 a 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 |
| Nova Luzitânia | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Nova Odessa | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Novais | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Novo Horizonte | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Nuporanga | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Ocauçu | | 34 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 28 a 29 |
| Óleo | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 28 a 29 + 36 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Olímpia | 34 a 35 | 33 + 36 | | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Onda Verde | 34 a 35 | 33 + 36 | | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Oriente | | 34 a 35 | 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Orindiúva | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Orlândia | 32 a 33 | 31 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| Osasco | 33 a 36 | 31 a 32 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Oscar Bressane | | 34 a 35 | 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Osvaldo Cruz | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Ourinhos | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 28 a 29 + 36 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Ouro Verde | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | |
| Ouroeste | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Pacaembu | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Palestina | 34 a 35 | 33 + 36 | | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Palmares Paulista | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Palmeira D'Oeste | 34 | 35 a 36 | | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | |
| Palmital | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Panorama | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | |
| Paraguaçu Paulista | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 35 | 28 a 29 + 36 |
| Paraibuna | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 29 a 31 | 26 a 28 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 |
| Paraíso | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Paranapanema | | 34 a 36 | 31 a 33 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 36 | 26 a 27 + 22 | 29 a 32 | 28 + 33 a 36 | 26 a 27 + 22 |
| Paranapuã | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 32 a 36 | 31 | |
| Parapuã | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 35 | 36 | 31 a 32 | 33 a 35 | 36 + 30 |
| Pardinho | 34 a 36 | | 31 a 33 | 31 a 36 | 30 | 28 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Pariquera-Açu | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Parisi | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Patrocínio Paulista | 31 a 36 | | | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | 29 | |
| Paulicéia | | 34 | 35 a 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 30 + 36 | |
| Paulínia | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Paulistânia | | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 29 a 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Paulo De Faria | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Pederneiras | | 34 a 36 | 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Pedra Bela | | 31 | 32 a 33 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 33 |
| Pedranópolis | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Pedregulho | 31 a 36 | | | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | | 29 |
| Pedreira | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Pedrinhas Paulista | | | 34 a 35 | 31 | 30 + 32 | 33 a 35 | 30 a 31 | 32 | 33 a 35 + 27 a 29 |
| Pedro De Toledo | 34 a 36 | 26 a 33 | | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | |
| Penápolis | 34 | 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Pereira Barreto | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Pereiras | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 29 a 30 | 28 |
| Peruíbe | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Piacatu | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Piedade | | 31 a 36 | 27 a 30 | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 36 | 22 a 26 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 + 22 | 23 a 25 |
| Pilar Do Sul | 34 a 36 | 31 a 33 | 27 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| Pindamonhangaba | | | | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Pindorama | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Pinhalzinho | 32 | 31 + 33 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 27 a 29 | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | 27 a 28 |
| Piquerobi | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |
| Piquete | | 30 | 31 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Piracaia | 31 a 35 | 36 | 30 | 30 a 35 | 36 | 27 a 29 | 30 a 35 | 29 + 36 | 26 a 28 |
| Piracicaba | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Piraju | | 34 a 36 | | 30 a 32 | 33 a 36 | 27 a 29 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 36 | 26 a 27 |
| Pirajuí | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Pirangi | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Pirapora Do Bom Jesus | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Pirapozinho | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 35 | 27 a 29 + 36 |
| Pirassununga | | 31 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Piratininga | | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Pitangueiras | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Planalto | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Platina | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 29 + 36 | 30 a 32 | 29 + 33 a 35 | 28 + 36 |
| Poá | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Poloni | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Pompéia | | 34 a 35 | 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Pongaí | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Pontal | | 32 a 36 | 31 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Pontalinda | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Pontes Gestal | 34 a 35 | 33 + 36 | | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Populina | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Porangaba | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 28 |
| Porto Feliz | 34 | 33 + 35 a 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | 29 | |
| Porto Ferreira | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | |
| Potim | | | 30 a 31 | | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 |
| Potirendaba | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Pracinha | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 |
| Pradópolis | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Praia Grande | 31 a 36 | 26 a 30 | | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | |
| Pratânia | | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 29 + 36 | 30 a 32 | 29 + 33 a 35 | 28 + 36 |
| Presidente Alves | 34 | 35 | 36 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Presidente Bernardes | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |
| Presidente Epitácio | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 28 a 29 |
| Presidente Prudente | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |
| Presidente Venceslau | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | |
| Promissão | 34 | 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Quadra | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 27 a 28 |
| Quatá | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 35 | 29 + 36 |
| Queiroz | | 34 a 35 | 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Queluz | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 | 29 a 36 | | 27 a 28 |
| Quintana | | 34 a 35 | 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Rafard | 34 | 33 + 35 a 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Rancharia | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 |
| Redenção Da Serra | | | | | | 27 a 30 | | 29 | 27 a 28 + 30 |
| Regente Feijó | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 |
| Reginópolis | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Registro | 34 a 36 | 26 a 33 | 22 a 25 | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Restinga | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | | 29 |
| Ribeira | | 26 a 31 | 22 a 25 + 32 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 a 31 | 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 32 |
| Ribeirão Bonito | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 33 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 29 a 30 |
| Ribeirão Branco | | 28 | 26 a 27 + 29 a 33 | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 32 a 33 | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 32 a 33 |
| Ribeirão Corrente | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | | 30 a 33 | 34 a 36 | 29 |
| Ribeirão Do Sul | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 29 + 36 | 30 a 32 | 29 + 33 a 35 | 28 + 36 |
| Ribeirão Dos Índios | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 35 | 36 |
| Ribeirão Grande | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 36 | 28 a 32 | 22 a 27 + 33 | 34 a 36 | 27 a 32 | 22 a 26 + 33 | 34 a 36 |
| Ribeirão Pires | 31 a 36 | | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Ribeirão Preto | | 32 a 36 | 31 | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Rifaina | 31 a 36 | | | 30 a 36 | | 29 | 30 a 36 | | 29 |
| Rincão | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Rinópolis | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Rio Claro | | 32 a 36 | 31 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Rio Das Pedras | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Rio Grande Da Serra | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Riolândia | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Riversul | | | 31 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 |
| Rosana | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Roseira | | | | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Rubiácea | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Rubinéia | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Sabino | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Sagres | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 |
| Sales | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Sales Oliveira | 32 a 33 | 31 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| Salesópolis | | 31 a 32 | 33 a 36 + 27 | 31 | 29 a 30 + 32 | 26 a 28 + 33 a 36 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 33 a 36 |
| Salmourão | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Saltinho | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 32 | 33 a 36 | 29 a 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Salto | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Salto De Pirapora | 34 a 36 | 31 a 33 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 | 30 a 36 | 28 a 29 | 26 a 27 + 22 |
| Salto Grande | | 34 a 35 | 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 28 a 29 + 36 | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 27 + 36 |
| Sandovalina | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 35 | 27 a 29 + 36 |
| Santa Adélia | 34 a 35 | 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Santa Albertina | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Santa Bárbara D'Oeste | 34 | 35 a 36 | 32 a 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Santa Branca | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 26 a 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 26 a 28 |
| Santa Clara D'Oeste | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Santa Cruz Da Conceição | | 32 a 36 | 31 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Santa Cruz Da Esperança | 33 | 31 a 32 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Santa Cruz Das Palmeiras | | 31 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Santa Cruz Do Rio Pardo | | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 | 30 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 27 |
| Santa Ernestina | | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 a 33 | 31 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | |
| Santa Fé Do Sul | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Santa Gertrudes | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 |
| Santa Isabel | 32 a 36 | 31 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Santa Lúcia | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 | 32 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 |
| Santa Maria Da Serra | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Santa Mercedes | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| Santa Rita Do Passa Quatro | | 31 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | |
| Santa Rita D'Oeste | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Santa Rosa De Viterbo | | 31 a 36 | | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | |
| Santa Salete | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 32 a 36 | 31 | |
| Santana Da Ponte Pensa | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 32 a 36 | 31 | |
| Santana De Parnaíba | 33 a 36 | 31 a 32 | | 30 a 36 | | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Santo Anastácio | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 |
| Santo André | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 |
| Santo Antônio Da Alegria | | 31 a 32 | 33 a 36 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 33 a 36 + 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santo Antônio De Posse | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Santo Antônio Do Aracanguá | | 34 a 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Santo Antônio Do Jardim | | | | | | 29 | | | 29 |
| Santo Expedito | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 |
| Santópolis Do Aguapeí | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Santos | 31 a 36 | 26 a 30 | | 26 a 36 | 22 a 25 | | 26 a 36 | 22 a 25 | |
| São Bento Do Sapucaí | | | | | | 27 | | | 27 |
| São Bernardo Do Campo | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 22 a 28 | |
| São Caetano Do Sul | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| São Carlos | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| São Francisco | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 32 a 36 | 31 | |
| São João Da Boa Vista | | 31 a 32 | 33 a 36 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 | | 30 a 32 | 29 + 33 a 36 |
| São João Das Duas Pontes | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| São João De Iracema | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| São João Do Pau D'Alho | | 34 | 35 a 36 | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 |
| São Joaquim Da Barra | 32 a 33 | 31 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| São José Da Bela Vista | 31 a 36 | | | 31 a 36 | 30 | | 30 a 36 | | 29 |
| São José Do Barreiro | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 28 a 29 | 27 | 30 a 36 | 28 a 29 | 26 a 27 |
| São José Do Rio Pardo | | 31 a 33 | 34 a 36 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 34 a 36 + 29 |
| São José Do Rio Preto | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| São José Dos Campos | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 | | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 a 33 |
| São Lourenço Da Serra | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| São Luís Do Paraitinga | | | 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 | | 29 | 26 a 28 + 30 |
| São Manuel | 34 a 35 | 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 30 a 36 | 29 | 28 |
| São Miguel Arcanjo | | 31 a 36 | 27 a 30 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 + 22 | 23 a 25 | 29 a 32 | 26 a 28 + 33 a 36 + 22 | 23 a 25 |
| São Paulo | 31 a 36 | | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 |
| São Pedro | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| São Pedro Do Turvo | | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 28 |
| São Roque | 33 a 36 | 31 a 32 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| São Sebastião | 34 a 36 | 31 a 33 | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | 22 a 25 | 30 a 36 | 25 a 29 | 22 a 24 |
| São Sebastião Da Grama | | | | | | | | | 29 |
| São Simão | | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | | 30 a 33 | 34 a 36 |
| São Vicente | 31 a 36 | 26 a 30 | | 22 + 26 a 36 | 23 a 25 | | 22 a 36 | | |
| Sarapuí | 34 a 36 | 31 a 33 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 | 30 a 36 | 28 a 29 | 22 a 27 |
| Sarutaiá | | | | | | 27 a 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 |
| Sebastianópolis Do Sul | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Serra Azul | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | |
| Serra Negra | | 31 a 33 | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 29 + 32 a 33 | 28 + 34 a 36 |
| Serrana | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | |
| Sertãozinho | | 32 a 36 | 31 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Sete Barras | 34 a 36 | 28 a 33 | 26 a 27 | 28 a 36 | 22 a 27 | | 22 a 36 | | |
| Severínia | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Silveiras | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 | 30 a 31 | 29 + 32 a 36 | 27 a 28 | 29 a 31 | 32 a 36 | 27 a 28 |
| Socorro | 31 a 32 | 33 | 34 a 36 | 31 a 32 | 30 + 33 | 27 a 29 + 34 a 36 | 30 a 32 | 29 + 33 | 27 a 28 + 34 a 36 |
| Sorocaba | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | 30 | 27 a 29 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 |
| Sud Mennucci | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | 30 |
| Sumaré | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Suzanápolis | | 34 a 35 | 36 | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | | |
| Suzano | 31 a 36 | | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | | 29 a 36 | 26 a 28 | 22 |
| Tabapuã | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Tabatinga | | 34 a 35 | 33 + 36 | 32 a 33 | 31 + 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Taboão Da Serra | 31 a 36 | | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| Taciba | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 a 33 | 27 a 29 + 34 a 36 |
| Taguaí | | | | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Taiaçu | 34 a 35 | | 33 + 36 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Taiúva | 34 a 35 | | 32 a 33 + 36 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Tambaú | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | | 31 a 32 | 30 + 33 a 36 | 29 |
| Tanabi | 34 a 35 | 36 | 33 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Tapiraí | 34 a 36 | 31 a 33 | 26 a 30 | 29 a 36 | 26 a 28 + 22 | 23 a 25 | 29 a 36 | 22 a 28 | |
| Tapiratiba | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 | 31 a 33 | 34 a 36 + 29 | 30 | 31 a 33 | 34 a 36 + 29 |
| Taquaral | 34 a 35 | | 32 a 33 + 36 | 31 a 35 | 36 | | 31 a 35 | 36 | |
| Taquaritinga | 34 a 35 | | 33 + 36 | 32 a 36 | 31 | | 31 a 36 | | |
| Taquarituba | | | 31 a 34 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 34 + 22 | 30 | 27 a 29 + 31 a 32 | 22 a 26 + 33 a 34 |
| Taquarivaí | | 31 a 36 | 28 a 30 | 30 a 33 | 26 a 29 + 34 a 36 | 22 a 25 | 29 a 33 | 22 a 28 + 34 a 36 | |
| Tarabai | | | 34 a 36 | 31 | 32 | 33 a 36 + 30 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 |
| Tarumã | | | 34 a 35 | 31 | 30 + 32 | 33 a 35 | 30 a 31 | 32 | 33 a 35 + 28 a 29 |
| Tatuí | | 33 a 36 | 31 a 32 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 27 a 28 |
| Taubaté | | | | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Tejupá | | | 34 a 36 | 30 | 31 a 32 | 33 a 36 + 27 a 29 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 36 + 22 |
| Teodoro Sampaio | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 a 36 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 36 |
| Terra Roxa | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Tietê | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Timburi | | | | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 |
| Torre De Pedra | 34 | 35 a 36 | 31 a 33 | 31 a 36 | 30 | 28 a 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Torrinha | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 | 32 a 36 | 30 | 31 | 30 + 32 a 36 | 29 |
| Trabiju | | 34 a 36 | 31 a 33 | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Tremembé | | | | | | 27 a 29 | | | 27 a 29 |
| Três Fronteiras | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Tuiuti | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 28 |
| Tupã | | 34 | 35 a 36 | 31 | 32 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Tupi Paulista | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 32 | 33 a 36 | 30 |
| Turiúba | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Turmalina | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Ubarana | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Ubatuba | 32 a 36 | 31 | 26 a 30 | 30 a 36 | 26 a 29 | | 29 a 36 | 26 a 28 | 25 |
| Ubirajara | | 34 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 29 a 30 | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 28 a 29 |
| Uchoa | 34 a 35 | 36 | 33 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| União Paulista | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Urânia | 34 | 35 a 36 | | 33 a 36 | 31 a 32 | | 32 a 36 | 31 | |
| Uru | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |
| Urupês | 34 a 35 | 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Valentim Gentil | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Valinhos | 34 a 35 | 32 a 33 + 36 | 31 | 31 a 36 | | 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Valparaíso | | 34 | 35 a 36 | | 31 a 36 | | 31 a 33 | 34 a 36 | 30 |
| Vargem | 31 a 33 | 34 a 36 | | 31 a 33 | 30 + 34 a 36 | 27 a 29 | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 | 27 a 28 |
| Vargem Grande Do Sul | | 31 a 33 | 34 a 36 | | 30 a 33 | 34 a 36 | | 30 a 33 | 29 + 34 a 36 |
| Vargem Grande Paulista | 33 a 36 | 31 a 32 | 30 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| Várzea Paulista | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 30 | 29 | 30 a 36 | 29 | 27 a 28 |
| Vera Cruz | | 34 a 36 | | 31 a 35 | 36 | 30 | 31 a 35 | 30 + 36 | 29 |
| Vinhedo | 34 a 35 | 31 a 33 + 36 | | 31 a 36 | | 29 a 30 | 31 a 36 | 30 | 29 |
| Viradouro | 34 a 35 | 33 + 36 | 31 a 32 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | 30 |
| Vista Alegre Do Alto | 34 a 35 | | 33 + 36 | 31 a 36 | | | 31 a 36 | | |
| Vitória Brasil | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Votorantim | 34 a 36 | 31 a 33 | | 31 a 36 | 29 a 30 | 26 a 28 + 22 | 30 a 36 | 29 | 26 a 28 + 22 |
| Votuporanga | 34 | 35 a 36 | 33 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | |
| Zacarias | 34 | 35 | 36 | 33 a 36 | 31 a 32 | | 31 a 36 | | 30 |

**PORTARIA Nº 391, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 318 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo de sequeiro, no Estado do Paraná conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV, temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA): O ISNA para mudas simples que deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 nas Fase II e III; e 0,50 na Fase IV; Para a mudas altas ou mudão o ISNA deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 na Fase III; e 0,50 na Fase IV;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abatiá | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 29 | 28 + 30 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Adrianópolis | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 a 34 | 35 a 36 | 22 a 32 | 33 a 34 | 35 a 36 | 22 a 32 | 33 a 34 | 35 a 36 |
| Agudos Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 |
| Almirante Tamandaré | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Altamira Do Paraná | 27 a 28 | 26 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Alto Paraíso | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Alto Paraná | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Alto Piquiri | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Altônia | | 30 | 26 a 29 + 31 | | 22 + 26 a 31 | 23 a 25 + 32 | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 32 |
| Alvorada Do Sul | | | 31 | | 30 a 33 | 27 a 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 + 22 |
| Amaporã | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Ampére | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Anahy | 28 | 26 a 27 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Andirá | | | 31 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 35 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| Ângulo | | 31 | 30 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 |
| Antonina | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Antônio Olinto | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Apucarana | | 31 | 26 a 30 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Arapongas | | 31 | 28 a 30 + 32 | 28 | 27 + 29 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Arapoti | | 27 | 26 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 |
| Arapuã | | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Araruna | | 27 | 26 + 28 a 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 |
| Araucária | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Ariranha Do Ivaí | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Assaí | | 31 | 30 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 a 33 |
| Assis Chateaubriand | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 a 31 |
| Astorga | | 31 | 30 + 32 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 + 22 | 23 a 26 | 28 a 31 | 27 + 32 + 22 | 23 a 26 |
| Atalaia | | | 30 a 31 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 |
| Balsa Nova | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Bandeirantes | | | 31 a 34 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 34 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 34 + 22 |
| Barbosa Ferraz | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Barra Do Jacaré | | | 31 a 33 | | 28 a 32 | 27 + 33 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Barracão | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Bela Vista Da Caroba | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Bela Vista Do Paraíso | | | 31 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Boa Esperança | | 27 a 28 | 26 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 23 a 24 + 29 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 29 |
| Boa Esperança Do Iguaçu | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Boa Ventura De São Roque | | 26 a 27 | 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Da Aparecida | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Bocaiúva Do Sul | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Bom Jesus Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Bom Sucesso | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 | 32 |
| Bom Sucesso Do Sul | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Borrazópolis | | 27 a 31 | 26 + 32 | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 | 32 | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 | 32 |
| Braganey | 27 | 26 + 28 a 29 | 22 a 25 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Brasilândia Do Sul | | | 26 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Cafeara | | | 31 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Cafelândia | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cafezal Do Sul | | | 26 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Califórnia | | 31 | 26 a 30 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Cambará | | | 31 a 33 | | 29 a 33 | 27 a 28 + 34 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 + 22 |
| Cambé | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Cambira | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Campina Da Lagoa | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Campina Do Simão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Campina Grande Do Sul | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Campo Bonito | 26 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 a 25 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Campo Do Tenente | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 |
| Campo Largo | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Campo Magro | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Campo Mourão | | 27 | 26 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Cândido De Abreu | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Candói | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cantagalo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Capanema | | 25 a 28 | 24 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Capitão Leônidas Marques | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Carambeí | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Carlópolis | | 31 | 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 22 a 26 + 32 a 33 |
| Cascavel | 26 a 27 | 28 | 29 + 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Castro | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Catanduvas | 26 a 27 | | 24 a 25 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Centenário Do Sul | | | 31 a 34 | | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 34 | 27 + 35 a 36 + 22 |
| Cerro Azul | | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Céu Azul | 27 | 26 + 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Chopinzinho | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cianorte | | | 26 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Cidade Gaúcha | | | 27 a 31 | 28 | 27 + 29 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Clevelândia | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Colombo | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 |
| Colorado | | | 31 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Congonhinhas | | | 31 a 33 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 a 33 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 a 33 |
| Conselheiro Mairinck | | | 30 a 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 a 32 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 a 32 |
| Contenda | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Corbélia | 27 | 26 + 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cornélio Procópio | | | 31 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 | 29 a 30 | 28 + 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Coronel Domingos Soares | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Coronel Vivida | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Corumbataí Do Sul | | 27 | 26 + 28 a 29 | 27 | 25 a 26 | 23 a 24 + 28 a 29 | 27 | 24 a 26 | 23 + 28 a 29 |
| Cruz Machado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cruzeiro Do Iguaçu | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Cruzeiro Do Oeste | | | 26 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Cruzeiro Do Sul | | | 31 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 26 + 33 |
| Cruzmaltina | | 27 a 30 | 26 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Curitiba | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Curiúva | | | 26 a 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 | | 23 a 27 | 22 + 28 |
| Diamante Do Norte | | | 27 a 33 | 31 | 27 a 30 + 32 | 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 33 + 22 |
| Diamante Do Sul | 26 a 28 | 29 | 30 a 31 + 22 a 25 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Diamante D'Oeste | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Dois Vizinhos | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Douradina | | | 27 a 31 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Doutor Camargo | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 22 + 28 a 29 | 23 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Doutor Ulysses | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Enéas Marques | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Engenheiro Beltrão | | | 26 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 | 22 + 28 | 23 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Entre Rios Do Oeste | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Esperança Nova | | | 27 a 31 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Espigão Alto Do Iguaçu | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Farol | | 27 a 28 | 26 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 |
| Faxinal | | 27 a 30 | 26 + 31 a 32 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 a 32 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Fazenda Rio Grande | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Fênix | | 30 | 26 a 29 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 | 22 + 27 a 28 | 23 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Figueira | | | 26 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Flor Da Serra Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Floraí | | 31 | 27 a 30 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Floresta | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Florestópolis | | | 31 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Flórida | | | 30 a 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 + 33 |
| Formosa Do Oeste | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Foz Do Iguaçu | | 28 | 26 a 27 + 29 | | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 |
| Foz Do Jordão | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Francisco Alves | | 30 | 26 a 29 + 31 | | 22 a 30 | 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Francisco Beltrão | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Godoy Moreira | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Goioerê | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 | 25 a 26 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Goioxim | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Grandes Rios | | 27 a 30 | 26 + 31 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 31 |
| Guaíra | | 27 a 30 | 26 + 31 | | 22 a 30 | 31 a 32 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Guairaçá | | | 31 | | 27 a 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Guamiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guapirama | | | 31 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 + 22 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 a 32 |
| Guaporema | | | 27 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Guaraci | | | 31 a 33 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Guaraniaçu | 26 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 a 25 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Guarapuava | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guaraqueçaba | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Guaratuba | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Honório Serpa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibaiti | | | 26 a 31 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 a 32 | | 22 a 30 | 31 a 32 |
| Ibema | 26 a 27 | | 24 a 25 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 |
| Ibiporã | | | 31 a 33 | | 28 a 31 | 27 + 32 a 33 + 22 | 30 | 28 a 29 + 31 + 22 | 23 a 27 + 32 a 33 |
| Icaraíma | | | 27 a 31 | | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Iguaraçu | | 31 | 30 | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Iguatu | 28 | 26 a 27 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Imbaú | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Inajá | | | 31 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Indianópolis | | | 27 a 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Ipiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Iporã | | 30 | 26 a 29 + 31 | | 22 a 30 | 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Iracema Do Oeste | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Iretama | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Itaguajé | | | | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| Itaipulândia | | 26 a 28 | 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Itambaracá | | | 31 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 a 35 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Itambé | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 | 22 + 28 a 29 | 23 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Itapejara D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaperuçu | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Itaúna Do Sul | | | 27 a 31 | 31 | 27 a 30 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 22 |
| Ivaí | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ivaiporã | | 27 a 28 | 25 a 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Ivaté | | | 27 a 31 | | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Ivatuba | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 22 + 28 a 29 | 23 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Jaboti | | | 30 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Jacarezinho | | | 31 a 33 | | 28 a 32 | 26 a 27 + 33 a 35 | 29 a 31 | 28 + 32 | 26 a 27 + 33 a 36 + 22 |
| Jaguapitã | | | 31 a 33 | | 28 a 32 | 27 + 33 + 22 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 + 22 | 26 a 27 + 33 |
| Jaguariaíva | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Jandaia Do Sul | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Janiópolis | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 | 25 a 26 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Japira | | | 28 | | 22 + 26 a 28 | 23 a 25 + 29 a 30 | | 22 a 28 | 29 a 30 |
| Japurá | | | 27 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Jardim Alegre | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Jardim Olinda | | | | | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 35 | 27 + 36 + 22 |
| Jataizinho | | | 31 a 33 | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 + 22 | | 22 + 28 a 31 | 23 a 27 + 32 a 33 |
| Jesuítas | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 | 26 a 27 | 22 a 25 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Joaquim Távora | | | 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 |
| Jundiaí Do Sul | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 22 a 26 + 32 |
| Juranda | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 + 22 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Jussara | | | 26 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 25 + 31 | 22 + 28 | 23 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Kaloré | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 | 32 | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 | 32 |
| Lapa | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Laranjal | 26 a 28 | 29 | 30 a 31 + 22 a 25 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Laranjeiras Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Leópolis | | | 31 a 33 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Lidianópolis | | 27 a 30 | 26 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Lindoeste | 26 a 27 | 28 | 29 + 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Loanda | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Lobato | | | 31 a 33 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 26 + 33 |
| Londrina | | 31 | 28 a 30 + 32 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Luiziana | | 26 a 27 | 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Lunardelli | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Lupionópolis | | | 34 | | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 35 | 27 + 36 + 22 |
| Mamborê | | 27 a 28 | 26 + 29 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Mandaguaçu | | 31 | 30 | 29 a 31 | 27 a 28 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 31 | 27 + 22 | 23 a 26 + 32 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mandaguari | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 | 28 a 31 | 26 a 27 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 31 | 22 a 27 | 32 |
| Mandirituba | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| Manfrinópolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Mangueirinha | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Manoel Ribas | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Marechal Cândido Rondon | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Maria Helena | | | 26 a 31 | 27 a 29 | 26 + 30 + 22 | 23 a 25 + 31 a 32 | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 | 31 a 32 |
| Marialva | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Marilândia Do Sul | | 31 | 26 a 30 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 32 |
| Marilena | | | 27 a 31 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 22 |
| Mariluz | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Maringá | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Mariópolis | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Maripá | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Marmeleiro | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Marquinho | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Marumbi | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Matelândia | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Matinhos | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Mato Rico | 27 | 26 + 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Mauá Da Serra | | | 26 a 28 | 27 | 25 a 26 | 22 a 24 + 28 | 27 | 23 a 26 | 22 + 28 |
| Medianeira | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Mercedes | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 | 25 a 26 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Mirador | | | 27 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Miraselva | | | 31 | | 28 a 31 | 27 + 32 | 30 a 31 | 28 a 29 | 27 + 32 + 22 |
| Missal | | 26 a 28 | 29 a 30 + 22 | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Moreira Sales | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Morretes | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Munhoz De Melo | | 31 | 30 + 32 a 33 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 + 33 |
| Nossa Senhora Das Graças | | | 31 a 33 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Nova Aliança Do Ivaí | | | 27 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Nova América Da Colina | | | 31 a 33 | | 28 a 32 | 26 a 27 + 33 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 + 22 | 23 a 26 + 33 |
| Nova Aurora | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 + 22 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Nova Cantu | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Nova Esperança | | 31 | 30 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Nova Esperança Do Sudoeste | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Fátima | | | 31 a 33 | | 28 a 32 | 26 a 27 + 33 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 a 32 + 22 | 23 a 26 + 33 |
| Nova Laranjeiras | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Nova Londrina | | | 27 a 31 | 31 | 27 a 30 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 26 |
| Nova Olímpia | | | 27 a 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 25 + 31 |
| Nova Prata Do Iguaçu | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Nova Santa Bárbara | | | 30 a 32 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 a 32 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 a 32 |
| Nova Santa Rosa | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Nova Tebas | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Novo Itacolomi | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 32 | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 | 32 |
| Ortigueira | | 27 | 25 a 26 + 28 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Ourizona | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Ouro Verde Do Oeste | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Paiçandu | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Palmeira | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Palmital | 26 a 27 | 28 | 29 a 30 + 22 a 25 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Palotina | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Paraíso Do Norte | | | 27 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Paranacity | | | 31 a 33 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 + 22 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Paranaguá | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Paranapoema | | | 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| Paranavaí | | | 31 a 33 | | 27 a 32 | 26 + 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 + 33 |
| Pato Bragado | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 | 25 a 26 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Pato Branco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Paula Freitas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Peabiru | | | 26 a 30 | | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 |
| Perobal | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola | | | 26 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola D'Oeste | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Piên | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pinhais | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pinhal De São Bento | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Pinhalão | | | 26 a 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 |
| Pinhão | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraí Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraquara | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pitanga | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pitangueiras | | 31 | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 |
| Planaltina Do Paraná | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Planalto | | 25 a 27 | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Ponta Grossa | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pontal Do Paraná | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Porecatu | | | | | 30 a 34 | 27 a 29 + 35 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 35 | 27 + 36 + 22 |
| Porto Amazonas | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Porto Barreiro | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Porto Rico | | | 27 a 31 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 22 |
| Prado Ferreira | | | 31 | | 28 a 32 | 27 + 33 + 22 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Pranchita | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Presidente Castelo Branco | | 31 | 27 a 30 | | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Primeiro De Maio | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 31 | 28 a 30 + 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Prudentópolis | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Quarto Centenário | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Quatiguá | | | 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 |
| Quatro Barras | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Quatro Pontes | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Quedas Do Iguaçu | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Querência Do Norte | | | 27 a 31 | 30 a 31 | 27 a 29 | 22 a 26 + 32 | 28 a 31 | 27 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Quinta Do Sol | | | 26 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 | 22 + 28 | 23 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Quitandinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Ramilândia | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rancho Alegre | | | 31 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 + 22 | | 28 a 31 | 27 + 32 a 33 + 22 |
| Rancho Alegre D'Oeste | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Realeza | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Renascença | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Reserva | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Reserva Do Iguaçu | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ribeirão Claro | | | 31 a 34 | | 28 a 32 | 26 a 27 + 33 a 35 + 22 | 29 a 30 | 28 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 35 + 22 |
| Ribeirão Do Pinhal | | | 31 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 a 33 |
| Rio Bom | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 32 | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 | 32 |
| Rio Bonito Do Iguaçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Rio Branco Do Ivaí | | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Rio Branco Do Sul | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Rio Negro | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 |
| Rolândia | | 31 | 30 | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Roncador | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Rondon | | | 27 a 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Rosário Do Ivaí | | 27 a 29 | 25 a 26 + 30 a 31 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Sabáudia | | 31 | 30 + 32 | 28 a 31 | 27 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 31 | 27 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Salgado Filho | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Salto Do Itararé | | | 30 a 31 | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 + 22 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 |
| Salto Do Lontra | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Santa Amélia | | | 31 a 34 | | 28 a 32 | 26 a 27 + 33 a 34 | 29 a 31 | 28 + 32 | 26 a 27 + 33 a 34 + 22 |
| Santa Cecília Do Pavão | | 31 | 30 + 32 | | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Santa Cruz De Monte Castelo | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Santa Fé | | | 30 a 33 | 31 | 28 a 30 + 32 | 27 + 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 + 33 |
| Santa Helena | | 26 a 28 | 29 a 30 + 22 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Santa Inês | | | | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| Santa Isabel Do Ivaí | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Santa Izabel Do Oeste | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Santa Lúcia | 26 a 27 | 28 | 29 + 24 a 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Maria Do Oeste | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Mariana | | | 31 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 35 + 22 |
| Santa Mônica | | | 27 a 31 | | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Santa Tereza Do Oeste | 27 | 26 + 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Santa Terezinha De Itaipu | | 28 | 26 a 27 + 29 | | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 |
| Santana Do Itararé | | | 26 a 30 | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | | 22 a 29 | 30 |
| Santo Antônio Da Platina | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 | 28 + 30 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Santo Antônio Do Caiuá | | | 31 a 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Santo Antônio Do Paraíso | | | 30 a 31 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 29 | 26 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Santo Antônio Do Sudoeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Santo Inácio | | | 34 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| São Carlos Do Ivaí | | 31 | 27 a 30 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| São Jerônimo Da Serra | | | 26 a 31 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 | | 22 a 30 | 31 |
| São João | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| São João Do Caiuá | | | 31 | | 29 a 32 | 27 a 28 + 33 + 22 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| São João Do Ivaí | | 27 a 30 | 26 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| São João Do Triunfo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| São Jorge Do Ivaí | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| São Jorge Do Patrocínio | | | 27 a 31 | | 22 + 27 a 31 | 23 a 26 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| São Jorge D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| São José Da Boa Vista | | | 26 a 28 | | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 |
| São José Das Palmeiras | | 26 a 28 | 29 a 30 + 22 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| São José Dos Pinhais | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| São Manoel Do Paraná | | | 27 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| São Mateus Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Miguel Do Iguaçu | | 26 a 28 | 25 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| São Pedro Do Iguaçu | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 |
| São Pedro Do Ivaí | | 30 | 26 a 29 + 31 | 22 + 28 | 23 a 27 + 29 a 30 | 31 | 22 + 27 a 28 | 23 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| São Pedro Do Paraná | | | 27 a 31 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 26 + 22 |
| São Sebastião Da Amoreira | | | 31 | | 28 a 31 | 22 a 27 + 32 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| São Tomé | | 31 | 27 a 30 | 29 | 26 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Sapopema | | | 26 a 31 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 a 32 | | 22 a 30 | 31 a 32 |
| Sarandi | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Saudade Do Iguaçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Sengés | | 26 a 27 | 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 22 a 24 + 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 22 + 28 |
| Serranópolis Do Iguaçu | | 26 a 29 | 25 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 |
| Sertaneja | | | 31 | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | | 28 a 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Sertanópolis | | | 31 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 a 33 + 22 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 a 33 + 22 |
| Siqueira Campos | | | | | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 |
| Sulina | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Tamarana | | | 26 a 31 | | 22 a 30 | 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Tamboara | | | 27 a 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Tapejara | | | 26 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 + 22 | 23 a 25 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Tapira | | | 27 a 31 | 28 | 27 + 29 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Teixeira Soares | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Telêmaco Borba | | 27 | 25 a 26 | | 25 a 27 | 23 a 24 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 |
| Terra Boa | | | 26 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 25 + 31 | 22 + 28 | 23 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Terra Rica | | | 31 a 33 | | 27 a 32 | 33 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 26 + 33 |
| Terra Roxa | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 30 | 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tibagi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tijucas Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Toledo | | 26 a 28 | 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Tomazina | | | 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Três Barras Do Paraná | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Tunas Do Paraná | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tuneiras Do Oeste | | | 26 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Tupãssi | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Turvo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Ubiratã | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Umuarama | | | 26 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 25 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| União Da Vitória | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Uniflor | | | 31 | | 28 a 32 | 27 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 + 22 | 23 a 26 |
| Uraí | | | 31 a 33 | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 + 22 | | 22 + 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 |
| Ventania | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | 23 a 24 | | 25 a 27 | 23 a 24 |
| Vera Cruz Do Oeste | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Verê | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Virmond | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Vitorino | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Wenceslau Braz | | | 26 a 28 | | 25 a 27 | 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Xambrê | | | 26 a 31 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abatiá | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Adrianópolis | | 26 a 34 | 22 a 25 + 35 a 36 | 22 a 32 | 33 a 34 | 35 a 36 | 22 a 32 | 33 a 34 | 35 a 36 |
| Agudos Do Sul | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 |
| Almirante Tamandaré | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Altamira Do Paraná | 28 | 26 a 27 + 29 | 30 a 31 + 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Alto Paraíso | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Alto Paraná | | | | 30 a 31 | | 27 a 29 + 32 | 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 32 |
| Alto Piquiri | | | 27 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Altônia | | | 31 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 + 22 a 23 | 24 a 26 + 32 |
| Alvorada Do Sul | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 34 a 36 | 30 a 31 | 32 a 33 | 34 a 36 + 27 a 29 |
| Amaporã | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Ampére | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Anahy | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Andirá | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 36 |
| Ângulo | | | 31 | 30 a 31 | 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 |
| Antonina | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Antônio Olinto | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Apucarana | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Arapongas | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Arapoti | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Arapuã | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Araruna | | | 27 a 28 | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | | 23 a 28 | 22 + 29 |
| Araucária | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Ariranha Do Ivaí | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 31 |
| Assaí | | | 31 | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Assis Chateaubriand | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Astorga | | | 31 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 32 | 22 a 26 |
| Atalaia | | | | 30 a 31 | 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 22 |
| Balsa Nova | 26 | 25 + 27 | 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Bandeirantes | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Barbosa Ferraz | | | 27 a 31 | 28 | 25 a 27 + 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Barra Do Jacaré | | | | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 27 + 33 + 22 |
| Barracão | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Bela Vista Da Caroba | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Bela Vista Do Paraíso | | | | 31 | 30 + 32 | 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Boa Esperança | | | 26 a 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 23 a 24 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 29 |
| Boa Esperança Do Iguaçu | 26 a 27 | | 25 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Boa Ventura De São Roque | | 26 a 27 | 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Da Aparecida | 27 | 26 + 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Bocaiúva Do Sul | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Bom Jesus Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Bom Sucesso | | | 30 a 31 | | 26 a 31 | 22 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Bom Sucesso Do Sul | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Borrazópolis | | 31 | 27 a 30 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 | 22 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Braganey | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Brasilândia Do Sul | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 + 22 | 23 a 25 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Cafeara | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 33 a 35 | 30 a 31 | 32 | 33 a 35 + 22 + 27 a 29 |
| Cafelândia | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cafezal Do Sul | | | 27 a 31 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Califórnia | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Cambará | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 33 | 28 a 29 + 34 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 27 + 34 a 36 |
| Cambé | | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 32 | 30 a 31 | 28 a 29 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Cambira | | 31 | 30 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Campina Da Lagoa | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 26 a 27 | 25 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Campina Do Simão | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Campina Grande Do Sul | 26 a 27 | 22 a 25 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Campo Bonito | | 26 a 29 | 25 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Campo Do Tenente | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 |
| Campo Largo | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Campo Magro | 26 | 25 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Campo Mourão | | | 27 a 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Cândido De Abreu | | 27 | 25 a 26 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Candói | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cantagalo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Capanema | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Capitão Leônidas Marques | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Carambeí | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Carlópolis | | | | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Cascavel | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Castro | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Catanduvas | 27 | 26 | 25 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Centenário Do Sul | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 34 | 35 a 36 | 30 a 31 | 32 a 34 | 35 a 36 + 22 + 27 a 29 |
| Cerro Azul | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Céu Azul | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Chopinzinho | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cianorte | | | | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Cidade Gaúcha | | | | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Clevelândia | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Colombo | 26 | 25 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 |
| Colorado | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 + 22 |
| Congonhinhas | | | | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 a 33 |
| Conselheiro Mairinck | | | | | 30 | 26 a 29 + 31 a 32 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 a 32 |
| Contenda | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Corbélia | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cornélio Procópio | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 a 33 + 22 |
| Coronel Domingos Soares | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Coronel Vivida | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Corumbataí Do Sul | | | 27 a 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 |
| Cruz Machado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cruzeiro Do Iguaçu | 26 a 27 | 28 | 29 + 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Cruzeiro Do Oeste | | | 27 a 28 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Cruzeiro Do Sul | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Cruzmaltina | | | 26 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 22 a 25 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Curitiba | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Curiúva | | | 28 | | 26 a 27 | 22 a 25 + 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 |
| Diamante Do Norte | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Diamante Do Sul | 28 | 26 a 27 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Diamante D'Oeste | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Dois Vizinhos | 26 | 27 | 28 + 24 a 25 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Douradina | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Doutor Camargo | | | 31 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 29 | 26 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Doutor Ulysses | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Enéas Marques | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Engenheiro Beltrão | | | 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | | 22 a 30 | 31 |
| Entre Rios Do Oeste | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 26 + 28 a 29 | 22 a 25 + 30 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Esperança Nova | | | | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 |
| Espigão Alto Do Iguaçu | 26 a 27 | 28 | 29 + 25 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Farol | | | 27 a 28 | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 |
| Faxinal | | | 26 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 22 a 25 + 31 a 32 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Fazenda Rio Grande | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Fênix | | | 30 a 31 | | 26 a 30 | 22 a 25 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Figueira | | | 31 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Flor Da Serra Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Floraí | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Floresta | | | 31 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Florestópolis | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 33 a 34 | 30 a 31 | 32 | 33 a 34 + 22 + 27 a 29 |
| Flórida | | | | 30 a 31 | 32 | 33 + 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Formosa Do Oeste | | 28 | 27 + 29 a 31 | 27 a 28 | 26 + 29 + 22 | 23 a 25 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Foz Do Iguaçu | | | 26 a 28 | | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 23 a 24 + 29 |
| Foz Do Jordão | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Francisco Alves | | | 28 a 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Francisco Beltrão | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Godoy Moreira | | | 26 a 31 | 28 | 25 a 27 + 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Goioerê | | | 26 a 31 | | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Goioxim | | 25 a 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Grandes Rios | | | 26 a 31 | 27 a 28 | 25 a 26 + 29 a 30 | 22 a 24 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Guaíra | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 22 a 25 + 31 a 32 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Guairaçá | | | | 30 a 31 | | 27 a 29 + 32 | 30 a 31 | 28 a 29 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Guamiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guapirama | | | | | 30 | 26 a 29 + 31 a 32 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 + 22 |
| Guaporema | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Guaraci | | | | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Guaraniaçu | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Guarapuava | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guaraqueçaba | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Guaratuba | 25 a 36 | 22 a 24 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Honório Serpa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibaiti | | | 31 | | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 a 32 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 a 32 |
| Ibema | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 |
| Ibiporã | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 a 33 + 22 |
| Icaraíma | | | | | 27 a 31 | 26 + 32 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 | 22 a 26 + 32 |
| Iguaraçu | | | 31 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Iguatu | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Imbaú | | | 25 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Inajá | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 35 |
| Indianópolis | | | | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | | 22 + 27 a 30 | 23 a 26 + 31 |
| Ipiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Iporã | | | 27 a 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Iracema Do Oeste | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Iretama | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | 27 a 28 | 25 a 26 + 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Itaguajé | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 33 a 36 | 30 a 31 | 32 | 33 a 36 + 27 a 29 |
| Itaipulândia | | | 26 a 28 | | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 |
| Itambaracá | | | 34 a 35 | 31 | 30 + 32 | 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 35 |
| Itambé | | | 30 a 31 | | 26 a 31 | 22 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itapejara D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaperuçu | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Itaúna Do Sul | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 22 |
| Ivaí | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ivaiporã | | 27 | 26 + 28 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Ivaté | | | | | 27 a 31 | 26 + 32 + 22 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Ivatuba | | | 31 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 29 | 26 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Jaboti | | | 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | | 22 + 27 a 29 | 23 a 26 + 30 a 31 |
| Jacarezinho | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 36 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 36 + 22 |
| Jaguapitã | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Jaguariaíva | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | 24 |
| Jandaia Do Sul | | 31 | 30 | 28 | 27 + 29 a 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Janiópolis | | | 26 a 31 | | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Japira | | | | | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | | 22 + 26 a 28 | 23 a 25 + 29 a 30 |
| Japurá | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Jardim Alegre | | | 26 a 31 | 27 | 25 a 26 + 28 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Jardim Olinda | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 a 35 | 36 | 30 a 31 | 32 a 35 | 36 + 27 a 29 |
| Jataizinho | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Jesuítas | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Joaquim Távora | | | | | | 26 a 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 |
| Jundiaí Do Sul | | | | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 | 29 | 28 + 30 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Juranda | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Jussara | | | 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | | 22 a 30 | 31 |
| Kaloré | | 31 | 27 a 30 | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 | 22 a 25 + 32 | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 a 31 | 32 |
| Lapa | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Laranjal | 28 | 26 a 27 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Laranjeiras Do Sul | 26 | 27 | 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Leópolis | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 + 22 |
| Lidianópolis | | | 26 a 31 | 28 | 25 a 27 + 29 a 30 | 22 a 24 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Lindoeste | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Loanda | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Lobato | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Londrina | | | 31 | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Luiziana | | | 26 a 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Lunardelli | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Lupionópolis | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 30 a 31 | 32 a 35 | 36 + 27 a 29 |
| Mamborê | | 28 | 26 a 27 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Mandaguaçu | | | 31 | 30 a 31 | 28 a 29 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 32 |
| Mandaguari | | | 30 a 31 | 30 a 31 | 27 a 29 | 22 a 26 + 32 | 28 a 31 | 26 a 27 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Mandirituba | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| Manfrinópolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Mangueirinha | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Manoel Ribas | | 27 a 28 | 26 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Marechal Cândido Rondon | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 26 + 28 a 29 | 22 a 25 + 30 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Maria Helena | | | | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 a 32 | 28 a 29 | 27 + 30 + 22 | 23 a 26 + 31 a 32 |
| Marialva | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Marilândia Do Sul | | | 31 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 29 | 22 a 28 + 30 a 31 | 32 |
| Marilena | | | | 30 a 31 | 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 |
| Mariluz | | | 27 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Maringá | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Mariópolis | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Maripá | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 26 + 28 a 29 | 22 a 25 + 30 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Marmeleiro | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Marquinho | 27 | 26 + 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Marumbi | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 22 a 25 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| Matelândia | | 26 a 28 | 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Matinhos | 25 a 36 | 22 a 24 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Mato Rico | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Mauá Da Serra | | | | | 26 a 27 | 22 a 25 + 28 | | 23 a 27 | 22 + 28 |
| Medianeira | | 27 a 28 | 26 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Mercedes | | | 27 a 31 | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Mirador | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Miraselva | | | | 31 | 30 | 28 a 29 + 32 | 30 a 31 | 28 a 29 | 27 + 32 + 22 |
| Missal | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Moreira Sales | | | 27 a 31 | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Morretes | 26 a 36 | 22 a 25 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Munhoz De Melo | | | 31 | 30 a 31 | 32 | 33 + 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Nossa Senhora Das Graças | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Nova Aliança Do Ivaí | | | | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Nova América Da Colina | | | | | 30 a 32 | 28 a 29 + 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Nova Aurora | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Nova Cantu | | 27 a 29 | 26 + 30 a 31 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Nova Esperança | | | | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Nova Esperança Do Sudoeste | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Fátima | | | | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Nova Laranjeiras | 26 | 27 a 28 | 29 a 30 + 22 a 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Nova Londrina | | | | 30 a 31 | 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 |
| Nova Olímpia | | | | | 27 a 30 | 26 + 31 + 22 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 |
| Nova Prata Do Iguaçu | 26 a 27 | | 25 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Nova Santa Bárbara | | | 31 | | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 a 32 + 22 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 a 32 |
| Nova Santa Rosa | | | 27 a 30 | 27 | 26 + 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Nova Tebas | | 27 a 28 | 26 + 29 a 31 | 26 a 28 | 23 a 25 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Novo Itacolomi | | 31 | 27 a 30 | 28 a 30 | 26 a 27 + 31 | 22 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Ortigueira | | | 26 a 31 | | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Ourizona | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ouro Verde Do Oeste | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Paiçandu | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 + 22 | 23 a 25 + 32 |
| Palmeira | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Palmital | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Palotina | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Paraíso Do Norte | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Paranacity | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 + 22 |
| Paranaguá | 25 a 36 | 22 a 24 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Paranapoema | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 33 a 36 | 30 a 31 | 32 | 33 a 36 + 27 a 29 |
| Paranavaí | | | | 30 a 31 | 32 | 33 + 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Pato Bragado | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Pato Branco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Paula Freitas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Peabiru | | | 30 | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 a 30 | | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 |
| Perobal | | | 27 a 31 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola | | | | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 28 | 27 + 29 + 22 a 23 | 24 a 26 + 30 a 31 |
| Pérola D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Piên | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pinhais | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pinhal De São Bento | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Pinhalão | | | | | 27 | 22 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 |
| Pinhão | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraí Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraquara | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pitanga | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pitangueiras | | | 31 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 22 |
| Planaltina Do Paraná | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Planalto | 26 | 27 | 28 + 25 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Ponta Grossa | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pontal Do Paraná | 25 a 36 | 22 a 24 | | 22 a 36 | | | 22 a 36 | | |
| Porecatu | | | 34 a 36 | 31 | 32 a 35 | 36 + 30 | 30 a 31 | 32 a 35 | 36 + 27 a 29 |
| Porto Amazonas | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Porto Barreiro | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Porto Rico | | | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 |
| Prado Ferreira | | | | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Pranchita | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Presidente Castelo Branco | | | | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 | 22 a 26 + 32 |
| Primeiro De Maio | | | 34 a 35 | 31 | 30 + 32 | 33 a 35 | 30 a 31 | 32 | 33 a 35 + 27 a 29 |
| Prudentópolis | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Quarto Centenário | | | 26 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Quatiguá | | | | | | 26 a 31 | | 28 a 29 | 26 a 27 + 30 a 31 + 22 |
| Quatro Barras | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Quatro Pontes | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 27 | 24 a 26 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Quedas Do Iguaçu | 26 a 27 | 28 | 29 + 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Querência Do Norte | | | | 30 a 31 | 27 a 29 | 32 | 29 a 31 | 27 a 28 | 26 + 32 + 22 |
| Quinta Do Sol | | | 30 a 31 | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Quitandinha | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Ramilândia | | 28 | 26 a 27 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rancho Alegre | | | | | 30 a 31 | 32 a 33 | 30 | 31 | 32 a 33 + 22 + 27 a 29 |
| Rancho Alegre D'Oeste | | | 26 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Realeza | 26 a 27 | | 25 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Renascença | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Reserva | | | 25 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Reserva Do Iguaçu | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ribeirão Claro | | | 34 a 35 | | 30 a 32 | 27 a 29 + 33 a 35 | 30 | 28 a 29 + 31 a 32 | 26 a 27 + 33 a 35 + 22 |
| Ribeirão Do Pinhal | | | | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 a 33 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 a 33 + 22 |
| Rio Bom | | 31 | 27 a 30 + 32 | 29 a 30 | 26 a 28 + 31 | 22 a 25 + 32 | 28 a 30 | 22 a 27 + 31 | 32 |
| Rio Bonito Do Iguaçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Rio Branco Do Ivaí | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Rio Branco Do Sul | 27 | 26 | 25 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Rio Negro | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 |
| Rolândia | | | 31 | | 28 a 31 | 27 + 32 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Roncador | | 27 a 28 | 26 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Rondon | | | | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 |
| Rosário Do Ivaí | | | 26 a 31 | 27 a 28 | 25 a 26 + 29 | 22 a 24 + 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Sabáudia | | | 31 | 30 a 31 | 28 a 29 | 26 a 27 + 32 + 22 | 29 a 31 | 27 a 28 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Salgado Filho | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Salto Do Itararé | | | | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 |
| Salto Do Lontra | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Santa Amélia | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 34 + 22 |
| Santa Cecília Do Pavão | | | 31 | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 + 22 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Santa Cruz De Monte Castelo | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Santa Fé | | | | 30 a 31 | 32 | 33 + 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 33 + 22 |
| Santa Helena | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Santa Inês | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 33 a 36 | 30 a 31 | 32 | 33 a 36 + 27 a 29 |
| Santa Isabel Do Ivaí | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Santa Izabel Do Oeste | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Santa Lúcia | | 26 a 28 | 25 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Maria Do Oeste | | 26 a 27 | 25 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Mariana | | | 34 a 35 | 31 | 30 + 32 | 28 a 29 + 33 a 35 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 a 35 + 22 |
| Santa Mônica | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Santa Tereza Do Oeste | | 26 a 28 | 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Santa Terezinha De Itaipu | | | 26 a 28 | | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 23 a 24 + 29 |
| Santana Do Itararé | | | | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 + 22 | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 |
| Santo Antônio Da Platina | | | | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 + 22 |
| Santo Antônio Do Caiuá | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 a 34 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 a 34 |
| Santo Antônio Do Paraíso | | | 31 | | 28 a 31 | 26 a 27 + 32 | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 |
| Santo Antônio Do Sudoeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Santo Inácio | | | 34 a 36 | 31 | 30 + 32 | 33 a 36 | 30 a 31 | 32 | 33 a 36 + 27 a 29 |
| São Carlos Do Ivaí | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| São Jerônimo Da Serra | | | 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 |
| São João | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São João Do Caiuá | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 + 33 | 30 a 31 | 29 + 32 | 27 a 28 + 33 + 22 |
| São João Do Ivaí | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 22 a 25 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| São João Do Triunfo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| São Jorge Do Ivaí | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| São Jorge Do Patrocínio | | | | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 29 | 27 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| São Jorge D'Oeste | 26 a 27 | | 24 a 25 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| São José Da Boa Vista | | | 26 | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 |
| São José Das Palmeiras | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| São José Dos Pinhais | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| São Manoel Do Paraná | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| São Mateus Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Miguel Do Iguaçu | | 28 | 26 a 27 + 29 | 27 | 25 a 26 + 28 | 23 a 24 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 |
| São Pedro Do Iguaçu | | 27 a 28 | 26 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 |
| São Pedro Do Ivaí | | | 30 a 31 | | 26 a 30 | 22 a 25 + 31 | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 31 |
| São Pedro Do Paraná | | | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | | 30 a 31 | 27 a 29 + 32 | 26 + 22 |
| São Sebastião Da Amoreira | | | 31 | | 30 a 31 | 26 a 29 + 32 | | 28 a 31 | 22 a 27 + 32 |
| São Tomé | | | | | 27 a 31 | 22 a 26 + 32 | 29 | 27 a 28 + 30 a 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Sapopema | | | 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 a 32 | | 22 a 30 | 31 a 32 |
| Sarandi | | | 31 | 30 | 27 a 29 + 31 | 22 a 26 + 32 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Saudade Do Iguaçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Sengés | | | 26 a 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 |
| Serranópolis Do Iguaçu | | 26 a 28 | 29 a 30 | 26 a 27 | 25 + 28 a 29 | 23 a 24 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 |
| Sertaneja | | | 34 | 31 | 30 + 32 | 33 a 34 | 30 a 31 | 32 | 33 a 34 + 22 + 27 a 29 |
| Sertanópolis | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 a 33 + 22 |
| Siqueira Campos | | | | | | 26 a 29 | | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 |
| Sulina | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Tamarana | | | 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 + 31 |
| Tamboara | | | | 30 | 28 a 29 + 31 | 26 a 27 + 32 | 29 a 30 | 27 a 28 + 31 | 22 a 26 + 32 |
| Tapejara | | | | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | 28 | 22 a 27 + 29 | 30 a 31 |
| Tapira | | | | 30 | 27 a 29 + 31 | 26 + 32 + 22 | 28 a 30 | 27 + 31 + 22 | 23 a 26 + 32 |
| Teixeira Soares | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Telêmaco Borba | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | 23 a 24 |
| Terra Boa | | | 31 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | | 22 a 30 | 31 |
| Terra Rica | | | | 30 a 31 | 32 | 33 + 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 27 + 33 + 22 |
| Terra Roxa | | | 27 a 31 | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 22 a 25 + 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 31 |
| Tibagi | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tijucas Do Sul | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Toledo | | 27 a 28 | 26 + 29 a 30 | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Tomazina | | | | | | 22 a 31 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 a 31 |
| Três Barras Do Paraná | 26 a 27 | 28 | 29 + 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Tunas Do Paraná | | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tuneiras Do Oeste | | | 27 + 31 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 a 31 | | 22 a 29 | 30 a 31 |
| Tupãssi | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 | 25 a 26 + 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Turvo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Ubiratã | | 28 | 26 a 27 + 29 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 | 30 a 31 |
| Umuarama | | | 27 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 a 23 | 24 a 26 + 31 |
| União Da Vitória | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Uniflor | | | | 31 | 30 + 32 | 27 a 29 | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 | 26 a 27 + 22 |
| Uraí | | | | | 30 a 31 | 28 a 29 + 32 a 33 | 30 | 28 a 29 + 31 | 27 + 32 a 33 + 22 |
| Ventania | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | 23 a 24 |
| Vera Cruz Do Oeste | | 27 a 28 | 26 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Verê | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Virmond | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Vitorino | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Wenceslau Braz | | | | | 27 | 25 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Xambrê | | | 27 | | 27 a 30 | 22 a 26 + 31 | 28 | 27 + 29 a 30 + 22 | 23 a 26 + 31 |

**PORTARIA Nº 392, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 319 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo de sequeiro, no Estado do Rio Grande do Sul conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV, temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA): O ISNA para mudas simples que deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 nas Fase II e III; e 0,50 na Fase IV; Para a mudas altas ou mudão o ISNA deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 na Fase III; e 0,50 na Fase IV;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| **MUNICÍPIOS** | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Agudo | | | 28 | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 27 | 24 a 26 | 23 + 28 |
| Ajuricaba | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Alecrim | | | | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | |
| Alegria | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Almirante Tamandaré Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Alpestre | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Alto Alegre | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Alto Feliz | | 26 a 27 | 24 a 25 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Alvorada | | | 30 | | 23 + 28 a 29 | 22 + 24 a 27 + 30 | 23 a 24 | 25 a 29 | 30 + 22 |
| Amaral Ferrador | | | 27 a 29 | | 27 | 24 a 26 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Ametista Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Anta Gorda | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Antônio Prado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Arambaré | | | 28 | | 28 a 29 | 23 a 27 | | 23 a 29 | |
| Araricá | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | 27 a 29 | 22 a 26 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Aratiba | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Meio | | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 26 a 27 | 23 a 25 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 |
| Arroio Do Padre | | | 26 a 28 | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Sal | 27 a 28 | 26 + 29 | 22 a 25 + 30 | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Arroio Do Tigre | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Arroio Dos Ratos | | | 28 a 29 | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Arroio Grande | | | 28 | | 27 | 24 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Arvorezinha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Augusto Pestana | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Bagé | | | | | | | | | 26 |
| Balneário Pinhal | | | | | | 22 a 24 + 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Barão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Barão Do Triunfo | | | | | 27 | 23 a 26 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 |
| Barra Do Guarita | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Barra Do Ribeiro | | | | | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Barra Do Rio Azul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Barra Funda | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Barros Cassal | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Benjamin Constant Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bento Gonçalves | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Boa Vista Do Buricá | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Do Cadeado | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Do Incra | | | 27 | | 25 a 26 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Bom Princípio | | 27 a 29 | 23 a 26 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Bom Progresso | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Bom Retiro Do Sul | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Boqueirão Do Leão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bossoroca | | | | | | 26 a 27 | | 26 a 27 | 24 a 25 |
| Bozano | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Braga | | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Brochier | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Butiá | | | 27 a 29 | | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 26 a 27 | 23 a 25 | 28 a 29 |
| Caçapava Do Sul | | | | | | 27 | | | 25 a 27 |
| Cacequi | | | | | | | | | 27 |
| Cachoeira Do Sul | | | | | 27 | 24 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Cachoeirinha | | | 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 26 | 27 a 29 | 30 + 22 |
| Caibaté | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Caiçara | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Camaquã | | | 27 a 29 | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | | 24 a 28 | 23 + 29 |
| Camargo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cambará Do Sul | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Campina Das Missões | | | | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | |
| Campinas Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Campo Bom | | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | 27 | 22 a 26 + 28 a 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Campo Novo | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Campos Borges | | | 25 a 27 | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Candelária | | | 27 a 28 | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 26 a 27 | 24 a 25 | 23 + 28 |
| Cândido Godói | | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Candiota | | | | | | | | | 26 |
| Canela | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Canguçu | | | 27 a 29 | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Canoas | | | 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 25 | 26 a 29 | 30 + 22 |
| Canudos Do Vale | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Capão Da Canoa | | 27 a 29 | 25 a 26 + 30 | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Capão Do Cipó | | | | | 27 | 26 | | 26 a 27 | 24 a 25 |
| Capão Do Leão | | | 27 a 28 | | 27 | 24 a 26 + 28 | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 |
| Capela De Santana | | | 23 + 27 a 29 | | 23 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Capitão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari Do Sul | | | | | 29 | 22 a 28 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Caraá | | 27 a 29 | 26 + 30 | 27 | 24 a 26 + 28 a 29 | 22 a 23 + 30 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Carazinho | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Catuípe | | | 27 | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | |
| Cerrito | | | 27 a 28 | | 27 | 24 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Cerro Branco | | | 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Cerro Grande | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cerro Grande Do Sul | | | 28 | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Cerro Largo | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Chapada | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Charqueadas | | | 28 a 29 | | 27 a 29 | 22 a 26 | | 23 a 29 | 22 |
| Charrua | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Chiapetta | | | 26 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Chuí | | | | | | 28 | | | 24 a 28 |
| Chuvisca | | | 27 a 29 | | 27 | 24 a 26 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Cidreira | | | 30 | | 22 + 29 | 23 a 28 + 30 | | 22 a 29 | 30 |
| Colinas | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Colorado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Condor | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Constantina | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Coqueiro Baixo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Coronel Barros | | | 27 | | 26 a 27 | 25 | 26 | 25 + 27 | |
| Coronel Bicaco | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Coronel Pilar | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cotiporã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Crissiumal | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Cristal | | | 27 a 29 | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | 27 | 24 a 26 + 28 | 23 + 29 |
| Cristal Do Sul | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Cruz Alta | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzaltense | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzeiro Do Sul | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 a 27 | 23 a 25 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Derrubadas | | | 25 a 27 | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Dezesseis De Novembro | | | | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Dilermando De Aguiar | | | | | | | | | 24 a 27 |
| Dois Irmãos | | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 27 | 24 a 26 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Dois Irmãos Das Missões | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dois Lajeados | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Dom Feliciano | | | 27 a 28 | | 27 | 24 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Dom Pedro De Alcântara | 26 a 28 | 24 a 25 + 29 | 22 a 23 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Dona Francisca | | | | | 27 | 23 a 26 | | 24 a 27 | 23 |
| Doutor Maurício Cardoso | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Doutor Ricardo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Eldorado Do Sul | | | 30 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Encantado | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Encruzilhada Do Sul | | | | | 27 | 25 a 26 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Engenho Velho | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre Rios Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre-Ijuís | | | | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | |
| Ernestina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Erval Grande | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Erval Seco | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Esperança Do Sul | | | 25 a 27 | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Espumoso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Estância Velha | | 28 | 22 a 27 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Esteio | | | 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 26 | 27 a 29 | 30 + 22 |
| Estrela | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 a 27 | 23 a 25 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Estrela Velha | | | 27 | | 25 a 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Eugênio De Castro | | | | | 27 | 25 a 26 | | 25 a 27 | |
| Fagundes Varela | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Faxinal Do Soturno | | | | | 27 | 23 a 26 | | 24 a 27 | 23 |
| Faxinalzinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Fazenda Vilanova | | | 23 a 27 | | 24 a 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Feliz | | 26 a 29 | 23 a 25 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Flores Da Cunha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Fontoura Xavier | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Formigueiro | | | | | | 26 a 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 |
| Forquetinha | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Fortaleza Dos Valos | | | 26 a 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Frederico Westphalen | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Garruchos | | | | | | | | | 24 a 27 |
| General Câmara | | | 27 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Giruá | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Glorinha | | | 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Gramado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gramado Xavier | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gravataí | | | 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Guaíba | | | | | 28 a 29 | 22 a 27 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Guaporé | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Guarani Das Missões | | | | | 27 | 24 a 26 | | 25 a 27 | 24 |
| Harmonia | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Herval | | | | | | 26 a 27 | | | 25 a 27 |
| Herveiras | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Horizontina | | | 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Humaitá | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ibarama | | | 27 | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Ibirubá | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Igrejinha | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | 26 a 29 | 23 a 25 | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Ijuí | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Imbé | | | 28 a 30 | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | 27 a 29 | 22 a 26 | 30 |
| Imigrante | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Independência | | | 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Inhacorá | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Iraí | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Itaara | | | | | | | | | 26 |
| Itacurubi | | | | | | 27 | | 27 | 24 a 26 |
| Itaqui | | | | | | | | | 27 |
| Itati | 26 a 29 | 24 a 25 | 22 a 23 + 30 | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Itatiba Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ivorá | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ivoti | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Jaboticaba | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Jacuizinho | | 27 | 26 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Jacutinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Jaguarão | | | | | | 27 | | | 25 a 27 |
| Jaguari | | | | | | 27 | | 27 | 24 a 26 |
| Jari | | | | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Jóia | | | | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | |
| Júlio De Castilhos | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | 26 | 25 | 27 |
| Lagoa Bonita Do Sul | | | | | | 26 | | | 26 |
| Lagoa Dos Patos | | | 28 | | 28 | 22 a 27 + 29 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Lagoa Dos Três Cantos | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lagoa Mirim | | | 28 | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Lagoão | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Lajeado | | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 26 a 27 | 23 a 25 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Lajeado Do Bugre | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Liberato Salzano | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Lindolfo Collor | | 27 a 29 | 23 a 26 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Linha Nova | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Maçambará | | | | | | | | | 25 a 27 |
| Mampituba | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Manoel Viana | | | | | | | | | 27 |
| Maquiné | | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Maratá | | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 27 | 23 a 26 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Marau | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Marcelino Ramos | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Mariana Pimentel | | | | | 28 | 23 a 27 + 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Mariano Moro | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Marques De Souza | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Mata | | | | | | 27 | | | 24 a 27 |
| Mato Leitão | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 a 27 | 23 a 25 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Mato Queimado | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Minas Do Leão | | | 27 a 29 | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 26 a 27 | 24 a 25 | 23 + 28 a 29 |
| Miraguaí | | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Montauri | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Monte Belo Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Montenegro | | | 23 a 29 | | 23 a 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Mormaço | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morrinhos Do Sul | 26 a 29 | 24 a 25 + 30 | 22 a 23 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Morro Redondo | | | 26 a 28 | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Morro Reuter | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Mostardas | | | | | | 22 a 23 + 29 a 30 | | 23 + 29 | 22 + 24 a 28 + 30 |
| Muçum | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Não-Me-Toque | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Nicolau Vergueiro | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nonoai | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Alvorada | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Bassano | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Boa Vista | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Bréscia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Candelária | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Nova Esperança Do Sul | | | | | | 27 | | | 24 a 27 |
| Nova Hartz | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | 26 a 29 | 23 a 25 | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Nova Pádua | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Palma | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Nova Petrópolis | | 26 a 27 | 24 a 25 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Nova Ramada | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Roma Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Santa Rita | | | 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 26 | 27 a 29 | 30 + 22 |
| Novo Barreiro | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Cabrais | | | 27 | | 26 a 27 | 23 a 25 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 |
| Novo Hamburgo | | | 22 a 23 + 27 a 30 | | 22 a 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Novo Machado | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Novo Tiradentes | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Xingu | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Osório | | | 27 a 30 | | 22 + 26 a 29 | 23 a 25 + 30 | 26 a 29 | 22 a 25 | 30 |
| Palmares Do Sul | | | | | | 22 a 23 + 28 a 30 | | 23 a 25 + 29 | 22 + 26 a 28 + 30 |
| Palmeira Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Palmitinho | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Panambi | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pantano Grande | | | 28 a 29 | | 27 | 24 a 26 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Paraíso Do Sul | | | | | 27 | 23 a 26 | 27 | 24 a 26 | 23 |
| Pareci Novo | | 28 | 23 a 27 + 29 | 27 | 23 a 26 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Parobé | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | 27 a 29 | 22 a 26 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Passa Sete | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Passo Do Sobrado | | | 26 a 28 | | 23 a 27 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 |
| Paulo Bento | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Paverama | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pedras Altas | | | | | | | | | 26 |
| Pedro Osório | | | 27 a 28 | | 27 | 24 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Pejuçara | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pelotas | | | 26 a 28 | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Picada Café | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 |
| Pinhal | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Pinhal Grande | | | 27 | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Pinheirinho Do Vale | | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Pinheiro Machado | | | | | | 26 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pinto Bandeira | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pirapó | | | | | | 26 a 27 | | 26 a 27 | 24 a 25 |
| Piratini | | | 27 a 28 | | 27 | 25 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Planalto | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Poço Das Antas | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ponte Preta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Portão | | | 23 a 29 | | 23 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 |
| Porto Alegre | | | | | 28 a 30 | 22 a 27 | | 23 a 30 | 22 |
| Porto Lucena | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Porto Mauá | | | | | 27 | 25 a 26 | 26 | 25 + 27 | |
| Porto Vera Cruz | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Porto Xavier | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Pouso Novo | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Presidente Lucena | | 27 a 29 | 23 a 26 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Progresso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Putinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Quevedos | | | | | | 26 a 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 |
| Quinze De Novembro | | | 25 a 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Redentora | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Relvado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Restinga Seca | | | | | 27 | 23 a 26 | | 24 a 27 | 23 |
| Rio Dos Índios | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Grande | | | 28 | | 27 | 24 a 26 + 28 | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 |
| Rio Pardo | | | 27 a 29 | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Riozinho | | 26 a 29 | 22 a 25 | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Roca Sales | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Rodeio Bonito | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Rolador | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Rolante | | 26 a 30 | 22 a 25 | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Rondinha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Roque Gonzales | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Sagrada Família | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Saldanha Marinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Salto Do Jacuí | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Salvador Das Missões | | | | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | |
| Salvador Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Santa Bárbara Do Sul | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Clara Do Sul | | 27 | 23 a 26 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Santa Cruz Do Sul | | | 26 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Margarida Do Sul | | | | | | | | | 27 |
| Santa Maria | | | | | | 27 | | 26 a 27 | 24 a 25 |
| Santa Rosa | | | | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Tereza | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Vitória Do Palmar | | | | | | 24 + 28 | | 25 | 24 + 26 a 28 |
| Santana Da Boa Vista | | | | | | 26 a 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Santiago | | | | | | 27 | | 27 | 24 a 26 |
| Santo Ângelo | | | | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | |
| Santo Antônio Da Patrulha | | | 27 a 30 | | 22 a 29 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Santo Antônio Das Missões | | | | | | 27 | | 27 | 24 a 26 |
| Santo Antônio Do Planalto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Augusto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Cristo | | | | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | |
| São Borja | | | | | | | | | 24 a 27 |
| São Francisco De Assis | | | | | | | | | 26 a 27 |
| São Francisco De Paula | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| São Gabriel | | | | | | | | | 27 |
| São Jerônimo | | | 27 a 29 | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 | | 23 a 28 | 29 |
| São João Do Polêsine | | | 28 | | 27 | 23 a 26 + 28 | 27 | 24 a 26 | 23 + 28 |
| São José Das Missões | | 26 a 27 | 25 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São José Do Herval | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São José Do Hortêncio | | 27 a 29 | 23 a 26 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São José Do Inhacorá | | | 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| São José Do Norte | | | | | 28 | 27 + 29 + 23 | | 27 a 28 | 23 a 26 + 29 |
| São José Do Sul | | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 27 | 23 a 26 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| São Leopoldo | | | 22 + 27 a 30 | | 22 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 |
| São Lourenço Do Sul | | | 27 a 29 | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 26 a 27 | 24 a 25 | 23 + 28 a 29 |
| São Luiz Gonzaga | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Marcos | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Martinho | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Martinho Da Serra | | | | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Miguel Das Missões | | | | | 27 | 24 a 26 | | 25 a 27 | 24 |
| São Nicolau | | | | | | 26 a 27 | | 27 | 24 a 26 |
| São Paulo Das Missões | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Pedro Das Missões | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Pedro Do Butiá | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Pedro Do Sul | | | | | | 27 | | | 24 a 27 |
| São Sebastião Do Caí | | 27 a 29 | 23 a 26 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São Sepé | | | | | | 27 | | | 24 a 27 |
| São Valentim Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Valério Do Sul | | | 26 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Vendelino | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Vicente Do Sul | | | | | | | | | 26 a 27 |
| Sapiranga | | 27 a 28 | 22 a 26 + 29 a 30 | 27 | 23 a 26 + 28 a 29 | 22 + 30 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Sapucaia Do Sul | | | 22 + 28 a 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Sarandi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Seberi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sede Nova | | | 26 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Segredo | | | 26 a 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Selbach | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Senador Salgado Filho | | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sentinela Do Sul | | | | | 28 a 29 | 23 a 27 | | 23 a 29 | |
| Serafina Corrêa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sério | | | 26 | | | 26 | | | 26 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Sertão Santana | | | | | 28 | 23 a 27 + 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Sete De Setembro | | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Severiano De Almeida | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Silveira Martins | | | | | | 26 | | | 26 |
| Sinimbu | | | 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Sobradinho | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tabaí | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tapera | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tapes | | | | | 28 a 29 | 23 a 27 | | 23 a 29 | |
| Taquara | | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Taquari | | | 23 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Taquaruçu Do Sul | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tavares | | | | | | 22 a 23 + 28 a 29 | | 23 + 28 a 29 | 22 + 24 a 27 |
| Tenente Portela | | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Terra De Areia | 27 | 26 + 28 a 30 | 22 a 25 | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | |
| Teutônia | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Tio Hugo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Tiradentes Do Sul | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Toropi | | | | | | 27 | | 27 | 24 a 26 |
| Torres | 26 a 28 | 24 a 25 + 29 | 22 a 23 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Tramandaí | | | 30 | | 22 + 28 a 29 | 23 a 27 + 30 | | 22 a 29 | 30 |
| Travesseiro | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Três Cachoeiras | 27 a 28 | 25 a 26 + 29 | 22 a 24 + 30 | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Três Coroas | 27 a 28 | 26 + 29 | 22 a 25 + 30 | 24 a 29 | 23 | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Três De Maio | | | 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Três Forquilhas | 26 a 28 | 24 a 25 + 29 | 22 a 23 + 30 | 24 a 29 | 22 a 23 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Três Passos | | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Trindade Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Triunfo | | | 27 a 29 | | 23 a 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tucunduva | | | | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tunas | | 27 | 25 a 26 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Tupanciretã | | | | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Tupandi | | 27 | 23 a 26 + 28 | 26 a 27 | 24 a 25 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tuparendi | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Turuçu | | | 27 a 28 | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 26 a 27 | 25 | 23 a 24 + 28 |
| Ubiretama | | | | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | |
| União Da Serra | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Unistalda | | | | | | 27 | | | 24 a 27 |
| Vale Do Sol | | | 26 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 |
| Vale Real | | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Vale Verde | | | 26 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Venâncio Aires | | | 23 a 28 | 27 | 23 a 26 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Vera Cruz | | | 26 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Veranópolis | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vespasiano Correa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Viamão | | | | | 29 | 22 a 28 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 |
| Vicente Dutra | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Victor Graeff | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Maria | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Nova Do Sul | | | | | | | | | 25 a 27 |
| Vista Alegre | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vista Alegre Do Prata | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vista Gaúcha | | 26 a 27 | 24 a 25 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Vitória Das Missões | | | | | 27 | 24 a 26 | | 25 a 27 | 24 |
| Westfalia | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Xangri-Lá | | 28 | 26 a 27 + 29 a 30 | 27 a 29 | 22 a 26 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Agudo | | | 23 a 24 | | 24 | 23 + 25 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 |
| Ajuricaba | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Alecrim | | | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Alegria | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Almirante Tamandaré Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Alpestre | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Alto Alegre | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Alto Feliz | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Alvorada | | | 22 a 24 + 30 | | 23 a 25 + 29 | 22 + 26 a 28 + 30 | 23 a 24 | 25 a 29 | 30 + 22 |
| Amaral Ferrador | | | 28 a 29 | | | 24 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Ametista Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Anta Gorda | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Antônio Prado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Arambaré | | | 29 | | 23 + 29 | 24 a 28 | | 23 a 29 | |
| Araricá | | 22 a 23 + 28 | 24 a 27 + 29 a 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Aratiba | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Meio | | 23 a 27 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 |
| Arroio Do Padre | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Sal | | 22 a 28 | 29 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Arroio Do Tigre | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Arroio Dos Ratos | | | 23 + 28 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 + 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Arroio Grande | | | | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Arvorezinha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Augusto Pestana | | | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Bagé | | | | | | | | | 26 |
| Balneário Pinhal | | | 22 | | 23 | 22 + 24 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 |
| Barão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Barão Do Triunfo | | | | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 |
| Barra Do Guarita | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Barra Do Ribeiro | | | 22 + 30 | | 23 | 22 + 24 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 |
| Barra Do Rio Azul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Barra Funda | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Barros Cassal | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Benjamin Constant Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bento Gonçalves | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Boa Vista Do Buricá | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Do Cadeado | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Do Incra | | | 25 a 27 | | 25 a 26 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Bom Princípio | | 23 a 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Bom Progresso | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Bom Retiro Do Sul | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Boqueirão Do Leão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bossoroca | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Bozano | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Braga | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Brochier | | 24 | 23 + 25 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Butiá | | | 23 + 28 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 |
| Caçapava Do Sul | | | | | | | | | 25 a 27 |
| Cacequi | | | | | | | | | 25 |
| Cachoeira Do Sul | | | | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Cachoeirinha | | | 22 a 24 + 29 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Caibaté | | | 24 | | 25 | 24 + 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Caiçara | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Camaquã | | | 23 + 28 a 29 | | | 23 a 29 | | 24 a 28 | 23 + 29 |
| Camargo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cambará Do Sul | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Campina Das Missões | | | | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 27 | |
| Campinas Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Campo Bom | | 22 a 23 + 28 | 24 a 27 + 29 a 30 | 23 a 24 + 28 | 22 + 25 a 27 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Campo Novo | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Campos Borges | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Candelária | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 27 | 24 a 26 | 23 + 28 |
| Cândido Godói | | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Candiota | | | | | | | | | 26 |
| Canela | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Canguçu | | | 28 a 29 | | 27 | 24 a 26 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Canoas | | | 22 a 24 + 28 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Canudos Do Vale | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Capão Da Canoa | | 22 + 27 a 28 | 23 a 26 | 27 a 29 | 22 a 26 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Capão Do Cipó | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Capão Do Leão | | | 28 | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Capela De Santana | | 23 | 24 a 29 | 24 | 23 + 25 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Capitão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari Do Sul | | | 22 a 23 | | 23 a 24 | 22 + 25 a 30 | 23 a 24 | 25 a 29 | 30 + 22 |
| Caraá | | 28 | 22 a 27 | 28 | 23 a 27 + 29 | 22 + 30 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Carazinho | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Catuípe | | | 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Cerrito | | | 28 | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Cerro Branco | | | 24 | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Cerro Grande | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Cerro Grande Do Sul | | | 28 a 29 | | 23 | 24 a 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Cerro Largo | | | | | 25 | 24 + 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Chapada | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Charqueadas | | | 22 a 24 + 28 | | 23 a 29 | 22 | 23 a 24 | 25 a 29 | 22 |
| Charrua | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Chiapetta | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Chuí | | | | | | 24 | | | 24 a 28 |
| Chuvisca | | | 28 a 29 | | | 24 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Cidreira | | | 22 | | 22 a 24 | 25 a 30 | 23 | 22 + 24 a 29 | 30 |
| Colinas | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 | 24 + 26 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Colorado | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Condor | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Constantina | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Coqueiro Baixo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Coronel Barros | | | 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Coronel Bicaco | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Coronel Pilar | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cotiporã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Crissiumal | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Cristal | | | 23 + 28 a 29 | | 24 a 28 | 23 + 29 | | 24 a 28 | 23 + 29 |
| Cristal Do Sul | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Cruz Alta | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzaltense | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzeiro Do Sul | | 23 a 24 | 25 a 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Derrubadas | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Dezesseis De Novembro | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Dilermando De Aguiar | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Dois Irmãos | | | 23 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Dois Irmãos Das Missões | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dois Lajeados | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Dom Feliciano | | | 28 | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Dom Pedro De Alcântara | 27 | 22 a 26 + 28 | 29 a 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Dona Francisca | | | 23 a 24 | | 24 | 23 + 25 a 27 | | 24 a 27 | 23 |
| Doutor Maurício Cardoso | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Doutor Ricardo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Eldorado Do Sul | | | 22 a 24 + 30 | | 23 a 24 + 29 | 22 + 25 a 28 + 30 | 23 a 24 | 25 a 29 | 30 + 22 |
| Encantado | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Encruzilhada Do Sul | | | | | | 25 a 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Engenho Velho | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre Rios Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre-Ijuís | | | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Ernestina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Erval Grande | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Erval Seco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Esperança Do Sul | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Espumoso | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Estância Velha | | 23 a 24 + 28 | 22 + 25 a 27 + 29 | 24 | 23 + 25 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Esteio | | | 22 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Estrela | | 23 a 27 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Estrela Velha | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Eugênio De Castro | | | | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 27 | |
| Fagundes Varela | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Faxinal Do Soturno | | | 23 | | 24 | 23 + 25 a 27 | | 24 a 27 | 23 |
| Faxinalzinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Fazenda Vilanova | | | 23 a 27 | | 24 a 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Feliz | | 23 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Flores Da Cunha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Fontoura Xavier | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Formigueiro | | | | | | 24 a 27 | | 25 | 24 + 26 a 27 |
| Forquetinha | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Fortaleza Dos Valos | | | 25 a 27 | | 25 a 26 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Frederico Westphalen | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Garruchos | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| General Câmara | | | 23 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Giruá | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Glorinha | | | 22 a 24 + 28 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Gramado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gramado Xavier | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gravataí | | | 22 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Guaíba | | | 22 a 23 + 30 | | 23 + 29 | 22 + 24 a 28 + 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 |
| Guaporé | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Guarani Das Missões | | | 24 | | 25 | 24 + 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Harmonia | | 23 a 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Herval | | | | | | 25 a 27 | | 25 | 26 a 27 |
| Herveiras | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Horizontina | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Humaitá | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ibarama | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 25 | 26 a 27 | 24 |
| Ibirubá | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Igrejinha | 28 | 27 + 29 + 23 | 24 a 26 + 30 + 22 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Ijuí | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Imbé | | | 22 + 28 | | 22 a 23 + 28 a 29 | 24 a 27 + 30 | 23 + 28 a 29 | 22 + 24 a 27 | 30 |
| Imigrante | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Independência | | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Inhacorá | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Iraí | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Itaara | | | | | | | | | 26 |
| Itacurubi | | | | | | 24 | | 25 | 24 + 26 a 27 |
| Itaqui | | | | | | | | | 25 |
| Itati | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Itatiba Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ivorá | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ivoti | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Jaboticaba | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Jacuizinho | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Jacutinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Jaguarão | | | | | | 25 | | 25 | 26 a 27 |
| Jaguari | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Jari | | | | | | 25 a 27 | | 25 | 26 a 27 |
| Jóia | | | | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 27 | |
| Júlio De Castilhos | | | | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Lagoa Bonita Do Sul | | | | | | 26 | | | 26 |
| Lagoa Dos Patos | | | 22 a 23 + 30 | | 23 | 22 + 24 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 |
| Lagoa Dos Três Cantos | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lagoa Mirim | | | | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Lagoão | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lajeado | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Lajeado Do Bugre | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Liberato Salzano | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Lindolfo Collor | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Linha Nova | | 27 | 24 a 26 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Maçambará | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Mampituba | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Manoel Viana | | | | | | | | | 24 a 25 |
| Maquiné | | 22 + 26 a 28 | 23 a 25 + 29 | 26 a 29 | 22 a 25 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Maratá | | 23 a 24 | 25 a 29 | 24 | 23 + 25 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Marau | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Marcelino Ramos | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Mariana Pimentel | | | | | 23 | 24 a 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Mariano Moro | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Marques De Souza | | 24 a 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Mata | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Mato Leitão | | 23 a 24 | 25 a 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Mato Queimado | | | 24 | | 25 | 24 + 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Minas Do Leão | | | 23 a 24 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 |
| Miraguaí | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Montauri | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Monte Belo Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Montenegro | | 23 | 24 a 29 | 24 | 23 + 25 a 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Mormaço | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morrinhos Do Sul | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Morro Redondo | | | 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Morro Reuter | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Mostardas | | | 22 | | 23 | 22 + 24 a 25 + 29 a 30 | 23 | 24 a 25 | 26 a 30 + 22 |
| Muçum | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Não-Me-Toque | | | 25 a 26 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Nicolau Vergueiro | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nonoai | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Alvorada | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Bassano | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Boa Vista | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nova Bréscia | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Candelária | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Nova Esperança Do Sul | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Nova Hartz | | 23 + 27 a 28 | 22 + 24 a 26 + 29 a 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Nova Pádua | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Palma | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Nova Petrópolis | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Nova Ramada | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Roma Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Santa Rita | | | 22 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Novo Barreiro | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Cabrais | | | 23 a 24 | | 24 a 27 | 23 | | 24 a 27 | 23 |
| Novo Hamburgo | | 22 a 23 | 24 a 30 | 23 a 24 | 22 + 25 a 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Novo Machado | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Novo Tiradentes | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Xingu | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Osório | | 22 | 23 + 27 a 28 | 29 | 22 a 28 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Palmares Do Sul | | | 22 | | 23 | 22 + 24 a 30 | 23 | 24 a 27 | 28 a 30 + 22 |
| Palmeira Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Palmitinho | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Panambi | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pantano Grande | | | 28 a 29 | | | 24 a 29 | | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 |
| Paraíso Do Sul | | | 23 | | 24 | 23 + 25 a 27 | | 24 a 27 | 23 |
| Pareci Novo | | 23 a 24 | 25 a 29 | 24 | 23 + 25 a 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Parobé | | 22 a 23 + 28 | 24 a 27 + 29 a 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Passa Sete | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Passo Do Sobrado | | | 23 a 28 | | 23 a 27 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 |
| Paulo Bento | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Paverama | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pedras Altas | | | | | | | | | 26 |
| Pedro Osório | | | 28 | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Pejuçara | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pelotas | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Picada Café | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 25 | 26 a 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 |
| Pinhal | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Pinhal Grande | | | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Pinheirinho Do Vale | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Pinheiro Machado | | | | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pinto Bandeira | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pirapó | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Piratini | | | | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Planalto | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Poço Das Antas | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ponte Preta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Portão | | 23 | 22 + 24 a 29 | 23 a 24 | 25 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 |
| Porto Alegre | | | 22 a 24 + 30 | | 23 a 25 + 29 a 30 | 22 + 26 a 28 | 23 a 24 | 25 a 30 | 22 |
| Porto Lucena | | | | | 25 | 24 + 26 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Porto Mauá | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Porto Vera Cruz | | | | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Porto Xavier | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Pouso Novo | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Presidente Lucena | | 23 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Progresso | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Putinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Quevedos | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Quinze De Novembro | | | 25 a 27 | | 25 a 26 | 27 | 26 | 25 | 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Redentora | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Relvado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Restinga Seca | | | 23 | | 24 | 23 + 25 a 27 | | 24 a 27 | 23 |
| Rio Dos Índios | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Grande | | | | | | 24 a 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Rio Pardo | | | 23 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Riozinho | | 23 a 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Roca Sales | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Rodeio Bonito | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Rolador | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Rolante | | 22 a 23 + 27 a 28 | 24 a 26 + 29 a 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Rondinha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Roque Gonzales | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Sagrada Família | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Saldanha Marinho | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Salto Do Jacuí | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Salvador Das Missões | | | | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | |
| Salvador Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Santa Bárbara Do Sul | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Santa Clara Do Sul | | 24 | 23 + 25 a 27 | | 24 a 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Santa Cruz Do Sul | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Margarida Do Sul | | | | | | | | | 25 |
| Santa Maria | | | | | | 24 a 27 | | 24 a 25 | 26 a 27 |
| Santa Rosa | | | | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Tereza | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Vitória Do Palmar | | | | | | 24 a 26 | | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 |
| Santana Da Boa Vista | | | | | | 25 a 28 | | | 25 a 28 |
| Santiago | | | | | | 24 a 25 | | 25 | 24 + 26 a 27 |
| Santo Ângelo | | | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Santo Antônio Da Patrulha | | 22 | 23 a 29 | 23 + 29 | 22 + 24 a 28 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Santo Antônio Das Missões | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| Santo Antônio Do Planalto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Augusto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Cristo | | | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São Borja | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| São Francisco De Assis | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| São Francisco De Paula | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| São Gabriel | | | | | | | | | 25 |
| São Jerônimo | | | 23 + 28 a 29 | | 23 a 28 | 29 | 24 | 23 + 25 a 28 | 29 |
| São João Do Polêsine | | | 23 | | 24 | 23 + 25 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 |
| São José Das Missões | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São José Do Herval | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São José Do Hortêncio | | 23 a 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São José Do Inhacorá | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| São José Do Norte | | | 29 | | | 23 a 29 | | 24 a 28 | 23 + 29 |
| São José Do Sul | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 | 23 + 25 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| São Leopoldo | | 22 a 23 | 24 a 30 | 23 a 24 | 22 + 25 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 |
| São Lourenço Do Sul | | | 23 a 24 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 |
| São Luiz Gonzaga | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Marcos | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Martinho | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Martinho Da Serra | | | | | | 25 a 27 | | 25 | 26 a 27 |
| São Miguel Das Missões | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Nicolau | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Paulo Das Missões | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Pedro Das Missões | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Pedro Do Butiá | | | | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 |
| São Pedro Do Sul | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Sebastião Do Caí | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São Sepé | | | | | | 24 a 27 | | 25 | 24 + 26 a 27 |
| São Valentim Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Valério Do Sul | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Vendelino | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Vicente Do Sul | | | | | | 24 | | | 24 a 25 |
| Sapiranga | | 23 + 28 | 22 + 24 a 27 + 29 a 30 | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 + 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Sapucaia Do Sul | | | 22 a 30 | 23 | 24 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Sarandi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Seberi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sede Nova | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Segredo | | | 25 a 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Selbach | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Senador Salgado Filho | | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sentinela Do Sul | | | 29 | | 23 + 29 | 24 a 28 | | 23 a 29 | |
| Serafina Corrêa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sério | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sertão Santana | | | | | 23 | 24 a 29 | | 23 a 28 | 29 |
| Sete De Setembro | | | | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Severiano De Almeida | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Silveira Martins | | | | | | | | | 26 |
| Sinimbu | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Sobradinho | | | 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tabaí | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tapera | | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tapes | | | 29 | | 23 + 29 | 24 a 28 | 23 | 24 a 29 | |
| Taquara | | 22 a 23 + 27 a 28 | 24 a 26 + 29 a 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Taquari | | | 23 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Taquaruçu Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tavares | | | 22 | | 23 | 22 + 24 a 25 + 29 | | 23 a 25 + 29 | 22 + 26 a 28 |
| Tenente Portela | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Terra De Areia | 28 | 22 a 27 | 29 a 30 | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Teutônia | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Tio Hugo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Tiradentes Do Sul | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Toropi | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Torres | 26 a 28 | 22 a 25 | 29 a 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Tramandaí | | | 22 a 23 | | 22 a 24 + 29 | 25 a 28 + 30 | 23 a 24 | 22 + 25 a 29 | 30 |
| Travesseiro | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Três Cachoeiras | 28 | 22 a 27 | 29 a 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Três Coroas | 28 | 23 a 27 + 29 | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Três De Maio | | | 25 a 27 | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Três Forquilhas | 27 a 28 | 22 a 26 | 29 a 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Três Passos | | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Trindade Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Triunfo | | | 22 a 29 | | 23 a 28 | 22 + 29 | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 |
| Tucunduva | | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tunas | | | 24 a 27 | | 25 a 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Tupanciretã | | | | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Tupandi | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tuparendi | | | 25 | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Turuçu | | | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Ubiretama | | | | | 25 | 26 a 27 | | 25 a 27 | |
| União Da Serra | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Unistalda | | | | | | 24 | | | 24 a 27 |
| Vale Do Sol | | | 23 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Vale Real | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Vale Verde | | | 23 a 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Venâncio Aires | | 23 | 24 a 28 | 24 | 23 + 25 a 27 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Vera Cruz | | | 23 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Veranópolis | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vespasiano Correa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Viamão | | | 22 a 23 + 30 | | 23 a 24 | 22 + 25 a 30 | 23 a 24 | 25 a 29 | 30 + 22 |
| Vicente Dutra | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Victor Graeff | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Maria | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Nova Do Sul | | | | | | | | | 25 a 27 |
| Vista Alegre | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vista Alegre Do Prata | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vista Gaúcha | | 25 a 27 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Vitória Das Missões | | | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Westfalia | | | 24 a 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Xangri-Lá | | 22 + 28 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 a 27 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |

**PORTARIA Nº 393, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 320 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo de sequeiro, no Estado de Santa Catarina conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV, temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final;

Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA): O ISNA para mudas simples que deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 nas Fase II e III; e 0,50 na Fase IV; Para a mudas altas ou mudão o ISNA deve ser igual ou superior a 0,80 na Fase I; 0,55 na Fase III; e 0,50 na Fase IV;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| **MUNICÍPIOS** | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abelardo Luz | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Agrolândia | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Agronômica | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Águas De Chapecó | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Frias | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Mornas | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Alfredo Wagner | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 |
| Alto Bela Vista | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Anchieta | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Angelina | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | |
| Anitápolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Antônio Carlos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Apiúna | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Arabutã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Araquari | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Araranguá | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Armazém | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | |
| Arvoredo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ascurra | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Atalanta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Aurora | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Balneário Arroio Do Silva | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Balneário Barra Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Gaivota | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 a 29 | 22 + 30 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Balneário Piçarras | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Rincão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Bandeirante | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Barra Bonita | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Barra Velha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bela Vista Do Toldo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Belmonte | | 25 a 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Benedito Novo | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | |
| Biguaçu | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Blumenau | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bom Jesus | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Bom Jesus Do Oeste | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bombinhas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Botuverá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Braço Do Norte | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Braço Do Trombudo | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Brusque | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Caibi | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Campo Alegre | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Campo Erê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Canelinha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Canoinhas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari De Baixo | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Caxambu Do Sul | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Chapadão Do Lageado | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Chapecó | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Cocal Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Concórdia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cordilheira Alta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Coronel Freitas | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Coronel Martins | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Corupá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Criciúma | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Cunha Porã | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cunhataí | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Descanso | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Dionísio Cerqueira | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dona Emma | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Doutor Pedrinho | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Entre Rios | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ermo | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Faxinal Dos Guedes | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Flor Do Sertão | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Florianópolis | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Formosa Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Forquilhinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Galvão | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Garopaba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Garuva | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Gaspar | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Governador Celso Ramos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Grão Pará | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Gravatal | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 |
| Guabiruba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guaraciaba | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Guaramirim | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guarujá Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Guatambú | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibirama | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Içara | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ilhota | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Imaruí | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 |
| Imbituba | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Imbuia | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 |
| Indaial | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Iporã Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ipuaçu | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Iraceminha | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Irati | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Irineópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Itá | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaiópolis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Itajaí | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapema | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapiranga | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itapoá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Ituporanga | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 |
| Jacinto Machado | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Jaguaruna | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Jaraguá Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Jardinópolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Joinville | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| José Boiteux | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Jupiá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lacerdópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Laguna | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Lajeado Grande | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Laurentino | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Lauro Muller | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Leoberto Leal | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Lontras | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 |
| Luiz Alves | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Luzerna | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Mafra | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Major Gercino | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Major Vieira | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Maracajá | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Maravilha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Marema | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Massaranduba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Meleiro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Mirim Doce | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Modelo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Mondaí | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Monte Castelo | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Morro Da Fumaça | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morro Grande | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Navegantes | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nova Erechim | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Itaberaba | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Trento | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Veneza | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Novo Horizonte | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Orleans | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 |
| Ouro Verde | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Paial | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Palhoça | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Palma Sola | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Palmitos | | 25 a 27 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Papanduva | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Paraíso | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Passo De Torres | 26 a 28 | 22 a 25 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Paulo Lopes | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Pedras Grandes | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Penha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Pescaria Brava | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Petrolândia | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 |
| Pinhalzinho | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Piratuba | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Planalto Alegre | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pomerode | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto Belo | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto União | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Pouso Redondo | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Praia Grande | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Presidente Getúlio | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Presidente Nereu | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 |
| Princesa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Quilombo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Rancho Queimado | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 |
| Rio Do Campo | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Rio Do Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Do Sul | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Dos Cedros | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 a 30 | | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | |
| Rio Fortuna | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Negrinho | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| Riqueza | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rodeio | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Romelândia | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Salete | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Saltinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Sangão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Helena | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Rosa De Lima | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Rosa Do Sul | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Santa Terezinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Terezinha Do Progresso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Santiago Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santo Amaro Da Imperatriz | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São Bento Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| São Bernardino | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Bonifácio | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| São Carlos | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Domingos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Francisco Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Batista | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Itaperiú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São João Do Sul | 25 a 29 | 22 a 24 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| São José | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São José Do Cedro | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Lourenço Do Oeste | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Ludgero | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| São Martinho | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 |
| São Miguel Da Boa Vista | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| São Miguel Do Oeste | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Pedro De Alcântara | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Saudades | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Schroeder | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Seara | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Serra Alta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Siderópolis | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Sombrio | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Sul Brasil | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Taió | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Tigrinhos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tijucas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Timbé Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Timbó | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Três Barras | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Treviso | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Treze De Maio | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Trombudo Central | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Tubarão | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 |
| Tunápolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Turvo | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 |
| União Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Urussanga | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Vargeão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vidal Ramos | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Vitor Meireles | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Witmarsum | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Xanxerê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xavantina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xaxim | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abelardo Luz | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Agrolândia | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Agronômica | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Águas De Chapecó | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Frias | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Mornas | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Alfredo Wagner | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 |
| Alto Bela Vista | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Anchieta | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Angelina | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | |
| Anitápolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Antônio Carlos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Apiúna | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Arabutã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Araquari | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Araranguá | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Armazém | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | |
| Arvoredo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ascurra | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Atalanta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Aurora | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Balneário Arroio Do Silva | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Balneário Barra Do Sul | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Gaivota | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Balneário Piçarras | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Rincão | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Bandeirante | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Barra Bonita | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Barra Velha | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bela Vista Do Toldo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Belmonte | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Benedito Novo | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | |
| Biguaçu | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Blumenau | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bom Jesus | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Bom Jesus Do Oeste | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bombinhas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Botuverá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Braço Do Norte | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Braço Do Trombudo | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Brusque | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Caibi | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Campo Alegre | 26 a 27 | 25 + 28 | 22 a 24 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Campo Erê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Canelinha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Canoinhas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari De Baixo | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Caxambu Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Chapadão Do Lageado | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Chapecó | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Cocal Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Concórdia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cordilheira Alta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Coronel Freitas | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Coronel Martins | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Corupá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Criciúma | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Cunha Porã | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cunhataí | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Descanso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Dionísio Cerqueira | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dona Emma | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Doutor Pedrinho | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Entre Rios | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ermo | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Faxinal Dos Guedes | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Flor Do Sertão | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Florianópolis | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Formosa Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Forquilhinha | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Galvão | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Garopaba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Garuva | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Gaspar | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Governador Celso Ramos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Grão Pará | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Gravatal | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 |
| Guabiruba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guaraciaba | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Guaramirim | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guarujá Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Guatambú | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibirama | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Içara | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ilhota | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Imaruí | 26 a 28 | 23 a 25 + 29 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 |
| Imbituba | 25 a 30 | 22 a 24 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Imbuia | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 |
| Indaial | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Iporã Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ipuaçu | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Iraceminha | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Irati | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Irineópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Itá | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaiópolis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Itajaí | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapema | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapiranga | | 25 a 27 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itapoá | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Ituporanga | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 |
| Jacinto Machado | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Jaguaruna | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Jaraguá Do Sul | 22 + 26 a 30 | 23 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Jardinópolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Joinville | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| José Boiteux | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Jupiá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lacerdópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Laguna | 26 a 27 | 28 | 29 + 23 a 25 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Lajeado Grande | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Laurentino | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Lauro Muller | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Leoberto Leal | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Lontras | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 |
| Luiz Alves | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Luzerna | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Mafra | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Major Gercino | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Major Vieira | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Maracajá | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Maravilha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Marema | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Massaranduba | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Meleiro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Mirim Doce | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Modelo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Mondaí | 27 | 25 a 26 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Monte Castelo | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Morro Da Fumaça | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morro Grande | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Navegantes | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Erechim | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Itaberaba | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Trento | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Veneza | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Novo Horizonte | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Orleans | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 |
| Ouro Verde | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Paial | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Palhoça | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Palma Sola | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Palmitos | 27 | 25 a 26 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Papanduva | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Paraíso | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Passo De Torres | 26 a 27 | 22 a 25 + 28 | 29 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Paulo Lopes | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Pedras Grandes | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Penha | 25 a 30 | 22 a 24 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Pescaria Brava | 26 a 27 | 25 + 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Petrolândia | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 |
| Pinhalzinho | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Piratuba | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Planalto Alegre | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pomerode | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto Belo | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto União | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Pouso Redondo | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Praia Grande | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Presidente Getúlio | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Presidente Nereu | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 |
| Princesa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Quilombo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Rancho Queimado | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 |
| Rio Do Campo | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Rio Do Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Do Sul | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Dos Cedros | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 a 30 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 a 30 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 a 30 | |
| Rio Fortuna | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Negrinho | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| Riqueza | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rodeio | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Romelândia | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Salete | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Saltinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Sangão | | 26 | 25 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Helena | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Rosa De Lima | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Rosa Do Sul | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 | 29 a 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Santa Terezinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Terezinha Do Progresso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Santiago Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santo Amaro Da Imperatriz | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São Bento Do Sul | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| São Bernardino | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Bonifácio | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| São Carlos | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Domingos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Francisco Do Sul | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Batista | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Itaperiú | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São João Do Sul | 25 a 28 | 22 a 24 | 29 a 30 | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| São José | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São José Do Cedro | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Lourenço Do Oeste | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Ludgero | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| São Martinho | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 |
| São Miguel Da Boa Vista | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| São Miguel Do Oeste | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Pedro De Alcântara | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Saudades | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Schroeder | 26 a 30 | 22 a 25 | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Seara | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Serra Alta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Siderópolis | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Sombrio | 26 a 27 | 23 a 25 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Sul Brasil | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Taió | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Tigrinhos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tijucas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Timbé Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Timbó | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Três Barras | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Treviso | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Treze De Maio | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Trombudo Central | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Tubarão | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 |
| Tunápolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Turvo | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 |
| União Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Urussanga | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Vargeão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vidal Ramos | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Vitor Meireles | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Witmarsum | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Xanxerê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xavantina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xaxim | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |

**PORTARIA Nº 394, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 342 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo irrigado, no Estado de Minas Gerais conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV; e temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abadia Dos Dourados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Abaeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Abre Campo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Acaiaca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Açucena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Água Boa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Água Comprida | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aguanil | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Águas Formosas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Águas Vermelhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aimorés | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aiuruoca | 15 a 34 | 35 a 14 | | 15 a 34 | 35 a 14 | | 15 a 34 | 35 a 14 | |
| Alagoa | 21 a 30 | 17 a 20 + 31 a 32 | 33 a 16 | 21 a 30 | 17 a 20 + 31 a 32 | 33 a 16 | 21 a 30 | 17 a 20 + 31 a 32 | 33 a 16 |
| Albertina | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 |
| Além Paraíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alfenas | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Alfredo Vasconcelos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Almenara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alpercata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alpinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alterosa | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Alto Caparaó | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Alto Jequitibá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alto Rio Doce | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvarenga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvorada De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Amparo Do Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Andradas | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 |
| Andrelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Angelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Antônio Carlos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Antônio Dias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Antônio Prado De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aracitaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçuaí | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | |
| Araguari | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arantina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araponga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araporã | 14 a 5 | 13 + 6 | 11 a 12 + 7 | 14 a 5 | 13 + 6 | 11 a 12 + 7 | 14 a 5 | 13 + 6 | 11 a 12 + 7 |
| Arapuá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araújos | 16 a 31 | 32 a 15 | | 16 a 31 | 32 a 15 | | 16 a 31 | 32 a 15 | |
| Araxá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arceburgo | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Arcos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Areado | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Argirita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aricanduva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arinos | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | |
| Astolfo Dutra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ataléia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Augusto De Lima | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Baependi | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Baldim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bambuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bandeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bandeira Do Sul | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 |
| Barão De Cocais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barão De Monte Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barbacena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barra Longa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barroso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bela Vista De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belmiro Braga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belo Horizonte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belo Oriente | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belo Vale | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Berilo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Berizal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bertópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Betim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bias Fortes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bicas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Biquinhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Boa Esperança | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | |
| Bocaina De Minas | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Bocaiúva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Despacho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Jardim De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Jesus Da Penha | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 |
| Bom Jesus Do Amparo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Jesus Do Galho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Repouso | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Bom Sucesso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bonfim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bonfinópolis De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bonito De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Borda Da Mata | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Botelhos | 22 a 27 | 21 + 28 a 29 | 20 + 30 | 22 a 27 | 21 + 28 a 29 | 20 + 30 | 22 a 27 | 21 + 28 a 29 | 20 + 30 |
| Botumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brás Pires | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brasilândia De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brasília De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Braúnas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brazópolis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Brumadinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bueno Brandão | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Buenópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bugre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Buritis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Buritizeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cabeceira Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cabo Verde | 21 a 27 | 20 + 28 a 30 | 18 a 19 + 31 | 21 a 27 | 20 + 28 a 30 | 18 a 19 + 31 | 21 a 27 | 20 + 28 a 30 | 18 a 19 + 31 |
| Cachoeira Da Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cachoeira De Minas | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | |
| Cachoeira De Pajeú | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cachoeira Dourada | 14 a 4 | 13 + 5 a 6 | 11 a 12 + 7 | 14 a 4 | 13 + 5 a 6 | 11 a 12 + 7 | 14 a 4 | 13 + 5 a 6 | 11 a 12 + 7 |
| Caetanópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caiana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajuri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caldas | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 |
| Camacho | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Camanducaia | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Cambuí | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 |
| Cambuquira | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 a 31 |
| Campanário | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campanha | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | |
| Campestre | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 |
| Campina Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campo Azul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campo Belo | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Campo Do Meio | 20 a 31 | 16 a 19 + 32 a 33 | 34 a 15 | 20 a 31 | 16 a 19 + 32 a 33 | 34 a 15 | 20 a 31 | 16 a 19 + 32 a 33 | 34 a 15 |
| Campo Florido | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campos Altos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Campos Gerais | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Cana Verde | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Canaã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Canápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Candeias | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Cantagalo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caparaó | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Capela Nova | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capelinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capetinga | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Capim Branco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capitão Andrade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capitão Enéas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capitólio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caputira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caranaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carandaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carangola | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caratinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carbonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Careaçu | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| Carlos Chagas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo Da Cachoeira | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| Carmo Da Mata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo De Minas | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 |
| Carmo Do Cajuru | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo Do Paranaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo Do Rio Claro | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | |
| Carmópolis De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carneirinho | 13 a 6 | 7 a 12 | | 13 a 6 | 7 a 12 | | 13 a 6 | 7 a 12 | |
| Carrancas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carvalhópolis | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 |
| Carvalhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Casa Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cascalho Rico | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cássia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cataguases | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catas Altas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catas Altas Da Noruega | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catuji | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catuti | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caxambu | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | |
| Cedro Do Abaeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Central De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Centralina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chácara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chalé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chapada Do Norte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chapada Gaúcha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chiador | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cipotânea | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Claraval | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Claro Dos Poções | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cláudio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coimbra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coluna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Comendador Gomes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Comercinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Da Aparecida | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Conceição Da Barra De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Das Alagoas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Das Pedras | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Conceição De Ipanema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Do Mato Dentro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Do Pará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Do Rio Verde | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 32 a 18 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 32 a 18 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 32 a 18 |
| Conceição Dos Ouros | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Cônego Marinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Confins | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Congonhal | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Congonhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Congonhas Do Norte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conquista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conselheiro Lafaiete | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conselheiro Pena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Consolação | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Contagem | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coqueiral | 19 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 34 a 15 | 19 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 34 a 15 | 19 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 34 a 15 |
| Coração De Jesus | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cordisburgo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cordislândia | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 |
| Corinto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coroaci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coromandel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Fabriciano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Murta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Pacheco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Xavier Chaves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Córrego Danta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Córrego Do Bom Jesus | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| Córrego Fundo | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Córrego Novo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Couto De Magalhães De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Crisólita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cristais | 16 a 33 | 34 a 15 | | 16 a 33 | 34 a 15 | | 16 a 33 | 34 a 15 | |
| Cristália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cristiano Otoni | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cristina | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Crucilândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cruzeiro Da Fortaleza | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cruzília | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Cuparaque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Curral De Dentro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Curvelo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Datas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Delfim Moreira | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 |
| Delfinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Delta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Descoberto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Desterro De Entre Rios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Desterro Do Melo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Diamantina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Diogo De Vasconcelos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dionísio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divinésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divino Das Laranjeiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divinolândia De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divisa Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divisa Nova | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 17 a 19 + 31 a 32 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 17 a 19 + 31 a 32 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 17 a 19 + 31 a 32 |
| Divisópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Bosco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Cavati | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Joaquim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Silvério | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Viçoso | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 |
| Dona Eusébia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores De Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores De Guanhães | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores Do Indaiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores Do Turvo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Doresópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Douradoquara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Durandé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Elói Mendes | 21 a 29 | 30 | 31 + 19 a 20 | 21 a 29 | 30 | 31 + 19 a 20 | 21 a 29 | 30 | 31 + 19 a 20 |
| Engenheiro Caldas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Engenheiro Navarro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Entre Folhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Entre Rios De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ervália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Esmeraldas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Espera Feliz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Espinosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Espírito Santo Do Dourado | 24 a 26 | 23 + 27 | | 24 a 26 | 23 + 27 | | 24 a 26 | 23 + 27 | |
| Estiva | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Estrela Dalva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Estrela Do Indaiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Estrela Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Eugenópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ewbank Da Câmara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Extrema | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 17 a 20 + 31 a 33 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 17 a 20 + 31 a 33 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 17 a 20 + 31 a 33 |
| Fama | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 | 18 + 31 a 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 | 18 + 31 a 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 | 18 + 31 a 32 |
| Faria Lemos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Felício Dos Santos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Felisburgo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Felixlândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fernandes Tourinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ferros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fervedouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Florestal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Formiga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Formoso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fortaleza De Minas | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| Fortuna De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Francisco Badaró | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | |
| Francisco Dumont | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Francisco Sá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Franciscópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frei Gaspar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frei Inocêncio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frei Lagonegro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fronteira | 14 a 7 | 8 a 13 | | 14 a 7 | 8 a 13 | | 14 a 7 | 8 a 13 | |
| Fronteira Dos Vales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fruta De Leite | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frutal | 14 a 6 | 11 a 13 + 7 | 8 a 10 | 14 a 6 | 11 a 13 + 7 | 8 a 10 | 14 a 6 | 11 a 13 + 7 | 8 a 10 |
| Funilândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Galiléia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gameleiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Glaucilândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Goiabeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Goianá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gonçalves | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gonzaga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gouveia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Governador Valadares | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Grão Mogol | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Grupiara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guanhães | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guapé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaraciaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaraciama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaranésia | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 |
| Guarani | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarda-Mor | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaxupé | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| Guidoval | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guimarânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guiricema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gurinhatã | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | |
| Heliodora | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 |
| Iapu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibertioga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiracatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiraci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibirité | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibitiúra De Minas | 25 a 26 | 24 | 27 | 25 a 26 | 24 | 27 | 25 a 26 | 24 | 27 |
| Ibituruna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Icaraí De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igarapé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igaratinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iguatama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ijaci | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ilicínea | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 16 a 18 + 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 16 a 18 + 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 16 a 18 + 33 |
| Imbé De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inconfidentes | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| Indaiabira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Indianópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ingaí | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | |
| Inhapim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inhaúma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inimutaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipanema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipatinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipiaçu | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | |
| Ipuiúna | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Iraí De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itabira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itabirinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itabirito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itacambira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itacarambi | 14 a 8 | 9 a 13 | | 14 a 8 | 9 a 13 | | 14 a 8 | 9 a 13 | |
| Itaguara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaipé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itajubá | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Itamarandiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itamarati De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itambacuri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itambé Do Mato Dentro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itamogi | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 |
| Itamonte | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 | 19 + 31 a 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 | 19 + 31 a 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 | 19 + 31 a 32 |
| Itanhandu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itanhomi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaobim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapagipe | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapecerica | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapeva | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 |
| Itatiaiuçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaú De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaúna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaverava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itueta | 23 a 19 | 20 a 22 | | 23 a 19 | 20 a 22 | | 23 a 19 | 20 a 22 | |
| Ituiutaba | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | | 12 a 6 | 7 a 11 | |
| Itumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iturama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itutinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaboticatubas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jacinto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jacuí | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 35 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 35 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 35 |
| Jacutinga | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 |
| Jaguaraçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jampruca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Janaúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Januária | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Japaraíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Japonvar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jeceaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jenipapo De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequeri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequitaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequitibá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequitinhonha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jesuânia | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 |
| Joaíma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Joanésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| João Monlevade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| João Pinheiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Joaquim Felício | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jordânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| José Gonçalves De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| José Raydan | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Josenópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juiz De Fora | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juramento | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juruaia | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 33 | 34 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 33 | 34 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 33 | 34 a 16 |
| Juvenília | 15 a 7 | 14 | 8 a 13 | 15 a 7 | 14 | 8 a 13 | 15 a 7 | 14 | 8 a 13 |
| Ladainha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagamar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Da Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Dos Patos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Dourada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Formosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Santa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lajinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lambari | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Lamim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Laranjal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lassance | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lavras | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Leandro Ferreira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Leme Do Prado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Leopoldina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Liberdade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lima Duarte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Limeira Do Oeste | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Lontra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luisburgo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luislândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luminárias | 18 a 30 | 31 a 17 | | 18 a 30 | 31 a 17 | | 18 a 30 | 31 a 17 | |
| Luz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Machacalis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Machado | 22 a 28 | 20 a 21 + 29 | 19 + 30 | 22 a 28 | 20 a 21 + 29 | 19 + 30 | 22 a 28 | 20 a 21 + 29 | 19 + 30 |
| Madre De Deus De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Malacacheta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mamonas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Manga | 15 a 7 | 14 | 8 a 13 | 15 a 7 | 14 | 8 a 13 | 15 a 7 | 14 | 8 a 13 |
| Manhuaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Manhumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mantena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mar De Espanha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Maravilhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Maria Da Fé | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Mariana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Marilac | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mário Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Maripá De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Marliéria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Marmelópolis | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Martinho Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Martins Soares | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mata Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Materlândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mateus Leme | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mathias Lobato | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matias Barbosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matias Cardoso | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | |
| Matipó | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mato Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matozinhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matutina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Medeiros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Medina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mendes Pimentel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mercês | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mesquita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Minas Novas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Minduri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mirabela | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miradouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miravânia | 14 a 7 | 8 a 13 | | 14 a 7 | 8 a 13 | | 14 a 7 | 8 a 13 | |
| Moeda | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Moema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monjolos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monsenhor Paulo | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 |
| Montalvânia | 14 a 7 | 8 a 13 | | 14 a 7 | 8 a 13 | | 14 a 7 | 8 a 13 | |
| Monte Alegre De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Azul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Belo | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 33 |
| Monte Carmelo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Formoso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Santo De Minas | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Monte Sião | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 |
| Montes Claros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Montezuma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morada Nova De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morro Da Garça | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morro Do Pilar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Munhoz | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 |
| Muriaé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mutum | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Muzambinho | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 |
| Nacip Raydan | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nanuque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Naque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Natalândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Natércia | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Nazareno | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nepomuceno | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | |
| Ninheira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Belém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Era | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Lima | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Módica | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Ponte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Porteirinha | 15 a 7 | 14 + 8 | 9 a 13 | 15 a 7 | 14 + 8 | 9 a 13 | 15 a 7 | 14 + 8 | 9 a 13 |
| Nova Resende | 21 a 28 | 19 a 20 + 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 21 a 28 | 19 a 20 + 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 21 a 28 | 19 a 20 + 29 | 17 a 18 + 30 a 31 |
| Nova Serrana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova União | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novo Cruzeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novo Oriente De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novorizonte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Olaria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Olhos-D'Água | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Olímpio Noronha | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| Oliveira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oliveira Fortes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Onça De Pitangui | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oratórios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Orizânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ouro Branco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ouro Fino | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 + 30 a 31 |
| Ouro Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ouro Verde De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Padre Carvalho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Padre Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pai Pedro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paineiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pains | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paiva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Papagaios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pará De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paracatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paraguaçu | 21 a 29 | 20 | 19 + 30 a 31 | 21 a 29 | 20 | 19 + 30 a 31 | 21 a 29 | 20 | 19 + 30 a 31 |
| Paraisópolis | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Paraopeba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passa Quatro | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Passa Tempo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passabém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passa-Vinte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patos De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patrocínio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patrocínio Do Muriaé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paula Cândido | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paulistas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pavão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Peçanha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Azul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Bonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Do Anta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Do Indaiá | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Pedra Dourada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedralva | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Pedras De Maria Da Cruz | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | | 15 a 7 | 8 a 14 | |
| Pedrinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedro Leopoldo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedro Teixeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pequeri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pequi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Perdigão | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Perdizes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Perdões | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Periquito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pescador | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piau | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade De Caratinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade De Ponte Nova | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade Do Rio Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade Dos Gerais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pimenta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pingo-D'Água | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pintópolis | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | |
| Piracema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirajuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piranga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piranguçu | 26 a 27 | 24 a 25 | 28 | 26 a 27 | 24 a 25 | 28 | 26 a 27 | 24 a 25 | 28 |
| Piranguinho | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pirapetinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirapora | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | |
| Piraúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pitangui | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piumhi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Planura | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Poço Fundo | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 |
| Poços De Caldas | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 |
| Pocrane | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pompéu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ponte Nova | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ponto Chique | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ponto Dos Volantes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Porteirinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porto Firme | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Poté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pouso Alegre | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Pouso Alto | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Prados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pratápolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Pratinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Bernardes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Juscelino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Kubitschek | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Olegário | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Prudente De Morais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Quartel Geral | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Queluzito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Raposos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Raul Soares | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Recreio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Reduto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Resende Costa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Resplendor | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ressaquinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Riachinho | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | |
| Riacho Dos Machados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeirão Das Neves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeirão Vermelho | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Rio Acima | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Casca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Do Prado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Doce | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Espera | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Manso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Novo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Paranaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Pardo De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Piracicaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Pomba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Vermelho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ritápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rochedo De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rodeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Romaria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rosário Da Limeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rubelita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rubim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sabará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sabinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sacramento | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salinas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salto Da Divisa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara Do Leste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara Do Monte Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara Do Tugúrio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Cruz De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Cruz De Salinas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Cruz Do Escalvado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Efigênia De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Fé De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Helena De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Juliana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Luzia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Margarida | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Maria De Itabira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Maria Do Salto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Maria Do Suaçuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita De Caldas | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 |
| Santa Rita De Ibitipoca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita De Jacutinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita Do Itueto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita Do Sapucaí | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 |
| Santa Rosa Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Vitória | 11 a 7 | 8 a 10 | | 11 a 7 | 8 a 10 | | 11 a 7 | 8 a 10 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santana Da Vargem | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 |
| Santana De Cataguases | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana De Pirapama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Deserto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Garambéu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Jacaré | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santana Do Manhuaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Riacho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Dos Montes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Amparo | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Santo Antônio Do Aventureiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Grama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Itambé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Jacinto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Monte | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Santo Antônio Do Retiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Rio Abaixo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Hipólito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santos Dumont | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Bento Abade | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 |
| São Brás Do Suaçuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Domingos Das Dores | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Domingos Do Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Félix De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Francisco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Francisco De Paula | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| São Francisco De Sales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Francisco Do Glória | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Geraldo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Geraldo Da Piedade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Geraldo Do Baixio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Abaeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Pará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Rio Abaixo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Sapucaí | 22 a 27 | 28 a 29 | 21 | 22 a 27 | 28 a 29 | 21 | 22 a 27 | 28 a 29 | 21 |
| São Gotardo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Batista Do Glória | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Da Lagoa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Da Mata | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| São João Da Ponte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Das Missões | 14 a 8 | 9 a 13 | | 14 a 8 | 9 a 13 | | 14 a 8 | 9 a 13 | |
| São João Del Rei | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Manhuaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Manteninha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Oriente | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Pacuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Evangelista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Nepomuceno | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Joaquim De Bicas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Barra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Lapa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Safira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Varginha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Alegre | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| São José Do Divino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Goiabal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Jacuri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Mantimento | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Lourenço | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 |
| São Miguel Do Anta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro Da União | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 |
| São Pedro Do Suaçuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro Dos Ferros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Romão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Roque De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Da Bela Vista | 23 a 27 | 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 22 | 28 a 29 |
| São Sebastião Da Vargem Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Anta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Maranhão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Paraíso | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| São Sebastião Do Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Rio Verde | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| São Thomé Das Letras | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 32 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 32 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 32 a 16 |
| São Tiago | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Tomás De Aquino | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| São Vicente De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sapucaí-Mirim | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Sardoá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sarzedo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sem-Peixe | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senador Amaral | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Senador Cortes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senador Firmino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senador José Bento | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Senador Modestino Gonçalves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senhora De Oliveira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senhora Do Porto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senhora Dos Remédios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sericita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Seritinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Azul De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Da Saudade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Do Salitre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Dos Aimorés | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serrania | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 |
| Serranópolis De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serranos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sete Lagoas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Setubinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Silveirânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Silvianópolis | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 |
| Simão Pereira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Simonésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sobrália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Soledade De Minas | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 34 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 34 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 34 |
| Tabuleiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taiobeiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taparuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapiraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taquaraçu De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tarumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Teixeiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Teófilo Otoni | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Timóteo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tiradentes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tiros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tocantins | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tocos Do Moji | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 |
| Toledo | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 21 a 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 21 a 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 21 a 22 + 30 |
| Tombos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Três Corações | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 |
| Três Marias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Três Pontas | 21 a 29 | 20 + 30 | 18 a 19 + 31 a 32 | 21 a 29 | 20 + 30 | 18 a 19 + 31 a 32 | 21 a 29 | 20 + 30 | 18 a 19 + 31 a 32 |
| Tumiritinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tupaciguara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Turmalina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Turvolândia | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 |
| Ubá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubaporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Uberaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Uberlândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Umburatiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Unaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| União De Minas | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Uruana De Minas | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | |
| Urucânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Urucuia | 14 a 6 | 11 a 13 + 7 | 8 a 10 | 14 a 6 | 11 a 13 + 7 | 8 a 10 | 14 a 6 | 11 a 13 + 7 | 8 a 10 |
| Vargem Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vargem Bonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vargem Grande Do Rio Pardo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Varginha | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 |
| Varjão De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Várzea Da Palma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Varzelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vazante | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Verdelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Veredinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Veríssimo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vermelho Novo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vespasiano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Viçosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vieiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Virgem Da Lapa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Virgínia | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 |
| Virginópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Virgolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Visconde Do Rio Branco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Volta Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Wenceslau Braz | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abadia Dos Dourados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Abaeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Abre Campo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Acaiaca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Açucena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Água Boa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Água Comprida | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aguanil | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Águas Formosas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Águas Vermelhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aimorés | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aiuruoca | 15 a 34 | 35 a 14 | | 15 a 34 | 35 a 14 | | 15 a 34 | 35 a 14 | |
| Alagoa | 21 a 30 | 17 a 20 + 31 a 32 | 33 a 16 | 21 a 30 | 17 a 20 + 31 a 32 | 33 a 16 | 21 a 30 | 17 a 20 + 31 a 32 | 33 a 16 |
| Albertina | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 |
| Além Paraíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alfenas | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Alfredo Vasconcelos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Almenara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alpercata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alpinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alterosa | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Alto Caparaó | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Alto Jequitibá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alto Rio Doce | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvarenga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvorada De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Amparo Do Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Andradas | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 |
| Andrelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Angelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Antônio Carlos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Antônio Dias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Antônio Prado De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aracitaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçuaí | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | |
| Araguari | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arantina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araponga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araporã | 23 a 14 | 22 + 15 | 20 a 21 + 16 | 23 a 14 | 22 + 15 | 20 a 21 + 16 | 23 a 14 | 22 + 15 | 20 a 21 + 16 |
| Arapuá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araújos | 16 a 31 | 32 a 15 | | 16 a 31 | 32 a 15 | | 16 a 31 | 32 a 15 | |
| Araxá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arceburgo | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Arcos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Areado | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Argirita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aricanduva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arinos | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | |
| Astolfo Dutra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ataléia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Augusto De Lima | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Baependi | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Baldim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bambuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bandeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bandeira Do Sul | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 |
| Barão De Cocais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barão De Monte Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barbacena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barra Longa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barroso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bela Vista De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Belmiro Braga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belo Horizonte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belo Oriente | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Belo Vale | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Berilo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Berizal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bertópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Betim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bias Fortes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bicas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Biquinhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Boa Esperança | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | |
| Bocaina De Minas | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Bocaiúva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Despacho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Jardim De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Jesus Da Penha | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 |
| Bom Jesus Do Amparo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Jesus Do Galho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Repouso | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Bom Sucesso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bonfim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bonfinópolis De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bonito De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Borda Da Mata | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Botelhos | 22 a 27 | 21 + 28 a 29 | 20 + 30 | 22 a 27 | 21 + 28 a 29 | 20 + 30 | 22 a 27 | 21 + 28 a 29 | 20 + 30 |
| Botumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brás Pires | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brasilândia De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brasília De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Braúnas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brazópolis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Brumadinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bueno Brandão | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Buenópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bugre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Buritis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Buritizeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cabeceira Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cabo Verde | 21 a 27 | 20 + 28 a 30 | 18 a 19 + 31 | 21 a 27 | 20 + 28 a 30 | 18 a 19 + 31 | 21 a 27 | 20 + 28 a 30 | 18 a 19 + 31 |
| Cachoeira Da Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cachoeira De Minas | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | |
| Cachoeira De Pajeú | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cachoeira Dourada | 23 a 13 | 22 + 14 a 15 | 20 a 21 + 16 | 23 a 13 | 22 + 14 a 15 | 20 a 21 + 16 | 23 a 13 | 22 + 14 a 15 | 20 a 21 + 16 |
| Caetanópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caiana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajuri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caldas | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 |
| Camacho | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Camanducaia | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Cambuí | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 |
| Cambuquira | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 a 31 |
| Campanário | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campanha | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | |
| Campestre | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 |
| Campina Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campo Azul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campo Belo | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Campo Do Meio | 20 a 31 | 16 a 19 + 32 a 33 | 34 a 15 | 20 a 31 | 16 a 19 + 32 a 33 | 34 a 15 | 20 a 31 | 16 a 19 + 32 a 33 | 34 a 15 |
| Campo Florido | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campos Altos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campos Gerais | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Cana Verde | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Canaã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Canápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Candeias | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Cantagalo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caparaó | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Capela Nova | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capelinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capetinga | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Capim Branco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capitão Andrade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capitão Enéas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capitólio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caputira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caranaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carandaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carangola | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caratinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carbonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Careaçu | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| Carlos Chagas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo Da Cachoeira | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| Carmo Da Mata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo De Minas | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 |
| Carmo Do Cajuru | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo Do Paranaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carmo Do Rio Claro | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | |
| Carmópolis De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carneirinho | 22 a 15 | 16 a 21 | | 22 a 15 | 16 a 21 | | 22 a 15 | 16 a 21 | |
| Carrancas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carvalhópolis | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 |
| Carvalhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Casa Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cascalho Rico | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cássia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cataguases | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catas Altas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catas Altas Da Noruega | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catuji | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catuti | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caxambu | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | |
| Cedro Do Abaeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Central De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Centralina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chácara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chalé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chapada Do Norte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chapada Gaúcha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chiador | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cipotânea | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Claraval | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Claro Dos Poções | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cláudio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coimbra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coluna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Comendador Gomes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Comercinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Da Aparecida | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Conceição Da Barra De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Das Alagoas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Das Pedras | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Conceição De Ipanema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Do Mato Dentro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Do Pará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conceição Do Rio Verde | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 32 a 18 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 32 a 18 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 32 a 18 |
| Conceição Dos Ouros | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Cônego Marinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Confins | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Congonhal | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Congonhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Congonhas Do Norte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conquista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conselheiro Lafaiete | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conselheiro Pena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Consolação | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Contagem | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coqueiral | 19 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 34 a 15 | 19 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 34 a 15 | 19 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 34 a 15 |
| Coração De Jesus | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cordisburgo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cordislândia | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 |
| Corinto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coroaci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coromandel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Fabriciano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Coronel Murta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Pacheco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Xavier Chaves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Córrego Danta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Córrego Do Bom Jesus | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| Córrego Fundo | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Córrego Novo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Couto De Magalhães De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Crisólita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cristais | 16 a 33 | 34 a 15 | | 16 a 33 | 34 a 15 | | 16 a 33 | 34 a 15 | |
| Cristália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cristiano Otoni | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cristina | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Crucilândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cruzeiro Da Fortaleza | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cruzília | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Cuparaque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Curral De Dentro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Curvelo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Datas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Delfim Moreira | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 |
| Delfinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Delta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Descoberto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Desterro De Entre Rios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Desterro Do Melo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Diamantina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Diogo De Vasconcelos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dionísio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divinésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divino Das Laranjeiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divinolândia De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divisa Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Divisa Nova | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 17 a 19 + 31 a 32 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 17 a 19 + 31 a 32 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 17 a 19 + 31 a 32 |
| Divisópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Bosco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Cavati | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Joaquim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Silvério | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dom Viçoso | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 |
| Dona Eusébia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores De Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores De Guanhães | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores Do Indaiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dores Do Turvo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Doresópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Douradoquara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Durandé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Elói Mendes | 21 a 29 | 30 | 31 + 19 a 20 | 21 a 29 | 30 | 31 + 19 a 20 | 21 a 29 | 30 | 31 + 19 a 20 |
| Engenheiro Caldas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Engenheiro Navarro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Entre Folhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Entre Rios De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ervália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Esmeraldas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Espera Feliz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Espinosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Espírito Santo Do Dourado | 24 a 26 | 23 + 27 | | 24 a 26 | 23 + 27 | | 24 a 26 | 23 + 27 | |
| Estiva | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Estrela Dalva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Estrela Do Indaiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Estrela Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Eugenópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ewbank Da Câmara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Extrema | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 17 a 20 + 31 a 33 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 17 a 20 + 31 a 33 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 17 a 20 + 31 a 33 |
| Fama | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 | 18 + 31 a 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 | 18 + 31 a 32 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 | 18 + 31 a 32 |
| Faria Lemos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Felício Dos Santos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Felisburgo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Felixlândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fernandes Tourinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ferros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fervedouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Florestal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Formiga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Formoso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fortaleza De Minas | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| Fortuna De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Francisco Badaró | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | |
| Francisco Dumont | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Francisco Sá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Franciscópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frei Gaspar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frei Inocêncio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frei Lagonegro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fronteira | 23 a 16 | 17 a 22 | | 23 a 16 | 17 a 22 | | 23 a 16 | 17 a 22 | |
| Fronteira Dos Vales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fruta De Leite | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Frutal | 23 a 15 | 20 a 22 + 16 | 17 a 19 | 23 a 15 | 20 a 22 + 16 | 17 a 19 | 23 a 15 | 20 a 22 + 16 | 17 a 19 |
| Funilândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Galiléia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gameleiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Glaucilândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Goiabeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Goianá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gonçalves | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gonzaga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gouveia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Governador Valadares | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Grão Mogol | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Grupiara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guanhães | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guapé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaraciaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaraciama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaranésia | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 |
| Guarani | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarda-Mor | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaxupé | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| Guidoval | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guimarânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guiricema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gurinhatã | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | |
| Heliodora | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 |
| Iapu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibertioga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiracatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiraci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibirité | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibitiúra De Minas | 25 a 26 | 24 | 27 | 25 a 26 | 24 | 27 | 25 a 26 | 24 | 27 |
| Ibituruna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Icaraí De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igarapé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igaratinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iguatama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ijaci | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ilicínea | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 16 a 18 + 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 16 a 18 + 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 16 a 18 + 33 |
| Imbé De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inconfidentes | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| Indaiabira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Indianópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ingaí | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | |
| Inhapim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inhaúma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inimutaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipanema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipatinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipiaçu | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | |
| Ipuiúna | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 |
| Iraí De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itabira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itabirinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itabirito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itacambira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itacarambi | 23 a 17 | 18 a 22 | | 23 a 17 | 18 a 22 | | 23 a 17 | 18 a 22 | |
| Itaguara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaipé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itajubá | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Itamarandiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itamarati De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itambacuri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itambé Do Mato Dentro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itamogi | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 |
| Itamonte | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 | 19 + 31 a 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 | 19 + 31 a 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 | 19 + 31 a 32 |
| Itanhandu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itanhomi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaobim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapagipe | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapecerica | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapeva | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 a 30 |
| Itatiaiuçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaú De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaúna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaverava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itueta | 32 a 28 | 29 a 31 | | 32 a 28 | 29 a 31 | | 32 a 28 | 29 a 31 | |
| Ituiutaba | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | | 21 a 15 | 16 a 20 | |
| Itumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iturama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itutinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaboticatubas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jacinto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jacuí | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 35 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 35 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 35 |
| Jacutinga | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 |
| Jaguaraçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jampruca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Janaúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Januária | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Japaraíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Japonvar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jeceaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jenipapo De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequeri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequitaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequitibá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jequitinhonha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jesuânia | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 |
| Joaíma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Joanésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| João Monlevade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| João Pinheiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Joaquim Felício | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jordânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| José Gonçalves De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| José Raydan | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Josenópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juiz De Fora | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juramento | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juruaia | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 33 | 34 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 33 | 34 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 33 | 34 a 16 |
| Juvenília | 24 a 16 | 23 | 17 a 22 | 24 a 16 | 23 | 17 a 22 | 24 a 16 | 23 | 17 a 22 |
| Ladainha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagamar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Da Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Dos Patos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Dourada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Formosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoa Santa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lajinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lambari | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Lamim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Laranjal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lassance | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lavras | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Leandro Ferreira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Leme Do Prado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Leopoldina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Liberdade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lima Duarte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Limeira Do Oeste | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Lontra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luisburgo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luislândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luminárias | 18 a 30 | 31 a 17 | | 18 a 30 | 31 a 17 | | 18 a 30 | 31 a 17 | |
| Luz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Machacalis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Machado | 22 a 28 | 20 a 21 + 29 | 19 + 30 | 22 a 28 | 20 a 21 + 29 | 19 + 30 | 22 a 28 | 20 a 21 + 29 | 19 + 30 |
| Madre De Deus De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Malacacheta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mamonas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Manga | 24 a 16 | 23 | 17 a 22 | 24 a 16 | 23 | 17 a 22 | 24 a 16 | 23 | 17 a 22 |
| Manhuaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Manhumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mantena | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mar De Espanha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Maravilhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Maria Da Fé | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Mariana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Marilac | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mário Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Maripá De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Marliéria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Marmelópolis | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Martinho Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Martins Soares | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mata Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Materlândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mateus Leme | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mathias Lobato | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matias Barbosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matias Cardoso | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | |
| Matipó | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mato Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matozinhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Matutina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Medeiros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Medina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mendes Pimentel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mercês | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mesquita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Minas Novas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Minduri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mirabela | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miradouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miravânia | 23 a 16 | 17 a 22 | | 23 a 16 | 17 a 22 | | 23 a 16 | 17 a 22 | |
| Moeda | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Moema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monjolos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monsenhor Paulo | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 30 |
| Montalvânia | 23 a 16 | 17 a 22 | | 23 a 16 | 17 a 22 | | 23 a 16 | 17 a 22 | |
| Monte Alegre De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Azul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Belo | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 15 a 17 + 32 a 33 |
| Monte Carmelo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Formoso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Santo De Minas | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Monte Sião | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 |
| Montes Claros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Montezuma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morada Nova De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morro Da Garça | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morro Do Pilar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Munhoz | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 |
| Muriaé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mutum | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Muzambinho | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 |
| Nacip Raydan | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nanuque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Naque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Natalândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Natércia | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Nazareno | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nepomuceno | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | | 18 a 32 | 33 a 17 | |
| Ninheira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Belém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Era | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Lima | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Módica | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Ponte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nova Porteirinha | 24 a 16 | 23 + 17 | 18 a 22 | 24 a 16 | 23 + 17 | 18 a 22 | 24 a 16 | 23 + 17 | 18 a 22 |
| Nova Resende | 21 a 28 | 19 a 20 + 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 21 a 28 | 19 a 20 + 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 21 a 28 | 19 a 20 + 29 | 17 a 18 + 30 a 31 |
| Nova Serrana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova União | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novo Cruzeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novo Oriente De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novorizonte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Olaria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Olhos-D'Água | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Olímpio Noronha | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| Oliveira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oliveira Fortes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Onça De Pitangui | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oratórios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Orizânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ouro Branco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ouro Fino | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 21 + 30 a 31 |
| Ouro Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ouro Verde De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Padre Carvalho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Padre Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pai Pedro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paineiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pains | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paiva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Papagaios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pará De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paracatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paraguaçu | 21 a 29 | 20 | 19 + 30 a 31 | 21 a 29 | 20 | 19 + 30 a 31 | 21 a 29 | 20 | 19 + 30 a 31 |
| Paraisópolis | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | | 26 | 24 a 25 + 27 | |
| Paraopeba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passa Quatro | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Passa Tempo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passabém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passa-Vinte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Passos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patos De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patrocínio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Patrocínio Do Muriaé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paula Cândido | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paulistas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pavão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Peçanha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Azul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Bonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Do Anta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedra Do Indaiá | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Pedra Dourada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedralva | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Pedras De Maria Da Cruz | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | | 24 a 16 | 17 a 23 | |
| Pedrinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedro Leopoldo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedro Teixeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pequeri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pequi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Perdigão | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Perdizes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Perdões | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Periquito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pescador | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piau | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade De Caratinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade De Ponte Nova | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade Do Rio Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piedade Dos Gerais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pimenta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pingo-D'Água | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pintópolis | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | |
| Piracema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirajuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piranga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piranguçu | 26 a 27 | 24 a 25 | 28 | 26 a 27 | 24 a 25 | 28 | 26 a 27 | 24 a 25 | 28 |
| Piranguinho | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pirapetinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirapora | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | |
| Piraúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pitangui | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piumhi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Planura | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Poço Fundo | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 |
| Poços De Caldas | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 | 24 a 27 | 23 | 22 |
| Pocrane | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pompéu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ponte Nova | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ponto Chique | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ponto Dos Volantes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porteirinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porto Firme | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Poté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pouso Alegre | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Pouso Alto | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Prados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pratápolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Pratinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Bernardes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Juscelino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Kubitschek | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Olegário | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Prudente De Morais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Quartel Geral | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Queluzito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Raposos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Raul Soares | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Recreio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Reduto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Resende Costa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Resplendor | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ressaquinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Riachinho | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | |
| Riacho Dos Machados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeirão Das Neves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeirão Vermelho | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Rio Acima | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Casca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Do Prado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Doce | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Espera | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Manso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Novo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Paranaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Pardo De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Piracicaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Pomba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rio Vermelho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ritápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rochedo De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rodeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Romaria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rosário Da Limeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rubelita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rubim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sabará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sabinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sacramento | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salinas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salto Da Divisa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara Do Leste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara Do Monte Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Bárbara Do Tugúrio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Cruz De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Cruz De Salinas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Cruz Do Escalvado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Efigênia De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Fé De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Helena De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Juliana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Luzia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Margarida | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Maria De Itabira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Maria Do Salto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Maria Do Suaçuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita De Caldas | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 | 26 | 24 a 25 | 27 |
| Santa Rita De Ibitipoca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita De Jacutinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita Do Itueto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Rita Do Sapucaí | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 | 24 a 27 | | 23 + 28 |
| Santa Rosa Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Vitória | 20 a 16 | 17 a 19 | | 20 a 16 | 17 a 19 | | 20 a 16 | 17 a 19 | |
| Santana Da Vargem | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 |
| Santana De Cataguases | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana De Pirapama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Deserto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Garambéu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Jacaré | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santana Do Manhuaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Do Riacho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Dos Montes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Amparo | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Santo Antônio Do Aventureiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Grama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santo Antônio Do Itambé | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Jacinto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Monte | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | | 16 a 32 | 33 a 15 | |
| Santo Antônio Do Retiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Rio Abaixo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Hipólito | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santos Dumont | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Bento Abade | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 | 20 a 29 | 18 a 19 + 30 a 31 | 32 a 17 |
| São Brás Do Suaçuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Domingos Das Dores | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Domingos Do Prata | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Félix De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Francisco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Francisco De Paula | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| São Francisco De Sales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Francisco Do Glória | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Geraldo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Geraldo Da Piedade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Geraldo Do Baixio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Abaeté | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Pará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Rio Abaixo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Gonçalo Do Sapucaí | 22 a 27 | 28 a 29 | 21 | 22 a 27 | 28 a 29 | 21 | 22 a 27 | 28 a 29 | 21 |
| São Gotardo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Batista Do Glória | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Da Lagoa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Da Mata | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 21 + 29 |
| São João Da Ponte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Das Missões | 23 a 17 | 18 a 22 | | 23 a 17 | 18 a 22 | | 23 a 17 | 18 a 22 | |
| São João Del Rei | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Manhuaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Manteninha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Oriente | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Pacuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Evangelista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Nepomuceno | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Joaquim De Bicas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Barra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Lapa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Safira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Da Varginha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Alegre | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| São José Do Divino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Goiabal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Jacuri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Mantimento | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Lourenço | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 |
| São Miguel Do Anta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro Da União | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 16 a 18 + 32 a 33 |
| São Pedro Do Suaçuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro Dos Ferros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Romão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Roque De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Da Bela Vista | 23 a 27 | 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 22 | 28 a 29 |
| São Sebastião Da Vargem Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Anta | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Maranhão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Paraíso | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| São Sebastião Do Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Do Rio Verde | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| São Thomé Das Letras | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 32 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 32 a 16 | 19 a 29 | 17 a 18 + 30 a 31 | 32 a 16 |
| São Tiago | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Tomás De Aquino | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| São Vicente De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sapucaí-Mirim | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Sardoá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sarzedo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sem-Peixe | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senador Amaral | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Senador Cortes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senador Firmino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senador José Bento | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 | 23 a 27 | | 22 + 28 |
| Senador Modestino Gonçalves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senhora De Oliveira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senhora Do Porto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Senhora Dos Remédios | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sericita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Seritinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Azul De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Da Saudade | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Do Salitre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Dos Aimorés | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serrania | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 |
| Serranópolis De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serranos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sete Lagoas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Setubinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Silveirânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Silvianópolis | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 | 22 a 27 | 28 | 29 + 21 |
| Simão Pereira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Simonésia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sobrália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Soledade De Minas | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 34 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 34 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 34 |
| Tabuleiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taiobeiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taparuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapiraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taquaraçu De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tarumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Teixeiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Teófilo Otoni | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Timóteo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tiradentes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tiros | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tocantins | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tocos Do Moji | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 | 24 a 26 | 27 | 23 |
| Toledo | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 21 a 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 21 a 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 21 a 22 + 30 |
| Tombos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Três Corações | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 20 a 29 | 19 + 30 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 |
| Três Marias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Três Pontas | 21 a 29 | 20 + 30 | 18 a 19 + 31 a 32 | 21 a 29 | 20 + 30 | 18 a 19 + 31 a 32 | 21 a 29 | 20 + 30 | 18 a 19 + 31 a 32 |
| Tumiritinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tupaciguara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Turmalina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Turvolândia | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 | 22 a 28 | 21 + 29 | 20 + 30 |
| Ubá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubaporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Uberaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Uberlândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Umburatiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Unaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| União De Minas | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Uruana De Minas | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | |
| Urucânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Urucuia | 23 a 15 | 20 a 22 + 16 | 17 a 19 | 23 a 15 | 20 a 22 + 16 | 17 a 19 | 23 a 15 | 20 a 22 + 16 | 17 a 19 |
| Vargem Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vargem Bonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vargem Grande Do Rio Pardo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Varginha | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 | 21 a 29 | 20 + 30 | 19 + 31 |
| Varjão De Minas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Várzea Da Palma | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Varzelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vazante | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Verdelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Veredinha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Veríssimo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vermelho Novo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vespasiano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Viçosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vieiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Virgem Da Lapa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Virgínia | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 |
| Virginópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Virgolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Visconde Do Rio Branco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Volta Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Wenceslau Braz | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |

**PORTARIA Nº 395, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 344 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo irrigado, no Estado de São Paulo conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV; e temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Adamantina | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Adolfo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aguaí | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Águas Da Prata | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 |
| Águas De Lindóia | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 |
| Águas De Santa Bárbara | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Águas De São Pedro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Agudos | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Alambari | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alfredo Marcondes | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Altair | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Altinópolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Alto Alegre | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Alumínio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Álvares Florence | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Álvares Machado | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Álvaro De Carvalho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvinlândia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Americana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Américo Brasiliense | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Américo De Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Amparo | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Analândia | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Andradina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Angatuba | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Anhembi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Anhumas | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Aparecida | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Aparecida D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Apiaí | 23 a 28 | | 22 + 29 a 30 | 23 a 28 | | 22 + 29 a 30 | 23 a 28 | | 22 + 29 a 30 |
| Araçariguama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçoiaba Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aramina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arandu | 19 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 36 a 14 | 19 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 36 a 14 | 19 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 36 a 14 |
| Arapeí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araraquara | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Araras | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Arco-Íris | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Arealva | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Areias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Areiópolis | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ariranha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Artur Nogueira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arujá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aspásia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Assis | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Atibaia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Auriflama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Avaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Avanhandava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Avaré | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Bady Bassitt | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Balbinos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bálsamo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bananal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barão De Antonina | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 |
| Barbosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bariri | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Barra Bonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barra Do Chapéu | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Barra Do Turvo | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 34 | 35 a 18 |
| Barretos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barrinha | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Barueri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bastos | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Batatais | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bauru | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bebedouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bento De Abreu | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Bernardino De Campos | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Bertioga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bilac | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Birigui | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Biritiba-Mirim | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Boa Esperança Do Sul | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bocaina | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bofete | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Boituva | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bom Jesus Dos Perdões | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Sucesso De Itararé | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Borá | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Boracéia | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Borborema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Borebi | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Botucatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bragança Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Braúna | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Brejo Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brodowski | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Brotas | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Buri | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Buritama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Buritizal | 17 a 34 | 35 a 16 | | 17 a 34 | 35 a 16 | | 17 a 34 | 35 a 16 | |
| Cabrália Paulista | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Cabreúva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caçapava | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 |
| Cachoeira Paulista | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Caconde | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 17 + 32 a 33 |
| Cafelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caiabu | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Caieiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caiuá | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Cajamar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajati | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajobi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajuru | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Campina Do Monte Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campinas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campo Limpo Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campos Novos Paulista | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Cananéia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Canas | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Cândido Mota | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 |
| Cândido Rodrigues | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Canitar | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Capão Bonito | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Capela Do Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capivari | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caraguatatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carapicuíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cardoso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Casa Branca | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Cássia Dos Coqueiros | 20 a 28 | 19 + 29 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 20 a 28 | 19 + 29 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 20 a 28 | 19 + 29 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 |
| Castilho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catanduva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catiguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cedral | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cerqueira César | 20 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 34 a 17 | 20 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 34 a 17 | 20 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Cerquilho | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Cesário Lange | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Charqueada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chavantes | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Clementina | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Colina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Colômbia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conchal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conchas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cordeirópolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Coroados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Macedo | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 |
| Corumbataí | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Cosmópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cosmorama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cotia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cravinhos | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Cristais Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cruzália | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 |
| Cruzeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cubatão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cunha | 21 a 29 | 20 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 21 a 29 | 20 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 21 a 29 | 20 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 |
| Descalvado | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Diadema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dirce Reis | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Divinolândia | 23 a 27 | 22 | 21 + 28 | 23 a 27 | 22 | 21 + 28 | 23 a 27 | 22 | 21 + 28 |
| Dobrada | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Dois Córregos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dolcinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dourado | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Dracena | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | |
| Duartina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dumont | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Echaporã | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Eldorado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Elias Fausto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Elisiário | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Embaúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Embu Das Artes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Embu-Guaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Emilianópolis | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Engenheiro Coelho | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Espírito Santo Do Pinhal | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 |
| Espírito Santo Do Turvo | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Estiva Gerbi | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Estrela Do Norte | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Estrela D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Euclides Da Cunha Paulista | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fartura | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 34 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 34 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 34 |
| Fernando Prestes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fernandópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fernão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ferraz De Vasconcelos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Flora Rica | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Floreal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Flórida Paulista | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Florínia | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 |
| Franca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Francisco Morato | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Franco Da Rocha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gabriel Monteiro | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Gália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Garça | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gastão Vidigal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gavião Peixoto | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| General Salgado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Getulina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Glicério | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaiçara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaimbê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaíra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guapiaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guapiara | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Guará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaraçaí | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Guaraci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarani D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarantã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guararapes | 19 a 35 | 36 a 18 | | 19 a 35 | 36 a 18 | | 19 a 35 | 36 a 18 | |
| Guararema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaratinguetá | 22 a 29 | 21 + 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 22 a 29 | 21 + 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 22 a 29 | 21 + 30 | 19 a 20 + 31 a 32 |
| Guareí | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Guariba | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Guarujá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarulhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guatapará | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Guzolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Herculândia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Holambra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Hortolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iacanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iacri | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Iaras | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Ibaté | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Ibirá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibirarema | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Ibitinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiúna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Icém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iepê | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 |
| Igaraçu Do Tietê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igarapava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igaratá | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Iguape | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ilha Comprida | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ilha Solteira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Indaiatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Indiana | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 |
| Indiaporã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inúbia Paulista | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 |
| Ipaussu | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Iperó | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ipeúna | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ipiguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iracemápolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Irapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Irapuru | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Itaberá | 22 a 30 | 21 + 31 a 32 | 18 a 20 + 33 | 22 a 30 | 21 + 31 a 32 | 18 a 20 + 33 | 22 a 30 | 21 + 31 a 32 | 18 a 20 + 33 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itaí | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Itajobi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaju | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Itanhaém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaóca | 19 a 34 | 35 a 18 | | 19 a 34 | 35 a 18 | | 19 a 34 | 35 a 18 | |
| Itapecerica Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapetininga | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Itapeva | 22 a 32 | 19 a 21 + 33 | 34 a 18 | 22 a 32 | 19 a 21 + 33 | 34 a 18 | 22 a 32 | 19 a 21 + 33 | 34 a 18 |
| Itapevi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapira | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Itapirapuã Paulista | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Itápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaporanga | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 20 + 31 a 32 |
| Itapuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapura | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaquaquecetuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itararé | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 |
| Itariri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itatiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itatinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itirapina | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Itirapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itobi | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Itu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itupeva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ituverava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaborandi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaboticabal | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Jacareí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jacupiranga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaguariúna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jambeiro | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 |
| Jandira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jardinópolis | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Jarinu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaú | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Jeriquara | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Joanópolis | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 |
| João Ramalho | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| José Bonifácio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Júlio Mesquita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jundiaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Junqueirópolis | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Juquiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juquitiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoinha | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 |
| Laranjal Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lavínia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Lavrinhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Leme | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Lençóis Paulista | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Limeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lindóia | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Lins | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lorena | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 | 16 a 18 + 32 a 33 |
| Lourdes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Louveira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lucélia | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Lucianópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luís Antônio | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Luiziânia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Lupércio | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Lutécia | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Macatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Macaubal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Macedônia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Magda | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mairinque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mairiporã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Manduri | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Marabá Paulista | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | |
| Maracaí | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Marapoama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mariápolis | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Marília | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Marinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Martinópolis | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Matão | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Mauá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mendonça | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Meridiano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mesópolis | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Miguelópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mineiros Do Tietê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mira Estrela | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miracatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mirandópolis | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Mirante Do Paranapanema | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Mirassol | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mirassolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mococa | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Mogi Das Cruzes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mogi Guaçu | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Mogi Mirim | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Mombuca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monções | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mongaguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Alegre Do Sul | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Monte Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Aprazível | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Azul Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Castelo | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Monte Mor | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monteiro Lobato | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Morro Agudo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morungaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Motuca | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Murutinga Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nantes | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Narandiba | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 |
| Natividade Da Serra | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 |
| Nazaré Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Neves Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nhandeara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nipoã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Aliança | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Campina | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 20 a 21 + 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 20 a 21 + 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 20 a 21 + 32 |
| Nova Canaã Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Castilho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Europa | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Nova Granada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Guataporanga | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Nova Independência | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Nova Luzitânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Odessa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novo Horizonte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nuporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ocauçu | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Óleo | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Olímpia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Onda Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oriente | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Orindiúva | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Orlândia | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Osasco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oscar Bressane | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Osvaldo Cruz | 21 a 32 | 33 a 20 | | 21 a 32 | 33 a 20 | | 21 a 32 | 33 a 20 | |
| Ourinhos | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Ouro Verde | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Ouroeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pacaembu | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Palestina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmares Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmeira D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmital | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Panorama | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Paraguaçu Paulista | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Paraibuna | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paranapanema | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Paranapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Parapuã | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Pardinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pariquera-Açu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Parisi | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Patrocínio Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paulicéia | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Paulínia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paulistânia | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Paulo De Faria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pederneiras | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Pedra Bela | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 |
| Pedranópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedregulho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedreira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedrinhas Paulista | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 |
| Pedro De Toledo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Penápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pereira Barreto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pereiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Peruíbe | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piacatu | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Piedade | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Pilar Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pindamonhangaba | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 |
| Pindorama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pinhalzinho | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Piquerobi | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Piquete | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 |
| Piracaia | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Piracicaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piraju | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Pirajuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirangi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirapora Do Bom Jesus | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirapozinho | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Pirassununga | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Piratininga | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Pitangueiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Planalto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Platina | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Poá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Poloni | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pompéia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Pongaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pontal | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Pontalinda | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Pontes Gestal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Populina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porangaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porto Feliz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porto Ferreira | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Potim | 24 a 28 | 23 + 29 | 21 a 22 + 30 a 31 | 24 a 28 | 23 + 29 | 21 a 22 + 30 a 31 | 24 a 28 | 23 + 29 | 21 a 22 + 30 a 31 |
| Potirendaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pracinha | 21 a 31 | 20 + 32 a 33 | 34 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 a 33 | 34 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 a 33 | 34 a 19 |
| Pradópolis | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Praia Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pratânia | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Presidente Alves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Bernardes | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Presidente Epitácio | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Presidente Prudente | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Presidente Venceslau | 20 a 31 | 32 a 19 | | 20 a 31 | 32 a 19 | | 20 a 31 | 32 a 19 | |
| Promissão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Quadra | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Quatá | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Queiroz | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Queluz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Quintana | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Rafard | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rancharia | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Redenção Da Serra | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Regente Feijó | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Reginópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Registro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Restinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeira | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 19 a 21 + 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 19 a 21 + 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 19 a 21 + 32 |
| Ribeirão Bonito | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Ribeirão Branco | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 |
| Ribeirão Corrente | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ribeirão Do Sul | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Ribeirão Dos Índios | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 |
| Ribeirão Grande | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 | 34 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 | 34 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 | 34 a 16 |
| Ribeirão Pires | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeirão Preto | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Rifaina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rincão | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Rinópolis | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Rio Claro | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Rio Das Pedras | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Rio Grande Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Riolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Riversul | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 |
| Rosana | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 |
| Roseira | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 |
| Rubiácea | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Rubinéia | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Sabino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sagres | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Sales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sales Oliveira | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Salesópolis | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 |
| Salmourão | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Saltinho | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Salto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salto De Pirapora | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salto Grande | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Sandovalina | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Santa Adélia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Albertina | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | | 13 a 7 | 8 a 12 | |
| Santa Bárbara D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Branca | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santa Clara D'Oeste | 14 a 6 | 7 a 13 | | 14 a 6 | 7 a 13 | | 14 a 6 | 7 a 13 | |
| Santa Cruz Da Conceição | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Santa Cruz Da Esperança | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santa Cruz Das Palmeiras | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | |
| Santa Cruz Do Rio Pardo | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santa Ernestina | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santa Fé Do Sul | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Santa Gertrudes | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santa Isabel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Lúcia | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Santa Maria Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Mercedes | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santa Rita Do Passa Quatro | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Santa Rita D'Oeste | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| Santa Rosa De Viterbo | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Santa Salete | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Da Ponte Pensa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana De Parnaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Anastácio | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Santo André | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Da Alegria | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 |
| Santo Antônio De Posse | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Aracanguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Jardim | 23 a 27 | 21 a 22 + 28 | 20 + 29 | 23 a 27 | 21 a 22 + 28 | 20 + 29 | 23 a 27 | 21 a 22 + 28 | 20 + 29 |
| Santo Antônio Do Pinhal | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Expedito | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Santópolis Do Aguapeí | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Bento Do Sapucaí | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| São Bernardo Do Campo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Caetano Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Carlos | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| São Francisco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Da Boa Vista | 20 a 29 | 17 a 19 + 30 a 32 | 33 a 16 | 20 a 29 | 17 a 19 + 30 a 32 | 33 a 16 | 20 a 29 | 17 a 19 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| São João Das Duas Pontes | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | | 12 a 7 | 8 a 11 | |
| São João De Iracema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Pau D'Alho | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| São Joaquim Da Barra | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| São José Da Bela Vista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Barreiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Rio Pardo | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 |
| São José Do Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Dos Campos | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| São Lourenço Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Luís Do Paraitinga | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| São Manuel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Miguel Arcanjo | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| São Paulo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro Do Turvo | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| São Roque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Da Grama | 23 a 27 | 21 a 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 21 a 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 21 a 22 | 28 a 29 |
| São Simão | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| São Vicente | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sarapuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sarutaiá | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 |
| Sebastianópolis Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Azul | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Serra Negra | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Serrana | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Sertãozinho | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Sete Barras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Severínia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Silveiras | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Socorro | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 | 34 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 | 34 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 | 34 a 16 |
| Sorocaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Sud Mennucci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sumaré | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Suzanápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Suzano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tabapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tabatinga | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Taboão Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taciba | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Taguaí | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 |
| Taiaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taiúva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tambaú | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Tanabi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapiraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapiratiba | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Taquaral | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Taquaritinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taquarituba | 22 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 17 a 18 + 33 a 34 | 22 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 17 a 18 + 33 a 34 | 22 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 17 a 18 + 33 a 34 |
| Taquarivaí | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Tarabai | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Tarumã | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 | 17 a 18 + 33 a 35 |
| Tatuí | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Taubaté | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tejupá | 21 a 30 | 18 a 20 + 31 a 32 | 33 a 17 | 21 a 30 | 18 a 20 + 31 a 32 | 33 a 17 | 21 a 30 | 18 a 20 + 31 a 32 | 33 a 17 |
| Teodoro Sampaio | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 |
| Terra Roxa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tietê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Timburi | 22 a 29 | 19 a 21 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 22 a 29 | 19 a 21 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 22 a 29 | 19 a 21 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Torre De Pedra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Torrinha | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Trabiju | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Tremembé | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Três Fronteiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tuiuti | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tupã | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Tupi Paulista | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Turiúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Turmalina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubarana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubirajara | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Uchoa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| União Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Urânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Uru | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Urupês | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Valentim Gentil | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Valinhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Valparaíso | 20 a 33 | 34 a 19 | | 20 a 33 | 34 a 19 | | 20 a 33 | 34 a 19 | |
| Vargem | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Vargem Grande Do Sul | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Vargem Grande Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Várzea Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vera Cruz | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Vinhedo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Viradouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vista Alegre Do Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vitória Brasil | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Votorantim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Votuporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Zacarias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Adamantina | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Adolfo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aguaí | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Águas Da Prata | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 | 24 a 26 | | 23 + 27 |
| Águas De Lindóia | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 |
| Águas De Santa Bárbara | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Águas De São Pedro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Agudos | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Alambari | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alfredo Marcondes | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Altair | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Altinópolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Alto Alegre | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Alumínio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Álvares Florence | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Álvares Machado | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Álvaro De Carvalho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Alvinlândia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Americana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Américo Brasiliense | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Américo De Campos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Amparo | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Analândia | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Andradina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Angatuba | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Anhembi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Anhumas | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Aparecida | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Aparecida D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Apiaí | 23 a 28 | | 22 + 29 a 30 | 23 a 28 | | 22 + 29 a 30 | 23 a 28 | | 22 + 29 a 30 |
| Araçariguama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araçoiaba Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aramina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arandu | 19 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 36 a 14 | 19 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 36 a 14 | 19 a 31 | 15 a 18 + 32 a 35 | 36 a 14 |
| Arapeí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Araraquara | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Araras | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Arco-Íris | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Arealva | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Areias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Areiópolis | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ariranha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Artur Nogueira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Arujá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Aspásia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Assis | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Atibaia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Auriflama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Avaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Avanhandava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Avaré | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 | 19 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Bady Bassitt | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Balbinos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bálsamo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bananal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barão De Antonina | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 19 a 20 + 31 a 32 |
| Barbosa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bariri | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Barra Bonita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Barra Do Chapéu | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Barra Do Turvo | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 34 | 35 a 18 |
| Barretos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Barrinha | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Barueri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bastos | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Batatais | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bauru | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bebedouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bento De Abreu | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Bernardino De Campos | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Bertioga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bilac | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Birigui | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Biritiba-Mirim | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Boa Esperança Do Sul | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bocaina | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bofete | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Boituva | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Bom Jesus Dos Perdões | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bom Sucesso De Itararé | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Borá | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Boracéia | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Borborema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Borebi | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Botucatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Bragança Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Braúna | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Brejo Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Brodowski | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Brotas | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Buri | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Buritama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Buritizal | 17 a 34 | 35 a 16 | | 17 a 34 | 35 a 16 | | 17 a 34 | 35 a 16 | |
| Cabrália Paulista | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Cabreúva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caçapava | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 |
| Cachoeira Paulista | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Caconde | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 17 + 32 a 33 |
| Cafelândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caiabu | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Caieiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caiuá | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Cajamar | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajati | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajobi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cajuru | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Campina Do Monte Alegre | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campinas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campo Limpo Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Campos Novos Paulista | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Cananéia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Canas | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Cândido Mota | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 |
| Cândido Rodrigues | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Canitar | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Capão Bonito | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Capela Do Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Capivari | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Caraguatatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Carapicuíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cardoso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Casa Branca | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Cássia Dos Coqueiros | 20 a 28 | 19 + 29 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 20 a 28 | 19 + 29 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 20 a 28 | 19 + 29 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 |
| Castilho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catanduva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Catiguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cedral | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cerqueira César | 20 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 34 a 17 | 20 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 34 a 17 | 20 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Cerquilho | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Cesário Lange | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Charqueada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Chavantes | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Clementina | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Colina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Colômbia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conchal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Conchas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cordeirópolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Coroados | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Coronel Macedo | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 |
| Corumbataí | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Cosmópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cosmorama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cotia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cravinhos | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Cristais Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cruzália | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 |
| Cruzeiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cubatão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Cunha | 21 a 29 | 20 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 21 a 29 | 20 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 21 a 29 | 20 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 |
| Descalvado | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Diadema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dirce Reis | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Divinolândia | 23 a 27 | 22 | 21 + 28 | 23 a 27 | 22 | 21 + 28 | 23 a 27 | 22 | 21 + 28 |
| Dobrada | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Dois Córregos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dolcinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dourado | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Dracena | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | |
| Duartina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Dumont | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Echaporã | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Eldorado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Elias Fausto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Elisiário | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Embaúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Embu Das Artes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Embu-Guaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Emilianópolis | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Engenheiro Coelho | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Espírito Santo Do Pinhal | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 | 21 a 29 | 18 a 20 + 30 a 31 | 16 a 17 + 32 a 33 |
| Espírito Santo Do Turvo | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Estiva Gerbi | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Estrela Do Norte | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Estrela D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Euclides Da Cunha Paulista | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 |
| Fartura | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 34 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 34 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 17 a 19 + 32 a 34 |
| Fernando Prestes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fernandópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Fernão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ferraz De Vasconcelos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Flora Rica | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Floreal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Flórida Paulista | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Florínia | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 |
| Franca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Francisco Morato | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Franco Da Rocha | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gabriel Monteiro | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Gália | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Garça | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gastão Vidigal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Gavião Peixoto | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| General Salgado | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Getulina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Glicério | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaiçara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaimbê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Guaíra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guapiaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guapiara | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Guará | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaraçaí | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Guaraci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarani D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarantã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guararapes | 19 a 35 | 36 a 18 | | 19 a 35 | 36 a 18 | | 19 a 35 | 36 a 18 | |
| Guararema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guaratinguetá | 22 a 29 | 21 + 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 22 a 29 | 21 + 30 | 19 a 20 + 31 a 32 | 22 a 29 | 21 + 30 | 19 a 20 + 31 a 32 |
| Guareí | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Guariba | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Guarujá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guarulhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Guatapará | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Guzolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Herculândia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Holambra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Hortolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iacanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iacri | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Iaras | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Ibaté | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Ibirá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibirarema | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Ibitinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ibiúna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Icém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iepê | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 |
| Igaraçu Do Tietê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igarapava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Igaratá | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Iguape | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ilha Comprida | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ilha Solteira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Indaiatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Indiana | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 |
| Indiaporã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Inúbia Paulista | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 |
| Ipaussu | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Iperó | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ipeúna | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ipiguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ipuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Iracemápolis | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Irapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Irapuru | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Itaberá | 22 a 30 | 21 + 31 a 32 | 18 a 20 + 33 | 22 a 30 | 21 + 31 a 32 | 18 a 20 + 33 | 22 a 30 | 21 + 31 a 32 | 18 a 20 + 33 |
| Itaí | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Itajobi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaju | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Itanhaém | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaóca | 19 a 34 | 35 a 18 | | 19 a 34 | 35 a 18 | | 19 a 34 | 35 a 18 | |
| Itapecerica Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapetininga | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Itapeva | 22 a 32 | 19 a 21 + 33 | 34 a 18 | 22 a 32 | 19 a 21 + 33 | 34 a 18 | 22 a 32 | 19 a 21 + 33 | 34 a 18 |
| Itapevi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapira | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Itapirapuã Paulista | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Itápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaporanga | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 20 + 31 a 32 | 23 a 28 | 21 a 22 + 29 a 30 | 20 + 31 a 32 |
| Itapuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itapura | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itaquaquecetuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itararé | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 |
| Itariri | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itatiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itatinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itirapina | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Itirapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itobi | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Itu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Itupeva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ituverava | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaborandi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaboticabal | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Jacareí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jacupiranga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaguariúna | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jambeiro | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 |
| Jandira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jardinópolis | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Jarinu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jaú | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Jeriquara | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Joanópolis | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 |
| João Ramalho | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| José Bonifácio | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Júlio Mesquita | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jumirim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Jundiaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Junqueirópolis | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Juquiá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Juquitiba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lagoinha | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 |
| Laranjal Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lavínia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Lavrinhas | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Leme | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Lençóis Paulista | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Limeira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lindóia | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 | 20 a 31 | 17 a 19 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Lins | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lorena | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 | 16 a 18 + 32 a 33 | 21 a 30 | 19 a 20 + 31 | 16 a 18 + 32 a 33 |
| Lourdes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Louveira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Lucélia | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Lucianópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Luís Antônio | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Luiziânia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Lupércio | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Lutécia | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Macatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Macaubal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Macedônia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Magda | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mairinque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mairiporã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Manduri | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 34 a 17 |
| Marabá Paulista | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | | 21 a 31 | 32 a 20 | |
| Maracaí | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Marapoama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mariápolis | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Marília | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Marinópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Martinópolis | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Matão | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Mauá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mendonça | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Meridiano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mesópolis | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Miguelópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mineiros Do Tietê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mira Estrela | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Miracatu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mirandópolis | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Mirante Do Paranapanema | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Mirassol | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mirassolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mococa | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Mogi Das Cruzes | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mogi Guaçu | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Mogi Mirim | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Mombuca | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monções | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Mongaguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Alegre Do Sul | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Monte Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Aprazível | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Azul Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monte Castelo | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Monte Mor | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Monteiro Lobato | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Morro Agudo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Morungaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Motuca | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Murutinga Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nantes | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Narandiba | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 |
| Natividade Da Serra | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 |
| Nazaré Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Neves Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nhandeara | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nipoã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Aliança | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Campina | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 20 a 21 + 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 20 a 21 + 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 20 a 21 + 32 |
| Nova Canaã Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Castilho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Europa | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Nova Granada | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Guataporanga | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Nova Independência | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Nova Luzitânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nova Odessa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novais | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Novo Horizonte | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Nuporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ocauçu | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Óleo | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Olímpia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Onda Verde | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oriente | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Orindiúva | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Orlândia | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Osasco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Oscar Bressane | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Osvaldo Cruz | 21 a 32 | 33 a 20 | | 21 a 32 | 33 a 20 | | 21 a 32 | 33 a 20 | |
| Ourinhos | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 | 19 a 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Ouro Verde | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Ouroeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pacaembu | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Palestina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmares Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmeira D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Palmital | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Panorama | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Paraguaçu Paulista | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Paraibuna | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Paraíso | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paranapanema | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Paranapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Parapuã | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Pardinho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pariquera-Açu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Parisi | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Patrocínio Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paulicéia | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Paulínia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Paulistânia | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Paulo De Faria | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pederneiras | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Pedra Bela | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 18 a 20 + 32 a 33 |
| Pedranópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedregulho | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedreira | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pedrinhas Paulista | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 22 a 31 | 20 a 21 + 32 | 17 a 19 + 33 a 35 |
| Pedro De Toledo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Penápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pereira Barreto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pereiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Peruíbe | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piacatu | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Piedade | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Pilar Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pindamonhangaba | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 |
| Pindorama | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pinhalzinho | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Piquerobi | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Piquete | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 | 21 a 28 | 20 + 29 a 30 | 19 + 31 |
| Piracaia | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Piracicaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Piraju | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Pirajuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirangi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirapora Do Bom Jesus | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pirapozinho | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Pirassununga | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Piratininga | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Pitangueiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Planalto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Platina | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Poá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Poloni | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pompéia | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Pongaí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pontal | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Pontalinda | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Pontes Gestal | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Populina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porangaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porto Feliz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Porto Ferreira | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Potim | 24 a 28 | 23 + 29 | 21 a 22 + 30 a 31 | 24 a 28 | 23 + 29 | 21 a 22 + 30 a 31 | 24 a 28 | 23 + 29 | 21 a 22 + 30 a 31 |
| Potirendaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pracinha | 21 a 31 | 20 + 32 a 33 | 34 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 a 33 | 34 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 a 33 | 34 a 19 |
| Pradópolis | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Praia Grande | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Pratânia | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Presidente Alves | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Presidente Bernardes | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Presidente Epitácio | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | | 19 a 32 | 33 a 18 | |
| Presidente Prudente | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Presidente Venceslau | 20 a 31 | 32 a 19 | | 20 a 31 | 32 a 19 | | 20 a 31 | 32 a 19 | |
| Promissão | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Quadra | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Quatá | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Queiroz | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Queluz | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Quintana | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Rafard | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rancharia | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |
| Redenção Da Serra | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Regente Feijó | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Reginópolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Registro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Restinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeira | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 19 a 21 + 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 19 a 21 + 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 31 | 19 a 21 + 32 |
| Ribeirão Bonito | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Ribeirão Branco | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 22 a 29 | 21 + 30 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 |
| Ribeirão Corrente | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Ribeirão Do Sul | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Ribeirão Dos Índios | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 35 | 36 a 18 |
| Ribeirão Grande | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 | 34 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 | 34 a 16 | 21 a 32 | 17 a 20 + 33 | 34 a 16 |
| Ribeirão Pires | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ribeirão Preto | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Rifaina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Rincão | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Rinópolis | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Rio Claro | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Rio Das Pedras | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Rio Grande Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Riolândia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Riversul | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 21 + 30 a 31 |
| Rosana | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 | 22 a 31 | 21 + 32 | 19 a 20 + 33 a 34 |
| Roseira | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 | 26 a 27 | 24 a 25 + 28 | 23 + 29 |
| Rubiácea | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Rubinéia | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Sabino | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sagres | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Sales | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sales Oliveira | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Salesópolis | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 | 21 a 31 | 18 a 20 + 32 | 33 a 17 |
| Salmourão | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Saltinho | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Salto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salto De Pirapora | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Salto Grande | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 a 35 | 36 a 16 |
| Sandovalina | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 35 | 36 a 16 |
| Santa Adélia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Albertina | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | | 22 a 16 | 17 a 21 | |
| Santa Bárbara D'Oeste | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Branca | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santa Clara D'Oeste | 23 a 15 | 16 a 22 | | 23 a 15 | 16 a 22 | | 23 a 15 | 16 a 22 | |
| Santa Cruz Da Conceição | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Santa Cruz Da Esperança | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santa Cruz Das Palmeiras | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | | 18 a 31 | 32 a 17 | |
| Santa Cruz Do Rio Pardo | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santa Ernestina | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santa Fé Do Sul | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Santa Gertrudes | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Santa Isabel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Lúcia | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| Santa Maria Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santa Mercedes | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santa Rita Do Passa Quatro | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Santa Rita D'Oeste | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| Santa Rosa De Viterbo | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Santa Salete | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana Da Ponte Pensa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santana De Parnaíba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Anastácio | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Santo André | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Da Alegria | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 32 | 33 a 16 |
| Santo Antônio De Posse | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Aracanguá | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Santo Antônio Do Jardim | 23 a 27 | 21 a 22 + 28 | 20 + 29 | 23 a 27 | 21 a 22 + 28 | 20 + 29 | 23 a 27 | 21 a 22 + 28 | 20 + 29 |
| Santo Antônio Do Pinhal | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Expedito | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Santópolis Do Aguapeí | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Santos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Bento Do Sapucaí | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| São Bernardo Do Campo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Caetano Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Carlos | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | | 17 a 31 | 32 a 16 | |
| São Francisco | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Da Boa Vista | 20 a 29 | 17 a 19 + 30 a 32 | 33 a 16 | 20 a 29 | 17 a 19 + 30 a 32 | 33 a 16 | 20 a 29 | 17 a 19 + 30 a 32 | 33 a 16 |
| São João Das Duas Pontes | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | | 21 a 16 | 17 a 20 | |
| São João De Iracema | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São João Do Pau D'Alho | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| São Joaquim Da Barra | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| São José Da Bela Vista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Barreiro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Do Rio Pardo | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 | 19 a 30 | 16 a 18 + 31 a 33 | 34 a 15 |
| São José Do Rio Preto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São José Dos Campos | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 21 a 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| São Lourenço Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Luís Do Paraitinga | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| São Manuel | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Miguel Arcanjo | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| São Paulo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Pedro Do Turvo | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| São Roque | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| São Sebastião Da Grama | 23 a 27 | 21 a 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 21 a 22 | 28 a 29 | 23 a 27 | 21 a 22 | 28 a 29 |
| São Simão | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| São Vicente | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sarapuí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sarutaiá | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 | 22 a 28 | 21 + 29 | 19 a 20 + 30 a 31 |
| Sebastianópolis Do Sul | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Serra Azul | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Serra Negra | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 | 21 a 31 | 17 a 20 + 32 a 33 | 34 a 16 |
| Serrana | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Sertãozinho | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Sete Barras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Severínia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Silveiras | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Socorro | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 | 34 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 | 34 a 16 | 20 a 32 | 17 a 19 + 33 | 34 a 16 |
| Sorocaba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sud Mennucci | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Sumaré | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Suzanápolis | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Suzano | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tabapuã | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tabatinga | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Taboão Da Serra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taciba | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 a 33 | 34 a 18 |
| Taguaí | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 | 22 a 29 | 20 a 21 + 30 a 31 | 18 a 19 + 32 a 33 |
| Taiaçu | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taiúva | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tambaú | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | | 17 a 32 | 33 a 16 | |
| Tanabi | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapiraí | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tapiratiba | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Taquaral | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Taquaritinga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Taquarituba | 22 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 17 a 18 + 33 a 34 | 22 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 17 a 18 + 33 a 34 | 22 a 30 | 19 a 21 + 31 a 32 | 17 a 18 + 33 a 34 |
| Taquarivaí | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Tarabai | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 | 21 a 31 | 20 + 32 | 33 a 19 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tarumã | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 | 17 a 18 + 33 a 35 | 22 a 31 | 19 a 21 + 32 | 17 a 18 + 33 a 35 |
| Tatuí | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Taubaté | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tejupá | 21 a 30 | 18 a 20 + 31 a 32 | 33 a 17 | 21 a 30 | 18 a 20 + 31 a 32 | 33 a 17 | 21 a 30 | 18 a 20 + 31 a 32 | 33 a 17 |
| Teodoro Sampaio | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 | 21 a 31 | 19 a 20 + 32 | 33 a 18 |
| Terra Roxa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tietê | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Timburi | 22 a 29 | 19 a 21 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 22 a 29 | 19 a 21 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 | 22 a 29 | 19 a 21 + 30 a 31 | 17 a 18 + 32 a 33 |
| Torre De Pedra | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Torrinha | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | | 19 a 31 | 32 a 18 | |
| Trabiju | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Tremembé | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Três Fronteiras | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tuiuti | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Tupã | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | | 19 a 33 | 34 a 18 | |
| Tupi Paulista | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | | 20 a 32 | 33 a 19 | |
| Turiúba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Turmalina | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubarana | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubatuba | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Ubirajara | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Uchoa | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| União Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Urânia | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Uru | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Urupês | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Valentim Gentil | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Valinhos | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Valparaíso | 20 a 33 | 34 a 19 | | 20 a 33 | 34 a 19 | | 20 a 33 | 34 a 19 | |
| Vargem | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | | 17 a 33 | 34 a 16 | |
| Vargem Grande Do Sul | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 | 19 a 30 | 17 a 18 + 31 a 33 | 34 a 16 |
| Vargem Grande Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Várzea Paulista | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vera Cruz | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | | 17 a 35 | 36 a 16 | |
| Vinhedo | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Viradouro | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vista Alegre Do Alto | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Vitória Brasil | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Votorantim | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Votuporanga | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |
| Zacarias | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | | 1 a 36 | | |

**PORTARIA Nº 396, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 345, de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo irrigado, no Estado do Paraná conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV; e temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abatiá | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Adrianópolis | 22 a 32 | 33 a 34 + 18 | 35 a 17 | 22 a 32 | 33 a 34 + 18 | 35 a 17 | 22 a 32 | 33 a 34 + 18 | 35 a 17 |
| Agudos Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 |
| Almirante Tamandaré | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Altamira Do Paraná | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Alto Paraíso | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Alto Paraná | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Alto Piquiri | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Altônia | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Alvorada Do Sul | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 18 |
| Amaporã | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Ampére | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Anahy | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Andirá | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Ângulo | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Antonina | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Antônio Olinto | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Apucarana | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Arapongas | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Arapoti | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Arapuã | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Araruna | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Araucária | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Ariranha Do Ivaí | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Assaí | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Assis Chateaubriand | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Astorga | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Atalaia | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Balsa Nova | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Bandeirantes | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Barbosa Ferraz | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Barra Do Jacaré | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 |
| Barracão | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Bela Vista Da Caroba | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Bela Vista Do Paraíso | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Boa Esperança | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Boa Esperança Do Iguaçu | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Boa Ventura De São Roque | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Da Aparecida | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Bocaiúva Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Bom Jesus Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Bom Sucesso | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Bom Sucesso Do Sul | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Borrazópolis | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Braganey | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Brasilândia Do Sul | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Cafeara | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Cafelândia | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cafezal Do Sul | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Califórnia | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Cambará | 22 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 34 a 16 | 22 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 34 a 16 | 22 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 34 a 16 |
| Cambé | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Cambira | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Campina Da Lagoa | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Campina Do Simão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Campina Grande Do Sul | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Campo Bonito | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Campo Do Tenente | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 |
| Campo Largo | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Campo Magro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Campo Mourão | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Cândido De Abreu | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Candói | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cantagalo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Capanema | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Capitão Leônidas Marques | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Carambeí | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Carlópolis | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 |
| Cascavel | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Castro | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Catanduvas | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Centenário Do Sul | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 18 |
| Cerro Azul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Céu Azul | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Chopinzinho | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cianorte | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Cidade Gaúcha | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Clevelândia | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Colombo | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 |
| Colorado | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 |
| Congonhinhas | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 + 18 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 + 18 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 + 18 |
| Conselheiro Mairinck | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 |
| Contenda | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Corbélia | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cornélio Procópio | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Coronel Domingos Soares | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Coronel Vivida | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Corumbataí Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Cruz Machado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cruzeiro Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Cruzeiro Do Oeste | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Cruzeiro Do Sul | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Cruzmaltina | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Curitiba | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Curiúva | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 |
| Diamante Do Norte | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Diamante Do Sul | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Diamante D'Oeste | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Dois Vizinhos | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Douradina | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Doutor Camargo | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Doutor Ulysses | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Enéas Marques | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Engenheiro Beltrão | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Entre Rios Do Oeste | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Esperança Nova | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Espigão Alto Do Iguaçu | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Farol | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Faxinal | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Fazenda Rio Grande | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Fênix | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Figueira | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Flor Da Serra Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Floraí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Floresta | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Florestópolis | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 |
| Flórida | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Formosa Do Oeste | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Foz Do Iguaçu | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Foz Do Jordão | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Francisco Alves | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Francisco Beltrão | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Godoy Moreira | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Goioerê | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Goioxim | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Grandes Rios | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Guaíra | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 a 32 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 a 32 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Guairaçá | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Guamiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guapirama | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 + 18 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 + 18 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 + 18 |
| Guaporema | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Guaraci | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Guaraniaçu | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Guarapuava | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guaraqueçaba | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Guaratuba | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Honório Serpa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibaiti | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Ibema | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 |
| Ibiporã | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Icaraíma | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Iguaraçu | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Iguatu | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Imbaú | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Inajá | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Indianópolis | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Ipiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Iporã | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Iracema Do Oeste | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Iretama | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Itaguajé | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Itaipulândia | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Itambaracá | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Itambé | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Itapejara D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaperuçu | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Itaúna Do Sul | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Ivaí | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ivaiporã | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Ivaté | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Ivatuba | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Jaboti | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Jacarezinho | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Jaguapitã | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Jaguariaíva | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Jandaia Do Sul | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Janiópolis | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Japira | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 a 30 |
| Japurá | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Jardim Alegre | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Jardim Olinda | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 |
| Jataizinho | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Jesuítas | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Joaquim Távora | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 |
| Jundiaí Do Sul | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 |
| Juranda | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Jussara | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Kaloré | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Lapa | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Laranjal | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Laranjeiras Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Leópolis | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Lidianópolis | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Lindoeste | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Loanda | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Lobato | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Londrina | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Luiziana | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Lunardelli | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Lupionópolis | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 |
| Mamborê | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Mandaguaçu | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Mandaguari | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Mandirituba | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| Manfrinópolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Mangueirinha | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Manoel Ribas | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Marechal Cândido Rondon | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Maria Helena | 22 a 29 | 30 | 31 a 32 | 22 a 29 | 30 | 31 a 32 | 22 a 29 | 30 | 31 a 32 |
| Marialva | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Marilândia Do Sul | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 |
| Marilena | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Mariluz | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Maringá | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Mariópolis | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Maripá | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Marmeleiro | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Marquinho | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Marumbi | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Matelândia | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Matinhos | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Mato Rico | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Mauá Da Serra | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 |
| Medianeira | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Mercedes | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Mirador | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Miraselva | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Missal | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Moreira Sales | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Morretes | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Munhoz De Melo | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Nossa Senhora Das Graças | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Nova Aliança Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Nova América Da Colina | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 |
| Nova Aurora | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Nova Cantu | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Nova Esperança | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Nova Esperança Do Sudoeste | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Fátima | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 |
| Nova Laranjeiras | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Nova Londrina | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Nova Olímpia | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Nova Prata Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Nova Santa Bárbara | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Nova Santa Rosa | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Nova Tebas | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Novo Itacolomi | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Ortigueira | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Ourizona | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Ouro Verde Do Oeste | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Paiçandu | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Palmeira | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Palmital | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Palotina | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Paraíso Do Norte | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Paranacity | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Paranaguá | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Paranapoema | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Paranavaí | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Pato Bragado | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Pato Branco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Paula Freitas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Peabiru | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Perobal | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Piên | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pinhais | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pinhal De São Bento | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Pinhalão | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Pinhão | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraí Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraquara | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pitanga | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pitangueiras | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Planaltina Do Paraná | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Planalto | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Ponta Grossa | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pontal Do Paraná | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Porecatu | 22 a 31 | 32 a 35 | 36 a 18 | 22 a 31 | 32 a 35 | 36 a 18 | 22 a 31 | 32 a 35 | 36 a 18 |
| Porto Amazonas | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Porto Barreiro | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Porto Rico | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Prado Ferreira | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Pranchita | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Presidente Castelo Branco | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Primeiro De Maio | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Prudentópolis | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Quarto Centenário | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Quatiguá | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 |
| Quatro Barras | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Quatro Pontes | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Quedas Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Querência Do Norte | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Quinta Do Sol | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 |
| Quitandinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Ramilândia | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rancho Alegre | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Rancho Alegre D'Oeste | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Realeza | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Renascença | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Reserva | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Reserva Do Iguaçu | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ribeirão Claro | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Ribeirão Do Pinhal | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 |
| Rio Bom | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Rio Bonito Do Iguaçu | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Rio Branco Do Ivaí | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Rio Branco Do Sul | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Rio Negro | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 |
| Rolândia | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Roncador | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Rondon | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Rosário Do Ivaí | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Sabáudia | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Salgado Filho | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Salto Do Itararé | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Salto Do Lontra | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Santa Amélia | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Santa Cecília Do Pavão | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Cruz De Monte Castelo | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Fé | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Santa Helena | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Santa Inês | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Santa Isabel Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Izabel Do Oeste | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Santa Lúcia | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Maria Do Oeste | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Mariana | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Santa Mônica | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Tereza Do Oeste | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Santa Terezinha De Itaipu | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Santana Do Itararé | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 |
| Santo Antônio Da Platina | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 |
| Santo Antônio Do Caiuá | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 |
| Santo Antônio Do Paraíso | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 |
| Santo Antônio Do Sudoeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Santo Inácio | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| São Carlos Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| São Jerônimo Da Serra | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| São João | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| São João Do Caiuá | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| São João Do Ivaí | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| São João Do Triunfo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| São Jorge Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| São Jorge Do Patrocínio | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| São Jorge D'Oeste | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| São José Da Boa Vista | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| São José Das Palmeiras | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| São José Dos Pinhais | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| São Manoel Do Paraná | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| São Mateus Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Miguel Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| São Pedro Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 |
| São Pedro Do Ivaí | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| São Pedro Do Paraná | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| São Sebastião Da Amoreira | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| São Tomé | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Sapopema | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Sarandi | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Saudade Do Iguaçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Sengés | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Serranópolis Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 |
| Sertaneja | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Sertanópolis | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Siqueira Campos | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 |
| Sulina | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Tamarana | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Tamboara | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Tapejara | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Tapira | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Teixeira Soares | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Telêmaco Borba | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Terra Boa | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Terra Rica | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Terra Roxa | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Tibagi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tijucas Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Toledo | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Tomazina | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Três Barras Do Paraná | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Tunas Do Paraná | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tuneiras Do Oeste | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Tupãssi | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Turvo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Ubiratã | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Umuarama | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| União Da Vitória | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Uniflor | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Uraí | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Ventania | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Vera Cruz Do Oeste | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Verê | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Virmond | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Vitorino | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Wenceslau Braz | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 |
| Xambrê | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abatiá | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Adrianópolis | 22 a 32 | 33 a 34 + 18 | 35 a 17 | 22 a 32 | 33 a 34 + 18 | 35 a 17 | 22 a 32 | 33 a 34 + 18 | 35 a 17 |
| Agudos Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 |
| Almirante Tamandaré | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Altamira Do Paraná | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Alto Paraíso | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Alto Paraná | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Alto Piquiri | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Altônia | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Alvorada Do Sul | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 18 | 22 a 31 | 32 a 33 | 34 a 18 |
| Amaporã | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Ampére | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Anahy | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Andirá | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Ângulo | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Antonina | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Antônio Olinto | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Apucarana | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Arapongas | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Arapoti | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Arapuã | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Araruna | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Araucária | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Ariranha Do Ivaí | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Assaí | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Assis Chateaubriand | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Astorga | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Atalaia | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Balsa Nova | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bandeirantes | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Barbosa Ferraz | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Barra Do Jacaré | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 |
| Barracão | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Bela Vista Da Caroba | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Bela Vista Do Paraíso | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Boa Esperança | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Boa Esperança Do Iguaçu | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Boa Ventura De São Roque | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Da Aparecida | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Bocaiúva Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Bom Jesus Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Bom Sucesso | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Bom Sucesso Do Sul | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Borrazópolis | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Braganey | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Brasilândia Do Sul | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Cafeara | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Cafelândia | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cafezal Do Sul | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Califórnia | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Cambará | 22 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 34 a 16 | 22 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 34 a 16 | 22 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 34 a 16 |
| Cambé | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Cambira | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Campina Da Lagoa | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Campina Do Simão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Campina Grande Do Sul | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Campo Bonito | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Campo Do Tenente | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 | 25 a 26 | 24 | 23 + 27 |
| Campo Largo | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Campo Magro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Campo Mourão | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Cândido De Abreu | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Candói | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cantagalo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Capanema | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Capitão Leônidas Marques | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Carambeí | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Carlópolis | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 + 17 a 18 |
| Cascavel | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Castro | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Catanduvas | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Centenário Do Sul | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 18 | 22 a 31 | 32 a 34 | 35 a 18 |
| Cerro Azul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Céu Azul | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Chopinzinho | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Cianorte | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Cidade Gaúcha | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Clevelândia | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Colombo | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 28 |
| Colorado | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 |
| Congonhinhas | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 + 18 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 + 18 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 + 18 |
| Conselheiro Mairinck | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 |
| Contenda | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Corbélia | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Cornélio Procópio | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Coronel Domingos Soares | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Coronel Vivida | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Corumbataí Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Cruz Machado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cruzeiro Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Cruzeiro Do Oeste | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Cruzeiro Do Sul | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Cruzmaltina | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Curitiba | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Curiúva | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 |
| Diamante Do Norte | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Diamante Do Sul | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Diamante D'Oeste | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Dois Vizinhos | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Douradina | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Doutor Camargo | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Doutor Ulysses | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Enéas Marques | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Engenheiro Beltrão | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Entre Rios Do Oeste | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Esperança Nova | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Espigão Alto Do Iguaçu | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Farol | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Faxinal | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Fazenda Rio Grande | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Fênix | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Figueira | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Flor Da Serra Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Floraí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Floresta | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Florestópolis | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 |
| Flórida | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Formosa Do Oeste | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Foz Do Iguaçu | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Foz Do Jordão | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Francisco Alves | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Francisco Beltrão | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Godoy Moreira | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Goioerê | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Goioxim | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Grandes Rios | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Guaíra | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 a 32 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 a 32 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Guairaçá | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Guamiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Guapirama | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 + 18 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 + 18 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 a 32 + 18 |
| Guaporema | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Guaraci | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Guaraniaçu | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Guarapuava | | | 26 | | | 26 | | | 26 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Guaraqueçaba | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Guaratuba | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Honório Serpa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibaiti | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Ibema | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 |
| Ibiporã | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Icaraíma | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Iguaraçu | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Iguatu | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Imbaú | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Inajá | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Indianópolis | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Ipiranga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Iporã | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Iracema Do Oeste | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Iretama | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 | 25 a 28 | 22 a 24 + 29 | 30 a 31 |
| Itaguajé | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Itaipulândia | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Itambaracá | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Itambé | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Itapejara D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaperuçu | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Itaúna Do Sul | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Ivaí | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ivaiporã | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Ivaté | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Ivatuba | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Jaboti | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Jacarezinho | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Jaguapitã | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Jaguariaíva | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Jandaia Do Sul | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Janiópolis | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Japira | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 a 30 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 a 30 |
| Japurá | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Jardim Alegre | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Jardim Olinda | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 |
| Jataizinho | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Jesuítas | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Joaquim Távora | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 |
| Jundiaí Do Sul | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 |
| Juranda | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Jussara | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Kaloré | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Lapa | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Laranjal | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Laranjeiras Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Leópolis | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Lidianópolis | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Lindoeste | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Loanda | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Lobato | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Londrina | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Luiziana | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Lunardelli | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Lupionópolis | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 | 22 a 31 | 32 a 35 + 17 a 18 | 36 a 16 |
| Mamborê | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Mandaguaçu | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Mandaguari | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Mandirituba | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| Manfrinópolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Mangueirinha | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Manoel Ribas | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Marechal Cândido Rondon | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Maria Helena | 22 a 29 | 30 | 31 a 32 | 22 a 29 | 30 | 31 a 32 | 22 a 29 | 30 | 31 a 32 |
| Marialva | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Marilândia Do Sul | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 |
| Marilena | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Mariluz | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Maringá | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Mariópolis | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Maripá | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Marmeleiro | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Marquinho | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Marumbi | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Matelândia | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Matinhos | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Mato Rico | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Mauá Da Serra | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 22 + 28 |
| Medianeira | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Mercedes | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Mirador | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Miraselva | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Missal | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Moreira Sales | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Morretes | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Munhoz De Melo | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Nossa Senhora Das Graças | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Nova Aliança Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Nova América Da Colina | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 |
| Nova Aurora | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Nova Cantu | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Nova Esperança | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Nova Esperança Do Sudoeste | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Fátima | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 + 18 |
| Nova Laranjeiras | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Nova Londrina | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Nova Olímpia | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Nova Prata Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Nova Santa Bárbara | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Nova Santa Rosa | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Nova Tebas | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 a 31 |
| Novo Itacolomi | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Ortigueira | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Ourizona | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ouro Verde Do Oeste | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Paiçandu | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Palmeira | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Palmital | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Palotina | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Paraíso Do Norte | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Paranacity | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Paranaguá | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Paranapoema | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Paranavaí | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Pato Bragado | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 a 31 |
| Pato Branco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Paula Freitas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Peabiru | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Perobal | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Pérola D'Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Piên | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pinhais | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pinhal De São Bento | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Pinhalão | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Pinhão | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraí Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Piraquara | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pitanga | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Pitangueiras | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Planaltina Do Paraná | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Planalto | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Ponta Grossa | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pontal Do Paraná | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | | 22 a 18 | | |
| Porecatu | 22 a 31 | 32 a 35 | 36 a 18 | 22 a 31 | 32 a 35 | 36 a 18 | 22 a 31 | 32 a 35 | 36 a 18 |
| Porto Amazonas | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Porto Barreiro | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Porto Rico | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Prado Ferreira | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Pranchita | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Presidente Castelo Branco | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Primeiro De Maio | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Prudentópolis | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Quarto Centenário | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Quatiguá | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 |
| Quatro Barras | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Quatro Pontes | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Quedas Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Querência Do Norte | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Quinta Do Sol | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 | 22 a 28 | 29 | 30 a 31 |
| Quitandinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Ramilândia | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rancho Alegre | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Rancho Alegre D'Oeste | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Realeza | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Renascença | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Reserva | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Reserva Do Iguaçu | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ribeirão Claro | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 30 | 31 a 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Ribeirão Do Pinhal | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 a 33 |
| Rio Bom | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Rio Bonito Do Iguaçu | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Rio Branco Do Ivaí | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Rio Branco Do Sul | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Rio Negro | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 | 26 | 25 | 23 a 24 + 27 |
| Rolândia | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Roncador | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| Rondon | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Rosário Do Ivaí | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Sabáudia | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 | 22 a 31 | | 32 |
| Salgado Filho | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Salto Do Itararé | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Salto Do Lontra | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Santa Amélia | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Santa Cecília Do Pavão | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Cruz De Monte Castelo | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Fé | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Santa Helena | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Santa Inês | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| Santa Isabel Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Izabel Do Oeste | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Santa Lúcia | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Maria Do Oeste | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Mariana | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 35 + 17 a 18 |
| Santa Mônica | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Santa Tereza Do Oeste | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Santa Terezinha De Itaipu | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Santana Do Itararé | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 |
| Santo Antônio Da Platina | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 + 18 |
| Santo Antônio Do Caiuá | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 |
| Santo Antônio Do Paraíso | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 | 23 a 29 | 22 + 30 a 31 | 32 |
| Santo Antônio Do Sudoeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Santo Inácio | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 18 |
| São Carlos Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| São Jerônimo Da Serra | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| São João | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| São João Do Caiuá | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| São João Do Ivaí | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| São João Do Triunfo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| São Jorge Do Ivaí | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| São Jorge Do Patrocínio | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| São Jorge D'Oeste | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| São José Da Boa Vista | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| São José Das Palmeiras | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| São José Dos Pinhais | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | | 24 a 27 | 23 + 28 | |
| São Manoel Do Paraná | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| São Mateus Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Miguel Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| São Pedro Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 |
| São Pedro Do Ivaí | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| São Pedro Do Paraná | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Sebastião Da Amoreira | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| São Tomé | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 | 22 a 29 | 30 a 31 | 32 |
| Sapopema | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 a 32 |
| Sarandi | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Saudade Do Iguaçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Sengés | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 | 24 a 27 | 23 | 22 + 28 |
| Serranópolis Do Iguaçu | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 | 25 a 27 | 24 + 28 a 29 | 23 + 30 |
| Sertaneja | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 | 22 a 31 | 32 | 33 a 34 + 17 a 18 |
| Sertanópolis | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Siqueira Campos | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 | 23 a 27 | 22 + 28 | 29 |
| Sulina | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Tamarana | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| Tamboara | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Tapejara | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 a 31 |
| Tapira | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 | 22 a 30 | 31 | 32 |
| Teixeira Soares | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Telêmaco Borba | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Terra Boa | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 | 22 a 28 | 29 a 30 | 31 |
| Terra Rica | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 | 22 a 31 | 32 | 33 |
| Terra Roxa | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 31 |
| Tibagi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tijucas Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Toledo | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 | 25 a 27 | 24 + 28 | 22 a 23 + 29 a 30 |
| Tomazina | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Três Barras Do Paraná | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Tunas Do Paraná | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Tuneiras Do Oeste | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 | 24 a 27 | 22 a 23 + 28 a 29 | 30 a 31 |
| Tupãssi | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Turvo | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Ubiratã | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 a 31 |
| Umuarama | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |
| União Da Vitória | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Uniflor | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | | 22 a 31 | 32 | |
| Uraí | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 | 22 a 30 | 31 | 32 a 33 |
| Ventania | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Vera Cruz Do Oeste | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Verê | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Virmond | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Vitorino | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Wenceslau Braz | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 |
| Xambrê | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | 31 |

**PORTARIA Nº 397, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 346 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo irrigado, no Estado do Rio Grande do Sul conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV; e temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Aceguá | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Agudo | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Ajuricaba | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Alecrim | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Alegrete | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Alegria | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Almirante Tamandaré Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Alpestre | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Alto Alegre | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Alto Feliz | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Alvorada | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Amaral Ferrador | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Ametista Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Anta Gorda | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Antônio Prado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Arambaré | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Araricá | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Aratiba | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Meio | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 |
| Arroio Do Padre | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Sal | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Arroio Do Tigre | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Arroio Dos Ratos | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Arroio Grande | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Arvorezinha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Augusto Pestana | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Bagé | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Balneário Pinhal | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Barão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Barão Do Triunfo | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Barra Do Guarita | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Barra Do Quaraí | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Barra Do Ribeiro | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Barra Do Rio Azul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Barra Funda | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Barros Cassal | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Benjamin Constant Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bento Gonçalves | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Boa Vista Do Buricá | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Do Cadeado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Do Incra | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Bom Princípio | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Bom Progresso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Bom Retiro Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Boqueirão Do Leão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bossoroca | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Bozano | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Braga | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Brochier | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Butiá | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Caçapava Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cacequi | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Cachoeira Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Cachoeirinha | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Caibaté | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Caiçara | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Camaquã | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Camargo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cambará Do Sul | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Campina Das Missões | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Campinas Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Campo Bom | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Campo Novo | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Campos Borges | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Candelária | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Cândido Godói | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Candiota | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Canela | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Canguçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Canoas | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Canudos Do Vale | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Capão Da Canoa | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Capão Do Cipó | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Capão Do Leão | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Capela De Santana | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Capitão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari Do Sul | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Caraá | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Carazinho | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Catuípe | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Cerrito | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Cerro Branco | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Cerro Grande | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Cerro Grande Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Cerro Largo | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Chapada | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Charqueadas | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 |
| Charrua | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Chiapetta | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Chuí | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Chuvisca | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 24 |
| Cidreira | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Colinas | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Colorado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Condor | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Constantina | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Coqueiro Baixo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Coronel Barros | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Coronel Bicaco | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Coronel Pilar | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cotiporã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Crissiumal | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Cristal | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Cristal Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Cruz Alta | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzaltense | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzeiro Do Sul | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Derrubadas | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Dezesseis De Novembro | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Dilermando De Aguiar | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 |
| Dois Irmãos | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Dois Irmãos Das Missões | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dois Lajeados | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Dom Feliciano | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Dom Pedrito | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Dom Pedro De Alcântara | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Dona Francisca | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Doutor Maurício Cardoso | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Doutor Ricardo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Eldorado Do Sul | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Encantado | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Encruzilhada Do Sul | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Engenho Velho | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre Rios Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre-Ijuís | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Ernestina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Erval Grande | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Erval Seco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Esperança Do Sul | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Espumoso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Estância Velha | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Esteio | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Estrela | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Estrela Velha | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Eugênio De Castro | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Fagundes Varela | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Faxinal Do Soturno | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Faxinalzinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Fazenda Vilanova | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Feliz | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Flores Da Cunha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Fontoura Xavier | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Formigueiro | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 |
| Forquetinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Fortaleza Dos Valos | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Frederico Westphalen | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Garruchos | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| General Câmara | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Giruá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Glorinha | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Gramado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gramado Xavier | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gravataí | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Guaíba | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Guaporé | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Guarani Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Harmonia | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Herval | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Herveiras | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Horizontina | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Humaitá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ibarama | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Ibirubá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Igrejinha | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Ijuí | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Imbé | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Imigrante | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Independência | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Inhacorá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Iraí | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Itaara | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Itacurubi | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Itaqui | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Itati | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Itatiba Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ivorá | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Ivoti | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Jaboticaba | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Jacuizinho | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Jacutinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Jaguarão | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Jaguari | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Jari | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Jóia | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Júlio De Castilhos | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Lagoa Bonita Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Lagoa Dos Patos | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Lagoa Dos Três Cantos | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lagoa Mirim | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Lagoão | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lajeado | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Lajeado Do Bugre | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Lavras Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Liberato Salzano | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Lindolfo Collor | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Linha Nova | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Maçambará | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Mampituba | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Manoel Viana | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Maquiné | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Maratá | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Marau | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Marcelino Ramos | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Mariana Pimentel | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Mariano Moro | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Marques De Souza | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Mata | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Mato Leitão | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Mato Queimado | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Minas Do Leão | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Miraguaí | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Montauri | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Monte Belo Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Montenegro | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Mormaço | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morrinhos Do Sul | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Morro Redondo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Morro Reuter | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Mostardas | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Muçum | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Não-Me-Toque | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Nicolau Vergueiro | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nonoai | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Alvorada | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Bassano | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Boa Vista | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Bréscia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Candelária | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Nova Esperança Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Nova Hartz | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Nova Pádua | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Palma | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Nova Petrópolis | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Nova Ramada | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Roma Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nova Santa Rita | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Novo Barreiro | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Cabrais | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Novo Hamburgo | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Novo Machado | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Novo Tiradentes | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Xingu | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Osório | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Palmares Do Sul | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Palmeira Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Palmitinho | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Panambi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pantano Grande | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Paraíso Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 | 25 a 27 | 24 | 23 | 25 a 27 | 24 | 23 |
| Pareci Novo | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Parobé | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Passa Sete | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Passo Do Sobrado | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 |
| Paulo Bento | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Paverama | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pedras Altas | | 26 | | | 26 | | | 26 | |
| Pedro Osório | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Pejuçara | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pelotas | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Picada Café | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 |
| Pinhal | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Pinhal Grande | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Pinheirinho Do Vale | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Pinheiro Machado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pinto Bandeira | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pirapó | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Piratini | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Planalto | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Poço Das Antas | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ponte Preta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Portão | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 |
| Porto Alegre | 23 a 29 | 30 | 22 | 23 a 29 | 30 | 22 | 23 a 29 | 30 | 22 |
| Porto Lucena | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Porto Mauá | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Porto Vera Cruz | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Porto Xavier | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Pouso Novo | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Presidente Lucena | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Progresso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Putinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Quaraí | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Quevedos | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Quinze De Novembro | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Redentora | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Relvado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Restinga Seca | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Rio Dos Índios | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Grande | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Rio Pardo | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 23 a 24 |
| Riozinho | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Roca Sales | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Rodeio Bonito | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Rolador | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Rolante | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Rondinha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Roque Gonzales | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Rosário Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sagrada Família | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Saldanha Marinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Salto Do Jacuí | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Salvador Das Missões | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Salvador Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Santa Bárbara Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Santa Clara Do Sul | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Santa Cruz Do Sul | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Margarida Do Sul | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Santa Maria | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | |
| Santa Rosa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Tereza | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Vitória Do Palmar | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Santana Da Boa Vista | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Sant'Ana Do Livramento | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santiago | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Santo Ângelo | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Santo Antônio Da Patrulha | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Santo Antônio Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Santo Antônio Do Planalto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Augusto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Cristo | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São Borja | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Francisco De Assis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Francisco De Paula | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| São Gabriel | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| São Jerônimo | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| São João Do Polêsine | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| São José Das Missões | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São José Do Herval | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São José Do Hortêncio | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São José Do Inhacorá | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| São José Do Norte | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| São José Do Sul | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| São Leopoldo | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 |
| São Lourenço Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| São Luiz Gonzaga | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Marcos | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Martinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Martinho Da Serra | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| São Miguel Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Nicolau | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Paulo Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Pedro Das Missões | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Pedro Do Butiá | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Pedro Do Sul | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| São Sebastião Do Caí | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São Sepé | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| São Valentim Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Valério Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Vendelino | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Vicente Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Sapiranga | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Sapucaia Do Sul | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Sarandi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Seberi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sede Nova | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Segredo | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Selbach | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Senador Salgado Filho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sentinela Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Serafina Corrêa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sério | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sertão Santana | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Sete De Setembro | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Severiano De Almeida | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Silveira Martins | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sinimbu | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Sobradinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tabaí | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tapera | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tapes | 23 a 27 | 28 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | |
| Taquara | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Taquari | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Taquaruçu Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tavares | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Tenente Portela | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Terra De Areia | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Teutônia | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Tio Hugo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Tiradentes Do Sul | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Toropi | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Torres | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Tramandaí | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Travesseiro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Três Cachoeiras | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Três Coroas | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Três De Maio | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Três Forquilhas | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Três Passos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Trindade Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Triunfo | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 |
| Tucunduva | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tunas | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Tupanciretã | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Tupandi | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tuparendi | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Turuçu | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 |
| Ubiretama | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| União Da Serra | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Unistalda | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Uruguaiana | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Vale Do Sol | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Vale Real | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Vale Verde | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Venâncio Aires | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Vera Cruz | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Veranópolis | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vespasiano Correa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Viamão | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Vicente Dutra | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Victor Graeff | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Maria | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Nova Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vista Alegre | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vista Alegre Do Prata | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vista Gaúcha | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Vitória Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Westfalia | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Xangri-Lá | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Aceguá | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Agudo | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Ajuricaba | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Alecrim | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Alegrete | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Alegria | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Almirante Tamandaré Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Alpestre | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Alto Alegre | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Alto Feliz | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Alvorada | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Amaral Ferrador | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Ametista Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Anta Gorda | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Antônio Prado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Arambaré | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Araricá | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Aratiba | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Meio | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 a 29 |
| Arroio Do Padre | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Arroio Do Sal | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Arroio Do Tigre | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Arroio Dos Ratos | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Arroio Grande | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Arvorezinha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Augusto Pestana | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Bagé | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Balneário Pinhal | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Barão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Barão Do Triunfo | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Barra Do Guarita | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Barra Do Quaraí | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Barra Do Ribeiro | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Barra Do Rio Azul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Barra Funda | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Barros Cassal | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Benjamin Constant Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bento Gonçalves | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Boa Vista Do Buricá | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Boa Vista Do Cadeado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Boa Vista Do Incra | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Bom Princípio | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Bom Progresso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Bom Retiro Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Boqueirão Do Leão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bossoroca | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Bozano | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Braga | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Brochier | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Butiá | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Caçapava Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cacequi | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Cachoeira Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Cachoeirinha | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Caibaté | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Caiçara | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Camaquã | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Camargo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cambará Do Sul | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Campina Das Missões | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Campinas Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Campo Bom | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Campo Novo | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Campos Borges | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Candelária | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Cândido Godói | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Candiota | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Canela | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Canguçu | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Canoas | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Canudos Do Vale | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Capão Da Canoa | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Capão Do Cipó | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Capão Do Leão | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Capela De Santana | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Capitão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari Do Sul | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Caraá | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Carazinho | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Catuípe | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Cerrito | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Cerro Branco | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Cerro Grande | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Cerro Grande Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Cerro Largo | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Chapada | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Charqueadas | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 |
| Charrua | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Chiapetta | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Chuí | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Chuvisca | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 24 |
| Cidreira | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Colinas | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Colorado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Condor | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Constantina | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Coqueiro Baixo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Coronel Barros | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Coronel Bicaco | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Coronel Pilar | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cotiporã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Crissiumal | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Cristal | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Cristal Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Cruz Alta | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzaltense | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cruzeiro Do Sul | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Derrubadas | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Dezesseis De Novembro | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Dilermando De Aguiar | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 |
| Dois Irmãos | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Dois Irmãos Das Missões | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dois Lajeados | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Dom Feliciano | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Dom Pedrito | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Dom Pedro De Alcântara | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Dona Francisca | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Doutor Maurício Cardoso | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Doutor Ricardo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Eldorado Do Sul | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Encantado | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Encruzilhada Do Sul | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Engenho Velho | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre Rios Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Entre-Ijuís | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Ernestina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Erval Grande | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Erval Seco | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Esperança Do Sul | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Espumoso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Estância Velha | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Esteio | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Estrela | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Estrela Velha | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Eugênio De Castro | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Fagundes Varela | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Faxinal Do Soturno | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Faxinalzinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Fazenda Vilanova | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Feliz | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Flores Da Cunha | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Fontoura Xavier | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Formigueiro | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 | 25 a 26 | | 24 + 27 |
| Forquetinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Fortaleza Dos Valos | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Frederico Westphalen | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Garruchos | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| General Câmara | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Giruá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Glorinha | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Gramado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gramado Xavier | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Gravataí | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Guaíba | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Guaporé | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Guarani Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Harmonia | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Herval | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Herveiras | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Horizontina | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Humaitá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ibarama | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Ibirubá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Igrejinha | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Ijuí | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Imbé | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Imigrante | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Independência | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Inhacorá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Iraí | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Itaara | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Itacurubi | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Itaqui | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Itati | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Itatiba Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ivorá | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Ivoti | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Jaboticaba | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Jacuizinho | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Jacutinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Jaguarão | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Jaguari | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Jari | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Jóia | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Júlio De Castilhos | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Lagoa Bonita Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Lagoa Dos Patos | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Lagoa Dos Três Cantos | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lagoa Mirim | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Lagoão | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lajeado | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Lajeado Do Bugre | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Lavras Do Sul | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Liberato Salzano | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Lindolfo Collor | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Linha Nova | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Maçambará | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Mampituba | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Manoel Viana | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Maquiné | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Maratá | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Marau | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Marcelino Ramos | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Mariana Pimentel | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Mariano Moro | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Marques De Souza | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Mata | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Mato Leitão | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Mato Queimado | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Minas Do Leão | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Miraguaí | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Montauri | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Monte Belo Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Montenegro | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Mormaço | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morrinhos Do Sul | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Morro Redondo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Morro Reuter | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Mostardas | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Muçum | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Não-Me-Toque | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Nicolau Vergueiro | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nonoai | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Alvorada | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Bassano | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Nova Boa Vista | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Nova Bréscia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Candelária | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Nova Esperança Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Nova Hartz | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Nova Pádua | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Palma | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Nova Petrópolis | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 | | 25 a 27 | 24 |
| Nova Ramada | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Nova Roma Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Nova Santa Rita | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Novo Barreiro | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Cabrais | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Novo Hamburgo | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Novo Machado | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Novo Tiradentes | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Novo Xingu | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Osório | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Palmares Do Sul | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Palmeira Das Missões | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Palmitinho | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Panambi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pantano Grande | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Paraíso Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 | 25 a 27 | 24 | 23 | 25 a 27 | 24 | 23 |
| Pareci Novo | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Parobé | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Passa Sete | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Passo Do Sobrado | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 | 25 a 27 | 23 a 24 | 28 |
| Paulo Bento | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Paverama | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Pedras Altas | | 26 | | | 26 | | | 26 | |
| Pedro Osório | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Pejuçara | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pelotas | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Picada Café | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 23 a 24 |
| Pinhal | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Pinhal Grande | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Pinheirinho Do Vale | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Pinheiro Machado | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Pinto Bandeira | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pirapó | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Piratini | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Planalto | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Poço Das Antas | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ponte Preta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Portão | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 22 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Porto Alegre | 23 a 29 | 30 | 22 | 23 a 29 | 30 | 22 | 23 a 29 | 30 | 22 |
| Porto Lucena | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Porto Mauá | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Porto Vera Cruz | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Porto Xavier | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Pouso Novo | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Presidente Lucena | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Progresso | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Putinga | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Quaraí | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Quevedos | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Quinze De Novembro | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Redentora | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Relvado | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Restinga Seca | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Rio Dos Índios | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Grande | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 | 25 a 27 | | 24 + 28 |
| Rio Pardo | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 | 28 a 29 + 23 a 24 |
| Riozinho | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Roca Sales | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Rodeio Bonito | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Rolador | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Rolante | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Rondinha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Roque Gonzales | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Rosário Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sagrada Família | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Saldanha Marinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Salto Do Jacuí | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Salvador Das Missões | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Salvador Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Santa Bárbara Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Santa Clara Do Sul | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Santa Cruz Do Sul | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Margarida Do Sul | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Santa Maria | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | |
| Santa Rosa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Tereza | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Vitória Do Palmar | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 | 25 a 26 | 27 | 28 + 24 |
| Santana Da Boa Vista | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 | | 26 a 27 | 25 + 28 |
| Sant'Ana Do Livramento | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santiago | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Santo Ângelo | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Santo Antônio Da Patrulha | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Santo Antônio Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Santo Antônio Do Planalto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Augusto | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Santo Cristo | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São Borja | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Francisco De Assis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Francisco De Paula | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| São Gabriel | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| São Jerônimo | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| São João Do Polêsine | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| São José Das Missões | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| São José Do Herval | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São José Do Hortêncio | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São José Do Inhacorá | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| São José Do Norte | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| São José Do Sul | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| São Leopoldo | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 | 23 a 27 | 22 + 28 a 29 | 30 |
| São Lourenço Do Sul | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| São Luiz Gonzaga | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Marcos | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| São Martinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Martinho Da Serra | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| São Miguel Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Nicolau | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Paulo Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Pedro Das Missões | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Pedro Do Butiá | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Pedro Do Sul | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| São Sebastião Do Caí | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| São Sepé | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| São Valentim Do Sul | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Valério Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Vendelino | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| São Vicente Do Sul | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Sapiranga | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Sapucaia Do Sul | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Sarandi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Seberi | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sede Nova | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Segredo | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Selbach | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Senador Salgado Filho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Sentinela Do Sul | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Serafina Corrêa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sério | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sertão Santana | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 29 |
| Sete De Setembro | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Severiano De Almeida | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Silveira Martins | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Sinimbu | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Sobradinho | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tabaí | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tapera | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tapes | 23 a 27 | 28 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | | 23 a 27 | 28 a 29 | |
| Taquara | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Taquari | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Taquaruçu Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Tavares | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Tenente Portela | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Terra De Areia | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Teutônia | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Tio Hugo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Tiradentes Do Sul | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Toropi | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 | 25 a 26 | 27 | 24 |
| Torres | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Tramandaí | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Travesseiro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Três Cachoeiras | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Três Coroas | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 | 23 a 29 | | 22 + 30 |
| Três De Maio | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Três Forquilhas | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |
| Três Passos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Trindade Do Sul | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Triunfo | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 | 23 a 27 | 28 | 29 + 22 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tucunduva | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tunas | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Tupanciretã | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Tupandi | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Tuparendi | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Turuçu | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 | 25 a 27 | | 23 a 24 + 28 |
| Ubiretama | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| União Da Serra | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Unistalda | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Uruguaiana | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Vale Do Sol | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 | 24 a 27 | 23 | 28 a 29 |
| Vale Real | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Vale Verde | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 |
| Venâncio Aires | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 | 24 a 27 | 23 | 28 |
| Vera Cruz | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 | 25 a 27 | 24 | 23 + 28 a 29 |
| Veranópolis | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vespasiano Correa | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Viamão | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 | 23 a 28 | 29 | 30 + 22 |
| Vicente Dutra | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Victor Graeff | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Maria | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vila Nova Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vista Alegre | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Vista Alegre Do Prata | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vista Gaúcha | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 | 26 a 27 | 25 | 24 |
| Vitória Das Missões | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Westfalia | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Xangri-Lá | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 | 23 a 29 | 22 | 30 |

**PORTARIA Nº 398, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 347 de 20 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de maracujá, cultivo irrigado, no Estado de Santa Catarina conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O maracujá (Passiflora spp.) é uma planta trepadeira herbácea ou lenhosa, semi-perene, com origem na América Tropical. É cultivado em todos os biomas, regiões e Estados brasileiros, o que torna o Brasil o maior produtor e consumidor mundial.

O maracujá pode ser plantado em qualquer época do ano em áreas com irrigação. Entretanto, para cada região existe um período em que o desenvolvimento inicial é mais favorável. Geralmente, coincide com o período chuvoso e com temperaturas mais elevadas. O plantio em épocas de clima mais ameno associado à altas precipitações e elevada umidade relativa do ar deve ser evitado, principalmente no Centro-Sul do país, pois isso favorece a incidência de doenças da parte aérea, como a verrugose, que pode inviabilizar o plantio em situações de elevada infestação. Por isso, a tecnologia agronômica de ponta aliada a manejos e datas de plantio adequados podem refletir diretamente na produtividade e qualidade de frutos do maracujazeiro.

A ocorrência de doenças que têm sido fator limitante da rentabilidade do maracujazeiro, reduzindo a vida útil dos pomares. A qualidade das mudas constitui um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento e produtividade do maracujazeiro. Assim, as mudas devem ser obtidas a partir de plantas-matrizes de alta produtividade e, de preferência, livres de pragas e doenças.

O maracujazeiro se adapta a vários ambientes e às mais diversas características climáticas. A cultura desenvolve-se bem em regiões com altitudes entre 100 e 1.000 metros. Os limites térmicos na fase de desenvolvimento vegetativo situam-se entre 20 ºC e 32 ºC, enquanto na frutificação a temperatura ideal é de 26 ºC. Temperaturas elevadas, em especial à noite, retarda o florescimento e, se aliadas à baixa umidade relativa do ar, dificulta a fecundação das flores e a formação dos frutos e, consequentemente, reduz a produtividade.

Para o seu desenvolvimento, o maracujá necessita de precipitações pluviométricas acima de 1.200 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ciclo. Além disso, é uma planta muito exigente em luminosidade e fotoperíodo, pois necessita de no mínimo 11 horas de luz por dia na época de florescimento. Por isso, o cultivo a pleno sol é fundamental. Nas regiões de baixa latitude, onde a variação a temperatura do ar e o comprimento do dia ao longo do ano não variam muito, o maracujazeiro produz continuamente. Já em locais com maiores latitudes, a produção diminui sensivelmente nos meses com dias curtos e com baixas temperaturas.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do maracujá, em cultivo de sequeiro, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, das fases fenológicas e da reserva útil de água dos solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.750 estações pluviométricas selecionadas no país.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, insetos-pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do maracujá e os respectivos riscos, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura: Foram restringidos os decêndios com temperaturas mínimas menores ou igual a 3°C e durante as Fases I a IV; e temperaturas máximas superiores ou igual a 39°C, observadas no abrigo meteorológico, durante a Fase IV;

II. Ciclo e Fases fenológicas: O maracujá é uma planta tropical semi-perene que sobrevive por mais de um ano em ambiente adequado. A instalação do pomar é realizada por meio de mudas, que são classificadas em dois grupos, denominadas de mudas simples e mudas altas (mudão), que se distinguem na duração média do ciclo e nas fases de interesse para avaliação de riscos climáticos.

O ciclo do maracujazeiro foi dividido em 5 fases, sendo elas: Fase 0: Formação da muda no viveiro; Fase I: Estabelecimento, que inclui plantio e estabelecimento da muda no campo; Fase II, Crescimento Vegetativo inicial; Fase III Crescimento Vegetativo Final; Fase IV: Floração e Frutificação; e Fase V: Produção Final. Os ciclos médios do plantio da muda (Fase I) à maturidade fisiológica (Fase V) e duração das fases da cultura estão representados na tabela abaixo:

| Tipo de mudas | Ciclo representativo (dias) | Fase 0 Viveiro (dias) | Fase I (dias) | Fase II (dias) | Fase III (dias) | Fase IV (dias) | Fase V (dias) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muda Simples - Grupo I | 360 | 60 | 20 | 60 | 80 | 70 | 70 |
| Mudas Altas (Mudão) - Grupo II | 330 | 120 | 20 | - | 50 | 70 | 70 |

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 42 mm, 66 mm e 90mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 60 cm;

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de maracujá no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 1,5m ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Devem ser utilizadas no plantio do maracujá mudas produzidas em viveiros ou unidades de propagação credenciados em conformidade coma legislação de sementes e mudas (Lei nº10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS SIMPLES - GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abelardo Luz | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Agrolândia | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Agronômica | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Águas De Chapecó | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Frias | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Mornas | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Alfredo Wagner | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 |
| Alto Bela Vista | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Anchieta | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Angelina | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | |
| Anitápolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Antônio Carlos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Apiúna | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Arabutã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Araquari | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Araranguá | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Armazém | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | |
| Arvoredo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ascurra | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Atalanta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Aurora | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Balneário Arroio Do Silva | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Balneário Barra Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Gaivota | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Balneário Piçarras | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Rincão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Bandeirante | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Barra Bonita | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Barra Velha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bela Vista Do Toldo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Belmonte | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Benedito Novo | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | |
| Biguaçu | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Blumenau | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bom Jesus | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Bom Jesus Do Oeste | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bombinhas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Botuverá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Braço Do Norte | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Braço Do Trombudo | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Brusque | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Caibi | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Campo Alegre | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Campo Erê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Canelinha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Canoinhas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari De Baixo | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Caxambu Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Chapadão Do Lageado | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Chapecó | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Cocal Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Concórdia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cordilheira Alta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Coronel Freitas | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Coronel Martins | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Corupá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Criciúma | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Cunha Porã | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cunhataí | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Descanso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Dionísio Cerqueira | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dona Emma | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Doutor Pedrinho | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Entre Rios | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ermo | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Faxinal Dos Guedes | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Flor Do Sertão | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Florianópolis | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Formosa Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Forquilhinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Galvão | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Garopaba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Garuva | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Gaspar | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Governador Celso Ramos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Grão Pará | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Gravatal | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 |
| Guabiruba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guaraciaba | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Guaramirim | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guarujá Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Guatambú | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibirama | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Içara | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ilhota | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Imaruí | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 |
| Imbituba | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Imbuia | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 |
| Indaial | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Iporã Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ipuaçu | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Iraceminha | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Irati | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Irineópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Itá | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaiópolis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Itajaí | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapema | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapiranga | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itapoá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Ituporanga | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 |
| Jacinto Machado | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Jaguaruna | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Jaraguá Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Jardinópolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Joinville | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| José Boiteux | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Jupiá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lacerdópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Laguna | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Lajeado Grande | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Laurentino | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Lauro Muller | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Leoberto Leal | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Lontras | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 |
| Luiz Alves | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Luzerna | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Mafra | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Major Gercino | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Major Vieira | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Maracajá | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Maravilha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Marema | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Massaranduba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Meleiro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Mirim Doce | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Modelo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Mondaí | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Monte Castelo | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Morro Da Fumaça | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morro Grande | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Navegantes | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Erechim | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Itaberaba | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Trento | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Veneza | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Novo Horizonte | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Orleans | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 |
| Ouro Verde | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Paial | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Palhoça | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Palma Sola | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Palmitos | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Papanduva | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Paraíso | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Passo De Torres | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Paulo Lopes | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Pedras Grandes | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Penha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Pescaria Brava | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Petrolândia | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 |
| Pinhalzinho | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Piratuba | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Planalto Alegre | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pomerode | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto Belo | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto União | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Pouso Redondo | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Praia Grande | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Presidente Getúlio | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Presidente Nereu | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 |
| Princesa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Quilombo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Rancho Queimado | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 |
| Rio Do Campo | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Rio Do Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Do Sul | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Dos Cedros | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | | 23 a 28 | 22 + 29 a 30 | |
| Rio Fortuna | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Negrinho | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| Riqueza | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rodeio | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Romelândia | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Salete | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Saltinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Sangão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Helena | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Rosa De Lima | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Rosa Do Sul | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Santa Terezinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Terezinha Do Progresso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Santiago Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santo Amaro Da Imperatriz | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São Bento Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| São Bernardino | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Bonifácio | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| São Carlos | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Domingos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Francisco Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Batista | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Itaperiú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São João Do Sul | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| São José | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São José Do Cedro | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Lourenço Do Oeste | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Ludgero | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| São Martinho | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 |
| São Miguel Da Boa Vista | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| São Miguel Do Oeste | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Pedro De Alcântara | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Saudades | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Schroeder | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Seara | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Serra Alta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Siderópolis | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Sombrio | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Sul Brasil | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Taió | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Tigrinhos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tijucas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Timbé Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Timbó | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Três Barras | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Treviso | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Treze De Maio | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Trombudo Central | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Tubarão | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 |
| Tunápolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Turvo | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 |
| União Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Urussanga | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Vargeão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vidal Ramos | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Vitor Meireles | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Witmarsum | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Xanxerê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xavantina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xaxim | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR COM MUDAS ALTAS - GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SOLO 1 | | | SOLO 2 | | | SOLO 3 | | |
| | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% | RISCO DE 20% | RISCO DE 30% | RISCO DE 40% |
| Abelardo Luz | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Agrolândia | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Agronômica | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Águas De Chapecó | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Frias | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Águas Mornas | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alfredo Wagner | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 24 + 29 |
| Alto Bela Vista | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Anchieta | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Angelina | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | | 24 a 29 | 22 a 23 + 30 | |
| Anitápolis | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 a 29 |
| Antônio Carlos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Apiúna | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Arabutã | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Araquari | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Araranguá | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 |
| Armazém | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | |
| Arvoredo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Ascurra | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Atalanta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Aurora | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Balneário Arroio Do Silva | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 |
| Balneário Barra Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Gaivota | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 | 23 a 27 | 28 a 29 | 30 + 22 |
| Balneário Piçarras | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Balneário Rincão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Bandeirante | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Barra Bonita | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Barra Velha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bela Vista Do Toldo | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Belmonte | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | |
| Benedito Novo | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | | 22 a 29 | 30 | |
| Biguaçu | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Blumenau | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Bom Jesus | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Bom Jesus Do Oeste | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Bombinhas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Botuverá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Braço Do Norte | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Braço Do Trombudo | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Brusque | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Caibi | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Camboriú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Campo Alegre | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 |
| Campo Erê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Canelinha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Canoinhas | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Capivari De Baixo | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Caxambu Do Sul | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Chapadão Do Lageado | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Chapecó | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Cocal Do Sul | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Concórdia | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Cordilheira Alta | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Coronel Freitas | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Coronel Martins | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Corupá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Criciúma | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Cunha Porã | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Cunhataí | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Descanso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Dionísio Cerqueira | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Dona Emma | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Doutor Pedrinho | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 | 24 a 27 | 23 + 28 | 22 + 29 a 30 |
| Entre Rios | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Ermo | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Faxinal Dos Guedes | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Flor Do Sertão | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 | 25 a 27 | | 24 + 28 a 29 |
| Florianópolis | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Formosa Do Sul | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Forquilhinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Galvão | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Garopaba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Garuva | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Gaspar | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Governador Celso Ramos | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Grão Pará | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Gravatal | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 | 26 | 25 + 27 a 28 | 23 a 24 + 29 |
| Guabiruba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guaraciaba | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 | 26 | 25 + 27 | 28 |
| Guaramirim | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Guarujá Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Guatambú | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ibirama | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Içara | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Ilhota | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Imaruí | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 | 25 a 29 | 23 a 24 | 22 + 30 |
| Imbituba | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Imbuia | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 | 26 | 27 | 28 + 25 |
| Indaial | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Iporã Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Ipuaçu | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Iraceminha | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Irati | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Irineópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Itá | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itaiópolis | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 | 26 | 25 + 27 | 24 |
| Itajaí | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapema | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Itapiranga | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Itapoá | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Ituporanga | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 | 26 a 27 | 25 + 28 | 24 + 29 |
| Jacinto Machado | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | |
| Jaguaruna | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 |
| Jaraguá Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Jardinópolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Joinville | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| José Boiteux | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Jupiá | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Lacerdópolis | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Laguna | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Lajeado Grande | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Laurentino | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Lauro Muller | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 | | 25 a 27 | 24 + 28 |
| Leoberto Leal | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Lontras | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 | 24 a 28 | 23 + 29 a 30 | 22 |
| Luiz Alves | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Luzerna | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Mafra | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Major Gercino | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Major Vieira | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Maracajá | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 | 26 | 25 | 24 + 27 |
| Maravilha | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Marema | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Massaranduba | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Meleiro | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 a 29 |
| Mirim Doce | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 | 26 | 25 | 27 |
| Modelo | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Mondaí | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Monte Castelo | | 26 | 25 | | 26 | 25 | | 26 | 25 |
| Morro Da Fumaça | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Morro Grande | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Navegantes | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Erechim | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Itaberaba | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Nova Trento | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Nova Veneza | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Novo Horizonte | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Orleans | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 | | 26 | 25 + 27 a 28 |
| Ouro Verde | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |
| Paial | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Palhoça | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Palma Sola | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | |
| Palmitos | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | |
| Papanduva | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Paraíso | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Passo De Torres | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Paulo Lopes | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | | 23 a 30 | 22 | |
| Pedras Grandes | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Penha | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Pescaria Brava | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Petrolândia | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 28 a 29 |
| Pinhalzinho | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Piratuba | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Planalto Alegre | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Pomerode | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto Belo | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Porto União | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Pouso Redondo | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Praia Grande | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| Presidente Getúlio | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 | 24 a 28 | 22 a 23 + 29 | 30 |
| Presidente Nereu | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 a 30 | 22 |
| Princesa | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Quilombo | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Rancho Queimado | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 | 25 a 26 | 24 + 27 a 28 | 23 + 29 |
| Rio Do Campo | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Rio Do Oeste | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rio Do Sul | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Dos Cedros | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 a 30 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 a 30 | | 25 a 27 | 22 a 24 + 28 a 30 | |
| Rio Fortuna | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 27 | 28 | 29 + 23 a 24 |
| Rio Negrinho | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 | 26 | 24 a 25 + 27 | 23 + 28 |
| Riqueza | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Rodeio | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Romelândia | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Salete | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 | | 25 a 26 | 27 |
| Saltinho | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| Sangão | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 | | 25 a 26 | 24 + 27 |
| Santa Helena | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santa Rosa De Lima | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Santa Rosa Do Sul | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 | 23 a 28 | 22 + 29 | 30 |
| Santa Terezinha | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 | 25 a 26 | 24 + 27 | 23 + 28 |
| Santa Terezinha Do Progresso | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| Santiago Do Sul | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Santo Amaro Da Imperatriz | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São Bento Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 22 + 29 |
| São Bernardino | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Bonifácio | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| São Carlos | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Domingos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São Francisco Do Sul | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Batista | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Itaperiú | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São João Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| São João Do Sul | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | | 23 a 29 | 22 + 30 | |
| São José | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| São José Do Cedro | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 |
| São Lourenço Do Oeste | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 | | | 25 a 27 |
| São Ludgero | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| São Martinho | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 | 25 a 28 | 23 a 24 + 29 | 22 + 30 |
| São Miguel Da Boa Vista | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| São Miguel Do Oeste | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| São Pedro De Alcântara | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Saudades | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Schroeder | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Seara | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 | | 26 | 25 + 27 |
| Serra Alta | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Siderópolis | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 26 | 25 + 27 | 23 a 24 + 28 a 29 |
| Sombrio | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 |
| Sul Brasil | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Taió | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 | 26 | 25 + 27 | 24 + 28 |
| Tigrinhos | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Tijucas | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Timbé Do Sul | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | 29 |
| Timbó | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | | 22 a 30 | | |
| Três Barras | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Treviso | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 | | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 |
| Treze De Maio | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Trombudo Central | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 | 26 a 27 | 25 | 24 + 28 a 29 |
| Tubarão | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 | 25 a 26 | 27 a 28 | 29 + 23 a 24 |
| Tunápolis | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Turvo | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 | 25 a 26 | 23 a 24 + 27 | 28 a 29 |
| União Do Oeste | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 | | 26 a 27 | 25 |
| Urussanga | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 | | | 25 a 26 |
| Vargeão | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Vidal Ramos | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 | 25 a 27 | 23 a 24 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Vitor Meireles | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 | 24 a 27 | 23 + 28 a 29 | 22 + 30 |
| Witmarsum | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 | 25 a 27 | 24 + 28 | 23 + 29 |
| Xanxerê | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xavantina | | | 26 | | | 26 | | | 26 |
| Xaxim | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 | | | 26 a 27 |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA/INCRA/SR(28)Nº 131, de 17/12/01, publicada no DOU. nº 04 de 07/01/02, seção 1, página nº 08, BS. nº 01 de 07/01/02, que criou o Projeto de Assentamento Flores Formoso, localizado no município de Formoso-MG e Sítio D'Abadia-GO, código SIPRA DF0112000; com retificação publicada no DOU n° 140 de 22/07/05, BS n° 30 de 25/07/05; na retificação publicada no DOU n° 44 de 08/03/21, BS de 08/03/21 onde se lê:"... com área total medida de 3.065,0264(Três mil, sessenta e cinco hectares, dois ares e sessenta e quatro centiares) no município de Formoso - MG, Leia-se: município de SÍTIO D'ABADIA-GO e onde se lê:"... com área total medida de 1.564,9235 (Um mil, quinhentos e sessenta e quatro hectares e noventa e dois ares e trinta e cinco centiares) no município de Sítio d'Abadia-GO, Leia-se: FORMOSO-MG .

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA MCTI Nº 5.134, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Institui a Estrutura de Integração de Ciência, Tecnologia e Inovação - Torre MCTI e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 26-A, incisos I e II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 3º da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 e na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a Estrutura de Integração de Ciência, Tecnologia e Inovação denominada Torre MCTI.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria entende-se como estrutura de integração o conjunto de redes de instituições e especialistas, plataformas digitais, banco de dados e outros sistemas vinculados a Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 2º A Torre MCTI destina-se a integrar as políticas, os projetos, as atividades, os processos, os serviços e os produtos sob a gestão do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, bem como de suas entidades vinculadas, supervisionadas e subordinadas.

Art. 3º Para facilitar as interfaces de comunicação entre órgãos e entidades públicas e privadas, a Torre MCTI poderá ser implementada por plataforma digital a ser constituída por módulos, nos temas e ações que envolvam ciência, tecnologia e inovação, com capacidade para interoperar com outros sistemas do governo eletrônico.

Art. 4º A Torre MCTI tem por objetivo:

I - integrar e promover a articulação, coordenação e gestão de ações e parcerias relacionadas à ciência, tecnologia e inovação no País;

II - aumentar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas em ciência, tecnologia e inovação;

III - sistematizar e dar visibilidade aos serviços, aos produtos e às ferramentas relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovações, ofertadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e suas unidades subordinadas, vinculadas e supervisionadas, e pelos demais atores do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovações;

IV - organizar as demandas e oportunidades, promovendo a interação das atividades, coordenação dos diversos atores e interoperação dos sistemas;

V - criar um ambiente para a identificação e a compatibilização de soluções propostas às necessidades e às oportunidades apresentadas ao Ministério ou pelo ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovações, no contexto nacional e internacional;

VI - facilitar o atendimento às demandas tecnológicas e a promoção do desenvolvimento de tecnologias prioritárias para o País;

VII - prover visibilidade e acesso a informações para uso dos mecanismos e fontes de fomento e financiamento aplicáveis ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovações; e

VIII - incentivar e fortalecer o interesse das novas gerações, atendendo as necessidades da sociedade.

Art. 5º Fica instituído o Comitê Gestor, responsável pela Gestão e Operação da Torre MCTI, ao qual compete:

I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos referentes a gestão e operação da Torre MCTI;

II - selecionar serviços a serem oferecidos por meio da Torre MCTI;

III - analisar e monitorar os processos, serviços, produtos, práticas e procedimentos; verificar sua qualidade, integridade e eficiência e adotar soluções de fluxo, ou requerer soluções digitais;

IV - propor:

a) regras e condições de operação da Torre MCTI;

b) edição de ato ministerial para integração das redes, das plataformas e sistemas;

c) condições para associação de instituições;

d) processos internos de avaliação de viabilidade de projetos;

e) regras de conflitos de interesse no âmbito do funcionamento da Torre MCTI;

f) indicações para a composição dos comitês de especialistas; e

g) ações promocionais e de divulgação da Torre MCTI;

V - adotar medidas para promover a articulação destinada à integração de ações entre instituições, cooperação e parcerias e de alianças e acordos entre os atores do ecossistema de ciência tecnologia e inovação e o Ministério; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 6º O Comitê Gestor terá a seguinte composição:

I - o Secretário Executivo, que o presidirá;

II - o Secretário de Articulação e Promoção da Ciência;

III - o Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos;

IV- o Secretário de Empreendedorismo e Inovação;

V - o Secretário de Pesquisa e Formação Científica; e

VI - o Subsecretário de Unidades Vinculadas.

§ 1º Os membros titulares do Comitê Gestor serão substituídos, em suas ausências e impedimentos eventuais, por seus substitutos regimentais.

§ 2º As reuniões ordinárias do Comitê Gestor serão mensais, conforme calendário a ser divulgado, e em caráter extraordinário, mediante convocação do seu presidente, com antecedência mínima de dois dias e por meio de correspondência eletrônica.

§ 3º As reuniões do Comitê Gestor serão realizadas com a presença mínima do presidente e dos 4 (quatro) representantes das Secretarias finalísticas.

§ 4º O quórum de aprovação das decisões do Comitê Gestor será de maioria simples, atribuído ao seu presidente o voto de qualidade.

§ 5º As reuniões ordinárias do Comitê Gestor serão mensais, conforme calendário estabelecido e divulgado previamente, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, mediante convocação do seu presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias

§ 6º O Comitê Gestor poderá convidar servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e especialistas externos, por área de conhecimento e atuação, para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 7º Para auxiliar o funcionamento da Torre MCTI, o Comitê Gestor proporá ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovações, no prazo de trinta dias, contados da primeira reunião ordinária do colegiado, a formação e composição de comitês de especialistas, de caráter consultivo, nos seguintes segmentos, observado o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019:

I - formação tecnológica, que visa à capacitação em ciência, tecnologia e inovação, com intuito de expandir e melhorar a formação profissional e tecnológica;

II - pesquisa aplicada, que visa utilizar o conhecimento científico gerado na pesquisa básica, para apoiar o desenvolvimento de inovações, produtos e serviços, por meio da concepção de aplicações e provas de conceito;

III - inovação, que visa a transformação de ideias em protótipos, materializando o conhecimento científico validado em soluções concretas experimentais;

IV - tecnologias aplicadas, que visa a transformação de protótipos em produtos e riquezas, com o objetivo de aperfeiçoar soluções experimentais tornando-as aptas ao mercado, à geração de riqueza e à contribuição para a qualidade de vida dos brasileiros; e

V - suporte, que visa apoiar os atores do ecossistema de inovação e as atividades da Torre MCTI em todas as etapas do desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, como gestão, proteção do conhecimento, fomento, certificação e acesso ao mercado.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações poderá estabelecer outros comitês consultivos de especialistas.

Art. 8º Fica instituído o Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI, ao qual compete, em especial:

I - avaliar e propor ao Comitê Gestor soluções técnicas de aperfeiçoamento ao funcionamento da Torre MCTI;

II - monitorar o desenvolvimento e implementação de módulos operacionais ou soluções digitais da Torre MCTI;

III - realizar manutenção preventiva e corretiva às soluções digitais aplicadas para melhor funcionamento da Torre MCTI; e

IV - propor as minutas dos ajustes bilaterais referidos no inciso V do artigo 5º desta Portaria.

Art. 9º O Comitê de Implantação e Manutenção da Torre MCTI terá a seguinte composição:

I - Secretário Executivo, que o presidirá;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência;

III - 1 (um) representante Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos;

IV - 1 (um) representante Secretaria de Empreendedorismo e Inovação;

V - 1 (um) representante Secretaria de Pesquisa e Formação Científica;

VI - 1 (um) representante Subsecretaria de Unidades Vinculadas;

VII - o Diretor do Departamento de Governança Institucional; e

VIII - o Diretor do Departamento de Tecnologia e Informação.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos II ao VI do caput, e seus suplentes, serão indicados pelos titulares e designados por ato do Ministro de Estado.

§2º Os suplentes dos membros de que tratam os incisos VII e VIII serão indicados pelo Secretário Executivo e designados por ato do Ministro de Estado.

§ 3º As reuniões ordinárias do Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI serão bimestrais, conforme calendário estabelecido e divulgado previamente, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, mediante convocação do seu presidente, com antecedência mínima de dois dias.

§ 4º O quórum de reunião e de aprovação do Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI será de maioria absoluta.

§5º As reuniões do Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI serão presenciais, podendo a participação ocorrer por meio de videoconferência quando algum membro ou convidado estiver em ente federativo diverso, ou quando for necessário.

§ 6º O Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI poderá convidar servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e especialistas externos, por área de conhecimento e atuação, para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 10. O apoio administrativo, secretariado e assessoramento ao Comitê Gestor e ao Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI serão prestados pela Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a quem compete, dentre outras atividades necessárias ao funcionamento dos Colegiados:

I - preparar e distribuir as pautas das reuniões com antecedência mínima estabelecida pelo presidente dos Comitês;

II - secretariar as reuniões e elaborar as atas; e

III - organizar e manter sob sua guarda a documentação relativa às atividades desenvolvidas pelos Comitês.

Art. 11. A participação no Comitê Gestor e no Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI será considerada prestação de serviço público relevante não remunerado.

Art. 12. Fica vedada a criação de subcolegiados pelo Comitê de Implantação e Manutenção Operacional da Torre MCTI.

Art. 13. É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, conforme disposto no artigo 36, § 1º, do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.

Art. 14. A Torre MCTI iniciará seu funcionamento após a constituição dos comitês de especialistas de que tratam os incisos I a V do art. 7º desta Portaria.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

MARCOS CESAR PONTES

## SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

**PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.102, DE 16 DE AGOSTO DE 2021**

Indefere pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.025335/2019-70, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pleito de habilitação da empresa INCONTROL CONTROLES INDUSTRIAIS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 04.702.978/0001-56, referente ao produto "Controlador de velocidades de motores monofásicos baseado em técnica digital".

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 285, de 12 de julho de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência do indeferimento do pleito de habilitação definitiva, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

## CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

### PORTARIA CNPQ Nº 573, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta de informações e dados de atributos hidráulicos, com a participação de pesquisadora estrangeira, no âmbito do Projeto "Rumo a uma compreensão mecanicista e em várias escalas da resiliência da Amazônia à seca", coordenado pela Drª. Marina Hirota, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em cooperação com a Drª. Kristina Michelle Keating, da Rutgers University (EUA), conforme processo CNPq nº 01300.006178/2021-85.

Art. 2º As atividades de coleta de dados estão autorizadas para a equipe estrangeira:

| NOME | NACIONALIDADE | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|
| Kristina Michelle Keating | Norte-americana | Rutgers University |

Art. 3º As atividades de coleta autorizadas por meio desta Portaria ficam expressas para as áreas autorizadas compreendendo no estado do Goiás, a área da Chapada dos Veadeiros e localidades nos municípios de Vila de São Jorge e de Alto Paraíso, e no estado do Pará, o município de Santarém em Área de Preservação Ambiental e na Vila de Alter do Chão, e o município de Belterra, na Floresta Nacional do Tapajós e proximidades do km 117.

Art. 4º As atividades de coleta estão autorizadas conforme Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO/ICMBio, SISBIO nº 69352-7 e SISBIO nº 65583-7 e estão devidamente cadastradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen nº AE072FD.

Art. 5º A destinação de material científico coletado e sua guarda ficam vinculadas à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 6º Esta autorização tem validade a partir do dia 15 de setembro 2021 até 31 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileira acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

## DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### DESPACHO DE 19 DE AGOSTO DE 2021

33ª - Relação de Pesquisadores Credenciados à Importação - Lei 8.010/1990. Portal gov.br

| CREDENCIAMENTO | NOME | CPF | VENCIMENTO |
|---|---|---|---|
| 920.002308/2021 | Luis Eduardo Antunes Vieira | ***.612.690-** | 19/08/2026 |

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO
Diretor

# Ministério das Comunicações

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

## DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### PORTARIAS DE 20 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R$) | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53900.053504/2015-30 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTA MARIA | RADCOM | Santa Maria | RN | Multa | 456,93 | Art. 40, VII, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2796 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011 |
| 53900.061370/2015-21 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO FUTURA | RADCOM | Comendador Gomes | MG | Multa | 534,32 | Art. 40, VII, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2816 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.052317/2015-39 | ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE SERTANÓPOLIS | RADCOM | Sertanópolis | PR | Multa | 534,32 | Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2802 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 01250.009737/2018-46 | TV STUDIOS DE BRASÍLIA LTDA | TV | Brasília | DF | Multa | 26.181,79 | Art. 62, da Lei 4.117/1962. | Portaria DEIRF n° 2799 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.061054/2015-59 | CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAPITÓLIO - MG (CODEC) | RADCOM | Capitólio | MG | Multa | 534,32 | Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2815 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.053559/2015-40 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TELEVISÃO NOVO TEMPO | RADCOM | Parintins | AM | Multa | 534,32 | Art. 40, XIX, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2803 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.047043/2015-66 | ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FREI MODESTO DE TIMBÉ DO SUL | RADCOM | Timbé do Sul | SC | Multa e Advertência | 534,32 | Art. 40, XXIX, XII e XVII, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2857 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.060634/2015-29 | ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE LAURO DE FREITAS | RADCOM | Lauro de Freitas | BA | Multa | 534,32 | Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2867 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.059839/2015-61 | ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE IRAMAIA - ADCI | RADCOM | Iramaia | BA | Multa | 534,32 | Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2864 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.034551/2015-84 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE FORTALEZA DO TABOCÃO | RADCOM | Fortaleza do Tabocão | TO | Multa e Advertência | 1.068,64 | Art. 40, XXIX, VII e XII, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2863 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.049782/2015-92 | ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO LIBERDADE COMUNITÁRIA FM | RADCOM | Taubaté | SP | Multa e Advertência | 534,32 | Art. 40, XXIX e XII, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2856 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53516.004670/2017-16 | FUNDAÇÃO ANTÔNIO BÁRBARA | TVD | Cianorte | PR | Multa | 7.854,54 | Art. 62 da Lei nº 4.117/62 | Portaria DEIRF n° 2868 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53569.001175/2017-21 | ASSOCIAÇÃO DOS FÃS CLUBES DO PARÁ | RADCOM | Belém | PA | Multa | 2.137,29 | Art. 40, XII e XV, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2874 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53000.009617/2012-07 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO JAGUARIBE | RADCOM | Russas | CE | Multa | 913,86 | Art. 40, VII, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2911 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.060979/2015-82 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BENEFICENTE VIVA VOZ | RADCOM | Várzea da Roça | BA | Multa | 534,32 | Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98 | Portaria DEIRF n° 2910 de 20/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

### PORTARIAS DE 27 DE JULHO DE 2021

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53569.001183/2017-78 | ONG-INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUC., ESPOR. E LAZER DE BARCARENA PARÁ - INSNEELB | RADCOM | Barcarena | PR | Advertência | Art. 40, XII, do Decreto nº 2.615/98. | Portaria CGFM n° 2872 de 27/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |
| 53900.025931/2015-28 | IMPERIAL COMUNICAÇÕES LTDA | FM | Porto Nacional | TO | Advertência | *Caput* do art. 55, do Decreto 52.795/63. | Portaria CGFM n° 2990 de 27/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |
| 53557.000899/2018-78 | ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL MARIA DE SOUZA CAMPOS - DONA DO MARACATU | RADCOM | Japaratuba | SE | Advertência | Art. 40, XII, do Decreto nº 2.615/98. | Portaria CGFM n° 2888 de 27/07/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

### PORTARIAS DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53524.005248/2018-51 | FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA CÔNEGO JOÃO PARREIRAS VILAÇA | FM | Carmo do Cajuru | MG | Advertência | Art. 5º, parágrafo único, da Portaria nº 26/96. | Portaria CGFM n° 3200 de 13/08/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |
| 01250.003857/2016-78 | MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS | RTV | Barão de Cocais | MG | Advertência | Art. 30, caput, do Decreto nº 5.371/05 | Portaria CGFM n° 3313 de 13/08/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

**PORTARIA, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | *Enquadramento Legal* | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01250.003934/2016-90 | SISTEMA MARANHENSE DE RADIODIFUSÃO LTD | OM | João Lisboa | MA | Advertência | Caput do art. 55, do Decreto 52.795/63. | Portaria CGFM n° 3192 de 17/08/2021 | Portaria MC n° 112/2013 |

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

**ACÓRDÃOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 281 - Processo nº 53500.003997/2021-18
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 94/2021/MM (SEI nº 7166283), integrante deste acórdão, submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, proposta de Resolução para alterar o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e o Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias, aprovado pela Resolução nº 729, de 19 de junho de 2020, e revogar a Resolução nº 269, de 9 de julho de 2001, que aprovou o Regulamento de Operacionalização da Aplicação de Recursos do Fust, nos termos das minutas de Consulta Pública SEI nº 6766416 e da minuta de Resolução SEI nº 7092337.

Nº 282 - Processo nº 53500.010008/2009-56
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 89/2021/EC (SEI nº 7072753), integrante deste acórdão, atestar o cumprimento do Subitem 9.3 do Anexo ao Ato nº 7.828/2008, para o ano de 2020 e para o período de 1º de janeiro até 2 de março de 2021, tendo em vista que a concessionária realizou os investimentos obrigatórios em Pesquisa e Desenvolvimento, por meio da cessão de capacidade de transmissão em fibras óticas para uso não comercial.

Nº 283 - Processo nº 53508.000457/2021-11
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 97/2021/EC (SEI nº 7195441), integrante deste acórdão, rever, de ofício, o Acórdão nº 353, de 29 de agosto de 2017 (cópia SEI nº 6615728), nos termos do que dispõe o inciso VIII do art. 149 do CTN, para fixar novo valor devido pelo sujeito passivo a título de lançamento e multa de ofício, da seguinte forma:

a) para o ano de 2001, valor total de R$ 4.431.188,78 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), para as receitas sem interconexão; e R$ 594.396,75 (quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), para as receitas com interconexão;

b) para o ano de 2002, valor total de R$ 13.505.836,33 (treze milhões, quinhentos e cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos), para as receitas sem interconexão; e R$ 1.202.908,96 (um milhão, duzentos e dois mil, novecentos e oito reais e noventa e seis centavos), para as receitas com interconexão;

c) para o ano de 2003, valor total de R$ 27.997.117,37 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e dezessete reais e trinta e sete centavos), para as receitas sem interconexão; e R$ 2.563.221,30 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte e um reais e trinta centavos), para as receitas com interconexão;

d) para o ano de 2004, valor total de R$ 33.571.088,37 (trinta e três milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), para as receitas sem interconexão; e, R$ 3.828.917,55 (três milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), para as receitas com interconexão;

e) para o ano de 2005, valor total de R$ 42.755.411,19 (quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais e dezenove centavos), para as receitas sem interconexão; e R$ 7.526.863,53 (sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos), para as receitas com interconexão;

f) para o ano de 2006, valor total de R$ 37.826.426,04 (trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quatro centavos), para as receitas sem interconexão; e R$ 6.791.825,76 (seis milhões, setecentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), para as receitas com interconexão;

g) multa, de ofício, para o ano de 2005, valor total de R$ 32.066.558,39 (trinta e dois milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos), sobre as receitas sem interconexão, devendo ser atualizado pela Taxa Selic; e,

h) multa, de ofício, para o ano de 2006, passando para os valores de R$ 28.369.819,53 (vinte e oito milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos), sobre as receitas sem interconexão, devendo ser atualizado pela Taxa Selic.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

**CONSULTA PÚBLICA Nº 43, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 903, de 19 de agosto de 2021, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.003997/2021-18, a proposta de alterar o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e o Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias, aprovado pela Resolução nº 729, de 19 de junho de 2020, e revogar a Resolução nº 269, de 9 de julho de 2001, que aprovou o Regulamento de Operacionalização da Aplicação de Recursos do Fust.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR
CONSULTA PÚBLICA Nº 43, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Proposta de alteração do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e do Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias, aprovado pela Resolução nº 729, de 19 de junho de 2020, e revogação da Resolução nº 269, de 9 de julho de 2001, que aprovou o Regulamento de Operacionalização da Aplicação de Recursos do Fust

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca
CEP: 70070-940 - Brasília/DF

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA
Telefone: (61) 2312-2001
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

## SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
## ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**ATO Nº 5.945, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53528.001251/2021-61.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a COOPERLUZ - COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE, CNPJ nº 95.824.322/0001-61, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

**ATO Nº 5.972 DE 10 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53528.000880/2021-74.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a ROTHA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.849.929/0001-90, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

**ATOS DE 13 DE AGOSTO DE 2021**

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território a:

Nº 6.137 - Processo nº 53528.002075/2021-85, Daniel Picolli Biazus, CPF nº ***.031.360-**.

Nº 6.143 - Processo nº 53528.002067/2021-39, CPF nº ***.062.087-**.

Nº 6.144 - Processo nº 53528.002078/2021-19, Mauricio Ramos da Silva, CPF nº ***.591.150-**.

Nº 6.145 - Processo nº 53528.002150/2021-16, Eduardo Vargas Luz, CPF nº ***.047.810-**.

Nº 6.142 - Processo nº 53528.002016/2021-15, Hubert Luis Urchnjak, CPF nº ***.934.790.-**.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

**ATO Nº 6.172, DE 16 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53528.002072/2021-41.

Expede autorização a Concessionaria Rota de Santa Maria S.A., CNPJ nº 41.886.692/0001-02, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

**ATO Nº 6.257, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53528.002225/2021-51.

Expede autorização a Associação Golf Aviação, CNPJ nº 39.238.196/0001-92, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

**ATO Nº 6.323, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53520.000416/2020-77.

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à(ao) RADIO CAMBORIU LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 83.452.557/0001-90, na localidade de Balneário Camboriú/SC, até 13/03/2028, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

**ATO Nº 6.324, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53520.001166/2021-73.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ONSEG SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 83.411.025/0001-05, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

**ATO Nº 6.325, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53520.001191/2021-57.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) IRIS SEGURANCA INTELIGENTE EIRELI, CNPJ nº 78.524.881/0001-37, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

**ATO Nº 6.326, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53520.001130/2021-90.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VIGILANCIA RIOSUL LTDA, CNPJ nº 81.611.022/0001-90, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

**ATO Nº 6.038, DE 11 DE AGOSTO DE 2021**

Outorga autorização de uso das radiofrequências a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

**ATOS DE 16 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 6.174 - Expede autorização a Procafe Exportação e Importação Ltda, CNPJ nº 30.467.877/0001-58, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.185 - Expede autorização a Rafael Tadeu Collin Dias, CPF nº ***.540.166-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

**ATO Nº 6.214, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

Processo nº 53504.002881/2021-21.
Expede autorização ao Ailton Aparecido Tipo Laurindo, CPF nº ***.636.208-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

**ATOS DE 12 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 6.069 - Outorgar autorização de uso de radiofrequência(s), ao GUARDIANSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL E INDUSTRIAL LTDA-ME, CNPJ nº 08.818.732/0001-03, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.071 - Outorgar autorização de uso de radiofrequência(s), ao COMPANHIA DE GAS DA BAHIA BAHIAGAS, CNPJ nº 34.432.153/0001-20, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

**ATOS DE 13 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 6.132 - Expede autorização à HERON MAGALHÃES DA SILVA PENINE, CPF nº ***.080.055-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.133 - Expede autorização à MADRE DE DEUS PILOTS - SERVIÇOS DE PRATICAGEM DA BAHIA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA, CNPJ nº 27.953.434/0001-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

**ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 6.221 - Expede autorização à EMPRESA DE TELECOMUNICACOES GOIS LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 00.613.396/0001-42, na localidade de Itamaraju/BA, até 21/11/2025, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade.

Nº 6.224 - Expede autorização à EFY EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ nº 27.127.762/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

**ATO Nº 6.284, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Expede autorização a Yasmin Aray Cunha Beserra, CPF nº ***.543.982-**, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.001571/2021-26.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

**ATOS DE 7 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 5.912 - Processo nº 53500.052808/2021-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Televisao Norte do Rgs Ltda, CNPJ 88.721.816/0001-55, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carazinho/RS.

Nº 5.913 - Processo nº 53500.050632/2021-82.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TRES BARRAS PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ 78.121.936/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Três Barras do Paraná/PR.

Nº 5.914 - Processo nº 53500.044616/2021-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FAROL RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 02.423.695/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Dom Pedrito/RS.

Nº 5.915 - Processo nº 53500.044618/2021-40.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FAROL RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 02.423.695/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Venâncio Aires/RS.

Nº 5.916 - Processo nº 53500.044633/2021-98.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.388.774/0001-67, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Castanhal/PA.

Nº 5.917 - Processo nº 53500.045428/2021-40.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL, CNPJ 88.768.080/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Gabriel/RS.

Nº 5.918 - Processo nº 53500.045615/2021-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.412.465/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Nova Prata do Iguaçu/PR.

Nº 5.920 - Processo nº 53500.051142/2021-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ARTE COMUNICACAO CULTURA E ENSINO FACCE, CNPJ 25.643.107/0001-89, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cruzeiro do Sul/AC.

Nº 5.921 - Processo nº 53500.051228/2021-26.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ARTE COMUNICACAO CULTURA E ENSINO FACCE, CNPJ 25.643.107/0001-89, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Natal/RN.

Nº 5.922 - Processo nº 53500.051256/2021-43.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ARTE COMUNICACAO CULTURA E ENSINO FACCE, CNPJ 25.643.107/0001-89, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Venâncio Aires/RS.

Nº 5.923 - Processo nº 53500.051276/2021-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ARTE COMUNICACAO CULTURA E ENSINO FACCE, CNPJ 25.643.107/0001-89, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alegrete/RS.

Nº 5.924 - Processo nº 53500.051292/2021-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ARTE COMUNICACAO CULTURA E ENSINO FACCE, CNPJ 25.643.107/0001-89, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Luís Eduardo Magalhães/BA.

Nº 5.925 - Processo nº 53500.051299/2021-29.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ARTE COMUNICACAO CULTURA E ENSINO FACCE, CNPJ 25.643.107/0001-89, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lages/SC.

Nº 5.927 - Processo nº 53500.053664/2021-30.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV AMAZONIA LTDA, CNPJ 14.572.119/0001-43, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Vitória do Jari/AP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 5.960 - Processo nº 53500.054650/2021-33.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA DE NOVA RUSSAS LTDA, CNPJ 12.364.444/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Russas/CE.

Nº 5.961 - Processo nº 53500.054674/2021-92.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Areias/SP.

Nº 5.962 - Processo nº 53500.054678/2021-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cunha/SP.

Nº 5.963 - Processo nº 53500.054695/2021-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Queluz/SP.

Nº 5.964 - Processo nº 53500.054696/2021-52.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoinha/SP.

Nº 5.966 - Processo nº 53500.054704/2021-61.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 5.967 - Processo nº 53500.054709/2021-93.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Branca/SP.

Nº 5.968 - Processo nº 53500.054713/2021-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vargem/SP.

Nº 5.969 - Processo nº 53500.054716/2021-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Monteiro Lobato/SP.

Nº 5.970 - Processo nº 53500.054719/2021-29.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio do Pinhal/SP.

Nº 5.971 - Processo nº 53500.054866/2021-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GUAIRACA DE GUARAPUAVA LTDA, CNPJ 78.044.500/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Guarapuava/PR.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 6.264 - Processo nº 53500.056525/2021-68.
Expede autorização à Tgx Conectividade e Entretenimento Ltda, CNPJ/MF nº 31.136.448/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.265 - Processo nº 53500.058051/2021-99.
Expede autorização à Nk 108 Empreendimentos e Participacoes S.a., CNPJ/MF nº 40.917.385/0001-70, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.266 - Processo nº 53500.048505/2021-13.
Expede autorização à M V Fibra Servicos de Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 41.761.773/0001-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.267 - Processo nº 53500.053068/2021-50.
Expede autorização à Wt Net Comunicacao Ltda, CNPJ/MF nº 36.685.356/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.268 - Processo nº 53500.048510/2021-26.
Expede autorização à Helder de Oliveira Paixao, CNPJ/MF nº 37.575.754/0001-80, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.269 - Processo nº 53500.057393/2021-91.
Expede autorização à UNIQUELINK PROVEDOR DE INTERNET, CNPJ/MF nº 38.184.505/0001-26, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.270 - Processo nº 53500.057812/2021-95.
Expede autorização à Francineide Nunes da Silva, CNPJ/MF nº 14.541.317/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.273 - Processo nº 53500.055929/2021-34.
Expede autorização à Leste Group Telecomunicacoes do Brasil Ltda, CNPJ/MF nº 40.172.797/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.274 - Processo nº 53500.056040/2021-74.
Expede autorização à Unex Internet Tv Ltda, CNPJ/MF nº 41.604.387/0001-72, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.276 - Processo nº 53500.056506/2021-31.
Expede autorização à Mw Inforserv Tecnologia Ltda, CNPJ/MF nº 12.302.256/0001-32, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.278 - Processo nº 53500.056742/2021-58.
Expede autorização à Biazi Telecomunicacoes Paranatinga Ltda, CNPJ/MF nº 42.812.202/0001-88, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.279 - Processo nº 53500.056880/2021-37.
Expede autorização à I5net Provedores de Acesso A Comunicacao Informatica Eireli, CNPJ/MF nº 37.754.542/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.280 - Processo nº 53500.057008/2021-14.
Expede autorização à F1 Solutions Datacenter e Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 10.550.489/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.281 - Processo nº 53500.057858/2021-12.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 16/08/2021, a autorização outorgada a COPYNET SERVICOS DE PROVEDORES LTDA, CNPJ/MF nº 10.895.920/0001-79, por meio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Nº 6.301 - Processo nº 53500.048399/2021-78.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 14/07/2021, a autorização outorgada a C. F. DE OLIVEIRA COMUNICACOES, CNPJ/MF nº 28.872.211/0001-33, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.303 - Processo nº 53500.058883/2021-13.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 18/08/2021, a autorização outorgada a GETEC TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 94.016.409/0001-40, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.304 - Processo nº 53500.056433/2021-88.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 11/08/2021, a autorização outorgada a PROVEDOR CORPORATIVO INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 07.504.105/0001-27, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.305 - Processo nº 53500.045783/2021-19.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 06/07/2021, a autorização outorgada a FROSINET-FROSI INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 04.351.269/0001-73, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.306 - Processo nº 53500.056958/2021-13.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 13/07/2021, a autorização outorgada a JOANA MARIA LEMOS DA SILVA - ME, CNPJ nº 24.839.335/0001-66, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

# Ministério da Defesa

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA GM-MD Nº 3.438, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Estabelece instruções aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para atender ao disposto na Resolução Camex nº 78, de 5 de outubro de 2011, da Câmara de Comércio Exterior.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, observado o disposto na Resolução Camex nº 78, de 5 de outubro de 2011, da Câmara de Comércio Exterior, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60070.000033/2021-91, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece instruções aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para atender ao disposto na Resolução Camex nº 78, de 5 de outubro de 2011, da Câmara de Comércio Exterior.

Art. 2º Para atender ao disposto no § 2º do art. 1º da Resolução Camex nº 78, de 2011, os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica deverão encaminhar à Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) do Ministério da Defesa a relação das empresas nacionais qualificadas para prestação de serviço ao respectivo Comando.

§ 1º A relação de que trata o caput deverá conter os seguintes dados:

I - nome da empresa;

II - endereço completo;

III - CNPJ;

IV - tipo de serviço que presta ao Comando; e

V - validade da qualificação, conforme critérios de cada Comando de Força Singular.

§ 2º A relação de que trata o caput deverá ser encaminhada à Seprod até o quinto dia útil dos meses de abril e outubro de cada ano, sem prejuízo ao envio de atualizações sempre que necessário.

Art. 3º As informações disponibilizadas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica serão disponibilizadas no sítio eletrônico do Ministério da Defesa (https://www.gov.br/defesa/pt-br) para consulta da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Normativa nº 1.810/MD, de 5 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 130, Seção 1, página 24, de 6 de julho de 2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

**PORTARIA GM-MD Nº 3.439, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Aprova a Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 1º, XII, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e na Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60070.000033/2021-91, resolve:

CAPÍTULO I

POLÍTICA E OBJETIVOS

Art. 1º Esta Portaria aprova a Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa.

Art. 2º A Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa tem como objetivo geral orientar as ações relacionadas:

I - à proteção do conhecimento e das criações desenvolvidas pelas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) qualificadas ou reconhecidas no âmbito do Ministério da Defesa ou dos Comandos das Forças Armadas, incluindo proteções requeridas e concedidas; e

II - aos contratos firmados de licenciamento de criações protegidas e de transferência de tecnologia.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Portaria, as ICT de que trata o inciso I serão denominadas ICT do Ministério da Defesa.

Art. 3º São objetivos específicos da Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa:

I - criar um ambiente capaz de estimular a preservação da propriedade intelectual;

II - capacitar e valorizar os recursos humanos envolvidos nos processos de geração de novos conhecimentos e de proteção da propriedade intelectual;

III - fomentar o licenciamento de criação protegida e a transferência de tecnologias geradas no âmbito das ICT do Ministério da Defesa; e

IV - estimular o uso da informação de Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para nortear pesquisas, desenvolvimentos, inovações, negócios e geração de ativos de propriedade intelectual.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - Base Industrial de Defesa (BID): conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizem ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização, manutenção ou desativação de Produtos de Defesa (PRODE) ou sistema de defesa, no País;

II - criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;

III - criador: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação;

IV - fornecimento de tecnologia (know how): processo de aquisição de conhecimentos e de técnicas não amparados por direitos de propriedade industrial ou o fornecimento de informações tecnológicas, destinados à produção de bens e serviços;

V - ganhos econômicos: toda forma de royalties, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros, deduzidas as despesas, os encargos e as obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual;

VI - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

VII - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

VIII - inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

IX - instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

X - know-how: termo da língua inglesa que significa "saber fazer", corpo de conhecimentos técnicos, relativamente originais e secretos;

XI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICT, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas na Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004;

XII - parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICT, com ou sem vínculo entre si;

XIII - pesquisador público: ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XIV - propriedade intelectual: direito sobre criações resultantes do espírito humano, seja de caráter científico, industrial, literário ou artístico e compreende a propriedade industrial e os direitos autorais; e

XV - transferência de tecnologia: processo de transferência de conhecimento tecnológico caracterizado pela cessão de direitos sobre criação, que pode ocorrer por licenciamento para outorga de direito de uso ou exploração de criação ou simplesmente por fornecimento de tecnologia.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa:

I - proteger o conhecimento, o uso e a exploração da propriedade intelectual associada às tecnologias que atendam às necessidades da Defesa Nacional e a outras desenvolvidas no âmbito das ICT do Ministério da Defesa;

II - contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional e, em particular, da Base Industrial de Defesa;

III - incentivar a participação das criações geradas pelas ICT do Ministério da Defesa no processo de inovação nacional; e

IV - incentivar o uso dos ativos de propriedade intelectual como garantia em financiamentos para a inovação pelas ICT do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO IV

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 6º A consecução dos objetivos específicos de que tratam os incisos I a IV do art. 3º desta Portaria será obtida pelas seguintes ações estratégicas:

I - Objetivo Específico nº 1 (criar um ambiente capaz de estimular a preservação da propriedade intelectual):

a) fortalecer a organização e estruturação dos NIT como responsáveis, no âmbito de cada Força Singular, pela gestão da Política de Propriedade Intelectual das respectivas ICT;

b) disseminar nas ICT do Ministério da Defesa a cultura de proteção do conhecimento e a gestão eficiente e eficaz desta Política no interesse da Defesa Nacional;

c) adotar medidas para assegurar que os direitos sobre os conhecimentos gerados com a participação de ICT do Ministério da Defesa sejam previamente por elas apropriados na forma de sua Política de Propriedade Intelectual;

d) estabelecer, na elaboração de instrumentos jurídicos específicos, cláusulas de compartilhamento e gestão da propriedade intelectual, de continuidade da tecnologia e de preservação no Brasil dos conhecimentos gerados com a participação de ICT vinculadas ao Ministério da Defesa;

e) estabelecer, desde o início dos estudos e pesquisas, mecanismos de proteção do conhecimento, uso e exploração econômica da propriedade intelectual gerada com a participação de ICT vinculadas ao Ministério da Defesa;

f) desenvolver e disseminar processos internos dotados de medidas de segurança orgânica, física e eletrônica, para a orientação, avaliação e proteção da propriedade intelectual gerada com a participação de ICT do Ministério da Defesa;

g) adotar medidas para assegurar que não haja divulgação indevida de conhecimentos críticos para a Defesa Nacional;

h) adotar medidas para assegurar a proteção das informações científicas e tecnológicas geradas por intermédio das atividades de prestação de serviços tecnológicos e de compartilhamento de infraestrutura e capital intelectual que gerem inovações, de modo a preservar os interesses das ICT do Ministério da Defesa; e

i) estabelecer medidas específicas para a proteção e o fornecimento de know-how e segredo industrial, no interesse da Defesa Nacional;

II - Objetivo Específico nº 2 (contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional e, em particular, da Base Industrial de Defesa):

a) estimular a promoção de processos de formação e de capacitação científica e tecnológica;

b) buscar o fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICT do Ministério da Defesa;

c) incentivar a capacitação de integrantes dos NIT e os pesquisadores públicos das ICT do Ministério da Defesa em atividades relacionadas à gestão da propriedade intelectual;

d) estimular a valorização dos pesquisadores públicos que utilizem os mecanismos previstos para a gestão da propriedade intelectual gerada nas ICT do Ministério da Defesa;

e) valorizar a participação dos pesquisadores públicos das ICT do Ministério da Defesa em atividades de criação e inovação, utilizando-se medidas de incentivo previstas em lei, tais como bolsas de estímulo à inovação, retribuição pecuniária e participação nos ganhos econômicos eventualmente auferidos;

f) propugnar que, no âmbito das ICT do Ministério da Defesa, seja destinado até um terço dos eventuais ganhos econômicos por ela auferidos ao criador e, de acordo com a sua política de inovação, aos membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento que tenham contribuído para a criação;

g) estimular, no âmbito de cada Força Singular, o estabelecimento de critérios objetivos para determinar a partilha da participação nos ganhos econômicos eventualmente auferidos, de que trata a alínea "f", na medida da contribuição de cada membro da equipe para a criação, conforme a política de inovação da ICT do Ministério da Defesa; e

h) promover ações institucionais de capacitação de recursos humanos das ICT do Ministério da Defesa em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual;

III - Objetivo Específico nº 3 (incentivar a participação das criações geradas pelas ICT do Ministério da Defesa no processo de inovação nacional):

a) estimular a atividade de inovação nas ICT do Ministério da Defesa e as suas interações com as empresas;

b) incentivar a criação de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

c) estimular a interação com parques tecnológicos e incubadores de empresas de base tecnológica voltadas para a geração de conhecimentos e inovações em áreas de interesse das ICT do Ministério da Defesa;

d) estimular as parcerias com a BID e com demais instituições que desenvolvam tecnologias de emprego dual e de elevado valor agregado no interesse da defesa nacional;

e) estabelecer, sob a orientação dos NIT das Forças Singulares, procedimentos claros e critérios objetivos para escolha, modalidade e contratação mais vantajosa no licenciamento de criação protegida e de transferência de tecnologias geradas no âmbito das ICT do Ministério da Defesa;

f) estimular e apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT do setor de defesa;

g) estabelecer critérios para a qualificação e a avaliação do uso dos resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa no âmbito do Ministério da Defesa; e

h) incentivar o depósito de pedidos de patentes com potencial de licenciamento; e

IV - Objetivo Específico nº 4 (estimular o uso da informação de Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para nortear pesquisas, desenvolvimentos, inovações, negócios e geração de ativos de propriedade intelectual):

a) identificar oportunidades de geração de ativos de propriedade intelectual como diferencial competitivo;

b) estimular o uso de banco de dados de Propriedade Intelectual como ferramenta para a identificação de soluções inovadoras;

c) adotar medidas para assegurar que os ganhos econômicos eventualmente auferidos pela contratação de uso e exploração econômica da propriedade intelectual sejam aplicados, exclusivamente, em objetos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação das ICT do Ministério da Defesa; e

d) criar mecanismos de articulação para mitigar a dependência tecnológica na área de interesse de defesa, mediante incentivo o uso de ativos de propriedade intelectual disponíveis ou estado da técnica, compreendendo parcerias intersetoriais entre setor público e privado, universidades e setor não governamental.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Caberá aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica editar, em suas respectivas áreas de atuação, atos específicos para a implementação da Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Normativa nº 1.888/MD, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 246, Seção 1, página 20, de 24 de dezembro de 2010.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

## SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### PORTARIA SEORI/SG-MD Nº 3.459, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Revoga a Portaria nº 3.485/SEORI/MD, de 10 de novembro de 2011, e a Portaria nº 1.685/MD, de 21 de junho de 2012.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32, inciso X, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, observado o disposto no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60532.000063/2021-12, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 3.485/SEORI/MD, de 10 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 218, Seção 1, página 15, de 14 de novembro de 2011; e

II - a Portaria nº 1.685/MD, de 21 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 120, Seção 2, página 10, de 22 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

## COMANDO DA MARINHA
## DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
## DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

### PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 22, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Transporte de Cargas Perigosas - NORMAM-29/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Aprovar a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Transporte de Cargas Perigosas (NORMAM-29/DPC), que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 2.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 459/DPC, de 23 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

**MARINHA DO BRASIL**
**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

# NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

## NORMAM-29/DPC

**- 2013 -**

**NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA**
**PARA TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS**

**FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES**

| NÚMERO DA MODIFICAÇÃO | EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA | PÁGINAS AFETADAS | DATA DA ALTERAÇÃO | RUBRICA |
|---|---|---|---|---|
| Mod 1 | Portaria nº 459/DPC, de 23 de dezembro de 2019 | 1-1; 1-2; 1-3; 1-4; 1-5; 1-6; 1-7; 1-8; e 2-1. | 30/12/2019 | |
| | | | | |



INTRODUÇÃO

1 -PROPÓSITO

Estabelecer requisitos para o transporte e armazenamento, em mar aberto, de cargas perigosas em embalagens, cargas sólidas perigosas a granel, substâncias líquidas nocivas a granel e gases liquefeitos a granel, visando à segurança das pessoas, à integridade da embarcação e minimizar os riscos ao meio ambiente.

2 -APLICAÇÃO

Aplica-se esta norma às embarcações de bandeira brasileira operando em mar aberto e às embarcações estrangeiras, quando operando as cargas mencionadas no item anterior em portos brasileiros.

Atenção especial deve ser dispensada à aplicação específica de cada capítulo desta norma.

CAPÍTULO 1

TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS EMBALADAS

0100 -APLICAÇÃO

Este capítulo se aplica a todas as embarcações de bandeira brasileira com arqueação bruta superior a 20, quando transportando carga perigosa, e às embarcações de bandeira estrangeira sujeitas ao atendimento da Convenção SOLAS 74, como emendada, no que diz respeito apenas ao contido nos itens 0101, 0105 (exceto a alínea e)), 0107 e 0108.

As embarcações de bandeira estrangeira autorizadas a operar em águas jurisdicionais brasileiras por meio de inscrição temporária, deverão atender integralmente ao contido neste capítulo, conforme previsto na NORMAM 04/DPC.

0101 -REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

O transporte marítimo de cargas perigosas embaladas, em embarcações de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira, deve atender aos seguintes regulamentos, como aplicável:

a)Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar 1974 - SOLAS/74, como emendada;

b)Código Marítimo Internacional de Produtos Perigosos - IMDG Code, como emendado;

c)Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios - MARPOL 73/78, Anexo III, no que couber;

d)Código Internacional para o Transporte Seguro de Combustível Nuclear Irradiado Embalado, Plutônio e Resíduos com Elevado Nível de Radioatividade a Bordo de Navios - INF Code;

e)Norma para Transporte de Materiais Radioativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) - CNEN-NE 5.01/88; e

f)Guia Médico de Primeiros Socorros para Uso em Acidentes Envolvendo Cargas Perigosas - MFAG, adotado pela MSC/Circ.857 da International Maritime Organization (IMO), ou outra que venha substituí-la;

g)Procedimentos de Resposta em Emergência para Embarcações Transportando Cargas Perigosas - EmS Guide, adotado pela MSC/Circ. 1025 da IMO, ou outra que venha substituí-la;

0102 -DEFINIÇÕES

Para efeitos exclusivamente de aplicação deste capítulo, são adotadas as seguintes definições:

a)Cargas Perigosas - são cargas que, em virtude de serem explosivas, gases comprimidos ou liquefeitos, inflamáveis, oxidantes, venenosas, infectantes, radioativas, corrosivas ou substâncias contaminantes, possam apresentar riscos à tripulação, ao navio, às instalações portuárias ou ao ambiente aquático. As cargas perigosas aqui definidas encontram-se relacionadas nos códigos e convenções internacionais publicados pela IMO.

b)Contentores Intermediários para Granéis (Intermediate Bulk Container - IBC) - são embalagens portáteis rígidas, semi-rígidas ou flexíveis que não se enquadram nas embalagens mencionadas na alínea c) e que têm capacidade igual ou inferior a 3m3 (3000 litros). São projetadas para serem manuseadas mecanicamente e resistirem aos esforços provocados pelo manuseio e pelo transporte, requisito este comprovado por meio de ensaios específicos (homologação).

c)Embalagens - são invólucros ou recipientes de tipo homologado destinados a conter cargas perigosas, tratadas pelo Anexo I do IMDG Code.

d)Explosão em Massa - é aquela que afeta quase toda a carga instantaneamente.

e)Número ONU (UN) - número atribuído pelo Comitê de Peritos em Transportes de Cargas Perigosas das Nações Unidas a cada produto ou substância, visando sua identificação.

f)Unidade de Transporte de Carga (Cargo Transport Unit) - significa um veículo rodoviário de carga, vagão ferroviário de carga, conteiner de carga, veículo rodoviário tanque e vagão ferroviário tanque.

g)Substâncias Danosas (Harmful Substances) - são aquelas substâncias que estão identificadas como poluentes marinhos (marine pollutants) no Código Marítimo Internacional de Produtos Perigosos (Código IMDG), ou que atendam aos critérios apresentados no apêndice do Anexo III da Convenção MARPOL 73/78, como emendada.

h)Embarcações SOLAS - são todas as embarcações mercantes de bandeira brasileira empregadas em viagens marítimas internacionais ou empregadas no tráfego marítimo mercantil entre portos brasileiros, Ilhas oceânicas, terminais e plataformas marítimas, com exceção de:

-embarcações de carga com arqueação bruta inferior a 500;

-embarcações que transportem mais de 12 passageiros com arqueação bruta inferior a 500 e que não efetuem viagens internacionais;

-embarcações de madeira de construção primitiva;

-embarcações sem meios de propulsão mecânica; e

-embarcações de pesca.

0103 -CLASSIFICAÇÃO DAS CARGAS PERIGOSAS

Para efeitos de aplicação deste Capítulo, as cargas perigosas se dividem, de acordo com suas características, em classes, como se segue:

a)CLASSE 1 - Explosivos

A Classe 1 se caracteriza pelo fato de que o tipo de embalagem/invólucro é, em muitos dos casos, um fator determinante do perigo e, portanto, depende da divisão em que a substância se enquadra.

Essa classe tem cinco subdivisões, que correspondem ao distinto perigo que apresentam, a saber:

1)Divisão 1.1 -Substâncias ou produtos que apresentam perigo de explosão em massa.

2)Divisão 1.2 -Substâncias ou produtos que apresentam perigo de projeção, mas não apresentam perigo de explosão em massa.

3)Divisão 1.3 -Substâncias ou produtos que apresentam perigo de incêndio e perigo de produção de pequenos efeitos de onda de choque ou projeção ou ambos os efeitos, mas que não apresentam perigo de explosão em massa. Compreende substâncias ou artigos que:

I)inflamam com grande irradiação de calor, e

II)queimam seqüencialmente, mas sem perigo de projeções ou choque.

4)Divisão 1.4 -Substâncias ou produtos que não apresentam perigo considerável. Os efeitos são confinados à embalagem, sem projeções de fragmentos a distâncias consideráveis. O fogo externo à mesma não deve causar qualquer explosão.

5)Divisão 1.5 -Substâncias muito insensíveis, mas que apresentam perigo de explosão em massa.

As substâncias desta divisão apresentam perigo de explosão em massa, mas são tão insensíveis que, nas condições normais de transporte, apresentam pouca probabilidade de iniciar uma combustão ou que de sua combustão venha a dar origem a uma detonação.

Nota: É mais provável que a combustão dê início a uma detonação, quando se transportam no navio grandes quantidades dessas substâncias. Nesses casos, considera-se a substância como pertencente à Divisão 1.1 no que diz respeito à estiva.

6)Divisão 1.6 -Substâncias extremamente insensíveis que não apresentam perigo de explosão em massa.

b)CLASSE 2 - Gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão

1)Classe 2.1 -Gases inflamáveis;
2)Classe 2.2 -Gases não inflamáveis e gases não tóxicos; e
3)Classe 2.3 -Gases tóxicos.
c)CLASSE 3 - Líquidos Inflamáveis
São misturas de líquidos ou líquidos contendo sólidos em solução ou suspensão (ex: tintas e vernizes) que desprendem vapores inflamáveis em temperaturas inferiores a 61º C (em prova de cadinho fechado) ou 65,6º C (em prova de cadinho aberto) normalmente referido como "ponto de fulgor":
d)CLASSE 4 - Sólidos Inflamáveis
1)Classe 4.1 -Sólidos inflamáveis;
2)Classe 4.2 -Substâncias sujeitas à combustão espontânea; e
3)Classe 4.3 -Substâncias que, em contato com água, emitem gases inflamáveis.
e)CLASSE 5 - Substâncias Oxidantes e Peróxidos Orgânicos
1)Classe 5.1 -Substâncias oxidantes - substâncias que, sozinhas, não são necessariamente combustíveis e podem causar ou contribuir para a combustão de outros materiais; e
2)Classe 5.2 -Peróxidos Orgânicos - são substâncias termicamente instáveis que podem produzir auto-decomposição exotérmica.
f)CLASSE 6 - Substâncias Tóxicas ou Infectantes
1)Classe 6.1 -Substâncias tóxicas - são capazes de causar a morte, sérios ferimentos ou danos à saúde humana quando inalados, ingeridos ou colocados em contato com a pele; e
2)Classe 6.2 -Substâncias infectantes - são as substâncias contendo microorganismos vivos ou suas toxinas que causam ou são passíveis de causar doenças em animais ou no homem.
g)CLASSE 7 - Substâncias Radioativas
São substâncias que emitem radiação. Seu transporte deverá estar de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).
h)CLASSE 8 - Substâncias Corrosivas
São as substâncias que, por ação química, causam danos quando em contato com tecido vivo ou, quando derramadas, causam danos ao navio ou as outras cargas.
i) CLASSE 9 - Substâncias e Materiais Perigosos Diversos
São as substâncias ou materiais perigosos que não se enquadram nas demais classes.
Incluem-se, também, os produtos classificados como "poluentes do mar", que representam perigo à vida no meio aquático, caso ocorra derramamento.
0104 -REQUISITOS PARA O TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS EMBALADAS
A embalagem, segregação, marcação, etiquetagem e rotulação de cargas perigosas embaladas são regidos pelo Código IMDG da IMO.
a)Homologação das Embalagens
1)As embalagens nacionais deverão estar homologadas e certificadas pela DPC, que expedirá o competente certificado de homologação. Nesse certificado constará a marcação "UN" a ser feita nas embalagens.
2)O Catálogo de Material Homologado publica todas as embalagens que se encontram homologadas. Essa listagem encontra-se disponível na página da DPC na internet, no endereço: https://www.marinha.mil.br/dpc/embalagens-homologadas.
3)Os produtos perigosos importados deverão estar contidos em embalagens comprovadamente homologadas pelos respectivos países de origem, de acordo com o IMDG Code, com a respectiva marcação "UN".
4)Empresas no Brasil que tiverem a intenção de expedir produtos ou artigos perigosos com a utilização de embalagens que tenham sido fabricadas e homologadas no exterior, de acordo com o IMDG, deverão ser validadas pela DPC. Tal validação deverá seguir os preceitos contidos nas Normas da Autoridade Marítima para a Homologação de Material - NORMAM-05/DPC, disponível para consulta na página da DPC na internet no endereço: https://www.marinha.mil.br/dpc/normas. Uma vez concluído o processo de validação, a embalagem receberá um certificado de conformidade da DPC, que conterá a marcação UN da Autoridade Marítima Brasileira a ser utilizada nas embalagens.
b)Declaração de Cargas Perigosas
O expedidor de carga perigosa deverá apresentar Declaração de Cargas Perigosas de acordo com o modelo constante do Anexo 1-A, que deverá acompanhar o Manifesto de Carga, comprovando que a carga, como oferecida para o transporte, está apropriadamente embalada, marcada, etiquetada e sinalizada, em conformidade com os requisitos aplicáveis. O expedidor é o responsável pela compatibilidade do produto envasado à embalagem homologada.
A embarcação não poderá receber nem transportar a carga sem o atendimento desta alínea pelo expedidor.
A embarcação não poderá voltar a navegar sem a retirada da carga perigosa de bordo, no local de destino da carga, conforme declarado no Anexo 1-A.
Quando a carga for transportada em contentor ou em veículos, o responsável por sua arrumação também deverá assinar a declaração constante no campo apropriado do modelo do Anexo 1-A.
c)Cargas Radioativas
1)As embarcações transportando cargas radioativas deverão apresentar, para a admissão no porto, a documentação prevista nas normas CNEN-NE 5.01/88 e alterações posteriores, emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.
2)As cargas deverão obedecer às normas de segregação desses materiais, constantes no IMDG, com as distâncias de afastamento aplicáveis;
3)Para a atracação ou liberação da embarcação com produtos da Classe 7 - cargas radioativas, por parte da Capitania (CP), Delegacia (DL) ou Agência (AG) deverá ser apresentada a respectiva autorização emitida pela CNEN. O carregamento ou descarregamento de tais produtos deve ser precedido da adoção de medidas de segurança indicadas por pessoa competente em proteção radiológica. Entende-se por pessoa competente, neste caso, o Supervisor de Proteção Radiológica - SPR qualificado de acordo com as normas de Certificação da Qualificação de Supervisores de Proteção Radiológica da CNEN e alterações posteriores;
4)Observar o Código Internacional para o Transporte Seguro de Combustível Nuclear Irradiado Embalado, Plutônio e Resíduos com Elevado Nível de Radioatividade a Bordo de Navios (Código INF), quando aplicável e sob coordenação dos especialistas da CNEN.
d)Manifesto de Cargas Perigosas (Manifesto de Carga)
Deverá estar disponível na agência da embarcação para ser apresentada à CP, DL ou AG por ocasião do despacho da embarcação, uma relação de todas as cargas perigosas existentes a bordo com as quantidades, tipo de embalagem, número "UN", classe e localização, conforme modelo contido no Anexo 1-B.
Um plano de estiva detalhado, que identifique por classe e indique a localização de todas as cargas perigosas a bordo, deve ser aceito em substituição ao Manifesto de Carga.
As embarcações despachadas por período como, por exemplo, as empregadas na navegação de apoio marítimo, deverão manter a bordo um Plano de Estivagem de Carga Perigosa ou o Manifesto de Carga devidamente atualizado. Tal documento não necessita ser apresentado à CP, DL ou AG, permanecendo válido durante o período de validade do despacho da embarcação.
e)Licença para o Transporte de Cargas Perigosas
Essa licença é aplicável à todas as embarcações de bandeira brasileira que venham ser empregadas no transporte de carga perigosa. O Comandante da embarcação deverá apresentar a solicitação de licença para o transporte por meio de um termo de responsabilidade conforme o Anexo 1-C, onde declara que todos os requisitos de embalagem, documentação, marcação, etiquetagem, amarração e segregação referentes às cargas perigosas transportadas encontram-se cumpridos.
Quando o transporte for efetuado em uma "embarcação SOLAS", conforme definido na alínea h) do item 0102, deverá ser apresentada, juntamente com a solicitação de licença, uma cópia do "Documento de Conformidade" (Document of Compliance) relativo aos requistos especias para o transporte de carga perigosa, exigido pela Regra 19.4 do Capítulo II-2 da SOLAS-74 como emendada, exceto para cargas perigosas das classes 6.2 e 7, e para o transporte de cargas perigosas em quantidades limitadas de acordo com o disposto no Capítulo 3.4 do Código IMDG.
A licença será o próprio termo de responsabilidade depois de rubricado no local apropriado pelo representante da CP, DL ou AG. Essa licença será válida para todos os portos subsequentes, desde que não haja embarque de outras cargas perigosas.
Para as embarcações despachadas por período como, por exemplo, as empregadas na navegação de apoio marítimo, a Licença deve ser requerida à CP, DL ou AG uma única vez por cada período de despacho da embarcação. Tal documento permanecerá válido durante o período de validade do despacho da embarcação devendo, contudo, ser mantido atualizado o Manifesto de Carga conforme estabelecido na alínea d) deste item.
f)Denominação das Cargas Perigosas
Em todos os documentos relativos ao transporte das cargas perigosas embaladas deverá ser usado o "Nome Apropriado para Embarque" (Proper Shipping Name) e a correta descrição dada de acordo com a classificação estabelecida no IMDG Code. Não é permitida a denominação da carga apenas pelo nome comercial.
g)Manual de Peiação da Carga (Cargo Securing Manual)
Nas embarcações SOLAS, tal como definido na alínea h) do item 0102 a carga, unidades de carga e unidades de transporte de carga, deverão ser carregadas, estivadas e peiadas durante toda a viagem, de acordo com o Manual de Peiação da Carga aprovado, o qual deverá atender no mínimo ao padrão contido nas orientações publicadas pela IMO (MSC/Circ.745 ou outra que venha substituí-la).
h)Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ (Material Safety Data Sheet - MSDS)
Os navios transportando cargas perigosas em embalagens deverão possuir, para cada tipo de carga, uma Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ (Material Safety Data Sheet - MSDS).
i)Transporte de cargas perigosas consideradas "substâncias danosas"
O transporte de substâncias danosas deverá atender ao contido no Anexo III da Convenção MARPOL 73/78 como emendado, além das demais disposições aplicáveis deste capítulo.
j)Documento de Conformidade para o transporte de carga perigosa
As embarcações SOLAS, tal como definido na alínea h) do item 0102, deverão portar um documento de conformidade para transporte de carga perigosa, evidenciando que a embarcação cumpre com os requistos especiais de construção e equipamento contidos na Regra 19 do Capítulo II-2 da SOLAS 74 como emendada, exceto para cargas perigosas das classes 6.2 e 7, e para o transporte de cargas perigosas em quantidades limitadas de acordo com o disposto no Capítulo 3.4 do Código IMDG.
0105 -REQUISITOS OPERACIONAIS ADICIONAIS
a)Acesso à Embarcação
O acesso à embarcação deverá estar desimpedido, seja na situação de fundeio ou de atracação.
b)Facilidade para Reboque
Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada ou fundeada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas na proa e na popa, prontos para uso imediato. Deverá também providênciar para que haja facilidades para largar as espias rapidamente, sem auxílio do pessoal de terra.
c)Sinalização
Toda embarcação que esteja efetuando operações de carga ou descarga de produtos inflamáveis ou explosivos deverá exibir, durante o dia, a bandeira BRAVO do Código Internacional de Sinais e, durante a noite, uma luz circular encarnada com alcance de, no mínimo, 3 milhas para embarcações com AB maior que 50 e 2 milhas para embarcações com AB menor ou igual a 50.
d)Condições Meteorológicas Adversas
Não será permitida a movimentação de cargas perigosas quando as condições meteorológicas implicarem aumento do perigo às respectivas cargas, ou à integridade das embalagens.
e)Tripulação
1)Os tripulantes responsáveis pelas operações de carregamento e descarregamento ou aqueles envolvidos no manuseio de cargas perigosas, terão prazo até 30 de abril de 2014 para estarem qualificados e certificados por meio do Curso Especial de Operações com Cargas Perigosas no Trabalho Aquaviário (EOCA), conforme especificado no Anexo C da NORMAM-30/DPC.
Os Oficiais formados nos cursos discriminados a seguir, a partir das datas mencionadas, estão dispensados de se qualificarem pelo curso EOCA, requerido no parágrafo anterior:
-Curso de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON), a partir de Junho/2011;
-Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica (CON-B), a partir de Abril/2012; e
-Curso de Formação de Oficial de Náutica da Marinha Mercante (FONT), a partir de Janeiro/2013.
2)Os tripulantes responsáveis pelas operações de carregamento e descarregamento ou manuseio de cargas perigosas deverão ser treinados, regular e periodicamente, pelas empresas responsáveis pelas operações com cargas perigosas.
0106 -REQUISITOS TÉCNICOS PARA CARGAS PERIGOSAS EMBALADAS
Neste item foram destacados alguns requisitos técnicos contidos no IMDG Code. O atendimento somente destes requisitos não é suficiente e nem eximem o atendimento na íntegra do contido no referido código.
a)Acondicionamento
1)As embalagens ou unidades de carga para o acondicionamento de cargas perigosas deverão estar com sua integridade garantida, sem sinais de violação do fechamento ou lacre. As embalagens apresentando sinais de vazamento deverão ser rejeitadas.
2)Os arranjos de embalagens ou unidades de carga deverão ser feitos de maneira a preservar a integridade e segurança da carga e do pessoal que trabalhe ou transite nas imediações.
3)A altura de empilhamento de embalagens não deverá ser superior a 3 m, salvo no caso de serem empregados dispositivos que permitam alcançar uma altura superior, sem sobrecarregar as embalagens e que evitem o comprometimento da segurança.
4)A arrumação das embalagens deverá ser feita de modo a permitir que uma face marcada e rotulada fique à vista para facilitar a identificação.
5)O fechamento das embalagens contendo substâncias umedecidas ou diluídas deve ser tal que não haja vapor e/ou vazamento.
6)As embalagens deverão atender os requisitos descritos no IMDG Code, quanto aos tipos e limites, assim como serem compatíveis com o produto embalado.
b)Grupos de Embalagem
As cargas perigosas, exceto das classes 1, 2, 6.2 e 7, são divididas em três grupos de acordo com a periculosidade do produto envasado:
- Grupo I -Cargas que representam alta periculosidade;
- Grupo II -Cargas que representam média periculosidade; e
- Grupo III -Cargas que representam baixa periculosidade.
Isto influencia em todas as disposições relativas à construção e à prova de idoneidade dos diferentes tipos de embalagem/envasamentos normalizados e os invólucros que poderão ser aceitos para o transporte.
c)Homologação para o Transporte de Cargas Perigosas
1)As embalagens, contentores intermediários e tanques deverão estar homologados pela Autoridade Marítima do país de origem, caso a carga proceda do exterior. As embalagens para expedição a partir de portos brasileiros deverão estar homologadas ou validadas pela DPC.
2)O expedidor deverá apresentar uma cópia do certificado de homologação emitido pela DPC, dentro da validade, relativo à embalagem ou unidade de transporte.
d)Marcação das Embalagens
As embalagens contendo cargas perigosas deverão estar marcadas de modo duradouro, que permita que elas permaneçam por, no mínimo, 3 meses quando imersas em água. Elas deverão estar com o nome técnico correto (não serão aceitos apenas nomes comerciais).
Deverão constar, também, o número "UN" correspondente e os caracteres que retratem a homologação da embalagem de acordo com o IMDG.

A marcação deverá conter o símbolo das Nações Unidas "UN", seguido de duas linhas contendo códigos.

1)A primeira linha conterá:

I)O código do tipo da embalagem, conforme o contido no Código IMDG;

II)A designação X (alto perigo), Y (médio perigo) ou Z (baixo perigo), sendo:

-X para produtos dos grupos de embalagem I, II e III;

-Y para produtos dos grupos de embalagem II e III; e

-Z para produto do grupo de embalagem III, acompanhada da

densidade relativa do líquido usado para teste, caso seja para líquidos. Este dado poderáv ser omitido se a densidade for inferior a 1,2. No caso de sólidos, deverá constar a massa bruta em kg;

III)A letra "S", quando a embalagem for testada para o transporte de sólidos. Para o caso de líquidos, o valor da pressão hidráulica em KPa, arredondado para o múltiplo de 10 KPa mais próximo, quando a embalagem for aprovada nesse teste; e

IV)Os dois dígitos do ano de fabricação da embalagem.

Quando a embalagem for recondicionada, deverá conter a letra "R" e o ano do recondicionamento.

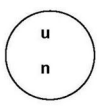
2)A segunda linha conterá:

I)A sigla do país onde foram realizados os testes de homologação;

II)A sigla do fabricante da embalagem; e

III)O código da autoridade competente responsável pela homologação, seguida do número do certificado de homologação da embalagem.

3)Exemplo de marcação adotada no Brasil (figura 1.1):




1G/Y 145/S/96 (ano de fabricação)

BR/VL/DPC-038/95

**FIGURA 1-1: Exemplo de Marcação**

Trata-se de um tambor de papelão (1G) destinado ao transporte de cargas perigosas dos grupos de embalagem II e III (Y), testada com massa bruta de 145 kg (145), destinada a conterem sólidos (S) e fabricada em 1996 (96). Homologada no Brasil (BR), fabricada pela VAN LEER (VL) e foi homologada pela DPC, possuindo o Certificado de Homologação nº 038/95 (DPC - 038/95).

4)A marcação deverá ser feita em, pelo menos, duas faces ou lados das embalagens ou unidades de carga.

e)Rotulagem

1)A rotulagem deverá ser executada em conformidade com os símbolos padronizados pelas Nações Unidas, de acordo com o Código IMDG.

2)No caso de emprego de placas (reaproveitáveis) para a identificação de cargas perigosas em unidades de carga ou transporte, estas deverão ter a outra face em branco.

f)Sinalização

Os locais de armazenamento de cargas perigosas inflamáveis deverão estar sinalizados com cartazes determinando a proibição do fumo, informando os cuidados especiais de manuseio da carga e para a proteção humana

h)Segregação

As diversas classes e subclasses de cargas perigosas, incompatíveis entre si, deverão estar devidamente afastadas uma das outras. Tal medida visa evitar a interação dos conteúdos no caso de vazamento em acidente que, reagindo entre si, poderiam causar um dano ainda maior. Deverá ser seguida a tabela de segregação constante do Código IMDG .

0107 -INFORMAÇÕES EM CASO DE INCIDENTES

Quando da ocorrência de um incidente envolvendo a perda ou a probabilidade de perda para o mar de uma carga perigosa, tal fato deverá ser informado imediatamente à CP, DL ou AG de jurisdição da área onde tenha ocorrido o incidente, bem como às demais autoridades competentes, conforme as seguintes situações:

-quando se tratar de material radioativo, deverá ser informada a CNEN e o órgão ambiental; e

-quando não se tratar de material radioativo, deverá ser informado apenas o órgão ambiental.

Deverão ser seguidos os procedimentos previstos nas "Guidelines for reporting incindents involving dangerous goods, harmful substances and/or marine pollutants" - Resolução A.851(20) da IMO, ou outra que venha substituí-la.

0108 -EMBARCAÇÕES DE BANDEIRA ESTRANGEIRA

a)As embarcações de bandeira estrangeira quando transportando cargas perigosas embaladas, deverão apresentar a seguinte documentação:

1)Documento de Conformidade (Document of Compliance) para transporte de cargas perigosas, conforme previsto no Capítulo II-2 da Convenção SOLAS 74, como emendada, exceto para cargas das classes 6.2 e 7, e para cargas perigosas em quantidades limitadas conforme definido no capítulo 3.4 do Código IMDG ;

2)Manifesto ou lista especial de carga, conforme previsto no Capítulo VII da Convenção SOLAS 74 e e Anexo III da Convenção MARPOL 73/78, como emendadas. O referido documento poderá ser substituído por plano detalhado de estivagem;

3)Certificado ou declaração acerca da carga a ser embarcada, conforme previsto no Capítulo VII da Convenção SOLAS 74 e no Anexo III da Convenção MARPOL 73/78, como emendadas; e

4)A documentação prevista no Regulamento para o Transporte com Segurança de Materiais Radioativos da Agência Internacional de Energia Atômica. A referida documentação deverá ser analisada por representante da CNEN.

5)Os navios transportando cargas perigosas em embalagens deverão possuir, para cada tipo de carga, uma "Material Safety Data Sheet" - MSDS.

b)Os documentos listados nos incisos 1), 2), 3) e 5) deverão ser verificados, nos modelos previstos pela Autoridade Marítima do país de bandeira.

c)Os documentos mencionados nos incisos 2) e 3) da alínea a) previstos na Convenção SOLAS 74 e no Anexo III da MARPOL 73/78, como emendadas, poderão ser combinados em um único documento. Neste caso, deverá ser feita distinção clara entre as cargas perigosas e as substâncias danosas (marine pollutants).

CAPÍTULO 2

TRANSPORTE DE CARGAS SÓLIDAS PERIGOSAS A GRANEL

0201 -APLICAÇÃO

Este capítulo se aplica às embarcações de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira, independente do valor de sua arqueção bruta, conforme definido na Parte A-1 do Capítulo VII da Convenção SOLAS 74, como emendada.

0202 -REGULAMENTAÇÃO

O transporte de cargas sólidas perigosas a granel deverá atender aos seguintes regulamentos:

a)Código Internacional Marítimo para Cargas Sólidas a Granel - IMSBC Code, como emendado (International Maritime Solid Bulk Cargoes Code);

b)Código de Práticas para o Carregamento e Descarregamento Seguros de Navios Graneleiros - BLU Code, como emendado (Code of Practice for the Safe Loading and Unloading of Bulk Carriers);

c)Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar - SOLAS 74, como emendada; e

d)Guia Médico de Primeiros Socorros para Uso em Acidentes Envolvendo Cargas Perigosas - MFAG, adotado pela MSC/Circ.857 da IMO, ou outra que venha substituí-la.

0203 -DEFINIÇÃO

Carga sólida perigosa a granel significa qualquer material, que não seja líquido ou gás, consistindo de uma combinação de partículas, grânulos ou quaisquer pedaços maiores de material, geralmente de composição uniforme, que estejam enquadrados no Código IMDG, e que seja carregado diretamente nos espaços de carga do navio sem qualquer tipo de forma de acondicionamento, incluindo esse tipo de material quando carregado numa barcaça ou num navio transportador de barcaças.

0204 -TRANSPORTE DE MATERIAL RADIOATIVO

O transporte de material radioativo sólido a granel deverá atender ao regulamento listado a seguir, além dos descritos no item 0202:

-Normas para Transporte de Materiais Radioativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear CNEN - NE 5.01/88 e CNEN - 13/88.

0205 -DOCUMENTAÇÃO

Em todos os documentos relativos ao transporte de cargas sólidas perigosas a granel o "Nome para Embarque de Carga a Granel" (Bulk Cargo Shipping Name - BCSN) do produto deve ser usado. Não é permitido o uso apenas do nome comercial.

Cada embarcação transportando carga sólida perigosa a granel deverá portar uma Lista ou Manifesto discriminando as cargas perigosas a bordo e suas respectivas localizações. Um plano de estivagem detalhado, que identifique as cargas por classes e discrimine a localização de todas as cargas perigosas a bordo, pode ser utilizado em substituição à Lista ou Manifesto. Uma cópia de um desses documentos deve ser entregue à CP, DL ou AG de jurisdição do porto antes da saída da embarcação. Quando se tratar de material radioativo, uma cópia também deverá ser fornecida à CNEN.

0206 -ESTIVAGEM E SEGREGAÇÃO

As cargas sólidas perigosas a granel devem ser carregadas e estivadas de maneira segura e apropriada em conformidade com a natureza das cargas. Cargas incompatíveis deverão ser segregadas umas das outras. Deverão ser seguidos os requistos aplicáveis dos regulamentos mencionados no itens 0202 e 0204, quando aplicáveis.

As cargas sólidas perigosas a granel sujeitas ao aquecimento ou à combustão espontânea não deverão ser transportadas, a menos que sejam tomadas precauções apropriadas para minimizar a ocorrência de incêndio.

As cargas que desprendam vapores perigosos deverão ser estivadas num espaço de carga com ventilação adequada.

0207 -INFORMAÇÕES EM CASOS DE INCIDENTES

Quando da ocorrência de um incidente envolvendo a perda ou a probabilidade de perda para o mar de uma carga sólida perigosa a granel, deverão ser seguidos os procedimentos descritos no item 0107 desta norma.

CAPÍTULO 3

TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS NOCIVAS A GRANEL

0301 -APLICAÇÃO

Este capítulo se aplica aos navios químicos de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira quando transportando substâncias líquidas nocivas do Capítulo 17 do Código Internacional de Produtos Químicos a Granel - IBC Code.

0302 -DEFINIÇÕES

Para efeitos exclusivamente de aplicação deste Capítulo, são adotadas as seguintes definições:

a)Código Internacional de Produtos Químicos a Granel - IBC Code (International Bulk Chemical Code) - significa o Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios Transportadores de Produtos Químicos Perigosos a Granel (International Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Dangerous Chemicals in Bulk), adotado pelo Comitê de Segurança da IMO pela Resolução MSC.4(48) e pelo Comitê de Proteção do Meio Ambiente pela Resolução MEPC.19(22), como emendadas.

b)Código de Produtos Químicos a Granel - BCH Code (Bulk Chemical Code) - significa o Código para a Construção e Equipamento de Navios Transportadores de Produtos Químicos Perigosos a Granel (Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Dangerous Chemicals in Bulk), adotado pelo Comitê de Segurança da IMO pela Resolução MSC.4(48) e pelo Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho pela Resolução MEPC.20(22), como emendadas.

c)Substância Líquida Nociva (Noxious Liquid Substance) - NLS - significa qualquer substância indicada na coluna Categoria de Poluição do Capítulo 17 ou 18 do Código IBC, ou provisoriamente avaliada de acordo com as disposições da Regra 6.3 do Anexo II da Convenção MARPOL 73/78, como enquadrada nas Categorias X, Y ou Z.

d)Navio Químico (Chemical Tanker) - significa um navio de carga construído ou adaptado e utilizado para o transporte a granel de qualquer produto listado no Capítulo 17 do IBC Code.

e)Certificado de Conformidade para o Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel - Certificado de Conformidade - (Certificate of Fitness) - é o Certificado previsto no Código IBC ou BCH.

f)Certificado NLS ( NLS Certificate) - é o Certificado Internacional de Prevenção da Poluição para o Transporte de Substâncias Líquidas Nocivas a Granel, previsto no Anexo II da Convenção Marpol 73/78, como emendada.

0303 -REQUISITOS PARA O TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS NOCIVAS

Os navios químicos transportando substâncias líquidas nocivas do Capítulo 17 do Código IBC deverão cumprir com os requisitos constantes do referido código ou constantes do Código BCH em função de sua data de construção, conforme definido na Regra 11 do Capítulo 4 da Convenção MARPOL 73/78 e na Regra 9 da Parte B do Capítulo VII da Convenção SOLAS 74, como emendadas.

0304 -CERTIFICAÇÃO

a)Os navos químicos transportando NLS do capítulo 17 do Código IBC, deverão portar o Certificado de Conformidade (Certificate of Fitness) previsto naquele Código ou no Código BCH, conforme aplicável.

Quando transportando cargas somente do Capítulo 18 do Código IBC, os navios químicos poderão operar apenas com o Certificado NLS (NLS Certificate) previsto no Anexo II da Marpol 73/78, como emendada.

b)Outros navios que não sejam navios químicos, quando transportando NLS do Capítulo 18 do Código IBC, deverão portar o Certificado NLS (NLS certificate).

c)As embarcações de apoio marítimo, quando transportando produtos do Apêndice 1 da Resolução A.673(16) da IMO - "Guidelines for the Transport and Handling of Limited Amounts of Hazardous and Noxious Liquid Substances in Bulk on Offshore Support Vessels", como emendada, ou outros produtos devidamente autorizados, deverão portar o Certificado previsto no Apêndice 2 daquela Resolução e cujo modelo encontra-se também na NORMAM-06.

0305 -INFORMAÇÕES EM CASOS DE INCIDENTES

Quando da ocorrência de um incidente envolvendo a perda ou a probabilidade de perda para o mar de uma NLS, deverão ser seguidos os procedimentos descritos no item 0107 desta norma.

CAPÍTULO 4

TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL

0401 -DEFINIÇÕES

a)Código Internacional para Navios Gaseiros (International Gas Carrier Code) - Código IGC (IGC Code) - significa o Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios Transportadores de Gases Liquefeitos a Granel (International Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk) da IMO, adotado pelo Comitê de Segurança Marítima pela Resolução MSC.5(48).

b)Código para Navios Gaseiros (Gas Carrier Code) - Código GC - significa o Código para a Construção e Equipamento de Navios Transportadores de Gases Liquefeitos a Granel (Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk) da IMO, adotado pela Resolução A.318(IX), como emendada.

0402 -APLICAÇÃO

Este capítulo se aplica aos navios de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira quando transportando gases liquefeitos a granel.

0403 -REQUISITOS PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL

Os navios transportando gases liquefeitos a granel construídos em 1 de julho de 1986 ou após, deverão atender aos requisitos do Código IGC, enquanto que os navios construídos antes daquela data deverão atender ao Código GC

0404 -CERTIFICAÇÃO

Os navios transportando gases liquefeitos a granel, deverão possuir os Certificados de Conformidade (Certificate of Fitness) previstos no Códigos IGC ou GC, conforme aplicável.

CAPÍTULO 5

TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR IRRADIADO EMBALADO, PLUTÔNIO E RESÍDUOS COM ELEVADO NÍVEL DE RADIOATIVIDADE

0501 -DEFINIÇÕES

a)Código INF (INF Code) - significa o Código Internacional para o Transporte Seguro de Combustível Nuclear Irradiado Embalado, Plutônio e Resíduos com Elevado Nível de Radioatividade a Bordo de Navios, adotado pelo Comitê de segurança Marítimo da IMO pela Resolução MSC.88(71), como emendada.

b)Carga INF (INF Cargo) - significa combustível nuclear irradiado, plutônio e resíduos com elevado nível de radioatividade , transportados como carga de acordo com a classe 7 do Código IMDG

c)Combustível nuclear irradiado - significa um material contendo isótopos de urânio, tório e/ou plutônio, os quais tenham sido usados para manter uma reação nuclear em cadeia auto-sustentável.

d)Plutônio (Plutonium) - significa a mistura de isótopos resultante desse material extraído de um combustível nuclear irradiado de um reprocessamento.

e)Resíduos com elevado nível de radioatividade (High-level radioactive wastes) - significa os resíduos líquidos resultantes da operação do primeiro estágio do sistema de extração, ou resíduos concentrados de estágios subsequentes de extração, numa instalação para reprocessamento de combustível nuclear irradiado, ou sólidos nos quais tais resíduos líquidos tenham sido convertidos.

0502 -APLICAÇÃO

Este capítulo se aplica às embarcações de bandeira brasileira ou estrangeira, independente de sua data de construção ou porte, incluindo navios de carga com arqueção bruta inferior a 500, quando transportando cargas INF.

Este capítulo não se aplica aos navios de guerra, navios de guerra auxiliares ou outros navios de propriedade ou operados por um governo contratante da Convenção SOLAS 74, e usado somente em serviço governamental não-comercial. Entretanto, tais navios quando transportando cargas INF deverão, tanto quanto praticável e razoável, agir de maneira consistente com o estabelecido neste capítulo.

0503 -REQUISITOS PARA O TRANSPORTE DE CARGAS INF

Um navio transportando carga INF deverá atender aos requisitos do Código INF e norma CNEN-NE 5.01/88 e alterações posteriores, em adição à quaisquer outros requisitos que lhe forem aplicáveis, e deverá possuir o respectivo Certificado requerido por aquele Código.

0504 -INFORMAÇÕES EM CASOS DE INCIDENTES

Quando da ocorrência de um incidente envolvendo a perda ou a probabilidade de perda para o mar de uma carga INF, deverão ser seguidos os procedimentos descritos no item 0107.

**ANEXO 1-A**

**DANGEROUS GOODS DECLARATION**

DECLARAÇÃO DE CARGAS PERIGOSAS

This form may be used as dangerous goods declarations as it meets the requirements of SOLAS 74, chapter VII, regulation 4; MARPOL 73/78, Annex III, regulation 4.
(Este formulário pode ser utilizado como Declaração de Produtos Perigosos já que atende as exigências do SOLAS 74, Capítulo VII, regra 4; MARPOL 73/78, Anexo III, regra 4.)

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 Shipper / Consignor / Sender *(Embarcador / Expedidor)* | | | | 10 Vessel and Voyage# *(Navio e No Viagem)* |
| 2 Transport document number *(Número do documento de transporte)* | 3 Page / Total Pag. (Pág. / Total de Pág.) | 5 Freight forwarder's reference *(Ref. do Agente de Carga)* | | 11 Port of Loading *(Porto de embarque)*** |
| 6 Consignee *(Consignatário)* | | | | 12 Port of Discharge *(Porto de descarga)**** |
| 4 Shipper's Reference *(Rerência do Expedidor)* | | 7 Carrier (to be completed by the carrier) *(Transportador (a ser completado pelo Transportador))* | | 13 Destination *(Destino)* |
| 9 Additional handling information *(Informações adicional de Manuseio)* | | | | |

**SHIPPER'S DANGEROUS GOODS DECLARATION *(DECLARAÇÃO DO EXPEDIDOR)***

I hereby declare that the contents of this consignment are fully and accurately described below by the Proper Shipping Name, and are classified, packaged, marked and labelled / placarded and are in all respects in proper condition for transport according to the applicable international and national government regulations.

(Pelo presente documento, declaro que o Nome Apropriado para Embarque abaixo descrito corresponde com exatidão ao conteúdo desta remessa estando devidamente classificada, embalada (embalagens aprovadas), marcada, rotulada e está sob todos os aspectos adequadamente acondicionada para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento, transbordo e transporte de acordo com os regulamentos nacionais e internacionais aplicáveis.)

| 14 Shipping marks (Dados da carga) | * Number and kind of packages; description of the goods * Número e tipo de embalagens descrição das mercadorias | DG Gross mass (kg) (Peso Bruto (Kg)) | DG Net mass (kg) (Peso líquido (Kg)) | Cube (m3) (Volume (m3)) |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

| 22 Name of company (Of Shipper Preparing This Note) (Nome da companhia (do expedidor que preparou esta nota)) | Name of declarant *(Nome do declarante / expedidor)* | Place and date *(Local e data)* | Signature of declarant *(Assinatura do declarante / expedidor)* |
|---|---|---|---|

| 15 Container Identification # *(No de identif. do container)* | 16 Seal Number(s) *(Núm Do Lacre)* | 17 Container size & type *(Tamanho e tipo do Container)* | 18 Container tare (kg) *(Tara do container (kg))* | 19 Container gross weight (including tare) (kg) *(Peso bruto do cntr (incluindo tara)(kg))* |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

**CONTAINER PACKING CERTIFICATE *(DECLARAÇÃO DE ARRUMAÇÃO DO CONTAINER)***

I hereby declare that the goods described above have been packed/loaded into the container identified above in accordance with applicable provisions**
(Pelo presente documento, declaro que as mercadorias acima descritas foram embaladas e acondicionadas no container acima indentificado em acordância com os regulamentos aplicáveis**)

MUST BE COMPLETED AND SIGNED FOR ALL CONTAINER LOADS BY PERSON RESPONSIBLE FOR PACKING/LOADING
(DEVE SER PREENCHIDO E ASSINADO PARA TODOS OS CARREGAMENTOS DE CONTAINERS, PELA PESSOA RESPONSÁVEL PELA ESTUFAGEM.)

| 20 Name of company *(Nome da Companhia)* | Name of declarant *(Nome do Declarante)* | Place and date *(Local e data)* | Signature of declarant *(Assinatura do Declarante)* |
|---|---|---|---|
| | | | |

* DANGEROUS GOODS (*CARGAS PERIGOSAS.)
You must specify: Proper Shipping Name, hazard class, UN No., packing group, (where assigned) marine pollutant and observe the mandatory requirements under applicable national and international governmental regulations. For the purposes of the IMDG Code see Chapter 5.4 of Documentation.
(Tem que estar especificado: "Proper Shipping Name" (nome apropriado para embarque), Classe de Risco, Número ONU, grupo de embalagem, (onde exigido) Poluente Marítimo e observar os requisitos obrigatórios dos regulamentos governamentais nacionais e internacionais. Para efeitos do código IMDG, veja o Capítulo 5.4 - Documentação).
** For the purposes of the IMDG Code, see 5.4.2 (** vide parágrafo 5.4.2 do Código IMDG ).
*** When referring to OSV voyages from platforms, this item must be completed with the name of the unit where the cargo has been loaded.
(Quando se tratar de viagens efetuadas por embarcações empregadas no apoio marítimo retornando das plataformas, este campo deverá ser preenchido com o nome da unidade onde a carga foi recebida.)
**** When referring to OSV voyages to platforms, this item must be completed with the name of the unit where the cargo will be discharged.
(Quando se tratar de viagens efetuadas por embarcações empregadas no apoio marítimo com destino às plataformas, este campo deverá ser preenchido com o nome da unidade onde a carga será descarregada.)



**ANEXO 1-B**

**MANIFESTO DE CARGAS PERIGOSAS ***
(*DANGEROUS GOODS MANIFEST*) * **Pág.** / (*Page*) /

| Nome do Navio (*Name of ship*) | Número IMO (*IMO Number*) | Nacionalidade do Navio (*Flag of ship*) | Nome do Comandante (*Master Name*) |
|---|---|---|---|
| | | | |

| Ref. da Viagem (*Voyage Reference*) | Porto de Carreg. (*Port of Loading*) | Porto de Descarreg. (*Port of Discharge*) | Agente de Embarque (*Shipping Agent*) |
|---|---|---|---|
| | | | |

| Nº do livro de referencia | Marca e numeração Nº do Container Nº do Veiculo | Quantidade e tipo de Embalagens | Nome Apropriado para Embarque | Classe | Nº ONU | Grupo da Embalagem | Risco Secundário | Ponto de Fulgor (c.f.) ºC | Poluente Marinho | Peso Bruto (Kg) | Procedimento de Emergência | Posição de Estocagem a Bordo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Booking/ Reference Number | Marks &Numbers Containers ID NO | Number and Kind ofPackages | Proper Shipping Name | Class | UN Number | Packing Group | Subsidiary Risk(s) | Flash-Point °C(c.c.) | Marine Pollutant | Mass Gross (Kg) | EmS | Stowage Position On Board |
| | | | | | | | | | | | | |

**Assinatura do Agente** _____ (Agent's Signature)

**Assinatura do Comandante** _____ (Master's Signature)

**Local e Data** _____ (Place and Date)

**Local e Data** _____ (Place and Date)

* De acordo com a Regra 4.5 do Capítulo VII do SOLAS 74; Regra 4(3) do Anexo III da MARPOL 73/78 e Capítulo 5.4, parágrafo 5.4.3.1 do IMDG CODE
(As required by SOLAS 74, Chapter VII, Regulation 4.5; MARPOL 73/78, Annex III, Regulation 4(3) and Chapter 5.4, paragraph 5.4)



**ANEXO 1-C**

**MARINHA DO BRASIL**
**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**
**PARA O TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS EMBALADAS**

Conhecimento da CP/DL/AG:
(Carimbo da OM)

.....
Rubrica do Representante do Agente da Autoridade Marítima

Eu,..... (nome completo) ,..... (categoria)
ciente das minhas responsabilidades como Comandante da embarcação denominada
..... .....
pertencente à Companhia ..... sediada na
Cidade..... Estado ....., inscrita na
..... sob o nº..... , e registrada no Tribunal Marítimo
sob o nº..... , declaro que verifiquei cuidadosamente toda a carga perigosa embarcada, no que diz respeito às condições de embalagem, marcação e etiquetagem, bem como assumo inteira responsabilidade pelo seu manuseio, segregação, localização e amarração, observando todos os requisitos de segurança estabelecidos pelas normas da Autoridade Marítima.

..... , em..... de..... de .....

.....
Nome do Comandante (legível)

.....
Assinatura do Comandante

Distribuição: 1ª Via - Capitania (CP), Delegacia (DL) ou Agência (AG) de despacho;
2ª Via - Pasta de despacho do Navio;
3ª Via - Comandante do Navio.



**PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 24, DE 11 DE AGOSTO DE 2021**

Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material - NORMAM-05/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Aprovar a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material (NORMAM-05/DPC), que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 12.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 21/DPC, de 29 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

**MARINHA DO BRASIL**
**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

# NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA HOMOLOGAÇÃO DE MATERIAL

# NORMAM-05/DPC

**- 2003 -**

**NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA HOMOLOGAÇÃO DE MATERIAL**

**FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES**

| NÚMERO DA MODIFICAÇÃO | EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA | PÁGINAS AFETADAS | DATA DA ALTERAÇÃO | RUBRICA |
|---|---|---|---|---|
| Mod 1 | Portaria nº 80/DPC, de 05 de outubro de 2004 | 1-5 e diversas | 15/10/2004 | |
| Mod 2 | Portaria nº 93/DPC, de 29 de outubro de 2004 | 1-B-1 | 19/11/2004 | |
| Mod 3 | Portaria nº 71/DPC, de 16 de setembro de 2005 | 1-A-1 | 23/09/2005 | |
| Mod 4 | Portaria nº 14/DPC, de 06 de fevereiro de 2006 | Cap. 1; Cap. 2; Cap. 3 e Anexos | 24/04/2006 | |
| Mod 5 | Portaria nº 40/DPC, de 21 de março de 2007 | Capa, 5-1 a 5-3 e diversas | 23/03/2007 | |
| Mod 6 | Portaria nº 94/DPC, de 02 de setembro de 2008 | Cap.2; Cap.4; e An 2-F | 08/09/2008 | |
| Mod 7 | Portaria nº 129/DPC, de 02 de dezembro de 2008 | 3-40 e 5-A-1 | 04/12/2008 | |
| Mod 8 | Portaria nº 178/DPC, de 24 de agosto de 2010 | 2-44 | 26/08/2010 | |
| Mod 9 | Portaria nº 428/DPC, de 22 de dezembro de 2016 | Anexo 4-A Cap - 4 | 23/12/2016 | |
| Mod 10 | Portaria nº 230/DPC, de 3 de agosto de 2017 | Cap. 3; An 1-A; An 1-B; Na-3-C e Inclusão: Cap.6; e Anexos de 6-A a 6-H do Cap.6; | 04/08/2017 | |
| Mod 11 | Portaria nº 21/DPC, de 29 de janeiro de 2020 | Cap. 5 Inclusão: Anexo 5-B; e Anexo 5-C. | 31/01/2020 | |
| | | | | |

CAPÍTULO 1

GENERALIDADES

0101 - PROPÓSITO

Estabelecer normas, requisitos de fabricação, testes de avaliação e procedimentos para homologação de material, embalagem para transporte de produtos perigosos e autorização para funcionamento de estações de manutenção de equipamentos de salvatagem, em atendimento ao contido na Lei 9.537 de 11 de dezembro de 1997.

0102 - DEFINIÇÕES

a) Estações de Manutenção - oficinas de reparos navais devidamente autorizadas pela DPC para revisar e/ou reparar os equipamentos de salvatagem e os dispositivos automáticos de escape, assegurando que o material esteja de acordo com a regra III/20 da Convenção SOLAS 74 como emendada, resolução A.761 (18) da IMO, Normas da Autoridade Marítima, e demais regulamentações aplicáveis e instruções específicas dos fabricantes.

b) Fabricantes - são considerados fabricantes, para o fim de aplicação desta norma, aqueles que possuírem, em sua linha de produção, materiais, equipamentos ou embarcações cujos requisitos devam ser certificados pela Autoridade Marítima, de acordo com a Convenção SOLAS 74 como emendada ou Resoluções da IMO e demais códigos aplicáveis à homologação de material, equipamentos e embarcações, ou por regulamentação da Diretoria de Portos e Costas, sendo responsáveis jurídica e tecnicamente pelo produto final.

c) Material - todo componente, acessório, dispositivo, equipamento ou outro produto cuja homologação pelo Governo Brasileiro seja requerida por regulamentos nacionais e internacionais, para aplicação em embarcações (incluindo plataformas), e em atividades náuticas esportivas.

d) Embalagens - são invólucros ou recipientes destinados a conter mercadorias perigosas, regulamentadas no Código Internacional Marítimo para Mercadorias Perigosas ("IMDG Code"). São consideradas como material para efeitos desta norma.

0103 - PENALIDADES

As infrações a esta norma, que sejam as constatadas nos atos das ocorrências ou mediante apuração posterior, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei 9537/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA) e sua regulamentação.

A DPC poderá, em função da gravidade da infração, vir a cancelar o(s) certificado (s) ou autorização(ões) emitido(s), bem como retirar ou cancelar o lançamento do registro no Catálogo de Material Homologado.

0104 - INDENIZAÇÕES

As despesas com os serviços a serem prestados pela DPC, em decorrência da aplicação desta norma, tais como vistorias, análises de planos, testes, homologação de equipamentos, pareceres, perícias, emissão de certificados e outros, serão indenizadas pelos interessados, de acordo com os valores vigentes, constantes no Anexo1-A e deverão ser pagos, de acordo com a sistemática em vigor.

0105 - COMPETÊNCIA PARA SOLICITAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

A homologação de material só poderá ser requerida pela empresa fabricante.

0106 - ETAPAS DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO

O processo de homologação de material se dará em três etapas, como a seguir:

a) Análise da Documentação Técnica

Etapa em que serão verificados os documentos encaminhados anexados ao requerimento (Anexo 1-B), e efetuada a sua análise quanto ao atendimento à presente norma e encaminhada a cobrança das indenizações.

b) Acompanhamento dos Testes de Protótipos

Etapa em que o fabricante promoverá os testes, baseando-se integralmente na planilha de testes previamente analisada e aprovada pela DPC, os quais serão acompanhados por peritos designados por esta Diretoria. Os protótipos do modelo deverão ser coletados, preferencialmente, diretamente da linha de fabricação da unidade que os produz.

c) Inspeção Final e Emissão de Certificado

Etapa em que será procedida a análise dos relatórios dos testes, e efetuada uma inspeção final no produto, de modo a subsidiar a emissão do respectivo Certificado de Homologação. A inspeção final poderá ser realizada na etapa b, quando será efetuada a verificação da conformidade do modelo testado, com os desenhos e dados constantes do Memorial Descritivo.

O processo referente à autorização para funcionamento das Estações de Manutenção seguirá sistemática própria que se encontra no Capítulo 5 destas Normas.

0107 - TESTES

a) Locais, Laboratórios ou Entidades para Condução de Testes

A contratação dos locais, laboratórios ou entidades para a realização de testes requeridos para homologação dos produtos será da responsabilidade da empresa requerente, inclusive com relação às despesas decorrentes. Essa contratação, contudo, deverá ser submetida anteriormente à DPC, que irá avaliar a sua adequação, capacidade e condições técnicas para realização dos testes; para tal valer-se-á da comprovação de adequação às normas da ABNT pertinentes, podendo vir a exigir o credenciamento junto ao INMETRO ou outro órgão fiscalizador competente.

b) Programação dos Testes

1) Os testes para homologação do material serão realizados em datas e locais estabelecidos de comum acordo com a DPC. A programação deverá ser confirmada ,com antecedência mínima de quinze(15) dias; devendo as passagens aéreas e o comprovante de quitação das indenizações, serem entregues com antecedência de cinco dias úteis.

2) Quando um lote de material for apresentado à DPC para inspeção, estará implícito que o fabricante cumpriu todos os requisitos da presente norma. Os testes efetuados pela DPC não têm o escopo de substituir ou eliminar a necessidade do fabricante de proceder a testes e inspeção completa, de modo a garantir e manter a qualidade durante a fabricação do produto.

3) A DPC poderá inspecionar qualquer área da fábrica onde o produto ou seus componentes estejam sendo produzidos. Os inspetores poderão, também, recolher amostras de material utilizado na fabricação, para realização de testes (ver item 0115).

4) A instrumentação empregada nos testes deverá possuir aferição, com erro máximo de 1%, ser dotada de Certificados de Aferição, emitidos por entidades credenciadas, cujas cópias deverão estar à disposição do perito, assim como sensibilidade mínima conforme abaixo especificada:

Para medidas de pressão (manométrica): 0,1 kgf/cm2

Para medidas de massa: 0,1 kg

Para medidas de temperatura: 0,5º C

Para medidas de força: 0,5 N

0108 - ALTERAÇÕES EM MATERIAL HOMOLOGADO

a) Qualquer alteração em material homologado pretendida pelo fabricante, após a emissão do respectivo Certificado de Homologação, deverá ser requerida à DPC.

b) Após a análise técnica da alteração pretendida, a DPC irá informar ao solicitante como proceder, podendo exigir novo processo de homologação.

c) Se a alteração pretendida implicar em alteração do memorial descritivo e/ou desenhos e desde que não venha a exigir novos testes, tal alteração poderá ser introduzida no corpo do novo Certificado de Homologação, sendo, entretanto, mantida a mesma numeração, seguida da expressão "Rev." (revisão) e uma sequência numérica.

d) Se a alteração for de grande envergadura, como por exemplo, devido a alterações de normas, convenções e códigos que nortearam a homologação do equipamento, o Certificado de Homologação será cancelado ensejando-se novo processo e novo número de Certificado de Homologação; tal substituição constará tanto no corpo do novo certificado como também nos desenhos.

0109 - RESPONSABILIDADE NA CONDUÇÃO DOS TESTES

a) É da total responsabilidade do fabricante ou seu representante legal, a ocorrência de qualquer acidente com pessoal ou com danos materiais, inclusive a terceiros, ocorridos em função da realização dos testes e avaliações previstas na presente norma.

b) O fabricante ou seu representante legal é responsável por prover os recursos necessários de segurança (de acordo com as Normas Reguladoras competentes) e primeiros socorros, para a realização de testes que impliquem em risco para o pessoal envolvido.

0110 - CERTIFICADOS DE HOMOLOGAÇÃO

a) O modelo de Certificado de Homologação para embalagens é o constante do Anexo 2-A, e para os demais materiais e equipamentos, é o modelo constante do Anexo 3-A. Os Certificados de Homologação serão expedidos em duas vias, original e cópia. O original será entregue ao Fabricante, ou seu preposto (mediante autorização específica), acompanhado dos desenhos, endossados por carimbo, conforme modelo do Anexo 1-C e do "Relatório de Testes" (de acordo com os itens 0261, 0320 ou 0402). Ficarão arquivados na DPC a cópia do Certificado, juntamente com uma via da documentação constante do processo;

b) Os Certificados de Homologação das embalagens informarão a marcação "UN" que as caracterizará, assim como, esclarecem o fato de que poderão ser embaladas, apenas, substâncias ou artigos compatíveis com o modelo homologado, cumpridos os requisitos previstos para embalagens e os tipos e limites descritos no Código IMDG;

c) Uma cópia do Certificado de Homologação das embalagens deverá compor a documentação da carga e será anexado ao Manifesto de Carga, de acordo com o item 4 do Anexo 2-J da NORMAM 08, e à Declaração de Mercadoria Perigosa, cujo modelo consta no capítulo 5 das NORMAM 01 e 02. O expedidor, ao assinar a Declaração, responsabiliza-se pelo conteúdo da embalagem, assim como, torna-se o responsável pela compatibilização do produto a ser transportado com a embalagem propriamente dita.

d) O verso do Certificado poderá ser utilizado para o lançamento de dados ou outras informações afins, e será assinado pela mesma autoridade que assinou o anverso; e

e) Os processos necessários para obtenção dos Certificados de Homologação se pautarão pelas normas previstas na seção II do capítulo 2 quando se tratar de embalagens; e no Capítulo 3 em se tratando de material de salvatagem ou de outros equipamentos conforme esclarecido no item 0401.

0111 - VALIDADE DO CERTIFICADO

Após expirado o prazo de validade do Certificado de Homologação, a fabricação de material ou equipamento, perecível ou não, fabricado depois de expirado o prazo de validade do Certificado de Homologação, não terá o caráter de homologado.

Os Certificados de Homologação terão validade de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão. No caso de Certificados referentes às Rações para Náufragos, a validade será de até 2 (dois) anos.

Quando a emissão se basear em Laudo emitido por entidade reconhecida pela DPC, a data de validade do Certificado de Homologação poderá coincidir com a data do respectivo laudo.

O material não perecível fabricado dentro da validade do certificado terá a validade considerada como indeterminada, enquanto apresentar boas condições de funcionamento, a menos que haja alterações em normas que revoguem sua utilização (MSC.1/Circ.1221, de 11/12/2006, da IMO), uma vez que essa é função do estado de conservação.

O material perecível, embora tenha recebido um Certificado de Homologação com uma determinada validade, poderá ter a mesma restringida, em face daquela gravada no produto pelo fabricante, uma vez que será função de condições técnicas e controle de qualidade da produção e da matéria prima, e como tal, terá que ser cumprida.

0112 - REVALIDAÇÃO DO CERTIFICADO

A solicitação para revalidação do Certificado de Homologação deverá ser feita conforme o modelo do ANEXO 1-D, com antecedência mínima de 90 dias do prazo de vencimento do mesmo. A DPC, em princípio, exigirá novos testes para revalidação do certificado. Tal solicitação, ou mesmo quando se tratar de uma ALTERAÇÃO, deve ser acompanhada da devolução do Certificado original, seus desenhos, e quaisquer outros documentos que nele tenham sido anexados.

É necessária a remessa de cópia autêntica da última alteração do Contrato Social, caso tenha existido mudança acionária; em não tendo havido, tal fato deverá ser claramente informado no texto do requerimento.

A revalidação dos Certificados de Homologação referentes aos equipamentos, embalagens de grande porte e embarcações que tenham características técnicas de robustez, durabilidade, produção que não seja em série, e sem alterações de características técnicas, poderá ser concedida, a critério da DPC, por um período, único, de até 2,5 (dois e meio) anos, sendo procedida não só uma inspeção que comprove a conformidade com o protótipo homologado, como também uma análise técnica documental.

0113 - CANCELAMENTO DE CERTIFICADOS

Se forem constatadas modificações não autorizadas no projeto do protótipo testado, ou que o produto esteja sendo fabricado com material ou por processos diferentes do especificado para o protótipo homologado, ou com degradação das suas características físico, químicas ou bacteriológicas, ou ainda, que o produto em fabricação sofra reprovação em qualquer teste especifico a que venha a ser submetido, o respectivo Certificado de Homologação poderá ser imediatamente cancelado, e consequentemente, ser retirado do Catálogo de Material Homologado.

No caso de homologação de embalagens que transportem mercadorias perigosas, a utilização de outros processos ou métodos aplicados na confecção das mesmas ou em componentes internos ou externos, que venham alterar as características mecânicas, físicas ou químicas do similar ao protótipo homologado, o certificado fornecido pela Autoridade Marítima será cancelado(ver item 0103).

Os Certificados que tenham seus respectivos prazos de validade expirados , sem que tenha sido solicitada sua renovação pelo fabricante, serão cancelados, e para sua renovação será necessária nova análise do processo de homologação e consequentemente, o ressarcimento das indenizações pertinentes. Igualmente, na hipótese de mudança de endereço da linha de montagem sem dar a conhecer à DPC, o certificado será cancelado.

0114 - ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

a) O processo de homologação será arquivado após seis meses, a partir da última exigência ou comunicação que não tenha sido atendida pelo requerente. Caso haja interesse do fabricante em dar continuidade ao processo, deverá ser apresentado novo requerimento contendo a documentação pertinente, além do pagamento das respectivas indenizações; e

b) Encerrado o processo de homologação, com a emissão do Certificado, toda a documentação relacionada ao mesmo será arquivada na Diretoria de Portos e Costas pelo prazo de 10 anos, a contar da data de validade do último Certificado. Findo este prazo, será incinerada.

0115 - INSPEÇÕES

a) Inspeção Inicial

Durante o processo de homologação do material, a DPC designará Perito (s) para realizar (em) visita de inspeção às instalações do fabricante, de modo a verificar a conformidade da fabricação com o previsto na presente norma, e a mesma poderá vir a ocorrer por ocasião do acompanhamento dos testes.

b) Inspeção Inopinada

1) A DPC poderá efetuar inspeções a qualquer época, com ou sem prévio aviso, para verificação das instalações do fabricante e da conformidade do produto fabricado em série, com o protótipo homologado.

2) A DPC poderá, em função do resultado dessas inspeções, exigir a realização de novos testes para confirmação das características aprovadas para o produto.

3) As inspeções inopinadas poderão ser efetuadas também, através do recolhimento, em lojas comerciais ou outros estabelecimentos de distribuição, de amostras para análise. Para esse efeito, os respectivos fabricantes ao requererem a homologação, autorizam expressamente o recolhimento de amostras (ANEXO1-B), devendo providenciar a sua reposição, tão logo sejam comunicados do recolhimento pela DPC.

4) A DPC poderá efetuar as inspeções previstas no Código IMDG que visem constatar as condições internas e externas, e o funcionamento apropriado de embalagens que tenham a periodicidade constante nesse Código.

c) Despesas

As despesas decorrentes de quaisquer das supracitadas inspeções, do acompanhamento dos testes visando à homologação, e os possíveis testes/ensaios laboratoriais determinados pela DPC com o fito de constatar possíveis não conformidades, serão da responsabilidade do fabricante.

0116 - TESTES DURANTE A PRODUÇÃO (APÓS A HOMOLOGAÇÃO)

Os fabricantes deverão efetuar teste de avaliação em amostragem significativa por lote de produto fabricado, de modo a assegurar a manutenção das suas características, de acordo com as do protótipo homologado. Os registros desses testes deverão ficar arquivados com o próprio fabricante e à disposição da DPC, para verificação a qualquer tempo.

0117- PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE MATERIAL NÃO SOLAS DE FABRICAÇÃO ESTRANGEIRA

a) O processo de homologação de material de fabricação estrangeira não SOLAS obedecerá a mesma sistemática adotada para o material de fabricação nacional.

b) O processo será iniciado com a análise pela DPC dos documentos encaminhados (requerimento, memorial descritivo, desenhos, Certificado de Homologação emitido pelo país de origem e autenticado pela representação diplomática brasileira no país sede do requerente, normas e testes realizados no país de origem) cujas cópias deverão ser, acompanhados por tradução juramentada para o português (dispensado se for o idioma inglês).

c) O requerimento deverá ser efetuado pelo próprio fabricante e acompanhado do contrato social ou documentos de idêntica finalidade, indicando o responsável pela empresa em todo território nacional.

d) Para os entendimentos e o acompanhamento dos testes no país, o requerente deverá nomear pessoa física ou jurídica estabelecida no Brasil para representá-lo, através de procuração ou contrato com poderes específicos para tal, devidamente autenticada, formulada de acordo com o embasamento jurídico brasileiro, e o representante ou importador deverá estar devidamente credenciado para todo o território nacional;

e) Todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ou em qualquer instância, juízo ou tribunal, devem ser registrados no Registro de Títulos e Documentos (artigo 129 §6° da Lei nº 6.015 e artigo 224 Código Civil).;e

f) Na inexistência de normas específicas da DPC, poderão ser utilizadas outras, emitidas por países ou Entidades de reconhecida idoneidade e saber tecnológico; ou ratificar testes que tenham sido emitidos por países integrantes da IMO.

0118 - EMPREGO DE MATERIAIS SOLAS (CLASSE I) COM CERTIFICADOS DE HOMOLOGAÇÃO DE GOVERNOS ESTRANGEIROS

a) O material que seja de origem estrangeira poderá ser empregado, desde que as Convenções, Códigos e Resoluções Internacionais, ratificados pelo Brasil na Organização Marítima Internacional (IMO), exijam ser do tipo "homologado" .

No "Certificado de Homologação" deverá estar explicitamente declarado as regras em que se basearam; a Autoridade Marítima emissora seja de país membro da Organização Marítima Internacional (IMO), desde que emitido em inglês (preferencialmente), francês ou espanhol;

O Certificado não será aceito caso hajam indícios de que o material não atende ao propósito a que se destina.

b) Os interessados na utilização de equipamentos infláveis de salvatagem estrangeiros em embarcações de bandeira brasileira, deverão observar se há credenciamento em pelo menos uma Estação de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem Infláveis no Brasil em conformidade com esta norma.

A emissão de Certificados de Homologação pela DPC poderá ocorrer somente quando o protótipo for submetido aos testes previstos para o fabricante nacional e ter seguido a mesma sistemática.

0119 - INFORMAÇÕES CONTIDAS NO CATALOGO DE MATERIAL HOMOLOGADO

O Catálogo de Material Homologado contém as seguintes informações:

a) Tipo de Material

O catálogo é organizado por ordem alfabética de produto por tipo de material, de modo a facilitar sua consulta.

b) Número do Certificado de Homologação

No catálogo consta o número de certificado atual do produto.

c) Data de validade do Certificado de Homologação

A data de validade de um certificado corresponde ao período em que o fabricante está autorizado a produzir aquele material ou produto (ver item 0111).

d) Relação dos Fabricantes

Lista com o nome e endereço dos diversos fabricantes de material homologado, com indicação do tipo de material que produz.

Divulgação

O Catálogo de Material Homologado encontra-se disponível para consulta na página da DPC na INTERNET, no endereço <www.dpc.mar.mil.br>, link Segurança do Tráfego Aquaviário; e

Legalidade

Os Certificados de Homologação são documentos oficiais que atestam o emprego dos materiais e equipamentos neles expressos, e estão em conformidade com a legislação referenciada.

As informações contidas no Catálogo de Material Homologado não produzem efeitos legais. Seu conteúdo tem como objetivo a facilitação da pesquisa pelos interessados.

CAPÍTULO 2

MERCADORIA PERIGOSA

SEÇÃO I

CÓDIGO IMDG

0201 - OBJETIVO

As informações contidas no Código IMDG são dirigidas ao pessoal, às indústrias e prestadores de serviços, interessando, igualmente, ao fabricante e ao consumidor.

Os fabricantes, os embaladores das cargas e expedidores devem se ater à terminologia e doutrina inerentes do Código IMDG, cabendo à Diretoria de Portos e Costas implementá-lo e zelar pelo seu fiel cumprimento; poderá, também a DPC, estabelecer alternativas similares às previstas nas especificações da Lista das Mercadorias Perigosas, adotando-se um mesmo nível de segurança.

0202 - APLICAÇÃO

a) O conteúdo deste código é aplicável aos navios abrangidos pela Convenção sobre a Segurança da Vida Humana no Mar (Regra 3/VII do SOLAS 74/78 e suas emendas), que transportem mercadorias perigosas pelo modal marítimo, e a todos os navios, independentemente do tipo ou tonelagem, que transportem substâncias, materiais ou artigos identificados pelo código como poluente marinho; e

b) Subsidiariamente, a Diretoria de Portos e Costas poderá valer-se de normas expedidas pelas Autoridades Marítimas constantes do Código IMDG.

0203 - LEGISLAÇÃO

a) SOLAS/74 - foi adotado pela Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar de 1974 e seu Protocolo de 1978;

b) IMDG Code - Código Internacional Marítimo de Mercadorias Perigosas;

c) MARPOL 73/78 - adotado pela Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição de Navios de 1973 e modificado pelo Protocolo de 1978;

d) IBC Code - Código Internacional para a Construção e Equipamentos de Navios Transportando Produtos Químicos Perigosos a Granel, adotado pelo Comitê de Segurança Marítima em 1983;

e) BCH Code - Código de Construção e Equipamento de Navios que Transportem Produtos Químicos Perigosos a Granel;

f) IGC Code - Código Internacional para a Construção e Equipamentos de Navios Transportando Gases Liquefeitos a Granel, adotado pelo Comitê de Segurança Marítima em 1992;

g) Gas Carrier Code - Código para Construção e Equipamento de Navios que Transportem Gases Liquefeitos a Granel;

h) Existing Ships Code - Código para Navios Existentes que transportem Gases Liquefeitos a Granel;

i) BC Code - Código de Práticas e Segurança Relativas às Cargas Sólidas a Granel;

j) International Code for the Safe Carriage of Grain in Bulk (International Grain Code) - Código para Transporte de Grãos;

k) BLU Code - Code of Practice for the Safe Loading and Unloading of Bulk Carriers - Código de Práticas e Segurança para Carga e Descarga de Granéis;

l) ORANGE BOOK - Recomendações para o Transporte de Mercadorias Perigosas - Regulamentos (volume I) e Manual de Testes e Critérios (volume II), adotados pelo Comitê de Peritos em Transporte de Mercadorias Perigosas da Organização das Nações Unidas em 1956; e

m) Guidelines for the Preparation of the Cargo Securiting Manual.

OBS.: a alínea b, é fonte de consulta para as mercadorias perigosas embaladas; alínea i, para os sólidos a granel; alíneas d e e, para os produtos químicos liqüefeitos a granel; e alíneas f, g e h para os gases liqüefeitos a granel.

0204 - TRANSPORTE - GENERALIDADES

As normas para transporte são as especificadas nas NORMAM a seguir:

a) NORMAM-01 Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto; e

b) NORMAM-02 Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior.

Quando a mercadoria perigosa encontra-se embalada, a legislação pertinente é a constante da alínea b do item 0203. Em se tratando de mercadoria a granel, e em função do meio de transporte, consulta-se o previsto nas alíneas d ou e do mesmo item.

As substâncias nocivas transportadas a granel são enquadradas em quatro categorias explicitadas no apêndice I do anexo II da MARPOL 73/78 e a listagem está no capítulo 17 ou 18 do código da alínea d do item 0203 (caso a indicação seja III, ela não está sujeita à classificação de nociva); o alijamento está regulamentado pela regra 5 do anexo II da MARPOL.

O período de uso permitido para transporte, ou seja, a vida útil das embalagens abaixo especificadas, é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de fabricação das mesmas, exceto quando um lapso de tempo menor for prescrito face à natureza da substância transportada:

a) contentor intermediário de plástico rígido e os compostos com recipiente interno de plástico, que transportem líquidos perigosos; e

b) tambores e bombonas de plástico, que transportem substâncias perigosas.

0205 - PRINCIPAIS DEFINIÇÕES

Área definida de convés em um navio é a área exposta ao tempo que é destinada para estocagem de mercadorias perigosas.

Bombona é uma embalagem de metal ou plástico que apresenta a seção transversal retangular ou poligonal.

Capacidade Máxima é o maior volume interno do receptáculo ou embalagem, e expresso em litros.

Carga Máxima Admissível, usada para os contentores intermediários flexíveis, é a massa líquida máxima a que se destina o contentor e que ele está autorizado a transportar.

Contentor Intermediário (IBC) é a embalagem portátil rígida ou flexível, que apresenta as seguintes características: tem uma capacidade até 3 $m^3$ (3000 litros) e transporta sólidos ou líquidos classificados como pertencentes aos grupos II ou III; até 1,5 $m^3$ para sólidos do grupo I quando embalados em embalagem flexível, plástico rígido, embalagens compostas ou contentores intermediários de papelão ou madeira; até 3 $m^3$ para sólidos do grupo I quando embalados em contentores intermediários de metal; e até 3 $m^3$ para material radioativo da classe 7. São projetados para o manuseio mecânico e são resistentes aos esforços provenientes do manuseio e transporte dentro do estipulado pelos testes.

Contentor Intermediário Composto consiste em um equipamento estrutural, em forma de armação externa rígida, envolvendo um recipiente interno de plástico, juntamente com outros equipamentos estruturais e de serviço. É construído de modo que a armação externa e o recipiente externo, uma vez montados, passem a ser uma unidade integrada, que é enchida, esvaziada, armazenada e transportada como tal.

Contentor "Offshore" ("offshore container") é o tanque portátil empregado no suprimento de instalações "offshore" e são normalmente transportados em convés aberto de embarcações construídas com o propósito de exercer a atividade de suprimento ("OSV -Offshore Supply Vessel"), sendo içado para estas instalações por meio de guindastes. O projeto e construção seguirão as diretrizes da MSC/Circ.860.

Contentor Múltiplo para gases (MEGC) é um conjunto de cilindros, intercomunicados por um "manifold" e que são montados numa estrutura, incluindo os equipamentos estruturais para o transporte de gases.

Densidade é a relação entre a massa específica do material e a massa específica da água. É adimensional.

Embalagem à prova d'água (water-proof) é aquela que se mantém inalterada quando submergida em água, não havendo passagem da mesma para o seu interior. Considera-se aquela que resiste à penetração de água, isto é, possui um invólucro interno (liner) de papel kraft: encerado, faces impregnadas com betume ou recoberto com filme plástico; camada plástica de filme colado na face interna ou externa do saco; ou um ou mais invólucros internos plásticos.

Embalagem à Prova de Pó (sift-proof) é a impermeável a um conteúdo seco, incluindo um material sólido, fino, produzido durante o transporte. Significa uma camada do saco com papel ou plástico colado para atender à finalidade, ou ainda, um ou mais sacos plásticos internos de papel ou plástico.

Embalagem Combinada é aquela que resulta de uma combinação de embalagens, com o propósito de transporte, consistindo em uma ou mais embalagens internas acondicionadas numa embalagem externa.

Embalagem Composta é a que consiste em um conjunto construído de forma a integrar a embalagem interna e a externa em uma única estrutura que permita à mesma ser enchida, esvaziada, estocada e transportada.

Embalagem Efetivamente Fechada é a que apresenta o fechamento à prova de vazamento de líquido.

Embalagem Externa é a proteção externa de uma embalagem composta ou combinada, juntamente com qualquer material absorvente ou de acolchoamento, ou ainda, qualquer outro componente necessário à contenção e proteção dos receptáculos ou embalagens internas.

Embalagem Intermediária caracteriza a embalagem que é colocada entre a embalagem interna e a externa.

Embalagem Interna caracteriza a embalagem que requer uma embalagem externa para o transporte.

Embalagem Hermeticamente Selada é a que apresenta o fechamento à prova de vapor.

Embalagem Resistente à Água é aquela que resiste aos efeitos da chuva, neve e outras intempéries, mantendo a sua integridade; porém, quando submergida em água, não impede a passagem da mesma.

Embalagem Seguramente Fechada é a que apresenta o fechamento de tal forma, que um conteúdo seco não possa vazar durante o manuseio normal e preencha os requisitos mínimos para qualquer tipo de fechamento.

Embalagem, no Código IMDG, tem duas conceituações: uma significando o receptáculo e qualquer outro componente ou material necessário ao mesmo, para que desempenhe corretamente a função de contenção para o transporte; outra, em que engloba a embalagem propriamente dita e o seu conteúdo.

Embalagem Recondicionada é aquela que inclui:

a) um tambor metálico que tenha sido limpo até apresentar o material construtivo original, com retirada de todo o conteúdo anterior, remoção de corrosão interna e externa, e remoção externa dos revestimentos e etiquetas; tenha sido restaurada a sua forma e contornos primitivos, com os acessórios corretamente selados e as gaxetas recolocadas; e inspecionados após a limpeza e antes da pintura, com a rejeição daqueles que apresentem marcas visíveis, significativa diminuição de material quanto a espessura, fadiga do material, danos nos aros, bordas, aberturas ou outra qualquer avaria significativa; e

b) tambor e bombona de plástico que tenha sido limpo até apresentar o material construtivo original, com a retirada de todo o conteúdo anterior, e remoção externa dos revestimentos e etiquetas; tenha substituída toda a gaxeta que não apresente suas características originais; e inspecionado após a limpeza, com a rejeição das embalagens que apresentem danos visíveis, como rasgos, dobras ou fendas, ou ainda, avaria nas bordas ou aberturas, ou qualquer outro dano significativo.

Embalagem Remanufaturada é a que inclui:

a) os tambores de metal produzidos como do tipo UN e provenientes de outro que não do tipo UN;

b) convertidos de um tipo UN para outro tipo UN;

c) os que tiveram os seus componentes submetidos ao retorno das condições estruturais integrais;

d) ou os tambores plásticos convertidos de tipo UN para outro do mesmo tipo UN; e

e) os que tiveram os seus componentes submetidos ao retorno das condições estruturais integrais.

Os tambores são sujeitos às mesmas exigências que são feitas para um tambor novo de mesmo tipo.

Embalagem Reutilizada é a que ao se tornar a encher, foi previamente examinada e constatado estar livre de defeitos que afetem a possibilidade de alcançar bons resultados nos testes; inclui aquela que torna a ser enchida com conteúdo similar ou idêntico, e transportada dentro da cadeia de distribuição controlada pelo consignador do produto.

Embalagem Vazia é a que anteriormente continha uma substância perigosa. Inclui o contentor intermediário. Deve ser identificada, marcada, rotulada e receber os cartazes conforme o especificado para as embalagens que transportem substâncias perigosas, a menos que venha a ser limpa, ter purgado os vapores ou ter sido enchida com uma substância que possa torná-la isenta de qualquer risco. O transporte da mesma, quando ainda contenha resíduos, deverá atender, obrigatoriamente, aos requisitos da substância que foi anteriormente transportada.

Embarcador, expedidor, consignador ou consignante terão o mesmo significado, para efeitos do propósito do Código IMDG.

Explosivo Líquido Total (NEC ou NEQ "net explosive quantity" or "net explosive mass") é o total de explosivo contido no artefato. No caso de artefato pirotécnico é o peso da pólvora.

Grande Embalagem é a que consiste em uma embalagem externa que contém artigos ou embalagem interna, que é projetada para manuseio mecânico e não excede 400 kg de massa bruta ou 450 litros, mas tem um volume menor que 3 $m^3$.

Invólucro Interno ("liner") é um tubo separador ou saco inserido numa embalagem, que pode ser contentor intermediário ou grande embalagem, e que se caracteriza por não formar parte integrante da embalagem, incluindo o fechamento de suas aberturas.

Massa Bruta Máxima é a maior massa contida numa embalagem simples, ou a massa da embalagem interna com o seu conteúdo, expressa em kg.

Massa Bruta Máxima Admissível (MPGM) em se tratando de contentores intermediários, usada para todas as categorias, exceto para os flexíveis, é a soma da massa do corpo e de seus equipamentos estruturais e de serviços, com a carga máxima admissível. Em se tratando de tanques portáteis, a soma da massa do tanque com a maior carga autorizada para transporte.

Massa específica é a massa por unidade de volume. ($\mu$ = m/V) [g/$cm^3$ ou 1000 kg/$m^3$]

Alguns exemplos: do álcool etílico: 0,81g/$cm^3$; do gelo 0,9281g/$cm^3$; da glicerina 1,2681g/$cm^3$; da água 1g/$cm^3$; do alumínio 2,781g/$cm^3$.

Mercadoria Perigosa conceitua-se como sendo aquela que contém uma ou mais substâncias ditas perigosas, ou seja, aquela capaz de criar risco ou dano para a saúde humana, à vida e aos recursos marinhos, ou interfere em outros legítimos usos do mar. Tais substâncias estão catalogadas no Código IMDG.

Peso é a força de atração da gravidade que a Terra exerce sobre um corpo (P=mg).

Peso específico de um material, é o seu peso por unidade de volume [kgf/$m^3$].

Ponto de Combustão (combustion point) é a temperatura do combustível acima da qual ele desprende gases em quantidade suficiente para serem inflamados por uma fonte externa de calor e continuar queimando, mesmo quando retirada esta fonte.

Ponto de Fulgor (flash point) é a temperatura mínima na qual um combustível desprende gases suficientes para serem inflamados por uma fonte externa de calor, e cessar a queima quando retirada esta fonte. Ou ainda: é a mais baixa temperatura na qual a chama se propaga através do vapor desprendido da superfície líquida de um material combustível. Esta temperatura é determinada pela pressão de vapor do líquido; podendo haver combustão, somente, quando uma alta concentração de vapor for atingida.

Ponto de Fusão (melting point) é a temperatura à qual começa um corpo sólido a liquefazer-se.

Ponto de Ignição (ignition point) é a temperatura necessária para inflamar os gases que estejam se desprendendo de um combustível, só com a presença do comburente (ver o item referente às definições do Código IMDG, para considerações quanto a sua determinação).

Pressão Estática (static pressure) é a medida da pressão barométrica na hipótese do sensor imóvel em relação ao ar.

Receptáculo significa o vasilhame que recebe e contém substâncias ou artigos, qualquer que seja o tipo de fechamento.

Receptáculo Interno é aquele que requer um outro externo para atingir sua função de contenção.

Saco significa uma embalagem feita de papel, plástico, tecido ou outro material com trama semelhante.

Sobreembalagem é uma invólucro usado pelo expedidor para conter uma ou mais embalagens de forma a constituir uma Unidade de Transporte de Carga, por conveniência de manuseio e estiva durante o transporte. Como exemplos: o invólucro corrugado ou elástico que prende com correias ou outro meio apropriado as mercadorias empilhadas numa prancha de carga (palete); um engradado com uma função protetora; ou um que facilite a pega.

Substância Líquida Nociva significa qualquer substância indicada na coluna Categoria de Poluição dos Capítulos 17 ou 18 do Código Internacional para a Construção e Equipamentos de Navios Transportadores de Produtos Químicos a Granel (IBC Code) ou avaliadas provisoriamente de acordo com a Regra 6.3 do Anexo II da Marpol 73/78, como enquadrada nas categorias X, Y ou Z

Substância que causa Dano, mesmo potencialmente, é aquela identificada como poluidora marinha, listada no Código IMDG e relacionada na coluna (4) da Lista de Substâncias Perigosas do volume 2.

Tambores são as embalagens que apresentam a seção reta cilíndrica, confeccionadas em metal, papelão, plástico, madeira prensada ou material similar. Não estão incluídos os barris de madeira e as bombonas.

Unidade de Carga significa que um determinado número de embalagens, agrupadas ou empilhadas e seguramente fixadas por meio de cintas ou fitas adesivas ou outro meio mais apropriado, que permita considerarmos como um conjunto, que esteja colocado para o embarque a bordo de embarcações em um palete.

Unidade de Transporte de Carga é um veículo rodoviário, vagão ferroviário, contentor, veículo tanque, vagão tanque ou tanque portátil."

SEÇÃO II

PROCEDIMENTOS PARA HOMOLOGAÇÃO DE EMBALAGENS

0206 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

a) Documentação Inicial

A solicitação de homologação deverá ser efetuada por requerimento à DPC, conforme ANEXO 1-B, constando a assinatura do Representante Legal, tanto no requerimento propriamente dito, quanto na "Autorização". Deverá ser feito um requerimento para cada modelo ou tipo de material que se pretenda homologar. Ao requerimento deverão ser anexados os documentos a seguir:

I) Cópia autenticada do Contrato Social da empresa devidamente registrado na Junta Comercial competente, indicando o nome do(s) sócio(s) responsável(eis) pela gerência da empresa, Certidão da Junta Comercial correspondente informando quem é o sócio-gerente da empresa ou Ata da Assembléia Geral, nomeando o responsável pela gerência da empresa. Este último poderá, caso os atos da empresa o permitam, delegar a terceiros a Representação Legal perante a DPC. Esta cópia deverá ser encaminhada por ocasião da primeira homologação e sempre que nele houver alteração.

II) Na documentação estrangeira, o Contrato Social ou documento de idêntica finalidade, indicará o responsável pela empresa, podendo o mesmo nomear pessoa física ou jurídica para representá-lo por meio de contrato ou procuração, com poderes específicos para tal, devidamente autenticada, e formulada de acordo com o embasamento jurídico brasileiro.

Caso a empresa já tenha remetido anteriormente, e não tendo havido alteração do Contrato Social, prescinde-se da remessa de outra cópia. No entanto, a qualquer momento, a DPC poderá solicitá-los.

III) Documentação Técnica de acordo com a alínea d).

b) Embalagens recondicionadas para transporte de mercadorias perigosas

I) Somente serão aceitas para testes as embalagens recondicionadas, conforme definição do item 0205, que já tenham sido, comprovadamente, homologadas pelo seu fabricante original. Após o cumprimento de todas as exigências constantes desta norma, o modelo receberá certificado com validade de até 2 (dois) anos, podendo tal validade ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da DPC.

II) A embalagem deve ser totalmente limpa até atingir as suas condições originais quando nova. Esta condição de limpeza deve ser comprovada por meio de laudo laboratorial. Durante o processo de homologação, o Perito selecionará duas amostras do grupo de seis tambores aprovados, sem pintura, que deverão ser remetidos para laboratório previamente aprovado pela DPC.

O Laudo Laboratorial, necessário para cada tipo de substância transportada na última utilização da embalagem, emitido por laboratório não pertencente à recondicionadora, deverá indicar o percentual de cada resíduo encontrado, ficando esta responsável pela apresentação do referido laudo a todos os adquirentes de suas embalagens.

Os adquirentes de embalagens recondicionadas e as empresas recondicionadoras são solidariamente responsáveis pela verificação da compatibilidade dessas com os produtos que pretenderem envasar.

III) Durante a vigência do Certificado, as recondicionadoras providenciarão, sempre que solicitadas e às suas expensas, visitas de peritos da DPC às suas instalações, para verificação do cumprimento das prescrições desta norma. A aceitação dessa exigência, expressa em Declaração assinada pelo Responsável Legal ou seu representante, cujo modelo se encontra no Anexo 2-F é condição essencial para o início do processo de homologação.

IV) Nas embalagens de aço, a designação de modelo será de acordo com o padrão de espessuras das chapas; nas embalagens plásticas, em conformidade com a resina utilizada. Assim, a cada padrão de espessuras de chapas ou tipo de resina corresponderá a um modelo diferente.

V) Nenhuma embalagem recondicionada poderá ter marcação que ateste desempenho comprovadamente superior à originalmente existente. Assim, como exemplo, uma embalagem que originalmente tenha sido marcada como grupo II, densidade 1,6 não poderá, após recondicionada, ser marcada como grupo I, ou densidade 1,8. Essa regra é válida, também, para o caso de combinação de critérios.

VI) A conformidade das embalagens com os desenhos deverá ser realizada em seis amostras de cada modelo. Nas embalagens metálicas, deverão ser medidos dois pontos distintos na tampa e fundo, e seis pontos distintos no corpo; nas embalagens plásticas, a sistemática de medição será a mesma adotada para as embalagens novas.

Depois da realização da conformidade, a recondicionadora enviará, junto com o Relatório de Testes, o Diagrama de Espessuras, em duas vias, contendo todas as medidas encontradas. Todo o processo de recondicionamento deverá ser pautado nesse Diagrama de Espessuras, não sendo admitida nenhuma medida abaixo dos valores nele especificados.

VII) Exigências adicionais:

a) Documentos:

- Alvará de Licença da Prefeitura Local;
- Licença de Instalação;
- Licença de Funcionamento;
- Certificado de Aprovação - Destinação de Resíduos Industriais;
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Inscrição Estadual;
- Declaração Cadastral - DECA;
- Habilitação dos Motoristas;
- Registro dos Motoristas no "ASO" (Atestado de Saúde Ocupacional);
- Cursos de Direção Defensiva, Meio Ambiente e Primeiros Socorros dos Motoristas, fornecidos por entidades registradas pelo Departamento Estadual de Trânsito. Caso a empresa utilize o serviço de terceiros, apresentar declaração de que estes operam em conformidade com a legislação de trânsito em vigor, no que se refere ao transporte de produtos perigosos;
- Autorização para Transporte de Cargas Especiais - DER;
- Laudo Técnico das condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; e
- Declaração de que o resíduo perigoso se enquadra na NBR 10004, e que a empresa geradora do mesmo está apta ao correto acondicionamento, etiquetagem e manuseio por pessoas qualificadas e devidamente equipadas com EPI.

b) Ações gerais:

- Verificar, ao final do processo, a conformidade da embalagem recondicionada com o modelo homologado, em um mínimo de seis amostras, devendo ser observadas as tolerâncias especificadas no desenho (diâmetro, altura, peso e espessuras). Não serão consideradas homologadas as embalagens que estejam em desacordo com essas especificações. Neste caso, não receberá a marcação UN, podendo ser destinada ao transporte de produtos não perigosos. Todos os lotes devem ter seus registros devidamente arquivados; e
- Informar aos clientes sobre a importância de serem embaladas, apenas, substâncias ou artigos compatíveis com o modelo homologado.

c) Ações específicas:

1) Segregação:

As embalagens (metálicas ou plásticas) devem ser selecionadas, rotineiramente, de acordo com suas respectivas marcações, especificações técnicas (dimensões, tipo de chapa, capacidade etc) e tipo de substância transportada na última vez em que foi utilizada.

A seleção a ser executada pelo Perito para as embalagens destinadas aos testes homologatórios será dentro daquelas que a empresa já classificara como passíveis de virem a ser recondicionadas.

2) Inspeção às instalações:

- Verificar a existência de controle de aquisição e venda das embalagens e o conhecimento, por parte do adquirente, de que a substância a ser envasada é compatível com o prescrito no Código IMDG;
- Constatar a existência de meios de controle de possíveis alterações, resultantes do processo de recondicionamento no protótipo anteriormente homologado, e os diagramas de espessura, em se tratando das embalagens plásticas;
- Constatar o critério existente para garantir a aquisição do modelo que se pretende homologar, e o posterior rastreamento dos mesmos para os adquirentes;
- Constatar o controle de qualidade interno, incluindo os testes, com o objetivo de manter a fidelidade ao protótipo testado, da qualidade da matéria prima e dos respectivos fornecedores. No caso das embalagens plásticas, provar o controle quanto ao diagrama de espessuras e às possíveis discrepâncias ao compará-lo com as do protótipo homologado;
- Acompanhar o recondicionamento de um modelo a ser homologado, e testar os procedimentos internos da empresa quanto ao controle de fidelidade ao original; e
- Selecionar amostras do estoque de modelos homologados e realizar os testes previstos no Código IMDG, emprestando especial atenção quanto às especificidades da Conformidade. Compará-los com a marcação determinada no respectivo Certificado.

VIII) A não conformidade com as prescrições acima, verificada a qualquer tempo, acarretará o cancelamento imediato do respectivo Certificado de Homologação, sendo necessária a repetição de todo o processo homologatório.

c) Documentos em outros Idiomas

Todos os documentos necessários ao processo de homologação de material que estejam, originalmente, escritos em outros idiomas, deverão ser autenticados pela Representação Diplomática brasileira no país do requerente, acompanhados da respectiva tradução juramentada para o português.

Os documentos escritos em inglês e espanhol estão dispensados da tradução supracitada.

d) Descrição da Documentação Técnica

1) Memorial Descritivo

O Memorial Descritivo deverá ser apresentado em duas vias na versão em português, em formato ABNT A-4, com capa contendo o nome e número do documento, alterações, data e assinatura do(s) responsável(eis) técnico(s); e deverá conter dados do material a ser homologado, tais como modelo, dimensões, peso, material utilizado e tratamento de superfícies, descrição detalhada das matérias primas empregadas na confecção do material, do processo de fabricação e montagem, acondicionamento e demais informações necessárias para sua completa caracterização e registro.

No caso de embalagens de material plástico, em que seja exigida a proteção ultravioleta, cumprir o que preceitua o Código IMDG. Quando se tratar de embalagens que apresentem acessórios de fechamento (tipo bujões), informar o torque que deve ser aplicado.

No caso de embalagens que contenham explosivos, há necessidade de ser deixado claro o NEC ou NEQ (explosivo líquido total), assim como a quantificação das características do explosivo, relacionadas no item 0292.

Ao Memorial Descritivo deverão ser anexadas:

a) uma versão resumida em inglês, onde conste, pelo menos, o nome do produto, material ou equipamento e, se aplicável, processo de fabricação e montagem;

b) sugestão de marcação, quando se tratar de embalagem que se pretenda homologar;

c) para embalagens plásticas a composição da massa injetada ou soprada, informação sobre o percentual máximo do "master batch" (resina com a adição do percentual de concentração do pigmento), do material moído do próprio processo e do material reciclado. Devem ser aduzidas outras informações pertinentes e que melhor venham a caracterizar os vários componentes da massa, como o fabricante, modelo e cor. Entenda-se que a adição de negro de fumo, pigmentos ou inibidores que não os empregados no protótipo testado, poderá ser feita sem a necessidade de novos testes; no caso do teor do negro de fumo não exceder, em massa, 2%, ou se o teor de pigmento não exceder 3% em massa. O teor de inibidores de radiação ultravioleta não é limitado. Outros adesivos e aditivos, que não destinados à proteção contra radiação ultravioleta, podem ser incluídos na composição do material plástico, desde que não provoquem efeitos adversos sobre as propriedades químicas e físicas do material da embalagem. Em tais circunstâncias são dispensados novos testes.

As empresas que vierem a alterar as especificações mecânicas, técnicas ou de percentuais, da resina, aditivo, adesivo, pigmento, quaisquer que sejam, como fabricante ou recomendações técnicas do mesmo, fornecidas por ocasião dos testes homologatórios, devem submeter a nova embalagem a um novo processo de homologação.

É importante ressaltar a necessidade de serem fixadas todas as características dos componentes da matéria prima, não sendo aceitas similitudes. A adoção de substitutivos ou equivalentes ensejará tornarem os mesmos um novo modelo que deverá ser testado.

d) a Ficha Técnica das substâncias que entraram na composição dos produtos, fornecida pelo fabricante; ou ainda, a declaração formal assinada pelo Responsável Técnico da empresa será aceita como comprovação.

Poderá ser exigida a substituição parcial ou total do Memorial Descritivo, caso as discrepâncias eventualmente detectadas no decorrer dos testes de homologação, venham a aconselhar tal providência. Entretanto, caso essas discrepâncias sejam de pequena monta poderão ser sanadas na emissão do Relatório de Testes de Embalagens, que se constitui, na prática, numa reprodução fiel do ocorrido nos testes homologatórios.

2) Desenhos

Os desenhos, também em duas vias, deverão ser apresentados nos padrões previstos nas Normas da ABNT, preferencialmente em formato A-4, e deverão conter, no mínimo, o nome do documento, número, alteração, unidade, escala, data e assinatura(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) com nome(s) legível(eis).

Quando se tratar de embalagens de plástico, remeter um desenho esquemático, onde conste um mínimo de doze espessuras da embalagem, tomados nos pontos mais característicos em função da moldagem.

3) Documentação de Controle de Qualidade

Apresentar documentação que comprove estarem a produção, os testes e ensaios internos de controle de qualidade do produto, certificados pelas Normas da Série 9000 (capítulo 6.1 do Código IMDG).

Ter disponível para qualquer solicitação por parte da DPC, documentação e controles que comprovem a existência do cumprimento das recomendações contidas ao final do Certificado de Homologação, isto é, as embalagens que transportam substâncias perigosas devem sofrer um controle do seu destino e das substâncias que se pretende envasar, assim como dos responsáveis pela operação de envase.

4) Produção

Apresentar Declaração assinada pelo Responsável Técnico da empresa de acordo com o Anexo 1-E, afirmando que os protótipos foram fabricados obedecendo os requisitos estabelecidos em capítulo pertinente do Código IMDG, assim como a produção do modelo aprovado pela DPC se pautará pelos mesmos, a fim de que se venha obter um correto e permanente controle da qualidade.

5) Outros documentos técnicos

I) Arranjos de conjuntos;

II) Listas de componentes;

III) Proposta de Planilha de Testes para homologação do protótipo que deve citar as normas que pretende atender. Deverá ser dada especial atenção à solicitação de testes adicionais para as embalagens que venham a transportar produtos que exijam testes específicos, tais como os de hermeticidade e os classificatórios previstos no Recommendations on the Transport of Dangerous Goods - Model Regulations ou Manual of Tests and Criteria (publicações da ONU);

IV) Outros documentos solicitados pela DPC para melhor elucidação ou por exigência específica de um teste, como é o caso, por exemplo, do teor de sólidos e álcool na nitrocelulose, em que é imprescindível a declaração técnica do fabricante atestando tais dados; e

V) Quando as especificações de um produto indicar que ele deve ser transportado com um percentual mínimo de água/álcool para estabilização, o Responsável Técnico pela composição deverá declarar o percentual e o tipo de álcool utilizados no teste de perda de fluidos, e ainda, que esses dados são idênticos aos previstos para produção e transporte do produto.

e) Resumo da documentação

Deverão ser agrupados em pasta os seguintes documentos:

1) Requerimento à DPC, de acordo com o modelo constante do Anexo 1-B;

2) Autorização para Recolhimento de amostras, de acordo com o modelo do Anexo 1-B;

3) Cópia Autêntica do Contrato Social registrado na Junta Comercial;

4) Procuração para Representante junto à DPC caso aplicável;

5) Informação do nome do laboratório onde pretende que se desenvolvam os testes homologatórios, de acordo com o item 0107 a);

6) Licença de instalação e funcionamento e Certificado de Aprovação de destinação de rejeitos industriais para empresas recuperadoras de embalagens, de acordo com o item 0206;

7) Pedido de revalidação de Certificado de Homologação de acordo com o modelo constante do Anexo 1-D;

8) Memorial Descritivo de acordo com o item 0206, d) 1);

9) Desenhos, com a composição da massa injetada, em se tratando de embalagens plásticas, de acordo com o item 0206, d) 2);

10) Declaração de controle de qualidade, acordo o item 0206 d) 3);

11) Declaração do Responsável Técnico quanto à produção, de acordo com o item 0206, c) 4);

12) Planilha de Testes, de acordo com o item 0206, d) 5) III) e IV);

13) Relatório de Testes de Embalagem, de acordo com o item 0261;

14) Requerimento solicitando o não arquivamento de documentação, de acordo com o item 0114 a);

15) Título de registro, cópia autêntica, para empresas que pretendam transportar explosivos, de acordo com o item 0276;

16) Quando se tratar de explosivo militar, declaração, assinada por Responsável Técnico, contendo as características constantes do item 0292; e

17) Declaração de Anuência de acordo com o Anexo 2-F.

0207 - CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO

Deverá ser consultado o item 0110 do Capítulo 1 desta norma.

SEÇÃO III

CLASSIFICAÇÃO DA MERCADORIA PERIGOSA

0208 - RESPONSABILIDADE

A classificação deverá ser feita pelo embarcador, consignante, expedidor ou autoridade competente, quando determinado.

0209 - CLASSES E DIVISÕES

As substâncias, incluindo as misturas e soluções, e artigos sujeitos ao prescrito no Código IMDG, estão agrupados nas classes de 1 a 9 de acordo com o risco mais predominante presente. Algumas das classes são subdivididas em divisões. São as seguintes:

Classe 1: são as substâncias explosivas (não é incluída na classe as substâncias que não sendo elas propriamente explosivas, se comportam como tal em atmosferas de gás, vapor ou poeira), excetuam-se as substâncias que são muito perigosas para o transporte ou aquelas onde o risco predominante é mais apropriado para outra classe; artigos explosivos, exceto dispositivo contendo substâncias explosivas em quantidade ou característica tal que sua inadvertida ou acidental ignição, ou iniciação durante o transporte, não causará nenhum efeito externo por projeção, fogo, fumaça, calor ou elevado ruído; e, substâncias e artigos não mencionados anteriormente mas que são manufaturados com o objetivo de produzir, na prática, um efeito explosivo ou pirotécnico.

É proibido o transporte de substâncias explosivas excessivamente sensíveis, ou tão reativas que são sujeitas a uma reação espontânea.

A classe 1 é subdividida:

Divisão 1.1 - substâncias e artigos que apresentam explosão em massa.

Divisão 1.2 - substâncias e artigos que tem risco de projeção, mas não têm o risco de explosão em massa.

Divisão 1.3 - substâncias e artigos que têm risco de incendiar e provocar explosão ou projeção de pequena monta ou ambos, mas não apresentam o risco de explosão em massa.

Divisão 1.4 - substâncias e artigos que não apresentam risco significativo.

Divisão 1.5 - substâncias muito insensíveis que não apresentam o risco de explosão em massa.

Divisão 1.6 - artigos extremamente insensíveis que não têm risco de explosão em massa.

O número das divisões deve ser acrescido de uma letra de A a L (excluindo o I), N e S; a fim de caracterizar o grupo de compatibilidade a ser considerado para fins de transporte e estocagem.

O procedimento de classificação das substâncias ou artigos que têm ou suspeitam ter características explosivas (classe I), enquadrando-as na divisão e grupo de compatibilização adequados, terá que ser de acordo com a última versão do Manual de Testes e Critérios da Organização das Nações Unidas. Idêntico procedimento deverá ser seguido para a substância das classes citadas em 0230.

Classe 2: compreende os gases comprimidos, liquefeitos, em solução, liquefeitos e refrigerados, misturas de gases, mistura de um ou mais gases com um ou mais vapores de substâncias de outras classes, artigos carregados com gás, hexafluoreto de telúrio e aerosóis.

A classe 2 é subdividida:

Classe 2.1 - gases inflamáveis;

Classe 2.2 - gases que não sejam inflamáveis nem tóxicos;

Classe 2.3 - gases tóxicos;

Classe 3: compreende os líquidos inflamáveis e os explosivos líquidos inertes;

Classe 4: compreende as substâncias que não sejam classificadas como explosivas e que sob determinadas condições de transporte, tornam-se rapidamente combustíveis ou podem causar ou contribuir para o fogo;

A classe 4 é subdividida:

Classe 4.1 - sólidos inflamáveis;

Classe 4.2 - substâncias (sólidas ou líquidas) suscetíveis de combustão espontânea;

Classe 4.3 - substâncias (sólidas ou líquidas) que em contato com a água emitem gases inflamáveis;

Classe 5: é constituída pelas substâncias oxidantes (classe 5.1) e os peróxidos orgânicos (classe 5.2);

Classe 6: é constituída pelas substâncias tóxicas (classe 6.1) e as infecciosas (classe 6.2);

Classe 7: compreende os substâncias que emitem radiações onde a concentração e o total da atividade estão dentro de parâmetros estabelecidos no Código IMDG. No Brasil é a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN quem estabelece as normas para embalagem, testes e transporte;

Classe 8: são as substâncias corrosivas, isto é, aquelas que por reação química causam grande dano quando em contato com o tecido vivo, ou em caso de vazamento, danificará materialmente, ou até mesmo destruirá outras mercadorias ou meios de transporte;

Classe 9: compreende as substâncias e artigos não enquadrados nas outras classes como a experiência tem mostrado ou pode mostrar, e com características tais como as previstas no SOLAS/74 ou como emendado, ou aquelas não sujeitas ao Código IMDG, mas previstas no anexo III da MARPOL73/78;

Quanto aos propósitos das embalagens, as substâncias de todas as classes que não as da classe 1, 2, 5.2, 6.2 , 7 e as auto reativas da classe 4.1 são enquadradas em três grupos, de acordo com o grau de perigo apresentado pela substância. Os grupos de embalagem têm os seguintes significados:

Grupo de embalagem I: substâncias apresentando alto perigo;

Grupo de embalagem II substâncias apresentando perigo médio; e

Grupo de embalagem III: substâncias apresentando baixo perigo.

O grupo de embalagem ao qual a substância pertence está previsto na Lista de Mercadorias Perigosas constante do Código IMDG.

As mercadorias perigosas são caracterizadas pelo número UN e pelo nome próprio de embarque (PSN - proper shipping name) de acordo com sua classificação de risco e sua composição. Sendo obrigatório o seu uso conforme estipulado na regra 4-1/VII da SOLAS.

As substâncias classificadas como Poluentes Marinhos, isto é, aquelas que são definidas como prejudiciais ao meio ambiente marinho, têm assinaladas na Lista de Mercadorias Perigosas:

a) a letra "P" nas substâncias com potencial poluente;

b) as letras "PP" nas substâncias que apresentam um intenso potencial poluente.

Além das caracterizações supra citadas, são etiquetadas com as palavras "MARINE POLLUTANT" . Devem ser embaladas de forma adequada, estocadas e peiadas de forma a minimizar o risco de dano marinho, sem prejuízo da segurança do navio e do pessoal de bordo; seu alijamento é proibido, exceto quando o propósito for o de assegurar a segurança do navio ou a salvação da vida humana no mar (constam do anexo III da MARPOL 73/78).

Quando se suspeita que a substância, material ou artigo possui propriedades poluentes e não são identificadas no Código IMDG, todos os dados relevantes devem constituir um processo a ser submetido ao GESAMP (órgão da IMO).

SEÇÃO IV

LISTA DE MERCADORIAS PERIGOSAS

0210 - COMPOSIÇÃO

No Código IMDG, a lista se apresenta em colunas e, basicamente, inclui os nomes próprios de embarque de todas as mercadorias perigosas que podem ser transportadas de acordo com o previsto na mesma. Tal, somente ocorrerá, quando suas propriedades tiverem sido determinadas e as mesmas classificadas de acordo com a classe e critérios de aprovação nos testes.

Poderá ocorrer de constar na Lista dois ou mais nomes para um único número UN e a escolha será daquele que melhor descreve a mercadoria perigosa.

Quando em uma mistura de mercadorias perigosas constar a sigla "N.O.S", não especificado de outra maneira ("not otherwise specified"), torna-se necessário incluir entre parênteses um ou mais nomes que mais contribuirem para caracterizar o risco desta mistura; também pode constar um nome químico usado comumente. No caso de pesticidas deve ser incluída na documentação de embarque a concentração da substância ativa.

Certas substâncias, pela natureza de suas composições químicas, tendem a polimerizar ou, de alguma forma, reagir perigosamente sob certas condições de temperatura ou contato com catalisadores. Elas exigem condições especiais de transporte ou o adicionamento de inibidores ou estabilizadores; estes produtos devem prevenir qualquer reação perigosa durante a viagem, se tal não ocorrer, o transporte não é permitido.

Os nomes constantes da Lista podem ser usados para o embarque de quantidades limitadas de mercadorias perigosas e por amostras.

É relevante a consulta às condições especiais pertinentes a algumas substâncias constantes da Lista.

0211 - SEGREGAÇÃO

Tendo em vista a similaridade das propriedades químicas das substâncias, elas são separadas em grupos para a finalidade de transporte e estocagem; assim, deve ser consultada a seção VII e a tabela existente no Código IMDG.

0212 - QUANTIDADES LIMITADAS

Determinadas classes de mercadorias perigosas, embaladas em pequenas quantidades, cujos limites de cada substância é previsto na Lista, podem ser transportadas sob determinadas condições e não se enquadram nas disposições da SOLAS (Regra II-2/19).

A estocagem destas substâncias será considerada como da categoria A (capítulo 7.1 do Código IMDG).

A tabela de segregação e suas recomendações não são aplicáveis às embalagens contendo mercadorias perigosas transportadas em quantidades limitadas.

A marcação e rotulagem obedecerá às normas específicas do Código IMDG para este tipo de embalagem (capítulo 3.4).

SEÇÃO V

REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS PARA EMBALAGENS E TANQUES

0213 -USO DAS EMBALAGENS, INCLUINDO OS CONTENTORES INTERMEDIÁRIOS (IBC) E GRANDES EMBALAGENS

As embalagens, tanto os IBC quanto as grandes embalagens, devem ser resistentes o suficiente para suportarem choques e carregamentos normalmente encontrados durante o transporte, igualmente, construídas de modo que o fechamento impeça qualquer perda de conteúdo quando preparada para o transporte, e sob quaisquer condições do mesmo, sejam as vibrações, mudanças de temperatura, umidade ou pressão.

Tais condições se aplicam, no que for possível, a todas as embalagens, sejam as novas, reutilizadas, recondicionadas ou recuperadas, e mesmo aos contentores intermediários novos ou reutilizados e grandes embalagens. A não ser que claramente previsto em contrário no Código IMDG, estas embalagens quando usadas para a classe 1, as auto reativas da classe 4.1 e os peróxidos orgânicos da classe 5.2, devem ater-se às condições previstas para o grupo de embalagem II.

Quaisquer embalagens usadas para sólidos que podem transformar-se em líquidos, sob as temperaturas normalmente encontradas por ocasião do transporte, devem ser capazes de conter a substância no estado líquido, e consequentemente, serem aprovadas nos testes específicos.

Quaisquer embalagens usadas para substâncias de forma granular ou pulverulenta devem ser à prova de pó, ou serem acondicionadas previamente em um invólucro interno ("liner").

0214 - USO DE EMBALAGENS DE EMERGÊNCIA PARA SUBSTÂNCIAS RECUPERADAS

As embalagens de mercadorias perigosas que tenham derramado ou vazado e a tenham danificado, podem ter estas substâncias transportadas em embalagens homologadas e devidamente marcadas.

O uso destas embalagens para outros propósitos que não os de emergência durante o transporte, requerem a aprovação de autoridade competente.

0215 - CONTENTOR INTERMEDIÁRIO (IBC)

Define-se como sendo a embalagem rígida ou flexível que não as especificadas no anexo I do Código IMDG e que:

a) tenham a capacidade:

- menor que 3 $m^3$ (3000 litros) para sólidos e líquidos dos grupos II e III;

- menor que 1,5 $m^3$ para sólidos do grupo I quando embaladas em IBC flexível, rígido, plástico, composto, papelão ou madeira; e

- menor que 3 $m^3$ para sólidos do grupo I quando acondicionado em IBC metálico.

b) sejam projetadas para permitir o transporte mecânico; e

c) sejam resistentes aos esforços produzidos por ocasião do manuseio ou transporte, como estabelecidos pelos testes.

Um IBC não pode ser ofertado ao transporte marítimo depois de expirada a data do teste ou última inspeção. Entretanto, um IBC enchido antes da data de expiração do teste ou inspeção, pode ser transportado quando o período não exceder três meses da

data que expirou o último período. Quando o transporte for para o local de inspeção, o IBC, se sujo ou vazio, poderá ser transportado após a data da inspeção; mesmos estes IBC, estão sujeitos às normas constantes do Código IMDG.

0216 - REQUISITOS ADICIONAIS PARA CONTENTORES INTERMEDIÁRIOS (IBC)

Devem apresentar uma placa confeccionada com material metálico e anti-corrosivo, permanentemente fixada à estrutura, facilmente acessível na inspeção, e contendo os dizeres estipulados no Código IMDG, que se alterarão quando o IBC for de plástico rígido e composto com recipiente interno de plástico. Quando for flexível, deve apresentar um pictograma que recomende os métodos de manuseio e içamento.

0217 - INSTRUÇÕES PARA EMBALAGENS

A Lista de Mercadorias Perigosas referencia as instruções que são aplicáveis às mercadorias das classes 1 a 9, constituindo-se em três seções (coluna 8), são designadas:

Código "P" para embalagens que não sejam IBC e grandes embalagens;

Código "B" para as embalagens IBC; e

Código "L" para as grandes embalagens.

0218 - SUBSTÂNCIAS SUSCETÍVEIS DE SE LIQUEFAZEREM DURANTE O TRANSPORTE

Estas substâncias não podem ser transportadas nas seguintes embalagens:

Tambores: 1D e 1G.

Caixas: 4C1, 4C2, 4D, 4F, 4G e 4H1.

Sacos: 5L1, 5L2, 5L3, 5H1, 5H2, 5H3, 5H4, 5M1 e 5M2.

Compostas: 6HC, 6HD2, 6HG1, 6HG2, 6HD1, 6PC, 6PD1, 6PD2, 6PG1, 6PG2 e 6PH1.

Nos contentores intermediários, as substâncias não podem ser transportadas:

a) em todos os contentores intermediários se forem do grupo I; e

b) nas embalagens abaixo se forem substâncias do grupo II e III:

Madeira: 11C, 11D e 11F.

Papelão: 11G.

Flexível: 13H1, 13H2, 13H3, 13H4, 13H5, 13L1, 13L2, 13L3, 13L4, 13M1 e 13M2.

Composto: 11HZ2, 21HZ2 e 331HZ2.

0219 - CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA AS EMBALAGENS DE MERCADORIAS DA CLASSE 1

Todas as embalagens devem conter as substâncias explosivas ou artigos, preparadas para o transporte, devidamente classificadas de acordo com a última versão do Manual de Testes e Critérios da ONU (Recommendations on the Transport of Dangerous Goods - Manual of Tests and Criteria).

As embalagens devem ser projetadas e confeccionadas de forma que:

a) protejam os explosivos, impedindo que os mesmos vazem e não aumente o risco de ignição ou iniciação quando sujeitos às condições normais de transporte, incluindo as alterações previstas na temperatura, umidade ou pressão;

b) a embalagem completa possa ser manuseada seguramente sob as condições normais de transporte; e

c) resistirão a qualquer carregamento imposto às mesmas por um empilhamento previsto que estejam sujeitas durante o transporte, nada acrescentando ao risco apresentado pelo explosivo; a função de contenção das embalagens não se alterem, e elas não se danifiquem de maneira ou extensão que venha a reduzir sua resistência ou cause instabilidade ao empilhamento.

Os dispositivos de fechamento de embalagens que contenham líquidos explosivos devem ter uma proteção dupla contra vazamentos.

As embalagens plásticas não devem ser suscetíveis de gerar ou acumular eletricidade estática tal que venha a causar nas embalagens de substâncias ou artigos explosivos efeitos de ignição ou iniciação.

Um maior nível de detalhamento é encontrado no Código IMDG.

0220 - CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EMBALAGENS DE OUTRAS CLASSES DE MERCADORIAS

A pormenorização encontra-se no Código IMDG.

0221 - USO DE EMBALAGENS PARA GRANÉIS

Algumas mercadorias perigosas podem ser transportadas a granel onde estiver indicado na Lista de Mercadorias Perigosas sob o código "BP". Existem condições especiais para as substâncias das classes 4.2, 4.3, 5.1, 6.2 e 8 previstas no Código IMDG.

SEÇÃO VI

MARCAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

0222 - EMPREGO

Ninguém poderá ofertar para embarque mercadorias perigosas embaladas que não estejam devidamente marcadas, rotuladas, com placar, descritas e certificadas na documentação de transporte e de acordo com as prescrições do Código IMDG.

O propósito de indicar corretamente o Nome Próprio de Embarque (PSN) e o número da ONU da substância ou artigo disposto para embarque, e no caso de substância poluente marinha a adição deste fato na documentação e na marcação da embalagem, é assegurar uma realista identificação durante o transporte, o que é particularmente importante no caso de acidente envolvendo estas mercadorias, pois possibilita determinar o procedimento de emergência apropriado, e no caso de poluentes marinhos, atender aos requisitos do Protocolo I da MARPOL 73/78.

0223 - USO DE EMBALAGENS DE TRANSPORTE E UNIDADES DE CARGA

Ambas são marcadas segundo as prescrições do Código IMDG, e recebem o Nome Próprio de Embarque e o número da ONU da embalagem a qual ela atende, a menos que, todos os itens de mercadorias perigosas possam expor com total visibilidade as suas respectivas marcações, isto é, as embalagens de transporte ou as unidades de carga não criam obstáculos à total visibilidade destes itens.

As unidades de carga devem ser construídas de tal forma a não causar danos às embalagens que transportam.

0224 - MARCAÇÃO

Todas as embalagens, incluindo aquelas definidas como IBC, devem ser marcadas e rotuladas, receberem etiquetas e placares e até marcas específicas como de possíveis riscos subsidiários, em função de suas características e substância ou produto transportado, e de acordo com o previsto no Código IMDG. A responsabilidade pelo correto cumprimento destas determinações é do Expedidor.

A marcação específica é a constante do Certificado de Homologação expedido pela Diretoria de Portos e Costas.

0225 - DOCUMENTAÇÃO

A documentação para transporte de mercadoria perigosa é preparada pelo Embarcador, e o modelo é o constante do anexo 5-A das NORMAM 01e 02.

SEÇÃO VII

MARCAÇÃO E CONSTRUÇÃO

0226 - CÓDIGO PARA AS EMBALAGENS

Consiste em:

- um numeral indicando a espécie da embalagem, por exemplo: tambor, caixa, saco, etc;

- uma ou mais letras de caracteres latinos, maiúsculas, indicando a natureza do material, tais como: madeira, aço, plástico, etc;e

- um numeral indicando a categoria da embalagem dentro do tipo a qual pertence.

No caso de embalagens compostas e as que acondicionam substâncias infecciosas, são usadas duas letras maiúsculas latinas em sequência, na segunda posição do código. A primeira indica o material da embalagem interna e a segunda, da externa. Em se tratando da classe 6.2, acresce-se o texto: CLASS 6.2.

O código da embalagem pode ser seguido das letras T (embalagem de emergência ), V (embalagem especial) em conformidade com o capítulo 6.1 do Código IMDG, W (embalagem do tipo indicado pelo código, e fabricada com especificação diferente, mas equivalente), R (embalagem recondicionada, que pode, ainda, ser seguida da letra L caso a mesma tenha sido aprovada no teste de estanqueidade) ou REC quando fabricada com material reciclado de acordo com o item referente às definições no Código IMDG.

A tabela abaixo indica os códigos mais comumente usados nos vários tipos de embalagens, e depende do seu tipo, material usado na construção e sua categoria:

| ESPÉCIE | MATERIAL | CATEGORIA | MARCAÇÃO | PARÁGRAFO DO IMDG |
|---|---|---|---|---|
| 1 Tambor | A - Aço | Tampa fixa | 1A1 | 6.1.4.1 |
| | | Tampa removível | 1A2 | 6.1.4.1 |
| | B - Alumínio | Tampa fixa | 1B1 | 6.1.4.2 |
| | | Tampa removível | 1B2 | 6.1.4.2 |
| | D - madeira Compensada | | 1D | 6.1.4.5 |
| | G - Papelão | | 1G | 6.1.4.7 |
| | H - Plástico | Tampa fixa | 1H1 | 6.1.4.8 |
| | | Tampa removível | 1H2 | 6.1.4.8 |
| | N - metal (que não seja aço ou alumínio) | Tampa fixa | N1 | 6.1.4.3 |
| | | Tampa removível | N2 | 6.1.4.3 |
| 3 Bombona | A - Aço | Tampa fixa | 3A1 | 6.1.4.4 |
| | | Tampa removível | 3A2 | 6.1.4.4 |
| | B - Alumínio | Tampa fixa | 3B1 | 6.1.4.4 |
| | | Tampa removível | 3B2 | 6.1.4.4 |
| | H - Plástico | Tampa fixa | 3H1 | 6.1.4.8 |
| | | Tampa removível | 3H2 | 6.1.4.8 |
| 5 Saco | H - Plástico | Impermeável | 5H3 | 6.1.4.16 |
| | L - Tecido | Impermeável | 5L3 | 6.1.4.15 |
| | M - Papel | Múltiplas camadas | 5M1 | 6.1.4.15 |

0227 - CÓDIGO PARA OS IBC

Os IBC, devem conter um código que consiste de dois numerais arábicos seguidos de uma ou mais letras características do material utilizado na fabricação e mais um numeral arábico indicando a sua categoria.

A tabela abaixo assinala alguns dos tipos e códigos mais usados nos IBC:

| MATERIAL | CATEGORIA | CÓDIGO | PARÁGRAFO DO IMDG |
|---|---|---|---|
| A - aço | Para sólidos, enchidos ou descarregados por gravidade | 11 A | 6.5.3.1 |
| | Para sólidos, enchidos ou descarregados sob pressão | 21 A | 6.5.3.1 |
| | Para líquidos | 31 A | 6.5.3.1 |
| B - alumínio | Para líquidos | 31 B | 6.5.3.1 |
| H - plástico flexível | Tecido plástico, sem revestimento ou invólucro interno | 13 H 1 | 6.5.3.2 |
| | Película plástica | 13 H 5 | 6.5.3.2 |
| L - tecido | Com invólucro interno | 13 L 3 | 6.5.3.2 |
| M - papel | Multifolheado | 13 M 1 | 6.5.3.2.3 |
| H - Plástico rígido | Para líquidos, cheios com equipamentos estruturais | 31 H 1 | 6.5.3.3 |
| G - papelão | Para sólidos, cheios ou descarregados por gravidade | 11G | 6.5.3.5 |

NOTA: O código pode ser acrescido da letra "Z" para indicar o material usado para a embalagem externa, de acordo com o parágrafo 6.5.1.4.1(b); e a "W" para indicar que o material do IBC, embora do mesmo tipo indicado pelo código, foi fabricado com especificações diferentes daquelas constantes do parágrafo 6.5.3 do Código IMDG, embora siga o previsto nos requisitos constantes do 6.5.1.1.2.

0228 - MARCAÇÃO

A marcação indica que a embalagem produzida está em conformidade com o tipo construído e testado, obedecendo ao especificado no Código IMDG, considerado por ocasião da fabricação. Ela não determina o tipo de substância que a embalagem pode transportar, pois existem especificações para cada substância ou artigo (consultar Lista de Mercadoria Perigosas).

A marcação nem sempre caracteriza o nível de detalhamento dos testes, pode-se vir a necessitar do Relatório de Teste ou, ainda, de registro de testes adicionais.

Maiores detalhamentos podem ser consultados no Código IMDG. Exemplificando:

un

**1A2/Y/100/-- (Ano de fabricação)**
**(Year of manufacture)**
**BR/TL/DPC 023/2002 RL**

a) símbolo das Nações Unidas, que nas embalagens metálicas pode ser: "UN";

b) 1A2 - é um código composto como o previsto no item 0226;

c) Y - indica o grupo da embalagem II e III. Seria X, para os grupos I, II ou III; e Z para o grupo III;

d) 100 - massa bruta expressa em kg, para os sólidos; ou a densidade relativa em que foi testada para as que contenha líquidos;

e) acrescentando-se a letra S, significará que a embalagem transportará sólidos; para as embalagens que pretendem conter líquidos (que não sejam as combinadas), a pressão hidráulica do teste a que a embalagem foi submetida, expressa em kPa, e arredondada para menos o mais próximo de 10 kPa;

f) os dois últimos dígitos do ano de fabricação. As embalagens 1H e 3H devem ter marcadas, também, o mês de fabricação, mas em outro local e com uma especificação própria;

g) BR - O país que autorizou a marcação, e com a sigla empregada no tráfego internacional pelos veículos motorizados;

h) TL - identificação do fabricante especificada pela DPC;

i) identificação da Autoridade Marítima seguida dos dados referentes ao Certificado de Homologação; e

j) deverá ser acrescida a letra R para as embalagens recondicionadas, a letra L para informar que foi submetida ao teste de estanqüeidade e "REC" quando a embalagem foi fabricada com material plástico reciclável (constante do item de definições do Código IMDG).

Todo tambor metálico com a capacidade maior que 100 litros deve receber a marcação de forma durável, no fundo, indicando em milímetros, a espessura nominal do corpo. Quando a espessura nominal do tambor for menor que a do corpo, marca-se seguidamente, no topo, as espessuras do topo, do corpo e do fundo.

Todas as embalagens que atendem o Código IMDG devem ser duráveis, legíveis e colocadas em local que se tornem visíveis. Para as embalagens de massa bruta menor que 30 kg, a marcação deve ser colocada na parte superior ou em uma das laterais. As letras, numerais e símbolos, devem ter, pelo menos, 12 mm de altura, exceto para as embalagens de 30 litros ou 30 kg ou menos, que devem apresentar a altura de 6 mm; as embalagens que apresentem 5 litros ou 5 kg ou menos, devem apresentar tamanho proporcional.

0229 - CONSTRUÇÃO E INSPEÇÃO

Face à grande abrangência dos dados construtivos, a variedade dos modelos de embalagens, e a classe do material a ser transportado, o fabricante terá que consultar as especificações contidas no Código IMDG.

A cada intervalo de cinco anos e de dois anos e meio deverão ser empreendidas inspeções conforme o prescrito no capítulo 6.1 do Código IMDG.

SEÇÃO VIII

TESTES

0230 - REQUISITOS BÁSICOS

Os testes devem ser conduzidos com as embalagens como se estivessem prontas para transporte, incluindo, quanto às embalagens combinadas, as internas. Quando a embalagem é especificada para transporte de líquidos e sólidos, os testes requeridos devem ser para ambos os estados físicos da substância.

As amostras dos vários tipos de embalagens serão submetidas a testes específicos de acordo com o previsto no Código IMDG. No entanto, quando se tratar das classes 1, 3, 4 e 9 e divisões 4.1, 4.2, 4.3, 5.1 e 5.2, há necessidade de serem atendidas as

normas quanto à classificação e a transportabilidade, especificadas no "ORANGE BOOK" (Recommendation on the Transport of Dangerous Goods - Manual of Test and Criteria).

A substância a ser transportada pode exigir testes especiais quanto à embalagem, e em consequência, a mesma poderá ser classificada como: efetivamente fechada (estanque a líquidos), hermeticamente fechada (estanque a vapor) ou seguramente fechada (seu conteúdo sólido não pode expor-se quando normalmente manuseada a embalagem). A efetivação destes testes se dará mediante solicitação conforme preconizado no item 0206, subitem 5, sub alínea IV).

A DPC promoverá a dispensa de testes, variando algum pormenor ou acrescentando testes, quando julgar justificável para obter uma confiável e realista avaliação do risco do produto. Além disso, poderá promover mais de um teste em uma só amostra.

A embalagem terá que ser hermeticamente fechada, a não ser que especificamente dito em contrário, quando: envolver vapores ou gases inflamáveis, poder tornar-se explosiva quando seca, envolver vapores ou gases tóxicos, envolver vapores ou gases corrosivos, ou possa reagir perigosamente com a atmosfera.

Todas as embalagens, incluindo os contentores intermediários (IBC), que pretendem transportar líquidos, devem ser submetidas ao Teste de Estanqueidade antes de ser empregada no primeiro transporte, antes de ser transportada tendo a mesma sido refeita ou recondicionada, e após o reparo de qualquer tipo de IBC.

Para o Teste de Estanqueidade, qualquer embalagem, mesmo os contentores intermediários (IBC), não necessitam ter seu fechamento instalado.

O receptáculo interno das embalagens compostas deve ser testado sem a embalagem externa, para não comprometer o resultado do teste. Este teste não é necessário para as embalagens internas das embalagens combinadas ou grandes embalagens.

Os IBC de plástico rígido e compostos com receptáculos internos de plástico, a não ser que claramente dito em contrário, somente podem ser usados para transporte de líquidos perigosos por um período de cinco anos a partir da data de fabricação ou menos, caso seja prescrito face a natureza do líquido a ser transportado.

O tipo da embalagem é caracterizado pelo projeto, desenho, tamanho, material, espessura, método construtivo, podendo incluir os vários tipos de tratamento da superfície. Inclui-se como sendo do mesmo modelo, as embalagens que venham apresentar uma diferença nas dimensões externas, a menor, de 5% no máximo.

Os modelos de embalagens que difiram apenas por detalhes, como menor massa ou dimensões da embalagem interna do protótipo, pode ser submetido a testes de forma seletiva, a critério da DPC; o mesmo se aplica aos tambores, sacos e caixas confeccionados com pequenas reduções em suas dimensões externas.

Quando um modelo de protótipo vier a sofrer três reprovações em um mesmo tipo de teste, ou quatro no total dos testes, o processo de homologação será arquivado, cabendo ao fabricante ou seu preposto, se for o caso, efetuar um novo processo contendo um novo projeto, e arcando com as indenizações pertinentes. A especificidade ou características técnicas das reprovações poderá ensejar uma Inspeção Inopinada (item 0115 b), com a finalidade de verificar o sistema de qualidade do produto implantado pela Empresa.

Quando uma embalagem externa de uma embalagem combinada tenha sido testada com sucesso, com diferentes tipos de embalagens internas, uma outra embalagem interna poderá ser montada nesta embalagem externa. Em acréscimo, deve ser mantido um nível equivalente de desempenho, sendo dispensada a execução de testes nas embalagens internas nas seguintes condições:

a) a embalagem interna com dimensões menores ou equivalentes pode ser aceita:

1) a embalagem interna tem um projeto similar ou diferenciando na forma, redonda ou circular;

2) o material construtivo da embalagem interna oferece uma resistência às forças de impacto ou empilhamento igual ou maior que a embalagem interna original anteriormente testada;

3) a embalagem interna apresenta aberturas ou fechamentos idênticos ou similares ao protótipo;

4) o acréscimo de material para acolchoamento é usado para ocupar os espaços vazios para evitar movimentos significativos da embalagem interna; e

5) as embalagens internas estão colocadas dentro da embalagem externa da mesma maneira em que foi testada; e

6) um menor número de testes da embalagem interna, ou de tipos alternativos da mesma, em atendimento ao acima especificado, pode ser realizado quando o material de acolchoamento foi adicionado para completar os espaços vazios para evitar movimentos significativos da embalagem interna; e

b) os artigos e as embalagens internas de qualquer tipo, para sólidos ou líquidos, estão dispensadas de submeterem-se aos testes das embalagens externas, desde que atendam as seguintes condições:

1) a embalagem externa ter sido aprovada repetidas vezes no controle de qualidade do fabricante, quando testada com embalagens internas frágeis (vidro, porcelana, por exemplo), utilizando-se a altura de queda do grupo I;

2) a massa bruta total do conjunto das embalagens internas não exceder à metade da massa bruta das embalagens internas utilizadas no teste de queda previsto na alínea anterior;

3) a espessura do material de acolchoamento entre as embalagens internas e entre estas e a face exterior da embalagem externa, não deve ser inferior à adotada na embalagem originalmente testada. Se o teste original tiver sido feito com uma única embalagem interna, a espessura do material de alcochoamento entre as embalagens internas não deve ser inferior à espessura original do material de alcochoamento entre a embalagem interna e a face exterior da embalagem externa do teste original. Quando forem utilizadas embalagens internas menores ou em menor número (em comparação com as utilizadas no teste de queda), deve ser adicionado material de acolchoamento suficiente para preencher os espaços vazios;

4) a embalagem externa pode ser capaz de ser aprovada no teste de empilhamento, quando vazia. A massa total de embalagens idênticas deve ser baseada na massa combinada das embalagens internas empregada no teste de queda referenciado em 1;

5) as embalagens internas contendo líquidos devem ser completamente envolvidas com material absorvente em quantidade suficiente para absorver todo o conteúdo líquido;

6) se uma embalagem externa destinada a conter embalagens internas para líquidos , não for estanque, ou se for destinada a conter embalagens internas para sólidos e não for à prova de pó, devem ser tomadas medidas para evitar vazamento do conteúdo, com a utilização de um forro estanque, um saco plástico ou outro meio eficaz de contenção; e

7) as embalagens devem ser marcadas de acordo com os dados fornecidos no Certificado de Homologação, indicando que foram submetidas aos testes de desempenho preconizados para o grupo I para embalagens combinadas. A massa bruta marcada, em quilogramas, deve ser a soma da massa da (s) embalagem (ns) interna (s) utilizada (s) no teste de queda referido em a. A letra "V" deverá ser empregada conforme o preconizado.

0231 - PREPARAÇÃO PARA OS TESTES

Os testes devem se desenrolar com as embalagens em condições idênticas àquelas previstas para o transporte.

A necessária coleta de amostras realizar-se-á, preferencialmente, na linha de produção, sob uma das seguintes formas:

a) no caso dos fabricantes com produção da embalagem em unidades fabris diferentes, estes pedirão a ida de Perito para efetuar a conformidade do protótipo com os desenhos, e numerar e rubricar os corpos de prova a serem transferidos para o laboratório que fora previamente autorizado. Este informar-se-á, com o Perito designado, quais serão escolhidos para os testes; e

b) quando não se aplicar a hipótese anterior, e os corpos de prova estiverem no laboratório, este deverá entender-se com o Perito designado, objetivando inteirar-se do método de escolha.

O enchimento deve ser de 98% da sua capacidade máxima no caso dos líquidos, e 95% para os sólidos.

A inspeção referida no item 0106 alínea c, que prevê a verificação da conformidade do modelo testado, pode se dar nesta etapa, e, na realidade, constitui-se no conjunto de uma inspeção visual com as medições, e visando a compatibilização das características físicas do modelo, com os desenhos e dados do Memorial Descritivo.

As embalagens combinadas, projetadas para o transporte tanto de líquidos quanto para sólidos, devem ser testadas conforme o previsto para as duas condições.

No caso de sólidos, a substância que substituir o conteúdo deverá apresentar as mesmas características físicas (massa, granulometria, etc).

Quando outra substância for usada nos testes para os líquidos, deve apresentar a densidade relativa e viscosidade similar à transportada.

As embalagens de papel ou papelão devem ser dispostas pelo menos por 24 horas, em ambiente com temperatura e umidade relativa controladas.

Nas embalagens combinadas, poderá haver a dispensa de testes das embalagens internas de qualquer tipo, para sólidos ou líquidos, quando colocadas e transportadas numa embalagem externa, sem que tenham sido ensaiadas, e desde que respeitadas condições específicas. Exemplo:

a) a massa bruta do conjunto das embalagens internas não deve exceder à metade da massa bruta das embalagens internas utilizadas no ensaio de queda da condição inicial;

b) a embalagem externa aprovada quando ensaiada com embalagem interna frágil, considerando-se o maior rigor dos ensaios (grupo I); e

c) a espessura de alcochoamento for maior ou igual à espessura da embalagem original.

Devem ser repetidos os testes:

a) que o Perito julgar mais significativo, face o tipo da embalagem, coletando-se as amostras diretamente na produção, pelo menos em uma oportunidade durante a vigência do Certificado de Homologação;

b) sempre que houver alteração de desenho, material, composição e seu percentual, ou modo construtivo;

c) quando houver reprovação, somente poderá ser programada a realização dos testes com o novo protótipo, após a análise de uma justificativa técnica que explane os motivos que levaram à reprovação, como também, as alterações sofridas pelo novo protótipo; e se for o caso, a substituição de desenho(s) ou Memorial Descritivo; e

d) a qualquer tempo, poderá ser requerida prova, através dos testes previstos no Código IMDG, de que a produção em série encontra-se compatível com o projeto do protótipo que foi submetido aos testes de homologação.

0232 - TESTE DE QUEDA

a) Número de amostras e orientação para a queda

As quedas deverão se dar de acordo com o prescrito na tabela abaixo, e ser priorizada a posição mais desfavorável, ou seja, adotar a orientação que possa aproximar-se o máximo possível da posição que vier a causar o maior dano na amostra.

As embalagens metálicas, e as de plástico que após à queda sofrem deformação acentuada, deverão sofrer equalização das pressões interna e externa, com o propósito de detectar pequenos vazamentos:

| EMBALAGEM | QUANTIDADE DE AMOSTRAS | ORIENTAÇÃO PARA A QUEDA |
|---|---|---|
| Tambor de aço, alumínio, qualquer outro metal, papelão, fibra ou plástico;<br><br>Bombona de aço, alumínio, ou plástico;<br><br>Barril de madeira; e embalagens compostas com o formato de tambor. | Seis (3 para cada queda) | 1ª) Três amostras da embalagem chocar-se-ão, diagonalmente, contra a borda, costura ou aro; e<br>2ª) As demais amostras serão lançadas contra a parte mais fragilizada não testada anteriormente (um fecho, costura, quina, contra a tampa ou fundo, longitudinalmente). |
| Caixas de madeira, papelão, fibra, plástico, aço ou alumínio; e embalagens compostas similares. | Cinco (uma para cada tipo de queda) | As quedas deverão se dar contra o fundo, tampa, lateral maior, lateral menor e uma quina ou canto. |
| Sacos com uma camada e uma costura lateral. | Três (três tipos de quedas por saco) | As quedas deverão se dar contra a lateral maior, menor, e uma extremidade (cada saco será lançado três vezes). |
| Sacos com uma camada e sem costura lateral ou multifoliado | Três (dois tipos de quedas por saco) | As quedas deverão se dar contra a lateral maior e fundo (cada saco será lançado duas vezes). |

NOTAS:

1) as amostras a serem testadas e seu conteúdo terão as temperaturas reduzidas a um mínimo de - $18^0$ C, quando se tratar dos seguintes tipos: tambores e bombonas de plástico; caixas plásticas que não sejam de poliestireno expandido; embalagens compostas com material plástico; e embalagens combinadas com embalagem interna plástica que não seja saco plástico que pretenda transportar sólidos ou artigos. É permitida a adição de anti-congelante, com o intuito de manter os líquidos no estado;

2) as embalagens de tampa removível para líquidos não devem ser submetidas ao teste de queda antes de, pelo menos, 24 horas após o enchimento e fechamento, a fim de possibilitar o ajustamento natural das gaxetas.

3) As embalagens que transportam substâncias estabilizadas em álcool ou água a um determinado percentual, previsto no Código IMDG, após o teste de queda, deverão ser submetidas ao teste de perda de fluidos por 28 dias em estufa a $40^0$ C ± $2^0$ C, conforme a seguir:

- Todas as amostras deverão ser previamente pesadas na condição em que forem colocadas na estufa; e

- No caso de embalagens combinadas, três amostras deverão entrar na estufa sem o componente externo da embalagem.

Fórmula a ser aplicada:

$$\text{Percentual de Perda} = \frac{(m_1 - m_2) \times 100}{m_1}$$

Onde:

$m_1$: massa da amostra antes da entrada na estufa;

$m_2$: massa da amostra após retirada da estufa.

- Critério de aprovação:

O percentual de perda deverá ser subtraído do percentual declarado para teste e transporte, não podendo o resultado ser menor que o especificado no Código IMDG para a substância a ser transportada."

b) Altura de queda

Deve ser considerado que a queda se dará contra uma superfície lisa, rígida e perfeitamente horizontal.

| CONDIÇÃO | GRUPO DE EMBALAGEM I | GRUPO DE EMBALAGEM II | GRUPO DE EMBALAGEM III |
|---|---|---|---|
| A | 1,8 m | 1,2 m | 0,8 m |
| B | 1,8 m | 1,2 m | 0,8 m |
| C | d x 1,5 m | d x 1,0 m | d x 0,67 m |

CONDIÇÃO A: para sólidos ou líquidos, caso o teste tenha sido executado para o transporte de sólidos ou líquidos ou outra substância que tenha as mesmas características físicas.

CONDIÇÃO B: para líquidos, caso o teste tenha sido executado com água, e a substância a ser transportada apresente uma densidade relativa até 1,2.

CONDIÇÃO C: para líquidos, caso o teste tenha sido executado com água, e a substância a ser transportada apresente uma densidade relativa (d) maior que 1,2; o primeiro decimal deve ser arredondado para cima.

c) Critério de aprovação

1) em toda embalagem que contenha líquido, para ser constatado algum vazamento, deve-se estabelecer o equilíbrio entre a pressão externa e interna, tal não é necessário para as embalagens internas das embalagens combinadas;

2) quando uma embalagem para sólidos é submetida ao teste de queda, e a sua face superior é a que se choca contra o piso, a amostra será considerada como aprovada, caso todo o seu conteúdo seja retido pela embalagem ou receptáculo interno (exemplo: saco plástico), mesmo que o fechamento não venha mais a se comportar como retendo a poeira ("sift-proof");

3) a embalagem ou embalagem externa de uma embalagem composta ou combinada, não poderá exibir qualquer dano suscetível de afetar a segurança durante o transporte. Assim, nenhum vazamento da substância nela contida, proveniente da embalagem ou receptáculo interno, poderá ser observado;

4) nenhum dano que afete a segurança durante o transporte, poderá ser observado na camada mais extrema de um saco ou em uma embalagem externa;

5) não será considerada uma reprovação da amostra quando ocorrer um discreto respingo em um fechamento da embalagem após a mesma ter sido submetida à queda, e desde que nenhum vazamento venha a ocorrer posteriormente;

6) nas embalagens de substâncias da classe 1, não é permitido derramamento de qualquer espécie proveniente da embalagem externa;

7) tendo havido a reprovação de um protótipo, o reinício dos testes para tentar a aprovação do modelo, somente se dará após uma justificativa técnica e a pormenorização das etapas construtivas que foram realizadas no novo protótipo para sanar a causa da reprovação; e

8) Caso haja reprovação em uma das amostras, durante a realização dos testes, apenas será permitida uma única reclassificação de grupo ou densidade, não sendo esta cumulativa.

d) Altura de queda em função da classe da substância

Existem requisitos que devem ser observados quanto à altura de queda:

1) Classe 1, é testada como grupo II, e o critério de aprovação especifica a inexistência não só de rupturas como de respingos;

2) Classe 2, não regulamentada;

3) Classe 3, onde o grupo é função do "flash point" (ponto de fulgor): grupo I $35^0$ C, grupo II $23^0$ C e grupo III $23^0$ C $61^0$ C;

4) Classe 4, a decisão prende-se aos testes da seção 33 do volume II do Orange Book (publicação citada em 0203 alínea l);

5) Classe 5, a decisão prende-se aos testes da seção 34 do volume II do Orange Book;

6) Classe 6, é função da toxidade, e os requisitos os previstos no capítulo 2.6 do volume I do Orange Book;

7) Classe 7 conforme legislação da Comissão Nacional de Energia Nuclear; e

8) Classe 8, a decisão prende-se à toxidade da poeira e vapores inalados e ingestão ou contato com a derme, e os requisitos os previstos no capítulo 2.8 do volume I do Orange Book.

0233 - TESTE DE ESTANQUEIDADE

Este teste deve ser aplicado em todos os modelos de embalagens que pretendam transportar líquidos, excetuando-se as embalagens internas das embalagens combinadas. O número de amostras a serem testadas por modelo será de 3 (três).

Preparação das amostras para o teste: selar as aberturas ou substituí-las por um fechamento cego.

A amostra deve ser mantida sob a água durante 5 (cinco) minutos, enquanto a pressão interna de ar aplicada é de 30 kPa (0,3 bar) para o grupo de embalagem I, e de 20 kPa (0,2 bar) para os grupos II ou III.

O método aplicado para manter a amostra sob a água, não é determinante para o critério de aprovação, que se constitui em verificar a inexistência de vazamentos.

0234 - TESTE DA PRESSÃO INTERNA (HIDRÁULICA)

Este teste deve ser aplicado em todos os modelos de embalagens metálicas, plásticas e compostas que pretendam transportar líquidos, excetuando-se as embalagens internas das embalagens combinadas. O número de amostras por modelo será de 3(três).

Preparação das amostras para o teste: selar as aberturas ou substitui-las por um fechamento cego.

A pressão interna, hidráulica (manométrica), a ser aplicada de forma contínua e uniforme, nas embalagens metálicas e compostas (vidro, porcelana e cerâmica) deve ter a duração de 5 (cinco) minutos, e as embalagens plásticas e compostas com material plástico, de 30 (trinta) minutos; e tornar-se-á parte integrante da marcação que a embalagem vier a apresentar. A pressão é determinada por um dos seguintes métodos:

a) pressão total a $55^0$ C menos 100 kPa vezes 1,5;

b) pressão de vapor do produto a $50^0$ C vezes 1,75 menos 100 kPa, desde que maior ou igual a 100 kPa;

c) pressão de vapor do produto a $55^0$ C vezes 1,50 menos 100 kPa, desde que maior ou igual a 100 kPa; e

d) pressão manométrica de trabalho maior ou igual a 250 kPa para as embalagens das substâncias do grupo I. Neste caso o tempo despendido na aplicação da pressão hidráulica é função do material construtivo da embalagem (5 ou 30 minutos).

O critério de aprovação é a inobservância de vazamentos.

0235 - TESTE DE EMPILHAMENTO

Este teste se aplica a todos os tipos de embalagens, exceto aos sacos.

O número de amostras por modelo, será de três.

Aplica-se a carga equivalente ao peso total das embalagens idênticas que possam ser empilhadas sobre ela durante o transporte por um período de 24 horas; a altura mínima da pilha, incluindo a amostra, é de 3 (três) metros. Esta carga pode ser calculada pela fórmula abaixo no caso de três corpos de prova:

$$\text{Carga total} = 3W \left(\frac{E}{H} - 1\right) \quad \text{(expressa em kgf)}$$

Onde:

E - altura do empilhamento em mm (3000 mm)

H - altura da embalagem em mm

O resultado da expressão entre parênteses deve ser aproximado para a dezena superior mais próxima.

W - peso total da embalagem em kg (o peso do conteúdo considerando a densidade do líquido que se pretende envazar + peso da embalagem vazia).

Os tambores e as bombonas de plástico, assim como as embalagens compostas 6HH1 e 6HH2 que pretendam transportar líquidos, serão submetidas à temperatura mínima de $40^0$C por um período de 28 dias, tanto quando as respectivas tampas sejam removíveis ou fixas; é exigido o registro gráfico das temperaturas ao longo do período dos testes.

O critério de aprovação deve ater-se à inexistência de vazamentos, no caso das embalagens compostas ou combinadas, provenientes da embalagem ou do receptáculo interno. Igualmente, não poderá ser observada deformação que afete a segurança do transporte, nem distorção que reduza sua rigidez estrutural ou possa causar instabilidade ao empilhamento das embalagens.

As embalagens testadas devem ter suas respectivas temperaturas igualadas à temperatura ambiente, antes que sejam avaliadas, e se possa constatar a estabilidade da pilha, e a consequente aprovação no teste.

0236 - TESTE DE TANOARIA

Abolido pela emenda 32-04 do Código IMDG.

0237 - TESTE DE RECEPTÁCULOS PARA GASES

Os receptáculos metálicos estão sujeitos não só ao teste inicial, como também às inspeções periódicas, de acordo com o capítulo 6.2 do Código IMDG:

a) teste inicial do modelo:

(1) Em uma amostra:

- teste para verificação da tensão do material, resistência à tração, e deformações;
- medição da espessura da parede no ponto mais fino, e cálculo da tensão; e
- verificação da homogeneidade do material em cada lote produzido, bem como - inspeção externa e interna das condições gerais dos receptáculos.

(2) Para todas as unidades:

- Teste de Pressão Hidráulica;
- Inspeção da marcação nos receptáculos; e
- Teste pneumático.

b) inspeção periódica:

- Teste de Pressão Hidráulica;
- Verificação das condições externas e internas dos receptáculos; e
- Verificação do equipamento de fabricação e marcações.

As inspeções e testes acima mencionados serão realizados de acordo com as normas da International Standard Organization (ISO) constantes dos itens 6.2.2.1 a 6.2.2.4 do IMDG Code (Emenda 31-02).

c) aerossóis e pequenos receptáculos para gases:

(1) teste de estanqueidade para todas as unidades produzidas que devem ser submetidas ao banho de água quente (tal fato deve ser lançado como "Nota", nos Certificados de Homologação, capítulo 6.1 do Código IMDG). A temperatura e duração do teste deve ser tal que a pressão interna do receptáculo seja idêntica àquela que seria alcançada a $55^0$ C, ou $50^0$ C, se o líquido não exceder 95% da capacidade do receptáculo a esta temperatura. Na hipótese do conteúdo ser sensível à temperatura ou o receptáculo for de material plástico, deformável nas supracitadas condições térmicas, o banho poderá situar-se entre $20^0$ C e $30^0$ C, sendo que haverá a necessidade de que uma amostra em cada duas mil seja submetida à mais alta temperatura. Para fim de homologação o teste deverá ser realizado com três corpos de prova.

O critério de aprovação é o de não ser constatado vazamento ou deformação permanente no receptáculo, esta última é aceita no caso de receptáculos plásticos;

(2) teste da pressão hidráulica em embalagem de aerossol - NBR 14720/2001:

Requisitos:

- O fabricante deverá informar a pressão máxima de formulação a 50º C (MPa), para a qual a embalagem para aerossol está dimensionada;
- Deverão ser ensaiadas duas amostras;
- Deverá ser utilizada uma bomba hidráulica com um conector, manômetro com resolução de 0,01 MPa e indicador de pressão máxima;
- Antepara de proteção para o operador.
- Ensaio de reversão do domo:
- A embalagem vazia deve ser firmemente presa à bomba hidráulica. Deve permanecer livre, suspensa e sem qualquer restrição às suas paredes;
- A embalagem deve ser submetida a uma pressão igual a 1,5 vezes a pressão máxima de formulação a 50º C, sendo mantida esta pressão durante 25 segundos, sem que ocorra qualquer vazamento ou reversão completa do domo;
- A pressão deve ser aumentada até que ocorra a reversão completa do domo.
- Ensaio de estouro:
- A partir do ensaio de reversão do domo, a pressão deve ser aumentada até atingir um valor igual a 1,8 vezes a pressão de formulação a 50º C, sendo a mesma mantida durante 25 segundos; sem que ocorra qualquer rompimento ou vazamento;
- A pressão deverá ser aumentada até que ocorra um vazamento.

Notas:

1) A elevação de pressão durante os testes deverá ser sempre igual a 0,1 MPa/s, a fim de evitar resultados falsos;

2) Todos os valores registrados (MPa) deverão constar do Relatório de Testes;

3) As duas amostras serão submetidas ao ensaio de reversão do domo e estouro.

Na Lista de Mercadorias Perigosas (UN 1950 - Aerossol) constante do volume 2 do Código IMDG, estão especificados requisitos, instruções e testes que devem ser obrigatoriamente atendidos (capítulo 3 requisitos 63, 190, 191 e 913; e capítulo 4, requisitos P003 (embalagem externa) e PP17(quando caixa de papelão, não exceder 55Kg). Além disso, as válvulas devem ser protegidas contra o choque ou impacto, através de uma cápsula seguramente fixada ao receptáculo, ou dentro do receptáculo de forma que não seja acionada na hipótese de queda do receptáculo ou ainda, construído de forma que o receptáculo seja inserido em uma cesta ou caixa como embalagem externa, constituindo-se uma embalagem combinada. Esta embalagem combinada deverá ser submetida aos testes de desempenho para embalagens em geral.

0238 - TESTE DAS EMBALAGENS PARA AS SUBSTÂNCIAS DA CLASSE 6.2

São os previstos no capítulo 6.3, do volume 1, do Código IMDG.

0239 - TESTE DE ABSORÇÃO DE ÁGUA

Realizado em todas as embalagens de papelão e papéis não absorventes, devendo ser empregado o Método de Cobb preconizado na ISO 535:1999; o valor encontrado para aprovação do teste deverá ser menor que 155 g/m$^2$. A legislação nacional NBR 7153, NBR NM-ISO 187:1996, 186:1998 e 535:1999 são atinentes ao assunto.

Deverão ser utilizados dez corpos de prova com dimensões de 125 x 125 mm, cortados cinco de cada lado da amostra, sendo que a face dos 10 (dez) corpos de prova, a serem testados, deverão corresponder à face externa da embalagem. O tempo de duração, para cada amostra, deverá ser de 30 minutos.

A aparelhagem necessária, que obrigatoriamente deverá possuir certificação de empresa credenciada pelo INMETRO, é a seguinte:

- dispositivo de Cobb que, em geral, consiste de um anel metálico com diâmetro interno de 112,8 ± 0,2mm (100 mm²) de área, 25 mm de altura e aproximadamente 6 mm de espessura, colocado sobre uma base plana quadrada, rígida, com superfície plana e macia, de 150 mm de lado e fixado por sistema apropriado, contando com uma borracha de dimensões adequadas colocada entre o corpo de prova e a base, sendo submetido a um aperto que impossibilite vazamento de água;
- cronômetro com leitura em segundos;
- balança de precisão de 0,01 g de acurácia em toda a faixa de leitura;
- copo ou pipeta com graduação para medição de 100 ± 5 ml da água destilada ou deionizada que será colocada no interior do cilindro, a embalagem desta água deve estar inviolada a fim de comprovar-se a procedência e ser descartada após cada determinação;
- rolo metálico e largura de 200 mm, diâmetro 90 ± 10 mm e massa de 10,0 ± 0,5 kg.

Para cada corpo de prova proceder da seguinte maneira:

- colocar sobre a base do dispositivo a borracha seca, e sobre esta, o corpo de prova previamente pesado, tendo o cuidado de posicionar a face a ser testada para cima. Colocar em seguida o anel metálico e prendê-lo por meio do dispositivo de fixação;
- adicionar cuidadosamente, e o mais rápido possível, 100 ml de água destilada dentro do anel, disparando simultaneamente o cronômetro. Deixar a água em contato com o corpo de prova durante 30 minutos. Após ter decorrido este tempo, retirar a água do interior do anel, cuidando para que esta não entre em contato com a parte seca do corpo de prova;
- eliminar o excesso de água da superfície da amostra, colocando-a entre duas folhas de papel absorvente normalizado e pressionando com um rolete compressor de peso padronizado em 10 kg, passando-o duas vezes (ida e volta) sobre o corpo de prova;
- pesar imediatamente o corpo de prova, e por diferença com a massa inicial, verificar se o resultado é menor que 155, sendo o resultado fornecido com três algarismos significativos. Um fato que invalide uma das medições, obrigará a repetição do teste;
- atender ainda às seguintes especificações:

tempo para remover a água em excesso: 1755 a 1815 s

tempo para remover a água com o papel absorvente após remover o excesso de água: 15 ± 2 s

atmosfera normalizada para os ensaios/testes: 23° C/50% UR, sendo permitida em regiões tropicais, 27° C/65%UR.

- para que o sistema opere com a máxima eficiência, é necessário que:

a diferença entre as temperaturas máxima e mínima, em um determinado local de trabalho, durante qualquer período de 30 minutos, não exceder a 1º C;

a variação da temperatura média em um determinado ponto durante dois períodos diferentes de 30 minutos em 24 horas, não deve exceder 0,5 °C; e

a temperatura em qualquer instante não deve variar mais do que 0,5º C entre dois pontos diferentes no local de trabalho.

- o papel absorvente normalizado tem especificação técnica (NBR 14479) seguinte:

gramatura de 250 ± 25 g/m²;

absorção Klemm > 50 mm;

incremento de massa com água de 450 ± 50 g/m²;

alteração dimensional de 3%; e

composição de 100% de fibras virgens.

No caso da embalagem em saco de papel (5M2), onde é obrigatória a constatação de que a mesma não absorve água, e na ausência de teste específico constante no Código IMDG, deve-se valer da norma IPT-NEA 14 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP).

SEÇÃO IX

CONTENTOR INTERMEDIÁRIO

0240 - REQUISITOS APLICÁVEIS

Os contentores e seus acessórios poderão não seguir estritamente os requisitos previstos no Código IMDG, mas as alternativas empregadas somente terão validade com a aprovação da DPC; neste caso, a letra W seguirá o código da embalagem, e significará que a mesma foi produzida com especificações diferentes, mas devidamente aprovadas.

0241 - INSPEÇÃO

Todo contentor deverá ser inspecionado pela DPC, obedecendo a seguinte sistemática:

a) antes de ser colocado em serviço, e, posteriormente, em intervalos menores que 5 (cinco) anos, para: constatar se a marcação está apropriada; existe conformidade com o projeto; as condições externa e interna são adequadas; e o funcionamento de seus acessórios é adequado; e

b) em intervalos menores que dois anos e meio, para: as condições externa e interna e o correto funcionamento de seus acessórios estão adequadamente corretos.

O isolamento térmico poderá ser removido o necessário para permitir o exame do corpo do contentor.

O Relatório de Conformidade constante do ANEXO 2-B, será emitido para consubstanciar a realização da inspeção.

0242 - MARCAÇÃO

A marcação indica que o contentor que a recebe corresponde ao modelo testado, e atende, também, às mesmas especificações do protótipo homologado.

O sistema de marcação primária consiste e um número com dois dígitos indicando a sua categoria:

| TIPO | PARA SÓLIDOS, ENCHIMENTO OU DESCARGA | | PARA LÍQUIDOS |
|---|---|---|---|
| | Por Gravidade | Quando a pressão for maior que 10 kPa (0,1 bar) | |
| Rígido | 11 | 21 | 31 |
| Flexível | 13 | - | - |

Nota: o item 0227 fornece um maior detalhamento.

Segue uma letra que caracteriza o grupo da embalagem para a qual o protótipo foi testado:

X - para os grupos de embalagem I, II ou III (somente para os contentores sólidos);

Y - para os grupos de embalagem II e III; ou

Z - somente para o grupo de embalagem III.

Acresce-se os dígitos correspondentes ao mês e ano de fabricação; o país que autorizou a colocação da marcação (sigla dos veículos no tráfego internacional); sigla do fabricante como especificado pela autoridade competente; carga aplicada no teste de empilhamento expressa em kg ou o "0" quando não foi projetado para receber empilhamento; e a massa bruta máxima. Exemplifiquemos:

13H3/Z/ 03 99
BR/XXX DPC 099/2002/5500/1500

31HA1/Y/ 05 99
BR/XXX DPC 100/2002/10800/1200

11G/Z/ 06 99
BR/XXX DPC 101/2002/0/500

0243 - MARCAÇÃO ADICIONAL

As informações abaixo devem constar de uma placa resistente à corrosão e permanentemente fixada em local acessível para que permita acesso rápido à inspeção; no caso dos contentores metálicos a placa deve ser metálica:

| Marcação Adicional | Categoria do Contentor | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Metal | Plástico Rígido | Composto | Papelão | Madeira |
| Capacidade em litros a $20^0$ C (*) | X | X | X | | |
| Peso bruto da embalagem em kg (*) | X | X | X | X | X |
| Pressão do teste em kPa, se for o caso (*) | | X | X | | |
| Pressão máxima de enchimento ou descarga em kPa ou bar, se for o caso (*) | X | X | X | | |
| Material do corpo da embalagem e sua espessura mínima em mm | X | | | | |
| Data do último teste de estanqueidade, se for o caso (mês e ano) | X | X | X | | |
| Data da última inspeção (mês e ano) | X | X | X | | |
| Número de série de fabricação | X | | | | |

(*) a unidade usada deve ser indicada

Os contentores flexíveis devem receber um ou mais pictogramas onde fiquem claras as instruções de manuseio e levantamento.

Os receptáculos internos dos contentores compostos devem mostrar, pelo menos, as seguintes informações:

a)a marcação UN conforme o explanado no item 0242;

b)a data de fabricação conforme consta da marcação; e

c)a sigla BR.

Quando o contentor composto for ser transportado com a intenção de desmontar a embalagem externa (como o retorno ao consignante original), cada uma das peças devem ser marcadas com o mês e ano de fabricação e o nome ou sigla do fabricante como constante do Certificado de Homologação.

0244 -REQUISITOS PARA OS CONTENTORES INTERMEDIÁRIOS METÁLICOS

Aplicam-se às três categorias de contentores metálicos: transportam sólidos e são enchidos e descarregados por gravidade (11A, 11B e 11N); transportam sólidos e são enchidos e descarregados a uma pressão maior que 10 kPa (21A, 21B e21N); e os que transportam líquidos (31A, 31B e 31N).

Os corpos devem ser metálicos e com ductilidade adequada. Soldas feitas com bom acabamento e completa segurança.

Os contentores de alumínio que pretendam transportar líquidos inflamáveis não poderão ter partes móveis.

Os contentores flexíveis devem apresentar a razão 2:1 como relação entre a altura e largura quando cheios.

A espessura mínima (expressa em mm) da parede do corpo dos contentores metálicos não poderá ser menor que a especificada no quadro abaixo para o aço que atenda ao produto Rm x A0 = 10000:

| CAPACIDADE (C) EM LITROS | TIPOS 11A, 11B, 11N | | TIPOS 21A, 21B, 21N, 31A, 31B, 31N | |
|---|---|---|---|---|
| | Não protegido | Protegido | Não protegido | Protegido |
| C ≤ 1000 | 2.0 | 1.5 | 2.5 | 2.0 |
| 1000 < C ≤2000 | T = C/2000 + 1.5 | T = C/2000 + 1.0 | T = C/2000 + 2.0 | T = C/2000 + 1.5 |
| 2000 < C ≤ 3000 | T = C/2000 + 1.5 | T = C/2000 + 1.0 | T = C/2000 + 1.0 | T = C/2000 + 1.5 |

Sendo que:

$A_0$ = alongamento mínimo (em %) do aço de referência a ser usado na ruptura à tração; e

$R_m$ = resistência mínima garantida à tração do aço empregado (em $N/mm^2$)

Notas:

a)para outros metais, deve ser consultado o Código IMDG, e calcular a espessura mínima pela fórmula nele contida;

b) qualquer que seja o tipo do metal, a espessura da parede não poderá ser menor que 1,5 mm;

c)a explanação, com a necessária e correta abordagem, deve constar do Memorial Descritivo do protótipo a ser testado; e

d)é imprescindível a existência de laudo que ateste estar o metal empregado nos contentores metálicos, em conformidade com os requisitos estipulados no Código IMDG quanto ao percentual do alongamento na ruptura e dimensões dos corpos de prova.

Os contentores para transporte de líquidos, devem possuir uma válvula de alívio de pressão, a fim de evitar, em caso de incêndio, rutura no seu invólucro. A pressão de início de descarga não será maior que 65 kPa, e acima da pressão total projetada para o enchimento (pressão de enchimento da substância mais a pressão de ar ou outro gás inerte, menos 100 kPa), a $55^0$ C; considerando o contentor cheio até 98%.

Um maior detalhamento dos requisitos específicos para os contentores de plástico rígido, compostos, de papelão e de madeira pode ser encontrado nos itens 6.5.3.3 e seguintes do Código IMDG.

0245 -TESTES ESPECÍFICOS

Os de maior relevância são os abaixo especificados, podendo ser pedidos outros que venham a permitir um diagnóstico mais preciso (conforme previsto no item 0206 d) 5) III):

a)Contentores metálicos:

Teste de ruptura por alongamento; e

Teste dos limites de abertura e fechamento de válvulas de segurança.

b)Contentores flexíveis:

Teste de resistência após imersão em água, por 24 horas, nas embalagens dos tipos 13M1 e 13M2; e

Teste da composição percentual da resina e compostos.

c)Contentores de plástico rígido;

Teste da composição da resina e compostos; e

Teste da determinação da pressão de alívio.

d)Contentores compostos com receptáculo interno de plástico

Teste da composição da resina e compostos;

Teste da determinação da pressão de alívio; e

Teste da absorção de água para as embalagens externas de papelão.

e)Contentores de papelão

Teste de absorção de água.

f)As embalagens que exigem o requisito "water resistant" tais como o saco de papel 5M2; o saco de tecido 5L3; o saco de ráfia 5H3; o tambor de fibra 1G; e o contentor flexível, quando exigido pela "provision" B3 do Código IMDG, devem ser aprovadas de acordo com a especificação ISO 2875:2000 ou NEA-14 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT-SP). Cabe ressaltar que a colocação de um segundo "liner" dispensa esta exigência, exceto para tambor de fibra.

g)As embalagens que exigem o requisito "sift-proof", tais como a caixa de madeira natural, com matéria-prima à prova d'água 4C2; o saco de tecido 5L2; e o saco de ráfia 5H2 devem possuir um "liner" extra para atender tal requisito.Cabe ressaltar que o referido "liner" deve possuir uma espessura mínima de 0,10 mm por camada (ver o último § do item 0213).

0246 -PREPARAÇÃO PARA OS TESTES

Os testes devem ser realizados em todo protótipo de cada modelo antes da colocação em uso, e o projeto é definido pelo desenho, dimensões, material, espessuras, modo construtivo, processo de enchimento e descarga e tratamento superficial.

Os testes devem ser conduzidos nas mesmas condições em que as embalagens se apresentam para o transporte. Os conteúdos podem ser substituídos por outras substâncias de mesmas características físicas (massa, granulometria, etc)

Nos testes de queda dos contentores que pretendam transportar líquidos, outra substância que não a que vai ser transportada, pode vir a ser usada, desde que apresente densidade relativa e viscosidade similar. A água também pode ser usada, desde que siga as seguintes condições:

a)quando a substância a ser transportada tiver densidade menor que 1,2, a altura de queda será a mesma especificada anteriormente nos vários tipos de contentores; ou

b)caso a substância a ser transportada tenha a densidade superior a 1,2, a altura de queda deve ser calculada baseando-se na densidade relativa (d) da substância a ser transportada, arredondando-se o primeiro decimal da seguinte forma:

| Grupo de Embalagem I | Grupo de Embalagem II | Grupo de embalagem III |
|---|---|---|
| d x 1,5 | d x 1,0 | d x 0,67 |

Os contentores de papel, papelão ou os compostos que apresentam a embalagem externa de papelão, devem ser acondicionados pelo menos, 24 horas antes dos testes, sob as seguintes condições de temperatura e umidade relativa:

a) $23^0 C \pm 2^0 C$ e 50% ± 2%;

b) $20^0 C \pm 2^0 C$ e 65% ± 2%; ou

c) $27^0 C \pm 2^0 C$ e 65% ± 2%.

A tabela abaixo especifica os testes com a seqüência que deverá ser seguida obrigatoriamente:

| Tipo do Contentor Intermediário | A | B (a) | C (b) | D | E | F | G | H | I (c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Metálico: 11A, 11B, 11N, 21A, 21B, | $1^0$ (a) | $2^0$ | $3^0$ | - | - | $4^0$ (e) | - | - | - |
| 21N, 31A, 31B, 31N. | $1^0$ (a) | $2^0$ | $3^0$ | $4^0$ | $5^0$ | $6^0$ (e) | - | - | - |
| Flexível (d) | - | x (c) | x | - | - | x | x | x | x |
| Plástico Rígido: 11H1, 11H2, 21H1, | $1^0$ (a) | $2^0$ | $3^0$ | - | - | $4^0$ | - | - | - |
| 21H2, 31H1,31H2. | $1^0$ (a) | $2^0$ | $3^0$ | $4^0$ | $5^0$ | $6^0$ | - | - | - |
| Composto: 11HZ1, 11HZ2, 21HZ1, | $1^0$ (a) | $2^0$ | $3^0$ | - | - | $4^0$ (e) | - | - | - |
| 21HZ2,31HZ1,31HZ2. | $1^0$ (a) | $2^0$ | $3^0$ | $4^0$ | $5^0$ | $6^0$ (e) | - | - | - |
| Papelão | $1^0$ | - | $2^0$ | - | - | $3^0$ | - | - | - |
| Madeira | $1^0$ | - | $2^0$ | - | - | $3^0$ | - | - | - |

LEGENDA:

A - Levantamento pela Base

B - Içamento pelo Topo (a)

C - Empilhamento (b)

D - Estanqueidade

E - Pressão Hidráulica

F - Queda

G - Rasgamento

H - Tombamento

I - Endireitamento (c)

(a) - quando o contentor for especificado para este método de manuseio.

(b) - quando o contentor for especificado para ser empilhado.

(c) - quando o contentor for especificado para ser enchido pelo topo ou lateral.

(d) - quando o teste é necessário, indica-se na tabela por "x"; e o contentor que foi aprovado em um teste pode ser aproveitado para outro teste, em qualquer ordem.

(e) - outro contentor do mesmo modelo pode ser empregado no teste de queda.

0247 -TESTE DO LEVANTAMENTO PELA BASE

Aplicação: em todos os contentores de papelão e de madeira, e os dotados de meios para movimentação por empilhadeira.

Preparação: devem estar cheios e serem submetidos a uma carga igual a 1,25 vezes a massa bruta máxima.

Método: empregar a empilhadeira com os garfos centralizados e espaçados em 3/4 da dimensão da entrada. A profundidade dos garfos é de 3/4 da dimensão da entrada. A operação consiste em levantar e abaixar duas vezes , e repetir em cada direção de entrada possível.

Critério de Aprovação : ausência de deformação permanente que torne a operação insegura, e a não exposição do conteúdo.

0248 -TESTE DO IÇAMENTO PELO TOPO

Aplicação: em todos os contentores dotados de meios para içamento pelo topo, e os flexíveis projetados para serem enchidos pelo topo ou pela lateral.

Preparação: os contentores metálicos, plásticos rígidos e os compostos devem estar cheios com um produto de densidade igual ao do produto a ser envasado (compensando-se a diferença quando necessário); a carga do teste deverá ser igual a duas vezes a máxima massa bruta do contentor incluindo o mesmo. No caso dos flexíveis, a carga deverá ser igual a seis vezes; e podem ser submetidos a uma preparação ou método de teste diverso, desde que igualmente eficaz.

Método: os contentores metálicos e flexíveis devem ser içados do mesmo modo para o qual foram projetados, até a total retirada do solo, e mantidos nesta posição por um período de cinco minutos.

Os contentores plásticos rígidos e os compostos devem ser içados:

a)por cada par de alças diagonalmente opostas, e a força aplicada verticalmente por um período de cinco minutos; e

b)por cada par de alças diagonalmente opostas, e a força aplicada a $45^0$ inclinada em relação à vertical, e por um período de cinco minutos.

Critério de Aprovação: para os contentores metálicos, de plástico rígido ou compostos, nenhuma deformação permanente, incluindo a do "pallet", que torne a operação insegura, pode ser constatada, igualmente, não poderá haver exposição do conteúdo. No caso dos contentores flexíveis, a constatação de danos estende-se às alças.

0249 -TESTE DE EMPILHAMENTO

Aplicação: em todos os contentores projetados para serem empilhados.

Preparação: devem ser cheios com a máxima massa bruta.

Método: colocar o contentor sobre um piso firme e nivelado, aplicando ao mesmo uma carga 1,8 vezes a máxima massa bruta vezes o número de contentores possíveis de serem empilhados conforme o projeto, por um período de:

a)cinco minutos para os contentores metálicos;

b)28 dias a $45^0$ C para os contentores de plástico rígido do tipo 11H2, 21H2 e 31H2, e os compostos com embalagem externa de material plástico para emprego empilhado (por exemplo: 11HH1, 11HH2, 21HH1, 21HH2, 31HH1, 31HH2); e

c)24 horas para todos os outros tipos de contentores.

A carga pode ser aplicada por um dos seguintes métodos:

a)empilhamento de um mais contentores cheios com a massa bruta, e de modelo idêntico ao do protótipo; e

b)o emprego de carga apropriada junto a uma placa que reproduza a base do contentor.

Critério de Aprovação: para todos os tipos de contentores, com exceção dos flexíveis, a ausência de deformação permanente que torne a operação insegura e a não exposição do conteúdo. No caso dos flexíveis, a constatação dos danos estende-se ao corpo.

0250 -TESTE DE ESTANQUEIDADE

Aplicação: em todos os contentores que pretendam transportar líquidos, ou para sólidos que são enchidos ou descarregados sob pressão, e os designados a serem submetidos a testes periódicos.

Preparação: a condução dos testes se dá antes da colocação de qualquer isolamento térmico, da substituição por tampas cegas similares ou isolamento das válvulas de alívio.

Método: aplicar uma pressão mínima de ar comprimido de 20 kPa (0,2 bar) por um período de 10 minutos e verificar os possíveis vazamentos de ar pelas soldas e sistemas de fechamento utilizando um método adequado (solução de sabão, pressão diferencial ou imersão em água): a constatação de pressão hidrostática leva à aplicação de um fator de correção.

Critério de Aprovação: a inexistência de vazamento de ar.

0251 -TESTE DE PRESSÃO HIDRÁULICA

Aplicação: em todos os contentores empregados no transporte de líquidos, ou no de sólidos quando enchidos ou descarregados sob pressão.

Preparação: idêntica a do item 0250.

Método: aplicar uma pressão hidráulica constante, por dez minutos, ao contentor; esta, deverá ser a seguinte:

a)para os contentores metálicos: dos tipos 21A, 21B, e 21N com substâncias sólidas do grupo I, pressão de 250 kPa (2,5 bar); para os do tipo 21A, 21B, 31A, 31B e 31N para as substâncias do grupo II ou III, a pressão de 200 kPa (2 bar); e os do tipo 31A, 31B e 31N, adicionalmente, a pressão de 65 kPa, a ser realizado antes do teste de 200 kPa; e

b)para os contentores de plástico rígido e compostos: dos tipos 21H1, 21H2, 21HZ1 e 21HZ2, a pressão de 75 kPa (0,75 bar); para os do tipo 31H1, 31H2, 31HZ1 e 31HZ2, a maior das duas pressões obtidas por um dos seguintes métodos:

$1^0$)a pressão calculada para o contentor (isto é, a pressão de vapor da substância de enchimento, e a pressão parcial de ar ou outro gás inerte, menos 100 kPa) a $55^0$ C multiplicado pelo fator de segurança de 1,5; esta pressão total deve ser determinada baseando-se no mais alto grau de enchimento de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{grau de enchimento} = \frac{98}{1+\alpha\,(50 - t_F)} \text{ por cento da capacidade do IBC, onde}$$

$$\alpha = \frac{d_{15} - d_{50}}{35 \times d_{50}},$$

onde a representa o coeficiente cúbico de expansão da substância líquida entre $15^0$ C e $50^0$ C; d15 e d50 são as densidades relativas do líquido na temperatura de $15^0$ C e $50^0$ C e tF a temperatura média do líquido no enchimento; ou

-1,75 vezes a pressão do vapor da substância a ser transportada a $50^0$ C menos 100 kPa, sendo a pressão mínima de teste, 100 kPa; ou ainda

-1,5 vezes a pressão do vapor da substância a ser transportada a $55^0$ C menos 100 kPa, sendo a pressão mínima de teste, 100 kPa.

$2^0$ )duas vezes a pressão estática da substância a ser transportada, sendo o mínimo de duas vezes a pressão estática da água.

Obs: Pressão Estática - A medida da pressão da água quando a mesma estiver parada dentro de um sistema fechado.

Critério de Aprovação:

a)para os contentores dos tipos 21A, 21B, 21N, 31A,, 31B e 31N quando submetidos ao teste de 250 kPa ou o de 200 kPa, nenhum vazamento;

b)para os contentores dos tipos 31A, 31B e 31N quando submetidos ao teste de 65 kPa, nenhuma deformação permanente que torne o contentor inseguro para o transporte e nenhum vazamento; ou

c)para os contentores de plástico rígido ou compostos, critério idêntico ao da alínea b.

0252 -TESTE DE QUEDA

Aplicação: para todos os tipos de contentores, conforme o projeto do modelo.

Preparação:

a)contentores metálicos: devem ser enchidos a um mínimo de 95% de sua capacidade no caso de sólidos ou 98% para os líquidos, terem suas válvulas de alívio tornadas inoperantes ou removidas, e suas aberturas seladas.

b)contentores flexíveis: devem ser enchidos a um mínimo de 95% de sua capacidade e com sua máxima massa bruta, e o seu conteúdo igualmente distribuído.

c)contentores de plástico rígido e compostos: cheios conforme a alínea a), as válvulas de alívio removidas, seladas ou tornadas inoperantes. O teste deve se desenvolver com a amostra do protótipo tendo sua temperatura e a do conteúdo, reduzida a menos $18^0$ C ou menor. No teste com líquidos é permitido a adição de anti-congelantes.

d)contentores de papelão e madeira: devem ser cheio com um mínimo de 95% da sua capacidade.

Método: o contentor deve ser lançado sobre uma base rígida, lisa, sem ondulações e colocada horizontalmente, e de tal maneira que o ponto de impacto da base do protótipo seja o mais vulnerável. Nos casos de contentores com a capacidade de 0,45 $m^3$ ou menor, ele deve ser lançado uma segunda vez contra um ponto diferente da base do contentor testado anteriormente, isto é, na primeira queda; nos contentores flexíveis: contra a lateral mais vulnerável; e nos contentores de plástico rígido, compostos, de papelão ou madeira, horizontalmente contra uma lateral, o topo, ou uma quina.

A altura de queda será de 1,8 m para o grupo I, 1,20 m para o II, e 0,8 m para o grupo III.

Critério de Aprovação:

a)contentores metálicos: nenhuma perda do conteúdo.

b)contentores flexíveis: idem, no entanto, um respingo não será considerado como determinante para a reprovação do modelo, mas, neste caso, o mesmo será colocado a parte, e aguardar-se-á algum tempo para a constatação da inexistência de vazamento.

c)contentores de plástico rígido, compostos, de papelão ou madeira: o mesmo critério da alínea b.

0253 -TESTE DE RASGAMENTO

Aplicação: em todos os contentores flexíveis.

Preparação: os contentores devem ser cheios a um mínimo de 95% de sua capacidade, com a máxima massa bruta e o conteúdo distribuído igualmente.

Método: mantendo o contentor sobre o piso, efetuar um corte de 100 mm que penetre completamente em sua maior lateral, em local livre das alças, em um ângulo de $45^0$ em relação ao eixo principal do contentor, e a meia altura entre o topo e a base. Com o conteúdo igualmente distribuído, aplicar uma carga equivalente a duas vezes a máxima massa bruta, durante cinco minutos. O contentor que esteja projetado para ser içado pelo topo ou lateral, e após a remoção da sobrecarga, deve ser içado do piso por um mínimo de cinco minutos.

Critério de Aprovação: que não haja propagação do rasgo em mais que 25% do seu comprimento original.

0254 -TESTE DE TOMBAMENTO

Aplicação: em todos os contentores que sejam flexíveis.

Preparação: idêntica a do item 0253.

Método: levar o contentor a um tombamento contra qualquer parte do seu topo e sobre uma chapa lisa, rígida, sem ondulações e colocada horizontalmente. A altura é função do grupo da embalagem: 1,80 m para o grupo I, 1,20 m para o II, e 0,80m para o grupo III.

Critério de Aprovação: nenhuma exposição do conteúdo, admite-se um respingo pelo sistema de fechamento ou pontos da costura, no momento do impacto.

0255 -TESTE DE ENDIREITAMENTO

Aplicação: em todos os contentores projetados para serem içados.

Preparação: idêntica a do item 0253.

Método: tomando o contentor deitado sobre a lateral, içá-lo a uma velocidade de 0,1 m/s até a completa retirada do solo, empregando uma alça para os contentores com duas alças, e por duas no caso de possuir quatro alças.

Critério de Aprovação: nenhum dano, tanto no modelo testado, quanto em outro dispositivo que venha tornar a operação insegura para o manuseio ou transporte.

0256 -PERIODICIDADE DOS TESTES

Todos os contentores intermediários devem corresponder, sob todos os aspectos, aos respectivos protótipos homologados. Os de metal, plástico rígido e compostos para transporte de líquidos, ou para sólidos que são cheios ou descarregados sob pressão, estão sujeitos ao teste de estanqueidade, como teste inicial, antes da primeira utilização para transporte; igualmente, tal teste deve ser repetido a intervalos não maiores que dois anos e meio. Os resultados de todos os testes devem constar do Relatório de Testes de Embalagem e arquivados pelo fabricante.

SEÇÃO X

REQUISITOS PARA A CONSTRUÇÃO E TESTES DAS GRANDES EMBALAGENS

0257 -APLICAÇÃO

O disposto nesta seção não se aplica a:

a)substâncias da classe 2, exceto artigos com aerossóis;

b)substâncias da classe 6.2, exceto o lixo hospitalar do UN 3291; e

c)embalagens da classe 7 que contenham material radioativo.

0258 -MARCAÇÃO

A marcação primária é similar ao contido no item 0242, sendo que, após o "UN" é colocado o código "50" para as grandes embalagens rígidas, ou o "51" para as flexíveis, seguida de uma letra em caracter latino maiúsculo que caracterize o tipo de material:

A -aço (todos os tipos e qualquer que seja o tratamento da superfície)
B -alumínio
C -madeira natural
D -madeira compensada
F -madeira reconstituída
G -papelão
H -material plástico
L -tecido
M -papel, camadas múltiplas
N -metal (outros que não sejam aço ou alumínio)
O -Código IMDG em seu capítulo 6.6 fornece maiores detalhes

0259 -REQUISITOS BÁSICOS

São os constantes do Código IMDG.

0260 -TESTES

Os testes para as grandes embalagens são os seguintes:

a)Teste de Levantamento pela Base: idêntico ao previsto no item 0247;

b)Teste de Içamento pelo Topo: idêntico ao item 0248;

c)Teste de Empilhamento: idêntico ao previsto no item 0249, excetuando-se a alínea b referente ao período de 28 dias; e

d)Teste de Queda: idêntico ao previsto no item 0252, excetuando-se a alínea c da "Preparação ".

0261 -RELATÓRIO DE TESTES DE EMBALAGEM

É o documento imprescindível à emissão do Certificado de Homologação. Após a realização e aprovação de todos os testes previstos no processo de homologação de um determinado modelo de embalagem, o fabricante que conduziu os testes deverá enviá-lo à DPC. Quando não for o fabricante que elaborar o relatório, e sim uma entidade credenciada pelo mesmo, deverá fazer parte integrante do Relatório de Testes de Embalagem a declaração constante do Anexo 1-E.

O mesmo será anexado ao Certificado de Homologação, juntamente com os desenhos, e deverá ser disponibilizado aos usuários sempre que solicitado, pois é este documento que poderá informar, com exatidão, os testes a que a embalagem foi submetida, e consequentemente, constatar com precisão, a substância autorizada a ser envasada.

Conterá, necessariamente, os seguintes itens:

a)nome e endereço do laboratório ou entidade onde foram efetuados os testes;

b)nome e endereço do Responsável Técnico ou pessoa que aplicou os testes (se for apropriado);

c)número de identificação do Relatório;

d)data do documento;

e)razão Social e endereço do fabricante da embalagem, e se for o caso, dos fabricantes de componentes da mesma;

f)descrição da embalagem homologada (incluindo dimensões, materiais, fechamentos, espessura, etc); processo de fabricação; inclusão de fotos datadas que caracterizem com fidelidade o protótipo; e citação dos desenhos;

g)capacidade máxima;

h)características técnicas observadas na condução dos testes, como viscosidade, densidade relativa, temperatura, pressão, etc; Quando se tratar de embalagens com bujões, em especial as de plástico, é imprescindível que seja informado o torque (em newtons) fornecido pelo fabricante.

i)descrição dos testes, resultados e datas em que foram efetuados;

j)transcrever a seguinte declaração: "Declaro que os testes foram conduzidos de acordo com o previsto no Código IMDG e Normas em vigor da Autoridade Marítima, sendo sabedor de que a utilização de outras configurações ou o uso de materiais diversos dos empregados na composição do protótipo, pode invalidá-los"; e

l)assinatura com nome e função do Responsável Técnico, que foi previamente credenciado pelo fabricante.

NOTA: Quando os "pallets" destacáveis são usados nos testes, a descrição técnica dos mesmos deve ser incluída.

SEÇÃO XI

REQUISITOS PARA A CONSTRUÇÃO E TESTES DE TANQUES PORTÁTEIS

0262 -DEFINIÇÃO

Tanque Portátil é um tanque multimodal de capacidade acima de 450 litros usado para transportar substâncias das classes 3 a 9. Nesta embalagem inclui-se a carcaça e seus equipamentos, e os equipamentos de serviço, necessários ao transporte de substâncias perigosas. Deve ser capaz de esvaziamento e enchimento sem a remoção de seus equipamentos estruturais.

A carcaça é a parte do tanque que retém a substância transportada incluindo as aberturas e válvulas, e não considerando os equipamentos de serviço ou da estrutura externa.

Equipamentos de serviço são os instrumentos de medida, enchimento, descarga, ventilação, segurança, e dispositivos para calor, frio, ou isolamento.

Equipamentos estruturais são os que se destinam a reforço, fixação, proteção e estabilização das partes externas da estrutura.

Definições que podem ser encontradas no Código IMDG (capítulo 6.7): máxima pressão de trabalho permitida (MAWP), pressão de projeto, teste de estanqueidade, aço de referência, máxima massa bruta permitida (MPGM), aço doce e temperatura de projeto.

0263 -REQUISITOS GERAIS QUANTO AO PROJETO E CONSTRUÇÃO

A carcaça do tanque portátil deve ser projetada e construída de acordo com os requisitos do código de vaso de pressão reconhecido.

A estrutura deve ser construída com materiais metálicos suscetíveis de modelagem, e atender às normas nacionais e internacionais.

As soldas devem ser feitas com habilidade e completa segurança. Durante o processo de fabricação a estrutura deve ser submetida ao tratamento de calor que assegure uma soldagem adequada nas zonas afetadas.

Quando for usado o aço com estrutura de grãos finos, o valor da tensão de escoamento não será maior que 460 N/mm² e o valor seguro do limite superior da tensão é não maior que 725 N/mm² em concordância com a especificação do material.

O alumínio somente poderá ser usado como material construtivo quando indicado no requisito específico (special provision) da substância constante da Lista de Mercadorias Perigosas (volume II do Código IMDG), ou quando aprovado pela DPC. Em sendo de alumínio, o tanque deve ser submetido à fonte de calor de 110 kW/m², por um período mínimo de 30 minutos, no intuito de prevenir perda significativa das propriedades físicas. A temperatura não poderá ser menor que 649ºC e protegido com um invólucro de material com ponto de fusão maior que 700°C.

O invólucro do tanque portátil, os acessórios, gaxeta, e canalização, devem ser construídos de material que seja imune ao ataque da substância que pretenda transportar.

Deve ser evitado o contato com material diferente a fim de que não se efetive a ação galvânica.

O invólucro quando equipado com uma válvula quebra-vácuo deve resistir a uma pressão externa maior que 0,21 bar em relação à pressão interna. Esta válvula é empregada nos tanques que pretendam transportar substâncias com o ponto de fusão estabelecido como critério para os inflamáveis (classe 3). Pormenores mais específicos podem ser encontrados no capítulo 6.7 do Código IMDG.

0264 -TESTES DE RESISTÊNCIA DO INVÓLUCRO

Os tanques portáteis e suas fixações, sob a carga máxima, devem ser capazes de absorver, durante 1 minuto, separadamente, as seguintes forças:

a)Na direção do deslocamento

O tanque, completamente carregado, deverá ser colocado em posição perpendicular ao piso e carregado pela parte frontal com duas vezes a massa bruta máxima admissível (MGPM) multiplicada pela aceleração da gravidade;

b)Na direção perpendicular ao deslocamento

O tanque, completamente carregado, deverá ter a parte lateral apoiada no piso e carregado com duas vezes a massa bruta máxima multiplicada pela aceleração da gravidade;

c)Verticalmente de cima para baixo

O tanque, completamente carregado, deverá estar apoiado e carregado pela parte superior com a massa bruta máxima multiplicada pela aceleração da gravidade;

d)Verticalmente de baixo para cima

O tanque, completamente carregado, deverá estar apoiado com a parte superior no piso e carregado na parte inferior com duas vezes a massa bruta máxima multiplicada pela aceleração da gravidade.

O fator de segurança para estas supra citadas forças será o estipulado no capítulo 6.7 do Código IMDG;

e)Teste de estanqueidade

O invólucro deve ser submetido a uma pressão de ar comprimido correspondente a 25% da PMTA durante um período de 15 minutos. Não poderá haver vazamento de ar; e

f)Teste de pressão interna (hidrostático)

O invólucro deverá ser submetido a uma pressão hidráulica correspondente a 1,5 vezes a pressão de projeto por um período de 30 minutos.

0265 -REQUISITOS ESPECIAIS

Certas substâncias para serem transportadas, requerem requisitos especiais e que estão listados no capítulo 4.do Código IMDG.

O valor da tensão de escoamento terá que estar previsto em norma nacional ou internacional. Quando o aço for austenítico, o valor mínimo da tensão de escoamento deve sofrer um incremento de 50% e atestado na certificação do material.

Os tanques portáteis devem ser aterrados, prevenindo-se a descarga eletrostática, quando se deseja transportar substâncias de ponto de fulgor da classe 3, e inclusive, as substâncias com ponto de fulgor superior.

O isolamento térmico, em contato direto com o invólucro destinado a transportar substâncias sob temperaturas elevadas, deve ter a temperatura de ignição mínima 50°C mais elevada que a temperatura máxima designada para o tanque.

0266 -REQUISITOS DE PROJETO

O projeto dos invólucros deve possibilitar que se teste a resistência, matematicamente, ou experimentalmente com o emprego de tensiômetro.

Deve também ser submetido ao teste de pressão hidráulica de 1,5 vezes a pressão do projeto.

A Lista das Mercadorias Perigosas constante do volume II do Código IMDG contém requisitos específicos considerando-se a substância a ser transportada.

Outros requisitos também terão que ser atendidos, estando especificados no Código IMDG, nos itens 6.7.2.4 a 6.7.2.17, e, resumidamente:

a)proteção dos acessórios e tubulação contra impactos;

b)certificados de calibração da válvula de segurança comprovando a pressão de abertura igual a máxima pressão de trabalho permitida (MAWP);

c)comprovar que o ponto de fusão dos materiais soldados não poderá ser aquém dos 525°C;

d)teste de pressão nas tubulações comprovando resistir a quatro vezes a MAWP;

e)comprovação de que as válvulas e acessórios foram construídos com materiais dúcteis;

f)comprovar o controle do sistema de aquecimento que não poderá exceder mais que 80% da temperatura de auto ignição da substância a transportar; e

g)no caso de aquecimento elétrico, a corrente terá uma amperagem menor que 100 mA. As chaves devem ser protegidas de acordo com os requisitos da International Electrotechnical Commission (IEC 144 ou 529).

0267 -ABERTURAS NA PARTE INFERIOR DO INVÓLUCRO

Certas substâncias não poderão ser transportadas em tanques portáteis que possuam aberturas na parte inferior, assim, consultem-se os requisitos previstos na Lista de Mercadorias Perigosas do volume 2 do Código IMDG que poderá proibir qualquer abertura abaixo do nível máximo permitido.

Os tubos de descarga na parte inferior de tanques portáteis que transportam, determinadas substâncias sólidas, cristalizáveis ou altamente viscosas, deverão estar equipados, no mínimo, com dois dispositivos de fechamento independentes, e montados em série, e incluir:

a)uma válvula interna de controle automático, instalada no interior do tanque, ou dentro de um flange soldado, ou seu similar, de tal forma que:

1)o dispositivo de controle para a operação da válvula seja protegido de forma a impedir a sua abertura por impacto ou outro qualquer motivo indevido;

2)a válvula deve ser operada por baixo ou por cima;

3)se possível, o funcionamento da válvula possa ser constatado externamente;

4)exceto para tanques com capacidade inferior a 1000 litros, deverá ser possível operar a válvula de uma posição acessível, ou seja, a válvula deverá ter um sistema remoto externo de operação; e

5)a válvula deverá continuar funcionando, mesmo que ocorra uma avaria no seu dispositivo externo de controle.

b)uma válvula externa de fechamento instalada o mais próximo possível do invólucro e de fácil manuseio; e

c)um fechamento estanque a líquidos na extremidade do tubo de descarga, que possa ser fixado com flange cego ou tampa roscada.

Para um invólucro com revestimento, o tipo de válvula citado em a) 1), poderá ser substituído por outro adicional de fechamento externo, e que satisfaça as exigências.

0268 -DISPOSITIVO DE ALÍVIO DE PRESSÃO

Todo tanque portátil, ou compartimento independente deste tanque, de capacidade maior que 1900 litros, deverá estar provido de pelo menos um dispositivo de alívio de pressão, e adicionalmente, um elemento fusível em paralelo que atuará a uma pressão 10% menor que a do dispositivo instalado, exceto quando expressamente proibido, face a peculiaridade da substância que se pretenda transportar, e de acordo com os requisitos específicos constantes da Lista de Mercadorias Perigosas.

Este dispositivo tem requisitos quanto às dimensões, e a pressão é calculada por fórmula constante do capítulo 6.7 do Código IMDG.

A medida da capacidade de escoamento do dispositivo de alívio de pressão, que é marcada no mesmo, deve ser calculada de acordo com a ISO 4126-1:1996.

As conexões do dispositivo de alívio de pressão deve ter dimensões que possibilitem a passagem sem obstruções pelo mesmo. Nenhuma válvula de interrupção de fluxo deve ser instalada entre o invólucro e tal dispositivo, exceto quando dispositivos em duplicata são instalados para a manutenção ou outras razões; e esta válvula de interrupção de fluxo, quando efetivamente em uso, for trancada aberta, ou dispõe de pelo menos um dispositivo de fechamento em duplicata permanentemente em operação.

O posicionamento do dispositivo de alívio de pressão será no topo do invólucro em local próximo do encontro dos eixos longitudinal e transversal. Para o transporte de substâncias inflamáveis, precauções adicionais, previstas no Código IMDG, devem ser tomadas.

0269 - SUPORTES, ESTRUTURA, E ACESSÓRIOS PARA IÇAMENTO E FIXAÇÃO DOS TANQUES PORTÁTEIS

A estrutura, suportes, alças e acessórios de fixação, devem ser construídos de forma a serem capazes de suportarem as forças previstas anteriormente como requisitos e utilizando-se os fatores de segurança previstos. Quando o comprimento do tanque for menor que 3,65 m, serão dispensados os encaixes para os garfos da empilhadeira, desde que:

a)o invólucro, incluindo acessórios, estão bem protegidos dos garfos da empilhadeira; e

b)a distância entre os centros dos encaixes dos garfos é de pelo menos, a metade do comprimento máximo do tanque portátil.

Quando não houver uma proteção adequada do tanque portátil contra impacto lateral ou longitudinal ou tombamento, os acessórios externos devem ser protegidos, e incluir:

a)proteção contra impacto lateral que pode consistir de barras protegendo o invólucro ou ambas as laterais, ou nível da linha mediana;

b)proteção contra o tombamento, que pode consistir no reforço de anéis ou barras fixadas alo longo da estrutura;

c)proteção contra impacto no fundo, que pode ser um calço ou armação; e

d)proteção do invólucro contra os dados ocasionados por impacto ou tombamento de acordo com a ISO 1496-3:1995.

0270 -MARCAÇÃO

Todo tanque portátil deve portar uma placa metálica de material anti-corrosivo, permanentemente fixada, e com os dizeres do capítulo 6.7 do Código IMDG.

Quando o mesmo for testado de acordo com os requisitos do contentor marítimo ("offshore container"), receberá mais uma placa metálica, e com os dizeres do apêndice da MSC/Circ.860.

0271 -INSPEÇÃO

Por ocasião da renovação do certificado de homologação, os tanques devem ser submetidos, obrigatoriamente, a uma inspeção a cada cinco anos, com exame externo e interno. Para aqueles usados para transporte de substâncias sólidas que não tóxicas ou corrosivas, que não se liquefazem durante o transporte, a teste de pressão hidráulica de 1,5 vezes a MAWP. O isolamento térmico será removido, apenas, na extensão necessária.

O sistema de aquecimento também é sujeito à inspeção e teste a cada cinco anos.

No período intermediário de dois anos e meio, a inspeção deverá ocorrer de acordo com o previsto no Código IMDG (capítulo 6.7). Quanto aos exames interno e externo, devemos nos assegurar que:

a)o invólucro é inspecionado quanto à pintura, corrosão, abrasão, cavidades, distorções, solda ou qualquer outra condição, incluindo vazamentos, que possam contribuir com a insegurança no transporte;

b)a tubulação, válvulas, sistema de calor ou frio, e gaxetas, são inspecionados quanto ao desgaste, defeitos e outros pormenores, incluindo vazamento, que possam vir a tornar o tranque inseguro para o enchimento, descarga ou transporte;

c)os dispositivos para ajuste das portas de visita devem estar operando e sem vazamentos por suas gaxetas;

d)não há perda de parafusos ou porcas em qualquer conexão flangeada ou cega por supressão ou ajuste;

e)toda a válvula e dispositivos estão livres de corrosão, distorção e qualquer dano ou defeito que prejudique a operação normal. Os dispositivos de fechamento à distância e válvulas de fechamento rápido, devem ser operadas para demonstrar a perfeita operacionalidade;

f)o revestimento, se for o caso, venha a ser testado em concordância com o requisito do fabricante;

g)a marcação seja legível e de acordo com os dizeres estipulados; e

h)a estrutura, alças e apetrechos usados para içamento estejam em condições satisfatórias.

0272 -TESTE DE IMPACTO

Em aditamento ao especificado no item 0264, o protótipo que se enquadre na definição de contentor ("container") prevista na CSC, deve se mostrar capaz de absorver um impacto maior que quatro vezes a MPGM e atendendo ao método da Entidade credenciada (explicitadas no capítulo 6.7 do Código IMDG).

0273 -TESTE DE CONTENTOR OFFSHORE ("offshore container")

O projeto e os testes dos contentores marítimos devem considerar as forças dinâmicas de levantamento e impacto que ocorrem face o manuseio em área de mar aberto e condições adversas de tempo e estado do mar. Assim, além dos testes previstos no item 0264, teremos:

a)o contentor "offshore" deve ser projetado de forma a não sofrer inclinação maior que 30° quando completamente carregado. O tanque, completamente carregado, deverá ser posicionado com um ângulo inclinado em relação ao piso de 30º e solto, não podendo vir a ocorrer o tombamento do mesmo. Repetir a operação no lado oposto;

b)teste de içamento, igualmente içado pelas quatro alças, carregado com a massa total igualmente distribuída de 2,5 vezes a máxima carga permitida do contentor mais a sua carga durante 5 minutos. Estes testes deverão ser realizados após os testes de impacto previstos no item 0264;

c)a segunda etapa, içamento por duas alças com a carga de 1,5 vezes a máxima carga permitida do contentor mais a sua carga, e içada por duas alças diagonalmente opostas durante 5 minutos. Repetir o teste com as outras alças;

d)a carga a ser aplicada deverá ser igual à massa total do contentor mais a sua carga. O contentor deverá ser suspenso e posicionado com um ângulo inclinado em relação à quina inferior de 5º em relação ao piso e de, pelo menos, 50 mm acima do piso rígido; seguir-se-á uma liberação rápida de modo que a velocidade inicial de impacto seja de 1m/s;

e)após os testes de içamento, deverá ser realizado por entidade credenciada um Ensaio Não Destrutivo por Partícula Magnética nas soldas das alças, a fim de ser verificada a integridade das mesmas;

f)teste de medição de espessura: deverá ser verificada a espessura da chapa em pelo menos três pontos do corpo, tampa e fundo; e

g)é válida a designação de outros testes que venham assegurar a adequação às condições existentes. É imprescindível o atendimento ao estipulado no ANEXO 2-E.

0274 -TESTE DE CONTENTOR METÁLICO INTERMEDIÁRIO

O item anterior estabeleceu os testes a que os tanques portáteis devem ser submetidos para serem considerados como Contentor "Offshore" ("Offshore Container").

Nenhum tipo de IBC será homologado ou considerado como contentor Offshore.

Anualmente, de acordo com o item 17 do anexo da MSC/Circ. 860, há necessidade de inspeção visual externa e interna, assim como testes de içamento pelas quatro alças, e dois testes com as duas alças

As inspeções de cinco e dois anos e meio atenderão aos requisitos dos tanques portáteis.

SEÇÃO XII

EXPLOSIVOS

0275 -BIBLIOGRAFIA

O Código IMDG, em todas as ocasiões a que se refere às embalagens que pretendam transportar mercadorias perigosas da classe 1, nos orienta consultar o Recommendations on the Transport of Dangerous Goods - Model Regulations - vol. I, e, no caso dos testes, o que preceitua o Manual of Tests and Criteria - vol. II.

0276 -DOCUMENTAÇÃO

Além da documentação exigida até então, todas as pessoas jurídicas envolvidas com recuperação, manutenção, manuseio, uso esportivo, conhecimento, exportação, importação, desembaraço alfandegário, armazenamento, comércio e tráfego de explosivos, acessórios (de arma, explosivo ou iniciador) agente químico de qualquer estado físico, ou pirotécnico, ou bláster, devem enviar para a DPC cópia autêntica do Título de Registro (validade de três anos), expedido pelo Exército Brasileiro, Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da Região Militar, de acordo com o preceituado no decreto número 3665 de 20.11.2000 que aprova o Regulamento Para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

No Memorial Descritivo quando disser respeito a explosivos, além do prescrito no item 0206 alínea c, a fim de melhor caracterizar a composição do mesmo, não é possível ser olvidados os seguintes dados: ponto de fusão, teor de acidez, densidade dos cristais e compactação.

0277 -CLASSIFICAÇÃO

A classificação do explosivo depende do grau de confinamento. Assim, analisa-se tanto o produto quanto a embalagem, pois um mesmo produto pode ter mais de uma entrada na Lista de Mercadorias Perigosas.

Os explosivos são da Classe I, e compreendem 6 divisões:

a)Divisão 1.1 -Substâncias e artigos que têm massa com risco de explosão (o efeito é virtualmente instantâneo);

b)Divisão 1.2 -Substâncias e artigos que têm risco de projeção mas não de explosão de massa;

c)Divisão 1.3 - Substâncias e artigos que têm risco de fogo e também em menor risco de projeção ou ambos, mas não um risco de explosão de massa. Engloba também as que promovem considerável calor radiante; ou que queimam uma após outra, produzindo menor detonação ou efeito de propagação, ou ambos;

d)Divisão 1.4 -Substâncias e artigos que não apresentam risco significativo. Apresentam pequeno risco de ignição durante o transporte. Os efeitos são largamente confinados na embalagem e nenhuma projeção de tamanho ou distância apreciáveis é esperado. Uma fonte externa de fogo não causa, virtualmente, uma explosão instantânea de todo o conteúdo da embalagem.

As substâncias e artigos desta divisão são considerados compatíveis com o grupo S, se forem embalados ou projetados para que todo efeito perigoso advindo de um funcionamento acidental, fique restrito ao interior da embalagem e esta não sofra degradação pelo fogo, e ainda, se toda língua de fogo ou rajada tenha efeito limitado, e não seja significativo de modo a impedir a aproximação segura de um bombeiro num raio de ação de cinco metros da embalagem;

e)Divisão 1.5 -Substâncias insensíveis e que têm risco de explosão de massa, há pouca probabilidade de iniciação ou transição de queima para detonação sob condições normais de transporte (a probabilidade é tanto maior quanto maior for a quantidade a ser transportada); e

f)Divisão 1.6 -Artigos extremamente insensíveis que não apresentam risco de explosão de massa.

Os Códigos de Classificação e de Compatibilização constam das tabelas do capítulo 2.1 do Vol. I do Orange Book e consultar os Anexos 2-C e 2-D e itens 2.1.2.2 e 2.1.2.3 do Código IMDG.

0278 -PROCEDIMENTO CLASSIFICATÓRIO:

Quando substâncias ou artigos tendo, ou suspeitando ter, características explosivas, devem ser classificadas no Grupo 1, e enquadradas na divisão apropriada e grupo compatível.

Um produto novo é aquele que, a critério da autoridade competente, envolve:

a)uma nova substância ou mistura explosiva considerada como significativamente diferente de uma já classificada;

b)novo desenho do artigo, artigo com nova substância explosiva, ou uma nova combinação ou mistura de substância explosiva;

c)um novo desenho de embalagem para substância ou artigo explosivo, incluindo novo tipo de embalagem interna; e

d)uma unidade de carga, a menos que toda as embalagens tenham um código com classificação de risco idêntica.

O fabricante ou outro utilizador, para a classificação de um produto, deve providenciar uma informação adequada concernente às normas e características de toda substância explosiva e deve fornecer os resultados de todos os testes relevantes que tenham ocorrido.

O esquema geral para classificar uma substância ou artigo na Classe I, apresenta dois estágios:

a)o potencial da substância ou artigo vir a explodir deve ser apurada, e sua estabilidade e insensibilidade, química e física, deve ser mostrada a fim de poder ser aceita. Usar o critério do Anexo 2-C; e

b)se houve aceitação como Classe 1, proceder este estágio de acordo com o Anexo 2-D.

Onde há concordância internacional quanto ao critério dos testes, os pormenores são dados no vol. II do Orange Book.

O transporte em "containers", estradas de ferro ou rodagem, pode requerer testes especiais considerando a quantidade (confinamento) e espécie da substância; tais testes devem ser especificados pela Autoridade competente.

Os casos incertos com qualquer esquema de teste, deve ter decisão da Autoridade que dará a decisão final. Esta decisão pode não ter aceitação internacional e consequentemente somente será válida no país onde foi dada.

0279 -ENQUADRAMENTO NA CLASSE 1

Os resultados dos testes 1 a 4 são usados para determinar se o produto é ou não aceito para a classe 1. Caso a substância tenha sido fabricada com o objetivo de produzir um efeito explosivo ou pirotécnico, é desnecessário conduzir os testes 1 e 2. Se um artigo ou substância embalado é rejeitado no teste 3 e/ou 4, é necessário redesenhá-lo para poder ser aceito.

Os testes 5, 6 e 7 são usados:

a)testes 5 - quando a substância pode ser classificada como 1.5;

b)testes 6 - como 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4;

c)testes 7 - como divisão 1.6; e

d)no caso de compatibilidade com o grupo S, os testes podem ser abandonados pela Autoridade competente se a classificação por analogia for possível, usando resultados de testes comparativos a outro artigo.

NOTA:

Articles, Pirotechnic são UN 0428, 0429, 0430, 0431 e 0432, respectivamente: 1.1G, 1.2G, 1.3G, 1.4G e 1.4S.

Refer.:ORANGE BOOK Manual de Testes e Critérios Vol. II

O Procedimento do Anexo 2-C é usado para classificar uma substância ou artigo para inclusão provisória na Classe 1.

Os testes da série 1, responde à pergunta: É uma substância explosiva?; a série 2: É a substância muito insensível para ser aceita na classe 1?

Os testes da série 3, são usados para responder à pergunta: É a substância tecnicamente estável?, e, É a substância muito perigosa para o transporte na forma para a qual foi testada? (Anexo 2-C). Tipos:

Teste 3 (a) -um teste de queda para determinar a sensibilidade à fricção.

Teste 3 (c) -um teste de temperatura elevada para determinar a estabilidade térmica.

Teste 3 (d) -teste de ignição para determinar a resposta de uma substância ao fogo.

Os testes série 4, pretendem responder à pergunta: É o artigo, artigo na embalagem, ou substância embalada, muito perigosa para o transporte?

As condições que podem ocorrer no transporte incluem a alta temperatura, alta umidade relativa, baixa temperatura, vibração, impacto e queda.

Tipos:

Teste 4 (a) -um teste para a estabilidade térmica dos artigos.

Teste 4 (b) -um teste para determinar o risco oriundo de queda.

Os resultados destes testes preliminares devem ser usados no procedimento de classificação.

0280 -APLICAÇÃO DOS MÉTODOS

O procedimento de aceitação para substâncias que têm efeito explosivo inicia-se com a aplicação dos testes 3 (a) até 3 (d) para determinar se a substância é muito sensível ao transporte na forma que foi testada. Caso não seja aprovada no teste 3 (c), o transporte não é permitido; se tal ocorrer nos demais, deve ser encapsulada, torná-la menos sensível ou embalá-la para reduzir esta possibilidade de estímulo externo. Os resultados desta série devem ser submetidos à série 4. Há necessidade de re-teste no caso de ter havido a operação de tornar a substância menos sensível.

Todos os artigos ou artigos embalados contendo substâncias, que não atendem aos testes 3 (a), 3 (b) e 3 (c), devem ser submetidos aos testes da série 4.

As substâncias embaladas são submetidas, somente, ao teste tipo 4 (b). Se o produto não atende aos testes tipo 4 (a) ou 4 (b), deve ser rejeitado; podendo entretanto, ser modificado, e retestado. Em caso de suspeita, a Autoridade o submeterá aos testes da série 1 e 2.

0281 -CLASSIFICAÇÃO DA DIVISÃO

O fluxograma do procedimento do Anexo 2-D deve ser aplicado em todas as substâncias e artigos que são candidatos à classe 1, excetuando-se os da divisão 1.1 (têm massa com risco de explosão).

Se os artigos contêm componentes dispendiosos, inertes e controlados, podem ser substituídos por componentes inertes de similar massa e volume.

Os testes para classificação em uma divisão são agrupados em três séries numeradas de 5 a 7, e dispostos a responder às perguntas do fluxograma do Anexo 2-D). Estes testes não podem sofrer variações sem que a Autoridade justifique, internacionalmente, tal ação.

Os testes da série 5 são usados para responder à pergunta: É a substância explosiva muito sensível ao risco de explosão de massa? Tipos:

Teste 5 (a) -o teste de choque para determinar a sensibilidade a um intenso estímulo mecânico.

Teste 5 (b) -teste de temperatura para determinar a tendência de transição da deflagração para a detonação.

Teste 5 (c) -teste para determinar se a substância, quando em grande quantidade, explode quando sujeita a fogo intenso.

Os resultados dos testes da série 6, são usados para determinar em que divisão, entre 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, corresponde o mais aproximadamente possível, ao comportamento do produto, se a carga é envolvida em fogo resultante de fonte interna ou externa, ou explosão de fontes internas. Os resultados são, também, necessários para saber se o produto pode ser compatível com o grupo S da divisão 1.4, e se não deve vir a ser excluído da classe 1. Tipos:

Teste 6 (a) -um teste de embalagem com produto para determinar se não há explosão de massa do conteúdo.

Teste 6 (b) -um teste na embalagem com a substância explosiva ou artigo explosivo, ou artigos explosivos não embalados, para determinar se uma explosão propaga-se de uma embalagem para outra ou de um artigo não embalado para outro.

Teste 6 (c) -um teste de embalagem com o produto de uma substância ou artigo explosivo não embalado, para determinar se há uma explosão de massa ou risco de projeções perigosas, indução de calor e/ou queima violenta ou outro efeito perigoso quando envolvido em fogo.

A pergunta: É o artigo extremamente insensível? É respondida pela série 7 e são num total de 10 tipos.

0282 -TESTES DAS SÉRIES 5 E 6

Os testes da série 5, são usados para saber-se a classificação é para a divisão 1.5. Somente aquelas substâncias que foram aprovadas em todos os 3 tipos de testes podem ser inseridos nesta divisão.

Os testes da série 6 são aplicados às embalagens de substâncias explosivas nas condições que forem oferecidas para o transporte. A arrumação dos produtos deve ser a mais realista possível, e em condições de transporte normal, e devem reproduzir as situações mais desvantajosas após a testagem. Quando artigos explosivos são transportados sem embalagem, os testes devem ser aplicados para artigos não embalados. Todos os tipos de embalagens contendo substâncias ou artigos devem ser submetidos aos testes, a menos que:

a)o produto, incluindo qualquer embalagem, pode ser classificado indubitavelmente, em uma divisão por peritos em qualificação de explosivos, baseando-se no resultado de outros testes ou informação disponível; ou

b)o produto, incluindo qualquer embalagem, é classificado como 1.1.

O teste 6 (a) pode ser desprezado se o artigo explosivo está sendo transportado sem embalagem ou quando somente um artigo está embalado.

O 6 (b) também, se, em cada tipo do teste 6 (a):

-o exterior da embalagem não está danificada por detonação e/ou ignição; ou

-o conteúdo da embalagem não explodiu totalmente, ou explodiu tão fracamente que excluirá a propagação do efeito explosivo de uma embalagem para outra no teste 6 (b).

O teste 6 (c) pode ser abandonado se, no teste 6 (b), há uma explosão praticamente instantânea ou virtualmente, do total contido na pilha. Em tais casos o produto é classificado na divisão 1.1.

0283 -APLICAÇÃO DOS TESTES

a)TESTES SÉRIE 3

O item 10.3.3.2 do Orange Book, esclarece que a reprovação no teste 3 (c), inabilita para o transporte e a reprovação nos testes 3 (a), 3 (b) ou 3 (d), pode ser relevada caso a substância venha a ser encapsulada ou de alguma forma estabilizada ou embalada para reduzir sua sensibilidade ao estímulo externo; devendo o novo artigo resultante ser submetido aos testes da série 4, e, se líquidos ou sólidos embalados (não são artigos), aos testes da série 4 (b) para que se constate se o nível de segurança no transporte é consistente com os requisitos da Classe 1. As substâncias dessensibilizadas devem ser submetidas uma outra vez aos testes da série 3 para o mesmo propósito. Caso uma substância que tenha efeito explosivo seja aprovada em todos os testes da série 3, ou um artigo que tenha efeito explosivo, tiver sido aprovado em todos os testes da série 4, serão aplicados os procedimentos para a classificação da divisão.

b)TESTES SÉRIE 4

Teste 4 (a) -é para testar a estabilidade térmica de artigos e artigos embalados.

Teste 4 (b) (i) -para líquidos. Requer aparelhagem especial.

Teste 4 (b) (ii) -queda de 12 metros para artigos, artigos embalados e substâncias embaladas. Verifica se a queda livre se dá sem produzir fogo significativo ou risco de explosão. Não pretende ser teste para avaliar se a embalagem resistirá ao impacto.

Superfície de impacto: placa de aço com espessura mínima de 75 mm e dureza BRINEL não menor que 200, solidamente fixada em fundação com a espessura mínima de 600 mm.

Se é testada uma substância embalada, a mesma não pode ser substituída por material inerte.

Observar um período de espera após o impacto para constatar se não houve iniciação ou ignição visível. A ruptura da embalagem ou artigo não é considerada como sendo um mau resultado se o fogo ou explosão não ocorrem em nenhuma das três quedas.

c)TESTES SÉRIE 5

Teste 5 (a) -verifica a sensibilidade da substância à intensidade de estímulo mecânico. Requer aparelhagem específica.

Teste 5 (b) (i) -verifica a tendência da substância passar na transição da deflagração para a detonação. Requer aparelhagem específica.

Teste 5 (b) (ii) -idem

Teste 5 (b) (iii) -idem

Teste 5 (c) -é usado para determinar se uma substância, embalada para transporte, pode explodir se envolto em fogo.

Necessário:

1)uma (ou mais) embalagens na condição e forma que é oferecida para embarque. Volume não menor que 0,15 $m^3$ e 200 kg de substância explosiva;

2)grelha de metal para suportar os produtos, no nível de 1 m acima do solo, permitindo o aquecimento adequado. Pode ser empregada uma piscina com líquido inflamável, quando então, a grelha ficará a 0,5m do nível do solo;

3)o uso de fio para manter as embalagens fixas na grelha;

4)o fogo deve durar pelo menos 30 minutos ou até que a substância tenha tido tempo suficiente para reagir ao fogo;

5)efetuar a ignição em pelo menos dois lados (usar o vento favoravelmente à queima);

6)câmeras de alta velocidade para registrar e gravar o evento;

7)a distância entre as ripas ser de 10 cm, e de aproximadamente 50 $mm^2$ de seção.

A substância que explode neste teste é considerada como não classificada para a divisão 1.5.

d)TESTES SÉRIE 6

Os resultados dos três testes da série 6 são usados para determinar quais divisões, entre 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, corresponde mais aproximadamente do procedimento de um produto se sua carga é envolvida em fogo resultante de fontes externa ou interna, ou uma explosão de fonte interna. Os resultados são necessários para saber se o produto pode ser aceito como compatível ao grupo S da divisão 1.4, e se será ou não excluído da classe 1.

Os testes devem ser aplicados a substâncias e artigos explosivos embalados na condição e forma que são oferecidos ao transporte, e dispostos para os testes na posição mais desvantajosa. Quando os artigos explosivos são transportados sem embalagem, os testes devem ser aplicados como artigo não embalados.

Todos os itens de embalagens contendo substâncias ou artigos, devem ser submetidos aos testes, a menos que:

1)o produto, incluindo qualquer embalagem, possa vir a ser classificado, indubitavelmente, para uma divisão por Autoridade competente, baseando-se em outros testes ou informação disponível; ou

2)o produto, incluindo qualquer embalagem, é classificado como divisão 1.1.

Não é necessário conduzir todos os três tipos de testes. O teste 6 (a) pode ser dispensado caso os artigos explosivos sejam transportados sem embalagem ou quando a embalagem contém somente um artigo; e o 6 (b), poderá ser dispensado se no teste 6 (a):

1) o exterior da embalagem estiver intacta de detonação ou ignição interna; e

2)conteúdo da embalagem não explodiu totalmente, ou explodiu tão fracamente, como excluindo a propagação do efeito explosivo de uma embalagem para outra no teste 6 (b).

O teste 6 (c) poderá ser dispensado se, num teste tipo 6 (b), há uma explosão praticamente instantânea de, virtualmente, todo o conteúdo da pilha. Em tais casos o produto é classificado para a divisão 1.1.

0284 -CONDIÇÕES DOS TESTES

Os testes desta série são usados para embalagens de substâncias e artigos explosivos nas condições que são oferecidos para o transporte. A disposição deve ser a mais desvantajosa para o transporte e resultados dos testes. Todas as substâncias ou artigos explosivos devem ser sujeitos aos testes a menos que:

a)o produto, incluindo qualquer embalagem, pode inequivocamente ser classificado em uma divisão pela Autoridade competente, baseando-se em resultados de testes ou informações disponíveis; ou

b)o produto, incluindo qualquer embalagem, é classificado para a divisão 1.1.

NOTA:Definições no apêndice B do vol. I do Orange Book.

0285 -DEFLAGRAÇÃO E DETONAÇÃO

Numa substância, isto é, propelente, que reage por deflagração quando sofre ignição (em vez de detonação), e usado de um modo normal, ocorre uma combustão acelerada, com aumento local de temperatura e pressão. A reação é em torno de 400 a 900 m/s. O exemplo mais típico é um bloco de pólvora que se queima como um cigarro. A propagação da reação dá-se por uma combustão térmica. Cada partícula que se queima transmite calor à partícula adjacente, que se inflama ao atingir a temperatura de explosão. A característica do propelente é possuir, intrinsicamente, os elementos combustíveis e comburentes para a reação, não necessitando, portanto, do oxigênio do ar para a reação. Conceituando, a deflagração é uma reação química rápida, na qual o calor produzido é suficiente para permitir que a reação ocorra e se acelere sem a colocação de outra fonte de calor; é um fenômeno superficial em que a reação flui de um material inerte ao longo da superfície a uma velocidade subsônica.

A detonação se constitui numa reação química violenta dentro de um composto químico ou mistura mecânica, e que envolve calor e pressão; ela se dá através de material inerte a uma velocidade supersônica. O resultado da reação térmica é exotérmica e de extremamente alta pressão, forma uma onda de choque que se propaga com velocidade supersônica.

Na detonação, a substância que reage por detonação (em vez de deflagração) quando iniciada e usado de modo normal, ocorre a formação de uma onda de choque, associada à reação química. Esta reação gira em torno de 1000 a 8000 m/s. Neste caso, a propagação da reação dá-se por ondas de choque. Cada partícula, ao detonar cria uma onda pressão, chamada de onda de choque. Esta onda comprime adiabaticamente a partícula adjacente, fazendo com que ela se aqueça e detone ao atingir a temperatura de explosão. Desta forma, apresenta um efeito de ruptura, com uma pressão muito elevada, de impacto, produzida pelas ondas de choque.

O decreto número 36656 de 20.11.2000 que publica o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) conceitua:

a)Deflagração é o fenômeno característico dos chamados baixos explosivos, que consiste na autocombustão de um corpo (composto de combustível comburente e outros), em qualquer estado físico, a qual ocorre por camadas e velocidade controladas (de alguns décimos de milímetros até 400 m/s); e

b)Detonação é o fenômeno característico dos chamados alto explosivos que consiste na auto propagação de uma onda de choque através de um corpo explosivo, transformando-o em produtos mais estáveis com liberação de grande quantidade de calor e cuja velocidade varia de 1500 a 8500 m/s.

0286 -REQUISITOS DOS TESTES DA SÉRIE 6

São os seguintes:

Teste 6 (a) - Teste da Embalagem simples

Para determinar se há explosão de massa do conteúdo.

É aplicado para embalagens de artigos e substâncias explosivas na condição e forma que são oferecidos ao transporte.

a)se a substância pretende funcionar por detonação, deve ser testada com um padrão (pg 381 do vol II do Orange Book);

b)se pretende funcionar por deflagração, deve ser testada com um ignitor suficiente para assegurar a ignição da substância dentro da embalagem (não mais que 30 g de pólvora negra); o ignitor deve ser colocado no centro da substância dentro da embalagem;

c)se pretende ser usada como explosivo, deve ser testada com um detonador padrão.

Para embalagens de artigos ver o item 16.4.1.3.3 do Orange Book, pois será em função do mesmo possuir ou não meios próprios para ignição ou iniciação.

A embalagem com seu conteúdo é colocada sobre uma placa de aço apoiada diretamente no solo. Embalagens similares cheias de terra ou areia, devem ser colocadas confinando-as 0,50 m em todas as direções, se o volume não exceder 0,15 $m^3$; e 1,0 m, no caso de volume superior. Métodos alternativos de confinamento podem vir a ser adotados usando sacos ou caixas em derredor e em cima da embalagem em teste.

A substância ou artigo uma vez iniciado é observado o seguinte: evidência de efeito térmico, efeito de projeção, detonação, deflagração ou explosão do total do conteúdo da embalagem. Um tempo seguro de espera deve ser observado após a iniciação. O teste deve ser repetido três vezes caso não ocorra antes um resultado decisivo (ex: explosão total do conteúdo).

Critério de Aceitação:

Explosão de massa (ver definição no vol. I) indica um candidato à divisão 1.1. A evidência desta indicação inclui:

-um buraco ou cratera no local do teste;

-dano na placa sob a embalagem;

-dimensão da rajada; e

-rompimento e dispersão do material confinado.

Se o produto é aceito na divisão 1.1, testes posteriores não são necessários; em caso contrário, proceder os testes do tipo 6 (b).

Teste 6 (b) - Teste de Propagação

É um teste para embalagens de substâncias ou artigos explosivos ou artigos explosivos sem embalagens, com o intuito de determinar como a explosão se propaga.

Itens necessários ao teste:

a)um detonador para iniciar a substância ou artigo;

b)um ignitor que assegure a ignição da substância ou artigo;

c)material apropriado para o confinamento;

d)uma folha de 3.0 mm de espessura de aço para agir como placa testemunho.

Equipamento para medição da rajada pode ser usado.

Procedimento:

O teste é aplicado a uma pilha de embalagens de um produto explosivo ou de artigos sem embalagem, e em qualquer caso, na forma em que são oferecidos para transporte. Se os artigos explosivos são para serem transportados sem embalagens, os testes devem ser aplicados a artigos desembalados. Um volume de 0,15 $m^3$ deve ser empilhado sobre a placa que esteja no solo; caso exceda este volume, ao menos uma será colocada o mais aproximadamente possível para assegurar comunicação entre os produtos. O confinamento deverá ser feito com embalagens de sacos ou caixas cheias de areia o mais próximo da embalagem em teste que for possível, e rodeando-a com um mínimo de 1,0 m em todas as direções.

Para substâncias embaladas:

a)se a substância pretende funcionar com detonação, deve ser testada com o detonador padrão (V. o tipo no apêndice do vol. II);

b)se a substância pretende funcionar por deflagração, deve ser testada com um ignitor adequado (menos que 30 g de pólvora negra) para assegurar a ignição da substância dentro da embalagem individual. O ignitor deve ser colocado no centro da substância que foi embalada;

c)as substâncias que não se pretende usar como explosivo, mas provisoriamente aceita na classe 1, deve ser testada usando qualquer que seja o sistema de ignição e dê um "+" como resultado em um teste tipo 6 (a).

Para artigos embalados ou não: ver item 16.5.1.5 do Orange Book.

A substância ou artigo deve sofrer a iniciação e observado da mesma forma como descrito acima para o teste 6(a), havendo ambigüidade na interpretação dos resultados, aumenta-se o número de testes.

Método e critério para assegurar os resultados dos testes:

Se no teste 6(b) a explosão do conteúdo de uma embalagem ou artigo desembalado ocorre praticamente instantaneamente, o produto é aceito na divisão 1.1. A evidência de tal ocorrência inclui:

-uma cratera (buraco) no local do teste apreciavelmente maior que uma embalagem ou artigo desembalado;

-dano na placa sob a pilha e que seja apreciavelmente maior que uma embalagem ou artigo desembalado;

-dimensão da rajada que exceda, significativamente, a uma embalagem simples ou artigo desembalado;

-violento rompimento e dispersão da maioria do material confinado.

Fora isso, vá para o teste 6 (c).

Teste 6 (c): - Teste da Fogueira

É um teste para embalagens de substâncias ou artigos explosivos, ou artigos explosivos não embalados, para determinar se há uma explosão de massa ou risco de projeções perigosas, calor radiante e/ou queima violenta ou outro efeito perigoso quando envolto em fogo.

Itens necessários:

a)se o volume da embalagem da substância ou artigo, ou artigo não embalado, é menor que 0,05 $m^3$ , acrescentar ao conjunto um maior número de embalagens, de forma a totalizar um volume maior que 0,15 $m^3$ ;

b)se igual ou maior que 0,05m$^3$ , use três embalagens. Se o volume de uma embalagem ou artigo não embalado é maior que 0.15 m$^3$ , a Autoridade competente pode relevar a exigência das três embalagens a serem testadas;

c) uma grade de metal para suportar os produtos e permitir um aquecimento adequado. Se sarrafos de madeira são usados, a grade deve ficar a 1m acima do solo, e se usada uma piscina de fogo, a grade deve ficar a 0,5 m acima do solo;

d)é permitido o uso de fio ou fitas para fixar as embalagens unidas em cima da grade;

e)um inflamável para manter o fogo queimando ao menos por 30 minutos, ou até que a substância ou artigo tenha tido tempo de claramente reagir ao fogo;

f)arranjos para provocar a ignição do óleo em pelo menos dois lados para a queima da madeira, como querosene para embeber a madeira e fazer a ignição com graveto ou outro meio;

g)três folhas de alumínio de 2000 mm x 2000 mm x 2 mm (dureza Brinell 23 e tensão de 90 MPa) para agir como painéis junto a suportes para mantê-las verticalmente;

h)câmeras de cinema ou vídeo, preferencialmente de alta velocidade, para gravar os eventos;

i)um pirômetro capaz de medir a temperatura de 800$^0$ C da fogueira;

j)equipamento para medição da rajada e radiômetro associado a equipamento de gravação, pode ser usado, e ainda:

O número de embalagens necessárias, nas condições e forma que são oferecidas ao transporte, arrumadas tão próximas quanto possível, e se for o caso, amarradas com tira de aço para mantê-las agrupadas durante o teste. Combustível para colocar entre a grelha para que o fogo envolva as embalagens. Precauções contra o vento devem ser tomadas para evitar a dissipação do calor. Este, é produzido pelo reticulado de sarrafos de madeira (fogueira) com a queima por líquido inflamável, e capaz de produzir a chama com a temperatura mínima de 800 $^0$ C.

Balancear a razão ar/combustível para evitar que muita fumaça obscureça os eventos, a queima se dê com suficiente intensidade e duração que provoque a reação do material entre 10 e 30 minutos. As peças de madeira devem ser de aproximadamente 50 mm$^2$ de seção ou maior a critério do Perito face o tipo e o estado da madeira a ser empregada, arrumadas em forma de grelha e a mais de 1m do solo. Distância entre os sarrafos de 10 cm e estendendo-se pelo menos 1 m, em todas as direções, além das embalagens (note-se portanto, que o conjunto ficará, desta forma, coberto pelos sarrafos). O combustível deve ser usado de forma a garantir uma queima por 30 minutos ou até que todo o produto tenha tido tempo, claramente, de reagir ao fogo.

Podem ser utilizadas alternativas para a queima da madeira, como combustível líquido ou gás; a distância no caso de piscina é 0,5 m. A queima deve permitir um correto envolvimento do fogo.

Os painéis de alumínio ficam à distância de quatro metros do eixo das embalagens, dispostos em três quadrantes, com o seu centro coincidindo com o eixo do conjunto das embalagens. Se houver qualquer marca nos painéis, identificá-las claramente, a fim de distinguir das criadas pelo teste.

A ignição deve ser em dois lados, simultaneamente, e a favor do vento. Não proceder ao teste caso a velocidade do vento seja maior que 6 m/s. Um seguro período de espera deve ser observado após o fogo ter se extinguido.

Observar o seguinte:

-evidência de explosão;

-potencialidade das projeções que causem danos; e

-efeitos térmicos.

O teste é normalmente feito uma única vez, mas se a madeira ou combustível usado não for todo consumido, deixando uma significativa quantidade de substância explosiva sem consumir, ou nas proximidades do fogo, o teste deve ser repetido, usando-se mais combustível ou método diferente para aumentar a intensidade ou duração do fogo. Se o resultado do teste não caracterizar o risco para determinação da divisão, um outro teste deve ser realizado.

Critério para aceitação do resultado:

Para a classificação do produto as indagações do fluxograma do Anexo 2-C devem ser respondidas na ordem.

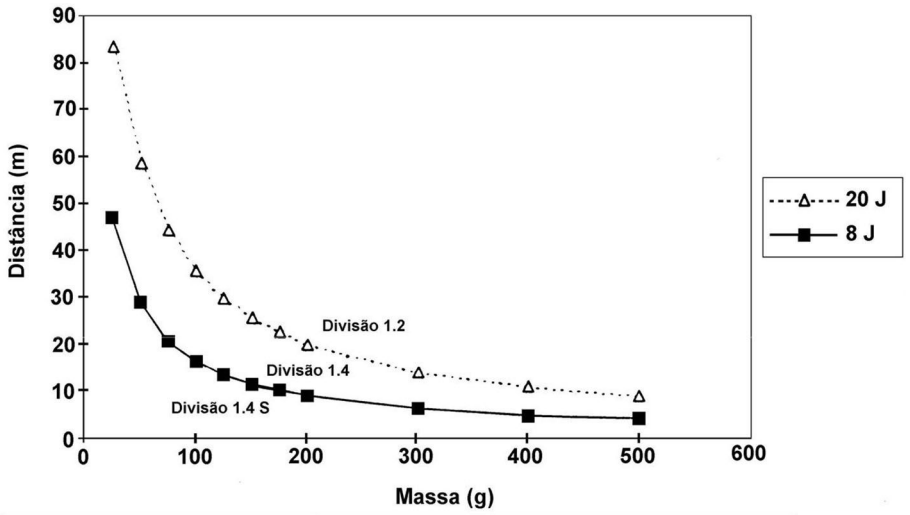
Se ocorre a explosão da massa, o produto vai para a divisão 1.1. Uma explosão de massa é considerada como ocorrida, se uma substancial proporção de substância explode, de forma que praticamente o risco deve ser assumido como uma explosão simultânea de todo o conteúdo explosivo da embalagem ou artigo não embalado.

Se a explosão de massa não ocorre, mas uma das situações abaixo ocorrerem, o produto é classificado para a divisão 1.2:

a)perfuração de qualquer um dos três painéis verticais;

b)uma projeção metálica com energia cinética excedendo 20J, estimada pelo gráfico a seguir, e na região adequada da curva.

O gráfico foi construído com os dados constantes da tabela:




| MASSA | DISTÂNCIA DA PROJEÇÃO (m) | |
|---|---|---|
| (g) | 20J | 8J |
| 25 | 83,6 | 46,8 |
| 50 | 58,4 | 28,7 |
| 75 | 44,4 | 20,6 |
| 100 | 35,6 | 16,2 |
| 125 | 29,8 | 13,3 |
| 150 | 25,6 | 11,4 |
| 175 | 22,43 | 10 |
| 200 | 20 | 8,8 |
| 300 | 13,9 | 6,3 |
| 400 | 10,9 | 4,9 |
| 500 | 8,9 | 4,1 |

Se nenhum dos eventos ocorrerem que possibilite a classificação como 1.1 ou 1.2, mas qualquer dos efeitos abaixo vierem a ocorrer, o produto irá para a divisão 1.3:

a)uma bola ou jato de fogo que surja entre qualquer dos três painéis;

b)projeções incandescentes que emanem do produto, a mais que 15 m do eixo da fogueira;

c)o tempo de queima do produto ser menor que 35 segundos para 100 kg de massa líquida de explosivo. Alternativamente, no caso de artigos e substâncias de baixa energia, a irradiação de queima do produto excede a do fogo em mais que 4 kW/m$^2$ a uma distância de 15 metros do eixo das embalagens ou dos artigos sem embalagem. A irradiação é medida por um mínimo de 5 segundos e durante o período de máxima emissão.

Se nenhum dos eventos ocorrerem que possibilite a classificação como 1.1, 1.2 ou 1.3, mas quaisquer dos efeitos abaixo vierem a ocorrer, o produto irá para a divisão 1.4 e para um grupo de compatibilidade outro que não o do grupo S:

a)uma bola de fogo ou projeção que se estenda a mais que 1 metro das labaredas da fogueira;

b)uma projeção do efeito térmico do produto a mais que 5 metros do eixo das embalagens ou dos produtos sem embalagem;

c)uma reentrância em qualquer dos painéis, de mais que 4 mm;

d)uma projeção metálica com energia cinética maior que 8J plotada na região própria do gráfico Distância x Massa;

e)um tempo de queima do produto menor que 330 segundos para 100 kg de massa líquida do explosivo.

Se nenhum dos eventos ocorre que classifique o produto para a divisão 1.1, 1.2 ou 1.3, ou para a divisão 1.4 em um grupo de classificação outro que não o S, mas a projeção, efeito térmico ou de rajada que não seja de forma significativa impeditivo do bombeiro ou outra resposta não prevista, chegar nas proximidades imediatas (5 m) das embalagens ou artigos não embalados, então o produto é aceito para a divisão 1.4 e para a compatibilização que não seja a do grupo S.

Se não há, num todo, risco de efeitos, o produto é considerado excluído da classe 1. As possibilidades, como mostra o fluxograma do Anexo 2-C, são:

a)se o produto é um artigo fabricado com vistas à produção de um explosivo experimental ou de efeito pirotécnico, então:

(I)se há algum efeito externo (projeção, fogo, fumaça, calor ou som alto), ao próprio dispositivo, o mesmo não é excluído da classe 1 e o produto, como embalado, é aceito para a divisão 1.4 e para a compatibilidade do grupo S. Testes envolvendo dispositivos sem embalagem ou confinamento, ver Vol I do Orange Book, item 2.1.1.1 (b). Algumas vezes os efeitos proclamados são observados no teste 6 (c), e nestes casos o produto é classificado em 1.4 S, sem testes adicionais; e

(II)se não há efeito externo ao próprio dispositivo, é excluído da classe 1 de acordo com o previsto no vol. I do Orange Book, item 2.1.1.1 (b). Este item refere-se explicitamente ao dispositivo, em vez da embalagem, então ele é freqüentemente necessário para fazer-se a avaliação sobre os fundamentos envolvendo o funcionamento de dispositivo sem embalagem ou confinamento.

b)se o produto não é fabricado com vistas à produção de explosivo experimental ou de efeito pirotécnico, é excluído da classe 1 de acordo com a mesma referência do vol. I.

NOTA:

1 -o valor de 35 segundos/100 kg corresponde a média do fluxo térmico de 4 kW/m$^2$ a 15 metros e de calor de combustão de 12500 J/g; se o valor do calor de combustão é significativamente diferente, o tempo de queima pode ser corrigido, por exemplo, um calor de combustão correto de 8372 J/g, queimando por (8372/12500) x 35 = 23,4 segundos, produzirá o mesmo nível de fluxo. As correções de massa diferentes de 100 kg podem ser feitas de acordo com a tabela abaixo que relaciona os valores do fluxo térmico com a variação de massas:

| | Divisão 1.3/1.4 | | Divisão 1.4/1.4S | |
|---|---|---|---|---|
| Massa (kg) | Fluxo (15 m) | Queima (s) | Fluxo (5m) | Queima (s) |
| 20 | 1,36 kW/m$^2$ | 21,7 | 1,36 kW/m$^2$ | 195 |
| 50 | 2,5 | 29,6 | 2,5 | 266 |
| 100 | 4 | 35 | 4 | 330 |
| 200 | 6,3 | 46,3 | 6,3 | 419 |
| 500 | 11,7 | 63,3 | 11,7 | 569 |

2 -o valor de 330 segundos /100 kg corresponde a média do fluxo térmico de 4 kW/m$^2$ a 5 metros e de calor de combustão de 12500 J/g; para valores diversos pode-se usar o mesmo raciocínio da nota anterior.

3 -em algumas experiências de queima, em eventos identificáveis, poderá ser observado que a mesma se dá em separado, em tais casos, pode ser usado o tempo de queima e a massa de cada evento.

4 -o fluxo térmico pode ser calculado pela fórmula:

$$F = \frac{C.E}{4\pi R^2 t}$$

Onde:
F - fluxo térmico expresso em kW/m$^2$
C - constante de 0,33
E - energia total em joules
R - distância do fogo à posição escolhida, em metros
T - tempo de queima observado, em segundos

0287 -REQUISITOS DOS TESTES DA SÉRIE 7

Os testes desta série respondem a pergunta: O artigo explosivo é extremamente insensível? Constitui-se em uma das etapas do fluxograma do Anexo 2-C, e sendo a resposta afirmativa, será classificado na classe 1.6; em sendo negativa, será submetido aos testes da série 6. Face a particularidade dos mesmos a explanação fica restrita às fontes de consulta do Orange Book

SEÇÃO XIII

EXPLOSIVOS MILITARES

0288 -EMBALAGEM

Os explosivos militares devem estar sujeitos às premissas do Código IMDG quanto os testes operacionais a que são submetidos repetidas vezes e com responsabilidade; podendo, consequentemente, vir a ser aprovados para serem transportados. E o serão, sem embalagem, quando estiverem desprovidos de seus mecanismos de iniciação, ou com eles contidos por, pelo menos, dois efetivos mecanismos de proteção contra a iniciação.

Quando tais artigos têm carga propelente, ou são auto-propelentes, seus sistemas de ignição devem estar protegidos contra estímulos ocorridos durante as condições normais de transporte.

0289 -TESTES

Um resultado negativo nos testes da série 4, ou em artigo sem embalagem, indica que o mesmo pode ser transportado sem embalagem. Estes artigos sem embalagem, podem ser fixados em berços ou contidos em cestas ou dispositivos adequados de manuseio, estocagem ou lançamento, de forma que não fiquem soltos durante o transporte em condições normais.

Especial precaução deve ser mantida após o teste de queda, ou seja, aguardar um mínimo de 5 (cinco) minutos antes de aproximar-se para inspecionar; no caso de ter sido observada fumaça ou chama, o tempo deverá ser dilatado para 30 (trinta) minutos após o desaparecimento de tais sinais.

O transporte de tal explosivo deve ser limitado a 25 kg por pessoa ou 50 kg para duas pessoas, acima destes valores, a utilização de meios mecânicos para o transporte é obrigatória.

0290 -EQUIVALENTE TNT

O material explosivo pode ser avaliado em termos de equivalente TNT ou massa equivalente a TNT. Isto é, um equivalente TNT de 1,2 significará que 1 libra peso de material será equivalente a 1,2 libra peso de TNT.

Basicamente, os explosivos são comparados ao TNT face a abundância de informações existentes, tanto para o TNT como para as suas propriedades, mas também, a existência de múltiplos métodos usados para os testes.

Os explosivos são compostos de um oxidante associado a um combustível. O primeiro é a substância que produz a oxidação, isto é, a propriedade do agente em se combinar com o oxigênio, e, quando tanto ela quanto o combustível se apresentam na mesma molécula, tal material é considerado ideal; em oposição, o explosivo é classificado como não sendo ideal.

0291 -REAÇÃO QUÍMICA

Ocorre a reação química em uma mistura ou composto, quando sob o calor ou choque, se decompõe com extrema rapidez, liberando gás e calor. Para que esta reação seja característica de um explosivo, deve exibir todas as seguintes condições:

a)formação de gases;

b)desenvolvimento de calor;

c)rapidez de reação; e

d)iniciação da reação pela ação de calor ou choque.

0292 -CARACTERÍSTICAS DO EXPLOSIVO MILITAR

a)Disponibilidade e Custo

Ter a produção características de preço baixo, disponibilidade de grandes quantidades, baixo preço e segurança;

b)Sensibilidade

A sensibilidade relativa de um determinado explosivo ao impacto pode variar muito, existindo testes para determiná-la;

c)Estabilidade

É a capacidade de um explosivo de ser estocado sem vir a deteriorar-se, é afetada pela constituição química, pela temperatura ambiente e exposição ao sol;

d)Trabalhabilidade

É a capacidade de seguir o que se pretende no modo como a energia é liberada; sendo avaliada por vários testes;

e)Estilhaçamento

Característica que determina a maneira como se conduz efetivamente uma explosão sob o aspecto da fragmentação. A rapidez com que a explosão encontra seu pico de pressão é a medida do seu estilhaçamento;

f)Densidade

É a unidade de peso por unidade de volume;

g)Volatibilidade

É o imediatismo com o qual o explosivo se vaporiza; sendo uma característica indesejável;

h)Higroscopicidade

É altamente indesejável, pois reduz a sensibilidade, resistência e velocidade de detonação do explosivo.; e

i)Toxidade

É uma característica que é reduzida ao mínimo nos explosivos militares, uma vez que pode vir a causar danos ao organismo humano.

0293 -MUNIÇÃO DE PEQUENO CALIBRE

É aquela até o calibre .50 (12,7 mm) e estão dispensadas dos testes classificatórios, sendo enquadradas como da divisão 1.4S.

Exceção a ser feita ao calibre .50 do tipo incendiário que é 1.4G e 1.4C nos demais tipos (comum, festim, traçante, perfurante, etc)

0294 -DISPENSA DE TESTES CLASSIFICATÓRIOS

As munições militares podem vir a ser dispensadas dos testes classificatórios a critério da DPC, que analisará a documentação em que o fabricante utilizou para a classificação pretendida, memorial descritivo e características intrínsecas da munição, podendo obter parecer da Diretoria de Sistemas e Armas da Marinha.

SEÇÃO XIV

VOLUME 3 DO IMDG

0295 -CONTEÚDO

Com o propósito de facilitar uma possível consulta ao suplemento do Código IMDG, esclareçamos os principais tópicos que são abordados no mesmo:

a)Procedimentos de Emergência para Navios Transportando Mercadorias Perigosas - Emergency Procedures for Ships Carrying Dangerous Goods (EmS) preconiza que antes do envolvimento no manuseio e transporte de mercadorias perigosas, conheça-se as características e propriedades perigosas das mesmas e, se necessário, as precauções de segurança a serem observadas. Prevê informações sobre regras de segurança, equipamentos de proteção individual, e procedimentos de emergência a serem seguidos e ações a empreender em caso de acidente;

b)Guia de Primeiros Socorros - Medical First Aid Guide for Use in Accidents Involving Dangerous Goods (MFAG) pretende alertar quanto ao tratamento inicial do envenenamento químico e diagnóstico, dentro das disponibilidades existentes a bordo no mar;

c)Procedimentos para Relatórios, orienta quanto aos princípios gerais que devem ser seguidos pelos navios ao transmitirem os relatórios acerca dos acidentes que tenham envolvido mercadorias perigosas, substâncias causadoras de danos ou as poluidoras marinha;

d)Guia para Embalagem das Unidades de Carga, com exceção das a granel, e aplicável, em todas as operações de transporte terrestre ou marítimo realizadas com os contentores (ou cofres de carga), veículos, vagões ferroviários, ou outros similares;

e)Quantidades Limitadas como estabelece o item 212;

f)Recomendações para o uso seguro de pesticidas a bordo dos navios que leva em consideração os mesmos terem sido infectados por insetos e roedores, assim, trata da prevenção, manutenção das condições sanitárias, principais locais normalmente infectados, métodos de desinfecção química, fumigação, iscas permitidas, uso dos pesticidas, transporte após a fumigação, etc;

g)Código Internacional para o transporte seguro de combustível nuclear irradiado embalado, plutônio e resíduos com alto grau de radioatividade a bordo de navios (INF Code); e

h)O apêndice, que contém resoluções e circulares referenciadas no Código IMDG e em seu Suplemento (volume 3).

CAPÍTULO 3

MATERIAL DE SALVATAGEM

SEÇÃO I

0301 -PROPÓSITO

Estabelecer requisitos para construção e testes de equipamentos salva-vidas para uso em embarcações e plataformas marítimas.

0302 -DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

a)Documentação Inicial

A solicitação de homologação deverá ser efetuada por requerimento à DPC, conforme Anexo 1-B. Deverá ser feito um requerimento para cada modelo ou tipo de material que se pretenda homologar. Ao requerimento deverão ser anexados os documentos a seguir:

1)Cópia autenticada do Contrato Social da empresa devidamente registrado na Junta Comercial competente, indicando o nome do (s) sócio (s) responsável(eis) pela gerência da empresa, Certidão da Junta Comercial correspondente identificando o sócio-gerente da empresa ou Ata de Assembléia Geral, nomeando o responsável pela gerência da empresa; este último poderá, caso os atos da empresa o permitam, delegar a terceiros a Representação Legal perante a DPC.

Na documentação estrangeira, o Contrato Social ou documento de idêntica finalidade, indicará o responsável pela empresa, podendo o mesmo nomear pessoa física ou jurídica para representá-la através de contrato ou procuração com poderes específicos para tal, devidamente autenticada, e com validade internacional

Caso a empresa já tenha remetido anteriormente e não tenha havido alteração do Contrato Social, prescinde-se da remessa de outra cópia. No entanto, a qualquer momento, a DPC poderá solicitá-los.

2)Memorial descritivo, desenhos e toda a documentação técnica necessária à perfeita descrição e especificação do material, inclusive de eventuais acessórios.

b)Descrição da Documentação Técnica

1)Memorial descritivo

O memorial descritivo deverá ser apresentado em duas vias em formato ABNT A-4, com capa contendo o nome e número do documento, alterações, data e assinatura do (s) responsável (eis) técnico (s) claramente identificados; e deverá conter dados do material a ser homologado tais como modelo, dimensões, peso, material utilizado, descrição detalhada das matérias primas empregadas na confecção do material, do processo de fabricação e montagem, requisitos operacionais e demais informações necessárias para sua completa caracterização e registro.

2)Desenhos

Os desenhos, em duas vias, deverão ser apresentados nos padrões previstos nas Normas ABNT, preferencialmente em formato A-4, e deverão conter, no mínimo, o nome do documento, número, alteração, unidade, escala, data e assinatura(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) com nome legível.

3)Documentação de Controle de Qualidade:

Apresentar documentação que comprove estar a produção do material e os testes e ensaios internos de controle de qualidade do mesmo, em conformidade com as Normas ISO da Série 9000.

4)Produção

Apresentar Declaração assinada pelo Responsável Técnico da empresa, afirmando que os protótipos foram fabricados obedecendo os requisitos estabelecidos em resolução pertinente da IMO, assim como a produção se pautará pela mesma, a fim de que se venha obter um correto e permanente controle da qualidade.

5)Outros documentos técnicos

(a)Arranjos de conjuntos;

(b)Listas de componentes;

(c)Manuais ou folheto de instrução para utilização; e

(d)Proposta de planilha de testes para homologação do protótipo.

0303 -CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO

a)O modelo de Certificado de Homologação é o constante do Anexo 3-B. O Certificado de Homologação será expedido em duas vias, original e cópia. O original será entregue ao requerente, mediante recibo, acompanhado dos documentos previstos para a concessão do Certificado de Homologação, endossados através do carimbo conforme modelo do Anexo 1-C. Ficarão arquivados na DPC a cópia do Certificado, juntamente com uma via dos documentos, desenhos e avaliações efetuadas;

b)O Certificado de Homologação de material tipo SOLAS, será bilingüe, obedecendo o mesmo modelo do Anexo 3-B. Nesses Certificados serão lançados também os Códigos ou Normas internacionais atendidas pelo produto homologado;

c)O verso do certificado poderá ser utilizado para o lançamento de dados ou outras informações afins; e

d)A validade constante dos Certificados de Homologação dos equipamentos de salvatagem não é mandatória para considerar-se como impeditivo o seu uso. Sendo não perecível, o que determina a aceitação é o estado físico que apresenta, e que por sua vez, é função da manutenção e conservação. Especial atenção deve ser dada à data de fabricação gravada na etiqueta constante do equipamento, que deverá ser anterior ao término da vigência do Certificado. Todos os coletes que receberam Certificados com numeração após 07/5/1997, foram testados de acordo com os requisitos previstos na NORMAM 05/DPC.

0304 -PLANILHAS DE TESTES

As Planilhas de Testes dos Equipamentos Salva-vidas SOLAS disponíveis na página da DPC http://www.dpc.mar.mil.br/, no "link" Segurança do Tráfego Aquaviário, se basearam nas prescrições do Código Internacional de Equipamentos Salva-Vidas (Código LSA) e Resolução MSC.81(70) da Organização Marítima Internacional (IMO), e deverão servir de guia na condução dos testes, e registro de dados.

A Resolução MSC.81(70), empresta maior precisão na condução dos testes e dirime possíveis dúvidas quanto aos métodos aplicados. Ela também foi colocada junto às Planilhas sob o título "Requisitos dos Testes dos Equipamentos de Salva-vidas", devendo igualmente ser consultada para um melhor aproveitamento nos testes.

0305 -PRESCRIÇÕES GERAIS

A menos que expressamente disposto em contrário, todos os equipamentos salva-vidas descritos neste capítulo deverão:

a)ser bem construídos e com o material adequado;

b)quando aplicável, ser à prova de apodrecimento, resistentes à corrosão e não ser afetados excessivamente pela água do mar, por óleo, ou pelo ataque de fungos;

c)quando expostos à luz solar, ser resistentes à deterioração;

d)ser de coloração laranja altamente visível em todas as partes em que isso auxilie na detecção. A possível utilização de outras cores deverá ser objeto de consulta técnica à DPC;

e)se forem empregados em mar agitado, serem capazes de operar satisfatoriamente naquele ambiente;

f)possuir marcas visíveis, indicando as informações relativas à sua aprovação, inclusive a Administração que os aprovou, e quaisquer restrições operativas; e

g)quando aplicável, serem dotados de uma proteção contra choques elétricos, para evitar danos ou ferimentos.

SEÇÃO II

BÓIAS SALVA-VIDAS

0306 -CLASSES DE EMPREGO

As bóias salva-vidas são classificadas como:

a)CLASSE I (SOLAS) - fabricadas conforme requisitos previstos na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS). Utilizadas nas embarcações empregadas na navegação em mar aberto e nas plataformas. Seu uso é eficiente em qualquer tipo de água, mar agitado e locais remotos onde o resgate pode ser demorado.

b)CLASSE II - fabricadas com base nos requisitos SOLAS, abrandados para uso nas embarcações empregadas na navegação de mar aberto, que operem somente em águas sob jurisdição nacional. Possui os mesmos requisitos de flutuabilidade das bóias da classe I.

c)CLASSE III - destinada ao uso nas embarcações empregadas na navegação interior.

0307 -REQUISITOS PARA BÓIAS SALVA-VIDAS CIRCULARES

a)as especificações referentes as bóias salva-vidas da classe I (SOLAS) se encontram nas Planilhas de Testes citadas no item 0304;

b)deverão ser fabricadas de acordo as dimensões e massas constantes da tabela seguinte:

| Classe | Diâmetro externo máximo (mm) | Diâmetro interno mínimo (mm) | Massa mínima (kg) |
|---|---|---|---|
| Classe I | 800 | 400 | 2,5 |
| Classe II | 650 | 200 | 1,5 |
| Classe III | 650 | 200 | 1,5 |

c)deverão ser de material imputrescível e resistente a água do mar, água doce, petróleo e seus derivados e a fungos;

d)deverão ser fabricadas com material de flutuabilidade própria, não devendo ser acrescido novos materiais, tais como: miolo de junco, palhinha, serragem, aparas de cortiça, cortiça granulada ou qualquer outro material granulado solto, bem como não deverão possuir qualquer compartimento de ar que dependa de ser inflado para ter flutuabilidade positiva;

e)a bóia construída em cortiça maciça deverá ser recoberta de material adequado para servir de proteção contra fogo, aumentar sua resistência e, também, para permitir a pintura e marcação.

f)para as classes II e III, a variação da temperatura ambiente será de -1ºC a + 65º C; e a variação da temperatura da água será de 10º C a 30º C.

g) deverão resistir à deterioração provocada pela luz solar nas partes expostas;

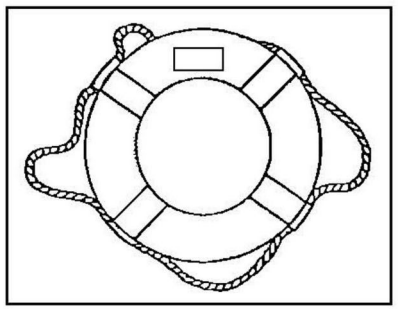
h) deverão ser fabricadas na cor laranja, de acordo com o previsto no item 0305 d);

i)deverão ser providas de uma linha de salva-vidas com diâmetro não inferior a 9,5mm e de comprimento igual ou maior que 4 vezes o diâmetro externo da bóia. Essa linha será fixada em quatro pontos, eqüidistantes, em torno da circunferência máxima da bóia, de modo a formar quatro alças iguais em comprimento e que seja permitida sua substituição em caso de avaria; sua carga de ruptura deverá ser igual ou maior que 5 kN;

j)não deverão fundir-se ou queimar-se após haver estado totalmente envolvidas em chamas durante um período de 2 segundos;

k)deverão ser construídas de modo a suportar uma queda na água da altura em que for estivada acima da linha de flutuação na condição de navio leve, ou de uma altura de 30 m, se este último valor for superior, sem que isto prejudique seu desempenho ou dos acessórios a ela associados.

l)nas classes I e II deverão ser fixadas quatro (4) fitas de material retro-refletivo, defasadas de 90º C, mantendo as dimensões mínimas de 30 cm no sentido radial por 5 cm no sentido transversal (ver. figura abaixo), conforme especificado na Resolução A.658 (16). A fita retro-refletiva deverá ser de tipo homologado pela DPC. As bóias classe III estão dispensadas de dotar essas fitas.



m)deverão ser dotadas de retinida flutuante que:

1)não crie cocas;

2)nas bóias classes I e II, possua comprimento igual ou superior ao dobro da altura em que for estivada acima da linha de flutuação correspondente ao calado leve em água do mar, ou 30 metros, se este valor for maior. Seu diâmetro mínimo deverá ser de 9,5 mm. Para as bóias classe III, o comprimento de retinida flutuante poderá ser de 20m; e

3)carga de ruptura mínima de 5 KN;

n)Dispositivo de Iluminação Automática - as bóias salva-vidas Classe I e II, deverão ser capazes de serem dotadas de dispositivo de iluminação automática com as seguintes características:

1)o dispositivo de iluminação deverá ficar preso a ela por meio de um fiel ou outro meio similar de fixação;

2)o dispositivo não deverá ser apagado e nem ter seu funcionamento alterado pela água doce ou salgada;

3)tal dispositivo deverá funcionar em todas as direções do hemisfério superior, de modo contínuo e com uma intensidade luminosa de pelo menos 2 candelas, ou emitindo lampejos a uma razão mínima de 50 lampejos por minuto, com a intensidade eficaz correspondente;

4)deverá ser alimentado por uma fonte de energia elétrica que garanta seu funcionamento como previsto no item anterior por, no mínimo, 2 horas; e

5)ser construído de modo a suportar uma queda na água da altura em que for estivado, acima da linha de flutuação na condição de navio leve, ou de uma altura de 30m, se este último valor for superior, sem que isto prejudique seu desempenho.

o)a bóia deverá ser marcada de forma permanente, em uma das faces, com uma etiqueta, no tamanho mínimo de 5cm x 9cm, com as seguintes informações:

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
CERTIFICADO Nº _____/ _____
CLASSE _____
FABRICANTE _____
MODELO _____ Nº SÉRIE _____
DATA DE FABRICAÇÃO _____

p)as bóias classes II e III deverão ser submetidas e aprovada nos seguintes testes:

| | TESTES DE BÓIAS | ANEXO |
|---|---|---|
| 1 | Conformidade do protótipo | 3-E |
| 2 | Queda | 3-Q |
| 3 | Flutuabilidade | 3-I |
| 4 | Resistência a chamas | 3-L |
| 5 | Resistência mecânica aplicado a própria bóia | 3-J |
| 6 | Resistência mecânica aplicado a linha salva-vidas e a retinida | 3-J |
| 7 | Temperatura cíclica aplicado a própria bóia | 3-F |
| 8 | Resistência a óleos aplicado a própria bóia | 3-G |
| 9 | Dispositivo de iluminação automático | 3-R |
| 10 | Dispositivo de fumígeno automático | 3-S |
| 11 | Inspeção interna final | 3-P |

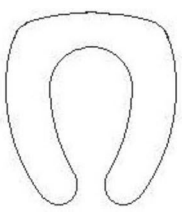
0308 -REQUISITOS PARA ASSENTOS FLUTUANTES

a)O fabricante poderá solicitar a homologação de assentos flutuantes para emprego como bóia salva-vidas classe III.

b)Os assentos flutuantes deverão ser submetidos aos mesmos testes das bóias salva-vidas classe III, com exceção do teste de resistência mecânica (tração) e resistência à chama.

0309 -REQUISITOS PARA BÓIA SALVA-VIDAS TIPO FERRADURA

A bóia salva-vidas classe III (Navegação Interior),poderá ser fabricada em formato de ferradura, conforme mostrado na figura abaixo. Deverá ser submetida aos mesmos testes daquela fabricada com o formato circular, com exceção do teste de resistência à chama e com alteração do arranjo para o teste de tração.



0310 -SELEÇÃO DAS AMOSTRAS PARA TESTES DE BÓIAS SALVA-VIDAS

Para os testes, o fabricante deverá apresentar três bóias por classe e tipo que desejar homologar. Essas amostras serão marcadas com as letras A, B e C, devendo todas serem submetidas à avaliação quanto às características do protótipo. Em seguida, as amostras serão submetidas aos seguintes testes:

a)Amostra A -temperatura cíclica, queda, resistência a óleo, e flutuabilidade, nessa ordem;

b)Amostra B -Temperatura cíclica, queda, resistência a chama, e flutuabilidade, nessa ordem; e

c)Amostra C -Resistência mecânica. Será também utilizado para comparação com as bóias A e B, ao final dos testes.

0311 -SELEÇÃO DE AMOSTRAS PARA TESTES DE DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO E FUMÍGENO AUTOMÁTICOS UTILIZADOS EM BÓIAS SALVA-VIDAS

Serão realizados os testes previstos no Item 1 da Resolução MSC.81 (70), anexa a Resolução MSC 70/23/Add.1,da Organização Marítima Internacional - IMO, de acordo com as planilhas citadas no item 0304.

SEÇÃO III

COLETES SALVA-VIDAS

0312 -CLASSES DE EMPREGO

Os coletes salva-vidas são classificados como:

a)CLASSE I (SOLAS) - fabricados conforme requisitos previstos na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS). Utilizados nas embarcações empregadas na navegação em mar aberto e nas plataformas. Seu uso é eficiente em qualquer tipo de água, mar agitado e locais remotos onde o resgate pode ser demorado.

b)CLASSE II - fabricados com base nos requisitos SOLAS, abrandados para uso nas embarcações empregadas na navegação de mar aberto, que operem somente em águas sob jurisdição nacional. Possui os mesmos requisitos de flutuabilidade dos coletes Classe I (SOLAS). O que o diferencia é o fato de não possuir lâmpada.

c)CLASSE III - destinado ao uso nas embarcações empregadas na navegação interior.

d)CLASSE IV - material fabricado para uso, por longos períodos, por pessoas envolvidas em trabalhos realizados próximos à borda da embarcação, cais ou suspensos por pranchas ou outros dispositivos que corram risco de cair na água acidentalmente.

e)CLASSE V - material fabricado para emprego em atividades esportivas tipo "jet-ski", "banana-boat", esqui aquático, "windsurf", "parasail", pesca esportiva, canoagem, embarcações miúdas classificadas como esporte e/ou recreio, embarcações de esporte e/ou recreio de médio porte empregada na navegação interior e outras.

f)CLASSE V ESPECIAL - material fabricado para emprego em atividades esportivas que se utilizam de corredeiras, tipo "rafting" ou outras atividades reconhecidas como de águas brancas.

0313 -REQUISITOS PARA COLETES SALVA-VIDAS RÍGIDOS

O colete deverá ser fabricado de acordo com os seguintes requisitos:

a)permitir que uma pessoa, após demonstração, possa vesti-lo corretamente, em não mais que um minuto;

b)que possa ser vestido pelo avesso, a menos que seja evidente que só possa ser vestido de um lado, sendo eliminada a possibilidade de vesti-lo incorretamente;

c)ser de uso confortável;

d)possibilitar à pessoa que o usa saltar, de uma altura de 4,5 m,na água, sem se machucar e sem que o colete seja avariado ou deslocado do corpo, para coletes classes I, II, III, V e V ESPECIAL;

e)possibilitar à pessoa que o usa saltar, de uma altura de 10m , na água, sem se machucar e sem que o colete seja avariado ou deslocado do corpo, para coletes classes IV, , V e V ESPECIAL a ser empregado em atividades de alta velocidade;

f)o colete não deverá continuar a queimar ou a fundir-se após haver estado completamente envolvido por chamas durante 2 segundos;

g)ser capaz de não sofrer avarias enquanto permanece sob o efeito do tempo ou temperatura ambiente que varie de - 30º a + 65º C para coletes Classe I e - 1º a + 65ºC para coletes classes II. Esses requisitos não são exigidos para os coletes classes III, IV, V e V ESPECIAL.

h)funcionar, quando na água, sob temperatura que varie de - 1º a 30ºC;

i)Os coletes rígidos podem ser fabricados em dois tipos:

1)CANGA - de vestir pela cabeça; e

2)JALECO ou JAQUETA - de vestir como jaqueta.

j)O material empregado na fabricação do colete salva-vidas deve ser imputrescível e resistente à água do mar, água doce, ao petróleo e seus derivados e a fungos;

l)Os prendedores e fivelas deverão ser de material resistente à oxidação, lisos e sem arestas que possam causar danos físicos aos usuários ou a outrem;

m)Ser dotado de um apito de material resistente à oxidação, firmemente preso por um fiel (exceto para coletes classes IV, V e V ESPECIAL);

n)Coletes classe V e V ESPECIAL não necessitam ser de cor padronizada.

0314 -EQUIPAMENTO DE AUXILIO A FLUTUAÇÃO (EAF)

a)Conceito:

É um colete de menor porte e flutuabilidade, utilizado em atividades náuticas, em substituição ao colete tradicional, durante a realização de prática esportiva ou competições náuticas. É empregado em situações especiais, devido a dificuldade apresentada pelos usuários, no desempenho da atividade.

O EAF deverá ser utilizado por usuários com prática da natação, dentro de águas abrigadas e com o mar não encapelado,, capacitados a permanecerem flutuando até a chegada do socorro por embarcação de resgate ou outro meio.. O EAF visa permitir uma flutuabilidade mínima ao usuário, a fim de garantir sua segurança no decorrer da atividade esportiva.

O EAF e o colete classe V ESPECIAL do tipo competição, reservados para utilização por usuários com prática de natação poderão ser fabricados em tamanho único e sua flutuabilidade efetiva mínima deverá ser de 6,0 kg (60N). O teste deverá ser aplicado pela Comissão Organizadora do evento náutico utilizando-se de um peso simples com massa de 6kg de ferro. Os EAF e o colete classe V ESPECIAL deverão suportar o peso aplicado e permanecer flutuando.

b)Requisitos:

O EAF deverá ser fabricado de acordo com os seguintes requisitos:

1)permitir que uma pessoa, após demonstração, possa vesti-lo corretamente, em não mais que um minuto;

2)que possa ser vestido pelo avesso, a menos que seja evidente que só possa ser vestido de um lado, sendo eliminada a possibilidade de vesti-lo incorretamente;

3)ser de uso confortável;

4)possibilitar à pessoa que o usa saltar, de uma altura de 4,5 m , na água, sem se machucar e sem que o colete seja avariado ou deslocado do corpo;

5)possibilitar à pessoa que o usa saltar, de uma altura de 10m, na água, ,sem se machucar e sem que o EAF seja avariado ou deslocado do corpo, para EAF a ser empregado em atividades de alta velocidade;

6)funcionar, quando na água, sob temperatura que varie de - 1º a 30ºC;

7)os EAF podem ser fabricados em dois tipos:

I)CANGA - de vestir pela cabeça; e

II)JALECO ou JAQUETA - de vestir como jaqueta.

8)os prendedores e fivelas deverão ser de material resistente à oxidação, lisos, e sem arestas que possam causar danos físicos aos usuários ou a outrem;

9)os EAF não necessitam ser de cor padronizada.

10)Deverão possuir marcação impressa com os seguintes dizeres: "NÃO É UM EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS, E DEVE SER USADO SOMENTE POR NADADORES".

0315 -FLUTUABILIDADE E ESTABILIDADE

a)Os coletes classes I (SOLAS) e II deverão ter flutuabilidade e estabilidade suficientes, em água doce, tranqüila, para:

1)manter uma pessoa exausta ou inconsciente flutuando, de modo que sua boca fique a pelo menos 120 mm acima d'água, estando seu corpo inclinado para trás, em relação à vertical, 20º no mínimo e 50º no máximo;

2)girar o corpo de uma pessoa inconsciente na água, a partir da posição deitada em decúbito ventral, de tal maneira que a boca fique voltada para cima em, no máximo, 5 segundos;

3)não ter sua flutuabilidade reduzida em mais de 5%, após imerso na água doce por 24 horas;

4)permitir à pessoa que o veste, nadar uma pequena distância e embarcar numa embarcação de sobrevivência;

b)Os coletes deverão ser fabricados em tamanhos diferentes a saber:

1)Coletes Classes I (SOLAS) e II

EXTRA-GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 110 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 15,6 kg (156N).

GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 55 kg e inferior a 110 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 13,6 kg (136N).

MÉDIO - Para pessoas de massa superior a 35 kg e inferior a 55 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 7,0 kg (70N).

CRIANÇAS - Para pessoas de massa igual ou inferior a 35 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 5,0 kg (50N);

2)Coletes Classes III e V

EXTRA-GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 110 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 10,0 kg (100N).

GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 55 kg e inferior a 110 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 7,5 kg (75N).

MÉDIO - Para pessoas de massa superior a 35 kg e inferior a 55 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 5,5 kg (55N).

CRIANÇAS I - Para pessoas de massa superior a 25 kg e inferior a 35 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 3,5 kg (35N);

CRIANÇAS II - Para pessoas de massa igual ou inferior a 25 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 2,5 kg (25N).

3)Colete Classe IV

Poderá ser fabricado em tamanho único e sua flutuabilidade efetiva mínima deverá ser de 9,0 kg (90N).

c)Os coletes classe V ESPECIAL deverão ser fabricados em tamanhos diferentes a saber:

GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 55 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 12,0 kg (120N);e

MÉDIO - Para pessoas de massa superior a 35 kg e inferior a 55 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 8,0 kg (80N).

COMPETIÇÃO - Em tamanho único, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 6,0 kg (60N).

d)Os EAF deverão ser fabricados em tamanhos diferentes a saber:

EXTRA-GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 110 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 9,0 kg (90N);

GRANDE - Para pessoas de massa igual ou superior a 55 kg e inferior a 110 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 7,0 kg (70N);e

MÉDIO - Para pessoas de massa superior a 35 kg e inferior a 55 kg, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 4,0 kg (40N).e

COMPETIÇÃO - Em tamanho único, com flutuabilidade efetiva mínima equivalente a uma massa de 6,0 kg (60N);

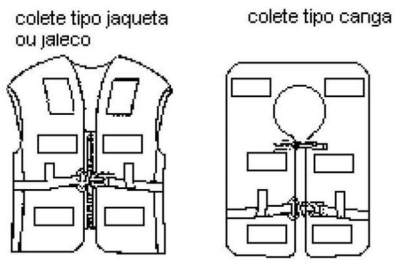
e)Os coletes e o EAF deverão ser fabricados de modo a garantir que a flutuabilidade seja assegurada pelo material sólido homologado para o enchimento, sem depender da manutenção de qualquer volume aéreo fechado. Não empregar material granulado ou floculado para enchimento, de modo a evitar perdas devido a rasgos no colete ou EAF.

0316 -LUZ (SOMENTE PARA COLETES CLASSE I)

Os testes serão realizados de acordo com as planilhas citadas no item 0304.

0317 -FITA RETRO-REFLETIVA (SOMENTE PARA COLETES CLASSE I E II)

Conforme especificado na Resolução A.658 (16), os coletes classe I e II deverão ter fixadas seis (6) tiras de material retro-refletivo homologado pela DPC, de aproximadamente 5 cm X 10 cm, na face externa do colete:




0318 -MARCAÇÃO DOS COLETES E EAF

a)Os coletes e EAF deverão possuir etiqueta costurada ou impressa em local facilmente visível, conforme modelo a seguir:

COLETE SALVA-VIDAS CLASSE (I, II, III, IV)
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DPC Nº _____ .
DATA DE FABRICAÇÃO: / /
FABRICANTE:
MODELO: Nº DE SÉRIE:
TAMANHO: MASSA DA PESSOA APOIADA:
ADVERTÊNCIAS: - NÃO CORTAR AS TIRAS OU ALTERAR QUALQUER PARTE DO COLETE.
- LAVAR EM ÁGUA DOCE E SECAR APÓS O USO.
- NÃO UTILIZAR COMO ASSENTO OU ENCOSTO.
- NÃO COLOCAR OBJETOS PESADOS OU PONTIAGUDOS EM CIMA.
- GUARDAR EM LOCAL VENTILADO.
- NÃO SECAR AO SOL OU PRÓXIMO DE FONTES DE CALOR COMO RADIADORES E AQUECEDORES
- COLOCAR PARA VENTILAR EM CASO DE LONGO TEMPO SEM USO.
- IDENTIFICAR O COLETE COM O NOME DA EMBARCAÇÃO.
- TESTAR COMO UTILIZAR O COLETE ANTES DE SAIR PARA O MAR.
- ENSINAR ÀS CRIANÇAS COMO USÁ-LO.
- INSPECIONAR REGULARMENTE SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
- SUBSTITUIR O COLETE QUANDO ESTIVER EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
- NÃO USAR EM ATIVIDADES DE ALTA VELOCIDADE.

COLETE SALVA-VIDAS CLASSE (V, V ESPECIAL) OU EAF
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DPC Nº _____ .
USO COMERCIAL EM AGUAS BRANCAS OU LAZER OU COMPETIÇÃO (USO ESPORTIVO)
DATA DE FABRICAÇÃO: / /
FABRICANTE:
MODELO: Nº DE SÉRIE:
TAMANHO: MASSA DA PESSOA APOIADA: PARA PESSOA ACIMA DE 55KG O TAMANHO NORMAL E O PEQUENO PARA PESSOAS COM MAIS DE 25 Kg
ADVERTÊNCIAS: - NÃO CORTAR AS TIRAS OU ALTERAR QUALQUER PARTE DO COLETE.
- LAVAR EM ÁGUA DOCE E SECAR APÓS O USO.
- NÃO UTILIZAR COMO ASSENTO OU ENCOSTO.
- NÃO COLOCAR OBJETOS PESADOS OU PONTIAGUDOS EM CIMA.
- GUARDAR EM LOCAL VENTILADO.
- NÃO SECAR AO SOL OU PRÓXIMO DE FONTES CALOR COMO RADIADORES E AQUECEDORES
- COLOCAR PARA VENTILAR EM CASO DE LONGO TEMPO SEM USO.
- IDENTIFICAR O COLETE COM O NOME DA EMBARCAÇÃO.
- TESTAR COMO UTILIZAR O COLETE ANTES DE SAIR PARA O MAR.
- ENSINAR ÀS CRIANÇAS COMO USÁ-LO.
- INSPECIONAR REGULARMENTE SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
- SUBSTITUIR O COLETE QUANDO ESTIVER EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
- NÃO USAR EM ATIVIDADES DE ALTA VELOCIDADE.

A advertência para não usar o colete em atividades de alta velocidade é procedente quando o colete não tiver sido submetido ao teste de queda de altura de 10m.

b)Os coletes salva-vidas classes IV (colete para trabalho), V (colete esportivo), V ESPECIAL (colete esportivo para águas brancas) e o Equipamento de Auxílio a Flutuação (EAF) deverão exibir, caso não disponham de dispositivo para manter a cabeça de um indivíduo inconsciente fora d'água, a seguinte advertência além da citada no item anterior, em local visível e com destaque:

ADVERTÊNCIA

UTILIZAR SOB SUPERVISÃO OU ACOMPANHAMENTO EQUIPAMENTO INCAPAZ DE MANTER A CABEÇA DE UMA PESSOA INCONSCIENTE FORA DA ÁGUA

c)Os coletes salva-vidas devem ser marcados com o tamanho considerado na fabricação. Os destinados ao uso por crianças deverão também ser marcados com o símbolo abaixo:



d) Os EAF deverão possuir marcação impressa com os seguintes dizeres: "NÃO É UM EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS, E DEVE SER USADO SOMENTE POR NADADORES".

0319 -APROVAÇÃO EM TESTES

Os coletes salva-vidas devem ser submetidos e aprovados nos seguintes testes:

| Nº TESTE | TESTES DE COLETES | CLASSES I * | II | III | IV | V | EAF | ANEXO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. | Conformidade do protótipo | X | X | X | X | X | X | 3-E |
| 2. | Temperatura cíclica aplicado ao material utilizado para dar flutuabilidade | X | - | - | - | - | - | 3-F |
| 3. | Temperatura cíclica aplicado ao próprio colete | X | X | - | - | - | - | 3-F |
| 4. | Resistência à óleos aplicado ao material utilizado para dar flutuabilidade | | - | - | - | - | - | 3-G |
| 5. | Resistência à óleos aplicado ao próprio colete | X | X | - | - | - | - | 3-G |
| 6. | Absorção de água aplicado ao material utilizado para dar flutuabilidade | X | - | - | - | - | - | 3-H |
| 7. | Flutuabilidade aplicada ao próprio colete | X | X | X | X | X | X | 3-I ** |
| 8. | Resistência mecânica aplicado ao próprio colete | X | X | X | X | X | X | 3-J |
| 9. | Resistência mecânica aplicado ao tecido e tirantes | X | X | X | X | X | X | 3-J |
| 10. | Resistência a chamas | X | X | X | X | - | - | 3-L |
| 11. | Resistência a água do mar | X | X | - | - | - | - | 3-M |
| 12. | Vestir | X | X | X | X | X | X | 3-N |
| 13. | Funcionamento do dispositivo de luz | X | - | - | - | - | - | 3-O |
| 14. | Inspeção interna final | X | X | X | X | X | X | 3-P |
| 15. | Materiais do Tecido, Fitas e Costuras | X | X | X | X | X | X | 3-J |
| 16. | Resistência Mecânica do corpo e alças do colete | X | X | X | X | X | X | 3-J |
| 17. | Resistência Mecânica dos ombros do colete | X | X | X | X | X | X | 3-J |
| 18. | Adicionais para material de colete que não seja cortiça ou kapok (paina) - estabilidade sob temperatura cíclica. | X | X | X | X | X | X | 3-F |
| 19. | Adicionais para material de colete que não seja cortiça ou kapok (paina) - absorção de água. | X | X | X | X | X | X | 3-H |
| 20. | Desempenho na água - endireitamento | X | X | X | X | X | X | 3-N |
| 21. | Desempenho na água - queda | X | X | X | X | X | X | 3-N |
| 22. | Desempenho na água - nado e embarque | X | X | X | X | X | X | 3-N |

* Os testes para coletes da classe I serão realizados em conformidade com o item 0304.

** O Anexo 3-N apresenta um método para medição da flutuabilidade, podendo este método ser aplicado aos coletes da classe I.

0320 -RELATÓRIO DE TESTE

Deverá ser enviado para a DPC após a realização dos testes e aprovação do protótipo, pelo executor dos testes, e conterá necessariamente, os seguintes itens:

1)Nome e endereço do laboratório ou entidade onde foram realizados os testes;

2)Nome e endereço do Responsável Técnico pela condução dos testes;

3)Número de identificação do Relatório;

4)Data(s) em que foram efetuados os testes;

5)Razão Social e endereço do fabricante do protótipo, e, se for o caso, dos fabricantes de componentes do mesmo;

6)Descrição do produto ou protótipo (incluindo dimensões, materiais, fechamentos, espessura, acessórios, etc) processo de fabricação, e inclusão de fotos datadas (média de oito) e citação dos desenhos;

7)Capacidade máxima;

8)Características técnicas específicas em que se desenrolaram os testes, por exemplo, temperatura, viscosidade, densidade, temperatura, pressão, etc;

9)Descrição resumida dos testes e os respectivos resultados, citando a legislação em que foram baseados;

10)Declaração expressa, assinada pelo Responsável Técnico, de que os testes foram conduzidos de acordo com o previsto na legislação citada no item 9 e Normas em vigor da Autoridade Marítima, sendo sabedor de que a aplicação de outros métodos ou componentes, ou divergências com o protótipo aprovado, deve invalidá-lo;

11)Assinatura com nome e função do Responsável que foi previamente credenciado pelo fabricante.

0321 -REQUISITOS PARA COLETES SALVA-VIDAS INFLÁVEIS

Os coletes infláveis (adulto e criança), deverão ser testados em conformidade com as planilhas de testes mencionadas no item 0304.

0322 -REQUISITOS PARA COLETES SALVA-VIDAS PARA CRIANÇAS

Os coletes salva-vidas destinados ao emprego por crianças deverão, tanto quanto possível, atender aos requisitos previstos nos itens anteriores, obedecendo às correções introduzidas nos respectivos testes.

São aplicáveis os testes das planilhas citadas no item 0304, conforme abaixo mencionados:

a)seleção das crianças;

b)desempenho na água;

c)endireitamento;

d)queda; e

e)mobilidade.

0323 -SELEÇÃO DE AMOSTRAS PARA TESTES DE COLETES SALVA-VIDAS OU EAF

a)Para os testes, o fabricante deverá apresentar seis coletes por classe, tipo e tamanho que desejar aprovar ou seis amostras de EAF, os quais serão marcados, aleatoriamente, pela DPC, com as letras A, B, C, D, E e F.

A amostra A será submetida aos testes de verificação da conformidade do protótipo, temperatura cíclica, resistência a óleo, resistência a água do mar, resistência mecânica, flutuabilidade, vestir e desempenho, nessa ordem.

A amostra B será submetida aos testes de verificação da conformidade do protótipo, temperatura cíclica, resistência ao fogo, resistência a água do mar, resistência mecânica, flutuabilidade, vestir e desempenho, nessa ordem.

As amostras C, D, E e F serão submetidas aos testes de flutuabilidade, vestir e desempenho, bem como, servirão para comparação com os coletes A e B, após terem sido submetidos aos seus respectivos testes.

| SEQUÊNCIA PARA ENSAIO (SEIS PARA CADA CLASSE, TIPO E TAMANHO) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | AMOSTRAS DE COLETES / EAF | | |
| | TESTES | A | B | C / D / E / F |
| 1 | Conformidade do protótipo | 1ºA | 1ºB | |
| 2 | Temperatura cíclica | 2ºA | 2ºB | |
| 3 | Resistência à óleos | 3ºA | | |
| 4 | Resistência a água do mar | 4ºA | 4ºB | |
| 5 | Resistência mecânica aplicado ao próprio colete | 5ºA | 5ºB | |
| 6 | Flutuabilidade | 6ºA | 6ºB | 1ºC / D / E / F |
| 7 | Vestir e Desempenho | 7ºA | 7ºB | 2ºC / D / E / F |
| 8 | Resistência a chamas | | 3ºB | |
| 9 | Inspeção interna final | 8ºA | 8ºB | 3ºC / D / E / F |
| As amostras A e B devem ser comparadas as C, D, E e F na inspeção final. | | | | |

b)Para os testes de tecido e tirantes, o fabricante deverá apresentar o número de amostras de acordo com o ANEXO 3 - J.

c)Para os testes do material flutuante do colete e EAF deverão ser preparadas oito amostras de 300mm$^2$ e espessura igual ao do colete salva-vidas ou EAF.

SEÇÃO IV

ARTEFATOS PIROTECNICOS

0324 -CONCEITUAÇÃO

São homologáveis os artefatos previstos no Código Internacional de Equipamentos Salva-vidas (LSA Code - International Life-Saving Appliance Code), e na Resolução MSC.81(70): Foguete Iluminativo com Pára-quedas, Facho Manual e Sinal Fumígeno Flutuante. Os requisitos estão previstos na Resolução MSC/70/23/Add 1 e anexo 6 da Resolução MSC 81/70 da IMO, as planilhas de testes em anexo à MSC/CIRC 980, ambas estão na página da DPC conforme o item 0304.

Para estes artefatos será emitido Certificado de Homologação tanto em português quanto em inglês, e no texto ficará claro que os testes seguiram a orientação prevista na Resolução supra citada.

0325 -REQUISITOS PARA OS SINAIS PIROTÉCNICOS

a)Sinais de Socorro

Os sinais de socorro são meios utilizados no mar ou em terra, de dia ou de noite, para solicitar socorro e se constituem nos seguintes artefatos pirotécnicos:

1)Foguete iluminativo com pára-quedas.

O artefato deverá:

(a)estar contido num invólucro resistente à água;

(b)ter impresso no seu invólucro instruções resumidas, ou diagramas, ilustrando claramente o seu modo de emprego;

(c)ter um sistema de ignição integrado;

(d)ser projetado de modo a não causar desconforto à pessoa que estiver segurando o invólucro, quando utilizado de acordo com as instruções do fabricante;

(e)quando lançado na vertical, atingir uma altura não inferior a 300 m.

No ponto mais alto da sua trajetória, ou próximo a ele, o foguete deverá ejetar um sinal iluminativo com pára-quedas, que deverá:

-queimar, emitindo uma luz encarnada brilhante;

-queimar uniformemente, com uma intensidade luminosa média não inferior a 30.000 candelas;

-ter um período de combustão não inferior a 40 segundos;

-ter uma velocidade de descida não superior a 5 m/s; e

-não danificar o pára-quedas, ou os seus acessórios, durante a combustão.

2)Facho manual.

O artefato deverá:

(a)estar contido num invólucro resistente à água;

(b)ter impresso no seu invólucro instruções resumidas ou diagramas ilustrando claramente o seu modo de emprego;

(c)ter um sistema de ignição integrado;

(d)ser projetado de modo a não causar desconforto à pessoa que estiver segurando o invólucro e não colocar em perigo a embarcação de sobrevivência com resíduos de combustão ou incandescentes, quando utilizado de acordo com as instruções do fabricante;

(e)queimar, emitindo uma luz encarnada brilhante;

(f)queimar uniformemente, com uma intensidade luminosa média não inferior a 15.000 candelas;

(g)ter um período de combustão não inferior a 1 minuto; e

(h)continuar queimando, após ter ficado submerso por um período de 10 segundos, a 100 mm da superfície da água.

3)Sinal fumígeno flutuante

O artefato deverá:

(a)estar contido num invólucro resistente à água;

(b)não se inflamar explosivamente, quando empregado de acordo com as instruções do fabricante;

(c)ter impresso no seu invólucro instruções resumidas ou diagramas ilustrando claramente o seu modo de emprego;

(d)emitir uma fumaça de cor laranja, de modo uniforme, por um período não inferior a 3 minutos, quando flutuando em águas tranquilas;

(e)não emitir qualquer chama durante todo o período de emissão de fumaça;

(f)não afundar em mar agitado; e

(g)continuar a emitir fumaça, após ter ficado submerso por um período de 10 segundos, a 100 mm da superfície da água.

b)Homologação de Sinais Pirotécnicos

Além do estabelecido nesta Norma, para serem homologados, os sinais pirotécnicos deverão atender aos requisitos da IMO e serem submetidos aos testes previstos nas Normas específicas da Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM).

SEÇÃO V

EMBARCAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA

0326 -REQUISITOS PARA BALSAS SALVA-VIDAS

Os testes serão realizados de acordo com as planilhas citadas no item 0304.

a)Construção das balsas salva-vidas

1)Toda balsa salva-vidas deverá ser construída de modo a ser capaz de resistir, flutuando, a uma exposição ao tempo, durante 30 dias.

2)A balsa salva-vidas deverá ser construída de tal modo que, se for lançada na água de uma altura de 18 metros, juntamente com seus equipamentos, funcione satisfatoriamente. Se ela for estivada a uma altura superior a 18 metros acima da linha de flutuação, com o navio na condição de viagem leve, deverá ser submetida a uma prova de queda, de uma altura pelo menos igual à altura em que a balsa estiver estivada. Os certificados de homologação a serem emitidos deverão constar a altura em que a balsa foi testada.

3)A balsa salva-vidas, quando flutuando, deverá ser capaz de resistir a repetidos saltos de pessoas sobre ela, dados de uma altura de pelo menos 4,5 m acima do seu piso, tanto com a cobertura montada como sem ela.

4)A balsa salva-vidas e seus acessórios deverão ser construídos de modo que ela possa ser rebocada a uma velocidade de 3 nós em águas tranquilas, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos e com uma das suas âncoras flutuantes lançadas.

5)A balsa salva-vidas deverá ser dotada de uma cobertura, para proteger seus ocupantes de uma exposição ao tempo, que se arme automaticamente quando for lançada e enquanto estiver na água. A cobertura deverá atender às seguintes prescrições:

(a)prover um isolamento contra o calor e o frio, por meio de duas camadas de material separadas por um espaço de ar, ou por qualquer outro meio igualmente eficaz. Deverá haver meios para impedir o acúmulo de água no espaço de ar;

(b)o seu interior deverá ter uma cor que não cause desconforto aos seus ocupantes;

(c)cada entrada deverá ser claramente indicada e dotada de dispositivos de fechamento ajustáveis e eficazes, que possam ser fácil e rapidamente abertos por dentro e por fora por pessoas vestindo roupas de imersão, e fechados pelo lado interno da balsa, de modo a permitir a ventilação, porém impedindo a entrada de água do mar, vento e frio. As balsas salva-vidas que acomodarem mais de oito pessoas deverão ter, pelo menos, duas entradas diametralmente opostas;

(d)deverá admitir, sempre, ar suficiente para seus ocupantes, mesmo com as entradas fechadas;

(e)deverá ser dotada de, pelo menos, uma vigia de observação;

(f)deverá ser dotada de meios para coletar água da chuva;

(g)deverá ser dotada de meios para permitir a instalação de um transpondedor radar para embarcações de sobrevivência a uma altura de, pelo menos, 1 metro acima do nível do mar; e

(h)deverá ter altura suficiente para abrigar todos os ocupantes sentados, em todas as partes cobertas por ela.

6)O local de fabricação das balsas deve atender ao preceituado nos Requisitos para Instalações das Estações de Manutenção (item 0504).

b)Capacidade de transporte mínima e massa das balsas salva-vidas

1)Nenhuma balsa salva-vidas será homologada se a sua capacidade de transporte for inferior a seis pessoas.

2)A menos que a balsa salva-vidas deva ser lançada por um equipamento de lançamento homologado de acordo com o disposto no item 0333, ou que não tenha que ser estivada num local que permita uma rápida transferência de um bordo para o outro, a massa total da balsa e dos seus equipamentos não deverá ser superior a 185 kg.

c)Acessórios das balsas salva-vidas

1)As linhas salva-vidas deverão ser firmemente fixadas em torno da balsa salva-vidas, tanto do seu lado externo como do interno.

2)A balsa salva-vidas deverá ser dotada de uma boça eficaz, com um comprimento não inferior a 10 m mais a distância da posição de estivagem à linha de flutuação com o navio na condição de viagem mais leve, ou de 15 metros, o que for maior. A carga de ruptura do sistema da boça, inclusive dos seus meios de fixação à balsa, exceto o elo de ruptura, não deverá ser inferior a 15,0 kN, para as balsas salva-vidas autorizadas a acomodar mais de 25 pessoas, não inferior a 10,0 kN, para balsas autorizadas a acomodar entre 9 e 25 pessoas, e não inferior a 7,5 kN, para qualquer outra balsa salva-vidas.

3)Na parte superior da cobertura da balsa salva-vidas, deverá ser instalada uma lâmpada controlada manualmente. A luz deverá ser branca e capaz de funcionar continuamente por pelo menos 12 horas, com uma intensidade luminosa não inferior a 4,3 candelas, em todas as direções do hemisfério superior. Se a luz, for de lampejos, deverá de emitir lampejos a um ritmo não inferior a 50 vezes por minuto e não superior a 70 vezes por minuto, durante um período de funcionamento de 12 horas, com uma intensidade luminosa eficaz correspondente. A lâmpada deverá acender automaticamente quando a cobertura for armada. As baterias deverão ser de tipo que não se deteriore devido à umidade, com a balsa salva-vidas estivada.

4)Uma lâmpada controlada manualmente deverá ser instalada no interior da balsa salva-vidas, capaz de funcionar continuamente por 12 horas. Ela deverá acender automaticamente quando a cobertura for armada e possuir uma intensidade suficiente para permitir a leitura das instruções relativas à sobrevivência e aos equipamentos. As baterias deverão ser do tipo que não se deteriorem devido à umidade, com a balsa salva-vidas estivada.

d)Balsas salva-vidas lançadas por meio de turcos

1)Além das prescrições acima, uma balsa salva-vidas destinada a ser utilizada com um equipamento de lançamento homologado deverá:

(a)quando estiver carregada, com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, ser capaz de resistir a um impacto lateral contra o costado do navio, com uma velocidade não inferior a 3,5 m/s e, também, a uma queda nágua de uma altura não inferior a 3 metros, sem sofrer danos que afetem o seu funcionamento;

(b)ser dotada de meios que permitam trazer a balsa salva-vidas a contrabordo, junto ao convés de embarque, e mantê-la presa de modo seguro durante o embarque.

2)Todas as balsas salva-vidas lançadas por meio de turcos, nos navios de passageiros, deverão ser dispostas de modo que toda a sua lotação de pessoas possa embarcar rapidamente.

3)Todas as balsas salva-vidas lançadas por meio de turcos, nos navios de carga, deverão ser dispostas de modo que toda a sua lotação de pessoas possa embarcar em não mais de 3 minutos, a partir do momento em que for dada a ordem de embarcar.

e)Equipamento das balsas salva-vidas

1)O equipamento normal de toda balsa salva-vidas deverá consistir de:

(a)um aro de salvamento flutuante, preso a um cabo flutuante com um comprimento não inferior a 30 m;

(b)uma faca do tipo não dobrável, dotada de um punho flutuante e com um fiel, presa e guardada num bolso colocado do lado externo da cobertura, perto do ponto onde a boça é amarrada à balsa. Além disso, toda balsa salva-vidas autorizada a acomodar 13 pessoas ou mais, deverá ser dotada de uma segunda faca, que não precisa ser do tipo não dobrável;

(c)uma cuia flutuante, para balsas salva-vidas autorizadas a acomodar 12 pessoas ou mais. Para balsas salva-vidas autorizadas a acomodar 13 pessoas ou mais, duas cuias flutuantes;

(d)duas esponjas:

(e)duas âncoras flutuantes, cada uma delas dotada de um cabo de reboque resistente a choques, sendo uma sobressalente e a outra presa permanentemente à balsa salva-vidas, de modo que quando a balsa inflar ou estiver na água, faça com que a balsa fique afilada ao vento da maneira mais estável. A resistência de cada âncora flutuante e do seu cabo de reboque, deverá ser adequada para qualquer estado do mar. As âncoras flutuantes deverão ser dotadas de meios que impeçam a torção do cabo e deverão ser do tipo que dificilmente vire pelo avesso entre os seus tirantes. As âncoras flutuantes presas permanentemente às balsas salva-vidas lançadas por meio de turcos e às balsas salva-vidas instaladas em navios de passageiros deverão ser lançadas apenas manualmente. Todas as demais balsas salva-vidas deverão ser dotadas de âncoras flutuantes lançadas automaticamente quando a balsa inflar;

(f)dois remos flutuantes;

(g)três abridores de lata (quando a ração for fornecida em embalagem metálica) e um par de tesouras. As facas de segurança contendo lâminas especiais para abrir latas satisfazem a esta prescrição;

(h)uma caixa de primeiros socorros à prova dágua, capaz de ser hermeticamente fechada após o uso;

(i)um apito, ou um dispositivo equivalente capaz de produzir sinais sonoros;

(j)quatro foguetes iluminativos com pára-quedas,do tipo homologado;

(l)seis fachos manuais do tipo homologado;

(m)dois sinais fumígenos flutuantes do tipo homologado;

(n)um jator elétrico à prova dágua, adequado para sinalização Morse, com um jogo de pilhas sobressalentes e uma lâmpada sobressalente, contidas em um recipiente à prova dágua;

(o)um refletor radar eficaz, a menos que haja um transpondedor radar para embarcações de sobrevivência guardado na balsa salva-vidas;

(p)um espelho de sinalização diurna, com instruções para a sua utilização em sinalização para navios e aeronaves;

(q)uma cópia dos sinais de salvamento mencionados na Regra V/16 do SOLAS, impressa em um cartão à prova dágua, ou guardada em um recipiente à prova dágua;

(r)um conjunto de apetrechos de pesca;

(s)uma ração alimentar contendo não menos do que 10.000 kJ para cada pessoa que a balsa salva-vidas estiver autorizada a acomodar. Essas rações deverão ser saborosas, próprias para consumo ao longo de todo o período de armazenamento na balsa

salva-vidas e embaladas de modo a poder ser rapidamente divididas e facilmente abertas. As rações deverão ser mantidas em embalagens estanques ao ar e ser guardadas em um recipiente estanque à água;

(t)recipientes estanques à água, contendo um total de 1,5 litro de água doce para cada pessoa que a balsa salva-vidas estiver autorizada a acomodar, dos quais 0,5 litro por pessoa poderá ser substituído por um aparelho de dessalinização capaz de produzir uma quantidade igual de água doce em 2 dias, ou 1 litro por pessoa poderá ser substituído por um dessalinizador por osmose reversa, acionado manualmente, capaz de produzir uma quantidade igual de água doce em 2 dias;

(u)um copo inquebrável graduado;

(v)medicamentos contra enjôo suficientes para pelo menos 48 horas e um saco impermeável para vômito para cada pessoa que a balsa salva-vidas estiver autorizada a acomodar;

(x)instruções sobre sobrevivência;

(y)instruções sobre as ações imediatas a serem empreendidas; e

(z)meios de proteção térmica que atendam ao disposto no item0417, em número suficiente para 10% do número de pessoas que a balsa salva-vidas estiver autorizada a acomodar, ou dois, se este número for maior.

2)A marcação nas balsas salva-vidas equipadas para atender integralmente a esta Norma, deverá ser "PACOTE SOLAS - A", em letras maiúsculas do alfabeto romano.

3)No caso de navios empregados em navegação de cabotagem ou águas interiores, para as quais, devido à sua natureza e duração, a critério da DPC, nem todos os itens especificados sejam necessários, a DPC poderá permitir que a dotação das balsas salva-vidas desses navios seja abrandada. A marcação da balsa salva-vidas, nesse caso, deverá ser "PACOTE SOLAS - B", em letras maiúsculas do alfabeto romano.

4)Os equipamentos deverão ser guardados em um recipiente que, se não for parte integrante da balsa salva-vidas ou não estiver preso permanentemente a ela, deverá ser guardado e preso no interior da balsa salva-vidas e ser capaz de flutuar na água por, pelo menos, 30 minutos, sem danificar o seu conteúdo.

f)Dispositivo para liberação das balsas salva-vidas

1)O sistema de boças das balsas salva-vidas deverá proporcionar uma ligação entre o navio e a balsa salva-vidas, de modo a assegurar que a balsa salva-vidas quando liberada e, no caso de uma balsa salva-vidas inflável, quando inflada, não seja arrastada para o fundo junto com o navio que está naufragando.

2)Se for utilizado um elo de ruptura no dispositivo de flutuação livre, esse elo deverá:

(a)não ser partido pela força necessária para puxar a boça do casulo da balsa salva-vidas;

(b)ter resistência suficiente para permitir que a balsa salva-vidas infle quando aplicável; e

(c)partir quando submetido a uma tensão de 2,2  0,1 kN.

3)Se for utilizado um dispositivo hidrostático automático de escape, esse dispositivo deverá:

(a)ser fabricado com materiais adequados e resistentes à corrosão de modo a reduzir ao mínimo o risco de apresentar defeitos. Não deverá ser aceita a galvanização ou outras formas de revestimento metálico nas peças da unidade de liberação hidrostática;

(b)liberar automaticamente a balsa salva-vidas a uma profundidade não superior a 4 m;

(c)ser dotado de meios de drenagem que impeçam o acúmulo de água na câmara hidrostática, quando a unidade estiver na sua posição normal;

(d)ser fabricado de modo a impedir a liberação quando for atingido por ondas;

(e)ser marcado de maneira indelével na sua parte externa, de modo a indicar o seu tipo e número de série;

(f)ser marcado de maneira indelével, na unidade ou em uma placa de identificação firmemente presa a ela, de maneira a indicar a data de fabricação, o tipo e número de série e informando se a unidade é adequada para utilização em uma balsa salva-vidas com capacidade para mais de 25 pessoas;

(g)ser concebido de modo que cada peça ligada ao sistema de boças tenha uma resistência não inferior à prescrita para a boça; e

(h)se for descartável, deverá ser marcado de uma forma que indique a data de expiração da sua validade.

g)Balsas salva-vidas infláveis

1)As balsas salva-vidas infláveis deverão atender, em acréscimo às prescrições anteriores do presente item, ao seguinte:

(a)A câmara de flutuação principal deverá ser dividida em pelo menos dois compartimentos separados, cada um inflado através de uma válvula de retenção localizada naquele compartimento. As câmaras de flutuação deverão ser concebidas de modo que, se qualquer dos compartimentos for danificado ou não inflar, os compartimentos intactos sejam capazes de suportar, com uma borda livre positiva em toda a periferia da balsa, o número de pessoas que a balsa estiver autorizada a acomodar, cada uma pesando 75 kg, sentadas nas suas posições normais.

(b)O piso da balsa salva-vidas deverá ser à prova d'água e ser suficientemente isolado do frio por qualquer dos seguintes meios:

-de um ou mais compartimentos que os ocupantes possam inflar, ou que inflem automaticamente, e possam ser esvaziados e inflados novamente pelos ocupantes;

-por qualquer outro meio eficaz que não necessite ser inflado.

(c)A balsa salva-vidas deverá poder ser inflada por uma só pessoa. A balsa salva-vidas deverá ser inflada com um gás não tóxico. A operação de inflar deverá ser concluída em até 1 minuto a uma temperatura ambiente entre 18º C e 20º C, e em até 3 minutos a uma temperatura ambiente de - 30º C. Após ser inflada, a balsa salva-vidas deverá manter a sua forma quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e com toda a sua dotação de equipamentos.

(d)Cada compartimento inflável deverá ser capaz de suportar uma pressão igual a 3 vezes a pressão de trabalho e deverá haver meio que impeça que seja atingida uma pressão que ultrapasse um valor correspondente a duas vezes a pressão de trabalho, seja por meio de válvulas de segurança, ou por meio de um suprimento de gás limitado. Deverá haver meio para permitir a instalação de uma bomba, ou foles, de recompletamento, de modo que a pressão de trabalho possa ser mantida.

h)Capacidade de transporte das balsas salva-vidas infláveis

O número máximo de pessoas que uma balsa salva-vidas deverá ser autorizada a acomodar será igual ao menor dos números abaixo, não podendo ser inferior a seis:

1)o maior número inteiro obtido através da divisão por 0,096, do volume dos tubos de flutuação principal, quando inflados, medido em metros cúbicos (que, para este efeito, não deverá incluir os arcos nem as bancadas, se houver); ou

2)o maior número inteiro obtido através da divisão por 0,372, da área da seção reta horizontal interna da balsa salva-vidas, medida em metros quadrados, (que, para este efeito, poderá incluir os arcos ou as bancadas, se houver), medida no bordo interno dos tubos de flutuação; ou

3)o número de pessoas, com um peso médio de 75 kg, todas usando roupas de imersão e coletes salva-vidas ou, no caso de balsas salva-vidas lançadas por meio de turcos, usando coletes salva-vidas, que possam ficar sentadas com conforto e com uma altura suficiente para que não interfiram com o funcionamento de qualquer equipamento da balsa salva-vidas.

i)Acesso às balsas salva-vidas infláveis

1)Pelo menos uma entrada deverá ser dotada de uma rampa de embarque semi-rígida, capaz de suportar uma pessoa pesando 100 kg, para permitir que as pessoas que estiverem no mar possam embarcar na balsa salva-vidas. A rampa de embarque deverá ser concebida de modo que impeça que a balsa esvazie sensivelmente se a rampa for avariada. No caso de uma balsa salva-vidas lançada por meio de turcos, que tenha mais de uma entrada, a rampa de embarque deverá ser instalada na entrada oposta aos cabos de amarração ao navio e às instalações de embarque.

2)As entradas não dotadas de rampa de embarque deverão dispor de uma escada de embarque, cujo degrau inferior não deverá ficar localizado a menos de 0,4 m abaixo da linha de flutuação da balsa salva-vidas na sua condição leve.

3)No interior da balsa salva-vidas, deverá haver meio para auxiliar as pessoas vindas da escada a entrar na balsa.

j)Estabilidade das balsas salva-vidas infláveis

1)Toda balsa salva-vidas inflável deverá ser construída de modo que, quando estiver totalmente inflada e flutuando com a sua cobertura armada, fique estável em mar agitado.

2)A estabilidade da balsa salva-vidas, quando emborcada, deverá ser tal que ela possa ser desemborcada em mar agitado ou em águas tranquilas, por uma só pessoa.

3)A estabilidade da balsa salva-vidas, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e com toda a sua dotação de equipamentos, deverá ser tal que permita que ela possa ser rebocada a uma velocidade de até 3 nós em águas tranquilas.

4)A balsa salva-vidas deverá ser dotada de bolsões para água que atendam às seguintes prescrições:

(a)os bolsões para água deverão ser de cor bastante visível;

(b)ser projetados de modo que possam ser cheios até 60% da sua capacidade em até 25 segundos;

(c)nas balsas salva-vidas para mais de 10 pessoas, os bolsões deverão ter uma capacidade total de, pelo menos, 220 litros,

(d)os bolsões para as balsas salva-vidas autorizadas a transportar mais de 10 pessoas deverão ter uma capacidade total não inferior a 20 x N litros, onde N = número máximo de pessoas transportadas;

(e)os bolsões deverão ficar dispostos simetricamente em torno da circunferência da balsa salva-vidas. Deverá haver meio para permitir que o ar que estiver embaixo da balsa salva-vidas escape rapidamente.

l)Casulos das balsas salva-vidas infláveis

1)A balsa salva-vidas deverá ficar acondicionada em um casulo que:

(a)seja fabricado de modo a resistir às condições rigorosas de utilização encontradas no mar;

(b)tenha uma flutuabilidade própria suficiente, quando contiver a balsa salva-vidas e seus equipamentos, para permitir a liberação da boça e o acionamento do dispositivo de enchimento da balsa se o navio afundar;

(c)seja estanque à água, com exceção dos furos de drenagem existentes no fundo do casulo.

2)A balsa salva-vidas deverá ser acondicionada em seu casulo de tal modo que assegureque a mesma seja inflada virada para cima, ao sair do casulo na água.

3)O casulo deverá ser marcado de modo a indicar:

(a)o nome do fabricante, ou a marca comercial;

(b)o número de série;

(c)o nome da autoridade que o homologou e o número de pessoas que a balsa pode transportar;

(d)a classe da balsa salva-vidas(SOLAS, classe II ou III);

(e)o tipo de pacote de emergência que contém;

(f)a data da última revisão;

(g)o comprimento da boça;

(h)a altura máxima de estivagem permitida acima da linha d'água (que dependerá da prova de queda e do comprimento da boça); e

(i)as instruções para lançamento.

m) Marcação das balsas salva-vidas infláveis

1)As balsas salva-vidas infláveis deverão ser marcadas de modo a indicar:

(a)o nome do fabricante, ou a marca comercial;

(b)o número de série;

(c)a data de fabricação (mês e ano);

(d)o nome da autoridade que a homologou;

(e)o nome e o local do posto de manutenção onde sofreu a última revisão e data da última revisão; e

(f)o número de pessoas que pode acomodar; esta indicação deverá ficar acima de cada entrada e ser feita em caracteres com uma altura não inferior a 100 mm, de uma cor que contraste com a da balsa salva-vidas.

2)Cada balsa salva-vidas deverá ser marcada de modo a indicar o nome e o porto de registro do navio em que estiver instalada. Essa marcação deverá ser feita de modo que a identificação do navio possa ser alterada a qualquer momento, sem ser preciso abrir o casulo.

n)Balsas salva-vidas lançadas por meio de turcos

1)Além de atender às prescrições acima, uma balsa salva-vidas destinada a ser utilizada com um equipamento de lançamento homologado deverá, quando suspensa pelo seu gato ou estropo de içamento, suportar uma carga correspondente a:

(a)quatro vezes a massa de toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, a uma temperatura ambiente e uma temperatura estabilizada da balsa salva-vidas de 20º C  3º C, com todas as válvulas de escape inoperantes; e

(b)1,1 vez a massa de toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, a uma temperatura ambiente e com uma temperatura estabilizada da balsa salva-vidas de -30º C, com todas as válvulas de escape em funcionamento.

2)Os casulos rígidos das balsas salva-vidas destinadas a serem lançadas por turcos deverão ser peiados de modo a impedir que o casulo, ou suas partes, caiam no mar durante e após o enchimento e lançamento da balsa salva-vidas nele contida.

o)Equipamento adicional das balsas salva-vidas infláveis

1)Além do equipamento prescrito no item 0326 e),todas as balsas salva-vidas infláveis deverão ser dotadas de:

(a)um conjunto de artigos necessários para reparar furos nos compartimentos de flutuação;

(b)uma bomba, ou fole, de recompletamento de ar.

2)As facas e as tesouras deverão ser do tipo de segurança.

p)Testes para homologação de balsas salva-vidas infláveis

1)Os testes a que deverão ser submetidas as balsas salva-vidas rígidas para homologação, são os previstos no item 0304.

2)O tecido utilizado para confecção da balsa deverá ser testado de acordo com o ANEXO 3 -T.

3)As rações de abandono deverão ser homologadas pela DPC.

0327 -REQUISITOS PARA BALSAS SALVA-VIDAS RÍGIDAS

As balsas salva-vidas rígidas deverão atender ao disposto em 0326 e, além disso, ao disposto neste item.

a)Construção das balsas salva-vidas rígidas

1)A flutuabilidade da balsa salva-vidas deverá ser assegurada por materiais homologados e que tenham flutuabilidade própria, colocados o mais próximo possível da periferia da balsa. O material flutuante deverá ser retardador de fogo, ou ser protegido por um revestimento retardador de fogo.

2)O piso da balsa salva-vidas deverá ser impermeável à penetração da água e comportar-se como isolante térmico.

b)Capacidade de transporte das balsas salva-vidas rígidas

O número de pessoas que uma balsa salva-vidas deverá ser autorizada a acomodar deverá ser igual ao menor dos seguintes números:

1)o maior número inteiro obtido pela divisão por 0,096 do volume, medido em metros cúbicos, do material que assegura a sua flutuabilidade, multiplicado por um coeficiente de 1 menos a densidade desse material; ou

2)o maior número inteiro obtido pela divisão por 0,372 da área da seção reta horizontal do piso da balsa salva-vidas, medida em metros quadrados; ou

3)o número de pessoas, com um peso médio de 75 kg, todas usando roupas de imersão e coletes salva-vidas, que possam ficar sentadas com conforto e com uma altura suficiente para que não interfiram com o funcionamento de qualquer equipamento da balsa salva-vidas.

c)Acesso às balsas salva-vidas rígidas

1)Pelo menos uma entrada deverá ser dotada de uma rampa de embarque rígida, para permitir que as pessoas que estiverem no mar possam embarcar na balsa salva-vidas. No caso de uma balsa salva-vidas lançada por meio de turcos, que tenha mais de uma entrada, a rampa de embarque deverá ser instalada na entrada oposta aos cabos de amarração ao navio e às instalações de embarque.

2)As entradas não dotadas de rampa de embarque deverão dispor de uma escada de embarque, cujo degrau inferior não deverá ficar localizado a menos de 0,4 m abaixo da linha de flutuação da balsa salva-vidas na sua condição leve.

3)No interior da balsa salva-vidas, deverá haver meio para auxiliar as pessoas vindas da escada a entrar na balsa.

d)Estabilidade das balsas salva-vidas rígidas

1)A menos que a balsa salva-vidas possa operar com segurança flutuando com qualquer lado para cima, sua resistência e estabilidade deverão ser tais que ela seja capaz de desemborcar por si só, ou ser rapidamente desemborcada em mar agitado, ou em águas tranquilas, por uma só pessoa.

2)A estabilidade de uma balsa salva-vidas, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, deverá ser tal que ela possa ser rebocada a uma velocidade de 3 nós em águas tranqüilas.

e)Marcação das balsas salva-vidas rígidas

As balsas salva-vidas rígidas deverão ser marcadas de modo a indicar:

1)o nome e o porto de registro do navio a que pertencem;

2)o nome do fabricante, ou a marca comercial;

3)o número de série;

4)o nome da autoridade que as aprovou;

5)o número de pessoas que podem acomodar; essa indicação deverá ficar acima de cada entrada e ser feita em caracteres com uma altura não inferior a 100 mm, de uma cor que contraste com a da balsa salva-vidas;

6)SOLAS;

7)o tipo de pacote de emergência que contém;

8)o comprimento da boça;

9)altura máxima de estivagem permitida acima da linha d'água (altura da prova de queda);

10) as instruções para lançamento.

f)Balsas salva-vidas rígidas lançadas por meio de turcos

Além de atender às prescrições acima, uma balsa salva-vidas rígida destinada a ser utilizada com um equipamento de lançamento homologado deverá, quando suspensa pelo seu gato ou estropo de içamento, suportar uma carga correspondente a quatro vezes a massa de toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos.

g)Testes para homologação de balsas salva-vidas rígidas

Os testes a que deverão ser submetidas as balsas salva-vidas infláveis para homologação, são os previstos no item 0304.

0328 -REQUISITOS PARA BALSAS SALVA-VIDAS CLASSE II E CLASSE III

Os requisitos técnicos a serem atendidos pelas balsas salva-vidas Classe II e Classe III são, basicamente, os mesmos daqueles requeridos das balsas salva-vidas Classe I, com os seguintes abrandamentos:

a)Tempo de flutuação no mar de quinze (15) dias;

b)Altura de lançamento na água de nove (9) metros;

c)Utilização de toldo de armar com isenção de camada dupla para balsas Classe II;

d)Isenção de toldo para balsas Classe III;

e)Utilização de flutuador subdividido ou com membrana;

f)Utilização de piso simples;

g)Temperatura mínima de enchimento de 0 C;

h)Teste para alagamento com ondas de até 0,3 metros de altura;

i)Possuir palamenta como abaixo:

| Item | Descrição | Balsa Classe II | Balsa Classe III |
|---|---|---|---|
| 01 | Aro Flutuante com Retinida de 30 m | 01 | - x - |
| 02 | Faca de Segurança Flutuante | 01 | 01 |
| 03 | Cuia Flutuante | 01 | 01 |
| 04 | Esponjas | 02 | 02 |
| 05 | Bomba ou Fole para Enchimento | 01 | 01 |
| 06 | Âncora Flutuante | 01 | 01 |
| 07 | Remos Flutuantes | 02 | 02 |
| 08 | Apito | 01 | 01 |
| 09 | Foguete Manual Estrela Vermelha com pára-quedas | 02 | 02 |
| 10 | Fachos Manual Luz Vermelha | 03 | 02 |
| 11 | Sinal Fumígeno Flutuante | 01 | - x - |
| 12 | Lanterna Elétrica à Prova d'água com jogo de Pilhas e 01 Lâmpada Sobressalentes | 01 | 01 |
| 13 | Refletor Radar | 01 | - x - |
| 14 | Espelho de Sinalização | 01 | 01 |
| 15 | Conjunto de apetrechos para Pesca | 01 | 01 |
| 16 | Conjunto de Primeiros Socorros com Comprimidos contra Enjôo | 01 conj. com 02 /pessoa | 01 conjunto |
| 17 | Conjunto de Reparos | 01 | 01 |
| 18 | Ração Alimentar Sólida | 02 env/pessoa (3333 kJ/ pessoa) | 02 env/pessoa (3333kJ/pessoa) |
| 19 | Ração Líquida | 1 litro/pessoa | 0,5 litro/pessoa |
| 20 | Copo Graduado | 01 | - x - |
| 21 | Manual de Instruções Relativas a Sobrevivência | 01 | 01 |
| 22 | Manual de Instruções Imediatas a Tomar | 01 | 01 |
| 23 | Cartão com Sinais de Salvamento | 01 | - x - |
| 24 | Meio de Proteção Térmica | 01 | - x - |

As balsas salva-vidas classe III, que compuserem a dotação de salvatagem de embarcações empregadas na navegação interior, estão dispensadas de dotar a totalidade da palamenta prescrita acima, exceto os itens 02, 03, 04, 05, 07 e 17. Além disso, o casulo deverá ostentar também a marcação "SOMENTE NAVEGAÇÃO INTERIOR".

0329 -REQUISITOS PARA EMBARCAÇÕES SALVA-VIDAS (BALEEIRAS)

Os testes serão realizados de acordo com as planilhas citadas no item 0304.

a)Construção das embarcações salva-vidas

1)Todas as embarcações salva-vidas deverão ser bem construídas e compatível com o projeto aprovado e ter formas e proporções que lhes assegurem uma ampla estabilidade e uma borda livre adequada, quando carregadas com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos. Todas as embarcações salva-vidas deverão ter cascos rígidos, e serem capazes de manter uma estabilidade positiva quando adriçadas em águas tranqüilas estando carregadas com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos e, ainda, com um furo em qualquer local abaixo da linha d'água, assumindo-se que não tenham sofrido perda do material que assegura a sua flutuabilidade, ou qualquer outra avaria.

2)Cada embarcação salva-vidas possuirá um Certificado de Homologação (modelo constante do Anexo 3-B).

3)Anexo ao Certificado de Homologação, teremos os desenhos e um Relatório como o do modelo constante do item 0402; devendo ser ressaltado:

(a)material de construção do casco, em detalhes, de modo a assegurar que não ocorram problemas de compatibilidade durante os reparos;

(b)massa total, considerando a embarcação guarnecida e equipada.

4)Todas as embarcações salva-vidas deverão ter uma resistência suficiente para:

(a)permitir que sejam lançadas na água com segurança, quando carregadas com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos; e

(b)permitir que sejam lançadas e rebocadas quando o navio estiver com seguimento, com uma velocidade de 5 nós em águas tranqüilas.

5)Os cascos e as coberturas rígidas deverão ser de material retardador de fogo, ou não combustível.

6)Os assentos serão providos por bancadas, bancos ou cadeiras fixas, que sejam confeccionados de modo a serem capazes de suportar:

(a)uma carga estática equivalente ao número de pessoas, cada uma pesando 100 kg, para as quais estejam destinados assentos, de acordo com o disposto no item 0329 b);

(b)uma carga de 100kg, em qualquer local destinado a servir de assento , quando uma embarcação salva-vidas for lançada na água de uma altura não inferior a 3 m; e

(c)uma carga de 100kg, em qualquer local destinado a servir de assento, quando uma embarcação salva-vidas de queda livre for lançada na água de uma altura não inferior a 1,3 vezes a altura de queda livre exigida para a sua homologação.

7)Com exceção das embarcações salva-vidas de queda livre, toda embarcação salva-vidas destinada a ser lançada por meio de turcos deverá ter uma resistência suficiente para suportar a seguinte carga, sem deformação residual ou retirada dessa carga:

(a)no caso de embarcações de casco metálico, 1,25 vezes a massa total da embarcação salva-vidas, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos; ou

(b)no caso de outras embarcações, duas vezes a massa total da embarcação salva-vidas, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos.

8)Toda embarcação salva-vidas destinada a ser lançada por meio de turcos, (com exceção das embarcações salva-vidas de queda livre), deverá ter uma resistência suficiente para suportar, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos e, quando for aplicável, com os patins e as defensas em posição, um impacto lateral contra o costado do navio, a uma velocidade de pelo menos 3,5 m/s, e uma queda água de uma altura não inferior a 3 m.

9)Em uma área superior a 50% da superfície total do piso deverá haver uma distância vertical entre o piso e o teto que seja:

(a)não inferior a 1,3 m, para uma embarcação autorizada a acomodar nove pessoas ou menos;

(b)não inferior a 1,7 m, para uma embarcação autorizada a acomodar 24 pessoas ou mais;

(c)não inferior à distância obtida por meio de uma interpolação linear entre 1,3 m e 1,7 m, para uma embarcação autorizada a acomodar entre nove e 24 pessoas;

10)Os tanques de combustível deverão ser homologados de acordo com o previsto no item 0421.

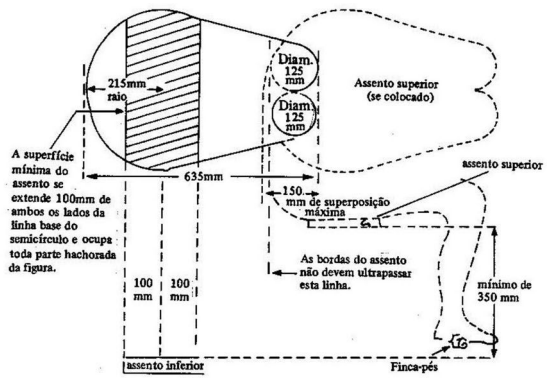
b)Capacidade de transporte das embarcações salva-vidas

1)Nenhuma embarcação salva-vidas deverá ser aprovada para acomodar mais do que 150 pessoas.

2)O número de pessoas que uma embarcação salva-vidas, destinada a ser lançada por meio de turcos, poderá ser autorizada a acomodar deverá ser igual ao menor dos seguintes números:

(a) o número de pessoas, com um peso médio de 75 kg, todas usando coletes salva-vidas, que possam ficar sentadas numa posição normal sem interferir com os meios de propulsão ou com o funcionamento de qualquer equipamento da embarcação salva-vidas; ou

(b) o número de lugares que possam ser providos na disposição dos assentos, de acordo com a Figura abaixo. As configurações poderão ser superpostas, como mostrado, desde que sejam instalados finca-pés, que haja espaço suficiente para as pernas e que a separação vertical entre o assento superior e o inferior não seja inferior a 350 mm.




3)Cada assento deverá estar claramente indicado na embarcação salva-vidas.

c)Acesso às embarcações salva-vidas

1)Toda embarcação salva-vidas a bordo de um navio de passageiros deverá ser projetada de modo a permitir o embarque rápido de toda a sua lotação de pessoas. Um rápido desembarque também deverá ser possível.

2)Toda embarcação salva-vidas a bordo de um navio de carga deverá ser projetada de modo a permitir o embarque de toda a sua lotação de pessoas em não mais de 3 minutos, a partir do momento em que for dada a ordem de embarque. Um rápido desembarque também deverá ser possível.

3)As embarcações salva-vidas deverão dispor de uma escada de embarque que possa ser utilizada em qualquer entrada da embarcação, para permitir que as pessoas que estiverem na água possam embarcar nela. O degrau inferior da escada não deverá ficar localizado a menos de 0,4 m abaixo da linha de flutuação da embarcação salva-vidas na sua condição leve.

4)A embarcação salva-vidas deverá ser projetada de modo a permitir que uma pessoa inválida possa ser trazida para bordo, estando no mar ou em uma maca.

5)Todos os locais onde as pessoas possam vir a andar deverão ter um revestimento anti-derrapante.

d)Flutuabilidade das embarcações salva-vidas

Todas as embarcações salva-vidas deverão ter flutuabilidade própria ou ser dotadas de um material que tenha flutuabilidade própria. Esse material não deverá ser afetado pela água do mar, por óleo, ou por produtos derivados do petróleo. A flutuabilidade deverá ser suficiente para que a embarcação salva-vidas flutue com todos os seus equipamentos a bordo quando alagada e com água aberta. Deverá haver uma quantidade adicional de material flutuante igual a 280 N de força de empuxo por pessoa, para o número de pessoas que a embarcação salva-vidas estiver autorizada a acomodar. O material flutuante, a menos que seja além do prescrito acima, não deverá ser instalado do lado externo do casco da embarcação.

e)Borda livre e estabilidade das embarcações salva-vidas

1)Todas as embarcações salva-vidas deverão ser estáveis e possuir um valor de GM positivo quando carregadas com 50% do número de pessoas que estiverem autorizadas a acomodar nas suas posições normais, todas em um mesmo bordo em relação à linha de centro.

2)Nas condições de carregamento estabelecidas acima:

(a)cada embarcação salva-vidas que tiver aberturas laterais próxima ao trincaniz deverá ter uma borda livre, medida a partir da linha de flutuação até a abertura mais baixa causadora do alagamento não inferior a 1,5% do seu comprimento, ou de 100 mm, a que for maior.

(b)cada embarcação salva-vidas que não tiver aberturas laterais próximo ao trincaniz não deverá assumir um ângulo de banda superior a 20º e deverá ter uma borda livre, medida a partir da linha de flutuação até a abertura mais baixa causadora do alagamento, não inferior a 1,5% do seu comprimento, ou de 100 mm, a que for maior.

f)Propulsão das embarcações salva-vidas

1)Toda embarcação salva-vidas deverá ser dotada de um motor de ignição por compressão. Nenhum motor cujo combustível tenha um ponto de fulgor de 43º C ou menos (prova de cadinho fechado), deverá ser utilizado em qualquer embarcação salva-vidas.

2)O motor deverá ser dotado de um sistema de partida manual, ou de um sistema de partida com duas fontes de suprimento de energia independentes e recarregáveis. Também deverão ser providos todos os auxílios necessários para a partida. Os sistemas de partida do motor e os auxílios à partida deverão permitir que seja dada partida no motor a uma temperatura ambiente de -15º C, em menos de 2 minutos após o início dos procedimentos para a partida, a menos que a natureza de determinadas viagens nas quais o navio que transporta a embarcação salva-vidas esteja sendo

constantemente empregado, outra temperatura diferente seja considerada mais adequada. Os sistemas de partida não deverão ser estorvados pelo invólucro do motor, pelos assentos, ou por outros obstáculos.

3)O motor deverá ser capaz de funcionar durante pelo menos 5 minutos após uma partida a frio, com a embarcação salva-vidas fora dágua.

4)O motor deverá ser capaz de funcionar quando a embarcação salva-vidas estiver alagada até a altura da linha de centro do eixo de manivelas.

5)O eixo propulsor deverá ser disposto de modo que o hélice possa ser desacoplado. Deverá haver dispositivo para permitir que a embarcação salva-vidas possa operar em marcha adiante e a ré.

6)A tubulação de descarga deverá ser disposta de modo a impedir a entrada de água no motor durante a sua operação normal.

7)Todas as embarcações salva-vidas deverão ser projetadas tendo em vista a segurança das pessoas que estiverem na água e a possibilidade do sistema de propulsão ser avariado por objetos flutuantes.

8)A velocidade da embarcação salva-vidas em marcha adiante, em águas tranqüilas, carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, com todos os equipamentos auxiliares acionados pelo motor em funcionamento, deverá ser de pelo menos 6 nós. Quando rebocando uma balsa salva-vidas para 25 pessoas, carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, ou com um peso equivalente, a velocidade em marcha adiante deverá ser de pelo menos 2 nós. Deverá haver combustível adequado para emprego em toda a faixa de temperaturas suscetíveis de serem encontradas na área em que o navio opera, em quantidade suficiente para a operação da embarcação salva-vidas totalmente carregada a uma velocidade de 6 nós, por um período não inferior a 24 horas.

9)O motor da embarcação salva-vidas, sua transmissão e seus acessórios deverão ficar protegidos no interior de um invólucro retardador de fogo, ou outro dispositivo que proporcione uma proteção semelhante. Esse dispositivo deverá proteger também as pessoas de um contato acidental com peças quentes ou móveis e proteger o motor da exposição ao tempo e ao mar. Deverão ser providos meios adequados para reduzir o ruído do motor, de modo que uma ordem gritada possa ser ouvida. As baterias para a partida deverão ser dotadas de caixas que formem um invólucro estanque à água, em torno do fundo e dos lados das baterias. As caixas das baterias deverão ser dotadas de uma tampa bem ajustada que proporcione a necessária exaustão dos gases.

10)O motor da embarcação salva-vidas e seus acessórios deverão ser projetados de forma a limitar as emissões eletromagnéticas, de modo que o funcionamento do motor não interfira com a operação do rádio do equipamento salva-vidas utilizado.

11)Deverá haver dispositivo destinado a recarregar todas as baterias utilizadas para a partida do motor, rádio e holofotes. As baterias do rádio não deverão ser empregadas para dar partida no motor. Deverá haver meio para recarregar as baterias da embarcação salva-vidas através da fonte de suprimento de energia do navio, com uma tensão que não ultrapasse 50 V e que possa ser desconectada no posto de embarque da embarcação salva-vidas, ou através de um carregador de baterias solar.

12)Deverão ser providas instruções impressas em material resistente à água, referentes à partida e operação do motor, afixadas em local visível, próximo aos controles de partida do motor.

g)Acessórios das embarcações salva-vidas

1)Todas as embarcações salva-vidas, exceto as de queda livre, deverão ser dotadas de pelo menos uma válvula de drenagem instalada próximo ao ponto mais baixo do casco, que deverá abrir automaticamente para drenar a água do casco quando a embarcação não estiver na água e fechar automaticamente para impedir a entrada de água, quando a embarcação estiver na água. Cada válvula de drenagem deverá ser dotada de uma tampa ou bujão, para fechar a válvula e que deverá ficar preso à embarcação salva-vidas por um fiel, uma corrente, ou outro meio adequado. As válvulas de drenagem deverão ficar facilmente acessíveis do interior da embarcação salva-vidas e a sua localização deverá ser claramente indicada.

2)Todas as embarcações salva-vidas deverão ser dotadas de um leme e de uma cana do leme. Quando houver uma roda do leme, ou outro mecanismo remoto de governo, a cana do leme deverá ser capaz de controlar o leme em caso de falha do mecanismo de governo. O leme deverá ficar permanentemente calado na embarcação. A cana do leme deverá ficar permanentemente instalada na madre do leme, ou ficar presa à ela; entretanto, se a embarcação salva-vidas for dotada de um mecanismo remoto de governo, a cana do leme poderá ser removível e ficar seguramente estivada próximo à madre do leme. O leme e a cana do leme deverão ser dispostos de modo a não serem danificados pela operação do mecanismo de liberação, ou do hélice.

3)Exceto nas proximidades do leme e do hélice, deverão haver apoios adequados para as mãos ou uma linha salva-vidas flutuante, que deverá ser presa ao redor do lado externo da embarcação salva-vidas, acima da linha dágua e ao alcance das pessoas que estiverem na água.

4)As embarcações salva-vidas que não forem auto-adriçáveis deverão ser dotadas de apoios adequados para as mãos presos ao casco de modo que, quando a embarcação estiver emborcada as pessoas possam se agarrar a eles. Os apoios para as mãos deverão ser fixados à embarcação salva-vidas de tal modo que, quando sujeitos a um impacto suficiente para desprendê-los da embarcação, não causem danos a ela.

5)Todas as embarcações salva-vidas deverão ser dotadas de um número suficiente de armários ou compartimentos estanques à água, para prover a armazenagem dos pequenos itens do equipamento, de água e de provisões. A embarcação salva-vidas deverá ser dotada de meios para coletar água da chuva ou de produzir água potável a partir da água do mar, com um dessalinizador acionado manualmente. O dessalinizador não deverá depender do calor solar, nem de outros produtos químicos além da água do mar. Deverá haver meio de armazenar a água coletada.

6)Toda embarcação salva-vidas destinada a ser lançada por meio de tirador ou talhas deverá ser dotada de um mecanismo de liberação que atenda às seguintes prescrições:

(a)ser projetado de modo que todos os gatos sejam liberados simultaneamente.

(b)dispor de duas possibilidades de liberação, a saber:

-um meio que liberará a embarcação salva-vidas quando ela estiver na água, ou quando os gatos não estiverem sendo submetidos a nenhuma carga;

-um meio que liberará a embarcação salva-vidas com os gatos sendo submetidos a uma carga. Esse mecanismo de liberação deverá ser disposto de modo que libere a embarcação salva-vidas sob quaisquer condições de carga, isto é, desde a condição de sem carga com a embarcação na água, até a condição de uma carga equivalente a 1,1 vezes a massa total da embarcação salva-vidas carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos. Esse sistema de liberação deverá ser adequadamente protegido contra um acionamento acidental ou prematuro. Essa proteção adequada deverá incluir uma proteção mecânica especial, não prescrita normalmente para a liberação sem carga, além de um sinal indicador de perigo. Para impedir uma liberação acidental durante o recolhimento da embarcação, a proteção mecânica (interligação) só deverá engrazar quando o mecanismo de liberação estiver correta e completamente rearmado. Para impedir uma liberação prematura com carga, a operação do mecanismo de liberação deverá exigir uma ação deliberada e constante do operador. O mecanismo de liberação deverá ser projetado de modo que os membros da tripulação que estiverem na embarcação salva-vidas, possam verificar facilmente quando esse mecanismo estiver correta e completamente rearmado e pronto para o içamento. Instruções de operação claras, juntamente com um aviso adequadamente redigido, deverão estar disponíveis.

(c)O controle de liberação deverá ser marcado claramente com uma cor que contraste com o que estiver à sua volta.

(d)As conexões estruturais fixas do mecanismo de liberação da embarcação salva-vidas deverão ser projetadas com um fator de segurança calculado que corresponda a 6 vezes a máxima resistência dos materiais utilizados, assumindo que a massa da embarcação esteja distribuída igualmente entre os tiradores.

(e)Quando for utilizado para lançar uma embarcação salva-vidas ou uma embarcação de salvamento um sistema com um único tirador e um único gato, combinado com uma boça adequada, as prescrições da alínea b) acima poderão ser substituídas por um único meio de liberação da embarcação para ser acionado apenas quando esta estiver totalmente na água.

7)Toda embarcação salva-vidas deverá ser dotada de um dispositivo que prenda a boça próximo à sua proa. Esse dispositivo deverá assegurar que a embarcação não apresente qualquer característica insegura ou instável, enquanto estiver sendo rebocada pelo navio com seguimento adiante, com uma velocidade de até 5 nós em águas tranqüilas. Com exceção das embarcações salva-vidas de queda livre, o dispositivo de fixação da boça deverá possuir um dispositivo de liberação que permita que a boça seja largada de dentro da embarcação, com o navio com seguimento adiante, de até 5 nós em águas tranqüilas.

8)Toda embarcação salva-vidas dotada de um aparelho radiotelefônico em VHF, em duas vias, instalado fixo, com uma antena montada separadamente, deverá ser equipada com dispositivos que permitam a instalação e a fixação dessa antena em sua posição de operação.

9)As embarcações salva-vidas destinadas a serem lançadas ao longo do costado do navio deverão ser dotadas dos patins e defensas necessários para facilitar o lançamento e impedir que a embarcação seja avariada.

10)Deverá ser instalada uma lâmpada controlada manualmente. A luz deverá ser de cor branca e capaz de ficar acesa continuamente por pelo menos 12 horas, com uma intensidade luminosa não inferior a 4,3 candelas em todas as direções do hemisfério superior. Entretanto, se a luz for de lampejo, deverá emitir lampejos a um ritmo não inferior a 50 vezes por minuto e não superior a 70 vezes por minuto, durante o período de funcionamento de 12 horas, com uma intensidade luminosa eficaz equivalente ao exigido na Resolução MSC 81(70);

11)Uma lâmpada ou uma fonte de luz controlada manualmente deverá ser instalada no interior da balsa salva-vidas com capacidade de funcionar continuamente por pelo menos 12 horas, para permitir a leitura das instruções relativas à sobrevivência e aos equipamentos; lâmpadas a querosene, entretanto, não deverão ser permitidas com esta finalidade.

12)Toda embarcação salva-vidas deverá ser disposta de modo a apresentar uma visibilidade adequada para vante, para ré e para ambos os bordos, para quem estiver na posição de comando e de governo, para que possa ser lançada e manobrada com segurança.

h)Equipamento das embarcações salva-vidas

Todos os componentes do equipamento das embarcações salva-vidas, prescritos neste item ou em outro qualquer deste capítulo, deverão ser presos no interior da embarcação, por meio de peias, guardados em armários ou compartimentos, estivados em braçadeiras ou dispositivos de fixação semelhantes ou por outros meios adequados. No caso de uma embarcação salva-vidas destinada a ser lançada por meio de talhas, entretanto, os croques da embarcação deverão ser mantidos livres para afastar a embarcação do costado do navio. O equipamento deverá ser peiado de maneira a não interferir com qualquer procedimento de abandono. Todos os itens do equipamento das embarcações salva-vidas deverão ser o menor e mais leves possível e ser embalados de uma maneira adequada e compacta. Exceto quando disposto em contrário, o equipamento normal de toda embarcação salva-vidas deverá constar de:

1)com exceção das embarcações salva-vidas de queda livre, remos flutuantes em número suficiente para dar seguimento adiante em mar calmo. Para cada remo deverá haver toletes, forquetas ou dispositivos semelhantes. Os toletes ou as forquetas deverão ser presos à embarcação por meio de fiéis ou correntes;

2)dois croques;

3)uma cuia flutuante e dois baldes;

4)um manual de sobrevivência;

5)uma agulha magnética que funcione corretamente, que seja luminosa ou que disponha de meios de iluminação adequados. Numa embarcação salva-vidas totalmente fechada, a agulha poderá ser instalada de maneira permanente na posição de governo; em qualquer outra embarcação salva-vidas, a agulha deverá ser provida de uma bitácula para protegê-la do tempo e de meios de fixação adequados;

6)uma âncora flutuante de tamanho compatível com a embarcação, dotada de um cabo resistente a choques, que assegure um fácil manuseio quando molhado. A resistência da âncora flutuante, do cabo e da trapa, se houver, deverá ser adequada a todos os estados do mar;

7)duas boças resistentes, com um comprimento não inferior ao dobro da distância da posição em que a embarcação salva-vidas é estivada até a linha de flutuação com o navio na condição de viagem mais leve, ou de 15 m, o que for maior. Nas embarcações salva-vidas destinadas a serem lançadas por queda livre, as suas boças deverão ser estivadas próximo à proa e estar sempre prontas para utilização. Nas demais embarcações salva-vidas, uma boça amarrada ao dispositivo de liberação deverá ser colocada na extremidade de vante da embarcação e a outra deverá ser amarrada firmemente na proa, ou perto dela, pronta para ser utilizada;

8)duas machadinhas, uma em cada extremidade da embarcação salva-vidas;

9)recipientes estanques à água, contendo um total de 3 litros de água doce para cada pessoa que a balsa salva-vidas estiver autorizada a acomodar, dos quais um litro por pessoa poderá ser substituído por um aparelho dessalinizador capaz de produzir a mesma quantidade de água doce em dois dias, ou dois litros por pessoa poderão ser substituídos por um dessalinizador acionado manualmente, capaz de produzir a mesma quantidade de água doce em dois dias;

10)um caneco inoxidável preso por um fiel;

11)um recipiente graduado para beber, de material inoxidável;

12)uma ração alimentar, totalizando não menos que 10.000 kJ por cada pessoa que a embarcação salva-vidas estiver autorizada a acomodar; essas rações deverão ser mantidas em embalagens estanques ao ar e guardadas em um recipiente estanque à água;

13)quatro foguetes iluminativos com pára-quedas de tipo homologado;

14)seis fachos manuais do tipo homologado;

15)dois sinais fumígenos flutuantes do tipo homologado;

16)duas lanternas elétricas à prova dágua adequadas para sinalização Morse, com um jogo de pilhas sobressalentes e uma lâmpada sobressalente, contidas em um recipiente à prova dágua;

17)um espelho de sinalização diurna, com instruções para a sua utilização em sinalização para navios e aeronaves;

18)uma cópia dos sinais de salvamento prescritos na Regra V/16 do SOLAS, impressa em um cartão à prova dágua, ou guardada em um recipiente à prova dágua;

19)um apito, ou um dispositivo equivalente capaz de produzir sinais sonoros;

20)uma caixa de primeiros socorros à prova dágua, capaz de ser hermeticamente fechada após o uso;

21)medicamentos contra enjôo suficientes, pelo menos, para 48 horas e um saco para vômito para cada pessoa;

22)uma faca de marinheiro que deverá ser mantida presa à embarcação por meio de um fiel;

23)dois aros de salvamento flutuantes, presos a um cabo flutuante com um comprimento não inferior a 30 m;

24)se a embarcação salva-vidas não for esgotada automaticamente, uma bomba manual capaz de realizar um esgoto eficaz;

25)um conjunto de apetrechos de pesca;

26)ferramentas suficientes para pequenas ajustagens no motor e em seus acessórios;

27)equipamento portátil para extinção de incêndios, de um tipo homologado, adequado para apagar incêndios em óleo;

28)um holofote com um setor horizontal e vertical de pelo menos 6º e uma intensidade luminosa medida de 2.500 candelas, que possa funcionar continuamente por não menos de 3 horas;

29)um refletor radar eficaz, a menos que haja um transpondedor radar para embarcações de sobrevivência guardado na embarcação salva-vidas;

30)meios de proteção térmica em número suficiente para 10% do número de pessoas que a embarcação salva-vidas estiver autorizada a acomodar, ou dois, se este número for maior; e

31)no caso de navios empregados em viagens de natureza e duração tais que, na opinião da DPC, a ração e o conjunto de apetrechos de pesca sejam desnecessários, a DPC poderá permitir que esses itens sejam dispensados.

32)Composição das caixas de primeiros socorros das balsas com capacidade para até 12 pessoas:

| DESCRIÇÃO | UF | QUAN |
|---|---|---|
| ALFINETE DE SEGURANÇA (TIPO FRALDA) | UN | 6 |
| ATADURA DE CREPOM RL 4,5 m X 10cm | UN | 6 |
| CAIXA À PROVA D'ÁGUA P/ CONDICIONAR ESTE MATERIAL | UN | 1 |
| COMPRESSA CIRÚRGICA ESTÉRIL, 23 X 25 cm, PC c/ 05 UN | PA | 3 |
| COMPRESSA DOBRA UNIFORME ESTÉRIL 7,5 X 7,5 cm PC C/ 10 UN | UN | 12 |
| CURATIVO ADESIVO (TIPO BAND-AID) CX C/ 10 UN | CX | 2 |
| DIAZEPAN CO C/ 10 mg | TT | 60 |
| DIPIRONA CO C/ 500 mg | TT | 60 |
| ESPARADRAPO RL 10 cm X 4,5 m | UN | 1 |
| FILTRO SOLAR C/ FATOR DE PROREÇÃO MÍNIMO DE 30 FR C/ 120ml | UN | 3 |
| LOPERAMIDA CO C/ 2 mg | TT | 60 |
| MEMENTO TERAPÊUTICO DOS MEDICAMENTOS CONSTANTES DA DOTAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS | UN | 1 |
| METOCLOPRAMIDA CO C/ 10 mg | TT | 60 |
| PVPIAQUOSO (TÓPICO) FR C/ 100 ml | FC | 2 |
| SORO FISIOLÓGICO 0,9% FR C/ 500 ml | FC | 1 |
| SULFADIAZINA DE PRATA 2% FR C/ 400 g | PE | 1 |
| TESOURA RETA DE MAIO C/ 15 cm | UN | 1 |
| TIPÓIA AMERICANA ADULTO | UN | 2 |

33)Composição das caixas de primeiros socorros das balsas com capacidade para até 25 pessoas (para capacidades superiores, deverá ser cumprida a dotação que contemple a proporcionalidade do material, exceto o que for de uso permanente):

| DESCRIÇÃO | UF | QUAN |
|---|---|---|
| ALFINETE DE SEGURANÇA (TIPO FRALDA) | UN | 12 |
| ATADURA DE CREPOM RL 4,5 m X 10 cm | UN | 12 |
| CAIXA À PROVA D'ÁGUA P/ CONDICIONAR ESTE MATERIAL | UN | 1 |
| COMPRESSA CIRÚRGICA ESTÉRIL, 23X25 cm, PC C/ 5 UN | PA | 6 |
| COMPRESSA DOBRA UNIFORME ESTÉRIL, 7,5X7,5 cm, PC C/ 10 UN | UN | 24 |
| CURATIVO ADESIVO (TIPO BAND-AID) CX C/ 10 UN | CX | 4 |
| DIAZEPAN CO C/ 10 mg | TT | 120 |
| DIPIRONA CO C/ 500 mg | TT | 120 |
| ESPARADRAPO RL 10cmX4,4m | UN | 2 |
| FILTRO SOLAR C/ FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMO DE 30, FR C/120ml | UN | 6 |
| LOPERAMIDA CO C/ 2mg | TT | 120 |
| MEMENTO TERAPÊUTICO DOS MEDICAMENTOS | UN | 1 |
| METOCLOPRAMIDA CO C/ 10 mg | TT | 120 |
| PVPIAQUOSO (TÓPICO) FR C/ 100 ml | FC | 4 |
| SORO FISIOLÓGICO 0,9% FR C/ 500 ml | FC | 2 |
| SULFADIAZINA DE PRATA 2% FR C/ 400 g | PE | 2 |
| TESOURA RETA DE MAIO C/ 15 cm | UN | 1 |
| TIPÓIA AMERICANA ADULTO | UN | 4 |

34)MEMENTO TERAPÊUTICO

Constitui-se numa orientação sobre a utilização das dotações acima discriminadas, devendo ser impressas com letras bem legíveis em um cartão e constar da caixa de primeiros socorros:

| DESCRIÇÃO | MODO DE USAR |
|---|---|
| ATADURA DE CREPOM RL 4,5MX10CM. | Utilizada em imobilizações ou para fixar compressas sobre ferimentos em curativos. |
| COMPRESSA CIRÚRGICA ESTÉRIL 23X25CM, PC C/05 UN. | Material utilizado em curativos. |
| COMPRESSA DOBRA UNIFORME ESTÉRIL 7,5X7,5 CM PC C/ 10 UN. | Material utilizado em curativos. |
| CURATIVO ADESIVO (TIPO BAND-AID) CX C/ 10 UN. | Material utilizado em curativos. |
| DIAZEPAN CO C/ 10 MG. | Medicação sedativa. Utilizar em casos de descontrole emocional, stress, ansiedade. Dosagem: 01 comp (10 mg) por dia. |
| DIPIRONA CO C/ 500 MG. | Medicação analgésica e anti-térmica. Utilizar para alívio da dor ou para baixar a febre. Dosagem: 01 comp (500 mg) até de 6/6 horas. |
| ESPARADRAPO RL 10 CMX4,5M. | Material utilizado em curativos. |
| FILTRO SOLAR C/ FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMO DE 30. FR C/ 120 ML. | Utilizado para proteger de queimaduras expostas ao sol. Aplicar a loção diretamente sobre a pele em exposição, a cada 3 horas. Evitar mergulhos para não retirar o produto. |
| LOPERAMIDA CO C/ 2 MG. | Utilizar em casos de diarréia. Dosagem: 01 comp (2 mg) após cada evacuação líquida, até uma dose diária máxima de 8 comprimidos. |
| METOCLOPRAMIDA CO C/ 10 MG. | Utilizar em casos de vômitos ou enjôo. Dosagem: 01 comp (10 mg) até de 6/6 horas. |
| PVPI AQUOSO (TÓPICO) FR C/ 100 ML. | Utilizado para aplicar nos ferimentos, após terem sido limpos, durante o curativo. |
| SORO FISIOLÓGICO 0,9 %, FR C/ 500 ML | Utilizado para limpar os ferimentos, durante o curativo. Utilizado também para lavar os olhos em casos de corpos estranho. |
| SULFADIAZINA DE PRATA 2%, FR C/ 400 G. | Utilizado em curativos para queimaduras. Aplicar diretamente sobre a superfície queimada, após ter sido limpa, em fina camada. Trocar o curativo diariamente. |
| TIPÓIA AMERICANA ADULTO | Utilizado para imobilizações de membros superiores. |

i)Marcações das embarcações salva-vidas

1)O número de pessoas para o qual a embarcação salva-vidas foi aprovada deverá ser claramente marcado nela, em caracteres indeléveis e claros.

2)O nome e o porto de registro do navio ao qual pertence a embarcação salva-vidas deverão ser marcados em cada bochecha da embarcação, em letras maiúsculas do alfabeto romano.

3)A identificação do navio ao qual pertence a embarcação salva-vidas e o número da embarcação deverão ser marcados de modo que sejam visíveis do alto.

j)Embarcações salva-vidas parcialmente fechadas

1)As embarcações salva-vidas parcialmente fechadas deverão ser dotadas de coberturas rígidas, permanentemente fixadas, cobrindo pelo menos 20% do comprimento da embarcação, a partir da sua roda de proa, e pelo menos 20% do comprimento da embarcação, a partir da sua extremidade de ré. A embarcação salva-vidas deverá ser dotada de uma capuchana rebatível, permanentemente presa, que, juntamente com a cobertura rígida, cubra completamente os ocupantes da embarcação, constituindo um abrigo à prova de intempéries e os proteja contra exposição ao tempo. A embarcação salva-vidas deverá ter entradas nas duas extremidades e nos dois bordos. As entradas existentes nas coberturas rígidas deverão ser estanques ao tempo quando fechadas. A capuchana deverá ser disposta de modo que:

(a)seja dotada de seções rígidas ou tubos que permitam colocá-la no lugar;

(b)possa ser facilmente colocada no lugar por não mais de duas pessoas;

(c)seja isolada, para proteger os ocupantes da embarcação contra o calor e o frio por meio de duas camadas de material separadas por um espaço de ar, ou por qualquer outro meio igualmente eficaz; deverá haver meios de impedir o acúmulo de água no espaço de ar;

(d)o seu exterior seja pintado de uma cor altamente visível e o seu interior tenha uma cor que não cause desconforto aos ocupantes da embarcação;

(e)as entradas existentes na capuchana sejam dotadas de dispositivos de fechamento ajustáveis e eficazes, que possam ser fácil e rapidamente abertos e fechados por dentro e por fora, de modo a permitir a ventilação, mas impedir a entrada de água do mar, vento e frio; deverá haver meios para manter as entradas presas firmemente nas posições aberta ou fechada;

(f)com as entradas fechadas, admita sempre ar suficiente para seus ocupantes;

(g)haja meios para coletar a água da chuva;

(h)os ocupantes possam escapar se a embarcação salva-vidas emborcar.

2)O interior da embarcação salva-vidas exceto a parte interna da capuchana, deverá ter uma cor altamente visível.

3)Se houver um aparelho radiotelefônico em VHF, em duas vias, instalado fixo na embarcação salva-vidas, ele deverá ser instalado em uma cabina de tamanho suficiente para acomodar tanto o equipamento como o seu operador. Não será necessária uma cabina separada se a embarcação dispuser de um espaço abrigado que atenda aos critérios da DPC.

l)Embarcações salva-vidas totalmente fechadas

1)Cobertura - Toda embarcação salva-vidas totalmente fechada deverá ser dotada de uma cobertura rígida estanque à água, que cubra completamente a embarcação. A cobertura deverá ser disposta de modo que:

(a)proporcione abrigo aos ocupantes da embarcação;

(b)o acesso à embarcação salva-vidas seja feito através de escotilhas que possam ser fechadas para tornar a embarcação estanque à água;

(c)com exceção das embarcações salva-vidas de queda livre, as escotilhas sejam posicionadas de modo a permitir a execução das operações de lançamento e de recolhimento, sem que nenhum ocupante tenha que sair da cobertura;

(d)as escotilhas de acesso possam ser abertas e fechadas tanto pelo lado de dentro quanto pelo lado de fora e sejam dotadas de meios que permitam mantê-las presas na posição aberta;

(e)com exceção de uma embarcação salva-vidas de queda livre, seja possível remar;

(f)seja capaz de suportar toda a massa da embarcação salva-vidas, inclusive todos os equipamentos, máquinas e a lotação completa de pessoas, quando a embarcação estiver emborcada com as escotilhas fechadas e sem qualquer entrada de água significativa;

(g)tenha janelas ou painéis translúcidos que deixem entrar na embarcação salva-vidas, com as escotilhas fechadas, luz natural suficiente para tornar desnecessária uma iluminação artificial;

(h)o seu exterior tenha uma cor altamente visível e o seu interior uma cor que não cause desconforto aos ocupantes da embarcação;

(i)os corrimãos proporcionem um apoio seguro, para as pessoas que estejam do lado de fora da embarcação salva-vidas e auxiliem no embarque e no desembarque;

(j)as pessoas tenham acesso aos seus assentos, vindas de uma entrada, sem ter que subir nas bancadas, ou em outros obstáculos;

(l)durante o funcionamento do motor com a cobertura fechada, a pressão atmosférica no interior da embarcação salva-vidas nunca fique acima ou abaixo da pressão atmosférica mais que 20 mbar.

2)Emborcamento e endireitamento

a)Com exceção das embarcações salva-vidas de queda livre, deverá ser instalado um cinto de segurança em cada posição indicada como assento. O cinto de segurança deverá ser projetado para manter no lugar com segurança uma pessoa cuja massa seja de 100 kg, quando a embarcação salva-vidas estiver emborcada. Cada conjunto de cintos de segurança de um assento deverá ter uma cor que contraste com a dos cintos dos assentos imediatamente adjacentes. As embarcações salva-vidas de queda livre deverão ser dotadas de um cinto de segurança em cada assento, com uma cor que contraste com a dos cintos dos assentos imediatamente adjacentes, projetados para manter no lugar uma pessoa cuja massa seja de 100 kg, durante uma queda livre, bem como quando a embarcação salva-vidas estiver emborcada.

b)A estabilidade da embarcação salva-vidas deverá ser tal que a embarcação retorne a posição de repouso quando estiver carregada com a sua lotação total ou parcial de pessoas e com a sua dotação total ou parcial de equipamentos, com todas as entradas e aberturas fechadas de modo a torná-la estanque à água e com as pessoas presas por cintos de segurança.

c)A embarcação salva-vidas deverá ser capaz de suportar toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos quando estiver avariada como descrito no item 0329 a)1) e a sua estabilidade deverá ser tal que, caso emborque, assuma automaticamente uma posição que proporcione aos seus ocupantes uma possibilidade de escape por uma via situada acima da água. Quando a embarcação salva-vidas estiver numa condição estável, mas alagada, o nível da água no seu interior, medido ao longo do encosto dos assentos, não deverá ultrapassar 500 mm acima da chapa do assento de qualquer ocupante.

d)O projeto de todas as tubulações de descarga de gases do motor, dutos de ar e outras aberturas, deverá ser tal que a água seja retirada do motor quando a embarcação salva-vidas emborcar e endireitar.

3)Propulsão

a)O motor e a transmissão deverão ser controlados da posição do timoneiro.

b)O motor e a sua instalação deverão ser capazes de funcionar em qualquer posição durante o emborcamento e continuar funcionando após a embarcação salva-vidas voltar à sua posição de endireitamento, ou deverão parar automaticamente quando a embarcação emborcar e permitir que seja dada a partida facilmente quando ela voltar à sua posição adriçada. O projeto dos sistemas de combustível e de lubrificante deverá impedir a perda de óleo combustível e de mais de 250 ml de óleo lubrificante do motor, durante o emborcamento.

c)Os motores resfriados a ar deverão ter um sistema de dutos para aspirar o ar de resfriamento do lado de fora da embarcação salva-vidas e descarregá-lo para o mesmo lugar. Deverão haver abafadores operados manualmente para permitir que o ar de resfriamento seja aspirado do interior da embarcação e descarregado para o mesmo lugar.

m)Proteção contra aceleração

Não obstante a utilização de patins e defensas, uma embarcação salva-vidas totalmente fechada, exceto uma embarcação salva-vidas de queda livre, deverá ser construída e protegida de modo que proporcione uma proteção contra acelerações prejudiciais resultantes do impacto da embarcação salva-vidas carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, contra o costado do navio, com uma velocidade de impacto não inferior a 3,5 m/s.

n)Requisitos para embarcações salva-vidas lançadas por queda livre

As embarcações salva-vidas de queda livre deverão atender ao disposto na alínea l) acima, bem como ao disposto nesta alínea.

1)Os testes a que deverão ser submetidas as embarcações lançadas por queda livre são os previstos no item 0304.

2)Capacidade de transporte de uma embarcação lançada por queda livre

A capacidade de transporte de uma embarcação salva-vidas de queda livre é o número de pessoas para as quais possa ser destinado um assento, sem interferir com os meios de propulsão ou com a operação de qualquer equipamento da embarcação. A

largura do assento deverá ser de pelo menos 430 mm. O espaço existente entre o assento e o encosto do assento da frente deverá ser de pelo menos 635 mm. O encosto deverá se estender, pelo menos, 1.000 mm acima da chapa do assento.

3)Prescrições relativas ao desempenho

a)Cada embarcação salva-vidas de queda livre deverá adquirir um seguimento para vante imediatamente após a entrada na água e, não deverá fazer contato com o navio após um lançamento por queda livre da altura aprovada, com um compasso de até 10º, para vante ou para ré e uma banda de até 20º para qualquer bordo, quando plenamente equipada e carregada com:

(a)toda a sua lotação de pessoas;

(b)um número de ocupantes que faça com que o centro de gravidade fique o mais para vante possível;

(c)um número de ocupantes que faça com que o centro de gravidade fique o mais para ré possível;

(d)apenas a sua tripulação.

b)Nos navios petroleiros, navios tanque transportadores de produtos químicos e transportadores de gás, com um ângulo de banda final superior a 20º, calculado de acordo com a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, como modificada pelo Protocolo de 1978 referente a aquela Convenção e pelas recomendações da IMO, como for aplicável, uma embarcação salva-vidas deverá ser capaz de ser lançada por queda livre, estando o navio com esse ângulo de banda final e com a linha de flutuação final como a obtida naquele cálculo.

c)A Altura de Queda Livre prescrita nunca deverá ultrapassar a Altura de Queda Livre Aprovada.

4)Construção

Toda embarcação salva-vidas de queda livre deverá ter uma resistência suficiente para suportar, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, um lançamento por queda livre de uma altura de pelo menos 1,3 vezes a Altura de Queda Livre Aprovada.

5)Proteção contra acelerações prejudiciais

Cada embarcação salva-vidas de queda livre deverá ser construída de modo a assegurar que seja capaz de proporcionar proteção contra acelerações prejudiciais causadas por ter sido lançada da altura para a qual deverá ser aprovada, em águas tranqüilas, com uma condição desfavorável de compasso de até 10º, para vante ou para ré, e de banda de até 20º para qualquer bordo, quando totalmente equipada e carregada com:

a)toda a sua lotação de pessoas;

b)um número de ocupantes que faça com que o centro de gravidade fique o mais para vante possível;

c)um número de ocupantes que faça com que o centro de gravidade fique o mais para ré possível;

d)apenas a sua tripulação.

6)Acessórios das embarcações salva-vidas de queda livre

Cada embarcação salva-vidas de queda livre deverá ser dotada de um sistema de liberação que:

a)disponha de dois sistemas independentes de acionamento do mecanismo de liberação, que só possam ser operados pelo lado de dentro da embarcação salva-vidas, e que sejam marcados com uma cor que contraste com o que estiver à sua volta;

b)seja disposto de modo a liberar a embarcação em qualquer condição de carregamento, de sem carga até, pelo menos, 200% da sua carga normal, resultante do peso da embarcação salva-vidas totalmente equipada e carregada com o número total de pessoas para o qual deverá ser aprovada;

c)seja adequadamente protegido contra um acionamento acidental ou prematuro;

d)seja projetado de modo a permitir que o sistema de liberação possa ser testado sem que a embarcação salva-vidas seja lançada; e

e)ser projetado com um fator de segurança igual a 6 vezes a resistência máxima dos materiais utilizados.

7)Certificado de homologação

Além das informações comuns às demais embarcações, o Certificado de Homologação de uma embarcação salva-vidas de queda livre deverá indicar também:

a)Altura de Queda Livre Homologada

b)Comprimento prescrito para a Rampa de Lançamento; e

c)Ângulo da Rampa de Lançamento para a Altura de Queda Livre Homologada.

o)Embarcações salva-vidas dotadas de um sistema autônomo de suprimento de ar

Além de atender ao disposto nas alíneas l) ou n) anteriores, como for aplicável, uma embarcação salva-vidas dotada de um sistema autônomo de suprimento de ar deverá ser projetada de modo que, quando navegando com todas as entradas e aberturas fechadas, o ar no seu interior continue respirável e o motor funcione normalmente por um período não inferior a 10 minutos. Durante esse período, a pressão atmosférica no interior da embarcação salva-vidas nunca deverá ficar mais do que 20 mbar acima ou abaixo da pressão atmosférica. O sistema deverá dispor de manômetros que permitam a correta indicação da pressão de suprimento de ar.

p)Embarcações salva-vidas protegidas contra fogo

1)Além de atender ao disposto na alínea o) acima, uma embarcação salva-vidas protegida contra fogo, quando estiver na água, deverá ser capaz de proteger o número de pessoas que estiver autorizada a acomodar, quando sujeita a um incêndio contínuo no óleo, que envolva a embarcação por um período não inferior a 8 minutos.

2)Sistema de borrifamento de água

Uma embarcação salva-vidas dotada de um sistema de proteção contra incêndios por borrifamento de água deverá atender às seguintes prescrições:

a)a água destinada ao sistema deverá ser retirada do mar, por meio de uma bomba auto-escorvada. Deverá ser possível abrir e fechar o fluxo de água sobre a parte externa da embarcação salva-vidas;

b)a aspiração da água do mar deverá ser disposta de modo a impedir a aspiração de líquidos inflamáveis da superfície do mar;

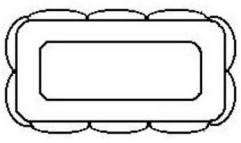
c)o sistema deverá poder ser lavado com água doce e possibilitar uma drenagem completa.

q)Testes das embarcações salva-vidas

Os testes a que as embarcações salva-vidas deverão ser submetidas para homologação constamdas planilhas de testes previstas na resolução MSC 81/70.

0330 -REQUISITOS PARA APARELHOS FLUTUANTES

a)Os aparelhos flutuantes são rígidos ou infláveis, podendo ser fabricados nos formatos de paralelogramo, como o da figura abaixo, circular, elíptico, cheio ou vazado.



b)A seção reta dos aparelhos flutuantes circular (ou elíptico) e paralelogramo vazado pode ser retangular, elíptica ou redonda.

c)Fabricados de modo a poderem ser empilhados até a altura de cinco aparelhos;

d)Possuírem dispositivos ou fabricados de modo a serem liberados e flutuarem livremente a partir da posição de estiva a bordo, se a embarcação afundar

e)Poderem ser lançados na água de uma altura mínima de 12 m sem sofrer avaria;

f)Fabricados com material e resistente à luz natural do sol, água do mar, água doce, petróleo e seus derivados e a fungos;

g)Fabricados de modo que a flutuabilidade dos aparelhos seja assegurada pelo material sólido apropriado para o enchimento, sem depender da manutenção de qualquer volume aéreo fechado. Não empregar material granulado, floculado ou aparas, de modo a evitar perdas devido a rasgos ou quebra do aparelho flutuante (aparelhos rígidos);

h)Possuírem acabamento final na cor laranja;

i)Terem uma flutuabilidade que não seja reduzida em mais de 5%, após imerso em água doce por 24 horas;

j)Serem providos de uma linha salva-vidas flutuante ou de material que absorva pouca água, fixada externamente em pontos eqüidistantes, de modo a formar alças iguais para servir de apoio para as mãos dos náufragos. A resistência dessa linha deverá ser igual ou superior a 5kN e seu diâmetro mínimo de 8,0mm. O comprimento de cada alça não deverá ser inferior a 0,3m ou maior que 0,8m. O material dessa linha deverá ser resistente à luz, especialmente radiações ultravioleta;

l)Possuírem uma boça flutuante, fixada em uma das extremidades, com comprimento mínimo de 10m e as mesmas características mecânicas da linha salva-vidas;

m)Possuírem os cantos ou arestas adoçadas, com um raio mínimo de 75mm;

n)Possuírem estabilidade suficiente para suportar, sem emborcar, no bordo de menor resistência ao emborcamento, todos os náufragos correspondentes ao número de pessoas apoiadas naquele bordo;

o)Poderem ser utilizados quando flutuando sobre quaisquer das suas faces;

p)Possuírem estrado interno com dimensões mínimas de 600 mm de largura por 600 mm de comprimento, ou área mínima equivalente, de modo a permitir a acomodação de pessoas. No caso de aparelhos que não sejam vazados, a área da face superior deverá ter dimensões mínimas de 800 mm por 800 mm, ou área equivalente.

q)Não pesar mais de 180kg, a menos que seja acompanhado de dispositivo homologado que permita o seu lançamento na água sem que seja necessário levantá-lo manualmente;

r)Possuírem capacidade fixada pelo menor dos dois resultados obtidos pelos critérios abaixo, limitados porém, a 25 pessoas para os aparelhos flutuantes rígidos e a 50 pessoas para os aparelhos flutuantes infláveis:

1)dividindo-se a massa de ferro em kg que o aparelho pode suportar em água doce sem afundar, por 14,5; ou

2)dividindo-se o perímetro externo do aparelho, expresso em mm, por 305;

s)Possuírem etiqueta marcada em local facilmente visível, conforme modelo a seguir:

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
CERTIFICADO Nº _____/ _____
CLASSE _____
FABRICANTE _____
MODELO _____ Nº SÉRIE _____
DATA DE FABRICAÇÃO _____

t) tem o material empregado na confecção de prendedores, anéis e outros acessórios de material resistente à oxidação, compatíveis galvanicamente com os outros materiais que estejam em contado, lisos e sem arestas que possam causar danos físicos aos usuários.

u)no caso de aparelhos flutuantes infláveis, possuir os seguintes requisitos em acréscimo aos citados acima, excetuando apenas o contido na alínea e):

1)Serem acondicionados em casulo;

2)Serem providos de pelo menos dois compartimentos distintos;

3)Inflarem-se automaticamente, ao serem lançados na água;

4)Em caso de perda da flutuabilidade em um dos compartimentos, o outro compartimento deverá manter a flutuabilidade do aparelho com toda a sua lotação; e

5)Possuírem válvula de alívio em cada compartimento, para prevenir o excesso de pressão interna que possa danificar o aparelho.

v)Serem submetidos e homologados nos seguintes testes:

| | TESTES DO APARELHO FLUTUANTE | ANEXO |
|---|---|---|
| 1 | Conformidade do protótipo | 3-E |
| 2 | Absorção de água | 3-H (*) |
| 3 | Estabilidade e borda-livre | 3-CC |
| 4 | Flutuação em avaria | 3-Z |
| 5 | Pressão | 3-BB |
| 6 | Queda | 3-Q |
| 7 | Resistência do Estrado | 3-DD |
| 8 | Teste de Enchimento | 3-EE |
| 9 | Resistência mecânica da boça e da linha salva-vidas | 3-J |
| 10 | Tecido | 3-T |

(*) - Não se aplica ao aparelho flutuante inflável.

x)Para os testes de aparelhos flutuantes, o fabricante deverá apresentar uma amostra por tipo que deseja aprovar.

Inicialmente, todos os aparelhos flutuantes serão avaliados quanto às suas características e conformidade dimensional com a documentação encaminhada. Os aparelhos flutuantes infláveis serão, nessa fase, avaliados apenas nos aspectos que possam ser conduzidos com o casulo fechado. Após o primeiro teste em que seja necessário abrir o casulo, será procedida a avaliação complementar necessária. Os aparelhos flutuantes infláveis não serão submetidos ao teste de resistência a chama.

No caso de aparelhos flutuantes rígidos, a amostra será submetida, nessa ordem, aos testes de resistência à queda, resistência do estrado, estabilidade e flutuabilidade.

No caso de aparelhos flutuantes infláveis, a amostra será submetida, nessa ordem, aos testes de resistência à queda, enchimento, resistência do estrado, estabilidade, flutuabilidade, de pressão e avaria.

0331 -REQUISITOS PARA BOTE ORGÂNICO DE ABANDONO

a)ser de cor alaranjada;

b)ter sua lotação estabelecida colocando-se as pessoas, com peso médio de 75kg, equipadas com coletes salva-vidas, ocupando os respectivos assentos e fixando o saco de palamenta no interior do bote. Nessa situação, o bote deverá ter uma borda-livre mínima de 300mm e ser movimentado com remos;

c)ter a estabilidade mínima adequada, colocando-se o número de pessoas correspondente à metade da lotação em um só bordo (se a lotação for ímpar, este número deverá ser aproximado para mais). Nessa situação, a borda-livre no bordo mais baixo não deverá ser inferior a 100mm;

d)manter a flutuabilidade positiva mesmo quando totalmente alagado e com carga correspondente ao número total de pessoas e palamenta;

e)suportar uma queda n'água, sem carga, em duas posições, de uma altura de 6m, sem sofrer avaria;

f)poder ser desemborcado por apenas uma pessoa;

g)estar dotado com fitas retrorefletivas, boça de 10mm de diâmetro, carga de ruptura de 500kg ou mais e 15m de comprimento, linha salva-vidas, escada de embarque, saco de palamenta e alça para fixação de saco.

h)ser dotado de saco de palamenta (ou de emergência) que, quando carregado deverá permanecer flutuando por 30 minutos, ser à prova d'água (mesmo depois de utilizado) e conter o seguinte material:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. |
|---|---|---|
| 1) | Âncora flutuante | 1 |
| 2) | Apito | 1 |
| 3) | Conjunto de apetrechos de pesca contendo:<br>linha de nylon com 0,50 mm de diâmetro e 50m de comprimento<br>1 anzol garatéia nº 1/0 ( 3cm)<br>1 anzol garatéia nº 2/0 ( 5cm)<br>2 anzóis nº 10 ( 2cm)<br>2 anzóis nº 12 ( 3cm)<br>2 anzóis nº 14 ( 5cm)<br>3 chumbadas nº 2 | 1 |
| 4) | Cuia ou balde flutuante | 1 |
| 5) | Embalagem estanque para estojo de primeiros socorros contendo:<br>4 vidros de antisséptico bactericida c/45 ml cada<br>1 rolo de esparadrapo c/ 5,0 cm x 4,5 m<br>3 protetores solares em bisnaga ou frasco com 120 g cada<br>1 tesoura pequena sem ponta | 1 |
| 6) | Espelho de sinalização | 1 |
| 7) | Espelho de sinalização | 1 |
| 8) | Faca de segurança com ponta arredondada | 1 |
| | | |
| 9) | Instruções relativas à sobrevivência em material a prova d'água ou papel plastificado simplificado | |
| 10) | Lanterna elétrica estanque | 1 |
| 11) | Ração líquida | 1 litro por pessoa |
| 12) | Ração sólida | 3300 kJ por pessoa |
| 13) | Remos de pás flutuantes | 2 |
| 14) | Fumígeno flutuante laranja | 2 |
| 15) | Fachos manuais luz vermelha | 2 |

i)o bote quando for inflável ou semi-rígido, deverá possuir adicionalmente;
1)01 bomba ou fole;
2)01 conjunto para reparos;
3)02 esponjas.
j)Ser submetido e homologado nos seguintes testes:

| | TESTES DE BOTE ORGÂNICO DE ABANDONO | ANEXO |
|---|---|---|
| 1 | Conformidade do protótipo | 3-E |
| 2 | Queda | 3-QQ |
| 3 | Estabilidade e Borda-Livre | 3-CC |
| 4 | Flutuação em avaria | 3-Z |
| 5 | Lançamento e desemborcamento | 3-AA |
| 6 | Flutuação do saco de palamenta | 3-I |
| 7 | Pressão | 3-BB |

SEÇÃO VI
EMBARCAÇÕES DE SALVAMENTO
0332 -REQUISITOS PARA EMBARCAÇÕES DE SALVAMENTO
Os testes serão realizados de acordo com as planilhas citadas no item 0304
a)Prescrições gerais
1)Com exceção do disposto nesta norma, todas as embarcações de salvamento deverão atender ao disposto nas alíneas de a) até g)4), g)6), g)7), g)10) e i), todas do item 0329. Uma embarcação salva-vidas poderá ser aprovada e empregada como embarcação de salvamento, se atender a todas as prescrições desta norma, se completar de maneira satisfatória os testes para uma embarcação de salvamento prescritos na Regra III/4.2 e se os seus dispositivos para estivagem, lançamento e recolhimento, existentes no navio, atenderem a todas as prescrições relativas a uma embarcação de salvamento.
2)Não obstante o disposto no 0329 d), o material flutuante prescrito para as embarcações de salvamento pode ser instalado do lado externo do casco, desde que fique adequadamente protegido contra avarias e seja capaz de suportar uma exposição ao tempo.
3)As embarcações de salvamento poderão ser do tipo rígido, inflável, ou uma combinação dos dois e deverão:
4)ter em comprimento não inferior a 3,8 m e não superior a 8,5 m;
5)ser capaz de transportar pelo menos cinco pessoas sentadas e uma pessoa deitada numa maca. Os assentos poderão ser dispostos no piso, exceto para o timoneiro, desde que a análise do espaço destinado a assento utilize uma configuração semelhante à da figura constante do item 0329 b), mas alterada para um comprimento total de 1.190 mm, para proporcionar espaço para as pernas esticadas. Nenhuma parte dos assentos poderá ficar sobre a borda, sobre a popa, ou sobre a parte inflada do costado da embarcação.
6)As embarcações de salvamento que sejam uma combinação dos tipos rígido e inflável deverão atender às prescrições desta norma.
7)A menos que a embarcação de salvamento tenha um tosamento adequado, deverá ser dotada de uma cobertura na proa, se estendendo até pelo menos 15% do seu comprimento.
8)As embarcações de salvamento deverão ser capazes de manobrar a uma velocidade de pelo menos 6 nós e manter essa velocidade por um período não inferior a 4 horas.
9)As embarcações de salvamento deverão ter uma mobilidade e uma manobrabilidade em mar agitado, suficientes para possibilitar que as pessoas possam ser retiradas do mar, reunir as balsas salva-vidas e rebocar a maior balsa salva-vidas existente a bordo do navio, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, a uma velocidade não inferior a 2 nós.
10)Uma embarcação de salvamento deverá ser dotada de um motor de centro, ou de um motor de popa. Se for dotada de um motor de popa, o leme e a cana do leme poderão fazer parte do motor. Poderão ser instalados nas embarcações de salvamento motores de popa a gasolina dotados de um sistema de combustível homologado, desde que os tanques de combustível sejam especialmente protegidos contra fogo e explosões.
11)Deverão ser instalados de maneira permanente nas embarcações de salvamento dispositivos de reboque suficientemente resistentes para reunir ou rebocar balsas salva-vidas.
12)A menos que expressamente disposto em contrário, toda embarcação de salvamento deverá ser dotada de meios eficazes de esgoto, ou ser esgotada automaticamente.
13)As embarcações de salvamento deverão ser dotadas de locais de armazenagem estanques ao tempo, para a guarda de pequenos itens do equipamento.
b)Equipamento das embarcações de salvamento
1)Todos os itens do equipamento de uma embarcação de salvamento, com exceção dos croques, que deverão ser mantidos livres para afastar a embarcação do costado do navio, deverão ser seguros na embarcação de salvamento por meio de peias, guardados em armários ou em compartimentos, estivados em braçadeiras ou em dispositivos semelhantes, ou utilizando-se outros meios adequados. O equipamento deverá ser peiado, de maneira a não interferir com os procedimentos de lançamento e de recolhimento. Todos os itens do equipamento de uma embarcação de salvamento deverão ter o menor tamanho e a menor massa possível e ser embalados de uma forma adequada e compacta.
2)O equipamento normal de toda embarcação de salvamento deverá constar de:
(a)remos flutuantes, comuns ou de pá, em número suficiente para dar seguimento adiante em mar calmo. Para cada remo deverá haver tolete, forqueta ou dispositivo semelhante. Os toletes ou as forquetas deverão ser presos à embarcação, por meio de fiéis ou correntes;
(b)uma cuia flutuante;
(c)uma bitácula contendo uma agulha magnética eficaz, que seja luminosa ou dotada de um sistema de iluminação adequado;
(d)uma âncora flutuante e uma trapa, se houver, com um cabo de resistência adequada e de comprimento não inferior a 10 m;
(e)uma boça de comprimento e resistência suficientes, presa ao dispositivo de liberação e colocada na extremidade de vante da embarcação de salvamento;
(f)um cabo flutuante, de comprimento não inferior a 50 m, com uma resistência suficiente para rebocar uma balsa salva-vidas;
(g)uma lanterna elétrica à prova dágua, adequada para sinalização Morse, com um jogo de pilhas sobressalentes e uma lâmpada sobressalente, contidas em um recipiente à prova dágua;
(h)um apito, ou um dispositivo equivalente, capaz de produzir sinais sonoros;
(i)uma caixa de primeiros socorros à prova dágua, capaz de ser hermeticamente fechada após o uso;
(j)dois aros de salvamento flutuantes, presos a um cabo flutuante com um comprimento não inferior a 30 m;
(l)um holofote com um setor horizontal e vertical de pelo menos 6º e uma intensidade luminosa medida de 2.500 candelas, que possa funcionar continuamente por não menos de 3 horas;
(m)um refletor radar eficaz;
(n)meios de proteção térmica que atendam ao disposto na Regra 35, em número suficiente para 10% do número de pessoas que a embarcação de salvamento estiver autorizada a acomodar, ou dois, se este número for maior; e
(o)equipamento portátil para extinção de incêndios, de um tipo homologado, adequado para apagar incêndios em óleo.
3)Além do equipamento para as embarcações de salvamento, toda embarcação de salvamento rígida deverá também ser dotada de:
(a)um croque;
(b)um balde; e
(c)uma faca ou uma machadinha.
4)Além do equipamento prescrito para as embarcações de salvamento, toda embarcação de salvamento inflável deverá ser dotada também de:
(a)uma faca de segurança flutuante;
(b)duas esponjas;
(c)um fole ou uma bomba eficaz, operada manualmente;
(d)um conjunto de artigos necessários para reparar furos; e
um croque de segurança.
c)Prescrições adicionais para embarcações de salvamento infláveis
1)O disposto nos itens 0329 a)4) e 0329 a)6) não se aplica às embarcações de salvamento infláveis.
2)Uma embarcação de salvamento inflável deverá ser fabricada de modo que, quando suspensa pelo seu estropo, ou gato de içamento:
(a)tenha uma resistência e uma rigidez suficientes para permitir que seja arriada e recolhida com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos;
(b)tenha uma resistência suficiente para suportar uma carga equivalente a quatro vezes a massa de toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, a uma temperatura ambiente de 20º C 3º C, com todas as válvulas de escape inoperantes;
(c)tenha uma resistência suficiente para suportar uma carga equivalente a 1,1 vez a massa de toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, a uma temperatura ambiente de - 30º C, com todas as válvulas de escape em funcionamento.
3)As embarcações de salvamento infláveis deverão ser construídas de modo a serem capazes de suportar uma exposição ao tempo:
(a)quando estivadas em um convés aberto, com o navio no mar;
(b)durante 30 dias flutuando, em qualquer estado do mar.
4)Além de atender ao disposto no item 0329 i), as embarcações de salvamento infláveis deverão ser marcadas com um número de série, o nome do fabricante ou a marca comercial e a data de fabricação.
5)A flutuabilidade de uma embarcação de salvamento inflável deverá ser proporcionada por um único tubo, subdividido em pelo menos cinco compartimentos separados, com volumes aproximadamente iguais, ou por dois tubos separados, cujos volumes individuais não ultrapassem 60% do volume total. Os tubos de flutuação deverão ser concebidos de modo que os compartimentos intactos sejam capazes de suportar, com uma borda livre positiva em toda a periferia da balsa, o número de pessoas que a balsa estiver autorizada a acomodar, cada uma pesando 75 kg, sentadas nas suas posições normais, nas seguintes condições:
(a)com o compartimento de flutuação de vante vazio;
(b)com todos os compartimentos de flutuação de um bordo da embarcação de salvamento vazios; e
(c)com todos os compartimentos de flutuação de um bordo e o compartimento da proa vazios.
6)Os tubos de flutuação que formam o contorno da embarcação de salvamento inflável deverão, quando inflados, ter um volume não inferior a 0,17 $m^3$ por cada pessoa que a embarcação de salvamento estiver autorizada a acomodar.
7)Cada compartimento de flutuação deverá ser dotado de uma válvula de retenção, para o enchimento manual e de meios que permitam o seu esvaziamento. Deverá ser instalada também uma válvula de segurança, a menos que a DPC considere esse dispositivo desnecessário.
8)Sob o fundo e nos locais vulneráveis do lado externo da embarcação de salvamento inflável, deverão haver reforços contra atrito, a critério da DPC.
9)Se a embarcação de salvamento inflável for dotada de um painel de popa, ele deverá ser instalado a uma distância da extremidade da popa não superior a 20% do comprimento total da embarcação.
10)Deverá haver reforços adequados para amarrar as boças a vante e a ré e as linhas salva-vidas, formando alças, pelo lado de dentro e pelo lado de fora da embarcação.
11)A embarcação de salvamento inflável, deverá ser mantida permanentemente na condição de totalmente inflada.
12)Os testes a que essas embarcações deverão ser submetidas para homologação constam das planilhas da Resolução MSC 81/70.
d)Requisitos para embarcações rápidas de salvamento
1)Os requisitos exigidos para as embarcações rápidas de salvamento estão contidas na Resolução MSC 81/70; e
2)Os testes a que essas embarcações deverão ser submetidas para homologação constam daResolução MSC 81/70.
SEÇÃO VII
DISPOSITIVOS DE LANÇAMENTO E EMBARQUE
0333 -REQUISITOS PARA DISPOSITIVOS DE LANÇAMENTO E EMBARQUE
Os testes serão realizados de acordo com as planilhas citadas no item 0304.
a)Prescrições gerais
O Código para a Construção e Equipamentos de Unidades Móveis de Perfuração Oceânica (Código MODU, 1989), prevê que todos os guindastes, inclusive as estruturas usadas para transferência de material, equipamentos ou pessoal (cestas para transferência de pessoal) entre a unidade e os navios de apoio, tais como: guindastes, elevador de pessoal e guindastes de perfuração, deverão ter projetos e construção homologados pela DPC, adequados ao serviço, e de acordo com as exigências daOrganização Marítima Internacional - OMI (IMO).
Por ocasião da instalação de cada um desses dispositivos, deve ser solicitada a vistoria de Perito da DPC ou representante legal do fabricante com a presença da fiscalização de uma Sociedade Classificadora.
Deverão ser realizados testes operacionais e de carga após a montagem, e antes de sua colocação em serviço, e estes serão testemunhados por Perito da DPC, ou pessoa da organização devidamente autorizada. O registro destes testes e outras informações pertinentes à certificação inicial deverão estar sempre disponíveis.
A inspeção em cada guindaste deverá ser em intervalos não superiores a 12 meses e o reteste e emissão de nova certificação, em intervalos menores que cinco anos, ou após quaisquer alteração ou reparos estruturais.

Os equipamentos de lançamento e de embarque recomendados para as embarcações de salvamento têm seus requisitos e os testes especificados nas planilhas referenciadas no item 0304 da presente NORMAM:

1)Com exceção dos meios secundários de lançamento para as embarcações de queda livre, cada equipamento de lançamento deverá ser disposto de modo que a embarcação de sobrevivência, ou a embarcação de salvamento, totalmente equipada, que o utiliza possa ser lançada com segurança em condições desfavoráveis, com um compasso de até 10º, para vante ou para ré, e uma banda de até 20º para qualquer bordo:

(a)quando guarnecidas, como prescrito na Regra III/23 ou III/29, da SOLAS, com a sua lotação completa de pessoas;

(b)apenas com a sua tripulação necessária a bordo.

2)Os equipamentos de lançamento dos navios petroleiros, navios tanque transportadores de produtos químicos e transportadores de gás, com um ângulo de banda final superior a 20º, calculado de acordo com a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, como modificada pelo Protocolo de 1978, e com as recomendações da Organização Marítima Internacional, como for aplicável, deverão ser capazes de funcionar no bordo mais baixo, estando o navio com esse ângulo de banda final e levando em consideração a linha de flutuação final do navio avariado.

3)Um equipamento de lançamento não deverá depender de qualquer outro meio que não seja a gravidade, ou energia mecânica acumulada, independente das fontes de suprimento de energia do navio, para lançar uma embarcação de sobrevivência ou uma embarcação de salvamento que o utiliza, quando essa embarcação estiver com todo o seu equipamento e pessoal a bordo ou na condição leve.

4)Cada equipamento de lançamento deverá ser fabricado de modo que seja necessária apenas uma quantidade mínima de manutenção de rotina. Todas as peças que necessitem de uma manutenção regular, a ser realizada pela tripulação do navio, deverão estar rapidamente acessíveis e ser de fácil manutenção.

5)O equipamento de lançamento e seus acessórios, com exceção dos freios do guincho, deverão ter uma resistência suficiente para suportar uma carga de prova estática não inferior a 2,2 vezes a carga de trabalho máxima.

6)Os elementos estruturais e todas as talhas, tiradores, arganéus, elos e outros acessórios utilizados juntamente com os equipamentos de lançamento deverão ser projetados com um fator de segurança baseado na carga de trabalho nominal e na resistência máxima dos materiais utilizados na sua fabricação. Para todos os elementos estruturais deverá ser aplicado um fator de segurança mínimo de 4,5 e, para os tiradores, correntes de içamento, elos e talhas, um fator de segurança mínimo de 6.

7)Cada equipamento de lançamento deverá permanecer operando sob condições que causem a formação de gelo.

8)O equipamento de lançamento de uma embarcação salva-vidas deverá ser capaz de recolher a embarcação com a sua tripulação.

9)Cada equipamento de lançamento para embarcações salva-vidas deverá ser dotado de um guincho acionado por um motor capaz de içar a embarcação da água com toda a sua lotação de pessoas e toda a sua dotação de equipamentos, a uma velocidade não inferior a 0,3 m/s.

10)O arranjo do equipamento de lançamento deverá ser tal que permita um embarque seguro na embarcação de sobrevivência.

11)Os acabamentos dos cabos de aço do equipamento também deverão ser de aço, de forma a assegurar a mesma resistência do cabo.

b)Equipamentos de lançamento que utilizam talhas e guincho

1)Todo equipamento de lançamento que utilize talhas e guincho, com exceção dos meios secundários de lançamento para as embarcações de queda livre, deverá atender ao contido na alínea a) acima, além do disposto neste parágrafo.

2)O equipamento de lançamento deverá ser disposto de modo a poder ser operado por uma só pessoa, de uma posição localizada no convés do navio e, com exceção dos meios secundários de lançamento para as embarcações de queda livre, de uma outra posição localizada na embarcação de sobrevivência ou na embarcação de salvamento. Quando for lançada por uma pessoa localizada no convés do navio, a embarcação de sobrevivência ou a embarcação de salvamento deverá estar visível para aquela pessoa.

3)As talhas deverão utilizar tiradores de cabo de aço resistente à rotação e à corrosão.

4)No caso de um guincho dotado de mais de um tambor, a menos que haja um dispositivo compensador eficaz instalado, as talhas deverão ser dispostas de modo que os tambores desenrolem os tiradores com a mesma velocidade ao arriar e os recolham igualmente com a mesma velocidade ao içar.

5)Os freios do guincho de um equipamento de lançamento deverão ter uma resistência suficiente para suportar:

(a)um teste estático, com uma carga de prova não inferior a 1,5 vezes a carga de trabalho máxima; e

(b)um teste dinâmico, com uma carga de prova não inferior a 1,1 vez a carga de trabalho máxima, na máxima velocidade de descida.

6)Deverá haver um dispositivo manual eficaz, para o recolhimento de cada embarcação de sobrevivência e cada embarcação de salvamento. As manivelas ou volantes do dispositivo manual não deverão ser movimentados pelas partes móveis do guincho quando a embarcação de sobrevivência, ou a embarcação de salvamento, estiver sendo arriada ou içada por meio do seu motor acionador.

7)Quando os braços dos turcos forem recolhidos por meio dos seus motores acionadores, deverão ser instalados dispositivos de segurança que cortem a alimentação automaticamente antes que os braços dos turcos atinjam os esbarros, para impedir que as talhas ou os turcos sejam submetidos a um esforço excessivo, a menos que os motores sejam projetados para impedir esse esforço excessivo.

8)A velocidade com que a embarcação de sobrevivência é arriada na água não deverá ser inferior à obtida através da fórmula:

$S = 0,4 + 0,02H$

onde S é a velocidade de descida em metros por segundo e H a altura em metros, da cabeça do turco à linha de flutuação com o navio na condição de viagem mais leve.

9)A velocidade de descida de uma balsa salva-vidas totalmente equipada e sem nenhuma pessoa a bordo não poderá ser inferior a 0,17 m/s. A velocidade de descida de outras embarcações de sobrevivência totalmente equipadas, mas sem nenhuma pessoa a bordo, não deverá ser inferior a 70% da prescrita no item anterior.

10)A velocidade máxima de descida será de 1,0 m/s , tendo em mente o projeto da embarcação de sobrevivência, a proteção dos seus ocupantes contra forças excessivas e a resistência dos dispositivos de lançamento, levando em consideração as forças inerciais existentes durante uma parada de emergência. O equipamento deverá ser dotado de meios que assegurem que essa velocidade não seja ultrapassada.

11)Todo dispositivo de lançamento deverá ser dotado de freios capazes de parar a descida de uma embarcação de sobrevivência, ou embarcação de salvamento, quando carregada com toda a sua lotação de pessoas e com toda a sua dotação de equipamentos e de mantê-la parada com segurança; as sapatas dos freios deverão ser protegidas contra água e óleo.

12)Os freios manuais deverão ser instalados de modo que estejam sempre atuando, a menos que o seu operador, ou um mecanismo acionado pelo operador, os mantenha na posição de desligados.

c)Lançamento por flutuação livre

Quando uma embarcação de sobrevivência necessitar de um equipamento de lançamento e for também projetada para ser lançada por flutuação livre, a liberação da embarcação da sua posição de estivagem, para lançamento por flutuação livre, deverá ser automática.

d)Equipamentos de lançamento por queda livre

1)Todo equipamento de lançamento por queda livre deverá atender às prescrições aplicáveis do item 0333 além do disposto neste parágrafo.

2)O equipamento de lançamento deverá ser projetado e instalado de modo que ele e a embarcação salva-vidas que o utiliza trabalhem como um sistema destinado a proteger os ocupantes da embarcação contra as forças de aceleração prejudiciais, e a afastar de maneira eficaz a embarcação do costado do navio.

3)O equipamento de lançamento deverá ser fabricado de modo a impedir a produção de centelhas e fagulhas causadas pelo atrito que possam provocar incêndios, durante o lançamento de uma embarcação salva-vidas.

4)O equipamento de lançamento deverá ser projetado e disposto de modo que, na sua posição de pronto para o lançamento, a distância do ponto mais baixo da embarcação salva-vidas que o estiver utilizando até a superfície da água, com o navio na sua condição de viagem mais leve, não ultrapasse a altura de lançamento por queda livre aprovada para aquela embarcação.

5)O equipamento de lançamento deverá ser disposto de modo a impedir a liberação acidental da embarcação quando estiver desguarnecida no seu local de estivagem. Se o dispositivo destinado a prender a embarcação salva-vidas não puder ser liberado de dentro da embarcação, ele deverá ser disposto de modo a impedir o embarque na embarcação sem que tenha sido liberado antes.

6)O mecanismo de liberação deverá ser disposto de tal modo que sejam necessárias pelo menos duas ações independentes, realizadas de dentro da embarcação salva-vidas, para lançar a embarcação.

7)Cada dispositivo de lançamento por queda livre deverá ser dotado de um dispositivo secundário que permita lançar a embarcação salva-vidas por meio de talhas. Esse dispositivo deverá atender ao disposto em 0333 a), exceto 0333 a)3), e em 0333 b), exceto 0333 b)6). Ele deverá ser capaz de lançar a embarcação salva-vidas em condições desfavoráveis de compasso de até 2º, para vante ou para ré, e de uma banda de até 5º para qualquer bordo e não precisará atender às prescrições dos itens 0333 b)8) e 0333 b)9), relativas à velocidade. Se o dispositivo de lançamento secundário não depender da gravidade, de energia acumulada ou de meios de acionamento manuais, deverá ser ligado às fontes de suprimento de energia principal e de emergência do navio.

8)O dispositivo de lançamento secundário para embarcações salva-vidas lançadas por queda livre deverão ser dotados de, pelo menos, um dispositivo de liberação da embarcação sem carga.

e)Equipamentos de lançamento de balsas salva-vidas

Todo equipamento de lançamento de balsas salva-vidas deverá atender ao disposto nos itens 0333 a) e 0333 b), com exceção do que se refere ao embarque na posição de estivagem, ao recolhimento da balsa salva-vidas carregada e de que é permitida uma operação manual para girar o equipamento para fora. O equipamento de lançamento deverá possuir um gato de liberação automática disposto de modo a impedir uma liberação prematura durante a descida e deverá liberar a balsa salva-vidas quando estiver na água. O gato de liberação deverá ter capacidade para liberar a embarcação quando estiver submetido a uma carga. O controle de liberação com carga deverá:

1)ser claramente diferenciado do controle que aciona a função de liberação automática;

2)exigir pelo menos duas ações diferentes para funcionar;

3)com uma carga de 150 kg no gato, exigir uma força não inferior a 600 N e não superior a 700 N para liberar a carga, ou proporcionar uma proteção equivalente, adequada contra uma liberação inadvertida da carga; e

4)ser projetado de modo que os membros da tripulação que estiverem no convés possam observar claramente quando o mecanismo de liberação estiver correta e completamente ajustado.

f)Equipamentos de lançamento empregados exclusivamente em embarcações de salvamento

O dispositivo de lançamento tipo turco, empregado exclusivamente no lançamento de embarcação de salvamento com peso totalmente equipado igual ou inferior a 6000 N, porém sem pessoas, poderá ter seu giro efetuado por uma pessoa, através de redutor de giro acionado manualmente. O esforço máximo permitido em uma manivela de raio máximo de 350 mm será de 160 N. Esse dispositivo de lançamento também não precisará dotar o controle do interior da embarcação prescrito no item 0333-b)2).

g)Testes para dispositivos de lançamento

Os testes a que devem ser submetidos os dispositivos de lançamento de embarcações de salvatagem são os constantes no ANEXO 3-FF.

h)Conformidade dos dispositivos produzidos em série

Os dispositivos de lançamento produzidos em série, após a aprovação do protótipo pela DPC, deverão ser testados pela Sociedade Classificadora do navio onde será instalado. Esta Sociedade Classificadora deverá emitir então, uma declaração de conformidade com o protótipo aprovado, para cada dispositivo testado, de acordo com o modelo do ANEXO 3-GG.

0334 -REQUISITOS DE FABRICAÇÃO DE ESCADA DE EMBARQUE

Seguem a especificação prevista na SOLAS 74 e suas emendas, regra III-11/7, e capítulo VI item 6.1.6 do LSA Code. A regra V-23 aborda o dispositivo para embarque e desembarque de prático e o elevador mecânico. Serão considerados os requisitos deste item, dos especificados na Resolução A.1045(27) da Organização Marítima Internacional e no Anexo 3-C, a seguir:

a)Deverá ser dotada de apoio para as mãos, para assegurar uma passagem segura do convés para o extremo superior da escada e vice-versa.

b)Os degraus da escada deverão ser:

1)construídos em uma única peça, de madeira dura, sem nós ou outras irregularidades, bem lisa e sem arestas vivas e rebarbas;

2)quando construídos de outro material que não seja madeira, deverão possuir características equivalentes de resistência, rigidez e durabilidade, à critério da DPC;

3)dotados de eficiente superfície não derrapante por meio de ranhuras longitudinais, ou pela aplicação de revestimento antiderrapante;

4)os quatro degraus mais inferiores devem ser construídos em borracha, de resistência e rigidez suficiente e equivalentes aos demais, além de possuir as mesmas características antiderrapantes;

5)de dimensões não inferiores a 480 mm de comprimento, sendo de 400 mm a distância entre os cabos laterais, 115 mm de largura e 25 mm de espessura, não incluindo a superfície ou o revestimento antiderrapante;

6)igualmente espaçados e afastados uns dos outros não menos de 310 mm e não mais de 350 mm e fixados de modo que permaneçam na horizontal.

7)suportar uma carga de 495 kg, durante um minuto, com a escada na posição vertical e inclinada 15º em relação à vertical. A carga será fixada ao centro e em cada extremidade do degrau, distribuindo a carga por três pontos.

c)Os cabos laterais da escada deverão consistir de dois cabos de manilha sem cobertura, com diâmetro não inferior a 18 mm, e resistência de ruptura não inferior a 24 kN, um de cada lado. Cada cabo deverá ser contínuo, sem costuras abaixo do degrau superior. Poderão ser utilizados outros materiais, desde que as suas dimensões, tensão de ruptura, resistência ao tempo e à tração e as características de aderência às mãos sejam equivalentes às do cabo de manilha. Todos os chicotes dos cabos deverão ser falcaçados para impedir que descochem.

d)Possuir cabos e boças que trabalhem com coeficientes de segurança igual a 6.

e)As escadas com mais de cinco degraus devem possuir um degrau longo de comprimento não inferior a 1,80 m, a cada intervalo de cinco degraus, de maneira a prevenir a rotação da escada. O degrau longo deve ser o quinto degrau da escada, contado a partir da parte mais inferior da escada. O intervalo entre degraus longos deve ser de nove degraus.

f)Ser marcada sob dois degraus, com letras maiúsculas, bem visíveis e indeléveis, com as seguintes indicações:

| |
|---|
| MARINHA DO BRASIL |
| DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS |
| CERTIFICADO Nº _____/ _____ |
| NOME DO FABRICANTE _____ |
| DATA DE FABRICAÇÃO _____ |

g)Ser submetida e aprovada nos seguintes testes:

1)Teste de carga do degrau como descrito nos itens acima; e

2)Conformidade do protótipo.

0335 -SISTEMA DE EVACUAÇÃO MARÍTIMA

Devem ser submetidos e aprovados nos testes dispostos nas planilhas citadas no Capítulo 3, item 0304.

SEÇÃO VIII

RAÇÕES DE EMERGÊNCIA

0336 -REQUISITOS

Cada unidade de ração de emergência constitui-se de:

a)Ração de Emergência (Emergency Food Ration)

1)As unidades alimentares, base para a Ração de Emergência, de um modo geral são constituídas de carboidratos estáveis (açúcar) e amido ou equivalente, em quantidade capaz de permitir seu uso por um período de seis (06) dias, e que proporcione ao náufrago a sua sobrevivência em condições metabólicas e energéticas favoráveis. A ração poderá ser apresentada sob a forma de goma, biscoitos, caramelos, balas ou similares e deverá ser apresentada pronta para ser ingerida, dispensando hidratação, aquecimento ou quaisquer outros cuidados.

2)A ração de emergência deverá consistir dos seguintes componentes, por pessoa que a embarcação ou balsa salva-vidas estiver designada para acomodar:

| | |
|---|---|
| Unidade alimentar: | 500 a 550 g |
| Energia: | Mínimo de 10 000 kJ |
| Embalagem: | Hermeticamente selada (lata) ouembalagem à vácuo (embalagem flexível). |
| Composição: | Umidade ..... entre 3 e 7%<br>Sal.....máximo 0,2%<br>Carboidratos ..... 60 a 70% de peso ou 50 a 60% de energia<br>Gordura .....18 a 23% de peso ou 33 a 43% de energia<br>Proteínas .....6 a 10% de peso ou 5 a 8% de energia |

A presença de cinza branca ou ligeiramente acinzentada até5% p/p, nesta composição centesimal, é aceitável (Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões Nacionais - CNNPA 38/77).

A ração deve ser de sabor agradável, facilmente divisível e poder ser consumida na própria embalagem, a qual deverá ser facilmente aberta.

As costuras e fechamentos da embalagem devem ser resistente a impactos e o invólucro resistente à água (comprovado por teste de exposição à chuva).

b)Água Potável de Emergência (Emergency Drinking Water)

Para a ração é dispensado o seu registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), face não ser considerada como de consumo do público.

As rações líquidas de emergência serão divididas em dois tipos: A) e B):

Será do tipo A) a ração que for submetida e aprovada, dentro da palamenta de uma balsa salva-vidas inflável, no teste de queda, prescrito no item 4.1.4 da MSC 81 (70), e desde que a altura de queda seja igual a 36 m;

Será do tipo B) a ração que for submetida e aprovada neste mesmo teste, porém com uma altura de queda igual ou superior a 18m e menor que 36m.

Para teste de queda com altura superior a 18m, seja a ração do tipo A) ou B), poderá ser aceito vazamento em 5% das embalagens, desde que as seguintes condições sejam atendidas:

I)conste na lista de equipamentos da balsa que a mesma transporta 5% de ração líquida a mais do que o exigido por norma, ou que a mesma possui dispositivo de dessalinização capaz de produzir quantidade de água equivalente;

II)os recipientes de água sejam contidos em invólucros a prova d'água.

1)Requisitos gerais para água potável de emergência:

a)A água deve ser envasada em local limpo e higiênico, devendo o sistema de envase ser automático, possuir filtros, e lâmpada de raios ultravioletas (lâmpada "germicida") no ambiente, reservatório e ponto de envase;

b)A água não deve conter mais do que 500mg/l de sal;

c)A água deve ser submetida à Análise de Potabilidade; Análise Físico-Química e Bacteriológica (incluindo o PH entre 7.0 e 9.0); e Análise Sensorial para testar o sabor;

d)A embalagem não poderá ceder ao conteúdo, substâncias indesejáveis, tóxicas ou contaminantes que apresentem risco à saúde humana;.

2)Testes

Testes para embalagens contendo Água Potável de Emergência, realizados de acordo com a MIL-STD-3010 - Test Procedures for Packaging Materials; MIL-PRF-131J - Barrier Materials, Watervaporproof, Greaseproof, Flexible, Heat-Sealable; e ASTM B 117-73 - Standard Method of Salt Spray (Fog) Testing.

a)ANÁLISE QUÍMICA, FÍSICA E BIOLÓGICA: deve ficar evidenciado que a água atende aos requisitos para água potável, devendo ser verificado, ainda, a sua esterilização, quantidade de sal e presença de organismos, sedimentos e odor;

b)TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: duas embalagens vazias, e duas cheias devem ser preparadas e seladas nas mesmas condições. No caso de embalagem flexível, as amostras que não contêm água devem estar, o máximo possível, cheias de ar. As quatro amostras devem ser colocadas em uma câmara cíclica, permanecendo nesta por 24 horas, à uma temperatura de - 30°C. A seguir, deveram permanecer por mais 24 horas, à uma temperatura de 65°C. Ao final deste período, todas as amostras devem ser examinadas. Não deverá haver indício de danos às embalagens; coberturas protetoras, quando for o caso; fechamentos, ou marcação das mesmas.

c)ESTANQUEIDADE: as duas embalagens vazias, utilizadas no teste de temperatura de armazenamento, deverão ser submetidas ao teste de estanqueidade. Deverá ser aplicado o método de água quente para embalagens de metal ou esmagamento (compressão) para embalagens flexíveis.

I)as amostras devem permanecer à temperatura ambiente por pelo ao menos 4 horas, antes da realização do teste. As amostras devem ser submergidas em água aquecida à temperatura de, no mínimo, 10º C acima da temperatura inicial das mesmas, sendo a distância entre o ponto mais alto das amostras e a superfície da água não superior a 25,4 mm. As amostras devem ser mantidas nesta posição por 8 minutos, e giradas, repetidamente, a fim de que os vazamentos sejam detectados;

II)Durante o fechamento, as amostras, à temperatura ambiente, devem ser cheias de ar o máximo possível. Devem, então, após serem submersas em água (sendo a distância entre o ponto mais alto das amostras e a superfície da água não superior a 50 mm, e não inferior a 25,4 mm), comprimidas, repetidamente, durante 8 minutos, a fim de que todas as juntas e selagens sejam observadas. As amostras não deverãoapresentar um fluxo constante ou sucessão de bolhas de qualquer parte da superfície ou nas costuras das mesmas.

d)IMERSÃO NA ÁGUA: as duas amostras cheias, utilizadas no teste de temperatura de armazenamento, devem ser imersas em água salgada que tenha a salinidade aproximada da salinidade da água do mar, durante 24 horas. No final deste período, as amostras devem ser examinadas. Não deve haver indícios de danos às embalagens, suas marcações e fechamentos.

e)CORROSÃO EXTERNA: Quando tratar-se de embalagem de metal, as amostras utilizadas no teste de durabilidade deverão ser submetidas ao teste de corrosão (salt spray test), por 120 horas, em uma névoa regular de uma solução de 5% de Cloreto de Sódio (NaCl), a uma temperatura de 35°C, com um PH inicial de 7.1.

f)QUEDA: Duas embalagens cheias devem ser jogadas em uma superfície de concreto, de uma altura de 3 metros. Uma amostra deve cair com o fundo voltado para a superfície de concreto; a outra com a lateral voltada para esta superfície. Não deve haver vazamentos nem danos às costuras das amostras ensaiadas. Este teste procura simular situações em que as embalagens são utilizadas em balsas e botes, normalmente lançados de grandes altitudes. Caso este teste mostre-se insuficiente perante uma situação de fato, modificações e testes adicionais poderão ser requeridos.

g)CORROSÃO INTERNA: Quando tratar-se de embalagem de metal, duas amostras cheias e fechadas deverão ser imersas em água fervendo por um período de 6 a 8 horas. No final deste período, as amostras deverão ser resfriadas até que atinja a temperatura ambiente. Então, as amostras serão postas em um freezer , na posição vertical, a uma temperatura de - 20°C, durante 16 horas, devendo, após a retirada, ser as amostras congeladas colocadas imediatamente no próximo ciclo. Deverão ser completados 6 ciclos alternados de fervura e congelamento. Após completados os ciclos, a água das amostras ensaiadas, bem como a água de amostras não ensaiadas deveram ser submetidas a uma análise química. A água das amostras ensaiadas não deve apresentar, em comparação com as amostras não ensaiadas, um aumento de elementos corrosivos.

h)TESTE DE ENVELHECIMENTO (embalagem flexível) - 3 amostras de 91,44 cm por 15,4 cm, cortadas do próprio rolo do material, em pontos não superior a 91,44 cm, devem ser submetidas ao seguinte ciclo de envelhecimento:

8 horas em câmara úmida, com temperatura de 38 ± 2 º C e umidade relativa de 90 a 95 %; e 16 horas em forno com circulação de ar e temperatura de 71 ± 2 º C.

O ciclo de envelhecimento deve ser repetido semanalmente, durante 5 dias consecutivos. As amostras devem permanecer no forno com circulação de ar, mantendo as condições especificadas acima nos sábados, domingos e feriados, exceto que os feriados não devem exceder o total de 2 dias, durante todo o período de teste. O procedimento de envelhecimento deve permanecer por 14 dias consecutivos. As amostras devem ser dobradas, penduradas, manuseadas e deixadas em superfície plana dentro da câmara de teste, durante o período de envelhecimento. No final do ciclo, as amostras devem retornar à temperatura ambiente e examinadas em todas as extremidades, a fim de que sejam verificados esgarçamentos, não devendo os mesmos possuir uma extensão maior que 13mm contados a partir da extremidade lateral do saco.

i)TESTE DE RESISTÊNCIA DA SELAGEM (embalagem flexível) - Para este teste faz-se necessário uma máquina de selagem que controle temperatura, intervalo de tempo, e pressão da selagem com qualidade; braçadeiras com 25,4 mm de largura para suspender um peso de 1,6 Kg; e uma armação para montagem do conjunto.

Três amostras seladas, devem ser selecionadas de um lote produzido para o teste. Amostras com selagem dupla devem ser evitadas.

O teste deve ser realizado à temperatura ambiente. Uma extremidade da amostra deve ser firmada na armação, permanecendo a outra extremidade livre. Cuidadosamente, e sem provocar impacto, a outra extremidade deve ser presa ao peso de 1,6 Kg, durante 5 minutos. Após a retirada do peso, a amostra testada deve ser inspecionada, não sendo permitida abertura maior que o equivalente a 1/32 de 25,4 mm.

3)Prazos de Validade

1) O prazo de validade das rações de emergência deverá ser de, no mínimo, vinte e quatro (24) meses, a partir da data de fabricação.

2)Este prazo de validade inclui o período que permitia serem estocadas e/ou distribuídas para os utilizadores.

3)Há necessidade de um rigoroso controle desses alimentos perecíveis; assim, todo lote fabricado deverá ter um testemunho depositado em laboratório de reconhecida credibilidade, devidamente aceito pela DPC, que certificará a validade do lote por 24 meses, tal informação deverá ter o resultado encaminhado à DPC; um testemunho submetido aos testes de Análise Físico-Química e Bacteriológica e ao teste de Análise de Potabilidade, tendo cópia destes dois laudos encaminhada à DPC; e um último testemunho, armazenado no fabricante. Não havendo produção de lote no período de três meses, persistirá a necessidade de análise e remessa `a DPC dos dois laudos supra citados.

4)A reprovação de um lote ensejará à DPC, o cancelamento do Certificado de Homologação, e retirada do mesmo do Catálogo de Material Homologado, e ao fabricante, a recolher e substituir todos os lotes vendidos, e submeter um novo protótipo a um novo processo de homologação com emissão de Certificado de Homologação expedido em substituição àquele que fora reprovado.

5)Marcações

1) Ração

(a) Na face externa do invólucro deverão constar as seguintes informações:
HOMOLOGAÇÃO DPC N° _____
RAÇÃO DE EMERGÊNCIA (EMERGENCY DRINKING WATER)
ALIMENTO SÓLIDO PARA UMA PESSOA / 6 DIAS
Divida o conteúdo da embalagem por seis dias
Mantenha guardado nesta embalagem o alimento não consumido
Lote: _____ Data de fabricação: ____/____/____ Validade: ____/____/____

(b) A marcação dos dizeres nos invólucros deverá ser em cor contrastante com a da embalagem.

2) Ração Líquida

No lado externo da embalagem constar as seguintes informações:

HOMOLOGAÇÃO DPC N° _____
ÁGUA POTÁVEL DE EMERGÊNCIA VOLUME _____ ml.
Mantenha as embalagens protegidas do sol e de calor
Abra apenas um pequeno orifício para evitar desperdício
Beba apenas o mínimo necessário em pequenos goles
Lote: _____ Data de fabricação: ____/____/____ Validade: ____/____/____

CAPÍTULO 4

OUTROS EQUIPAMENTOS HOMOLOGÁVEIS

0401 - APLICAÇÃO

A DPC homologa todos os equipamentos salva-vidas citados no capitulo III da ConvencaoSOLAS, em atendimento ao previsto no Codigo Internacional dos Equipamentos Salva-vidas (LSA Code), alem daqueles previstos na legislacao nacional. Na ausencia de criterios especificos,poderao ser observadas normas emitidas por entidades internacionais de reconhecido saber tecnologico, a criterio da DPC.

O capitulo 3 aborda os varios equipamentos e dispositivos de salvatagem homologaveis, sendo o escopo do presente capitulo uma abordagem como complementacao do que ate entao foi exposto.

Da mesma forma, o capitulo II da Convencao SOLAS, preve a aplicacao do International Code for Application of Fire Test Procedures (FTP Code) e do International Code for Fire Safety Systems (FSS Code), estabelecendo normas a serem seguidas para homologacao de equipamentos e de sistemas.

A ausencia de testes especificos, e a existencia de normas da ABNT, enseja a possibilidade de prescindir-se da homologacao pela DPC, aceitando-se, para o segmento maritimo, o que vier a ser certificado, pelas normas da Associacao Brasileira de Normas Tecnicas, por entidades que possuam credenciamento da mesma (ver itens 0403 e 0404).

0402 - RELATÓRIO DE TESTE

Apos a realizacao dos testes e aprovacao do prototipo, a DPC emitira relatorio contendo os seguintes itens:

1) Nome e endereco do laboratorio ou entidade onde foram realizados os testes;

2) Nome e endereco do Responsavel Tecnico pela conducao dos testes;

3) Numero de identificacao do Relatorio;

4) Data(s) em que foram efetuados os testes;

5) Razao Social e endereco do fabricante do prototipo, e, se for o caso, dos fabricantes de componentes do mesmo;

6) Descricao do produto ou prototipo (incluindo dimensoes, materiais, fechamentos, espessura, acessorios, etc) processo de fabricacao, e inclusao de fotos datadas (media de oito) e citacao dos desenhos;

7) Capacidade maxima;

8) Caracteristicas tecnicas especificas em que se desenrolaram os testes, por exemplo, temperatura, viscosidade, densidade, temperatura, pressao, etc;

9) Descricao resumida dos testes e os respectivos resultados, citando a legislacao em que os mesmos se basearam; e

10) Registro fotografico.

0403 - MANGUEIRA DE INCÊNDIO

As mangueiras devem ser fabricadas por empresas que possuam o Certificado da Marca de Conformidade emitido pela ABNT - Associacao Brasileira de Normas Tecnicas, e que atenda ao previsto na NBR 11861.

0404 - EXTINTOR DE INCÊNDIO

Deve seguir a especificacao prevista na SOLAS 74 e suas emendas, regra II-2/3, e a

Resolucao A 951 (23) da IMO.

A capacidade destes extintores portáteis deve ser entre 9 litros e 13,5 litros.

As especificações quanto à construção, inspeção periódica, validade, manutenção, classes e testes homologatórios cabem ao INMETRO.

A Portaria 111 de 28/09/1999 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MEDIC) determina que os extintores nacionais e importados devam ser compulsoriamente certificados no Sistema Brasileiro de Certificação (SBC) conforme regras do INMETRO (Norma NIE-DINQP-087 de junho de 2000), que licencia as empresas que passarão a ter o direito de apor a Marca de Conformidade nos recipientes que contenham o agente extintor dos extintores, e apresenta, no mínimo, informações quanto:

a) garantia declarada do fabricante, registrada expressamente em meses e ano, com menção de que ao término do período de garantia, o extintor deve ser submetido a serviço de manutenção;

b) obrigatoriedade de realização de ensaio hidrostático a cada cinco anos ou quando o equipamento sofrer corrosão ou dano térmico ou mecânico; e

c) mês e ano limite para a realização do primeiro ensaio hidrostático.

0405 -SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE DESCARGA DE ÓLEO E EQUIPAMENTO DE FILTRAGEM DE ÓLEO

Qualquer navio com arqueação bruta entre 400 e 10000 deve ter instalado um equipamento de filtragem de óleo de acordo como regulamentado no MARPOL 73/78 (Regra 16) e aprovado pela Administração em condições tais que assegurem a qualquer mistura descarregada no mar, depois de processada por este sistema, não exceder 15 partes por milhão. O projeto construtivo de tal equipamento de prevenção da poluição por misturas oleosas provenientes dos espaços de máquinas de navios, assim como os testes necessários para atestar-se os requisitos que devem ser atendidos, se pautará pela resolução MEPC 60 (33) do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente.

Qualquer navio com arqueação bruta maior ou igual a 10000 deve estar equipado com o equipamento de filtragem de óleo, e com dispositivos de alarme para cessar automaticamente a descarga da mistura oleosa quando o óleo contido no efluente exceder 15 ppm. O transporte de grandes quantidades de óleo é o que é feito por navios que necessitam permanecer no mar por grandes períodos face a natureza de sua operação e mercadorias; sob estas circunstâncias, estes navios necessitam de lastro a fim de manter as condições de adequada estabilidade e segurança na navegação.

A Administração deve abster-se das exigências acima, quando o navio estiver engajado exclusivamente em viagens em áreas específicas onde são cumpridas as seguintes condições:

a)o navio dispõe de um tanque de armazenamento com um volume adequado, a critério da Administração, para a total retenção e estivagem a bordo da água oleosa;

b)toda a água oleosa é retida a bordo para uma futura descarga para aparelhos de recepção;

c)a Administração determina que os aparelhos de recepção estão disponíveis para receber a água oleosa em um suficiente número de portos ou terminais que o navio atraque;

d)o Certificado Internacional de Prevenção à Poluição por Óleo (IOPP), quando exigido, é endossado para o fato do navio estar exclusivamente engajado em viagens dentro de áreas específicas; e

e)a quantidade, hora e porto de descarga é registrado no Livro Registro de Óleo.

A Administração deve se assegurar que os navios com menos de 400 AB são equipados, tanto quanto praticável, para reter a bordo o óleo, a mistura de óleo, ou descarga deles, de acordo com o previsto para navios com mais de 400 AB que não seja tanque, isto é:

a)o navio não esteja em "área especial" (aquela que é reconhecida por razões técnicas e características específica do tráfego, onde se adotam métodos mais eficazes para evitar a poluição do mar por óleo);

b)o navio está dentro da rota;

c)o óleo sem estar diluído não ultrapassa 15 ppm; e

d)o navio está operando equipamento previsto na regulamentação.

O equipamento de filtragem de óleo deve ter o seu projeto aprovado pela Administração, e assegurar que toda mistura de óleo descarregada no mar, depois de passar pelo sistema ou sistemas, não contém óleo excedendo 15 ppm. Deve possuir dispositivos de alarme que indique quando tal nível não é mantido. O sistema deve ter, também, dispositivo que assegure que qualquer descarga de mistura oleosa é automaticamente interrompida quando o óleo contido no efluente excede 15 ppm. O projeto de tal sistema e dispositivos deve ser garantido pela Administração, que atende ao recomendado pelo Comitê de Proteção ao Meio Ambiente (MEPC) da IMO.

Os navios entregues antes de 6/07/93, tiveram os requisitos aplicados em 6/07/98, sob a condição de operarem com equipamentos separadores de água e óleo, isto é, equivalentes a 100 ppm.

As Instruções para Operação do Sistema de Controle e Monitoramento da Descarga de Óleo devem conter o Manual de Operações aprovado pela Administração. Ele conterá tanto as operações manuais quanto as automáticas. (Reg. 15, 3c).

0406 -APARELHO DE RESPIRAÇÃO AUTÔNOMO

Este equipamento de proteção individual previsto no capítulo II-2 da SOLAS, tem seu detalhamento no capítulo 3 do Código Internacional para Segurança de Sistemas de Incêndio (International Code for Fire Safety Systems - FSS Code).

A homologação seguirá também, as recomendações constantes da NBR 13716 e documentos complementares referenciados na mesma.

Os principais requisitos são:

a)o volume do ar contido no cilindro deve ser, no mínimo, 1200 litros;

b)o cilindro ser capaz de funcionar, no mínimo, por 30 minutos, como alternativa à alínea anterior;

c)conter um cabo guia com comprimento mínimo de 30 metros provido de engate rápido passível de ser atado ao arreios do conjunto ou a um cinto próprio, e que seja desenrolável quando iniciar-se a operação. O cabo deve ser testado para suportar uma força de 3,5 kN durante 5 minutos, e ser à prova de fogo, de acordo com o preceituado no International Code for Application of Fire Test Procedure (FTP Code).

0407 -DISPOSITIVO DE RESPIRAÇÃO EM EMERGÊNCIA

Tem como finalidade constituir-se em um equipamento que faça o suprimento de ar ou oxigênio, permitindo escapar de um compartimento com atmosfera perigosa, devendo ser de um tipo aprovado.

O tipo homologável, é o Emergency Escape Breathing Devices (EEBD), que tem normas estipuladas no Código International para Segurança de Sistemas de Incêndio (International Code for Fire Safety Systems - FSS Code), e MSC/Circ. 849 de 8 de junho de 1998, quais sejam:

a)possuir uma máscara, à prova de fogo, que seja capaz de cobrir completamente e de forma segura, os olhos, nariz e boca;

b)possuir um capuz, à prova de fogo, que cubra completamente a cabeça e pescoço, devendo também cobrir parte dos ombros

c)o EEBD deve operar, em serviço, por um mínimo de 10 minutos; e inclui como parte integrante, a máscara e o capuz citados nas alíneas a e b, construídas com material resistente à chama e apresentar janela para a visibilidade;

d)deve ser capaz , ao ser usado, ou mesmo quando inativo, de ser transportado com as mãos livres; e ao ser estocado, manter-se imune à atmosfera ambiente;

e)instruções resumidas ou diagramas que apresentem ilustrações claras de uso devem ser impressos no EEBD. Os procedimentos devem ser facilmente compreendidos, no pequeno lapso de tempo necessário para o usuário evadir-se de uma atmosfera perigosa à vida humana ou à saúde;

f)ser o EEBD claramente marcado com os dados do Certificado de Homologação, fabricante e número de série; e

g)Os EEBD reservados para o uso em exercícios devem ser claramente marcados.

Os testes a serem desenvolvidos confirmarão as supra citadas especificações com o também, no que couber, às previstas na NBR 13716. Em se tratando de acessórios à prova de fogo, deve se obedecido o preceituado no International Code for Application of Fire Test Procedures (FTP Code).

Considerar na analise a ser feita, o disposto nos capítulos 14 do IBC CODE e IGC CODE, que o tempo de serviço do equipamento de escape para os navios mencionados nestes códigos, é de 15 minutos.

0408 -CESTA PARA TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL

a)Conceituação

É um dispositivo capaz de transferir pessoas, com segurança, em transbordo marítimo entre unidade marítima e uma embarcação e vice-versa. Previsto na regra 12.2 do MODU Code (Code for the Construction and Equipment of Mobile Offshore Drilling Units).

Seu uso é recomendado para se dar durante o dia, com boa visibilidade, manobra do operador à vista do pessoal a ser transportado, com boa visibilidade, vento com força menor que 30 nós e altura das ondas menor que 4 (quatro) metros.

b)Requisitos de construção e testes de homologação

Os requisitos de construção e testes para homologação da cesta de transferência de pessoal estão previstos no Anexo 4-A. O fabricante se responsabilizará pela especificação dos componentes da cesta e, caso utilize materiais similares, deverá ser comprovado os mesmos atendem às finalidades do emprego e operação e aos requisitos previstos no Anexo 4-A.

c)Manutenção

As cestas devem ser revisadas a cada 12 meses, observados os seguintes requisitos:

- que seja revisada pela empresa fabricante da cesta ou por representante credenciado pelo fabricante; e

- que o corpo técnico empregado na revisão pertença à empresa revisora e seja devidamente habilitado para executar o serviço.

c)Disposições Transitórias

As cestas de transferência de pessoal homologadas de acordo com a norma NBR ABNT 10876/1989 somente poderão ser utilizadas até 30 de junho de 2018.

0409 -USO DE MATERIAIS COMBUSTÍVEIS

Importantes requisitos devem ser observados em atendimento ao capítulo II-2 da SOLAS 74/78, e estes foram incorporados no Código Internacional para Aplicação dos Procedimentos de Testes de Fogo - Código FTP (International Code for Application of Test Procedures - FTP que especifica também os testes a que serão submetidos.

Definições:

Material incombustível - é o material que nem queima nem emite vapores em quantidade suficiente para haver a ignição quando atingir um calor de aproximadamente 750 $^{0}$C quando calculado pelo Código Internacional de Procedimentos de Teste de Incêndio (International Code for Application of Fire Test Procedures - FTP Code).

Teste Padrão de Incêndio é aquele no qual o protótipo selecionado de anteparas e conveses são colocados em estufas com temperaturas aproximadamente idênticas a de uma curva padrão tempo x temperatura.

Divisórias classe A - são as formadas por anteparas e conveses que atendam a: construídas de aço ou material eqüivalente; adequadamente reforçadas; capazes de obstar a passagem de fumaça ou fogo ao final de uma hora do teste padrão, e isoladas com material incombustível homologado tal que a temperatura média de exposição em um dos lados não provocará um aumento maior que 140 $^{0}$C acima da temperatura ambiente, nem de 180$^{0}$ C em qualquer outro ponto inclusive juntas, e dentro do estabelecido abaixo:

Classe A - 60: 60 minutos

Classe A - 30: 30 minutos

Classe A - 15: 15 minutos

Classe A - 0: 0 minuto

Divisórias classe B - são as formadas por anteparas, conveses, tetos e revestimento que atendam a: construídas de forma a serem capazes de obstar a passagem de chama ao final da primeira meia hora de duração do teste padrão; construídas de forma que todo material empregado tenha sido incombustível e homologado; tenham um isolamento de valor tal que o aumento médio da temperatura do lado oposto não aumente mais que 140 $^{0}$C acima da temperatura ambiente, nem em qualquer outro ponto, incluindo as juntas, mais que 225$^{0}$ C acima da temperatura ambiente, e dentro do estabelecido abaixo:

Classe B - 15: 15 minutos

Classe B - 0: 0 minuto

Divisória classe C - são as construídas com material incombustível homologado, mas não cumprem os requisitos relativos à passagem de fumaça ou chama, nem às limitações relativas ao aumento de temperatura.

Divisória classe F - são as formadas por anteparas, conveses, tetos e revestimento que atendam o seguinte:

-construídas de forma a serem capazes de impedir a passagem do fogo ao final da primeira meia hora do teste padrão do fogo; e

-tem um valor de isolamento cuja temperatura média do lado que não está exposto, não acresce mais que 139$^{0}$C acima da temperatura original, nem apresenta a temperatura em qualquer ponto, incluindo as juntas, um acréscimo maior que 225$^{0}$ C acima da temperatura original, ao término da primeira meia hora do teste padrão do fogo. (regra V/2-6 do texto consolidado do regulamento anexado à Convenção Internacional de Segurança dos Navios Pesqueiros de 1977 modificado pelo Protocolo de Torremolinos de 1993).

Os materiais são:

a)Divisórias;

b)Material não-combustível;

c)Material capaz de produzir fumaça e produtos tóxicos;

d)Sistema de Controle para Testes de Fogo nas Portas;

e)Material de Acabamento para conveses, tetos e superfícies similares;

f)Material para recobrimento de conveses;

g)Material Textil instalado verticalmente;

h)Mobiliário estofado; e

i)Roupa de cama.

NOTA:

O FTP Code apresenta, também, os procedimentos para testes de:

a)Sistema de "sprinkler";

b)Materiais para embarcações de alta velocidade;

c)Requisitos para medição dos teores de fumaça e produtos tóxicos;

d)Sistema fixo para "sprinkler" em embarcações de alta velocidade;

e)Divisórias resistente ao fogo para embarcações de alta velocidade;

f)Abafadores de Chama;

g)Sistema de extinção de incêndio com gás halon; e

h)Sistema fixo de extinção de incêndio.

0410 -SISTEMAS DE SEGURANÇA CONTRA FOGO

Os requisitos internacionais que especificam as normas dos sistemas de segurança contra fogo previstos no capítulo II-2 da SOLAS 74/78 estão previstos no Código Internacional para Sistemas de Segurança contra Fogo - Código FSS (The International Code for Fire Safety Systems - FSS Code).

0411 -HOLOFOTE DE BUSCA

Usado embarcações de salvamento e de sobrevivência; encontram-se na Resolução MSC.81 (70), item 13, os requisitos a serem atendidos para a homologação.

0412 -EQUIPAMENTO LANÇA-RETINIDA

Deve ser capaz de:

a)lançar a retinida, com razoável precisão, a uma distância mínima de 230 metros em mar calmo;

b)incluir o mínimo de quatro projéteis;

c)incluir o mínimo de quatro linhas com resistência à tração não menor que 2kN;

d)possuir Manual com instruções ou diagramas com ilustrações claras quanto ao uso; e

e)conter o projétil e a linha em estojo à prova d'água.

No caso da pistola, os projéteis e linhas com seus meios de ignição, devem ser estocados em estojo protegido do tempo.

Serão adotados os procedimentos constantes da NBR - 10878.

0413 -LANTERNA DE SINALIZAÇÃO DIURNA

Prevista a sua aplicação na Convenção SOLAS, no capítulo V aprovado pela MSC.73/21/Add.2 annex 7, para todos os navios de 150 toneladas de arqueação bruta ou superior, e navios de passageiros, a fim de prover meios de comunicações diurnas ou noturnas, usando uma fonte de energia elétrica independente de bordo, e entre navios, ou entre navio e terra.

Os requisitos técnicos a serem atendidos, são os constantes da Resolução MSC.95 (72) de 22.05.2000, annex 13 da MSC 72/23/Add.1

0414 -CARACTERÍSTICAS DOS SINAIS VISUAIS

Os Sinais Visuais previstos no Código LSA, devem atender às seguintes características:

a)Foguete Iluminativo com pára-quedas:

1)estar contido num invólucro resistente à água;

2)ter impresso no seu invólucro instruções resumidas, ou diagramas, ilustrando claramente o seu modo de emprego;

3)ter um sistema de ignição integrado;

4)ser projetado de modo a não causar desconforto à pessoa que estiver segurando o invólucro, quando utilizado de acordo com as instruções do fabricante;

5)atingir uma altura não inferior a 300 metros quando lançado na vertical. No ponto mais alto da sua trajetória, ou próximo a ele, o foguete deverá ejetar um artefato pirotécnico iluminativo com pára-quedas, que deverá:

5.1 -queimar, emitindo uma luz encarnada brilhante;

5.2 -queimar uniformemente, com uma intensidade luminosa média não inferior a 30.000 candelas;

5.3 -ter um período de combustão não inferior a 40 segundos;

5.4 -ter uma velocidade de descida não superior a 5 m/s; e

5.5 -não danificar o pára-quedas, ou os seus acessórios, durante a combustão.

b)Fachos Manuais:

1)estar contido num invólucro resistente à água;

2)ter impresso no seu invólucro instruções resumidas, ou diagramas, ilustrando claramente o seu modo de emprego;

3)ter um sistema de ignição integrado;

4)ser projetado de modo a não causar desconforto à pessoa que estiver segurando o invólucro e não colocar em perigo a embarcação de sobrevivência com resíduos em combustão ou incandescentes, quando utilizado de acordo com as instruções do fabricante;

5)queimar, emitindo uma luz encarnada brilhante;

6)queimar uniformemente, com uma intensidade luminosa não inferior a 15.000 candelas;

7)ter um período de combustão não inferior a 1 minuto; e

8)continuar queimando após ter ficado submerso por um período de 10 segundos, a 100 mm da superfície da água.

c)Sinal Fumígeno Flutuante:

1)estar contido num invólucro resistente à água;

2)não se inflamar explosivamente, quando empregado de acordo com as instruções do fabricante;

3)ter impresso no seu invólucro instruções resumidas, ou diagramas, ilustrando claramente o seu modo de emprego;

4)emitir uma fumaça de cor bem visível, de modo uniforme, por um período não inferior a 3 minutos, quando flutuando em águas tranqüilas;

5)não emitir qualquer chama durante todo o período de emissão de fumaça;

6)não afundar em mar agitado; e

7)continuar a emitir fumaça após ter ficado submerso por um período de 10 segundos, a 100 mm da superfície da água.

0415 -EQUIPAMENTOS PARA SINAIS SONOROS

O International Regulations for Preventing Collisions at Sea (COLREG) atualizado pela Resolução A.910 (22), ou seja, o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM-72) prevê que o apito, o sino e o gongo devem atender às especificações preconizadas no seu Anexo III.

0416 -LUZES E MARCAS DE NAVEGAÇÃO

a)Os requisitos para luzes e marcas de navegação são os constantes do Anexo I do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar - RIPEAM 72, como emendado;

b)Para serem homologados, esses equipamentos devem ser submetidos aos testes de laboratório necessários a comprovação dos requisitos constantes daquele Anexo;

c)A programação desse testes deverá ser submetida à DPC que, caso julgue necessário, irá acompanhar a sua realização.

0417 -ROUPAS DE IMERSÃO, ANTI-EXPOSIÇÃO E MEIOS DE PROTEÇÃO TÉRMICA

Devem ser submetidas e aprovadas nos testes dispostos nas planilhas citadas no Capítulo 3, item 0304 e MSC / Circ. 1114/2004.

0418 -SISTEMA DE ALARME GERAL E DE ALTO-FALANTES

a)Sistema de alarme geral de emergência

1) O sistema de alarme geral de emergência deverá ser capaz de fazer soar o sinal de alarme geral de emergência, que consiste em sete ou mais sons curtos, seguidos de um longo, produzido pelo apito ou pela sereia do navio e, adicionalmente, um sino ou buzina operados eletricamente, ou outro sistema de alarme equivalente, que deverá ser alimentado pela fonte principal de suprimento de energia elétrica do navio e pela fonte de emergência prescrita na Regra II-1/42 ou II-1/43, da SOLAS como for adequado. O sistema deverá ser capaz de ser acionado do passadiço e, com exceção do apito do navio, também de outros pontos estratégicos. O sistema deverá ser audível em todos os compartimentos habitáveis e em todos os compartimentos em que a tripulação normalmente trabalha. O alarme deverá continuar funcionado após ter sido acionado, até que seja desligado manualmente, ou interrompido temporariamente para que seja transmitida uma mensagem no sistema de alto-falantes.

2)Nos navios de passageiros, o sistema de alarme geral de emergência deverá ser audível também em todos os conveses abertos.

3)Os níveis mínimos de pressão sonora para o sinal de alarme de emergência nos espaços internos e externos deverão ser de 80 dB (A) e, pelo menos, 10 dB (A) acima dos níveis de ruído ambientais existentes durante o funcionamento normal dos equipamentos, com o navio em viagem e com tempo bom. Nos camarotes em que não hajam alto-falantes instalados, deverá ser instalado um transdutor eletrônico de alarme, como por exemplo, uma cigarra ou outro aparelho semelhante.

4)Os níveis mínimos de pressão sonora nos locais de dormir dos camarotes e nos banheiros dos camarotes deverão ser de pelo menos 75 dB (A) e, pelo menos, 10 dB (A) acima dos níveis de ruído ambientais.

b)Sistema de alto-falantes

1)O sistema de alto-falantes deverá constar de uma instalação de alto-falantes que permita a transmissão de mensagens para todos os compartimentos em que normalmente estejam presentes os passageiros e os membros da tripulação, bem como para o posto de reunião. Deverá possibilitar que as mensagens sejam transmitidas do passadiço e de outros locais a bordo que a DPC considere necessário. Deverá ser instalado levando em consideração as condições acústicas marginais e não deverá exigir qualquer ação por parte de quem ouve as mensagens. Deverá ser protegido contra utilização não autorizada.

2)Com o navio em viagem, em condições normais, os níveis mínimos de pressão sonora para a transmissão de anúncios de emergência deverão ser de:

(a) nos compartimentos internos, 75 dB (A) e, pelo menos, 20 dB (A) acima do nível de interferência na fala; e

(b) nos espaços externos, 80 dB (A) e, pelo menos, 15 dB (A) acima do nível de interferência na fala.

0419 -ABAFADOR DE CHAMA

É um dispositivo colocado no sistema de ventilação, que impede a passagem da chama para o interior de tanques.

A regulamentação para o projeto, localização e testes está prevista na resolução MSC/Circ. 677, publicada no International Code for Application of Fire Test Procedures - FTP Code, combinada com a MSC/Circ. 450 Rev.1.

0420 -TANQUES DE COMBUSTÍVEL FIXOS, NÃO ESTRUTURAIS, PARA EMBARCAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA E DE SALVAMENTO

a)Localização - Deve ser capaz de ser acessado para inspeção ou manutenção, sem que haja necessidade de remoção de partes estruturais da embarcação; e seguramente fixado, de tal forma que haja necessidade de ferramentas para ser removido.

b)Requisitos Gerais

1)Instalado de modo a prover a máxima proteção contra vazamento, choque e incêndio;

2)Todos os componentes do tanque, incluindo acessórios como mangueiras, conexões, entradas e saídas devem ser acessíveis para inspeção;

3)Após a instalação, todo o sistema deverá ser testado com uma pressão mínima de 21 kPa (3lb/in$^2$ ou 0,21 kg/cm$^2$) durante um período de 30 minutos;

4)O tanque deve ser projetado e instalado de forma que, no mínimo, 5% do seu volume seja para expansão do combustível nele contido, quando abastecido com a sua capacidade máxima de operação;

5)O tanque e seus acessórios quando instalados não poderão permitir o vazamento de líquidos e vapores para o interior da embarcação;

6)Qualquer componente elétrico instalado deve ser protegido contra centelhas;

7)Tanques metálicos devem ser construídos com materiais de acordo com o previsto na Tabela a seguir. Materiais não metálicos podem ser considerados para o requisito de resistência a corrosão. Entretanto, devem atender a todos os demais requisitos deste item:

| REQUISITOS DE RESISTÊNCIA À CORROSÃO | | |
|---|---|---|
| MATERIAL | ESPECIFICAÇÃO | ESPESSURA NOMINAL MÍNIMA |
| Cupro-níquel | ASTM - B127 Classe A | 0,79 mm |
| Níquel-cobre | ASTM - B 122 | 1,14 mm |
| Cobre (1) | ASTM - B152 tipo E.T.P. | 1,45 mm |
| Aço (2) | ASTM A93 | 1,90 mm |
| Alumínio | Liga 5052, 5083 ou 5086 | 2,29 mm |
| Aço inoxidável | 316L | 0,79 mm |

Observações:

(1)Tanques de cobre devem ter a parte interna revestida com estanho pelo processo de eletrodeposição (estanhado);

(2)Tanques de chapa de aço, quando construídos para uso com gasolina ou álcool, devem ser galvanizados pelo processo de deposição por imersão a quente nas faces internas e externas;

8)Os tanques devem ser construídos de tal forma que não permitam o acúmulo de umidade ou resíduos de combustível em sua parte externa;

9)Os tanques de GASOLINA ou ALCOOL não poderão ser dotados de aberturas no fundo e laterais;

10)Todo tanque deve possuir plaqueta fixada de forma permanente, que apresente no mínimo as seguintes informações:

(a)Tipo de combustível que será utilizado no tanque;

(b)Nome do fabricante;

(c)Ano da fabricação;

(d)Capacidade em litros; e

(e)Os dizeres: Certificado de Homologação DPC nº ____

11) Os tanques de GASOLINA ou ALCOOL não poderão ser parte integrante do casco;

12) Cada tanque deverá possuir o seu próprio sistema de abastecimento;

13)O sistema de abastecimento do tanque deverá ser a partir do convés diretamente para o tanque, de tal forma de não haja retenção de vapores no interior da embarcação;

14)As mangueiras, conexões e demais acessórios deverão ser de material adequado ao tipo de combustível que será utilizado;

15)O diâmetro interno mínimo da tubulação de abastecimento deverá ser de 32 mm (1 ¼");

16)O sistema de suspiro do tanque deverá:

(a) descarregar os vapores para fora da embarcação;

(b) não permitir o transbordamento de combustível para o interior da embarcação;

(c) minimizar a entrada acidental de água;

(d) prevenir que a pressão interna do tanque não exceda 80% da pressão de operação do tanque;

(e) as mangueiras flexíveis do suspiro deverão possuir diâmetro interno mínimo de 15 mm (5/8"); e

(f)ser dotado de abafador de chamas.

421 -DETETOR DE FUMAÇA

A instalação do mesmo está determinada pela SOLAS regra II-2/7 e os requisitos constantes do capítulo 9 do FSS CODE (Fire Safety Systems), exceto no que for expressamente modificado pela MSC/Circ.1935.

CAPÍTULO 5

ESTAÇÕES DE MANUTENÇÃO E ESTAÇÕES DE SERVIÇO DE EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

0501 -CONCEITOS

Estações de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem Infláveis

São empresas que exercem a atividade de serviço de manutenção e reparo de equipamentos de salvatagem infláveis (balsas salva-vidas, aparelhos flutuantes e coletes salva-vidas), em conformidade com as regras da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar - SOLAS 74/78 e NORMAM 05/DPC, que comprovem capacidade para estes serviços, dispondo de pessoal adequadamente treinado, ferramental apropriado e procedimentos técnicos padronizados.

Estações de Serviço

São empresas que exercem a atividade de serviços de manutenção e reparo em embarcações de salvamento (botes de resgate) e de sobrevivência (baleeiras) e seus dispositivos de lançamento, em conformidade com as regras da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar - SOLAS 74/78 e NORMAM 05/DPC.

0502 -REQUISITOS MÍNIMOS PARA O ESTABELECIMENTO DE ESTAÇÕES DE MANUTENÇÃO E DE ESTAÇÕES DE SERVIÇO

a)Estações de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem Infláveis

1)Ser Pessoa Jurídica, nos termos da legislação vigente;

2)Possuir instalações físicas e ferramental adequados e condizentes com a atividade a que se propõe;

3)Possuir pessoal próprio adequadamente treinado para a atividade a que se propõe;

4)Ter como objeto, nos seus atos constitutivos, a atividade de reparo e manutenção de equipamentos de salvatagem;

5)Ser detentora de Certificado ISO 9000;

6) Possuir credenciamento do respectivo fabricante para efetuar revisão de balsas infláveis Classe I (SOLAS); e

7) Possuir Responsável Técnico, engenheiro mecânico ou naval, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).Obs.: Para efetuar a revisão de balsas infláveis Classe II e Classe III não há necessidade da exigência do credenciamento do fabricante.

b)Estações de Serviço

1)Ser Pessoa Jurídica, nos termos da legislação vigente;

2)Possuir instalações físicas e ferramental adequados e condizentes com a atividade a que se propõe;

3)Possuir pessoal próprio adequadamente treinado para a atividade a que se propõe;

4)Ser empresa registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

5)Possuir Responsável Técnico, engenheiro mecânico ou naval, com registro no CREA;

6)Ter como objeto, nos seus atos constitutivos, a atividade de reparo e manutenção de equipamentos de embarcações de salvamento e de sobrevivência e seus dispositivos de lançamento;

7)Ser detentora de Certificado ISO 9000; e

8)Atender aos requisitos da Resolução MSC.402(96) - REQUIREMENTS FOR MAINTENANCE, THOROUGH EXAMINATION OPERATIONAL TESTING, OVERHAUL, AND REPAIR OF LIFEBOATS AND RESCUE BOATS, LAUNCHING APPLIANCE AND RELEASE GEAR, da Organização Marítima Internacional (IMO), e suas atualizações.

0503 -CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO

Os Certificados de Credenciamento, conforme modelo do Anexo 5-B ou Anexo 5-C, serão emitidos pela DPC ou por Sociedade Classificadora (SC), com delegação de competência da DPC, credenciando as Estações de Serviço ou de Manutenção que estejam em conformidade com o item 0502, o Anexo 5-A (para Estações de Manutenção) e com os requisitos previstos na Convenção SOLAS 74/78.

0504 -REVISÕES DOS EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

a)As embarcações portadoras de Certificado de Classe, conforme definição constante da NORMAM-01/DPC, item 0301, deverão revisar seus equipamentos de salvatagem em Estações de Manutenção ou Estações de Serviço credenciadas pela DPC ou por Sociedade Classificadora responsável pela sua classificação, ou por outra, desde que aceita por aquela; e

b)As demais embarcações deverão revisar seus equipamentos de salvatagem em Estações de Manutenção ou Estações de Serviço credenciadas pela DPC ou por Sociedade Classificadora.

0505 -CERTIFICADOS DE REVISÃO DE EQUIPAMENTO DE SALVATAGEM

a)Após a revisão de um equipamento, a Estação de Manutenção ou Estação de Serviço deverá expedir Certificado de Revisão de Equipamento de Salvatagem, preenchido em português e inglês para os equipamentos classe I e em português para as demais classes.

b)O Certificado de Revisão de Equipamento de salvatagem deverá conter pelo menos os seguintes itens:

1)Nome, endereço, telefones para contato e CNPJ da Estação de Manutenção ou Estação de Serviço que realizou a revisão;

2)Nome da embarcação/plataforma a quem pertence o equipamento revisado e seu porto de inscrição;

3)Tipo de equipamento de salvatagem revisado, fabricante, modelo, nº de série, classe, data de fabricação do equipamento e o número do seu Certificado de Homologação; e

4)Número do Certificado de Credenciamento e órgão emissor (DPC ou Sociedade Classificadora), constando a validade do mesmo; e

c)O Certificado de Revisão de Equipamento de Salvatagem deverá ser assinado pelo Responsável Técnico pela Estação.

0506 -CONTROLE DOS EQUIPAMENTOS REVISADOS

As Estações de Manutenção ou Estações de Serviço deverão exercer controle do material por elas revisado ou reparado, de maneira a poderem prontamente informar à DPC ou à Sociedade Classificadora, o local de destino dos equipamentos revisados e o tipo de serviço realizado.

0507 -RELATÓRIOS PERIÓDICOS

As Estações de Manutenção ou Estações de Serviços deverão manter em arquivo uma relação dos equipamentos de salvatagem por elas reparados ou revisados nos últimos 17 (dezessete) meses.

0508 -INSPEÇÕES DAS ESTAÇÕES DE MANUTENÇÃO E ESTAÇÕES DE SERVIÇO DE EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

A DPC bem como as Capitanias dos Portos (CP), Delegacias (DL) e Agências (AG), quando solicitado pela DPC, poderão efetuar inspeções inopinadas nas instalações de uma Estação de Manutenção ou Estação de Serviço, a fim de verificar a sua conformidade com esta Norma.

Em função do resultado dessa inspeção, a DPC poderá adotar os seguintes procedimentos:

a)Suspensão das atividades de reparo e manutenção, devendo ser adotadas as seguintes medidas:

1)Pela Estação de Manutenção/Estação de Serviço: corrigir as não conformidades;

2)Pela Sociedade Classificadora:

I)Realizar uma vistoria para constatação de correção das não conformidades; e

II)Exigir, caso julgue pertinente, que os equipamentos de salvatagem reprovados ou revisados, cujos respectivos certificados estejam em vigor, sejam submetidos à nova revisão ou reparo, na própria Estação de Manutenção ou Estação de Serviço.

b)Cancelamento do certificado de credenciamento, devendo ser adotadas as seguintes medidas:

1)Pela Estação de Manutenção/Estação de Serviço: solicitar um novo credenciamento à Sociedade Classificadora, após a correção das não-conformidades; ou

2)Pela Sociedade Classificadora: exigir que os equipamentos de salvatagem reparados ou revisados, cujo respectivo Certificado esteja em vigor, sejam submetidos à nova revisão ou reparo, por Estação de Manutenção ou Estação de Serviço credenciada.

0507 - RELATÓRIOS PERIÓDICOS

As Estações de Manutenção ou Estações de Serviços deverão manter em arquivo uma relação dos equipamentos de salvatagem por elas reparados ou revisados nos últimos 17 (dezessete) meses.

0508 -INSPEÇÕES DAS ESTAÇÕES DE MANUTENÇÃO E ESTAÇÕES DE SERVIÇO DE EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

A DPC bem como as Capitanias dos Portos (CP), Delegacias (DL) e Agências (AG), quando solicitado pela DPC, poderão efetuar inspeções inopinadas nas instalações de uma Estação de Manutenção ou Estação de Serviço, a fim de verificar a sua conformidade com esta Norma.

Em função do resultado dessa inspeção, a DPC poderá adotar os seguintes procedimentos:

a)Suspensão das atividades de reparo e manutenção, devendo ser adotadas as seguintes medidas:

1)Pela Estação de Manutenção/Estação de Serviço: corrigir as não conformidades;

2)Pela Sociedade Classificadora/Entidade Especializada:

I)Realizar uma vistoria para constatação de correção das não conformidades; e

II)Exigir, caso julgue pertinente, que os equipamentos de salvatagem reprovados ou revisados, cujos respectivos certificados estejam em vigor, sejam submetidos à nova revisão ou reparo, na própria Estação de Manutenção ou Estação de Serviço.

b)Cancelamento do certificado de credenciamento, devendo ser adotadas as seguintes medidas:

1)Pela Estação de Manutenção/Estação de Serviço: solicitar um novo credenciamento à Sociedade Classificadora/Entidade Especializada, após a correção das não-conformidades; ou

2)Pela Sociedade Classificadora/Entidade Especializada: exigir que os equipamentos de salvatagem reparados ou revisados, cujo respectivo Certificado esteja em vigor, sejam submetidos à nova revisão ou reparo, por Estação de Manutenção ou Estação de Serviço credenciada.

CAPÍTULO 6

RECONHECIMENTO DE LABORATÓRIOS E EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE TESTES

APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE EMBARQUE DE CARGAS SÓLIDAS SUJEITAS À LIQUEFAÇÃO OU OUTROS TIPOS DE INSTABILIDADE

0601 -APLICAÇÃO

Este Capítulo estabelece procedimentos para:

a)Reconhecimento de:

1)laboratórios para testes de embalagens para o transporte de produtos perigosos pelo modal marítimo;

2)empresas para testes e inspeções referentes à manutenção das condições de operação de embalagens do tipo IBC (Intermediate Bulk Container) e tanques portáteis offshore (offshore portable tanks); e

3)laboratórios para a realização de testes de conteúdo de umidade e de limite de umidade transportável (TML) para cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade.

b)Aprovação de procedimentos de embarque de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade.

0602 -REQUISITOS GERAIS

a)O laboratório ou empresa para ser reconhecido pela DPC deverá comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

1)ser Pessoa Jurídica, devidamente constituída, nos termos da legislação vigente;

2)possuir instalações, ferramental, equipamentos e instrumentos adequados para a atividade a que se propõe;

3)dispor de pessoal adequadamente treinado para a atividade a que se propõe;

4)ser vistoriado e aprovado pela DPC;

5)no caso de teste de embalagens, possuir sistema de gestão de qualidade que atenda à norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 e suas atualizações, no que couber ao modal marítimo, ou outra norma que venha substituí-la; e

6)dispor de Responsável Técnico, devidamente registrado no Conselho Regional que rege a atividade.

b)Todas as despesas relacionadas com a prestação dos serviços mencionados neste capítulo serão de responsabilidade do interessado, conforme o Anexo 1-A.

c)A relação dos laboratórios e empresas reconhecidos, e de procedimentos de embarque aprovados é divulgada na página da DPC na internet.

0603 -CERTIFICADOS

a)A validade do certificado de reconhecimento de laboratórios e do certificado de empresas destinadas à realização de inspeções e testes em IBC e tanques portáteis offshore será de:

1)até cinco anos para os laboratórios de teste de umidade e TML; e

2)até dois anos para os demais laboratórios e empresas.

b)Os certificados de aprovação de procedimentos de embarque de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade terão validade de até cinco anos.

c)Vistoria Intermediária

Durante o período de validade do certificado de aprovação de procedimentos de embarque e do certificado de reconhecimento de laboratório para realizar testes de umidade e TML, será realizada pelo menos uma vistoria intermediária para assegurar que continuam mantidas as condições iniciais observadas por ocasião da aprovação e do reconhecimento.

Quando se tratar da primeira aprovação de procedimentos de embarque ou do primeiro reconhecimento de laboratório, deverá ser efetuada uma vistoria intermediária trinta dias antes do primeiro aniversário de validade da referida aprovação ou reconhecimento.

Após a renovação da primeira aprovação de procedimentos de embarque ou do reconhecimento do laboratório definitivos, a vistoria intermediária será realizada na metade do período de validade da renovação da aprovação ou do reconhecimento.

d)Renovação do certificado

A renovação do certificado deverá ser solicitada pelo interessado à DPC com no mínimo sessenta dias de antecedência da data de vencimento e será concluída mediante a realização de nova vistoria.

SEÇÃO I

RECONHECIMENTO DE LABORATÓRIOS E EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE TESTES E INSPEÇÕES EM EMBALAGENS

Para obter o reconhecimento para a realização de testes em embalagens e inspeções periódicas em IBC e tanques portáteis offshore, a empresa ou laboratório deverá atender ao contido no Anexo 6-A.

0604 -DEFINIÇÕES

Para efeito desta Seção são adotadas as seguintes definições:

a)Laboratório - instalação dotada de equipamentos adequados e pessoal capacitado para a realização dos testes previstos no item 0601, alínea a), inciso 1), com a presença obrigatória de representante da DPC;

b)Empresa - empreendimento reconhecido pela DPC, dotado de equipamentos adequados e pessoal capacitado para a realização dos testes previstos no item 0601, alínea a), inciso 2).

0605 -VISTORIA

A DPC realizará vistoria nos laboratórios e empresas e emitirá relatório cujo modelo consta do Anexo 6-B.

Uma vez aprovado, o laboratório ou empresa será reconhecido, por meio da emissão de um certificado, de acordo com o modelo do Anexo 6-C.

0606 -LABORATÓRIOS E EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES E TESTES PERIÓDICOS EM IBC E TANQUES PORTÁTEIS OFFSHORE

Os IBC metálicos, de plástico rígido e compostos, e os tanques portáteis offshore devem ser submetidos a inspeções e testes periódicos, em conformidade com o disposto no IMDG Code e outros regulamentos aplicáveis da Organização Marítima Internacional (IMO).

As inspeções e testes periódicos nos IBC e tanques portáteis offshore deverão ser realizados por empresas reconhecidas pela DPC.

Inspeções e Testes periódicos

Entende-se como Inspeção Visual anual a realizada para a verificação das condições físicas e operacionais dos IBC e tanques portáteis offshore.

A cada trinta meses os tanques portáteis offshore deverão ser submetidos a teste de pressão hidráulica.

As unidades de IBC e de tanques portáteis offshore que não estiverem com todas as inspeções e testes dentro do prazo de validade, perderão a homologação e, consequentemente, não poderão ser utilizadas.

SEÇÃO II

TESTES DE CONTEÚDO DE UMIDADE E DE TML DE CARGAS SÓLIDAS SUJEITAS À LIQUEFAÇÃO OU OUTROS TIPOS DE INSTABILIDADE

0608 -LABORATÓRIO DE TESTES DE UMIDADE E DE LIMITE DE UMIDADE TRANSPORTÁVEL (TML)

A empresa interessada deverá requerer o reconhecimento submetendo a documentação pertinente prevista no Anexo 6-D, para análise da DPC.

Depois da análise e aprovação da documentação, será programada a realização da vistoria no laboratório. Tendo sido atendidos os requisitos, a DPC expedirá o certificado de reconhecimento do laboratório, em português e em inglês, conforme consta no modelo do Anexo 6-E.

Os certificados do limite de umidade transportável (TML) e do conteúdo de umidade emitidos pelos laboratórios reconhecidos deverão ser assinados e constar a identificação do responsável técnico do laboratório, conforme o modelo dos Anexos 6-G e 6-H, respectivamente.

Os certificados devem conter, pelo menos, as seguintes informações:

a)Certificado de TML:

-nome da empresa e respectivo CNPJ;

-nome do laboratório;

-nome técnico da carga, conforme mencionado no IMSBC Code e nome comercial da carga atribuído pela empresa (opcional);

-índice do limite de umidade transportável (TML) da carga;

-procedimento de teste utilizado para a determinação do TML;

-data da realização do teste de TML;

-data de validade do teste de TML;

-data de emissão do certificado; e

-nome legível, número do registro no respectivo Conselho Regional e assinatura do responsável técnico do laboratório que emitiu o certificado.

b)Certificado de Conteúdo de Umidade

-nome da empresa e respectivo CNPJ;

-nome do laboratório;

-nome técnico da carga, conforme mencionado no IMSBC Code e nome comercial da carga atribuído pela empresa (opcional);

-índice do conteúdo de umidade da carga embarcada;

-data da realização do teste de conteúdo de umidade;

-nome da embarcação;

-data de emissão do certificado; e

-nome legível, número do registro no respectivo Conselho Regional e assinatura do responsável técnico do laboratório que emitiu o certificado.

Os registros pertinentes referentes aos procedimentos de amostragem, procedimentos de testes de TML e de controle de conteúdo de umidade mencionados na MSC.1/Circ.1454/Rev.1 da IMO e suas atualizações ou norma que venha substituí-la, deverão ser mantidos arquivados por pelo menos cinco anos, sendo que no primeiro ano deverão estar arquivados no laboratório ou em local que permita pronto acesso.

SEÇÃO III

APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE EMBARQUE DE CARGAS SÓLIDAS SUJEITAS A LIQUEFAÇÃO OU OUTROS TIPOS DE INSTABILIDADE

0609 -PROCEDIMENTOS PARA APROVAÇÃO

Os embarcadores de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade deverão ter os seus procedimentos de embarque e de controle de umidade aprovados pela DPC, de acordo com as prescrições do Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas a Granel - IMSBC Code, em sua edição mais atual.

O interessado deverá requerer a aprovação submetendo para análise da DPC a documentação pertinente prevista na Seção 4 do IMSBC Code, como emendado, e na MSC.1/Circ.1454/Rev.1 da IMO e suas atualizações, ou outra norma que venha a substituí-la.

Após a análise e aprovação da documentação, será programada a realização da vistoria dos procedimentos de embarque.

Após a realização da vistoria e não havendo pendências, a DPC expedirá o respectivo certificado de aprovação, em português e em inglês, conforme o modelo do Anexo 6-F.

Os registros pertinentes referentes aos procedimentos de amostragem, procedimentos de testes de TML e de controle de conteúdo de umidade mencionados na MSC.1/Circ.1454/Rev.1 da IMO e suas atualizações ou norma que venha substituí-la, deverão ser mantidos arquivados por pelo menos cinco anos, sendo que no primeiro ano deverão estar arquivados no laboratório ou em local que permita pronto acesso.

**TABELA DE INDENIZAÇÕES**

**HOMOLOGAÇÃO DE MATERIAL, AUTORIZAÇÃO DE ESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO, APROVAÇÃO DE SISTEMAS DE EMBARQUE DE CARGAS SÓLIDAS SUJEITAS À LIQUEFAÇÃO OU OUTROS TIPOS DE INSTABILIDADE E RECONHECIMENTO DE LABORATÓRIOS E EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE TESTES**

| ITEM | SERVIÇO | VALOR (EM REAIS) |
|---|---|---|
| 1 | **Análise de processo para homologação de:**<br>a) Embalagem para transporte de produtos perigosos;<br>**b)** Outros Materiais e Equipamentos Homologáveis; | 950,00 |
| | **c)** Embarcação de Salvamento ou de Sobrevivência (exceto aparelho flutuante);<br>**d)** Dispositivos de Lançamento e Embarque para embarcações de sobrevivência e de salvamento; e | 1100,00 |
| | **e)** Material de Salvatagem, não incluídos nas alíneas c e d. | 500,00 |
| 2 | Análise de processo para autorização de estação de manutenção de equipamentos de salvatagem infláveis e de estação de serviço. | 950,00 |
| 3 | Análise de processo para reconhecimento de laboratório de:<br>- testes de fogo;<br>- testes de umidade e de limite de umidade transportável (TML) de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade; e<br>- testes de embalagens para transporte de produtos perigosos. | 1500,00 |
| 4 | Análise de processo para aprovação de sistema de embarque de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade. | 1500,00 |
| 5 | Emissão de Certificado referente aos itens 1, 2, 3 e 4 | 250,00 |

ANEXO 1-A

| ITEM | SERVIÇO | VALOR (EM REAIS) |
|---|---|---|
| 6 | Renovação de Certificado referente a:<br>Material de salvatagem; e<br>Outros materiais e equipamentos homologáveis | 300,00 |
| 7 | Renovação de Certificado referente a:<br>Embarcação de Salvamento ou de Sobrevivência (exceto aparelho flutuante); e<br>Dispositivos de Lançamento e Embarque para embarcações de sobrevivência e de salvamento | 550,00 |
| 8 | Renovação de Certificado referente a sistema de embarque de cargas sólidas sujeitas à liquefação | 800,00 |
| 9 | Renovação de Certificado para embalagens destinadas ao transporte de produtos perigosos | 500,00 |
| 10 | Renovação de Certificado para estação de manutenção de equipamentos de salvatagem infláveis e de estação de serviço | 500,00 |
| 11 | Renovação de Certificado referente a laboratório para:<br>- testes de fogo;<br>- testes de umidade e de limite de umidade transportável (TML) de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade; e<br>- testes de embalagens para transporte de produtos perigosos. | 750,00 |
| 12 | Disponibilização de vistoriador (incluindo o tempo necessário para deslocamento) para a realização de vistoria em laboratório de testes de embalagens, ou acompanhamento de testes de:<br>a) Embalagem para transporte de produtos perigosos;<br>b) Embarcações de Salvamento ou Sobrevivência (exceto aparelho flutuante);<br>c) Dispositivos de Lançamento e Embarque para embarcações de sobrevivência e de salvamento; e<br>d) Outros materiais e equipamentos homologáveis. | 650,00 por dia e por vistoriador |





| | | |
|---|---|---|
| 13 | Disponibilização de vistoriador (incluindo o tempo necessário para deslocamento) para vistoria de sistema de embarque de cargas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade | 650,00 por dia e por vistoriador |
| 14 | Disponibilização de vistoriador (incluindo o tempo necessário para deslocamento) para reconhecimento de laboratório de testes de umidade e limite de umidade transportável de cargas sólidas sujeitas à liquefação ou outros tipos de instabilidade | 650,00 por dia e por vistoriador |
| 15 | Disponibilização (incluindo o tempo necessário para deslocamento) do vistoriador para vistoria em estação de manutenção de equipamentos infláveis e de estação de serviço | 650,00 por dia e por vistoriador |
| 16 | Análise de justificativas técnicas relativas a tratamento de não conformidades constatadas | 650,00 |

OBSERVAÇÕES:

1) No caso de qualquer atividade fora do Brasil serão acrescidos os valores do custo das diárias no exterior, de acordo com os adotados pela MB.

2) Caberá ao interessado prover as passagens aéreas, hospedagem e os deslocamentos necessários.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-B

**Exm º Sr. DIRETOR DE PORTOS E COSTAS**

(Nome, endereço, CNPJ), requer a V. Ex ª que se digne conceder o Certificado de (Homologação, Autorização, Reconhecimento ou Aprovação) em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material, comprometendo-me a cumpri-las em todos os seus termos.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, em _____de _____ de _____.
Local

_____
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

_____

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a DPC a recolher amostras do material objeto do presente requerimento, após homologado, no fabricante, em lojas comerciais ou outros estabelecimentos de distribuição, com a finalidade de inspeção e controle, em conformidade com o estabelecido na NORMAM 05/DPC.

_____
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO 1-C

**MODELO DE CARIMBO**

**CERTIFICADO DE**

**HOMOLOGAÇÃO[ ]**

**AUTORIZAÇÃO[ ]**

**SINETE**
**DA DPC**

**DATA:**
**/ /**
**CERTIFICADO NÚMERO:**
**-**

**NOTAS:**
1) Nos campos HOMOLOGAÇÃO[ ] ou AUTORIZAÇÃO[ ], uma única marcação com X será feita, evidenciando assim o tipo do certificado;
2) Os campos referentes a DATA / / serão preenchidos com o dia, mês e ano referente a emissão do certificado; e
3) Os campos referentes a CERTIFICADO NÚMERO - , deverão ser preenchidos com o número do certificado correspondente (3 dígitos) e o ano de emissão (2 dígitos) deste documento.



ANEXO 1-D

**Exmº Sr. DIRETOR DE PORTOS E COSTAS**

(Nome, endereço, CGC), requer a V. Exª que se digne conceder a revalidação do Certificado de Homologação (ou Autorização) nº _____, de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Material, as quais declaro conhecer, comprometendo-me a cumpri-las em todos os seus termos.

Declaro que o material mantém suas características químicas, físicas e estruturais conforme protótipo homologado.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, em _____ de _____ de _____.
Local

ASSINATURA
DO REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO 1-E

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Eu, fulano, (qualificação: estado civil, carteira de identidade com órgão expedidor e CPF) declaro, em cumprimento ao previsto na NORMAM-05/DPC, que sou sabedor de ter sido os testes conduzidos de acordo com o previsto no Código IMDG (ou FTP, FSS e LSA) e normas em vigor da Autoridade Marítima, e que a realização de outras configurações ou o uso de materiais diferentes dos empregados na composição do protótipo, pode invalidar o Certificado.

Local, data da assinatura.

_____ _____
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA RESPONSÁVEL TÉCNICO



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-A

**HOMOLOGAÇÃO Nº (*APPROVAL Num.*) XXX/XXXX**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
***(FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL)***
**MARINHA DO BRASIL**
***(BRAZILIAN NAVY)***
**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**
***(DIRECTORATE OF PORTS AND COASTS)***

## CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO
***(APPROVAL CERTIFICATE)***

**1) PRODUTO** (*PRODUCT*):
**2) MODELO** (*MODEL*):

**3) FABRICADO POR** (*MANUFACTURED BY*):

**4) ENDEREÇO** (*ADDRESS*):

**5) NORMAS APLICÁVEIS** (*REGULATIONS*):
Código Internacional Marítimo para Transporte de Mercadorias Perigosas - Código IMDG e NORMAM 05/DPC (*International Maritime Dangerous Goods Code - IMDG Code and NORMAM 05/DPC*).

**6) MARCAÇÃO** (*MARKING*): **7) DESENHO** (*DRAWING* ):

**1A1/X/250/-- (Ano de fabricação)**
**(Year of manufacture)**
**BR/XX/DPC XXX/XXXX**

**8) DATA DE EMISSÃO** (*DATE OF ISSUE*): **9) VALIDADE** (*VALIDITY*):

Poderão ser embaladas, apenas, substâncias ou artigos compatíveis com o modelo homologado, cumpridos os requisitos previstos para embalagens e os tipos e limites descritos nas normas (*Only substances or articles compatible with the approved model must be packaged, accomplished the requirements foreseen for packings and the types and limits described in the regulations).*

NOME
POSTO
Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário
*(Deputy to Maritime Safety)*



ANEXO 2-B

**CONFORMIDADE Nº (COMPLIANCE *Num.*) XXX/YYYY**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
***(FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL)***
**MARINHA DO BRASIL**
***(BRAZILIAN NAVY)***
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
***(DIRECTORATE OF PORTS AND COASTS)***

## RELATÓRIO DE CONFORMIDADE
***(COMPLIANCE REPORT)***

**1) PRODUTO** (*PRODUCT*): **2) MODELO** (*MODEL*):

**3) FABRICADO POR** (*MANUFACTURED BY*): **4) ENDEREÇO** (*ADDRESS*):

**5) MARCAÇÃO** (*MARKING*): **6) NÚMERO DE SÉRIE DAS EMBALAGENS** (SERIAL NUMBER OF PACKAGINGS):

**1A1/Z250/----**
**BR/CCCC/DPC XXX/YYYY**

**7) DATA DE EMISSÃO** (*DATE OF ISSUE*): **8) VALIDADE** (*VALIDITY*):
**28.09.2001** **31.07.2005**

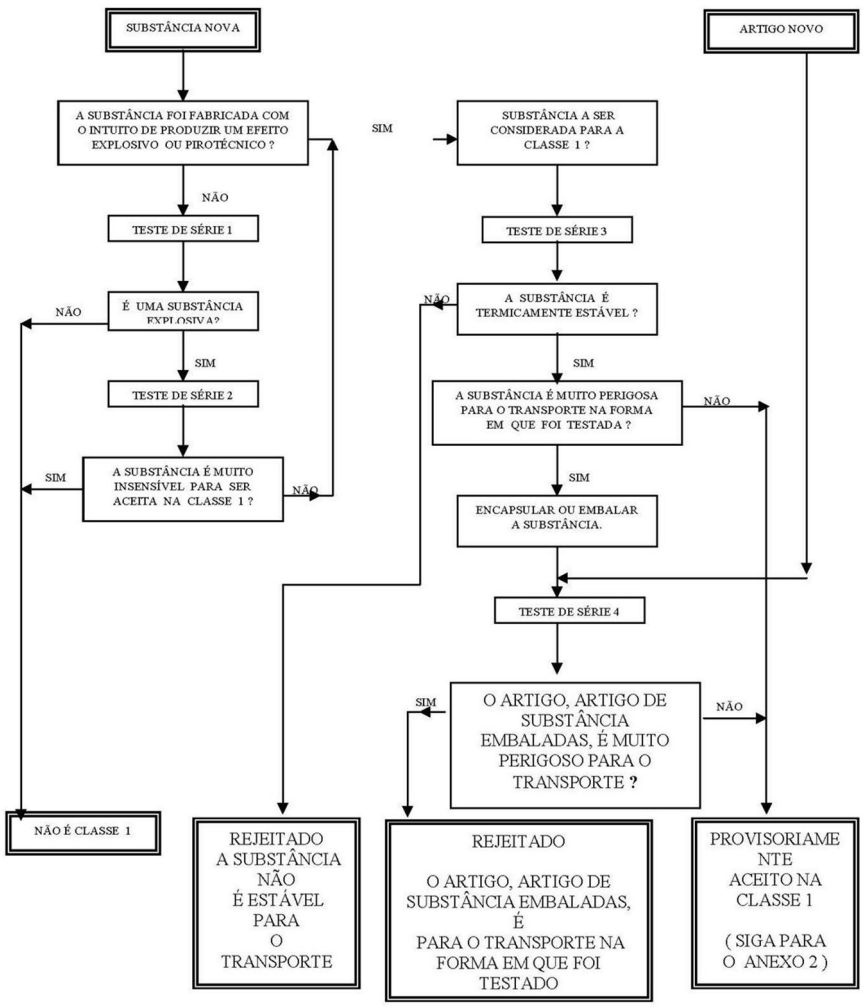
**9) CONCLUSÃO** (*CONCLUSION*):
As embalagens citadas no item 6 foram inspecionadas e encontram-se de acordo com o Código Internacional Marítimo para Transporte de Mercadorias Perigosas - IMDG Code Item emenda: ) e NORMAM 05 (The packagings mentioned in item 6 were inspected and are in accordance with the *International Maritime Dangerous Goods Code - IMDG Code item amendment: and NORMAM 05*).

Chefe do Departamento de Material
*(Head of Material Department)*



ANEXO 2-C

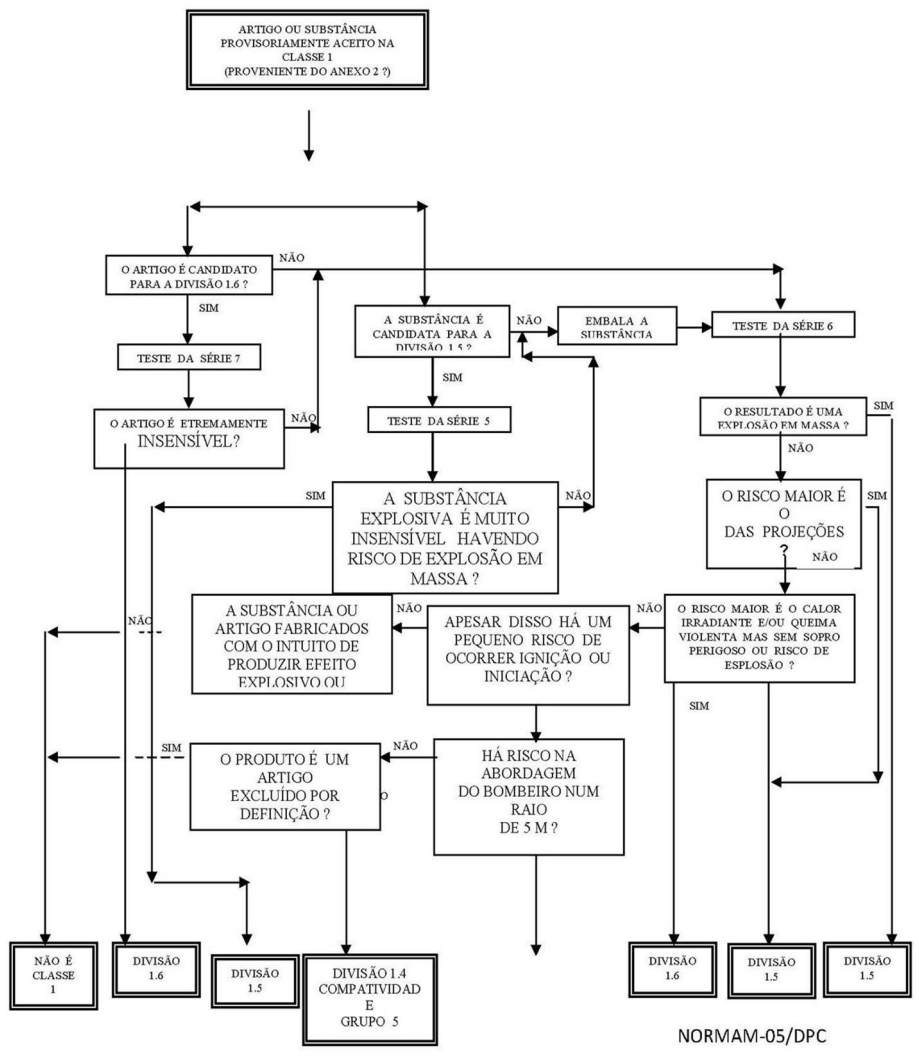
**PROCEDIMENTOS PARA ENQUADRAMENTO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO NA CLASSE 1**






ANEXO 2-D

**PROCEDIMENTOS PARA ENQUADRAMENTO EM UMA DIVISÃO DA CLASSE 1**






Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO-2-E

LISTA DE VERIFICAÇÃO

EXIGÊNCIAS DE PROJETO, CONSTRUÇÃO, INSPEÇÃO E TESTES DE TANQUES PORTÁTEIS

IMDG -Capítulo 6.7

6.7.2.2 -Exigências gerais de projeto e construção

6.7.2.2.1

A carcaça foi projetada e construída de acordo com as exigências de um regulamento de vasos de pressão reconhecido?

Conforme código ASME seção VIII div. 1. Memorial Descritivo e memória de cálculo.

Em carcaça soldada foram utilizados soldadores devidamente qualificados e realizados ensaios para verificação da qualidade da solda?

Certificado de Qualificação dos soldadores e realizado ensaio de líquido penetrante?

O processo de fabricação ou o material, exigem que a carcaça deva receber adequado tratamento térmico para assegurar tenacidade adequada na solda e nas áreas afetadas pelo calor?

Está no Memorial Descritivo?

Em caso afirmativo, foi realizado?

É utilizado aço de granulação fina na construção do tanque?

Tem Cópia do certificado de qualidade do aço.?

Em caso afirmativo, a tensão de escoamento é inferior a 460 $N/mm^2$ e o limite superior da tensão de tração é inferior a 725 $N/mm^2$?

É utilizado alumínio como material de construção?

Em caso afirmativo foram seguidas as recomendações previstas?

6.7.2.2.2 e 6.7.2.2.3

A carcaça, acessórios, tubulações e gaxetas foram feitos de material imune a ataque pelas substâncias transportadas?

Foi projetado para transporte de substâncias que não atacam o aço empregado?

6.7.2.2.4 e 6.7.2.2.5

A carcaça foi construída com revestimento?

Consta do Memorial Descritivo?

Em caso afirmativo foram seguidas as recomendações previstas?

6.7.2.2.6

Existe contato de materiais diferentes na construção do tanque?

E na fixação do barril na gaiola e do flange no tubo de saída?

Consta tal assertiva do Memorial Descritivo?

Em caso afirmativo foram tomadas providências para evitar danos decorrentes por ação galvânica? Quais? Consta no Memorial Descritivo?

6.7.2.2.9

O tanque foi projetado para suportar pressão e cargas previstas neste item?

Verificar a existência de memória de cálculo, devidamente assinada pelo calculista ou Responsável Técnico.

6.7.2.2.10 e 6.7.2.2.11

A carcaça está equipada com dispositivo de alívio de vácuo?

Em caso afirmativo ou negativo foram seguidas as recomendações previstas?

Está no Memorial Descritivo e memória de cálculo?

6.7.2.2.12 e 6.7.2.2.13

O tanque e suas fixações, quando carregado com a carga máxima admissível, absorve as forças estáticas relacionadas, aplicadas separadamente?

Verificar os resultados dos testes.

6.7.2.2.15

O tanque está aterrado eletricamente?

6.7.2.3 - Critérios de projeto

6.7.2.3.2

A carcaça foi projetada e construída para suportar pressão hidráulica de ensaio superior a 1,5 vez a pressão de projeto?

Considerar a pressão de ensaio, a de projeto e a PMTA. Verificar resultado do teste hidrostático e Memorial Descritivo.

6.7.2.3.3.1

Para o aço utilizado na construção do tanque, foram adotados os valores mínimos especificados de acordo com padrões nacionais ou internacionais para a tensão de escoamento Re e para a tensão mínima de tração Rm ?

Os valores estão de acordo com a norma ASTM e conforme certificado de qualidade do fornecedor?

6.7.2.3.3.2

A relação Re/Rm do aço utilizado na construção da carcaça é inferior a 0,85?

Conforme certificado de qualidade do fornecedor?

6.7.2.3.3.3

O aço utilizado na construção da carcaça, tem um alongamento, em %, superior a 10.000/RM, com um mínimo de 16% para aços de granulação fina e de 20% para os demais aços?

Conforme certificado de qualidade do fornecedor?

6.7.2.4 - Espessura mínima

6.7.2.4.1

A espessura mínima da carcaça foi determinada com base na maior das espessuras calculada conforme especificado a seguir?

a)A espessura mínima determinada de acordo com as exigências de 6.7.2.4.2 a 6.7.2.4.10;

b)A espessura mínima determinada de acordo com um regulamento de vasos de pressão aprovado incluindo as exigências de 6.7.2.3 e

c)A espessura mínima especificada na instrução aplicável para tanques portáteis, contida em 4.2.4.2.6, ou por uma provisão especial para tanques indicada na coluna 13 da relação de produtos perigosos.

carcaça possui proteção adicional contra avarias, pressão de ensaio corretamente calculada e diâmetro com até 1,80 m (6.7.2.4.3). A aplicação da fórmula estipulada em 6.7.2.4.6 para equivalência do aço de referência tem memória de cálculo? Foi utilizado na construção a espessura mínima de 3 mm conforme 6.7.2.4.4?

6.7.2.4 .4

Independentemente do aço utilizado, foi considerada a espessura mínima de 3mm na construção da carcaça do tanque (partes cilíndricas, extremidades-calotas, e tampas de boca de visitas).

Foi verificada a espessura da chapa em pelo menos dois pontos do corpo, tampa e fundo?

6.7.2.5 - Equipamento de serviço (carregamento, descarregamento, ventilação, segurança, aquecimento, resfriamento, isolamento térmico e instrumentos de medida)

6.7.2.5.1

O dispositivo de descarregamento está protegido contra o risco de ser arrancado ou danificado durante o processo de transporte e manuseio?

Os dispositivos de carregamento e descarregamento estão protegidos contra abertura inadvertida?

6.7.2.5.2

As aberturas do invólucro destinadas a carregamento ou descarregamento possuem vedações operadas manualmente e instaladas o mais próximo possível da carcaça? Constam do desenho fornecido?

6.7.2.5.3

Existe boca de visita de tamanho apropriado para permitir inspeção no interior do tanque?

6.7.2.5.5

As conexões exibem marcas bem visíveis indicando suas respectivas funções?

6.7.2.5.6

As válvulas de vedação foram projetadas e construídas para pressão calculada não inferior à pressão de trabalho máxima admissível da carcaça?

Possui certificação do fornecedor? Ou memória de cálculo?

A posição (aberta e fechada) e a direção de fechamento estão claramente indicadas?

As válvulas de vedação com haste rosqueada são fechadas girando-se o volante no sentido horário?

6.7.2.6 - Aberturas inferiores

6.7.2.6.3

O orifício de descarga inferior, exceto no caso de tanques que transportam substâncias sólidas, cristalizáveis ou com alta viscosidade, possui três dispositivos de fechamento montados em série e mutuamente independentes conforme especificado?

Consta do Memorial Descritivo (válvulas borboleta, esfera e cap)?

6.7.2.7 - Dispositivo de segurança

6.7.2.7.1

O tanque está equipado com pelo menos um dispositivo de alívio de pressão?

Consta do Memorial Descritivo e desenhos?

6.7.2.8 - Dispositivo de alívio de pressão

6.7.2.8.1

O tanque tem capacidade superior a 1.900 litros?

Em caso afirmativo possui uma ou mais válvulas de alívio de pressão, do tipo mola, com capacidade suficiente par evitar a ruptura da carcaça em consequência de pressurização excessiva ou de vácuo causados pelo carregamento, pelo descarregamento ou por aquecimento do conteúdo?

Além da Inspeção visual, ver o Memorial Descritivo e memória de cálculo. Está conforme 6.7.2.2.10 ?

6.7.2.8.2

Os dispositivos de alívio de pressão foram projetados para evitar entrada de matéria estranha, vazamento de líquido e formação de sobrepressão perigosa?

Está claramente mencionado no Memorial Descritivo e memória de cálculo?

6.7.2.8.3

Devido às exigências deste item é necessário instalar um disco ruptura precedendo um dispositivo de alívio de pressão tipo mola?

O material da válvula de alívio de pressão é compatível com a carga? Está previsto no Memorial Descritivo?

Em caso afirmativo, no espaço entre o disco de ruptura o dispositivo de alívio de pressão tipo mola foi instalado um manômetro ou um indicador adequado para detectar ruptura do disco, perfuração ou vazamento que possam causar mau funcionamento do sistema?

O disco de ruptura foi projetado para romper-se a uma pressão nominal 10% superior àquela que aciona o dispositivo de alívio? Onde está claramente mencionado tal fato?

6.7.2.8.4

Caso a capacidade do tanque seja inferior a 1900 litros, ele está equipado com um dispositivo de alívio de pressão do tipo mola ou um disco de ruptura conforme discriminado neste item?

6.7.2.8.5

A carcaça está equipada para descarregar sobre pressão?

Em caso afirmativo, a linha de alimentação está provida de um dispositivo de alívio de pressão adequado, calibrado para operar a uma pressão não superior à pressão de trabalho máxima admissível e de uma válvula de vedação instalada próxima à carcaça?

6.7.2.9 - Regulagem dos dispositivos de alívio de pressão

6.7.2.9.1 e 6.7.2.9.2

O dispositivo de alívio de pressão exigido está regulado para iniciar a descarga, e posteriormente fechar, conforme os dados de pressão previsto neste item? Esta regulagem é compatível com a pressão de projeto ou PMTA, e consta do Memorial Descritivo e memória de cálculo?

6.7.2.10 - Elementos fusíveis

6.7.2.10.1

É necessária a instalação de elementos fusíveis no tanque? Em caso afirmativo, eles estão projetados para atender os dados de temperatura e pressão estipulados neste item?

6.7.2.11 - Discos de ruptura

6.7.2.11.1

É necessária a instalação de discos de ruptura no tanque?

Em caso afirmativo, eles estão projetados para romper-se a uma pressão nominal igual à pressão de ensaio verificada na faixa de temperatura de projeto?

6.7.2.12 - Capacidade dos dispositivos de alivio

6.7.2.12.1

O dispositivo de alívio de pressão tipo mola possui uma seção transversal de fluxo no mínimo equivalente a um orifício com diâmetro de 31,75mm?

Consta do Memorial Descritivo e desenho?

O dispositivo de alívio de vácuo, quando empregado, possui uma área de seção transversal de fluxo mínima de 284 $mm^2$?

área de seção transversal consta do Memorial Descritivo e desenho?

6.7.2.12.2

A capacidade total dos dispositivos de alívio, considerada como a soma da capacidade de cada um dos vários dispositivos, foi determinada através da fórmula prevista em 6.7.2.12.2.1 ou da tabela de 6.7.2.12.2.3?

Tem memória de cálculo?

6.7.2.13 - Marcação dos dispositivos de alívio de pressão

6.7.2.13.1

Em todos os dispositivos de alívio de pressão estão indicadas, onde aplicável, as informações relacionadas a seguir?

a)A pressão (em bar ou KPa) ou a temperatura (em C) a que está regulado para descarregar;

b)A tolerância admissível à pressão de descarga, para dispositivo tipo mola;

c)A temperatura de referência correspondente à pressão calculada, para discos de ruptura;

d)A tolerância admissível de temperatura para elementos fusíveis;

e)A capacidade de vazão nominal do dispositivo em m³ de ar por segundo; e

f)Quando aplicável, o nome do fabricante e o número do catálogo pertinente.

6.7.2.13.2

A capacidade de vazão nominal marcada nos dispositivos de alívio de pressão foi determinada de acordo com a ISO 4126-1: 1996?

Tem memória de cálculo?

6.7.2.14 - Conexões de dispositivo de alivio de pressão

6.7.2.14.1

Caso o tanque possua conexões nos dispositivos de alívio de pressão, elas estão com dimensões suficientes para permitir que a descarga necessária passe sem restrições para o dispositivo de segurança?

Caso exista alguma válvula de vedação entre a carcaça e os dispositivos de alívio de pressão, ela está de acordo com as restrições prescritas neste item?

6.7.2.15 - Localização dos dispositivos de alívio de pressão

6.7.2.15.1

As entradas dos dispositivos de alívio de pressão estão situadas no topo do invólucro e, quando possível, numa posição próxima do centro longitudinal e transversal do mesmo?

6.7.2.16 - Instrumentos de medida

6.7.2.16.1

O tanque é carregado por peso?

Em caso negativo, ele está equipado com um ou mais dispositivos de medição feitos de material resistente, principalmente se ficarem em contato direto com o conteúdo da carcaça?

6.7.2.17 - Suportes, armações e dispositivos de içamento e fixação de tanques portáteis

6.7.2.17.2

As tensões combinadas, causadas pelos suportes (berços, armações, etc) e pelos acessórios de içamento e fixação do tanque provocam tensões excessivas em alguma parte da carcaça?

Existe memória de cálculo de elementos finitos?

O tanque está equipado com acessório de içamento e fixação permanentes e estão assentados nos suportes do tanque ou em chapas de reforço colocadas na carcaça, em pontos de apoio? Está claro nos desenhos?

6.7.2.17.4

As características do tanque descritas neste item, indicam a necessidade de que as aberturas de encaixe de garfos de içamento possam ser fechadas?

Tanque com compartimento único, com menos de 3,65m de comprimento é bem protegido contra o impacto das lâminas do garfo?

6.7.2.17.5

O invólucro e o equipamento de serviço estão protegidos contra danos decorrentes de impacto lateral, longitudinal e tombamento?

Os acessórios externos estão protegidos para evitar o escapamento do conteúdo do invílucro em conseqüência de impacto ou tombamento do tanque?

6.7.2.20 - Marcação

6.7.2.20.1, 6.7.2.20.2 e 6.7.2.20.3

IMO -International Maritime Organization

O Tanque possui placa de aprovação conforme especificado na circular MSC/860 de 22.05.1998 da IMO ?

ANEXO 2-F

**DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA**

**Razão Social :**
**CNPJ :**
**Endereço :**
**Cidade / Estado / CEP:**

.....(Nome e Cargo)....., declaro estar de acordo com as Normas da Autoridade Marítima - NORMAM-05/DPC e em especial a Legislação sobre embalagens recondicionadas constante do item 0206, b), III, comprometendo-me a cumpri-las em todos os seus termos.

_____
(Local e Data)

_____
Assinatura do Representante Legal



ANEXO 3-A

Exmº Sr. DIRETOR DE PORTOS E COSTAS

(Nome, endereço, CGC), requer a V. Exª que se digne conceder o Certificado de Homologação de (MATERIAL / Autorização para funcionamento de Estação de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem Infláveis), em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima para Material e , que declaro conhecer, comprometendo-me a cumpri-las em todos os seus termos.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, em _____ de _____ de _____.
Local

ASSINATURA
DO REPRESENTANTE LEGAL

Anexos:

A) Cópia do Contrato Social; e

B) Documentação técnica aplicável

_____

(Somente para Homologação de Material):

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a DPC a recolher amostras do material objeto do presente requerimento, após homologado, em lojas comerciais ou outros estabelecimentos de distribuição, com a finalidade de inspeção e controle, em conformidade com o estabelecido no item 0111 b) da NORMAM 05.

ASSINATURA
DO REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO 3-B

**HOMOLOGAÇÃO Nº** (*APPROVAL Num.*) **XXX/XXXX**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
*(FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL)*
**MARINHA DO BRASIL**
***(BRAZILIAN NAVY)***
**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**
***(DIRECTORATE OF PORTS AND COASTS)***

**CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO**
*(APPROVAL CERTIFICATE)*

**1) PROTÓTIPO DO PRODUTO** (*SPECIMEN EXAMINED*):

**2) MODELO** (*MODEL*):

**3) FABRICADO POR** (*MANUFACTURED BY*):

**4) ENDEREÇO** (*ADDRESS*):

**5) NORMAS APLICÁVEIS** (*REGULATIONS*):

**6) PROPÓSITO OU USO** (*ACCEPTABLE FOR THE PURPOSE OF*):

**7) DESENHO E RELATÓRIO DE TESTES** (*DRAWING AND TEST REPORT*):

**8) DATA DE EMISSÃO** (*DATE OF ISSUE*): **9) VALIDADE** (*VALIDITY*):

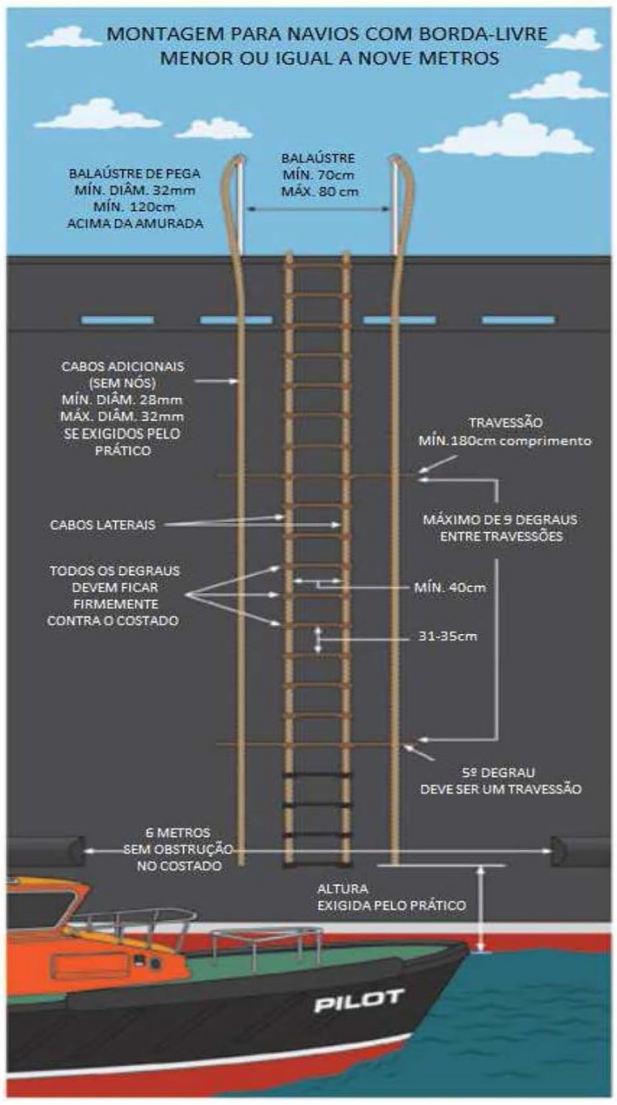
NOTA (*NOTE*): O PROTÓTIPO É CONSIDERADO SATISFATÓRIO ENQUANTO FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECIFICADA NO ITEM 5 E A DOCUMENTAÇÃO DO ITEM 7, E ARQUIVADA NESTA DIRETORIA. ESTE CERTIFICADO NÃO É VÁLIDO PARA O PROTÓTIPO QUE VENHA A SOFRER ALTERAÇÕES OU MODIFICAÇÕES EM RELAÇÃO AO QUE FOI TESTADO (*THE SPECIMEN IS ACCEPTABLE IF MANUFACTURED IN COMPLIANCE WITH REGULATION OF ITEM 5 AND DRAWING/TEST REPORT OF ITEM 7, RECORDED IN THIS DIRECTORATE. THIS CERTIFICATE DOES NOT APPLY TO EQUIPMENT WHICH HAS BEEN VARIED OR MODIFIED FROM THE SPECIMEN TESTED*).

_____
NOME
POSTO
Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário
*(Deputy to Maritime Safety)*



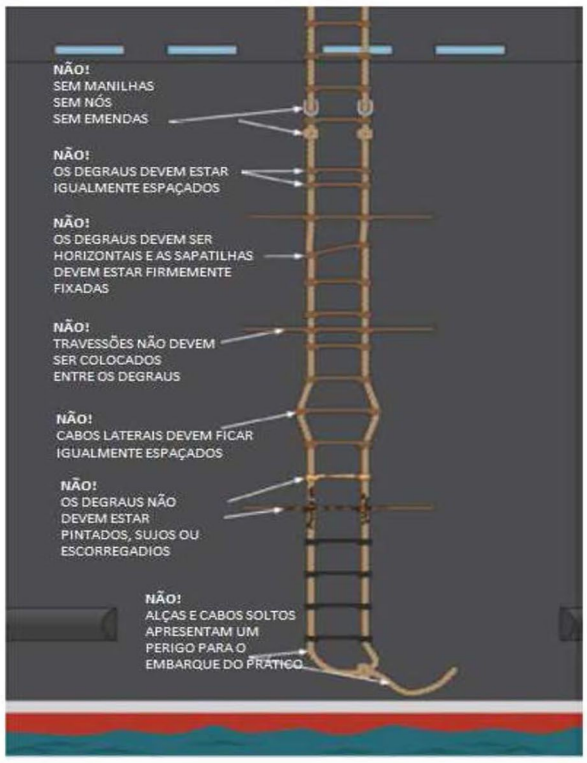
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


MONTAGEM PARA NAVIOS COM BORDA-LIVRE MENOR OU IGUAL A NOVE METROS
BALAÚSTRE DE PEGA MÍN. DIÂM. 32mm MÍN. 120cm ACIMA DA AMURADA
BALAÚSTRE MÍN. 70cm MÁX. 80 cm
CABOS ADICIONAIS (SEM NÓS) MÍN. DIÂM. 28mm MÁX. DIÂM. 32mm SE EXIGIDOS PELO PRÁTICO
TRAVESSÃO MÍN.180cm comprimento
CABOS LATERAIS
MÁXIMO DE 9 DEGRAUS ENTRE TRAVESSÕES
TODOS OS DEGRAUS DEVEM FICAR FIRMEMENTE CONTRA O COSTADO
MÍN. 40cm
31-35cm
5º DEGRAU DEVE SER UM TRAVESSÃO
6 METROS SEM OBSTRUÇÃO NO COSTADO
ALTURA EXIGIDA PELO PRÁTICO
PILOT

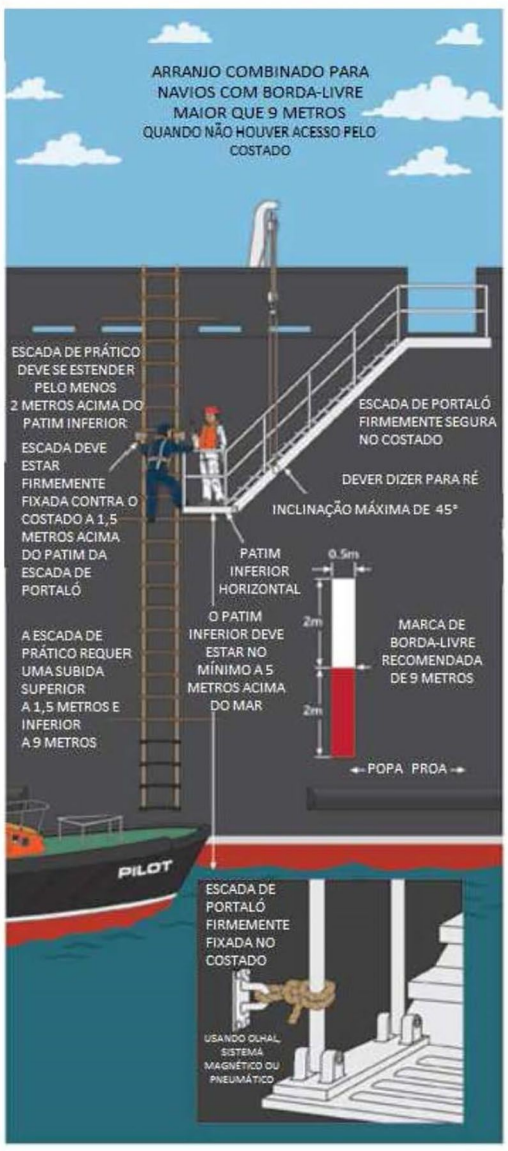




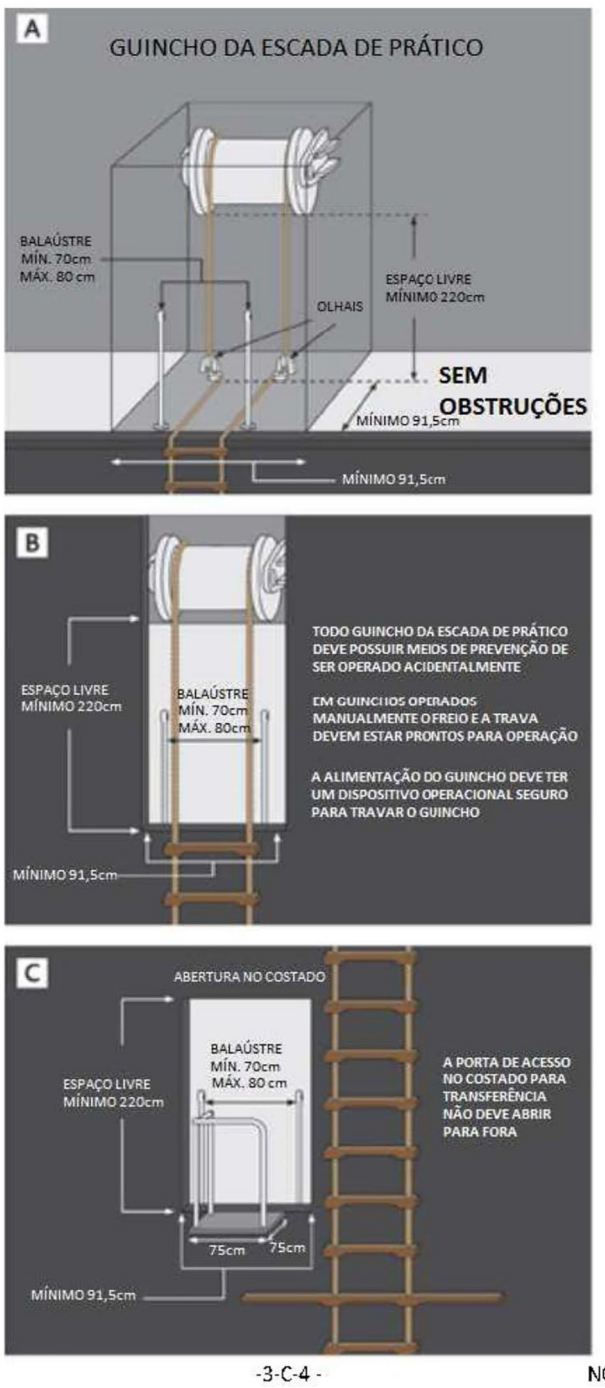

NÃO! SEM MANILHAS SEM NÓS SEM EMENDAS
NÃO! OS DEGRAUS DEVEM ESTAR IGUALMENTE ESPAÇADOS
NÃO! OS DEGRAUS DEVEM SER HORIZONTAIS E AS SAPATILHAS DEVEM ESTAR FIRMEMENTE FIXADAS
NÃO! TRAVESSÕES NÃO DEVEM SER COLOCADOS ENTRE OS DEGRAUS
NÃO! CABOS LATERAIS DEVEM FICAR IGUALMENTE ESPAÇADOS
NÃO! OS DEGRAUS NÃO DEVEM ESTAR PINTADOS, SUJOS OU ESCORREGADIOS
NÃO! ALÇAS E CABOS SOLTOS APRESENTAM UM PERIGO PARA O EMBARQUE DO PRÁTICO






ARRANJO COMBINADO PARA NAVIOS COM BORDA-LIVRE MAIOR QUE 9 METROS QUANDO NÃO HOUVER ACESSO PELO COSTADO
ESCADA DE PRÁTICO DEVE SE ESTENDER PELO MENOS 2 METROS ACIMA DO PATIM INFERIOR
ESCADA DEVE ESTAR FIRMEMENTE FIXADA CONTRA O COSTADO A 1,5 METROS ACIMA DO PATIM DA ESCADA DE PORTALÓ
A ESCADA DE PRÁTICO REQUER UMA SUBIDA SUPERIOR A 1,5 METROS E INFERIOR A 9 METROS
ESCADA DE PORTALÓ FIRMEMENTE SEGURA NO COSTADO
DEVER DIZER PARA RÉ
INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 45°
PATIM INFERIOR HORIZONTAL
O PATIM INFERIOR DEVE ESTAR NO MÍNIMO A 5 METROS ACIMA DO MAR
0.5m
2m
2m
MARCA DE BORDA-LIVRE RECOMENDADA DE 9 METROS
POPA PROA
PILOT
ESCADA DE PORTALÓ FIRMEMENTE FIXADA NO COSTADO
USANDO OLHAL, SISTEMA MAGNÉTICO OU PNEUMÁTICO




A
GUINCHO DA ESCADA DE PRÁTICO
BALAÚSTRE MÍN. 70cm MÁX. 80 cm
OLHAIS
ESPAÇO LIVRE MÍNIMO 220cm
SEM OBSTRUÇÕES
MÍNIMO 91,5cm
MÍNIMO 91,5cm
B
ESPAÇO LIVRE MÍNIMO 220cm
BALAÚSTRE MÍN. 70cm MÁX. 80cm
TODO GUINCHO DA ESCADA DE PRÁTICO DEVE POSSUIR MEIOS DE PREVENÇÃO DE SER OPERADO ACIDENTALMENTE
EM GUINCHOS OPERADOS MANUALMENTE O FREIO E A TRAVA DEVEM ESTAR PRONTOS PARA OPERAÇÃO
A ALIMENTAÇÃO DO GUINCHO DEVE TER UM DISPOSITIVO OPERACIONAL SEGURO PARA TRAVAR O GUINCHO
MÍNIMO 91,5cm
C
ABERTURA NO COSTADO
BALAÚSTRE MÍN. 70cm MÁX. 80 cm
ESPAÇO LIVRE MÍNIMO 220cm
A PORTA DE ACESSO NO COSTADO PARA TRANSFERÊNCIA NÃO DEVE ABRIR PARA FORA
75cm
75cm
MÍNIMO 91,5cm

ANEXO 3-C






ANEXO 3-C






ANEXO 3-E

**TIPO DE EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**CONFORMIDADE DO PROTÓTIPO**

| | Amostra A | Amostra B | Amostra C | Amostra D | Amostra E | Amostra F |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1) Acabamento* | | | | | | |
| 2) Aplicação de fita retro-refletiva* | | | | | | |
| 3) Etiquetas com instruções* | | | | | | |
| 4) Advertência* | | | | | | |
| 5) Cor* | | | | | | |
| 6) Dimensões** | | | | | | |
| 7) Peso** | | | | | | |

* Quesitos avaliados como "Satisfatório" ou "Insatisfatório"

** Quesitos avaliados como "Com conformidade" ou "Sem conformidade"

O exame dimensional irá tolerar as amostras que apresentarem erro de até 2% nas dimensões e 5% em peso em relação as dimensões e peso contidas nos planos e desenho encaminhados.

Para ser aprovado nessa avaliação todas as amostras deverão obter resultado satisfatório nos quesitos aplicáveis e, estar em conformidade nos exames dimensional e peso .

Obs.: _____

Local de realização da avaliação: _____

Data: ____/____/_____.

Resultado da Avaliação: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO/E OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: (fotos)
(outros registros da avaliação)



ANEXO 3-F

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE TEMPERATURA CÍCLICA**

| 1º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
|---|---|---|---|---|
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 2º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 3º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 4º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 5º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 6º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 7º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 8º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65º C | | | | |
| 8 horas a - 30º C (ou a -1º C) | | | | |
| | | | | |
| 9º CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-F

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 8 horas a + 65° C | | | | |
| 8 horas a - 30° C (ou a -1° C) | | | | |
| | | | | |
| 10° CICLO | ÍNICIO | | TÉRMINO | |
| PERÍODO / TEMPERATURA | DATA | HORA | DATA | HORA |
| 8 horas a + 65° C | | | | |
| 8 horas a - 30° C (ou a -1° C) | | | | |

Dimensões principais das amostras: _____ _____ _____

| | Amostras | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| | sim/não | sim/não | sim/não | sim/não | sim/não | sim/não |
| 1) Perda da rigidez da amostra | | | | | | |
| 2) Aparecimento de fissuras | | | | | | |
| 3) Alteração de dimensões | | | | | | |
| 4) Desagregação / deterioração externa. | | | | | | |
| 5) Desagregação / deterioração interna | | | | | | |

1 - Selecionar as amostras, de preferência idênticas, tomar e registrar suas dimensões. Para os testes no material destinado à flutuação de coletes salva-vidas, deverão ser retiradas oito amostras (300mm² com espessura total do colete), das quais duas servirão para comparação com as amostras que serão submetidas aos demais testes.

2 - Aplicar os ciclos alternados de temperatura em duas amostras de colete e bóia e seis amostras de material flutuante.

3 - Para que o material ou equipamento salva-vidas seja aprovado nessa avaliação, todas as amostras deverão obter resultado "negativo" em todos os quesitos.

4 - As amostras devem ser retiradas da câmara de temperatura após as 8 horas de ensaio, no mesmo dia, e mantidas em temperatura ambiente (descanso) até o próximo dia para a finalização do ciclo, quando deverá ser reiniciado no mesmo horário do dia anterior.

5 - O teste de temperatura cíclica deverá ser cumprido de forma ininterrupta.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data : ____/____/____

Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros da avaliação



ANEXO 3-G

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE RESISTÊNCIA A ÓLEO**

Início da imersão: dia ____ hora ____

Término da imersão: dia ____ hora ____

Resultado dos Testes:

| | Amostra | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| | sim/não | sim/não | sim/não | sim/não | sim/não | sim/não |
| 1) Perda da rigidez da amos-tra. | | | | | | |
| 2) Aparecimento de fissuras. | | | | | | |
| 3) Alteração de dimensões. | | | | | | |
| 4) Desagregação / deterioração externa. | | | | | | |
| 5) Desagregação / deterioração interna. | | | | | | |

INSTRUÇÕES:

1 - Imergir as amostras em óleo diesel, de modo a ficarem cobertas por uma camada de óleo com 100 mm de altura.

2 - Manter essa imersão, continuamente, por 24 horas à temperatura ambiente.

3 - Para ser aprovada, a amostra deverá obter resultado negativo em todos os quesitos. Utilizar uma amostra para colete e bóia e seis amostras para material flutuante.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ____/____/____

Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação.



ANEXO 3-H

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE ABSORÇÃO DE ÁGUA DO MATERIAL UTILIZADO PARA DAR FLUTUABILIDADE AO COLETE**

Início da imersão: dia _____ hora _____
Término da imersão: dia _____ hora _____

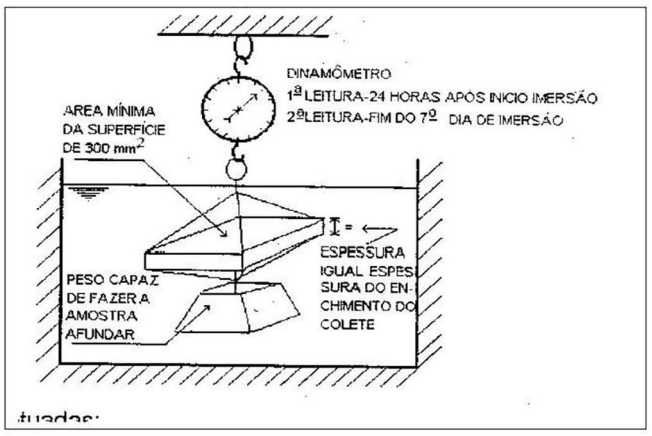
INSTRUÇÕES:

1 - Imergir duas amostras já submetidas aos testes de temperatura cíclica e de resistência ao óleo e outras duas submetidas ao teste de temperatura cíclica, em um tanque com 1,25m de altura, cheio de água doce.

2 - Ao final das primeiras 24h de imersão, verificar o peso em quilogramas, que cada amostra pode suportar, sem afundar na água.

3 - Ao final do sétimo dia de imersão, verificar o peso em quilogramas, que cada amostra pode suportar sem afundar na água e examinar quanto a sinais de deterioração da amostra.

Para verificar o peso que cada amostra pode suportar, poderá ser utilizado um dispositivo como a seguir:




**Obs.:** **a) Efetuar a leitura do dinamômetro 24 horas após o início da imersão do corpo de prova e repetir a leitura após completar o sétimo dia de imersão.**
**b) Calcular a redução da flutuabilidade utilizando a fórmula abaixo:**

redução da flutuabilidade = (resultado da 1ª leitura - resultado da 2ª leitura) x 100

resultado da 1ª leitura

**c) A DPC poderá aceitar outros dispositivos para essa verificação desde que submetidos a sua aprovação com pelo menos cinco dias úteis de antecedência ao início do teste.**

**RESULTADO DOS TESTES:**

| | AMOSTRA 3 | AMOSTRA 4 | AMOSTRA 5 | AMOSTRA 6 |
|---|---|---|---|---|
| | sim / não | sim / não | sim / não | sim / não |
| 1) Perda da rigidez da amostra | | | | |
| 2) Aparecimento de fissuras | | | | |
| 3) Alteração nas dimensões (encolhimento ou dilatação) | | | | |
| 4) Desagregação / deterioração | | | | |
| 5) Alterações nas propriedades mecânicas (avaliação externa visual) | | | | |
| 6) Redução da flutuabilidade das amos-tras | % | % | % | % |

Após ensaio, a redução máxima admissível da flutuabilidade das amostras submetidas anteriormente aos testes de temperatura cíclica e de resistência ao óleo é de 16%.

A redução máxima admissível de flutuabilidade das demais amostras, é de 10%.

Para ser aprovado nesta avaliação, o material terá que ter obtido resultados dentro dos limites de redução de flutuabilidade citados acima, bem como, resultados negativos em todos os demais quesitos.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data : _____/_____/_____.

Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-I

TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS: _____
FABRICANTE: _____
CLASSE: _____ TIPO: _____ MODELO: _____
NÚMERO DE AMOSTRAS: _____ Nº DO DESENHO: _____

**TESTE DE FLUTUABILIDADE**

Início da imersão: dia _____ hora _____
Término da imersão: dia _____ hora _____
Resultado dos Testes:

| | AMOSTRAS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | A | B | C | D | E | F |
| Flutuabilidade após 30 min de imersão | | | | | | |
| Redução da flutuabilidade | | | | | | |

INSTRUÇÕES:

Para este teste, as amostras A, B, C, D, E e F dos coletes, deverão ser imersas em água doce, à temperatura ambiente, durante um período de 24 horas. Deverão ser efetuadas as medições da flutuabilidade de cada equipamento, antes e imediatamente após o período da imersão. Para os testes de bóias serão necessárias amostras A e B.

Para efetuar a verificação da redução da flutuabilidade das amostras, poderá ser utilizado um dispositivo como a seguir:

FIG. 1 FIG. 2

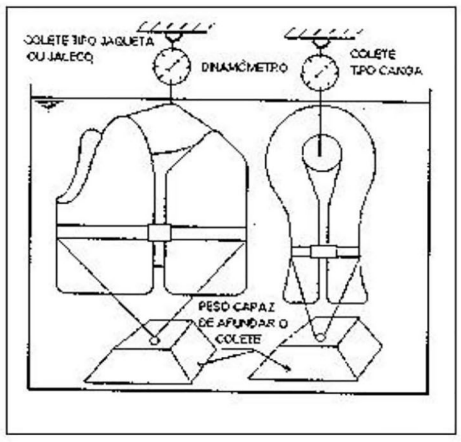



FIGURA 1: - COLETE TIPO CANGA
FIGURA 2: - COLETE TIPO JALECO OU JAQUETA





Obs.: a) Efetuar a leitura do dinamômetro 30 minutos após o início da imersão e repetir a leitura 24 horas após a primeira leitura.

b) Calcular a redução da flutuabilidade utilizando a fórmula abaixo:

$$\text{Redução da flutuabilidade} = \frac{(\text{resultado da } 1^{a} \text{ leitura} - \text{resultado da } 2^{a} \text{ leitura})}{\text{resultado da } 1^{a} \text{ leitura}} \times 100$$

c) O tecido e invólucros, como existente, que foram empregados na confecção do colete deverão ser furados de modo a liberar qualquer bolsão de ar, assegurando que a flutuabilidade do colete seja devida apenas ao material sólido empregado no enchimento do colete.

Para obter resultado satisfatório, os coletes e bóias salva-vidas submetidos ao teste deverão:

a) Não apresentar redução de flutuabilidade superior a 5%
b) Apresentar flutuabilidade, ao término da imersão equivalenteos seguintes valores :

| | | |
|---|---|---|
| - coletes de tamanho "GRANDE" | 136N | 13,6 kg |
| - coletes de tamanho "MÈDIO" | 70N | 7,0 kg |
| - coletes de tamanho "CRIANÇAS" | 50N | 5,0 kg |
| - coletes de trabalho (classe IV) | 90N | 9,0 kg |

As bóias deverão ser postas para flutuar carregadas com pesos de aço com 14,5 kg cada. Para ser aprovada nessa avaliação, as amostras deverão demonstrar borda-livre maior que 20% do valor do pontal, na situação de pleno carregamento.

| | AMOSTRA A | AMOSTRA B |
|---|---|---|
| Medida do pontal | | |
| Medida da Borda-livre | | |
| Percentual da borda-livre em relação ao pontal | | |

**Saco de palamenta:**

O saco de palamenta deverá ser pesado e, em seguida, lançado à água durante 30 minutos. Durante esse período, o saco não poderá afundar.

Obs.: _____

Local da realização do teste: _____

Data: ____/____/____

Resultado final do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste





TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS: _____
FABRICANTE: _____
CLASSE: _____ TIPO: _____ MODELO: _____
NÚMERO DE AMOSTRAS: _____ Nº DO DESENHO: _____

**TESTES DE RESISTÊNCIA MECÂNICA**

**1) Teste de coletes**

**Teste de resistência da cintura do colete**

Para esse teste, os coletes marcados com as letras A e B deverão ser imersos em água doce, por um período de 2 minutos, e então retirados da água e fechados, do mesmo modo que se estivessem sendo utilizados por uma pessoa.

O teste consiste em aplicar uma carga que force o colete abrir, conforme mostrado nas figuras 1 e 2, durante um período de 30 minutos.

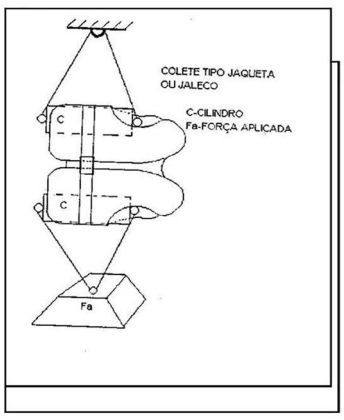



FIGURA 1 - COLETE TIPO JALECO OU JAQUETA

FIGURA 2 - COLETE TIPO CANGA

As cargas e as dimensões do cilindro, para esse teste são as seguintes:
Coletes tamanho grande e médio: Fa = 3.200 N
Diâmetro do cilindro: = 125 mm
Coletes tamanho pequeno (crianças): Fa = 2400 N
Diâmetro do cilindro: 50 mm = 50 mm
Coletes classe V, V ESPECIAL e EAF: Fa = 1850 N
(tamanhos grande e médio)
Diâmetro do cilindro: = 125 mm
Coletes classe V, V ESPECIAL: Fa = 700 N
(tamanhos pequenos)
Diâmetro do cilindro: = 50 mm





O colete será aprovado se não sofrer qualquer avaria ou deformação decorrente do teste.

**Teste de resistência do ombro do colete**

Como no teste anterior, para esse teste o colete deverá ser imerso em água por um período de 2 minutos e então retirado e fechado, do mesmo modo que se estivesse sendo utilizado por uma pessoa.
O teste consiste em aplicar uma carga no ombro ou na gola do colete, conforme mostrado nas figuras 3 e 4, durante um período de 30 minutos.

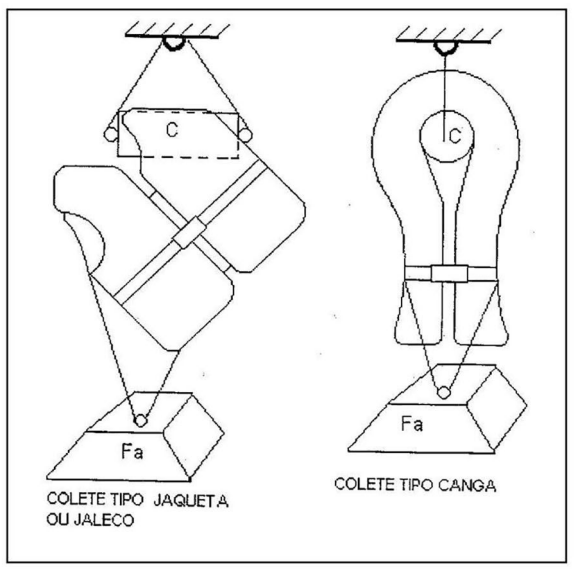



Figura 3 - Colete tipo jaleco ou jaqueta

Os cilindros utilizados para este teste deverão ser os mesmos utilizados para o teste do corpo do colete. As cargas aplicadas serão as seguintes:
Coletes tamanho grande e médio: Fa = 900N
Coletes tamanho pequeno (crianças): Fa = 700N
O colete será aprovado se não sofrer qualquer avaria ou deformação decorrente do teste.

**RESUMO DOS TESTES**

**Resistência da cintura do colete**

Início da imersão: hora _____
Término da imersão: hora _____

Início da tração: hora _____
Término da tração: hora _____

| Tração do corpo do colete | Amostra A | Amostra B |
|---|---|---|
| Aparecimento de avaria ou deformação permanente | sim / não | sim / não |

Resistência dos ombros do colete

Início da imersão: hora _____
Término da imersão: hora _____

Início da tração: hora _____
Término da tração: hora _____

| Tração do corpo do colete | Amostra A | Amostra B |
|---|---|---|
| Aparecimento de avaria ou deformação permanente | sim / não | sim / não |

**2) Teste de resistência mecânica do tecido, tirantes utilizados na fabricação do colete, boças e linhas salva-vidas**

Para este teste deverá ser empregado um equipamento que indique ou, preferencialmente, mantenha gravado a tração máxima aplicada antes da rutura da amostra. O erro máximo admissível na leitura da tensão aplicada deverá ser de ± 1%. Os mordentes utilizados para prender a amostra não poderão permitir que esta escorregue e não deverão cortar ou enfraquecer a amostra, sendo recomendado o uso de mordente plano e com superfície macia. O emprego de mordentes serrilhados ou corrugados deverá ser acompanhado da precaução de proteger a amostra com peças de materiais macios tais como feltro, lençol de borracha, couro ou papel. Os mordentes deverão ser mais largos do que a amostra.

Deverão ser preparadas cinco amostras para tração do urdume (sentido longitudinal do tecido) e cinco para tração da trama (sentido transversal do tecido), evitando as bordas ou margens da peça utilizada para retirar as amostras.

Sempre que possível, a largura da amostra do tecido deverá ser obtida ou ajustada, retirando os fios externos do urdume ou da trama (conforme o teste a ser aplicado), de modo a assegurar que todos os fios remanescentes permaneçam inteiros (o uso de tesoura ou outro instrumento poderá cortar ou danificar os fios próximos do corte).

A amostra deverá ser alinhada de modo que a tração seja aplicada na mesma direção dos fios do urdume ou trama, conforme o caso.

A amostra deverá ser imersa em água salgada (5% em peso de cloreto de sódio), à temperatura ambiente, durante 1 hora. Ao final desse tempo, a amostra deverá ser enxaguada em água doce e testada em até 1 min após ter sido removida da água.

Desprezar os testes em que a amostra escorregue ou que venha a quebrar ou romper nos mordentes.

A amostra do tecido deverá ter 50mm de largura e comprimento suficiente para permitir uma distância de 200mm entre os mordentes.

Para o teste do tirante, a amostra deverá ter comprimento suficiente para permitir uma distância de 200mm entre os mordentes. Deverão ser observados os mesmos cuidados para





prender a amostra nos mordentes. A amostra do tirante deverá ser imersa em água salgada do mesmo modo que as amostras do tecido.

Deverão ser preparadas cinco amostras para teste do tirante.

Para ser aprovado nesse teste, as dez amostras do tecido deverão possuir tensão de ruptura superior a 467 N. Para os tirantes, a tensão de ruptura deverá ser superior a 1780 N, alcançada pelas cinco amostras.

a) Teste do tecido:

| | AMOSTRAS | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Tensão de ruptura do urdume | | | | | | X | X | X | X | X |
| Tensão de ruptura da trama | X | X | X | X | X | | | | | |

b) Teste do tirante, boça e linha salva-vidas:

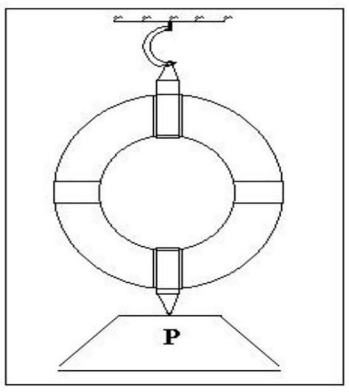
| | AMOSTRAS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Tensão de ruptura | | | | | |

Em substituição aos testes mencionados na alínea b) , poderão ser apresentados certificados dos fabricantes.

c) Teste de bóias salva-vidas

As amostras deverão ser imersas em água doce por um período de 2 minutos e então retiradas da água para o teste.

O teste consiste em aplicar uma carga de 90 kg conforme mostrado na figura 1 durante um período de 30 minutos.




A bóia será aprovada se não sofrer qualquer avaria ou deformação decorrente do teste.

Obs.: _____
_____





Local da realização do teste: _____

Data: ____/____/____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros do teste





**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE RESISTÊNCIA A CHAMAS (FOGO)**

Colocar horizontalmente uma bandeja com 350 x 300 x 60 mm de comprimento, largura e altura, respectivamente, em local isento de correntes de ar. Encher a bandeja com água até a altura de 10 mm e, em seguida, completar com gasolina até atingir a altura total (água mais gasolina) de 40 mm.

Suspender a amostra, na posição vertical, em um dispositivo que mantenha a parte inferior 250 mm acima da borda da bandeja.

Com a amostra afastada, a gasolina deverá ser inflamada e permanecer queimando durante 30 segundos.

Então o dispositivo no qual a amostra foi suspensa deverá movimentá-la horizontalmente sobre as chamas, de modo que o tempo de exposição direta ao fogo seja de 2 segundos.

RESULTADO DOS TESTES:

| | |
|---|---|
| 1) Amostra continua queimando após ser retirada das chamas | sim / não |
| 2) Amostra derreteu ou se fundiu ao passar pelas chamas | sim / não |

Para ser aprovada a amostra deverá receber resultado negativo nos dois quesitos.

Obs.: _____
_____

Local da realização da avaliação: _____

Data: ____/____/____

Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-M

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE RESISTÊNCIA A ÁGUA DO MAR**

Início da imersão: dia _____ hora _____

Término da imersão: dia _____ hora _____

RESULTADO DOS TESTES

| | Amostra A | Amostra B |
|---|---|---|
| | sim / não | sim / não |
| 1) Perda da rigidez das amostras | | |
| 2) Aparecimento de fissuras | | |
| 3) Alteração das dimensões (dilatação ou enchimento) | | |
| 4) desagregação / deterioração | | |

INSTRUÇÕES:

Imergir as amostras em um tanque contendo água salgada (5% em peso de cloreto de sódio), à temperatura ambiente, durante um período contínuo de 48 horas.

Para ser aprovado nessa avaliação, as amostras deverão obter resultado negativo em todos os quesitos.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ____/____/____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação



ANEXO 3-N

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTES DE VESTIR E DESEMPENHO DOS COLETES**

**1ª PARTE - TESTE DE VESTIR**

Considerando que, geralmente, os coletes são usados por pessoas inexperientes, comumente em condições desfavoráveis, é imprescindível que seja minimizado o risco de serem vestidos de modo incorreto.

As pessoas escolhidas para o teste devem não estar familiarizadas com o colete. Serão utilizadas 6 pessoas de alturas e pesos diversos: altos, baixos, gordos e magros.

Devem estar trajando roupas comuns de passeio.

Após uma demonstração, as pessoas deverão vestir corretamente o colete, sem ajuda, em apenas 1 minuto. O teste deverá ser repetido com as pessoas trajando roupas para frio e mau tempo.

RESULTADO DO TESTE DE VESTIR:

| Provador | Massa do Provador | Tamanho do colete | Tempo c/roupa de passeio | Tempo c/roupas de frio ou chuva |
|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |

RESULTADO: Satisfatório / Insatisfatório

Deverá ser observado se o colete foi corretamente vestido, incluindo amarração dos cadarços, fivelas e tirantes, dentro do tempo de 1 minuto.

Deverá ser observado, após o colete vestido, se os movimentos dos usuários estão livres. No caso de testes aplicados à coletes infláveis esta avaliação deverá ser realizada com o colete inflado e repetida com o colete desinflado.

Obs.: _____
_____

**2ª PARTE - TESTE DE ENDIREITAMENTO**

O tecido e invólucros que foram empregados na confecção dos coletes deverão ser furados, de modo a liberar qualquer bolsão de ar, assegurando que a flutuabilidade do colete seja devida apenas ao material sólido empregado no enchimento do colete.

Selecionar seis (06) nadadores para cada tamanho de colete, devendo os mesmos terem conhecimentos das condições do ensaio, principalmente quanto a relaxar completamente o corpo dentro d' água.

O teste deve ser realizado em água doce tranqüila e as pessoas devem estar usando roupa de banho e o colete convenientemente ajustado.



ANEXO 3-N

O nadador deverá dar pelo menos 3 braçadas suaves (nado de peito), e, então ficar em relaxamento, mantendo a cabeça dentro d' água e os pulmões parcialmente cheios e simulando estado de extrema exaustão. Deve ser registrado o período de tempo decorrido entre a última braçada e o instante em que a boca do provador fique inteiramente fora d' água.

O ensaio deve ser repetido com o provador expelindo o ar dos pulmões na última braçada. Deverá ser registrado, em cada ensaio, a altura da boca do provador, em relação à superfície da água na posição segura de flutuação.

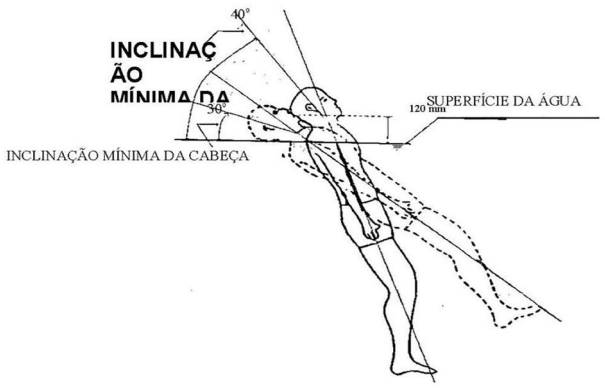
O colete salva-vidas deverá ser capaz de girar o corpo de uma pessoa inconsciente na água, a partir de qualquer posição, em até 5 segundos, mantendo seu rosto para cima.

Para coletes salva-vidas CLASSE I, II e III, a boca do usuário deverá ficar, pelo menos, 120 mm acima do nível da água. A média dos ângulos de inclinação para trás formados pelos corpos dos provadores em relação à vertical deverá ser de 30º. Contudo, nenhum provador poderá ficar com o corpo inclinado em ângulo menor do que 20º. No caso do rosto/cabeça do provador, o ângulo de inclinação médio será de 40º em relação a horizontal. Contudo, esse ângulo mínimo é de 30º para cada provador, individualmente. Esta avaliação não será requerida para os coletes CLASSE IV e V.

A figura 1 e 2 a seguir, mostram como o corpo do usuário deverá ficar.




FIGURA 1 - Ãngulo de inclinação do corpo do usuário do colete salva-vidas






ANEXO 3-N

FIGURA 2 - Ângulo de inclinação da cabeça do usuário do colete salva-vidas

No caso de testes aplicados a coletes infláveis, esta avaliação deverá ser conduzida com metade das amostras infladas oralmente e outra metade inflada através do dispositivo automático. Deverão também ser realizados testes com um compartimento desinflado e, alternando-se os compartimentos, repetidos tantas vezes quantas forem o número de compartimentos.

RESULTADO DOS TESTE:

| Provador | Massa do provador | Tamanho do colete | Tempo do endireitamento (seg) | Ângulo do corpo (º) | Ângulo da cabeça(º) | Altura da boca mm |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| 4 | | | | | | |
| 5 | | | | | | |
| 6 | | | | | | |

RESULTADO: Satisfatório / Insatisfatório

Obs.: _____
_____

**3ª PARTE - TESTE DE QUEDA**

Após a realização do teste de endireitamento, sem alterar o ajuste do colete, os seis provadores deverão saltar verticalmente de uma plataforma ou trampolim, caindo na água em pé, de uma altura de pelo menos 4,5m, para coletes CLASSES I, II, III e V. E altura de 10m para coletes CLASSE IV (colete de trabalho) e V ,quando for colete esportivo para atividades a alta velocidade.

O colete não deverá causar ferimentos no usuário, bem como, deverá após a queda, estabelecer a posição segura de flutuação, inclusive com a altura mínima da boca em relação ao nível da água quando se trata de coletes CLASSE I, II ou III.

No caso de testes aplicados a coletes infláveis, esta avaliação deverá ser conduzida com metade das amostras infladas oralmente e a outra metade inflada através do dispositivo automático, bem como, deverão ser realizados com um compartimento desinflado e, alternando-se os compartimentos, refeito tantas vezes quantos forem o número de compartimentos.

RESULTADO: Satisfatório / Insatisfatório

Obs.: _____
_____

**4ª PARTE - TESTE DE NADO E EMBARQUE**

Este teste deverá ser efetuado por seis pessoas que, inicialmente sem o colete, deverão nadar 25m e subir em uma balsa salva-vidas ou uma plataforma rígida 300mm acima da superfície da água.

A seguir, todas as pessoas que completaram a tarefa acima, serão solicitadas a repetir a tarefa, agora vestindo o colete salva-vidas.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-N

Para ser aprovado, no mínimo 2/3 das pessoas que cumpriram a primeira etapa, terão que cumprir também a segunda.

No caso de testes aplicados a coletes infláveis, esta avaliação deverá ser conduzida com metade das amostras infladas oralmente e a outra metade inflada através do dispositivo automático, bem como, deverão ser realizados com um compartimento desinflado e, alternando-se o compartimento, repetido tantas vezes quantos forem o número de compartimentos.

RESULTADO: Satisfatório / Insatisfatório

Obs.: _____
_____

Local da Realização do teste: _____

Data: _____/_____/_____

Resultado final do teste : _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação



ANEXO 3-O

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DO DISPOSITIVO DE LUZ DO COLETE**

Inicialmente deverão ser selecionadas doze (12) amostras de dispositivos de luz e identificadas através da numeração de 1 a 12.

**1ª PARTE - APLICAÇÃO DO TESTE DE TEMPERATURA CÍCLICA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 2ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 3ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 4ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 5ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura -30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 6ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 7ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 8ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |



ANEXO 3-O

| | | | |
|---|---|---|---|
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 9º Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| 10ª Ciclo - Temperatura + 65ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |
| Temperatura - 30ºC | Início | dia ____ | hora ____ |
| | Término | dia ____ | hora ____ |

**2ª PARTE - IMERSÃO EM ÁGUA SALGADA E ÁGUA DOCE**

a) Imersão em água salgada à temperatura de - 1º C (amostra removida ao fim do último ciclo à - 30ºC). Utilizar as quatro amostras

1ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

2ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

3ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

4ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos _____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos _____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos (máximo 5 min)



ANEXO 3-O

Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos _____ (mínimo 8 h)

b) Imersão em água salgada à temperatura de + 30ºC (amostras removidas ao fim do último período a + 65ºC) Utilizar as amostras numeradas de 5 a 8.

5ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

6ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

7ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

8ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Início do funcionamento do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 5 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

c) Imersão em água doce à temperatura ambiente (amostra removida ao fim do último período a + 65ºC). Utilizar as amostras numeradas de 9 a 12.

9ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 10 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (mínimo 8 h)

10ª Amostra



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do dispositivo de luz: hora _____ minutos ____ (máximo 2 min)
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 10 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____

11ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 10 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____

12ª Amostra
Inicio da imersão: hora _____ minutos ____
Momento que atingiu luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____ (máximo 10 min)
Momento que diminuiu a luminosidade de 0,75 cd: hora _____ minutos ____

**3ª PARTE - TESTE DE QUEDA**

Submeter um dispositivo de luz aplicado a uma colete salva-vidas, a um salto vertical de uma plataforma ou trampolim, caindo na água em pé, de uma altura de pelo menos 4,5m, realizado por um provador que utilize o colete.

O dispositivo de luz aplicado ao colete não deverá sofrer danos ou ser arrancado do colete, e continuar funcionando com a intensidade luminosa e a freqüência do lampejo (quando aplicável) estabelecidas na presente norma, pelo período mínimo de 8h contínuas.

**4ª PARTE - AVALIAÇÃO**

a) Desempenho do dispositivo:

| | AMOSTRAS | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Tempo para início do funcionamento do dispositivo de luz após imersão (máximo 2 min) | | | | | | | | | | | | |
| Tempo para atingir a luminosidade de 0,75 cd após a imersão ou água salgada (máximo 5 min) | | | | | | | | | | | | |
| Tempo para atingir a luminosidade de 0,75 cd após imersão em água doce (máximo 10 min) | | | | | | | | | | | | |
| Tempo de funcionamento do dispositivo de luz com intensidade de 0,75 cd | | | | | | | | | | | | |





Para ser considerado satisfatório, pelo menos 11 dos 12 dispositivos de luz utilizados no teste deverão continuar emitindo com luminosidade de 0,75 cd por um período mínimo de 8 h. Os tempos para início de funcionamento e para atingir a luminosidade de 0,75 cd deverão ser alcançados por todas as amostras.

b) Freqüência do lampejo (quando aplicável)

Com conformidade ☐
Sem conformidade ☐

c) Teste de salto

Satisfatório ☐
Insatisfatório ☐

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ___ /___ /___

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação





**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**INSPEÇÃO INTERNA FINAL**

Objetivo: Comparar com a especificação do equipamento e verificar a existência de danos.

AMOSTRA "A" - Testes já realizados com a amostra:
_____
_____

- Natureza do Material (tipo) Em conformidade / sem conformidade
- Dimensões Especificadas Em conformidade / sem conformidade
- Danos ou Avarias Ausente/Presentes

Obs.: _____
_____

AMOSTRA "B" - Testes já realizados com a amostra:
_____
_____

- Natureza do Material (tipo) Em conformidade / sem conformidade
- Dimensões Especificadas Em conformidade / sem conformidade
- Danos ou Avarias Ausente/Presentes

Obs.: _____
_____

AMOSTRA "C" - Testes já realizados com a amostra:
_____
_____

- Natureza do Material (tipo) Em conformidade / sem conformidade
- Dimensões Especificadas Em conformidade / sem conformidade
- Danos ou Avarias Ausente/Presentes

Obs.: _____
_____

AMOSTRA "D" - Testes já realizados com a amostra:
_____
_____

- Natureza do Material (tipo) Em conformidade / sem conformidade
- Dimensões Especificadas Em conformidade / sem conformidade
- Danos ou Avarias Ausente/Presentes





Obs.: _____
_____

AMOSTRA "E" - Testes já realizados com a amostra:
_____
_____

- Natureza do Material (tipo) Em conformidade / sem conformidade
- Dimensões Especificadas Em conformidade / sem conformidade
- Danos ou Avarias Ausente/Presentes

Obs.: _____
_____

AMOSTRA "F" - Testes já realizados com a amostra:
_____
_____

- Natureza do Material (tipo) Em conformidade / sem conformidade
- Dimensões Especificadas Em conformidade / sem conformidade
- Danos ou Avarias Ausente/Presentes

Obs.: _____
_____

As avarias ou danos citados nos itens assinalados com asterisco (*), são fissuras, rasgos, rompimentos de cordões ou fitas, dilatação, encolhimento, desagregação, enfraquecimento, alteração de propriedades mecânicas ou outros. A avaria eventualmente encontrada, deverá ser especificada na linha das observações.

Para ser aprovado nessa avaliação, todas as amostras deverão estar isentas de avarias ou danos, bem como, o material empregado no revestimento e enchimento estar em conformidade com a natureza e dimensões constantes dos documentos, planos e desenhos encaminhados para aprovação.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ___ /___ /___

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação

ANEXO 3-Q

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE QUEDA**

**a) Bote orgânico de abandono**

A amostra deverá ser lançada na água de uma altura de 6 metros. O lançamento deverá ser repetido duas vezes, a partir de posições diferentes entre si.

Após o teste, o bote não deverá ter sofrido danos.

RESULTADO DO TESTE:

| Bote Orgânico de Abandono | | |
|---|---|---|
| Queda na água | Lançamento | |
| | 1º | 2º |
| Aparecimento de avaria, deformação ou defeito que provoque mal funcionamento. | Sim/Não | Sim/Não |
| Aparecimento de avaria, deformação ou defeito que provoque mal funcionamento. | Sim/Não | Sim/Não |

Obs.: _____
_____
Local da realização do teste: _____

Data : ____/____/____

Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste



ANEXO 3-R

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DO DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO AUTOMÁTICO**

**1)** Inicialmente deverão ser selecionadas três amostras, identificadas com letras A, B e C, e submetidas ao teste de temperatura cíclica conforme prescrito no ANEXO 1-F.

**2)** Após a aplicação do teste de temperatura cíclica, o dispositivo A deverá ser colocado para operar em água do mar a uma temperatura de - 1º C e o B para operar em água do mar a + 30º C. Ambas as lâmpadas deverão prover uma intensidade luminosa não inferior a 2,0cd ou, em caso de dispositivo de lampejo, uma freqüência não menor que 50 vezes por minuto com a intensidade luminosa eficaz correspondente, calculada como previsto no item 0119, alínea a).

**3)** Ao final da primeira hora de operação os dispositivos A e B deverão ser imersos à profundidade de 1m pelo tempo de 1 minuto, sem extinguir o dispositivo, e continuando a funcionar por mais uma hora.

**4)** A amostra C, após o teste de temperatura cíclica, deverá ser imersa horizontalmente sob uma camada de 300 mm de água, por um período de 24 horas. Se o dispositivo for elétrico, deverá ser desmontado ao final do teste e examinado. Não deverá haver evidência de água no interior do dispositivo.

**5)** Uma amostra identificada com a letra D será submetida a duas quedas como prescrito no ANEXO 1-Q.

Na primeira queda, o dispositivo será lançado separado da bóia, e na segunda, atado à bóia como em situação de uso. O dispositivo deverá funcionar satisfatoriamente após cada queda.

**6)** Uma amostra, identificada com a letra E, será submetida a borrifo de água salgada (solução de água e 5% de cloreto de sódio) à temperatura de 35º C ± 3º C, por um período de 100 horas. O dispositivo deverá funcionar satisfatoriamente após o teste.

**7)** Uma amostra, identificada com a letra F, será colocada para flutuar em sua posição normal por 24h. Se o dispositivo for elétrico, deverá ser desmontado ao final do teste e examinado. Não deverá haver evidência de água no interior do dispositivo.

**8)** Se o dispositivo for dotado de lente, uma amostra identificada com a letra G deverá ser resfriada a -18º C e então lançada duas vezes sobre uma placa rígida de metal ou de concreto, de uma altura de 1 m. Esta medida deverá ser tomada desde o topo do dispositivo até a superfície de impacto. O dispositivo deverá atingir a superfície com o topo do centro da lente. A lente não deverá quebrar ou rachar.

**9)** Uma amostra, identificada com a letra H, deverá ser colocada de lado em uma superfície rígida, e uma esfera de aço com 500g de massa deverá ser lançada de uma altura de 1,3 m no corpo do dispositivo próximo do seu centro e aproximadamente a 12 mm de cada uma de suas extremidades. O corpo do dispositivo não deverá quebrar, rachar ou se deformar de modo que possa afetar a sua estanqueidade.

10) Deverá ser aplicada uma força de tração equivalente a 225 N à linha que liga a bóia salva-vidas ao dispositivo, de acordo com o prescrito no ANEXO 1-J.

A linha e suas ligações, bem como, o dispositivo não poderão ser danificadas por esse teste.



ANEXO 3-R

**AVALIAÇÃO**

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| 1 - Funcionamento na superfície a -1ºC após teste de temperatura cíclica:.. | | |
| 2 - Funcionamento na superfície a + 30ºC após teste de temperatura cíclica: ..... | | |
| 3 - Funcionamento após imersão a 1 m por 1 min. após teste de temp. cíclica: ..... | | |
| 4 - Estanqueidade após 24 horas de imersão a 300mm de água e teste de temperatura cíclica: ..... | | |
| 5 - Funcionamento após queda separado da bóia : ..... | | |
| 6 - Funcionamento após queda atado à bóia;..... | | |
| 7 - Funcionamento após borrifo de água salgada : ..... | | |
| 8 - Estanqueidade após flutuação normal de 24 h: ..... | | |
| 9 - Resistência da lente a queda após resfriamento a -18ºC: ..... | | |
| 10 - Resistência do corpo do dispositivo a queda da esfera: ..... | | |
| 11 - Resistência a tração da linha de ligação à bóia: ..... | | |

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ____ /____ /____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros da avaliação



ANEXO 3-S

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DO DISPOSITIVO FUMÍGENO AUTOMÁTICO**

**1)** Inicialmente deverão ser submetidos nove amostras, identificadas com letras de A a I, ao teste de temperatura cíclica conforme prescrito no ANEXO 1-F.

As amostras não deverão demonstrar ter sofrido danos tais como aparecimento de fissuras, rachaduras, desagregação, dissolução, perda de rigidez, alteração de dimensões, ou alteração de suas propriedades mecânicas.

**2)** Após a aplicação do teste de temperatura cíclica, três amostras A, B e C, deverão ser condicionadas a -30ºC por pelo menos 48h, sendo em seguida ativadas para operar em água do mar à temperatura de -1ºC.

**3)** Outras três amostras D, E e F, deverão ser condicionadas à temperatura de + 65ºC, sendo em seguida ativadas para operar em água do mar a + 30ºC.

**4)** Após as amostras de dispositivos citados acima terem emitido fumaça por 7 minutos, a extremidade do dispositivo por onde a fumaça é emitida deverá ser imersa por 10 seg à profundidade de 25 mm e, em seguida, liberado. Os dispositivos assim testados deverão continuar funcionando normalmente por um período total de emissão de fumaça não inferior a 15 minutos.

**5)** As três amostras restantes G, H e I, tomadas a partir da temperatura ambiente deverão ser submetidas ao teste de queda na água conforme prescrito no ANEXO 1-Q, ligados à bóia salva-vidas. Após a queda, as amostras não deverão demonstrar avarias e deverão funcionar normalmente por um período de 15 min.

**6)** Três amostras, identificadas J, L e M, deverão ser condicionadas à temperatura de + 65ºC e 90% de umidade relativa por um período de pelo menos 96h, seguido por um período de 10 dias entre 20 e 25ºC e 65% de umidade relativa, e então funcionar normalmente nessa temperatura.

**7)** Três amostras identificadas N, O, P deverão ser imersas em 1m de água por um período de 24h e então funcionar normalmente.

**8)** Três amostras identificadas Q, R e S, deverão ser submetidas a borrifo de água salgada (solução com 5% de cloreto de sódio) a temperatura de +36ºC ± 3ºC por pelo menos 100h, e então funcionar normalmente.

**9)** Três amostras identificadas T, U e V, deverão ser acionadas para funcionar sob uma camada de 2 mm de heptano, sem inflamar essa substância.

**10)** Deverá ser estabelecido em amostra identificada em laboratório de teste de fumaça que a amostra alcance 70% de obscuração durante o tempo de emissão, com a fumaça canalizada em um duto com 19 cm de diâmetro por um ventilador capaz de produzir uma vazão de 18,4 $m^3$ / min. Deverá também demonstrar que a fumaça seja de cor laranja como definido nas seções 34,48 ou 50 da publicação "Color; Universal Language and Dictionary of Names".

**11)** Os testes de funcionamento normal citados acima, deverão ser efetuados com ondas de pelo menos 300 mm de altura.

**12)** Deverá ser verificado, através de inspeção visual, que o dispositivo não depende de fitas adesivas ou envelopes plásticos para garantir sua estanqueidade, bem como, seja marcado de forma indelével de modo a possibilitar a determinação da sua idade.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-S

**AVALIAÇÃO**

| | AMOSTRAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L | M | N | O | P | Q | R | S | T | U | V | X |
| Temperatura cíclica | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Condicionamento a - 30ºC /funcionamento a - 1ºC | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Condicionamento a +65ºC / funcionamento a + 30ºC | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Funcionamento por 15 min após 7 min imerso a 25 mm e período de condicionamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Funcionamento após teste de queda | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Funcionamento após condicionamento a temperatura e umidade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Funcionamento após imersão em 1 m de água por 24 h | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Funcionamento após borrifo de água salgada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Funcionamento sem inflamar heptano | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Teste de obscuração / cor da fumaça | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Inspeção visual de estanqueidade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Obs.: _____

_____

Local da realização do teste: _____

Data: ___ /___ /___

Resultado do teste: _____

_____

NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação



ANEXO 3-T

**TESTES PARA TECIDOS UTILIZADOS EM EMBARCAÇÕES E BALSAS INFLÁVEIS**

**FABRICANTE:** _____ **Nº DE AMOSTRAS** _____
**EQUIPAMENTO ONDE SERÁ APLICADO:** _____

**1) Rasgamento**

O material deve ser ensaiado conforme BS 4F 100 e a carga de rasgamento obtida não deve ser menor que 250 N.

**2) Adesão do Revestimento**

O material deve ser ensaiado conforme ISO 2411 à temperatura de 20ºC, com velocidade da máquina de ensaio de (100 ± 10) mm/min. O valor mínimo de adesão deve ser de 40 N/25 mm.
Nota: Para esse ensaio pode ser preparada uma amostra com espessura diferente do material a ser utilizado na embarcação, de modo a possibilitar a realização do ensaio.

**3) Permeabilidade ao ar**

O material deve ser ensaiado conforme BS 4F 100, atendendo aos ensaios de alta pressão. Não deve ser observada nenhuma bolha se desprendendo da superfície durante a duração do ensaio.

**4) Resistência a óleo e água salgada**

O método de ensaio a ser seguido na verificação de resistência a óleo e água salgada, e aplicado somente na face externa, deve ser realizado conforme BS 903: Part A 16 (ver tabela abaixo). A variação na massa por unidade de área não deve exceder a 100 g/m$^2$, observando o período de tempo estabelecido para cada ensaio com fluído de ensaio de temperatura de ( 7 ± 2) ºC.

| | | |
|---|---|---|
| Líquido | Óleo padrão n.º 1 | Água salgada a 2% |
| Tempo de ensaio | (22 ± 0,25) h | 336 h |

**5) Resistência da superfície externa à ação do ozônio**

O material deve ser ensaiado conforme ISO 3011 e não deve apresentar sinais visíveis de fissuramento após um período de exposição ao ozônio de 72 h.

**6) Resistência à abrasão**

Esse ensaio é aplicado somente na superfície externa do revestimento, de acordo com a norma BS MA 16. Não deve expor o tecido de reforço, na região em que está sendo realizado o ensaio, após 1000 ciclos de operação do aparelho de ensaio.

**7) Resistência à colagem**

O material deve ser ensaiado conforme BS MA 16 e não deve apresentar qualquer deslizamento (deslocamento) das partes coladas, após submetido a uma carga estática durante um período de 72 h à temperatura de (60 ± 3)ºC. A carga estática aplicada não deve ser inferior a 215 N por 25 mm de largura da união colada. Para o caso de interação de tecidos plásticos com outros materiais devem ser observadas as exigências desta seção.



ANEXO 3-T

**8) Ensaios de Envelhecimento**

Os ensaios de envelhecimento são os seguintes:
a) ensaio de estabilidade dimensional;
b) ensaio de dobramento; e
c) ensaio de resistência à tração e alongamento.

**8.1) A preparação dos corpos-de-prova deve ser conforme a seguir:**

a) metade das amostras deve permanecer suspensa livremente num forno a uma temperatura de (70 ± 1) ºC por um período de sete dias;

b) a outra metade das amostras deve permanecer imersa totalmente na água a uma temperatura de (70 ± 1) ºC por um período de sete dias;

c) para a realização dos ensaios de estabilidade dimensional e de dobramento devem ser preparados quatro corpos-de-prova retirados do material a ser ensaiado, cada corpo-de-prova tendo no mínimo 100mm$^2$;

d) para o ensaio de resistência à tração devem ser preparados 12 corpos-de-prova retirados do material a ser ensaiado, sendo que seis são retirados na direção do urdume e os outros seis na direção da trama. De cada um desses dois lotes, três corpos-de-prova devem ser ensaiados na condição seca e três na condição úmida;

e) os corpos-de-prova devem ter 50 mm de largura e comprimento suficiente para permitir um comprimento livre de 200 mm entre as garras de fixação do aparelho de ensaio;

f) os ensaios de resistência devem ser realizados conforme ISO 1421;

g) o resultado final deve ser expresso pela média aritmética dos valores obtidos com os corpos-de-prova retirados na direção da trama. Finalmente, deve ser calculada a média dos valores médios dos resultados obtidos nas duas direções.

**8.2) O ensaio de estabilidade dimensional deve ser conforme as alíneas a seguir:**

a) os corpos-de-prova devem ter as dimensões totais medidas e registradas antes e após o envelhecimento. Essas medidas devem constar no relatório de ensaios em percentuais de variações dimensionais nas direções do urdume e da trama;

b) os materiais cujos corpos-de-prova apresentarem qualquer variação dimensional maior que 2% estão reprovados.

**8.3) O ensaio de dobramento deve se conforme a seguir:**

a) os corpos-de-prova devem ser retirados do condicionamento e, após 15 min de exposição à temperatura ambiente, devem se dobrados consecutivamente nas duas direções paralelas aos lados, em ângulo reto a cada dobra, de tal forma a reduzir a área exposta de cada corpos-de-prova em 25% da sua área original;

b) em seguida, os corpos-de-prova devem ser desdobrados e logo após, devem ser dobrados no sentido oposto ao da dobra obtida na primeira dobragem;

c) após cada dobragem, a dobra deve ser pressionada esfregando-se os dedos e o polegar ao longo desta;

d) os materiais cujos corpos-de-prova apresentarem sinais de rachadura, separação de camadas, aderência ou fragilidade estão reprovados

**8.4) O ensaio de resistência à tração deve ser conforme a seguir:**

a) esse ensaio é realizado para determinar a tensão de ruptura e o correspondente alongamento percentual;

b) os materiais utilizados nos equipamentos infláveis devem ter carga de ruptura de, no mínimo, 2,5 kN/5 cm de largura e alongamento correspondente não superior a 30%, inclusive;



ANEXO 3-T

c) os ensaios devem ser realizados conforme ISO 1421;

d) os corpos-de-prova devem ser ensaiados com velocidade de tração de (100 ± 10) mm/min. Antes do início dos ensaios deve ser aplicada a pré-tensão abaixo indicada, conforme as características dos materiais:

- para tecidos até 200 g/m$^2$, inclusive ..... 2 N;
- para tecidos acima de 200 g/m$^2$ até 500 g/m$^2$, inclusive ..... 5 N;
- para tecidos acima de 500 g/m$^2$ ..... 10 N;

e) as amostras cujos materiais de fabricação apresentarem tensão de ruptura, após o envelhecimento, menor que 90% do valor obtido antes dos ensaios, estão reprovados.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**FABRICANTE** _____
**CLASSE** _____ **TIPO** _____ **MODELO** _____
**NUMERO DE AMOSTRAS:** _____ **N.º DO DESENHO** _____

**TESTES PARA EMBARCAÇÕES SALVA - VIDAS**

Nos testes a que deverão ser submetidas embarcações salva-vidas, a massa média por pessoa a ser considerada será de 75 kg e, quando forem utilizados pesos para simular o efeito das pessoas ocupando os assentos, estes deverão ser arranjados de modo que seu centro de gravidade esteja 300 mm acima do assento, junto ao encosto. Este requisito pode ser atendido colocando-se um corpo de prova com o formato de um paralelepípedo com a altura de 600 mm, largura e profundidade compatíveis com o peso específico do material e massa de 75 Kg, o que eqüivaleria a colocar-se o centro de gravidade 300 mm acima do plano do assento.

Os testes a que deverão ser submetidas as embarcações salva-vidas são os seguintes:

**a) Teste de Resistência**

Deve se demonstrado que a embarcação salva-vidas tem suficiente resistência para permitir que seja arriada na água, carregada com massa distribuída igual a do total de pessoas para o qual ela deverá ser aprovada, mais a de todo seu equipamento e combustível, e que seja lançada e rebocada a uma velocidade à vante, de 5 nós, em águas calmas.

**b) Teste de Material**

Os testes prescritos neste subitem serão produzidos caso a embarcação seja construída em resina poliéster reforçada com fibra de vidro (G.R.P.)

Após a laminação do casco e da capuchana da embarcação protótipo, o inspetor desta Diretoria retirará, aleatoriamente, corpos de prova, que serão submetidos a uma série de testes laboratoriais conforme a seguir:

1) teste de tração, de acordo com a ASTM D - 638;
2) teste de flexão, de acordo com a ASTM D - 790;
3) teste de cisalhamento, de acordo com a ASTM D - 732 - 46;
4) teste de cisalhamento interlaminar, de acordo com a ASTM D - 2733;
5) verificação do teor de fibra de vidro, de acordo com a ISO 1172 com 30% do peso em estrutura de resina de poliester em relação a massa do corpo de prova; e
6) teste de inflamabilidade, de acordo com a ASTM 695 - 76.

**c) Teste de Flutuabilidade em Avaria**

Deve ser demonstrado que a embarcação salva-vidas tem flutuabilidade positiva na água, quando carregada com uma massa, distribuída, igual à do total de pessoas para a qual ela deve ser homologada mais a de todo seu equipamento. A embarcação salva-vidas também deve ter flutuabilidade positiva, na condição de carregamento descrita acima, quando estiver cheia d'água, de modo a representar o alagamento que iria ocorrer se a embarcação salva-vidas fosse avariada, em qualquer ponto abaixo da linha d'água, supondo-se que não haja perda de material flutuante e nenhuma outra avaria.





**d) Teste de Sobrecarga**

1) A embarcação salva-vidas sem carga deve ser suspensa pelos olhais de içamento, devendo ser montados pontos de referência para possibilitar o registro do tosamento da quilha. Então, deve-se carregá-la com pesos distribuídos, de modo a representar a massa total da embarcação, correspondente ao número de pessoas as quais ela deve ser homologada, considerando 75kg a massa por pessoa, e todo seu equipamento. Posteriormente, incrementos de sobrecarga de 25%, 50% e 100%, dessa massa total, deverão ser colocados na embarcação. Os pesos devem ser distribuídos de forma a representar a condição de serviço da embarcação salva-vidas, com seu centro de gravidade a 300 mm acima dos assentos. Por esta razão, não se deve aceitar o teste de enchimento com água, porque este método não fornece a distribuição apropriada de pesos. Poderão ser retirados alguns equipamentos para evitar que sejam avariados, porém, devem ser substituídos por massas que simulem perfeitamente a remoção desses equipamentos.

2) Deve-se registrar as medidas a plena carga e com as sobrecargas de 25%, 50%, 75% e 100%, como indicados a seguir:

(a) deflexão da quilha à meia- nau;
(b) mudança de comprimento medido entre as balizas da roda de proa e de popa;
(c) mudança na boca medida sobre a borda a um quarto do comprimento a vante, à meia-nau e a um quarto do comprimento a ré; e
(d) mudança no pontal medido da borda até a quilha.

3) A deflexão da quilha e a mudança na boca não devem ser superiores a 1/400 do comprimento da embarcação salva-vidas quando esta estiver com 25% de sobrecarga. Os resultados obtidos nas medidas com 100% de sobrecarga devem ser aproximadamente proporcionais aos obtidos com 25%. Por exemplo, para uma deflexão da quilha ou da borda, de 16mm com 25% de sobrecarga, a deflexão da quilha ou da borda com 100% de sobrecarga, não deve ser superior a:

$$\cong \frac{(16 \times 2)}{1,25}$$

Após a retirada das massas, as dimensões da embarcação salva-vidas devem ser verificadas. Não deve ser constatada deflexão residual resultante do teste. Tal verificação deve ser feita depois de transcorrido um período de tempo de aproximadamente 18h.

A embarcação salva-vidas, construída de metal, deve ser submetida a uma sobrecarga, adicionando-se massas iguais à soma de 25% da massa total da embarcação salva-vidas e 125% da massa total de todo equipamento e o número de pessoas para as quais ela deve ser homologada. Então, as massas devem ser retiradas e as dimensões da embarcação salva-vidas verificadas. Não deverá ser constatada deflexão residual resultante do teste.

**e) Teste de Impacto**

1) A embarcação salva-vidas, completamente equipada, incluindo motor, deve ser carregada com massas iguais à massa do total de pessoas para a qual a embarcação salva-vidas deve ser homologada, com vedugos ou defensas, se requisitadas, em suas respectivas posições. Deve ficar praticamente encostada a uma superfície rígida vertical;

2) A embarcação salva-vidas deve ser içada de modo a ficar livre da água e, após afastada lateralmente até uma posição a partir da qual, quando solta, venha a se chocar com a superfície rígida vertical a uma velocidade de 3,5 m/s;

3) Deve então ser liberada para o impacto contra a superfície rígida vertical;





4) Não deverá ocorrer avaria que venha a afetar o funcionamento eficiente da embarcação salva-vidas e seus equipamentos;

5) No caso de embarcação salva-vidas auto-aprumável, parcial ou totalmente fechada, devem ser feitas observações sobre os deslocamentos relativos das peças em diferentes posições no seu interior, de acordo com o item 6.18 da Resolução A 689 (17).

6) Após o teste a baleeira deverá ser submetida a uma prova de mar para verificação da manutenção de suas características e integridade.

**f) Teste de Queda da Embarcação Salva-Vidas**

Para este teste deverá ser empregada a mesma embarcação que foi submetida ao teste de impacto.

1) A embarcação salva-vidas, totalmente equipada, incluindo o motor, deve ser carregada com massas iguais a do total de pessoas para a qual a embarcação salva-vidas deve ser homologada.

2) A embarcação deverá ser suspensa acima da água de tal forma que a distância do seu ponto mais baixo até o nível da água seja de 3 m posição a partir da qual, quando solta, venha cair n'água.

3) Então, ela deve ser liberada, para que caia livremente na água.

4) Não deverá ser detectada avaria que torne a embarcação salva-vidas e seus equipamentos inúteis para o serviço.

**g) Teste de Resistência dos Assentos da Embarcação Salva-Vidas**

Cada assento deverá se carregado com uma massa de 100kg. Os assentos devem suportar esta carga, sem nenhuma deformação ou avaria, durante 5 minutos.

**h) Teste de Ocupação na Embarcação Salva-Vidas**

1) Na embarcação salva-vidas, totalmente equipada, incluindo o motor, deve-se embarcar o número de pessoas com massa média de 75kg todas usando coletes salva-vidas, para o qual a embarcação salva-vidas deve ser homologada.

2) Os ocupantes deverão ser convenientemente acomodados dentro de um período de 3 minutos.

3) Então, a embarcação salva-vidas deve ser testada para demonstrar a possibilidade de operá-la sem dificuldades ou interferências de seus ocupantes.

4) As superfícies sobre as quais as pessoas possam andar devem ser examinadas visualmente, para verificação do acabamento antiderrapante.

5) Os padrões a serem seguidos para a ocupação sentada estão especificados nos subitens relativos à capacidade de transporte da presente Instrução.

**i) Teste de Borda-Livre e Estabilidade da Embarcação Salva-Vidas**

1) A embarcação salva-vidas, com seu motor instalado, deve ser carregada com uma massa igual a de todo o equipamento.

2) Metade do número de pessoas para a qual a embarcação salva-vidas será homologada deverá estar sentada, em sua posição própria, nos assentos de um só bordo.

3) Após, deve-se medir a borda-livre do bordo mais baixo e não deve ser inferior a 1,5% do comprimento da embarcação salva-vida e, em hipótese alguma, inferior a 100mm.

**j) Teste de Mecanismo de Liberação e Içamento**

1) Será simulada no sistema de içamento, montado no casco da embarcação, uma carga de teste superior à carga de trabalho. O sistema de segurança e sua interação com o casco da embarcação não deverão romper-se antes que se atinja de atingir a carga de teste equivalente ao coeficiente de segurança 6.





2) A embarcação salva-vidas, com seu motor instalado, deve ser suspensa pelos seus gatos de içamento e, através do acionamento de seu mecanismo de liberação, ser solta na água ,simultaneamente, pela proa e popa.

(a) A embarcação salva-vidas deve ser carregada de tal forma que sua massa total seja igual a 1,1 vezes a massa de todo seu equipamento e do total de pessoas para a qual ela deve ser homologada.

(b) A embarcação salva-vidas a cada queda não deverá emperrar ou avariar qualquer parte do mecanismo de liberação.

(c) Este teste deverá ser executado também com a embarcação sem carga.

(d) As exigências acima também são aplicáveis para uma única queda de lançamento.

3) O mecanismo de liberação deve ser montado num aparelho de testes de resistência de tração. A carga deve ser aumentada até um valor 6 vezes maior do que a carga de trabalho, sem que o mecanismo se rompa.

4) O mecanismo de liberação deve ser montado num dispositivo de teste e simulada uma carga C, sendo definida do seguinte modo:

(a) força equivalente à necessária para o reboque da embarcação, a uma velocidade de 5 nós. Seu ponto de aplicação deverá estar posicionado a 45º com a vertical;

(b) força igual ao peso da embarcação totalmente carregada, devendo se exercida no gato a um ângulo de 20º com vertical; e

(c) força sendo uma função de a) e b), devendo ser aplicada a meio arco, formado pelas forças a) e b).

A força c) deverá ser simulada em várias posições do gato de escape, visando verificar o desempenho do sistema de liberação da embarcação quando em reboque.

**l) Teste de Flutuação**

Este subitem só será exigido quando forem necessários materiais de flutuação para acréscimo de flutuabilidade à embarcação salva-vidas.

1) Teste de Estabilidade Sob Condições Cíclicas de Temperatura

(a) Espécimes do material devem ser submetidos, alternadamente, por períodos de 8 horas, a temperaturas ambientes de -30ºC + 65ºC.

(b) Este procedimento deverá ser repetido por 10 ciclos, da seguinte forma:

* deve ser completado em um dia um ciclo de 8 horas a + 65ºC;
* após, no mesmo dia, os espécimes devem ser retirados do recipiente quente e expostos às condições normais de temperatura do compartimento, até o dia seguinte;
* no dia seguinte, deve ser completado um ciclo de 8 horas a -30ºC; e
* após, no mesmo dia, os espécimes devem ser retirados do recipiente frio e expostos às condições normais de temperaturas do compartimento, até o dia seguinte.

(c) Dois espécimes devem ser cortados para se verificar possíveis mudanças em sua estrutura.

(d) As dimensões dos espécimes devem ser registradas ao final dos 10 ciclos.

Os espécimes deverão ser examinados cuidadosamente não devendo apresentar sinais de avarias tais como: trincas, quebra, inchações, dissoluções ou alteração de suas qualidades mecânicas.

2) Teste de Absorção de Água

(a) O teste preconiza a imersão em água fresca, de espécimes retirados do material flutuante, por um período de 7 dias a 1,25 m de profundidade.

(b) os testes serão realizados a partir dos seguintes espécimes:

* dois espécimes novos;



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

* dois espécimes que tenham sido submetidos ao teste de chama conforme ANEXO 1-L; e
* dois espécimes que tenham sido submetidos ao teste acima e em seguida imersos em óleo diesel a 100mm de profundidade por 24 horas, a temperatura normal do compartimento

(c) As dimensões dos espécimes deverão ser registradas ao início e fim de cada teste.

(d) Os resultados estarão expressos em quilogramas, registrando a quantidade de massa que um espécime poderá suportar, após um (1) a sete (7) dias de imersão. A perda de flutuabilidade dos espécimes não poderá ser superior a 5%, devendo inclusive não apresentar rachaduras, quebra, inchações, dissoluções ou perda de suas qualidades mecânicas.

3) Teste de Imersão

(a) Dois espécimes deverão ser imersos por um período de 14 dias, a uma profundidade de 100 mm, à temperatura do ambiente; nos seguintes materiais

* óleo cru;
* óleo combustível;
* óleo diesel;
* benzina de petróleo de alta octanagem; e
* querosene.

(b) Dois espécimes adicionais que tenham sido submetidos ao teste descrito em 0140 l) 1), deverão ser imersos em benzina de petróleo de alta octanagem e após, submetidos ao teste de imersão.

**m) Operação do Motor e Consumo de Combustível**

1) A embarcação salva-vidas deve ser carregada com massa equivalente ao do seu equipamento e a do total de pessoas para a qual ela deve ser homologada. Deve-se dar a partida no motor e a embarcação salva-vidas deve ser manobrada por um período de, pelo menos, 4 horas, para demonstrar que estando, totalmente carregada, é capaz de poder rebocar, a uma velocidade de não menos que 2 nós, uma balsa salva-vidas inflada, certificada para uma capacidade máxima de 25 pessoas, estando totalmente carregada.

2) A embarcação salva-vidas, totalmente carregada, deve navegar a uma velocidade não inferior a 6 nós, por um período que seja suficiente para aferir o consumo de combustível e estabelecer que o tanque de combustível tem a capacidade requerida para operar a embarcação completamente carregada por um período de, pelo menos, 24 horas. Todos os sistemas adicionais deverão estar em funcionamento.

3) Teste de Manobrabilidade

A embarcação deverá estar com todo o seu equipamento e pessoas a bordo e proceder aos seguintes movimentos:

(a) proceder zig-zag na embarcação, com marcha a vante, com toda potência máxima contínua. Verificar a pronta resposta às manobras;

(b) colocar o leme a meio e a embarcação com marcha a vante, com o motor a toda potência. Verificar estabilidade de rumo;

(c) colocar o leme a BE, e a embarcação com marcha a vante, com o motor a plena rotação. Verificar raio de giro da embarcação salva-vidas;

(d) proceder com marcha a vante, com motor a plena rotação, com o leme a BB. Verificar o raio de giro da embarcação;

(e) proceder às ações descritas nos subitens (a), (b), (c) e (d) acima, em marcha ré e com motor a 1/2 de sua capacidade;





(f) o sistema de governo de emergência será acionado durante os testes, sendo verificados sua eficiência e fácil manuseio; e

(g) após os testes, os mecanismos dos governos principal e de emergência deverão ser verificados e os resultados dos testes analisados.

4) Teste de Partida a Frio do Motor

O motor pode ser retirado da embarcação salva-vidas para este teste. Entretanto, ele deve ser equipado com todos os acessórios e com a transmissão que será usada na embarcação salva-vidas. O motor deve ser colocado num cômodo a uma temperatura de 15º C e ali deixado até que todas as peças tenham atingido a temperatura do compartimento. Para este teste, devem ser medidas as temperaturas do combustível, do óleo lubrificante (juntamente com uma amostra separada de cada) e do fluído de resfriamento (se houver algum). Deve-se dar a partida no motor 4 vezes. Nas duas primeiras vezes, deve-se permitir que o motor trabalhe por tempo suficiente, para que fique demonstrado que ele funciona na velocidade operacional. Depois das duas primeiras partidas, deve-se parar o motor a permitir que todas as suas partes atinjam de novo a temperatura do compartimento. Depois da terceira partida, deve-se permitir que o motor continue a funcionar por, pelo menos, 10 minutos e durante este período deve-se operar a transmissão.

5) Teste de Motor Fora da Água

Se o motor for do tipo refrigerado a água deve ser operado por, pelo menos, 5 minutos, em baixa rotação, sob condições que simulem a embarcação salva-vidas fora da água. Não devem ocorrer avarias no motor, resultante deste teste.

6) Teste do Motor Submerso

O motor deve ser operado por, pelo menos, 5 minutos submerso em água, até o nível da linha de centro do seu eixo de manivelas. O motor deverá se encontrar na posição normal, com seu eixo no horizontal. Não devem ocorrer avarias no motor, resultantes deste teste.

**n) Teste de Tanques**

Este teste visa verificar a estanqueidade e a integridade estrutural dos tanques.

1) Os tanques para armazenamento de óleo diesel, água e palamenta, deverão ser testados para uma altura de coluna de água de 1 metro, 2 metros e 4 metros, respectivamente, a partir de seu topo. O tanque deverá suportar o teste sem sofrer avarias ou deformações notáveis.

**o) Teste de Luzes**

1) As luzes externas da capuchana devem ter uma intensidade luminosa suficiente para serem visíveis a uma distância de 2 milhas (4,3 candelas) numa noite escura, com a atmosfera limpa e devem funcionar por um período superior a 12 horas. As luzes internas devem ter uma intensidade luminosa suficiente para possibilitar a leitura das instruções de sobrevivência e equipamentos por um período superior a 12 horas.

2) Em caso de luz intermitente deve ser constatado que a razão da emissão de lampejo, durante as duas primeiras horas do período operacional de 12 horas, não seja inferior a 50 lampejos por minuto.

3) Teste Cíclico de Temperatura

(a) Para cada tipo de luz utilizada externamente na capuchana e no interior da embarcação salva-vidas, deverão ser testadas 12 amostras de acordo com o teste **cíclico de temperatura previsto no ANEXO 1-O.**

(b) Após a realização do teste, quatro das amostras, de cada tipo de luz, deverão ser capazes de funcionar imersas em água do mar a uma temperatura de -1º C, quatro em água do mar a 30º C e as últimas quatro amostras, deverão poder funcionar imersas em água doce a temperatura ambiente.





**p) Teste de Auto-Aprumação**

1) A embarcação deverá ser colocada em sua posição normal de serviço, sendo que o nº de passageiros e seu posicionamento a bordo deverão ser simulados através de massa equivalente a 75 kg por pessoa, que serão devidamente fixados à sua posição e arrumados de tal maneira que seus centros de gravidade se localizem a 300mm das bancadas ou assentos.

2) A embarcação deverá ser girada em torno de sua quilha até um ângulo correspondente a 180º, sendo aí liberada do seu agente emborcador, após o que a embarcação deverá retornar à sua posição original.

3) O motor deverá permanecer funcionando ou ser equipado com um dispositivo de parada automática, que seja conectado quando invertido e seja facilmente desconectado no retorno à sua posição original, possibilitando religar o motor com facilidade.

4) O teste de verá ser repetido para a condição leve (sem pessoas).

**q) Teste de Emborcamento Alagado**

1) A embarcação deverá ser colocada em sua condição normal de serviço, com massa simulando pessoas e equipamentos, sem a preocupação da manutenção dos centros de gravidade.

2) A embarcação deverá ser alagada até todo o ingresso de água permitido, simulando uma condição de avaria.

3) A embarcação deverá ser girada em torno de sua quilha, até um ângulo de 180º C e aí, seu agente emborcador liberado.

4) A embarcação deverá tomar uma posição satisfatória acima d'água, possibilitando o escape de seus ocupantes.

**r) Teste de Inversão do Motor**

1) O conjunto motor/tanque de óleo deverá ser montado em uma bancada preparada para girar em torno de seu eixo axial, a fim de se proceder aos testes de avaliação. Deverá ser colocada uma bandeja abaixo do motor, visando à captação de óleo do motor, em caso de derramamento. Com o conjunto motor/tanque será efetuado o seguinte procedimento:

(a) ligar o motor, à velocidade máxima, por 5 minutos;
(b) parar o motor e girar 360º no sentido horário;
(c) ligar o motor, à velocidade máxima, por 10 minutos;
(d) parar o motor e girar 360º no sentido anti-horário;
(e) ligar o motor, à velocidade máxima, por 10 minutos e parar;
(f) permitir o resfriamento do motor;
(g) partir o motor, à velocidade máxima, por 5 minutos;
(h) girar o motor, em funcionamento, no sentido horário de 180º e mantê-lo por 10s. Após, girar no sentido horário de 180º, para completar uma revolução;
(i) caso o motor seja equipado para parar automaticamente, religá-lo;
(j) manter o motor em uma velocidade máxima contínua por 10 minutos;
(l) manter o motor ligado para resfriamento (n/desligar);
(m) repetir o procedimento preconizado em 8, mas fazendo o giro no sentido anti-horário;
(n) repetir os procedimentos descritos em 10 e 11;
(o) girar o motor no sentido horário de 180º, e parar. Girar mais 180º, para completar a revolução;
(p) religar o motor e mantê-lo em velocidade máxima durante 10 minutos;
(q) repetir o procedimento descrito em 14, girando e sentido anti-horário; e
(r) religar o motor, mantendo velocidade máxima por 10 minutos, e parar.





2) Durante os testes, o motor não poderá aquecer acima dos limites indicados pelo fabricante, e nem perder mais de 250ml de óleo, durante qualquer inversão.

3) Após a realização do teste o motor deverá ser desmontado para verificação de desgastes excessivos ou evidências de superaquecimento.

**s) Teste de Estanqueidade de Portas, Vigias e Escotilhas**

1) As portas, vigias e escotilhas deverão ser testadas, através de um jato d'água, que deverá ser movimentado de modo a não ser concentrado sobre uma única área, com pressão em sua saída correspondente a 1,0 kg/cm$^2$, direcionado para suas juntas, visando acompanhá-las por toda a sua extensão, em um tempo não inferior a 30s.

2) Não deverão apresentar vazamentos e as condições de montagem das juntas deverão estar satisfatórias.

**t) Teste de Suprimento de Ar**

1) Todas as aberturas e entradas da embarcação deverão ser fechadas, o suprimento de ar ligado e o motor levado à máxima velocidade (RPM), por um período de 10 minutos.

2) Durante todo o decorrer do teste, a pressão deverá ser constantemente monitorada, devendo-se obter uma sobrepressão em relação ao lado externo da embarcação, para evitar a entrada de gases tóxicos.

3) Quando desligado o motor, a pressão interna de embarcação não deverá ter sido ultrapassada pela externa e nem elevada acima de 20 m bar em relação a pressão atmosférica durante o teste.

**u) Teste de Funcionamento do Sistema de Proteção ao Fogo**

O sistema de arrefecimento externo deverá ser acionado com o motor na máxima rotação e com o hélice desengrenado. Condições de compasso e banda de 5º, serão simuladas na embarcação, quando será verificado se a cobertura de água funciona adequadamente e se sua espessura mínima, em toda extensão do casco, não é menor que 0,6mm.

**v) Teste de Fogo**

1) A embarcação deverá ser posicionada no centro de um tanque de água, com uma área maior que 5 vezes a sua área projetada. Este tanque deverá ter querosene flutuando sobre a água, de modo que, quando inflamado, mantenha o fogo envolvendo toda a parte imersa da embarcação, por um período não menor que 8 minutos.

2) O hélice não estará engrenado, mas o motor deverá estar funcionando com a rotação máxima.

3) Todos os sistemas de proteção ao fogo deverão estar acionados.

4) Deverá ser medida e registrada constantemente a temperatura interna da embarcação, em não menos de 10 pontos, sendo pelo menos 5 pontos na face interna da capuchana e ao longo dos 8 minutos.

5) Durante o teste, a temperatura da chama deverá ser medida.

6) O grau de toxidade da atmosfera interna da embarcação deverá ser verificado, através de amostras coletadas simultaneamente em vários pontos da embarcação e com uma periodicidade previamente aprovada por esta Diretoria. Tais amostras deverão ser analisadas quanto à procura de percentuais de elementos tóxicos, previamente deliberados através do material utilizado e dos produtos de combustão, normalmente, monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono ($CO_2$), fosgênio ($COCl_2$) e tricloretileno ($C_2HCL_2$).

7) Ao longo de todo o teste, a pressão interna será medida e registrada continuamente.

8) Na conclusão dos testes, a embarcação salva-vidas deverá estar em condições normais de operação.

**x) Observações**

1) Os testes requeridos nas alíneas p), q), r) e s) acima são exigidos somente para embarcações parcialmente fechadas com auto-aprumação e para as totalmente fechadas.

2) Os testes requeridos nas alíneas t) acima é exigido apenas para as embarcações totalmente fechadas com suporte autônomo de ar e para as totalmente fechadas a prova de fogo.

3) Os testes requeridos nas alíneas u) e v) acima são exigidos somente para as embarcações totalmente fechadas a prova de fogo.





**FABRICANTE: _____**
**CLASSE: _____ TIPO: _____ MODELO: _____**
**NUMERO DE AMOSTRAS: _____ N.º DO DESENHO: _____**

**TESTES PARA EMBARCAÇÕES SALVAMENTO**

**1)** Condições gerais para aplicação dos testes:

a) a massa média por pessoa a ser considerada nos testes será de 75 kg e

b) quando forem utilizados pesos para simular o efeito das pessoas ocupando os assentos, estes deverão ser arranjados de modo que seu centro de gravidade esteja 300 mm acima do assento, junto do encosto.

**2)** Os testes a que deverão ser submetidas as embarcações de salvamento infláveis visam a comprovar que essas embarcações preenchem os seguintes requisitos:

a) possuir resistência suficiente para, carregado, ser arriado à água. O bote será levado à água e retirado dela , por meio de guindaste, com todos os seus ocupantes, suspenso pelas suas lingas de içamento.

b) possuir resistência suficiente para, carregado, ser rebocado a velocidade não inferior à 5,0 nós. Através do seu gato de reboque, o bote será rebocado por 30 minutos, sem se deformar ou sofrer avarias.

c) possuir resistência suficiente para, carregado, suportar um impacto lateral à velocidade de 3,5 m/s. Simulando um pêndulo simples, de comprimento( L), o bote será afastado de uma parede rígida(D) e em seguida solto, colidindo contra ela a velocidade requerida.

d) possuir resistência suficiente para, carregado, suportar uma queda de uma altura de 3,0 m com as angulações de +45° , -45° e 0°. O bote será suspenso e, em seguida deixado cair em queda livre na água de uma altura de 3,0 m, uma vez para cada angulação.

e) operar normalmente com seus sistemas e equipamentos após os testes de impacto e queda. O estado geral do bote será verificado e todos os sistemas e equipamentos serão acionados .

f) resistência dos assentos suficiente para suportar uma carga de 100 kg. Um peso de 100 kg será colocado em cada assento do bote, durante 10 minutos e, ao retirá-lo, será verificado se houve deformação permanente.

g) possuir força para rebocar uma balsa a velocidade não inferior à 2,0 nós mesmo quando carregada. Uma balsa será rebocada à velocidade requerida e a velocidade será registrada.

h) possuir velocidade livre não inferior a 6,0 nós, mesmo quando carregada;

i) Possuir tanques de combustível com capacidade para atender a autonomia de 4 horas de operação com velocidade de 6,0 nós, carregada. Através de tanque com graduações, será medido o consumo de combustível do bote durante a prova de velocidade.

j) funcionamento da bússola sem interferências dos outros equipamentos. Será verificado se, durante o funcionamento do motor, a bússola apresenta desvios bruscos ou mau funcionamento.

l) liberação da boça a uma velocidade não inferior a 5,0 nós, mesmo quando carregado. Ao término do teste de reboque do bote, o gato da boça será liberado.

m) verificação se as dimensões e arranjos do bote e seus equipamentos permitem que seus ocupantes não interfiram com o seu embarque e operação.





n) possuir piso anti-derrapante. Calçados com sapatos de solados diferentes, os ocupantes se deslocarão pelo piso do bote sem derrape, estando ele seco e depois molhado.

o) possuir borda livre dentro das especificações nas seguintes condições de carregamento:

- bote e equipamentos.
- bote, equipamentos, motor e combustível.
- bote, equipamentos, motor, combustível e ocupantes arranjados de forma que a borda livre ao longo do costado seja constante.
- bote, equipamentos, motor, combustível e ocupantes em seus assentos.

As diversas bordas-livres serão medidas através de trena auxiliada por réguas de madeira.

p) possui borda-livre dentro das especificações nas seguintes situações:

- quando carregada com 6 pessoas, estando todas em um bordo das quais 3 sentadas no flutuador.
- quando carregada com 5 pessoas, estando 3 em seus assentos e 2 retirando uma 6° pessoa do mar , pelo bordo.

As diversas bordas-livres serão medidas através de trena auxiliada por réguas de madeira.

q) possuir borda livre dentro das especificações nas seguintes situações de avaria:

- quando carregado com 6 pessoas e o flutuador de proa vazio.
- quando carregada com 6 pessoas e um flutuador do bordo vazio.
- quando carregado com 6 pessoas e um flutuador do bordo e o de proa vazios.

As diversas bordas-livres serão medidas através de trena auxiliada por réguas de madeira.

r) possuir velocidade livre não inferior à 2,0 nós, propulsionado pelos remos, mesmo quando carregado. Dois ocupantes do bote remarão pelo percurso de 25 metros e o tempo para percorre-lo será medido.

s) possuir capacidade de manobra em diversas velocidades. Serão feitas manobras de atracação, marcha a vante e a ré com o bote em diversas velocidades.

t) poder ser desvirada por dispositivo automático.

O bote será emborcado e desvirado nas condições previstas nesta alínea, através de dispositivo automático, por um ocupante, num tempo máximo de 30 segundos, nas seguintes condições:

- com motor e combustível ;e
- sem motor e combustível

u) operar satisfatoriamente sob mau tempo. Simular velocidade de vento na escala BEAUFORT entre força 4 (11 a 16 nós) ou 5 (17 a 21 nós) pelo período de 30 minutos utilizando de motor mais potente. O bote navegará durante 30 minutos, findo os quais serão medidas as pressões dos tubulões infláveis para comparação com as pressões tomadas antes do teste.

v) possuir capacidade de flutuação quando alagada, mesmo carregada. O bote será alagado com todos os seus ocupantes, quando então será medida a sua borda-livre.

x) possuir resistência para suportar o carregamento de:

(a) quando suspenso pelas lingas:

- 4 vezes o peso das pessoas e equipamentos, à temperatura de +20°C ± 3°C, durante 5 minutos, com as válvulas de alívio inoperantes;
- 2 vezes o peso das pessoas e equipamentos, à temperatura de 20°C, durante 5 minutos, com as válvulas de alívio operantes.

(b) Quando apoiado em dois pontos:

- 2 vezes o seu peso carregado e medidas as deflexões na quilha.





z) Cumprimento de inspeção detalhada para verificação do previsto na SOLAS e suas emendas.

ANEXO 3-X

**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NUMERO DE AMOSTRAS:** _____ **N.º DO DESENHO:** _____

**TESTES PARA EMBARCAÇÕES RÁPIDAS DE SALVAMENTO**

**1)** Condições gerais para aplicação dos testes:

a) A massa média por pessoa a ser considerada nos testes será de 75 kg;

b) Quando forem utilizados pesos para simular o efeito das pessoas ocupando os assentos, estes deverão ser arranjados de modo que seu centro de gravidade esteja 300 mm acima do assento, junto do encosto.

**2)** Os testes a que deverão ser submetidas as embarcações de salvamento infláveis visam a comprovar que essas atendem aos seguintes requisitos:

a) Possuir resistência suficiente para, carregado, ser arriado à água. O bote será levado à água e retirado dela , por meio de guindaste, com todos os seus ocupantes, suspenso pelas suas lingas de içamento.

b) Possuir resistência suficiente para, carregado, ser rebocado a velocidade não inferior a 5,0 nós. Através do seu gato de reboque, o bote será rebocado por 30 minutos, sem se deformar ou sofrer avarias.

c) Possuir resistência suficiente para, carregado, suportar um impacto lateral à velocidade de 3,5 m/s. Simulando um pêndulo simples, de comprimento( L), o bote será afastado de uma parede rígida(D) e em seguida solto, colidindo com ela a velocidade requerida.

d) Possuir resistência suficiente para, carregado, suportar uma queda de uma altura de 3,0 m com as angulações de $+45^{o}$ , $-45^{o}$ e $0^{o}$. O bote será suspenso e, em seguida deixado cair em queda livre na água de uma altura de 3,0 m, uma vez para cada ângulo.

(e) Operar normalmente com seus sistemas e equipamentos após os testes de impacto e queda. O estado geral do bote será verificado e todos os sistemas e equipamentos serão acionados .

f) Resistência dos assentos suficiente para suportar uma carga de 100 kg. Um peso de 100 kg será colocado em cada assento do bote, durante 10 minutos e, ao retirá-lo será verificado se houve deformação permanente.

g) Possuir força para rebocar uma balsa à velocidade não inferior a 2,0, nós mesmo quando carregado. Uma balsa será rebocada à velocidade requerida e a velocidade será registrada.

h) Possuir velocidade livre não inferior a 8,0 nós, mesmo quando carregada;

i) Possuir velocidade livre não inferior a 20 nós, mesmo quando carregada com três pessoas.

j) Possuir tanques de combustível com capacidade para atender a autonomia de 4 horas de operação com velocidade de 6,0 nós, carregado. Através de tanque com graduações, será medido o consumo de combustível do bote durante a prova de velocidade.

l) Funcionamento da bússola sem interferências dos outros equipamentos. Será verificado se, durante o funcionamento do motor, a bússola apresenta desvios bruscos ou mau funcionamento.

m) Liberação da boça a uma velocidade não inferior a 5,0 nós, mesmo quando carregado. Ao término do teste de reboque do bote, o gato da boça será liberado.

n) Verificação se as dimensões e arranjos do bote e seus equipamentos permitem que seus ocupantes não interferiam com o seu embarque e operação.

o) Possuir piso anti-derrapante. Calçados com sapatos de solados diferentes, os ocupantes se deslocarão pelo piso do bote,sem derrape, estando ele seco e depois molhado.

p) Possuir borda livre dentro das especificações nas seguintes condições de carregamento:





- bote e equipamentos;
- bote, equipamentos, motor e combustível;
- bote, equipamentos, motor, combustível e ocupantes arranjados de forma que a borda livre ao longo do costado seja constante; e
- bote, equipamentos, motor, combustível e ocupantes em seus assentos.

As diversas bordas livres serão medidas através de trena auxiliada por réguas de madeira.

q) Possui borda livre dentro das especificações nas seguintes situações:

- Quando carregada com 6 pessoas, estando todas em um bordo das quais 3 sentadas no flutuador.
- Quando carregada com 5 pessoas, estando 3 em seus assentos e 2 retirando uma $6^{o}$ pessoa do mar , pelo bordo.

As diversas bordas livres serão medidas através de trena auxiliada por réguas de madeira.

r) Possuir borda livre dentro das especificações nas seguintes situações de avaria:

- Quando carregado com 6 pessoas e o flutuador de proa vazio.
- Quando carregada com 6 pessoas e um flutuador do bordo vazio.
- Quando carregado com 6 pessoas e um flutuador do bordo e o de proa vazios.

As diversas bordas livres serão medidas através de trena auxiliada por réguas de madeira.

s) Possuir velocidade livre não inferior a 2,0 nós, propulsionado pelos remos, mesmo quando carregado. Dois ocupantes do bote remarão um percurso de 25 metros e o tempo para percorre-lo será medido.

t) Possuir capacidade de manobra em diversas velocidades. Serão feitas manobras de atracação, marcha a vante e a ré com o bote em diversas velocidades.

u) Poder ser desvirada por dispositivo automático.

O bote será emborcado e desvirado nas condições a) e b), através de dispositivo automático, por um ocupante, num tempo máximo de 30 segundos, nas seguintes condições:

- com motor e combustível
- sem motor e combustível

v) Operar satisfatórioriamente sob mau tempo. Simular velocidade de vento na escala BEAUFORT de força 4 (11 a 16 nós) ou 5 (17 a 21 nós), pelo período de 30 minutos, utilizando motor mais potente. O bote navegará durante 30 minutos, findos os quais serão medidas as pressões dos tubulões infláveis para comparação com as pressões tomadas antes do teste.

x) Possuir capacidade de flutuação quando alagada, mesmo carregada. O bote será alagado com todos os seus ocupantes, quando então será medida a sua borda livre.

z) Possuir resistência para suportar o carregamento de:

(a) quando suspenso pelas lingas:

- 4 vezes o peso das pessoas e equipamentos, a temperatura de $20^{o}C \pm 3^{o}C$, durante 5 minutos, com as válvulas de alívio inoperantes;
- 2 vezes o peso das pessoas e equipamentos, a temperatura de $20^{o}C$, durante 5 minutos, com as válvulas de alívio operantes.

(b) Quando apoiado em dois pontos:

- 2 vezes o seu peso carregado e medidas as deflexões na quilha.

aa) Cumprimento de inspeção detalhada para verificação do previsto no SOLAS e suas emendas.



ANEXO 3-Z

**EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**MODELO:** _____ **TIPO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE FLUTUAÇÃO EM AVARIA**

Esse teste destina-se aos aparelhos flutuantes infláveis e botes orgânicos de abandono.

**a) Aparelho flutuante**

A amostra deverá ser colocada para flutuar com dos um compartimentos vazio. Deverão ser amarrados nas alças, pesos de aço com 14,5 kg cada, em número equivalente ao de pessoas para o qual foi projetado. Os pesos poderão ser rearranjados , podendo ficar até dois pesos por alça.

Pontal do aparelho: _____
10% do pontal do aparelho: _____
Borda livre no teste: _____

Para ser aprovada nessa avaliação, amostras deverá permanecer flutuando com os pesos amarrados.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ____/ ___/_____

Resultado final do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste





**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE LANÇAMENTO E DESEMBORCAMENTO DE BOTE ORGÂNICO DE ABANDONO**

Deverá ser demonstrado que o bote orgânico de abandono pode ser manuseado e lançado na água por apenas duas pessoas.

Após o bote ter sido lançado na água, deverá ser emborcado intencionalmente e, em seguida, deverá ser desemborcado por apenas uma pessoa.

Avaliação:
1) Manuseio e lançamento por duas pessoas _____: _____
2) Desemborcamento por apenas uma pessoa _____: _____

Obs.: _____
_____

Local do teste: _____

Data: _____/_____/_____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros da avaliação



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3 -BB

**FABRICANTE:** _____
**APARELHO FLUTUANTE TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE PRESSÃO**

Esse teste de pressão destina-se aos aparelhos flutuantes e bote orgânico de abandono infláveis a ser aplicado na amostra.

As válvulas de alívio do aparelho deverão ser tornadas inoperantes, e o enchimento deverá ser efetuado lentamente (tempo maior que 1 minuto) por uma fonte de ar comprimido, até a pressão equivalente a 2 vezes a pressão normal de trabalho.

Após ser atingida a pressão estabelecida, a fonte de ar comprimido deverá ser isolada e removida. O aparelho deverá, então, permanecer nessa situação por um período de 60 minutos.

| | |
|---|---|
| Pressão normal de enchimento: | _____ |
| Pressão do teste (medida no manômetro): | _____ |
| Início do enchimento: | _____ h ____ min. |
| Término do enchimento: | _____ h ____ min. |
| Término do período de exposição a pressão: | _____ h ____ min. |
| Pressão ao final do período de exposição: | _____ |
| Percentual da queda de pressão: | _____ |
| Aparecimento de defeitos (deslocamento, rachaduras, furos, etc.): | sim / não |

Para ser aprovado nessa avaliação, as amostras não poderão apresentar queda de pressão maior que 5% da pressão do início do teste, bem como, não poderão apresentar quaisquer sinais de deslocamento, rachaduras, furos ou outros defeitos.

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____

Data: ____/ ____ /____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste



ANEXO 3-CC

**EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE ESTABILIDADE E BORDA-LIVRE**

Para esse teste o aparelho flutuante ou o bote orgânico, será colocado para flutuar normalmente na água. Caso o aparelho seja do tipo inflável, seu enchimento deverá ter sido pelo acionamento do dispositivo automático como se fosse lançado em situação real na água.

**1) Teste de aparelhos flutuantes**

a) Com o aparelho flutuando, deverão ser amarradas peças de aço com 14,5 kg cada, em número igual ao de pessoas para o qual o equipamento seja destinado a apoiar, distribuídos igualmente ao longo da linha salva-vidas.

Nessa situação, o aparelho flutuante não deverá afundar bem como, deverá manter a borda livre medida na posição normal de flutuação, maior ou igual a 10% da altura (pontal). Registrar a borda livre.

b) Com o aparelho flutuando, deverão ser amarradas em cada bordo, em separado, peças de aço com 14,5 kg cada, em número igual ao de pessoas para o qual o equipamento seja destinado a apoiar naquele bordo, distribuídos igualmente ao longo da linha salva-vidas. O teste deverá ser repetido em cada um dos bordos desiguais.

Por exemplo: se o aparelho for retangular, os pesos serão distribuídos ao longo de um dos lados de maior comprimento, em quantidade igual à de pessoas destinadas apenas para este bordo. A seguir, os pesos são retirados e colocados no lado menor, em quantidade igual à de pessoas destinadas a este bordo.

Nessa situação, o aparelho flutuante não deverá emborcar, bem como, deverá manter a borda livre medida na posição normal de flutuação no lado onde estiver sendo aplicado o teste, maior ou igual a 10% da altura (pontal). Registrar a borda livre.

As peças de aço especificadas para esse teste poderão ser substituídas por outro material, desde que assegurado o mesmo valor de flutuabilidade alcançada pela peça de aço quando imersa.

**2) Bote Orgânico**

a) Com o bote flutuando, deverá ser embarcada no bote a quantidade de pessoas para o qual o bote foi projetado. Nessa situação, o bote deverá manter borda-livre maior ou igual a 300 mm. Registrar a borda-livre.

b) Com o bote flutuando, deverão ser colocadas em apenas um bordo a metade do número de pessoas para o qual o bote for projetado. Se esse número for ímpar, deverá ser adotado o inteiro imediatamente superior à sua metade. O teste deverá ser repetido no outro bordo. Nessa situação, o bote deverá manter borda-livre no lado em que estiver sendo aplicado o teste, maior ou igual a 100 mm. Registrar a borda-livre.

RESULTADO DO TESTE:

| | Emborcou | Borda livre Condição a) | Borda livre Condição b) | Pontal |
|---|---|---|---|---|
| Amostra A | sim / não | | | |



ANEXO 3-CC

Obs: _____
_____

Local de realização do teste:

Data: ____ /_____ /_____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste



ANEXO 3-DD

**FABRICANTE:** _____
**APARELHO FLUTUANTE TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**RESISTÊNCIA DO ESTRADO DE APARELHO FLUTUANTE**

a) Aparelho flutuante inflável:

O aparelho flutuante será colocado para flutuar normalmente na água. E o seu enchimento deverá ter feito pelo acionamento do dispositivo automático como se fosse lançado em situação real na água.

Deverão ser colocados diretamente, sobre o estrado, massas totalizando 1,5 vezes a massa total de pessoas para o qual o estrado foi projetado, considerando-se o peso de uma pessoa como sendo igual a 75 kg. A duração da aplicação da carga de teste deverá ser de 120 minutos.

O teste não deverá causar qualquer avaria no aparelho.

b) Aparelho flutuante rígido

——Com o aparelho flutuante rígido apoiado em um piso rígido e plano, deverão ser colocados diretamente, sobre o estrado, massas totalizando 1,5 vezes a massa total de pessoas para o qual o estrado foi projetado, considerando-se o peso de uma pessoa como sendo igual a 75 kg. A duração da aplicação da carga de teste deverá ser de 120 minutos.

O teste não deverá causar qualquer avaria no aparelho.

RESULTADO DO TESTE:

| | APARELHO FLUTUANTE | | |
|---|---|---|---|
| | RÍGIDO | INFLÁVEL | |
| | Aparecimento de Avarias | Aparecimento de Avarias | Funcionamento do dispositivo |
| AMOSTRA | sim / não | sim / não | sim / não |

Obs.: _____
_____

Local da realização do teste: _____
Data : ____/____/_____
Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-EE

**FABRICANTE:** _____
**APARELHO FLUTUANTE TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

**TESTE DE ENCHIMENTO DE APARELHO FLUTUANTE**

1ª PARTE: ENCHIMENTO À TEMPERATURA DE -1° C (Amostra A)
Condicionamento a -1° C : início dia ____ hora ____
término: dia ____ hora ____

O tempo de enchimento será medido entre o momento do acionamento do dispositivo e o instante em que a válvula de segurança começar a atuar, aliviando o excesso de pressão.

Para o aparelho submetido ao condicionamento a -1° C, o tempo máximo de enchimento para aprovação deverá ser de 3 minutos. A duração desse condicionamento é de 24 horas.

RESULTADOS DO TESTE
1) Tempo de enchimento (até 3 minutos) ——— sim / não
2) Funcionamento adequado da válvula de alívio — sim / não
3) Ausência de fissuras ——— sim / não
4) Ausência de descolamento ou outros defeitos — sim / não

Para ser aprovado nessa avaliação, a amostra deverá obter resultado afirmativo em todos os quesitos.

2º PARTE: ENCHIMENTO À TEMPERATURA DE + 65° C (Amostra B) Condicionamento a + 65° C: início: dia ____ hora ____
término: dia ____ hora ____

O tempo de enchimento será medido entre o momento do acionamento do dispositivo e o momento em que a válvula de segurança começar a atuar, aliviando o excesso de pressão.

Para o aparelho submetido ao condicionamento a + 65° C, o tempo máximo de enchimento para aprovação deverá ser de 1 minuto. A duração desse condicionamento é de 7 horas.

RESULTADOS DO TESTE
1) Tempo de enchimento (até 3 minutos) ——— sim / não
2) Funcionamento adequado da válvula de alívio — sim / não
3) Ausência de fissuras ——— sim / não
4) Ausência de descolamento ou outros defeitos — sim / não

Para ser aprovado nessa avaliação, a amostra deverá obter resultado afirmativo em todos os quesitos.

Obs.: _____
_____

Local da realização dos testes:





1ª PARTE_____

2ª PARTE_____

Data da realização dos testes:

1ª PARTE_____

2ª PARTE_____

Resultado do teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - (fotos)
- outros registros da avaliação



ANEXO 3-FF

**EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:**_____ **TIPO:** _____
**MODELO:**_____**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **N.º DO DESENHO:** _____

**TESTES PARA APROVAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LANÇAMENTO DE EMBARCAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA E DE SALVAMENTO**

**a) Testes para o protótipo**
1) Testes em fabricas:
1-1) Condições gerais
1-1-1) As planilhas para registro dos resultados dos testes deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria de Portos e Costas.
1-1-2) O cabo principal deverá ser instalado de tal forma que represente as condições reais de operação.
1-1-3) Todos os acessórios deverão ser instalados no dispositivo.
1-1-4) No caso de acessórios removíveis, poderão ser admitidos os testes dos mesmos em separado, desde que seja simulada a condição e teste.
1-1-5) Os pesos utilizados nos testes deverão ser alterados e a duração da aplicação das cargas deverá ser de, no mínimo, 2 minutos.
1-1-6) Para cada teste prescrito deverá ser apresentado pelo fabricante, um procedimento com desenhos demonstrando como serão instalados na fábrica o dispositivo de lançamento e seus acessórios, reproduzindo sempre as condições de utilização e operação a bordo.
1-1-7) A Inspeção dimensional será executada objetivando comparar os desenhos aprovados com as dimensões do protótipo .
1-2) Testes dos braços
O braço deverá ser instalado e fixado como a bordo.
1-2-1) Os braços deverão ser submetidos a uma carga estática de 2,2 vezes a carga de trabalho.
Inicialmente a carga deve ser aplicada no plano vertical isto é, considerando $0^0$ de banda $0^0$ de trim, e, em seguida, movimentada conforme abaixo:
Primeiro ensaio: trim $10^0$ à ré - banda $0^0$
Segundo ensaio: trim $10^0$ à vante - banda $0^0$
Terceiro ensaio: trim $10^0$ à vante - banda $20^0$ (ou banda prescrita em 4-1-1 para fora).
Quarto ensaio: trim $10^0$ à vante - banda $20^0$ para dentro.
Quinto ensaio: trim $10^0$ à ré - banda $20^0$ (ou a banda prescrita em 4-1-1 para fora).
Sexto ensaio: trim $10^0$ à ré - banda $20^0$ para dentro.
1-2-2) Condições de aprovação
Será medida a deflexão em todos os casos , não devendo ocorrer deformações permanentes . Deverão ser verificadas as dimensões antes e após a aplicação de carga.
1-2-3) Verificação do corpo de prova
leitura inicial (mm) ----------
leitura final (mm) ----------
1-2-4) Resultado do teste:
Satisfatório Sim ( ) Não ( )





1-2-5) Teste de funcionamento:
Os braços deverão ser instalados e fixados representando a instalação do equipamento a bordo.
1-2-6) Descrição do teste
Uma carga equivalente a 1,1 vezes a carga de trabalho dos braços, deverá ser suspensa por estes. Estando os mesmos na posição vertical, deverão ser movimentados da posição de estivagem para a posição vertical e da posição de estivagem para a posição de totalmente lançado pelos meios que serão empregados a bordo .
Este teste deverá ser repetido com banda de $20^0$ para dentro e trim de $10^0$ para vante ou para ré.
Ambos os testes deverão ser repetidos com carga equivalente ao peso da embarcação leve.
Com uma carga equivalente à máxima carga de içamento, isto é, o peso da embarcação leve acrescido da tripulação e na posição vertical, o braço deverá ser movimentado da posição de totalmente lançado para posição de estivagem.
1-2-7) Condições de aprovação
Os braços do turco não deverão apresentar deformações permanentes e deverão funcionar normalmente.
1-2-8) Resultado dos testes
Satisfatório Sim ( ) Não ( )
1-3) Teste de acessórios
1-3-1) Descrição do teste
Todos os elementos envolvidos no sistema de sustentação da embarcação deverão ser submetidos a uma carga de 2,2 vezes a sua carga de trabalho (no mínimo 2 minutos)
1-3-2) Condições de aprovação
Será medida a deflexão em todos os casos, não devendo ocorrer deformações permanentes ,ou seja, a leitura das dimensões antes da aplicação da carga deverá ser comparada com as leituras após aplicação da carga. A seguir as medidas deverão ser comparadas com as leituras efetuadas após a aplicação da carga:
1-3-3) Verificação do corpo de prova
leitura inicial (mm) _____
leitura final (mm) _____
1-3-4) Resultado do teste
Satisfatório Sim ( ) Não ( )
1-4) Teste do guincho
1-4-1) Teste estático do guincho
1-4-1-1) Deverá ser aplicada ao guincho , exceto aos freios, uma carga de 2,2 vezes a sua carga de trabalho, durante 2 minutos e, após a retirada da carga, será examinado internamente.
1-4-1-2) Condições da aprovação
Após a retirada da carga , não poderá haver nenhuma evidência de deformação ou danos nos elementos do guincho.
1-4-2) Teste estático do freio
1-4-2-1) Deverá ser aplicada a uma carga estática equivalente a 1,5 vezes a carga de trabalho do guincho , durante dois minutos, e, a seguir, arriar suavemente a carga por um percurso equivalente a, pelo menos, uma volta do tambor.

O teste será procedido considerando a carga aplicada na posição correspondente à última camada de cabos do tambor.

1-4-2-2) Condições de aprovação

O freio estático não deverá permitir o arriamento da carga quando acionado. Após a retirada de carga, não deverá haver nenhuma evidência de deformações ou danos nos elementos do guincho, inclusive no freio.

1-4-2-3) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-4-3) Teste dinâmico

1-4-3-1) Será testado com uma carga equivalente a 1,1 vezes a carga de trabalho do guincho. A carga deve ser arriada e freada com intervalos não menores que 3 metros. A distância total percorrida deverá ser de, no mínimo, 150 metros. A velocidade empregada deverá ser a de operação normal do equipamento e deverá constar no manual do fabricante.

Obs: deverão ser realizadas, no mínimo, 20 freadas .

1-4-3-2) Condições de aprovação

Após cada aplicação do freio, a distância percorrida pela carga não deverá ser superior a 1 metro. Será medida a espessura das lonas de freio antes e depois do teste . Deverá ser observado o limite de vida útil dos elementos do freio previsto no manual de manutenção do fabricante. O equipamento não deverá apresentar nenhuma avaria ou dano após a sua total desmontagem para inspeção. Os freios poderão ser verificados durante o teste, a critério do inspetor .

1-4-3-3) Verificação do corpo de prova

Os freios estáticos e dinâmicos deverão atuar quando acionados . Após a retirada da carga , não deverá haver nenhuma evidência de deformações ou danos em todos os componentes do guincho.

1-4-3-4) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-4-4) Teste de velocidade

1-4-4-1) Descrição do teste

Serão realizadas três descidas e içamentos com uma carga correspondente a 1,1 vezes a carga de trabalho do guincho e três descidas e içamentos com carga equivalente à embarcação leve. Considerar para o teste o percurso mínimo de trinta metros.

Serão registradas as velocidades obtidas, desempenho do motor e verificado o enrolamento dos cabos nos respectivos tambores.

Obs: para o içamento da embarcação de salvamento , considerar o peso da embarcação carregada.

1-4-4-2) Condições de aprovação

A velocidade de descida deve ser menor ou igual à calculada , conforme prescrito no sub-ítem 4-14 , e a máxima , a especificada no sub-ítem 4-15, desta Norma.

Para embarcação de salvamento, a velocidade de içamento deverá atender ao sub-ítem 4-16.

1-4-4-3) Verificação do corpo de prova

| | ARRIAMENTO | | | IÇAMENTO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 |
| Altura da instalação (H) | | | | | | |
| Altura do arriamento (L) | | | | | | |
| Tempo de arriamento ($T_1$) | | | | | | |





| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Tempo de içamento ($T_2$) | | | | | | |

V1 = L/T = velocidade de arriamento

V2 = L/T = velocidade de içamento

Onde L é dado em metros , $T_1$ e $T_2$ em segundos e V1 E V2 em m/s

1-4-4-4) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-4-5) Teste de operação manual

1-4-5-1) Descrição do teste

A operação manual do guincho deverá ser demonstrada aplicando-se uma carga correspondente ao peso da embarcação tripulada.

1-4-5-2) Condições de aprovação

O acionamento da manivela para a recuperação da embarcação deverá ser facilmente realizado por duas pessoas pesando cerca de 750N (75 kg ) cada. Deverá ser demonstrado que a embarcação poderá ser transferida da posição de totalmente lançado para a posição de estivagem.

1-4-5-3) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-1) Inspeção visual

Deverá ser feita inspeção no conjunto, turco e embarcação, objetivando verificar se o mesmo foi instalado conforme prescrito nos planos e manuais aprovados. Verificar a existência de interferências no sistema.

2-1-1) Verificação do corpo de prova

O desempenho do conjunto turco e embarcação deverá ser avaliado de acordo com os desenhos e manuais de operação apresentados pelo fabricante de cada equipamento .

2-1-1-1) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-2) Teste de operação de descida, liberação da embarcação e de içamento

Deverá ser testado de acordo com a planilha de teste do produto em fábrica , segundo os sub-itens abaixo:

2-2-1) Teste dinâmico do guincho

Ver sub-ítem 1-4-3

2-2-1-1) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-2-2) Teste dinâmico do guincho

Ver sub-ítem 1-4-4

2-2-2-1) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-2-3) Teste de operação manual do guincho

Ver subitem 1-4-5

2-2-3-1) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-2-4) Teste de operação de descida, liberação da embarcação no mar e içamento de acordo com os manuais de operação do dispositivo e da embarcação , utilizando todos os procedimentos para a operação e liberação.

**b) Teste para o produto da série**

1) Testes em fábrica

1-1) Condições gerais





1-1-1) De acordo com o item 0333 h), as Sociedades Classificadoras acompanharão os testes dos produtos em série conforme prescrito nestas instruções.

1-1-2) Deverá ser executada a inspeção dimensional objetivando comparar o produto em série com os desenhos e memorial descritivo aprovados.

1-1-3) Os testes em fabrica deverão sempre reproduzir as condições de utilização a bordo.

1-2) Testes do braços

O braço deverá ser instalado e fixado representando a instalação do equipamento a bordo.

1-2-1) Descrição do teste

Os braços deverão ser submetidos a uma carga estática de 2,2 vezes a sua carga de trabalho, a qual deverá ser aplicada na condição de trim a 10º (a ré ou a vante) e banda igual a 20º ( ou a banda prescrita em 4-1-1) para fora.

1-2-2) Condições de aprovação

Será medida a deflexão em todos os casos, não devendo ocorrer deformações permanentes, ou seja, as leituras das dimensões antes da aplicação da carga deverão ser comparadas com as leituras após aplicação da carga.

1-2-3) Verificação do corpo de prova

Leitura inicial (mm) _____

Leitura final (mm) _____

1-2-4) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-3) Teste de acessórios:

1-3-1) Descrição do teste

Todos os elementos envolvidos no sistema de sustentação da embarcação deverão ser submetidos a uma carga estática de 2,2 vezes a sua carga de trabalho.

1-3-2) Condições de aprovação

Será medida a deflexão em todos os casos, não devendo ocorrer deformações permanentes . Deverão ser verificadas as dimensões antes e após a aplicação da carga.

1-3-3) Verificação do corpo de prova

Leitura inicial (mm) _____

Leitura final (mm) _____

1-3-4) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-4) Teste do guincho

1-4-1) Teste estático

1-4-1-1) Descrição do teste

Deverá ser aplicada ao guincho uma carga estática equivalente a 1,5 vezes a sua carga de trabalho durante dois minutos . Arriar suavemente a carga por um percurso equivalente a pelo menos uma volta do tambor. O teste será procedido considerando a carga aplicada na posição correspondente à última camada de cabos no tambor.

1-4-2-2) Condições de aprovação

O freio estático deverá atuar quando acionado e não permitir o escorregamento de carga. Após a retirada da carga, não deverá haver nenhuma evidência de deformações ou danos nos elementos do guincho.

1-4-2-3) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-4-3) Teste dinâmico

1-4-3-1) Descrição do teste





Será testado com uma carga igual a 1,1 vezes a carga de trabalho do guincho. A carga deve ser arriada e freada em intervalos não menores que três metros. Deverão ser realizadas no mínimo seis freadas.

1-4-3-2) Condições de aprovação

Após cada aplicação do freio, a distância percorrida pela carga não deverá ser superior a um metro. Será medida a espessura das lonas de freio, antes e depois do teste. Deverá ser observado o limite de vida útil dos elementos do freio, previstos no manual de manutenção do fabricante. O equipamento não deverá apresentar nenhuma avaria ou dano, após a desmontagem para inspeção. Os freios poderão ser verificados durante o teste, a critério do inspetor.

1-4-3-3) Verificação do corpo de prova

Os freios estático e dinâmico deverão atuar quando acionados. Após a retirada da carga, não deverá haver nenhuma evidência de deformações ou danos.

1-4-3-4) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

1-4-4) Teste de velocidade

Ver sub-ítem 1-4-4 do item a).

1-4-5) Teste de operação manual

Ver sub-ítem 1-4-5 do item a).

2) Teste a bordo

2-1) Inspeção visual

Deverá ser feita inspeção no conjunto turco e embarcação, objetivando verificar se o mesmo foi instalado conforme prescrito nos planos e manuais aprovados .Verificar a existência de interferência do sistema.

2-1-1) Condições de aprovação

O conjunto deverá possuir as mesmas características e componentes em conformidade com o protótipo testado em fábrica.

2-1-2) Verificação do corpo de prova

O desempenho do conjunto turco e embarcação deverá ser avaliado de acordo com os manuais de operação apresentados pelo fabricante de cada equipamento.

2-1-3) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-2) Teste de operação de descida, liberação da embarcação e de içamento

Deverá ser testado de acordo com a planilha de testes do equipamento de série em fábrica, segundo os sub-ítens abaixo:

2-2-1) Teste dinâmico

Ver sub-ítem 1-4-3.

2-2-1-1) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

2-2-2) Teste de velocidade

Ver sub-ítem 1-4-4.

2-2-3) Teste de operação manual

Ver sub-ítem 1-4-5

2-2-3-1) Resultado do teste

Satisfatório Sim ( ) Não ( )

ANEXO 3-GG

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O PROTÓTIPO (SOCIEDADE CLASSIFICADORA)**

**DISPOSITIVO DE LANÇAMENTO**

**DECLARAÇÃO**

Nº _____

Declaro que o dispositivo de lançamento abaixo especificado está em conformidade com o seu protótipo homologado pela Diretoria de Portos e Costas, através do certificado nº _____, emitido em _____ .

FABRICANTE: _____

TIPO E MODELO: _____

IDENTIFICAÇÃO:_____

DATA DE FABRICAÇÃO: _____

_____

(LOCAL E DATA)

_____

ASSINATURA



ANEXO 3-HH

**TESTES MOTORES DE CENTRO PARA EMBARCAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA E DE SALVAMENTO**

**AVALIAÇÃO E RELATÓRIO DE TESTES**

| | |
|---|---|
| FABRICANTE | |
| MODELO DO MOTOR | |
| NÚMERO DE SÉRIE | |
| TIPO DE COMBUSTÍVEL | |
| POTÊNCIA DE PROJETO (Kw) | |
| DIÂMETRO E PASSO DO HÉLICE | |
| MODELO DA CAIXA REDUTORA | |
| CAPACIDADE DA BATERIA | |
| MEIOS DE PARTIDA | |
| DATA | |
| LOCAL | |
| NOME E ASSINATURA DO PERITO | |
| ENTIDADE CERTIFICADORA | |



ANEXO 3-HH

| | | |
|---|---|---|
| MOTOR DE CENTRO | FABRICANTE | DATA: HORA: |
| | MODELO | PERITO: |
| | NR DE SÉRIE | ENTIDADE CERTIFICADORA: |

| 4.3.2.1 DESENHOS APRESENTADOS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS | | | |
|---|---|---|---|
| DESENHOS APRESENTADOS E DOCUMENTOS | | | STATUS |
| NÚMERO DO DESENHO | REVISÃO E DATA | TÍTULO DO DESENHO | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

| RELATÓRIOS E DOCUMENTOS APRESENTADOS | | | STATUS |
|---|---|---|---|
| NR DO RELATÓRIO/DOC. | REVISÃO E DATA | TÍTULO DO RELATÓRIO/DOC | |
| | | MANUAL DE MANUTENÇÃO - | |
| | | MANUAL DE OPERAÇÃO - | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |



ANEXO 3-HH

| | | |
|---|---|---|
| MOTOR DE CENTRO | FABRICANTE | DATA: HORA: |
| | MODELO | PERITO: |
| | NR DE SÉRIE | ENTIDADE CERTIFICADORA: |

| 4.3.2.3 TESTE DE PARTIDA A FRIO | | REGRA: LSA 4.4.6.2; MSC 81(70) 1/6.10.2 - 6.10.4 |
|---|---|---|
| Procedimento de Teste | Critério de Aceitação | Dados significativos para o teste |
| Para o teste o motor deverá ser removido da embarcação devendo estar equipado com acessórios e a caixa redutora que será usada na embarcação.<br>O motor junto com seu combustível, líquido refrigerante, fontes de partida e qualquer outro meio de partida deverão ser colocados em câmara de resfriamento a -15°C.<br>A temperatura do combustível, óleo lubrificante e líquido de resfriamento (se houver) deverá ser medida no início do teste e não deverá estar maior que -15°C.<br>Amostras de cada fluido nesta temperatura deverão ser coletadas em recipiente para observação.<br>Deverá ser dada partida no motor por 3 vezes.<br>**Nas primeiras duas vezes o motor deverá ser posto para operar até todos os componentes terem alcançado a temperatura da câmara.**<br>Após a terceira partida o motor deverá ser posto para funcionar por pelo menos 10 minutos e durante este período a caixa de transmissão deverá ser operada nas suas posições de engrenamento. | **O motor deverá estar dotado de sistema de partida manual ou de sistema de partida com duas fontes independentes de energia recarregáveis.**<br><br>Os sistemas de partida do motor e os meios de partida devem fazer o motor funcionar a uma temperatura ambiente de -15°C em 2 minutos a partir do início do procedimento de partida a menos que, na opinião da Autoridade marítima, levando-se em consideração as viagens nas quais o navio/plataforma que transporta a embarcação esteja constantemente engajado, possa ser considerada uma temperatura diferente. | Fonte de partida:<br><br>Meios de partida utilizados:<br><br>Temperaturas medidas:<br>Câmara: _____°C<br>Combustível: _____°C<br>Óleo lubrificante: _____°C<br>Líquido refrigerante: _____°C<br><br>Quantidades de partidas: _____vezes<br>Duração da primeira partida: _____min<br>Duração da segunda partida: _____min<br>Duração da última partida: _____min<br><br>Capacidade da bateria de partida:<br><br>Limite de temperatura alterado pela Autoridade Marítima?<br><br>Aprovado / Reprovado<br><br>Observações: |



ANEXO 3-HH

| | | |
|---|---|---|
| MOTOR DE CENTRO | FABRICANTE | DATA: HORA: |
| | MODELO | PERITO: |
| | NR DE SÉRIE | ENTIDADE CERTIFICADORA: |

| 4.3.2.4 Teste com o motor fora da água | REGRA: LSA 4.4.6.3; MSC 81(70) 1/6.10.2 - 6.10.5 | |
|---|---|---|
| Procedimento de Teste | Critério de Aceitação | Dados significativos para o teste |
| **O motor deverá ser operado na velocidade mínima por pelo menos 5 minutos, em sua condição de estivagem.** | **O motor deverá ser capaz de operar por pelo menos 5 minutos fora da água, após ser dada a partida com a embarcação fora da água.**<br><br>O motor não deverá sofrer danos após o teste. | Embarcação posicionada em seu local normal de estivagem ?<br><br>Temperatura no local: _____°C<br>Duração: _____min<br>Algum dano após o teste?<br>Aprovado / Reprovado<br>Observações: |

| 4.3.2.5 Teste com o motor submerso | REGRA: LSA 4.4.6.4; MSC 81(70) 1/6.10.2 - 6.10.6 | |
|---|---|---|
| Procedimento de Teste | Critério de Aceitação | Dados significativos para o teste |
| **O motor deverá ser operado por pelo menos 5 minutos submerso em água, até o nível da linha de centro do eixo de manivelas, com o motor na posição horizontal.** | **O motor deverá ser capaz de operar quando a embarcação estiver alagada até a linha de centro do eixo de manivelas.**<br><br>O motor não deverá sofrer danos após o teste. | Motor alagado até a linha de centro do eixo de manivelas? Sim / Não<br><br>Duração: _____min<br>Algum dano após o teste?<br>Aprovado / Reprovado<br>Condição do óleo do motor?<br>Aprovado / Reprovado<br>Observações: |



ANEXO 3-HH

| | | |
|---|---|---|
| MOTOR DE CENTRO | FABRICANTE | DATA: HORA: |
| | MODELO | PERITO: |
| | Nº DE SÉRIE | ENTIDADE CERTIFICADORA: |

| 4.3.2.4 Teste de inversão do motor | | REGRA: LSA 4.6.4.2; MSC 81(70) 1/6.14.6 - 6.14.8 |
|---|---|---|
| Procedimento de Teste | Critério de Aceitação | Dados significativos para o teste |
| **O motor e seu tanque de combustível deverão ser montados em dispositivo que permita rotação em torno de eixo equivalente ao eixo longitudinal da embarcação.**<br>**Um recipiente deverá ser posicionado sob o motor para coletar qualquer óleo que vaze do do motor, de tal forma que permita que seja efetuada medição da quantidade vazada.**<br>Os seguintes procedimentos deverão ser tomados durante o teste:<br>.1 partir o motor e faze-lo funcionar na velocidade máxima por 5 minutos;<br>.2 parar o motor e gira-lo no sentido dos ponteiros do relógio por 360°;<br>.3 dar nova partida no motor e faze-lo funcionar na velocidade máxima por 10 minutos;<br>.4 parar o motor e gira-lo no sentido contrário aos ponteiros do relógio por 360°;<br>.5 dar nova partida no motor e faze-lo funcionar na velocidade máxima por 10 minutos e então parar o motor; | **O motor e sua instalação deverão ser capazes de funcionar em qualquer posição durante um emborcamento e continuar a funcionar após a embarcação retomar sua posição normal de funcionamento ou deverá ser automaticamente parado no emborcamento e ser facilmente posto a funcionar após a embarcação retornar a sua posição normal.**<br><br>O projeto dos sistemas de combustível e óleo lubrificante deverão impedir a perda de combustível e que a perda de óleo lubrificante do motor não seja maior que 250 ml durante o emborcamento.<br><br>Durante os testes o motor não deverá superaquecer, falhar na operação ou vazar mais do que 250 ml de óleo lubrificante durante qualquer inversão.<br><br>Quando examinado após ser desmontado o motor não deverá apresentar sinais de superaquecimento ou de desgaste excessivo. | Todos os testes foram efetuados de acordo com os procedimentos previstos?<br>Aprovado _____<br>Reprovado _____<br><br>O motor parou quando girado nas diversas direções ?<br>Aprovado _____<br>Reprovado _____<br><br>Se parou, partiu facilmente ?<br>Aprovado _____<br>Reprovado _____<br><br>O motor cumpriu todos os requisitos depois dos testes terem sido conduzidos de acordo com os procedimentos?<br>Aprovado _____<br>Reprovado _____<br><br>Quantidade de óleo perdida do motor durante cada giro:<br>.2: ml<br>.4: ml |



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-HH

| | | |
|---|---|---|
| .6 deixar o motor esfriar;<br>.7 dar nova partida e faze-lo funcionar na velocidade máxima por 5 minutos;<br>.8 lentamente gire o motor no sentido dos ponteiros do relógio em 180°, mantenha nessa posição por 10 seg e a seguir gire em mais 180° no sentido dos ponteiros do relógio até completar uma volta;<br>.9 se o motor for projetado para parar automaticamente, dar nova partida;<br>.10 manter o motor em funcionamento contínuo na velocidade máxima por 10 min.;<br>.11 parar o motor e deixar esfriar;<br>.12 repetir o procedimento previsto do item .7 até .10, exceto que o motor deverá ser girado no sentido anti-horário;<br>.13 dar nova partida no motor e faze-lo funcionar na velocidade máxima por 5 minutos;<br>.14 girar o motor no sentido dos ponteiros do relógio por 180° e parar o motor. Girar por 180° para completar uma volta;<br>.15 dar nova partida no motor e faze-lo funcionar na velocidade máxima por 10 min.;<br>.16 repetir o procedimento previsto do item 14 girando o motor no sentido anti-horário;<br>.17 dar nova partida no motor, faze-lo funcionar por 10 min. e desliga-lo; e<br>.18 desmontar o motor para exame. | | .8: ml<br>.12: ml<br>.14: ml<br>.16: ml<br>Total de óleo perdido do motor: ml<br><br>Evidência de superaquecimento ou desgaste excessivo?<br>Aprovado _____<br>Reprovado _____<br><br>Observações: |



ANEXO 3-QQ

**TIPO DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO SALVA-VIDAS:** _____
**FABRICANTE:** _____
**CLASSE:** _____ **TIPO:** _____ **MODELO:** _____
**NÚMERO DE AMOSTRAS:** _____ **Nº DO DESENHO:** _____

TESTE DE QUEDA

a) Aparelho Flutuante

O teste consiste em lançar na água, a partir de uma altura de 12 metros, em posições aleatórias e diferentes entre si, repetindo-se o teste duas vezes.

Caso estejam sendo testados aparelhos flutuantes infláveis, estes deverão ser lançados, uma única vez, dentro do casulo como em condições normais de estivagem, sendo a extremidade da boça do aparelho presa à plataforma de lançamento, de modo a acionar o dispositivo automático de liberação do aparelho de dentro do casulo e iniciar o seu enchimento.

Após o lançamento, os aparelhos flutuantes não deverão apresentar qualquer avaria que prejudique o seu desempenho e, no caso de aparelhos flutuantes infláveis, que o dispositivo automático de liberação do casulo e de enchimento tenham funcionado normalmente.

RESULTADO DO TESTE:

| | APARELHO FLUTUANTE | | |
|---|---|---|---|
| | RÍGIDO | INFLÁVEL | |
| | Aparecimento de Avarias | Aparecimento de Avarias | Funcionamento do dispositivo |
| AMOSTRA | sim / não | sim / não | sim / não |

Obs.: _____
_____
Local da realização do teste: _____
Data : ____/____/_____
Resultado do Teste: _____

_____
NOME, POSTO, GRADUAÇÃO E/OU FUNÇÃO DO EXAMINADOR

Anexos: - fotos
- outros registros do teste



ANEXO 4-A

**NORMAS PARA CESTA DE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL**

**1. OBJETIVO**

Estabelecer as características e os requisitos mínimos para a construção e testes para homologação de cesta de transferência de pessoal para utilização no transbordo de pessoas entre embarcações, plataformas marítimas e instalações portuárias.

**2. NORMAS COMPLEMENTARES**

ABNT NBR 13545:2012 – Movimentação de carga - Manilhas.
ABNT NBR 11900-1:2013 – Terminal para cabo de aço – Parte 1: Sapatilho.
ABNT NBR 11900-3:2011 – Terminal para cabo de aço – Parte 3: Olhal com presilha.
ABNT NBR 11900-5:2015 – Terminal para cabo de aço – Parte 5: Soquete.

**3. DEFINIÇÕES**

3.1- Carga máxima admissível – significa a carga máxima que o equipamento pode transportar.
3.2 - Carga de prova – carga utilizada para realização dos ensaios de resistência dos componentes do equipamento.
3.3 - Cesta totalmente carregada – carregada com sua carga máxima admissível.
3.4 - Cesta de transferência de pessoal – equipamento que por meio do seu içamento é capaz de efetuar o transbordo de pessoas, com segurança, entre embarcações, plataformas, suas instalações de apoio e instalações portuárias.
3.5 - Fator de segurança – é a razão entre a tensão de ruptura e a tensão admissível do material.

**4. REQUISITOS GERAIS**

O fabricante é o responsável pelo projeto da cesta e pela especificação do material utilizado na constituição dos componentes da cesta, devendo atender às finalidades de emprego e aos requisitos de projeto e de ensaios preconizados nesta norma.

**4.1 - Componentes**

A cesta é composta das seguintes partes:
4.1.1 - Elementos de sustentação;
4.1.2 - Elementos estruturais; e
4.1.3 - Elementos de flutuação.

**4.1.1 – Características dos elementos de sustentação**

Os elementos de sustentação são formados por:
4.1.1.1- Arganéu de aço forjado, galvanizado (NBR 13545:2012);
4.1.1.2 - Manilha para fixação do cabo de sustentação, galvanizada (NBR 13545:2012);
4.1.1.3 - Manilha para fixação do cabo de segurança, galvanizada (NBR 13545:2012);
4.1.1.4 – Linga de içamento, formada por um cabo principal de sustentação e um cabo secundário.
4.1.1.5 – Cabo guia, em material sintético, com diâmetro mínimo de 19 mm.

**Notas:**





**a)** As manilhas devem possuir fixação tal que não haja a possibilidade de serem abertas acidentalmente ou propositalmente pelo usuário;

**b)** O comprimento do cabo de segurança da linga de içamento deve ser 100 mm maior do que o cabo de sustentação;

**c)** A linga de içamento deve ser revestida com material de cor altamente visível.

**4.1.2 – Características dos elementos estruturais e de fixação.**

4.1.2.1 - Os elementos estruturais devem ser capazes de proteger os passageiros contra impactos laterais, verticais e sobre a cabeça, devendo ser constituídos por perfis ou tubos de aço inoxidável e possibilitar a fixação de material flutuante no seu entorno.
4.1.2.2- Dispor de coluna central de aço inoxidável onde deverão ser afixados os assentos.
4.1.2.3 - Na coluna central a base de fixação dos assentos deverá dispor de elemento amortecedor para minimizar os efeitos dos impactos verticais.
4.1.2.4 - O piso deve ser constituído de estrado de aço inoxidável, dispondo de estruturas externas de absorção de choque, dispostas na junção dos elementos estruturais com o piso.
4.1.2.5 - Os parafusos, porcas, arruelas e demais elementos de fixação utilizados na construção da cesta devem ser de aço inoxidável.

**4.1.3 – Características dos elementos de flutuação**

4.1.3.1 - Os flutuadores devem ser fixados no entorno do compartimento habitável, incorporados à estrutura, de forma a permitir a flutuabilidade de todo o conjunto da cesta na condição totalmente carregada;
4.1.3.2 - Devem possuir capacidade de auto endireitamento da cesta quando esta for inclinada em até 35 graus em relação ao seu eixo vertical;
4.1.3.3 - Os espaços internos dos flutuadores (se houver) devem ser preenchidos com espuma de poliuretano expandido;
4.1.3.4 - Os materiais empregados nos elementos de flutuação não devem ser afetados pela água do mar e derivados de petróleo.

**5. DIMENSÕES**

5.1 - As dimensões mínimas devem ser as seguintes:
- Cabo de sustentação: 9000 mm
- Cabo de segurança: 100 mm maior que o cabo de sustentação
- Cabo guia: 2000 mm

5.2 - Cada assento deve possuir largura mínima de 450 mm e dispor de cinto de segurança de pelo menos três pontos.

**6. ACESSOS**

A cesta deve ser provida de pelo menos três acessos dispostos simetricamente, com dimensões mínimas de 800 mm de largura, quando medidas no perímetro da base.

**7. REQUISITOS DE PROJETO**

**7.1 – Capacidade de Transporte**

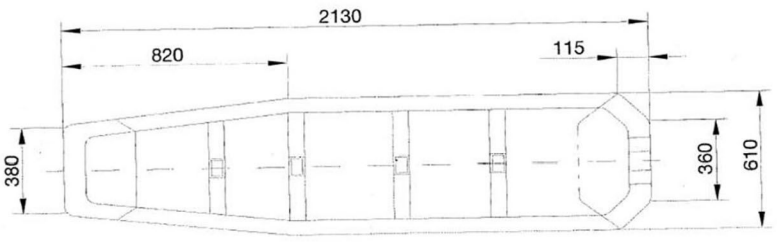


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.1.1 - A cesta deve ter capacidade de transportar pessoas utilizando colete salva vidas classe IV, com a seguinte acomodação:
- no mínimo três e no máximo nove pessoas sentadas; ou
- uma pessoa sentada e outra na maca.

7.1.2 - A maca deve possuir as seguintes dimensões:




7.1.3 - A maca deve possuir dispositivo de fixação e ser posicionada acima dos assentos; e
7.1.4 - A cesta deve possuir acomodação para a bagagem individual.

**7.2 – Resistência**

7.2.1 - A cesta deve resistir aos ensaios de carga previstos no item 8 sem apresentar deformação permanente em qualquer dos seus componentes ou qualquer dano que comprometa sua utilização.
7.2.2 - Deve ser considerada a massa de cada pessoa como sendo igual a 90 kg;
7.2.3 - Deve ser considerada a massa da bagagem de cada pessoa como sendo igual a 10 kg;
7.2.4 - Em todos os elementos estruturais e de sustentação deve ser aplicado um fator de segurança sobre a ruptura dos materiais igual ou superior a 10, considerando-se a cesta totalmente carregada, ou seja, o peso da cesta e todos os seus acessórios, acrescido da carga máxima permissível;

**7.3 – Assentos**

Os assentos devem possuir as seguintes características:
7.3.1 - largura mínima de 450 mm;
7.3.2 - capaz de resistir à carga estática de 90 kg,
7.3.4 - serem dotados de cinto de segurança de pelo menos três pontos;
7.3.5 - o cinto de segurança deverá ser projetado para manter uma pessoa fixada ao assento, cuja massa seja de 100 kg, quando a cesta estiver emborcada;
7.3.6 - cada conjunto de cintos de segurança de um assento deverá ser de cor que contraste com a dos cintos dos assentos adjacentes;
7.3.7 - possuir sistema de amortecimento por molas ou outro meio alternativo.





**7.4 – Cores e Marcação**

7.4.1 - A cesta deve ser de coloração altamente visível;
7.4.2 - A cesta deverá ser dotada de uma placa de aço inoxidável, fixada de maneira permanente em local de fácil visibilidade, contendo as seguintes informações:
7.4.3 - nome do fabricante;
7.4.5 - modelo e número de série;
7.4.6 - mês e ano da fabricação;
7.4.7 - quantidade de pessoas que a cesta está autorizada a transportar;
7.4.8 - número do Certificado de Homologação emitido pela DPC.

**7.5 – Flutuabilidade**

7.5.1 - A cesta deve possuir flutuabilidade positiva na situação totalmente carregada, mantendo todos os acessos acima da linha d'água.
7.5.2 - A flutuabilidade da cesta deve ser assegurada por materiais aprovados e que tenham flutuabilidade própria.
7.5.3 - Quando a cesta estiver numa condição estável, o nível da água no seu interior, medido ao longo dos assentos, não deverá ser menor que 100 mm abaixo do assento de qualquer ocupante, em qualquer condição de carregamento.
7.5.4 - Quando a cesta estiver na posição adernada deve permitir manter pelo menos dois acessos acima da linha d'água.

**7.6 – Resistência a fogo**

Os elementos de flutuação devem ser de material fogo retardante ou não combustível, ou serem protegidos por revestimento que proporcionem tais características.

**7.7 – Estabilidade**

7.7.1 - A estabilidade da cesta deverá ser tal que o equipamento tenha capacidade de auto endireitamento quando estiver carregada com a sua lotação total ou parcial de pessoas, considerando que os passageiros transportados estarão usando seus respectivos cintos de segurança.
7.7.2 - Deverá manter sua estabilidade com inclinação de até 35 graus.

**7.8 – Alinhamento e nivelamento**

A cesta quando suspensa deve ter seu eixo de construção perpendicular ao piso, de forma que a cesta seja mantida nivelada.

**7.9 – Piso**

7.9.1 - O piso deve ser construído em material antiderrapante (item 4.1.2);
7.9.2 - Deve ser dotado de absorvedores de choque contra impactos verticais e laterais, capazes de resistir a impacto de pelo menos 3,25 m/s (item 4.1.2).





**8. ENSAIOS**

A cesta deve ser submetida aos seguintes ensaios, com o mesmo protótipo:

**8.1 Ensaio de carga**

8.1.1 - A cesta deve ser içada fixando-se em seu piso uma massa igualmente distribuída igual a 2,2 vezes o somatório da carga máxima admissível e o peso próprio da cesta por um período de no mínimo cinco minutos, de modo que todos os elementos de sustentação e estruturais da cesta sejam solicitados (arganéu, cabo de sustentação, estrutura e qualquer outro elemento aplicado na construção sujeito à carga no momento do içamento).

**8.2 Ensaio de impacto lateral**

A cesta carregada simulando toda a sua lotação de pessoas e respectiva carga, deverá ser submetida a um ensaio de impacto lateral contra uma superfície rígida, a uma velocidade não inferior a 2,0 m/s, sem apresentar danos que afetem o seu desempenho.

**8.3 Ensaio de Queda**

A cesta carregada simulando toda a sua lotação de pessoas e respectiva carga, deverá ser submetida aos seguintes ensaios de queda:
8.3.1 - queda n'água de uma altura não inferior a 3 m; e
8.3.2 - queda em piso rígido a uma velocidade não inferior a 3,25 m/s.
Após os ensaios, a cesta não poderá apresentar danos que afetem o seu desempenho.

**8.4 Ensaio de resistência do assento**

O assento deve ser submetido aos seguintes ensaios:
8.4.1 – Suportar uma carga estática de 198 kg, durante 30 minutos; sem apresentar danos que afetem sua utilização.
Após o ensaio os assentos não poderão apresentar danos que afetem sua utilização.

**8.5 Flutuabilidade**

A cesta, simulando estar totalmente carregada, deverá ser colocada, para flutuar em água doce por um período de no mínimo por 24 horas. Durante este período não poderá apresentar perda de 5% de sua flutuabilidade.

**9. Documentação**

Além da documentação prevista na NORMAM-05/DPC, deve ser apresentada a seguinte documentação técnica para a homologação da cesta de transferência:
**9.1** Desenhos que apresentem de forma clara os componentes da cesta, em escala, assinados pelo engenheiro responsável.
**9.2** Memorial Descritivo contendo a especificação de todo o material utilizado na construção da cesta.





**9.3** Certificados das lingas de içamento e dos demais elementos de sustentação previstos no item 4.1.1.
**9.4** Memória de cálculo assinada pelo engenheiro responsável.
**9.5** Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao projeto e à memória de cálculo.
**9.6** Manual de utilização e de manutenção da cesta.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5-A

**REQUISITOS EXIGIDOS PARA ESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM INFLÁVEIS**

**I - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA:**

a) Contrato Social Atualizado e com registro na Junta Comercial local, conforme o item 0502, Alínea a) 4);

b) Arquivo de cópias dos Certificados de Revisão emitidos, em conformidade com item 0505, Alínea b), bem como cópias dos respectivos "LOG CARD";

c) Mecanismo de controle dos equipamentos revisados, nos termos do item 0506;

d) Relação dos equipamentos revisados nos últimos 17 meses, conforme item 0507;

e) Planta Baixa da estação, com identificação e medidas de cada área específica;

f) Cópia dos Manuais das balsas que se propõe a revisar;

g) Alvará de funcionamento; e

h) Certificado ISO 9000, previsto no item 0502 a), para a atividade que exerce.

**II - INSTALAÇÕES**

**1) A Estação deve possuir instalações separadas ou mesmo salas para as seguintes áreas:**

a) Administração;

b) Entrega de equipamentos já revisados;

c) Recepção de equipamentos para revisão;

d) Pintura;

e) Almoxarifado;

f) Armazenamento de equipamentos;

g) Reparo e manutenção;

h) Inutilização de materiais inservíveis; e

i) Armamento seguro para artefatos pirotécnicos.

**2) Requisitos específicos de áreas:**

a) Armazenamento de equipamentos

- Permitir o empilhamento máximo de 2 casulos ou valises.

b) Reparo e manutenção:

1) Ser suficientemente ventiladas, mas livres de correntes de ar;

2) Ser bem iluminadas;

3) Não permitir a penetração de raios solares diretos;

4) Pé direito deve ser suficientemente alto para permitir o desviramento da maior balsa quando inflada;

5) A temperatura e a umidade relativa do ar devem ser controladas de modo a se manterem constantes, não podendo a umidade ser maior que 60%;

6) Piso deve ser suficientemente liso e limpo de modo a assegurar que nenhum dano ou avaria poderá ocorrer no tecido dos equipamentos infláveis;

7) Piso deve ser de fácil limpeza;

8) Devem existir avisos de não fumar nesses compartimentos;

9) Os acessos devem ser dotados de lâmpadas indicativas de abertura de portas, bem como avisos proibindo a abertura das mesmas quando a luz estiver acesa;





10) Dispor de relações dos componentes que constituem as palamentas tipos A e B das balsas salva-vidas;

11) Dispor de procedimentos referentes ao testes de Pressão Adicional Necessária (NAP TEST), Pressão de Trabalho (WP TEST), Enchimento de Gás (GI TEST) e Costura de Fundo (FS TEST), bem como tabela de periodicidade para realização dos mesmos;

12) Dispor de meios para a realização de Teste de Sobrecarga das balsas lançadas por Turco (estações que revisam balsas com peso total igual ou superior a 185 Kg); e

13) Possuir suporte (tipo "cavalete") para inspeção da costura do fundo da balsa.

c) Local de armazenamento de artefatos pirotécnicos:

1) Deve ser suficientemente ventilado, distante de outras áreas de armazenamento, de fontes de energia e calor, e áreas de reparo e manutenção; e

2) Pirotécnicos com validade vencida deverão ser inutilizados ou recolhidos por empresa especializada.

d) Armazenamento de ampolas de gás:

1) Devem existir redes apropriadas para transferência de gás;

2) Devem existir reservatórios de $N_2$ e $CO_2$ nessa área;

3) Disponibilizar procedimento referente ao teste de vazamento de ampola de $CO_2$;

4) Dispositivo de inspeção interna dos cilindros de $CO_2$;

5) Caso a Estação não faça recarregamento, devem ser informadas as empresas credenciadas pelo INMETRO que executam o mesmo, com nome e endereço; e

6) Dispositivo para teste de válvulas hidrostáticas não descartáveis.

e) Pintura de Casulos e cilindros de gases:

1) A área deve ser dotada de "cortina d'água" ou dispositivo eficiente de exaustão; e

2) A aspiração do compressor deve ser posicionada ou equipada de modo a impossibilitar a aspiração de partículas de tinta pulverizadas.

**3) Equipamentos auxiliares e ferramentas**

a) Devem estar disponíveis e aferidos (quando aplicável), os seguintes equipamentos:

- manômetros;
- higrômetro;
- termômetro de ambiente (bulbo seco e úmido);
- bomba de vácuo;
- máquina de costura industrial;
- balança;
- lixadeira;
- meios p/ realização de testes de sobrecarga nos equipamentos infláveis;
- redes de ar comprimido, dotadas de filtros com purgadores, ou outro dispositivo que possibilite a extração de umidade;
- mangueiras;
- adaptadores; e
- pesos para realização do teste de sobrecarga (aplicável para revisão de balsas lançadas por turco).

b) Disponibilidade de todas as ferramentas, particularmente aquelas específicas de cada equipamento, incluindo as ferramentas portáteis necessárias para a realização de serviços a bordo.

**4) Sobressalentes/Peças de Reposição**

Devem possuir disponibilidade de sobressalentes/peças de reposição específicas para os serviços a que se pretende realizar.



ANEXO 5-B

**MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

**CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Nº___/__**

CERTIFICA-SE que a Estação de Serviço (nome) situada na (endereço) , foi vistoriada e considerada satisfatória pela (Diretoria de Portos e Costas/Sociedade Classificadora) para operar como Estação de Serviços de manutenção e reparos em embarcações de salvamento (botes de resgate) e de sobrevivência (baleeiras) e seus dispositivos de lançamento, devendo atuar em conformidade com regras da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS 74/78 e com as Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material - NORMAM 05/DPC.

A Estação está credenciada pelos seguintes fabricantes para executar serviços:

A Estação também autorizada a executar serviços nas embarcações e equipamentos cujo fabricante tenha descontinuado a produção ou que não tenha representante legal do fabricante no Brasil para a execução dos serviços supramencionados.

**DATA DE EMISSÃO:**

**VALIDADE:**

_____

Assinatura do Responsável
(DPC / Sociedade Classificadora)



ANEXO 5-C

**MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

**CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM INFLÁVEIS**

**Nº____/___**

Certifica-se que a Estação de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem Infláveis (nome) situada na (endereço) , foi vistoriada e considerada satisfatória pela (Diretoria de Portos e Costas / Sociedade Classificadora) para operar como Estação de Manutenção e reparos de equipamentos de salvatagem infláveis (balsas salva-vidas, coletes salva-vidas e aparelhos flutuantes), devendo atuar em conformidade com regras da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS 74/78 e com as Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material - NORMAM 05/DPC.

A Estação está credenciada pelos seguintes fabricantes para executar serviços:

A Estação também está autorizada a executar serviços nos equipamentos cujo fabricante tenha descontinuado a produção ou que não tenha representante legal do fabricante no Brasil para a execução dos serviços supramencionados.

**DATA DE EMISSÃO:**

**VALIDADE:**

_____

Assinatura do Responsável
(DPC / Sociedade Classificadora)



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**REQUISITOS PARA O RECONHECIMENTO DE LABORATÓRIOS/EMPRESAS**

**1 - CONFIDENCIALIDADE**

O laboratório/empresa deve possuir procedimentos documentados e implementados para preservar a proteção da confidencialidade e integridade das informações, considerando, pelo menos:

a) o acesso aos arquivos, inclusive os computadorizados;

b) o acesso restrito ao laboratório/empresa;

c) o conhecimento do pessoal do laboratório/empresa a respeito da confidencialidade das informações.

**2 - ORGANIZAÇÃO**

2.1 O laboratório/empresa deve designar os signatários para assinar os relatórios de ensaio e ter total responsabilidade técnica pelo seu conteúdo.

2.2 O laboratório/empresa deve possuir um gerente técnico e um substituto (qualquer que seja a denominação) com responsabilidade global pelas suas operações técnicas.

2.3 Quando o laboratório/empresa for de primeira parte, as responsabilidades do pessoal-chave da organização que tenha envolvimento ou influência nos ensaios do laboratório/empresa devem ser definidas, de modo a identificar potenciais conflitos de interesse.

2.3.1 Convém, também, que os arranjos organizacionais sejam tais que os departamentos que tenham potenciais conflitos de interesses, tais como produção, *"marketing"* comercial ou financeiro, não influenciem negativamente a conformidade do laboratório/empresa com os requisitos deste Anexo.

**3 - SISTEMA DE GESTÃO**

3.1 Todos os documentos necessários para o correto desempenho das atividades do laboratório/empresa, devem ser identificados de forma unívoca e conter a data de sua emissão, o seu número de revisão e a autorização para a sua emissão.

3.2 Todos os documentos necessários para o correto desempenho das atividades do laboratório/empresa, devem estar atualizados e acessíveis ao seu pessoal.

3.3 O laboratório/empresa deve documentar as atribuições e responsabilidades do gerente técnico e do pessoal técnico envolvido nos ensaios, considerando, pelo menos, as responsabilidades quanto:

a) à execução dos ensaios;

b) ao planejamento dos ensaios, avaliação dos resultados e emissão de relatórios de ensaio;

c) à modificação, desenvolvimento, caracterização e validação de novos métodos de ensaio; e

d) às atividades gerenciais.





3.4 O laboratório/empresa deve possuir a identificação dos signatários autorizados (onde esse conceito for apropriado).

3.5 O laboratório/empresa deve ter procedimentos documentados e implementados para a obtenção da rastreabilidade das medições.

3.6 O laboratório/empresa deve ter formalizada a abrangência dos seus serviços e disposições para garantir que possui instalações e recursos apropriados.

3.7 O laboratório/empresa deve ter procedimentos documentados e implementados para execução dos ensaios.

3.8 O laboratório/empresa deve ter a listagem dos equipamentos e padrões de referência utilizados, incluindo a respectiva identificação.

3.9 O laboratório/empresa deve ter procedimentos documentados e implementados, para retroalimentação e ação corretiva, sempre que forem detectadas não conformidades nos ensaios.

**4 - PESSOAL**

4.1 O laboratório/empresa deve ter pessoal suficiente, com a necessária escolaridade, treinamento, conhecimento técnico e experiência para as funções designadas.

4.2 O laboratório/empresa deve ter procedimentos para a utilização de técnicos em processo de treinamento estabelecendo, para isso, os registros de supervisão dos mesmos e criando mecanismos para garantir que sua utilização não prejudique os resultados dos ensaios.

4.3 O laboratório/empresa deve ter e manter registros atualizados de todo o seu pessoal técnico envolvido nos ensaios. Estes registros devem possuir data da autorização, pelo menos, para: a) realizar os diferentes tipos de amostragem, quando aplicável; b) realizar os diferentes tipos de ensaios; c) assinar os relatórios de ensaios; d) operar os diferentes tipos de equipamentos.

**5 - ACOMODAÇÕES E CONDIÇÕES AMBIENTAIS**

5.1 As acomodações do laboratório/empresa, áreas de ensaios, fontes de energia, iluminação e ventilação devem possibilitar o desempenho apropriado dos ensaios.

5.2 O laboratório/empresa deve ter instalações com a monitoração efetiva, o controle e o registro das condições ambientais, sempre que necessário.

5.3 O laboratório/empresa deve manter uma separação efetiva entre áreas vizinhas, quando houver atividades incompatíveis.

**6 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE REFERÊNCIA**

6.1 O laboratório/empresa deve possuir todos os equipamentos, inclusive os materiais de referência necessários à correta realização dos ensaios.

6.2 Antes da execução do ensaio, o laboratório deve verificar se algum item do equipamento está apresentando resultados suspeitos. Caso isso ocorra, o equipamento deve ser colocado fora de operação, identificado como fora de uso, reparado e demonstrado por calibração, verificação ou ensaio, que voltou a operar satisfatoriamente, antes de ser colocado novamente em uso.

6.3 Cada equipamento deve ser rotulado, marcado ou identificado, para indicar o estado de calibração. Este estado de calibração deve indicar a última e a próxima calibração, de forma visível.

6.4 Cada equipamento deve ter um registro que indique, no mínimo: a) nome do equipamento; b) nome do fabricante, identificação de tipo, número de série ou outra identificação específica; c) condição de recebimento, quando apropriado; d) cópia das instruções do fabricante, quando apropriado; e) datas e resultados das calibrações e/ou verificações e data da próxima calibração e/ou verificação; f) detalhes de manutenção realizada e as planejadas para o futuro; g) histórico de cada dano, modificação ou reparo.

6.5 Cada material de referência deve ser rotulado ou identificado, para indicar a certificação ou a padronização. O rótulo deve conter, no mínimo: a) nome do material de referência; b) responsável pela certificação ou padronização (firma ou pessoa); c) composição, quando apropriado; d) data de validade.

6.5.1 Para os materiais de referência de longa duração, o laboratório/empresa deve ter um registro contendo as informações indicadas no item A4.

**7 - RASTREABILIDADE DAS MEDIÇÕES E CALIBRAÇÕES**

7.1 O laboratório/empresa deve ter um programa estabelecido para a calibração e a verificação dos seus equipamentos, a fim de garantir o uso de equipamentos calibrados e/ou verificados, na data da execução dos ensaios.

7.2 Os certificados de calibração dos padrões de referência devem ser emitidos por:

a) laboratórios nacionais de metrologia citados no item (c);

b) laboratórios de calibração acreditados pela CGCRE;





c) laboratórios integrantes de Institutos Nacionais de Metrologia de outros países, nos seguintes casos:

- quando a rastreabilidade for obtida diretamente de uma instituição que detenha o padrão primário de grandeza associada, ou;
- quando a instituição participar de programas de comparação Inter laboratorial, juntamente com a CGCRE, obtendo resultados compatíveis;
- laboratórios acreditados por Organismos de Acreditação de outros países, quando houver acordo de reconhecimento mútuo ou de cooperação entre a CGCRE e esses organismos.

7.3 Os certificados dos equipamentos de medição e de ensaio de um laboratório de ensaio devem atender aos requisitos do item anterior.

7.4 Os padrões de referência mantidos pelo laboratório/empresa devem ser usados apenas para calibrações, a menos que possa ser demonstrado que seu desempenho como padrão de referência não seja invalidado.

**8 - CALIBRAÇÃO E MÉTODO DE ENSAIO**

8.1 Todas as instruções, normas e dados de referência pertinentes ao trabalho do laboratório/empresa, devem estar documentados, mantidos atualizados e prontamente disponíveis ao pessoal do laboratório/empresa.

8.2 O laboratório/empresa deve utilizar procedimentos documentados e técnicas estatísticas apropriadas, de seleção de amostras, quando realizar a amostragem como parte do ensaio.

8.3 O laboratório/empresa deve submeter os cálculos e as transferências de dados a verificações apropriadas.

**9 - MANUSEIO DOS ITENS**

9.1 O laboratório/empresa deve identificar de forma unívoca os itens a serem ensaiados, de forma a não haver equívoco, em qualquer tempo, quanto à sua identificação.

9.2 O laboratório/empresa deve ter procedimentos documentados e instalações adequadas para evitar deterioração ou dano ao item do ensaio durante o armazenamento, manuseio e preparo do item de ensaio.

**10 - REGISTROS**

10.1 O laboratório/empresa deve manter um sistema de registro adequado às suas circunstâncias particulares e deve atender aos regulamentos aplicáveis, bem como o registro de todas as observações originais, cálculos e dados decorrentes, registros e cópia dos relatórios de ensaio, durante um período, de pelo menos, quatro anos.

10.2 As alterações e/ou erros dos registros devem ser riscados, não removendo ou tornando ilegível a escrita ou a anotação anterior, e a nova anotação deve ser registrada ao lado da anterior riscada, de forma legível, que não permita dúbia interpretação e conter a assinatura ou a rubrica do responsável.

10.3 Os registros dos dados de ensaio devem conter, no mínimo:

a) identificação do laboratório/empresa;

b) identificação da amostra;

c) identificação do equipamento utilizado;

d) condições ambientais relevantes;

e) resultado da medição e suas incertezas, quando apropriado;

f) data e assinatura do pessoal que realizou o trabalho.

10.4 Todos os registros impressos por computador ou calculadoras, gráficos e outros devem ser datados, rubricados e anexados aos registros das medições.





10.5 Todos os registros (técnicos e da qualidade) devem ser mantidos pelo laboratório/empresa quanto à segurança e confidencialidade.

**11 - CERTIFICADOS E RELATÓRIOS DE ENSAIO**

11.1 Os resultados de cada ensaio ou série de ensaios realizados pelo laboratório/empresa devem ser relatados de forma precisa, clara e objetiva, sem ambiguidades em um relatório de ensaio e devem incluir todas as informações necessárias para a interpretação dos resultados de ensaio, conforme exigido pelo método utilizado.

11.2 O laboratório/empresa deve registrar todas as informações necessárias para a repetição do ensaio e estes registros devem estar disponíveis para o cliente.

11.3 Todo relatório de ensaio deve incluir, pelo menos, as seguintes informações:

a) título;

b) nome e endereço do laboratório/empresa;

c) identificação única do relatório;

d) nome e endereço do cliente;

e) descrição e identificação, sem ambiguidades, do item ensaiado;

f) caracterização e condição do item ensaiado;

g) data do recebimento do item e data da realização do ensaio;

h) referência aos procedimentos de amostragem quando pertinente;

i) quaisquer desvios, adições ou exclusões do método de ensaio e qualquer outra informação pertinente a um ensaio específico, tal como condições ambientais;

j) medições, verificações e resultados decorrentes, apoiados por tabelas, gráficos, esquemas e fotografias;

k) declaração de incerteza estimada do resultado do ensaio (quando pertinente);

l) assinatura, título ou identificação equivalente de pessoal responsável pelo conteúdo do relatório e data de emissão;

m) quando pertinente declaração de que os resultados se referem somente aos itens ensaiados;

n) declaração de que o relatório só deve ser reproduzido por inteiro e com a aprovação do cliente;

o) identificação do item;

p) referência à especificação da norma utilizada.

ANEXO 6-B

**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE LABORATÓRIO OU EMPRESA

Fonte: ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ISO 17.025)

| | |
|---|---|
| **Laboratório avaliado:** | |
| **Nº do Relatório:** | **Data:** |
| **Equipe Auditora:** | |
| **LEGENDA: C: Conforme / NC: Não-conforme / Obs.: Observação** | |

**1 Confidencialidade**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **1.1** O laboratório possui procedimentos documentados e implementados para preservar a proteção da confidencialidade e integridade das informações, considerando, pelo menos: | | | |
| a) acesso aos arquivos, inclusive os computadorizados; | | | |
| b) acesso restrito ao laboratório/empresa; | | | |
| c) conhecimento do pessoal a respeito da confidencialidade das informações? | | | |

Obs.: _____

_____

_____

_____

**2 Organização**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **2.1** O laboratório/empresa designou signatários para assinarem os relatórios de ensaios e ter total responsabilidade técnica pelo seu conteúdo? | | | |
| **2.2** O laboratório/empresa possui um gerente técnico e um substituto (qualquer que seja a denominação) com responsabilidade global pelas suas operações técnicas? | | | |
| **2.3** O laboratório/empresa, quando de primeira parte, possui as responsabilidades do seu pessoal-chave da organização, que tenha envolvimento ou influência nos ensaios do laboratório bem definidas, de modo a identificar potenciais conflitos de interesse? | | | |
| **2.3.1** Os arranjos organizacionais são tais que os departamentos que tenham potenciais conflitos de interesses, tais como produção, marketing, comercial ou financeiro não influenciem negativamente a conformidade do laboratório com o Anexo A dos Requisitos Gerais para Certificação de Produtos (RGCP)? | | | |

Obs.: _____

_____

_____

_____





**3 Sistema de Gestão**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **3.1** O laboratório/empresa possui: | | | |
| a) todos os documentos necessários para o correto desempenho das suas atividades | | | |
| b) documentos identificados de forma unívoca, contendo data de emissão, o seu número de revisão e autorização para sua emissão? | | | |
| **3.2** O laboratório/empresa possui todos os documentos necessários para o correto desempenho das atividades do laboratório, atualizados e acessíveis ao seu pessoal? | | | |
| **3.3** O laboratório/empresa documenta as atribuições e responsabilidades do gerente técnico e pessoal técnico envolvido nos ensaios, considerando, pelo menos, as responsabilidades quanto: | | | |
| a) à execução dos ensaios, | | | |
| b) ao planejamento dos ensaios, avaliação dos resultados e emissão dos relatórios, | | | |
| c) à modificação, desenvolvimento, caracterização e validação de novos métodos de ensaio, | | | |
| d) às atividades gerenciais? | | | |
| **3.4** O laboratório/empresa possui responsável técnico autorizado? | | | |
| **3.5** O laboratório/empresa possui procedimentos documentados e implementados para a obtenção da rastreabilidade das medições? | | | |
| **3.6** O laboratório/empresa formaliza a abrangência dos seus serviços e disposições para garantir que possui instalações e recursos apropriados? | | | |
| **3.7** O laboratório/empresa possui procedimentos documentados e implementados para manuseio dos itens de ensaio? | | | |
| **3.8** O laboratório/empresa possui listagem dos equipamentos e padrões de referência utilizados, incluindo a respectiva identificação? | | | |
| **3.9** O laboratório/empresa possui procedimentos documentados e implementados para a retroalimentação e ação corretiva, sempre que forem identificadas não-conformidades? | | | |

Obs.: _____

_____

_____

_____

**4 Pessoal**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **4.1** O laboratório tem pessoal suficiente, com a necessária capacitação, treinamento, conhecimento técnico e experiência para as funções designadas? | | | |
| **4.2** O laboratório tem procedimentos para a manutenção da capacitação do dos seus colaboradores? | | | |
| **4.3** O laboratório/empresa tem e mantém registros atualizados de todo seu pessoal técnico envolvido nos ensaios? Estes registros possuem data de autorização, pelo menos, para: | | | |
| a) realizar os diferentes tipos de amostragem, quando aplicável; | | | |





| | | | |
|---|---|---|---|
| b) realizar os diferentes tipos de ensaios; | | | |
| c) assinar relatórios de ensaios; | | | |
| d) operar diferentes tipos de equipamentos? | | | |

Obs.: _____

_____

_____

_____

_____

**5 Acomodações e Condições Ambientais**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **5.1** As acomodações do laboratório/empresa, áreas de ensaios, fontes de energia, iluminação e ventilação possibilitam o desempenho apropriado dos ensaios? | | | |
| **5.2** O laboratório/empresa tem instalações para a monitoração efetiva, o controle e o registro das condições ambientais, sempre que necessário? | | | |
| **5.3**. O laboratório/empresa mantém uma separação efetiva entre áreas vizinhas quando há atividades incompatíveis? | | | |

Obs.: _____

_____

_____

_____

_____

**6 Equipamentos e Materiais de Referência**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **6.1** O laboratório/empresa possui todos os equipamentos, inclusive os materiais de referência, necessários à correta realização dos ensaios? | | | |
| **6.2** Antes da execução do ensaio, o laboratório/empresa: | | | |
| a) verifica se algum item do equipamento está apresentando condições inadequadas? | | | |
| b) caso isso ocorra, o equipamento é colocado fora de operação, identificado como fora de uso, reparado e demonstrado por calibração, verificação ou ensaio, que voltou a operar satisfatoriamente, antes de ser colocado novamente em uso? | | | |
| **6.3** Cada equipamento é rotulado, marcado ou identificado para indicar o estado de calibração, indicando a última e próxima calibração de forma visível? | | | |
| **6.4** Cada equipamento tem um registro que indique, no mínimo: | | | |
| a) nome de equipamento, | | | |
| | **C** | **NC** | **Obs.** |
| b) nome do fabricante, identificação do tipo e número de série ou outra identificação específica, | | | |
| c) condição de recebimento, quando apropriado, | | | |
| d) cópia das instruções do fabricante, quando apropriado, | | | |





| | | | |
|---|---|---|---|
| e.1) datas e resultados de calibrações e/ou verificações, | | | |
| e.2) data da próxima calibração e/ou verificação, | | | |
| f) detalhes das manutenções realizadas e as planejadas para o futuro, | | | |
| g) histórico de cada dano, modificação ou reparo? | | | |
| **6.5** Cada material de referência é rotulado ou identificado, para indicar a certificação ou padronização. O rótulo deve conter, no mínimo: | | | |
| a) nome do material de referência, | | | |
| b) responsável pela certificação ou padronização (firma ou pessoa), | | | |
| c) composição, quando apropriado; | | | |
| d) data de validade? | | | |
| **6.5.1** Para os materiais de referência de longa duração, o laboratório deve ter um registro contendo as informações indicadas abaixo: | | | |
| a) nome do material de referência, | | | |
| b) nome do fornecedor, identificação do tipo, lote ou outra identificação específica, | | | |
| c) condição no recebimento, | | | |
| d) datas e resultados da calibração e | | | |
| e) data de validade da calibração? | | | |

Obs.: _____

_____

_____

_____

**7 Rastreabilidade das Medições e Calibrações**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **7.1** O laboratório/empresa tem programa específico (Plano de Calibração) para a calibração e verificação dos seus equipamentos na data da execução dos ensaios? | | | |
| **7.2** Os certificados de calibração dos padrões de referência são emitidos: | | | |
| a) por laboratórios integrantes da Rede brasileira de Calibração-RBC (Conjunto de laboratórios do Inmetro e de outras entidades reconhecidas) | | | |
| b) por laboratórios de calibração acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro - CGCRE; | | | |
| | **C** | **NC** | **Obs.** |
| c) por laboratórios integrantes de Institutos Nacionais de Metrologia de outros países, nos seguintes casos: quando a rastreabilidade for obtida diretamente de uma instituição que detenha o padrão primário de grandeza associada, ou, quando a instituição participar de programas de comparação interlaboratorial, juntamente com a CGCRE, obtendo resultados compatíveis, ou laboratórios acreditados por Organismos de Acreditação, quando houver acordo de reconhecimento mútuo ou de cooperação entre a Cgcre e esses Organismos? | | | |
| **7.3** Os certificados dos equipamentos de medição e ensaios do laboratório de ensaio atendem aos requisitos estabelecidos no item **7.2** acima? | | | |



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 6-B

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | |

Obs.: _____
_____
_____
_____

**8 Calibração e Método de Ensaio**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **8.1** Todas as instruções, normas e dados de referência pertinentes ao trabalho do laboratório/empresa são documentados, mantidos atualizados e prontamente disponíveis ao seu pessoal? | | | |
| **8.2** O laboratório/empresa utiliza procedimentos documentados e técnicas estatísticas apropriadas, de seleção de amostras, quando realiza a amostragem como parte do ensaio? | | | |
| **8.3** O laboratório/empresa submete os cálculos e transferências de dados a verificações apropriadas? | | | |
| | | | |

Obs.: _____
_____
_____
_____

**9 Manuseio dos itens**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **9.1** O laboratório/empresa identifica de forma unívoca os itens a serem ensaiados, de forma a não haver equívoco, em qualquer tempo, quanto à sua identificação? | | | |
| **9.2** O laboratório/empresa tem procedimentos documentados e instalações adequadas para evitar deterioração ou dano ao item de ensaio durante o armazenamento, manuseio, preparo do item e ensaio? | | | |

Obs.: _____
_____
_____
_____

**10 Registros**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| | | | |
| **10.1** As alterações e/ou erros dos registros dos ensaios são riscados, não removendo ou tornando ilegível a escrita ou anotação anterior, e a nova anotação é registrada ao lado da anterior riscada, de forma legível, que não permita dúbia interpretação e contendo a assinatura ou rubrica do responsável? | | | |





| | | | |
|---|---|---|---|
| **10.2** Os registros dos dados de ensaio contém no mínimo: | | | |
| a) identificação do laboratório/empresa, | | | |
| b) identificação da amostra, | | | |
| c) identificação do equipamento utilizado, | | | |
| d) condições ambientais relevantes, | | | |
| e) resultado da medição e suas incertezas, quando apropriado, | | | |
| f) data e assinatura do pessoal que realizou o trabalho? | | | |
| **10.3** Todos os registros impressos por computadores ou calculadoras, gráficos e outros são datados, rubricados e anexados os registros das medições? | | | |
| | | | |

Obs.: _____
_____
_____
_____

**11 Certificados e Relatórios de Ensaio**

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **11.1** O laboratório/empresa relata, de forma precisa, clara, objetiva e sem ambiguidade, os resultados de cada ensaio ou série de ensaios realizados em um relatório de ensaios, incluindo todas as informações necessárias para a interpretação dos resultados dos ensaios, conforme requerido pelo método utilizado? | | | |
| **11.2** O laboratório/empresa registra todas as informações necessárias para permitir a repetição do ensaio, disponibilizando esses registros aos seus clientes? | | | |

| | C | NC | Obs. |
|---|---|---|---|
| **11.3** Todo relatório de ensaio inclui, pelo menos, as seguintes informações | | | |
| a) título, | | | |
| b) nome e endereço do laboratório/empresa, | | | |
| c) identificação única do relatório, | | | |
| d) nome e endereço do cliente, | | | |
| e) descrição e identificação, sem ambiguidades, do item ensaiado, | | | |
| f) caracterização e condição do item ensaiado, | | | |
| g) data de recebimento do item e data da realização do ensaio, | | | |
| h) referência aos procedimentos de amostragem, quando pertinente, | | | |
| i) quaisquer desvios, adições ou exclusões do método de ensaio e qualquer outra informação pertinente a um ensaio específico, tal como condições ambientais, | | | |
| j) medições, verificações e resultados decorrentes, apoiados por tabelas, gráficos, esquemas e fotografias, | | | |
| k) declaração de incerteza estimada do resultado do ensaio (quando pertinente), | | | |
| l) assinatura, título, ou identificação equivalente de pessoal responsável pelo conteúdo do relatório e data de emissão, | | | |





| | | | |
|---|---|---|---|
| m) quando pertinente, declaração de que os resultados se referem somente aos itens ensaiados, | | | |
| n) declaração de que o relatório só deve ser reproduzido por inteiro e com a aprovação do cliente, | | | |
| o) identificação do item, | | | |
| p) referência à especificação da norma utilizada? | | | |

Obs.: _____
_____
_____
_____

_____
Assinatura do Vistoriador





**CERTIFICADO (Certificate) Nº XX-XX/XXXX(ano)**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

## CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO

A Diretoria de Portos e Costas (DPC), em cumprimento ao contido na Seção XX do Código Marítimo Internacional de Produtos Perigosos (IMDG Code) da Organização Marítima Internacional reconhece o (laboratório/empresa) abaixo identificado para a realização dos testes em embalagens para transporte de mercadorias perigosas por via marítima, (com acompanhamento por peritos desta Diretoria, no caso de homologação).

**(LABORATÓRIO/EMPRESA):**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ:**

**Data de emissão:**

**Data de validade:**

_____

Gerente Técnico
(*Technical Manager*)



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**REQUISITOS PARA RECONHECIMENTO DE LABORATÓRIOS DE TESTES DE UMIDADE E TML**

Apresentar os seguintes documentos:

a) registro no Conselho Regional de Classe da respectiva Região, atualizado, do profissional que será o responsável técnico pelo laboratório junto à Diretoria de Portos e Costas – DPC.

b) histórico da experiência da empresa na realização de testes similares (curriculum).

c) relação dos testes para os quais o laboratório deseja ser reconhecido, juntamente com descrição dos equipamentos disponíveis para tal, em conformidade com os requisitos do Apêndice 2 do Código IMSBC;

d) procedimentos adotados para a realização de cada teste para o qual a empresa deseja ser reconhecida;

e) relação dos técnicos qualificados responsáveis pela realização dos testes, bem como os correspondentes treinamentos de que participaram.

f) nome e qualificação do supervisor responsável pela implementação dos procedimentos de teste, suas responsabilidades e o treinamento a que foi submetido.

g) modelos de certificados a serem emitidos pelo laboratório com os resultados dos testes;

h) procedimento para manutenção, calibração e aferição dos equipamentos envolvidos, conforme aplicável; e

i) Programa/procedimento de treinamento, avaliação e controle da equipe técnica do laboratório para os testes de conteúdo de umidade e/ou TML. O programa deverá incluir o conteúdo das matérias teóricas e sua carga horária, o conteúdo e carga horária do treinamento prático, e o sistema da avaliação para considerar que o treinando esteja apto para realizar os testes aplicáveis, bem como um critério para efetuar a reciclagem do pessoal qualificado.



ANEXO 6-E

**CERTIFICADO (*Certificate*) Nº XX-XX/XXXX(ano)**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
*FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL*

**MARINHA DO BRASIL**
*BRAZILIAN NAVY*

**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**
*DIRECTORATE OF PORTS AND COASTS*

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE LABORATÓRIO**
*Certificate of Approval for Laboratory*

A Diretoria de Portos e Costas, em cumprimento ao contido na Seção 4 do Código Marítimo Internacional de Cargas Sólidas a Granel (IMSBC Code), como emendado pela Resolução MSC.354(92), e na Circular MSC.1/Circ.1454 da Organização Marítima Internacional aprova o laboratório abaixo identificado para realizar os testes nas cargas classificadas como do "Grupo A", conforme especificado.

*In accordance with Section 4 of the International Maritime Solid Bulk Cargoes Code (IMSBC Code) as ammended by Resolution MSC.354(92), and Circular MSC.1/Circ 1454 of the International Maritime Organization, the Directorate of Ports and Coasts approves the following laboratory to perform tests on "Group A" cargoes as specified below:*

**LABORATÓRIO (*Laboratory*):**
**ENDEREÇO (*Address*):**
**CNPJ (*National company identification*):**
**EMPRESA (*Company*):**

| | |
|---|---|
| **TESTE(S) (*Tests*)** | |

Data de emissão *(date of issue):*

**Data de validade (*expiring date*):**

Gerente Técnico
(*Technical Manager*)



ANEXO 6-F

**CERTIFICADO (Certificate) Nº XX-XX/XXXX(ano)**

**FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL**

**DIRECTORATE OF PORTS AND COASTS**

**LOADING PROCEDURES APPROVAL CERTIFICATE**

*Approval issued under the provisions of paragraph 4.3.3 of the International Maritime Solid Bulk Cargoes (IMSBC) Code*

Approval Number:

**Name and address of the shipper:**

**Port of loading:**

**Bulk cargo shipping name:**

**Reference of the procedure for sampling:**
**Reference of the procedure for testing:**
**Reference of the procedure for controlling moisture content:**
**Date of initial/renewal verification on which this approval is based:**

This is to approve the procedures mentioned above and that they have been verified in accordance with MSC.1/Circ.1454 on Guidelines for developing and approving procedures for sampling, testing and controlling the moisture content for solid bulk cargoes which may liquefy.

**Specific remarks:**

This approval is valid until ..... subject to verifications in accordance with MSC.1/Circ.1454 on Guidelines for developing and approving procedures for sampling, testing and controlling the moisture content for solid bulk cargoes which may liquefy.

Issued at:

Date of issue:

Technical Manager
Directorate of Ports and Coasts



ANEXO 6-F

**CERTIFICADO (Certificate) Nº XX-XX/XXXX(ano)**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE EMBARQUE**

*Aprovação emitida de acordo com o parágrafo 4.3.3 do Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas a Granel - IMSBC Code*

Número:

**Nome e endereço do embarcador:**

**Porto de carregamento:**

**Nomenclatura da carga:**

**Procedimento de amostragem:**

**Procedimento de teste:**

**Procedimento para o controle do conteúdo de umidade:**

**Data de verificação inicial/renovação da aprovação:**

*Este documento aprova os procedimentos acima mencionados, os quais foram verificados de acordo com as Recomendações da MSC.1/Circ.1454 para desenvolvimento e aprovação dos procedimentos para amostragem, teste e controle de umidade de cargas sólidas sujeitas à liquefação.*

***Observações específicas:***

*Esta aprovação é válida até .....sujeita a verificações de acordo com a MSC.1/Circ.1454.*

*Emitido em:*

*Data da emissão:*

Gerente Técnico
Diretoria de Portos e Costas



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082300232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 6-G

CERTIFICADO DO LIMITE DE UMIDADE PARA TRANSPORTE – TML

| | |
|---|---|
| IDENTIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO<br>(Nome, CNPJ, endereço, telefone e sítio da internet, logomarca)<br>Laboratório reconhecido pela Diretoria de Portos e Costas pelo Certificado Nº | Certificado Nº<br>(*Certificate Nr*)<br>Validade (*Expiry date*) |
| EMBARCADOR (*Shipper*): | |
| PRODUTO/CARGA (*Product/cargo*): | |
| | |
| | |
| TML do Lote (%): | Data do Ensaio TML (*Date of test*): |
| Método de Ensaio (*Test procedure*): | Norma de referência (*Regulation*): |
| OBSERVAÇÕES (*Remarks*) | |
| | |
| Data de Emissão (*Date of Issue*) | Assinatura do Responsável Técnico<br>(*Responsible signature*)<br>NOME COMPLETO<br>Número do Registro no respectivo Conselho Regional |



ANEXO 6-H

CERTIFICADO DE CONTEÚDO DE UMIDADE

| | |
|---|---|
| IDENTIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO<br>(Nome, CNPJ, endereço, telefone e sítio da internet, logomarca)<br>Laboratório reconhecido pela Diretoria de Portos e Costas pelo Certificado Nº | Certificado Nº<br>(*Certificate Nr*) |
| EMBARCADOR (*Shipper*): | |
| PRODUTO/CARGA (*Product/cargo*): | |
| TESTE (*Test*): | |
| EMBARCAÇÃO (*Vessel*): | |
| TML do Lote (%): | Data do Ensaio do TML (*Date of test*): |
| Conteúdo de Umidade (*Moisture content*) (%): | Data/hora do término do carregamento (*Date of* ): |
| Norma de referência (*Regulation*): | |
| OBSERVAÇÕES (*Remarks*) | |
| | |
| Data de Emissão (*Date of Issue*) | Assinatura do Responsável Técnico<br>(*Responsible's signature*)<br>NOME COMPLETO<br>Número do Registro no respectivo Conselho Regional |



**PORTARIA Nº 285/DPC, DE 11 DE AGOSTO DE 2021**

Celebra o acordo de delegação de competência firmado entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA e a Sociedade Classificadora REGISTRO BRASILEIRO DE NAVIOS E AERONAVES LTDA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004 e de acordo com o contido no inciso X do art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Celebrar acordo, em consonância com o estabelecido nas "Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedade Classificadora para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro" (NORMAM-06/DPC - 1ª Revisão), aprovadas pela Portaria DPC/DGN/MB nº 13, de 30 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 100, de 28 de maio de 2021, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA, Diretor de Portos e Costas, e a Sociedade Classificadora REGISTRO BRASILEIRO DE NAVIOS E AERONAVES LTDA, neste ato representada pelo Sr. LUIZ ALBERTO DE MATTOS, Diretor Técnico, com o propósito de delegar competência para a citada Sociedade Classificadora atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, dispostos no Acordo de Reconhecimento em anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto na NORMAM-06/DPC e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 25 de junho de 2021 a 24 de junho de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 25 de junho de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

ACORDO DE RECONHECIMENTO FIRMADO ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E A SOCIEDADE CLASSIFICADORA REGISTRO BRASILEIRO DE NAVIOS E AERONAVES LTDA

O presente ACORDO é celebrado, em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC) e seus anexos, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante Alexandre Cursino de Oliveira, Diretor de Portos e Costas, doravante referida como DPC, e a SOCIEDADE CLASSIFICADORA REGISTRO BRASILEIRO DE NAVIOS E AERONAVES LTDA, CNPJ: 27.908.151/0001-07, localizada na rua México, 11, 8º andar, salas 1 a 11, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20031-903, neste ato representada pelo Sr. Luiz Alberto de Mattos, Diretor Técnico, doravante referida como ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, com o propósito de delegar competência à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

1 - Propósito

1.1 - O propósito deste ACORDO é delegar competência à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA para atuar em nome do Governo Brasileiro na implementação e fiscalização das Convenções e Códigos Internacionais e Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, doravante denominados INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1.2 - A delegação de competência compreende a prestação de serviços, incluindo a realização de testes, medições, cálculos, vistorias, auditorias ou qualquer outra verificação, em empresas de navegação, embarcações e estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, nas condições estabelecidas a seguir, doravante denominados SERVIÇOS, dentro da abrangência estabelecida no Apêndice deste ACORDO.

2 - Condições Gerais

2.1 - Os SERVIÇOS deverão ser executados de acordo com o estabelecido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, com ênfase na NORMAM-06/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, como emendada, obedecendo a abrangência contida no Apêndice ao presente ACORDO.

2.2 - Os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA terão aceitação idêntica àqueles prestados pela própria DPC, desde que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA mantenha o cumprimento das disposições estabelecidas nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

2.3 - Os SERVIÇOS deverão ser conduzidos, preferencialmente, por representantes exclusivos da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA. Entretanto, a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA poderá utilizar representantes não exclusivos ou firmas prestadoras de serviços cadastradas de acordo com os limites e condições estabelecidas na NORMAM-06/DPC.

2.4 - A realização de SERVIÇOS em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, não previstos no Apêndice ao presente ACORDO, deverá ser previamente autorizada pela DPC.

2.5 - A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seus funcionários, representantes e outros agindo em seu nome, estão autorizados, nos termos do presente ACORDO, a:

a) efetuar recomendações ou outras ações que sejam necessárias para assegurar que as características das embarcações, sistemas, equipamentos ou empresas correspondam com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

b) auditar ou vistoriar quaisquer itens a bordo ou nas empresas de navegação para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

c) exigir a realização de reparos, testes, avaliações ou medições, quando necessário, para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

d) cancelar a validade de um certificado e retirá-lo de bordo, quando julgar que a embarcação possui deficiências que comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete sério risco de poluição ambiental; e

e) quando o navio se encontrar no exterior, informar à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto, o cancelamento da validade de qualquer certificado ou existência de qualquer deficiência que comprometa a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete sério risco de poluição ambiental.

3 - Interpretações, Equivalências e Isenções

3.1 - As interpretações necessárias para a aplicação dos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, bem como para a determinação de equivalência ou aceitação de outros requisitos em sua substituição, são prerrogativas da DPC.

3.2 - Qualquer isenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS é prerrogativa da DPC e deverá ser por ela autorizada antes da sua adoção pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

4 - Informações

4.1 - A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA deverá reportar à DPC, com a brevidade possível, as seguintes informações:

a) qualquer restrição ou condição essencial relacionada com a certificação, operação ou área de atuação de embarcações nacionais;

b) a suspensão, retirada, cancelamento ou alteração substancial nas limitações operacionais e da certificação dos navios nacionais por ela atendidos, juntamente com as razões que levaram a tomada dessa decisão;

c) sempre que qualquer embarcação nacional for encontrada em operação com deficiência ou discrepância grave, tal que suas condições ou de seus equipamentos não correspondam substancialmente ao contido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, e que na opinião da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete sério risco de poluição ambiental; e

d) a prorrogação de certificados estatutários e as razões que as justificaram.

4.2 - A DPC terá garantido, livre de custos, acesso a todos os planos, documentos e informações relativas aos navios, estruturas marítimas ou empresas nacionais que estejam abrangidas no escopo deste ACORDO e afetas aos SERVIÇOS executados.

4.3 - As atividades e as informações relacionadas com o presente ACORDO deverão receber um tratamento reservado, sempre que solicitado por qualquer uma das partes, excetuando-se os manuais, certificados e documentos que, por sua natureza, os INTRUMENTOS APLICÁVEIS requeiram estar disponíveis às partes deste Acordo e a terceiros.

5 - Regras

5.1 - Sempre que sejam introduzidas alterações em suas regras que afetem os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, esta deverá contatar a DPC logo que possível, informando o escopo das alterações introduzidas.

5.2 - De maneira análoga, a DPC deverá informar à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, logo que possível, o desenvolvimento de emendas aos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que esteja realizando e que influenciem nos SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA.

5.3 - A existência de qualquer conflito ou discrepância entre as regras da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA e os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS deverá ser, assim que identificado por qualquer uma das partes, comunicada, imediatamente, à outra parte. Ambas as partes deverão envidar esforços no sentido de eliminar as diferenças e/ou estabelecer procedimentos para compatibilizar a aplicação dos requisitos de forma unificada.

5.4 - Os Certificados relativos às Convenções e Códigos Internacionais emitidos em nome do Governo Brasileiro deverão ser elaborados em inglês e português. Os demais certificados deverão ser emitidos apenas em português.

5.5 - Os regulamentos, regras, instruções e relatórios poderão ser elaborados em inglês e/ou português, contudo, as regras e relatórios das vistorias relativas à navegação interior deverão ser obrigatoriamente escritas em português.

6 - Supervisão

6.1- A DPC efetuará auditorias programadas na ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA com o objetivo de verificar sua conformidade com os procedimentos e requisitos constantes nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está reconhecida para implementar e fiscalizar em nome da DPC.

6.2 - A DPC poderá realizar auditorias inopinadas para verificar como os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA estão sendo efetivamente conduzidos, de modo a garantir o controle das embarcações nacionais e avaliar o trabalho desenvolvido pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

7 - Remuneração

A remuneração dos SERVIÇOS realizados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, será cobrada diretamente pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA à parte que tiver solicitado seus serviços.

8 - Responsabilidade

8.1- Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizado dolo por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

8.2- Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizada imprudência, negligência ou imperícia por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva por perdas e danos imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA até o limite da responsabilidade financeira definida nos termos e condições padrões empregados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA nos contratos com os contratantes dos serviços previstos no presente ACORDO.

8.3 - Se a Autoridade Marítima Brasileira for citada ou estiver na expectativa de ser citada a responder pela responsabilidade mencionada nos dois itens anteriores, a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA deverá ser informada imediatamente. Com esse propósito, a DPC deverá enviar todas as reclamações, documentos e demais informações relevantes para a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que poderá, se assim desejar, solicitar à Autoridade Marítima Brasileira que o patrocínio da causa seja efetuado por advogado de sua escolha e custas, desde que o faça ainda dentro do prazo para contestar a medida judicial que lhe é movida.

8.4 - A Autoridade Marítima Brasileira não efetuará qualquer conciliação que envolva a responsabilidade citada nos três itens acima, sem que haja o consentimento da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

9 - Disposições Finais

9.1 - Se o ACORDO for inadimplido por uma das partes, a outra parte deverá notificá-la, por escrito, informando a irregularidade e solicitando as correções necessárias. A parte notificada deverá efetuar as correções no prazo de até três (3) meses a partir da data de recebimento da notificação, findo o qual a outra parte terá o direito de rescindir o ACORDO imediatamente.

9.2 - Este ACORDO poderá ser rescindido por interesse de qualquer uma das partes, imediatamente após notificação por escrito da parte interessada na rescisão.

9.3 - Qualquer emenda aos termos deste ACORDO ou aos seus anexos somente será tornada efetiva após a concordância por escrito de ambas as partes.

10 - Vigência e Validade

Este ACORDO entra em vigor em 25 de junho de 2021 e tem validade de três anos a partir desta data.

11 - Legislação e Foro de Discussão

Este Acordo é regido pelas leis nacionais brasileiras. Eventuais conflitos existentes, oriundos do presente ACORDO, deverão ser dirimidos na Justiça Federal da Comarca do domicílio da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

Em fé do acordado, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelas partes, firmam o presente ACORDO, em 11/08/2021.

_____
ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante
Diretor de Portos e Costas

_____
LUIZ ALBERTO DE MATTOS
REGISTRO BRASILEIRO DE NAVIOS E AERONAVES
Diretor Técnico

Apêndice ao anexo, da Port nº 285/2021, da DPC.

SERVIÇOS AUTORIZADOS E ABRANGÊNCIA DO ACORDO DE RECONHECIMENTO ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA E A SOCIEDADE CLASSIFICADORA REGISTRO BRASILEIRO DE NAVIOS E AERONAVES LTDA.

I - TIPOS DE EMBARCAÇÕES

- Sem restrições.

II - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

a) Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS:

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-01/DPC e NORMAM-03/DPC);

2) Certificado Internacional de Arqueação (TONNAGE 1969, como emendado);

3) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-01/DPC);

4) Certificado Internacional de Borda Livre (LOAD LINES 1966, como emendado);

5) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-01/DPC e NORMAM-03/DPC);

6) Certificado de Segurança para Navios de Passageiros (SOLAS 1974, como emendado);

7) Certificado de Segurança de Construção para Navios de Carga (SOLAS 1974, como emendado);

8) Certificado de Segurança de Equipamento para Navios de Carga (SOLAS 1974, como emendado);

9) Certificado de Segurança Rádio para Navios de carga (SOLAS 1974, como emendado);

10) Certificado Internacional pra Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado);

11) Certificado de Prevenção da Poluição para Transporte de Substâncias Nocivas Líquidas à Granel (MARPOL 73/78, como emendado);

12) Certificado Internacional pra Prevenção da Poluição por Esgoto Sanitário (MARPOL 73/78, como emendado);

13) Certificado Internacional pra Prevenção da Poluição do Ar (MARPOL 73/78, como emendado);

14) Certificado Internacional pra Prevenção da Poluição do Ar de Motores (MARPOL 73/78, como emendado);

15) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado);

16) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (IBC Code, como emendado);

17) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado);

18) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado);

19) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code);

20) Certificado de Segurança de Unidade Móvel de Perfuração (MODU Code, como emendado);

21) Certificado de Segurança para Embarcações de Alta Velocidade (HSC Code, como emendado);

22) Documento de Conformidade (ISM Code, como emendado);

23) Certificado de Gerenciamento de Segurança (ISM Code, como emendado);

24) Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo (Resolução A-673(16) da IMO e MARPOL 73/78);

25) Certificado de Credenciamento de Estações de Manutenção e Estações de Serviço de Equipamentos de Salvatagem Infláveis (NORMAM-05/DPC);

26) Certificado de Conformidade para Sistema Anti-incrustante (NORMAM-23/DPC);

27) Certificado Internacional de Sistemas Anti-incrustantes (AFS 2001, como emendado);

28) Certificado de Tração Estática (NORMAM-01/DPC);

29) Certificado Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, como emendado);

30) Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (NORMAM-15/DPC);

31) Certificado Internacional de Gerenciamento de Água de Lastro (BWM 2004, como emendado);

32) Certificado de Resistência do Helideck (NORMAM-27/DPC);

33) Certificado de Resistência da Tela de Proteção (NORMAM-27/DPC);

34) Certificado de Resistência das Búricas (NORMAM-27/DPC);

35) Certificado do Coeficiente de Atrito (NORMAM-27/DPC); e

36) Certificado do Sistema de Combustível (NORMAM-27/DPC).

b) Certificados de Classe

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que possua Regras de Classificação para navios e plataformas marítimas está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os certificados de classe para navios e plataformas marítima que operem sob a jurisdição da Autoridade Marítima Brasileira. A aplicabilidade do projeto, construção e manutenção dos navios e plataformas marítimas sob as regras de classe será estabelecida conforme preconizado nas Normas da Autoridade Marítima e nas Convenções Internacionais.

c) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-01/DPC);

2) Documento de Autorização para Transporte de Grãos (SOLAS 1974, como emendado);

3) Documento de Conformidade para o Transporte de Mercadorias Perigosas (SOLAS 1974 Regra II-2/19);

4) Manual de Peiação de Carga (SOLAS 1974, como emendado);

5) Manual de Carregamento de Grãos (SOLAS 1974, como emendado);

6) Notas para Arqueação de Embarcações;

7) Relatório de Avaliação da Condição de Navios Graneleiros e Petroleiros enquadrados na Resolução A.744(18) da IMO (Enhanced Programme of Inspections);

8) Plano de Emergência para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado);

9) Plano de Gerenciamento de Lixo (MARPOL 73/78, como emendado);

10) Manual de Operações e Equipamento para COW (MARPOL 73/78, como emendado);

11) Manual de Operação de Tanque de Lastro Limpo Dedicado (MARPOL 73/78, como emendado);

12) Documento de Conformidade para Sistemas Anti-incrustantes (Convenção AFS, como emendado);

13) Performance Standard for Protective Coatings (Resolução MSC-215(82) da IMO);

14) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

15) Relatórios de Prova de Inclinação e Medição de Porte Bruto;

16) Documento de Verificação e Aceitação de Navios de Posicionamento Dinâmico (MSC/Circ 645 e MSC.1/Circ 1580 da IMO, conforme aplicável);

17) Manual de Operação de Unidades Estacionárias de Produção, Armazenamento e Transferência de Óleo (NORMAM 01/DPC);

18) Documento de Verificação de Projeto de Construção de Navios de Apoio Marítimo, conforme os requisitos da Resolução A.469 (12), da IMO;

19) Plano de Emergência de Bordo de Poluição Marinha (MARPOL 73/74, Anexo II, como emendado);

20) Plano de Gerenciamento de Água de Lastro (NORMAM-20/DPC); e

21) Declaração sobre Resistência Estrutural de Heliponto (NORMAM-27/DPC).

d) Vistorias

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada, além das vistorias pertinentes aos SERVIÇOS especificados nos itens a), b) e c) acima, a efetuar Vistoria de Condição Estrutural em Navios Graneleiros, construídos há mais de 18 anos, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior que 1,8 t/m³ (NORMAM-01/DPC e NORMAM-04/DPC).

III - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

a) Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS:

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-02/DPC e NORMAM-03/DPC);

2) Certificado de Arqueação para a Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

3) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-02/DPC);

4) Certificado de Borda Livre para a Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

5) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-02/DPC e NORMAM-03/DPC);

6) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (BCH Code, como emendado);

7) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos à Granel (IBC Code, como emendado);

8) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (IGC Code, como emendado);

9) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (GC Code, como emendado);

10) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos à Granel (Existing Ships Code);

11) Certificado de Segurança para Embarcações de Alta Velocidade (HSC Code, como emendado);

12) Certificado de Tração Estática (NORMAM-02/DPC);

13) Certificado de Conformidade para Sistema Anti-incrustante (NORMAM-23/DPC);

14) Certificado de Conformidade para o Transporte à Granel de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool da Bacia do Sudeste (NORMAM-02/DPC); e

15) Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (NORMAM-15/DPC).

b) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-02/DPC);

2) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

3) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-02/DPC);

4) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto; E

5) Manual de Operação de Unidades Estacionárias de Produção, Armazenamento e Transferência de Óleo (NORMAM-02/DPC).

Rio de Janeiro, RJ, em 17 de maio de 2021.

FERNANDO EMANUEL CAVALCANTE BENITES

Capitão de Fragata (EN)

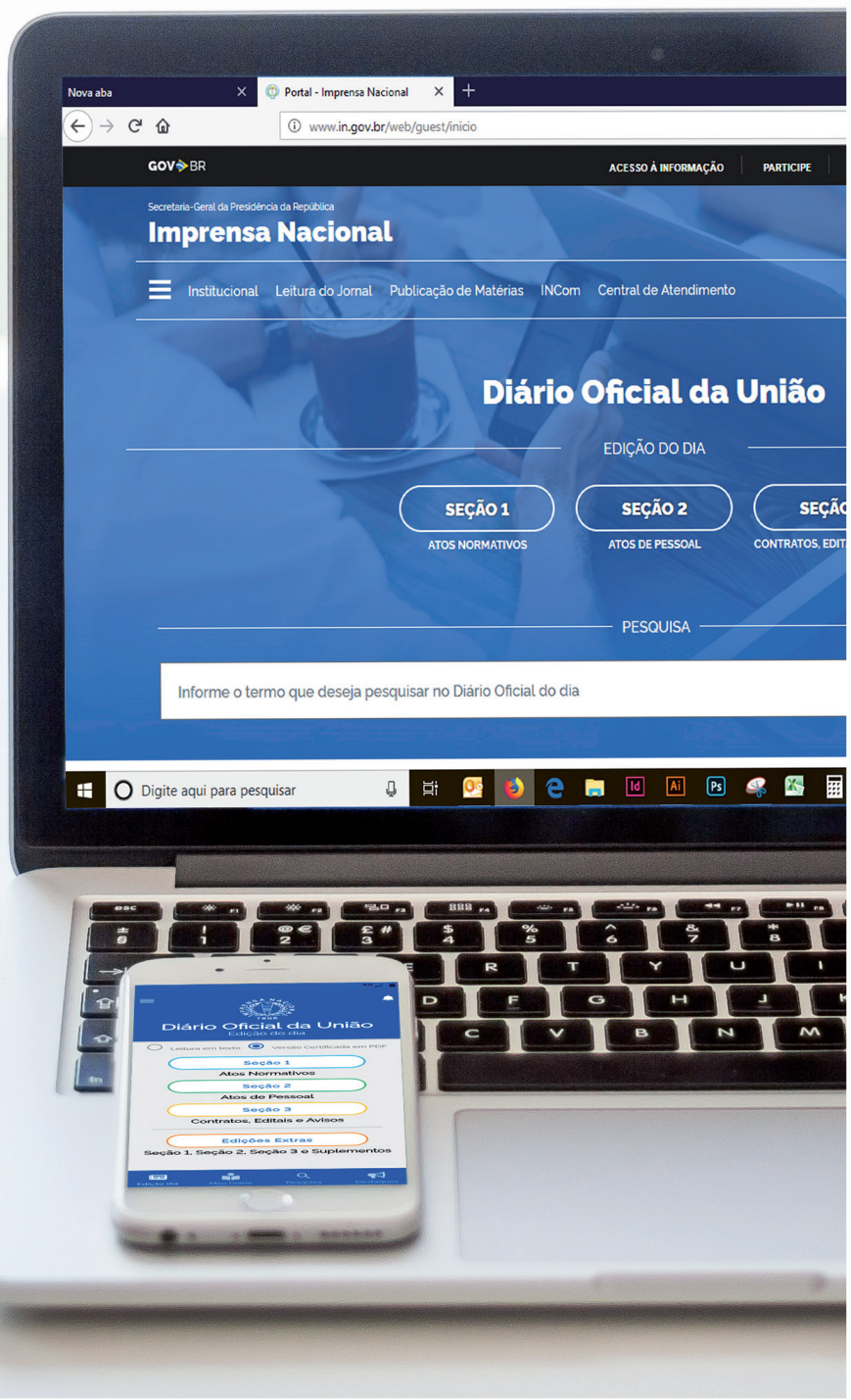
Encarregado da Divisão de Embarcações


# Diário Oficial da União Digital

## A informação oficial ao alcance de todos

**Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:**

- Acesso **livre** e **gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento da publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas** e **certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf, html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**




Acesse o portal da Imprensa Nacional
**www.in.gov.br**

Baixe o App DOU nas lojas

App Store Google Play

IMPRENSA NACIONAL 1808

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

### PORTARIA Nº 1.696, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Primavera do Leste como integrante da iniciativa "Unidades de Referência em Produção Irrigada".

O SECRETÁRIO NACIONAL DE MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; Portaria 412, de 12 de fevereiro de 2019; no artigo 7º, da Portaria MDR nº 807, de 1º de abril de 2020, e com base no Processo Administrativo nº 59000.003236/2021-83, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Primavera do Leste como integrante da iniciativa "Unidades de Referência para o Desenvolvimento, Ensino, Pesquisa e Inovação para a Irrigação" - Unidade de Referência em Produção Irrigada, integrada ao Polo de Irrigação Sustentável do Sul de Mato Grosso, no âmbito das ações para a implementação da Política Nacional de Irrigação e o incentivo ao desenvolvimento regional, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO PONTES QUEIROZ

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 1.705, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 6° da Portaria n. 561, de 25 de outubro de 2017, constante no processo administrativo nº 59020.000101/2017-41, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santarém - PA, para ações de Defesa Civil até 20/11/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.706, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 181, de 15 de março de 2017, constante no processo administrativo nº 59050.000679/2014-06, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Apiacás - MT, para ações de Defesa Civil até 21/02/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.707, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 810, de 09 de novembro de 2011, constante no processo administrativo nº 59050.001462/2011-62, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Estado do Mato Grosso, para ações de Defesa Civil até 17/02/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

### ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.488 - Fratelli Empreendimentos Ltda, rio Urucuia, Município de Riachinho/MG, Irrigação.

Nº 1.489 - Jaime Lino Alves, UHE Capivara, Município de Iepê/SP, reservatório.

Nº 1.490 - Ginco Urbanismo Ltda, rio Cuiabá, Município de Várzea Grande/MT, Abastecimento Público, alteração.

Nº 1.491 - Cedro Propriedades Agrícolas Ltda, UHE Marimbondo, Município de Guaraci/SP, irrigação.

Nº 1.492 - Nova Neruda Comercio Importação e exportação de Frutas Ltda - EPP, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação, alteração.

Nº 1.493 - Marilia Ferreira Figueiredo Barbosa, UHE Furnas, Município de Cristais/MG, irrigação.

Nº 1.494 - Soares Dias Alves Eireli, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Barra de São Francisco/ES, mineração.

Nº 1.495 - Pedreira Iterere Indústria e Comercio S/A, rio Paraíba do Sul, Município de campos dos Goytacazes/RJ, mineração.

Nº 1.496 - Danielly Sangiorgio Frigerio, Luiz Eduardo Santos Pinheiro, Rio Cricaré ou Braço Sul do Rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.497 - Vitor Visconde Brasil, rio Tocantins, Município de Peixe/TO, irrigação.

Nº 1.498 - Newton Nunes Xavier, UHE Sobradinho, Município de Sento Sé/BA, irrigação.

Nº 1.499 - Joao Batista de Sá Guimaraes, UHE Luiz Gonzaga, Município de Floresta/PE, irrigação.

Nº 1.500 - Fausto Borini Chaul, UHE São Simão, Município de Santa Vitória/MG, irrigação.

Nº 1.501 - Joao Paulo Silva Braga, Ricardo Alexandre Silva Braga, Renato Marcos Silva Braga, rio Paranapanema, Município de Diamante do Norte /PR, irrigação.

Nº 1.502 - Trevo Administradora de Bens Proprios Ltda, UHE Ilha Solteira, Município de Selvíria/MS, irrigação.

Nº 1.503 - Gustavo Souza Moura de Paula, UHE Ilha Solteira, Município de Selvíria/MS, irrigação.

Nº 1.504 - Murilo Souza Moura de Paula, UHE Jupiá, Município de Selvíria/MS, irrigação.

Nº 1.505 - Sendas Distribuidora S.A, rio Poti, Município de Teresina/PI, consumo humano.

Nº 1.506 - Agrosolo Tec e Irrigações Ltda, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.507- Agrosolo Tec e Irrigações Ltda, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.508 - Agrosolo Tec e Irrigações Ltda, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.509 - Agrosolo Tec e Irrigações Ltda, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.510 - Paulo Antonio Cavalcanti de Morais, rio das Almas, Município de Uruaçu/GO, irrigação.

Nº 1.511 - Paulo Antonio Cavalcanti de Morais, rio das Almas, Município de Uruaçu/GO, irrigação.

Nº 1.512 - Paulo Antonio Cavalcanti de Morais, rio das Almas, Município de Santa Isabel/GO, irrigação.

Nº 1.513 - Biosev Bioenergia S.A, rio Pardo, Município de Ribeirão Preto/SP, irrigação.

Nº 1.514 - Bunge Açúcar e Bioenergia S.A, rio Grande, Município de Orindiúva/SP, irrigação.

Nº 1.515 - J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda, rio Araguaia, Município de Aruanã/GO, irrigação.

Nº 1.516 - Luiz Antonio Dessimoni, rio Mosquito, Município de Lavandeira/TO, irrigação.

Nº 1.517 - Luiz Antonio Dessimoni, rio Mosquito, Município de Lavandeira/TO, irrigação.

Nº 1.518 - Luiz Antonio Dessimoni, rio Mosquito, Município de Lavandeira/TO, irrigação.

Nº 1.519 - Terral Agricultura e Pecuária S.A, UHE Marimbondo, Município de Colômbia/SP, irrigação.

Nº 1.520 - Elias de Paula, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.521 - JB Agronegócios Ltda, Jose Mario de Castro Bernabe, Ana Beatriz de Castro Bernabe, Jose Bernabe, Guilherme Afonso Reis Bernabe, Lucas Machado Bernabe, Mateus Bernabe Fiamenghi, Joao Marcus Bernabe Filho, UHE Marimbondo, Município de Frutal/MG, irrigação.

Nº 1.522 - Luiz Fernandes Pedrao, UHE Taquaruçu, Município de Santa Inês/PR, irrigação.

Nº 1.523 - Cerradinho Bioenergia S.A, rio Aporé ou do Peixe, Município de Chapadão do Céu/GO, irrigação.

Nº 1.524 - Haroldo Gazola Junior, rio São Francisco, Município de BARRA/BA, irrigação.

Nº 1.525 - Zichinelli Patrimonial Ltda, rio Pau Alto, Município de Nova Viçosa/BA, irrigação.

Nº 1.526 - Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda, UHE Aimorés, Município de Aimorés/MG, irrigação.

Nº 1.527 - Amistrong Luciano Zanotti, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.528 - Amistrong Luciano Zanotti, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.529 - Carlos Alberto Cruz, rio Paraguai, Município de Barra do Bugres/MT, irrigação.

Nº 1.530 - Maria Goretti Pereira de Brito, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.531 - Maria Goretti Pereira de Brito, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.532 - Maria Goretti Pereira de Brito, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 1.533 - Maria Goretti Pereira de Brito, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação5.

Nº 1.534 - Porto de Areia São Bernardo Ltda - ME, Rio Pardo, Município de Jaborandi/SP mineração, renovação.

Nº 1.535 - Wirex Cable S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Santa Branca/SP, indústria.

Nº 1.536 - Wirex Cable S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Santa Branca/SP, indústria.

Nº 1.537 - Claudio Luis Cortes dos Santos, rio Piranhas ou Açu, Município de Pendências/RN, aquicultura.

Nº 1.538 - Charles Barbosa de Morais, rio Piranhas ou Açu, Município de Carnaubais/RN, aquicultura.

Nº 1.539 - Nortemar Carcinicultura Ltda, rio Piranhas ou Açu, Município de Pendências/RN, aquicultura.

Nº 1.540 - Rafael Barreto de Miranda, rio Piranhas ou Açu, Município de Carnaubais/RN, aquicultura.

Nº 1.542 - Luiz Antonio Dessimoni, rio Mosquito, Município de Lavandeira/TO, irrigação.

Nº 1.543 - Luiz Antonio Dessimoni, rio Mosquito, Município de Lavandeira/TO, irrigação.

Nº 1.544 - Aldrin Marcio Lubiana, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.545 - Aldrin Marcio Lubiana, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

Nº 1.546 - JNA Participações Empreendimentos e Agropecuária Ltda, UHE Três Marias, Município de Morada Nova de Minas/MG, irrigação.

Nº 1.548 - Valdir Martins Aquino Junior, UHE Volta Grande, Município de Uberaba/MG, irrigação.

Nº 1.549 - Antonio Stocco Filho, rio Aporé ou do Peixe, Município de Cassilândia/MS irrigação.

Nº 1.550 - Julio Benito Cusinato e Outro, rio Pardo, Município de Viradouro/SP, irrigação.

Nº 1.551 - Izaquiel Inacio da Silva, UHE Jurumirim, Município de ITAÍ/SP, irrigação.

Nº 1.552 - Barra Agropecuária Ltda - EPP, rio São Francisco, Município de Barra/BA, irrigação.

Nº 1.553 - Paulo Henrique de Faria, Marilia de Fatima Faria, Flavia Faria de Queiroz, Reinar Investimentos & Negócios Ltda, rio São Francisco, Município de Lagoa dos Patos/MG, irrigação.

Nº 1.554 - Isabella Mazer Guidi, rio Vermelho, Município de Goiatins/TO, irrigação.

Nº 1.555 - Carlos Antonio Sucupira, rio Paranaíba, Município de Coromandel/MG, irrigação.

Nº 1.556 - Rute Rita Caixeta Vieira, rio Paranaíba, Município de Lagoa Formosa/MG, irrigação.

Nº 1.557 - Niplan Engenharia e Construções S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Santa Branca/SP, outras.

Nº 1.558 - Rodrigo Soprani, rio São Mateus, Município de São Mateus/ES, irrigação.

Nº 1.559 - Niplan Engenharia e Construções S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Santa Branca/SP, outras.

Nº 1.560 - Niplan Engenharia e Construções S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Santa Branca/SP, outras.

Nº 1.561 - Gustavo Vertuan Franco, UHE Jurumirim, Município de Itaí/SP, irrigação.

Nº 1.562 - Gustavo Vertuan Franco, UHE Jurumirim, Município de ITAÍ/SP, irrigação.

Nº 1.563 - Helcio Rodrigo Sasseron, UHE Furnas, Município de Alfena/MG, irrigação.

Nº 1.564 - Jose Carlos Fernandez, UHE Jurumirim, Município de Itaí/SP, irrigação.

Nº 1.565 - Thomas Henrique Gomes de Sa Sobreira de Aragao, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/PE, irrigação.

Nº 1.566 - Ilso Zanata, Jose Aparecido Zanata, UHE Canoas I, Município de Itambaracá/PR, irrigação.

Nº 1.567 - Agropecuária Monte Cristo Ltda, rio Iquê, Município de Vilhena/RO, irrigação.

Nº 1.568 - Luciano Afonso de Campos e Silva, Talitha Neide Campos Sousa, UHE Três Marias, Município de Pompéu/MG, irrigação.

Nº 1.569 - Departamento de Estradas de Rodagem do Piaui, rio Poti, Município de Teresina/PI, outras.

Nº 1.570 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de Santa Isabel/GO, irrigação.

Nº 1.571 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de Santa Isabel/GO, irrigação.

Nº 1.572 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de São Luíz do Norte/GO, irrigação.

Nº 1.573 - Ricardo Henriques Pontes, rio Paranã, Município de Nova Roma/GO, irrigação.

Nº 1.574 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de São Luíz do Norte/GO, irrigação.

Nº 1.575 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de São Luíz do Norte/GO, irrigação.

Nº 1.576 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de Nova Glória/GO, irrigação.

Nº 1.577 - Andreia Lucia Pereira da Silva, Ribeirão do Sapé e Córrego das Pedras, Município de Monte Santo de Minas/MG, irrigação.

Nº 1.578 - AGRO-RUB Agropecuária Ltda, rio das Almas, Município de Nova Glória/GO, irrigação.

Nº 1.579 - Caio Augusto Vilela, UHE São Simão, Município de Inaciolândia/GO, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

**ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorgas de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 1.541 - Valdomiro de Jesus Varjão, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/BA, irrigação.

Nº 1.547 - Adilson Roberto Mazzocco, rio Saia Velha, Município de Cidade Ocidental/GO, irrigação.

O inteiro teor dos Indeferimentos, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

**ATO Nº 1.580, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu:

Revogar a outorga emitida a Carmelinda Carneiro de Araújo, por meio da Outorga ANA nº 324, de 26 de março de 2018, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

**ATOS DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu:

Nº 1.581 - Indeferir o pedido de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União em nome de MUNICIPIO DE PATROCINIO PAULISTA, CPF/CNPJ nº 45.318.185/0001-15, por motivo de não aceitação pelo usuário das alterações realizadas pela ANA, no prazo previsto no §4° do Art. 6° da Resolução ANA n° 1.938, de 30 de outubro de 2017.

Nº 1.582- Indeferir o pedido de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União em nome de MUNICIPIO DE TERESINA, CPF/CNPJ nº 06.554.869/0002-45, por motivo de insuficiência de informações no prazo solicitado, conforme estabelecido no §2º do Art. 6º da Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017.

Nº 1.583 - Indeferir o pedido de Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União em nome de FORTYNEER ENGENHARIA EIRELI, CPF/CNPJ nº 32.969.954/0001-01, por motivo de insuficiência de informações no prazo solicitado, conforme estabelecido no §2º do Art. 6º da Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

### CONSELHO DELIBERATIVO

**RESOLUÇÃO CONDEL/SUDENE Nº 144, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 4º. incisos I, II, VIII e XI, 5º, inciso II, 8º, § 1º, e 10, inciso I, da LC n. 125/2007, nos artigos 1º, incisos I, II e XI, e 4º, incisos II e XII, alíneas "a" e "b", do Anexo I ao Decreto n. 8.276/2014, nos artigos 11, inciso XVI, e 60 do RI-CONDEL/SUDENE, nos artigos 1º, incisos I, II, VIII e XI, e 4º, incisos II, IV e XII, alíneas "a" e "b", da Resolução DC/SUDENE n. 271/2017, e na Portaria MDR n. 2.175/2020, resolve:

Art. 1º Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 145/2021, sancionada pela Diretoria Colegiada da Sudene na 390ª reunião, realizada em 15 de julho de 2021, que trata da revisão das Diretrizes e Prioridades que deverão nortear a proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2021.

Art. 2º A Proposição de que trata o artigo anterior e a documentação técnica que lhe dá suporte passam a integrar a presente Resolução.

Art. 3º A matéria aprovada nesta Resolução deverá ser apresentada na próxima reunião do Conselho Deliberativo da Sudene para fins de ratificação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicizada no site da Sudene na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/sudene e publicada no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO MARINHO

**RESOLUÇÃO CONDEL/SUDENE Nº 145, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 4º. incisos I, II, VIII e XI, 5º, inciso II, 8º, § 1º, e 10, inciso I, da LC n. 125/2007, nos artigos 1º, incisos I, II e XI, e 4º, incisos II e XII, alíneas "a" e "b", do Anexo I ao Decreto n. 8.276/2014, nos artigos 11, inciso XVI, e 60 do RI-CONDEL/SUDENE, nos artigos 1º, incisos I, II, VIII e XI, e 4º, incisos II, IV e XII, alíneas "a" e "b", da Resolução DC/SUDENE n. 271/2017, e na Portaria MDR n. 1.369/2021, resolve:

Art. 1º Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 146/2021, sancionada pela Diretoria Colegiada da Sudene na 391ª reunião, realizada em 28 de julho de 2021, que trata da revisão das Diretrizes e Prioridades que deverão nortear a proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2022.

Art. 2º A Proposição de que trata o artigo anterior e a documentação técnica que lhe dá suporte passam a integrar a presente Resolução.

Art. 3º A matéria aprovada nesta Resolução deverá ser apresentada na próxima reunião do Conselho Deliberativo da Sudene para fins de ratificação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicizada no site da Sudene na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/sudene e publicada no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO MARINHO

**RESOLUÇÃO CONDEL/SUDENE Nº 146, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, o inciso XVI do art. 11 e art. 60 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Sudene, bem como o estabelecido pela alínea "c", inciso XII, art. 4º do Anexo I do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, e tendo em vista o disposto no inciso III, art. 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e no inciso IV do art. 57 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, além de instrumentalizado por Proposição apresentada pela Autarquia anuindo posição do Ministério do Desenvolvimento Regional, e considerando a urgência e relevância do assunto, resolve:

Art. 1º Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 147/2021, sancionada pela Diretoria Colegiada da Sudene em sua 391ª reunião realizada em 28 de julho de 2021, referente à avaliação do Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no exercício de 2020.

Art. 2º Autorizar a Sudene a encaminhar o referido relatório, acompanhado da decisão deste Colegiado, do Parecer Técnico Conjunto nº 2/2021 - MDR/SUDENE, de 28 de julho de 2021, e das demonstrações contábeis, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de

setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, de acordo com o previsto pelo § 5º do art. 20 da citada Lei.

Art. 3º A Proposição de que trata o art. 1º e a documentação técnica que lhe dá suporte passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicizada no site da Sudene na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/sudene e publicada no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO MARINHO

# Ministério da Economia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA ME Nº 10.041, DE 19 DE AGOSTO DE 2021(*)

Reduz o prazo de antecedência mínima entre a publicação do edital do concurso público e a realização da primeira prova nos certames com vistas ao provimento de cargos efetivos que constituem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 41 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica reduzido para trinta dias o prazo de antecedência mínima entre a publicação do edital do concurso público e a realização da primeira prova nos certames com vistas ao provimento de cargos efetivos que constituem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação nas instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Parágrafo único. A redução de que trata o caput aplica-se exclusivamente aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos de:

I - Professor da Carreira de Professor do Magistério Superior;

II - Professor Titular-Livre do Magistério Superior;

III - Professor da Carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;

IV - Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e

V - Técnico-Administrativo em Educação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

(*) Republicada por ter saído com incorreção do original Publicado no Diário Oficial da União, de 20 de agosto de 2021, Seção 1, página 19.

## CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

### PORTARIA CRSFN/ME Nº 7.955, DE 29 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a revogação de Portarias no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO - CRSFN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 6º, incisos I, II, XIX e XX do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 68, de 26 de fevereiro de 2016,

Considerando o que estabelece o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

Considerando o disposto na Portaria ME nº 329, de 29 de setembro de 2020, que publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes e aprova o plano de atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI 10372.100101/2020-67, resolve:

Art. 1º Revogar as seguintes Portarias do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

| NORMATIVO | ASSUNTO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|---|
| nº 1, de 12 de outubro de 2000, publicada no DOU de 13/10/2000 - seção 1, p. 13 | Trata da redistribuição de processos de Conselheiro titular a sucessor ao fim o mandato. | Revogação tácita |
| nº 2, de 25 de junho de 2001, publicada no DOU de 26/06/2001 - seção 1, p. 15 | Vincula entidades do segmento privado integrantes do CRSFN. | Revogação tácita |
| nº 4, de 25 de setembro de 2002, publicada no DOU de 29/10/2002 - seção 1, p. 16 | Devolução de processos sem recurso de ofício às primeiras instâncias. | Revogação expressa |
| nº 6, de 14 de dezembro de 2004, publicada no DOU de 25/01/2005 - seção 1, pp. 14, 15 | Esclarece que as autoridades de primeiro grau Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Banco Central do Brasil podem declarar extinção de punibilidade, no caso de falecimento de indiciado, mesmo quando o processo administrativo já houver tramitado nesta instância recursal com decisão condenatória na espécie. | Revogação tácita |
| nº 7, de 28 de junho de 2006, publicada no DOU de 29/08/2006 - seção 1, p. 38 | Estabelece critérios e procedimentos relativos à distribuição, trâmite e decisão de segundo grau em processos instaurados com base na Lei nº 10.755, de 03.11.03. | Revogação tácita |
| nº 8, de 31 de agosto de 2006, publicada no DOU de 4/9/2006 - seção 2, p. 36 | Institui Comissão de Trabalho para elaborar minuta de revisão do Regimento Interno do CRSFN aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996. | Efeitos exauridos no tempo |
| nº 9, de 5 de outubro de 2006, publicada no DOU de 11/10/2006 - seção 1, p. 30 | Prorroga prazo de que trata o caput do art. 2º da Portaria CRSFN nº 008, de 31 de agosto de 2006. | Efeitos exauridos no tempo |
| nº 10, de 1 de novembro de 2006, publicada no DOU de 3/11/2006 - seção 1, p. 25 | Estabelece procedimentos a respeito do pedido de revisão. | Efeitos exauridos no tempo |
| nº 11, de 17 de janeiro de 2007, publicada no DOU de 19/1/2007 - seção 1, p. 36 | Prorroga prazo de que trata o caput do art. 2º da Portaria CRSFN nº 008, de 31 de agosto de 2006. | Revogação tácita |
| nº 15, de 12 de março de 2014, publicada no DOU de 22/4/2014 - seção 2, p. 25 | Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS/CRSFN e dispõe sobre suas competências e seu funcionamento. | Efeitos exauridos no tempo |
| nº 26, de 17 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 21/2/2016 - seção 2, p.26 | Altera o art. 2º da Portaria CRSFN Nº 15, de 12 de março de 2014, que institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS/CRSFN e dispõe sobre suas competências e seu funcionamento. | Efeitos exauridos no tempo |

Art. 2º A revogação das portarias relacionadas no art. 1º não modifica as datas em que ocorreram as revogações tácitas, pelo decurso de tempo ou implementação de condição extintiva da respectiva vigência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANA TEIXEIRA DE TOLEDO

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
## PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO
## PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS

### ATO Nº 1, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Exclui pessoa física do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO AMAZONAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9°, inc. II da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 3, de 25 de agosto de 2004, exclui, pelos motivos apurados no bojo do processo administrativo n° 18390.100363/2020-15, o seguinte contribuinte do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

| NOME | CPF | Nº CONTA PAES | MOTIVO DA EXCLUSÃO |
|---|---|---|---|
| Espólio de Cícero Romão de Lima | 007.847.452-34 | 330300186491 | Inadimplência de parcelas |

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Amazonas, com endereço à Av. Governador Danilo de Matos Areosa, nº 1530, bloco B, 3º andar, bairro Distrito Industrial I, CEP nº 69.075-351, Manaus/AM, ou pagar o saldo consolidado com os benefícios do programa, nos termos do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004.

ALFREDO TIBÚRCIO PAIVA FROTA

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
## SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL
## DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

### PORTARIA Nº 10.130, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.102051/2021-29, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, as deliberações constantes do Instrumento de Decisão, de 7 de agosto de 2021, da sociedade estrangeira CHEC DREDGING CO., LTD., autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 1.372, de 6 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 9 de agosto de 2018, concernente à alteração promovida no objeto social da filial no Brasil, que passará a ser a exploração das atividades de dragagem, escavação, manutenção e preenchimento hidráulico de portos e vias navegáveis; colocação de condutos e cabos submarinos; elaboração de projetos de engenharia de proteção ambiental marinha e de desenvolvimento de recursos marinhos; serviços de locação temporária de mão-de-obra; fretamento de navios e locação de equipamentos relacionados; elaboração de projetos de engenharia e realização de obras portuárias, marítimas e fluviais, no Brasil e no exterior; participação em licitações domésticas e internacionais; Importação e exportação de equipamentos e materiais necessários para as atividades relacionadas; envio de pessoal; disponibilização de mão-de-obra necessária para implementar os projetos domésticos e estrangeiros acima mencionados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

## SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

#### CONSULTA PÚBLICA Nº 39, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de Suprimentos para Máquinas Copiadoras, Multifuncionais e Impressoras a Laser (NCM - 8443.31 e 8443.32).

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTA Nº 030/21 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE SUPRIMENTOS PARA MÁQUINAS COPIADORAS, MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS A LASER (NCM - 8443.31 E 8443.32), ESTABELECIDO PELO ART. 11 DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 67, DE 30/12/2019 e PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 269, DE 30/12/2013.

OBS: A proposta está em formato de Portaria e vale também para a legislação da ZFM (Portaria Interministerial nº 269, de 30/12/2013), quando cabível.

Art. 1º Os Processos Produtivos Básicos dos produtos SUPRIMENTOS PARA MÁQUINAS COPIADORAS, MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS A LASER, industrializados no País, passam a ser compostos pelas etapas dispostas nos artigos seguintes:

Art. 2º TONALIZADOR:

I - mistura, plastificação e homogeneização de matérias-primas;

II - moagem (desagregação mecânica preparatória para etapa de micronização);

III - micronização (moagem fina para obtenção de partículas de pó);

IV - aditivação (incorporação de aditivos externos: lubrificantes ou modificadores de cargas);

V - peneiramento (separação do pó em frações);

VI - injeção plástica do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador; e

VII - envasamento (dosagem volumétrica ou gravimétrica do tonalizador em frascos ou outros recipientes).

§ 3º As etapas constantes nos incisos I a IV deste arquivo poderão ser dispensadas, desde que a empresa beneficiária dos incentivos fiscais realize investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento), conforme estabelecido no art. 10.

Art. 3º REVELADOR:

I - revestimento dos núcleos por aplicação de camada isolante aos núcleos diversos ou aditivação;

II - mistura com o tonalizador (agregação de partículas de tonalizador aos núcleos revestidos);

III - peneiramento (separação mecânica do aglomerador); e

IV - envasamento (dosagem volumétrica ou gravimétrica do revelador em frascos ou em outros recipientes).

Art. 4º CONJUNTO TONALIZADOR, CONJUNTO REVELADOR E CONJUNTO TONALIZADOR E REVELADOR:

I - injeção plástica, moldagem ou sopro do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador;

II - montagem dos seguintes componentes: espumas e/ou feltro de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas, lâmina dosadora, lâmina de limpeza, cilindro fotorreceptor orgânico, batoque, selo de vedação, dentre outros, quando aplicáveis;

III - envasamento e vedação do cartucho; e

IV - fechamento do cartucho ou recipiente.

§ 1º Entende-se por CONJUNTO TONALIZADOR, CONJUNTO REVELADOR e CONJUNTO TONALIZADOR E REVELADOR o recipiente que, quando inserido na máquina, permanece no seu interior até o término de seu conteúdo, sendo o mesmo constituído por partes fixas e móveis, tais como depósito tonalizador com espumas de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas.

§ 2º A etapa constante do inciso I deste arquivo poderá ser dispensada, desde que a empresa beneficiária dos incentivos fiscais realize investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento), conforme estabelecido no art. 10.

Art. 5º CILINDRO COM LIGA FOTOSSENSÍVEL:

I - deposição da camada fotossensível sobre o cilindro preparado; e

II - montagem das partes e peças, totalmente desagregadas em nível básico de componentes, quando aplicável.

Art. 6º CONJUNTO FOTORRECEPTOR ORGÂNICO:

I - deposição da camada orgânica sobre o cilindro, por imersão ou pintura; e

II - montagem das partes e peças plásticas ou metálicas, totalmente desagregadas em nível básico de componentes.

Art. 7º CONJUNTO FOTORRECEPTOR ORGÂNICO FLEXÍVEL:

I - corte do substrato;

II - soldagem; e

III - montagem das partes e peças, totalmente desagregadas em nível básico de componentes.

Art. 8º CARTUCHO TONALIZADOR (TONER) DE IMPRESSÃO, COM OU SEM MECANISMO INCORPORADO, PARA IMPRESSORAS A LASER E LED:

I - injeção plástica, moldagem ou sopro do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador;

II - montagem dos seguintes componentes: espumas e/ou feltro de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas, lâmina dosadora, lâmina de limpeza, cilindro fotorreceptor orgânico, batoque, selo de vedação, dentre outros, quando aplicáveis;

III - envasamento e vedação do cartucho; e

IV - fechamento do cartucho ou recipiente.

Parágrafo único. A etapa constante do inciso I deste artigo poderá ser dispensada, desde que a empresa beneficiária dos incentivos fiscais realize investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento), conforme estabelecido no art. 10.

Art. 9º CARTUCHO TONALIZADOR (TONER) DE IMPRESSÃO, COM OU SEM MECANISMO INCORPORADO, COM DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO-FREQUÊNCIA - RFID (Radio-Frequency Identification), PARA IMPRESSORAS A LASER E LED:

I - fabricação do cartucho tonalizador (toner), compreendendo as seguintes etapas:

a) injeção plástica, moldagem ou sopro do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador;

b) montagem dos seguintes componentes: espumas e/ou feltro de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas, lâmina dosadora, lâmina de limpeza, cilindro fotorreceptor orgânico, batoque, selo de vedação, dentre outros, quando aplicáveis;

c) envasamento e vedação do cartucho; e

d) fechamento do cartucho ou recipiente.

II - fabricação da ETIQUETA INTELIGENTE ("SMART LABEL") ou "DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID, compreendendo as seguintes etapas:

a) corte do wafer, encapsulameto (quando aplicável) e teste dos circuitos integrados monolíticos;

b) impressão por qualquer meio ou tratamento eletroquímico ou químico ou vaporização ou corte ou deposição química, térmica ou mecânica de metal do circuito condutivo da antena sob o substrato;

c) montagem e soldagem e/ou colagem do circuito integrado no substrato da antena;

d) aplicação do adesivo e do papel ou filme antiaderente da parte inferior do substrato ou laminação do conjunto circuito integrado/antena em sua base;

e) teste de comunicação por radiofrequência; e

f) gravação e inicialização do circuito integrado.

III - embalagem final individual do cartucho de toner.

§ 1º Para efeito do cumprimento do Processo Produtivo Básico, estabelecido na etapa constante do inciso III deste artigo, entende-se como embalagem final individual, as operações de posicionamento do cartucho de toner, acessórios a serem incluídos, expansão da caixa de embalagem individual, acomodação do cartucho, dobras para o fechamento da embalagem individual, colagem para selagem da embalagem individual, gravação do Código Eletrônico do Produto (Eletronic Product Code - EPC), acomodação em caixa de transporte e etiquetagem.

§ 2º Para efeito do cumprimento do Processo Produtivo Básico do produto constante deste artigo, quando o cartucho tonalizador contiver dispositivo RFID, o software aplicativo da operação de gravação e controle do código único padrão EPC na memória do dispositivo RFID deverá ser desenvolvido no País.

§ 3º As etapas constantes das alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo poderão ser dispensadas caso a empresa beneficiária dos incentivos fiscais utilizar circuito integrado monolítico do dispositivo RFID desenvolvido no País, conforme comprovado junto ao MCTI, nos termos da Portaria MCT, nº 950, de 12 dezembro de 2006, além de realizar investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento), conforme estabelecido no art. 10.

§ 4º As etapas constantes das alíneas "c" e "d" do inciso I deste artigo poderão ser dispensadas caso a empresa beneficiária dos incentivos fiscais realizar investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento), conforme estabelecido no art. 10; e/ou reciclar 10% (dez por cento) do volume anual de cartuchos tonalizador produzidos de acordo com o respectivo PPB de forma isolada ou combinadamente.

§ 5º Entende-se como reciclagem o processo de coleta, separação e reaproveitamento dos materiais como insumo para fabricação de novos produtos, sendo que esta etapa poderá ser realizada internamente ou por empresa terceirizada.

§ 6º Excepcionalmente nos anos de 2021 e 2022, a etapa constante da alínea "a" do inciso II deste artigo poderá ser dispensada.

§ 7º Excepcionalmente nos anos de 2021 e 2022, a condição de dispensa a que se refere o §3º deste artigo ficará restrita apenas ao investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a que se refere aquele parágrafo.

Art. 10. O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere esta Portaria deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º Opcionalmente, o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) a que se refere o caput deste artigo poderá ser aplicado em projetos próprios ou atividades de desenvolvimento de fornecedores, com vistas à fabricação, desenvolvimento ou incremento, no País, de suprimentos para máquinas copiadoras, multifuncionais e impressoras a laser e led, de dispositivo de identificação de RFID e de circuitos integrados e de produtos ou soluções nas áreas de: automação, reciclagem e rastreabilidade de produtos e insumos de produção.

§ 2º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 3º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 4º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizadas até 31 de março do ano subsequente.

Art. 11. Os produtos relacionados nesta Portaria deverão atender às exigências do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e regulamentações específicas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Art. 12. Fica revogado o art. 11 da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 67, de 30 de dezembro de 2019.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.044, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o controle aduaneiro informatizado da movimentação de embarcações, cargas e unidades de carga nos portos alfandegados.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 1º As informações necessárias aos controles referidos no caput serão prestadas à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) pelos intervenientes na forma e prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, mediante o uso de certificado digital:

.....

§ 2º Os intervenientes devem aderir ao Domicílio Tributário Eletrônico - DTE como condição de habilitação ao sistema." (NR)

"Art. 22. .....

.....

§ 4º O prazo previsto no inciso I do caput fica reduzido a 5 (cinco) horas, no caso de embarcação que não esteja transportando mercadoria sujeita a manifesto, ou que possua somente manifestos a carregar, ou arribada.

.....

§ 7º Os prazos a que se refere o inciso II do caput não se aplicam:

I - à manifestação de contêineres vazios e demais unidades de carga vazias, quando movimentadas entre portos nacionais, caso em que deverá ser informada em sistema, nos termos dessa Instrução Normativa, até a atracação da embarcação na próxima escala; e

II - aos casos de desdobro de carga a granel de exportação em que o CE regularmente informado deve ser retificado para a inclusão de novos CE (split), desde que mantida a mesma Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as referidas inclusões ocorram no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da emissão do passe de saída do porto de carregamento.

§ 8º As solicitações de retificação de cargas de exportação podem ser registradas no sistema nos prazos de até 60 (sessenta) dias para cargas exportadas a granel e de até 7 (sete) dias para as demais cargas, contados da data de emissão do passe de saída do porto de carregamento, associados a manifestos BCE ou LCE." (NR)

"Art. 27-A. .....

.....

II - de CE, a alteração, exclusão, desassociação ou, na exportação, o desdobro do CE, bem como a inclusão, alteração ou exclusão de seus itens após:

....." (NR)

"Art. 30. .....

.....

§ 1º Na impossibilidade de assinatura do termo de responsabilidade eletrônico no sistema, a empresa de navegação operadora da embarcação deverá entregar o Termo de Responsabilidade (TR), em papel e assinado, à RFB para a emissão do passe de saída.

.....

§ 3º Considera-se atendida a obrigação de entrega dos manifestos e conhecimentos de carga à RFB relativos a cargas de exportação quando os respectivos dados tiverem sido informados no sistema, observados os prazos de até 60 (sessenta) dias para cargas exportadas a granel e de até 7 (sete) dias para as demais cargas, contados da data de emissão do passe de saída do porto de carregamento, para o registro de eventual solicitação de retificação." (NR)

"Art. 32-A. .....

.....

§ 2º A emissão do passe de saída será realizada automaticamente pelo Siscomex Carga, condicionada à inexistência de bloqueio específico para a embarcação, à conclusão das operações da embarcação por operador portuário e à assinatura do termo de responsabilidade eletrônico, ou, na sua impossibilidade, mediante a liberação pela RFB no sistema.

....." (NR)

"CAPÍTULO IV DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO ELETRÔNICO" (NR)

"Art. 44-D. Os prazos previstos nessa Instrução Normativa serão controlados automaticamente pelo sistema e poderão resultar em ocorrências registradas em nome do interveniente.

§ 1º O interveniente poderá ser responsabilizado pelas ocorrências a que der causa, bem assim por aquelas a que derem causa seus prepostos, empregados, contratados ou subcontratados.

§ 2º O interessado poderá solicitar, de forma justificada, até o 15º dia do mês subsequente ao registro da ocorrência gerada pelo sistema, a sua exclusão à unidade da RFB responsável pela apuração.

§ 3º O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil designado deverá analisar as ocorrências registradas em sistema, assim como as eventuais solicitações formalizadas no termos do § 2º do caput, até o fim do mês subsequente ao de seu registro.

§ 4º Em caso de insubsistência da ocorrência gerada, de deferimento de justificativa apresentada pelo interveniente ou de prazo insuficiente para conclusão da análise, o Auditor-Fiscal da RFB responsável deverá excluir ou sobrestar, conforme o caso, a ocorrência da relação que será submetida ao procedimento de lançamento.

§ 5º A ocorrência excluída ou sobrestada poderá, dentro do prazo decadencial, ser novamente incluída para lançamento da infração por Auditor-Fiscal da RFB." (NR)

"Art. 44-E. As ocorrências não excluídas ou não sobrestadas nos termos do § 4º do art. 44-D serão objeto de lançamento a ser formalizado por meio de notificação de lançamento eletrônico (NLE).

§ 1º O interessado deverá ser cientificado da notificação de lançamento nos termos dispostos no art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

§ 2º A notificação de lançamento não prejudica a imposição de outras penalidades previstas na legislação, a exigência dos tributos incidentes e a representação fiscal para fins penais, quando for o caso." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de setembro de 2021.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

### SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.009, DE 29 DE JULHO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Reforma de ofício a Solução de Consulta no 76 - SRRF07/Diana, de 23 de novembro de 2011.

Código NCM: 2005.70.00

Mercadoria: Azeitonas previamente submetidas a lixiviação e fermentação láctica (mesmo que já iniciada e ainda não concluída), conservadas transitoriamente em água salgada (8 a 14%) para assegurar sua conservação, apresentadas em bombonas plásticas, com peso variando de 50 kg a 180 kg.

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

### SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.010, DE 29 DE JULHO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Reforma de ofício a Solução de Consulta nº 231 - SRRF09/Diana, de 1º de setembro de 2008.

Código NCM: 9018.41.00

Mercadoria: Placa de circuito impresso com microprocessador e componentes passivos e ativos montados, além de conectores para conexão elétrica por cabos elétricos e conexão mecânica por mangueira de ar, destinada ao controle da rotação e do sentido de giro de micromotor para aparelho odontológico de mão de brocar, medindo aproximadamente 5 cm x 15 cm e comercialmente denominada "Placa eletrônica para controle".

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 b) do Capítulo 90) e RGI 6 (Nota 2 b) do Capítulo 90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

### SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.011, DE 02 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Reforma de ofício a Solução de Consulta nº 8 - SRRF01/Diana, de 6 de setembro de 2010.

Código NCM: 7308.90.90

Mercadoria: Padrão de entrada (padrão de energia) composto por poste tubular em aço galvanizado, conduíte, fiação, haste de aterramento, racks padrão de 1 e 2 elementos, caixa para medidor de energia elétrica (não incluso) e disjuntor, além de porcas, parafusos, arruelas, roldana, abraçadeiras, bucha e calota para poste preparados de forma a permitir a ligação da unidade consumidora à rede da concessionária de energia elétrica (distribuidora).

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 3 b), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

### SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.012, DE 2 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF09/Diana no 57, de 7 de julho de 2011.

Código NCM: 8536.50.90

Ex Tipi: 03

Mercadoria: Sensor de presença com dupla tecnologia de detecção (infravermelho passivo e microondas), utilizado em sistemas de alarme e segurança, com saída do tipo relé (contato elétrico normalmente fechado - NC), ou opcionalmente normalmente aberto (NO), possuindo proteção antiviolação (NC), próprio para ser instalado em ambientes internos de residências, escritórios, museus, etc.

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 a) da Seção XVI), RGI 6 e RGC-1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; RGC/Tipi-1; e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.255, DE 8 DE JULHO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8479.89.99

Mercadoria: Aparelho eletromecânico provido de rodízios, próprio para facilitar a higienização de pessoas acamadas, recém-nascidos, cadeirantes, entre outros, para utilização hospitalar ou residencial, de aço inoxidável, dotado de ducha manual com mangueira, pia tipo bancada, bandeja na forma de nicho, aquecedor instantâneo de água com mostrador digital, bomba para pressurização da água, reservatórios de água limpa e suja (coletada), forra leito tipo prancha ergonômica (opcional), com dimensões de 55 x 55 x 90 cm e peso de 70 kg.

Dispositivos Legais: RGI/SH 1, RGI/SH 6 e RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.256, DE 8 DE JULHO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8519.81.90

Ex Tipi: sem enquadramento

Mercadoria: Caixa acústica (210 x 90 x 90mm), contendo dois alto-falantes, amplificador de audiofrequência (30 W RMS), capaz de reproduzir sinais de áudio gerados por equipamentos externos ou gravados em cartão de memória, sem função de rádio, possuindo conexões bluetooth, USB, P2 e para cartão de memória Micro SD, dotada de bateria interna de 3.000mAh e leds decorativos.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.260, DE 12 DE JULHO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8431.20.11

Mercadoria: Roda em liga de alumínio com revestimento em borracha de dureza 70/72 Shore, utilizada principalmente em empilhadeiras elétricas tracionárias autopropulsadas de uso industrial, compatível com AGVs (Automated Guided Vehicles) e carros elétricos autopropulsados de limpeza indoor, com diâmetro de 250 mm, largura 101 mm e peso de 3 kg.

Dispositivos Legais: RGI 1 (textos da Nota 2 da Seção XVI e da posição 84.31), RGI 6 (texto da subposição de primeiro nível 8431.20) e da RGC-1 (textos do item 8431.20.1 e do subitem 8431.20.11) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.261, DE 12 DE JULHO DE 2021

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8208.90.00

Mercadoria: Disco de aço orbital inacabado, temperado e revenido, cortado a laser com furos de arrasto, apresentando no estado em que se encontra as características essenciais do artigo acabado, próprio para ser acoplado em máquinas de corte de papeis higiênicos em geral, com dimensões básicas de Ø610 x Ø81,8 x 5,2 mm e peso de 11,6 kg.

Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 82.08), RGI 2 a) e RGI 6 (texto da subposição 8208.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.262, DE 12 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8518.22.00
Mercadoria: Caixa de som portátil própria para amplificar o som reproduzido por aparelho externo, contendo dois drivers, dois radiadores passivos, bateria interna de 1.200 mAh, entrada auxiliar e bluetooth, não possuindo receptor de rádio e sendo incapaz de reproduzir sinais de áudio gravados em suporte semicondutor ou óptico, apresentando 7,3 cm de diâmetro, 17,2 cm de comprimento e 374 gramas, acompanhada de cabo de alimentação e alça de transporte.
Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 85.18) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8518.2 e da subposição de segundo nível 8518.22) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.263, DE 16 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 9404.29.00
Mercadoria: Colchão sem recobrimento, constituído de um emaranhado de fios de plástico não alveolar, produzido por extrusão, moldagem e consolidação térmica, com formato aproximado de um paralelepípedo retângulo, próprio para uso ortopédico antiescaras.
Código NCM: 9404.90.00
Mercadoria: Almofada sem recobrimento, constituída de um emaranhado de fios de plástico não alveolar, produzida por extrusão, moldagem e consolidação térmica, com formato aproximado de um paralelepípedo retângulo, própria para uso ortopédico antiescaras, seja como uma almofada avulsa, seja destinada a guarnecer um assento.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 b) do Capítulo 94), RGI 2 a) e RGI 6 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e atualizações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.264, DE 16 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 6307.90.90
Mercadoria: Envoltório de compressão para auxílio no tratamento de doenças venosas ou linfáticas, de matéria têxtil (náilon, poliuretano e elastano), sem elementos de sustentação rígidos de outras matérias, constituído de tiras ajustáveis unidas entre si, com fechos aderentes nas suas extremidades, apresentado em formato e dimensões específicos para uma determinada parte do corpo, que pode ser: dedos do pé, pé, panturrilha, joelho, coxa, braço, ou punho e mão.
Código NCM: 6307.90.90
Mercadoria: Tira de extensão, de matéria têxtil (náilon, poliuretano e elastano), com fechos aderentes nas suas extremidades, sem elementos de sustentação rígidos de outras matérias, própria para ser fixada num envoltório de compressão para pé, panturrilha, joelho ou coxa, com o intuito de estender em 10 cm uma das tiras ajustáveis do envoltório, em caso de incompatibilidade de medidas com o paciente.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e atualizações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.265, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.62.41
Mercadoria: Roteador veicular digital para rede sem fio (Wi-Fi), com modem de tecnologia celular integrado (com slot para Micro SIM card), possui formato próprio para ser conectado diretamente à porta On Board Diagnostics - OBD II do veículo, medindo 63mm x 50mm x 25mm, pesando 224g.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 (Nota 3 da Seção XVI), da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.266, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.90.90
Ex Tipi: sem enquadramento
Mercadoria: Caixa de emenda óptica tipo domo, de matéria plástica, própria para acomodação e proteção de terminações e emendas ópticas em redes de acesso de banda larga (voz, vídeo e dados) do tipo FTTH (Fiber to the Home). Possui formato cilíndrico e é confeccionada em termoplásticos autoextinguíveis, com domo e base em polipropileno, anel de fechamento em poliamida com fibra de vidro e bandeja interna em blenda de policarbonato com ABS, contendo pequenas peças de aço inox. Capacidade máxima de até 48 fibras ópticas. Não possui componente óptico, elétrico ou conector.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi (RGC/TIPI-1), aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.267, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.90.90
Ex Tipi: sem enquadramento
Mercadoria: Caixa de emenda óptica tipo domo, de matéria plástica, própria para acomodação e proteção de terminações e emendas ópticas em redes de acesso de banda larga (voz, vídeo e dados) do tipo FTTH (Fiber to the Home). Possui formato cilíndrico e é confeccionada em termoplásticos autoextinguíveis, com domo e base em polipropileno, anel de fechamento em poliamida com fibra de vidro e bandeja interna em blenda de policarbonato com ABS, contendo pequenas peças de aço inox. Capacidade máxima de até 144 fibras ópticas. Não possui componente óptico, elétrico ou conector.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi (RGC/TIPI-1), aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.268, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8450.90.90
Mercadoria: Painel de policarbonato, autoadesivo, com formato próprio para ser colado sobre a placa de interface de comando de máquina de lavar roupa com capacidade de 7 kg, impresso com indicações das teclas de acionamento das funções, que possuem relevo, e de outras informações relativas ao seu funcionamento, comercialmente denominado "Painel decorativo para uso em lavadora de roupa".
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.269, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 7606.12.90
Mercadoria: Chapas ou tiras de liga de alumínio laminado com espessura de 0,3 mm com filme PET de alto brilho, apresentadas nas seguintes formas: plana medindo 0,3 x1250 x 2500 mm, com peso aproximado de 2,74 kg/chapa; em bobinas com larguras de até 1250 mm e peso aproximado de até 2000 kg por bobina. Com teores de alumínio (Al) superior a 99%, de manganês (Mn) superior a 0,10% e de magnésio (Mg) inferior a 0,10%.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.270, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 9305.99.00
Mercadoria: Tubo de aço especial, denominado de "provete de velocidade", com calibre de 7,62 mm, dotado de raiamento interno, cuja função é guiar e imprimir giro a um projétil, usado em equipamentos de ensaio balístico, onde é fixado por meio de um receptor universal; possui uma câmara onde se aloja o cartucho de munição a ser testado.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 93.05) e 6 (textos das subposições 9503.99.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.271, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 9305.99.00
Mercadoria: Tubo de aço especial, denominado comercialmente de "provete de pressão", com calibre de 12,7 x 99 mm, dotado de raiamento interno, cuja função é medir o momento de saída, guiar e imprimir giro a um projétil, usado em equipamentos de ensaio balístico, onde é fixado por meio de um receptor universal; possui uma câmara onde se aloja o cartucho de munição a ser testado.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 93.05) e 6 (textos das subposições 9503.99.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.272, DE 20 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8470.90.90
Mercadoria: Terminal para efetivação de apostas em casas lotéricas oficiais com a emissão de comprovante (mesmo que impresso em dispositivo auxiliar) e para realização de transações financeiras autorizadas pela Caixa Econômica Federal, composto por gabinetes (principal e secundário), unidade de leitura de imagens por contato (scanner) de 300 dpi, tela de cristal líquido de 15 polegadas, fonte de alimentação interna de 100-240 V e módulos de memória RAM SODIMM e SATA SSD M.2, com dimensões de 361 x 405 x 406,4 mm e peso total de 20 kg. A mercadoria permite a utilização de dispositivos auxiliares como leitores de unidade de cartão (smart cards), monitores externos e impressoras, por meio das portas de conexão padrão serial e padrão USB disponíveis, e também da conexão a redes de comunicação com fio (padrão RS232 e RS485) ou WiFi. É denominado comercialmente "Terminal Financeiro Lotérico (TFL)".
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.273, DE 21 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3002.15.90
Mercadoria: Estojo (kit) de diagnóstico, constituído por 25 cassetes de teste impregnados com anticorpos (anticorpo anti 1, anticorpo anti 2, anticorpo anticoelho e anticorpo de cabra anti-IgG de coelho), 1 ID chip, 25 ponteiras, 25 unidades de solução tampão e 1 manual de instruções, utilizado na detecção do dímero D (produto da degradação da fibrina) por meio de ensaio de imunodetecção por fluorescência.

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (Nota 2 do Capítulo 30), RGI/SH 3 b), RGI/SH 6 e RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizada pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.274, DE 21 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3307.90.00
Ex TIPI: sem enquadramento
Mercadoria: Solução aquosa de cloreto de sódio (0,9 %), destinada a nebulização, lavagem de ferimentos, hidratação da pele e limpeza de lentes de contato, acondicionada em frascos de plástico contendo 100 ml, 250 ml ou 500 ml, comercialmente denominada "Soro fisiológico".

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (Nota 2 da Seção VI) e RGI/SH 6 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.275, DE 21 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 9305.99.00
Mercadoria: Tubo de aço especial, denominado "provete de velocidade", com calibre de 5,56 mm, dotado de raiamento interno, cuja função é guiar e imprimir giro a um projétil, usado em equipamentos de ensaio balístico, onde é fixado por meio de um receptor universal; possui uma câmara onde se aloja o cartucho de munição a ser testado.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 e 6 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.276, DE 21 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.90.90
Ex Tipi: sem enquadramento
Mercadoria: Caixa de emenda óptica tipo domo, constituída de plástico, empregada em rede FTTH (Fiber to the Home) como invólucro para acomodação e proteção de terminações, splitters, emendas permanentes por fusão, cabos ópticos, cabos drop e adaptadores ópticos, com 4 saídas, 3 bandejas e capacidade de acolher 72 fibras ópticas. O domo e a base são de polipropileno, o anel de fechamento de poliamida com carga de fibra de vidro e as bandejas são de policarbonato com ABS. Não possui componente óptico, elétrico ou conector.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi (RGC/TIPI-1), aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.277, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.90.90
Ex TIPI: sem enquadramento
Mercadoria: Gancho, com corpo de plástico (poliamida), mesmo com componentes de metal comum, próprio para tensionar a corda sem a necessidade de fazer laços ou nós, com dimensões de 90 mm (comprimento) por 45 mm (largura) por 20 mm (espessura) e peso líquido de 30 g, comercialmente denominado "Gancho tensor".
Dispositivos Legais: RGI/SH 1, RGI/SH 6 e RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.278, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 2204.21.00
Ex TIPI: sem enquadramento
Mercadoria: Conjunto constituído de vinho fino tinto seco (uvas cabernet franc e syrah) com teor alcoólico de 12,5 °GL, vinho fino rosé meio seco (uvas cabernet sauvignon e grenache) com teor alcoólico de 11,5 °GL, vinho fino branco meio seco (uvas pinot grigio e muscat) com teor alcoólico de 11,5 °GL e vinho frisante natural branco suave (uva muscat) com teor alcoólico de 7,0 °GL, apresentado em latas com capacidade de 269 ml cada, acondicionado em uma caixa de cartão, comercialmente denominado "Pack misto".
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (Nota 3 do Capítulo 22) e RGI/SH 6 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.279, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3824.99.79
Ex TIPI: sem enquadramento
Mercadoria: Produto constituído por óxido magnético de ferro (magnetita), sulfato de sódio e água, obtido por meio da reação entre sulfato de ferro e hidróxido de sódio, apresentado sob a forma de suspensão, próprio para ser utilizado no tratamento de água e efluentes, acondicionado em contêiner IBC ou tambores de tamanhos diversos.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1, RGI/SH 6 e RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.280, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3911.90.29
Mercadoria: Cloridrato de sevelâmer (CAS 152751-57-0), polímero sintético com mais de 5 motivos monoméricos (em média), sem adição de carga, utilizado para prevenir a hiperfosfatemia em pacientes com insuficiência renal, apresentado em pó, acondicionado em bombonas com peso líquido de 25 kg.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (Notas 3 e 6 do Capítulo 39), RGI/SH 6 e RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.281, DE 26 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.12.90
Mercadoria: Aparelho portátil de radiotelefonia, com formato de telefone do tipo walkie talkie, utilizado para comunicação bidirecional de voz e outros dados, compatível com padrão digital aberto DMR, com modo de operação digital e analógico, modulação 4FSK e FM, operando na faixa de frequência UHF, comercialmente denominado "rádio portátil digital".
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 c/c RGI 3 c) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e atualizações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.282, DE 26 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.90.90
Ex Tipi: sem enquadramento
Mercadoria: Recipiente rígido de plástico, selado, medindo 17 x 10 x 3cm, contendo gel constituído de um polímero (carboximetilcelulose ou carbopol), alcalinizante, conservante e água, destinado a, após refrigerado, ser colocado no interior de caixas térmicas portáteis, a fim de conservar a temperatura baixa durante o transporte de produtos de uso médico.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota nº 6 do Capítulo 39), RGI 6, RGC 1 e RGC/Tipi-1, da NCM/SH, da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.283, DE 27 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado em aulas práticas no decorrer do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, apresentado em caixa de plástico com alça, contendo os produtos descritos como: conjunto com quatro unidades de espátulas de plástico para cosméticos, kit com quatro tigelas de plástico, duas espátulas e colheres de medição, kit profissional removedor de cravos e espinhas com cinco curetas para acne, máscara de compressa quente 110 ou_220 V, toalha descartável multiuso, compacta e desidratada, dois pincéis profissionais para maquiagem da face, de silicone, dois pincéis máscara facial e kit sobrancelha contendo pinça, tesoura, paquímetro e pincel.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.284, DE 27 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 4011.90.90
Mercadoria: Pneumático novo de borracha, diagonal, com altura de 22' ' , largura de 11' ' e aro de 10" , para uso exclusivo em quadriciclo autopropulsado, do tipo Utility Task Vehicle (UTV) ou do tipo All Terrain Vehicle (ATV), utilizado no lazer em trilhas rurais.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e RGC/Tipi-1 da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.285, DE 27 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 4011.90.90
Mercadoria: Pneumático novo de borracha, diagonal, com altura de 32' ' , largura de 10' ' e aro de 15" , para uso exclusivo em quadriciclo autopropulsado, do tipo Utility Task Vehicle (UTV) ou do tipo All Terrain Vehicle (ATV), utilizado no lazer em trilhas rurais.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e RGC/Tipi-1 da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.286, DE 27 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 4011.90.90
Mercadoria: Pneumático novo de borracha, radial, com altura de 32' ' , largura de 10' ' e aro de 15" , para uso exclusivo em quadriciclo autopropulsado, denominado Utility Task Vehicle (UTV), utilizado no lazer em trilhas rurais.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e RGC/Tipi-1 da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.287, DE 27 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.62.72
Mercadoria: Fones de ouvido intra-auriculares sem fio, para serem usados em par ou individualmente, com as funções de captar e reproduzir áudio, mudar ou pausar músicas, iniciar, atender ou rejeitar ligações telefônicas e de operar sistema assistente de voz, controlados pelo usuário por meio de sensores touch e comando de voz, que operam conectados a outro dispositivo compatível (celular, notebook, tablet), com tecnologias TWS (True Wireless Stereo) e Bluetooth®, com alcance de 10 metros, na faixa de frequência de 2,4 GHz e com taxa de transmissão de 2 Mbit/s, munidos de circuitos receptores, transmissores, processadores de sinal, alto-falantes (auscultadores), microfones e baterias de lítio, acompanhados de módulo para carregamento (case), um par de silicones extras, um cabo para carregamento e manual do usuário.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores. Parecer OMA 8517.62/20 (atualização aprovada pela Instrução Normativa RFB nº 1926, de 16 de março de 2020).

NEY CÂMARA DE CASTRO
Presidente da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.288, DE 29 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3808.93.29
Mercadoria: Herbicida à base de diuron e bromacila, em concentração de 400 g/kg cada, próprio para uso agrícola no controle seletivo de plantas infestantes de citros e abacaxis, apresentado na forma de um granulado dispersível; acondicionado em barricas de papelão, embalagens metálicas ou de fibra, sacos plásticos ou de papel, com pesos variando de 1 a 1.000 kg; ou sacos plásticos contendo embalagens hidrossolúveis de 100 g a 1 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 c/c RGI 3 c) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.289, DE 29 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.12.90
Mercadoria: Aparelho portátil de radiotelefonia, com formato de telefone do tipo walkie talkie, utilizado para comunicação bidirecional de voz, compatível com padrão digital aberto DMR, com modo de operação digital e analógico, modulação 4FSK e FM, operando nas faixas de frequência VHF ou UHF, comercialmente denominado "rádio portátil" ou "rádio de migração digital".
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 c/c RGI 3 c) da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.290, DE 29 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3919.90.90
Mercadoria: Película de controle solar autoadesiva para revestimento de vidros em geral, feita de plástico laminado (poli(tereftalato de etileno) - PET) plano com superfície adesiva impregnada com copolímero acrílico, cuja aplicação é feita com ajuda de umidificação apenas para retardar o efeito adesivo, dando maior tempo para o correto posicionamento do produto pelo aplicador, apresentada em rolos com largura de 1,52 m, comprimento de 1.200 metros e peso de 154 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.291, DE 29 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3824.99.79
Ex Tipi: 01
Mercadoria: Preparação de oligoelementos para plantas, fonte de cálcio e dos micronutrientes magnésio, zinco, boro, manganês, silício, molibdênio e cobre; constituída primordialmente por compostos inorgânicos como hidróxido de cálcio e magnésio (mais de 85%, em peso), além de compostos orgânicos, utilizada junto ao adubo durante a semeadura, apresentada em pó e acondicionada em sacos de 12 kg ou big bags de 600 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 c/c RGI 3 b), aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; RGC/Tipi-1; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.292, DE 29 DE JULHO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 6116.10.00
Mercadoria: Luvas de proteção confeccionadas em tecido de malha de algodão, impregnadas parcialmente com látex natural (palma da mão e dedos) proporcionando maior aderência, sem perder a característica de têxtil, de comprimento curto (até o punho); e próprias para uso em trabalhos pesados, apresentadas em embalagens contendo de 1 a 120 pares.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 1 do Cap. 61) e RGI 6 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.293, DE 2 DE AGOSTO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3910.00.30
Mercadoria: Resina de silicone, à base de vinil silicone, quartzo e hidrato de alumínio, utilizada para encapsular dispositivos eletrônicos com a finalidade de proteção física e dissipação de calor; resultante de sistema bicomponente constituído por partes líquidas complementares, próprias para serem misturadas em proporção definida para propiciar o processo de polimerização, e apresentadas ao mesmo tempo, cada parte acondicionada em recipiente único, seja em baldes de 25 kg ou em tambores de 200 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 da Seção VI e Notas 1, 3 a) e 6 do Cap. 39) e RGC 1 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.294, DE 2 DE AGOSTO DE 2021**

Assunto: Classificação de Mercadorias
Revisa Solução de Consulta nº 98.164, de 23 de maio de 2017.
Código NCM: 8517.18.99
Mercadoria: Aparelho telefônico para comunicação por fio através da Internet, utilizando IP (Internet Protocol), com unidade auscultador-microfone com fio, com funcionalidade de comunicação com vídeo (câmera e display) e aplicativos para compartilhamento de arquivos em reuniões virtuais, comercialmente denominado "IP Phone".
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BEL Nº 5, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL no exercício das atribuições que lhe confere o art. 949 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, que aprovou o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018), com respaldo na delegação de competência prevista na Portaria DRF/BEL n° 39, de 23/09/2020, publicada no DOU de 28 de setembro de 2020, e, tendo em vista o disposto nos art. 28 e 29 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 85 da Resolução CGSN n° 140, de 22 de maio de 2018, e considerando ainda, o que consta do Processo n° 10280.726.199/2021-97, declara:
Art. 1º. Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de 1º de janeiro de 2016, a empresa E. L. BARROS EIRELI, CNPJ 21.072.334/0001-40, com endereço na Travessa Teófilo Otoni nº 335, Bairro: Campina, CEP: 68.420-000, Mocajuba-PA, nos termos do inciso VIII, § 1º, do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, combinado com o inciso IV, alínea "g" item 2, do art. 84, este da Resolução CGSN Nº 140/2018, de 22 de maio de 2018, em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo nº 10280.726.199/2021-97.
Art. 2° Esta exclusão produzirá efeitos a partir de 01 de JANEIRO de 2017, próprio mês da ocorrência excludente, ficando impedida de optar pelo regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/2006, até 31/12/2020, de acordo com o art. 29 §1º.
Art. 3º A pessoa jurídica E. L. BARROS EIRELI, CNPJ 21.072.334/0001-40, poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua Jurisdição, nos termos do Decreto n° 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).
Art. 4º Não havendo manifestação no prazo indicado no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tomar-se-á definitiva.

ANTÔNIO MARCELINO PEREIRA NETO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

**RETIFICAÇÃO**

No Ato Declaratório Executivo nº 28, de 18 de Maio de 2021., publicado no DOU de 20 de maio de 2021, Seção 1 , páginas 142:
Onde se lê: "Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação."
Leia-se: "Art. 2º A Requerente é detentora da Central Geradora Eólica denominada Ventos de São Ciro e é integrante do Consórcio para a construção e operação de ativos comuns denominado "CONSÓRCIO VENTOS DO PIAUÍ II", inscrito no CNPJ nº 40.188.184/0001-80.
Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação."

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da

Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10166.771528/2021-61, formalizado em 21/07/2021, e seu Despacho Decisório nº 6.264/2021 - EBEN/SRRF/04, de 09/08-2021, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica CMPQ IGARASSU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., CNPJ nº 30.653.585/0001-00, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0083/2021, emitido pelo Ministério da Integração Nacional Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10166.771528/2021-61.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica CMPQ IGARASSU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., CNPJ nº 30.653.585/0001-00, localizado na Rodovia PE 41, Km 06 A, s/nº, Araripe, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco - CEP 53659-899, em razão de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Produtos Químicos - 1 - Soda Cáustica, Cloro Liquefeito, Ácido Clorídrico, Hipoclorito ATC e Hipoclorito BTC e Subprodutos: Vapor, conforme Laudo Constitutivo nº 0083/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Químicos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "e", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2029, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0083/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 6 DE AGOSTO DE 2021**

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10166.750363/2021-93, formalizado em 14/05/2021, e seu Despacho Decisório nº 6.369/2021 - EBEN/SRRF/04, de 06/08/2021, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica AGRESTE SANEAMENTO S.A., CNPJ nº 15.401.489/0001-80, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0051/2021, emitido pelo Ministério da Integração Nacional Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10166.750363/2021-93.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica AGRESTE SANEAMENTO S.A., CNPJ nº 15.401.489/0001-80, localizado na Rua Antônio Estevão da Silva, nº 274, Bairro Jardim Esperança, Município de Arapiraca, Estado de Alagoas - CEP 57307-600, em razão de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é: 1 - Captação, Tratamento e Distribuição de Água, conforme Laudo Constitutivo nº 0051/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Infraestrutura - Abastecimento de Água, na forma do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0051/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 13 DE AGOSTO DE 2021**

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.238649/2021-06, resolve:

Autorizar o fornecimento de 214.380 (Duzentos e quatorze mil, trezentos e oitenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelho, para selagem no exterior, à empresa COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº. 46.548.574/0013-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/097, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

| Marca Comercial | Características do Produto | Quantidade de Unidade |
|---|---|---|
| Vodka Absolut | Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL | 41.580 |
| Vodka Absolut | Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL | 172.800 |

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 57, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Cancelamento de Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBEN 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, combinado com o disposto na Portaria nº 152 da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 , art. 1º, no Decreto n° 6.144/2007, art.10º, e na IN RFB n° 1.911/2019, art. 588, e considerando o contido no processo administrativo n° 10580.727264/2010-64 e no Despacho Decisório 4.744/2021/EBEN/DRF/FSA, declara:

Art. 1° - Cancelada, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica UTE MC2 CATU S.A, CNPJ 10.441.884/0001-73, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a que se refere o Ato Declaratório Executivo n° 47, de 23 de setembro de 2010, vinculado ao projeto de implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE MC2 CATU, aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 597, de 28 de junho de 2010.

Art. 2º - O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2013.

SILVANO ALVES ROLEMBERG MENDONÇA

## EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 2

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 56, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Cancela a habilitação ao REIDI concedida por meio do Ato Declaratório Executivo DRF/VITORIA DA CONQUISTA n° 32, de 03 de dezembro de 2014, publicado no DOU em 05 de dezembro de 2014.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista os arts. 1° ao 5° da Lei n° 11.488, de 15 dejunho de 2007, e alterações, o Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 588, inciso II da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10540.721091/2014-71, declara:

Art. 1° CANCELADA a Habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), concedida à CENTRAIS EOLICAS BELA VISTA VIII S.A, CNPJ: 18.911.031/0001-60, por meio do Ato Declaratório Executivo n° 32, de 03 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 05 de dezembro de 2014, vinculado ao

projeto EOL Abil constante na Portaria n° 237, de 1º de setembro de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 02 de setembro de 2014, tendo em vista que a empresa não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 2°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas, art. 588, §6° da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 3°. A pessoa jurídica que tiver a habilitação cancelada não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação cancelada e somente poderá solicitar nova habilitação após o prazo de 2 (dois) anos, contado da data de publicação do ADE de cancelamento, art. 588, §7°, incisos I e II da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 4°. A pessoa jurídica que usufruiu do REIDI fica obrigada a recolher as contribuições não pagas em função da suspensão, acrescidas de juros e multa de mora ou de ofício na hipótese de ter cancelada sua habilitação antes da conversão da suspensão em alíquota zero, art. 592, inciso II da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO VITORIO FREITAS FONSECA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 49, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, pelos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, considerando o Ato Declaratório Executivo (DRF/Belo Horizonte/MG) nº 73 de 06 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial de 11 de novembro de 2020 e demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.213817/2020-82, aprova:

Art. 1º - O fornecimento de 297.540 (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, tipo bebida alcoólica, cor vermelha, à empresa Columbia Trading S/A, CNPJ 46.548.574/0018-48, localizada na Rua Serra do Rola Moça, nº 315 - galpão 09, bairro Distrito Industrial do Jatobá, CEP 30.668-271, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06101/244, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

| Marca Comercial | Características do Produto | Quantidade Cx | Quantidade Unid |
|---|---|---|---|
| VODKA ABSOLUT 750ml | Em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40% | 10.395 | 124.740 |
| VODKA ABSOLUT 1000ml NOVA EMBALAGEM NI | Em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% | 14.400 | 172.800 |

Parágrafo único: O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da Receita Federal do Brasil de seu domicílio fiscal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º- A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

**PORTARIA Nº 25, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir a pessoa jurídica PADARIA AMERICANA LTDA. - CNPJ: 21.549.399/0001-34, do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, de acordo com o inciso II do Art. 5º da Lei 9.964/2000: "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", conforme registrado no processo administrativo n° 10134.721035/2019-32, com efeitos a partir de 01/10/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

**PORTARIA Nº 26, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir a pessoa jurídica FEDERAÇÃO AQUÁTICA MINEIRA - CNPJ: 16.581.530/0001-00, do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, de acordo com o inciso I do Art. 5º da Lei 9.964/2000: "Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nos incisos I a V do caput do art. 3º (Art. - A opção pelo Refis sujeita a pessoa jurídica a: (...) III - acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas)", conforme registrado no processo administrativo nº 10680.728756/2018-04, com efeitos a partir de 01/10/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MG Nº 277, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.655755/2021-63, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica PUROLEITE INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 65.227.332/0001-59, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 29/07/2021 a 30/06/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1029193/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DE MAIORES CONTRIBUINTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DEMAC/RJO Nº 23, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A DELEGADA DA DELEGACIA DE MAIORES CONTRIBUINTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DEMAC/RJO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto Lei n° 11.488, de 15/06/2007, no Decreto n° 6.144, de 03/07/2007 e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 13031.590235/2021-06, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto 6.144/2007, nos exatos termos da Portaria Ministério da Infraestrutura/Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias nº 845/2021:

Empresa: IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A

CNPJ: 33.337.122/0001-27

Nome do Projeto: "Obra BEL-04 - Porto de Miramar", que tem por objetivo a implantação de obras de área e infraestrutura pública para a movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente combustíveis, localizada dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, na área denominada BEL04, referente ao Contrato de Arrendamento nº 12/2019-MINFRA, contemplando, dentre outras intervenções, os seguintes serviços e obras: (i) construção de um tanque vertical com capacidade nominal de 1.510 m³, destinado a armazenagem de combustíveis, com diâmetro de 11,46 metros e altura de 14,64 metros; (ii) construção de nova portaria e estacionamentos; (iii) demolição do armazém e construção de prédio para apoio, com área de 88,61 m²; (iv) Presets Eletrônicos na Plataforma e Supervisório Operacional; e (v) Skids de Carregamento e Descarga (fl. 34).

Setor: Infraestrutura no Setor de Transportes - Portos.

Art. 2º O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições, locações e importações de bens e nas aquisições e importações de serviços, vinculadas ao projeto aprovado, realizadas no período de cinco anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura (Decreto nº 6.144/2007, art. 3º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime, conforme art. 588, II da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

**PORTARIA ALF/GRU Nº 21, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Define requisitos para a transferência de carga aérea do TECA Importação para o TECA Exportação nos casos de devolução ou redestinação ao exterior.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no exercício das competências previstas nos artigos 298, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando os requisitos de segurança da aviação civil para cargas em saída do país, bem como a disponibilidade de equipamentos de inspeção não-invasiva do tipo "dual view" no aeroporto, resolve:

Art. 1º A carga aérea estrangeira armazenada no Terminal de Carga (TECA) de Importação, e cuja destinação ao exterior seja autorizada pela Alfândega, poderá ser transferida para a área de paletização do TECA de Exportação para ser submetida a procedimentos de unitização e inspeção de segurança.

§ 1º A transferência referida no caput é obrigatória para as cargas em operação de devolução ao exterior, e opcional, a critério da empresa aérea que efetuará o transporte, para as cargas em operação de redestinação ao exterior.

§ 2º A transferência da carga será realizada internamente ao TECA pelo depositário, e somente no sentido do TECA Importação para o TECA Exportação.

Art. 2º Antes de sua transferência ao TECA Exportação, o depositário envelopará a carga com filme plástico tipo "stretch" de cor diferenciada daquele usualmente empregado, de modo que seja possível distinguí-la facilmente das demais, inclusive quando observada pelo sistema de monitoramento de câmeras de vigilância.

§ 1º Autoriza-se inicialmente o uso de filme de cor vermelha, de densidade suficiente para que esta cor seja claramente visualizada.

§ 2º Qualquer alteração superveniente na cor, material ou forma de identificação das cargas objeto desta Portaria necessitam de autorização da Alfândega.

Art. 3º É vedada a permanência de cargas objeto desta Portaria no TECA Exportação sem o envelopamento de cor diferenciada.

Parágrafo único. Faculta-se à empresa aérea a remoção do filme "stretch" de cor diferenciada imediatamente antes da unitização final da carga em sua unidade de transporte (ULD), sendo neste caso vedada sua posterior retirada da respectiva ULD, ou imediatamente antes de sua saída do TECA Exportação, quando se tratar de volumes transportados de forma não unitizada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2021.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

**PORTARIA ALF/GRU Nº 22, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Revoga a Portaria ALF/GRU nº 293/2007.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no exercício das competências previstas nos artigos 298, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando a atual configuração de locais de acesso do aeroporto, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria ALF/GRU nº 293, de 14 de novembro de 2007, a qual disciplina a utilização da Porta da Esteira A do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 259, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro 2020, e pela Portaria DRF/SOR n° 38, de 13 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 13032.235651/2021-26, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº GP-08103/00097, ao estabelecimento: MARQUINHOS ARTES GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 02.533.237/0001-63, RUA: ACÁCIO GOMES, 356 - JARDIM SANTA VIRGÍNIA - CEP: 18740-000 - TAQUARITUBA (SP), para a atividade específica de gráfica, assim considerado o estabelecimento impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária.

Art. 2º O REGPI é concedido ao estabelecimento indicado e não à pessoa jurídica e limitada à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º No período de 3 (três) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, o estabelecimento identificado no art. 1º poderá realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos com a imunidade prevista na alínea d do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 4º A pessoa jurídica detentora do registro deverá observar os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 24 de julho de 2018.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 260, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, no Decreto nº 9.537, de 24 de outubro de 2018, na Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019, e no processo administrativo nº 13032.363185/2021-78, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) a pessoa jurídica: HAUSTHENE PRODUTOS TÉCNICOS DE POLIURETANO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.789.865/0001-10.

Art. 2º A habilitação tem validade em todo o território nacional e é aplicada a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, até 31 de dezembro de 2040.

Art. 3º Os termos e condições estabelecidos para a concessão da habilitação devem ser mantidos durante todo o período em que a pessoa jurídica fizer uso do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Alfandegamento de instalações portuárias localizadas dentro da área do Porto Organizado de Paranaguá.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e considerando o que consta do processo nº 10907.002614/2001-65, declara:

Art. 1º Ficam alfandegadas, a título permanente, até 18 de fevereiro de 2022, em favor do estabelecimento filial nº 3 da empresa CARGILL AGRÍCOLA S.A., CNPJ 60.498.706/0003-19, as instalações portuárias especializadas na movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais para exportação, localizadas dentro da área do Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Portuária, s/nº, D. Pedro II, Paranaguá, (PR), compostas por silos horizontais, moegas, tombadores, e demais estruturas e instalações acessórias, com um montante de área alfandegada de 20.784,00 m2, em conformidade com o Contrato de Transição nº 068/2021, celebrado entre a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e interessada em 13 de agosto de 2021.

Art. 2º No recinto ora alfandegado poderão ser realizadas as operações aduaneiras previstas nos incs. II e VI do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 2011, bem assim fica autorizado a operar com granéis sólidos vegetais, somente na exportação.

Art. 3º A fiscalização aduaneira será exercida no local de forma ininterrupta e ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Paranaguá, que poderá estabelecer rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal e aduaneiro.

Art. 4º Cumprirá à administradora das instalações em comento ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, alterado pelas Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em face das despesas administrativas relativas às atividades extraordinárias de fiscalização, conforme estabelecido no art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 5º Permanece atribuído ao recinto o código 9.80.14.05-6 a ser utilizado no Siscomex.

Art. 6º A presente autorização poderá ser extinta a pedido da administradora ou revista, a qualquer tempo, com vistas à adequá-la às normas vigentes, ficando, ainda, sujeita às sanções administrativas e outras penalidades previstas na legislação aplicável.

Art. 7º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 12, de 23 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2010.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CTA Nº 141, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Declara renovado o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) de estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de gráfica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, lotado na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência estabelecida no artigo 5º, e observado o disposto no artigo 10, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto acerca do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) a que estão obrigados os fabricantes, os usuários, importadores, os distribuidores e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e considerando ainda o constante do Processo Administrativo nº 10980.720543/2010-94, declara:

Art. 1°. Renovado o Registro Especial de Controle de Papel Imune para realizar operações com papel imune, na qualidade de GRÁFICA, inscrição GP-09101/00193, nos termos do artigo 8º, inciso V, da Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, o estabelecimento da pessoa jurídica NOVA GRAFICA E EDITORA LTDA., CNPJ nº 03.630.147/0001-53, com endereço Rua Carlos Essenfelder, nº 1562, Boqueirão, Curitiba-PR, CEP 81.650-090.

Art. 2°. O estabelecimento inscrito deverá cumprir as obrigações previstas na citada instrução normativa, sob pena de cancelamento do registro, bem como observar os demais atos legais que regem a matéria.

Art. 3°. Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação e a inscrição do registro especial terá prazo de validade de 3 (três) anos.

CELSO JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à empresa que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea

"b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e nos arts. 562 a 569 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13033.591500/2021-45, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para a pessoa jurídica BRASIL PALU LTDA, CNPJ nº 01.797.504/0001-47, aplicável a todos os seus estabelecimentos.

Art. 2º O prazo de 3 (três) anos contado da data da habilitação para fruição do benefício e a conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero observarão ao disposto nos artigos 572 e 573 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º: Os bens amparados pelo regime especial, conforme o art. 16 da Lei nº 11.196, de 2005, são apenas aqueles relacionados no anexo ao Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.581, de 26 de setembro de 2008.

Art. 4º: A pessoa jurídica vendedora deve fazer constar, na nota fiscal de venda, a expressão "venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com especificação do dispositivo legal correspondente, bem como o número deste ADE.

Art. 5º Durante a permanência no regime, caso a beneficiária deixe de cumprir os requisitos que condicionaram a habilitação, fica sujeita ao cancelamento de ofício, nos termos do art. 571 da IN RFB nº 1.911/2009.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TIAGO SFREDDO

# BANCO CENTRAL DO BRASIL

## ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA

## DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 144, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Estabelece prazos, horários e procedimentos operacionais previstos no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

O Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), no uso da atribuição que confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no art. 2º da Resolução BCB nº 55, de 16 de dezembro de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece prazos, horários e procedimentos operacionais previstos no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), anexo à Resolução BCB nº 55, de 2020.

CAPÍTULO II

DOS HORÁRIOS E PRAZOS

Art. 2º Os horários e os prazos previstos no Regulamento do Selic são os seguintes:

I - art. 16, § 1°: o horário de abertura do Selic é 6h30;

II - art. 16, § 1°: o horário de encerramento do Selic é 18h30 ou 13h, em 24 de dezembro, se dia útil, e no último dia útil do ano, exceto para o registro de:

a) operações de compra e venda, definitiva ou compromissada, à vista ou a termo, e de operações de recompra e revenda, que não incorram em liquidação financeira pelo Sistema de Transferência de Reservas (STR), e de promessas de compra ou de venda, cujos comandos podem ser transmitidos até as 20h30, ou até as 13h30, em 24 de dezembro, se dia útil, e no último dia útil do ano; e

b) operações de contratação de redesconto para liquidez no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), cujos comandos podem ser transmitidos, além do horário regular, entre o horário de encerramento do STR e 19h, ou entre o horário de encerramento do STR e 13h30, em 24 de dezembro, se dia útil, e no último dia útil do ano;

III - art. 52, inciso II: são transmitidos automaticamente pelo Selic, às 9h30, os comandos de compra e venda no dia da liquidação do correspondente termo;

IV - art. 56: transmitido um comando, todos os demais requeridos para o registro e a liquidação da operação ou das operações associadas ou conjugadas devem ser transmitidos no prazo de 60 minutos;

V - art. 59, § 1°: relativamente às operações referidas nesse artigo, o comando da outra parte é transmitido até uma hora e meia antes do horário de encerramento regular do Selic;

VI - art. 70, inciso I: os duplos comandos das operações pendentes de liquidação por insuficiência de títulos são cancelados após o decurso do prazo de pendência de 60 minutos ou no horário de encerramento do Selic, o que ocorrer primeiro; e

VII - art. 103, § 1º, inciso II: a concordância da câmara em liquidar revenda e recompra oriunda de operação compromissada ainda não liquidada no Selic é considerada revogada em algum momento compreendido entre 11h07 e 11h12, quando o compromisso for para o mesmo dia, entre 18h07 e 18h12, quando o compromisso for para dia posterior e nos horários estabelecidos pela câmara, em 24 de dezembro, se dia útil, e no último dia útil do ano.

Parágrafo único. O registro de operação de compra e venda, definitiva ou compromissada, à vista, previsto na alínea "a", do inciso II, do caput, é permitido somente para as operações contratadas por um participante com um cliente.

Art. 3º O decurso do prazo de 60 minutos, referido nos incisos IV e VI do caput do art. 2º, será verificado a cada 5 minutos, a partir das 9h30, para fins de cancelamento dos respectivos comandos.

Art. 4º As câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação devem enviar ao Demab as informações de que trata o art. 114 do Regulamento do Selic no próprio dia do evento, até 60 minutos após o horário de encerramento regular do Selic.

Art. 5º Os horários e os prazos referidos nos arts. 2º a 4º podem ser alterados:

I - diante da ocorrência de fatos extraordinários, a critério do Demab, caso em que eventual modificação será informada, no próprio dia, por meio de aviso do Selic a seus participantes;

II - nos dias que houver horário especial de funcionamento das instituições financeiras, conforme disposto em normativo expedido pelo Banco Central do Brasil; e

III - em situações excepcionais de grave indisponibilidade técnica, nas quais o horário de encerramento pode ser estendido para além das 23h59, caso em que as operações efetuadas após este horário serão registradas como se realizadas no dia anterior.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E EXCLUSÃO DE PARTICIPANTE

Art. 6º A inclusão de participante no Selic deve ser solicitada pelo diretor responsável por assuntos do Selic ou por representante, com poderes de gestão, responsável por assuntos do Selic, conforme disposto no Regulamento do Selic, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - "Solicitação de abertura de conta-padrão", conforme o tipo de participante;

II - "Relação de pessoas autorizadas a representar o participante"; e

III - "Formulário de Cadastramento do Administrador", obrigatório apenas para participantes transmissores de comandos.

§ 1º A opção do participante não liquidante entre transmitir ou não seus próprios comandos deve ser informada no documento "Solicitação de abertura de conta-padrão" e qualquer alteração dessa escolha, pelo documento "Alteração Cadastral de Participante".

§ 2º A eleição do liquidante-padrão pelo participante não liquidante deve ser informada no documento "Solicitação de abertura de conta-padrão".

Art. 7º Para a mudança do liquidante-padrão de participante não liquidante, nas hipóteses previstas no Regulamento do Selic, devem ser encaminhados um dos seguintes documentos:

I - "Liquidante-padrão - Renúncia informada pelo próprio liquidante": pelo participante que decidir não mais figurar como liquidante-padrão do participante não liquidante, além de documentação que comprove que o participante não liquidante foi informado de tal decisão; ou

II - "Liquidante-padrão - Substituição informada pelo não liquidante": pelo participante não liquidante, inclusive aquele sob regime de administração especial temporária, de intervenção, de liquidação extrajudicial ou ordinária:

a) ao tomar conhecimento da decisão referida no inciso I; ou

b) na hipótese de a mudança de liquidante-padrão ser iniciativa do próprio participante não liquidante.

Art. 8º A exclusão do participante, a pedido do próprio, deve ser solicitada por meio do documento "Encerramento de conta-padrão".

Art. 9º A documentação de que trata este Capítulo pode ser obtida no sítio do Banco Central do Brasil, na internet, e deve ser enviada ao Demab por meio do Protocolo Digital do Banco Central do Brasil, conforme instruções contidas no Manual do Usuário do Selic (MUS).

CAPÍTULO IV

DOS TIPOS DE OPERAÇÃO, DE CLIENTE E DE CONTA

Art. 10. As relações das operações, dos tipos de cliente e dos tipos de conta existentes no Selic estão dispostas, respectivamente nos Anexos I, II e III desta Instrução Normativa.

Art. 11. As instruções para a abertura e a movimentação das contas estão contidas no MUS.

Art. 12. As instituições emissoras de moeda eletrônica devem fazer uso da conta específica "Instituição de pagamento - Moeda Eletrônica", código "028".

Art. 13. A conta de que trata o art. 12 será de custódia:

I - de cliente individualizado de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial e/ou de caixa econômica, quando de titularidade de instituição de pagamento ou de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil prestadora de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica; ou

II - própria, quando de titularidade das instituições financeiras prestadoras de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se instituição de pagamento a pessoa jurídica descrita no art. 6º, inciso III da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

CAPÍTULO V

DA TRANSMISSÃO DE COMANDOS

Art. 14. Os comandos para o registro e a liquidação de operações no sistema devem ser transmitidos pelo próprio participante ou por seu liquidante-padrão, na hipótese de ser este o responsável pela transmissão dos comandos daquele.

Parágrafo único. Os comandos para registro e liquidação das operações são instruídos com os dados previstos no MUS para o preenchimento do documento "Ordem para Registro e Liquidação de Operação".

Art. 15. Os dados que instruem os comandos referidos no art. 14 podem ser:

I - inseridos em tela da IOS pelo participante ou por seu liquidante-padrão, conforme o caso, operação por operação;

II - transferidos para a IOS pelo participante ou por seu liquidante-padrão, conforme o caso, em arquivo contendo diversas operações; ou

III - enviados para a IOS pelo responsável por ambiente de negociação externo ao Selic, em arquivo contendo as operações contratadas pelo participante no respectivo ambiente; ou

IV - inseridos em tela dos módulos Oferta Pública (Ofpub) ou Oferta a Dealers (Ofdealers) pelo participante, para constituição ou liberação antecipada de depósito voluntário a prazo no Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Relativamente à remessa de arquivos, para que os dados das operações possam ser recepcionados pela IOS faz-se necessário o estrito cumprimento das instruções contidas no MUS a respeito do assunto.

CAPÍTULO VI

DO RESSARCIMENTO DE CUSTOS

Art. 16. O valor devido por cada participante do Selic, relativamente ao ressarcimento de custos, corresponde a um percentual de até 100% (cem por cento) do valor apurado com base nos seguintes fatores:

I - custódia dos títulos;

II - transmissão de comandos das operações registradas;

III - registro de gravames e ônus; e

IV - contas sem movimentação desde a sua abertura.

§ 1º A apuração considera o período compreendido entre o penúltimo dia útil do mês anterior ao de referência e o antepenúltimo dia útil do mês de referência.

§ 2º O percentual referido no caput, que vigora para todos os participantes do Selic, é fixado mensalmente e representa o quociente entre o custo orçado e a soma dos valores apurados por cada participante do Selic para o mês de referência.

§ 3º Os extratos dos valores devidos estão disponíveis para consulta a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao de referência.

Art. 17. No tocante à custódia dos títulos, o valor é calculado mediante utilização da seguinte tabela:

| Base de cálculo | Alíquota | Adicional |
|---|---|---|
| Até R$20.000.000,00 | 0,00050% | - |
| De R$20.000.000,01 a R$5.000.000.000,00 | 0,00035% | R$30,00 |
| De R$5.000.000.000,01 a R$10.000.000.000,00 | 0,00023% | R$6.030,00 |
| Acima de R$10.000.000.000,00 | 0,00015% | R$14.030,00 |

§ 1º A tabela é aplicada sobre os títulos:

I - do participante - custódia própria e de terceiros, exceto clientes individualizados - que se encontrem registrados em contas de custódia normal e especial não bloqueadas; e

II - de cada cliente individualizado que se encontrem registrados em contas de custódia normal e especial não bloqueadas.

§ 2º A base de cálculo da tabela corresponde à média aritmética dos valores dos títulos, observado que:

I - a média aritmética considera apenas os dias úteis do período;

II - a posição de títulos de cada conta corresponde ao saldo de fechamento do dia; e

III - os valores dos títulos são calculados de acordo com os preços unitários aceitos pelo Banco Central do Brasil em suas operações compromissadas, divulgados diariamente pelo Demab ou, na falta desses preços, de acordo com os valores nominais atualizados.

Art. 18. Relativamente ao fator definido no inciso II do art. 16, o valor corresponde a R$1,00 (um real) por cada comando de operação do participante registrada no Selic, mesmo que transmitido por terceiro.

Art. 19. Relativamente ao fator definido no inciso III do art. 16, o valor é atribuído ao participante que representa o garantido ou o usufrutuário e corresponde a soma:

I - do valor de R$ 10,00 (dez reais) por cada processo de registro, aditamento ou retificação de gravames e ônus efetivado; e

II - do valor obtido mediante a aplicação do percentual de 0,00001% sobre os títulos que se encontrem registrados em cada conta de gravames e ônus, calculados no período de apuração, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 17, e observado o valor mínimo de R$ 10,00 (dez reais) por cada conta de gravames e ônus.

Art.20. Relativamente ao fator definido no inciso IV do art. 16, o valor corresponde a R$ 2,00 (dois reais) por cada conta que, após o período de 60 dias corridos contados a partir da data de sua abertura, não tenha apresentado qualquer movimentação, o que será verificado no antepenúltimo dia útil do mês de referência.

Parágrafo único. O valor mencionado no caput é atribuído às contas não bloqueadas:

a) de custódia própria de livre movimentação do participante;

b) de depósito e de garantia do participante em câmara; e

c) de qualquer tipo de custódia de cliente individualizado, inclusive em câmara.

Art. 21. A cobrança é efetuada até o décimo dia útil do mês seguinte ao de referência, com a transmissão dos comandos da operação, código "1069", pelo Demab e pelo participante.

CAPÍTULO VII

DO MÓDULO COMPLEMENTAR NEGOCIAÇÃO ELETRÔNICA DE TÍTULOS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O módulo complementar do Selic "Negociação Eletrônica de Títulos" é uma plataforma eletrônica que se destina à negociação de títulos públicos federais registrados no sistema.

Art. 23. Para efeito deste Capítulo, designa-se como:

I - dealer: participante do Selic credenciado a operar com o Demab e com a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da Secretaria do Tesouro Nacional;

II - administrador do Logon: categoria de usuário do Sistema de Controle de Acesso (Logon) que tem permissão para habilitar supervisores e operadores, definindo sua abrangência de acesso ao Selic e aos seus módulos complementares;

III - ordem: proposta firme efetuada por um dealer aos demais dealers para a realização de uma ou mais operações definitivas de compra e venda a termo para liquidação no dia útil subsequente no Selic;

IV - taxa-limite: taxa mínima aceita na ordem de compra ou máxima na ordem de venda, informada pelo dealer no cadastramento da ordem; e

V - negócio: fechamento de uma ordem de compra com uma ordem de venda, ou vice-versa, a uma determinada taxa, que pode envolver quantidade parcial de títulos de uma das ordens.

Art. 24. O módulo dispõe das seguintes funções:

I - Negociação: para o cadastramento de ordens de compra e de venda e o fechamento dos negócios; e

II - Especificação: para a definição das contas e dos percentuais de distribuição, entre essas contas, da quantidade negociada em cada ordem.

SEÇÃO II

DOS PARTICIPANTES

Art. 25. Apenas os dealers têm acesso ao módulo para fins de cadastramento de ordens e especificação de contas, observado que:

I - os dealers podem cadastrar ordens para a realização de negócios seus ou de terceiros; e

II - o público em geral pode visualizar as ordens em negociação.

Art. 26. O acesso dos dealers ao módulo dá-se por meio da Rede de Telecomunicações para o Mercado (RTM) e é controlado pelo Logon.

Parágrafo único. O Logon permite que o acesso dos usuários às funções de negociação e especificação seja concedido de forma independente.

Art. 27. Na utilização do módulo, é vedado ao dealer:

I - contribuir, direta ou indiretamente, para criar condições artificiais de oferta ou demanda no mercado;

II - incorrer em práticas não equitativas; e

III - atuar em desacordo com as normas do Selic e com quaisquer outras disposições legais e regulamentares.

Art. 28. O dealer deverá:

I - monitorar os lançamentos e as operações de que participar, bem como comunicar imediatamente ao Demab quaisquer informações de seu conhecimento que venham a ou possam afetar, direta ou indiretamente, a plataforma eletrônica; e

II - prestar informações sobre sua atuação no módulo, sempre que solicitadas pelo Demab.

SEÇÃO III

DA NEGOCIAÇÃO ELETRÔNICA

SUBSEÇÃO I

DOS DIAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

Art. 29. A plataforma eletrônica está acessível nos mesmos dias de funcionamento do Selic, com exceção dos seguintes:

I - 24 de dezembro;

II - último dia útil do ano;

III - Quarta-Feira de Cinzas; e

IV - feriado no município de São Paulo.

Parágrafo único. A liquidação das operações a termo geradas pela plataforma seguirá as datas e horários regulares de funcionamento do Selic.

Art. 30. Os horários de funcionamento do módulo Negociação são:

I - das 10h às 17h, para negociação; e

II - das 10h às 17h30, para especificação.

Parágrafo único. Os horários de funcionamento podem ser alterados, a critério do Demab, diante da ocorrência de fatos extraordinários, caso em que a eventual modificação será divulgada, mediante aviso a todos os participantes do Selic.

SUBSEÇÃO II

DOS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Art. 31. A negociação restringe-se aos títulos previamente selecionados pelo Demab.

Parágrafo único. Os títulos selecionados podem ser retirados de negociação em determinado dia, transitória ou definitivamente, a critério exclusivo do Demab.

SUBSEÇÃO III

DO CADASTRAMENTO DAS ORDENS

Art. 32. A ordem é cadastrada com os seguintes dados:

I - código e vencimento do título;

II - natureza da ordem, se de compra ou de venda;

III - quantidade de títulos, que deve ser igual ou múltiplo inteiro do lote-padrão estipulado para o cadastramento da ordem; e

IV - taxa-limite para negociação, que não pode ser negativa para título com rendimento prefixado.

Parágrafo único. Com a taxa-limite cadastrada, o módulo apresenta o preço unitário limite, calculado segundo metodologia de apreçamento de títulos públicos definida no Código de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado Aberto, publicado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Art. 33. Cabe ao administrador do Logon configurar o módulo para que as ordens cadastradas necessitem ou não da aprovação de outro usuário para serem submetidas à negociação.

Parágrafo único. A configuração do módulo é única por dealer e válida até que modificada pelo administrador do Logon.

SUBSEÇÃO IV

DAS ORDENS SUBMETIDAS À NEGOCIAÇÃO

Art. 34. Uma vez submetida à negociação, a ordem permanece nesse estado até que seja:

I - negociada integralmente a quantidade da proposta;

II - retirada pelo dealer responsável pelo seu cadastramento;

III - cancelada devido à retirada de negociação, pelo Demab, do título objeto da ordem, conforme previsto no parágrafo único do art. 31; ou

IV - encerrado o horário de negociação.

Parágrafo único. As ordens em aberto podem ser retiradas a qualquer tempo, decisão que pode abranger todas elas e não está sujeita à aprovação, independentemente da configuração prevista no art. 33.

Art. 35. As ordens em negociação são apresentadas sem a identificação do dealer responsável pelo seu cadastramento.

SUBSEÇÃO V

DO FECHAMENTO DE ORDENS

Art. 36. Determinada ordem é fechada automaticamente com uma ou mais ordens de natureza contrária que tenham por objeto o mesmo título e apresentem taxas compatíveis, isto é:

I - a ordem de compra é fechada com a ordem de venda que apresente taxa superior ou igual à sua taxa-limite, sendo que, em caso de fechamento múltiplo, é observada a ordem decrescente das taxas das ordens de venda; e

II - a ordem de venda é fechada com a ordem de compra que apresente taxa inferior ou igual à sua taxa-limite, sendo que, em caso de fechamento múltiplo, é observada a ordem crescente das taxas das ordens de compra.

Art. 37. O fechamento da ordem segue os seguintes critérios:

I - nas ordens da mesma natureza, são priorizadas as que apresentem a melhor taxa-limite, isto é, a menor taxa de compra ou a maior taxa de venda;

II - nas ordens da mesma natureza com taxas-limite idênticas, são priorizadas aquelas que estejam há mais tempo em negociação;

III - nas ordens com taxas compatíveis de que trata o art. 36, a taxa utilizada para o fechamento é a taxa da ordem que estiver em negociação há mais tempo; e

IV - nas ordens fechadas com quantidade parcial, permanecem disponíveis para negociação com a quantidade remanescente.

Art. 38. Fechada a negociação, o dealer responsável pela compra tem conhecimento do dealer responsável pela venda e vice-versa.

SEÇÃO IV

DA ESPECIFICAÇÃO DAS ORDENS

Art. 39. Cada ordem requer a especificação de até 10 (dez) contas, a serem utilizadas na liquidação das operações que lhe dizem respeito, com as seguintes informações sobre cada uma das contas:

I - percentual da quantidade de títulos da ordem, que deve ser igual ou múltiplo inteiro do percentual informado pelo módulo;

II - atuação do dealer responsável pela ordem como intermediário ou não; e

III - em caso de intermediação, o ganho de corretagem expresso em pontos-base a serem adicionados à taxa de negócio, nas ordens de venda, ou dela subtraídos nas ordens de compra, considerando-se como ponto-base o centésimo de 1% (um por cento).

§ 1º Na especificação podem ser utilizadas contas de custódia normal, próprias ou de terceiros, do dealer ou de outros participantes do Selic.

§ 2º A atuação do dealer como intermediário é:

I - opcional, quando for especificada uma de suas contas, de custódia própria de livre movimentação, subordinada a departamento ao qual o usuário tenha acesso; ou

II - obrigatória, quando for especificada conta diversa da referida no inciso I.

§ 3º Observado o horário regulamentar, a especificação pode ser feita no momento do cadastramento da ordem, enquanto estiver em negociação ou após o seu fechamento, ainda que em quantidade parcial.

Art. 40. Terminada a especificação de determinada ordem, o dealer pode autorizar, no horário regulamentar, a transmissão antecipada dos comandos das respectivas operações ao Selic para fins de registro dos termos no sistema.

Parágrafo único. Constatadas as duas autorizações, de compra e de venda, dos dealers responsáveis pelo negócio que deu origem às operações, os comandos são transmitidos para o Selic.

Art. 41. Enquanto não for efetivada a autorização referida no art. 40, a especificação pode ser modificada unilateralmente no horário regulamentar, salvo quanto à quantidade total de títulos de determinado negócio, cuja redução requer anuência do outro dealer e conformidade com a regra do lote-padrão, prevista no art. 32, inciso III.

Parágrafo único. Considera-se desfeito o negócio sempre que a quantidade total de títulos tiver sido reduzida a zero.

SEÇÃO V

DO REGISTRO DAS OPERAÇÕES A TERMO NO SELIC

Art. 42. Cada negócio da plataforma eletrônica pode gerar diversas operações de compra e venda independentes, cujo total é dado pelo produto entre o número de contas de custódia especificadas pelo dealer responsável pela compra e o número de contas de custódia especificadas pelo dealer responsável pela venda.

Art. 43. Para o registro ordinário do termo de cada operação referida no art. 42, faz-se necessário que:

I - os dois dealers responsáveis pelo negócio que deu origem às operações tenham autorizado a transmissão dos respectivos comandos, conforme previsto no art. 40; e

II - a parte, compradora ou vendedora, tenha transmitido seu comando ao Selic, na hipótese de o correspondente dealer ter atuado como intermediário.

Parágrafo único. O comando referido no inciso II é dispensável caso a ordem tenha sido especificada por usuário com acesso ao departamento da conta de custódia, cessionária ou cedente.

Art. 44. O registro extraordinário do termo de operação referida no art. 42 ocorre se:

I - esgotado o horário regulamentar para a especificação, o dealer não tenha efetivado a autorização referida no art. 40, hipótese em que os comandos serão transmitidos automaticamente para o Selic e direcionados para as contas já especificadas ou, no caso de ordem não especificada, para a conta-padrão do dealer, com intermediação; ou

II - encerrado o horário de funcionamento do Selic, a parte não tenha transmitido o comando mencionado no inciso II do art. 43, caso em que este será redirecionado para a conta-padrão do dealer.

SEÇÃO VI

DA FALHA NA LIQUIDAÇÃO

Art. 45. A não liquidação integral, no Selic, de negócio realizado e não desfeito na plataforma eletrônica implica a suspensão do direito de acesso do dealer ao módulo Negociação na proporção de 1(um) dia útil por cada negócio não liquidado.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, a eventual inadimplência decorrente de operação a termo não liquidada no horário previsto no parágrafo único do art. 29:

I - é desconsiderada sempre que a não liquidação da operação decorra do fato de comprador e vendedor possuírem o mesmo CNPJ ou CPF; e

II - pode ser sanada, na hipótese de o dealer ter atuado como intermediário, com a liquidação de operação idêntica na quantidade de títulos e no preço unitário, mas com a substituição da parte inadimplente.

§ 2º A suspensão do direito de acesso não dispensa o dealer do cumprimento de qualquer obrigação pendente com outro dealer ou com o Selic.

§ 3º A instituição financeira que tiver seu direito de acesso à plataforma eletrônica suspenso manterá a qualidade de dealer, mas não figurará como dealer habilitado até que o direito de acesso seja retomado.

Art. 46. O Selic não mantém mecanismo de ressarcimento de prejuízos advindos da utilização da plataforma eletrônica e não se responsabiliza, direta ou indiretamente, por quaisquer perdas ou prejuízos decorrentes da interrupção de funcionamento da plataforma, seja por motivos técnicos ou de força maior.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, quando ficará revogada a Instrução Normativa BCB nº 113, de 11 de junho de 2021.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE

ANEXO I

Operações do Selic

| Denominação | Código | Regulamento do Selic |
|---|---|---|
| *Depósito voluntário a prazo remunerado no BCB* | | |
| Depósito voluntário a prazo remunerado no BCB - Constituição | 5002 | Art. 29, inciso XX. |
| Depósito voluntário a prazo remunerado no BCB - Liberação antecipada ou parcial | 5006 | Arts. 29, inciso XX, e §3º. |
| Depósito voluntário a prazo remunerado no BCB - Liberação | 5012 | Arts. 29, inciso XX, e 52, inciso I, alínea "b". |
| *Eventos do emissor* | | |
| Evento do emissor - Emissão | 1001 | Art. 29, inciso I. |
| Evento do emissor - Pagamento de cupom de juros | 1060 | Arts. 29, inciso II, e 31. |
| Evento do emissor - Amortização | 1010 | Arts. 29, inciso II, e 31. |
| Evento do emissor - Resgate | 1012 | Arts. 29, inciso II, e 31. |
| Evento do emissor - Colocação direta ou resgate antecipado | 1070 | Arts. 29, inciso XIX, e 43. |
| Evento do emissor - Colocação direta ou resgate antecipado para Programa Tesouro Direto | 1071 | Arts. 29, inciso XIX, e 43. |
| Evento do emissor - Baixa | 1011 | Art. 29, inciso I. |
| *Operações compromissadas e Recompras/revendas* | | |
| Compra/venda compromissada com preço de recompra/revenda definido e sem acordo de livre movimentação | 1054 | Arts. 29, incisos IV a VII, 33, 34 e 36. |
| Compra/venda compromissada com preço de recompra/revenda definido e com acordo de livre movimentação | 1044 | Arts. 29, incisos IV a VII, 33, 34 e 36. |
| Compra/venda compromissada sem preço de recompra/revenda definido e sem acordo de livre movimentação | 1057 | Arts. 29, incisos IV a VII, 33, 34 e 36. |
| Compra/venda compromissada sem preço de recompra/revenda definido e com acordo de livre movimentação | 1047 | Arts. 29, incisos IV a VII, 33, 34 e 36. |
| Recompra/revenda com preço previamente definido | 1056 | Arts. 29, inciso IX, 33, 34 e 36. |
| Recompra/revenda sem preço previamente definido | 1059 | Arts. 29, inciso IX, 33, 34 e 36. |
| Recompra/revenda parcial ou recompra/revenda antecipada, total ou parcial | 1055 | Arts. 29, inciso IX, e 33, §2º. |
| Recompra/revenda - Consolidação | 1058 | Arts. 29, inciso IX, e 35. |
| *Operações definitivas* | | |
| Compra/venda definitiva | 1052 | Art. 29, inciso III. |
| Compra/venda definitiva - Leilão de venda do Tesouro Nacional | 1002 | Art. 29, inciso III. |
| Compra/venda definitiva - Leilão de venda do Banco Central do Brasil | 1005 | Art. 29, inciso III. |
| Compra/venda definitiva - Leilão de compra do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil | 1006 | Art. 29, inciso III. |
| *Operações a termo* | | |
| Termo de definitiva - Títulos em circulação | 4052 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de definitiva - Títulos de oferta pública ainda não liquidada | 3052 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, com preço de recompra/revenda definido e sem acordo de livre movimentação - Títulos em circulação | 4054 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, com preço de recompra/revenda definido e sem acordo de livre movimentação - Títulos de oferta pública ainda não liquidada | 3054 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, com preço de recompra/revenda definido e com acordo de livre movimentação - Títulos em circulação | 4044 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, com preço de recompra/revenda definido e com acordo de livre movimentação - Títulos de oferta pública ainda não liquidada | 3044 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, sem preço de recompra/revenda definido e sem acordo de livre movimentação - Títulos em circulação | 4057 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, sem preço de recompra/revenda definido e sem acordo de livre movimentação - Títulos de oferta pública ainda não liquidada | 3057 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, sem preço de recompra/revenda definido e com acordo de livre movimentação - Títulos em circulação | 4047 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| Termo de compromissada, sem preço de recompra/revenda definido e com acordo de livre movimentação - Títulos de oferta pública ainda não liquidada | 3047 | Arts. 29, inciso VIII, e 37. |
| *Redesconto* | | |
| Redesconto STR - Contratação | 1024 | Arts. 6º, inciso V, 29, inciso IV, e 54, inciso I. |
| Redesconto STR - Pagamento | 1026 | Arts. 6º, inciso V, 29, inciso IV, e 54, inciso I. |
| Redesconto STR- Pagamento antecipado, total ou parcial | 1025 | Arts. 6º, inciso V, 29, inciso IX, 33, §2º e 54, inciso I. |
| Redesconto STR - Consolidação | 1028 | Arts. 6º, inciso V, 29, inciso IX, 35 e 54, inciso I. |
| Redesconto SPI - Contratação | 1009 | Arts.6º, inciso V, 29, inciso IV, e 63, inciso III. |
| Redesconto SPI - Pagamento | 1016 | Arts. 6º, inciso V, 29, inciso IX, e 63, inciso III. |
| Redesconto SPI - Pagamento parcial | 1015 | Arts. 6º, inciso V, 29, inciso IX, e 63, inciso III. |
| *Repasses financeiros* | | |
| Repasse financeiro - Imposto de Renda | 1066 | Arts. 29, inciso X, e 42. |
| Repasse financeiro - Imposto sobre operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) | 1067 | Arts. 29, inciso X, e 42. |
| Repasse financeiro - Cupom de juros ou amortização | 1068 | Arts. 29, inciso X, e 42. |
| Repasse financeiro - Ressarcimento do custo Selic | 1069 | Arts. 29, inciso XVII, e 129. |
| *Transferências de/para câmara* | | |
| Transferência de títulos de/para câmara - Sem financeiro | 1023 | Art. 89. |
| Transferência de títulos de/para câmara - Liberação ou constituição condicionada de garantia | 1033 | Arts. 89, 91 e 92. |
| Transferência de títulos de/para câmara - Liquidação de leilão/pagamento de redesconto/contratação de redesconto | 1043 | Arts. 89 e 93 a 101. |
| Transferência de títulos de/para câmara - Recomposição do patrimônio especial | 1053 | Arts. 89 e 105. |
| *Transferências decorrentes de gravames e ônus* | | |
| Transferência de títulos sem financeiro - Gravames e ônus | 1014 | Arts. 29, inciso XV, e 115 a 126. |
| *Transferências sem financeiro* | | |
| Transferência de títulos sem financeiro - Herança/ meação/legado/doação/dissolução de sociedade conjugal ou união estável | 1061 | Arts. 29, inciso XVIII, e 43. |
| Transferência de títulos sem financeiro - Uso exclusivo do administrador do Selic | 1062 | Art. 29, §2º. |
| Transferência de títulos sem financeiro - Sem alteração de propriedade | 1063 | Arts. 29, inciso XI, e 43. |
| Transferência de títulos sem financeiro - Incorporação/ fusão/cisão/extinção | 1064 | Arts. 29, inciso XII, e 43. |
| Transferência de títulos sem financeiro - Integralização/ resgate de cotas de fundos | 1065 | Arts. 29, inciso XIII, e 43. |
| *Vinculações/Desvinculações* | | |
| Vinculação de títulos | 1013 | Arts. 29, inciso XIV, e 44. |
| Desvinculação de títulos | 1003 | Arts. 29, inciso XIV, e 44. |
| *Outras operações/comandos de cancelamento* | | |
| Cessão fiduciária de títulos | 1021 | Art. 125, §2º, inciso I. |

| | | |
|---|---|---|
| Desmembramento de títulos | 1073 | Arts. 29, inciso XVI, e 45. |
| Remembramento de títulos | 1074 | Arts. 29, inciso XVI, e 45. |
| Cancelamento de comando, a critério do participante | 1400 | Art. 58. |
| Cancelamento do compromisso de recompra/revenda | 1456 | Art. 29, incisos VI e VII. |
| Cancelamento da liquidação automática de termo | 3400 | Art. 29, inciso VIII, 37 e 52, inciso II. |

ANEXO II

Tipos de cliente no Selic

| Denominação | Código |
|---|---|
| Clube de investimento | 027 |
| Consórcio | 013 |
| Entidade aberta de previdência | 018 |
| Entidade fechada de previdência | 020 |
| FGTS | 022 |
| Fundo regulamentado pela CVM | 025 |
| Fundo/programa do extramercado | 026 |
| Não residente - Banco Central (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso I)* | 061 |
| Não residente - Governo ou entidade governamental (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso II)* | 062 |
| Não residente - Fundo soberano ou companhia de investimento controlada por fundo soberano (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso III)* | 063 |
| Não residente - Organismo multilateral (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso IV)* | 064 |
| Não residente - Banco, custodiante, associação de poupança e empréstimo e similares (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso V)* | 065 |
| Não residente - Companhia seguradora (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso VI)* | 066 |
| Não residente - Corretora, distribuidora e outros intermediários (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso VII)* | 067 |
| Não residente - Entidade de previdência (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso VIII)* | 068 |
| Não residente - Instituição sem fins lucrativos (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso IX)* | 069 |
| Não residente - Fundo ou entidade de investimento coletivo, com administração discricionária ou regulado por órgão reconhecido pela CVM (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso X, alíneas "a" e "b")* | 070 |
| Não residente - Demais fundos ou entidades de investimento coletivo (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso XI)* | 071 |
| Não residente - *Trust* ou veículo fiduciário (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso XII)* | 072 |
| Não residente - Sociedade com títulos ao portador (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso XIII)* | 073 |
| Não residente - Demais pessoas jurídicas financeiras constituídas no exterior *(Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso XIV)* | 074 |
| Não residente - Demais pessoas jurídicas não financeiras constituídas no exterior *(Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso XIV)* | 075 |
| Não residente - Pessoa física residente no exterior (*Instrução CVM nº 560, de 27/3/2015, Anexo 1, art. 1º, § 1º, inciso XV)* | 076 |
| Sociedade corretora de câmbio | 077 |
| Sociedade de arrendamento mercantil | 078 |
| Operadora de plano de assistência à saúde | 028 |
| Pessoa física | 029 |
| Pessoa física - Tesouro Direto | 054 |
| Pessoa jurídica financeira - Vinculação/desvinculação (transitória) | 031 |
| Pessoa jurídica não financeira | 033 |
| Plano de benefício previdenciário | 059 |
| Regime próprio de previdência social do servidor público | 035 |
| Resseguradora | 036 |
| Resseguradora admitida | 037 |
| Seguradora de saúde | 038 |
| Sociedade de capitalização | 045 |
| Sociedade seguradora | 051 |
| Demais fundos | 023 |
| Demais investidores institucionais | 016 |
| (Uso exclusivo do administrador do Selic) | 005 |
| (Uso exclusivo do administrador do Selic) | 040 |
| (Uso exclusivo do administrador do Selic) | 048 |
| (Uso exclusivo do administrador do Selic) | 055 |

Obs.: O cadastramento dos clientes com códigos 005, 022, 026, 040, 048, 054 e 055 é realizado exclusivamente pelo administrador do Selic.

ANEXO III

Tipos de conta no Selic

| Denominação | Código |
|---|---|
| Custódia normal - Cessão fiduciária | 026 |
| Custódia normal - Compulsório depósito a prazo | 004 |
| Custódia normal - Consorciado contemplado | 008 |
| Custódia normal - Depósito exigibilidade adicional | 010 |
| Custódia normal - Direcionamento de poupança | 007 |
| Custódia normal - Garantia | 009 |
| Custódia normal - Garantia suplementar de empréstimo em moeda estrangeira (3.622) | 011 |
| Custódia normal - Garantia suplementar de empréstimo em moeda estrangeira (3.672) | 012 |
| Custódia normal - Garantia suplementar de empréstimo em moeda estrangeira (3.689) | 024 |
| Custódia normal - Gravames e ônus | 033 |
| Custódia normal - Instituição de pagamento - Moeda eletrônica | 028 |
| Custódia normal - Livre movimentação | 001 |
| Custódia normal - Livre movimentação - Até o vencimento | 002 |
| Custódia normal - Livre movimentação - Disponível para venda | 003 |
| Custódia normal - Por conta e ordem - Sisbajud | 031 |
| Custódia normal - Poupança vinculada | 006 |
| Custódia especial Selic - Aumento/constituição de capital | 015 |
| Custódia especial Selic - Patrimônio especial | 017 |
| Custódia especial Selic - Por conta e ordem | 014 |
| Custódia especial Selic - Reenquadramento de capital | 016 |
| Custódia especial Tesouro Nacional - Garantia | 030 |
| Custódia especial câmara - Depósito | 018 |
| Custódia especial câmara - Fundo mutualizado | 020 |
| Custódia especial câmara - Garantia | 019 |
| Custódia especial interveniente - Alocação | 027 |
| Custódia especial interveniente - Cessão fiduciária garantia | 025 |
| Custódia especial interveniente - Gravames e ônus | 034 |
| Custódia especial interveniente - Patrimônio de afetação | 032 |
| Custódia especial órgão regulador - Ativos garantidores | 013 |
| Corretagem | 022 |
| Emissão e baixa | 023 |
| Liquidação | 021 |
| Registro de Depósito Voluntário | 029 |

## DIRETORIA COLEGIADA

### RESOLUÇÃO BCB Nº 129, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre depósitos voluntários a prazo de instituições financeiras no Banco Central do Brasil para fins de política monetária.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de agosto de 2021, com base nos arts. 1º e 3º da Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º O Banco Central do Brasil poderá acolher, para fins de política monetária, depósitos voluntários a prazo de instituições financeiras titulares de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação.

Parágrafo único. Os depósitos serão constituídos e liberados por meio de operações realizadas no âmbito do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Art. 2º Os depósitos voluntários de que trata esta Resolução serão constituídos a prazo fixo até o limite de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o caput corresponde ao período entre a data de liquidação da constituição do depósito, inclusive, e a data de sua liberação, exclusive.

Art. 3º O Banco Central do Brasil poderá restringir a constituição de depósitos voluntários às instituições credenciadas a operar como dealers com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), nos termos da Circular nº 3.746, de 27 de janeiro de 2015.

Art. 4º As taxas de remuneração dos depósitos voluntários de que trata esta Resolução serão definidas por meio da realização de leilão competitivo ou serão previamente estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º Na hipótese de constituição de depósito por meio de realização de leilão competitivo, o Banco Central do Brasil utilizará os seguintes sistemas eletrônicos do Selic:

I - Oferta Pública (Ofpub), no caso de leilão direcionado a todas as instituições financeiras titulares de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação; ou

II - Oferta a Dealers (Ofdealers), no caso de leilão restrito às instituições credenciadas a operar como dealers com o Demab.

§ 2º No caso de ocorrência de fatos imprevistos que impossibilitem a utilização dos sistemas eletrônicos de que trata o § 1º, a critério do Banco Central do Brasil, poderá ser utilizada a coleta de propostas via ligação telefônica gravada ou via correio eletrônico (e-mail), assinadas digitalmente pelo proponente, por intermédio de certificado digital emitido por autoridade certificadora da Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil).

§ 3º Na hipótese de constituição de depósito com taxas de remuneração previamente estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os comandos para a sua constituição deverão ser instruídos pela instituição depositante em tela específica para essa finalidade no Selic.

Art. 5º Previamente à contratação, o Demab divulgará as condições específicas para a constituição dos depósitos voluntários, entre as quais:

I - o prazo;

II - a forma de definição da taxa de remuneração;

III - o tipo de instituição depositante elegível;

IV - o volume financeiro ofertado, quando couber;

V - o sistema eletrônico do Selic a ser utilizado, quando couber;

VI - a data e a hora limite para apresentação de propostas, quando couber;

VII - a forma de apresentação das propostas, quando couber;

VIII - o critério de preço para liquidação das propostas aceitas, quando couber;

IX - o limite do número de propostas por instituição, quando couber; e

X - a data e a hora para a liquidação da constituição do depósito.

Parágrafo único. As condições específicas para a constituição de depósitos voluntários serão divulgadas pelo Demab diretamente às instituições dealers ou por comunicado ao público.

Art. 6º Para a seleção das propostas vencedoras, entre as recebidas no âmbito da constituição de depósitos por meio de realização de leilão competitivo de que trata o § 1º do art. 4º, serão consideradas as condições de funcionamento do mercado financeiro, incluindo a formação da taxa Selic.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil poderá recusar integral ou parcialmente as propostas feitas no âmbito da constituição de depósitos por meio de realização de leilão competitivo de que trata o § 1º do art. 4º.

Art. 7º Em caso de inadimplemento da constituição de depósito por meio de realização de leilão competitivo imputável à instituição depositante, a operação no Selic será cancelada pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Em caso de cancelamento da operação, a instituição depositante pagará ao Banco Central do Brasil valor compensatório correspondente à aplicação, sobre o valor financeiro da operação, pelo prazo de 1 (um) dia útil, da taxa Selic, definida consoante a regulamentação em vigor, apurada para o dia estabelecido para a liquidação da referida operação.

Art. 8º A liberação antecipada dos depósitos voluntários de que trata esta Resolução depende de expressa anuência do Banco Central do Brasil.

§ 1º A liberação antecipada dos depósitos voluntários somente será admitida, a critério do Banco Central do Brasil, caso a instituição depositante, mediante manifestação fundamentada, demonstre a necessidade de obtenção dos correspondentes recursos líquidos em momento anterior ao previsto para a liberação do depósito.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o depósito voluntário será remunerado consoante uma das alternativas a seguir, prevalecendo a mais favorável ao Banco Central do Brasil:

I - a preço de mercado, considerando o prazo remanescente entre a data da liberação antecipada e a data de liberação original, sendo a taxa de juros de mercado, utilizada para desconto do fluxo de caixa previsto, acrescida em 5% (cinco por cento); ou

II - a preço atualizado, até a data da liberação antecipada, à razão de 95% (noventa e cinco por cento) da taxa contratada no início da operação.

§ 3º O Banco Central do Brasil atuará como agente de cálculo para a apuração dos valores financeiros de que trata o § 2º.

Art. 9º Os depósitos de que trata esta Resolução não serão considerados na composição de qualquer recolhimento compulsório ou encaixe obrigatório.

Art. 10. Fica o Demab autorizado a expedir comunicado detalhando as condições aplicáveis aos depósitos de que trata esta Resolução, a atuar como o agente de cálculo citado no § 3º do art. 8º, e a adotar as medidas necessárias à execução do disposto neste normativo.

Art. 11. A apresentação, ao Banco Central do Brasil, de proposta no âmbito da constituição de depósitos por meio de realização de leilão competitivo de que trata o § 1º do art. 4º implicará a aceitação e a concordância do proponente com todas as disposições constantes nesta Resolução e em sua regulamentação, incluindo as condições específicas de que trata o art. 5º, e será considerada incondicional e irrevogável.

Art. 12. Eventuais controvérsias relativas às operações firmadas com base nesta Resolução, surgidas entre o Banco Central do Brasil e as instituições depositantes, serão dirimidas pela Seção Judiciária do Distrito Federal, que ficará definida como foro de eleição.

Art. 13. O Regulamento Anexo à Resolução BCB nº 55, de 16 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O Selic é um sistema informatizado que se destina:

I - à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos; e

II - ao registro e à liquidação das operações referentes a depósitos voluntários a prazo de instituições financeiras no Banco Central do Brasil.

....." (NR)

"Art. 29. .....

.....

XVIII - transferência de títulos em decorrência de herança, meação, legado, doação ou dissolução de sociedade conjugal ou de união estável;

XIX - transferência de títulos em decorrência de colocação direta, cancelamento ou resgate antecipado por ordem do emissor; e

XX - constituição e liberação de depósito voluntário a prazo no Banco Central do Brasil.

.....

§ 3º Admite-se, a critério do Banco Central do Brasil, a liberação antecipada, total ou parcial, da operação prevista no inciso XX." (NR)

"Art. 52. .....

I - nos procedimentos de abertura do sistema, os comandos de:

a) recompra e revenda de todos os títulos sob compromisso que serão resgatados no dia; e

b) liberação de depósito voluntário a prazo no Banco Central do Brasil com vencimento no dia;

....." (NR)

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

**RESOLUÇÃO BCB Nº 130, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e estabelece os procedimentos específicos para elaboração dos relatórios resultantes do trabalho de auditoria independente realizado nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de agosto de 2021, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 6º e 7º, inciso III, da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, 9º, incisos II e IX, alínea "b", e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 35 da Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, resolve:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre:

I - a prestação de serviços de auditoria independente para as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

II - os procedimentos específicos para elaboração dos relatórios resultantes do trabalho de auditoria independente realizado nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

TÍTULO II

DA AUDITORIA INDEPENDENTE PARA AS ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIO E PARA AS INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

CAPÍTULO I

DA AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 2º As demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, divulgadas ou publicadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento mencionadas no art. 1º, por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, ou voluntariamente, devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º O disposto no caput também se aplica às demonstrações dos grupos de consórcio.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às demonstrações financeiras divulgadas ou publicadas por associações e entidades sem fins lucrativos autorizadas a administrar consórcio.

CAPÍTULO II

DA INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Art. 3º São vedadas a contratação e a manutenção de auditor independente por parte das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento mencionadas no art. 1º, caso fique configurada qualquer uma das seguintes situações:

I - ocorrência de quaisquer hipóteses de impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria independente previstas em normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários ou do Conselho Federal de Contabilidade;

II - participação, direta ou indireta, do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, no capital da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento auditada, em sua controladora ou em suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto;

III - existência de operação ativa ou passiva contratada com a administradora de consórcio ou a instituição de pagamento auditada, com sua controladora ou com suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, de responsabilidade ou com garantia do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na administradora de consórcio ou na instituição de pagamento;

IV - participação de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, nos trabalhos de auditoria de firma sucessora, antes de observado o intervalo mínimo previsto no art. 7º; e

V - pagamento de honorários e reembolso de despesas do auditor independente, relativos ao ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria, pela administradora de consórcio ou pela instituição de pagamento auditada, isoladamente, ou em conjunto com sua controladora ou suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, com representatividade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.

§ 1º A configuração das situações descritas no caput, relativamente à firma em rede a que o auditor independente pertence, também implica vedação à sua contratação e manutenção.

§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, deve ser observado o conceito de firma em rede definido na regulamentação emanada do Conselho Federal de Contabilidade.

§ 3º A vedação de que trata o inciso III do caput não se aplica às operações realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e de baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados em comparação com as operações contratadas com os demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

§ 4º O disposto neste artigo não dispensa as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento e os auditores independentes de verificarem outras situações que possam afetar a independência do auditor.

§ 5º Verificada a qualquer tempo a existência de situação que possa afetar a independência do auditor, a administradora de consórcio ou a instituição de pagamento deve providenciar sua regularização, que poderá implicar a substituição do auditor independente, sem prejuízo do previsto no art. 6º.

Art. 4º É vedada a contratação, por parte das administradoras de consórcio ou das instituições de pagamento mencionadas no art. 1º, de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria nos doze meses anteriores à contratação para cargo relacionado com serviços que configurem impedimento ou incompatibilidade para prestação do serviço de auditoria independente, ou que possa exercer influência na administração da instituição.

Art. 5º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem exigir que o auditor independente elabore e mantenha adequadamente documentada sua política de independência, a qual deve ficar à disposição do Banco Central do Brasil e do comitê de auditoria da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento auditada, quando instalado, evidenciando, além das situações previstas nesta Resolução, outras que possam afetar sua independência, bem como os procedimentos de controles internos adotados com vistas a monitorar, identificar e evitar a sua ocorrência.

CAPÍTULO III

DA SUBSTITUIÇÃO PERIÓDICA DO AUDITOR

Art. 6º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem proceder à substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e de qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos relatórios relativos a cinco exercícios sociais completos e consecutivos.

Parágrafo único. Para fins de contagem do prazo previsto no caput, são considerados relatórios relativos a exercícios sociais completos os referentes às demonstrações financeiras da data-base de 31 de dezembro.

Art. 7º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem observar o intervalo mínimo de três exercícios sociais completos para o retorno do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, contados a partir da data de substituição.

CAPÍTULO IV

DO COMITÊ DE AUDITORIA

Seção I

Da Obrigatoriedade

Art. 8º Devem constituir órgão estatutário denominado "comitê de auditoria" as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º que:

I - sejam registradas como companhia aberta;

II - sejam líderes de conglomerado prudencial que atenda aos critérios previstos na regulamentação específica para enquadramento no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3); ou

III - atendam aos critérios previstos na regulamentação específica para enquadramento no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3).

§ 1º O disposto no caput aplica-se também às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil não registradas como companhia aberta que sejam líderes de conglomerado prudencial integrado por instituição registrada como companhia aberta que não tenha comitê de auditoria constituído nos termos desta Resolução.

§ 2º O comitê de auditoria das instituições mencionadas no caput e no § 1º é responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas nesta Resolução, relativamente às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil integrantes do conglomerado prudencial.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica às instituições do conglomerado prudencial que, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, constituam comitê de auditoria na forma do disposto nesta Resolução.

§ 4º Ficam dispensadas da constituição de comitê de auditoria próprio as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no caput integrantes de conglomerado prudencial cuja instituição líder constitua comitê de auditoria nos termos desta Resolução.

§ 5º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no caput e no § 1º devem ter o comitê de auditoria em pleno funcionamento até 31 de março do exercício seguinte ao exercício social em que ela se enquadrou nos critérios de que trata o caput.

Seção II

Da Composição

Art. 9º O comitê de auditoria deve ser composto, no mínimo, por três integrantes, que devem observar, além das condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme regulamentação específica, as seguintes condições:

I - não ser e não ter sido nos últimos doze meses:

a) diretor da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;

b) funcionário da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;

c) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na administradora de consórcio ou da instituição de pagamento; e

d) membro do conselho fiscal da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;

II - não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso I, alíneas "a" e "c";

III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria; e

IV - não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse.

§ 1º Nas administradoras de consórcio e nas instituições de pagamento registradas como companhia aberta, ao menos um dos integrantes do comitê de auditoria deve ser membro do conselho de administração que não participe da diretoria.

§ 2º Nas administradoras de consórcio ou nas instituições de pagamento que não sejam registradas como companhia aberta, permite-se que integrantes do comitê de auditoria sejam também diretores da instituição, desde que estes constituam menos da metade do total dos integrantes do comitê.

§ 3º A instituição de pagamento que não seja registrada como companhia aberta e que seja líder de conglomerado prudencial integrado por instituição registrada como companhia aberta deve observar uma das seguintes alternativas para a constituição do comitê de auditoria:

I - constituição de comitê único para o conglomerado prudencial composto exclusivamente por integrantes que atendam ao disposto no caput; ou

II - constituição de comitê próprio para as instituições registradas como companhia aberta, composto exclusivamente por integrantes que atendam ao disposto no caput, ficando o comitê de auditoria da instituição líder responsável pelo cumprimento das atribuições e responsabilidades no âmbito das demais instituições que não constituam comitê de auditoria próprio.

§ 4º Caso o integrante do comitê de auditoria seja também membro da diretoria ou do conselho de administração da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, da sua controladora ou das suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos.

§ 5º Pelo menos um dos integrantes do comitê de auditoria, além de observar o disposto no caput e, quando for o caso, no § 1º, deve possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade que o qualifiquem para a função.

§ 6º É indelegável a função de integrante do comitê de auditoria.

Seção III

Do Mandato

Art. 10. O mandato dos integrantes do comitê de auditoria deve ser de até cinco anos.

§ 1º O mandato inferior a cinco anos poderá ser prorrogado até o limite estabelecido no caput.

§ 2º Até um terço dos integrantes do comitê de auditoria pode ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até dez anos consecutivos, dispensado o interstício previsto no § 4º.

§ 3º Independentemente do prazo do mandato, em nenhuma hipótese será admitida a permanência do membro no comitê de auditoria por período superior a:

I - dez anos consecutivos, para até um terço dos membros; e

II - cinco anos consecutivos para os demais membros.

§ 4º O integrante do comitê de auditoria somente pode voltar a integrar tal órgão na mesma instituição após decorridos, no mínimo, três anos do final do seu mandato anterior.

Seção IV

Das Atribuições

Art. 11. Constituem atribuições do comitê de auditoria:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas;

II - recomendar ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como sua remuneração, e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

III - revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, inclusive as notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do auditor independente;

IV - avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos;

V - avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

VI - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

VII - recomendar à diretoria da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VIII - reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX - reunir-se com o conselho fiscal e o conselho de administração para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e

X - monitorar e avaliar a independência do auditor independente.

Art. 12. O comitê de auditoria pode, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se do trabalho de especialistas.

Parágrafo único. A utilização do trabalho de especialistas não exime o comitê de auditoria de suas responsabilidades.

Art. 13. O comitê de auditoria deve comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou suspeita de ocorrência das seguintes situações:

I - inobservância das leis e da regulamentação vigente que coloque em risco a continuidade da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento;

II - fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento;

III - fraudes relevantes perpetradas por funcionários da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento ou terceiros; ou

IV - erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações financeiras da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, devem ser observados os conceitos de erro e de fraude estabelecidos na regulamentação emanada do Conselho Federal de Contabilidade ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Art. 14. O comitê de auditoria, quando instalado, o auditor independente e a auditoria interna devem manter entre si rotina de comunicação imediata da identificação das situações mencionadas no art. 13.

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II - descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas;

III - descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a administradora de consórcio ou para a instituição de pagamento durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;

IV - descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da instituição de pagamento ou da administradora de consórcio, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia;

V - avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente e na evidenciação das deficiências detectadas;

VI - avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e

VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas.

§ 1º O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.

§ 2º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento.

Seção V

Da Extinção

Art. 16. A extinção do comitê de auditoria:

I - poderá ocorrer somente se a administradora de consórcio ou a instituição de pagamento não mais atender aos critérios definidos no art. 8º;

II - está condicionada ao cumprimento de suas atribuições relativamente aos exercícios sociais em que exigido o seu funcionamento; e

III - depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Seção VI

Disposições Gerais

Art. 17. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem criar condições adequadas para o funcionamento do comitê de auditoria.

§ 1º O número de integrantes do comitê de auditoria e os critérios de nomeação e de destituição de seus membros devem estar expressos no estatuto ou no contrato social da administradora de consórcio e da instituição de pagamento.

§ 2º As atribuições do comitê de auditoria e os critérios de remuneração e o tempo de mandato de seus membros devem estar expressos em regulamento específico mantido pela instituição à disposição do Banco Central do Brasil.

§ 3º O comitê de auditoria deve reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento.

§ 4º A utilização do termo "comitê de auditoria" é de uso restrito de órgão estatutário constituído nos termos desta Resolução.

Art. 18. O disposto nas Seções II, III, IV e VI deste Capítulo aplica-se às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento mencionadas no art. 1º que constituam comitê de auditoria por força de disposições legais, estatutárias ou contratuais, ou voluntariamente.

CAPÍTULO V

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O AUDITOR

Art. 19. A contratação ou manutenção de auditor independente pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento mencionadas no art. 1º fica condicionada à habilitação do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria.

§ 1º A habilitação de que trata o caput depende de aprovação em exame de certificação organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ou, no caso de instituições registradas como companhias abertas, por entidades indicadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º A manutenção da habilitação deve ser comprovada por meio de:

I - aprovação em novo exame de certificação previsto no § 1º em período não superior a três anos da última aprovação; ou

II - exercício da atividade de auditoria independente em instituições financeiras ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em conjunto com a participação em programa de educação profissional continuada que possua, no mínimo, as seguintes características:

a) carga horária mínima de cento e vinte horas a cada período de três anos, computados todos os cursos elegíveis para o período, observada a carga horária anual de, no mínimo, vinte horas; e

b) preponderância de tópicos relativos a operações realizadas no âmbito do sistema financeiro ou a atividades aplicáveis aos trabalhos de auditoria independente.

§ 3º Caso o auditor deixe de exercer as atividades de auditoria independente nas administradoras de consórcio ou instituições de pagamento mencionadas no art. 1º por período superior a um ano, o retorno às funções de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou outra função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria fica condicionado:

I - nos casos de afastamento por período inferior a três anos:

a) a nova aprovação em exame de certificação previsto no § 1º; ou

b) ao cumprimento dos requisitos de educação continuada, com carga horária mínima de duzentas e quarenta horas no triênio imediatamente posterior ao seu retorno, observada a participação em, no mínimo, quarenta horas por ano; e

II - nos casos de afastamento por período igual ou superior a três anos, a nova aprovação em exame de certificação previsto no § 1º.

§ 4º A administradora de consórcio e a instituição de pagamento contratantes dos serviços de auditoria independente devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, durante o prazo de sua prestação e até cinco anos após seu encerramento, documentação comprobatória do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 20. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a admitir, a seu critério, exames de certificação por tipo de mercado ou conjunto de atividades.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Art. 21. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem assegurar que o auditor independente:

I - observe, na prestação de seus serviços, as normas e os procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, as normas e os procedimentos de auditoria determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; e

II - elabore, como resultado do trabalho de auditoria, os seguintes relatórios:

a) de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação ao padrão contábil definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

b) do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada, evidenciando as deficiências identificadas; e

c) de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada.

§ 1º Os relatórios de que trata o inciso II do caput devem ser elaborados considerando o mesmo período e a mesma data-base das demonstrações financeiras a que se referirem.

§ 2º Os relatórios de que trata a alínea "a" do inciso II do caput relativos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, semestrais e anuais das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento mencionadas no art. 8º devem conter a comunicação dos principais assuntos de auditoria.

§ 3º Nas demonstrações financeiras relativas a períodos menores que seis meses, fica facultada a substituição do relatório de auditoria independente de que trata a alínea "a" do inciso II do caput pelo relatório de revisão limitada do auditor independente.

§ 4º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, por no mínimo cinco anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa dessa autarquia, os relatórios previstos no inciso II do caput, bem como a documentação de auditoria.

CAPÍTULO VII

DA RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 22. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem fornecer ao auditor independente a representação formal da administração, de acordo com as normas de auditoria definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como os dados, as informações e as condições necessárias à efetiva prestação dos serviços de auditoria.

Art. 23. Compete ao conselho de administração escolher e destituir os auditores independentes.

§ 1º Os membros do conselho de administração das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento mencionadas no art. 1º serão responsabilizados:

I - pela contratação de auditor independente que não atenda aos requisitos previstos nesta Resolução; e

II - pela contratação e manutenção de auditor independente que esteja cumprindo pena de proibição de prestar serviços de auditoria para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme legislação vigente.

§ 2º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor, constatada a inobservância dos requisitos estabelecidos nesta Resolução, os serviços de auditoria serão considerados sem efeito para o atendimento das normas emanadas do Banco Central do Brasil.

Art. 24. A diretoria das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento mencionadas no art. 1º deve comunicar formalmente ao auditor independente e ao comitê de auditoria, quando instalado, no prazo máximo de vinte e quatro horas da identificação, a existência ou suspeita de ocorrência das situações mencionadas no art. 13.

Art. 25. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º que não possuam comitê de auditoria constituído nos termos desta Resolução devem designar perante o Banco Central do Brasil diretor responsável pelo cumprimento das normas e dos procedimentos de auditoria independente previstos na regulamentação vigente.

Parágrafo único. O diretor designado é responsável pelas informações prestadas e pela ocorrência de situações que indiquem fraude, negligência, imprudência ou imperícia no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem exigir que o auditor independente, além do disposto nesta Resolução, observe as normas, os regulamentos e os procedimentos emanados do Conselho Monetário Nacional, da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Federal de Contabilidade e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil no que diz respeito a:

I - deveres e responsabilidades dos auditores independentes;

II - exame de qualificação técnica;

III - controle de qualidade interna;

IV - controle de qualidade externa; e

V - programa de educação continuada, inclusive com previsão de atividades específicas relativas à auditoria independente em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A atividade relacionada a controle de qualidade externa poderá ser realizada também pelo Banco Central do Brasil, sem prejuízo das diretrizes emanadas dos organismos referidos no caput.

Art. 27. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º devem fazer constar no contrato de prestação de serviço de auditoria independente cláusula específica que:

I - autorize o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, inclusive por meio de fornecimento de cópias impressas ou digitais, à documentação de auditoria, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios elaborados nos termos do art. 21, inciso II, mediante solicitação formal, no âmbito das atribuições da referida autarquia, observados os limites previstos na legislação vigente; e

II - obrigue o auditor independente a comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil:

a) a existência de opinião modificada no relatório de que trata a alínea "a" do inciso II do art. 21, antes da divulgação das demonstrações financeiras; e

b) a existência ou a suspeita de ocorrência das situações mencionadas no art. 13, no prazo máximo de três dias úteis da identificação.

Art. 28. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem informar ao Banco Central do Brasil a contratação e a substituição do auditor independente.

Art. 29. Para as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º que não possuam conselho de administração, as atribuições e as competências previstas nesta Resolução devem ser imputadas à diretoria da instituição.

Art. 30. O Banco Central do Brasil poderá determinar às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento mencionadas no art. 1º a substituição do auditor independente se constatado, a qualquer tempo, o descumprimento do disposto nos Capítulos III, IV e VI deste Título.

Art. 31. Observadas as demais disposições legais e regulamentares em vigor, o Banco Central do Brasil pode dispensar a auditoria de que trata o art. 2º das demonstrações financeiras anuais e semestrais relativas ao ano de autorização para funcionamento da administradora de consórcio ou da instituição de pagamento.

TÍTULO III

DOS RELATÓRIOS RESULTANTES DO TRABALHO DE AUDITORIA INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

CAPÍTULO ÚNICO

DOS CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO

Art. 32. O relatório do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, previsto no art. 21, inciso II, alínea "b", desta Resolução, e no art. 21, inciso II, alínea "b", da Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, deve conter:

I - a síntese do processo de avaliação da efetividade dos aspectos relevantes para os sistemas de controles internos previstos na regulamentação vigente que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada; e

II - a evidenciação das deficiências identificadas.

Art. 33. O relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, previsto no art. 21, inciso II, alínea "c", desta Resolução, e no art. 21, inciso II, alínea "c", da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, pode ser apresentado como parte do relatório mencionado no art. 32.

Art. 34. Na elaboração dos relatórios mencionados nos arts. 32 e 33, devem ser observadas, nos aspectos não conflitantes com a regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, as normas e os procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Art. 35. Os relatórios mencionados nos arts. 32 e 33 devem ser emitidos até quarenta e cinco dias após a data da divulgação ou publicação das demonstrações individuais e consolidadas, semestrais e anuais, objeto da auditoria independente, ressalvadas as situações previstas em regulamentação específica emanada do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ao contratarem ou substituírem serviços de auditoria independente, devem registrar no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), no prazo máximo de dez dias contados da contratação ou substituição, os seguintes dados cadastrais do auditor:

I - razão social ou, se pessoa natural, nome;

II - endereço;

III - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e

IV - ato declaratório de registro do auditor independente na Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º Os dados relativos ao auditor contratado devem ser mantidos atualizados no Unicad, observado o prazo estabelecido no caput.

§ 2º A documentação relativa à substituição do auditor deve conter os motivos que determinaram a decisão e a ciência do auditor substituído, o qual, na hipótese de não conformidade, deve apontar as justificativas de sua discordância.

§ 3º A documentação a que se refere o § 2º deve ser mantida na instituição à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos.

Art. 37. As instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem registrar no Unicad, no prazo de dez dias contados da data da nomeação, os dados do diretor designado para acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria, nos termos do art. 25 desta Resolução e do art. 25 da Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

§ 1º Os dados relativos ao diretor de que trata o caput devem ser mantidos atualizados no Unicad, observado o prazo estabelecido no caput.

§ 2º A informação referida no caput deve ser complementada por declaração firmada pelo diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria, na qual deve constar que:

I - está ciente de suas obrigações; e

II - é responsável pelas atribuições previstas no art. 25 desta Resolução e no art. 25 da Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

§ 3º A declaração a que se refere o § 2º deve ser mantida na instituição à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos.

Art. 38. O Banco Central do Brasil, em virtude de fatos constatados nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pode, sem prejuízo de outras medidas previstas na legislação e na regulamentação vigentes:

I - exigir a prestação de informações e esclarecimentos adicionais;

II - determinar a realização de exames complementares; e

III - determinar que o trabalho de auditoria independente seja revisado por outro auditor.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 39. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento mencionadas no art. 1º que, na data de vigência desta Resolução, não estavam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem tê-lo em pleno funcionamento até 30 de março de 2023.

Art. 40. Depende de aprovação do Banco Central do Brasil a extinção do comitê de auditoria das instituições de pagamento que, em virtude do disposto nesta Resolução, não estejam mais obrigadas a constituí-lo.

Art. 41. As instituições de pagamento com comitê de auditoria já constituído cuja composição seja alterada em virtude do disposto nesta Resolução devem realizar as adaptações no estatuto necessárias para o funcionamento na forma prevista nesta Resolução até 31 de dezembro de 2024, respeitado o término dos mandatos vigentes em 1º de janeiro de 2022.

Art. 42. Ficam revogadas:

I - a Circular nº 3.192, de 5 de junho de 2003;

II - a Circular nº 3.404, de 18 de setembro de 2008;

III - a Circular nº 3.467, de 14 de setembro de 2009;

IV - a Circular nº 3.470, de 1º de outubro de 2009;

V - a Circular nº 3.482, de 20 de janeiro de 2010; e

VI - a Circular nº 3.950, de 25 de junho de 2019.

Art. 43. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

## RESOLUÇÃO BCB Nº 131, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Consolida as normas sobre o rito do processo administrativo sancionador, a aplicação de penalidades, o termo de compromisso, as medidas acautelatórias, a multa cominatória e o acordo administrativo em processo de supervisão, previstos na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e os parâmetros para a aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de agosto de 2021, com base no art. 36 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Portaria nº 107.172, de 11 de março de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução consolida e disciplina, no âmbito do Banco Central do Brasil:

I - o rito do processo administrativo sancionador;

II - os procedimentos relativos à:

a) celebração do termo de compromisso;

b) imposição das medidas acautelatórias;

c) aplicação da multa cominatória; e

d) celebração do acordo administrativo em processo de supervisão;

III - os parâmetros para aplicação das penalidades administrativas.

Art. 2º O processo administrativo sancionador, instrumento de supervisão destinado a manter a disciplina, a estabilidade e a regularidade do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios e do Sistema de Pagamentos Brasileiro, obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica, do interesse público e da eficiência.

Art. 3º O Banco Central do Brasil considerará as seguintes diretrizes para deixar de instaurar processo administrativo sancionador:

I - baixa lesão ao bem jurídico tutelado; e

II - efetividade e eficiência do instrumento ou da medida de supervisão alternativo utilizado tanto para o saneamento da irregularidade administrativa quanto para dissuasão da reincidência.

§ 1º Constituem bens jurídicos tutelados, para fins desta Resolução, aqueles cuja legislação impõe ao Banco Central do Brasil o dever de resguardar, em especial:

I - a estabilidade e a solidez do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

II - o regular funcionamento das instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

III - o adequado relacionamento das instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil com clientes e usuários de produtos e de serviços financeiros; e

IV - a prevenção da utilização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios e do Sistema de Pagamentos Brasileiro para a prática de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores e para o financiamento do terrorismo.

§ 2º O grau de lesão ao bem jurídico tutelado deverá ser verificado, no caso concreto, a partir da natureza, do alcance, da gravidade, da relevância e da reiteração da conduta irregular e da reincidência.

Art. 4º No caso de sucessão de pessoa jurídica autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o processo administrativo sancionador não será instaurado em relação à pessoa jurídica sucessora, quando se tratar de irregularidade anterior à reorganização, salvo se verificada a ocorrência de fraude ou simulação.

Art. 5º Nos casos em que se verificar a prática de várias infrações ou havendo mais de um acusado, o Banco Central do Brasil poderá apurar responsabilidades mediante um ou vários processos.

Art. 6º Os processos administrativos sancionadores destinados exclusivamente à aplicação de penalidade de multa por atraso na entrega de informações ao Banco Central do Brasil, relativo ao Registro e Censo de Capitais Estrangeiros no País e à Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior, poderão observar procedimento simplificado de que trata a Seção II do Capítulo IV desta Resolução.

CAPÍTULO II

DO RITO PROCESSUAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 7º Os atos e os termos processuais serão formalizados, comunicados e transmitidos em meio eletrônico.

§ 1º O Banco Central do Brasil poderá utilizar a comunicação por via postal ou por ciência no processo nas hipóteses em que estas se mostrarem mais eficientes.

§ 2º Nas situações em que a comunicação ocorrer por meio físico, após a inclusão do documento digitalizado nos autos do processo eletrônico o documento físico será descartado.

§ 3º Os atos processuais em meio não eletrônico poderão ser realizados em qualquer praça de representação do Banco Central do Brasil.

Art. 8º A nulidade de qualquer ato processual somente prejudicará os atos posteriores que dele dependam ou decorram.

Parágrafo único. Os atos que apresentem defeitos sanáveis e que não acarretem prejuízo ao acusado poderão ser convalidados pelo Banco Central do Brasil.

Art. 9º O direito de consultar e de obter cópias do processo, enquanto não proferida a decisão de primeira instância, será restrito aos acusados, seus representantes legais ou mandatários.

Parágrafo único. Após proferida a decisão de primeira instância, será levantada a restrição de acesso, exceto em relação às informações pessoais ou protegidas por sigilo legal.

Art. 10. Os incidentes processuais arguidos e não expressamente disciplinados nesta Resolução serão decididos pela autoridade processante e não suspenderão a fluência de prazo nem impedirão a prática de atos processuais ou de procedimentos em curso ou subsequentes.

Seção II

Das Citações e das Intimações

Art. 11. A citação, ato destinado a cientificar o acusado das irregularidades a ele imputadas e a facultar-lhe o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, conterá, além dos elementos discriminados no § 1º do art. 20 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017:

I - o dispositivo legal ou regulamentar infringido e a cominação prevista;

II - o número do processo;

III - as condições para acesso ao processo; e

IV - o nome e a assinatura do servidor responsável pelo ato.

Parágrafo único. A omissão ou a incorreção na capitulação legal ou regulamentar ou na cominação prevista não invalida a citação realizada, desde que o fato nela descrito constitua infração punível.

Art. 12. A intimação, ato destinado a dar ciência ao acusado dos atos e dos termos do processo ou que resultem em imposição de deveres, de ônus, de sanções ou de restrições ao exercício de direitos e atividades, conterá:

I - a identificação do acusado;

II - o número do processo;

III- o fundamento de direito da decisão, quando cabível;

IV - o dispositivo da decisão, quando cabível;

V - a indicação do prazo para interposição de recurso, quando cabível;

VI - as condições para acesso ao processo; e

VII - o nome e a assinatura do servidor responsável pelo ato.

Art. 13. A citação por meio eletrônico será efetuada mediante o Sistema de Correio Eletrônico do Banco Central (BC Correio).

Parágrafo único. Deverão possuir cadastro no BC Correio:

I - as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e os integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

II - as pessoas jurídicas que prestem serviço de auditoria independente para as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e para os integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro; e

III - as entidades de auditoria cooperativa e as empresas de auditoria independente credenciadas pelo Banco Central do Brasil para a execução de atividades de auditoria cooperativa.

Art. 14. A citação, quando realizada por via postal, será remetida ao endereço do acusado constante em bancos de dados existentes no Banco Central do Brasil por meio que permita a confirmação da entrega.

Art. 15. Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o acusado, ou em caso de esquiva, a citação será efetuada por meio de publicação de edital no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Art. 16. A intimação será realizada preferencialmente mediante disponibilização no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, sem prejuízo da possibilidade de utilização das demais formas previstas na Lei nº 13.506, de 2017, nas hipóteses em que se mostrarem mais eficientes.

Seção III

Dos Prazos

Art. 17. O prazo para a prática do ato processual a cargo do acusado será de 10 (dez) dias, salvo preceito legal ou regulamentar ou fixação de prazo diverso pelo Banco Central do Brasil.

Art. 18. Havendo mais de um acusado em um mesmo processo, os prazos serão contados individualmente.

Parágrafo único. Os prazos serão contados de forma simples.

Art. 19. Considera-se dia do início do prazo o primeiro dos eventos mencionados no § 1º do art. 24 da Lei nº 13.506, de 2017.

Parágrafo único. O primeiro dia da contagem do prazo e o dia do seu vencimento serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com final de semana, feriado ou ponto facultativo no local do domicílio do acusado ou sede da instituição supervisionada ou houver indisponibilidade do sistema de processo eletrônico do Banco Central do Brasil.

Art. 20. Considera-se como data da entrega de documentos no Banco Central do Brasil a data do protocolo em sistema eletrônico da Autarquia.

Art. 21. O Banco Central do Brasil analisará pedido de concessão de novo prazo para a prática de ato processual, na hipótese de ocorrência de evento imprevisto, alheio à vontade do acusado, que o impeça de praticar o ato, por si, por seu representante ou por mandatário.

Parágrafo único. Comprovada a ocorrência do evento mencionado no caput, o Banco Central do Brasil assinalará novo prazo para a prática do ato.

Art. 22. O acusado poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

Seção IV

Da Defesa

Art. 23. A defesa poderá ser apresentada pelo acusado ou por procurador por ele constituído.

§ 1º Será considerada válida a defesa apresentada por procurador à qual não tenha sido anexado instrumento de mandato, desde que apresentado ao Banco Central do Brasil nos 15 (quinze) dias subsequentes.

§ 2º Decorrido o prazo referido no § 1º sem que o instrumento de mandato seja exibido, a defesa será havida por inexistente e desentranhada dos autos, ocorrendo a revelia.

Art. 24. A revelia não importa confissão quanto à matéria de fato, podendo o revel intervir em qualquer fase do processo, recebendo-o no estado em que se encontrar, sem direito à repetição dos atos já praticados.

Seção V

Das Provas

Art. 25. Incumbe ao acusado, na defesa, juntar os documentos destinados a provar suas alegações e indicar as demais provas que pretende produzir, sob pena de preclusão.

§ 1º Qualquer custo para a produção de provas requeridas pelo acusado será por ele suportado.

§ 2º O acusado que requerer a produção de prova com base em fatos e dados registrados no Banco Central do Brasil deverá especificar os documentos que pretende sejam juntados ao processo.

§ 3º O Banco Central do Brasil indeferirá, de forma fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

§ 4º As provas ilícitas não poderão integrar o processo e, caso produzidas, serão desentranhadas.

Art. 26. Não será admitida a produção de prova pericial em relação a matérias que sejam do conhecimento técnico do Banco Central do Brasil, sendo facultada, nessa hipótese, a juntada de laudo técnico produzido por profissional contratado pelo acusado.

Art. 27. Sendo requerida a prova testemunhal, a relação de testemunhas deverá ser apresentada juntamente com a defesa e conter o nome, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e a indicação do vínculo de cada testemunha arrolada com os fatos tratados no processo.

§ 1º O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 2 (dois) para cada irregularidade e a 5 (cinco) para cada acusado.

§ 2º O Banco Central do Brasil indeferirá a produção de prova testemunhal sobre fatos que puderem ser provados por documento.

§ 3º O Banco Central do Brasil comunicará o dia, a hora, a forma e o local da audiência designada para a oitiva, cabendo ao acusado providenciar o comparecimento da testemunha.

§ 4º Além do Banco Central do Brasil, os acusados também poderão formular perguntas às testemunhas, ainda que não tenham sido por eles arroladas.

§ 5º Serão indeferidas as perguntas que não guardem relação com os fatos objeto de apuração.

§ 6º Ao final da audiência, será lavrado o termo de oitiva de testemunha, que será assinado pelo servidor designado para conduzir a audiência, sem prejuízo de, a critério do Banco Central do Brasil, o ato ser registrado em mídia digital.

Art. 28. O Banco Central do Brasil poderá, no curso do processo, produzir as provas e realizar as diligências que entender necessárias.

Art. 29. Será facultado ao acusado manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre novo elemento de prova colhido pelo Banco Central do Brasil após a fase de defesa.

Seção VI

Da Decisão

Art. 30. Terminada a instrução processual, os autos serão conclusos para decisão:

I - por órgão colegiado específico, quando o processo administrativo sancionador for instaurado contra pessoa mencionada no art. 2º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

II - pela autoridade indicada no Regimento Interno do Banco Central do Brasil, nos demais casos.

Parágrafo único. A decisão também será monocrática quando o processo administrativo sancionador for instaurado contra pessoa física mencionada no art. 2º da Lei nº 13.506, de 2017, mas os fatos imputados ao acusado não apresentarem relação com a atividade por ele exercida nas instituições de que trata o caput do art. 2º da Lei nº 13.506, de 2017.

Art. 31. São requisitos da decisão:

I - o relato, que conterá a qualificação do acusado, a síntese dos fatos que motivaram a instauração do processo e das alegações de defesa;

II - os fundamentos de fato e de direito; e

III - o dispositivo, em que a autoridade julgadora decidirá pela absolvição ou condenação do acusado, estabelecendo, nesse último caso, as penalidades aplicáveis.

Art. 32. Será definitiva a decisão:

I - condenatória, quando esgotado o prazo para recurso sem que tenha sido interposto; e

II - absolutória.

Parágrafo único. Será também definitiva a decisão na parte que não tiver sido objeto de recurso.

Art. 33. A decisão será publicada no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil na íntegra ou em versão resumida, a qual deverá conter, no mínimo:

I- o número do processo;

II - a identificação do acusado;

III - o fundamento de direito da decisão;

IV - o dispositivo da decisão; e

V - a identificação da autoridade que proferiu a decisão.

Seção VII

Do Recurso

Art. 34. O Banco Central do Brasil encaminhará o recurso interposto contra decisão condenatória ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Seção VIII

Do Pedido de Efeito Suspensivo a Recurso Interposto

Art. 35. O apenado pode apresentar requerimento para que o recurso interposto contra decisão que impuser as penalidades previstas nos incisos IV, V ou VI do art. 5º da Lei nº 13.506, de 2017, seja recebido no efeito suspensivo.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deverá ser dirigido à autoridade prolatora da decisão e apresentado no ato de interposição do recurso.

§ 2º A apreciação do pedido de efeito suspensivo se dará em autos apartados do processo original.

Art. 36. Para a concessão de efeito suspensivo, a autoridade prolatora da decisão e o órgão colegiado específico mencionado no parágrafo único do art. 37 desta Resolução levarão em consideração a demonstração, pelo recorrente, da inexistência de risco à instituição ou à estabilidade do sistema, caso haja a continuidade das atividades ou operações ou a permanência do apenado no cargo.

Parágrafo único. Para a concessão de efeito suspensivo ao recurso que trata da aplicação da penalidade de cassação de autorização para funcionamento, será avaliado exclusivamente o risco à estabilidade do sistema.

Art. 37. O apenado pode recorrer da decisão que negar a atribuição de efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação da decisão que negou o requerimento.

Parágrafo único. O recurso de que trata o caput será decidido por órgão colegiado específico.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 38. Não constituirão causa de extinção da punibilidade:

I - a correção da irregularidade pelo infrator; e

II - a alegação de ignorância ou de errada compreensão da legislação.

Art. 39. Nos casos de infração permanente ou continuada, aplica-se a norma vigente no dia em que tiver cessado a permanência ou for praticada a última infração.

Seção II

Das Infrações Praticadas por Administradoras de Consórcio

Art. 40. Para fins da gradação de penalidades prevista no art. 36, inciso I, da Lei nº 13.506, de 2017, constituem infrações puníveis no âmbito do Sistema de Consórcios:

I - vender cotas de consórcio, inclusive por meio de representantes, de forma incompatível com a legislação em vigor;

II - utilizar recursos de grupo de consórcio em finalidade diversa das admitidas na legislação em vigor;

III - desviar recursos do grupo em benefício da administradora ou de terceiros;

IV - deixar de depositar em instituição financeira os recursos dos grupos de consórcio ou de aplicá-los na forma estabelecida na legislação em vigor;

V - promover ou deixar de promover contemplações, em desacordo com as exigências da legislação em vigor;

VI - deixar de convocar ou de realizar assembleia geral ordinária ou extraordinária, nos termos da legislação em vigor;

VII - deixar de prestar, de forma clara, objetiva e adequada, as informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisão por parte dos consorciados;

VIII - realizar operações sem observar os limites operacionais ou os padrões mínimos de capital realizado e de patrimônio líquido ajustado; ou

IX - deixar de manter a autonomia patrimonial dos grupos de consórcio.

Seção III

Das Infrações ao Cumprimento da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998

Art. 41. Constituem infrações graves quanto ao cumprimento das obrigações constantes dos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 1998, aquelas que produzam ou possam produzir quaisquer dos seguintes efeitos:

I - contribuir para o desvirtuamento das finalidades dos instrumentos e das operações utilizados no âmbito das atividades sujeitas à fiscalização do Banco Central do Brasil;

II - acarretar dano à imagem da instituição ou do segmento em que atua;

III - contribuir para gerar indisciplina no mercado financeiro ou para afetar a estabilidade ou o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios ou do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

IV - afetar severamente a continuidade das atividades ou das operações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios ou do Sistema de Pagamentos Brasileiro; e

V - contribuir para estimular conduta irregular no segmento em que atua.

Art. 42. Para fins da gradação das penalidades prevista no art. 36, inciso I, da Lei nº 13.506, de 2017, constituem infrações puníveis com fundamento no art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998:

I - ausência de informações cadastrais que não comprometam a identificação e a avaliação da capacidade financeira dos clientes de que trata o art. 10, inciso I, da Lei nº 9.613, de 1998;

II - identificação ou atualização de cadastro dos clientes de que trata o art. 10, inciso I, da Lei nº 9.613, de 1998, em desacordo com a regulamentação infralegal ou ausência dessa identificação;

III - manutenção de registro das transações de que trata o art. 10, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, com informações incompletas, que não prejudique a identificação de data, valor, origem e destino dos recursos;

IV - manutenção de registro das transações de que trata o art. 10, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, em desacordo com a regulamentação infralegal ou ausência desse registro;

V - ausência ou inadequação das políticas, procedimentos e controles internos para atendimento ao disposto no art. 10, inciso III, da Lei nº 9.613, de 1998, nos termos da regulamentação infralegal;

VI - descumprimento do dever de abstenção de ciência da comunicação de que trata o art. 11, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998;

VII - não comunicação de operações que ultrapassem o limite fixado pelo Banco Central do Brasil com base no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998;

VIII - comunicação realizada de forma inadequada ou fora do prazo, relativamente a operações que ultrapassem o limite fixado pelo Banco Central do Brasil com base no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998;

IX - não comunicação da totalidade de propostas ou operações que contenham indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou que com eles se relacionem;

X - não comunicação de parcela relevante de propostas ou operações que contenham indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou que com eles se relacionem;

XI - comunicação realizada de forma inadequada ou fora do prazo, relativamente a propostas ou operações que contenham indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou que com eles se relacionem;

XII - omissão do dever de comunicação de que trata o art. 11, inciso III, da Lei nº 9.613, de 1998;

XIII - comunicação sobre a não ocorrência de operações comunicáveis, de que trata o art. 11, inciso III, da Lei nº 9.613, de 1998, realizada fora do prazo ou em desacordo com a forma e as condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Seção IV

Das Penalidades de Admoestação Pública e de Advertência

Art. 43. Nas infrações previstas no art. 3º, incisos II, III, VI, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVI, da Lei nº 13.506, de 2017, no art. 40, incisos I, II, III, IV, VIII e IX, desta Resolução e nas infrações que produzam ou possam produzir qualquer dos efeitos previstos no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017, a penalidade de admoestação pública somente poderá ser aplicada de forma cumulativa com as penalidades de multa, de proibição de prestar determinados serviços, de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação ou de inabilitação.

Parágrafo único. Nas demais infrações previstas no art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017, e no art. 40 desta Resolução, a penalidade de admoestação pública poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulada com a penalidade de multa, desde que a infração não produza ou possa produzir qualquer dos efeitos previstos no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017.

Art. 44. O texto da penalidade de admoestação pública será publicado no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

§ 1º O Banco Central do Brasil poderá, adicionalmente, determinar a divulgação do texto de que trata o caput, às expensas do infrator, em meio de fácil acesso e visibilidade, por período não inferior a 5 (cinco) dias e não superior a 15 (quinze) dias, a ser determinado na decisão que aplicar a penalidade.

§ 2º A decisão que determinar a divulgação a que se refere o § 1º observará o disposto no art. 91 desta Resolução.

Art. 45. A pena de advertência será aplicada para as infrações previstas nos incisos I e III do art. 42 desta Resolução.

Seção V

Das Penalidades de Multa, de Proibição e de Inabilitação

Art. 46. Na aplicação das penalidades de multa, de proibição de prestar determinados serviços, de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação e de inabilitação, será inicialmente fixada a pena-base, considerando no seu cálculo, na medida em que possam ser determinados:

I - a capacidade econômica do infrator;

II - o grau de lesão ou o perigo de lesão ao Sistema Financeiro Nacional, ao Sistema de Consórcios, ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, à instituição ou a terceiros;

III - o grau de reprovabilidade da conduta do infrator;

IV - a expressividade dos valores das operações irregulares;

V - a duração da infração ou a prática sistemática ou reiterada; e

VI - os antecedentes do infrator.

Art. 47. A pena-base de multa aplicável a cada infração deverá obedecer à seguinte gradação:

I - de R$20.000,00 (vinte mil reais) até R$500.000,00 (quinhentos mil reais), multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, para as infrações previstas:

a) nos incisos I, IV, V, VII, XIV, XV e XVII do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017;

b) nos incisos I, II, IV, V, VI e VIII do art. 40 e nos incisos VI, VIII, XI e XIII do art. 42 desta Resolução; ou

c) na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, ressalvado o disposto no inciso VI, e nas normas infralegais relativas a câmbio;

II - de R$40.000,00 (quarenta mil reais) até R$1.000.000,00 (um milhão de reais), multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, para as infrações previstas:

a) nos incisos II, III, VI, VIII, XII, XIII e XVI do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017;

b) nos incisos VII, X e XII do art. 42 desta Resolução; ou

c) nos incisos I e III do art. 42 desta Resolução, quando houver reincidência na infração punida com advertência;

III - de R$60.000,00 (sessenta mil reais) até R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, para as infrações previstas:

a) nos incisos IX, X e XI do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

b) nos incisos III, VII e IX do art. 40 e nos incisos II, IV, V e IX do art. 42 desta Resolução;

IV - de R$100.000,00 (cem mil reais) até R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, para as infrações referidas:

a) nos incisos I, IV, V, VII, XIV, XV e XVII do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017, e nos incisos I, II, IV, V, VI e VIII do art. 40 desta Resolução, quando produzirem ou puderem produzir qualquer dos efeitos previstos no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

b) nos incisos VI, VIII, XI e XIII do art. 42 desta Resolução, quando se tratar de infração grave, nos termos do art. 41 desta Resolução;

V - de R$200.000,00 (duzentos mil reais) até R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, para as infrações previstas:

a) nos incisos II, III, VI, VIII, XII, XIII e XVI do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017, quando produzirem ou puderem produzir qualquer dos efeitos previstos no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017;

b) nos incisos VII, X, e XII do art. 42 desta Resolução, quando se tratar de infração grave, nos termos do art. 41 desta Resolução;

VI - de R$300.000,00 (trezentos mil reais) até R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, ou até 50% (cinquenta por cento) do valor calculado nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 13.506, de 2017, multiplicado pelo fator de ponderação constante do Anexo I, o que for maior, para as infrações previstas:

a) nos incisos IX, X e XI do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017, e nos incisos III, VII e IX do art. 40 desta Resolução, quando produzirem ou puderem produzir qualquer dos efeitos previstos no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017;

b) nos incisos II, IV, V e IX do art. 42 desta Resolução, quando se tratar de infração grave, nos termos do art. 41 desta Resolução;

c) nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933;

d) no art. 10 do Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946; ou

e) no art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962.

Art. 48. A pena-base de proibição de prestar determinados serviços para as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e para os integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro será fixada em número inteiro de anos na faixa de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Art. 49. A pena-base de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação para as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e para os integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro será fixada em número inteiro de anos na faixa de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Art. 50. A pena-base de inabilitação para atuar como administrador e para exercer cargo em órgão previsto em estatuto ou em contrato social de instituição supervisionada pelo Banco Central do Brasil ou integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro aplicável para cada infração será fixada em número inteiro de anos e deverá obedecer à seguinte gradação:

I - de 3 (três) a 6 (seis) anos, para as infrações previstas:

a) nos incisos I, IV, V, VII, XIV e XV do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

b) nos incisos I, II, IV, V, VI e VIII do art. 40 e nos incisos VII, VIII, XI e XII do art. 42 desta Resolução;

II - de 3 (três) a 10 (dez) anos, para as infrações previstas:

a) no inciso XVII do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

b) nos incisos VI, X, e XIII do art. 42 desta Resolução;

III - de 6 (seis) a 10 (dez) anos, para as infrações previstas:

a) nos incisos II, III, VI, VIII, XII, XIII e XVI do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

b) nos incisos II, IV, V e IX do art. 42 desta Resolução; e

IV - de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, para as infrações previstas:

a) nos incisos IX, X e XI do art. 3º da Lei nº 13.506, de 2017; ou

b) nos incisos III, VII e IX do art. 40 desta Resolução.

Art. 51. São circunstâncias que agravam as penalidades de multa, de proibição de prestar determinados serviços, de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação e de inabilitação, quando não constituírem infrações autônomas:

I - a reincidência;

II - a ocorrência de dano à imagem da instituição ou do segmento em que atua;

III - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator; e

IV - o cometimento de infração mediante fraude ou simulação.

§ 1º A penalidade de multa será aumentada em 20% (vinte por cento) para cada agravante verificada.

§ 2º As penalidades de inabilitação, de proibição de prestar determinados serviços e de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação serão aumentadas de 1 (um) ano para cada agravante verificada.

§ 3º Ocorre reincidência quando o agente comete nova infração depois de ter sido punido por força de decisão administrativa definitiva, salvo se decorridos 3 (três) anos do cumprimento da respectiva punição ou da extinção da pena.

§ 4º Ocorre a reincidência específica quando o agente comete a mesma infração depois de ter sido punido por força de decisão administrativa definitiva, salvo se decorridos 3 (três) anos do cumprimento da respectiva punição ou da extinção da pena.

§ 5º Nas hipóteses previstas no art. 12, § 2º, inciso I, e § 3º, parte final, da Lei nº 9.613, de 1998, a circunstância prevista no inciso I do caput não será utilizada para o agravamento da penalidade.

§ 6º A circunstância prevista no inciso II do caput não será utilizada para o agravamento das penalidades relacionadas às irregularidades previstas na Lei nº 9.613, de 1998.

§ 7º No caso das infrações relacionadas a auditoria independente ou a auditoria cooperativa, também será considerada como agravante a ocorrência de dano à imagem da instituição auditada ou do segmento em que atua.

Art. 52. São circunstâncias que atenuam as penalidades de multa, de proibição de prestar determinados serviços, de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação e de inabilitação:

I - a colaboração do infrator que resulte na identificação dos demais envolvidos na infração, se for o caso, e na obtenção de informações e de documentos que comprovem o cometimento de infração punível com base na legislação em vigor, desde que não sejam de conhecimento prévio do Banco Central do Brasil;

II - a regularização da infração antes da sua detecção pelo Banco Central do Brasil; e

III - a reparação dos danos causados, desde que comprovada pelo infrator por meio de prova documental apresentada até a publicação da data de julgamento do processo administrativo sancionador.

§ 1º A incidência de circunstâncias atenuantes não descaracteriza a gravidade da conduta.

§ 2º A penalidade de multa será reduzida em 20% (vinte por cento) para cada circunstância atenuante verificada.

§ 3º As penalidades de inabilitação, de proibição de prestar determinados serviços e de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação serão reduzidas de 1 (um) ano para cada atenuante verificada.

§ 4º A circunstância atenuante prevista no inciso I do caput não será aplicada na dosimetria da penalidade relativamente a infrator que tenha celebrado acordo administrativo em processo de supervisão quanto aos fatos tratados no processo, quando aplicada a redução de mesma natureza prevista no art. 102 desta Resolução.

Art. 53. No cálculo da penalidade a ser aplicada, incidirão, nesta ordem:

I - as circunstâncias agravantes; e

II - as circunstâncias atenuantes.

§ 1º Na ocorrência de circunstâncias agravantes, de circunstâncias atenuantes ou de concurso de ambas, o aumento ou a diminuição da penalidade não poderá ultrapassar a metade do valor ou do prazo fixados para a pena-base.

§ 2º Quando da aplicação das circunstâncias agravantes e das circunstâncias atenuantes resultar período fracionado de inabilitação ou de proibição, o prazo final da penalidade será arredondado para o número inteiro de anos imediatamente inferior.

Art. 54. A soma das penalidades de multa aplicadas a cada infrator em um único processo administrativo sancionador será limitada:

I - para as instituições referidas no caput do art. 2º da Lei nº 13.506, de 2017, e para as pessoas jurídicas que incorram nas penas da Lei nº 9.613, de 1998, ao maior valor entre os seguintes:

a) 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, apurado no último balanço disponível no Banco Central do Brasil;

b) 50% (cinquenta por cento) do capital mínimo exigido, quando aplicável; ou

c) 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido (PL), apurado no último balanço disponível no Banco Central do Brasil;

II - para as pessoas físicas, ao valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

III - para as demais pessoas jurídicas, ao valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 55. Serão somadas as penas de mesma espécie impostas a uma mesma pessoa física ou jurídica.

Art. 56. O tempo de cumprimento da penalidade de inabilitação não poderá ser superior a 20 (vinte) anos.

§ 1º Quando o acusado, em um mesmo processo ou em processos distintos, for condenado a mais de uma penalidade de inabilitação cuja soma seja superior ao previsto no caput, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo ali previsto.

§ 2º Computar-se-á o período de cumprimento da medida acautelatória aplicada com fundamento nos incisos I e II do caput do art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, para fins de cumprimento da penalidade de inabilitação.

§ 3º Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período já cumprido.

§ 4º Quando o fundamento para as penalidades de inabilitação impostas a um mesmo acusado for exclusivamente o disposto na Lei nº 9.613, de 1998, os limites de que tratam o caput e o § 1º deste artigo serão de 10 (dez) anos.

§ 5º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo aplica-se às penalidades previstas nos incisos III e V do art. 5º da Lei nº 13.506, de 2017, quando a proibição se referir a um mesmo serviço, atividade ou modalidade de operação.

Seção VI

Da Penalidade de Cassação da Autorização de Funcionamento

Art. 57. A pena de cassação de autorização para funcionamento poderá ser aplicada pelo Banco Central do Brasil para as infrações que produzirem qualquer dos efeitos previstos no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017, e que fundamentem a aplicação das medidas acautelatórias de que o trata o art. 84 desta Resolução.

Seção VII

Da Eficácia e da Execução das Decisões

Art. 58. As decisões que aplicarem a penalidade de multa serão objeto de intimação para recolhimento no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual serão acrescidos os encargos previstos na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 1º Considera-se, para fins de apuração do valor a que se refere o art. 7º, § 6º, da Lei nº 13.506, de 2017, a soma das penalidades de multa impostas, por apenado, em um mesmo processo administrativo sancionador.

§ 2º Efetuado o pagamento parcial, incidirão sobre o valor remanescente os encargos a que se refere o caput se ultrapassado o prazo ali previsto.

Art. 59. A decisão condenatória que aplicar as penalidades previstas nos incisos IV, V e VI do art. 5º da Lei nº 13.506, de 2017, começará a produzir efeitos:

I - após esgotado o prazo para recurso estabelecido no caput do art. 29 da Lei nº 13.506, de 2017, sem que o recurso tenha sido interposto ou sem que tenha sido apresentado o requerimento para concessão de efeito suspensivo ao recurso;

II - após esgotados os prazos para interposição do recurso a que se refere o art. 37 desta Resolução, sem que tenha sido interposto o recurso; e

III - após a intimação da decisão final do Banco Central do Brasil que negar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 60. A interposição de recurso contra decisão que impuser penalidades cumulativamente não impede a execução das penalidades que não obtenham efeito suspensivo.

Art. 61. A notificação de que trata o § 1º do art. 8º da Lei nº 13.506, de 2017, será encaminhada ao inabilitado e às instituições supervisionadas nas quais ele exercer cargo sujeito à autorização do Banco Central do Brasil.

Art. 62. Caso o apenado não atue como administrador em instituição supervisionada pelo Banco Central do Brasil ou integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro nem exerça cargo em órgão previsto em estatuto ou em contrato social dessas entidades, o prazo de cumprimento da penalidade de inabilitação, computado na forma prevista no caput do art. 24 da Lei nº 13.506, de 2017, terá início:

I - na data em que a decisão começar a produzir efeitos, nos termos do art. 59 desta Resolução; ou

II - no dia da publicação da decisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos casos em que for conferido efeito suspensivo ao recurso interposto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de unificação de que trata o § 1º do art. 56 desta Resolução.

Art. 63. O prazo de cumprimento da penalidade de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação, computado na forma prevista no caput do art. 24 da Lei nº 13.506, de 2017, terá início na data em que a decisão começar a produzir efeitos, nos termos do art. 59 desta Resolução.

§ 1º Nos casos em que for conferido efeito suspensivo ao recurso interposto contra a decisão do Banco Central do Brasil que aplicar a penalidade de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação, o prazo de cumprimento da penalidade terá início no dia da publicação da decisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

§ 2º O período de cumprimento da medida acautelatória aplicada com fundamento no inciso III do caput do art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, será computado para fins de cumprimento da penalidade de proibição de realizar determinadas atividades ou modalidades de operação.

Art. 64. Nos casos em que for interposto recurso contra a decisão do Banco Central do Brasil que aplicar a penalidade de proibição de prestar determinados serviços para as instituições mencionadas no caput do art. 2º da Lei nº 13.506, de 2017, o prazo de cumprimento dessa penalidade terá início no dia da publicação da decisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Art. 65. Aplicada a penalidade de cassação de autorização para funcionamento, a instituição apenada comunicará o fato imediatamente aos seus clientes e adotará em até 90 (noventa) dias as seguintes medidas:

I - encerramento ou transferência das operações e dos contratos privativos de instituição supervisionada pelo Banco Central do Brasil ou de integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro para instituição regularmente autorizada a operar; e

II - alteração de sua denominação e de seu objeto social, com o respectivo registro na Junta Comercial e comprovação ao Banco Central do Brasil.

§ 1º A apenada utilizará os canais disponíveis de comunicação para informar os seus clientes sobre o impedimento em prosseguir com as suas operações na instituição, os procedimentos e o prazo para encerramento ou transferência das operações.

§ 2º A eventual omissão de providência ou oposição por parte do cliente em referência ao determinado no inciso I do caput não afasta a obrigatoriedade da adoção da determinação do inciso II do caput, cabendo à apenada responsabilizar-se pelo cumprimento das suas obrigações contratuais perante terceiros.

§ 3º A nova denominação social a ser adotada na forma do inciso II do caput não poderá conter o nome original da instituição, o nome fantasia por ela utilizado até a data da cassação, ou qualquer expressão que possa indicar o exercício de atividades privativas de instituição supervisionada pelo Banco Central do Brasil ou integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

§ 4º Nos casos em que for conferido efeito suspensivo ao recurso interposto contra a decisão do Banco Central do Brasil que aplicar a penalidade de cassação da autorização de funcionamento, o prazo para adoção das providências estabelecidas no caput terá início no dia da publicação da decisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, observado o disposto no caput do art. 24 da Lei nº 13.506, de 2017.

CAPÍTULO IV

DA MULTA RELATIVA AO REGISTRO E CENSO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NO PAÍS E À DECLARAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Seção I

Das Penalidades

Art. 66. As penalidades de multa a que se sujeitam os responsáveis pelo não fornecimento das informações regulamentares exigidas ou pela prestação de informações falsas, incompletas, incorretas ou fora dos prazos e das condições previstas na regulamentação em vigor relativas a Capitais Estrangeiros no País e a Capitais Brasileiros no Exterior, em razão do disposto nas Leis ns. 4.131, de 1962, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, na Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e no Decreto-Lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969, serão aplicadas em conformidade com os seguintes critérios:

I - efetuar registro ou apresentar declaração em desacordo com os prazos previstos nas respectivas normas: 1% (um por cento) do valor sujeito a registro ou declaração, limitado a R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II - prestar informações incorretas ou incompletas: 2% (dois por cento) do valor sujeito a registro ou declaração, limitado a R$50.000,00 (cinquenta mil reais);

III - não efetuar registro, não apresentar declaração ou não apresentar documentação comprobatória das informações fornecidas ao Banco Central do Brasil: 5% (cinco por cento) do valor sujeito a registro ou declaração, limitado a R$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais); ou

IV - prestar informação falsa em registro ou declaração: 10% (dez por cento) do valor sujeito a registro ou declaração, limitado a R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A multa a que se refere o inciso I do caput será reduzida nas seguintes situações:

I - atraso de 1 (um) a 30 (trinta) dias, hipótese em que corresponderá a 10% (dez por cento) do valor previsto; ou

II - atraso de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, hipótese em que corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto.

§ 2º A penalidade de multa a que se referem os incisos I, II e III do caput será aumentada em 50% (cinquenta por cento) nos casos em que o administrado não efetuar, não corrigir ou não complementar registro ou declaração quando solicitado pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º A decisão que impuser penalidade em decorrência das infrações previstas no caput não será considerada para fins dos antecedentes de que trata o inciso VI do art. 46 e da reincidência de que trata o § 3º do art. 51 desta Resolução.

Seção II

Do Procedimento Simplificado para os Processos Administrativos Sancionadores Relativos a Atraso na Entrega de Informações ao Banco Central do Brasil de Registro e Censo de Capitais Estrangeiros no País e de Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior

Art. 67. O procedimento simplificado é aplicável ao declarante que queira voluntariamente reconhecer o cometimento do ilícito da entrega em atraso de informações ao Banco Central do Brasil de Registro e Censo de Capitais Estrangeiros no País e de Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior e cumprir a pena aplicada, de forma a concluir sumariamente o processo administrativo sancionador.

Art. 68. O procedimento simplificado será instaurado por opção do declarante e conduzido em sistema eletrônico do Banco Central do Brasil, compreendendo, no mínimo, a citação eletrônica, o reconhecimento da ilicitude da conduta praticada, a renúncia ao prazo de defesa, a decisão, a intimação eletrônica e o pagamento da multa.

§ 1º O processo administrativo sancionador em procedimento simplificado se iniciará com a opção do declarante pela citação eletrônica, que será efetivada mediante validação da identificação do titular da declaração.

§ 2º Caso o declarante não opte pela citação eletrônica no momento da entrega da declaração, poderá fazê-lo em até 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da declaração.

§ 3º O titular da declaração deverá registrar o reconhecimento da ilicitude da conduta praticada e a renúncia ao prazo de defesa de forma eletrônica.

§ 4º Após os registros de que trata o § 3º, a decisão de aplicação da multa será emitida por meio do sistema eletrônico com a intimação eletrônica do declarante para o pagamento da multa.

§ 5º A decisão será publicada nos termos do art. 33 desta Resolução.

Art. 69. O processo administrativo sancionador seguirá sua tramitação por meio do rito ordinário na hipótese de ausência de formalização do reconhecimento da ilicitude da conduta praticada ou da renúncia ao prazo de defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da citação eletrônica.

Art. 70. O procedimento simplificado somente será adotado a partir da disponibilização, pelo Banco Central do Brasil, do sistema eletrônico de que trata o art. 68 desta Resolução.

CAPÍTULO V

DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 71. A qualquer momento antes da prolação da decisão de primeira instância, é cabível a apresentação de proposta de termo de compromisso em relação às infrações às normas legais e regulamentares de regência do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios, do Sistema de Pagamentos Brasileiro e a outras normas legais cujo cumprimento seja fiscalizado pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A proposta de termo de compromisso poderá ser apresentada antes da instauração do processo administrativo sancionador.

§ 2º Havendo processo administrativo sancionador instaurado, a proposta de termo de compromisso tramitará em autos apartados.

Art. 72. A proposta de termo de compromisso deverá ser apresentada pelo interessado por simples petição, contendo relato circunstancial dos fatos, bem como:

I - a declaração de cessação da prática sob investigação e, sendo o caso, também dos seus efeitos lesivos, ou, não sendo possível fazê-lo imediatamente, o compromisso de cessá-la conforme as condições estabelecidas no termo de compromisso;

II - as medidas que serão adotadas para a correção das irregularidades apontadas e o prazo previsto para tal;

III - a descrição e a quantificação dos prejuízos porventura causados e o modo e o prazo para a sua efetiva indenização; e

IV - o valor da contribuição pecuniária a ser recolhida ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Devem ser indicados na proposta número de telefone e endereço de e-mail para contato.

Art. 73. Para fins do disposto no art. 72 desta Resolução, entende-se por prejuízos os danos causados, pela prática da irregularidade, aos clientes e aos usuários dos produtos e serviços ofertados pela instituição proponente.

Art. 74. Recebida a proposta de termo de compromisso, o Banco Central do Brasil decidirá, em cognição sumária, pelo prosseguimento da sua análise ou pela sua rejeição.

§ 1º A proposta de termo de compromisso será rejeitada se:

I - versar sobre:

a) fatos que representem indícios de infração grave; ou

b) infrações relacionadas ao Registro e Censo de Capitais Estrangeiros no País ou à Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior, disciplinados pelas Leis ns. 4.131, de 1962, e 11.371, de 2006, pela Medida Provisória nº 2.224, de 2001, e pelo Decreto-Lei nº 1.060, de 1969; ou

II - não houver interesse do Banco Central do Brasil na sua celebração.

§ 2º Para os fins previstos no § 1º, inciso I, alínea "a", consideram-se infrações graves, além daquelas definidas no art. 4º da Lei nº 13.506, de 2017, as estabelecidas no art. 41 desta Resolução.

Art. 75. Proferida a decisão pelo prosseguimento da análise da proposta de termo de compromisso, o Banco Central do Brasil, no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contado do recebimento da proposta, decidirá sobre a celebração do termo de compromisso.

§ 1º O Banco Central do Brasil considerará, para fins de negociação das obrigações a serem assumidas no termo de compromisso, entre outros elementos, a natureza e a repercussão das infrações, o momento da apresentação da proposta e os antecedentes do interessado.

§ 2º O Banco Central do Brasil poderá propor ao interessado ajustes na proposta.

§ 3º A decisão sobre a celebração do termo de compromisso não importa exame de mérito quanto à matéria de fato ou à ilicitude da conduta que originou a proposta.

Art. 76. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver proferido as decisões desfavoráveis nas hipóteses de que tratam os arts. 74 e 75 desta Resolução.

Parágrafo único. O pedido de que trata o caput deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias contado da ciência da decisão que rejeitou a proposta e não poderá ser renovado.

Art. 77. O termo de compromisso deverá conter cláusula penal para o caso de mora do compromitente, sem prejuízo do estabelecimento, em juízo discricionário do Banco Central do Brasil, para o caso de total ou parcial inadimplemento das obrigações compromissadas ou em segurança especial de determinada cláusula.

Parágrafo único. O termo de compromisso poderá conter cláusulas que estipulem obrigações instrumentais, assim entendidas aquelas estabelecidas a fim de facilitar a verificação acerca do cumprimento das demais obrigações acordadas.

Art. 78. As condições do termo de compromisso não poderão ser alteradas, salvo por nova deliberação do Banco Central do Brasil, mediante requerimento da parte interessada.

Art. 79. Findo o prazo estabelecido no termo de compromisso, o Banco Central do Brasil deverá declarar se as condições nele estabelecidas foram satisfatoriamente cumpridas pelo compromitente.

§ 1º O Banco Central do Brasil poderá declarar o cumprimento do termo de compromisso se verificar que, embora não tenha havido o cumprimento das obrigações instrumentais porventura estabelecidas, as demais obrigações previstas no termo foram cumpridas de forma satisfatória.

§ 2º A aprovação de que trata o § 1º não isentará o compromitente do pagamento da multa diária ou da cláusula penal compensatória porventura estabelecida em segurança da cláusula descumprida.

§ 3º O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou a constatação da falsidade da declaração de cessação da conduta irregular implicarão o descumprimento do termo de compromisso e a adoção das medidas previstas no art. 15, § 2º, da Lei nº 13.506, de 2017, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 80. O compromitente que incorra em mora poderá purgá-la até que o Banco Central do Brasil se manifeste sobre o cumprimento das obrigações previstas no termo de compromisso na forma do art. 79 desta Resolução, desde que ofereça a prestação devida acrescida dos encargos porventura incidentes.

Art. 81. Os atos processuais relativos a termo de compromisso serão formalizados, comunicados e transmitidos em meio eletrônico.

§ 1º A proposta e os documentos dela derivados devem ser apresentados via Protocolo Digital.

§ 2º A intimação das decisões sobre termo de compromisso será realizada mediante sistemas eletrônicos do Banco Central do Brasil ou vista dos autos.

Art. 82. Os prazos nos processos de termo de compromisso serão contados de forma contínua, excluído o dia de início e incluído o dia de vencimento.

§ 1º O primeiro dia da contagem do prazo e o dia do vencimento serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com final de semana, feriado, ponto facultativo no local do domicílio ou da sede do compromitente ou houver indisponibilidade do sistema de processo eletrônico do Banco Central do Brasil.

§ 2º Os prazos em meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

Art. 83. O sigilo da proposta de termo de compromisso de que trata o art. 13, § 1º, da Lei nº 13.506, de 2017, compreende a negociação entre o proponente e o Banco Central do Brasil e os documentos correspondentes, que instruem o processo e definem o mérito do instrumento a ser celebrado.

CAPÍTULO VI

DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

Art. 84. As medidas acautelatórias previstas no art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, poderão ser decretadas pelo Banco Central do Brasil antes da instauração ou durante a tramitação do processo administrativo sancionador, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I - presença de indícios de autoria e de materialidade da infração; e

II - atualidade ou iminência de lesão ao Sistema Financeiro Nacional, ao Sistema de Consórcios, ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, à instituição ou a terceiros.

Art. 85. A decisão que aplicar a medida acautelatória deverá conter:

I - o relato, com a qualificação do administrado e a síntese dos fatos que motivaram a aplicação da medida;

II - os fundamentos de fato e de direito, com a demonstração do preenchimento dos requisitos do art. 84 desta Resolução; e

III - o dispositivo, em que a autoridade determinará a conduta a ser adotada, o prazo para o seu cumprimento e o montante ou percentual da multa diária cominada em caso de descumprimento.

Art. 86. A intimação da aplicação da medida acautelatória será dirigida à instituição supervisionada e, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, também à pessoa física.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, também será cabível a imposição de multa cominatória à pessoa física, independentemente daquela aplicada à instituição supervisionada.

Art. 87. A decisão que aplicar quaisquer das medidas previstas no art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, será publicada no sítio do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil, mediante decisão fundamentada, poderá não publicar a decisão cautelar se verificar que a publicação pode acarretar riscos à estabilidade ou à solidez da instituição, do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro ou do Sistema de Consórcios.

Art. 88. A impugnação à medida acautelatória ou à multa cominatória a ela associada será dirigida à autoridade que proferiu a decisão no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da intimação referida no art. 86 desta Resolução.

Art. 89. O recurso contra a decisão que apreciar a impugnação de que trata o art. 88 desta Resolução será apresentado perante a autoridade prolatora da decisão, tramitará em autos apartados e, no prazo de 5 (cinco) dias contado do seu recebimento, será encaminhado ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, para julgamento.

Art. 90. O processo administrativo sancionador em que houver medida acautelatória decretada deverá ser decidido, em primeira instância, em até 120 (cento e vinte) dias, contados do fim do prazo para apresentação de defesa do acusado que for citado por último.

Parágrafo único. No caso de medida acautelatória decretada após o prazo para apresentação de defesa, o prazo de que trata o caput contar-se-á a partir da data da intimação referida no art. 86 desta Resolução.

CAPÍTULO VII

DA MULTA COMINATÓRIA

Art. 91. As decisões e determinações do Banco Central do Brasil cujo descumprimento resultarem na aplicação da multa cominatória prevista no art. 18 da Lei nº 13.506, de 2017, deverão conter também o seguinte:

I - a advertência de que o seu não cumprimento no prazo fixado sujeita o administrado ao pagamento de multa cominatória;

II - a indicação do valor diário da multa cominatória aplicada;

III - a norma que fundamenta sua imposição; e

IV - a indicação do prazo para apresentação de impugnação.

§ 1º O administrado deverá comprovar o cumprimento da decisão ou da determinação referida no caput em 2 (dois) dias, contados a partir da sua efetiva ocorrência, salvo quando se tratar de imposição da pena de inabilitação, em que será observado o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 3º do art. 8º da Lei nº 13.506, de 2017.

§ 2º A multa cominatória incidirá a partir do primeiro dia útil seguinte ao do término do prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para cumprimento da decisão ou da determinação.

§ 3º Havendo mais de um destinatário, os prazos para cumprimento da determinação e sua comprovação ao Banco Central do Brasil serão contados de forma independente e, em caso de descumprimento de quaisquer deles, cada destinatário estará sujeito ao pagamento de multa cominatória, não havendo que se falar em solidariedade.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo, o cumprimento da determinação por apenas um dos seus destinatários aproveita o destinatário omisso, mas não o isenta do pagamento da multa que porventura tenha incidido até essa data.

§ 5º Nas hipóteses do § 4º do art. 8º e dos incisos I e II do art. 17 da Lei nº 13.506, de 2017, o administrado estará sujeito ao pagamento de tantas multas cominatórias quantas forem as instituições supervisionadas nas quais ele exercer cargo sujeito à autorização do Banco Central do Brasil.

Art. 92. A fixação do valor da multa cominatória observará os seguintes limites:

I - até R$10.000,00 (dez mil reais) por dia, quando o destinatário da determinação for:

a) administradora de consórcio;

b) entidade de auditoria cooperativa;

c) administrador, membro da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e de outros órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituição a que se refere o caput do art. 2º da Lei nº 13.506, de 2017;

d) pessoa física que preste serviço de auditoria independente;

e) sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários;

f) cooperativa de crédito clássica ou cooperativa de crédito de capital e empréstimo;

g) companhia hipotecária;

h) sociedade corretora de câmbio;

i) sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;

j) sociedade de crédito imobiliário;

k) instituição de pagamento autorizada exclusivamente a operar como iniciadora de transações de pagamento; ou

l) companhias securitizadoras de crédito imobiliário autorizadas a exercer a função de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida na forma da Circular nº 3.891, de 28 de março de 2018;

II - até R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por dia, quando o destinatário da determinação for:

a) associação de poupança e empréstimo;

b) sociedade de arrendamento mercantil;

c) cooperativa de crédito plena, cooperativa central de crédito ou confederação de central;

d) agência de fomento;

e) sociedade de crédito, financiamento e investimento;

f) sociedade corretora de títulos e valores mobiliários;

g) pessoa jurídica que preste serviço de auditoria independente, inclusive o de auditoria cooperativa;

h) administrador ou responsável técnico de pessoa jurídica que preste serviço de auditoria independente ou de auditoria cooperativa;

i) sociedade de crédito direto;

j) sociedade de empréstimos entre pessoas; ou

k) instituição de pagamento não autorizada a operar como emissora de moeda eletrônica, com exceção das instituições referidas na alínea "k" do inciso I;

III - até R$50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia, quando o destinatário da determinação:

a) não estiver enquadrado no Segmento 1 (S1), nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, e for banco múltiplo, banco comercial, banco de investimento, banco de câmbio ou caixa econômica;

b) for banco de desenvolvimento ou instituição de pagamento autorizada a operar como emissora de moeda eletrônica;

c) for câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação, entidade registradora ou depositário central não considerados sistemicamente importantes; ou

d) for instituidor de arranjos de pagamentos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

IV - até R$100.000,00 (cem mil reais) ou 1/1000 (um milésimo) da receita de serviços e de produtos financeiros, o que for maior, por dia, quando o destinatário da determinação:

a) estiver enquadrado no Segmento 1 (S1), nos termos da Resolução nº 4.553, de 2017; ou

b) for câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação, entidade registradora ou depositário central considerados sistemicamente importantes.

§ 1º Outros segmentos supervisionados pelo Banco Central do Brasil, seus administradores e membros de órgão previsto no estatuto ou no contrato social, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, sem a devida autorização, atividade sujeita à supervisão ou à vigilância do Banco Central do Brasil sujeitam-se à multa cominatória de até R$50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia.

§ 2º Se o conteúdo da determinação a que se refere o art. 91 desta Resolução for uma obrigação de não fazer, o Banco Central do Brasil poderá cominar multa diária de até R$100.000,00 (cem mil reais) ou 1/1000 (um milésimo) da receita de serviços e de produtos financeiros da instituição destinatária, o que for maior, ainda que se trate de entidade não mencionada no inciso IV do caput.

§ 3º A multa prevista no art. 18 da Lei nº 13.506, de 2017, terá sua incidência limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º Na fixação da multa cominatória, o Banco Central do Brasil observará, no que couber, os fatores previstos no art. 46 desta Resolução.

Art. 93. As decisões e determinações proferidas pelo Banco Central do Brasil com fundamento no art. 16 da Lei nº 13.506, de 2017, cujo descumprimento resultar na aplicação de multa cominatória, estarão sujeitas à impugnação de que trata o § 2º do art. 18 daquela Lei e serão decididas pela autoridade prolatora da decisão ou da determinação.

Art. 94. O recurso interposto contra a decisão que julgar a impugnação de que trata o art. 93 desta Resolução será dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que o encaminhará à autoridade competente para o seu julgamento, conforme definido no Regimento Interno do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII

DO ACORDO ADMINISTRATIVO EM PROCESSO DE SUPERVISÃO

Art. 95. A qualquer momento antes da instauração do processo administrativo sancionador, é cabível a apresentação de proposta de acordo administrativo em processo de supervisão em relação a infrações às normas legais e regulamentares de regência do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios, do Sistema de Pagamentos Brasileiro e a outras normas legais cujo cumprimento seja fiscalizado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Havendo processo administrativo sancionador instaurado, a proposta de acordo administrativo em processo de supervisão poderá ser apresentada a qualquer momento antes da prolação da decisão de primeira instância, desde que identifique os infratores ou apresente informações e documentos que comprovem a infração, que sejam desconhecidos pelo Banco Central do Brasil.

Art. 96. A proposta de acordo administrativo em processo de supervisão somente pode ser apresentada ao Banco Central do Brasil por escrito e deverá conter:

I - a qualificação completa do proponente e a descrição detalhada da infração noticiada, incluindo a sua duração conhecida, a identificação dos seus autores e a relação das informações e dos documentos que serão apresentados para comprovar a veracidade dos fatos narrados;

II - a indicação de um único representante, e o seu meio de contato para os fins previstos no § 6º do art. 99 desta Resolução, ainda que a proposta seja apresentada em conjunto; e

III - a informação da apresentação de proposta de acordo sobre a mesma infração a outra autoridade, caso tenha ocorrido e desde que não haja vedação para tanto.

§ 1º Enquanto não implantado o protocolo eletrônico de acordo administrativo em processo de supervisão, o proponente deverá submeter a proposta por meio físico, protocolada em qualquer praça em que houver representação do Banco Central do Brasil, em envelope lacrado, e claramente identificada com os termos "PROPOSTA DE ACORDO ADMINISTRATIVO EM PROCESSO DE SUPERVISÃO - CONFIDENCIAL".

§ 2º Após a implantação do protocolo eletrônico de acordo administrativo em processo de supervisão, o proponente somente poderá submeter a proposta por esse meio, observando as instruções contidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Art. 97. A apresentação de proposta de acordo administrativo em processo de supervisão não obstará:

I - a tramitação do processo administrativo sancionador já instaurado para a apuração das condutas narradas na proposta; e

II - a instauração de processo administrativo sancionador para a apuração das condutas narradas na proposta, desde que resultante de elementos identificados no curso regular da atividade de supervisão do Banco Central do Brasil.

Art. 98. A análise do Banco Central do Brasil das propostas de acordo administrativo em processo de supervisão observará as seguintes fases:

I - Fase de Qualificação; e

II - Fase de Negociação.

§ 1º O proponente poderá desistir da proposta de acordo administrativo em processo de supervisão a qualquer momento antes da assinatura do acordo.

§ 2º O não atendimento às determinações do Banco Central do Brasil, no tempo e no modo estabelecidos, e aos requisitos legais e regulamentares implicará a rejeição liminar da proposta de acordo administrativo em processo de supervisão.

§ 3º A análise de que trata o caput será sempre realizada de forma apartada do processo de supervisão do Banco Central do Brasil, de forma a assegurar a confidencialidade das informações e dos documentos apresentados pelo proponente em sede de acordo administrativo em processo de supervisão.

Art. 99. Recebida a proposta de acordo administrativo em processo de supervisão, o Banco Central do Brasil apurará a existência de:

I - proposta de acordo administrativo em processo de supervisão sobre os mesmos fatos que tenha sido qualificada anteriormente;

II - conhecimento prévio da infração noticiada; e

III - provas suficientes para assegurar a condenação administrativa das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas.

§ 1º As propostas que versarem sobre os mesmos fatos serão analisadas na ordem de recebimento.

§ 2º A ordem de recebimento das propostas será estabelecida considerando o dia e a hora do protocolo.

§ 3º As propostas apresentadas pelas pessoas jurídicas que se encontrem na situação prevista no § 4º do art. 30 da Lei nº 13.506, de 2017, e pelas pessoas físicas que não tenham sido a primeira a qualificar-se somente poderão ser qualificadas se identificarem os infratores ou apresentarem informações e documentos que comprovem a infração, que sejam desconhecidos pelo Banco Central do Brasil e que não constavam nas propostas anteriormente qualificadas.

§ 4º Para fins do disposto neste Capítulo, considerar-se-á que o Banco Central do Brasil tem conhecimento prévio da infração noticiada quando, na data de recebimento da proposta, houver registro de ocorrências ou de apontamentos decorrentes de procedimento de supervisão relacionados à infração noticiada.

§ 5º A proposta será rejeitada liminarmente na hipótese de o Banco Central do Brasil dispor de provas suficientes para assegurar a condenação administrativa das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas.

§ 6º De posse das informações elencadas nos incisos do caput, o Banco Central do Brasil, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da proposta completamente instruída, decidirá sobre a sua qualificação ou rejeição liminar, comunicando, na sequência, sua decisão ao proponente.

Art. 100. Qualificada a proposta, iniciar-se-á a fase de negociação, cabendo ao Banco Central do Brasil, no prazo de até 90 (noventa) dias contado da comunicação ao proponente de sua qualificação, proferir decisão sobre a celebração do acordo administrativo em processo de supervisão.

§ 1º O prazo mencionado no caput poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, mediante decisão fundamentada.

§ 2º Durante a fase de negociação, o proponente deve apresentar as informações e os documentos mencionados no inciso I do caput do art. 96 desta Resolução, que formarão, junto com os demais elementos previstos no art. 103 desta Resolução, o histórico de conduta elaborado pelo Banco Central do Brasil.

Art. 101. O acordo administrativo em processo de supervisão, no qual serão fixadas as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração do signatário e a utilidade para o processo administrativo sancionador, deve conter:

I - qualificação completa dos signatários;

II - exposição sucinta dos fatos relativos à infração noticiada;

III - confissão expressa do signatário da sua participação no ilícito;

IV - declaração do signatário de que cessou seu envolvimento na infração noticiada ou sob investigação;

V - declaração do signatário de que as informações e os documentos constantes no histórico de conduta por ele fornecidos são verdadeiros;

VI - obrigações do signatário de:

a) apresentar ao Banco Central do Brasil todas e quaisquer informações, documentos ou outros materiais de que detenha a posse, custódia ou controle, capazes de comprovar a infração noticiada ou sob investigação, inclusive aquelas que vier a ter conhecimento no curso das investigações;

b) cooperar plena e permanentemente com as investigações e com o processo administrativo sancionador relacionado à infração relatada;

c) comparecer, quando solicitado, sob suas expensas, a todos os atos processuais até a decisão final sobre a infração noticiada; e

d) comunicar ao Banco Central do Brasil toda e qualquer alteração dos dados constantes no instrumento do acordo, inclusive os qualificadores;

VII - advertência de que o não cumprimento pelo signatário das obrigações previstas no acordo administrativo em processo de supervisão e a falsidade das declarações de que tratam os incisos IV e V resultarão em perda dos benefícios concedidos ao signatário; e

VIII - os benefícios concedidos ao signatário.

§ 1º Quando a pessoa jurídica for a proponente do acordo administrativo em processo de supervisão, seus benefícios poderão ser estendidos às empresas do mesmo grupo e aos seus administradores e ex-administradores que firmarem o respectivo instrumento em conjunto com a proponente.

§ 2º A adesão ao acordo administrativo em processo de supervisão, mesmo que formalizada em documento apartado e em momento subsequente, quando admitida segundo critério de conveniência e oportunidade do Banco Central do Brasil, terá o mesmo efeito da assinatura em conjunto.

§ 3º Caso a pessoa jurídica não seja proponente de acordo administrativo em processo de supervisão, isso não impedirá seu administrador ou ex-administrador de propô-lo, hipótese em que os benefícios do acordo administrativo em processo de supervisão firmado não se estenderão à pessoa jurídica.

§ 4º A assinatura do acordo administrativo em processo de supervisão não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano porventura causado.

Art. 102. Os seguintes critérios devem ser observados para a fixação, no acordo administrativo em processo de supervisão, do benefício em favor do signatário que primeiro se qualificar:

I - a extinção da ação punitiva da administração pública, se a proposta do acordo administrativo em processo de supervisão tiver sido apresentada sem que o Banco Central do Brasil tivesse conhecimento prévio da infração noticiada; ou

II - a redução de um terço a dois terços das penas aplicáveis na esfera administrativa, se o Banco Central do Brasil tiver conhecimento prévio da infração noticiada.

§ 1º As pessoas físicas que não se qualificarem em primeiro lugar se beneficiarão exclusivamente com a redução prevista no inciso II do caput.

§ 2º Nos casos em que o Banco Central do Brasil tiver conhecimento prévio da infração noticiada no acordo administrativo em processo de supervisão, e nos casos das pessoas físicas que não se qualificarem em primeiro lugar, os seguintes critérios serão observados para a fixação da fração de redução das penas aplicáveis no processo administrativo sancionador instaurado para a apuração da infração de que tratar o acordo:

I - a importância das informações, dos documentos e das provas apresentadas pelo signatário;

II - o momento em que apresentada a proposta; e

III - a boa-fé do signatário.

Art. 103. O histórico de conduta, documento que tem o propósito de consubstanciar toda a colaboração por escrito, deve conter, no mínimo:

I - a exposição detalhada dos fatos relativos à infração noticiada;

II - a identificação dos demais infratores e o detalhamento da participação de cada um, quando couber;

III - outras disposições que, diante das circunstâncias do caso concreto, forem reputadas necessárias; e

IV - lista com todas as informações e os documentos, fornecidos pelo signatário do acordo administrativo em processo de supervisão, que comprovem a prática da infração noticiada.

Parágrafo único. Será conferido tratamento reservado e acesso restrito ao histórico de conduta, observado o disposto no § 3º do art. 31 da Lei nº 13.506, de 2017.

Art. 104. Concluída a fase de negociação e aceitos os termos pelo proponente e pelo Banco Central do Brasil, o acordo administrativo em processo de supervisão será celebrado.

Parágrafo único. O histórico de conduta de que trata o art. 103 desta Resolução, elaborado durante a fase de negociação, será assinado junto com o acordo administrativo em processo de supervisão.

Art. 105. Caso a proposta não seja qualificada ou o acordo não seja alcançado, todos os documentos apresentados pelo proponente serão a ele devolvidos, se apresentados em meio físico, ou descartados, se apresentados em meio eletrônico.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, é vedado o uso dos referidos documentos pelo Banco Central do Brasil para outros fins, exceto se deles tiver conhecimento independentemente da apresentação da proposta do acordo administrativo em processo de supervisão.

Art. 106. O descumprimento do acordo administrativo em processo de supervisão implica a perda dos benefícios previstos no art. 30 da Lei nº 13.506, de 2017.

Art. 107. A comunicação de que trata o § 2º do art. 31 da Lei nº 13.506, de 2017, será disciplinada em memorando de entendimentos firmado com o Ministério Público no âmbito do fórum permanente de que trata o § 4º do art. 31 do aludido diploma legal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 108. Ficam revogadas:
I - a Circular nº 3.857, de 14 de novembro de 2017;
II - a Circular nº 3.858, de 14 de novembro de 2017; e
III - a Circular nº 3.910, de 17 de agosto de 2018.
Art. 109. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

ANEXO I

Quadro I - Fator de ponderação da pena-base de multa aplicável

| Tipo de instituição ou de atividade | Fator de ponderação (PJ) | Fator de ponderação (administradores, membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e de outros órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituição e pessoa física ou responsável técnico por pessoa jurídica prestadora de serviço de auditoria independente ou auditoria cooperativa) |
|---|---|---|
| Banco Múltiplo, Banco Comercial, Banco de Investimento, Banco de Câmbio e Caixa Econômica que integre conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), nos termos da Resolução nº 4.553, de 2017. | 100 | 5 |
| Banco Múltiplo, Banco Comercial, Banco de Investimento, Banco de Câmbio, Banco de Desenvolvimento e Caixa Econômica, exceto as instituições que integrem conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), e Instituidor de Arranjo de Pagamento. | 10 | 3 |
| Instituição de pagamento. | 6 | 1 |
| Sociedade de Arrendamento Mercantil e Associação de Poupança e Empréstimo. | 4 | 1 |
| Cooperativa de Crédito - Confederação e Cooperativa de Crédito - Central. | 3 | 0,5 |
| Agência de Fomento, Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Cooperativa de Crédito Plena. | 2 | 0,5 |
| Administradora de Consórcio - bens imóveis. | 2 | 0,5 |
| Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Administradora de Consórcio - bens móveis e serviços. | 2 | 0,5 |
| Companhia Hipotecária. | 2 | 0,5 |
| Sociedade de Crédito Direto e Sociedade de Empréstimos entre Pessoas | 2 | 0,5 |
| Agente Fiduciário em emissão de Letra Imobiliária de Crédito | 2 | 0, 5 |
| Pessoa jurídica que preste serviço de Auditoria Independente, Entidade de Auditoria Cooperativa e Pessoa jurídica que preste serviço de Auditoria Cooperativa. | 0,5 x fator de ponderação da instituição auditada, limitado a 10 | 0,5 x fator de ponderação de administrador da instituição auditada, limitado a 1 |
| Outras instituições ou atividades supervisionadas | 2 | 0, 5 |

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
### SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
### SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO
### DIVISÃO DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO

**ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.012, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Chefe da Divisão de Supervisão de Securitização, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza BLB VENTURE BUILDERS PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ: 35.440.796/0001-88), que atua sob o nome de fantasia de ARARA SEED, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, do art. 73 da Resolução 24, de 5 de março de 2021, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.

MARCELO FIRMINO DOS SANTOS

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
### DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

**PORTARIA DIMEL Nº 179, DE 11 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 544/2014; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.011175/2020-39, e do sistema Orquestra nº 1852959, resolve:

Dar nova redação ao item 6 SOFTWARE da Portaria Inmetro/Dimel nº 240, de 20 de dezembro de 2018, publicada no D.O.U. em 27/12/2018, seção 1, página 106, que aprova o modelo DGT/INT de medidor de velocidade de veículos automotores, marca DGT, de acordo com as condições especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 240/2018

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

**PORTARIA DIMEL Nº 183, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro nº 295/2018; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.011362/2020-12, resolve:

Aprovar a família VF de medidores de volume de água, tipo mecânico, classe de exatidão 2, marca FAE, de acordo com as condições de aprovação especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

**PORTARIA DIMEL Nº 184, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 544/2014; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro n.º 0052600.004512/2020-31 e do sistema Orquestra nº 1734873, resolve:

Aprovar o modelo F-DOP, de medidor de velocidade de veículos automotores, marca FOCALLE, de acordo com as condições de aprovação especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

**PORTARIA DIMEL Nº 185, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pelas Portarias Inmetro n.º 586/2012, nº 587/2012, nº 95/2015 e n.º 520/2014; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro n.º 0052600.005989/2020-34, resolve:

Dar nova redação ao item 5 SOFTWARE da Portaria Inmetro/Dimel nº 121, de 30 de agosto de 2017, publicada no D.O.U. em 01/09/2017, seção 1, página 102, que aprova o modelo ZEUS 8023, de medidor eletrônico de múltipla tarifação de medição de energia elétrica, marca ELETRA, de acordo com as condições especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 121/2017

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**PORTARIA SUSEP Nº 7.835, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Efetiva a realocação e a permuta de cargos em comissão e funções comissionadas entre unidades administrativas da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17 do Decreto nº 9.739, de 2019, e considerando a estrutura organizacional estabelecida na Resolução CNSP nº 374, de 2019, resolve:

Art. 1º Efetivar a realocação da Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.3, Coordenador, da Coordenação de Julgamentos de Processos de Conduta - COJUC, subordinada à Coordenação-Geral de Regimes Especiais, Autorizações e Julgamento- CGRAJ para a Coordenação de Relações Institucionais - CORIT, subordinada ao Gabinete - GABIN.

Art. 2º Efetivar a realocação do cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 102.3, Assessor Técnico, subordinado ao Gabinete - GABIN, para a Diretoria Técnica 1.

Art. 3º Efetivar a permuta do cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.4, Coordenador-Geral, da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação - CGDTI, subordinada ao Departamento de Tecnologia da Informação - DETIC, com a Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.4, Coordenador-Geral, da Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão de Pessoas e Documentos - CGPED, subordinada ao Departamento de Administração e Finanças - DEAFI.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor em 23 de agosto de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

## CONSELHO DIRETOR

### INSTRUÇÃO SUSEP Nº 126, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Instrução Susep nº 102, de 29 de agosto de 2019, que disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente.

O CONSELHO DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o §1°do artigo 4° do Regimento Interno, anexo à Resolução CNSP nº 374, de 2019, e o que consta no Processo Susep nº 15414.600131/2021-30, resolve:

Art. 1º Incluir na Instrução Susep nº 102, de 2019, a alínea "d" no inciso I do artigo 1º, com a seguinte redação:

"Art. 1°- .....

I - .....

d) Coordenação de Relações Institucionais - CORIT"

Art. 2º Alterar o inciso V, do artigo 2° da Instrução Susep nº 102, de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°- .....

V - supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas à Secretaria do Conselho Diretor e CNSP - SECON e à Coordenação de Relações Institucionais - CORIT; (NR) "

Art. 3º Alterar o artigo 5°da Instrução Susep nº 102, de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Sem prejuízo de outras atribuições a serem estabelecidas pelo Chefe de Gabinete, à Coordenação de Relações Institucionais - CORIT compete:

a) gerenciar os serviços de arquivo e expedição de correspondências, e controlar os processos e outros documentos em trânsito no GABIN;

b) coordenar resposta às requisições de informações do Ministério Público e de outros órgãos públicos legitimados, na forma da lei, bem como as comunicações relativas a assuntos afetos ao Poder Legislativo e Judiciário, com base nas informações recebidas das Unidades competentes; e

c) coordenar resposta a pessoas jurídicas da sociedade civil e entidades governamentais, com base nas informações recebidas das Unidades competentes. (NR)"

Art. 4º Ficam revogados:

I - a alínea "c" do inciso I do art. 1° da Instrução Susep nº 102, de 2019; e

II - os incisos VI, IX e X do artigo 2º da Instrução Susep nº 102, de 2019.

Art. 5º Esta Instrução entra em vigor em 23 de agosto de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA
Superintendente

### INSTRUÇÃO SUSEP Nº 127, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 1.

O CONSELHO DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do artigo 25 do Regimento Interno, anexo à Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto 2019, e tendo em vista a decisão pelo Conselho Diretor, na sessão ordinária do dia 19 de agosto de 2021, e o que consta no Processo Susep nº 15414.604735/2020-74, resolve:

Art. 1º Estabelecer a estrutura da Diretoria Técnica 1 da seguinte forma:

1. Coordenação-Geral de Regimes Especiais, Autorizações e Julgamentos - CGRAJ
1.1. Coordenação de Regimes Especiais - COREP
1.2. Coordenação de Credenciamentos - CCRED
1.3. Coordenação de Autorizações - COAUT
1.4. Coordenação de Normas, Automação e Inovação - CONAI
1.5. Coordenação de Julgamentos - COJUL
2. Coordenação-Geral de Grandes Riscos e Resseguros - CGRES
2.1. Coordenação de Regulação de Grandes Riscos e Resseguros - CORES
2.2. Coordenação de Supervisão de Grandes Riscos e Resseguros - COSUR

Art. 2º À Coordenação-Geral de Regimes Especiais, Autorizações e Julgamentos - CGRAJ compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades das unidades que lhe são subordinadas, podendo estabelecer normas e delegar poderes;

II - analisar as consultas prévias e os atos societários de constituição, de transferência de controle societário, de reorganização societária, de aquisição, de expansão de participação qualificada, de eleição e destituição de membros dos órgãos estatutários e de cancelamento da autorização para funcionamento das sociedades e entidades supervisionadas, mantendo o controle de suas alterações estatutárias;

III - analisar os processos de cadastramento, de suspensão e de cancelamento, bem como os demais atos derivados, de resseguradores admitidos e eventuais;

IV - analisar e atualizar registros de corretores de seguros e de resseguros, bem como o credenciamento e o cadastramento de pessoas naturais e jurídicas e de seus prepostos, mantendo o controle de suas alterações estatutárias;

V - analisar os processos de atos societários de reforma estatutária, de instalação e encerramento de dependência e de representação de sociedades e entidades supervisionadas;

VI - supervisionar as atividades relacionadas aos regimes especiais de direção fiscal, de intervenção e de liquidações ordinárias e extrajudiciais;

VII - autorizar a dispensa das modalidades de alienação, leilão, propostas fechadas e pregão, para a venda de bens das entidades sob regime de liquidação extrajudicial, quando o custo da publicação de editais e de realização do procedimento não compense o valor a ser apurado com a venda;

VIII - autorizar a alienação, por meio de Bolsa de Valores, de títulos e valores mobiliários das entidades e sociedades sob o regime especial de liquidação extrajudicial, observados os limites máximos de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais);

IX - autorizar a venda de bens do ativo das entidades e sociedades sob o regime especial de liquidação extrajudicial, por licitação, à vista ou a prazo, observado o limite máximo de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais);

X - autorizar a liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos como ativos garantidores de reserva técnica das entidades e sociedades sob regime especial de liquidação extrajudicial;

XI - acompanhar os trabalhos das comissões de inquérito instauradas a fim de apurar as causas que levaram as entidades e sociedades àquela situação e a responsabilidade de seus administradores e membros do Conselho Fiscal;

XII - autorizar os pedidos de transferência de carteira das sociedades e entidades supervisionadas;

XIII - analisar os pedidos de credenciamento das instituições de ensino para ministrar curso e exame de habilitação técnico-profissional de corretor de seguros, bem como os processos de suspensão e cancelamento de autorização concedida;

XIV - deliberar sobre os recursos das decisões do liquidante e sobre as impugnações previstas, respectivamente, no art. 24 e no art. 26 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, ou outra que venha a substituí-la no tratamento do tema;

XV - analisar os processos de credenciamento, de suspensão e de cancelamento do credenciamento de entidades registradoras de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros e das sociedades iniciadoras de serviços de seguros;

XVI - decidir sobre os Processos Administrativos Sancionadores cujos julgamentos, em primeira instância, sejam da sua alçada, observados os limites legais e infra legais previstos, bem como sobre os pedidos de reconsideração e revisão de suas decisões;

XVII - encaminhar para confirmação pelo Conselho Diretor, a decisão que julgar subsistente o Processo Administrativo Sancionador, nas hipóteses previstas em Regulamento;

XVIII - encaminhar à autoridade superior para fins de julgamento os recursos interpostos em Processos Administrativos Sancionadores, observadas as atribuições regimentais;

XIV - determinar a realização de diligências e solicitar pareceres técnicos às demais Coordenações-Gerais;

XX - fixar as alçadas de julgamento em primeira instância, respeitadas as competências legais e infra legais previstas;

XXI - propor a alteração, elaboração e revogação de normas no âmbito de sua competência, realizando análises concorrenciais e de impacto regulatório, quando aplicáveis, bem como analisar a efetividade da modificação proposta; e

XXII - analisar os pedidos de autorização de funcionamento temporário das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), assim como os demais atos societários derivados.

Art. 3º À Coordenação de Regimes Especiais - COREP compete:

I - supervisionar os processos de regimes especiais de direção fiscal, de intervenção e de liquidação ordinária e extrajudicial;

II - planejar, coordenar e executar os programas de trabalho relativos ao acompanhamento das sociedades e entidades supervisionadas submetidas aos regimes especiais de direção fiscal, de intervenção e de liquidação ordinária e extrajudicial;

III - instruir e analisar os processos administrativos e os expedientes referentes às sociedades e entidades supervisionadas submetidas aos regimes especiais de direção fiscal, de intervenção e de liquidação ordinária e extrajudicial;

IV - comunicar o gravame de indisponibilidade de bens de ex-administradores e de controladores das sociedades e entidades supervisionadas submetidas ao regime especial de liquidação extrajudicial;

V - autorizar a publicação do "Aviso aos Credores", observada a regulamentação vigente;

VI - aprovar a prestação de contas do liquidante prevista no art. 33 da Lei nº 6.024, de 1974;

VII - deliberar sobre o mérito nos processos, nos expedientes e nas demais correspondências, relativas às sociedades e entidades supervisionadas submetidas aos regimes especiais de liquidação ordinária e extrajudicial, encaminhadas em apoio pelos Escritórios de Representação da Susep, exceto nos Processos Administrativos Sancionadores;

VIII - acompanhar os trabalhos das comissões de inquérito instauradas a fim de apurar as causas que levaram as entidades e sociedades àquela situação e a responsabilidade de seus administradores e membros do Conselho Fiscal;

IX - analisar as solicitações de concessão, de suspensão e de cancelamento de registro dos corretores de seguros, pessoa natural ou jurídica, por meio de sistema informatizado de registro de corretores, mantendo a sua conservação e modernização;

X - gerenciar o cadastro dos corretores de seguros, pessoa natural ou jurídica, por meio do acompanhamento e resposta a correspondências eletrônicas, triagem de problemas relatados, realização de auditorias para detecção de inconsistências cadastrais, entre outros; e

XI - propor e instruir a aplicação do regime repressivo.

Art. 4º À Coordenação de Credenciamentos - CCRED compete:

I - analisar os processos de cadastramento, de suspensão e de cancelamento, bem como os demais atos derivados, de resseguradores admitidos e eventuais;

II - acompanhar e analisar as informações cadastrais inerentes as competências da CCRED, prestando informações, quando solicitadas, sobre a situação cadastral das pessoas natural e jurídica credenciadas para atuar nos mercados supervisionados;

III - analisar as solicitações de autorização de funcionamento, de transferência de controle, de assembleia geral, de alteração contratual, de eleição e de destituição dos membros dos órgãos estatutários das sociedades corretoras de resseguros;

IV - analisar as solicitações de constituição, de autorização de funcionamento, de transferência de controle, de assembleia geral, de extinção, de eleição e de destituição dos membros dos órgãos estatutários das autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros, de resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta;

V - analisar os pedidos de credenciamento das instituições de ensino para ministrar curso e exame de habilitação técnico-profissional de corretor de seguros, bem como os processos de suspensão e de cancelamento de autorização concedida;

VI - analisar os processos de credenciamento, de suspensão e de cancelamento do credenciamento de entidades registradoras de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros e das sociedades iniciadores de serviços de seguros; e

VII - propor e instruir a aplicação do regime repressivo.

Art. 5º À Coordenação de Autorizações - COAUT compete:

I - analisar as solicitações de consultas prévias e atos societários de constituição, de eleição e de destituição de membros dos órgãos estatutários, transferência de controle societário, de reorganização societária, de aquisição e expansão de participação qualificada, e de cancelamento da autorização para funcionamento das sociedades e entidades supervisionadas, designadas pela CGRAJ;

II - analisar processos de Assembleia Geral e demais atos societários de reforma estatutária, de instalação e de encerramento de dependência e de representação de sociedades e entidades supervisionadas;

III - acompanhar e analisar as informações cadastrais inerentes a competência da COAUT, prestando informações, quando solicitadas, sobre a situação cadastral das pessoas físicas e jurídicas autorizadas a atuar nos mercados supervisionados;

IV - analisar os pedidos de transferência de carteira das sociedades e entidades supervisionadas;

V - analisar os pedidos de autorização de funcionamento temporário das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) e demais atos societários derivados; e

VI - propor e instruir a aplicação do regime repressivo.

Art. 6º À Coordenação de Normas, Automação e Inovação - CONAI compete:

I - elaborar propostas de atos normativos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, no âmbito da CGRAJ, realizando análises concorrenciais, de impacto regulatório, de efetividade de atos normativos e comparativas com as melhores práticas regulatórias nacionais e internacionais, quando cabíveis, conforme delegação do Coordenador-Geral da CGRAJ;

II - promover, junto às demais Coordenações da CGRAJ, revisão periódica dos atos normativos, com ações de atualização, revogação e/ou consolidação de tais regulamentos, com o objetivo de aprimorar a regulação aplicável às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, no âmbito da CGRAJ;

III - propor, elaborar, revisar e consolidar os manuais de procedimentos e rotinas relacionados às atividades desenvolvidas pela CGRAJ;

IV - atuar, junto às demais Coordenações da CGRAJ, para o desenvolvimento de projetos relacionados à inovação e automação de procedimentos e rotinas;

V - apoiar na construção e no acompanhamento de ferramentas e indicadores de controle da gestão de trabalho, no âmbito da CGRAJ;

VI - apoiar na elaboração e no acompanhamento dos objetivos e metas setoriais aplicáveis às Coordenações da CGRAJ, decorrentes do planejamento estratégico da Susep;

VII - realizar e coordenar estudos e ações no âmbito da competência da CGRAJ; e

VIII - assessorar a CGRAJ e suas Coordenações na gestão, execução e consolidação de projetos, por determinação do Coordenador-Geral da CGRAJ.

Art. 7º À Coordenação de Julgamentos - COJUL compete:

I - receber, analisar e instruir os Processos Administrativos Sancionadores contra pessoas naturais e jurídicas;

II - elaborar parecer técnico conclusivo circunstanciado para fins de julgamento dos Processos Administrativos Sancionadores em primeira instância;

III - executar os procedimentos técnicos necessários para julgamento dos Processos Administrativos Sancionadores em primeira instância, e para o encaminhamento de recurso às instâncias superiores, elaborando, inclusive, proposta de julgamento quando este for da alçada da CGRAJ ou da COJUL;

IV - decidir sobre os Processos Administrativos Sancionadores cujos julgamentos, em primeira instância, sejam da sua alçada, na forma definida pelo Coordenador-Geral da CGRAJ, observados os limites legais e infra legais previstos, bem como sobre os pedidos de reconsideração e revisão de suas decisões;

V - preparar intimação das decisões proferidas pelo Coordenador-Geral da CGRAJ, Coordenador da COJUL, Conselho Diretor da Susep e Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização - CRSNSP em Processos Administrativos Sancionadores;

VI - encaminhar à autoridade superior para fins de julgamento os recursos interpostos em Processos Administrativos Sancionadores, observadas as atribuições regimentais;

VII - efetuar os devidos registros, no sistema informatizado, das decisões proferidas em Processos Administrativos Sancionadores instaurados pela Susep, inclusive objetivando a identificação dos casos de reincidência, bem como manutenção e modernização do referido sistema;

VIII - providenciar e encaminhar os documentos de arrecadação para recolhimento de multas aplicadas pela Susep quando oriundos diretamente do julgamento de primeira instância ou de decisão de recursos proferidos por instâncias superiores e, em se verificando o não pagamento, encaminhar os processos à Coordenação de Arrecadação e Execução Financeira - CORAF, ou outra área que vier a substituí-la; e

IX - determinar a realização de diligências e solicitar pareceres técnicos às Coordenações-Gerais.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Grandes Riscos e Resseguros - CGRES compete:

I - realizar, por meio de suas Coordenações, a supervisão de conduta, verificando o cumprimento das leis, princípios e normas disciplinadoras dos mercados supervisionados, relacionadas, diretamente, com os seguintes assuntos:

a) seguros de grandes riscos, que incluem, sobretudo: rural (G.11), petróleo (G.17), marítimos (G.14), aeronáuticos (G.15), nucleares (G.18), transportes (G.6), financeiros (G.7) e de responsabilidades (G.3);

b) seguros em moeda estrangeira, seguros contratados no exterior e operações com não-residentes; e

c) operações de resseguro e retrocessão.

II - deliberar sobre a adoção de medidas alternativas à instauração de Processo Administrativo Sancionador, com vistas à correção de condutas irregulares;

III - coordenar a elaboração do plano de supervisão de conduta, que compõe o plano de supervisão integrada da Susep;

IV - propor e instruir a aplicação do regime repressivo;

V - propor à Diretoria Técnica 1 a suspensão, temporária ou definitiva, de produtos comercializados pelos mercados supervisionados, exceto nos casos elencados no inciso VI deste artigo;

VI - suspender, temporariamente ou definitivamente, produtos comercializados pelos mercados supervisionados, quando verificadas pela área técnica inconformidades relacionadas às Condições Contratuais/Regulamento e/ou Notas Técnicas Atuariais;

VII - aprovar ou indeferir planos de seguro rural com prêmios subvencionados pelo Governo Federal, nos termos da legislação em vigor;

VIII - acompanhar o monitoramento dos mercados supervisionados, das operações de resseguro, de retrocessão, das operações realizadas em moeda estrangeira e dos seguros contratados no exterior, a fim de desenvolver a concorrência nestes segmentos, assegurando a expansão e fortalecimento das entidades que neles operam, além de coibir atividades que afetem as boas práticas de conduta;

IX - promover a regulação do setor a fim de desenvolver a concorrência nos mercados de seguros de grandes riscos e resseguro, assegurando sua expansão e o fortalecimento das entidades que neles operam, além de coibir atividades que afetem as boas práticas de conduta;

X - propor a alteração, elaboração e revogação de normas no âmbito de sua competência, realizando análises concorrenciais e de impacto regulatório, quando aplicáveis, bem como analisar a efetividade da modificação proposta;

XI - prover apoio técnico para cadastramento de resseguradores admitidos e eventuais;

XII - propor à Diretoria Técnica 1 a aprovação ou indeferimento das solicitações relacionadas aos limites regulatórios de cessão em resseguro e retrocessão efetuadas pelo mercado supervisionado; e

XIII - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades das unidades que lhe são subordinadas, podendo estabelecer normas e delegar poderes.

Art. 9º À Coordenação de Regulação de Grandes Riscos e Resseguros - CORES compete:

I - elaborar propostas de regulação de seguros de grandes riscos, que incluem, sobretudo: rural (G.11), petróleo (G.17), marítimos (G.14), aeronáuticos (G.15), nucleares (G.18), transportes (G.6), financeiros (G.7) e de responsabilidades (G.3), realizando análises concorrenciais e de impacto regulatório, quando aplicáveis;

II - elaborar propostas de regulação de resseguro, cosseguro, retrocessão, seguro no exterior e seguro em moeda estrangeira, realizando análises concorrenciais e de impacto regulatório, quando aplicáveis;

III - efetuar avaliação de efetividade de atos normativos de sua competência;

IV - realizar pesquisas e estudos sobre assuntos de sua competência;

V - prover apoio técnico nas relações institucionais da Susep, relacionado a sua competência;

VI - propor e instruir a aplicação do regime repressivo;

VII - responder consultas sobre assuntos no âmbito de sua competência; e

VIII - prover apoio técnico à análise dos produtos comercializados.

Art. 10. À Coordenação de Supervisão de Grandes Riscos e Resseguros - COSUR compete:

I - promover o monitoramento dos seguros de grandes riscos, das operações de resseguro e retrocessão, dos seguros contratados no exterior, a fim de desenvolver a concorrência nos setores, assegurando sua expansão e o fortalecimento das entidades que neles operam, além de coibir atividades que afetem as boas práticas de conduta;

II - planejar, coordenar, controlar e executar ações de fiscalização de conduta sobre pessoas naturais e jurídicas sujeitas à supervisão da Susep, relativamente às atribuições definidas no inciso I do Art. 9º desta Instrução, conforme determinação da Coordenação-Geral;

III - coordenar, controlar e executar outros trabalhos inseridos no âmbito da fiscalização de conduta, não abrangidos pelo inciso anterior, mediante determinação da Coordenação-Geral, respeitadas as atribuições definidas no Art. 9º desta Instrução;

IV - propor a suspensão, temporária ou definitiva, de produtos de seguro no âmbito de sua competência, submetendo a proposta à Coordenação-Geral;

V - prover suporte às análises de efetividade das normas aplicáveis aos mercados supervisionados;

VI - responder consultas sobre assuntos no âmbito de sua competência;

VII - efetuar análise técnica e propor aprovação ou indeferimento de planos de seguro rural com prêmios subvencionados pelo Governo Federal, nos termos da legislação em vigor;

VIII - efetuar análise técnica e propor aprovação ou indeferimento das solicitações relacionadas aos limites regulatórios de cessão em resseguro e retrocessão efetuadas pelo mercado supervisionado;

IX - propor e instruir a aplicação do regime repressivo; e

X - monitorar as informações relativas a operações com não-residentes para fins de balanço de pagamentos.

Art. 11. Sem prejuízo das atribuições estabelecidas nesta Instrução, o Diretor poderá estabelecer outras funções relacionadas as suas atividades.

Art. 12. Respeitadas as atribuições de cada Coordenação-Geral, os Coordenadores-Gerais poderão redistribuir trabalhos entre as unidades subordinadas, de acordo com a demanda.

Art. 13. As dúvidas e casos omissos que, porventura, venham a surgir no cumprimento do disposto nesta Instrução serão solucionados pelo Diretor.

Art. 14. Fica revogada a Instrução Susep nº 120, de 15 de janeiro de 2021.

Art. 15. Esta Instrução entra em vigor em 23 de agosto de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

### PORTARIA Nº 678, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa FUTURA TECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Inciso III do Art. 9º; os termos do Parecer de Engenharia nº 104/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 106/2021/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.001545/2021-63, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa FUTURA TECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ: 18.421.827/0001-34 e Inscrição SUFRAMA: 20.0147.37-4, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 104/2021/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 106/2021/COAPA/CGPRI/SPR, para produção de GRAVADOR/REPRODUTOR DIGITAL DE SINAIS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA SISTEMA DE SEGURANÇA, código SUFRAMA 1194, e GRAVADOR/REPRODUTOR DIGITAL DE ÁUDIO E VÍDEO COM CÂMERAS DE VÍDEO REMOTAS, PARA SISTEMA DE SEGURANÇA, código SUFRAMA 2140, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/1967, alterado pela Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º ESTABELECER para os produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

| Discriminação | Valor em US$ 1.00 | | |
|---|---|---|---|
| | 1º ANO | 2º ANO | 3º ANO |
| GRAVADOR/REPRODUTOR DIGITAL DE SINAIS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA SISTEMA DE SEGURANÇA | 1,390,015 | 1,534,808 | 1,853,354 |
| GRAVADOR/REPRODUTOR DIGITAL DE ÁUDIO E VÍDEO COM CÂMERAS DE VÍDEO REMOTAS, PARA SISTEMA DE SEGURANÇA | 1,793,734 | 1,980,581 | 2,391,645 |

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 322, de 31 de dezembro de 2014, alterada pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTI nº 375, de 1º de dezembro de 2015, e nº 46, de 8 de junho de 2017; e pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTIC nº 68, de 21 de setembro de 2017, e nº 19, de 5 de abril de 2018;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

### PORTARIA Nº 680, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Autorizar o adicional de cota de importação de insumos para a empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11 da Resolução nº 204, de 06/08/2019,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico nº 147/2021-COAPI/CGAPI/SPR,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.007533/2021-42, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 1.400.546,49 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E QUARENTA E NOVE CENTAVOS) para o produto TACHAS E TACHÕES RODOVIÁRIOS DE RETRORREFLEXÃO - Cód. Suframa 2060, aprovado pela Resolução nº 0187 de 17/12/2015, em nome da empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 200150910 e CNPJ nº 08.014.346/0001-50.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 658, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), acadêmicos e profissionais, avaliados e aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, após deliberação ocorrida durante a 198ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, realizada no período de 14 a 18 de setembro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e o art. 4º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 291/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, proferido nos autos do Processo nº 23001.000811/2020-58, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 291/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Art. 2º Reconhecer, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) relacionados no Anexo a esta Portaria, submetidos ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior - CTC-ES, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em sua 198ª Reunião, realizada no período de 14 a 18 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

PROPOSTAS ACADÊMICAS

| Seq. | Área de Avaliação | Código | Sigla IES | IES | UF | Região | Nome do Curso | Nível | CTC-ES (A/NA/Nota) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Interdisciplinar | 50001019177M9 | UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso | MT | Centro-Oeste | Biociências e Saúde | ME | A |
| 2 | Interdisciplinar | 41019016003M8 | UNIPLAC/SC<br>UNC<br>UNESC<br>UNIVILLE | Universidade do Planalto Catarinense<br>Universidade do Contestado<br>Universidade do Extremo Sul Catarinense<br>Universidade da Região de Joinville | SC | Sul | Sistemas Produtivos* | ME | A |

PROPOSTAS PROFISSIONAIS

| Seq. | Área de Avaliação | Código | Sigla IES | IES | UF | Região | Nome do Curso | Nível | CTC-ES (A/NA/Nota) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Interdisciplinar | 15008010001R0 | IFPA | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará | PA | Norte | Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares | DP | 4 |

Legenda:
ME - Mestrado Acadêmico
DO - Doutorado Acadêmico
MP - Mestrado Profissional
DP - Doutorado Profissional
* Forma Associativa
A - Aprovado
NA - Não Aprovado

## FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
## AUDITORIA INTERNA

### PORTARIA AUDIT/FNDE Nº 1, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Institui o Programa de Gestão e Melhoria de Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da unidade de Auditoria Interna do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O AUDITOR-CHEFE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e o art. 26 da Resolução CD/FNDE nº 8, de 3 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Gestão e Melhoria de Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da unidade de Auditoria Interna (PGMQ) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Art. 2º O Programa tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade dos serviços prestados, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua das atividades de auditoria interna da unidade de Auditoria Interna do FNDE (Audit).

Art. 3º As ações de gestão e de melhoria da qualidade serão implementadas tanto no nível de trabalhos individuais de auditoria, quanto no nível mais amplo da atividade de auditoria interna. As avaliações incluirão todas as fases da atividade de auditoria interna, quais sejam, os processos de planejamento, de execução dos trabalhos, de comunicação dos resultados e de monitoramento, de forma a aferir:

I - o alcance do propósito da atividade de auditoria interna;

II - a conformidade dos trabalhos com as disposições da IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, da IN SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 e com as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pela Audit; e

III - a conduta ética e profissional dos auditores.

Art. 4º Os resultados do PGMQ serão utilizados como base para os processos de capacitação de auditores e de melhoria contínua da atividade de auditoria interna.

Art. 5º O PGMQ será implementado por meio de avaliações de qualidade, assim consideradas:

I - avaliações internas:

a) monitoramento contínuo;

b) avaliações periódicas.

II - avaliações externas.

§ 1º O monitoramento contínuo contempla, entre outras, as seguintes atividades:

I - planejamento e supervisão dos trabalhos de auditoria;

II - revisão de documentos, de papéis de trabalho e de relatórios de auditoria;

III - estabelecimento de indicadores de desempenho;

IV - avaliação realizada pelos auditores, após a conclusão dos trabalhos;

V - coleta de feedback de gestores e de partes interessadas: i) de forma ampla, para aferir a percepção da alta administração sobre a agregação de valor da atividade de auditoria interna; e ii) de forma pontual, considerando os trabalhos individuais de auditoria realizados; e

VI - aplicação de listas de verificação (checklists) para averiguar se manuais e procedimentos de auditoria estão sendo adequadamente observados.

§ 2º As avaliações periódicas serão realizadas de forma sistemática, abrangente e permanente, com base em roteiros de verificação previamente estabelecidos para avaliar a qualidade, a adequação e a suficiência do processo de planejamento; das evidências e dos papéis de trabalho produzidos ou coletados pelos auditores; das conclusões alcançadas; da comunicação dos resultados; do processo de supervisão; e do processo de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos individuais de auditoria.

§ 3º As atividades relativas às avaliações internas de qualidade poderão ser realizadas por meio de amostragem.

§ 4º As avaliações externas serão realizadas, no mínimo, a cada 5 anos, com o objetivo de obter opinião independente sobre o conjunto geral dos trabalhos de auditoria realizados e sua conformidade com princípios e normas aplicáveis. As avaliações externas serão conduzidas por profissional ou organização qualificada e independente, externo à estrutura da Autarquia, ou por meio de autoavaliação com posterior validação externa independente, vedada a realização de avaliações recíprocas.

§ 5º As avaliações externas de qualidade serão realizadas com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA), nos termos da Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019.

§ 6º A metodologia IA-CM também poderá ser utilizada, de forma suplementar, no contexto das avaliações internas periódicas.

Art. 6º Compete à Coordenação de Planejamento e Acompanhamento das Ações de Controle da Auditoria Interna (Copac/Audit), coordenar as atividades do PGMQ, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

I - estabelecer e monitorar os indicadores de desempenho da atividade de auditoria interna;

II - estabelecer o conteúdo e a forma de obtenção dos feedbacks de gestores e de auditores;

III - definir os roteiros, a periodicidade, a metodologia e a forma de reporte das avaliações internas de qualidade;

IV - promover a consolidação e a divulgação dos resultados das avaliações realizadas no âmbito do PGMQ; e

V - propor outros procedimentos de asseguração e de melhoria da qualidade.

Art. 7º Os resultados do PGMQ serão reportados anualmente à Presidência e ao Conselho Deliberativo do FNDE, por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

I - o escopo, a frequência e os resultados das avaliações internas e externas realizadas;

II - o nível de capacidade da atividade de auditoria interna da Audit, conforme a metodologia IA-CM;

III - as oportunidades de melhoria identificadas;

IV - as fragilidades com potencial de comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna;

V - os planos de ação corretiva, se for o caso; e

VI - o andamento das ações para melhoria da atividade de auditoria interna.

Art. 8º Os casos de não conformidade com a IN SFC/CGU nº 3, de 2017, que impactem o escopo geral ou a operação da atividade de auditoria interna serão comunicados pelo Auditor-Chefe à Presidência e ao Conselho Deliberativo do FNDE, bem como à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

Art. 9º A Audit somente poderá declarar conformidade com os preceitos da IN SFC/CGU nº 3, de 2017, e com normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditora interna quando os resultados do PGMQ sustentarem essa afirmação.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de setembro de 2021.

VICTOR LEANDRO FREITAS DE JESUS

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
## CONSELHO SUPERIOR

### RESOLUÇÃO NORMATIVA 59/2021-CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Atualiza o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 subsequente, com base na Portaria nº 52, do Ministro de Estado da Educação, de 7 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 8 subsequente, considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e deliberação em reunião ordinária do dia 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Atualizar o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 2º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, doravante denominado Instituto Federal do Piauí, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º O Instituto Federal do Piauí é domiciliado na sede de sua Reitoria situada na Avenida Presidente Jânio Quadros nº 330, bairro Santa Isabel, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, CEP: 64053-390.

§ 2º O Instituto Federal do Piauí é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, nos termos da Lei e tem como sedes, para os fins da legislação educacional, as seguintes unidades:

I- Reitoria, sediada no endereço indicado no parágrafo 1º deste artigo;

II- Campus Angical do Piauí, situado na Rua Nascimento nº 746, Bairro Centro, no município de Angical do Piauí, CEP: 64410-000;

III- Campus Avançado Dirceu Arcoverde, vinculado ao Campus Teresina Central, situado na Rua Dona Amélia Rubim s/n, Bairro Renascença II, no município de Teresina, CEP: 64082-140;

IV- Campus Avançado José de Freitas, vinculado ao Campus Teresina Central, situado na Rua Herculano da Rocha s/n, Bairro Bezerro, no município de José de Freitas, CEP: 64110-000;

V- Campus Avançado Pio IX, vinculado à Reitoria, situado na PI 142, km 02 s/n, no município de Pio IX, CEP: 64660-000;

VI- Campus Campo Maior, situado na Av. Raimundo Doca da Silva s/n, Localidade Fazendinha, no município de Campo Maior, CEP: 64280-000;

VII- Campus Cocal, situado na Rodovia PI 213, km 21 s/n, no município de Cocal, CEP: 64235-000;

VIII- Campus Corrente, situado na Rua Projetada 6, nº 380, Bairro Nova Corrente, no município de Corrente, CEP: 64980-000;

IX- Campus Floriano, situado na Rua Francisco Urquiza Machado nº 462, Bairro Campo Velho, no município de Floriano, CEP: 64808-475;

x- Campus Oeiras, situado na Rua Projetada s/n, Bairro Uberaba II, no município de Oeiras, CEP: 64500-000;

XI- Campus Parnaíba, situado na Avenida Monsenhor Antônio Sampaio s/n, Bairro Dirceu Arcoverde, no município de Parnaíba, CEP: 64211-145;

XII- Campus Paulistana, situado na Rodovia BR-407 s/n, Bairro Centro, no município de Paulistana, CEP: 64750-000;

XIII- Campus Pedro II, situado na Rua Antonino Martins de Andrade n° 750, Bairro Engenho Novo, no município de Pedro II, CEP: 64255-000;

XIV- Campus Picos, situado na Avenida Pedro Marques de Medeiros s/n, Bairro Pantanal, no município de Picos, CEP: 64605-000;

XV- Campus Piripiri, situado na Avenida Rio dos Matos s/n, Bairro Germano, no município de Piripiri, CEP: 64260-000;

XVI- Campus São João do Piauí, situado na Avenida Luís Carvalho s/n, Bairro Matadouro, São João do Piauí, CEP: 64760-000;

XVII- Campus São Raimundo Nonato, situado na Rodovia BR 020 s/n, Bairro Primavera, no município de São Raimundo Nonato, CEP: 64670-000;

XVIII- Campus Teresina Central, situado na Praça da Liberdade nº 1597, Bairro Centro, no município de Teresina, CEP: 64000-040;

XIX- Campus Teresina Zona Sul, situado na Avenida Pedro Freitas nº 1020, Bairro São Pedro, no município de Teresina, CEP: 64018-000;

XX- Campus Uruçuí, situado na Rodovia PI 247, km 7 s/n, Bairro Portal do Cerrado, no município de Uruçuí, CEP: 64860-000; e

XXI- Campus Valença do Piauí, situado na Avenida Joaquim Manuel s/n, Área Urbana, no município de Valença do Piauí.

§ 3º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí é equiparado às universidades federais.

§ 4º O Instituto Federal do Piauí possui limite de atuação territorial não só para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Piauí, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

Art. 3º O Instituto Federal do Piauí rege-se pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

I- Estatuto;

II- Regimento Geral;

III- Resoluções do Conselho Superior; IV - Portarias da Reitoria;

V - Instruções Normativas; e

VI- Regimentos Internos dos campi e das demais unidades componentes de sua estrutura organizacional.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS E DOS OBJETIVOS

Art. 4º O Instituto Federal do Piauí, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III- eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento cientifico, tecnológico, artistico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV- inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Art. 5º O Instituto Federal do Piauí tem as seguintes finalidades e características, nos termos do Art. 6º da Lei nº 11.892/2008:

I- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV- orientar sua oferta formativa em beneficio da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação;

V- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII- desenvolver programas de extensão e de divulgação cientifica e tecnológica;

VIII- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 6º O Instituto Federal do Piauí tem os seguintes objetivos, nos termos do Art. 7º da Lei nº 11.892/2008:

I- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

VI- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI- ministrar em nível de educação superior:

a)cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b)cursos de licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

C)cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d)cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e)cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 7º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal do Piauí, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica.

Parágrafo único. Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal do Piauí poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta deste nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do Art. 7º da Lei nº 11.892/2008.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 8º A organização geral do Instituto Federal do Piauí compreende:

I - ÓRGÃOS COLEGIADOS:

a)Conselho Superior (CONSUP):

1.Auditoria Interna Geral (AUDIN);

b)Colégio de Dirigentes (COLDIR)

II - ÓRGÃOS CONSULTIVOS:

a)Comissão Própria de Avaliação (CPA);

b)Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX);

C)Comissão de Ética Institucional (CETIC);

d)Conselho Editorial (CE);

e)Conselho Técnico Empresarial;

f)Comitê de Governança Digital;

G)Comitê de Segurança da Informação e Comunicação;

h)Unidade de Gestão da Integridade (UGI);

I)Conselho Discente;

J)Comitê de Ética em Pesquisa;

KComissão de Avaliação do Estágio Probatório (CAEP);

l)Comissão de Avaliação de Desempenho Docente; e

m)Comitê de Governança Institucional.

III - ÓRGÃOS EXECUTIVOS:

a)Reitoria:

1-Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);

2-Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE);

3-Secretaria dos Órgãos Superiores Colegiados;

4-Gabinete da Reitoria;

5-Procuradoria Federal;

6-Controladoria Interna;

7-Diretoria de Comunicação Social;

8-Assessoria de Relações Internacionais;

9-Cerimonial e Eventos;

10-Pró-Reitoria de Administração (PROAD);

11-Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);

12-Pró-Reitoria de Ensino (PROEN);

13-Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);

14-Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI);

15-Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP); e 16.Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

b)Campi que, para fins da legislação educacional, são considerados sedes; e

c)Campi Avançados que, para fins da legislação educacional, estão localizados no município, mas estão vinculados administrativamente a outro campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria.

§ 1º O detalhamento completo da estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral.

§ 2º O Regimento Geral poderá dispor sobre a estruturação e o funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à Reitoria e às Pró- Reitorias.

TÍTULO II DA GESTÃO CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Do Conselho Superior

Art. 9º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal do Piauí, tendo a seguinte composição:

I- o Reitor, como presidente;

II- representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aosservidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

III- representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV- representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V- representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de campi, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

VI- 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;

VII- 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo:

a)02 (dois) indicados por entidades patronais;

b)02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores; e

c)02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais;

VIII - 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 1º Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI e VII, serão designados por ato do Reitor, considerando a Portaria nº 318, de 20 de maio de 2021, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

§ 2º Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o membro nato, de que trata o inciso I.

§ 3º Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada campus que compõe o Instituto Federal do Piauí poderá ter, no máximo, 01 (uma) representação por categoria.

§ 4º Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-reitores do Instituto Federal do Piauí, sem direito a voto.

§ 5º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes.

§ 6º O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 10. Compete ao Conselho Superior:

I- aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal do Piauí e zelar pela execução de sua política educacional;

II- aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal do Piauí e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos Arts. 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;

III- aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os planos de ação;

IV- apreciar e aprovar a proposta orçamentária anual;

V- apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VI- deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal do Piauí, observada a legislação vigente;

VII- aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

VIII- aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

IX- autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

X- autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal do Piauí, bem como o registro de diplomas;

XI- aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal do Piauí, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;

XII- deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação; e XIII - desenvolver outras atribuições afins.

Subseção I

Da Auditoria Interna Geral

Art. 11. A Auditoria Interna Geral é a unidade administrativa vinculada ao Conselho Superior (CONSUP), responsável por fortalecer e assessorar a gestão, quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público, por meio da orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do Instituto Federal do Piauí, visando também à avaliação dos controles internos da Instituição.

Parágrafo único. A Auditoria Interna Geral exercerá suas atribuições de forma independente e objetivamente, sem elidir a competência dos controles próprios dos sistemas instituídos no âmbito da Administração Pública Federal ou o controle administrativo inerente a cada dirigente.

Seção II

Do Colégio de Dirigentes

Art. 12. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

I-o Reitor, como presidente;

II- os Pró-Reitores;

III- os Diretores-Gerais dos campi;

IV- os Diretores dos Campi Avançados; e V - os Diretores Sistêmicos.

Parágrafo único. O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 13. Compete ao Colégio de Dirigentes:

I-- apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;

II-assessorar o Reitor em assuntos acadêmicos, administrativos e financeirosdo IFPI;

III-apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos para aplicação nos campi;

IV- analisar e recomendar as normas para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

V- propor ao Conselho Superior a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPI;

VI- apreciar e recomendar o calendário de referência anual;

VII- apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;

VIII- apreciar e dar parecer sobre assuntos administrativos, quando a ele submetidos;

IX- acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento da Reitoria e dos campi;

X- constituir comissões, para tratar sobre assuntos de interesse daadministração do IFPI;

XI- elaborar propostas de alteração do seu próprio regimento, a serem apreciadas pelo Conselho Superior;

XII- compor, regulamentar e planejar ações vinculadas às Câmaras Técnicas Setoriais de Discussão do Colégio de Dirigentes, através de seus membros instituídos; e

XIII- desenvolver outras atribuições afins.

Parágrafo único. As Câmaras Técnicas Setoriais terão como base as 07 (sete) dimensões estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional: Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Administração; Desenvolvimento Institucional; Gestão de Pessoas; e Tecnologia da Informação.

CAPÍTULO II DA REITORIA

Art. 14. O Instituto Federal do Piauí será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o caput levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 15. Ao Reitor compete representar o Instituto Federal do Piauí, em juízo oufora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

Parágrafo único. Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida pelo seu substituto legal designado na forma da legislação pertinente.

Art. 16. A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

I- exoneração em virtude de processo disciplinar;

II- demissão, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; III - posse em outro cargo inacumulável;

IV - falecimento;

V - renúncia;

VI- aposentadoria; ou

VII- término do mandato.

Parágrafo único. Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Reitoria o seu substituto legal, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o processo de consulta à comunidade para eleição do novo Reitor.

Art. 17. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal do Piauí, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Art. 18. O Instituto Federal do Piauí tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do Art. 9º da Lei n° 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais dos campi respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

Seção I

Do Gabinete

Art. 19. O Gabinete da Reitoria é a unidade administrativa responsável por assessorar, organizar, assistir, coordenar e articular a ação administrativa da Reitoria.

Art. 20. O Gabinete disporá de unidades de apoio imediato, conforme disposto no Regimento Geral.

Parágrafo único. O ocupante do cargo de Chefe de Gabinete da Reitoria, quando necessário, poderá receber os mandados judiciais endereçados ao Reitor.

Seção II

Das Pró-Reitorias

Art. 21. O Instituto Federal do Piauí terá cinco Pró-Reitorias dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos estratégicos responsáveis pela definição de políticas e diretrizes referentes às dimensões de ensino, pesquisa, pós-graduação e inovação, extensão, administração, planejamento e desenvolvimento institucional.

Art. 22. A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é a unidade administrativa subordinada à Reitoria, responsável porplanejar, estabelecer,executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário e financeiro para o Instituto Federal do Piauí.

Art. 23. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) é a unidade administrativa subordinada à reitoria, responsável por planejar, estabelecer, executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes da área de infraestrutura, planejamento institucional e articulação do Instituto Federal do Piauí.

Art. 24. A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a unidade administrativa subordinada à Reitoria, responsável por planejar, estabelecer, executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino, articuladas à pesquisa, pós-graduação e inovação, e à extensão para o Instituto Federal do Piauí.

Art. 25. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é a unidade administrativa subordinada à Reitoria, responsável por planejar, estabelecer, executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino, à pesquisa, pós-graduação e inovação, junto aos diversos segmentos sociais para o Instituto Federal do Piauí.

Art. 26. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) é a unidade administrativa subordinada à Reitoria, responsável por planejar, estabelecer, executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes da área, integradas ao ensino e à extensão para o Instituto Federal do Piauí.

Seção III

Das Diretorias Sistêmicas

Art. 27. O Instituto Federal do Piauí terá duas Diretorias Sistêmicas, administradas por Diretores nomeados pelo Reitor, sendo unidades administrativas responsáveis por projetos e atividades na sua área de atuação, conforme o disposto no Regimento Geral.

Art. 28. A Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) é a unidade administrativa subordinada à Reitoria, responsável por planejar, estabelecer, executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas e do Quadro de Pessoal do Instituto Federal do Piauí.

Art. 29. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade administrativa subordinada à Reitoria, responsável por planejar, estabelecer, executar, dirigir, superintender, fomentar, organizar, ou monitorar e avaliar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal do Piauí.

Parágrafo único. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) poderá constituir Comissões e Comitês para auxiliar a política da área.

Seção IV

Da Procuradoria Federal

Art. 30. A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-as em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

Seção V

Da Controladoria Interna

Art. 31. A Controladoria Interna é a unidade administrativa integrante da estrutura da Reitoria, que tem como responsabilidade assistir direta e imediatamente o Reitor nos assuntos e providências relacionados ao Sistema de Controle Interno, estruturado em duas unidades finalísticas, que atuam de forma integrada, em ações organizadas entre si: Corregedoria-Geral e Ouvidoria.

CAPÍTULO III DOS CAMPI

Art. 32. O Campus é uma unidade acadêmico-administrativa do Instituto Federal do Piauí instalado em município-polo de desenvolvimento do Estado, com abrangência meso ou microrregional, sendo detentor de autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. O Campus tem caráter interdisciplinar, realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação.

Art. 33. Cada Campus será administrado por um Diretor-Geral e terá um Conselho Diretor, como órgão de caráter consultivo e assessoramento, que será presidido pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. O Campus terá um Regimento Interno elaborado de acordo com as suas especificidades, que estará contido no Regimento Geral, aprovado pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Piauí.

Art. 34. O Diretor-Geral será escolhido e nomeado de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, sendo permitida uma recondução.

Seção I

Do Conselho Diretor

Art. 35. O Conselho Diretor dos campi do Instituto Federal do Piauí tem a finalidade de apoiar as atividades do campus visando contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão e melhoria das condições socioeconômicas e culturais da região onde está localizado.

Art. 36. Os membros do Conselho Diretor terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, exceto para o presidente, cujo mandato perdurará pelo período em que se mantiver no cargo de Diretor-Geral.

Art. 37. O Conselho Diretor compõe-se dos seguintes membros e respectivos suplentes:

I- o Diretor-Geral do campus, como Presidente;

II- um representante do corpo docente do quadro permanente, em efetivoexercício, eleito por seus pares;

III- um representante do corpo técnico-administrativo, em efetivo exercício, eleito por seus pares;

IV- um representante do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleito porseus pares;

V- um representante da Reitoria;

VI- um representante dos pais de alunos, eleito por seus pares, por meio de chamada pública;

VII- um representante dos egressos, eleito por seus pares, por meio de chamada pública;

VIII- um representante da sociedade civil, eleito por seus pares, por meio de chamada pública; e

IX- um representante dos setores produtivos locais: da agropecuária, da indústria ou do comércio, eleito por seus pares, por meio de chamada pública.

§ 1º O Conselho Diretor será presidido pelo Diretor-Geral do campus e, em suas ausências ou impedimentos, pelo seu substituto legal.

§ 2º Para cada membro efetivo do Conselho Diretor, haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, com exceção do presidente, cujos suplentes serão seus respectivos substitutos legais nas ausências ou impedimentos.

§ 3º No caso de impedimento permanente do titular e do suplente, deverá ser providenciado o preenchimento da(s) vaga(s), nos termos deste regulamento, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 38. As competências e atribuições do Conselho Diretor estão descritas no Regulamento próprio aprovado em normativo em vigor.

CAPÍTULO IV

DOS CAMPI AVANÇADOS

Art. 39. O Campus Avançado é uma unidade administrativa responsável pelo desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Art. 40. O Campus Avançado não é uma Unidade de Gestão de Serviços Gerais e está vinculado administrativamente a um Campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria.

Art. 41. Cada Campus Avançado será administrado por um Diretor designado por livre nomeação do Reitor.

TÍTULO III

DO REGIME ACADÊMICO CAPÍTULO I

DO ENSINO

Art. 42. O currículo no Instituto Federal do Piauí está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu Projeto Político-Institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 43. As ofertas educacionais do Instituto Federal do Piauí estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

CAPÍTULO II DA EXTENSÃO

Art. 44. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e cientifico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal do Piauí e a sociedade.

Art. 45. As atividades de extensão buscam, como objetivo, apoiar o desenvolvimento social através de projetos de intervenção, oferta de estágios, empreendedorismo inovador, oferta de cursos e realização de atividades específicas.

CAPÍTULO III

DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Art. 46. As ações de pesquisa, pós-graduação e inovação constituem um processo educativo de investigação, visando à inovação e à solução de problemas cientificos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art. 47. As atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação buscam, como objetivo, formar recursos humanos para a investigação, a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos culturais, artisticos, cientificos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

TÍTULO IV

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 48. A comunidade acadêmica do Instituto Federal do Piauí é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

CAPÍTULO I

DO CORPO DISCENTE

Art. 49. O corpo discente do Instituto Federal do Piauí é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição.

§ 1º Os alunos do Instituto Federal do Piauí que cumprirem integralmente o currículo dos cursos e programas farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas na organização didática.

§ 2º Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

Art. 50. Somente os alunos com matrícula regular ativa, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão não só votar e ser votados para as representações discentes do Conselho Superior e demais órgãos colegiados que tenham representação discente, mas também participar dos processos eletivos para escolha do Reitor, Diretores-Gerais dos campi e para outros cargos acadêmicos cuja designação seja precedida de processo eleitoral, conforme disposto no Regimento Geral, e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional.

CAPÍTULO II

DO CORPO DOCENTE

Art. 51. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do Quadro Permanente de Pessoal do Instituto Federal do Piauí, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 52. O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do Quadro Permanente de Pessoal do Instituto Federal do Piauí, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 53. O regime disciplinar do corpo discente é estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 54. O regime disciplinar dos corpos docente e técnico-administrativo do Instituto Federal do Piauí observará não só as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, como também os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal.

TÍTULO V

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

Art. 55. O Instituto Federal do Piauí expedirá e registrará os diplomas e certificados de seus alunos concludentes em conformidade com o § 3º do art. 2º da Lei n° 11.892/2008 e demais legislações que tratam sobre a matéria.

Art. 56. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal do Piauí funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 57. O Instituto Federal do Piauí poderá conferir titulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado em regulamentação própria.

TÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO

Art. 58. O patrimônio do Instituto Federal do Piauí é constituído por:

I- bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos Campi e Campi Avançados que o integram;

II- bens e direitos que vier a adquirir;

III - doações ou legados que receber; e

IV- incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal do Piauí devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto em casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. O Instituto Federal do Piauí, conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas.

Art. 60. A alteração do presente estatuto exigirá quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Superior, mediante deliberação em sessão convocada exclusivamente para tal fim.

Parágrafo único. A convocação da sessão para os fins do caput será feita pelo Reitor ex officio ou pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

Art. 61. Os casos omissos neste Estatuto serão submetidos à apreciação pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Piauí.

Art. 62. Fica revogada a Resolução Normativa nº 8/2021 - CONSELHO SUPERIOR, de 3 de março de 2021.

Art. 63. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

## INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

### PORTARIA Nº 371, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Delega competência ao Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos I e VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, alterado pelo Decreto nº 10.696, de 6 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe de Gabinete do Inep e, em suas ausências ou impedimentos legais, ao respectivo substituto, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor, assinar os documentos elencados no parágrafo único, do art. 4º da Portaria MEC nº 1.998, de 12 de novembro de 2019, que disciplina o processamento de temas legislativos e parlamentares de interesse do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 644, de 30 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

### PORTARIA Nº 372, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Delega competência ao Chefe da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos I e VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, alterado pelo Decreto nº 10.696, de 6 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do Inep e, em suas ausências ou impedimentos legais, ao respectivo substituto, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor, assinar ofícios de convocação e pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê de Governança Institucional - CGI, art. 6º, inciso IV da Portaria nº 1.039, de 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

## PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 862, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 17/10/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2019, DOU de 30/05/2019, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 2586, DOU de 03/01/2020.

ESCOLA DE MÚSICA

Departamento: MÚSICA

Área de Conhecimento: Música/Percussão

Classe: Assistente A

Regime de Trabalho: 40 horas

DENISE VIEIRA DA SILVA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

## DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 567/DDP, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.061248/2019-18, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (LLV), objeto do Edital nº 121/2019/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, seção 3, página 116.

Campo de Conhecimento: Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos com deficiência conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto/1

Lista geral:

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | MARIA ISABEL DA SILVEIRA BORDINI | 9,14 |
| 2º | LUANA BAROSSI | 7,89 |

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

**PORTARIA Nº 568/DDP, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.074534/2019-43, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Socioeconômico (CSE), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Ciências da Administração (CAD), objeto do Edital nº 121/2019/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, seção 3, página 116.

Campo de Conhecimento: Administração Financeira

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto/1

Lista geral:

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | ANA LUIZA PARABONI | 8,51 |
| 2º | JOICE DENISE SCHAFER | 8,31 |
| 3º | PAULA DE SOUZA MICHELON | 8,21 |
| 4º | VANESSA MARTINS VALCANOVER | 7,45 |

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
## PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

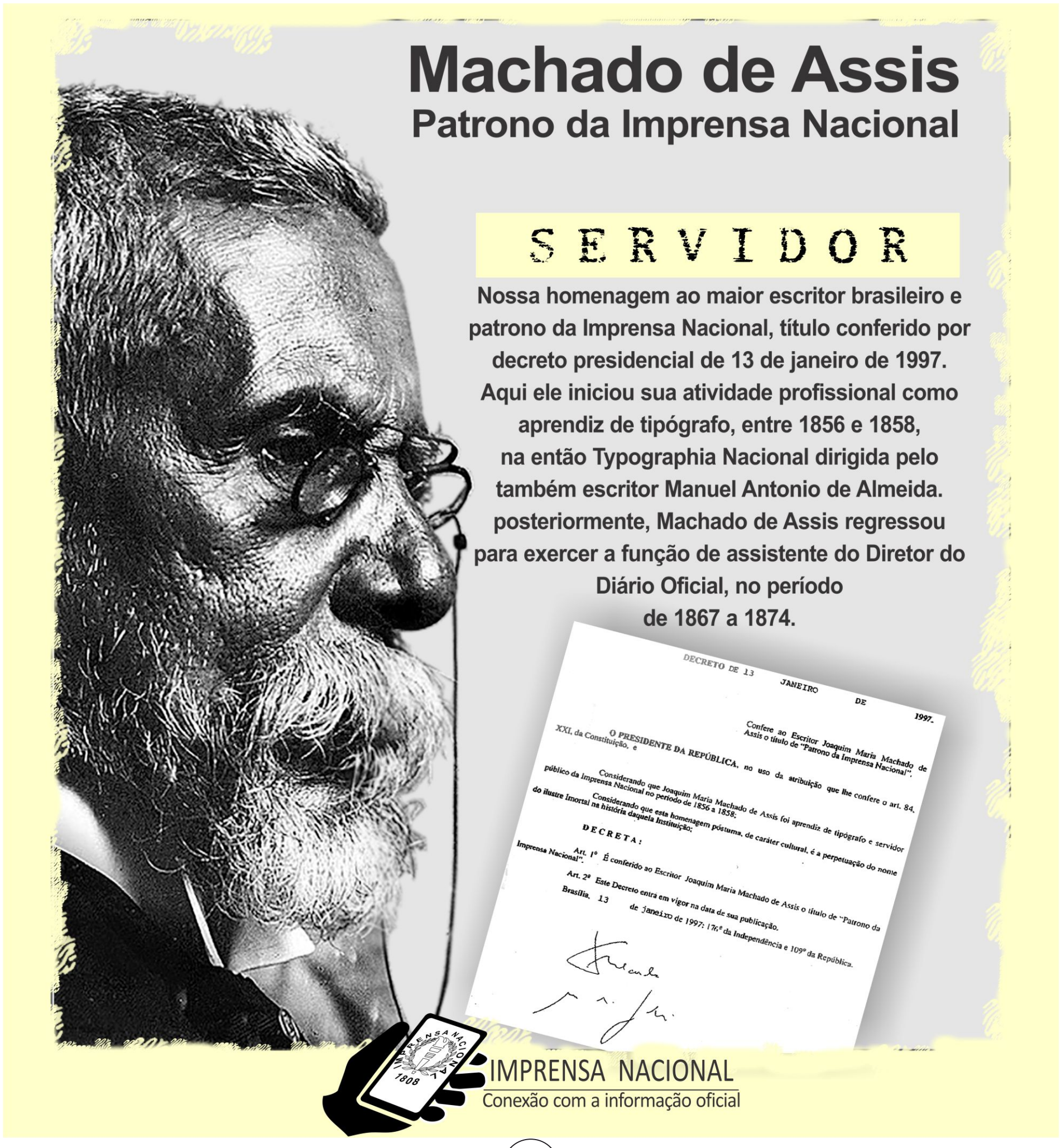
**PORTARIA Nº 1.262, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.006148/2021-88; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROGEP nº 40/2021, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Música Cênica, Som e Ritmo, Sonoplastia, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Marcos Matturro Foschiera, Alexsander Jorge Duarte, Kristoff Silva, Gustavo Frederico Bracher e Silva, Natali Calandrin Martins, Mayra de Brito, Breno Gervásio Bragança, Pedro de Grammont e Souza, Adriana da Silva Maciel e Pedro Razzante Vaccari.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

Pró-Reitora Adjunta



## Ministério da Infraestrutura

### AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
### SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
### GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

**PORTARIA Nº 5.686, DE 12 DE AGOSTO DE 2021**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.032037/2021-85, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Vicente;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0122;

III - município (UF): Uberlândia (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 18' 38" S / 048° 20' 35" W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 986/SIA de 22 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de abril de 2014, Seção nº 1 Página nº 24.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
### DIRETORIA COLEGIADA

**EXTRATO DA ATA DA 506ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2021**

Às 15 horas do dia 11 de agosto de 2021, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a 506ª Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ, com a participação do Diretor Adalberto Tokarski, da Diretora Flávia Takafashi, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e da representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procuradora-Chefe Natália Moyses.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Diretoria Colegiada homologou as atas referentes à 504ª e à 505ª Reuniões.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas na página da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

COMUNICAÇÕES

Do Diretor-Geral Eduardo Nery:

- Boas vindas à Diretora Flávia Takafashi, em razão de sua primeira participação em reuniões ordinárias da Diretoria da Agência.

- Realização de pesquisa acerca do serviço prestado pela Agência.

Da Diretora Flávia Takafashi:

- Agradecimento aos ex-Diretores Interinos Gabriela Costa e Joelson Miranda pelo período em que integraram o Colegiado com profissionalismo e competência exemplares.

QUESTÃO DE ORDEM

Na apreciação do processo nº 50300.011829/2016-05, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, o Colegiado aprovou questão de ordem apresentada pelo 2º Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery, no sentido de que não cabe realização de sustentação oral quando o processo a ser apreciado já contar com voto proferido pelo relator ou por qualquer dos Diretores em reunião anterior.

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foi retirado de pauta o processo nº 50300.001272/2019-39, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski.

PEDIDOS DE VISTA:

- O processo nº 50300.015133/2020-26, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi, que passou a ter direito de voto sobre o processo em razão do término do mandato interino da 1ª Revisora, Diretora Gabriela Costa, que não chegou a proferir seu voto revisor. O Relator proferiu seu voto na Reunião nº 501. O pedido de vista formulado pela Diretora Gabriela Costa foi prorrogado por ocasião das reuniões 502 e 504.

- O processo nº 50300.006833/2020-20, cujo Relator é o Diretor-Geral Eduardo Nery, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. Não houve adiantamento de votos.

- O processo nº 50300.011647/2020-11, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. O Relator proferiu seu voto após a realização da sustentação oral prevista para o processo.

- O processo nº 50300.002365/2019-81, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. O Relator proferiu seu voto.

- O processo nº 50300.002175/2018-82, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. O Relator proferiu seu voto.

PROSSEGUIMENTOS DE VOTAÇÃO:

Os prosseguimentos de votação dos processos abaixo relacionados foram adiados para a próxima Reunião telepresencial, em razão das renovações dos pedidos de vista, aprovadas pela Diretoria Colegiada nos termos do § 1º do art. 29 da Resolução-ANTAQ nº 7.701:

- 50300.020121/2019-80, que já conta com o voto da então Relatora, Diretora Gabriela Costa, proferido na Reunião nº 503, e que foi objeto de pedido de vista formulado pelo Diretor Adalberto Tokarski. O pedido de vista foi prorrogado por ocasião da reunião nº 504;

- 50300.006381/2020-86, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski e que foi objeto de pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery na Reunião nº 504, após o voto da 1ª revisora, então Diretora Gabriela Costa. O Relator votou na reunião nº 500; e

- 50300.015807/2020-92, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski e que foi objeto de pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery na Reunião nº 505, após o voto do Relator e da então Diretora Gabriela Costa.

O prosseguimento de votação do processo nº 50300.015133/2020-26, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, foi adiado para a próxima Reunião telepresencial, em razão de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. O Relator proferiu seu voto na Reunião nº 501, quando a então Diretora Gabriela Costa pediu vista dos autos. O pedido de vista formulado pela então Diretora Gabriela Costa foi prorrogado por ocasião das reuniões 502 e 504.

Nos termos do art. 31 da Resolução-ANTAQ nº 7.701, deu-se prosseguimento à votação dos seguintes processos:

- 50300.008713/2020-67 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 451-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, que contou com a anuência dos demais Diretores;

- 50300.021866/2019-66 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 452-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou a proposta apresentada pelo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;

- 50300.011829/2016-05 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 456-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou a proposta apresentada pelo 2º Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery. Vencido o 1º Revisor, Diretor Francisval Mendes, que proferiu seu voto antes de deixar a Diretoria da Agência; e

- 50300.022364/2018-71 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 457-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery. Vencido o Relator, Diretor Adalberto Tokarski.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

A reabertura de discussão do processo nº 50300.012800/2020-19, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, foi adiada para a próxima Reunião telepresencial, em razão da renovação do pedido de vista, aprovada pela Diretoria Colegiada nos termos do § 1º do art. 29 da Resolução-ANTAQ nº 7.701. O referido processo foi objeto de pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery na Reunião nº 504. Antes disso, a então Diretora Gabriela Costa pediu vista dos autos por ocasião da Reunião nº 502.

Nos termos do art. 31 da Resolução-ANTAQ nº 7.701, foi reaberta a discussão dos seguintes processos:

- 50300.014458/2019-58 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 453-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou a proposta apresentada pelo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;

- 50300.016492/2019-67 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 454-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou a proposta apresentada pelo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;

- 50300.014838/2019-92: a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 433-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pela Relatora, Diretora Flávia Takafashi, que contou com a anuência dos demais Diretores; e

- 50300.018511/2019-90: a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 455-2021, sendo vencedora a proposta apresentada pela Relatora, Diretora Flávia Takafashi, que contou com a anuência dos demais Diretores.

SUSTENTAÇÕES ORAIS:

Na apreciação dos processos de nºs 50300.014458/2019-58 e 50300.016492/2019-67, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, e de nºs 50300.014838/2019-92 e 50300.018511/2019-90, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi, o Dr. Alexandre Moreira Lopes realizou sustentação oral em nome de Santos Brasil Participações S.A.

Na apreciação do processo nº 50300.011647/2020-11, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, a Sra. Amanda Barros Seabra Pereira realizou sustentação oral em nome de Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A. O processo foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi após o voto do Relator.

Na apreciação do processo nº 50300.015673/2019-76, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi, o Dr. Fábio Viana Fernandes da Silveira realizou sustentação oral em nome de Rodrimar S.A. Terminais Portuários e Armazéns Gerais.

As sustentação oral solicitada pelo Sr. Jorge Sotto Mayor em nome de Porto Sudeste do Brasil S.A., referente ao processo nº 50300.011829/2016-05, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, não foi realizada em razão da aprovação da questão de ordem apresentada pelo 2º Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery, segundo a qual não cabe realização de sustentação oral quando o processo a ser apreciado já contar com voto proferido pelo relator ou por qualquer dos Diretores em reunião anterior.

Na apreciação do processo nº 50300.002365/2019-81, cujo Relator é o Diretor Adalberto Tokarski, o Dr. Fernando Moromizato Junior declinou de realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome da Associação Brasileira de Fornecedores a Navios (ABFN).

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada proferiu os Acórdãos de nº 426 a 445 e 447 a 460, disponíveis para consulta na internet (www.gov.br/antaq).

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado, na numeração de Acórdãos, o número 446.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 50 minutos foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada e assinada pela Diretoria Colegiada.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Diretora

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
### GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

**DELIBERAÇÃO Nº 55, DE 12 DE JULHO DE 2021**

Processo nº 50300.020029/2019-10. Fiscalizada: Zemax Log Soluções Marítimas S.A. , CNPJ nº 09.444.865/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, DECIDO por conhecer a Defesa (SEI 1087231) interposta, dada sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, julgando subsistente o Auto de Infração nº 004367-2 (SEI 1057345), considerando a materialidade da infração tipificada no no artigo 32, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, e a consequente aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 53.589,72 (cinquenta e três mil quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos).

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

### AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
### SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

**PORTARIA Nº 149, DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.025784/2017-72, resolve:

Art. 1º Aprovar a 10ª Edição do Manual de Fiscalização, contendo as diretrizes, princípios, regras e procedimentos que nortearão os trabalhos de fiscalização dos aspectos econômico-financeiros das outorgas de ferrovia, à cargo da Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira - GEFEF.

Art. 2º Autorizar a disponibilização do Manual de Fiscalização na página eletrônica da ANTT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

### DECISÃO SUPAS Nº 407, DE 6 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.069805/2021-48, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.069805/2021-48, da empresa TRANS ACREANA LTDA, CNPJ nº 11.137.434/0001-54, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

### DECISÃO SUPAS Nº 453, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075586/2021-36, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais FORTALEZA (CE) - PARNAÍBA (MA), prefixos nº 03-0036-00 e nº 03-0036-61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE) para: SOBRAL (CE), COREAU (CE), GRANJA (CE), CAMOCIM (CE) e CHAVAL (CE);

II - De: SOBRAL (CE) para: COREAU (CE), GRANJA (CE), CAMOCIM (CE) e CHAVAL (CE);

III - De: COREAU (CE) para: GRANJA (CE), CAMOCIM (CE) e CHAVAL (CE);

IV - De: GRANJA (CE) para: CAMOCIM (CE) e CHAVAL (CE);

V - De: CAMOCIM (CE) para: CHAVAL (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

### DECISÃO SUPAS Nº 454, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.056032/2021-30, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S/A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais CAMPO GRANDE (MS) - CURITIBA (PR) prefixos nº 19-0089-00 e 19-0089-61, CAMPO GRANDE (MS) - BRASILIA (DF) prefixos nº 19-0093-00 e 19-0093-61, CAMPO GRANDE (MS) - SÃO PAULO (SP) prefixos nº 19-0087-00 e 19-0087-61, com o serviço intermunicipal CAMPO GRANDE (MS) para: TRÊS LAGOAS (MS).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

### PORTARIA Nº 383, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.058617/2021-94, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa REAL MACHADO TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI, CNPJ Nº 24.738.886/0001-33, a prestar o serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização, por meio do Termo de Autorização de Serviços Regulares TAR nº 418.

Art. 2º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770/2015 implica a extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

# Ministério da Justiça e Segurança Pública

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 364, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08000.012407/2021-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, nos termos da Decisão nº 597/2021, que tramita nos autos do Processo Administrativo nº 08000.012407/2021-24.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

### PORTARIA Nº 365, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o que consta no Processo Administrativo nº 08020.005608/2021-37, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública nos termos da Decisão nº 598/2021, que tramita nos autos do processo Administrativo nº 08020.005608/2021-37.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

### PORTARIA Nº 367, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08020.005606/2021-48, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública nos termos da Decisão nº 599/2021, que tramita nos autos do Processo Administrativo nº 08020.005606/2021-48.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

## POLÍCIA FEDERAL

## DIRETORIA EXECUTIVA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

### ALVARÁ Nº 19.919.102, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.004394/2021-34 - DPSP/CGCSP/DIREX/PF, resolve:

Conceder autorização à empresa COMERCIO DE ARMAS 9 LEGIAO LTDA, CNPJ: 32.622.899/0001-70, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

01 (cinco) revólver calibre 38

10 (dez) munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 5.305, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32586 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SUDESTE EIRELI, CNPJ nº 66.997.891/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1772/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 5.306, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41673 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RISCO ZERO VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.129.411/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1415/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 5.307, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42316 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Conceder autorização à empresa IMPACTUAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.585.532/0001-91, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

7 (sete) Pistolas calibre .380

420 (quatrocentas e vinte) Munições calibre .380

128 (cento e vinte e oito) Munições calibre 12

1308 (uma mil e trezentas e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 5.308, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44919 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GOLF SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 41.254.447/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1668/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 5.309, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48322 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC, CNPJ nº 44.860.740/0012-26, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.310, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50480 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0009-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1541/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.311, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51454 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa NAZKA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 40.154.405/0001-07, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente DIGNA SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 25.320.846/0001-30:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente DIGNA SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 25.320.846/0001-30:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.312, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51747 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DIGIGUARDE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.001.216/0002-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1708/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.313, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53616 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ASTER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.428.200/0001-75, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Pistola calibre .380

38 (trinta e oito) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.314, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/54529 - DPF/CRU/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa PAJEU ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE LTDA - EPP, CNPJ nº 16.960.717/0001-15, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9512 (nove mil e quinhentas e doze) Munições calibre .380

2400 (duas mil e quatrocentas) Munições calibre 12

22500 (vinte e duas mil e quinhentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.315, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/54656 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0067-01:

30 (trinta) Revólveres calibre 38

20 (vinte) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.316, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56309 - DPF/BRA/BA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BUSATO AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 37.765.536/0001-08, para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.317, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57081 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 42.035.097/0001-18, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4300 (quatro mil e trezentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.318, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57342 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa BELÉM RIO SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.433.496/0001-90, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:

70 (setenta) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

700 (setecentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.319, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57422 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização, à empresa AGATA VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 29.826.621/0001-00, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.320, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57487 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa MASTER MAGNUM SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 04.958.249/0001-65, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

10 (dez) Revólveres calibre 38

20000 (vinte mil) Munições calibre .380

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

100000 (cem mil) Munições calibre 38

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

25000 (vinte e cinco mil) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

30 (trinta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

20 (vinte) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

200 (duzentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

94 (noventa e quatro) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

4 (quatro) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

50 (cinquenta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.321, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57623 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ATHENAS FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 05.880.921/0001-00, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20808 (vinte mil e oitocentas e oito) Munições calibre .380

5616 (cinco mil e seiscentas e dezesseis) Munições calibre 12

100000 (cem mil) Munições calibre 38

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

25320 (vinte e cinco mil e trezentos e vinte) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.322, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58183 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização, à empresa MARDIMA SERVIÇOS DE VIGILANCIA EIRELE - ME, CNPJ nº 27.366.042/0001-05, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Maranhão.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.323, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58260 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0002-63, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Espingardas calibre 12
6 (seis) Pistolas calibre .380
270 (duzentas e setenta) Munições calibre .380
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.324, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58299 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa LHC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 30.775.257/0001-86, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Pistola calibre .380
40 (quarenta) Munições calibre .380
10 (dez) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.325, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58301 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa SIGGA TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 27.925.468/0001-43, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.326, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58421 - DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRANCO CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.893.215/0001-30, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.327, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58493 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TERRA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.863.518/0001-11, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:
215 (duzentos e quinze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SUPORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0001-33:
65 (sessenta e cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5040 (cinco mil e quarenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.328, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58507 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa STAR SEC CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 10.423.118/0001-86, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
97200 (noventa e sete mil e duzentas) Espoletas calibre 38
28916 (vinte e oito mil e novecentos e dezesseis) Gramas de pólvora
97200 (noventa e sete mil e duzentos) Projéteis calibre 38
32730 (trinta e duas mil e setecentas e trinta) Espoletas calibre .380
32730 (trinta e dois mil e setecentos e trinta) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.329, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58571 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FIGUEIRA DE ALMEIDA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.322.393/0002-01, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9680 (nove mil e seiscentas e oitenta) Munições calibre .380
2443 (duas mil e quatrocentas e quarenta e três) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.330, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58582 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa AGNO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 32.531.184/0001-02, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:
2 (dois) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30 (trinta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.331, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58604 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGISERV SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 86.830.148/0001-79, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.332, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58618 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MINASGUARDA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.670.609/0001-29:
10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MINASGUARDA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.670.609/0001-29:
102 (cento e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.333, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58633 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização à empresa DUPLA MISSÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 08.962.954/0001-97, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Carabina calibre 38
5 (cinco) Espingardas calibre 12
5 (cinco) Pistolas calibre .380
10 (dez) Revólveres calibre 38
20000 (vinte mil) Munições calibre .380
6000 (seis mil) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Munições calibre 38
65000 (sessenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
12964 (doze mil e novecentos e sessenta e quatro) Gramas de pólvora
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.334, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58669 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ENGESEG EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 65.053.365/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
711 (setecentas e onze) Munições calibre .380
414 (quatrocentas e quatorze) Munições calibre 12
18810 (dezoito mil e oitocentas e dez) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.335, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58707 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.875.027/0001-41, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.336, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59285 - DPF/MGA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa STONE SEGURANÇA LTDA. - ME, CNPJ nº 21.715.793/0001-03, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

20 (vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.337, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59507 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa CARRANTOS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.602.699/0001-71, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.338, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59757 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 6310 de 28/11/2017 à empresa BRASILITEC SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.924.468/0002-11, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.339, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34242 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CASPSE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 40.150.118/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 1477/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.340, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47163 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa METROPOLITANO ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ nº 17.799.741/0002-68 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.341, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49730 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SÃO PAULO, CNPJ nº 60.502.242/0001-05 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.342, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51156 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLOBAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.265.823/0002-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1626/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.343, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51158 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa ORSEGUPS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 75.092.593/0001-62, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.344, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/54416 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa ACOSTA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI - EPP, CNPJ nº 08.676.101/0001-99, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2480 (duas mil e quatrocentas e oitenta) Espoletas calibre 38

12890 (doze mil e oitocentos e noventa) Gramas de pólvora

2480 (dois mil e quatrocentos e oitenta) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.345, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55199 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

a) Revogar o Alvará nº 5156, publicado no D.O.U. de 12/08/2021;

b) Conceder autorização à empresa COLABORE - SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 11.499.545/0001-00, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente SEGURAR VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 09.632.105/0001-38:

31 (trinta e um) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

400 (quatrocentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.346, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56163 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

a) Revogar o Alvará nº 5190, publicado no D.O.U. de 13/08/2021;

b) Conceder autorização à empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.343.833/0002-88, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36:

42 (quarenta e dois) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

600 (seiscentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.349, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39935 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve: AUTORIZAR a empresa M H O C DA ROCHA SEGURANÇA, CNPJ Nº 11.767.961/0001-42, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser GENERAL SMART SEGURANÇA PRIVADA

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.350, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44814 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0041-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1721/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.351, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/45869 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARAUPEL S.A., CNPJ nº 87.102.810/0010-28 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.352, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46362 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA, CNPJ nº 35.290.931/0003-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1796/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.353, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46898 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA-AEE, CNPJ nº 01.060.102/0001-65 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.354, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49144 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa PC THUNDER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 21.756.950/0001-10, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.355, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49255 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADOS MANENTTI LTDA, CNPJ nº 79.837.688/0001-19 para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1807/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.356, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49793 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SULTEXTIL SA IND DE TECIDOS, CNPJ nº 91.409.698/0001-59 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.357, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50689 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFÍCIO PITUBA PARQUE CENTER, CNPJ nº 13.501.390/0001-25 para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1602/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.358, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55704 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRAL AÇUCAREIRA USINA SANTA MARIA S/A, CNPJ nº 05.158.542/0001-00 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.359, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56271 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0025-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1814/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.360, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57037 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO RETIRO DAS PEDRAS, CNPJ nº 17.326.885/0001-16 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.361, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57233 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING RIOMAR, CNPJ nº 32.752.602/0001-91 para atuar em Sergipe.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.362, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57496 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.088.000/0005-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1755/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.363, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57654 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA - SATC, CNPJ nº 83.649.830/0001-71 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.364, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57698 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POJUCA S.A, CNPJ nº 13.250.998/0005-58 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.365, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58338 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CSN MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 08.902.291/0001-15 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.366, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58700 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIO VERMELHO SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº 12.149.165/0001-09 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.367, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58803 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING METRO TATUAPE, CNPJ nº 02.248.827/0001-44 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.368, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte

interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/58971 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE JARDINS MÔNACO, CNPJ nº 05.104.437/0001-99 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.369, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37378 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEVIG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 17.091.360/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1236/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.370, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59383 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa L'HOTEL LTDA, CNPJ nº 58.762.691/0001-40 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 5.371, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59541 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO COMPLEXO TURISTICO COSTAO DO SANTINHO, CNPJ nº 73.415.358/0001-59 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

## DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

**DESPACHO Nº 1.455/2021**

Em acolhimento às razões técnicas consubstanciadas na Nota Técnica nº 60/2021/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (SEI 15430922), adotando-as inclusive como razão de decidir e, deste modo, considerando a gravidade e a extensão da lesão causada aos consumidores em todo o país, a vantagem auferida e a condição econômica da empresa, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.078, de 1990, e art. 25, incisos I, II e III, do Decreto nº 2.181, de 1997, aplico à CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S/A, CNPJ nº 10.760.260/0001-19, a sanção de multa no valor de R$ 363.046,25 (trezentos e sessenta e três mil quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), em razão de violação aos arts. 4º, caput, incisos I e III; 6º, inciso III; 7º, parágrafo único; e 31, todos do Código de Defesa do Consumidor. O valor definitivo da multa deverá ser depositado em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD nº 30, de 26 de novembro de 2013, conforme determina o art. 29 do Decreto nº 2.181, de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.360, de 2018. Nos termos da Portaria Senacon nº 8, de 5 abril de 2017, Capítulo IV, que trata do recolhimento da multa aplicada nos processos administrativos que tramitem nesta Secretaria, são deveres da parte interessada não só a expedição da Guia de Recolhimento da União (GRU), mas também seu adequado preenchimento, conforme instruções constantes do Anexo I dessa Portaria. A parte interessada deverá efetuar a juntada de cópia da GRU aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recolhimento, a fim de que seja arquivado o processo, cuja não ocorrência acarretará a falta de identificação de pagamento da multa e, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a inscrição do débito em dívida ativa da União. Em caso de renúncia ao direito de recorrer desta decisão, a Representada fará jus a um fator de redução de 25% (vinte cinco por cento) no valor da multa aplicada, em conformidade com a Portaria Senacon nº 14, de 19 de março de 2020. Não havendo, nos autos, comprovação de recolhimento da multa, sejam eles encaminhados à CGCTSA para requerer à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a inscrição do débito, vencido e não-pago, em Dívida Ativa da União (DAU), em respeito ao art. 39 da Lei n 4.320, de 17 de março de 1964, e ao art. 2º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980; Determino, por fim, a expedição de ofício circular aos órgãos e entidades integrantes do SNDC, com cópia da mencionada Nota Técnica e deste Despacho, ao propósito de cientificá-las, em observância ao art. 19, inc. V, do RI-Senacon.

LILIAN CLAESSEN DE MIRANDA BRANDÃO
Diretora

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

## COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

**DESPACHOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0337/2021 de 17/08/2021, 0338/2021 de 17/08/2021, 0339/2021 de 18/08/2021, 0340/2021 de 18/08/2021, 0341/2021 de 19/08/2021 e 0342/2021 de 19/08/2021, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039011081202132 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUSTIN NIGEL WINTON Data Nascimento: 01/12/1968 Passaporte: PA5783256 País: AUSTRÁLIA Mãe: SUSAN CAROLE HOLT Pai: WILLIAM MALCOLM FAULKNER;

Processo: 47039011116202133 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEI HONG Data Nascimento: 11/06/1995 Passaporte: EJ4389137 País: CHINA Mãe: WANG MEIJUAN Pai: HONG CHUANLIN;

Processo: 47039011963202106 Requerente: KONWAR RESTAURANTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PYAR SINGH Data Nascimento: 05/09/1993 Passaporte: L9482872 País: ÍNDIA Mãe: MAULA DEVI Pai: KUNDAN SINGH;

Processo: 47039012938202131 Requerente: FIRMENICH & CIA. LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANTHONY LOUIS FRAGA Data Nascimento: 03/01/1992 Passaporte: 16AV79264 País: FRANÇA Mãe: ANA MARIA PIRES Pai: ANGELO ANTONIO DE SA FRAGA;

Processo: 47039013056202193 Requerente: TENG DA CARCINICULTURA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Biyu Chen Data Nascimento: 13/09/1979 Passaporte: EB0582360 País: CHINA Mãe: Saixian Zheng Pai: Xuejian Chen;

Processo: 47039013059202127 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antonella Iannarilli Data Nascimento: 04/02/1994 Passaporte: YA9719626 País: ITÁLIA Mãe: Anna Rita Graziani Pai: Antonello Iannarilli;

Processo: 47039013181202101 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAEL RODERIC POWER Data Nascimento: 19/12/1974 Passaporte: E4086486 País: AUSTRÁLIA Mãe: MARGARET CHRISTINE POWER Pai: RODERIC WILLIAM POWER;

Processo: 47039013218202193 Requerente: IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL VEGA SANZ Data Nascimento: 22/08/1975 Passaporte: PAG679401 País: ESPANHA Mãe: MARIA DEL CARMEN SANZ PEREZ Pai: JESUS VEGA CAUSAPIE;

Processo: 47039013262202101 Requerente: XIONGZHEN LIU Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIAYONG WU Data Nascimento: 04/06/1977 Passaporte: EJ4815402 País: CHINA Mãe: JINLU WU Pai: ZHIXUN CHEN;

Processo: 47039013261202159 Requerente: INSIDER BRASIL LICENCIAMENTO E SERVICOS DE SOFTWARE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Suad Ozgun Data Nascimento: 05/04/1993 Passaporte: U24183682 País: TURQUIA Mãe: Ayse Ozgun Pai: Sureyya Ozgun;

Processo: 47039013274202128 Requerente: KPMG ASSESSORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUN HASHIMOTO Data Nascimento: 22/10/1981 Passaporte: TK8771647 País: JAPÃO Mãe: Sonoko Hashimoto Pai: Akio Hashimoto;

Processo: 47039013280202185 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROWENNA MAGENTA MENZIES Data Nascimento: 25/09/1975 Passaporte: 500510305 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Carol burge Pai: James George burge;

Processo: 47039013355202128 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Duarte Miguel Corte-Real Ramalho Rolim Data Nascimento: 12/01/1994 Passaporte: C881804 País: PORTUGAL Mãe: Maria de Assunção Tavares de Castro Corte-Real Rolim Pai: Paulo José de Jesus Ramalho Rolim;

Processo: 47039013359202114 Requerente: SHIFT TECHNOLOGY AI SOLUCOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Donatien Ferdinand Marie Joseph Dujoncquoy Data Nascimento: 01/06/1995 Passaporte: 7ED19922 País: FRANÇA Mãe: Veronique Marie Josephe Broucker Pai: Jean-Vicent Dujoncquoy;

Processo: 47039013398202111 Requerente: DYNADMIC SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DIGITAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Léon Jean Emile Chassetuillier Data Nascimento: 26/12/1994 Passaporte: 17DC21297 País: FRANÇA Mãe: Christine Eliane Alixe Juliette Provost Pai: Jean-Pierre Robert Chassetuillier;

Processo: 47039013417202100 Requerente: FLORESTA RICA MADEIREIRA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YONGHUA LYU Data Nascimento: 20/07/1987 Passaporte: EA2069371 País: CHINA Mãe: ZHONGHONG ZHA Pai: JUNBIN LYU;

Processo: 47039013408202119 Requerente: THYSSENKRUPP ESTALEIRO BRASIL SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SVEN FAUSTMANN Data Nascimento: 28/05/1986 Passaporte: C1TY0XXWZ País: ALEMANHA Mãe: ANNE-KATHRIN FAUSTMANN Pai: THOMAS ALEXANDER FAUSTMANN;

Processo: 47039013489202149 Requerente: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Philipp Margraf Data Nascimento: 12/08/1993 Passaporte: U0643780 País: ÁUSTRIA Mãe: Inge Margraf Pai: Erik Christian Harald Margraf;

Processo: 47039013494202151 Requerente: TURKISH AIRLINES INC. (TURK HAVA YOLLARI ANONIM ORTAKLIGI) Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ramazan Ersin Çolo Data Nascimento: 25/07/1979 Passaporte: U24651124 País: TURQUIA Mãe: Refakat Çolo Pai: Tevfik Çolo;

Processo: 47039013533202111 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MILES SCOTT MARTIN Data Nascimento: 12/07/1968 Passaporte: PV9922273 País: IRLANDA Mãe: ISOBEL JEAN SCOTT Pai: MICHAEL D'OLIER MARTIN;

Processo: 47039013813202129 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZACHARY ROBERT SCHEIBAL Data Nascimento: 08/08/1985 Passaporte: 673816744 País: EUA Mãe: LORETTA ELLEN ENLOE Pai: JEFFREY ROBERT SCHEIBAL; e

Processo: 47039013904202164 Requerente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CEDRIC CHRISTIAN DOMINICI Data Nascimento: 13/06/1979 Passaporte: 13CT56817 País: FRANÇA Mãe: Claudine Gabrielle Aubry Pai: Patrick Jean Alain Dominici.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039012205202105 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kenneth Noehr Fritz Data Nascimento: 06/04/1981 Passaporte: 208228644 País: DINAMARCA;

Processo: 47039012648202198 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LARS AKE MARTENSSON Data Nascimento: 17/06/1963 Passaporte: 35830169 País: SUÉCIA;

Processo: 47039013114202189 Requerente: GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Juan Manuel Iglesias Jimenez Data Nascimento: 09/06/1980 Passaporte: G39565693 País: MÉXICO;

Processo: 47039013127202158 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DONALD WRAY Data Nascimento: 29/03/1980 Passaporte: 554330490 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039013130202171 Requerente: ENGECLINIC SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAOLO ALBERICO Data Nascimento: 23/10/1970 Passaporte: YA5371074 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013132202161 Requerente: ENGECLINIC SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICCARDO SANGUANINI Data Nascimento: 03/08/1983 Passaporte: YB6998567 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013133202113 Requerente: ENGECLINIC SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VINCENZO CALVELLO Data Nascimento: 12/08/1964 Passaporte: YB7109438 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013143202141 Requerente: SIEMENS MOBILITY SOLUCOES DE MOBILIDADE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marek Racak Data Nascimento: 28/01/1992 Passaporte: BR4209346 País: ESLOVÁQUIA;

Processo: 47039013144202195 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alfred Krell Data Nascimento: 09/06/1962 Passaporte: 546099422 País: EUA;

Processo: 47039013154202121 Requerente: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bryan Frank Ulrich Data Nascimento: 18/11/1959 Passaporte: 551410739 País: EUA;

Processo: 47039013165202119 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marcin Romuald Janiak Data Nascimento: 11/04/1978 Passaporte: EF7168445 País: POLÔNIA;

Processo: 47039013170202113 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Michal Aleksander Kalos Data Nascimento: 01/01/1983 Passaporte: EU0428804 País: POLÔNIA;

Processo: 47039013312202142 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CAMERON GRAEME PLUMMER Data Nascimento: 17/07/1990 Passaporte: 562795980 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039013315202186 Requerente: GDBR INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES QUIMICOS E DE BORRACHA LTDA. Prazo: 150 Dia(s) Imigrante: YUTA HANAJIMA Data Nascimento: 07/04/1991 Passaporte: TR1421658 País: JAPÃO;

Processo: 47039013314202131 Requerente: SCHATTDECOR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NIWAT BALTRUSCHAT Data Nascimento: 01/04/1990 Passaporte: CGWCVJ4J País: ALEMANHA;

Processo: 47039013378202132 Requerente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRANDON WILLIAM BUTLER Data Nascimento: 21/06/1988 Passaporte: GB139774 País: CANADÁ;

Processo: 47039013379202187 Requerente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID RAYMOND COLE Data Nascimento: 04/06/1970 Passaporte: GB125651 País: CANADÁ;

Processo: 47039013381202156 Requerente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ELROY CURTIS BREWER Data Nascimento: 27/02/1965 Passaporte: GB152092 País: CANADÁ;

Processo: 47039013382202109 Requerente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARC MARTIN Data Nascimento: 06/09/1989 Passaporte: HN020352 País: CANADÁ;

Processo: 47039013387202123 Requerente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NATHAN WILLIAM MACKENZIE Data Nascimento: 13/09/1984 Passaporte: GB158570 País: CANADÁ;

Processo: 47039013391202191 Requerente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NICHOLAS ROBERT LEVESQUE Data Nascimento: 19/11/1984 Passaporte: GB163481 País: CANADÁ;

Processo: 47039013409202155 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gianluca Scarabosio Data Nascimento: 07/07/1989 Passaporte: YB7762632 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013442202185 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LYLE RICHARD JOHN PRITCHARD Data Nascimento: 22/08/1956 Passaporte: AH888929 País: CANADÁ;

Processo: 47039013446202163 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Allen Kae Ulat Belante Data Nascimento: 17/10/1986 Passaporte: P9821578A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013448202152 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Philippe Emmanuel Jose Bez Data Nascimento: 16/11/1983 Passaporte: 13C188826 País: FRANÇA;

Processo: 47039013449202105 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrew Lai'afi Leasau Data Nascimento: 11/06/1987 Passaporte: 582152362 País: EUA;

Processo: 47039013450202121 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATTIA SALOMONI Data Nascimento: 05/04/1995 Passaporte: YB0240031 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013451202176 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Paul Simon Flavien Pourchet Data Nascimento: 07/09/1995 Passaporte: X2370013 País: SUIÇA;

Processo: 47039013453202165 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ETTORE FINAZZI Data Nascimento: 29/06/1970 Passaporte: YB4154911 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013454202118 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Pascal François Serge Heche Data Nascimento: 11/12/1959 Passaporte: X2579829 País: SUIÇA;

Processo: 47039013457202143 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEFANO PIEVANI Data Nascimento: 29/01/1990 Passaporte: YB3276630 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013458202198 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mirco Pedone Data Nascimento: 05/01/1996 Passaporte: X7932861 País: SUIÇA;

Processo: 47039013460202167 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EDGARD WILLY TRUJILLO Data Nascimento: 07/12/1964 Passaporte: YA9226820 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013461202110 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Léo François Charles Maire Data Nascimento: 13/08/1997 Passaporte: 20CI28025 País: FRANÇA;

Processo: 47039013462202156 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MASSIMO GRIGIS Data Nascimento: 18/09/1976 Passaporte: YA7277251 País: ITÁLIA;

Processo: 47039013463202109 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Julien Alain Loic Anthony Bernard Data Nascimento: 03/06/1994 Passaporte: 17AY63415 País: FRANÇA;

Processo: 47039013499202184 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HAKHYEON LEE Data Nascimento: 31/03/1992 Passaporte: M44216128 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013502202160 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DONGHWAN PARK Data Nascimento: 17/08/1983 Passaporte: M20866424 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039013505202101 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bernhard Spack Data Nascimento: 10/03/1971 Passaporte: X0086883 País: SUIÇA;

Processo: 47039013506202148 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Antonio Sierra Data Nascimento: 14/05/1961 Passaporte: X5800263 País: SUIÇA;

Processo: 47039013583202106 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE CARLOS ROMERO SORIA Data Nascimento: 20/07/1979 Passaporte: PAA639653 País: ESPANHA;

Processo: 47039013587202186 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KEPA AMEZAGA ZABALA Data Nascimento: 26/05/1985 Passaporte: PAL744552 País: ESPANHA;

Processo: 47039013610202132 Requerente: SIGMA MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAXIM POGORELOV Data Nascimento: 24/12/1962 Passaporte: 763262667 País: RÚSSIA;

Processo: 47039013948202194 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON DELLERER Data Nascimento: 18/01/1990 Passaporte: CFPC79536 País: ALEMANHA;

Processo: 47039013949202139 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS GRANDL Data Nascimento: 09/05/1975 Passaporte: CF193ZK2C País: ALEMANHA;

Processo: 47039013965202121 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PATRICK AVRAHAM TOUITOU Data Nascimento: 31/03/1973 Passaporte: 34633206 País: ISRAEL;

Processo: 47039013967202111 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marvin Wagner Data Nascimento: 18/05/1994 Passaporte: C7828GLYY País: ALEMANHA;

Processo: 47039013993202149 Requerente: FLSMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bryan J Potratz Data Nascimento: 03/01/1986 Passaporte: 567730673 País: EUA;

Processo: 47039014005202189 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEONU CHOI Data Nascimento: 07/07/1980 Passaporte: M44020483 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HAN JU LEE Data Nascimento: 05/09/1975 Passaporte: M12442285 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HANG YEUL GO Data Nascimento: 04/05/1968 Passaporte: M66298602 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HEEHYUN KIM Data Nascimento: 03/03/1991 Passaporte: M48312692 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JAEDONG JANG Data Nascimento: 29/05/1980 Passaporte: M55157491 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JONGCHUL LEE Data Nascimento: 03/08/1975 Passaporte: M94932549 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JUNGSANG KIM Data Nascimento: 08/01/1978 Passaporte: M38305486 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: JUNSEOK CHOI Data Nascimento: 10/08/1969 Passaporte: M76529617 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YOUNG GIL CHO Data Nascimento: 05/11/1962 Passaporte: M28349778 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YOUNG SUK JOO Data Nascimento: 20/03/1966 Passaporte: M54853621 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YOUNGHWAN MOON Data Nascimento: 05/06/1965 Passaporte: M37935812 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YOUNLAG PARK Data Nascimento: 05/08/1966 Passaporte: M67545056 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039014112202115 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kraig Roger Burnham Data Nascimento: 26/05/1971 Passaporte: 505442030 País: EUA;

Processo: 47039014113202151 Requerente: NANSEN INSTRUMENTOS DE PRECISAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUAN ZHANG Data Nascimento: 16/07/1983 Passaporte: ED7605434 País: CHINA; e

Processo: 47039014114202104 Requerente: NANSEN INSTRUMENTOS DE PRECISAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIHUA SHANG Data Nascimento: 09/07/1987 Passaporte: E44868622 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039014202202106 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Rainer Ricky Rühl Data Nascimento: 15/04/1978 Passaporte: C5PK0ZNCP País: ALEMANHA;

Processo: 47039014271202110 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Alexander Erhardt Data Nascimento: 19/07/1971 Passaporte: C2VZLZM0H País: ALEMANHA;

Processo: 47039013751202155 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Martin Rasmussen Data Nascimento: 23/10/1972 Passaporte: 209372333 País: DINAMARCA;

Processo: 47039013952202152 Requerente: SUZANO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAN MAGNUS ANDRE SANDSTROM Data Nascimento: 30/05/1974 Passaporte: 35868344 País: SUÉCIA;

Processo: 47039013954202141 Requerente: SUZANO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PER ARON PRASZKIER Data Nascimento: 09/05/1984 Passaporte: 93842320 País: SUÉCIA;

Processo: 47039013955202196 Requerente: SUZANO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHAN BORJE NIKLAS SANDSTROM Data Nascimento: 04/04/1970 Passaporte: 35424923 País: SUÉCIA;

Processo: 47039013976202110 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAMI PEKKA KOIVIKKO Data Nascimento: 25/08/1965 Passaporte: FP1900252 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039013984202158 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Erich Köstenberger Data Nascimento: 24/10/1956 Passaporte: U1925059 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039013986202147 Requerente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Frank Schmidt Data Nascimento: 13/02/1973 Passaporte: CG7X1PW7L País: ALEMANHA;

Processo: 47039013988202136 Requerente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Friedrich Reiss Data Nascimento: 19/07/1980 Passaporte: C8MMN4PPP País: ALEMANHA;

Processo: 47039014030202162 Requerente: VALE S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Markus Sendlhofer Data Nascimento: 26/04/1981 Passaporte: U 3888571 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039014032202151 Requerente: VALE S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ralf Bilgeri Data Nascimento: 25/10/1986 Passaporte: U 5239487 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039014052202122 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Magnus Moeslund Larsen Data Nascimento: 26/11/1997 Passaporte: 212637201 País: DINAMARCA;

Processo: 47039014053202177 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PABLO ANDRÉS BRAVO BAEZ Data Nascimento: 10/05/1982 Passaporte: F34337487 País: CHILE;

Processo: 47039014057202155 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GIOVANNI BASSI Data Nascimento: 02/06/1964 Passaporte: YA6738740 País: ITÁLIA;

Processo: 47039014060202179 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCO MANNONI Data Nascimento: 21/05/1967 Passaporte: YB3026715 País: ITÁLIA;

Processo: 47039014076202181 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dylan Philip Kuipersmith Data Nascimento: 13/03/1983 Passaporte: PB2587448 País: AUSTRÁLIA;

Processo: 47039014107202102 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MYLES DOUGLAS BROWN Data Nascimento: 09/04/1998 Passaporte: 556145555 País: EUA;

Processo: 47039014122202142 Requerente: SCHATTDECOR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SASCHA STEVE KEIZERS Data Nascimento: 09/11/1978 Passaporte: C6ZFXG8F País: ALEMANHA;

Processo: 47039014155202192 Requerente: DEMATIC SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTACAO DE MATERIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Irmantas Girdauskas Data Nascimento: 28/06/1991 Passaporte: 24434515 País: LITUÂNIA;

Processo: 47039014168202161 Requerente: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUIDO JOHANN GEORGE Data Nascimento: 28/03/1974 Passaporte: KC2L3V7H País: LUXEMBURGO;

Processo: 47039014171202185 Requerente: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Klaus Peter Steimer Data Nascimento: 19/07/1967 Passaporte: C359W8T58 País: ALEMANHA;

Processo: 47039014178202105 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER MICHAEL HUFFMAN Data Nascimento: 23/08/1992 Passaporte: 569796742 País: EUA;

Processo: 47039014248202117 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO GOMEZ DIAZ Data Nascimento: 07/10/1986 Passaporte: G19037012 País: MÉXICO;

Processo: 47039014233202159 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHAD GERSHWIN SCOTT Data Nascimento: 18/03/1996 Passaporte: A08480433 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL;

Processo: 47039014247202172 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAUL POPESCU Data Nascimento: 03/10/1989 Passaporte: 055538299 País: ROMÊNIA; e

Processo: 47039014258202152 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VASILE- ADRIAN PRUNDAR Data Nascimento: 02/07/1977 Passaporte: 056762986 País: ROMÊNIA

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º)

Processo: 47039014054202111 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Simo Tapio Kurki Data Nascimento: 19/12/1966 Passaporte: FP477508 País: FINLÂNDIA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039013443202120 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID LEE MILLER Data Nascimento: 28/05/1958 Passaporte: 567235892 País: EUA;

Processo: 47039013524202120 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREJ HUMEK Data Nascimento: 06/08/1986 Passaporte: PB0840794 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013530202187 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BOJAN ROSTOHAR Data Nascimento: 20/05/1974 Passaporte: PB1337921 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013536202154 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CVJETKO TOMIC Data Nascimento: 17/09/1979 Passaporte: PB0947971 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013538202143 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVOR KOS Data Nascimento: 07/09/1984 Passaporte: PB1291810 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013579202130 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IZTOK MARKOSEK Data Nascimento: 05/10/1997 Passaporte: PB1313895 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013581202117 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JANEZ BABIC Data Nascimento: 13/05/1968 Passaporte: PB1236395 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013585202197 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JERNEJ HOSTA Data Nascimento: 16/04/1991 Passaporte: PB1486140 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013586202131 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KLEMEN GORENCIC Data Nascimento: 12/06/1995 Passaporte: PB1327302 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039013639202114 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEBASTIJAN BOVHA Data Nascimento: 08/06/1977 Passaporte: PB1131940 País: ESLOVÊNIA; e

Processo: 47039013644202127 Requerente: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STOJAN KRAJNC Data Nascimento: 12/08/1973 Passaporte: PB1486812 País: ESLOVÊNIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039012276202108 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jacek Miroslaw Bledzki Data Nascimento: 26/02/1981 Passaporte: EH3292780 País: POLÔNIA Imigrante: Valery Pikas Data Nascimento: 19/09/1969 Passaporte: 753339059 País: RÚSSIA;

Processo: 47039012869202166 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: JOHANNES PLOUG SARP Data Nascimento: 04/07/1974 Passaporte: 207633736 País: DINAMARCA;

Processo: 47039012882202115 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: JESPER HAURUM Data Nascimento: 05/12/1966 Passaporte: 212252498 País: DINAMARCA;

Processo: 47039013182202148 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSEPH BUENDIA VILLAR Data Nascimento: 01/01/1977 Passaporte: P0370067A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013183202192 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: REMMAR BRYAN FULLOS ALEGRIA Data Nascimento: 25/05/1994 Passaporte: P7107604A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013187202171 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEMUEL RENN ASTROLOGO MEJIA Data Nascimento: 28/10/1984 Passaporte: P3764354B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013189202160 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KEVIN CONTRERAS ALPAJARO Data Nascimento: 11/07/1993 Passaporte: P0285588A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013190202194 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WINCHELL VILLAGONZALO TAGALOGON Data Nascimento: 05/12/1990 Passaporte: P3855287B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013192202183 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: REAGAN DELIMA MARQUEZ Data Nascimento: 28/12/1990 Passaporte: P7529848A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013194202172 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: DARRYL PASCUA DESAMPARADO Data Nascimento: 01/05/1991 Passaporte: P3580539A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013196202161 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: JHOEY JOQUIÑO ALFEREZ Data Nascimento: 11/12/1978 Passaporte: P5408614B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013199202103 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/05/2023 Imigrante: VLADLENS SAVIKS Data Nascimento: 24/09/1996 Passaporte: LV6277734 País: LETÔNIA;

Processo: 47039013200202191 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: MARK KEVIN AGONCILLO GIRA Data Nascimento: 01/06/1993 Passaporte: P5434295A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013306202195 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 11/04/2022 Imigrante: MARC WILLIAM SMALL Data Nascimento: 17/10/1982 Passaporte: 501180328 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039013465202190 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: APRIL GRACE SALUDARES HALLADO Data Nascimento: 27/10/1982 Passaporte: P8473487A País: FILIPINAS Imigrante: ARIEL LUCERO TORRES Data Nascimento: 22/11/1973 Passaporte: P4609966A País: FILIPINAS Imigrante: DUANE NAAG NOCIDO Data Nascimento: 30/10/1978 Passaporte: P8308990A País: FILIPINAS Imigrante: EDWIN ZARATE GARCIA Data Nascimento: 08/01/1970 Passaporte: P7001031B País: FILIPINAS Imigrante: EMILY DIMAANO DEDUQUE Data Nascimento: 28/03/1977 Passaporte: P2483556A País: FILIPINAS Imigrante: GAUDENCIO JR. MARBEBE AVISO Data Nascimento: 13/09/1972 Passaporte: P9255933A País: FILIPINAS Imigrante: GEORGE DEMERIN ANDAYA Data Nascimento: 28/10/1969 Passaporte: P3918926B País: FILIPINAS Imigrante: JERAN CUADRA ENAMNO Data Nascimento: 07/09/1982 Passaporte: P6491258B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013473202136 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: JOHANNA PASCUA GARCIA Data Nascimento: 16/08/1976 Passaporte: P2151184B País: FILIPINAS Imigrante: LARRY RIVERA SAMANIEGO Data Nascimento: 20/12/1975 Passaporte: P5224584B País: FILIPINAS Imigrante: PATERNO VENTURILLO MAGBANUA Data Nascimento: 23/09/1957 Passaporte: P6570967B País: FILIPINAS Imigrante: RANDY MURILLO DORONILA Data Nascimento: 27/11/1966 Passaporte: P0577201B País: FILIPINAS Imigrante: RENATO UY OPAO Data Nascimento: 14/10/1962 Passaporte: P2471579B País: FILIPINAS Imigrante: REYNALD HANGINON VALDEZ Data Nascimento: 29/12/1975 Passaporte: P8115704A País: FILIPINAS Imigrante: VERGEL TAYAG REPIA Data Nascimento: 16/03/1977 Passaporte: P0499922B País: FILIPINAS Imigrante: VICTOR OLAVARIO GONZALES Data Nascimento: 05/06/1964 Passaporte: P2315255B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013474202181 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 730 Dia(s) Imigrante: JOHN REYFRED LAG-AY LASQUITE Data Nascimento: 20/09/1991 Passaporte: P0111624A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013481202182 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: TROND BREIVIK Data Nascimento: 29/11/1972 Passaporte: 33397217 País: NORUEGA;

Processo: 47039013484202116 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: PETER MIDLING Data Nascimento: 27/09/1996 Passaporte: 29781318 País: NORUEGA;

Processo: 47039013483202171 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 730 Dia(s) Imigrante: CARL JEOFFREY DELA CRUZ CASTEN Data Nascimento: 13/10/1982 Passaporte: P5539886B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013485202161 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 730 Dia(s) Imigrante: ABIMAEL MAGAÑA AREVALO Data Nascimento: 22/01/1973 Passaporte: G40500274 País: MÉXICO;

Processo: 47039013493202115 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADRIANUS PIETER MEIJER Data Nascimento: 02/08/1969 Passaporte: 488625489 País: EUA Imigrante: SERGIY KOZAK Data Nascimento: 30/10/1969 Passaporte: 561716030 País: EUA;

Processo: 47039013500202171 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2022 Imigrante: Alen Mitrovic Data Nascimento: 14/08/1978 Passaporte: 228407947 País: CROÁCIA;

Processo: 47039013518202172 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 730 Dia(s) Imigrante: EDGAR ACOSTA BORRES Data Nascimento: 19/04/1964 Passaporte: P1343238A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013606202174 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2023 Imigrante: SIDNEY ZURBANO DATINGUINOO Data Nascimento: 24/07/1970 Passaporte: P7388076A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013607202119 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2023 Imigrante: ALIRIO ANDRES CAIRO ZERPA Data Nascimento: 10/06/1982 Passaporte: 153110704 País: VENEZUELA;

Processo: 47039013608202163 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2023 Imigrante: FERNANDO JR AVILA VEGA Data Nascimento: 26/09/1977 Passaporte: P7051883A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013609202116 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2023 Imigrante: ALBERTO CASAUL BUENO Data Nascimento: 10/11/1980 Passaporte: P4011055B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013611202187 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2023 Imigrante: REYVI WYN PRADO OLMEDO Data Nascimento: 12/06/1988 Passaporte: P5296571B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013654202162 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 31/07/2022 Imigrante: MARIO LUIS MARIANI FIALHO Data Nascimento: 24/01/1963 Passaporte: CB836119 País: PORTUGAL;

Processo: 47039013662202117 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 16/05/2022 Imigrante: Jaroslaw Tatkowski Data Nascimento: 24/11/1977 Passaporte: EK8755872 País: POLÔNIA;

Processo: 47039013671202108 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHRISTIAN PAUL ACLAN NAPA Data Nascimento: 22/11/1990 Passaporte: P2830960B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013672202144 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIMMY ANTIZA RAMOS Data Nascimento: 18/06/1967 Passaporte: P5576555B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013673202199 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROY ANTHONY CAHIG TANTE Data Nascimento: 13/06/1973 Passaporte: P7148418A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013697202148 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Alvin Villagracia Boduso Data Nascimento: 25/09/1979 Passaporte: P7227909A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013714202147 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: MORTEN ANDRE LYNGMYR Data Nascimento: 24/02/1978 Passaporte: 31567009 País: NORUEGA;

Processo: 47039013738202104 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 31/07/2022 Imigrante: Jakub Jan Charuk Data Nascimento: 14/09/1982 Passaporte: ET4621275 País: POLÔNIA;

Processo: 47039013747202197 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEXIS MEMIS Data Nascimento: 25/11/1977 Passaporte: AN4338746 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013749202186 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DIMITRIOS THEOFANOUDIS Data Nascimento: 29/08/1984 Passaporte: AP0998178 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013748202131 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANTONIOS VLASSAKIS Data Nascimento: 07/02/1944 Passaporte: AT0712166 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013750202119 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IOANNIS KARATZAS Data Nascimento: 04/01/1960 Passaporte: AN5157062 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013753202144 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IOANNIS PAPADOPOULOS Data Nascimento: 08/01/1963 Passaporte: AT1090346 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013754202199 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KONSTANTINOS STRATIS Data Nascimento: 17/06/1974 Passaporte: AT0583205 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013755202133 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KONSTANTINOS DIAMANTOPOULOS Data Nascimento: 08/09/1986 Passaporte: AT1841909 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013758202177 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KONSTANTINOS NIKITEAS Data Nascimento: 08/08/1979 Passaporte: AT0970691 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013759202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KYRIAKOS KALANDRANIS Data Nascimento: 19/02/1966 Passaporte: AT0773834 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013761202191 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NIKOLAOS CHATZIDOULIS Data Nascimento: 01/05/1980 Passaporte: AT0960341 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013838202122 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 25/02/2022 Imigrante: Olivier Cyrille E. Angely Data Nascimento: 24/09/1975 Passaporte: ER228950 País: BÉLGICA;

Processo: 47039013839202177 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/02/2022 Imigrante: GIORGI SURMANIDZE Data Nascimento: 01/04/1996 Passaporte: 16AB64812 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039013840202100 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2023 Imigrante: HUMBERTO RAFAEL CARREÑO RIVERA Data Nascimento: 25/07/1988 Passaporte: 147317405 País: VENEZUELA;

Processo: 47039013843202135 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/07/2023 Imigrante: Rafal Sebastian Zelazny Data Nascimento: 07/02/1982 Passaporte: EF2879371 País: POLÔNIA;

Processo: 47039013935202115 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: STEN DENNIS KARL-OVE ORHILL Data Nascimento: 16/01/1970 Passaporte: 35425827 País: SUÉCIA;

Processo: 47039013938202159 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 730 Dia(s) Imigrante: KYLE DANIEL CULBERTSON Data Nascimento: 23/10/1989 Passaporte: 674071899 País: EUA Imigrante: ZACHARY MATTHEW WAGNER Data Nascimento: 21/08/1995 Passaporte: 580970918 País: EUA;

Processo: 47039013940202128 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 730 Dia(s) Imigrante: LLOYD MANTOS PUNAY Data Nascimento: 01/05/1986 Passaporte: P3408026B País: FILIPINAS;

Processo: 47039013942202117 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 25/02/2022 Imigrante: Muhamad Faisal Waliulu Data Nascimento: 26/04/1979 Passaporte: C7166083 País: INDONÉSIA Imigrante: Sofyan Afrianto Data Nascimento: 10/04/1973 Passaporte: C0877257 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039013951202116 Requerente: SEABED GEOSOLUTIONS DO BRASIL EXPLORACOES E SERVICOS LTDA Prazo: até 31/01/2022 Imigrante: LACHEZAR NIKOLAEV GYUROV Data Nascimento: 10/01/1987 Passaporte: 386490349 País: BULGÁRIA;

Processo: 47039013956202131 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 06/04/2022 Imigrante: OLIVIER SANTANDER Data Nascimento: 04/03/1983 Passaporte: 15FV17895 País: FRANÇA;

Processo: 47039013968202165 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/07/2023 Imigrante: Genesis Medina Sy Data Nascimento: 14/02/1995 Passaporte: P6407014A País: FILIPINAS;

Processo: 47039013970202134 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2023 Imigrante: ARLEN YOJAN PINANGO SOSA Data Nascimento: 03/04/1981 Passaporte: 124119132 País: VENEZUELA;

Processo: 47039013972202123 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2023 Imigrante: OLIVER ALEJANDRO HERNANDEZ Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: 124882339 País: VENEZUELA;

Processo: 47039013973202178 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2023 Imigrante: KRISTHIAN JOSE LISET ARISMENDI Data Nascimento: 17/12/1987 Passaporte: 134538963 País: VENEZUELA;

Processo: 47039013977202156 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2023 Imigrante: JEAN CARLOS LEON RAMIREZ Data Nascimento: 10/08/1995 Passaporte: 148545180 País: VENEZUELA;

Processo: 47039013978202109 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2022 Imigrante: PARASKEVI PASCHOU Data Nascimento: 26/07/1999 Passaporte: AN9332207 País: GRÉCIA;

Processo: 47039013981202114 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEXANDER BOGOMOLOV Data Nascimento: 23/12/1980 Passaporte: 72 1309570 País: RÚSSIA; e

Processo: 47039014006202123 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: DAVID ALAN DUNCAN Data Nascimento: 10/07/1987 Passaporte: 527956652 País: INGLATERRA.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039012766202104 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tony Patrick Daniel Lecorps Data Nascimento: 13/08/1975 Passaporte: 20CH51885 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039011132202126 Requerente: ADUBOS REAL S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: MIKI IWAMOTO Data Nascimento: 14/12/1987 Passaporte: TR1568657 País: JAPÃO; e

Processo: 47039012534202148 Requerente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Armindo Luís Lopes Marques Data Nascimento: 11/07/1972 Passaporte: CB639022 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso II)

Processo: 47039013595202122 Requerente: UBK CONSULTING BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação de haver gerado 10 novos empregos, Imigrante: CARLO EMANUELE CAPPONI Data Nascimento: 17/05/1963 Passaporte: CFGNLRHP2 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039012472202174 Requerente: VS HOLDING IMOBILIARIA E INVESTIMENTO LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: SIMON MARIO VERBOON Data Nascimento: 02/09/1971 Passaporte: NTF7FJO8O País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039011311202163 Requerente: CLIFFORD CHANCE SOCIEDADE DE CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO INGLES, DO PAIS DE GALES E NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICAH CHRISTOPHER EARL MCDONALD Data Nascimento: 08/01/1996 Passaporte: 524646128 País: INGLATERRA;

Processo: 47039011314202105 Requerente: CLIFFORD CHANCE SOCIEDADE DE CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO INGLES, DO PAIS DE GALES E NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRISZTIAN BARTA Data Nascimento: 21/02/1993 Passaporte: BJ6919151 País: HUNGRIA;

Processo: 47039011320202154 Requerente: CLIFFORD CHANCE SOCIEDADE DE CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO INGLES, DO PAIS DE GALES E NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CAITLIN NISHA PRASAD Data Nascimento: 09/02/1995 Passaporte: 522141567 País: INGLATERRA; e

Processo: 47039012693202142 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FEDERICA TESTA Data Nascimento: 24/01/1996 Passaporte: YA7218490 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039013296202198 Requerente: PRAIA CLUBE Prazo: 10 Mês(es) Imigrante: ANNE ELISE BUIJS Data Nascimento: 02/12/1991 Passaporte: BV79B8JC0 País: HOLANDA Mãe: Irene Maria Buijs Pelser Pai: Teunis Buijs;

Processo: 47039013297202132 Requerente: PRAIA CLUBE Prazo: 9 Mês(es) Imigrante: JINEIRY MARTINEZ Data Nascimento: 03/12/1997 Passaporte: RD3925756 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: Agripina Martinez Pai: Juan Payano Doñé;

Processo: 47039013298202187 Requerente: PRAIA CLUBE Prazo: 9 Mês(es) Imigrante: BRAYELIN ELIZABETH MARTINEZ Data Nascimento: 11/09/1996 Passaporte: RD4507606 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: AGRIPINA MARTINEZ Pai: JUAN PAYANO DOÑE; e

Processo: 47039013846202179 Requerente: CLUB ATHLETICO PAULISTANO Prazo: 10 Mês(es) Imigrante: NINO CELEBIC Data Nascimento: 03/01/1991 Passaporte: 014219742 País: SÉRVIA Mãe: ULSNA KUBURIC Pai: MLADEN CELEBIC.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039009713202106 Requerente: ANAMUL HAQUE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANAMUL HAQUE Data Nascimento: 15/10/1996 Passaporte: EH0483455 País: BANGLADESH Mãe: AGIBUN BEGUM Pai: ABDUL MONNAN;

Processo: 47039010897202149 Requerente: MD JUBER AHMED Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD JUBER AHMED Data Nascimento: 19/05/1989 Passaporte: EA0710550 País: BANGLADESH Mãe: DOYA BEGUM Pai: MOJIR UDDIN;

Processo: 47039011247202111 Requerente: EMIOLO.COM SOLUCOES EM SOFTWARE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sotnas Leunam dos Reis Santos de Pina Data Nascimento: 06/10/1985 Passaporte: J509580 País: CABO VERDE Mãe: Alexandra Maria dos Reis Pai: Manuel dos Santos de Pina;

Processo: 47039011863202171 Requerente: TORRES EOLICAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PELAYO BERJANO TARTIERE Data Nascimento: 03/09/1988 Passaporte: PAG231043 País: ESPANHA Mãe: MARGARITA TARTIERE BLANCO Pai: JAVIER BERJANO LOPEZ DE TOLEDO;

Processo: 47039012020202192 Requerente: W. CAI VARIEDADE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HANZHU QIU Data Nascimento: 16/02/1976 Passaporte: E49703590 País: CHINA Mãe: QINYING QIU Pai: BUFENG ZHENG;

Processo: 47039013023202143 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUNTANG LAN Data Nascimento: 15/07/1967 Passaporte: EF8344555 País: CHINA Mãe: Juxiang Rong Pai: Yuanfa Lan;

Processo: 47039013116202178 Requerente: SACYR CONSTRUCCION S/A DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Javier Hidalgo López Data Nascimento: 19/06/1977 Passaporte: XDB015323 País: ESPANHA Mãe: EUFEMIA LÓPEZ PASTOR Pai: JUAN FRANCISCO HIDALGO GOMEZ;

Processo: 47039013386202189 Requerente: NOVA TEC EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIANPING WU Data Nascimento: 01/07/1979 Passaporte: EH2909833 País: CHINA Mãe: QUANXIU DENG Pai: CHUNXIAN WU;

Processo: 47039013467202189 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIELE PERRI Data Nascimento: 11/01/1982 Passaporte: YB6804112 País: ITÁLIA Mãe: Annunziata Ferro Pai: Francesco Saverio Perri;

Processo: 47039013614202111 Requerente: W VISAGE SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WALTER CREMA Data Nascimento: 13/10/1959 Passaporte: YB6196674 País: ITÁLIA Mãe: IRES COCCHI Pai: INNOCENTE CREMA; e

Processo: 47039013867202194 Requerente: TBT TAUBATE PRESENTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUA GUI Data Nascimento: 20/11/1985 Passaporte: EC1455925 País: CHINA Mãe: ZENG JINNYU Pai: SHUTANG GUI.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 1º, Parágrafo 3º)

Processo: 47039012798202100 Requerente: BANCO CETELEM S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: NICOLAS KERN Data Nascimento: 21/09/1982 Passaporte: 15AP93511 País: FRANÇA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º)

Processo: 47039013324202177 Requerente: S RIKO AUTOMOTIVE HOSE TECALON BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: MASAHIRO NOZUE Data Nascimento: 22/12/1976 Passaporte: TZ0830628 País: JAPÃO;

Processo: 47039013403202188 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: KEI MINOHARA Data Nascimento: 29/11/1966 Passaporte: TZ1190110 País: JAPÃO; e

Processo: 47039013509202181 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MUHAMMAD ZULFADLI BIN MOHAMED SHARIF Data Nascimento: 09/02/1985 Passaporte: K1038563K País: SINGAPURA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039012712202131 Requerente: MARNOBRE IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PESCADOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FERNANDO MANUEL CACHIDE ROLDÃO Data Nascimento: 24/09/1971 Passaporte: CB800952 País: PORTUGAL; e

Processo: 47039013168202144 Requerente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANCISCO JAVIER GIMENO ALCALÁ Data Nascimento: 09/01/1964 Passaporte: XDD443328 País: ESPANHA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039012546202172 Instituição: IGREJA MISSAO PALAVRA DA VIDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DONGJUN KIM Data Nascimento: 15/04/1991 Passaporte: M55396526 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039012564202154 Requerente: MEDICOS SEM FRONTEIRAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VALERIA REYES CORONA Data Nascimento: 19/01/1984 Passaporte: G25035223 País: MÉXICO.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039011915202118 Requerente: DAHUA TECHNOLOGY BRASIL COMERCIO E SERVICOS EM SEGURANCA ELETRONICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XINYU HAN Data Nascimento: 05/01/1997 Passaporte: E99428648 País: CHINA; e

Processo: 47039012833202182 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ISMAIL CHOUITI Data Nascimento: 01/09/1991 Passaporte: 18CH32619 País: FRANÇA.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039012245202149 Requerente: S S ACADEMIA SPORT CLUBE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: YAVIR KADIR WHITE QUINTERO Data Nascimento: 10/02/2003 Passaporte: PA0744060 País: PANAMÁ Mãe: YANITZE DAMARIS QUINTERO BROOKS Pai: JAIRO ARIEL WHITE JEFF; e

Processo: 47039013295202143 Requerente: ASSOCIACAO RECREATIVA UNIDOS DO CRUZEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AARON IBILOLA Data Nascimento: 10/12/1997 Passaporte: B0572930 País: BENIN Mãe: SALOME AGBADJE Pai: GABRIEL IBILOLA.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018

Processo: 47039012270202122 Requerente: FAEZEH PASANDIDEH Prazo: Indeterminado Imigrante: FAEZEH PASANDIDEH Data Nascimento: 09/11/1989 Passaporte: W53621291 País: IRÃ Mãe: MARYAM HEYDARI Pai: HAMID REZA PASANDIDEH.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039013589202175 Requerente: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JORGE DUEÑAS DE GALARZA Data Nascimento: 16/10/1962 Passaporte: PAE756130 País: ESPANHA Mãe: MARIA BEGOÑA Pai: Não informado; e

Processo: 47039013824202117 Requerente: SYSTEM GLASS TECNOLOGIA EM VIDROS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUSTO SUAREZ LOMBARDERO Data Nascimento: 04/07/1964 Passaporte: PAF950787 País: ESPANHA Mãe: JOSEFA LOMBARDERO FERNANDEZ Pai: JUSTO SUAREZ GUERRA.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039013245202166 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GILLES CASIMIR GOLINSKI Data Nascimento: 15/09/1965 Passaporte: 13FV11702 País: FRANÇA Mãe: Hedwige Ciegelska Pai: Casimir Golinski;

Processo: 47039013300202118 Requerente: EXXONMOBIL EXPLORACAO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stuart Colin Brezger Data Nascimento: 28/04/1990 Passaporte: 565782819 País: EUA Mãe: Jennifer Ann Streb Pai: Ralph Kelly Brezger II;

Processo: 47039013647202161 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCELLO STAGI Data Nascimento: 02/01/1966 Passaporte: YA6694597 País: ITÁLIA Mãe: RENATA MICELI Pai: RENZO STAGI;

Processo: 47039013650202184 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO MAZZONI Data Nascimento: 20/09/1974 Passaporte: YB3178960 País: ITÁLIA Mãe: ENRICA LENA Pai: ANGELO MAZZONI;

Processo: 47039013716202136 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JASON PETER FOWNES Data Nascimento: 14/09/1977 Passaporte: GF329427 País: CANADÁ Mãe: Carol-Ann Fownes Pai: Eric Charles Fownes;

Processo: 47039013739202141 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KARL MAGNUS SAMUELSSON Data Nascimento: 20/07/1966 Passaporte: 96136695 País: SUÉCIA Mãe: ELISABET BARBRO KATARINA SAMUELSSON Pai: KARL INGE SAMUELSSON; e

Processo: 47039013784202103 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERT MATTIAS GUSTAVSSON Data Nascimento: 12/03/1993 Passaporte: 97911117 País: SUÉCIA Mãe: ANN CHRISTIN GUSTAVSSON Pai: NILS MATTIAS GUSTAVSSON.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039013516202183 Requerente: ESSECO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Francesco Rumoro Data Nascimento: 11/03/1963 Passaporte: YB1435046 País: ITÁLIA Mãe: Franceschina Scarpino Pai: Antonio Rumoro.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039011680202156 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KEDAR ARVIND BHAVE Data Nascimento: 26/04/1976 Passaporte: Z3617312 País: ÍNDIA Mãe: SMITA ARVIND BHAVE Pai: ARVIND NARAYAN BHAVE;

Processo: 47039012522202113 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/07/2023 Imigrante: Jerwin Guisando Agunday Data Nascimento: 13/01/1986 Passaporte: P1433532A País: FILIPINAS Mãe: Dioscora Guisando Agunday Pai: Benjamin Villa Agunday;

Processo: 47039013397202169 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREJS FOMINS Data Nascimento: 07/06/1975 Passaporte: LV6240726 País: LETÔNIA Mãe: GALINA FOMINA Pai: JEVGENIJS FOMINS;

Processo: 47039013404202122 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: LUIS JR. OLIVEROS PASCUAL Data Nascimento: 06/11/1983 Passaporte: P5122694B País: FILIPINAS Mãe: EUFEMIA PRINCIPE OLIVEROS Pai: LUIS PAYAWAL PASCUAL;

Processo: 47039013638202170 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/07/2023 Imigrante: JENS KRISTIAN BOGELUND MADSEN Data Nascimento: 03/03/1959 Passaporte: 211049694 País: DINAMARCA Mãe: TOVE BØGELUND MADSEN Pai: THORKILD BØGELUND MADSEN;

Processo: 47039013689202100 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Audun Idar Dekkerhus Data Nascimento: 01/03/1983 Passaporte: 33496962 País: NORUEGA Mãe: Aud Marie Dekkerhus Pai: Idar Dagfinn Dekkerhus;

Processo: 47039013690202126 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Bartosz Kot Data Nascimento: 08/04/1981 Passaporte: EK3866917 País: POLÔNIA Mãe: Bernadeta Gabriela Kot Pai: Czeslaw Kot;

Processo: 47039013693202160 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Jukka Aleksi Hovi Data Nascimento: 19/09/1980 Passaporte: FP3223065 País: FINLÂNDIA Mãe: Leena Irmeli Hovi Pai: Heimo Kalevi Hovi;

Processo: 47039013695202159 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Stuart Andrew Towill Data Nascimento: 23/02/1984 Passaporte: 576369486 País: GRÃ BRETANHA Mãe: HELEN CAROLINE TOWILL Pai: JOHN LEE TOWILL;

Processo: 47039013886202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: MATTEO MARASCO Data Nascimento: 08/05/1992 Passaporte: YB7655750 País: ITÁLIA Mãe: AGNESE AMALIA MARIA OSTI Pai: NICOLA MARASCO; e

Processo: 47039013907202106 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 24/11/2021 Imigrante: JAMES GREGORY BOWEY Data Nascimento: 27/12/1966 Passaporte: 556780480 País: GRÃ BRETANHA Mãe: ANGELA MARILYN BOWEY Pai: GREGORY BOWEY.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 20/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039012059202118 Requerente: Samira afzal Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: Samira afzal Data Nascimento: 26/04/1986 Passaporte: E96097546 País: IRÃ Mãe: FATMEH MARGHOOSI Pai: JAVAD AFZAL.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039011779202158 Requerente: CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: KAIHANG ZHANG Data Nascimento: 26/01/1988 Passaporte: PE1427037 País: CHINA Mãe: HAIQIN YANG Pai: MIN ZHANG;

Processo: 47039012155202158 Requerente: EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRANEAS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Nelson Jorge Simão Daniel Data Nascimento: 12/06/1979 Passaporte: CA413240 País: PORTUGAL Mãe: Lurdes Simão Jorge Pai: Sabino Daniel Maria;

Processo: 47039012599202193 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Martin Krajcovic Data Nascimento: 08/10/1976 Passaporte: BF9687657 País: ESLOVÁQUIA Mãe: Maria Krajcovicova Pai: Karol Krajcovic;

Processo: 47039012925202162 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HAIYAN ZHAO Data Nascimento: 14/07/1963 Passaporte: E25999833 País: CHINA Mãe: XIURONG MA Pai: LIANSHENG ZHAO;

Processo: 47039013208202158 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GUANGYU DU Data Nascimento: 18/05/1984 Passaporte: E55202367 País: CHINA Mãe: JU ZHANG Pai: SUITAI DU;

Processo: 47039013287202105 Requerente: SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG Prazo: Indeterminado Imigrante: Martin Baer Data Nascimento: 11/03/1968 Passaporte: X7589852 País: SUIÇA Mãe: Verena Baer Pai: Ernst Baer;

Processo: 47039013347202181 Requerente: MGN HOTEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JAVIER ALEJANDRO LOPEZ DIAZ Data Nascimento: 03/06/1982 Passaporte: AAG588106 País: ESPANHA Mãe: MARIA DE FATIMA DIAZ DIAZ Pai: ANTONIO LOPEZ RIVAS;

Processo: 47039013571202173 Requerente: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP FUNCAMP Prazo: Indeterminado Imigrante: MASOUD MALEKI Data Nascimento: 23/03/1987 Passaporte: L53378451 País: IRÃ Mãe: TAHEREH RAJABI Pai: GOLHOSSEIN MALEKI;

Processo: 47039013618202107 Requerente: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Christophe Jacques Joseph Rousset Data Nascimento: 01/04/1964 Passaporte: 17FV19776 País: FRANÇA Mãe: Esther Jeanne Chapelot Pai: Paul Antoine Marcel Rousset;

Processo: 47039013619202143 Requerente: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Eva Maria Perez-Prat Vinuesa Data Nascimento: 09/02/1964 Passaporte: XDB285237 País: ESPANHA Mãe: Maria de la Estrella Vinuesa Pai: Francisco de Asis Perez Prat;

Processo: 47039013634202191 Requerente: CPFL COMERCIALIZACAO BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: HAOBING LI Data Nascimento: 22/10/1983 Passaporte: PE1715043 País: CHINA Mãe: MIN HOU Pai: SHUMIN LI;

Processo: 47039013635202136 Requerente: SISNERGY - SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LOUIS THEO MAUBERT REYNIER Data Nascimento: 08/11/1992 Passaporte: 13AP99338 País: FRANÇA Mãe: VERONIQUE JEANNE YVONNE REYNIER Pai: PIERRE CLAUDE MARIE MAUBERT;

Processo: 47039013664202106 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Kenta Morii Data Nascimento: 15/02/1982 Passaporte: TK8670657 País: JAPÃO Mãe: Fusayo Morii Pai: Kaoru Morii;

Processo: 47039013681202135 Requerente: NIAGRO NICHIREI DO BRASIL AGRICOLA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SATOSHI HIRANO Data Nascimento: 09/08/1983 Passaporte: TR5938218 País: JAPÃO Mãe: YOKO HIRANO Pai: KOICHI HIRANO;

Processo: 47039013699202137 Requerente: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: LUIGI MORA Data Nascimento: 07/10/1984 Passaporte: YB2423306 País: ITÁLIA Mãe: ADELAIDE PERLETTI Pai: GIOVANNI MORA; e

Processo: 47039013744202153 Requerente: ALLIANZ SEGUROS S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: SARA COELHO SERRANO Data Nascimento: 26/11/1990 Passaporte: CB525330 País: PORTUGAL Mãe: Maria Teresa Castanheira Coelho Pai: Pedro Palmeirim Serrano.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039011862202127 Instituição: INSTITUTO JESUS MARIA JOSE Prazo: Indeterminado Imigrante: LUCIA DOMINGAS CAMUMDONGO CATIVA Data Nascimento: 08/02/1998 Passaporte: N2289012 País: ANGOLA Mãe: MADALENA FRANCISCA CAMUMDONGO Pai: EUSEBIO CATIVA;

Processo: 47039011969202175 Requerente: FRED OPIYO OKUMU Prazo: Indeterminado Imigrante: FRED OPIYO OKUMU Data Nascimento: 05/11/1987 Passaporte: BK044020 País: QUÊNIA Mãe: MARY ADHIAMBO ODIRA Pai: POLLYCARP OKUMU OBUYA;

Processo: 47039011992202160 Instituição: INSTITUTO JESUS MARIA JOSE Prazo: Indeterminado Imigrante: ANASTACIA FRANCISCO SOZINHO Data Nascimento: 25/06/1995 Passaporte: 15AL54458 País: MOÇAMBIQUE Mãe: FLORINDA ANTONIO Pai: FRANCISCO SOZINHO;

Processo: 47039012004202108 Instituição: INSTITUTO JESUS MARIA JOSE Prazo: Indeterminado Imigrante: ELISA LUÍS VASCO CACULO Data Nascimento: 21/05/1998 Passaporte: N2288946 País: ANGOLA Mãe: DOMINGAS PEDRO LUÍS Pai: MARIO JOSÉ VASCO CACULO;

Processo: 47039012572202109 Requerente: ZIMRI JAMLEC VENEGAS SILVA Prazo: Indeterminado Imigrante: zimri Jamlec Venegas Silva Data Nascimento: 10/07/1981 Passaporte: P18305659 País: CHILE Mãe: maria cristina silva naranjo Pai: sergio elizardo venegas troncoso; e

Processo: 47039013743202117 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS SERVAS NA VISITACAO NO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: JENIFFER KAVENE KANUVI Data Nascimento: 20/09/1991 Passaporte: A1591954 País: QUÊNIA Mãe: MARGARET KATIWA LUCAS Pai: BENJAMIN KANUVI MUTUVA.

CONCOMITÂNCIA

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante KODAI KIMURA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SOCIEDADE COMERCIAL TOYOTA TSUSHO DO BRASIL LTDA. Processo: 47039.011331/2021-34, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.003654/2021-54.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante SILVINA MIRABELLA a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na CAMPO VISUAL PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.012256/2021-29, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000233/2021-71.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ZONGXIN ZHANG a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Vice-Presidente na SILVANIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Processo: 47039.013309/2021-29, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.019057/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante YUSHENG WANG a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Vice-Presidente na STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A. Processo: 47039.013808/2021-16, anteriormente autorizado através do Processo 47039.019057/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante DAISUKE HORI a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na JAPAO BRASIL MINERIO DE FERRO PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.013889/2021-54, anteriormente autorizado através do Processo 47039.004441/2021-40.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante SOICHI NISHIHARA a exercer concomitantemente o cargo de Conselheiro de Administração na CONCESSIONARIA DA LINHA 4 DO METRO DE SAO PAULO S.A. Processo: 47039.013937/2021-12, anteriormente autorizado através do Processo 47039.004079/2020-26.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039010509202120 Requerente: LIN YING Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAN LUQI Passaporte: E04961999;

Processo: 47039011282202130 Requerente: RESTAURANTE AGHA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALI ABDALLAH Passaporte: LR1159602;

Processo: 47039011284202129 Requerente: RESTAURANTE AGHA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HASSAN JOMAA Passaporte: LR1837781;

Processo: 47039011413202189 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL CRUZ RODRIGUEZ Passaporte: G30120844;

Processo: 47039011415202178 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JONATAN DAVID ACEVEDO HERNANDEZ Passaporte: G26504698;

Processo: 47039013661202164 Requerente: Enrique Alvarez Castro Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ENRIQUE ALVAREZ CASTRO Passaporte: PHA389614;

Processo: 47039010360202189 Requerente: PIERRE LAURENT ANDRE MARIE BOULLAIS Prazo: Indeterminado Imigrante: PIERRE LAURENT ANDRE MARIE BOULLAIS Passaporte: 18DC52871;

Processo: 47039009332202119 Requerente: SUAREZ ENTRETENIMENTO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Carlos De Leon Dominguez Passaporte: G28365338;

Processo: 47039009336202105 Requerente: SUAREZ ENTRETENIMENTO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Manuel de Jesus Flores Ramos Passaporte: A03190133;

Processo: 47039009339202131 Requerente: SUAREZ ENTRETENIMENTO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Francisco Humberto Perez Hernandez Passaporte: B03614634;

Processo: 47039009346202132 Requerente: SUAREZ ENTRETENIMENTO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alfredo Hernandez Vazquez Passaporte: G3179556;

Processo: 47039012447202191 Requerente: IWRC BRASIL CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHAEL FRANK MAGGIO Passaporte: 561447495;

Processo: 47039004813202138 Requerente: GOLDEN IMEX EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEYED VAHID SAJJADI SHENDI Passaporte: Z43128284;

Processo: 47039009000202134 Requerente: MIGUEL FERREIRA D AGORRETA D ALPUIM Prazo: Indeterminado Imigrante: MIGUEL FERREIRA D'AGORRETA D'ALPUIM Passaporte: PCPRTCA068599;

Processo: 47039011925202145 Requerente: COMERCIAL DE CEREAIS TIO ZE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nhin-na Nambera Passaporte: C00098772;

Processo: 47039012107202160 Requerente: PANDA TECIDOS EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Youjun Zhu Passaporte: EF1858335;

Processo: 47039013361202185 Requerente: EP2C ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LUDOVIC ROGER FONTANILLE Passaporte: 14CP34964;

Processo: 47039012384202172 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marzieh Kadivar Passaporte: R44566432;

Processo: 47039011967202186 Requerente: FRED OPIYO OKUMU Prazo: 10 Ano(s) Imigrante: FRED OPIYO OKUMU Passaporte: BK044020; e

Processo: 47039013730202130 Requerente: E3 CYBERSECURITY SOLUTIONS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rene Guido Steg Passaporte: X2199571.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

**RETIFICAÇÕES**

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 51, de 17/03/2021, Seção 1, página 216, Processo: 47039.004162/2021-86, onde se lê: Mãe: BARBARA MARTHA NEECE, leia-se: Mãe: BARBARA MARTHA GEREN.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 64, de 07/04/2021, Seção 1, página 84, Processo: 47039.003612/2021-13, onde se lê: Mãe: ARLETE PONTES PARREIRA BATISTA, leia-se: Mãe: MARIA ARLETE PONTES PARREIRA BATISTA.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 113, de 18/06/2021, Seção 1, página 90, Processo: 47039.009767/2021-63, onde se lê: Mãe: MOIRA ELIZABETH MORRICE, leia-se: Mãe: MOIRA ELIZABETH GLOVER.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 156, de 18/08/2021, Seção 1, página 216, Processo: 47039.012812/2021-67, onde se lê: Mãe: MAGDALENA MERRIL BUIL MORAIS SARMENTO, leia-se: Mãe: MAGDALENA MERRILL BUIL DE MORAIS SARMENTO.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 145, de 03/08/2021, Seção 1, página 39, Processo: 47039.009841/2021-41, onde se lê: Mãe: DEBORAH OLUREMI ORISAWAYI; Pai: JOHNSON OLUKAYODE ORISAWAYI, leia-se: Mãe: OLUKAYODE ORISAWAYI; Pai: OLUREMIKUN ORISAWAYI.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 145, de 03/08/2021, Seção 1, página 39, Processo: 47039.009849/2021-16, onde se lê: Mãe: DANIELLE IRENE LAPORTE; Pai: CHRISTIAN JEAN-LOUIS LAPORTE, leia-se: Mãe: DANIELLE IRENE MARGUERITTE THEZE; Pai: CHRISTIAN JEAN LOUIS ELIE LAPORTE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 123, de 02/07/2021, Seção 1, página 73, Processo: 47039.009814/2021-79, onde se lê: Pai: RONLAD WAYNE HEISER, leia-se: Pai: RONALD WAYNE HEISER.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 82, de 04/05/2021, Seção 1, página 94, Processo: 47039.007351/2021-19, onde se lê: Imigrante: PRZEMYSLAW WOJCIECH PRUNCAL, leia-se: Imigrante: PRZEMYSLAW WOJCIECH PRUCNAL.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 138, de 23/07/2021, Seção 1, página 78, Processo: 47039.009508/2021-32, onde se lê: Imigrante: WEE WEN WONG, leia-se: Imigrante: WONG WEE WEN.

## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

**PORTARIA Nº 3.702, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

GEANE RODRIGUES DE SOUZA que passou assinar GEANE RODRIGUES WINDT, nascida em 30 de junho de 1972, filha de Luzia Alves de Souza e de Antônio Rodrigues de Souza, adquirindo a nacionalidade Austríaca, (Processo nº 08000.023737/2021-45);

ROBERTA VICENTE BONFIM, nascida em 19 de abril de 1985, filha de Roberto Marques Bonfim e de Dalva Vicente Marques Bonfim, adquirindo a nacionalidade Holandesa, (Processo nº 08018.024217/2021-61) e;

ERICA BELCHIOR GOMES DE MATOS, nascida em 19 de janeiro de 1981, filha de José Virgílio Gomes de Matos e de Lília Belchior Gomes de Matos, adquirindo a nacionalidade Holandesa, (Processo nº08018.017128/2021-68).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.703, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.020829/1997-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PABLO ALVAREZ COHN ou PABLO DANIEL RODRIGUES VERA ou PABLO KOW ALVAREZ ou PAULO ALVAREZ COHN ou PAULO COHN VAZQUEZ ou PAULO GUIMARÃES ou PAULO FERREIRA GUIMARÃES ou JORGE TAVARES ou PABLO KON DAMBROSIO, de nacionalidade uruguaia, filho de Oswaldo Felix Tavarez e de Olga Ana Maria Cohn, nascido em Montevidéu, na República Oriental do Uruguai, em 26 de setembro de 1957, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (catorze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.704, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001738/2017-63, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Revogar a Portaria nº 433, de 19 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de CRISTIANO MIGUEL MATOS DA SILVA, de nacionalidade portuguesa, filho de Armando José Rodrigues da Silva e de Maria Isabel Matos Brás da Silva, nascido em Lisboa, na República Portuguesa, em 22 de março de 1990, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "b", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.705, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI ABDULATI ALI NAJI - G185440-N, natural da Líbia, nascido em 26 de novembro de 1981, filho de Abdulati Ali Naji e de Omlkhayr Salih Mohammed Alshantah, residente no estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0083903/2021);

ANAAM SHAMMAS - G379086O, Natural da Síria, nascida em 01 de abril de 1969, filha de Elias Shammas e Seda Sarkis, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0005190/2020);

CHEIKH DIOUF - G169532A, Natural do Senegal, nascido em 23 de dezembro de 1985, filho de Maissa Diouf e Ramate Wade, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0011227/2020);

MOHAMAD RIDA ABDALLAH - G355077-K, Natural do Líbano, nascido em 27 de setembro de 1995, filho de Ali Abdallah e Sahar Safawi, residente no Estado do Paraná (Processo 235881.0014343/2020) e

NADIM DABOUL - G229895-S, natural da Síria, nascido em 06 de maio de 1988, filho de Mariam Daboul e de Mtanus Daboul, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0037606/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.706, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ASANA ADAM - F350996-D, natural de Gana, nascido em 20 de agosto de 2011, filho de Mohammed Adam e de Karia Iddris, residente no estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0095075/2021).

DANIEL JESUS MARTINEZ MATA - F113752-R, natural da Venezuela, nascido em 18 de fevereiro de 2011, filho de Elio Daniel Martinez Rodriguez e de Edlyvia Maura Mata de Martinez, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0092250/2021);

JEAN WILDO MOISE LEONARD - F233824-9, natural do Haiti, nascido em 10 de fevereiro de 2016, filho de Wilfrance Leonard e de Fabienne Vil, residente no estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0092260/2021);

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.707, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CHARLES MULAMBA MEBA - G202932-L, natural da República do Congo, nascido em 24 de abril de 1980, filho de Meba Yincnt e de Pemba Madelene, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.001719/2020-41);

NADIM ZAHLAN- G222572-D, natural da Síria, nascido em 08 de março de 1994, filho de Jameel Zahlan e de Najah Salha, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.009560/2020-11);

NATALI ALRACHID - G075378-F, natural da Síria, nascida em 01 de março de 2001, filha de Jima Shadid e de Simoun Alrachid, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.010102/2020-16);

RUBA NAJJAR - F009274-K, natural da Síria, nascida em 01 de janeiro de 1996, filha de Mohamad Najjar e de Rajaa Zahri, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.008229/2020-75) e

TERESA FRANCISCO NGABITO - G204202-B, natural Angola, nascida em 11 de novembro de 1983, filha de Lorenco Ngabito e de Madalena Mubatica, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08460.000615/2020-82).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.708, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

IVER ANEZ MOLINA - V081375-Q, natural da Bolívia, nascido em 05 de dezembro de 1974, filho de Adolfo Anez Salvatierra e de Mirian Molina Mercado, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.007546/2019-35);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 3.709, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

BHERLANDES MIRAND - G361080-8, natural da República do Haiti, nascido em 23 de abril de 2015, filho de Jean Sony Mirand e de Cassandra Pierre, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08712.000348/2020-34);

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**DESPACHOS**

Despacho nº 3197/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0106184/2021
Interessado: MOHAMMAD MUSABBI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 70 da Lei 13.445/2017 combinado com o disposto no Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3199/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: FARAH JN BAPTISTE
Processo: 235881.0025974/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3201/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0024902/2021
Interessada: Ana Karina Coria Prieto

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente apresentação de documentação complementar, e não foi apresentado, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 3202/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0023499/2021
Interessado: MODOU FAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 04 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 3203/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0021102/2021
Interessada: ALEXANDRINE DEICIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, e sem histórico escolar, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3204/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0019114/2020
Interessado: JEAN WESLEY BONHOMME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado pelo tempo mínimo de 4 anos, bem como, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3205/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0017958/2020
Interessado: EVENS ISTAL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3207/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: Emmanuella Mawunya Siki
Processo nº: 235881.0017090/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3208/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0016996/2020
Interessado: DAPHNEY PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3209/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: DESJUSTES LALANNE
Processo: 235881.0015095/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3210/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0014931/2020
Interessado: ABDALLAH ABBAS MOHAMMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3211/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: SANON WOOD-MYCOV PAUL-AIME
Processo nº: 235881.0012632/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3212/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: SCHEEDNEY AMELKA PAUL AIME
Processo nº: 235881.0012626/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3213/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: CARLOS VITORINO AFONSO
Processo: 235881.0011808/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 01(um) ano de residência por prazo indeterminado, portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 c/c inciso III, art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 3228/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MIGUEL MATEUS
Processo: 235881.0011193/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 01 (um) ano de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65 c/c inciso III do art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 3229/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0010493/2020
Interessado: ROLAND JEAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não legalizou a certidão de antecedentes criminais emitido pelo país de origem e apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3230/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0006880/2020
Interessado: AMIR ZOUEIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3237/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: SHEREEN ALHAJ ABDO
Processo: 235881.0005432/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a requerente a apresentação dos documentos: Carteira de Registro Nacional Migratório, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual; passaporte completo, Certificado de que sabe comunicar-se em língua portuguesa acompanhado do histórico, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3238/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido de naturalização
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0004925/2020
Interessado: Merantus Mintus

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação dos documentos exigidos para análise do pedido, o qual não foi apresentado, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº
3240/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101333/2021
Interessado: SELENIA MONTAÑO ARAMAYO PIMENTEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui Certificado de Naturalização Provisória, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017 e Art. 246, §2º do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3241/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0097864/2021.
Interessado: Olene Joseph Jean Louis.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui Certificado Provisório de Naturalização, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 246, §2º do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3242/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0097789/2021
Interessado: Admon Joseph

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não possui certificado de provisório de naturalização, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017 e Art. 246, §2º do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 3243/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MOHAMMED HUSHAM AWADELSSIED ALI
Processo naturalizar-se nº: 235881.0003529/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, indefere o pedido pelo não cumprimento do art. 70 da Lei 13.445/2017 combinado com o Parágrafo único do Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3193/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Equitania da Silva
Processo: 08230.009239/2018-81

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 3191/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Diego Reynaldo Padilla Grageda
Processo: 08320.001455/2020-93

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 2840/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ETIENNETTE JANETTE BOSETTO
Processo: 08255.008135/2020-95

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem e a apresentação da certidão da Justiça Federal, que não foram apresentadas até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3137/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RAMATOULAYE TUTSHUMU MOKANDA
Processo: 08460.001013/2020-42

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa conforme previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e a requerente não o apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

## DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

### DESPACHOS

Declara que o correto no nome da genitora de EUSÉBIO JOÃO VIEIRA, incluído na Portaria Naturalização nº 3.610 de 30 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 02 de agosto de 2021, é FINA SÁ, e não como constou. Processo nº 08270.008830/2020-69

Declara que o correto no nome da genitora de DIONISIA IÉ, incluído na Portaria Naturalização nº 3.610 de 30 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 02 de agosto de 2021, é DOMINGAS DJU, e não como constou. Processo nº 08270.008812/2020-87

Declara que o correto no nome da genitora de LARA ELIZABETH BAPTISTA SEQUEIRA LOPES, incluído na Portaria Naturalização nº 214 de 26 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2020, é ARCA MARIA BAPTISTA BAGVANGY, e não como constou. Processo nº 08505.021022/2019-52

Declara que o correto número da Portaria de Naturalização no nome de MUHAMMAD ANWAR, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2021, é PORTARIA DE NATURALIZAÇÃO Nº 2.871 de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2020, e não como constou. Processo nº 08280.002847/2020-93

Declara que a exata data de nascimento de GLORIA MABEL BENITEZ DE EVANGELISTA, incluído na Portaria da SNJ nº 3.359, de 8 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2021, é 29 abril de 1980 e não como constou. Processo nº 08339.000184/2020-50

Declara que MARBEL KATHERINE HERBAS VACA, incluído na Portaria de Naturalização nº 3.513, de 9 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2021, é natural da BOLÍVIA, e não como constou. Processo nº 08444.001004/2020-50

Declara que a correta data de nascimento e a correta grafia do nome do genitor de KARLA ELIZABETH CASTILLO FLORES, incluída na Portaria Naturalização nº 183, de 24 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2019, é 20 de março de 1988 e o nome correto de seu genitor é Eduardo Castillo Plasencia, e não como constou. Processo nº 08490.000425/2020-16

Em atenção ao pedido datado de 26 de julho de 2021, objeto do Processo nº 08000.022396/2021-91, CERTIFICO que consta desta Divisão de Nacionalidade e Naturalização, o seguinte registro: "Portaria n.º 307, de 26 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2017 - O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria n° 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, resolve: conceder naturalização, na conformidade do art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo II1, da Lei n° 6.815/1980, com redação dada pela Lei n° 6,964/1981, regulamentada . pelo decreto n° 86.715/1981, alterado pelo Decreto n° 8.757/2016, a LI SIYUAN - V371438-D, natural da China, nascida em 19 de setembro de 1987, filha de Li Xiangqian e de Ma Liling, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil" Processo n.º 08508.007720/2015-91. CERTIFICO ainda que, LI SIYUAN, passou a assinar LI SIYUAN WADA, por haver contraído matrimônio com DANILO TADAO WADA, aos 26 de junho de 2021, conforme Certidão expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1° Subdistrito da Sede Oscar Paes de Almeida Filho - Oficial, Município e Comarca Ribeirão Preto - SP, matrícula nº 121467 01 55 2021 2 00305 140 0049439 14. Processo nº 08000.022396/2021-91

Declara que a correta grafia do nome do genitor de OSNERSON OSSE, incluído na Portaria Naturalização nº 3.328 de 27 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2021, é OSNER OSSE e não como constou. Processo nº 08018.025154/2021-60

Declara que a exata data de nascimento de MARILU PILAR CAZORLA MENDOZA, incluído na Portaria da SNJ nº 2.685, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2020 é 26 de abril de 1970 e não como constou. Processo nº 08084.005146/2021-11

Declara que, MARBEL KATHERINE HERBAS VACA, incluída na Portaria nº 3.513, de 9 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2021, é natural da Bolívia, e não como constou. Processo nº 08000.023529/2021-46

Declara que a correta grafia do nome dos genitores de SAJAD SALAMI, incluída na Portaria da nº 329, de 12 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2019, é Saifollah Salami e Seddigheh Ghaffarian, e não como constou. Processo nº 08018.025204/2021-17

Declara que os nomes dos genitores de NDIOGOU DIENE, incluída na Portaria Naturalização nº 316, de 04 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2020, são Mbaye Diene e Amy Toure e não como constou. Processo nº 08084.005035/2021-05.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
## COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

### PORTARIA Nº 1.015, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ROUBANDO CARROS (STEALING CARS, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Rachel Winter/Dan Keston
Diretor(es): Bradley Kaplan
Distribuidor(es): Sony Pictures Releasing Of Brasil, Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.005462/2018-62
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA Nº 1.016, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: ARROW 7ª TEMPORADA (ARROW SEASON 7, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Berlanti Productions/DC Entertainment/Warner Bros. Televison
Diretor(es): James Bamford
Distribuidor(es): WARNER
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Atos criminosos
Processo: 08017.000429/2020-81
Requerente: SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO (SBT)

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA Nº 1.017, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: THE GOOD DOCTOR: O BOM DOUTOR - 3ª TEMPORADA (THE GOOD DOCTOR - SEASON III, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): David Shore/David Kim/Sebastian Lee/Mike Listo/Daniel Dae Kim
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000624/2021-92
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.018, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: MESTRE DO SABOR - 3ª TEMPORADA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Aída Silva/Luis Paulo Simonetti/Gabriela Zambroni/Felipe Ayala
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Reality Show/Culinária
Classificação Atribuída: livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000666/2021-23
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.019, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: CORAÇÃO DE NORONHA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.
Diretor(es): Rodrigo Vasconcelos Salomon
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Cultura
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000710/2021-03
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.020, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: HERVOLUTION KONDZILLA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Kondzilla Filmes Ltda.
Diretor(es): Marcello Tamaro
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Variedades
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000873/2021-88
Requerente: TV ÔMEGA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.021, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PAIXÃO RADICAL (LOVE ON THE SLOPES, Canadá / Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Oliver de Caigny
Diretor(es): Paul Ziller
Distribuidor(es): DISNEY
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Romance
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001064/2021-93
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.022, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ROUBAR É UMA ARTE - VERSÃO EDITADA (THE ART OF THE STEAL, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Nicholas Tabattok
Diretor(es): Jonathan Sobol
Distribuidor(es): SONY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001074/2021-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.023, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PISEIRO (Brasil - 2021)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Izabel Carvalho
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001232/2021-41
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.024, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: INTERROMPEMOS A PROGRAMAÇÃO (PRIME TIME, Polônia - 2021)
Diretor(es): Jakub Piatek
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001288/2021-03

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.025, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: RUA DO MEDO: 1978 - PARTE II (FEAR STREET: PART II - 1978, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Leigh Janiak
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 23 (vinte e três) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08017.001398/2021-67

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.026, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: OS CAMINHOS DO MEU PAI (Brasil - 2021)
Produtor(es): Dezenove Som e Imagens Produções Ltda - EPP
Diretor(es): Mauricio Barros Osaki/Jussara Nunes da Silveira
Distribuidor(es): CUP FILMES - IVAN CARLOS DE MELO PRODUÇÕES CULTURAIS ME
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001420/2021-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.027, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MADRE CABRINI (Itália - 2019)
Produtor(es): Cristiana Video
Diretor(es): Daniella Gurrieri
Distribuidor(es): Alberto Bitelli International Films Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama/Biografia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001422/2021-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.028, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PARQUE OESTE (Brasil - 2019)
Produtor(es): Goyaz Filmes/Violeta Filmes
Diretor(es): Fabiana Assis
Distribuidor(es): DESCOLONIZA FILMES
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001430/2021-12
Requerente: DESCOLONIZA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.029, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: IMORTAIS DA ACADEMIA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Giros Projetos Audiovisuais Ltda.
Diretor(es): Belisario Franca
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas , Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001456/2021-52
Requerente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.030, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: NO CAMINHO DO BEM (Brasil - 2016)
Produtor(es): Giros Projetos Audiovisuais Ltda.
Diretor(es): Barbara Kahane/Belisario Franca
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001457/2021-05
Requerente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.031, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: NONNA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Ana Paula Mendes
Diretor(es): Maria Augusta V. Nunes
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Drama/Infantil
Classificação Atribuída: livre
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.001537/2021-52
Requerente: NOVELO FILMES PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA ME

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.032, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: DEMAIS PARA MIM (SUL PIÙ BELLO, Itália - 2020)
Diretor(es): Alice Filippi
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001609/2021-61

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.033, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CTHULHU PULP (PULP CTHULHU, Brasil - 2021)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Detetive/histórico/fantasia/ficção científica/sobrenatural/terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência Extrema
Processo: 08017.001539/2021-41
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.034, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: NARAKA: BLADEPOINT (China - 2021)
Produtor(es): 24 ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): 24 ENTERTAINMENT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Luta
Plataforma: Computador PC/PlayStation 5
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001592/2021-42

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA Nº 1.035, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A CHORONA (LA LLORONA, Guatemala - 2019)
Produtor(es): El Ministerio de Cultura Y Deportes de Guatamala/La Casa de Production/Les Films du Volcan
Diretor(es): Jayro Bustamante
Distribuidor(es): ELITE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001577/2021-02
Requerente: ENCRIPTA S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

### COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

**RETIFICAÇÃO**

Na Ata da 247ª Sessão Ordinária de Distribuiçãorealizada em 18 de Agosto de 2021, publicado em: 20/08/2021; Edição: 158; Seção: 1; Página: 42, onde se lê: "ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA", leia-se: "Alexandre Cordeiro Macedo)".

### SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

**DESPACHOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Despacho SG Nº 1220/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004180/2021-56. Requerentes: Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais e Vamos Máquinas e Equipamentos S/A. Advogados: Rabih Nasser e Nathalie Sato. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1231/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004151/2021-94. Requerentes: Roberto Tonietto, Idiomar Zanella, Juliana Zanella Bortolotti, Z-MAP Participações S.A e RodOil Distribuidora de Combustível S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Maria Sampaio e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1232/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004016/2021-49. Requerentes: Sinqia Tecnologia Ltda e Mercer Seguridade Ltda. Advogados: Camilla Paoletti, Lea Jenner de Faria, Anna Cecilia Rostworowski Da Costa Buff, Ademir Antonio Pereira Jr e Yan Villela Vieira. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1234/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004096/2021-32. Requerentes: Ligas de Alumínio S.A. e Janaúba Holding S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão e André Luís Menegatti. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSK
Superintendente-Geral
Substituta

# Ministério de Minas e Energia

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.384 - Processo nº 48500.000143/2020-69. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a EOL Serra da Borborema I, CEG nº EOL.CV.PB.044988-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.400 kW de potência instalada, localizada no município de Areial, estado da Paraíba. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.385 - Processo nº 48500.000158/2020-27. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a EOL Serra da Borborema II, CEG nº EOL.CV.PB.044989-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.600 kW de potência instalada, localizada no município de Pocinhos, estado da Paraíba. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.386 - Processo nº 48500.000157/2020-82. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a EOL Serra da Borborema III, CEG nº EOL.CV.PB.044990-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 37.200 kW de potência instalada, localizada no município de Pocinhos, estado da Paraíba. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.387 - Processo nº 48500.000156/2020-38. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a EOL Serra da Borborema IV, CEG nº EOL.CV.PB.044991-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.400 kW de potência instalada, localizada no município de Pocinhos, estado da Paraíba. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.388 - Processo nº 48500.000155/2020-93. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada a implantar e explorar a EOL Serra da Borborema V, CEG nº EOL.CV.PB.044992-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 37.200 kW de potência instalada, localizada no município de Esperança, estado da Paraíba. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

### RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.414 - Processos nº 48500.000327/2011-38. Interessado: Enel Green Power Modelo I Eólica S.A. Objeto: alterar o término da vigência da outorga da EOL Modelo I, CEG EOL.CV.RN.030787-4.01, com 30.550 kW de potência instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 10.415 - Processos nº 48500.001370/2011-11. Interessado: Enel Green Power Modelo II Eólica S.A. Objeto: alterar o término da vigência da outorga da EOL Modelo II, CEG EOL.CV.RN.030788-2.01, com 25.850 kW de potência instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 10.416 - Processos nº 48500.004382/2011-05. Interessado: Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A. Objeto: alterar o término da vigência da outorga da EOL Pau Ferro, CEG EOL.CV.PE.030805-6.01, com 30.550 kW de potência instalada, localizada no município de Tacaratu, estado de Pernambuco.

Nº 10.417 - Processos nº 48500.004383/2011-41. Interessado: Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A. Objeto: alterar o término da vigência da outorga da EOL Pedra do Gerônimo, CEG EOL.CV.PE.030806-4.01, com 30.550 kW de potência instalada, localizada no município de Tacaratu, estado de Pernambuco.

Nº 10.418 - Processos nº 48500.004384/2011-96. Interessado: Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A. Objeto: alterar o término da vigência da outorga da EOL Tacaicó, CEG EOL.CV.PE.030789-0.01, com 18.800 kW de potência instalada, localizada no município de Tacaratu, estado de Pernambuco.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

### DESPACHO Nº 2.449, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo n. 48500.006025/2020-64, decide conhecer e, no mérito, dar provimento parcial aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Cteep, Interligação Elétrica Pinheiros S.A - IE Pinheiros, Interligação Elétrica Minas Gerais S.A - IE Minas Gerais e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa em face do Despacho n. 386 de 2021, emitido pela Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, para manter, na íntegra, as alterações efetuadas pelo Despacho n. 1.871, de 2021, da SCT.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

### DESPACHO Nº 2.454 , DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001368/2021-13, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Araraquara Transmissora de Energia S.A. - Arte em face da Resolução Autorizativa nº 9.994, de 18 de maio de 2021; e (ii) alterar a redação do Anexo da citada Resolução Autorizativa, de maneira que, onde se lê "500 kV", leia-se "440 kV".

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

### DESPACHO Nº 2.524, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e do Processo nº 48500.000208/2007-82, decide: alterar para 15 de junho de 2024 a vigência do Despacho nº 880, de 18 de abril de 2018, que concedeu o DRS-PCH do aproveitamento Abelardo Luz, com potência de 29.000 kW, localizada no rio Chapecó, integrante da sub-bacia 73, no estado de Santa Catarina, conferido à empresa Energética Abelardo Luz Ltda. e ao Senhor Getuliano Michelin.

RENATO MARQUES BATISTA

### DESPACHO Nº 2.543, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 48500.002235/2021-64. Interessado: Ducoco Produtos Alimentícios S.A. Decisão: Autorizar a empresa Ducoco Produtos Alimentícios S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.426.032/0001-28, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

### DESPACHO Nº 2.549, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 48500.001854/2021-31. Interessada: Rialma Administração e Participações S.A. Decisão: conferir o Registro para elaboração do EVTE da UHE Mirador, cadastrada sob o CEG UHE.PH.GO.046478-3.01, com potência de 106.000 kW, localizada no rio Tocantinzinho, integrante da sub-bacia 20, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 21 de agosto de 2021.

Nº 2.550 - Processo nº: 48500.000564/2019-56. Interessados: Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 11. Unidades Geradoras: UG8, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Riachuelo, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.551 - Processo nº: 48500.001046/2019-50. Interessados: Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 09. Unidades Geradoras: UG10, de 4.200,00 kW. Localização: Municípios de Riachuelo e Ruy Barbosa, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

### DESPACHO Nº 2.553, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.004091/2021-81. Interessado: Na Graça Papelaria e Livraria LTDA, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, e outros. Decisão: Cumprimento de Decisão Judicial no âmbito do processo nº 5007895-83.2017.4.04.7112/RS que contesta pagamento de valores associados a Conta de Desenvolvimento Energético -CDE. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

### DESPACHO Nº 2.544, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada, por meio da Portaria 4.845/2017, e no que consta do processo 48500.003967/2021-71 resolve determinar que a Cemig-D emita, no prazo de 15 dias, novo parecer de acesso para a minigeração distribuída Usina Eólica Santo Antônio considerando os estudos do acessante, empresa Minas de Vento, não podendo imputar-lhe custos além dos indicados nestes estudos.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHO Nº 2.547, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta na Portaria n° 5, de 5 de abril de 2021, do Ministério de Minas e Energia - MME e no Processo nº 48500.000286/2015-11, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento parcial à solicitação da UEG Araucária Ltda. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Araucária, código CEG: UTE.GN.PR.027733-9.01; e (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação do CVU no valor de R$ 1.276,44/MWh (mil e duzentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos por megawatt-hora), para fins de planejamento e programação da operação eletroenergética do SIN, entre 20 de agosto de 2021 e 30 de setembro de 2021, e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para fins de contabilização da geração verificada no referido período.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

### DESPACHO Nº 2.548, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta na Portaria n° 5, de 5 de abril de 2021, do Ministério de Minas e Energia - MME e no Processo nº 48500.002673/2021-22, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Delta Geração de Energia Investimentos e Participações Ltda. para homologação do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE William Arjona, código CEG: UTE.GN.MS.027075-0.01; e (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores constantes na tabela abaixo, para fins de planejamento e programação da operação eletroenergética do SIN, entre 20 de agosto de 2021 e 30 setembro de 2021, e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para fins de contabilização da geração verificada no mesmo período.

| Item homologado, nos termos da Portaria MME n° 5/2021 | Valor |
|---|---|
| CVU (sem a inclusão dos custos fixos) (1) | R$ 2.325,47/MWh |
| Parcela de custo fixo | R$ 118,21/MWh |
| CVU (com a inclusão dos custos fixos) (2) | R$ 2.443,68/MWh |
| Montante de geração necessário à recuperação dos custos fixos | 1.118.247 MWh |

(1) CVU válido após o atingimento do montante de geração para recuperação dos custos fixos.

(2) CVU válido até o atingimento do montante de geração para recuperação dos custos fixos.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

## AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
## SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

**DESPACHO**
Relação nº 382/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa de Vistoria de Fiscalização)/prazo 30(trinta) dias (1.78) JTRANSPORTE E COMÉRCIO SÃO TOMÉ LTDA - 833616/2004- Not. Adm. 1101/2021 - R$ 822,74.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

## COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

**DESPACHO**
Relação nº 107/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Austera Indústria e Comércio de Granito e Basalto Ltda Epp - 810417/20
Basaltear Indústria de Minerais LTDA. - 810693/19
Bem Estar Alimentos Ltda - 810783/17
Central de Britagem Itaúna Ltda - 810316/20
Centro de Ensino Superior Dom Alberto Ltda - 810159/19
Construtora Sultepa sa - em Recuperacao Judicial - 810291/20
Henrique Roman - 810419/19
Jrp Indústria e Comércio de Bebidas Ltda - 810246/19
Juarez Quinhones Barrozo - 810131/19
Laticinios Kiformaggio Ltda - 811364/15
Lucas Heineck - 810422/19, 810423/19, 810424/19
Maria Angélica da Silva Pohlmann - 811284/11
Paulo Ricardo Stein - 810329/20
Percio Eduardo Klaus - 811077/11
Ricardo de Boer Macagnan - 810760/18
Sidinei Martiniacki - 810178/14
Valmor Pedro Meneguzzo - 811106/11
Vulcão Minérios e Minerais Ltda me - 810861/14, 810862/14

ANTÔNIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

## DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

**DESPACHO**
Relação nº 383/2021

Declara Nulidade ex officio de alvará de pesquisa (650):

833539/2011 - W T Junior ME - Alvará de Pesquisa nº 13482.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

**DESPACHO**
Relação nº 384/2021

Declara Nulidade ex officio de alvará de pesquisa (650):

830591/2017 - Milênio Mineradora Comércio e Industria Ltda. - Alvará de Pesquisa nº 995.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

**DESPACHO**
Relação nº 385/2021

Declara Nulidade ex officio de alvará de pesquisa (650):

830689/2017 - Forte Construtora e Incorporadora Ltda. - Alvará de Pesquisa nº 1260

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

**DESPACHO**
Relação nº 386/2021

Declara Nulidade ex officio de alvará de pesquisa (650):

830757/2017 - CAMILO TAVARES RESENDE - Alvará de Pesquisa nº 1005.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

**DESPACHO**
Relação nº 388/2021

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Mariana Gonçalves - 831653/18 Mineração Jaguara Ltda - 832997/14 w t Junior me - 832289/18, 830003/19, 830019/19, 830022/19, 830047/19, 830048/19

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

**DESPACHO**
Relação nº 389/2021

Declara Nulidade ex officio de alvará de pesquisa (650):
830381/2018 - RODRIGO BARBOSA MANTOVANI - Alvará de Pesquisa nº 2196.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

**DESPACHO**
Relação nº 390/2021

Declara Nulidade ex officio de alvará de pesquisa (650):
832289/2018 - W T JUNIOR - Alvará de Pesquisa nº 1426.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

## DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 5 (ES, RJ, SP)

**DESPACHO**
Relação nº 340/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) Eduardo Alvaro Vieira - 820195/11 - A.I. 2861/21
Jordao Ferreira Ltda - 820490/20 - A.I. 1400/21 P.R.A. Orcioli Consultoria Geologica Eireli - 820496/20 - A.I. 1401/21 Pedreira Piraju LTDA. - 820402/20 - A.I. 1399/21
Richard Fliter - 820513/20 - A.I. 1402/21 Uilson Romanha & Cia Ltda - 820124/17 - A.I. 24805/21

YASMYN DOS SANTOS NUNES
Chefe da Divisão

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

**DESPACHO**
Relação nº 83/2021

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 001.663/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.301/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.302/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.303/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.304/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.305/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.306/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.307/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.308/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.309/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.310/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.311/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.312/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.313/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina Nº 71201/1937
Exequente: JULLIANO BILLIERI DANIEL - CPF ou CNPJ - Processo nº 815.706/2004 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Portaria de Lavra Nº 57/2005
Exequente: CITIBANK N.A - CPF ou CNPJ - Processo nº 815.959/1973 - BURITIRAMA MINERACAO S.A. - Portaria de Lavra Nº 823/1989

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

**DESPACHO**
Relação nº 84/2021

Autoriza a averbação dos atos de liberação de penhor de direitos minerários(1922)
Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - CNPJ 33.657.248/0001 - 89 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE - CNPJ nº: 92.816.560/0001 - 37 - Processo nº 802.356/1975 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Portaria de Concessão Lavra Nº 134/2017
Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - CNPJ 33.657.248/0001 - 89 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE - CNPJ nº: 92.816.560/0001 - 37 - Processo nº 805.850/1975 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Portaria de Concessão Lavra Nº 136/2017

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

### PORTARIA ANP Nº 39, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Institui o Programa de Gestão de Demandas no âmbito da Superintendência de Governança e Estratégia - SGE

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pelo Decreto n° 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.213627/2021-18 e as deliberações tomadas no 1218° Circuito Deliberativo, realizado em 13 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Portaria orienta e estabelece os critérios, procedimentos gerais e responsabilidades do Programa de Gestão de Demandas no âmbito da Superintendência de Governança e Estratégia - SGE, com base no art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, que autoriza a adoção desta ferramenta de gestão em conveniência e interesse do serviço público e com base na Portaria ANP nº 9, de 23 de março de 2021, que implementa o Programa de Gestão e possibilita a realização de teletrabalho na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Art. 2º A implementação do Programa de Gestão é facultativa à Administração Pública e ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do agente público.

§ 1º O Programa de Gestão não poderá:

I - abranger as atividades para as quais a presença física na unidade organizacional seja estritamente necessária;

II - abranger as atividades que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo;

III - implicar redução da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público; e

IV - obstruir o convívio social e laboral, a cooperação, a integração e a atuação do participante, nem dificultar o direito ao tempo livre.

Art. 3º As atividades do Anexo I desta Portaria ficam autorizadas a integrarem o Programa de Gestão no âmbito da Superintendência de Governança e Estratégia - SGE.

Art. 4º Com a implementação deste Programa de Gestão são esperados os seguintes benefícios e resultados para a Superintendência de Governança e Estratégia - SGE:

I - otimizar o espaço físico da ANP, contribuindo com a redução de custos na Administração Pública;

II - aumentar a atratividade para o desenvolvimento das atividades na Superintendência visando promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes, de modo a atrair e manter novos talentos na ANP; e

III - melhorar a qualidade de vida dos participantes.

Art. 5º Os regimes de execução adotados no Programa de Gestão da Superintendência de Governança e Estratégia - SGE será o integral.

§ 1º O participante do Programa de Gestão, em qualquer modalidade, quando estiver fora das dependências da unidade organizacional, deverá comparecer pessoalmente à unidade nas situações de especial necessidade de sua presença física, quando convocado pelo chefe imediato com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados.

§ 2º Preferencialmente, a jornada de trabalho presencial dos participantes da modalidade de execução integral e que componham uma mesma equipe acontecerá no mesmo dia e poderá ser aproveitada pelos gestores de unidades e chefes imediatos para a realização de reuniões de alinhamento, integração e capacitação.

Art. 6º Não há hipóteses de vedação à participação nesse Programa de Gestão, além da previstas na Portaria ANP nº 9, de 23 de março de 2021.

Art. 7º Fica estabelecido o percentual de no mínimo 0% (zero por cento) e de no máximo 100% (cem por cento) de participantes do Programa de Gestão da Superintendência de Governança e Estratégia - SGE.

Art. 8º Na definição do perfil adequado o Programa de Gestão preverá habilidades e características da forma mais objetiva possível. O participante deverá atender aos critérios de:

I - capacidade de organização e autodisciplina;

II - capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados;

III - capacidade de interação com a equipe;

IV - atuação tempestiva;

V - proatividade na resolução de problemas; e

VI - abertura para a utilização de novas tecnologias.

Art. 9º O participante do Programa de Gestão e a chefia imediata assinarão o plano de trabalho e o termo de ciência e responsabilidade, por meio do sistema, conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 10. Os parâmetros relativos ao funcionamento do Programa de Gestão são os indicados no Anexo III e poderão ser alterados formalmente de acordo com a conveniência e interesse da Administração.

Art. 11. A produtividade a ser alcançada no Programa de Gestão em relação aos resultados obtidos na execução presencial da mesma atividade, está prevista no Anexo I.

Art. 12. Os participantes do Programa de Gestão deverão estar disponíveis das 10h às 12h e das 14h às 17h para contato com a equipe, reuniões e execução de atividades em trabalho remoto.

Art. 13. A Diretoria Colegiada poderá, a qualquer momento, suspender o Programa de Gestão, bem como alterar ou revogar a respectiva portaria de procedimentos gerais, por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentadas.

Parágrafo único. Na hipótese de suspensão ou revogação do Programa de Gestão, o participante deverá imediatamente voltar a se submeter ao controle de frequência, permitida a concessão de prazo igual ou superior a 10 (dez) dias, e menor que 30 (trinta) dias, a ser acordado com o gestor da unidade.

Art. 14. O participante selecionado para participar deste Programa de Gestão fica ciente quanto a vedação de utilizar terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas.

Art. 15. Caberá ao participante, enquanto estiver no Programa de Gestão, providenciar a estrutura física e tecnológica necessárias à execução de suas atividades, mediante utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes ao acesso à internet, energia elétrica e telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Art. 16. A qualquer momento, por recomendação do chefe imediato, o gestor da Superintendência de Governança e Estratégia - SGE poderá redesignar os participantes do programa de gestão, visando ao melhor cumprimento das regras do plano de trabalho e à escolha do perfil adequado.

Art. 17. Os casos omissos serão avaliados pela SGP

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI
Diretor-Geral Substituto

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES PROGRAMA DE GESTÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA - SGE

| TABELA DE ATIVIDADES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE | | | | | |
| Parâmetro adotado para definição das faixas de complexidade das atividades | | O parâmetro adotado para a definição da faixa de complexidade das atividades do Programa de Gestão considerou o tempo de execução e não o esforço cognitivo. Foram dimensionados os tempos médios relacionados a cada atividade, de modo que uma atividade pode ser executada diversas vezes, com níveis de complexidade distintos, impactando diretamente no tempo de execução. | | | |
| Grupo de Atividade | Nome da atividade | Faixa de Complexidade | Tempo Atividade Programa de Gestão (horas) | Tempo Atividade Presencial (horas) | Entregas esperadas |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | REUNIÃO DE DIRETORIA (RDC) - Atividades prévias e organização | Alta | 17,1 | 17,1 | Verificar com as secretárias dos diretores as férias e ausências dos diretores e planejar o calendário; Solicitar a disponibilização do calendário na página da ANP na internet; Divulgar para a casa, por e-mail, o calendário; Enviar os convites para as reuniões pelo Teams; Classificação das PAs encaminhadas para a pauta; Elaboração da Pauta; Solicitação para disponibilização da pauta na página da ANP na internet ; Solicitação para disponibilização da pauta no Sistema de Reuniões de Diretoria na internet; Elaboração do Documento de Acompanhamento da Reunião de Diretoria - DARD; Elaboração dos resumos das PAs constantes da pauta; Localização e abertura dos processos constantes da pauta para a Diretoria; Inclusão das PAs nos processos; Identificação e preparação dos atos relativos às PAs constantes da pauta para assinatura do DG; Preparação e envio da capa da Reunião para a transmissão no youtube; Envio das apresentações das áreas na RDC para a Diretoria e Assessoria; Conferir a ata da Reunião anterior e disponibilizar o arquivo no drive Z para acesso dos Diretores e Assessores; Classificação e inclusão da PA extrapauta no DARD; Elaboração do resumo da PA extrapauta; Localização e abertura do processo da extrapauta para a Diretoria; Inclusão da PA extrapauta no processo; Identificação e preparação do ato relativo à PA extrapauta para assinatura do DG; Comunicação, por e-mail, da PA extrapauta aos Diretores e Assessores |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | REUNIÃO DE DIRETORIA (RDC) - Acompanhamento | Alta | 4,2 | 4,2 | Acompanhamento da Reunião anotando as decisões e solicitações da Diretoria. Elaborar RDs e atos urgentes |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | REUNIÃO DE DIRETORIA (RDC) - Finalização | Alta | 10,7 | 10,7 | Finalização do DARD com as deliberações da Diretoria; Elaboração e divulgação, por e-mail, do documento Deliberações para a Diretoria, Assessoria e Superintendentes; Elaboração das Resoluções de Diretoria no SDD; Inclusão das RDs nos respectivos processos SEI e disponibilização para assinatura do SGE; Encaminhar os processos no SEI após assinatura das RDs; Disponibilização da Ata aprovada da Reunião anterior para assinatura do SGE e Diretores; Solicitação de divulgação da Ata aprovada da Reunião anterior no site da ANP; Conferir e informar ao SGE as assinaturas das Atas disponibilizadas no bloco de assinaturas; Encerramento das PAs da Reunião; Preparação dos atos relativos às PAs da Reunião para assinatura do DG; Elaborar a Ata da Reunião; Atendimento às solicitações dos Diretores ; Fazer os PDFs da ata, RDS e Circuitos aprovados e enviar à empresa para divulgar na internet |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | CIRCUITOS DELIBERATIVOS E EXPOSITIVOS | Alta | 8,5 | 8,5 | Acompanhamento das PAs apreciadas em circuito deliberativo, com verificação de quórum em caso de Diretor afastado e cancelamento ou encerramento quando necessário; Localização e abertura dos processos para os Diretores; Elaboração das RDs no SDD referentes às PAs aprovadas em circuito; Inclusão das RDs nos respectivos processos SEI e disponibilização para assinatura do SGE; Inclusão das PAs nos processos; Verificação e preparação de ato para assinatura do DG; Preparação e encaminhamento para publicação dos atos referentes às PAs aprovadas em circuito assinados pelo DG; Preenchimento da tabela de PAs aprovadas em circuito; Solicitar a divulgação na página da ANP na internet da tabela de PAs aprovadas em circuito semanalmente; Encaminhar os processos no SEI após assinatura das RDs |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | PUBLICIDADE LEGAL E DIVULGAÇÃO DOS ATOS DA ANP | Alta | 8,5 | 8,5 | Preparação de ato para publicação no DOU; Envio de ato para publicação no DOU, por meio do sistema INCOM; Preparação e envio de ato para publicação no Boletim de Pessoal, por e-mail e disponibilização do processo SEI; Resposta a e-mails com os dados da publicação; Inclusão da publicação DOU no processo SEI; Envio diário, por e-mail, dos atos publicados à empresa que atualiza a página de Legislação da ANP; Preparação e encaminhamento para publicação dos atos relativos às PAs da Reunião de Diretoria e Circuitos aprovados e assinados pelo DG; Preparação do ato para publicação em jornal de grande circulação; Envio do ato para publicação por meio do Portal de publicidade legal da EBC; Aprovação da arte e autorização da publicação por meio do Portal de publicidade legal da EBC; Inclusão da publicação do jornal no processo SEI |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS | Alta | 2,8 | 2,8 | Conferência das Notas Fiscais recebidas da EBC e LIZ pelos serviços prestados; Inclusão das informações da Nota Fiscal no sistema comprasnet contratos |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | ATENDIMENTO A DEMANDAS INTERNAS | Media | 2,8 | 2,8 | Realizar trabalhos extras em atendimento a pedidos |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO | Media | 2,1 | 2,1 | Coordenação e monitoramento das as atividades do CPD (resolver situações, conversar com a equipe, revisar documentos e ensinar/orientar sobre tarefas); Elaboração do plano de trabalho da equipe; Avaliação da equipe |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | REUNIÕES INTERNAS | Media | 2,1 | 2,1 | Reunião com a equipe para verificação e atualização das atividades; Participação na reunião semanal dos Coordenadores; Participação de reunião com outras áreas |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | GESTÃO DO BANCO DE DECISÕES E DE PARECERES | Media | 4,2 | 4,2 | Atualizar as tabelas das decisões; Enviar email para o Superintendente/Adjunto para atualizar a tabela bimestralmente; Fazer os PDFs das Resoluções de Diretoria a irem para o site; Enviar os PDFs das RDs por email à SCI para disponibilizar no site bimentralmente; Conferir os PDFs disponibilizados pela SCI; Enviar email mensalmente do Banco de Pareceres às áreas e enviar email à SCI se necessário para disponibilizar na intranet |
| SGE - Coordenadoria de Apoio ao Colegiado | GESTÃO DO PROCESSO DECISÓRIO | Media | 2,1 | 2,1 | Atendimentos às solicitações de informações, esclarecimentos ou dúvidas de diversas UORGs em relação aos procedimentos do CPD, do SDD e publicações |
| SGE - ASSESSORIA | Comitês e Comissões | Media | 68,5 | 68,5 | Atividades relacionadas à elaboração de atas, à atualização do processo no SEI, ao contato com os membros em busca de assinaturas e alinhamentos, à publicação das atas assinadas na intranet, entre outras. |
| SGE - ASSESSORIA | Auxilio às Coordenações | Alta | 137,1 | 137,1 | Atividades relacionadas à organização da rotina da coordenação (organização de dados, automação de procedimentos por meio de aplicativo, aplicação de metodologia ágil) e à execução de atividades específicas da coordenação (coordenação de projetos, aporte de metodologia ágil a outras áreas da ANP, construção de painéis no PowerBI, mapeamento de processos, tarefas relacionadas a implementação de políticas - POSIC, LGPD, Governança de Dados, Pesquisa de Qualidade de Serviços, entre outras - e ao planejamento estratégico - oficinas da estratégia e de desdobramento da estratégia) |
| SGE - ASSESSORIA | Apoio à Gestão | Alta | 91,4 | 91,4 | Alinhamentos com outras áreas, participações em outras reuniões, recuperação de informações, elaboração de proposta de ação e seu acompanhamento. |
| SGE - ASSESSORIA | Reuniões de Coordenação | Baixa | 8,5 | 8,5 | Reuniões semanais de Coordenação |
| SGE - ASSESSORIA | Planos e Programas | Alta | 1885,7 | 1885,7 | Atividades relacionadas à implementação de planos de ação ou de programas ou de ações pontuais, em que a SGE atue como área coordenadora, incluindo o acompanhamento de reuniões, a atualização de processo no SEI, a elaboração de atas, a elaboração de reportes de andamento, a comunicação entre membros para alinhamento, a atualização de cronogramas, a elaboração de relatório de finalização, entre outras. |
| SGE - ASSESSORIA | Relatório de Gestão | Alta | 3771,4 | 3771,4 | Elaboração e revisão do Relatorio de Gestão. |
| SGE - ASSESSORIA | Atendimento a Demandas Externas | Alta | 114,2 | 114,2 | Atividades relacionadas a auditorias e a preenchimento de questionários de órgãos de controle. |
| SGE - ASSESSORIA | Atendimento a Demandas Internas | Alta | 114,2 | 114,2 | Atividades relacionadas a consultas e solicitações de outra áreas da ANP. |
| SGE - ASSESSORIA | Atendimento a Demandas Externas | Media | 66,6 | 66,6 | Atividades relacionadas a auditorias e a preenchimento de questionários de órgãos de controle. |
| SGE - ASSESSORIA | Atendimento a Demandas Internas | Media | 66,6 | 66,6 | Atividades relacionadas a consultas e solicitações de outra áreas da ANP. |
| SGE - ASSESSORIA | Atendimento a Demandas Externas | Baixa | 34,2 | 34,2 | Atividades relacionadas a auditorias e a preenchimento de questionários de órgãos de controle. |
| SGE - ASSESSORIA | Atendimento a Demandas Internas | Baixa | 34,2 | 34,2 | Atividades relacionadas a consultas e solicitações de outra áreas da ANP. |
| SGE - ASSESSORIA | Padronização de Documentos | Baixa | 45,7 | 45,7 | Aplicação de padronização a documento, conforme Guia de Padronização de Documentos da ANP ou Manual de Elaboração de Atos Normativos da ANP. |
| SGE - ASSESSORIA | Outras Atividades | Alta | 114,2 | 114,2 | Atividades relacionadas à elaboração de material para treinamentos e webinars e a execução dos mesmos; atividades não previstas nas outras categorias, desde que justificadas e pactuadas com a gestão. |
| SGE - ASSESSORIA | Outras Atividades | Media | 66,6 | 66,6 | Atividades relacionadas à elaboração de material para treinamentos e webinars e a execução dos mesmos; atividades não previstas nas outras categorias, desde que justificadas e pactuadas com a gestão. |
| SGE - ASSESSORIA | Outras Atividades | Baixa | 34,2 | 34,2 | Atividades relacionadas à elaboração de material para treinamentos e webinars e a execução dos mesmos; atividades não previstas nas outras categorias, desde que justificadas e pactuadas com a gestão. |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Aprimoramento da metodologia de Gestão da Estratégia | Media | 11,9 | 11,9 | Aprimoramento da metodologia de Gestão da Estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Aprimoramento da metodologia de Gestão da Estratégia | Baixa | 4,7 | 4,7 | Aprimoramento da metodologia de Gestão da Estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Oficinas de construção do planejamento estratégico | Media | 22,8 | 22,8 | Oficinas de construção do planejamento estratégico |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Entrevistar diretores e gestores para a definição das diretrizes estratégicas | Media | 57,1 | 57,1 | Entrevistar diretores e gestores para a definição das diretrizes estratégicas |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Preparação, Finalização e Divulgação da Estratégia | Media | 95,2 | 95,2 | Preparação, Finalização e Divulgação da Estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Preparação, Finalização e Divulgação da Estratégia | Baixa | 71,4 | 71,4 | Preparação, Finalização e Divulgação da Estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar reuniões de análise da estratégia - RAE | Media | 68,5 | 68,5 | Realizar reuniões de análise da estratégia - RAE |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Construir e priorizar a carteira de projetos estratégicos | Alta | 11,9 | 11,9 | Construir e priorizar a carteira de projetos estratégicos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Construir e priorizar a carteira de projetos estratégicos | Media | 107,1 | 107,1 | Construir e priorizar a carteira de projetos estratégicos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Construir e priorizar a carteira de projetos estratégicos | Baixa | 47,6 | 47,6 | Construir e priorizar a carteira de projetos estratégicos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Construir e revisar o painel de indicadores da estratégia | Alta | 23,8 | 23,8 | Construir e revisar o painel de indicadores da estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Construir e revisar o painel de indicadores da estratégia | Media | 47,6 | 47,6 | Construir e revisar o painel de indicadores da estratégia |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Construir e revisar o painel de indicadores da estratégia | Baixa | 142,8 | 142,8 | Construir e revisar o painel de indicadores da estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Monitoramento da Carteira de Projetos | Media | 95,2 | 95,2 | Monitoramento da Carteira de Projetos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Monitoramento da Carteira de Projetos | Baixa | 76,1 | 76,1 | Monitoramento da Carteira de Projetos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Consolidar os resultados dos indicadores da estratégia | Baixa | 19 | 19 | Consolidar os resultados dos indicadores da estratégia |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar oficinas de desdobramento da estratégia para as UORGs | Media | 142,8 | 142,8 | Realizar oficinas de desdobramento da estratégia para as UORGs |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Oficina de Modelagem de processos | Media | 8,5 | 8,5 | Oficina de Modelagem de processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Modelagem de processos | Media | 47,6 | 47,6 | Modelagem de processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Modelagem de processos | Baixa | 11,9 | 11,9 | Modelagem de processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar a priorização de processos da ANP | Media | 9,5 | 9,5 | Realizar a priorização de processos da ANP |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar a priorização de processos da ANP | Baixa | 2,3 | 2,3 | Realizar a priorização de processos da ANP |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Oficina de melhoria de processos | Media | 33,3 | 33,3 | Oficina de melhoria de processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar análise e melhoria de processos com as equipes | Alta | 28,5 | 28,5 | Realizar análise e melhoria de processos com as equipes |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar análise e melhoria de processos com as equipes | Media | 142,8 | 142,8 | Realizar análise e melhoria de processos com as equipes |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Realizar análise e melhoria de processos com as equipes | Baixa | 47,6 | 47,6 | Realizar análise e melhoria de processos com as equipes |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Promover capacitação na temática gestão de processos | Baixa | 28,5 | 28,5 | Promover capacitação na temática gestão de processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Manutenção da Cadeia de valor e da Hierarquia de Processos | Media | 5,9 | 5,9 | Manutenção da Cadeia de valor e da Hierarquia de Processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Manutenção da Cadeia de valor e da Hierarquia de Processos | Baixa | 2,3 | 2,3 | Manutenção da Cadeia de valor e da Hierarquia de Processos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Implementação de metodologia Ágil na ANP | Alta | 4,7 | 4,7 | Implementação de metodologia Ágil na ANP |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Implementação de metodologia Ágil na ANP | Media | 71,4 | 71,4 | Implementação de metodologia Ágil na ANP |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Implementação de metodologia Ágil na ANP | Baixa | 23,8 | 23,8 | Implementação de metodologia Ágil na ANP |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Reunião de Coordenação | Baixa | 2,8 | 2,8 | Reunião de Coordenação |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Processo de Gestão | Media | 2,8 | 2,8 | Processo de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Processo de Gestão | Baixa | 1,4 | 1,4 | Processo de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Atividades administrativas | Alta | 2,3 | 2,3 | Atividades administrativas |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Atividades administrativas | Media | 16,6 | 16,6 | Atividades administrativas |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Atividades administrativas | Baixa | 9,5 | 9,5 | Atividades administrativas |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Assessoramento | Media | 14,2 | 14,2 | Assessoramento |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Atividades administrativas | Baixa | 9,5 | 9,5 | Atividades administrativas |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Assessoramento | Media | 14,2 | 14,2 | Assessoramento |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Assessoramento | Baixa | 23,8 | 23,8 | Assessoramento |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Relatórios e documentos diversos | Alta | 2,3 | 2,3 | Relatórios e documentos diversos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Relatórios e documentos diversos | Media | 23,8 | 23,8 | Relatórios e documentos diversos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Pesquisa satisfação de serviços | Media | 4,7 | 4,7 | Pesquisa satisfação de serviços |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Resolução de conflitos | Alta | 14,2 | 14,2 | Resolução de conflitos |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Atendimento a demandas extras | Media | 19 | 19 | Atendimento a demandas extras |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Atendimento a demandas extras | Baixa | 35,7 | 35,7 | Atendimento a demandas extras |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Elaborar capítulos específicos do relatório de gestão anual | Media | 14,2 | 14,2 | Elaborar capítulos específicos do relatório de gestão anual |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Elaboração conteúdo da página da internet | Baixa | 4,2 | 4,2 | Elaboração conteúdo da página da internet |
| SGE - Coordenação de Gestão da Estratégia | Ponto focal do Governo Federal na implantação do TransformaGov na ANP, sendo | Media | 21,4 | 21,4 | Ponto focal do Governo Federal na implantação do TransformaGov na ANP |
| SGE - Coordenação de Governança | Planejamento orçamento SGE - PAA | Media | 80 | 80 | Planejamento orçamento SGE - PAA |
| SGE - Coordenação de Governança | Elaboração e produção do Relatório de Gestão | Alta | 228,5 | 228,5 | Elaboração e produção do Relatório de Gestão da ANP - Criação processo no SEI, preparo de controles internos, reuniões de orientação com todas as unidades e montagem do esqueleto do RG. Coleta e consolidação do material produzido pelas áreas, produção e montagem do Relatório de Gestão. |
| SGE - Coordenação de Governança | Revisão, aprovação e Publicação Relatório de Gestão | Alta | 200 | 200 | Revisão e ajustes no Relatório de Gestão. Preparo de documentos para aprovação do Relatório de Gestão e Plubicação deste e demais produtos na página de Transparência e Prestação de Contas no sítio institucional da ANP |
| SGE - Coordenação de Governança | Elaboração Plano de Gestão Anual | Alta | 125,7 | 125,7 | Planejamento e elaboração do Plano de Gestão Anual da ANP (PGA) - Criação processo no SEI, preparo de controles internos, reuniões de orientação e montagem do esqueleto do PGA, coleta de informações das unidades, produção e montagem do PGA. |
| SGE - Coordenação de Governança | Elaboração Relatórios de acompanhamento Plano de Gestão Anual | Alta | 28,5 | 28,5 | Elaboração dos Relatórios de acompanhamento do Plano de Gestão Anual da ANP - coleta de informações e resultados dos indicadores do PGA junto às unidades, produção e montagem do Relatório quadrimestral de acompanhamento do PGA. |
| SGE - Coordenação de Governança | Planejamento do Programa de Governança em Privacidade - LGPD | Alta | 125,7 | 125,7 | Analisar maturidade - Diagnóstico do atual estágio de adequação à LGPD; Realizar Benchmarking com outras Organizações da Administração Pública; Desenvolver o Plano de Governança em Privacidade. |
| SGE - Coordenação de Governança | Realizar reuniões de Inventário de Governança em Privacidade - LGPD | Alta | 77,1 | 77,1 | Realizar reuniões com os interlocutores; Mapear o ciclo de vida de todos os dados pessoais tratados pela Agência; Criar planilha de dados do inventário; Fazer o levantamento dos dados e preencher o inventário; Consolidar os dados; Analisar os inventários encaminhados pelas unidades envolvidas; e Analisar e priorizar medidas de segurança em bancos de dados da ANP. |
| SGE - Coordenação de Governança | Execução e implementação da Governança em Privacidade - LGPD | Alta | 154,2 | 154,2 | Elaborar Diretrizes/ Políticas de Privacidade/ Aviso de Privacidade/ Termos de Uso; Levantamento de Contratos relacionados a Dados Pessoais; Elaborar Relatórios de Impacto de Proteção de Dados (RIPD); Elaborar Indicadores de Performance; Modelar um Processo de Gestão de Incidentes. Adequar todos os contratos que tratam de dados pessoais; Implementar política de privacidade; e Adequação de sistemas e operações da ANP que envolvam dados pessoais de terceiros; Disseminar a cultura da privacidade na ANP. |
| SGE - Coordenação de Governança | Atendimento a Demandas Externas | Media | 10,7 | 10,7 | Atendimento a demandas externas à SGE (outras superintendências, diretoria, ógãos externos e órgãos de controle). Atendimento a demandas e atividades não previstas. |
| SGE - Coordenação de Governança | Atendimento a Demandas Internas | Alta | 3,5 | 3,5 | Atendimento a demandas internas da SGE. Atendimento a demandas e atividades não previstas. |
| SGE - Coordenação de Governança | Realizar reuniões internas/externas | Media | 2,8 | 2,8 | Reuniões internas e externas à ANP (outras superintendências, diretoria, ógãos externos e órgãos de controle). |
| SGE - Coordenação de Governança | Atividades Administrativas | Alta | 7,1 | 7,1 | Planejamento das ações futuras, cronogramas e capacitação; Apresentações diversas para reuniões/exposições/etc. Sistemas de uso individual (de frequencia, férias, capacitação, avaliação, alternadamente conforme necessidade). SEI e SDD. |
| SGE - Coordenação de Governança | Atividades Administrativas | Media | 3,5 | 3,5 | Planejamento das ações futuras, cronogramas e capacitação; Apresentações diversas para reuniões/exposições/etc. Sistemas de uso individual (de frequencia, férias, capacitação, avaliação, alternadamente conforme necessidade) |
| SGE - Coordenação de Governança | Reunião de Equipe CGOV | Baixa | 1,4 | 1,4 | Reunião de Equipe CGOV |
| SGE - Coordenação de Governança | Reunião Coordenadores SGE | Baixa | 1,4 | 1,4 | Reunião Coordenadores SGE |
| SGE - Coordenação de Governança | Padronização de documentos | Alta | 28,5 | 28,5 | Análise, identificação e revogação de Atos Normativos; Consolidação, revisão e edição de Atos Normativos (Portarias e Ins) |
| SGE - Coordenação de Governança | Padronização de documentos | Media | 7,1 | 7,1 | Análise, identificação e revogação de Atos Normativos; Consolidação, revisão e edição de Atos Normativos (Portarias e Ins) |
| SGE - Coordenação de Governança | Elaboração e revisão de Guias, Manuais, Relatórios e documentos diversos | Alta | 4,2 | 4,2 | Revisão de Guias e Manuais (Guia de Padronização de Documentos da ANP e Manual de Elaboração de Atos Normativos). Elaboração e revisão de todo tipo de Documentos de Governança; elaboração/edição/revisão de material de divulgação, comunicados, indicação de cursos, para cultura de Governança. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SGE - Coordenação de Governança | Elaboração e revisão de Guias, Manuais, Relatórios e documentos diversos | Media | 2,8 | 2,8 | Revisão de Guias e Manuais (Guia de Padronização de Documentos da ANP e Manual de Elaboração de Atos Normativos). Elaboração e revisão de todo tipo de Documentos de Governança; elaboração/edição/revisão de material de divulgação, comunicados, indicação de cursos, para cultura de Governança. |
| SGE - Coordenação de Governança | Gestão do Conhecimento | Baixa | 5,7 | 5,7 | Elabnoração de conteúdo da CGOV para apoio a Gestão do Conhecimento da ANP desenvolvida pela SGP. |
| SGE - Coordenação de Governança | Gestão da Informação | Baixa | 8,5 | 8,5 | Elaborar conteúdo Página Governança na Intra e Extranet |
| SGE - Coordenação de Governança | Apoio a coordenação | Baixa | 122,5 | 122,5 | Apoio à atividade da Coordenação, produzindo gráficos, planilhas, levantando informações, estudando a temática tratada na coordenação, apoiando no levantamento de informações para a gestão do conhecimento e para a página de governança na intranet e na internet. |
| SGE - Coordenação de Governança | Execução e manutenção de atividades outras de Governança | Alta | 2,8 | 2,8 | Aprimorar Gestão das informações dos Comitês, Comissões e GTs; Manutenção do aplicativo de Comitês, Comissões e GTs; Controle e Gestão de Vacância, Ausências e Rodízios de Diretoria da ANP, entre outros. |
| SGE - Coordenação de Governança | Execução e manutenção de atividades outras de Governança | Media | 1,4 | 1,4 | Aprimorar Gestão das informações dos Comitês, Comissões e GTs; Manutenção do aplicativo de Comitês, Comissões e GTs; Controle e Gestão de Vacância, Ausências e Rodízios de Diretoria da ANP, entre outros. |
| SGE - Coordenação de Governança | Processo de Gestão | Media | 31,4 | 31,4 | Construir e aprimoramento da metodologia de Governança; Construir e revisar painel e indicadores de Governança. Processo de Gestão da Coordenação; Gestão de Pessoas; Acompanhamento do processo e dos indicadores de Governança. |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Agenda Regulatória/Elaboração | Alta | 342,8 | 342,8 | Captação junto às Uorgs finalísticas e consolidação das ações que devem integrar a Agenda Regulatória da ANP |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Agenda Regulatória/Acompanhamento | Alta | 114,2 | 114,2 | Elaboração de relatório de acompanhamento do avanço das ações da Agenda Regulatória, com base nas informações fornecidas pelas Uorgs, tratadas e consolidadas pela SGE/CQR |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Análise de Impacto Regulatório | Alta | 57,1 | 57,1 | Orientação às Uorgs finalísticas na elaboração de análise de impacto regulatório (AIR) |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Avaliação de Resultado Regulatório | Alta | 57,1 | 57,1 | Planejamento da agenda de avaliação de resultado regulatório (ARR) da ANP e orientação às Uorgs finalísticas na elaboração de ARRs |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Análise Legística | Media | 57,1 | 57,1 | Análise legística de todas as minutas de resolução elaboradas pela Uorgs finalísticas |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Gestão do Estoque Regulatório/Curadoria dos atos regulatórios | Media | 8,5 | 8,5 | Suporte à atividade de consolidação normativa pelas Uorgs finalísticas, em cumprimento ao Decreto nº 10.139/2019 |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Gestão do Estoque Regulatório/Consolidação Normativa | Media | 57,1 | 57,1 | Curadoria da base de dados ("estoque") dos atos regulatórios da ANP |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Elaboração de normativos | Alta | 114,2 | 114,2 | Elaboração e revisão de normativos com vistas a cumprir atribuições regimentais da SGE |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Apoio à gestão no cumprimento de atribuições regimentais | Media | 8,5 | 8,5 | Apoio à gestão na elaboração de estudos e respostas às demandas de órgãos externos e Uorgs internas |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Apoio à equipe CQR no cumprimento de atribuições regimentais | Baixa | 11,4 | 11,4 | Apoio à equipe CQR na execução dos processos de regulação com nível de complexidade compatível com atividade de estágio |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Coordenação da equipe CQR | Media | 1,4 | 1,4 | Orientação individual às atividades da equipe SGE/CQR |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Reunião de equipe SGE/CQR | Media | 2,8 | 2,8 | Reunião semanal da equipe SGE/CQR |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Reunião de coordenadores SGE | Media | 2,8 | 2,8 | Reunião semanal de coordenadores e gestores da SGE |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Reunião de equipe SGE/CQR com o gestor | Media | 2,8 | 2,8 | Reunião semanal da equipe SGE/CQR com o gestor |
| SGE - Coordenação de Qualidade Regulatória | Reunião com outra Uorg | Media | 2,8 | 2,8 | Reuniões eventuais para orientação ou colaboração com outras Uorgs |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Reuniões com outras equipes | Alta | 5,7 | 5,7 | Acompanhar com a áreas Técnicas a execução dos Planos de Ação de GR elaborados e acordados, Atividades com outras UORGs em GR, e Integridade |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Reuniões com outras equipes | Media | 4,2 | 4,2 | Acompanhar com a áreas Técnicas a execução dos Planos de Ação de GR elaborados e acordados, Atividades com outras UORGs em GR, e Integridade |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Reuniões com outras equipes | Baixa | 2,8 | 2,8 | Acompanhar com a áreas Técnicas a execução dos Planos de Ação de GR elaborados e acordados, Atividades com outras UORGs em GR, e Integridade |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Reuniões internas SGE | Alta | 4,2 | 4,2 | Reuniões de trabalho interno da SGA e trabalho colaborativo intra equipe |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Reuniões internas SGE | Media | 2,8 | 2,8 | Reuniões de trabalho interno da SGA e trabalho colaborativo intra equipe |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Reuniões internas SGE | Baixa | 1,4 | 1,4 | Reuniões de trabalho interno da SGA e trabalho colaborativo intra equipe |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Trabelhos em Comitês | Alta | 4,2 | 4,2 | Participação em Reuniões de Comitês e Preparação de material para estas. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Trabelhos em Comitês | Media | 2,8 | 2,8 | Participação em Reuniões de Comitês e Preparação de material para estas. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Trabelhos em Comitês | Baixa | 1,4 | 1,4 | Participação em Reuniões de Comitês e Preparação de material para estas. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Trabalhos em Comissões | Alta | 2,8 | 2,8 | Participação em Reuniões de Comissões e Preparação de material para estas. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Trabalhos em Comissões | Media | 1,4 | 1,4 | Participação em Reuniões de Comissões e Preparação de material para estas. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Trabalhos em Comissões | Baixa | 1 | 1 | Participação em Reuniões de Comissões e Preparação de material para estas. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Elaboração de Documentos | Alta | 8,5 | 8,5 | Elaboração de todo tipo de Documentos de GR, Integridade, e de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Elaboração de Documentos | Media | 5,7 | 5,7 | Elaboração de todo tipo de Documentos de GR, Integridade, e de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Elaboração de Documentos | Baixa | 4,2 | 4,2 | Elaboração de todo tipo de Documentos de GR, Integridade, e de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Revisão de Documentos | Alta | 5,7 | 5,7 | Revisão de todo tipo de Documentos de GR, Integridade, e de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Revisão de Documentos | Media | 4,2 | 4,2 | Revisão de todo tipo de Documentos de GR, Integridade, e de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Revisão de Documentos | Baixa | 2,8 | 2,8 | Revisão de todo tipo de Documentos de GR, Integridade, e de Gestão |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atendimento de Demandas externas/internas(CGU, TCU, outras uorgs | Alta | 4,2 | 4,2 | Preparação de Material para demandas de fora da SGE |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atendimento de Demandas externas/internas(CGU, TCU, outras uorgs | Media | 2,8 | 2,8 | Preparação de Material para demandas de fora da SGE |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atendimento de Demandas externas/internas(CGU, TCU, outras uorgs | Baixa | 1,4 | 1,4 | Preparação de Material para demandas de fora da SGE |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Planejamento | Alta | 2,8 | 2,8 | Planejamento das ações futuras, cronogramas e capacitação (incluindo a ministrar) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Planejamento | Media | 1,4 | 1,4 | Planejamento das ações futuras, cronogramas e capacitação (incluindo a ministrar) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Planejamento | Baixa | 0,7 | 0,7 | Planejamento das ações futuras, cronogramas e capacitação (incluindo a ministrar) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Elaboração de Apresentações | Alta | 2,8 | 2,8 | Apresentações diversas para reuniões/exposições/etc. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Elaboração de Apresentações | Media | 1,4 | 1,4 | Apresentações diversas para reuniões/exposições/etc. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Elaboração de Apresentações | Baixa | 1,4 | 1,4 | Apresentações diversas para reuniões/exposições/etc. |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Sistemas administrativos | Alta | 2,8 | 2,8 | Sistemas de uso individual (de frequencia, férias, capacitação, avaliação, alternadamente conforme necessidade) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Sistemas administrativos | Media | 1,4 | 1,4 | Sistemas de uso individual (de frequencia, férias, capacitação, avaliação, alternadamente conforme necessidade) |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Sistemas administrativos | Baixa | 1,4 | 1,4 | Sistemas de uso individual (de frequencia, férias, capacitação, avaliação, alternadamente conforme necessidade) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atividades de Gestão | Alta | 2,8 | 2,8 | Atividades e sistemas relativos a mais de uma pessoa (equipe, férias, ponto, planos de cap) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atividades de Gestão | Media | 1,4 | 1,4 | Atividades e sistemas relativos a mais de uma pessoa (equipe, férias, ponto, planos de cap) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atividades de Gestão | Baixa | 1,4 | 1,4 | Atividades e sistemas relativos a mais de uma pessoa (equipe, férias, ponto, planos de cap) |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Pesquisa, proposição de ação de desenvolvimento/capacitação | Alta | 1,4 | 1,4 | Pesquisa, elaboração/edição/revisão de material de divulgação, comunicados, indicação de cursos, para cultura de Gestão de Riscos e Integridade, cursos etc |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Pesquisa, proposição de ação de desenvolvimento/capacitação | Media | 1,4 | 1,4 | Pesquisa, elaboração/edição/revisão de material de divulgação, comunicados, indicação de cursos, para cultura de Gestão de Riscos e Integridade, cursos etc |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Pesquisa, proposição de ação de desenvolvimento/capacitação | Baixa | 1,4 | 1,4 | Pesquisa, elaboração/edição/revisão de material de divulgação, comunicados, indicação de cursos, para cultura de Gestão de Riscos e Integridade, cursos etc |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Pesquisa e Desenvolvimento | Alta | 1,4 | 1,4 | Comparativos (benchmark), levantamentos, entrevistas, leitura e atualização em GR e Intergridade |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Pesquisa e Desenvolvimento | Media | 1,4 | 1,4 | Comparativos (benchmark), levantamentos, entrevistas, leitura e atualização em GR e Intergridade |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Pesquisa e Desenvolvimento | Baixa | 1,4 | 1,4 | Comparativos (benchmark), levantamentos, entrevistas, leitura e atualização em GR e Intergridade |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atividades Extra Plano | Alta | 1,4 | 1,4 | Atividades inesperadas |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atividades Extra Plano | Media | 1,4 | 1,4 | Atividades inesperadas |
| SGE - Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade CGRI | Atividades Extra Plano | Baixa | 1,4 | 1,4 | Atividades inesperadas |

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE PARA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO NA ANP

Pelo presente termo, participante e chefia declaram estar cientes das regras do Programa de Gestão de Desempenho na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - PGD.ANP, com destaque para as atribuições e responsabilidades a eles atribuídas na legislação vigente, Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 e Portaria ANP nº 9, de 23 de março de 2021. O participante declara ainda:

Atender as condições de habilitação para a participação no programa;

Estar ciente do dever de manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação;

Estar ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber; e as orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

Estar ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

Estar ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 e os arts. 33 a 40 da Portaria ANP nº 9, de 23 de março de 2021;

Estar ciente quanto as atribuições e responsabilidades estipuladas no Programa de Gestão de Desempenho da unidade; e

Estar ciente de que sua participação no programa não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas na legislação vigente.

Com a assinatura deste Termo autorizo o fornecimento do número de telefone pessoal aos servidores em exercício na ANP que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às minhas atividades profissionais.

_____

ASSINATURA SERVIDOR

_____

ASSINATURA CHEFIA

ANEXO III

| | |
|---|---|
| Percentual mínimo de participantes | 0% (zero por cento) |
| Percentual máximo de participantes | 100% (cem por cento) |
| Percentual mínimo de produtividade adicional dos participantes | Não há |
| Percentual máximo de produtividade adicional dos participantes | Não há |
| Antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade | 72 (setenta e duas) horas, conforme termo de ciência e responsabilidade |
| Horários preferenciais para contato com a equipe (não se limitando a estes) | 10h às 12h e 14h às 17h |

## DIRETORIA III
## SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

### DESPACHO SPG-ANP Nº 947, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso V do Art. 111, da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.215988/2021-91, resolve:

1. Ficam estabelecidos os preços de referência do petróleo produzido em julho de 2021 em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 703, de 26 de setembro de 2017, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 7º-A do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

2. A tabela contendo os preços de referência do petróleo será disponibilizada na página da ANP na internet (www.gov.br/anp).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

### DESPACHO SPG-ANP Nº 948, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso V do Art. 111, da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.215991/2021-12, resolve:

1. Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido em julho de 2021 em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 8º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

2. A tabela contendo os preços de referência do gás natural será disponibilizada na página da ANP na internet (www.gov.br/anp).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

# Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 2.814, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.045452/2018-60 (2018.91.78240), resolve:

Declarar anistiado político post mortem NESTOR PIRES DA SILVA, filho de EMERITA FERREIRA COSTA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, totalizando 1 (um) período de perseguição política, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, não podendo ultrapassar o teto legal, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, §2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 2.815, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73177, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por YARA SPADINI VICINI, inscrita no CPF sob o nº 534.835.968-87.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 2.816, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73050, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDSON BRAGA DE MELLO, inscrito no CPF sob o nº 211.882.547-15.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 2.817, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73026, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADERCI MIGUEL DO AMARAL, inscrito no CPF sob o nº 035.766.202-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.818, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72999, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JAIME DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 154.568.036-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.819, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72887, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JONAS DE SOUZA PINTO, inscrito no CPF sob o nº 254.033.039-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.820, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72881, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IDIO GARCIA BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 009.394.472-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.821, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72880, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de DIOGENES JOSÉ DE MAGALHÃES, filho de FRANCISCA LUIZA DE MAGALHÃES.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.822, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72864, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADAUTO MONTEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 112.464.647-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.823, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72863, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MARIA CELESTE GUIMARÃES DIB, filha de NECYS GUIMARÃES DIB.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.824, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72852, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ESTEVAM STRAUSS, filho de SIDONIA ROSAMUNDA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.825, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73477, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ROBERTO BERGAMINI, inscrito no CPF sob o nº 051.622.958-33.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.826, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73349, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROSELI QUEIROZ DE ALMEIDA, inscrita no CPF sob o nº 029.128.768-93.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.827, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74061, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE LUIZ BERNARDI, inscrito no CPF sob o nº 230.528.489-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.828, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73164, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA, filho de IZABEL MARQUES DE SOUZA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.829, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.024212/2018-21 (2018.01.77920), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDITH DE PAULA MONTEIRO, inscrita no CPF sob o nº 606.224.827-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.830, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.045126/2017-71 (2017.01.77360), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de LUIZ GONZAGA BEZERRA MARTINS, filho de ANA BEZERRA DE ARAUJO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.831, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73009, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EVANDRO RAFAEL MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 528.714.526-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.832, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74105, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARGARETH CORDEIRO FRANKLIM, inscrita no CPF sob o nº 480.398.296-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.833, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74158, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CARLOS DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 065.120.200-06.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.834, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72736, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SOLANGE BARBI RESENDE, inscrita no CPF sob o nº 222.417.286-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.835, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74176, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MILTON BRAZ CAETANO, inscrito no CPF sob o nº 446.449.817-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.836, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74182, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO AUGUSTO MOREIRA SANTIAGO DE AUGUSTINIS, inscrito no CPF sob o nº 656.984.798-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.837, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74179, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de PAULO ROBERTO DE ARAÚJO, filho de MARIA MADALENA DE ARAÚJO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.838, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.048316/2017-41 (2017.01.77399), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por THEODOLINDO FURINI, inscrito no CPF sob o nº 592.268.209-10.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.839, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72652, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO JULIO VITRAL AMARO, inscrito no CPF sob o nº 118.238.286-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.840, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000291/2016-88 (2016.01.75857), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO ARCANJO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 206.000.201-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.841, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74224, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de FRANCISCO CAMPOS CERQUEIRA E SOUZA, filho de JULIA CAMPOS DE CERQUEIRA E SOUZA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.842, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74424, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de GENIVAL FORTUNATO FELIX, filho de MARCEONILA MARIA DA CONCEIÇÃO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.843, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.042584/2014-14 (2014.01.74572), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JULDEQUES GOMES LEAL, inscrito no CPF sob o nº 268.599.801-25.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.844, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73794, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DANIEL DA ROCHA CALIXTO, inscrito no CPF sob o nº 418.753.117-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.845, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73796, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NELSON CANDIDO SERAFIM, inscrito no CPF sob o nº 403.951.547-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.846, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74046, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JAIRO DE BARROS FERREIRA, filho de FLORISA DE BARROS FERREIRA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.847, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74102, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por APARECIDO JOSÉ DANÚBIO DE SANT'ANA, inscrito no CPF sob o nº 048.851.268-94.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.848, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74035, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADISA DA SILVA ARAÚJO, inscrita no CPF sob o nº 193.358.654-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.849, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74180, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RONALDO LINS DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 325.587.327-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.850, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74237, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GASPAR CUNHA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 252.962.136-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.851, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73851, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ESER PIO SERVIO, inscrito no CPF sob o nº 429.202.488-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.852, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73820, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARISTELA ROSANGELA DOS SANTOS PINHEIRO, inscrita no CPF sob o nº 432.917.167-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.853, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73805, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DAS GRAÇAS PIERUZZI, inscrita no CPF sob o nº 730.204.008-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.854, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73747, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO CARLOS CARNASCIALI GOULART, inscrito no CPF sob o nº 582.458.209-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.855, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73661, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WALTER FERREIRA DA MOTA, inscrito no CPF sob o nº 042.462.761-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.856, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73478, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ REBOUÇAS TORRES, inscrito no CPF sob o nº 522.553.878-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.857, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73470, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALDECI NEVES, inscrito no CPF sob o nº 042.284.301-63.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.858, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73215, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 513.082.589-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.859, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.028557/2015-10 (2015.01.75291), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO DAMÁSIO DE AQUINO, inscrito no CPF sob o nº 092.410.276-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.860, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000584/2015-84 (2015.01.74650), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO BATISTA DE ARAÚJO, inscrito no CPF sob o nº 166.466.306-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.861, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.003660/2015-11 (2015.01.74963), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO ALFREDO PAIVA PINHEIRO, filho de MARIA PAIVA PINHEIRO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.862, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.003055/2015-32 (2015.01.78225), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NILTON LODONIO GOMES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 418.634.297-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.863, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.003013/2015-00 (2015.01.74859), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ FERNANDO VIANA, inscrito no CPF sob o nº 729.628.527-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.864, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72558, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALDIR TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 022.234.008-84.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.865, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72024, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSIAS DE MOURA, inscrito no CPF sob o nº 242.705.986-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.866, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.72657, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CIPRIANO LOURES, inscrito no CPF sob o nº 462.590.747-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.867, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70960, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado pelo Partido Comunista Brasileiro.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.868, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72841, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ CARLOS AJALLA RETTAMOZO, inscrito no CPF sob o nº 125.844.100-44.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.869, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72815, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO CLAUDIO MARCELINO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 236.859.309-82.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.870, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72789, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CICERO DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 477.871.717-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.871, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72730, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JORGE DOS SANTOS ALMEIDA, filho de ELVIRA MENDES DE ALMEIDA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.872, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72728, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JESUALDO CORREIA GOMES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 601.490.787-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.873, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72727, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIOGO ASSUNÇÃO DE SANTANA, inscrito no CPF sob o nº 072.749.475-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.874, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72719, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de CLAUDIO NEY FERRÃO, filho de MARIA GRIGOLO FERRÃO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.875, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72717, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NORA NEI DOS SANTOS VIANA, inscrita no CPF sob o nº 502.657.847-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.876, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039092/2015-14 (2015.01.75636), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROBERTO QUIRINO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 405.713.518-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.877, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039096/2015-01 (2015.01.75635), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NOVAES, inscrito no CPF sob o nº 644.799.948-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.878, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039086/2015-67 (2015.01.75639), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ARLINDO, inscrito no CPF sob o nº 026.057.058-38.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.879, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039103/2015-66 (2015.01.75713), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS AURÉLIO GALVÃO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 976.285.658-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.880, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039077/2015-76 (2015.01.75644), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GERSON MIRANDA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 977.895.188-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.881, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039080/2015-90 (2015.01.75643), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 088.163.608-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.882, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.039093/2015-69 (2015.01.75647), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ CARLOS FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 739.488.538-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.883, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74486, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MIGUEL TADEU DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 000.491.168-78.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.884, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74474, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WAGNER NASCIMENTO DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 226.218.225-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.885, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72457, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de FIORINDO ZENI, filho de MARIA GRISON ZENI.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.886, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74422, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE DE PAIVA CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 844.600.408-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.887, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72603, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MAURY DE CASTRO MENEZES, inscrito no CPF sob o nº 022.247.396-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.888, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72453, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALMIRO SOEIRO, inscrito no CPF sob o nº 340.713.189-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.889, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72772, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO BANDURKA, inscrito no CPF sob o nº 023.443.860-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.890, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74157, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ORLANDO SOARES REQUENA, inscrito no CPF sob o nº 038.683.178-56.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.891, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73876, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ AMBROSIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 162.611.356-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.892, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72828, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de OMAR EL HARIRI, filho de LAURA EL HARIRI.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.893, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73523, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GILSON FERREIRA DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 054.368.888-79.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.894, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74206, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO MARIA JOSÉ DE MATOS, filho de MARIA IZABEL MENDES DA CRUZ.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.895, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.044114/2016-49 (2016.01.76402), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDUARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 012.827.109-40.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.896, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74468, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ VALTER DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 729.610.311-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.897, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73024, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de NANCY DO NASCIMENTO, filho de MARIA ROSA DO NASCIMENTO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.898, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73756, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADILSON ANCHIETA ALVES, inscrito no CPF sob o nº 473.914.217-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.899, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74482, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por YEDO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 102.166.347-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.900, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.049048/2018-65 (2018.01.78295), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCUS WALERIUM MENDONÇA TINTI, inscrito no CPF sob o nº 719.726.097-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.901, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72648, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOANA D'ARC INACIO FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 156.661.666-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.902, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.033438/2018-13 (2018.01.78087), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELBER JOSÉ DE CARVALHO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 330.694.257-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.903, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74555, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROBERTO SOARES DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 691.157.617-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.904, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72269, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ PASTOR DA CUNHA, inscrito no CPF sob o nº 190.299.426-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.905, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.015808/2016-79 (2016.01.76019), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 038.988.575-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.906, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72227, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARLETE PEDRAS GONÇALVES NEVES, inscrita no CPF sob o nº 187.292.586-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.907, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73916, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO BATISTA NETO CHAMADOIRA, filho de MARIA APARECIDA NETO CHAMADOIRA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.908, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74302, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ PAULO DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 182.171.331-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.909, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73915, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCO ANTONIO DA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 768.384.048-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.910, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74508, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ROBERTO MORENO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 360.784.094-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.911, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74467, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AVENIR ÂNGELO ROSA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 076.338.581-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.912, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74566, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CARLOS SOARES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 256.832.504-63.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.913, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.004495/2018-95 (2018.01.77675), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DAGOBERTO DA SILVA FREITAS, inscrito no CPF sob o nº 094.850.078-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.914, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.069949/2017-92 (2017.01.77620), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO PAULO LIMA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 268.994.425-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.915, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.018648/2017-09 (2017.01.76944), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ALBERTO DOS SANTOS OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 641.386.827-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.916, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.046428/2016-86 (2016.01.76514), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLITO LOURENÇO BATISTA, inscrito no CPF sob o nº 186.522.121-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.917, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.050848/2016-67 (2016.01.76548), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADEMIR JOSÉ ORIGI, inscrito no CPF sob o nº 416.176.657-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.918, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.009900/2016-08 (2016.01.75942), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HÉLCIO ROBERTO FRAGOSO, inscrito no CPF sob o nº 097.852.057-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.919, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.008046/2015-73 (2015.01.75016), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JURACY FRANCISCO FARIAS, inscrito no CPF sob o nº 067.893.178-05.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.920, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.025982/2015-49 (2015.01.75159), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ JOAQUIM DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 317.572.436-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.921, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 10ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72055, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de DARCIO TOLEDO LEÃO, filho de DULCE TOLEDO LEÃO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 2.922, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Permuta cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, de mesmo nível e categoria, do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, aprovado pelo Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Fica permutado o cargo de Coordenador-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, código DAS 101.4, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, pela função de Coordenador-Geral de Combate ao Trabalho Escravo, FCPE 101.4, do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Proteção Global.

Art. 2º As alterações de que trata o art. 1º, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, serão refletidas no Regimento Interno e nas futuras alterações do decreto de aprovação de estrutura regimental do Ministério.

Art. 3º Nos termos do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019, a Diretoria de Projetos, Parcerias e Integração Institucional - DPPII manterá o controle das permutas e das alterações delas decorrentes, e a Subsecretaria de Orçamento e Administração adotará as providências necessárias aos apostilamentos dos atuais ocupantes dos cargos e funções permutados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor sete dias após a sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

ANEXO I

Estrutura Atual

| | | | |
|---|---|---|---|
| OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS | 1 | Ouvidor | DAS 101.5 |
| ---------- | ---------- | ---------- | ---------- - |
| Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| ---------- | ---------- | ---------- | ---------- - |

| | | | |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| ---------- | ---------- ---------- | ---------- -- | ---------- ---- |
| DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |
| Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |

ANEXO II

Estrutura Proposta

| | | | |
|---|---|---|---|
| OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS | 1 | Ouvidor | DAS 101.5 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |
| Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |

| | | | |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL | 1 | Secretário | DAS 101.6 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |
| DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |
| Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| ---------- | ---------- - | ---------- | ---------- |

**PORTARIA Nº 2.923, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Institui o Comitê de Governança Digital do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista o contido no Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Governança Digital do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 2º O Comitê de Governança Digital é órgão de natureza deliberativa, com as seguintes finalidades:

I - assegurar que a governança de TI seja devidamente considerada como parte da governança corporativa;

II - deliberar sobre o planejamento, orçamentação, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

III - promover internamente a implantação da Política de Governança Digital;

IV - orientar o direcionamento estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

V - analisar e priorizar os investimentos de TIC de forma integrada com as estratégias e as necessidades da organização;

VI - monitorar níveis de serviços e suas melhorias; e

VII - apoiar a alta administração nos assuntos referentes ao uso da TIC pelas áreas funcionais.

Art. 3º Compete ao Comitê de Governança Digital:

I - promover a integração entre as estratégias organizacionais e as estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação;

II - elaborar, aprovar e fazer cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

III - deliberar sobre as estratégias, as políticas, as normas e os planos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

IV - propor, executar, formular, implementar, monitorar e avaliar as estratégias, as políticas, as normas e os planos de TIC do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio de um plano integrado de ações, materializado no PDTIC, considerando o Planejamento Estratégico Institucional e as políticas e orientações do Governo Federal;

V - estabelecer critérios de priorização para formulação e execução de ações, projetos e contratações de soluções de TIC;

VI - atuar na função de Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação, estabelecendo os respectivos parâmetros de atuação;

VII - orientar a criação e avaliar a Política de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por meio de um plano integrado de ações, considerando o Planejamento Estratégico Institucional, políticas e orientações do Governo Federal;

VIII - analisar os trabalhos e pareceres técnicos que forem encaminhados por grupos de trabalho, comissões e pela área de TIC do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

IX - avaliar, periodicamente, o modelo e os mecanismos de governança de TIC (estruturas, políticas e processos), verificando seu alinhamento estratégico e a efetividade dos mecanismos;

X - propor políticas, estruturas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem a plataforma operacional, conforme normativos e orientações do governo e melhores práticas;

XI - definir e manter os critérios de seleção e priorização dos projetos de TIC;

XII - aprovar a metodologia de gestão de portfólio de TIC e garantir o alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais;

XIII - monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos (pessoas, procedimentos, software, informações, equipamentos, consumíveis, infraestrutura, capital, fundos de operação e tempo);

XIV - decidir sobre proposta de atualização do portfolio de TIC em função do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

XV - aprovar planos de comunicação e de resposta a riscos; e

XVI - aprovar e fazer cumprir o Plano Anual de Contratações.

Art. 4º O Comitê de Governança Digital será composto pelos seguintes membros:

I - o Secretário-Executivo, que o presidirá;

II - o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos;

III - o Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica;

IV - o Subsecretário de Orçamento e Administração;

V - o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação;

VI - o Secretário Nacional de Políticas para as Mulheres;

VII - o Secretário Nacional da Família;

VIII - o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - o Secretário Nacional da Juventude;

X - o Secretário Nacional de Proteção Global;

XI - o Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

XII - o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e

XIII - o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo único. Cada membro do colegiado será substituído em suas ausências e impedimentos pelo seu substituto legal.

Art. 5º São atribuições dos membros do Comitê de Governança Digital:

I - encaminhar matérias para análise e deliberação;

II - propor a convocação de reuniões extraordinárias;

III - propor, em caso de urgência ou relevância, alteração da pauta da reunião;

IV - assinar as atas de reunião;

V - indicar pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir para esclarecimento das matérias a serem apreciadas pelo Comitê de Governança Digital;

VI - indicar representantes para participar de grupos ou comissões;

VII - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

VIII - analisar, debater e votar os assuntos em discussão; e

IX - propor e requerer informações para auxílio nas deliberações.

Art. 6º São atribuições do Presidente do Comitê de Governança Digital:

I - convocar e presidir as reuniões;

II - aprovar a pauta das reuniões, antes do envio aos demais membros;

III - manter a dinâmica das reuniões, organizando os debates e a apreciação das matérias;

IV - decidir os casos de empate nas deliberações, utilizando o voto de qualidade;

V - decidir as questões de ordem;

VI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê de Governança Digital;

VII - convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

VIII - representar o Comitê de Governança Digital nos atos que se fizerem necessários;

IX - solicitar esclarecimentos que lhe forem úteis à melhor apreciação dos assuntos em pauta;

X - submeter ao debate e à votação as matérias a serem deliberadas, apurando os votos e proclamando os resultados;

XI - aprovar o plano de comunicação;

XII - expedir, "ad referendum" do Comitê de Governança Digital, normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos, bem como atos administrativos, em vista de circunstâncias de urgência, ficando o tema obrigatoriamente inscrito na pauta da próxima reunião;

XIII - designar servidores responsáveis pelos trabalhos de apoio operacional e administrativo às reuniões do Comitê de Governança Digital;

XIV - assinar resoluções deliberadas no Comitê de Governança Digital;

XV - divulgar um cronograma de atividades do Comitê de Governança Digital para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária; e

XVI - apresentar ao Comitê de Governança Digital as decisões tomadas "ad referendum".

Art. 7º O Comitê se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário sempre que seu Presidente o convocar.

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação do Comitê é de maioria absoluta.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente do Comitê terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros do Comitê que se encontrem em outros entes federativos que não o Distrito Federal participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4º Da convocação, ordinária ou extraordinária, constará o horário de início e de término da reunião, observado o limite máximo de duas horas para votação.

Art. 8º O Comitê de Governança Digital poderá instituir grupos ou comissões com o objetivo de:

I - auxiliar nas deliberações do Comitê;

II - aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do Comitê; e

III - realizar estudos, levantamentos, investigações e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade do Comitê.

Art. 9º Os grupos e comissões:

I - serão compostos na forma de Resolução do Comitê;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 10. O Secretário do Comitê de Governança Digital será o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, com as seguintes atribuições:

I - auxiliar o Presidente na coordenação, orientação e supervisão das atividades do Comitê;

II - lavrar e encaminhar as atas de reuniões para aprovação e assinatura dos membros do Comitê;

III - encaminhar a convocação para as reuniões aos membros do Comitê;

IV - desenvolver o plano de comunicação e submeter ao Presidente para aprovação;

V - elaborar a pauta da reunião e apresentá-las previamente à ratificação do Presidente;

VI - enviar a pauta aos membros do Comitê;

VII - organizar, manter e distribuir documentos correlatos à pauta da reunião;

VIII - encaminhar minutas de resoluções do Comitê à Consultoria Jurídica;

IX - lavrar as resoluções e encaminhá-las ao Presidente e demais representantes; e

X - organizar, manter, disponibilizar e divulgar os documentos do Comitê, conforme deliberação deste.

Parágrafo único. O relato da conformidade e do desempenho da gestão da TIC é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Art. 11. A participação no Comitê e nos grupos e comissões será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12. Regras complementares acerca do funcionamento do Comitê poderão ser definidas em regimento interno, a ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 13. Fica revogada a Portaria nº 133, de 17 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2020.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de setembro de 2021.

DAMARES REGINA ALVES

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 2.017, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de construção de Academia da Saúde.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PB | PRATA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRATA | 11356674000121001 | 12770010 | 144.000,00 | 144.000,00 | 10301501920YL0025 |
| RJ | RIO DE JANEIRO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO | 11715094000121028 | 41520009 | 93.000,00 | 93.000,00 | 10301501920YL0033 |
| SC | COCAL DO SUL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL | 10423151000121001 | 41850009 | 144.000,00 | 144.000,00 | 10301501920YL0042 |
| SC | SALTO VELOSO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO VELOSO | 11979075000121001 | 41850009 | 144.000,00 | 144.000,00 | 10301501920YL0042 |
| SC | VARGEM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM | 04838209000121001 | 41850009 | 144.000,00 | 144.000,00 | 10301501920YL0042 |
| SP | VARGEM GRANDE DO SUL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 15741597000121009 | 36110001 | 248.000,00 | 248.000,00 | 10301501920YL3998 |
| TOTAL | | | 6 PROPOSTAS | | | 917.000,00 | |

**PORTARIA Nº 2.018, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AM | PARINTINS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11429713000121008 | 41090012 | 200.000,00 | 200.000,00 | 10301501985810013 |
| GO | FORMOSA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 09105181000121008 | 39000007 | 335.602,00 | 335.602,00 | 10301501985810052 |
| MG | JOAO PINHEIRO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO | 12136070000121004 | 40870006<br>27590006 | 89.539,00<br>100.000,00 | 189.539,00 | 10301501985810031<br>10301501985810031 |
| PA | CASTANHAL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHAL | 07918201000121004 | 33390005 | 179.970,00 | 179.970,00 | 10301501985810015 |
| PB | LAGOA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS | 12319873000121001 | 41410006 | 99.867,00 | 99.867,00 | 10301501985810025 |
| RS | IPE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPE | 12132095000121004 | 20230005 | 26.466,00 | 26.466,00 | 10301501985810043 |
| RS | SAO PEDRO DO SUL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO SUL | 12409054000121005 | 28730012 | 102.633,00 | 102.633,00 | 10301501985810043 |
| RS | SAO SEBASTIAO DO CAI | FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE | 12010453000121001 | 19840004 | 100.000,00 | 100.000,00 | 10301501985810043 |
| SP | OSVALDO CRUZ | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11582812000121002 | 28150006 | 65.936,00 | 65.936,00 | 10301501985810035 |
| TOTAL | | | 9 PROPOSTAS | | | 1.300.013,00 | |

**PORTARIA Nº 2.019, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | BRASILEIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 09622055000121003 | 40380005 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810012 |
| AL | BARRA DE SAO MIGUEL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BARRA DE SAO MIGUEL | 12550426000121001 | 27260001 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810027 |
| AL | CRAIBAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRAIBAS | 11343711000121001 | 27260001 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810027 |
| AL | JACARE DOS HOMENS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARE DOS HOMENS | 12342368000121001 | 27260001 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810027 |
| BA | BONINAL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS | 13066068000121001 | 40170005 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810029 |
| BA | NOVO HORIZONTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE | 11429746000121001 | 31660008 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810029 |
| BA | PLANALTINO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINO | 11394887000121003 | 13390004 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810029 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | RIO DE CONTAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10613120000121002 | 31660008 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810029 |
| BA | SANTA CRUZ CABRALIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 13879097000121001 | 31660008 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810029 |
| BA | VARZEA DO POCO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA DO POCO | 11311168000121006 | 13390004<br>27420002 | 85.421,00<br>300.000,00 | 385.421,00 | 10301501985810029<br>10301501985810029 |
| ES | PEDRO CANARIO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10554621000121001 | 38010008 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810032 |
| ES | PEDRO CANARIO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10554621000121003 | 41800007<br>33120009 | 75.654,00<br>210.000,00 | 285.654,00 | 10301501985810032<br>10301501985810032 |
| ES | SOORETAMA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOORETAMA | 11400251000121007 | 41800007 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810032 |
| MG | CRISTINA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12367137000121001 | 41330003 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810031 |
| MG | MACHADO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10521537000121004 | 39240011 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810031 |
| MG | MENDES PIMENTEL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11563099000121002 | 40160001 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810031 |
| MG | SIMAO PEREIRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIMAO PEREIRA | 13551556000121002 | 39600007 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810031 |
| MT | PONTES E LACERDA | PMPL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 04330355000121006 | 39620004 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810051 |
| PA | SAO DOMINGOS DO CAPIM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO CAPIM | 13885840000121006 | 33390005 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810015 |
| PB | TRIUNFO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRIUNFO | 12794460000121001 | 24490005 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810025 |
| PE | ITAPETIM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPETIM | 11402511000121013 | 31870001 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810026 |
| PR | ASSIS CHATEAUBRIAND | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 08888105000121003 | 38090003 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810041 |
| RN | SENADOR ELOI DE SOUZA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEN. ELOI DE SOUZA | 11911029000121001 | 24460001 | 385.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810024 |
| RO | BURITIS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS | 11079071000121008 | 40920003<br>30960006 | 300.000,00<br>85.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810011<br>10301501985810011 |
| RS | SAO JOSE DO OURO | FUNDO MUNICIPAL DA SAAp 3UDE DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO | 11862957000121001 | 28630008 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810043 |
| RS | SAO PEDRO DO SUL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO SUL | 12409054000121001 | 41130012<br>28730012 | 300.000,00<br>85.421,00 | 385.421,00 | 10301501985810043<br>10301501985810043 |
| RS | TAPES | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11722887000121002 | 20980002<br>19840004<br>20230005 | 100.000,00<br>100.000,00<br>85.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810043<br>10301501985810043<br>10301501985810043 |
| SC | ALFREDO WAGNER | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER | 08560651000121001 | 29250003 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985810042 |
| TOTAL | | | 28 PROPOSTAS | | | 9.395.050,00 | |

**PORTARIA Nº 2.020, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RN | CURRAIS NOVOS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11341031000121002 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| RN | JANDUIS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11257347000121002 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| RN | OURO BRANCO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO BRANCO - RN | 12233027000121001 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| RN | PARELHAS | FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS - RN | 11447568000121001 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| RN | PENDENCIAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENDENCIAS - RN | 11823949000121004 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| RN | RODOLFO FERNANDES | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 70031323000121004 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| RN | SAO JOSE DO SERIDO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO SERIDO/RN | 11942301000121003 | 71210009 | 285.654,00 | 285.654,00 | 10301501985817004 |
| TOTAL | | | 7 PROPOSTAS | | | 1.999.578,00 | |

**PORTARIA Nº 2.025, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | SENADOR CANEDO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 09097711000121004 | 71100006 | 747.963,00 | 747.963,00 | 10302501885357150 |
| MA | ACAILANDIA | MUNICIPIO DE ACAILANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11816419000121003 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | MILAGRES DO MARANHAO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MILAGRES DO MARANHAO | 14145677000121004 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | RIBAMAR FIQUENE | MUNICIPIO DE RIBAMAR FIQUENE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11163522000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | SAO PEDRO DA AGUA BRANCA | MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA AGUA BRANCA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11517066000121003 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| PB | ARACAGI | ARACAGI - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12431299000121002 | 71160002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885357145 |
| PB | NOVA PALMEIRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PALMEIRA | 08579944000121001 | 71160002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885357145 |
| PB | OLHO D'AGUA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11471451000121003 | 71160002 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885357145 |
| TOTAL | | | 8 PROPOSTAS | | | 2.395.919,00 | |

**PORTARIA Nº 2.026, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MT | CUIABA | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE | 04441389000121006 | 71120009<br>71120009 | 90.000,00<br>521.479,00 | 611.479,00 | 10302501885357147<br>10302501885357147 |
| TOTAL | | | 1 PROPOSTAS | | | 611.479,00 | |

**PORTARIA Nº 2.027, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | ARACRUZ | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACRUZ | 10429253000121001 | 39120002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350032 |
| GO | FAZENDA NOVA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAZENDA NOVA | 11396858000121006 | 29270005 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350052 |
| GO | JAUPACI | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 08097819000121002 | 39000013 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350052 |
| GO | NOVA AMERICA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 04487022000121003 | 39030003 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350052 |
| GO | SAO MIGUEL DO ARAGUAIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SMA FMS | 11433328000121003 | 39740001<br>19550017 | 220.000,00<br>278.642,00 | 498.642,00 | 10302501885350052<br>10302501885350052 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | VARJAO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARJAO | 11336606000121001 | 40100001 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350052 |
| MA | ANAPURUS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11927361000121006 | 34630009 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350021 |
| MA | AXIXA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AXIXA | 13654382000121001 | 40840001 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350021 |
| MA | PACO DO LUMIAR | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACO DO LUMIAR | 12650786000121001 | 39680003 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350021 |
| MA | PRESIDENTE JUSCELINO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE JUSCELINO-MA | 12115932000121001 | 36880008 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350021 |
| MA | SAO FRANCISCO DO BREJAO | MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO BREJAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 14001532000121001 | 36880008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350021 |
| MS | ELDORADO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11109890000121001 | 38030002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350054 |
| MS | PEDRO GOMES | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS | 10693916000121002 | 40650008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350054 |
| MS | RIO NEGRO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NEGRO MS | 12144238000121003 | 40650008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350054 |
| MS | SAO GABRIEL DO OESTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DO OESTE | 13659627000121002 | 40650008<br>38030002 | 250.000,00<br>248.642,00 | 498.642,00 | 10302501885350054<br>10302501885350054 |
| MS | SETE QUEDAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11404044000121006 | 39180008 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350054 |
| MT | JURUENA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUENA | 14010521000121004 | 40610016 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350051 |
| PA | OURILANDIA DO NORTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE | 11441605000121001 | 39330006 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350015 |
| PA | SANTA MARIA DAS BARREIRAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS | 17546256000121002 | 39720006 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350015 |
| PA | TRAIRAO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAIRAO-PA | 14910511000121001 | 39370003 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350015 |
| PA | ULIANOPOLIS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ULIANOPOLIS | 11413842000121002 | 41240002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350015 |
| PE | MACAPARANA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 07165026000121003 | 37670017 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350026 |
| RN | ALMINO AFONSO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO-RN | 12528215000121002 | 41420006 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350024 |
| SP | CORONEL MACEDO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MACEDO | 11368938000121002 | 41610008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350035 |
| SP | MENDONCA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 13855805000121003 | 31350005 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350035 |
| SP | TAQUARITUBA | FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE | 11920803000121004 | 41610008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350035 |
| TOTAL | | | 26 PROPOSTAS | | | 6.749.355,00 | |

## PORTARIA Nº 2.028, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | JAGUARE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARE | 11822633000121006 | 39830010 | 100.472,00 | 100.472,00 | 10302501885350032 |
| GO | NOVA AMERICA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 04487022000121004 | 39030003 | 651,00 | 651,00 | 10302501885350052 |
| MG | SETE LAGOAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 00634997000121005 | 39160005 | 199.791,00 | 199.791,00 | 10302501885350031 |
| MS | ELDORADO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11109890000121002 | 38030002 | 50.575,00 | 50.575,00 | 10302501885350054 |
| MS | SIDROLANDIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIDROLANDIA-MS | 09290533000121001 | 38030002 | 499.980,00 | 499.980,00 | 10302501885350054 |
| MT | NOVA OLIMPIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11385751000121001 | 39620005 | 250.000,00 | 250.000,00 | 10302501885350051 |
| PA | BENEVIDES | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 13707794000121002 | 31880001 | 299.964,00 | 299.964,00 | 10302501885350015 |
| PA | PONTA DE PEDRAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA DE PEDRAS | 11797106000121001 | 33390006 | 466.285,00 | 466.285,00 | 10302501885350015 |
| PB | ALAGOA NOVA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOA NOVA | 11838096000121004 | 39970004 | 51.487,00 | 51.487,00 | 10302501885350025 |
| PB | TEIXEIRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11229326000121001 | 42180012 | 489.058,00 | 489.058,00 | 10302501885350025 |
| PE | ITAPETIM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPETIM | 11402511000121010 | 12180011 | 115.896,00 | 115.896,00 | 10302501885350026 |
| SP | BERTIOGA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BERTIOGA | 12444716000121006 | 41710008 | 99.315,00 | 99.315,00 | 10302501885350035 |
| SP | CAMPINAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS | 13704311000121007 | 28130001 | 120.772,00 | 120.772,00 | 10302501885350035 |
| SP | PAULINIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULINIA | 11934398000121006 | 92290005 | 34.871,00 | 34.871,00 | 10302501885350035 |
| TOTAL | | | 14 PROPOSTAS | | | 2.779.117,00 | |

## PORTARIA Nº 2.029, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | CARATINGA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 14716711000121006 | 39780002 | 51.358,00 | 51.358,00 | 10302501885350031 |
| MG | EXTREMA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EXTREMA | 12662158000121003 | 14050004 | 31.318,00 | 31.318,00 | 10302501885350031 |
| MS | CAMPO GRANDE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11228564000121010 | 41450019 | 2.692,00 | 2.692,00 | 10302501885355218 |
| MS | COXIM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS | 11970135000121004 | 41450003 | 112.374,00 | 112.374,00 | 10302501885350054 |
| PA | CAMETA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11311333000121004 | 41820014 | 119.985,00 | 119.985,00 | 10302501885350282 |
| PA | CONCEICAO DO ARAGUAIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO ARAGUAIA | 17453467000121011 | 39330006 | 28.509,00 | 28.509,00 | 10302501885350015 |
| PA | CONCEICAO DO ARAGUAIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO ARAGUAIA | 17453467000121013 | 41240002 | 118.023,00 | 118.023,00 | 10302501885350015 |
| PA | IGARAPE-ACU | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11718379000121008 | 34920003 | 25.686,00 | 25.686,00 | 10302501885350015 |
| PA | TAILANDIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10257028000121010 | 31880001 | 76.407,00 | 76.407,00 | 10302501885350015 |
| PR | FRANCISCO BELTRAO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO BELTRAO | 09165798000121017 | 30410001 | 385.962,00 | 385.962,00 | 10302501885350041 |
| RJ | PARAIBA DO SUL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBA DO SUL - RJ | 22959877000121002 | 27760016 | 99.998,00 | 99.998,00 | 10302501885350033 |
| RJ | SAO JOAO DE MERITI | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE MERITI | 10435993000121002 | 27760016 | 99.984,00 | 99.984,00 | 10302501885350033 |
| RJ | TRES RIOS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11405835000121004 | 27760016 | 20.991,00 | 20.991,00 | 10302501885350033 |
| RO | VILHENA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 21467008000121003 | 37250015 | 224.358,00 | 224.358,00 | 10302501885350011 |
| RS | VIAMAO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12026322000121045 | 39200006 | 159.731,00 | 159.731,00 | 10302501885350043 |
| SP | GUARUJA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA | 11814454000121003 | 41350004 | 99.987,00 | 99.987,00 | 10302501885350035 |
| SP | ITAPETININGA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 13781069000121002 | 38990002 | 157.916,00 | 157.916,00 | 10302501885350035 |
| SP | ITAQUAQUECETUBA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAQUAQUECETUBA | 12444435000121008 | 31340005 | 666,00 | 666,00 | 10302501885350035 |
| SP | LINS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINS | 07725147000121005 | 39550011 | 149.983,00 | 149.983,00 | 10302501885350035 |
| SP | MOCOCA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOCOCA | 11976738000121003 | 39550011 | 199.973,00 | 199.973,00 | 10302501885350035 |
| SP | SAO JOAQUIM DA BARRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM DA BARRA | 11370092000121001 | 39550011 | 99.869,00 | 99.869,00 | 10302501885350035 |
| SP | SAO JOAQUIM DA BARRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM DA BARRA | 11370092000121003 | 39550011 | 100.037,00 | 100.037,00 | 10302501885350035 |
| TOTAL | | | 22 PROPOSTAS | | | 2.365.807,00 | |

**PORTARIA Nº 2.030, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | RIO BRANCO | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES | 07458465000121003 | 38920001 | 799.999,00 | 799.999,00 | 10302501885350012 |
| AC | RIO BRANCO | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES | 07458465000121006 | 30360017 | 239.959,00 | 239.959,00 | 10302501885350012 |
| DF | BRASILIA | FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL | 12116247000121010 | 40820005 | 563.336,00 | 563.336,00 | 10302501885350053 |
| DF | BRASILIA | FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL | 12116247000121023 | 40820005 | 324.960,00 | 324.960,00 | 10302501885350053 |
| DF | BRASILIA | FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL | 12116247000121026 | 37980001 | 228.402,00 | 228.402,00 | 10302501885357126 |
| DF | BRASILIA | FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL | 12116247000121027 | 41690003 | 1.479.698,00 | 1.479.698,00 | 10302501885350053 |
| PE | RECIFE | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO | 11430018000121005 | 37670001 | 99.630,00 | 99.630,00 | 10302501885350026 |
| PE | RECIFE | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO | 11430018000121008 | 37670001 | 199.133,00 | 199.133,00 | 10302501885350026 |
| PE | RECIFE | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO | 11430018000121012 | 28850008 | 146.165,00 | 146.165,00 | 10302501885350026 |
| SP | SAO PAULO | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES | 13851748000121007 | 39050001 | 149.942,00 | 149.942,00 | 10302501885350035 |
| SP | SAO PAULO | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES | 13851748000121011 | 39050001 | 292.330,00 | 292.330,00 | 10302501885350035 |
| TOTAL | | | 11 PROPOSTAS | | | 4.523.554,00 | |

**PORTARIA Nº 2.031, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | APICUM-ACU | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APICUM - ACU | 12492783000121001 | 30430002 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350021 |
| MA | GOVERNADOR NUNES FREIRE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE | 02130473000121001 | 30430002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350021 |
| MS | CAMPO GRANDE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11228564000121008 | 41450019 | 997.284,00 | 997.284,00 | 10302501885355218 |
| MS | COXIM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS | 11970135000121003 | 41450003<br>40650008 | 49.321,00<br>200.000,00 | 249.321,00 | 10302501885350054<br>10302501885350054 |
| MS | JARDIM | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11891451000121001 | 40650008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350054 |
| MS | NOVA ANDRADINA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA | 10711980000121001 | 21700001 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350054 |
| MS | RIO BRILHANTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIO BRILHANTE MS | 12237028000121005 | 40650008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350054 |
| MT | AGUA BOA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11802719000121002 | 39620005 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350051 |
| MT | FIGUEIROPOLIS D'OESTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11413204000121001 | 39620005 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350051 |
| PA | AUGUSTO CORREA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12381567000121004 | 39370003 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350015 |
| PA | CURIONOPOLIS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIONOPOLIS | 11657711000121001 | 33390006 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350015 |
| PA | IPIXUNA DO PARA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIXUNA DO PARA | 12846471000121002 | 39330006 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350015 |
| PB | SAO JOSE DOS CORDEIROS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CORDEIROS - PB | 13491027000121002 | 12770001 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350025 |
| PE | TUPARETAMA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11293112000121005 | 25730003 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350026 |
| RO | ALTA FLORESTA D'OESTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11402806000121001 | 37250015 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350011 |
| RR | SAO JOAO DA BALIZA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA BALIZA | 11290944000121001 | 41430003 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350014 |
| RR | UIRAMUTA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE UIRAMUTA | 12409570000121001 | 41430003 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350014 |
| SP | PORTO FERREIRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO FERREIRA | 11204937000121002 | 41610008 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350035 |
| TO | ALIANCA DO TOCANTINS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11341025000121001 | 37750013 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350017 |
| TO | ARAGUACU | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12254356000121004 | 30860001 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350017 |
| TO | MONTE DO CARMO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE DO CARMO | 11425245000121001 | 23590002 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350017 |
| TO | RIO DOS BOIS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS BOIS | 11723909000121009 | 39350001 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885350017 |
| TO | SANTA FE DO ARAGUAIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DO ARAGUAIA | 12400051000121004 | 23590002 | 249.321,00 | 249.321,00 | 10302501885350017 |
| TO | SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS | 13227263000121001 | 40960004 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350017 |
| TO | SAO FELIX DO TOCANTINS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11595415000121001 | 30860001 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885350017 |
| TOTAL | | | 25 PROPOSTAS | | | 6.746.399,00 | |

## PORTARIA Nº 2.032, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AM | MANAUS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANAUS | 07583812000121005 | 41090020 | 94.134,00 | 94.134,00 | 10302501885350211 |
| AP | AMAPA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA | 11739074000121006 | 26740023 | 448.074,00 | 448.074,00 | 10302501885350395 |
| AP | SANTANA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA | 11193442000121007 | 26750009 | 301.287,00 | 301.287,00 | 10302501885350407 |
| MG | ITUIUTABA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS | 97529530000121014 | 39140004 | 19.341,00 | 19.341,00 | 10302501885350031 |
| MS | NOVA ANDRADINA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA | 10711980000121008 | 41450003 | 98.529,00 | 98.529,00 | 10302501885350054 |
| PA | AUGUSTO CORREA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12381567000121010 | 39330006 | 12.882,00 | 12.882,00 | 10302501885350015 |
| PA | AVEIRO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVEIRO | 17838403000121006 | 39330006 | 199.999,00 | 199.999,00 | 10302501885350015 |
| PA | TERRA ALTA | TERRA ALTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 13866338000121003 | 33390006 | 301.287,00 | 301.287,00 | 10302501885350015 |
| PB | TEIXEIRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11229326000121005 | 42180012 | 10.806,00 | 10.806,00 | 10302501885350025 |
| PE | PASSIRA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11294475000121001 | 41750005 | 400.000,00 | 400.000,00 | 10302501885351683 |
| PE | PAULISTA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA | 09251115000121007 | 33870010 | 939.785,00 | 939.785,00 | 10302501885350026 |
| RJ | PORCIUNCULA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS | 12097798000121012 | 39520005 | 43.803,00 | 43.803,00 | 10302501885350033 |
| RJ | TRAJANO DE MORAES | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAJANO DE MORAES | 12995547000121002 | 39520005 | 49.376,00 | 49.376,00 | 10302501885350033 |
| RS | CAXIAS DO SUL | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS DO SUL | 10546325000121005 | 39510004 | 100.000,00 | 100.000,00 | 10302501885350040 |
| SE | TOBIAS BARRETO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOBIAS BARRETO | 11388708000121001 | 41440003 | 209.160,00 | 209.160,00 | 10302501885350028 |
| SP | ITAPORANGA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORANGA | 11930253000121041 | 41610008 | 9.385,00 | 9.385,00 | 10302501885350035 |
| SP | SAO VICENTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE | 11899413000121001 | 41710008 | 300.000,00 | 300.000,00 | 10302501885350035 |
| TOTAL | | | 17 PROPOSTAS | | | 3.537.848,00 | |

**PORTARIA Nº 2.033, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AM | MANAUS | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES | 06023708000121002 | 41370004 | 499.969,00 | 499.969,00 | 10302501885350013 |
| PE | RECIFE | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO | 11430018000121006 | 33870008 | 1.399.999,00 | 1.399.999,00 | 10302501885350026 |
| TOTAL | | | 2 PROPOSTAS | | | 1.899.968,00 | |

**PORTARIA Nº 2.034, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PA | SAO CAETANO DE ODIVELAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CAETANO DE ODIVELAS | 12082788000121003 | 33390006 | 163.434,00 | 163.434,00 | 10302501885350015 |
| TOTAL | | | 1 PROPOSTAS | | | 163.434,00 | |

**PORTARIA Nº 2.035, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | BEQUIMAO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S. | 11489260000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | BURITICUPU | MUNICIPIO DE BURITICUPU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 12036458000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | OLHO D'AGUA DAS CUNHAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLHO DAGUA DAS CUNHAS | 13970763000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS | MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11417081000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | VARGEM GRANDE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11400133000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| TOTAL | | | 5 PROPOSTAS | | | 1.175.000,00 | |

**PORTARIA Nº 2.036, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | SENADOR CANEDO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 09097711000121006 | 71100006 | 301.287,00 | 301.287,00 | 10302501885357150 |
| TOTAL | | | 1 PROPOSTAS | | | 301.287,00 | |

**PORTARIA Nº 2.037, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | CERES | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERES | 11111771000121006 | 71100006 | 200.212,00 | 200.212,00 | 10302501885357150 |
| TOTAL | | | 1 PROPOSTAS | | | 200.212,00 | |

**PORTARIA Nº 2.038, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | CAMPESTRE DO MARANHAO | MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11402239000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | ESPERANTINOPOLIS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11338224000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | ESTREITO | MUNICIPIO DE ESTREITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11245566000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | GONCALVES DIAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 11825568000121004 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | HUMBERTO DE CAMPOS | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMBERTO DE CAMPOS | 11436956000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | LORETO | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LORETO -MA | 11790670000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | MAGALHAES DE ALMEIDA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAGALHAES ALMEIDA | 11250882000121001 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| MA | TURILANDIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-TURILANDIA-MA | 13937584000121003 | 71110016 | 235.000,00 | 235.000,00 | 10302501885357146 |
| PB | RIACHAO DO BACAMARTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB | 11565067000121001 | 71160002 | 209.314,00 | 209.314,00 | 10302501885357145 |
| TOTAL | | | 9 PROPOSTAS | | | 2.089.314,00 | |

## PORTARIA Nº 2.039, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | Nº DA PROPOSTA | CÓD. EMENDA | VALOR POR PARLAMENTAR (R$) | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PA | BELEM | FUNDO ESTADUAL DE SAUDE | 83369835000121032 | 71150012 | 299.507,00 | 299.507,00 | 10302501885357116 |
| TOTAL | | | 1 PROPOSTAS | | | 299.507,00 | |

## PORTARIA GM/MS Nº 2.048, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Habilita a Clínica do Rim do Alto Paranaíba como Unidade de Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise, Unidade de Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal e Unidade de Atenção Especializada em DRC nos estágios 4 e 5 (pré-dialítico) e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC ao Estado de Minas Gerais e Município de Patos de Minas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Resolução - RDC nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, de consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.675, de 7 de junho de 2018 e a Portaria GM/MS nº 3.415, de 22 de outubro de 2018, que alteram a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017 e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), por meio das Resoluções CIB Macro Nordeste nº 102, de 09/04/2021, homologada na 273ª Reunião Ordinária da CIB SUS/MG, de 22/04/2021;

Considerando a decisão judicial do dia 03 de agosto de 2021 exarada na Ação Civil Pública (ACP) nº 1000561-35.2021.4.01.3806, que tem força executória; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.121361/2021-52, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade de Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise, Unidade de Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal e Unidade de Atenção Especializada em DRC nos estágios 4 e 5 (pré-dialítico), o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos financeiros ao Fundo Municipal de Saúde de Patos de Minas, IBGE 314800, após a apuração da produção na Base de Dados dos Sistemas de Informações do SUS, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTO | CNES | GESTÃO | CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | 314800 | PATOS DE MINAS | CLÍNICA DO RIM DO ALTO PARANAÍBA | 0281654 | MUNICIPAL | 15.04 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DRC COM HEMODIÁLISE |
| | | | | | | 15.05 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DRC COM DIÁLISE PERITONEAL |
| | | | | | | 15.06 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DRC NOS ESTÁGIOS 4 E 5 (PRÉ-DIALÍTICO) |

**PORTARIA GM/MS Nº 2.052, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Renova a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Bauru e Unidades Móveis, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.673, de 14 de novembro de 2018, que renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB), e Unidade de Suporte Avançado (USA), do Município de Bauru (SP) pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando documentação apresentada pelo Estado e Municípios de São Paulo em Propostas SAIPS, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS através do Parecer Técnico nº 611/2020, constante do NUP-SEI nº 25000.148469/2014-63, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Bauru e Unidades Móveis, destinadas ao Serviço e Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação, de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Ficam mantidos os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Municípios, no montante anual de R$ 1.601.970,00 (um milhão, seiscentos e um mil e novecentos e setenta reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | CNES | GESTÃO | PROPOSTA | DESCRIÇÃO | PROCESSO NUP-SEI | CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO | INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO (ANUAL R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | 350070 | AGUDOS | 7241607 | MUNICIPAL | 122683 | USB | 25000.148469/2014-63 | 82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS | 105.528,00 |
| | 350340 | AREALVA | 7237839 | | 122681 | USB | | | 105.528,00 |
| | 350600 | BAURU | 6942431 | | 122600 | CRU | | | 207.858,00 |
| | | | 7243928 | | 122601 | USA | | | 116.652,00 |
| | | | 7243936 | | 122601 | USA | | | 116.652,00 |
| | | | 7240554 | | 122678 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | 7240570 | | 122678 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | 7240589 | | 122678 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | 7240600 | | 122678 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | 7240627 | | 122678 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | 7240643 | | 122678 | USB | | | 105.528,00 |
| | 351450 | DUARTINA | 7056281 | | 122685 | USB | | | 105.528,00 |
| | 353670 | PEDERNEIRAS | 7235070 | | 122688 | USB | | | 105.528,00 |
| | 353890 | PIRAJUÍ | 7251718 | | 122679 | USB | | | 105.528,00 |
| TOTAL | | | | | | | | | 1.601.970,00 |

**PORTARIA GM/MS Nº 2.053, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Cancela a qualificação das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Espírito Santo, e determina devolução de recurso.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - do Livro II, do Anexo III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.512, de 17 de dezembro de 2019, que qualifica Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB), Unidades de Suporte Avançado (USA), Unidade de Suporte Avançado tipo Aeromédico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) pertencente às Centrais de Regulação das Urgências e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) de Estados e Municípios.

Considerando o Relatório de Auditoria nº 14234 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS); e

Considerando o Parecer Técnico nº 24/2021 e 734/2021, da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.015538/2011-19, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a qualificação das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Vila Velha (ES), vinculadas à Central de Regulação das Urgências (CRU) Vitória (Estadual), conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 433.236,00 (quatrocentos e trinta e três mil duzentos e trinta e seis reais), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Espírito Santo, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Fica determinada a devolução do recurso de custeio correspondente ao valor mensal de qualificação, transferido ao Fundo Estadual de Saúde do Espírito Santo, conforme Anexo II.

Parágrafo único. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Estadual de Saúde do Espírito Santo, para a devolução dos recursos financeiros, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, deixa de onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria GM/MS nº 171, de 31 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 23, de 3 de fevereiro de 2020, Seção 1, páginas 77 e 78.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | GESTÃO | CNES | DESCRIÇÃO | PROCESSO NUP-SEI | PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO | VALOR ANUAL DA QUALIFICAÇÃO A SER DEDUZIDO (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | 320520 | VILA VELHA | ESTADUAL | 7108672 | USA | 25000.147016/2013-39 | PORTARIA GM/MS Nº 3.512, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 | 116.652,00 |
| | | | | 7100477 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | | 7100485 | USB | | | 105.528,00 |
| | | | | 7100469 | USB | | | 105.528,00 |
| TOTAL (R$) | | | | | | | | 433.236,00 |

ANEXO II

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | GESTÃO | CNES | DESCRIÇÃO | PROCESSO NUP-SEI | PERÍODO PARA DEVOLUÇÃO | VALOR A SER DEVOLVIDO (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | 320520 | VILA VELHA | ESTADUAL | 7108672 | USA | 25000.147016/2013-39 | DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) PARCELA DE 2019 ATÉ A 8ª (OITAVA) PARCELA DE 2021 | 204.141,00 |
| | | | | 7100477 | USB | | | 184.674,00 |
| | | | | 7100485 | USB | | | 184.674,00 |
| | | | | 7100469 | USB | | | 184.674,00 |
| TOTAL (R$) | | | | | | | | 758.163,00 |

**PORTARIA GM/MS Nº 2.055, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Desabilita proposta de construção de Oficina Ortopédica no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limite;

Considerando o Capítulo I, Anexo 1 e Anexo VI da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo IV, Seção III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.305, de 15 de setembro de 2017, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada a proposta de construção de Oficina Ortopédica a seguir especificada, em razão do não atendimento de condicionantes ou exigências da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

| UF | Município | Código IBGE | Componente | Objeto | Gestão | Nº Proposta FNS | Portaria de Habilitação | Valor da Proposta | Valor Empenhado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RO | Ariquemes | 110002 | Oficina Ortopédica | Construção | Municipal | 07582909000118005 | Portaria GM/MS nº 3.305 de 15/10/18 | R$ 724.000,00 | R$ 724.000,00 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

**PORTARIA GM/MS Nº 2.062, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.675, de 7 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 109, Seção 1, página 148, de 08 de junho de 2018, que dispõe sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; e

Considerando a decisão judicial, exarada nos autos do processo judicial nº 1016435-85.2019.4.01.3400, constante do NUP/SEI 00737.008054/2019-27, resolve:

Art. 1º Fica alterado os art. 82 e art. 83 da Portaria de Consolidação GM/MS n º 3, de 28 de setembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 82. Para o estabelecimento de saúde habilitado como "Atenção Especializada em DRC com diálise peritoneal - código 15.05" deverá ser obedecida, no mínimo, a seguinte proporção:

I - 1 (um) médico nefrologista para cada 50 (cinquenta) pacientes; e

II - 1 (um) enfermeiro para cada 35 (trinta e cinco) pacientes. " (NR)

"Art. 83. Para o estabelecimento de saúde habilitado como "Atenção Especializada em DRC com hemodiálise - código 15.04" deverá ser obedecida, no mínimo, a seguinte proporção:

I - 1 (um) médico nefrologista para cada 50 (cinquenta) pacientes, em cada turno;

II - 1 (um) enfermeiro para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno; e

III - 1 (um) técnico de enfermagem para cada 4 (quatro) pacientes por sessão. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

**PORTARIA GM/MS Nº 2.070, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Desabilita/habilita estabelecimentos como Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada do Estado de Minas Gerais e Município de Patrocínio.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 163, de 20 de fevereiro de 2020, que altera a Portaria nº 1.399/SAES/MS, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e a aprovação pela CIB/MG nº 278 de 16 de setembro de 2020 e CIB nº 253 de 18 de junho de 2019; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, constante do NUP/SEI 25000.056342/2021-48, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia:

| Razão Social/Município/UF | CNES | CNPJ | Código da Habilitação | Tipo de Habilitação |
|---|---|---|---|---|
| Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cataguases/ Cataguases/MG | 2098911 | 19.529.478/0001-31 | 17.06 | Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia |

Parágrafo único. Fica excluído o código de habilitação 17.06 - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, do estabelecimento acima citado.

Art. 2º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia:

| Razão Social/Município/UF | CNES | CNPJ | Código da Habilitação | Tipo de Habilitação |
|---|---|---|---|---|
| Hospital Santa Casa de Patrocínio / Patrocínio /MG | 2209195 | 23.406.564/0001-24 | 17.06 | Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia |

Art. 3º Fica estabelecido a dedução de recurso no Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Município de Cataguases/MG, IBGE 311530, no montante de R$ 294.041,74 (duzentos e noventa e quatro mil, quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), concedido por meio da Portaria GM/MS nº 2.410, de 25 de agosto de 2010.

Art. 4º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 5.374.679,33 (cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos) a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Patrocínio.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 4º, ao Fundo Municipal de Saúde de Patrocínio, IBGE 314810, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 6º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2021.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### 2ª DIRETORIA

### GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.185, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 634821
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO
---
ADS LABORATORIO NUTRICIONAL LTDA - EPP 03.335.431/0001-05
MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL
25004.130134/2010-73 6.2011.0182.001-5
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
---
ADVANCED NUTRITION INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E COSMETICOS LTDA 11.038.325/0001-80
MÓDULO DE L-GLUTAMINA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25001.102729/2010-52 6.6616.0001.001-8
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
---
DANONE LTDA. 23.643.315/0115-10
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
25351.971468/2021-64 6.6577.0173.001-8
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 08/2026
NUTRISON PROTEIN INTENSE
4059 Registro de fórmula modificada para nutrição enteral
---
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49.324.221/0001-04
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - BAUNILHA
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.009-2
ELASTOMERICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
CELULOSICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2026
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - MORANGO
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.010-6
METALICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
ELASTOMERICA 12 Meses
CELULOSICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2026
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - BAUNILHA
25004.120421/2006-41 6.2047.9950.001-1
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - NOZES
25004.120421/2006-41 6.2047.9950.002-8
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL SABOR FRUTAS SILVESTRES
25004.120424/2006-84 6.2047.9954.001-1
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
ALIMENTO PARA SUPLEMENTACAO DE NUTRIÇÃO ENTERAL SABOR CHOCOLATE
25004.120426/2006-73 6.2047.9953.001-6
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL SABOR CAFÉ
25004.120427/2006-18 6.2047.9951.001-5
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL SABOR PÊSSEGO
25004.120428/2006-62 6.2047.9952.001-0
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
---
INNEOV BRASIL NUTRICOSMETICOS LTDA 07.323.250/0001-01
LACTOBACILLUS PARACASEI ST11 ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS EM CÁPSULAS
25001.100422/2011-05 6.4752.0005.001-1
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE.
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa
---
SOROCAPS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 09.542.984/0001-07
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTASE EM CÁPSULAS MASTIGÁVEIS
25351.171703/2021-03 6.6969.0064.001-1
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 08/2026
SOROCAPS / VIDALAC / MEGADAY / NUTRA VITTA / EQUILIBRIO VITA / PURA VIDA / NUTRILIFE / OPTIMUM VITTA / GO NUTRI / VIVARES / BIO ENERGIN / BELNUT / BIOKLEIN / NATURAL DAY/ LASANDAY / FORHEALTH / VITASANUS / SUPREFORCE / LACLAZA / LACTOFOR / NEUROPLUS / RODOLFO JAQUINTA / VITAHEALTH / ZANPHARMA / REATIVIT / BORG / SILVER NATUS / TOTALVITA / ALL PREMIUM / INTEGRALMEDICA / CATARINENSE / PROMEL / GF / VITAMED / FITOPLANT / VIDORA / MAXINUTRI / ADAPTOGEN / TRINU / ISA CARE / VIVARES / NUTRI VITALEY / VITA MULT / TOPWAY / PHARMAPELE / SIDNEY OLIVEIRA / NUTRAMED / NATUCLIN / LITEE / ADA NUTRACEUTICOS/ CB DISTRIBUIDORA/ GOODLIFE/ LIFE BOUNTY / MAGISTRAL/ KFG/ NUTRENDS/ LAB. VITALAB/ DEMAC/ BIFARMA/ ABBOTT/ BIOVERA / BEM FIBRAS / IPESC / ELLEVEN / EGV PHARMA / LA VITTE / BIFHITUS / MAGAZINE DO SUPLEMENTO / HERBALSAVE / ALEMED / TDBEM / DUX / QUINN / QUALYNUTRI / E.L.C./ HIPROFOODS / VITAL NATUS NUTRACEUTICOS / VITAL NATUS FARMACEUTICA/ LIFE BOTANICAL / FRUTA PLANTA / MM LABORATORIO DUOM / SANTA BRANCA / CAPS COM. E REP. LTDA/ PHOTON / DROGARIA POP / GENEX DISTRIBUIDORA / NUTRAGYN / GVL / NYKAX / LAB. KESTER / FARMAPONTE / FARMACIAS LEANDRO / CNS / ABRAÃO CAVALCANTE / AZ3 ALIMENTOS / NUTRIAK / NUTRISENIOR / MEDICGYM PHARMA / VITALE / PROTO / ADW / TOP MASTER / OLMEDO MARTINS / NATURAL &NUTRIÇÃO / APIARIO DA SERRA / INPROFAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.186, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de alteração temporária, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 382, de 12 de maio de 2020, relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º A aprovação das petições objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 634721
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO
---
DANONE LTDA. 23.643.315/0115-10
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - HOLANDA
25351.550425/2013-77 6.6577.0120.002-7
VIDRO 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
CELULOSICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 07/2024
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - HOLANDA
25351.600733/2012-29 6.6577.0101.001-5
CELULOSICA 12 Meses
ELASTOMERICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
VIDRO 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2023
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
---
NESTLE BRASIL LTDA 60.409.075/0001-52
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - EAUCLAIRE (EUA)
25351.407535/2016-56 6.5965.0097.001-6
CELULOSICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 10/2023
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ARAÇATUBA/SP
25351.419131/2009-95 4.0076.1882.003-4
CELULOSICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.187, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR 632821
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
ASSUNTO PETIÇÃO
---
BIOGENESIS BRASIL IMPORTACAO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - CNPJ 32.345.516/0001-64
CHLORELLA VULGARIS
25351.246662/2020-27
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.188, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR 632621
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
ASSUNTO PETIÇÃO
---
HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78.950.011/0001-20
EXTRATO AQUOSO E ÓLEO ESSENCIAL DE RAÍZES DE CURCUMA LONGA

25351.816484/2018-90
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
---
MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA
09.117.476/0001-81
TECIDO BOVINO HIDOROLISADO ( TIMO )
25351.316977/2020-49
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
TECIDO BOVINO HIDROLISADO ( SIRAGAL M )
25351.317084/2020-11
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
TECIDO BOVINO HIDROLISADO ( SIRAGAL F )
25351.317105/2020-06
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
---
MARTIN BAUER INSUMOS BOTANICOS LTDA 18.894.292/0001-19
EXTRATO SECO AQUOSO DE ROSA CANINA
25351.386621/2020-72
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
---
TOVANI BENZAQUEN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO REPRESENTACAO LTDA
69.170.462/0001-53
METILSULFONILMETANO (MSM)
25351.453340/2020-32
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

## GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.195, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL ASSUNTO DA PETIÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA
---
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 1615 - PRODUTO BIOLÓGICO - Inclusão de Nova Indicação Terapêutica no País
25351.231323/2011-57 2829393/21-2
1768010/20-7
---
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 1532 - PRODUTO BIOLÓGICO - Alteração de Posologia
25351.231323/2011-57 2829484/21-0
1768006/20-9
---
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 1615 - PRODUTO BIOLÓGICO - Inclusão de Nova Indicação Terapêutica no País
25351.308360/2015-10 2829232/21-4
1766977/20-4
---
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 1532 - PRODUTO BIOLÓGICO - Alteração de Posologia
25351.308360/2015-10 2829380/21-1
1768008/20-5
---
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 11797 - PRODUTO BIOLÓGICO - Mudança pós-registro relacionada a insumo farmacêutico ativo sintético
25351.174859/2007-80 2822829/21-4
2026967/21-6
---
SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A 10502 - PRODUTO BIOLÓGICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
25351.507559/2016-82 2928911/21-4
2313438/21-1
---
OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11985 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 85. Cancelamento de registro
25351.491158/2011-34 2976193/21-0
1903923/21-9
---
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 11967 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 77a. Inclusão ou modificação de indicação terapêutica
25351.102551/2016-39 3177052/21-5
0806412/21-1

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.196, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

ENQUADRAMENTO: Art. 4º, §1º da Resolução - RDC nº 168, de 2017
PROCESSO
DEPOSITANTE
PROCURADOR
PARECER
---
PI 0611993-0
ARRAY BIOPHARMA, INC.
DANNEMANN, SIENSEM, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
341/21
---
PI 0812013-7
THE UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
346/21
---
PI 0921858-0
SANOFI
DANNEMANN, SIEMSEN, BIEGLER &IPANEMA MOREIRA
344/21
---
PI 0921864-5
SANOFI
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
349/21
---
PI 1006270-0
GENENTECH, INC.
PAOLA CALABRIA
347/21
---
PI 1010119-5
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
PRISCILA PENHA DE BARROS THEREZA
345/21
---
PI 1014164-2
SANOFI PASTEUR
DANNEMANN, SIEMSEN, BIEGLER &IPANEMA MOREIRA
347/21
---
BR 102016025449-3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
-
343/21
---
BR 102016029329-4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA / FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAPEMIG
-
343/21
---
BR 102017003318-0
ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
343/21
---
BR 102017003539-5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF / INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
-
343/21
---
BR 102017003561-1
COSMEDERM BIOSCIENCE, INC.
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL LTDA.
343/21
---
BR 102017004724-5
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
343/21
---
BR 102017007594-0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF / FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
-
348/21
---
BR 102017010783-3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ
-
348/21
---
BR 102017011488-0
CONSÓRCIO BMK / FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
348/21
---
BR 102017014413-5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
-
348/21
---
BR 102017018240-1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
-
348/21
---
BR 102017022849-5
ABBVIE INC.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
348/21
---
BR 102017023735-4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
-
348/21
---
BR 102017023737-0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
-
348/21

---
BR 102017024448-2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
-
348/21
---
BR 102017026279-0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
-
348/21
---
BR 102017028623-1
INSTITUTO BUTANTAN
DI BLASI, PARENTE &ADVOGADOS ASSOCIADOS
348/21
---
BR 102018071621-2
DEBORAH DE MELO MAGALHÃES PADILHA
DEBORAH DE MELO MAGALHÃES PADILHA
340/21
---
BR 112012007082-7
GREEN CROSS CORPORATION
NELLIE ANNE DANIEL SHORE
347/21
---
BR 112012009828-4
F. HOFFMANN LA ROCHE A.G.
VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
342/21
---
BR 112012012514-1
INFLARX, GMBH
KAZNAR LEONARDOS
347/21
---
BR 112018013084-2
H. LUNDBECK A/S
LICKS ADVOGADOS
348/21
---
BR 112014012609-7
PFIZER INC
ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA
343/21
---
BR 112018014958-6
JANSSEN SCIENCES IRELAND UC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018015283-8
INTRA-CELLULAR THERAPIES, INC.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
343/21
---
BR 112018015878-0
CHIA TAI TIANQING PHARMACEUTICAL GROUP CO., LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018015880-1
CHIA TAI TIANQING PHARMACEUTICAL GROUP CO., LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018015881-0
CHIA TAI TIANQING PHARMACEUTICAL GROUP CO., LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018015924-7
VYERA PHARMACEUTICALS, LLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018016689-8
VANDERBILT UNIVERSITY
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
343/21
---
BR 112018016842-4
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018017350-9
SOCIÉTÉ DES PRODUITS NESTLÉ S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018067730-2
SOCIÉTÉ DES PRODUITS NESTLÉ S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
343/21
---
BR 112018067914-3
APPLIED BIOLOGICAL LABORATORIES, INC.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
343/21
---
BR 112018067922-4
THE GLOBAL ALLIANCE FOR TB DRUG DEVELOPMENT, INC.
FLÁVIA SALIM LOPES
343/21
---
BR 112018068230-6
ARROWHEAD PHARMACEUTICALS, INC.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
343/21
---
BR 112018068369-8
SOCIÉTÉ DES PRODUITS NESTLÉ S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
348/21
---
BR 112018068523-2
MSD WELLCOME TRUST HILLEMAN LABORATORIES PVT. LTD.
LICKS ADVOGADOS
343/21
---
BR 112018069594-7
INTRA-CELLULAR THERAPIES, INC.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
343/21
---
BR 112018071560-3
ASTROCYTE PHARMACEUTICALS, INC. / BOARD OF REGENTS, THE UNIVERSITY OF TEXAS SYSTEM / THE UNITED STATES OF AMERICA, AS REPRESENTED BY THE SECRETARY, DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
348/21
---
BR 112018072549-8
BAYER PHARMA AKTIENGESELLSCHAFT
CARLOS ANDRÉ BARBOSA CAVALCANTI
348/21
---
BR 112019003973-2
CURTANA PHARMACEUTICALS, INC.
D' MARK REGISTROS DE MARCAS E PATENTES S/S LTDA.
348/21
---
BR 112019006816-3
MERCK SHARP &DOHME CORP.
LICKS ADVOGADOS
348/21
---
BR 112019007498-8
EUPHARMA PTY LTD
JACQUES LABRUNIE
348/21
---
BR 112019019553-0
PROBIODRUG AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
348/21
---
BR 112019022686-9
HUVEPHARMA
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
348/21
---
BR 112019023074-2
CYDEX PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
348/21
---
BR 112020000099-0
IDORSIA PHARMACEUTICALS LTD
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
348/21

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.197, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo art. 2º da Lei nº 13.411, e art. 4º da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
---
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
DICLORIDRATO DE LEVOCETIRIZINA 25351721155201861
1134390217 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 0752571211 - 25351757150201035)
---
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.
RIZI 25351701447201888
1116659212 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 0752571211 - 25351757150201035)
RIZI-M 25351701448201822
1164898218 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 0752569219 - 25351434076201225)
---
EMS S/A
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351553790201001
1051027213 GENÉRICO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
1051020216 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351779251202013
1459046218 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051127210 - 25351101091201145)
1459044211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1050940212 - 25351101091201145)
HIZOLP 25351204139201647
1425400210 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051027213 - 25351553790201001)
1425825211 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1051020216 - 25351553790201001)
---
EMS SIGMA PHARMA LTDA
PATZ SL 25351101091201145
1051127210 NOVO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
1050940212 NOVO - Mudanças maiores de métodos analíticos

INSOPIDEM 25351204145201602
1426072217 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051027213 - 25351553790201001)
1426067211 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1051020216 - 25351553790201001)
---
GERMED FARMACEUTICA LTDA
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351186668201651
1425922212 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051027213 - 25351553790201001)
1425914211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1051020216 - 25351553790201001)
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351538834202096
1459052212 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051127210 - 25351101091201145)
1459048214 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1050940212 - 25351101091201145)
ZOLREM SL 25351888731202074
1459060213 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051127210 - 25351101091201145)
1459054219 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1050940212 - 25351101091201145)
---
GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
LEVOLUKAST 25351434076201225
0752569219 NOVO - Substituição de fabricante do IFA
VOCETY 25351757150201035
0752571211 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
---
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA
FLUCONAZOL 25351176341200276
1020712211 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
HICONAZOL 250000147499932
1021160218 SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
---
LABORATÓRIOS PFIZER LTDA
LIPITOR 25351190130201994
0475879210 SIMILAR - Alteração maior de produção do IFA
CITALOR 25351422777201991
0475877213 NOVO - Alteração maior de produção do IFA
---
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351186669201604
1425958213 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051027213 - 25351553790201001)
1426025215 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1051020216 - 25351553790201001)
STILRAM SL 25351833435202036
1459058211 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051127210 - 25351101091201145)
1460495217 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1050940212 - 25351101091201145)
---
MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351501674202119
3040963212 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051127210 - 25351101091201145)
3040938211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1050940212 - 25351101091201145)
---
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351204144201650
1426061211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051027213 - 25351553790201001)
1426044211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1051020216 - 25351553790201001)
---
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
SINVASTATINA 25351916068201629
0906140211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0721511218 - 25351785832200816)
0906138210 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0721513214 - 25351785832200816)
---
PRATI DONADUZZI &CIA LTDA
DEFERASIROX 25351002458201577
0817240214 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
EZAFER 25351796825202018
1004724217 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0817240214 - 25351002458201577)
---
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CANDESARTANA CILEXETILA 25351840159200804
0634555217 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
SINVASTACOR 253510062440020
0721515211 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA
0733651219 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA
SINVASTATINA 25351785832200816
0721511218 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
0721513214 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
---
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
CLARITROMICINA 25351679549201458
0808283219 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
0808374216 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
PYLORIPAC 25351664100201411
0808376212 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
0808505216 NOVO - Mudanças maiores de métodos analíticos
---
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
ZOLPAZ 25351276822201503
1426455212 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 1051027213 - 25351553790201001)
1426457219 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 1051020216 - 25351553790201001)
---
ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA
CLORIDRATO DE GENCITABINA 25351076598201135
0575336218 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
ZYBINA 25351297327201113
0804929217 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0575336218 - 25351076598201135)

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.198, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo art. 2º da Lei nº 13.411, e art. 4º da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.
---
BAYER S.A.
CIPRO 25351212506200795
4465332208 NOVO - Inclusão de local de fabricação de medicamento de liberação convencional
4465336201 NOVO - Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 6 1705601030428
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 14 1705601030436

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.199, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
---
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
CORDIA VERBENACEA DC.
ACHEFLAN 25351.148578/2004-29 11/2029
10626 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 2554355/19-5
1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 2554271/19-1
1.0573.0341.001-8 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 10 G
1.0573.0341.002-6 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 20 G
1.0573.0341.003-4 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G
1.0573.0341.004-2 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 60 G
1.0573.0341.005-0 24 Meses
5 MG/G SOL AER CT TB AL X 14 ML
1.0573.0341.006-9 24 Meses
5 MG/G SOL AER CT TB AL X 35 ML
1.0573.0341.007-7 24 Meses
5 MG/G SOL AER CT TB AL X 70 ML
1.0573.0341.008-5 24 Meses
5 MG/G SOL AER CT TB AL X 75 ML
1.0573.0341.009-3 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG PLAS LAM X 10 G
1.0573.0341.010-7 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG PLAS LAM X 20 G
1.0573.0341.011-5 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG PLAS LAM X 30 G
1.0573.0341.012-3 24 Meses
5 MG/G CREM DERM CT BG PLAS LAM X 60 G
1.0573.0341.013-1 24 Meses
5 MG/G SOL AER CT TB AL X 300 ML
---
BAYER S.A. 18459628000115
GADOBUTROL
GADOVIST 25351.626330/2008-36 02/2025
11118 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 3182944/20-9
1.7056.0051.001-9 36 Meses
604,72 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 7,5 ML
1.7056.0051.002-7 36 Meses
604,72 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 15 ML
---
BIOLAB FARMA GENERICOS LTDA 33150764000112
PREGABALINA
TAGDOR 25351.020406/2015-44 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0030797/15-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0000822/15-2 - 25351.000282/2015-44)
1.0492.0249.001-5 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 7
1.0492.0249.002-3 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14

1.0492.0249.003-1 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
1.0492.0249.004-1 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 56
1.0492.0249.005-8 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 210
1.0492.0249.006-6 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 420
1.0492.0249.007-4 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
1.0492.0249.008-2 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 7
1.0492.0249.009-0 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
1.0492.0249.010-4 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
1.0492.0249.011-2 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 56
1.0492.0249.012-0 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 210
1.0492.0249.013-9 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 420
1.0492.0249.014-7 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
1.0492.0249.015-5 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0492.0249.016-3 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0492.0249.017-1 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0492.0249.018-1 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
---
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
LAMOTRIGINA
FORLUT 25351.368053/2018-11 09/2028
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2621552/21-7
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638430/20-5
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638432/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638434/20-8
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638436/20-4
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638440/20-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638448/20-8
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638456/20-9
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638460/20-7
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638464/20-0
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638466/20-6
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3638481/20-0
1.0974.0271.002-7 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0271.003-5 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0271.005-1 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
lamotrigina 25351.557755/2021-65 01/2029
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3464896/20-8
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3464913/20-1
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3464925/20-5
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3464927/20-1
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3464962/20-0
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3465068/20-7
11007 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM SECUNDÁRIA DO MEDICAMENTO 3465082/20-2
11013 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 3465105/20-5
11019 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 3465093/20-8
11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 3465181/20-1
11055 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 3465194/20-2
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 2399548/21-3
1.0974.0330.003-5 18 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0974.0330.004-3 18 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0974.0330.005-1 18 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
---
BOIRON MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS LTDA 07498711000187
DROSERA ROTUNDIFOLIA + arnica montana + Beladona + Cina + Corallium rubrum + Cuprum metallicum + FERRUM PHOSPHORICUM + IPECACUANHA + SOLIDAGO VIRGAUREA + COCCUS CACTI
STODAL 25351.500010/2009-50 08/2025
11372 DINAMIZADO - ALTERAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO INSUMO ATIVO 3182922/20-8
11383 DINAMIZADO - INCLUSÃO DE NOVA POTÊNCIA 3182844/20-2
1.6916.0003.001-3 24 Meses
XPE CT FR VD TRANS X 150ML
---
CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
ENANTATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL
FINIFERT 25351.166992/2015-72 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0240566/15-1
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) - 0645075/20-0 - 25351.144007/2020-35)
1.1560.0240.001-1 24 Meses
50MG/ML + 5MG/ML SOL INJ CT AMP VD AMB X 1 ML + SERINGA
1.1560.0240.002-1 24 Meses
50MG/ML + 5MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD AMB X 1 ML
1.1560.0240.003-8 24 Meses
50MG/ML + 5MG/ML SOL INJ CT 1 AMP VD AMB X 1 ML
---
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
Rheum palmatum L. + Frangula purshiana (DC.) A. Gray + PEUMUS BOLDUS MOLINA
EPAREMA 25351.109957/2021-02 10/2029
10639 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 2995115/20-1
1.7817.0911.011-8 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML
1.7817.0911.015-0 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (GUARANÁ)
1.7817.0911.019-3 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (LARANJA)
---
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
CLORIDRATO DE LIDOCAINA
XYLESTESIN 25992.007501/63 10/2029
11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 1960382/21-7
1.0298.0357.020-5 24 Meses
20 MG/G GEL ESTER CX 50 BG AL X 30 G + 50 APLIC
1.0298.0357.021-3 36 Meses
20 MG/ML SOL INJ CX 20 FA VD TRANS X 20 ML
1.0298.0357.022-1 36 Meses
20 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD TRANS X 20 ML
---
DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
pregabalina 25351.819439/2016-73 06/2030
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 2399033/21-3
1.5143.0054.011-3 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.5143.0054.012-1 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
---
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
SULFATO DE GLICOSAMINA CLORETO DE SÓDIO + sulfato de condroitina dissódico
Ártico Caps 25351.162018/2014-26 02/2027
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 0656568/20-9
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA 0656413/20-5
1928 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA 0656672/20-3
1.0043.1203.006-1 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 05 SACH AL PAP PE X 5,2 G (LARANJA)
1.0043.1203.007-8 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 10 SACH AL PAP PE X 5,2 G (LARANJA) - 07
1.0043.1203.008-6 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 15 SACH AL PAP PE X 5,2 G (LARANJA) - 08
1.0043.1203.009-4 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 30 SACH AL PAP PE X 5,2 G (LARANJA) - 09
1.0043.1203.010-8 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 05 SACH AL PAP PE X 5,2 G (GUARANÁ) - 10
1.0043.1203.011-6 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 10 SACH AL PAP PE X 5,2 G (GUARANÁ) - 11
1.0043.1203.012-4 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 15 SACH AL PAP PE X 5,2 G (GUARANÁ) - 12
1.0043.1203.013-2 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 30 SACH AL PAP PE X 5,2 G (GUARANÁ) - 13
1.0043.1203.014-0 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 05 SACH AL PAP PE X 5,2 G (MARACUJA) - 14
1.0043.1203.015-9 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 10 SACH AL PAP PE X 5,2 G (MARACUJA) - 15
1.0043.1203.016-7 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 15 SACH AL PAP PE X 5,2 G (MARACUJA) - 16
1.0043.1203.017-5 24 Meses
1,5 G + 1,2 G GRAN CT 30 SACH AL PAP PE X 5,2 G (MARACUJA) - 17
FUROATO DE MOMETASONA MONOIDRATADO
furoato de mometasona 25351.575033/2019-78 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2331784/19-1
1.0043.1341.001-1 24 Meses
50 MCG SUS SPR NAS CT FR SPR PLAS PEAD OPC X 60 ACIONAMENTOS
1.0043.1341.002-8 24 Meses
50 MCG SUS SPR NAS CT FR SPR PLAS PEAD OPC X 120 ACIONAMENTOS
heparina sódica bovina
HEPTAR 25991.034561/76 03/2027
11922 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 2066682/21-9
11922 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 2872778/21-9
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 2133202/21-9
11932 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 2066684/21-5
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872780/21-1
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872782/21-7
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872784/21-3
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872786/21-0
11934 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 43. ALTERAÇÃO NOS TESTES DE CONTROLE EM PROCESSO E/OU CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO APLICADOS DURANTE O PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO OU NOS INTERMEDIÁRIOS - MODERADA 2066686/21-1
11934 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 43. ALTERAÇÃO NOS TESTES DE CONTROLE EM PROCESSO E/OU CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO APLICADOS DURANTE O PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO OU NOS INTERMEDIÁRIOS - MODERADA 2872788/21-6
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2066688/21-8
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872790/21-8
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872792/21-4
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872795/21-9
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2872797/21-5
11956 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 66. MODIFICAÇÃO NA EMBALAGEM PRIMÁRIA (POR EXEMPLO, NOVO REVESTIMENTO, TAMPA, TIPO DE VIDRO) - MODERADA 2160106/21-2
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 2066690/21-0
11975 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 82. ALTERAÇÃO DE INSTRUÇÕES DE USO, PREPARO E ADMINISTRAÇÃO 2066692/21-6

1.0043.0124.003-3 24 Meses
100 UI/ML SOL INFUS IV CX 5 ENV AL PLAS PET PP BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML
1.0043.0124.004-1 24 Meses
100 UI/ML SOL INFUS IV CX 24 ENV AL PLAS PET PP BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML
1.0043.0124.005-1 24 Meses
100 UI/ML SOL INFUS IV CX 40 ENV AL PLAS PET PP BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML
1.0043.0124.006-8 24 Meses
100 UI/ML SOL INFUS IV CX 100 ENV AL PLAS PET PP BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML
---
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
AXETIL CEFUROXIMA
ZINNAT 25351.012477/2004-11 10/2029
11192 MEDICAMENTO NOVO - EXCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 3587331/20-1
1.0107.0205.002-7 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 50 ML
1.0107.0205.003-5 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 70 ML
1.0107.0205.004-3 36 Meses
500 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.0107.0205.005-1 36 Meses
500 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.0107.0205.006-1 36 Meses
250 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0107.0205.007-8 24 Meses
250 MG PO SUS OR CT ENV AL/PLAS X 14
1.0107.0205.008-6 24 Meses
250 MG PO SUS OR CT ENV AL/PLAS X 20
1.0107.0205.019-1 36 Meses
250 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.0107.0205.020-5 36 Meses
500 MG COM REV CT BL AL AL X 10
CEFUROXIMA SÓDICA
ZINACEF 25351.059340/2004-20 02/2025
11192 MEDICAMENTO NOVO - EXCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 3586223/20-8
1.0107.0221.002-4 24 Meses
750 MG PO INJ CT FA VD TRANS + DIL X 6 ML
Bexsero 25351.943506/2016-01 05/2026
10387 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA 4479544/20-1
1.0107.0321.001-1 36 Meses
SUS INJ CT SER PREENCH VD TRANS X 0,5 ML +AGU
PROTEÍNA DE FUSÃO NHBA RECOMBINANTE DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B + VESÍCULAS DE MEMBRANA EXTERNA (OMV) DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B, CEPA NZ98/254 + PROTEÍNA DE FUSÃO FHBP RECOMBINANTE DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B + Proteína Nad A recombinante de Neisseria meningitidis grupo B
1.0107.0321.002-8 36 Meses
SUS INJ CT SER PREENCH VD TRANS X 0,5 ML
PROTEÍNA DE FUSÃO NHBA RECOMBINANTE DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B + VESÍCULAS DE MEMBRANA EXTERNA (OMV) DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B, CEPA NZ98/254 + PROTEÍNA DE FUSÃO FHBP RECOMBINANTE DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B + Proteína Nad A recombinante de Neisseria meningitidis grupo B
1.0107.0321.003-6 36 Meses
SUS INJ CT 10 SER PREENCH VD TRANS X 0,5 ML
PROTEÍNA DE FUSÃO NHBA RECOMBINANTE DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B + PROTEÍNA DE FUSÃO FHBP RECOMBINANTE DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B + Proteína Nad A recombinante de Neisseria meningitidis grupo B + VESÍCULAS DE MEMBRANA EXTERNA (OMV) DE NEISSERIA MENINGITIDIS GRUPO B, CEPA NZ98/254
---
GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA. 10555143000113
CLORIDRATO DE TRAMADOL + DICLOFENACO SÓDICO
ADORLAN 25351.559471/2016-09 07/2030
11191 MEDICAMENTO NOVO - EXCLUSÃO DE POPULAÇÃO ALVO 0869387/21-1
11193 MEDICAMENTO NOVO - EXCLUSÃO DE POSOLOGIA 2953079/20-2
1.8610.0017.001-1 24 Meses
(25,0 + 25,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 10
1.8610.0017.002-8 24 Meses
(25,0 + 25,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 20
1.8610.0017.003-6 24 Meses
(25,0 + 25,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 30
1.8610.0017.004-4 24 Meses
(25,0 + 25,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 50
1.8610.0017.005-2 24 Meses
(50,0 + 50,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 10
1.8610.0017.006-0 24 Meses
(50,0 + 50,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 20
1.8610.0017.007-9 24 Meses
(50,0 + 50,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 30
1.8610.0017.008-7 24 Meses
(50,0 + 50,0) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PEBD/PVDC TRANS X 50
---
GUERBET PRODUTOS RADIOLÓGICOS LTDA 42180406000143
ÉSTERES ETÍLICOS DOS ÁCIDOS GRAXOS DO ÓLEO DE PAPOULA IODADOS
LIPIODOL UF 25351.023682/00-43 07/2026
11121 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 3153631/20-0
1.4980.0012.003-2 36 Meses
480 MG/ML SOL INJ CT AMP VD TRANS X 10 ML
---
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA 01571702000198
metronidazol 25351.171057/2018-71 01/2029
11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 1391009/20-4
11055 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 1391021/20-3
11079 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DA FORMA E DIMENSÕES DA EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 1391025/20-6
1.0311.0154.001-4 24 Meses
5 MG/ML SOL INFUS IV ENV AL BOLS PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0311.0154.002-2 24 Meses
5 MG/ML SOL INFUS IV CX 60 ENV AL BOLS PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100 ML
---
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA 05994539000127
Cocculus indicus + CONIUM MACULATUM + AMBRA GRISEA + Petroleum
VERTIGOHEEL 25351.280073/2005-39 02/2028
10275 DINAMIZADO - ALTERAÇÃO DE TEXTO DE BULA (OU FOLHETO) 2063175/21-8
1.6198.0001.002-1 36 Meses
(D4+D3+D6+D8) COM SUBL CT FR PLAS OPC X 50
---
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
DARATUMUMABE
DALINVI 25351.787862/2015-68 01/2027
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 3365492/20-1
1.1236.3414.001-1 24 Meses
100 MG SOL DIL INJ CT FA VD TRANS X 5 ML
1.1236.3414.003-6 24 Meses
400 MG SOL DIL INJ CT FA VD TRANS X 20 ML
---
KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A 92695691000103
HEDERA HELIX L.
HEDERAFLUX 25351.332430/2013-19 12/2029
10626 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 2028734/21-8
1.0689.0195.001-1 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.0689.0195.002-1 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + COP
1.0689.0195.003-8 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
1.0689.0195.004-6 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP
---
Laboratório Melpoejo 21549522000117
Rheum palmatum L. + CICHORIUM INTYBUS + Foeniculum vulgare Mill.
FUNCHICÓREA 25991.008573/80 09/2025
10626 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 2995060/20-1
10639 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 1839368/17-3
10650 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 2033903/19-8
1.0534.0002.001-8 24 Meses
PO OR CT FR PLAS PEAD OPC X 3 G
---
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA 61282661000141
LETROZOL
BREELET 25351.082066/2019-79 08/2031
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0124118/19-4
1.0646.0219.001-2 36 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30
deferasirox 25351.446305/2019-23 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1929031/19-4
1.0646.0220.001-8 24 Meses
500 MG COM SUS CT BL AL AL X 28
1.0646.0220.002-6 24 Meses
500 MG COM SUS CT BL AL AL X 84
letrozol 25351.476131/2019-23 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2005563/19-3
1.0646.0221.001-3 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30
---
MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
MESILATO DE DOXAZOSINA + FINASTERIDA
HOMINUS 25351.611910/2014-77 04/2026
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291636/20-3
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291638/20-0
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291640/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291642/20-8
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291644/20-4
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291646/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291648/20-7
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291650/20-9
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291652/20-5
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291654/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291656/20-8
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291658/20-4
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291660/20-6
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291662/20-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291664/20-9
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291666/20-5
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291668/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0291670/20-3
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0423243/20-7
1.9427.0048.001-1 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.9427.0048.002-1 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.9427.0048.003-8 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.9427.0048.004-6 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
---
MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 92265552000140
CLORIDRATO DE MEMANTINA + CLORIDRATO DE DONEPEZILA
cloridrato de memantina+cloridrato de donepezila 25351.665587/2021-81 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2445392/21-7
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0193084/19-2 - 25351.127338/2019-77)
1.1819.0219.001-4 24 Meses
(5,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.002-2 24 Meses
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.003-0 24 Meses
(15,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.004-9 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.005-7 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.1819.0219.006-5 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
1.1819.0219.007-3 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100
---
NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 75014167000100
CARBONATO DE CÁLCIO
NESH CÁLCIO 25351.774279/2014-66 06/2025
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 1656389/17-1
1.1795.0004.001-6 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.1795.0004.002-4 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200

---
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 33009945000123
EMICIZUMABE
Hemcibra 25351.624847/2017-81 07/2028
10409 PRODUTO BIOLÓGICO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 4549583/20-1
1.0100.0667.001-9 24 Meses
30 MG SOL INJ SC CT 1 FA VD TRANS X 1 ML
1.0100.0667.002-7 24 Meses
60 MG SOL INJ SC CT 1 FA VD TRANS X 0,4 ML
1.0100.0667.003-5 24 Meses
105 MG SOL INJ SC CT 1 FA VD TRANS X 0,7 ML
1.0100.0667.004-3 24 Meses
150 MG SOL INJ SC CT 1 FA VD TRANS X 1 ML
---
PTC FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. 25210463000109
VOLANESORSENA SÓDICA
WAYLIVRA 25351.593000/2020-43 08/2024
11306 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO 2040294/20-5
1.5770.0003.001-0 36 Meses
200 MG/ML SOL INJ SC CT SER PREENC VD TRANS X 1,5 ML
1.5770.0003.002-9 36 Meses
200 MG/ML SOL INJ SC CT ENVOL 4 SER PREENC VD TRANS X 1,5 ML
---
SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A 43312503000105
MESILATO DE DOXAZOSINA + FINASTERIDA
PRÓS-HP 25351.694187/2012-96 01/2025
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0277275/20-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0277418/20-6
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0277516/20-6
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0278019/20-4
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0278108/20-5
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0278927/20-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0278941/20-8
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279037/20-8
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279222/20-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279374/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279392/20-0
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279466/20-7
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279486/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279517/20-5
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279570/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279616/20-3
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279676/20-7
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0279682/20-1
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0423290/20-9
1.0372.0235.001-5 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0372.0235.002-3 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0372.0235.003-1 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0372.0235.004-1 24 Meses
(2,0 + 5,0) MG COM REV CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
---
TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
Rheum palmatum L. + Frangula purshiana (DC.) A. Gray + PEUMUS BOLDUS MOLINA
EPAREMA 25992.004943/34 10/2029
10646 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 3028571/21-2
1.0639.0030.023-3 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML
1.0639.0030.027-6 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (GUARANÁ)
1.0639.0030.031-4 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (LARANJA)

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.200, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
---
ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 43426626000177
Viibryd 25351.241754/2015-53 08/2027
11020 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 0301916/18-1
1.0147.0183.001-7 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 7
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.002-3 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 14
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.003-1 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 28
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.004-6 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 56
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.005-2 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 7
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.006-9 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 14
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.007-5 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 7
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.008-1 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 14
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.009-8 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 28
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.010-0 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 56
CLORIDRATO DE VILAZODONA
1.0147.0183.011-7 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 7 + 20 MG COM REV CT BL AL AL X 7
CLORIDRATO DE VILAZODONA + CLORIDRATO DE VILAZODONA
---
LABORATÓRIO VITALAB LTDA 56646953000186
PEUMUS BOLDUS MOLINA
BOLDOVITA 25351.000540/2003-95 06/2028
1699 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO. 2273778/17-2
1.5400.0039.001-8 24 Meses
125 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS OPC X 90
1.5400.0039.004-2 24 Meses
125 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS OPC X 45
1.5400.0039.005-0 24 Meses
125 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.5400.0039.008-5 24 Meses
125 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 45
1.5400.0039.009-3 24 Meses
125 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 60

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.201, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
---
EMS S/A 57507378000365
COLECALCIFEROL
VIDYN D3 25351.496158/2016-90 08/2029
1373 ESPECIFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 3013952/21-0
1.0235.1311.003-2 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 10
1.0235.1311.004-0 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 30
1.0235.1311.005-9 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 60
1.0235.1311.006-7 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 100
1.0235.1311.007-5 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 200
---
EMS SIGMA PHARMA LTDA 00923140000131
COLECALCIFEROL
KOLI D3 25351.510768/2016-11 02/2029
1373 ESPECIFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 3013949/21-0
1.3569.0737.003-9 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 10
1.3569.0737.004-7 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 30
1.3569.0737.005-5 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 60
1.3569.0737.006-3 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 100
1.3569.0737.007-1 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 200
---
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
COLECALCIFEROL
MAISOL 25351.102850/2016-33 12/2028
1373 ESPECIFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 2050830/21-1
1.6773.0610.004-7 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 10
1.6773.0610.005-5 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 30
1.6773.0610.006-3 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 60
1.6773.0610.007-1 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 100
1.6773.0610.008-1 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 200
---
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
COLECALCIFEROL
D.NOVA D3 25351.449344/2016-30 11/2029
1373 ESPECIFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 3013956/21-2
1.2675.0371.003-1 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 10
1.2675.0371.004-1 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 30
1.2675.0371.005-8 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 60
1.2675.0371.006-6 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 100
1.2675.0371.007-4 24 Meses
1000 UI COM REV CT BL AL AL X 200
---
UCI - FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 48396378000182
FLUCONAZOL

FLURGYN 25351.462815/2017-86 10/2027
10087 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 3143446/21-1
1.0550.0191.001-1 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 1
1.0550.0191.002-1 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 500
1.0550.0191.003-8 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 2

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.202, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
---
FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
FLORATIL 25351.806140/2021-78 02/2030
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2869769/21-3
1.0390.0216.001-4 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 6 SACH X 1G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.002-2 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 4 SACH X 1G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.003-0 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 6 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.004-9 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 4 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.005-7 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 25 SACH X 1 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.006-5 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 50 SACH X 1 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.007-3 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 100 SACH X 1 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.008-1 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 25 SACH X 1,25 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.009-1 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 50 SACH X 1,25 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.010-3 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 100 SACH X 1,25 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.011-1 24 Meses
200 MG/G + 250 MG/1,25 G PO OR CT 3 SACH X 1 G + 3 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII + SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.012-1 24 Meses
200 MG/G + 250 MG/1,25 G PO OR CT 6 SACH X 1 G + 6 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII + SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.013-8 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.014-6 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.015-4 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.016-2 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.017-0 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 12
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.018-9 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 2
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.019-7 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X4
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.020-0 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.021-9 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 8
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.022-7 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 10
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.023-5 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 12
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.024-3 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 16
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.025-1 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 20
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.026-1 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3 + 250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.027-8 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6 + 250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.028-6 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 14
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.029-4 36 Meses
250 MG / 1.25 G PO OR CT 10 ENV AL / PLAS X 1.25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.030-8 36 Meses
250 MG / 1.25 G PO OR CT 14 ENV AL / PLAS X 1.25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.031-6 36 Meses
250 MG / 1.25 G PO OR CT 20 ENV AL / PLAS X 1.25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0390.0216.032-4 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 30
SACCHAROMYCES BOULARDII
---
MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA
EFEXOR 25351.574130/2021-68 05/2025
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2162013/21-0
1.8830.0081.001-1 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0081.002-8 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.8830.0081.003-6 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.8830.0081.004-4 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0081.005-2 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.8830.0081.006-0 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.8830.0081.007-9 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0081.008-7 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.8830.0081.009-5 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
CELECOXIBE
DICOXIBE 25351.574154/2021-17 04/2026
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2162124/21-1
1.8830.0082.001-5 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.8830.0082.002-3 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.8830.0082.003-1 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.8830.0082.004-1 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.8830.0082.005-8 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.8830.0082.006-6 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.8830.0082.007-4 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.8830.0082.008-2 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 5
1.8830.0082.009-0 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0082.010-4 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.8830.0082.011-2 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.8830.0082.012-0 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.8830.0082.013-9 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
besilato de anlodipino 25351.574168/2021-31 09/2025
11198 GENÉRICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2162150/21-1
1.8830.0083.001-0 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 10
1.8830.0083.002-9 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.8830.0083.003-7 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 21
1.8830.0083.004-5 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 28
1.8830.0083.005-3 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.8830.0083.006-1 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
1.8830.0083.007-1 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 10
1.8830.0083.008-8 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.8830.0083.009-6 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.8830.0083.010-1 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
---
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60665981000118
CLORETO DE POTÁSSIO
SLOW-K 25351.088564/2021-40 07/2027
11197 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 3211496/21-6
1.0497.1470.001-9 24 Meses
600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PE OPC X 10
1.0497.1470.002-7 24 Meses
600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PE OPC X 20

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.203, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

---

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
CLORETO DE POTÁSSIO
SLOW-K 25351.601696/2016-03 07/2027
1883 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3077742/21-9
1.0107.0332.001-1 24 Meses
600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PE OPC X 10
1.0107.0332.002-8 24 Meses
600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PE OPC X 20

---

LABORATÓRIOS PFIZER LTDA 46070868003699
besilato de anlodipino 25351.044678/2015-30 09/2025
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2161404/21-1
1.0216.0238.001-2 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 10
1.0216.0238.002-0 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.0216.0238.003-9 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 10
1.0216.0238.004-7 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.0216.0238.005-5 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 21
1.0216.0238.006-3 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 28
1.0216.0238.008-1 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.0216.0238.009-8 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.0216.0238.010-1 36 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
1.0216.0238.011-1 36 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
CELECOXIBE
DICOXIBE 25351.190537/2019-11 04/2026
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2161296/21-0
1.0216.0268.001-6 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0216.0268.002-4 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0216.0268.003-2 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0216.0268.004-0 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0216.0268.005-9 36 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0216.0268.006-7 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0216.0268.007-5 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 5
1.0216.0268.008-3 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0216.0268.009-1 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0216.0268.010-5 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0216.0268.011-3 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0268.012-1 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0216.0268.013-1 36 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 2
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA
EFEXOR 25351.190546/2019-11 05/2025
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2161294/21-3
1.0216.0270.001-7 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0270.002-5 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0216.0270.003-3 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0270.004-1 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0216.0270.005-1 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0270.006-8 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0216.0270.007-6 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.0216.0270.008-4 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.0216.0270.009-2 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30

---

NATULAB LABORATÓRIO S.A 02456955000183
FLORATIL 25351.134035/2019-19 02/2030
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2803996/21-3
1.3841.0071.001-3 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 6 SACH X 1G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.002-1 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 4 SACH X 1G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.003-1 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 6 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.004-8 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 4 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.005-6 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 25 SACH X 1 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.006-4 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 50 SACH X 1 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.007-2 36 Meses
200 MG/G PO OR CT 100 SACH X 1 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.008-0 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 25 SACH X 1,25 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.009-9 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 50 SACH X 1,25 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.010-2 36 Meses
250 MG/1,25 G PO OR CT 100 SACH X 1,25 G (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.011-0 24 Meses
200 MG/G + 250 MG/1,25 G PO OR CT 3 SACH X 1 G + 3 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII + SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.012-9 24 Meses
200 MG/G + 250 MG/1,25 G PO OR CT 6 SACH X 1 G + 6 SACH X 1,25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII + SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.013-7 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.014-5 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.015-3 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.016-1 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.017-1 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 12
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.018-8 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 2
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.019-6 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X4
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.020-1 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.021-8 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 8
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.022-6 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 10
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.023-4 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 12
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.024-2 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 16
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.025-0 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 20
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.026-9 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3 + 250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 3
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.027-7 24 Meses
200 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6 + 250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 6
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.028-5 24 Meses
250 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 14
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.029-3 36 Meses
250 MG / 1.25 G PO OR CT 10 ENV AL / PLAS X 1.25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.030-7 36 Meses
250 MG / 1.25 G PO OR CT 14 ENV AL / PLAS X 1.25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.031-5 36 Meses
250 MG / 1.25 G PO OR CT 20 ENV AL / PLAS X 1.25 G
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.3841.0071.032-3 24 Meses
100 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 30
SACCHAROMYCES BOULARDII

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE nº 2.980, de 30 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 144, de 2 de agosto de 2021, Seção 1, pág. 50, referente ao processo n° 25351.367708/2005-10

Onde se lê:

BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
ENOXAPARINA SÓDICA
Enoxalow 25351.367708/2005-10 02/2029
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 3119635/20-7
1.1637.0071.001-9 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD INC. X 0,2 ML
1.1637.0071.002-7 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD INC. X 0,4 ML
1.1637.0071.003-5 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD INC. X 0,6 ML
1.1637.0071.004-3 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD INC. X 0,8 ML
1.1637.0071.005-1 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD INC. X 1,0 ML
1.1637.0071.006-1 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,2 ML
1.1637.0071.007-8 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,4 ML
1.1637.0071.008-6 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,6 ML
1.1637.0071.009-4 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,8 ML
1.1637.0071.010-8 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 1,0 ML
1.1637.0071.011-6 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD INC X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.012-4 24 Meses

100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD INC X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.013-2 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD INC X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.014-0 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD INC X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.015-9 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD INC X 1,0 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.016-7 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.017-5 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.018-3 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.019-1 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.020-5 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD INC X 1,0 ML + SIST SEGURANÇA
---
Leia-se:
BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
ENOXAPARINA SÓDICA
Enoxalow 25351.367708/2005-10 02/2029
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 3119635/20-7
1.1637.0071.001-9 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD TRANS X 0,2 ML
1.1637.0071.002-7 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD TRANS X 0,4 ML
1.1637.0071.003-5 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD TRANS X 0,6 ML
1.1637.0071.004-3 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD TRANS X 0,8 ML
1.1637.0071.005-1 24 Meses
100 MG/ML SOL. INJ. CX 1 SER VD TRANS X 1,0 ML
1.1637.0071.006-1 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,2 ML
1.1637.0071.007-8 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,4 ML
1.1637.0071.008-6 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,6 ML
1.1637.0071.009-4 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,8 ML
1.1637.0071.010-8 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 1,0 ML
1.1637.0071.011-6 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD TRANS X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.012-4 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD TRANS X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.013-2 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD TRANS X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.014-0 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD TRANS X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.015-9 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 1 SER VD TRANS X 1,0 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.016-7 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.017-5 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.018-3 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.019-1 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.1637.0071.020-5 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ CX 10 SER VD TRANS X 1,0 ML + SIST SEGURANÇA

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE nº. 2.980, de 30 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 144, de 2 de agosto de 2021, Seção 1, pág. 50, referente ao processo nº 25351.209378/2006-11
Onde se lê:
BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
heparina sódica suína
HEPAMAX-S 25351.209378/2006-11 11/2028
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 3119561/20-0
1.1637.0069.001-8 36 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CT C/ 1 FA VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.002-6 36 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.003-4 36 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/100 FA VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.004-2 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CT C/1 AMP VD INC X 5 ML
1.1637.0069.005-0 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/25 AMP VD INC X 5 ML
1.1637.0069.006-9 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/100 AMP VD INC X 5 ML
1.1637.0069.011-5 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CT C/ 1 FA VD TRANS X 10 ML
1.1637.0069.012-3 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD TRANS X 10 ML
1.1637.0069.013-1 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 100 FA VD TRANS X 10 ML
Leia-se:
BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
heparina sódica suína
HEPAMAX-S 25351.209378/2006-11 11/2028
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 3119561/20-0
1.1637.0069.001-8 36 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CT C/ 1 FA VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.002-6 36 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.003-4 36 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/100 FA VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.004-2 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CT C/1 AMP VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.005-0 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/25 AMP VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.006-9 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/100 AMP VD TRANS X 5 ML
1.1637.0069.011-5 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CT C/ 1 FA VD TRANS X 10 ML
1.1637.0069.012-3 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD TRANS X 10 ML
1.1637.0069.013-1 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 100 FA VD TRANS X 10 ML

## 3ª DIRETORIA

## GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.221, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: ROTHMANS OF LONDON SERIES CLICK PURPLE (cigarro com filtro) - embalagem primária box e embalagens secundárias pacote para 2 e 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.184218/2020-19
Expediente: 1697872/21-2
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.222, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco das marcas, conforme anexo, por não terem sido peticionadas as renovações de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art. 2º A empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

CABROBO TABACS COMERCIO DE TABACARIA, VESTUARIO, PRESENTES E BEBIDAS - EIRELI
CNPJ: 22.336.423/0001-10
Marca: TABACS TABACO (fumo desfiado)
Processo: 25351.448322/2019-03
Vencimento: 20/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: NAY VISION (fumo para narguilé)
Processo: 25351.503631/2020-89
Vencimento: 13/07/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ZOMO STRONG MINT (fumo para narguilé)
Processo: 25351.667559/2019-83
Vencimento: 27/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
IRMAOS DALPIAZ LTDA
CNPJ: 75.884.890/0001-40
Marca: FUMOS OLIVEIRA (fumo desfiado)
Processo: 25351.830017/2018-72
Vencimento: 12/08/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
MERICLER IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 07.064.420/0001-80
Marca: PUEBLO BLUE (fumo de rolo)
Processo: 25351.659448/2018-12
Vencimento: 20/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: PUEBLO CLASSIC (fumo de rolo)
Processo: 25351.659447/2018-78
Vencimento: 20/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.223, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar os registros de produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, por indeferimento da petição de renovação.

Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

FÁBRICA DE CHARUTOS LEITE E ALVES LTDA-ME
CNPJ: 07.362.838/0001-74
Marca: LEITE &ALVES PETIT CORONA (charuto -(124 x 51)mm)
LEITE &ALVES BULLET (charuto -(105 x 66)mm)
LEITE ALVES CHURCHILL (charuto -(178 x 60)mm)
LEITE ALVES CORONA (charuto -(140 x 57)mm)
LEITE ALVES DOUBLE CORONA (charuto -(180 x 63)mm)
LEITE ALVES ENTREACTO (charuto -(120 x 35)mm)
LEITE ALVES FIGURADO (charuto -(120 x 52)mm)
LEITE &ALVES GORDITO (charuto -(105 x 74)mm)
LEITE &ALVES GRADUADO (charuto -(140 x 74)mm)
LEITE ALVES JUANITO (charuto-(100 x 35)mm)
LEITE &ALVES PRESIDENTE (charuto -(170 x 60)mm)
LEITE &ALVES QUADRADO (charuto -(140 x 60)mm)
LEITE ALVES ROBUSTO (charuto -(124 X 63)mm)
LEITE ALVES ROTHSCHILD (charuto -(105 x 60)mm)
Processo: 25351.299736/2019-94
Expediente: 1200340/21-9
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

## GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.206, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

---

BALT BRASIL PRODUTOS MEDICOS LTDA / 12.236.355/0002-44
STENT SILK VISTA
25351.400606/2021-25 / 81936210025
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1642817210

BIOLINE COMERCIAL LTDA / 04.762.934/0001-11
CATETER DE ANGIOPLASTIA CORONARIANA RIVER
25351.909675/2020-19 / 80120820038
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2997360201

BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA / 01.299.509/0001-40
Kit de Detecção por PCR em Tempo Real VIASURE SARS-CoV-2 del 69/70, genes ORF1ab e N.
25351.014278/2021-48 / 10355870422
8433 - IVD - Registro de produto / 3060184213

Blumedical Group Comércio de Produtos para Saúde Ltda.- ME / 18.367.997/0001-88
Kit Cânula Descartável - CLAUDICARE
25351.049937/2021-67 / 80981940039
80032 - EQUIPAMENTO - Registro de Sistema de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3127792216

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
Sistema SpaceOAR
25351.758827/2020-17 / 10341350992
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4624076204

Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda / 26.263.959/0001-03
Drug Eluting Balloon Catheters
25351.683313/2020-92 / 81464750096
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4466326209
AcoArt Orchid Drug Eluting Balloon Catheters
25351.683317/2020-71 / 81464750097
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4466333201

DR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 17.634.786/0001-00
SISTEMA LEFORTE
25351.809121/2021-01 / 80991380059
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 0064021212

ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND E COM LTDA.-EPP / 67.710.244/0001-39
PLACAS S ENGIMPLAN
25351.415776/2020-23 / 10208610105
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3945427204

ESTABLISHMENT LABS BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 08.290.164/0001-02
Implantes Mamários Anatomical TrueFixation™ without QID™
25351.844636/2020-69 / 80588390011
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2807210203

EUROIMMUN BRASIL MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA / 93.741.726/0001-66
Anti-Hanta Virus Pool 2 "America" ELISA (IgM)
25351.623850/2021-64 / 10338930258
8433 - IVD - Registro de produto / 2314375214
EURORealTime SARS-CoV-2/Influenza A/B
25351.227212/2021-16 / 10338930259
8433 - IVD - Registro de produto / 1121027213
Anti-Hanta Virus Pool 2 "America" ELISA (IgG)
25351.623849/2021-30 / 10338930257
8433 - IVD - Registro de produto / 2314372210

GM DOS REIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 60.040.599/0001-19
HTA - Headless Titanium Anchor
25351.406211/2020-55 / 10247700152
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3929856206

HELCA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA / 00.004.286/0001-83
PARAFUSO CHANFRADO TOOL VIP
25351.896397/2021-11 / 10242780137
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0239282218

Hortron Indústria e Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA-ME / 13.459.890/0001-46
FIBRA ÓPTICA CIRURGICA HORTRON
25351.306159/2021-19 / 81288540038
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1358958210

INSTITUTO BUTANTAN / 61.821.344/0001-56
Kit GeneFinder™ COVID-19 Fast RealAmp
25351.801223/2021-71 / 10223400003
8433 - IVD - Registro de produto / 2855899215
Família Kit GeneFinder™ COVID-19/Flu A&B RealAmp
25351.801954/2021-16 / 10223400002
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2858785215

JJGC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DENTÁRIOS S.A. / 00.489.050/0001-84
Componentes em titânio Neodent
25351.430037/2021-42 / 10344420388
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1728973214

LANG E FILHOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA ME / 33.175.084/0001-53
Lang 2019-nCoV RBD Antibody Rapid Test
25351.738343/2021-24 / 80285220024
8433 - IVD - Registro de produto / 2670164212

MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 09.117.476/0001-81
Lente Intraocular HOYA Nanex Multisert Transparente - NC1
25351.890148/2021-12 / 80686360324
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0227129210
Lente Intraocular HOYA Nanex Multisert Amarela - NY1
25351.890149/2021-59 / 80686360325
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0227132210

MBIOLOG DIAGNOSTICOS LTDA / 03.590.360/0001-89
IMUNOSCREEN ANTI-HBc SS
25351.290590/2021-36 / 80047580208
8433 - IVD - Registro de produto / 1313580215

MEDSYSTEMS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP / 05.273.422/0001-54
SISTEMA PARA CIRURGIA OFTALMOLÓGICA FAROS
25351.049938/2021-10 / 80380260023
80032 - EQUIPAMENTO - Registro de Sistema de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3127795211

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA / 58.295.213/0001-78
Fio-Guia de Pressão OmniWire
25351.881282/2021-14 / 10216710398
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3043937210

RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME / 07.489.080/0001-30
PB SafeBlend
25351.595692/2021-45 / 80356130208
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2226515215

SINTEGRA SURGICAL SCIENCIES LTDA / 06.373.225/0001-70
DEEPFIBER® ÂNCORA SOFT
25351.484245/2020-81 / 80739420029
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 4080292202

Smith &Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
EVOS WRIST - SISTEMA DE PLACAS E PARAFUSOS DE GRANDES E PEQUENOS E MINI E MICROFRAGMENTOS - TITÂNIO
25351.234527/2020-39 / 80804050313
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 3575608200

TRIMED BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 05.334.383/0001-58
PLACAS ESPECIAIS MMF TRIMED
25351.467033/2020-39 / 81208020002
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 4048325208

UNA MEDIC IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA / 32.247.380/0001-50
GeneFinder COVID-19 Ag Plus
25351.830245/2021-48 / 81914040008
8433 - IVD - Registro de produto / 2926156212

vertek consumo clinico e hospitalar eirelli me / 22.898.875/0001-95
VISCOTEC
25351.162409/2020-11 / 81365080008
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3447667209

Vida Biotecnologia Ltda - ME / 11.308.834/0001-85
Teste Rápido de Anticorpos Imuno S
25351.668078/2021-18 / 80785070131
8433 - IVD - Registro de produto / 2450824211

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Allplex™ SARS-CoV-2 Master Assay
25351.383164/2021-45 / 80102512693
8433 - IVD - Registro de produto / 1593387213
AltoStar® SARS-CoV-2 RT-PCR Kit 1.5
25351.047555/2021-07 / 80102512692
8433 - IVD - Registro de produto / 3123918218

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.207, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT DIAGNOSTICOS RAPIDOS S.A. / 50.248.780/0001-61
Panbio™ COVID-19 Ag Rapid Test Device (Nasal)
25351.525272/2020-11 / 10071770918
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3111870214

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
Família Alinity m HR HPV
25351.306385/2019-85 / 80146502206
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2941459218
Família Alinity m STI
25351.321061/2019-77 / 80146502213
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2941400218

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
PALINDROME PRECISION COM ESTILETE VENATRAC
25351.150490/2015-60 / 10349000522
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 3569726201
Palindrome Precision
25351.149004/2015-87 / 10349000496
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 3569724205
Palindrome Precision
25351.149004/2015-87 / 10349000496
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3569718201
PALINDROME PRECISION COM ESTILETE VENATRAC
25351.150490/2015-60 / 10349000522
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3569720202
Palindrome Precision
25351.149004/2015-87 / 10349000496
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 2519535212

BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA. / 21.551.379/0001-06
BD MAX MDR-TB
25351.695962/2019-01 / 10033430780
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2926163215

BIOMERIEUX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 33.040.635/0001-71
Biofire FilmArray BCID Panel
25351.346737/2015-45 / 10158120695
8411 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do local de fabricação (unidade fabril) / 3028431217
FilmArray Respiratory Panel 2
25351.675954/2018-59 / 10158120716
8411 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do local de fabricação (unidade fabril) / 3028200214

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO DE LIGAMENTO ARTIFICIAL TOGGLELOC
25351.314227/2010-95 / 80044680067
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2297106218
Âncoras de Sutura Metálicas
25351.721788/2015-14 / 80044680226
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2297108214
DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO TIBIAL BIOMET®
25351.691485/2011-08 / 80044680118
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2297110216
HASTES FEMORAIS TAPERLOC
25351.308585/2010-81 / 80044680147
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1916348217

BIOTEC BIOLOGICA INDUSTRIA FARMACÊUTICA / 10.446.719/0001-04
RESPIRADOR FILTRANTE DE PARTÍCULAS N95
25351.242091/2020-51 / 80695710009
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3143554218

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
SISTEMA LASER AURIGA
25351.723060/2017-00 / 10341350932
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 3111299214

CARDINAL HEALTH DO BRASIL LTDA. / 19.585.158/0001-07
EXCILON AMD
25351.552261/2018-99 / 81356112306
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 2227215211

COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA / 95.433.397/0001-11
MONITOR DE SINAIS VITAIS BIONET
25351.056424/2009-66 / 80070210007
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 3113356218

CPMH - Comércio e Indústria de Produtos Médico-Hospitalares e Odontológicos LTDA. / 13.532.259/0001-25
Novel Coronavirus (2019-nCoV) Nucleic Acid Detection Kit PCR-Fluorescence Probing
25351.223955/2020-36 / 80859840202
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3060191216

DESCARBOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 11.671.812/0001-85
máscara n95/pff2 descarbox
25351.433317/2020-21 / 80937630027
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3159217211

DESCARPACK DESCARTÁVEIS DO NORDESTE LTDA. - 09.614.278/0001-23
SERINGA DESCARTÁVEL DE SEGURANÇA SEM AGULHA DESCARPACK NE
25351.169764/2011-87/ 80518310011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3017698211

DESCARTEE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS DESCATÁVEIS LTDA / 07.318.036/0001-67
Avental Descartável Descartee
25351.086832/2009-72 / 80441390002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3216642217

Eco Diagnostica Ltda / 14.633.154/0002-06
Covid Ag Oral ECO Detect
25351.952121/2020-31 / 80954880149
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2259630215

ELEKTA MEDICAL SYSTEMS COMÉRCIO E SERVICOS PARA RADIOTERAPIA LTDA. / 09.528.196/0001-66
ACELERADOR LINEAR ELEKTA
25351.015142/2010-38 / 80569320007
80214 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de grande porte / 3143911210

ELKA PLASTICOS LTDA / 60.643.293/0001-57
MÁSCARA de proteção reutilizavel OTO
25351.519003/2020-15 / 82029470001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3249063211

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Família Technopath MultiCHECK Cardiac
25351.419137/2017-29 / 80117580612
8008 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição de produtos ou modelos de instrumentos / 2872483216

ENDOTEC PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 09.586.279/0001-01
V-GRIP-CONTROLADOR DE DESTACAMENTO
25351.594707/2018-52 / 80583400023
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 3127846219

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
Kit Molecular SARS-CoV-2 (EDx) - Bio-Manguinhos
25351.498923/2020-92 / 80142170045
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3062268219

GRIFOLS BRASIL LTDA / 02.513.899/0001-71
Procleix Zika Vírus
25351.221273/2019-55 / 80134860266
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2957419216

HN DESC comercio e confecções de produtos hospitalares ltda.epp / 10.235.337/0001-31
Máscara descartavel
25351.492704/2021-81 / 80719720026
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2975722213

IMPLALIFE INDÚSTRIA DE PRODUTOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS LTDA / 09.566.849/0001-00
COMPONENTES PROTÉTICOS NÃO-ESTÉREIS
25351.428496/2011-48 / 80516010007
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 2465725215

IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA / 42.837.716/0001-98
SARS-CoV-2 Antígeno InviTest
25351.717787/2020-45 / 10303460506
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3129023210
SARS-CoV-2 Antígeno InviTest
25351.717787/2020-45 / 10303460506
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3129021213

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR DO PARANÁ / 03.585.986/0001-05
Kit Biomol OneStep/COVID-19
25351.441245/2020-96 / 80780040004
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3129017215

INTEGRA LIFESCIENCES BRAZIL LTDA / 23.970.075/0001-09
Cateteres para Hidrocefalia com Bactiseal Codman
25351.557466/2019-41 / 81770370011
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0181772218

JOHNSON &JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
ELETRODOS DE RETORNO DE PACIENTE REUTILIZÁVEIS MEGA SOFT
25351.330443/2019-91 / 80145901900
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 3028001210

Jotec do Brasil importação e comercio de equipamentos hospitalares ltda / 21.996.505/0001-28
On-X® Mitral Prosthetic Heart Valve
25351.550263/2020-68 / 81398250013
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3218362213

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 71.256.283/0001-85
Mamógrafo
25351.681864/2014-71 / 80101380010
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 3160998218

lottus produtos hospitalares ltda / 17.461.145/0001-92
Máscara Facial Lottus
25351.190311/2020-54 / 81376110001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3181605213

M. M. CONFECCOES LTDA / 07.625.624/0001-43
Avental descartável não estéril
25351.492696/2021-72 / 82207050001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2910944212

MEDLIFE LOGISTICA LTDA / 09.315.202/0001-05
Máscara Respirador N95
25351.211892/2020-75 / 80682900015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3161319215

MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 04.645.160/0001-49
FAMÍLIA XGEN MULTI SEPSE CHIP
25351.428805/2016-07 / 80502070052
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3129019211
FAMÍLIA XGEN MULTI SEPSE CHIP
25351.428805/2016-07 / 80502070052
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 2824212212

M3 Health Indústria e Comércio de Produtos Médicos, Odontológicos e Correlatos S.A. / 12.568.799/0001-04
COMPONENTE PROTETICO
25351.146346/2019-12 / 81684340013
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 2415988213
PROVISORIO
25351.853587/2018-31 / 81684340012
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 2415986217

new desc industria descartaveis medicos e hospitalares ltda me / 03.720.369/0001-67
campo cirurgico descartavel não estéril sms impermeavel new desc
25351.824397/2021-10 / 81127780006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3147879214

NORMO HEALTHCARE LTDA - EPP / 01.630.910/0001-10
Bisturi Oftalmológico Trimmer
25351.475313/2021-00 / 10337119001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3215366210

Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
Sistema de Aspiração INDIGO - CATD reto
25351.237619/2020-71 / 81248520022
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2313797215
Sistema de Aspiração INDIGO - CATD angulado
25351.237620/2020-03 / 81248520023
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2313799211

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA / 58.295.213/0001-78
IntelliSpace Portal
25351.029521/2012-29 / 10216710225
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 3028195214

Plie Confecções Ltda / 12.270.694/0001-66
SOUTIEN PÓS CIRÚRGICO
25351.553059/2021-80 / 82218670001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3232299212

POINT SUTURE DO BRASIL IND DE FIOS CIRURGICOS LTDA / 12.340.717/0001-61
VICPOINT
25351.309123/2005-77 / 10155530014
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 2416002214
SURGISORBPOINT
25351.052838/2004-61 / 10155530008
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 2416004211

QR Consulting, Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda / 19.933.144/0001-29
Família AllTest COVID-19 IgG/IgM Teste Rápido ( Sangue total/ Soro/Plasma)
25351.211988/2020-33 / 81325990118
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3013826214

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA / 59.557.124/0001-15
OLLA PRAZER DA PELE
25351.389565/2019-94 / 80774900074
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1199790217
JONTEX SENSAÇÃO PELE COM PELE
25351.649777/2014-17 / 80774900011
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1199792213

RENOVA MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 31.047.312/0001-84
MED SCIENCE DUO BLOCK - KIT CÂNULA PARA BLOQUEIO DE NERVOS
25351.824425/2021-91 / 81747779026
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3145476213

RHADARTRADE COMERCIAL IMPORTADORA DE PECAS EIRELI / 08.002.373/0001-03
INSTRUMENTOS ACESSÓRIOS EM PLÁSTICO DHPRO
25351.503607/2021-21 / 80361810049
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2910307210

RICHARD WOLF BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICINAIS LTDA / 15.678.981/0001-06
PINÇA MODULAR ERAGON
25351.987454/2021-62 / 81037940138
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 3127842216

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Elecsys Syphilis
25351.418784/2017-91 / 10287411332
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3074138216

R3A MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 14.697.578/0001-53
Cânula de Bloqueio e Estímulo R3A
25351.801455/2021-29 / 80989259015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3145487219

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Sistema de Radiografia Digital Multix Impact
25351.579338/2020-92 / 10345162374
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 3059725211

SIGNO VINCES EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI / 03.717.757/0001-99
SISTEMA PARA RECONSTRUÇÃO BUCO-MAXILO FACIAL
25351.874671/2008-66 / 80389000007
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 4370676202

SING WAY ARTIGOS PARA FESTAS EIRELI / 10.872.908/0001-49
MÁSCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTÁVEL INFANTIL
25351.542059/2021-54 / 82157540002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2910971210

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Invisible Trial DRG
25351.319111/2018-75 / 10332340441
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 3059723214
Heartmate 3 - Sistema de Assistência Ventricular Esquerda
25351.484010/2017-93 / 10332340428
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 3028082216
INVISIBLE TRIAL SCS
25351.319073/2018-51 / 10332340439
80165 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela EMPRESA / 3127802217
Portico™ Transcatheter Heart Valve
25351.762058/2018-29 / 10332340453
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 0414745216
CPS Aim Universal - Canulador
25351.651700/2015-38 / 10332340398
80243 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto / 4434567204
CPS Aim Universal - subseletor
25351.651691/2015-19 / 10332340397
80243 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto / 4434563201
CPS Aim Universal - Canulador
25351.651700/2015-38 / 10332340398
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4434552206
CPS Aim Universal - subseletor
25351.651691/2015-19 / 10332340397
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4434548208
CPS Aim Universal - Canulador
25351.651700/2015-38 / 10332340398
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4434542209
CPS Aim Universal - subseletor
25351.651691/2015-19 / 10332340397
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4434540202

STARHEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 19.903.883/0001-78
SISTEMA DE BALÃO INTRAGASTRICO ORBERA
25351.072057/2017-06 / 81115910001
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2415990215
SISTEMA DE BALÃO INTRAGÁSTRICO BIB
25351.266672/2019-45 / 81115910004
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2415994218

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO EXTERNO SAMARITAN PAD
25351.535738/2020-96 / 80005430613

80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 2925142217

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
SISTEMA DE PLACAS OSTEOTTECH-PED
25351.135781/2020-55 / 81118460065
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 1494201211
PONTAS ATIVAS ULTRASSÔNICAS DIAMANTADAS ESTÉREIS - TECHIMPORT
25351.542103/2021-26 / 81118469006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3222326219

VMI TECNOLOGIAS LTDA / 02.659.246/0001-03
APARELHO DE RAIOS-X COM FLUOROSCOPIA
25351.656591/2021-58 / 81583780005
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 3143913216

VOX MED COMERCIO E REPRESENTACÕES LTDA / 10.388.140/0001-32
Máscara N95 MengMei
25351.504747/2020-35 / 80794390026
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3140031211
Máscara N95 YOUXIAO
25351.518978/2020-26 / 80794390027
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3143050213

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
RealStar®Yellow Fever Virus RT-PCR Kit 1.0
25351.844116/2018-31 / 80102512275
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3011333214

VYDENCE MEDICAL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 57.478.612/0001-01
APARELHO ELETROMÉDICO DE FOTOTERAPIA VIA LASER E LUZ, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL
25351.405645/2018-13 / 80058580023
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 3127844212

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.208, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

---

BIOADVANCE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA - ME / 07.630.473/0001-11
ENDOBOTON COM FIO-BIOADVANCE
25351.783528/2011-70 / 80301890011
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1916346211
ENDOBOTON COM FIO-BIOADVANCE
25351.783528/2011-70 / 80301890011
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 1916350219

DiaMed Latino América S.A. / 71.015.853/0001-45
Família RH-HR, KELL, KIDD, DUFFY Monoclonal Importado - Gel Teste
25351.164301/2017-09 / 80004040180
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 2941500214

DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA / 38.756.680/0001-40
ANDALAN CAYA® GEL
25351.418251/2021-21 /
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 1696215210

GLOBALTEK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA / 03.905.063/0001-85
BURN FREE COMPRESSA ESTÉRIL PARA QUEIMADURAS
25351.469526/2021-94 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1846578211

MEDARTIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 07.021.336/0001-80
MODUS® 2 ORTHOGNATHICS
25351.542042/2021-05 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 2063628218

MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 04.645.160/0001-49
KIT XGEN MULTI MB - Kit MULTIPLEX para Detecção de Bactérias Causadoras de Meningite
25351.033176/2016-64 / 80502070038
8008 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição de produtos ou modelos de instrumentos / 2926126211

OLTRAMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP / 14.829.987/0001-66
Diagnostic Kit for IgM/IgG Antibody to Coronavirus (SAR S-CoV-2) (Lateral Flow)
25351.235560/2020-86 / 81425780025
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1213430219

SOL-MILLENNIUM BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 14.336.329/0001-32
SOL-M TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO
25351.607738/2020-03 / 80937150048
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 3060189214

## GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.815, DE 4 DE JUNHO DE 2020 (*)**

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas do agrião, estévia e rúcula, com LMR de 11 mg/kg e IS de 3 dias; pitanga, com LMR de 5,0 mg/kg e IS 1 dia, abacaxi, anonáceas, cupuaçu, guaraná, romã, com LMR de 2, 0 mg/kg e IS de 7 dias; azeitona e mirtilo, com LMR de 5,0 mg/kg e IS 1 dia; chalota, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 7 dias; batata-yacon, beterraba, cará, inhame, mandioca, mandioquinha-salsa, nabo, rabanete, com LMR de 0,15 mg/kg e IS de 7 dias; Plantas Ornamentais: folhagens e kalanchoe, com LMR e IS "Uso não alimentar", alterar o LMR de 1,0 para 2,0 mg/kg na cultura da manga, alterar o LMR de 0,1 para 0,15 mg/kg na cultura da cenoura, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo B41 - BOSCALIDA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Republicada por ter saído incompleta, no original, publicado no Diário Oficial da União n°108, de 8 de junho de 2020, Seção 1, pág. 91.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.215, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
---
ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
GALIL SC
25351.130727/2011-11
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4242573/20-1
---
IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
SONDA
25351.000474/2017-04
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0751357/21-9
---
KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA / 11.074.190/0001-08
ATREVIDO
25351.114505/2017-06
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3669423/20-6
BOVERIL CANA
25351.585972/2016-05
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3670484/20-5
CORVAIR
25351.114453/2017-01
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3670110/20-8
---
PIRLAQUIM BR COMERCIAL LTDA / 00.642.795/0001-31
AGROTOP
25351.438831/2011-20
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0804034/21-4
---
NUTRIEN SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA. - 88.305.859/0001-50
BRAZEB 800 WP
25351.283401/2019-01
5124 - PÓS-REGISTRO DE AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3118057/21-1
---
OURO FINO QUÍMICA S.A. - 09.100.671/0001-07
MOURÃOBR
25351.489752/2017-13
5124 - PÓS-REGISTRO DE AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2953368/21-7
MOJJAVE
25351.489771/2017-31
5124 - PÓS-REGISTRO DE AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2953369/21-4
---
SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
TRACTOR
25351.006566/2006-90
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3777455/20-2
TUCSON
25351.445795/2005-45
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3777456/20-9
VERLON
25351.087465/2013-18
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3777460/20-6
---
SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA / 42.462.952/0001-77
CORDIAL 100
25000.014700/97-81
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4292006/20-2
EPINGLE 100

25000.032699/97-86
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4292082/20-1
LEGION
25351.828011/2018-07
5124 - PÓS-REGISTRO DE AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3118082/21-8
TIGER 100 EC
25000.007691/97-72
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4291836/20-1
---
SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
BRAVONIL TOP
25351.692233/2012-07
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0559332/21-1

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.216, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Divulgar a reclassificação toxicológica de acordo com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 294, de 29 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA
---
HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA / 47.176.755/0001-05
PREVINIL
25351.581886/2010-28
1509650/21-1
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TOXICO
---
SINON DO BRASIL LTDA. / 03.417.347/0001-22
GAMONIUM
25351.193888/2015-61
0413468/21-6
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
---
SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA. - 60.744.463/0001-90
AUGORY
25351.206179/2019-03
1408746/21-2
CATEGORIA 1 - PRODUTO EXTREMAMENTE TÓXICO

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.217, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA
---
ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
PATROL
25351.332781/2015-81
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0477771/15-9
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
---
BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 08.911.564/0001-98
CELPHOS TABLET
25351.327425/2014-07
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0450082/14-2
CATEGORIA 1 - PRODUTO EXTREMAMENTE TÓXICO
FLUMI 500 AGROGILL
25351.056465/2018-01
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0079788/18-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
---
NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
CLOMAZONE 500 EC NORTOX
25351.646580/2013-18
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0924763/13-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
PIRACLOSTROBIN TÉCNICO NORTOX
25351.743258/2015-94
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1057771/15-8
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA
---
PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. / 14.497.712/0001-72
FLUAZINAM 500 SC PLS CL1
25351.743844/2014-55
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1093902/14-4
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
---
SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA / 42.462.952/0001-77
RETAIN
25351.037424/01-15
5045 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULADOR/ MANIPULADOR, 4645661/20-5
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
---
SM AGROCARE BRASIL IMPORTACAO COMERCIO E SERVICOS AGRICOLAS LTDA / 34.866.068/0001-70
PIRACLOSTROBINA TÉCNICO SULPHUR MILLS
25351.211568/2018-32
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0297716/18-8
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.218, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
---
TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA / 04.997.059/0001-57
RISBAN
25351.799960/2016-77
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1144121/16-6

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.219, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Divulgar a reprovação da reclassificação toxicológica de acordo com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 294, de 29 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
---
SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
PRIMAIZ GOLD
25000.033143/99-04
5001 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA RECLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA, 2889545/20-2

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE nº 1.379, de 4 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 85, de 6 de maio de 2020, Seção 1, Pág. 85.

Onde se lê:

"Art. 1º Incluir as culturas: acelga, agrião, almeirão, chicória, espinafre e rúcula, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 20 dias, brócolis, couve-flor, couve-chinesa, couve-de-bruxelas e repolho, com LMR de 5,0 mg/kg e IS de 3 dias, ervilha, feijão-caupi e lentilha, com LMR de 0,6 mg/kg e IS de 21 dias, goiaba, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 07 de dias, mamão, abacate, abacaxi, cacau, kiwi, manga e maracujá, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 3 dias, mandioca, beterraba, cenoura, gengibre e mandioquinha salsa, com LMR de 0,15 mg/kg e IS de 07 dias, morango, acerola, azeitona, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 1 dia, melancia, com LMR de 1,0 mg/kg e IS de 1 dia, abóbora, abobrinha, chuchu, maxixe, berinjela, jiló, pimenta e quiabo, com LMR de 0,6 mg/kg e IS de 1 dia, caju, caqui e figo, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 7 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo F69 - FLUPIRADIFURONE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003."

Leia-se:

"Art. 1º Incluir as culturas: acelga, agrião, almeirão, chicória, espinafre e rúcula, com LMR de 3,0 mg/kg e IS de 1 dia, brócolis, couve-flor, couve-chinesa, couve-de-bruxelas e repolho, com LMR de 5,0 mg/kg e IS de 3 dias, ervilha, feijão-caupi e lentilha, com LMR de 0,6 mg/kg e IS de 21 dias, goiaba, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 07 de dias, mamão, abacate, abacaxi, cacau, kiwi, manga e maracujá, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 3 dias, mandioca, beterraba, cenoura, gengibre e mandioquinha salsa, com LMR de 0,15 mg/kg e IS de 07 dias, morango, acerola, azeitona, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 1 dia, melancia, com LMR de 1,0 mg/kg e IS de 1 dia, abóbora, abobrinha, chuchu, maxixe, berinjela, jiló, pimenta e quiabo, com LMR de 0,6 mg/kg e IS de 1 dia, caju, caqui e figo, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 7 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo F69 - FLUPIRADIFURONE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003."

## GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.189, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

___

ADCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 39.299.870/0001-49
ADCOS PROTETOR SOLAR STICK ULTRALEVE FPS UVB 50 PEACH
25351.365229/2020-90 / 220280373
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1701104/21-1
-------------------------------------
Archote Indústria Química Ltda / 60.954.898/0001-69
GEL HIGIENIZANTE ANTI-SÉPTICO PARA AS MÃOS MOLLIS
25351.165886/2012-42 / 260640001
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2780445/20-3
-------------------------------------
ARCOM S/A / 25.769.266/0001-24
BANANA BOAT™ KIDS SPORT LOCIÓN PROTECTORA SOLAR UVA/UVB FPS 50
25351.593177/2019-14 / 249090069
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0369583/21-3
-------------------------------------
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA / 01.567.613/0001-78
ALTAMODA É... ESCOVA OIL ARGAN - CREME DISCIPLINANTE INTENSIVO FÓRMULA PLUS
25351.265660/2014-07 / 225600345
299 - Cancelamento de Registro - ANVISA / 3215878/21-5
-------------------------------------
JOHNSON &JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. / 59.748.988/0001-14
NEOSTRATA MINESOL OIL CONTROL FPS 70 MÉDIO ESCURO
25351.381100/2021-18 / 200921403
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1589207/21-1
-------------------------------------
LIMA &PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A / 22.685.341/0001-80
GEL ANTISSÉPTICO ASSEPTGEL FRESH
25351.333736/2018-40 / 236790033
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2114255/21-2
GEL ANTISSÉPTICO ASSEPTGEL FRESH
25351.333736/2018-40 / 236790033
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2868761/21-6
GEL ANTISSÉPTICO ASSEPTGEL FRESH
25351.333736/2018-40 / 236790033
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 3073753/21-4
-------------------------------------
LQF Laboratorio Quimico Farmaceutico Rio Preto Eireli - ME / 17.159.943/0001-64
JOOB ALCOOL GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZANTE PARA MÃOS
25351.192868/2020-20 / 281180002
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1489773/21-5
JOOB ALCOOL GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZANTE PARA MÃOS
25351.192868/2020-20 / 281180002
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 3724219/20-2
-------------------------------------
MCG PERFUMARIA LTDA / 30.874.801/0001-47
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS PROTEFAMILY PINK CONCARE
25351.758212/2020-82 / 418680012
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4622972/20-4

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.190, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

___

C &R IND COM COSMETICOS LTDA / 00.700.191/0001-02
FILTRO SOLAR FPS 40 FARMAFÓRMULA
25351.340840/2014-66 / 224640143
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0910877/20-3
FILTRO SOLAR FPS 40 FARMAFÓRMULA
25351.340840/2014-66 / 224640143
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 1914950/19-6
-------------------------------------
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA / 01.567.613/0001-78
ALTAMODA É... ESCOVA OIL ARGAN - CREME DISCIPLINANTE INTENSIVO FÓRMULA PLUS
25351.265660/2014-07 / 225600345
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 3334716/19-6

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.191, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ACQUAZUL INDÚSTRIA &COMÉRCIO EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03729-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACQUAPAN SUPER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.070053/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.3729.0018.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ACQUAPAN SUPER + GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACQUAPAN SUPER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.070053/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.3729.0018.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ACQUAPAN SUPER + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: ACUAPURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01243-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PURI SAFE 90
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237697/2021-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.1243.0022.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: ALLYSSON MANOEL BANDEIRA
AUTORIZAÇÃO: 3.09461-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: SODA CAUSTICA DEZ 60
NUMERO DE PROCESSO: 25351.283411/2020-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.9461.0001.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: SODA CAUSTICA DEZ 60 + POTE DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PET AMERICAN NUTRIENTS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584391/2020-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0024.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: AMEPET + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855485/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PET AMERICAN NUTRIENTS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584391/2020-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0024.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: AMEPET + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855485/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PET AMERICAN NUTRIENTS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.584391/2020-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0024.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: AMEPET + FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855485/21-5

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: ana claudia rodrigues gonçalves - produtos automotivos me
AUTORIZAÇÃO: 3.07577-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE MBA
VERSÃO: KAYAKE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426014/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0002.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE MBA
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426014/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0002.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE MBA
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426014/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0002.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE MBA
VERSÃO: MILFLORES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426014/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0002.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE MBA
VERSÃO: TALCO

NUMERO DE PROCESSO: 25351.426014/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0002.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: SODA LIQUIDA MBA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.426015/2020-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0003.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: AP WINNER INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01975-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO-SQUEEZE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE COM VALVULA DOSADORA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM VERBENA DONE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO-SQUEEZE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM VERBENA DONE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE COM VALVULA DOSADORA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM VERBENA DONE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM VERBENA DONE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM DONE
VERSÃO: ÁLCOOL EM GEL 70º INPM VERBENA DONE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.640265/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.1975.0034.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839401/21-5

NOME DA EMPRESA: ARARAS QUIMICA DO BRASIL EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.09155-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALCOOL HOSPITALAR 70º INPM - ARARAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.796424/2020-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.9155.0001.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1796047/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALCOOL HOSPITALAR 70º INPM - ARARAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.796424/2020-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.9155.0001.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA
VALIDADE DO PRODUTO: Dias
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1796047/21-0

NOME DA EMPRESA: BFR IND &COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09857-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA DONA MARIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316697/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9857.0002.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA DONA MARIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316697/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9857.0002.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: BTA ADITIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04585-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DYNAMIC LAV ALV OX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.758323/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0033.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DYNAMIC LAV ALV OX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.758323/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0033.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DYNAMIC LAV ALV OX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.758323/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0033.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: CERAS JOHNSON
AUTORIZAÇÃO: 3.00063-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOFORM SCJOHNSON DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.336735/2018-57
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0620.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4354521/20-2

NOME DA EMPRESA: CHRISTEYNS BRASIL - PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05098-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante tecidos Higindoor
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316839/2021-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.5098.0037.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: CIRIO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01452-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: CIRIO ALVEX
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.525037/2011-58
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2857609/21-3

NOME DA EMPRESA: CITROMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02923-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: MOSKITRIN SPRAY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.747740/2021-97
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0167.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02661-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIVERFOAM ST
NUMERO DE PROCESSO: 25351.856330/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0285.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839449/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIVERFOAM ST
NUMERO DE PROCESSO: 25351.856330/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0285.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2839449/21-8

NOME DA EMPRESA: DKN QUIMICA DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.06436-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.011-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.012-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.013-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.014-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.015-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.016-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE

VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: FLORES DO CAMPO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.017-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: FLORES DO CAMPO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.018-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: BRISAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.019-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: BRISAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.020-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.021-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.022-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: HARMONIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.023-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: HARMONIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.024-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.025-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZ
VERSÃO: CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.112640/2016-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.6436.0002.026-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2536391/21-3

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: DUNAMIS PODER EM LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07243-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA DUNAMIS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.765467/2021-82
NUMERO DE REGISTRO: 3.7243.0001.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: Essenza Indústria Química Eireli
AUTORIZAÇÃO: 3.07837-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MULTIUSO SUPER CONCENTRADO EFFECT PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.866689/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.7837.0022.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MULTIUSO SC EFFECT PLUS + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MULTIUSO SUPER CONCENTRADO EFFECT PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.866689/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.7837.0022.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MULTIUSO SC EFFECT PLUS + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO COM VÁLVULA DOSADORA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: EXXTRABRIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03407-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE CONCENTRADO EXXTRABRIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.694833/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.3407.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE CONCENTRADO EXXTRABRIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.694833/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.3407.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A
AUTORIZAÇÃO: 3.03548-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.006-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.010-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.011-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.012-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.013-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PERFUMADO MINUANO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.007290/2008-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0001.014-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231788/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: MULTIUSO ANTIBAC MINUANO
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629692/2020-75
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0202.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3232059/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: MULTIUSO ANTIBAC MINUANO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629692/2020-75
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0202.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3232059/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: MINUANO MULTIUSO ANTIBAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629726/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0201.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3231935/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AEROSSOL MINUANO
VERSÃO: CÍTRICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.745951/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0204.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2030
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1920540/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AEROSSOL MINUANO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.745951/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0204.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2030
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1920540/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AEROSSOL MINUANO
VERSÃO: SEM FRAGRÂNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.745951/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3548.0204.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2030
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1920540/21-1

NOME DA EMPRESA: GROW QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.04407-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 4E
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040664/2016-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0012.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1137372/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 4E
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040664/2016-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0012.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2312619/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 4E
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040664/2016-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0012.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1137372/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 4E
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040664/2016-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0012.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2312619/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 4E
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040664/2016-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0012.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1137372/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 4E
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040664/2016-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0012.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2312619/21-1

NOME DA EMPRESA: GTEX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
AUTORIZAÇÃO: 3.00741-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA
VERSÃO: FLOR DE LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.018-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA
VERSÃO: FLORAL BRISA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.019-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.020-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA

VERSÃO: EUCALIPTO FRESH COM CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.021-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA
VERSÃO: PINHO TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.022-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.023-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL PINHO URCA
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116840/2009-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.0741.0071.024-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3174026/21-0

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CATARINA LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03258-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.006-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.007-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: TALCO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.008-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: TALCO + BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
VERSÃO: CRAVO E CANELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.009-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: CRAVO E CANELA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CATARINA
VERSÃO: CRAVO E CANELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.567375/2020-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3258.0002.010-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: CRAVO E CANELA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA.
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2855182/21-2

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA QUIMICA MASCIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01932-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: Água Sanitária Nelly
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850633/2021-45
NUMERO DE REGISTRO: 3.1932.0007.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIAS ANHEMBI LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.01940-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SUPER CANDIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25000.035667/97-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0001.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2023
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1165960/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SUPER CANDIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25000.035667/97-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0001.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2023
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1165960/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SUPER CANDIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25000.035667/97-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0001.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2023
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1165960/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SUPER CANDIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25000.035667/97-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0001.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2023
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1165960/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SUPER CANDIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25000.035667/97-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0001.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2023
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1165960/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO EM CRISTAIS SUPER CANDIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.225965/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0043.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses

CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2013146/21-3

NOME DA EMPRESA: INSETIMAX INDUSTRIA QUIMICA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.02781-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: MOSKRON KILLER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456198/2020-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.2781.0086.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: ISOQUÍMICA INDUSTRIAL LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.01732-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARCERIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.105499/2020-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.1732.0041.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE PARCERIA FLORAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARCERIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.105499/2020-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.1732.0041.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE PARCERIA LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: ITAQUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI ME
AUTORIZAÇÃO: 3.04981-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA DAC 2500
NUMERO DE PROCESSO: 25351.205331/2021-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0015.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA DAC 2500
NUMERO DE PROCESSO: 25351.205331/2021-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0015.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA DAC 2500
NUMERO DE PROCESSO: 25351.205331/2021-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0015.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: KELLDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: MATT PULGÕES AEROSSOL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.188449/2021-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.2522.0100.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222019 JARDINAGEM AMADORA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: LABNEWS INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02027-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEOSEPTO PAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.288271/2019-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2027.0016.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0626789/21-4

NOME DA EMPRESA: LONZA DO BRASIL ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08430-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO LENÇO DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.682960/2019-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0011.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2860268/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO LENÇO DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.682960/2019-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0011.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2860268/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO LENÇO DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.682960/2019-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0011.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2860268/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO LENÇO DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.682960/2019-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0011.004-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: POTE DE PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2860268/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO LENÇO DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.682960/2019-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0011.005-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2860268/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: JIMO ANTIBAC LÍQUIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.961538/2021-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0020.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2364441/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: JIMO ANTIBAC LÍQUIDO
VERSÃO: ROSA E JASMIN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.961538/2021-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0020.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2364441/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: JIMO ANTIBAC LÍQUIDO
VERSÃO: LAVANDA E ARGAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.961538/2021-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.8430.0020.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2364441/21-8

NOME DA EMPRESA: Mara Cristina Leandro Sartori
AUTORIZAÇÃO: 3.09955-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA INGÁ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.737856/2021-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.9955.0002.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA INGÁ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.737856/2021-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.9955.0002.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MAX ECONOMIC PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10013-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA - MAX ECONOMIC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850759/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.0013.0001.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MAXXI QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04476-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA MAXXI QUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850481/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.4476.0006.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA MAXXI QUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850481/2021-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.4476.0006.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO

VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MEGA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02988-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK PINHO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.009-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK MARINE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: FLORAL ROSÉ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.013-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK FLORAL ROSÉ + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.017-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK EUCALIPTO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: PINHO FRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.021-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK PINHO FRESH + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.025-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK ALGAS MARINHAS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: BLUE CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.029-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK BLUE CLEAN + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Mega Bak
VERSÃO: BABY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520126/2021-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2988.0008.033-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE MEGA BAK BABY + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MULTQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02599-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO PARA MÁQUINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.124991/2021-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0189.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALC + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207031 DETERGENTE PARA LAVAR LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO PARA MÁQUINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.124991/2021-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0189.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALC + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207031 DETERGENTE PARA LAVAR LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO PARA MÁQUINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.124991/2021-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0189.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALC + GALAO PLASTICO + FILME DE PVC
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207031 DETERGENTE PARA LAVAR LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO PARA MÁQUINA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.124991/2021-07
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0189.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LAVA LOUÇAS DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALC + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207031 DETERGENTE PARA LAVAR LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LIMPADOR ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.125217/2021-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0190.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LIMPADOR ÁCIDO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103055 DETERGENTE LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LIMPADOR ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.125217/2021-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0190.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LIMPADOR ÁCIDO + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103055 DETERGENTE LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR. KEEP LIMPADOR ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.125217/2021-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0190.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MR. KEEP LIMPADOR ÁCIDO + GALAO PLASTICO + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103055 DETERGENTE LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: NEVERGREY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03044-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA NEVERGREY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850416/2021-55
NUMERO DE REGISTRO: 3.3044.0011.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: Oleak Indústria e Comércio Ltda
AUTORIZAÇÃO: 3.01003-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR LIMPADOR DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352528/2018-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0113.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2376680/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR LIMPADOR DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352528/2018-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0113.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2376680/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR LIMPADOR DESINFETANTE
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352528/2018-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0113.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2376680/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR LIMPADOR DESINFETANTE
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352528/2018-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0113.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2028

APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2376680/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR 331
VERSÃO: SEM FRAGRÂNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.435940/2013-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0100.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2376625/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGINDOOR 331
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.435940/2013-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.1003.0100.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2376625/20-3

NOME DA EMPRESA: OTACÍLIO LINHARES DOS SANTOS
AUTORIZAÇÃO: 3.08258-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.429638/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2534666/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: HERBAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: HERBAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: PALMARES PLUS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.006-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: PALMARES PLUS + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.007-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: TALCO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.008-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: TALCO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.009-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: PINHO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.010-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: PINHO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.011-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.012-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.013-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO PARA USO GERAL LINHARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850564/2021-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.8258.0002.014-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: OXI-QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02851-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: OXI ALCALINO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.188623/2021-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.2851.0005.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE ALCALINO CLORADO + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: OXI ALCALINO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.188623/2021-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.2851.0005.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE ALCALINO CLORADO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: QBN Indústria e Comércio Ltda EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02278-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: TTCA 90 HELLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.763080/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.2278.0016.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: POTE DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: TTCA 90 HELLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.763080/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.2278.0016.002-1

VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: RENOVACAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10382-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MULTI INSETICIDA INSETOMIX + POWER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.661439/2021-97
NUMERO DE REGISTRO: 3.0382.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: SCARLAT INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00187-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PANO UMEDECIDO MULTIUSO HIPERCLEAN
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612171/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.0187.0063.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: POTE DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1834890/21-7

---

NOME DA EMPRESA: SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02331-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ CLOR 2000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.135024/2020-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0099.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1424208/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ CLOR 2000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.135024/2020-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0099.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1424208/21-1

---

NOME DA EMPRESA: Spartan do Brasil Produtos Químicos Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.00018-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: RTU PEROXY PROTEIN REMOVER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237820/2021-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0206.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: RTU Peroxy Protein Remover + FRASCO DE PLASTICO OPACO + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: RTU PEROXY PROTEIN REMOVER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237820/2021-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0206.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: RTU Peroxy Protein Remover + BOMBONA PLASTICA + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: RTU PEROXY PROTEIN REMOVER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237820/2021-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0206.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: RTU Peroxy Protein Remover + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: RTU PEROXY PROTEIN REMOVER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237820/2021-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0206.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: RTU Peroxy Protein Remover + TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: RTU PEROXY PROTEIN REMOVER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237820/2021-39
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0206.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: RTU Peroxy Protein Remover + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: XTREME ALVFRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259291/2021-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0207.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Xtreme ALVFresh + FRASCO DE PLASTICO OPACO + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: XTREME ALVFRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259291/2021-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0207.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Xtreme ALVFresh + BOMBONA PLASTICA + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: XTREME ALVFRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259291/2021-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0207.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Xtreme ALVFresh + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: XTREME ALVFRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259291/2021-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0207.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Xtreme ALVFresh + TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: XTREME ALVFRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.259291/2021-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.0018.0207.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Xtreme ALVFresh + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: TEKSAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03417-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: LARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: FLORES DO CAMPO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.004-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.005-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.006-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: CANELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.007-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031

APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO+ PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.008-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: PITANGA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOTEK DESINFETANTE USO GERAL
VERSÃO: EXCÓTIC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.333903/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0015.010-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: TNT NITROS QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03516-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO MIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850587/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.3516.0018.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: N/A + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO MIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850587/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.3516.0018.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: N/A + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO MIL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.850587/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.3516.0018.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: N/A + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02066-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: CIF DESINCRUSTANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.194107/2021-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0534.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CIF DESINCRUSTANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.194107/2021-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0534.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CIF DESINCRUSTANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.194107/2021-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0534.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE LIMPEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.338709/2019-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0487.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1833655/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE LIMPEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.338709/2019-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0487.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1833655/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO SANITIZA&HIGIENIZA SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.524921/2020-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0523.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: CAIXA DE PAPELAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2939869/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO SANITIZA&HIGIENIZA SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.524921/2020-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0523.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: CAIXA DE CARTOLINA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2939869/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: OMO SANITIZA&HIGIENIZA SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.524921/2020-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0523.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2031
APRESENTAÇÃO: SACO PLÁSTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Dias
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2939869/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE DELICADEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.719836/2019-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0497.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2736028/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE DELICADEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.719836/2019-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0497.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1833534/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE DELICADEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.719836/2019-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0497.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2736028/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE DELICADEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.719836/2019-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0497.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2030
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1833534/21-2

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: 3X PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02217-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA VALOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.618252/2014-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2217.0009.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2045071/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA VALOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.618252/2014-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2217.0009.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2045071/21-9

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.192, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: GROW QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.04407-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION OXI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098607/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0020.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3228496/20-1
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION OXI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098607/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0020.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3228496/20-1
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 - DETERGENTE ENZIMÁTICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.103555/2014-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0009.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 20 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2098849/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 - DETERGENTE ENZIMÁTICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.103555/2014-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0009.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 20 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2098849/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION AS 100 - DETERGENTE ENZIMÁTICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.103555/2014-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0009.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 20 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2098849/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: LIMA &PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.01282-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZULIM ZEROBAC
VERSÃO: CRISTAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.550655/2019-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0063.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4272053/20-5
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZULIM ZEROBAC
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.550655/2019-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0063.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4272053/20-5
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZULIM ZEROBAC
VERSÃO: LEMON
NUMERO DE PROCESSO: 25351.550655/2019-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0063.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4272053/20-5
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AZULIM ZEROBAC
VERSÃO: CRISTAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.550655/2019-93
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE SPRAY + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4272053/20-5
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: MASTER CLEAN COMERCIAL E INDUSTRIAL EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.08454-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALUMIX 100 - LIMPA ALUMÍNIO MASTER CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.951419/2020-24
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: ALUMIX 100 + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02747-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETER-HOSP OXY-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456539/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETER-HOSP OXY-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456539/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: POTIQUÍMICA INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08446-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool 70º INPM POTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.959742/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.193, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos saneantes de risco 2, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: alvejax domissanitarios ltda - me
AUTORIZAÇÃO: 3.06160-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: COMBAT INSECTS AROMATIZANTE REPELENTE
VERSÃO: 800ML
NUMERO DE PROCESSO: 25351.681743/2019-36
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3222043 ODORIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3150656/21-9

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: DUNAMIS PODER EM LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07243-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO DUNAMIS
VERSÃO: SHAMPOO AUTOMOTIVO DUNAMIS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.677647/2017-21
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3048373/21-5

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07406-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO COM CERA Q MARAVILHA NOS VOLUMES 1 L, 5 L, 20 L E 50 L.
VERSÃO: SHAMPOO AUTOMOTIVO COM CERA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.676909/2017-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3048265/21-8

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA QUIMILAB DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06631-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: CYCLO ECOLÓGICO MULTIUSO VINAGRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.188754/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE

APRESENTAÇÃO: VINAGRE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3091687/21-9

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: JUGATHA IND. E COM. DE PROD. QUÍMICOS LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02842-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: VINAGRE PARA LIMPEZA CONCENTRADO MARAVILHOSO PREMIUM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.780779/2021-16
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: . + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3092067/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VINAGRE PARA LIMPEZA CONCENTRADO MARAVILHOSO PREMIUM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.780779/2021-16
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: . + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3092067/21-1

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: LAVI PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07419-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO PARA CARRO CONCENTRADO
VERSÃO: COM CERA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.407217/2017-44
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3091538/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO PARA CARRO CONCENTRADO
VERSÃO: CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.407217/2017-44
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3091538/21-4

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07458-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO GLAMOUR
VERSÃO: SHAMPOO AUTOMOTIVO GLAMOUR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667795/2017-38
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050184/21-9

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: PONTO FRANCO LIMPE BEM PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07251-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO LIMPE BEM
VERSÃO: TUTTI-FRUTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.496125/2020-26
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050190/21-3

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: Química Industrial Santa Marcia Lda-Me
AUTORIZAÇÃO: 3.06896-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO QSM
VERSÃO: VERSÃO AMARELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.398010/2017-71
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3061782/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO QSM
VERSÃO: VERSÃO VERMELHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.398010/2017-71
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3061782/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO QSM
VERSÃO: VERSÃO AMARELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.398104/2017-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3061676/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO QSM
VERSÃO: VERSÃO VERMELHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.398104/2017-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3061676/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO DUCHA CAR
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.448973/2017-23
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3056429/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO DUCHA CAR
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.449062/2017-13
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3058853/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO CLORADO ALCALINO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.449274/2017-09
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3056121/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO ALCALINO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.449674/2017-14
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3056024/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO ALCALINO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.449676/2017-03
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3055954/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CONCENTRADO ALCALINO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.449676/2017-03
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: TAMBOR METALICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Ano(s)
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3055954/21-5

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: RAJ TECNOLOGIA QUIMICA LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05449-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CERA
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.663918/2017-61
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050625/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO CERA
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.663918/2017-61
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050625/21-5

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: REAL PRIME IMPORT-COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS ltda-epp
AUTORIZAÇÃO: 3.06337-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO DARK GLOSS
VERSÃO: ÚNICA

NUMERO DE PROCESSO: 25351.321118/2018-57
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 60 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3061937/21-8

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: TFP Indústria e COMERCIO DE Saneantes LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05527-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESTROYER
VERSÃO: DESTROYER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.278499/2017-66
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA PAPEL CARTAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3222023 FINALIZADOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3150653/21-4

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: VENCYS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA POLIMENTO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05761-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SONAX GLOSS SHAMPOO CONCENTRATE
VERSÃO: SONAX GLOSS SHAMPOO CONCENTRATE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.103523/2018-95
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3091614/21-3

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: VIOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTO DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03210-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO COM CERA VIOL
VERSÃO: SHAMPOO COM CERA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.167739/2017-06
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050544/21-5

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOME DA EMPRESA: WAVE CLEANER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07558-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.507834/2017-49
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050506/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.507834/2017-49
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050506/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.507834/2017-49
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050506/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SHAMPOO AUTOMOTIVO
VERSÃO: [SEM NOME]
NUMERO DE PROCESSO: 25351.507834/2017-49
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Ano(s)
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3050506/21-2

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.204, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JÚNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

_____

J.W. INDÚSTRIA E COMÉRCIO COSMÉTICOS LTDA/ 2.04249-4
PLÁSTICA DOS FIOS- ATIVO ANTIFRIZZ
25351.552347/2016-74
---
MARELI INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 2.09729-4
BÓRABELLA BÓRATOX MÁSCARA CAPILAR
25351.075527/2018-76
---
TBC PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA/ 2.03730-8
REXONA GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS GLICERINADO
25351.294230/2020-22

## 4ª DIRETORIA
## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.172, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Migmed Medicamentos E Materiais Hospitalares Eireli CNPJ: 15.829.701/0001-05
Endereço: R Marginal 40 Quadra 20 Lote 02 - Residencial Cerejeiras - Anápolis - GO CEP: 75097-150
Autorização de Funcionamento: 8.17.387-6 Expediente: 1845084/21-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
---
Empresa: Semina Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 55.163.042/0001-35
Endereço: Rua Maracá, Nº 658, Vila Guarani, São Paulo - SP CEP: 04313-210
Autorização de Funcionamento: 8012861 Expediente: 0919796/21-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.173, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Mlj Distribuidora Ltda CNPJ: 36.403.055/0001-90
Endereço: Rua Projetada 06, Nº 41, Loja 02 Lote 02, Quadra 08 -Sao Sebastiao - Casimiro De Abreu - RJ CEP: 28860-000
Autorização de Funcionamento: 8.20.322-3 Expediente: 2209991/21-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
---
Empresa: Amazon Comercio De Produtos Hospitalares Eireli CNPJ: 34.562.495/0001-64
Endereço: Rua Rio Pacavi 186, Cj Colina Do Aleixo -Sao Jose Operario Manaus - AM CEP: 69085-275
Autorização de Funcionamento: 8.19.081-1 Expediente: 2225483/21-3
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
---
Empresa: Jfb Comércio E Serviços De Produtos Médicos E Hospitalares Eireli CNPJ: 26.434.440/0001-40
Endereço: Avenida Getulio Vargas, N. 882 - Centro - Manaus - AM CEP: 69020-010
Autorização de Funcionamento: 8.21.180-9 Expediente: 2258027/21-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.174, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8º, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Kimball Electronics, Inc.
Endereço: 1038 East 15th Street, Jasper-IN, 47546 - Estados Unidos da América
Solicitante: Philips Medical Systems Ltda CNPJ: 58295213/0001-78
Autorização de Funcionamento: 102167-1 Expediente: 4551775/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Mascia Brunelli S.p.A.
Endereço: Viale Monza, 272 - Milano, 20128 - Itália
Solicitante: Medicaltec Ltda. CNPJ: 04644478/0001-05
Autorização de Funcionamento: 8011441 Expediente: 0149616/19-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
---

Fabricante: Pharmpur GmbH.
Endereço: Messerschmittring 33 Königsbrunn - Bavária, 86343 - Alemanha
Solicitante: BL Indústria Ótica Ltda. CNPJ: 27011022/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8013606 Expediente: 0319640/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Lepu Medical Technology (Beijing) Co., Ltd.
Endereço: No. 37 Chaoqian Road, Changping - Beijing, 102200 - China
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 0365029/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
---
Fabricante: Groupe Sebbin SAS
Endereço: 39, Parc D`Activités des Quatre Vents - Boissy L`Aillerie, 95650 - França
Solicitante: Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda. CNPJ: 09117476/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8068636 Expediente: 0804147/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Abbott Diagnostics Korea Inc.
Endereço: 65, Borahagal-Ro, Giheung-Gu, Yongin-Si, Gyeonggi-Do, 446930 - Coreia do Sul
Solicitante: Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. CNPJ: 50248780/0001-61
Autorização de Funcionamento: 1007177 Expediente: 0705011/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
---
Fabricante: Consolidated Medical Equipment Company (Conmed Chihuahua)
Endereço: Alejandro Dumas 11321 Int.3, Complejo Industrial Chihuahua, Chihuahua , 31136 - México
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 0751377/21-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III e Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Jabil Switzerland Manufacturing GmbH
Endereço: Muracherstrasse 3, Bettlach, Solothurn, 2544 - Suíça
Solicitante: Johnson &Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.
Para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8014590 Expediente: 0334175/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Jabil Switzerland Manufacturing GmbH
Endereço: Im Bifang 6, Hägendorf, Solothurn , 4614 - Suíça
Solicitante: Johnson &Johnson do Brasil Ind. e Com. de Prod.
Para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8014590 Expediente: 0334181/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.175, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei nº13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Neusoft Medical Systems Co. Ltd.
Endereço: Nº 177-1, Chuangxin Road, Hunnan District, Shenyang, Liaoning - 110167, China
Solicitante: Bio Imagem Comercio de Equipamentos Medicos e Hospitalares Ltda.
CNPJ: 03.830.607/0001-97
Autorização de Funcionamento: 8.00.595-2 Expediente: 0255553/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Lake Region Medical Ltd.
Endereço: Butlersland, New Ross, Co. Wexford, Irlanda
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 0611097/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
---
Fabricante: Siemens Healthcare GmbH
Endereço: Siemensstrasse 1, 91301, Forchheim, Alemanha
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 0751638/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: AMO Puerto Rico Manufacturing, Inc.
Endereço: R.D. 402, Km. 4,2, Anasco, 00610, Porto Rico, Estados Unidos da América
Solicitante: JJSV Produtos Óticos Ltda. CNPJ: 58.652.728/0001-88
Autorização de Funcionamento: 8.01.470-6 Expediente: 4447769/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Nobel Biocare USA, LLC
Endereço: 22715 Savi Ranch Parkway, Yorba Linda, Califórnia - 92887 - Estados Unidos da América
Solicitante: Kavo do Brasil Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 84.683.556/0001-10
Autorização de Funcionamento: 1.00.640-1 Expediente: 0173384/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Stockert GmbH
Endereço: Bötzinger Strasse 31, Freiburg - Baden-Württemberg - 79111 - Alemanha
Solicitante: Johnson &Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8.01.459-0 Expediente: 1342384/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Touchstone International Medical Science Co. Ltd.
Endereço: 278 Dongping Street, Suzhou Industrial Park - Suzhou - 215123 - China
Solicitante: Laboratórios B. Braun S/A CNPJ: 31.673.254/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.01.369-9 Expediente: 3041580/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
---
Fabricante: I-Sens, Inc.
Endereço: 94-1, Donghwagongdan-ro, Munmak- eup - Wonju-si - Gangwon-do - 26365 - Coréia do Sul
Solicitante: Injex Indústrias Cirúrgicas Ltda. CNPJ: 59.309.302/0001-99
Autorização de Funcionamento: 1.01.606-1 Expediente: 4535862/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
---
Fabricante: Siemens Healthcare GmbH
Endereço: Röntgenstrasse, 19-21, Kemnath, DE-95478, Alemanha
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 0751438/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Sciton, Inc.
Endereço: 925 Commercial Street, Palo Alto, California, 94303, Estados Unidos da América
Solicitante: Skintec Comercial Importadora e Exportadora Ltda CNPJ: 01.915.618/0001-44
Autorização de Funcionamento: 1.03.436-5 Expediente: 0767971/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Ellex Medical Pty Ltd
Endereço: 3-4 Second Ave, Mawson Lakes, South Australia, 5095, Australia
Solicitante: Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda
CNPJ: 09.117.476/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8.06.863-6 Expediente: 2312463/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
---
Fabricante: Freudenberg Medical, LLC.
Endereço: 2301 Centennial Blvd, Jeffersonville, IN, 47130, Estados Unidos da América
Solicitante: CMS Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 03.301.390/0001-28
Autorização de Funcionamento: 8.00.653-2 Expediente: 2344606/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe IV.
---
Fabricante: Roche Diagnostics GmbH
Endereço: Sandhofer Strasse 116, Mannheim, 68305 - Alemanha.
Solicitante: Roche Diagnóstica Brasil Ltda. CNPJ: 30.280.358/0001-86
Autorização de Funcionamento: 1.02.874-1 Expediente :4321976/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.176, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Sanuwave Health, Inc., publicada pela Resolução-RE nº 2999/ANVISA de 12 de agosto de 2020, no Diário Oficial da União nº. 157, de17 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 87, de CEDRS - Gestão Empresarial Ltda., CNPJ nº 27.242.576/0001-11, para Diversa Importadora e Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda., CNPJ nº 36.929.640/0001-28, conforme expedientes nº 0710568/20-7 e 1933685/21-2.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa CEFIMECA, publicada pela Resolução-RE nº 3658/ANVISA de 16 de setembro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 181, de 21 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 252, de Wright Medical Brasil Ltda., CNPJ nº 08.051.626/0001-39, para Stryker do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.966.317.0001/02, conforme expedientes nº 0762756/20-9 e 2003791/21-3.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Micropulse, Inc., publicada pela Resolução-RE nº 1998/ANVISA de 17 de junho de 2020, no Diário Oficial da União nº. 181, de 22 de junho de 2020, Seção 1, pág. 142, de Wright Medical Brasil Ltda., CNPJ nº 08.051.626/0001-39, para Stryker do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.966.317.0001/02, conforme expedientes nº 0413290/20-4 e 2004663/21-9.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.177, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º. Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Avent S. de R.L. de C.V.,, solicitada pela empresa VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda., CNPJ nº 04.718.143/0001-94, publicada pela Resolução-RE nº 5.384, de 23 de dezembro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 247, de 28 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 496, devido a publicação realizada em duplicidade, através da Resolução-RE nº 2.383, de 16 de junho de 2021, no Diário Oficial da União nº. 114, de 21 de junho de 2021, Seção 1, pág. 127.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.178, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: LB Diagnóstica Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. EPP CNPJ: 07668811/0001-04
Endereço: Setor de Indústria Bernardo Sayão Quadra 03 Conjunto A Lote 14 Núcleo Bandeirante - Brasília-DF CEP: 71736-301
Autorização de Funcionamento: 8033201 Expediente: 0611359/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III
Motivo: Em atendimento ao Art. 4º, § 1º, Inciso IV da RDC nº 497/2021.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.210, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Ind-Swift Laboratories Limited
Endereço: Village Bhagwanpur, Barwala Road, Near Derabassi, Dist S.A.S. Nagar (Mohali), 140507 Punjab
País: Índia Código único: B.000100
Expediente(s): 4479128/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese: claritromicina (etapa de síntese química)

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.211, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Janssen Biotech Inc.
Endereço: 200 Great Valley Parkway, Malvern, Pennsylvania PA 19355
País: Estados Unidos da América Código Único: A.000942
Solicitante: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda CNPJ: 51.780.468/0001-87
Expediente: 0255644/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: infliximabe

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.212, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA - CNPJ: 34.597.955/0026-48 - AUTORIZ/MS: 2200004
ENDEREÇO: Rodovia PA 483, KM 18
MUNICÍPIO: BARCARENA - UF: PA - EXPEDIENTE: 0225784/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: MERCK S.A DE C.V
ENDEREÇO: CALLE 5, Nº 7, COL. FRACCIONAMIENTO INDUSTRIAL ALCE BLANCO, C.P.53370, NAUCALPAN DE JUÁREZ, NAUCALPAN - PAÍS: MÉXICO - CÓDIGO ÚNICO: A.000406
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK S/A - CNPJ: 33.069.212/0001-84
AUTORIZ/MS: 1000898 - EXPEDIENTE(s): 0544299/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos
Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: GLAXOSMITHKLINE MANUFACTURING S.P.A.
ENDEREÇO: STRADA PROVINCIALE ASOLANA Nº 90 (LOC. SAN POLO), 43056 TORRILE (PR) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000276
EMPRESA SOLICITANTE: ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 02.433.631/0001-20
AUTORIZ/MS: 1037648 - EXPEDIENTE(s): 0768031/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: UNITHER LIQUID MANUFACTURING
ENDEREÇO: 1-3 ALLÉE DE LA NESTE, Z.I. D´EN SIGAL 31770 COLOMIERS - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.001188
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIOS SERVIER DO BRASIL LTDA - CNPJ: 42.374.207/0001-76
AUTORIZ/MS: 1012787 - EXPEDIENTE(s): 0611268/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Suspensões
.....
EMPRESA FABRICANTE: DELPHARM LILLE SAS
ENDEREÇO: PARC D' ACTIVITES ROUBAIX-EST, 22 RUE DE TOUFFLERS CS 50070, LYS LEZ LANNOY, 59452 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000180
EMPRESA SOLICITANTE: MASTERS SPECIALITY PHARMA LTDA - CNPJ: 14.821.008/0001-23
AUTORIZ/MS: 1094531 - EXPEDIENTE(s): 0720515/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ROVI PHARMA INDUSTRIAL SERVICES S.A
ENDEREÇO: VIA COMPLUTENSE 140, 28805 ALCALA DE HENARES, MADRID. - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000237
EMPRESA SOLICITANTE: PTC FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 25.210.463/0001-09
AUTORIZ/MS: 1157708 - EXPEDIENTE(s): 4432967/20-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Granulados
.....
EMPRESA FABRICANTE: LABESFAL LABORATÓRIO ALMIRO S.A.
ENDEREÇO: ZONA INDUSTRIAL DO LAGEDO, SANTIAGO DE BESTEIROS, 3465-157. - PAÍS: PORTUGAL - CÓDIGO ÚNICO: A.000338
EMPRESA SOLICITANTE: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ: 49.324.221/0001-04
AUTORIZ/MS: 1000410 - EXPEDIENTE(s): 0668186/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.213, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: LEO LABORATORIES LTD.
ENDEREÇO: CASHEL ROAD,CRUMLIN, DUBLIN 12 - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.000369
EMPRESA SOLICITANTE: LEO PHARMA LTDA - CNPJ: 11.424.477/0001-10
AUTORIZ/MS: 1085697 - EXPEDIENTE(s): 4337354/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: EISENBAHNSTRASSE 2 - 4, 88085 LANGENARGEN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000626
EMPRESA SOLICITANTE: BIOMARIN BRASIL FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 08.002.360/0001-34
AUTORIZ/MS: 1073334 - EXPEDIENTE(s): 4420167/20-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem primária): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTELLAS IRELAND CO. LTD
ENDEREÇO: KILLORGLIN, CO. KERRY. - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.000042
EMPRESA SOLICITANTE: ASTELLAS FARMA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 07.768.134/0001-04
AUTORIZ/MS: 1077171 - EXPEDIENTE(s): 4272494/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: BOEHRINGER INGELHEIM PHARMA GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: BIRKENDORFER STR. 65, 88397 - BIBERACH AN DER RISS - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000116
EMPRESA SOLICITANTE: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.588.595/0010-92
AUTORIZ/MS: 1083267 - EXPEDIENTE(s): 4287250/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - CNPJ: 60.665.981/0005-41 - AUTORIZ/MS: 1004977
ENDEREÇO: AV PREFEITO OLAVO GOMES DE OLIVEIRA 4.550
MUNICÍPIO: POUSO ALEGRE - UF: MG - EXPEDIENTE: 4516461/20-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções Aerossóis; Suspensões Aerossóis
.....
EMPRESA FABRICANTE: ANDERSONBRECON INC.
ENDEREÇO: 4545 ASSEMBLY DRIVE - ROCKFORD, ILLINOIS (IL) 61109 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000033
EMPRESA SOLICITANTE: PTC FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 25.210.463/0001-09
AUTORIZ/MS: 1157708 - EXPEDIENTE(s): 4254870/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Granulados
.....
EMPRESA FABRICANTE: NOVO NORDISK A/S
ENDEREÇO: BRENNUM PARK, 3400, HILLERØD - PAÍS: DINAMARCA - CÓDIGO ÚNICO: A.000441
EMPRESA SOLICITANTE: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 82.277.955/0001-55
AUTORIZ/MS: 1017662 - EXPEDIENTE(s): 4353971/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: SCHÜTZENSTRASSE 87 UND 99 - 101, 88212 RAVENSBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000625

EMPRESA SOLICITANTE: ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 45.987.013/0001-34
AUTORIZ/MS: 1000290 - EXPEDIENTE(s): 4385775/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: MERCK S.A DE C.V
ENDEREÇO: CALLE 5, Nº 7, COL. FRACCIONAMIENTO INDUSTRIAL ALCE BLANCO, C.P.53370, NAUCALPAN DE JUÁREZ, NAUCALPAN - PAÍS: MÉXICO - CÓDIGO ÚNICO: A.000406
EMPRESA SOLICITANTE: PROCTER &GAMBLE DO BRASIL LTDA - CNPJ: 59.476.770/0001-58
AUTORIZ/MS: 1021422 - EXPEDIENTE(s): 0462240/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.214, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346/2020, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: ACS DOBFAR S.P.A.
ENDEREÇO: NUCLEO INDUSTRIALE S. ATTO (LOC. S. NICOLO' A TORDINO), 64100 TERAMO (TE). - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000218
EMPRESA SOLICITANTE: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 0319765/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Cefalosporínicos): Pós com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: B. BRAUN MEDICAL S.A.
ENDEREÇO: RONDA DE LOS OLIVARES, PARCELA 11, POLÍGONO INDUSTRIAL LOS OLIVARES 23009, JAÉN - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000063
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A - CNPJ: 31.673.254/0001-02
AUTORIZ/MS: 1000853 - EXPEDIENTE(s): 3073785/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.220, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes à empresa constante no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: R2M DO BRASIL INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 24.475.141/0001-29
Endereço: Rua Jandir Francisco Bertoli, 157 D, Belvedere, Chapecó, Santa Catarina.
Autorização de Funcionamento: 2.09.960-1 Expediente: 0921093/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes
Linha: Sólidos

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.234, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: CARGILL AGRICOLA SA - CNPJ: 60498706000157
Produto - (Lote): LYGOMME FM 4753(2019-232, 2019-267, 2019-283);LYGOMME FM 4753(13965351, 14324011, 14425223, 14646983, 14770600, 14934234, 14934236, 15297912);LYGOMME FM 4707 (13913741, 14646252, 14775349, 14776221, 14934170, 15118425, 15122768, 15342708);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 3281797/21-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando o inciso XV do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 24, de 8 de junho de 2015 e considerando a contaminação dos lotes dos ingredientes Lygomme® FM 4707 e FM 4753 com óxido de etileno (ETO), uma substância mutagência e carcinogênica, cuja avaliação de risco realziada pela Anvisa indicou uma margem de exposição (MOE) inferior a 10.000, portanto inferior ao valor que seria considerado de baixo risco para ações de gerenciamento de risco. Não existem limites máximos tolerados (LMT) estabelecidos na legislação sanitária para esse contaminante tanto em alimentos quanto em aditivos alimentares. Portanto, a empresa infringe o inciso IV do art. 48 do Decreto Lei n. 986, de 21 de outubro de 1969, ao expor à venda aditivos alimentares que não atendem ao respectivo padrão de identidade e qualidade no que diz respeito aos contaminantes tolerados.

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução RE nº 2.870, de 22 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 139, de 26 de julho de 2021, Seção I, pág. 170, referente a certificação da empresa Exactec, Inc., solicitada pela VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda, CNPJ n.º 04.718.143/0001-94, conforme expedientes nº 2312410/21-4 e 2969516/21-7.

Onde se lê: Exactec, Inc.

Leia-se: Exactech, Inc.

**RETIFICAÇÃO (*)**

Na Resolução-RE nº 2.650, de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº. 184, de 23 de setembro de 2019, Seção 1, pág. 75, e em Suplemento da Seção 1, pág. 80, referente à certificação da empresa Touchstone International Medical Science Co. Ltd., solicitada pela Laboratórios B. Braun S/A, CNPJ n.º 31.673.254/0001-02, conforme expedientes nº 0939092/18-8, 0936207/21-3 e 1968969/21-7.

Onde se lê: C1, nº 128 Hongye Road, Industrial Park - Suzhou - Jiangsu 215006

Leia-se: C1 Unit n° 128 Hongye Road, 215021 Suzhou, China

(*) Republicada por incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União n° 59, de 29, de março de 2021, págs. 160-161.

## COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.224, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Santa Helena Indústria Química Ltda / 37.556.501/0001-69 25351.049489/2021-00 / 4036832 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3126610218 ---------- FFR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.012.367/0001-02 25351.793870/2021-00 / 7831611 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2840308218 ---------- ALIANÇA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 41.848.962/0004-25 25351.014132/2021-01 / 7831778 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059625214 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0011-02 25351.041539/2021-01 / 7833081 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111229213 ---------- VISTA COMERCIO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 40.392.903/0001-80 25351.721849/2021-02 / 8230382 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2620661218 ---------- DROGARIA BSB LTDA / 42.948.691/0001-08 25351.019532/2021-02 / 7832617 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074825219 ---------- J SARAIVA CALISTO COMERCIO-ME / 15.770.228/0001-38 25351.014069/2021-02 / 7831335 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059517217 ---------- EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1284-68 25351.041546/2021-02 / 7832665 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111251210 ---------- Farmacia da cidade ltda / 41.284.667/0001-40 25351.049908/2021-03 / 7833001 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127705215 ---------- INNOVAKIR IMPORTACAO EM SAUDE LTDA / 39.509.826/0001-16 25351.874849/2021-04 / 4036616 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3026714216 ---------- A G DOS SANTOS MAGALHÃES NETO / 32.355.801/0001-66 25351.057719/2021-04 / 7833570 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143803212 ---------- VERA LUCIA DE MORAIS JAMBERA / 03.093.668/0001-19 25351.807011/2021-05 / 3106772 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3040910213 ---------- SOLUTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI / 24.617.048/0001-01 25351.063152/2021-05 / 1260856 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3158880211 ---------- FERNANDEZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A / 93.641.710/0069-70 25351.787312/2021-05 / 7832023 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823496211 ---------- V LIRA DE SOUSA LTDA / 41.239.713/0001-90 25351.049915/2021-05 / 7833201 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127726218 ---------- EM- COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-ME / 13.701.462/0001-88 25351.014100/2021-05 / 7831443 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059559212 ---------- OPUS FARMA LTDA / 22.053.641/0002-28 25351.041507/2021-05 / 7832512 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111177217 ---------- SYSMEDICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 15.496.297/0001-03 25351.019204/2021-06 / 8230348 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3073939211 ---------- Drogarias Redemed LTDA / 41.522.073/0001-20 25351.019557/2021-06 / 7832313 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074898214 ---------- Geraldo Ramalho Diniz Júnior Comercio de Produtos Farmacêuticos Eireli / 39.982.900/0001-17 25351.049898/2021-06 / 7832924 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127674211 ---------- Santana Farma LTDA / 42.281.898/0001-63 25351.049922/2021-07 / 7833231 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127745214 ---------- SMAIS DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI / 30.399.805/0001-10 25351.666964/2021-07 / 3106769 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3014826219 ---------- CLAUDIO MAGELA PATRICIO / 05.482.912/0002-41 25351.014118/2021-07 / 7831660 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059583215 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0007-18 25351.041514/2021-07 / 7832588 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111198210 ---------- GREGO FARMA LTDA / 40.043.351/0001-02 25351.843254/2021-07 / 7831596 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2957086217 ---------- Nsy Comercio de Higiene e Limpeza EIRELI / 04.170.414/0001-10 25351.040895/2021-07 / 3106620 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3110078210 ---------- ALL LAB COMERCIAL LTDA / 19.880.964/0002-80 25351.063177/2021-09 / 8230487 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3158908212 ---------- DG FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.318.169/0001-71 25351.014125/2021-09 / 7831691 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059604211 ---------- DERMALOG AGENCIAMENTO DE VENDAS LTDA / 30.978.462/0001-49 25351.040630/2021-09 / 4036801 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3109873214 ---------- AREA LIVRE ARMAZENAGEM LTDA / 01.224.978/0001-08 25351.072400/2021-09 / 8230456 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 3175850219 ---------- FARMACIA SANTA HELENA / 32.507.789/0001-68 25351.057795/2021-10 / 7833688 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143866211 ---------- GOMES PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.150.080/0001-01 25351.049894/2021-10 / 7832881 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127662218 ---------- K.L. AZEVEDO DO AMARAL / 42.740.101/0001-49 25351.019553/2021-10 / 7832253 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074886211 ---------- VICTOR &NELSON TRANSPORTES LTDA / 12.800.697/0001-64 25351.874852/2021-10 / 4036968 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3026716219 ---------- S. A. LEANDRO FARMÁCIA / 05.612.092/0001-84 25351.014123/2021-10 / 7831551 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059598213 ---------- Drogaria Cidade do Ouro LTDA / 42.155.186/0001-06 25351.057786/2021-11 / 7833721 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143839213 ---------- DROGARIA POUPE MAIS LTDA / 38.872.460/0002-63 25351.019560/2021-11 / 7832344 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074908215 ---------- DROGARIA LIMA DE SA LTDA /

38.298.366/0001-61 25351.781349/2021-11 / 7831915 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806656211 ---------- TRANSPORTADORA MD EXPRESS EIRELI EPP / 04.208.259/0001-83 25351.072416/2021-11 / 8230516 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3175889212 ---------- Interface Business Consultoria e Assessoria Comercial Ltda / 13.998.789/0001-63 25351.062904/2021-11 / 3106786 735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3158569213 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0006-37 25351.041510/2021-11 / 7832543 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111186216 ---------- DROGARIA FARMA DUQUE II EIRELI / 37.865.660/0001-45 25351.041537/2021-11 / 7833063 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111223214 ---------- VOLARE MED LTDA / 37.306.508/0001-22 25351.089653/2021-11 / 8230611 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3212647213 ---------- FARMASIL COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.884.337/0001-19 25351.014097/2021-11 / 7831412 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059550219 ---------- DROGARIA PHARMABEM LTDA / 41.342.457/0001-61 25351.014130/2021-11 / 7831751 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059619210 ---------- PLW COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS EIRELI / 36.673.750/0001-71 25351.049252/2021-11 / 4036941 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126347215 ---------- Dallogs express logistica ltda / 23.182.653/0001-34 25351.057306/2021-11 / 4036906 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3142831215 ---------- AMAZON QUÍMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 08.617.395/0001-88 25351.752594/2021-11 / 4036910 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2719003212 ---------- PHARMA PHYSIQUE FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 41.278.868/0001-35 25351.047578/2021-11 / 7832696 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3124007211 ---------- BRAGA NETO &PIRES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.587.200/0001-07 25351.049929/2021-11 / 7833280 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127768213 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0161-72 25351.787686/2021-12 / 7832791 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824915211 ---------- DROGARIA LITORAL PAULA E SÁ LTDA / 42.725.589/0001-35 25351.057793/2021-12 / 7833661 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143860211 ---------- DROGARIAS MUNIZ LTDA / 41.404.801/0001-08 25351.019530/2021-13 / 7832219 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074819214 ---------- carmelia rodrigues da silva / 41.139.234/0001-00 25351.014067/2021-13 / 7831318 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059511218 ---------- PMP DROGARIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS S/A / 17.040.906/0190-70 25351.049906/2021-14 / 7832990 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127699217 ---------- POLIANA M T RANGEL DROGARIA / 39.643.083/0001-72 25351.050607/2021-14 / 7833367 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3130577216 ---------- R. J. I FARMÁCIA LTDA / 40.897.172/0001-24 25351.014139/2021-14 / 7831869 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059646217 ---------- AREA LIVRE ARMAZENAGEM LTDA / 01.224.978/0006-04 25351.689098/2021-14 / 8230460 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2517768218 ---------- MUNIZ FARMA LTDA / 39.435.349/0001-91 25351.049889/2021-15 / 7832820 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127630210 ---------- FARMACIA EXCLUSIVA FARMA LTDA / 42.586.569/0001-20 25351.048807/2021-15 / 7832708 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3125657211 ---------- ESPECIAL QUIMICA SERVIÇOS, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 08.552.251/0001-90 25351.040660/2021-15 / 3106602 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3109907216 ---------- FARMACIA MAIS VOCE PRUDENTE LTDA / 39.654.392/0001-48 25351.057708/2021-16 / 7833427 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143770212 ---------- MIRIAN SPECK LTDA / 14.271.893/0001-14 25351.843083/2021-16 / 7832847 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2956345213 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0003-94 25351.041542/2021-16 / 7833110 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111239211 ---------- FERNANDEZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A / 93.641.710/0070-03 25351.787310/2021-16 / 7832006 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823490211 ---------- PRO-AZUL TECHNOLOGIES LTDA / 14.048.774/0001-05 25351.089316/2021-16 / 4036923 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212529211 ---------- DROGARIA MED GENERICO LTDA ME / 05.102.410/0001-67 25351.020464/2021-16 / 7832375 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3078009218 ---------- MASCARENHAS MEDEIROS &CIA LTDA - ME / 24.836.316/0002-67 25351.049913/2021-16 / 7832756 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127720219 ---------- FARMACIA BAHIA DA ECONOMIA LTDA / 33.736.970/0001-09 25351.049896/2021-17 / 7832907 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127668217 ---------- JE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUOS FARM LTDA-me / 22.037.297/0001-00 25351.049904/2021-17 / 7832972 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127693218 ---------- DISTRICENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 04.183.656/0001-48 25351.049462/2021-17 / 8230408 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3126582214 ---------- TEC DESCARTAVEIS - EIRELI / 29.984.348/0001-42 25351.019393/2021-17 / 8230365 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3074329211 ---------- RIBEIRO E LOURENCO LTDA / 42.323.458/0001-21 25351.019555/2021-17 / 7832284 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074892215 ---------- JUSCELINO RAMALHO GOMES DA SILVA / 10.664.845/0002-16 25351.057715/2021-18 / 7833518 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143791215 ---------- DROGARIA SAAR E ROCHA LTDA / 42.556.071/0001-15 25351.057788/2021-18 / 7833630 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143845218 ---------- LE CARE FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 40.730.257/0001-13 25351.732978/2021-18 / 7831579 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2654066215 ---------- Drogaria e Perfumaria Mombaca LTDA ME / 42.118.113/0001-36 25351.049920/2021-18 / 7833228 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127741211 ---------- KOCH HIPERMERCADO S.A / 02.831.172/0049-87 25351.019546/2021-18 / 7832128 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074863211 ---------- Nayara Antunes Barbosa Chaves Farmácia / 40.211.685/0001-30 25351.049887/2021-18 / 7832787 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127624215 ---------- R. S. LOPES / 15.727.272/0001-65 25351.089757/2021-18 / 1260933 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212754214 ---------- DROGARIA SILVA DE ANDRADE LTDA / 42.570.232/0001-25 25351.014072/2021-18 / 7831366 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059526216 ---------- JOELMA SILVA PIMENTEL FARMACIA / 09.202.829/0001-41 25351.041512/2021-18 / 7832561 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111192211 ---------- KONIMAGEM SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA / 05.135.085/0002-10 25351.661442/2021-19 / 8230564 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3214783211 ---------- ALIANÇA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 41.848.962/0002-63 25351.014099/2021-19 / 7831430 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059556218 ---------- F L DA PAIXÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI / 41.754.180/0001-84 25351.049911/2021-19 / 7832739 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127714214 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0157-96 25351.787661/2021-19 / 7831488 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824796215 ---------- DROGARIA ATRATIVA DA GARDENIA LTDA / 42.455.066/0001-16 25351.041501/2021-20 / 7832470 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111159219 ---------- C &P COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS, FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA / 36.470.048/0001-00 25351.019255/2021-20 / 1260751 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3073992219 ---------- ALVES E OLIVEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 01.258.497/0001-05 25351.057720/2021-21 / 7833583 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143806217 ---------- RITA MANOELA DOS SANTOS OLIVEIRA / 41.934.756/0001-95 25351.057784/2021-21 / 7833717 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143833214 ---------- AMOVERI FARMA LTDA / 42.111.281/0001-08 25351.013302/2021-21 / 1260808 703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3058311214 ---------- M B DROGARIA EIRELI / 42.569.705/0001-74 25351.049892/2021-21 / 7832851 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127636219 ---------- A. RAFAELI XAVIER SILVA / 42.333.884/0001-46 25351.041484/2021-21 / 7832240 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111137218 ---------- NEUZA SILVEIRA / 15.798.964/0003-66 25351.851052/2021-21 / 7833141 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2973081213 ---------- 10FARMA DROGARIA LTDA - EPP / 37.927.788/0001-96 25351.049927/2021-21 / 7833262 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127762214 ---------- M B M DROGARIA - EIRELI / 36.739.887/0001-81 25351.770736/2021-22 / 7832041 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3045745219 ---------- NACAO FARMA DROGARIA LTDA / 41.736.839/0001-70 25351.781347/2021-22 / 7831901 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806650212 ---------- EURICO SANTOS E SILVA / 42.279.187/0001-54 25351.014095/2021-22 / 7831397 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059544214 ---------- E. D. SILVA DE LIMA EIRELI / 29.644.068/0001-95 25351.049934/2021-23 / 7833549 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127783217 ---------- RLSF FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 40.749.978/0001-75 25351.833465/2021-23 / 7833185 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2937794213 ---------- MG CE COMÉRCIO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA - EPP / 01.468.573/0001-07 25351.069536/2021-23 / 8230439 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0650370210 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0162-53 25351.787638/2021-24 / 7831517 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824788214 ---------- ONE DAY ONE CARE - COSMETICOS - LTDA / 39.680.370/0001-52 25351.879626/2021-25 / 4036863 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3041351218 ---------- C C FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 39.414.306/0001-20 25351.793882/2021-26 / 7833154 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2840345212 ---------- VITA SAUDE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 35.229.486/0001-19 25351.072638/2021-26 / 8230655 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176182210 ---------- OLIVEIRA FARMA LTDA / 41.721.894/0001-96 25351.057706/2021-27 / 7833398 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143762211 ---------- JL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS E DIVERSOS LTDA / 12.002.303/0001-22 25351.049363/2021-27 / 8230396 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3126469213 ---------- I C MAIA DE ARAUJO COMERCIO / 26.338.522/0001-91 25351.782125/2021-27 / 7831932 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2809573211 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0004-75 25351.041540/2021-27 / 7833094 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111232213 ---------- DROGARIA CGL LTDA / 41.667.199/0001-93 25351.049902/2021-28 / 7832955 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127687213 ---------- L &G FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.714.350/0002-85 25351.705788/2021-28 / 7831841 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3080283211 ---------- JOSE EDNALDO GOMES DA SILVA / 42.122.281/0001-03 25351.057713/2021-29 / 7833489 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143785211 ---------- drogaria almeida gomes ltda / 39.364.786/0001-61 25351.019544/2021-29 / 7832101 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074857217 ---------- DROGARIA VIDA E SAÚDE DE TERESÓPOLIS LTDA / 21.455.259/0001-05 25351.014070/2021-29 / 7831349 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059520217 ---------- J J DA SILVA BARATA / 42.604.274/0001-30 25351.049885/2021-29 / 7832760 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127618211 ---------- KOCH HIPERMERCADO S.A / 02.831.172/0046-34 25351.019542/2021-30 / 7832085 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074851218 ---------- DROGARIA DO FUMAL LTDA / 41.548.973/0001-47 25351.057711/2021-30 / 7833475 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143779216 ---------- A B CONTI DROGARIA - ME / 23.845.648/0001-64 25351.705793/2021-31 / 7831824 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3047536218 ---------- ZENILDO ALVES DA SILVA EIRELI / 22.223.227/0008-05 25351.801407/2021-31 / 7833504 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3191015217 ---------- ABMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 41.245.148/0001-73 25351.049386/2021-31 / 1260782 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126495214 ---------- ANTONIA ALENCAR DE MORAIS / 14.902.372/0002-07 25351.752953/2021-31 / 7831582 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2720096215 ---------- M C DOS SANTOS COSTA / 31.665.648/0001-00 25351.041482/2021-31 / 7832222 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111111214 ---------- N &N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA / 42.351.193/0001-75 25351.049474/2021-33 / 8230411 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3126594212 ---------- Drogaria Fabi Farma LTDA / 18.640.579/0001-12 25351.014093/2021-33 / 7831383 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059538210 ---------- SERVCLIN SERVIÇOS TECNICOS LTDA / 20.257.592/0001-39 25351.049347/2021-34 / 3106633 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126432212 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0154-36 25351.014128/2021-34 / 7831720 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059613211 ---------- WSA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA / 08.754.645/0001-21 25351.019221/2021-35 / 8230351 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3073957219 ---------- JULIANO COVRE TREVISANI LTDA / 42.919.929/0001-69 25351.019528/2021-36 / 7832193 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074813215 ---------- SG FARMACIA LTDA / 42.712.659/0001-10 25351.014135/2021-36 / 7831807 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059634213 ---------- MIRANDA &SILVA DROGARIA LTDA / 20.322.355/0001-04 25351.057704/2021-38 / 7833353 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143756217 ---------- DROGARIAS POUP AQUI BRASIL LTDA / 19.858.706/0014-31 25351.019535/2021-38 / 7832648 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074834218 ---------- GK MEDICAMENTOS ATACADISTAS LTDA / 39.562.497/0002-58 25351.014061/2021-38 / 7831289 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059502219 ---------- ARAUJO &BOONE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 32.481.502/0001-78 25351.041549/2021-38 / 7832682 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111260219 ---------- VANESSA CAVALCANTE DA ROCHA ALMEIDA / 41.911.320/0001-80 25351.049900/2021-39 / 7832938 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127681214 ---------- DROGARIA NOVA ESPERANCA SJC EIRELI ME / 28.054.009/0001-02 25351.787308/2021-39 / 7831981 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823484217 ---------- LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA / 83.874.628/0001-43 25351.057253/2021-39 / 4036894 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3142777211 ---------- FARMACIA RAMOS E SEIBERT LTDA / 41.586.119/0001-75 25351.787306/2021-40 / 7831963 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823478212 ---------- DROGARIA ATIVA DE

COMENDADOR SOARES LTDA / 42.620.004/0001-12 25351.049909/2021-40 / 7832711 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127708210 ---------- -- MOREIRA &FERNANDES LTDA / 42.332.861/0001-17 25351.057692/2021-41 / 7833336 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143744213 ---------- -------- G M COMERCIO, MANUTENCAO E SERVICOS LTDA / 40.499.320/0001-52 25351.072497/2021-41 / 4036881 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3176023219 ---------- ---------- LAILTON DA COSTA CUNHA / 19.255.210/0001-59 25351.041508/2021-41 / 7832526 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111180217 ---------- ---------- CAMPEAO FARMA GUARULHOS / 42.101.432/0001-39 25351.019540/2021-41 / 7832071 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074847210 ---------- ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2737-19 25351.014101/2021-41 / 7831457 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059562212 ---------- ---------- Drogaria do Bem 2021 Ltda / 42.078.647/0001-86 25351.787313/2021-41 / 7832037 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823499215 ---------- ---------- J. M. W. BONATTO &CIA LTDA / 42.821.851/0001-45 25351.049916/2021-41 / 7833214 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127729212 ---------- ---------- COELHO E SOARES FARMACIA LTDA / 42.726.858/0001-88 25351.019558/2021-42 / 7832327 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074901218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0986-65 25351.041480/2021-42 / 7832449 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111105210 ---------- Cleonice Siqueira de Freitas / 41.561.686/0001-77 25351.057780/2021-43 / 7833626 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143821211 ---------- ALBUQUERQUE E BORGES LTDA / 40.016.894/0002-03 25351.019501/2021-43 / 7832176 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074682215 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS RIBEIRO E SILVA LTDA / 41.790.880/0001-24 25351.014119/2021-43 / 7831521 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059586210 ---------- KONIMAGEM SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA / 05.135.085/0001-39 25351.072585/2021-43 / 8230551 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176122217 ---------- drogaria gandini ltda. / 32.795.246/0002-74 25351.041515/2021-43 / 7832591 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111201213 ---------- KATIA S SILVA EIRELI / 07.242.158/0003-89 25351.041498/2021-44 / 7832435 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111150215 ---------- L R R MAZZA EIRELI / 36.685.424/0001-84 25351.049930/2021-45 / 7833293 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127771213 ---------- FARMACIA COMUNITARIA DF FILIAL 06 LTDA / 42.900.179/0001-83 25351.014126/2021-45 / 7831702 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059607216 ---------- ---------- W. K. ANDRADE GOMES DE FREITAS / 37.677.533/0002-01 25351.036790/2021-45 / 7832392 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3107710212 ---------- FARMÁCIA DO BRASIL LTDA / 39.816.695/0001-10 25351.781350/2021-46 / 7831929 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806659216 ---------- DROGARIA MEDICAL POPULAR EIRELI / 14.343.258/0001-03 25351.014133/2021-47 / 7831781 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059628219 ---------- NOVAFARMA MANIPULACAO LTDA / 39.412.690/0001-21 25351.881230/2021-48 / 7833171 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3043741215 ---------- DROGARIA AUTO FARMA LTDA / 42.524.734/0001-10 25351.057702/2021-49 / 7833340 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143750218 ---------- -------- MULTFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 13.000.452/0056-99 25351.019533/2021-49 / 7832621 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074828213 ---------- DROGARIA MATOS E MELO / 38.366.502/0001-03 25351.017670/2021-49 / 7831886 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3071700211 ---------- JELIVI CARE INDUSTRIA LTDA / 39.468.203/0001-42 25351.089310/2021-49 / 8230595 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3212523212 ---------- FARMACALL DROGARIAS LTDA / 41.921.907/0001-70 25351.014068/2021-50 / 7831321 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059514212 ---------- JEAN CARLOS DA SILVA SOUSA FARMACIA / 38.180.186/0001-80 25351.041545/2021-50 / 7832651 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111248210 ---------- farmacia goldbeck e klaus ltda / 41.877.474/0001-01 25351.053262/2021-51 / 7833413 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3140224211 ---------- -------- PEDRO EDSON BISPO DE OLIVEIRA SILVA / 39.273.850/0001-07 25351.054668/2021-51 / 7833431 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3141828217 ---------- ---------- GONCALVES &SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.858.641/0001-69 25351.041471/2021-51 / 7832418 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111073218 ---------- s d de lima eireli / 40.116.759/0001-59 25351.019549/2021-51 / 7832131 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074872211 ---------- Macedo &Macedo Farmácia de Manipulação LTDA - ME / 23.439.918/0002-18 25351.618175/2021-51 / 7831639 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2297010210 ---------- L E RIBEIRO TRANSPORTES / 34.048.384/0001-34 25351.019161/2021-51 / 4036790 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3073888217 ---------- ---------- HÉLIDA SILVA ALMEIDA EIRELI / 41.163.931/0001-98 25351.787311/2021-52 / 7832010 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823493216 ---------- PIGMENTAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 10.299.957/0001-34 25351.040887/2021-52 / 3106616 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3110069211 ---------- EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1053-36 25351.041506/2021-52 / 7832509 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111174212 ---------- ---------- TAURUS SAUDE LTDA / 42.599.771/0001-97 25351.072657/2021-52 / 8230686 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3176203217 - ---------- KEYLLA E ELIANE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.876.436/0002-30 25351.049914/2021-52 / 7833199 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127723213 ---------- INNOVAKIR IMPORTACAO EM SAUDE LTDA / 39.509.826/0001-16 25351.874855/2021-53 / 3106417 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3026738212 ---------- DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/1110-62 25351.019556/2021-53 / 7832300 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074895210 ---------- GMF PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA / 37.382.267/0002-81 25351.049897/2021-53 / 7832911 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127671217 ---------- Bem Estar Comercial Ltda / 42.009.130/0001-35 25351.070586/2021-53 / 8230491 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3172152219 ---------- GJ DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. / 42.019.105/0001-32 25351.866970/2021-54 / 7833015 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010500215 ---------- Nova Biodoses farmácia de manipulação ltda / 41.287.819/0001-69 25351.014117/2021-54 / 7831656 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059580211 ---------- -- LC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.302.176/0001-85 25351.072664/2021-54 / 3106738 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3176210213 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0019-51 25351.041513/2021-54 / 7832574 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111195215 ---------- PLW COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS EIRELI / 36.673.750/0001-71 25351.049551/2021-55 / 8230638 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3126676219 ---------- CHIMICA BARUEL LIMITADA / 61.362.182/0002-16 25351.874862/2021-55 / 8229903 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3026747211 ---------- T H SILVA GOMES DROGARIA EIRELI / 37.211.821/0001-87 25351.014124/2021-56 / 7831565 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059601217 ---------- -------- UNIMED NORDESTE PAULISTA - FEDERACAO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS / 01.559.455/0012-67 25351.062870/2021-56 / 8230701 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3158470217 ---------- ALFA VIEIRA DROGARIA LTDA / 41.676.734/0001-72 25351.057796/2021-56 / 7833691 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143869215 ---------- -- B. M. AROUCHA / 40.939.015/0001-34 25351.014131/2021-58 / 7831764 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059622210 ---------- J.H DE SOUZA FILHO MEDICAMENTOS / 24.736.756/0001-61 25351.793742/2021-58 / 7831642 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2839634211 ---------- -------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0151-93 25351.041538/2021-58 / 7833077 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111226219 ---------- GEOVANI ADRIANO RAZERA 07565061905 / 41.834.279/0001-96 25351.061355/2021-59 / 8230690 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3155889217 ---------- ZIONS COSMETICOS LTDA / 33.504.575/0001-09 25351.089527/2021-59 / 4036937 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3212570211 ---------- W.H. COSTA MEDICAMENTOS EIRELI / 42.553.372/0001-95 25351.014066/2021-61 / 7831304 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059508218 ---------- N &N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA / 42.351.193/0001-75 25351.049366/2021-61 / 4036829 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126473211 ---------- Olinto Miranda Rosa Eireili ME / 21.683.606/0001-49 25351.072694/2021-61 / 4036877 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3176246218 ---------- EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1222-65 25351.041543/2021-61 / 7833123 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111242211 ---------- V A DIAS BEZERRA PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 41.910.778/0001-15 25351.049905/2021-61 / 7832986 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127696212 ---------- ---------- FARMACIA MACHADO LTDA / 37.629.799/0002-70 25351.057709/2021-61 / 7833444 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143773217 ---------- ---------- gustavo tomas piovan caldeiras / 38.135.967/0001-53 25351.049888/2021-62 / 7832802 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127627210 ---------- ---------- FARMACIA WALQUI LTDA / 42.150.365/0001-42 25351.057716/2021-62 / 7833552 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143794210 ---------- ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1042-23 25351.787239/2021-63 / 7831946 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823161219 ---------- Mari produtos farmaceuticos LTDA-FILIAL / 26.628.918/0002-54 25351.041504/2021-63 / 7832497 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111168218 ---------- AREND &CIA LTDA / 00.781.758/0001-04 25351.072655/2021-63 / 8230672 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176200218 ---------- F BARBOSA DROGARIA LTDA / 39.648.086/0001-07 25351.049912/2021-63 / 7832742 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127717219 ---------- MEDICAL SUTURE COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 02.376.490/0001-50 25351.089701/2021-63 / 1260916 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212698217 ---------- ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0159-58 25351.787662/2021-63 / 7831491 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824899216 ---------- ---------- SOUZA FRANCO E OLIVEIRA LTDA / 09.529.639/0001-33 25351.727252/2021-63 / 3106755 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2962368212 ---------- DNA FORMULAS LTDA / 40.761.963/0001-22 25351.019554/2021-64 / 7832267 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074889215 ---------- melz comercio de produtos farmaceuticos ltda / 41.112.766/0001-45 25351.041487/2021-64 / 7832298 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111143212 ---------- ---------- T C DOS SANTOS EVANGELISTA LTDA / 42.705.891/0001-21 25351.049895/2021-64 / 7832895 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127665212 ---------- MG OSTEO PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 32.113.121/0001-36 25351.868408/2021-65 / 8229888 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3014982211 ---------- ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0150-02 25351.041511/2021-65 / 7832557 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111189211 ---------- ROSA PEREIRA DA SILVA / 42.678.009/0001-04 25351.057787/2021-65 / 7833322 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143842213 ---------- HENRIQUE FARMA LTDA / 42.270.555/0001-01 25351.014098/2021-66 / 7831426 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059553213 ---------- AC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.815.718/0001-13 25351.057307/2021-66 / 1260947 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3142833218 ---------- ELBA DA SILVA BELO FARMACIA / 38.926.120/0001-97 25351.019561/2021-66 / 7832358 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074911215 ---------- TEM+FARMA DROGARIA LTDA / 17.748.055/0003-49 25351.000091/2021-67 / 7831608 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0450432211 ---------- P DA SILVA LOPES FARMACIA EIRELI ME / 27.191.504/0001-92 25351.014122/2021-67 / 7831548 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059595219 ---------- -------- R&S DROGARIA LTDA / 41.567.976/0001-28 25351.057794/2021-67 / 7833674 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143863216 ---------- - 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 05.993.698/0004-50 25351.049486/2021-68 / 8230425 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3126607217 ---------- MAURO G.DE ALMEIDA / 20.795.924/0001-39 25351.063209/2021-68 / 1260860 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3158940213 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0009-80 25351.041536/2021-69 / 7833050 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111220210 ---------- B&S COMERCIO, LOGISTICA E TRANSPORTES LIMITADA / 28.537.185/0001-97 25351.089229/2021-69 / 8230578 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3212403217 ---------- AGRO-SERRA-AGROINDUSTRIAL SERRA DA JUREMA EIRELI / 03.961.053/0001-67 25351.879629/2021-69 / 3106678 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3041355213 ---------- ---------- PETRO-ISA DROGARIA LTDA / 26.254.703/0001-30 25351.014138/2021-70 / 7831855 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059643212 ---------- ---------- FARMACIA DELLA FARMA LTDA / 39.526.188/0001-41 25351.041534/2021-70 / 7833046 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111217210 ---------- ---------- PHARMA PALACE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI / 42.542.011/0001-43 25351.879627/2021-70 / 3106664 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3041353211 ---------- DROGARIA DO RE MI LTDA / 20.697.365/0001-24 25351.717058/2021-70 / 7831838 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3080069212 ---------- ABNER GOMES MEDICAMENTOS LTDA / 42.507.854/0001-09 25351.020463/2021-71 / 7832361 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3078005215 ---------- VIVA GLOBAL CARGO SERVIÇOS LOGISTICOS EIRELI / 35.229.664/0001-01 25351.049364/2021-71 / 3106647 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126470211 ---------- AGILE DISTRIBUIDORA LTDA / 22.226.515/0001-47 25351.063197/2021-71 / 3106695 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3158925214 -------- ---------- COMPHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0014-47 25351.041541/2021-71 / 7833106 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111236216 ---------- DOCTORS HOSPITALAR EMPREENDIMENTOS EIRELI / 40.913.184/0001-03 25351.089315/2021-71 / 8230607 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3212528214 ---------- DNA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. / 41.675.082/0001-51 25351.040731/2021-71 / 8230379 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3109984211 ---------- DROGARIA VITORIA LTDA / 41.717.688/0001-02 25351.057707/2021-71 / 7833400 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143765216 ---------- FARMAVIDA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.888.872/0001-15 25351.787357/2021-71 / 7833305 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO -

FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3115428210 ---------- Egnalva Barbosa Almeida / 42.473.497/0001-05 25351.866952/2021-72 / 7831625 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010444211 ---------- Drogaria Tonetti Ltda / 42.566.522/0001-03 25351.049903/2021-72 / 7832969 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127690213 ---------- ANTONIO ERNESTO DA SILVA FILHO / 41.007.562/0001-44 25351.014071/2021-73 / 7831352 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059523211 ---------- CMR RACK COM DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 38.412.926/0003-29 25351.019545/2021-73 / 7832114 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074860217 ---------- FARMAKO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 31.604.922/0001-31 25351.072438/2021-73 / 8230520 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3175944213 ---------- REDE CONVENIO&FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.043.170/0001-01 25351.041478/2021-73 / 7832421 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111099211 ---------- FARMACIA SUPER POPULAR LTDA / 42.995.822/0001-08 25351.049886/2021-73 / 7832773 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127621211 ---------- MIX FARMA MEDICAMENTOS LTDA / 32.651.706/0003-71 25351.057714/2021-73 / 7833492 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143788215 ---------- Alana M. C. Farias Comercio / 28.975.603/0001-28 25351.041502/2021-74 / 7832483 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111162219 ---------- C.I. Santos Drogaria Ltda / 36.231.941/0001-83 25351.049910/2021-74 / 7832725 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127711210 ---------- FLEX SOLUCOES EM GESTÃO DE SAUDE LTDA / 07.447.729/0003-11 25351.057778/2021-74 / 7833612 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143815216 ---------- A DOS S C LIMA / 38.092.360/0001-33 25351.807874/2021-74 / 7831673 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3063924217 ---------- DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0546-92 25351.019552/2021-75 / 7832162 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074883216 ---------- DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0159-54 25351.041485/2021-75 / 7832271 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111140218 ---------- everson santana cruz / 41.800.903/0001-34 25351.049893/2021-75 / 7832864 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127659218 ---------- MARLI APARECIDA DE PAULA / 42.114.734/0001-41 25351.057721/2021-75 / 7833597 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143809211 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS MEDEIROS LTDA / 42.386.704/0001-94 25351.014113/2021-76 / 7831474 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059568211 ---------- FARMACIA FARMABEM LTDA / 41.516.958/0001-17 25351.049928/2021-76 / 7833276 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127765219 ---------- E I RIVERO FARMACIA / 42.014.633/0001-07 25351.014096/2021-77 / 7831409 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059547219 ---------- FARMACIA E DROGARIA DO CIDADÃO DE ITUMBIARA LTDA / 42.707.918/0001-15 25351.014120/2021-78 / 7831534 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059589214 ---------- DESPACHO RAPIDO LTDA / 20.277.386/0001-90 25351.072678/2021-78 / 4036954 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3176226217 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0160-91 25351.787685/2021-78 / 7831503 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824902210 ---------- VANESSA PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO / 41.915.367/0001-12 25351.057792/2021-78 / 7833657 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143857211 ---------- D C VILAR / 35.871.658/0002-34 25351.049935/2021-78 / 7833535 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127786211 ---------- SANTOS TRANSPORTES DE CARGAS EIRELI / 74.212.069/0002-04 25351.823961/2021-79 / 8230321 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2908451212 ---------- DESPACHO RAPIDO LTDA / 20.277.386/0001-90 25351.072468/2021-80 / 1260887 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3175972217 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0156-05 25351.787690/2021-81 / 7832816 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824982218 ---------- BETARELLO E CAVALHEIRO LTDA / 42.427.782/0001-90 25351.843272/2021-81 / 7833137 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2957142211 ---------- S DE OLIVEIRA CARVALHO / 28.138.471/0001-80 25351.014136/2021-81 / 7831811 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059637218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1049-08 25351.787267/2021-81 / 7831950 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823277211 ---------- FLORENCIO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.246.219/0001-90 25351.019529/2021-81 / 7832205 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074816210 ---------- MASTER SAUDE COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA / 41.132.258/0001-29 25351.072394/2021-81 / 8230502 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3175845215 ---------- DROGARIA LEOS DE ENGENHO DE DENTRO LTDA / 42.597.827/0001-74 25351.041532/2021-81 / 7833032 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111210212 ---------- FARMA E DROGA RITA LTDA / 42.154.433/0001-41 25351.018934/2021-81 / 7832159 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3073531219 ---------- DROGARIA ARAGUAIA LTDA / 42.855.553/0001-76 25351.014062/2021-82 / 7831292 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059505213 ---------- DROGARIAS PACHECO S/A / 33.438.250/0616-20 25351.019536/2021-82 / 7832068 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074837212 ---------- CHAINS COMÉRCIO DE COSMÉTICOS EIRELI / 29.048.820/0001-35 25351.040659/2021-82 / 4036815 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3109906210 ---------- T. R. DE MATOS OLIVEIRA EIRELI / 63.647.739/0001-00 25351.057705/2021-82 / 7833371 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143759211 ---------- BEM POPULAR DRUGSTORE LTDA / 41.362.725/0001-07 25351.036761/2021-83 / 7832389 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3107665213 ---------- CHARLANE GEYSE SILVA PEREIRA / 11.819.926/0003-91 25351.787309/2021-83 / 7831994 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823487211 ---------- DESPACHO RAPIDO LTDA / 20.277.386/0001-90 25351.072644/2021-83 / 8230669 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3176188218 ---------- M.C. PRODUTOS FARMACEUTICOS E MEDICAMENTOS LTDA / 38.402.794/0001-92 25351.049901/2021-83 / 7832941 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127684219 ---------- J CRUZ LTDA / 04.521.258/0031-00 25351.057769/2021-83 / 7833609 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143812211 ---------- F R PASTANA DE OLIVEIRA LTDA / 42.207.536/0001-22 25351.053059/2021-84 / 7833384 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3139492212 ---------- andreia cristiane gilberti pinotti / 41.405.983/0001-23 25351.019543/2021-84 / 7832099 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074854212 ---------- L R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.194.774/0001-88 25351.780945/2021-84 / 8230334 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2805572211 ---------- DROGARIA M &D LTDA - ME / 02.376.510/0001-93 25351.689810/2021-85 / 7831687 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2519442219 ---------- ROCHA DROGARIAS LTDA / 42.664.598/0001-63 25351.041500/2021-85 / 7832466 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111156214 ---------- DORMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA / 39.707.734/0001-40 25351.049115/2021-86 / 8230624 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3126169210 ---------- F IGOR O DA SILVA - ME / 41.392.769/0001-80 25351.019550/2021-86 / 7832145 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074875215 ---------- ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA / 13.791.068/0001-88 25351.072524/2021-86 / 8230473 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176053215 ---------- HELTON SOUZA FARMACIA LTDA / 36.979.299/0001-15 25351.041483/2021-86 / 7832236 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111114219 ---------- LEFARMA - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.654.647/0001-87 25351.049891/2021-86 / 7832833 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127633214 ---------- MEDGLOBAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 32.149.914/0001-05 25351.875370/2021-87 / 4036850 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3027237217 ---------- mara e michelli com.varej.prod.farmaceuticos ltda / 39.972.818/0001-01 25351.057783/2021-87 / 7833703 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143830210 ---------- J A PEIXINHO EIRELI / 42.020.544/0001-65 25351.049926/2021-87 / 7833259 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127759214 ---------- DROGARIA NOVA ANDRADE LTDA EPP / 10.733.428/0002-88 25351.781346/2021-88 / 7831890 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806647212 ---------- ALIANÇA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 41.848.962/0003-44 25351.014129/2021-89 / 7831733 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059616215 ---------- SKL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LABORATORIAIS / 34.444.556/0001-99 25351.617923/2021-89 / 8230442 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2296147216 ---------- RPA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA EPP / 17.406.741/0001-70 25351.879618/2021-89 / 1260796 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3041344211 ---------- GOMES E SILVA DROGARIA LTDA / 33.421.899/0002-56 25351.057790/2021-89 / 7833643 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143851212 ---------- RINALVA OLIVEIRA LIMA FARMACIA / 06.932.577/0001-18 25351.049933/2021-89 / 7833566 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127780212 ---------- A R P COM DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.932.272/0001-70 25351.014127/2021-90 / 7831716 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059610216 ---------- PROMAN MANUTENÇÃO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA / 01.689.734/0001-92 25351.057365/2021-90 / 8230641 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3142886214 ---------- CAIO GUILHERME BENKARD MARCON / 12.213.157/0002-65 25351.036791/2021-90 / 7832404 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3107713217 ---------- FARMACIA E DROGARIA GABYWEBER LTDA / 33.866.669/0002-09 25351.049931/2021-90 / 7833319 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127774218 ---------- MIX FARMA MEDICAMENTOS LTDA / 32.651.706/0002-90 25351.014134/2021-91 / 7831795 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059631219 ---------- GOLDEN PHOENIX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 19.186.866/0001-67 25351.057319/2021-91 / 3106724 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3142844210 ---------- eric martins carvalho drogaria ltda / 40.851.444/0001-55 25351.019527/2021-91 / 7832180 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074810211 ---------- L R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.194.774/0001-88 25351.780894/2021-91 / 1260748 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2805496213 ---------- B W S D LTDA / 37.361.792/0001-30 25351.063186/2021-91 / 3106681 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3158918218 ---------- FARMACIA FARMA BEM LTDA / 41.858.397/0001-34 25351.055625/2021-92 / 7833461 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3142217219 ---------- BM DROGARIA E FARMACIA LTDA / 42.428.092/0001-55 25351.014060/2021-93 / 7831275 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059499215 ---------- DROGA REMO LTDA. / 08.013.022/0001-06 25351.014141/2021-93 / 7831872 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059652211 ---------- L GOMES BARRIS LTDA / 42.268.246/0001-99 25351.019534/2021-93 / 7832634 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074831213 ---------- TOPASSO RAMOS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 40.396.926/0001-62 25351.041548/2021-93 / 7832679 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111257219 ---------- B&S COMERCIO, LOGISTICA E TRANSPORTES LIMITADA / 28.537.185/0001-97 25351.089230/2021-93 / 3106711 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212406216 ---------- USIMED DE TUBARAO COOPERATIVA DE USUARIOS DE ASSISTENCIA EM SAUDE / 02.302.096/0006-82 25351.787307/2021-94 / 7831977 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823481212 ---------- M.F. DA S. FRANCO EIRELI / 08.084.503/0004-47 25351.089294/2021-94 / 8230581 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3212505214 ---------- G M COMERCIO, MANUTENCAO E SERVICOS LTDA / 40.499.320/0001-52 25351.063362/2021-95 / 3106707 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3159026213 ---------- CHIRLEY ALVES MARQUES PEREIRA / 12.799.491/0001-61 25351.072515/2021-95 / 8230533 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176040211 ---------- DROGARIA FIDELIS COMERCIO VAREJISTA PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 38.216.365/0001-20 25351.057710/2021-95 / 7833458 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143776211 ---------- ROGE SOLUÇÕES COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA / 30.319.272/0001-10 25351.879729/2021-95 / 4036846 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3041479214 ---------- Coelho Fernandes Comercio Farmaceutico ltda - Filial Jardim Brasilia / 23.894.818/0002-81 25351.014102/2021-96 / 7831461 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059565217 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0155-17 25351.041509/2021-96 / 7832530 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111183211 ---------- ACT MED COMERCIO IMPORTAÇÃO DE MATERIAL MEDICO LTDA / 18.040.837/0003-91 25351.072579/2021-96 / 8230547 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176116217 ---------- C L P RIBEIRO / 35.219.796/0002-33 25351.019559/2021-97 / 7832331 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074904212 ---------- MIGUEL BARRETO NETO / 30.749.900/0002-88 25351.041481/2021-97 / 7832054 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111108214 ---------- R A BEZERRA PRODUTOS FARMACEUTICOS / 40.898.014/0001-99 25351.041516/2021-98 / 7832603 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111204218 ---------- DROGARIA CENTER IAPU LTDA / 42.017.828/0001-00 25351.049924/2021-98 / 7833245 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127753215 ---------- DROGARIAS PRECO CERTO LTDA / 42.117.454/0001-97 25351.014092/2021-99 / 7831370 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059535215 ---------- N &N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA / 42.351.193/0001-75 25351.049473/2021-99 / 3106651 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126593216 ---------- FRANCISCO DAGMAR DOS SANTOS / 24.887.818/0001-36 25351.019213/2021-99 / 3106591 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3073949216 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0008-07 25351.041499/2021-99 / 7832452 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111153210

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.225, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA ELSHADAY-EIRELI / 23.857.685/0001-92
25351.241039/2016-00 / 7469035
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3229545216
---
DIANA NASCIMENTO BARBOZA / 29.967.663/0001-61
25351.322433/2018-00 / 7589801
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160014210
---
FARMÁCIA GOMES LTDA. / 10.939.117/0002-70
25351.695067/2021-01 / 7820913
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177680219
---
ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.485364/2013-01 / 2070964
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034815212
---
DROGARIA T.A.S LTDA - EPP / 07.360.790/0001-65
25351.063598/2014-01 / 7103154
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144414218
25351.063598/2014-01 / 7103154
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144444210
---
FARMACIA SAO BENEDITO LTDA / 13.394.671/0001-26
25351.589610/2014-02 / 7298429
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177658212
---
DRG - DROGARIA POPULAR LTDA / 15.390.703/0001-40
25351.650034/2014-02 / 7321120
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177660214
---
aumed hospitalares ltda - me / 26.332.803/0001-37
25351.105853/2017-02 / 8149060
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142723218
---
CR HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 27.255.624/0001-06
25351.296156/2017-02 / 8151517
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3142340211
---
DROGARIA PIAZZAROLI UNIPESSOAL LTDA / 10.559.137/0001-34
25351.666183/2013-02 / 7042004
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160203217
---
rimedualc importação exportação e comercio de produtos para saúde ltda me / 25.449.878/0001-30
25351.107481/2017-02 / 8148215
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3027169211
---
aumed hospitalares ltda - me / 26.332.803/0001-37
25351.105853/2017-02 / 8149060
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158677211
---
DROGARIA GADE FARMA LTDA / 23.018.856/0002-70
25351.350777/2021-04 / 7801305
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129048215
---
FARMACIA FRANCO LTDA / 94.468.394/0001-50
25351.643770/2014-04 / 7317828
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160234217
---
MEGA FARMA COMERCIAL FARMACEUTICA EIRELI / 31.401.617/0001-42
25351.090724/2019-04 / 7637302
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214319212
---
ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.058162/2019-04 / 8178046
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073998217
---
FARMACIA FRANCO LTDA / 94.468.394/0001-50
25351.643770/2014-04 / 7317828
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160215211
---
FARMAC PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA / 32.838.716/0001-59
25351.220600/2013-05 / 2068515
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2870947216
---
Laboratorios BBraun S.A. / 31.673.254/0016-80
25351.171559/2021-05 / 8219470
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142693211
---
DROGARIA DROGALU LTDA / 41.854.682/0001-87
25351.781335/2021-06 / 7829207
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177698211
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0720-63
25351.575415/2014-06 / 7318581
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028742211
---
ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.313501/2006-06 / 1218736
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034903219
---
FARMACIA MELO E COUTINHO LTDA -ME / 19.651.187/0001-11
25351.167994/2014-06 / 7137749
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214327213
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1632-98
25351.386297/2017-06 / 8153521
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3109982218
---
JAQUELINE DA SILVA / 26.089.966/0001-30
25351.310709/2018-07 / 7588685
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3011211217
---
SOLUTION MED COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 31.961.026/0001-20
25351.877547/2020-07 / 8210376
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3073938214
---
ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402228/2019-08 / 4011923
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073834214
---
J F MEDICAMENTOS LTDA / 08.093.658/0001-05
25351.404294/2014-08 / 7230657
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3140772212
---
CENTRO OESTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME / 02.683.235/0001-50
25351.312818/2017-09 / 1166436
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3044285216
---
FARMACENTER ARACI LTDA / 42.090.775/0001-45
25351.689796/2021-10 / 7820699
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957454214
---
LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
25023.020436/2004-10 / 2038379
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142596216
---
J.J.T. AMARAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 25.290.348/0001-91
25351.147519/2019-10 / 8182235
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3110064219
---
SOS FARMA PONTE LTDA / 03.631.302/0015-51
25351.803527/2010-10 / 0728684
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214331211
---
implaner-comercio de implantes cirurgicos ltda-me / 03.638.597/0001-92
25351.435029/2015-11 / 8124178
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126699219
25351.435029/2015-11 / 8124178
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126698212
---
WM INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA / 23.192.575/0001-59
25351.758245/2021-11 / 8228194
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041549212
---
PHOSPODONT LTDA / 04.451.626/0003-37
25351.434659/2015-11 / 8128516
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 2644824214
---
ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.597961/2018-11 / 8168421
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034814216
---
CLERIO JOSE CARDOSO LTDA / 00.297.473/0001-00
25351.306679/2013-11 / 0934237
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129027212
---
CALL MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTAÇÃO LTDA / 05.106.015/0001-52
25351.669250/2014-11 / 1126461
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3042684217
---
WILMA PERES DA SILVA EIRELI / 03.039.962/0001-42
25351.680592/2013-11 / 7049155
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177662211
---
WM INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA / 23.192.575/0001-59
25351.758407/2021-11 / 4035901
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041588218
---
LEONICE MERCE BITTO SACONATTO LTDA ME / 96.414.941/0001-40
25351.218740/2002-11 / 0103555
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144416214
---
i. c. r. da silva - me / 05.563.936/0001-44
25351.303108/2019-11 / 7656708
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177692212
---
Associação Afam de Assistência Farmacêutica / 12.846.956/0015-93
25351.009858/2012-11 / 0822172
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144446216
---
EXPERT MEDICAL DISTRIBUIDORA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA / 38.432.042/0001-74
25351.758317/2021-12 / 8228362
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110299216
---
DROGARIAS LAGE LTDA / 28.325.648/0001-57
25351.541401/2017-12 / 7545817
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129032219
---
IVETE RATTI - ME / 26.910.341/0001-98
25351.819386/2018-12 / 7626101
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3028031211
---
imifarma produtos farmacêuticos e cosméticos s/a / 04.899.316/0094-17
25351.457461/2014-13 / 7258423
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957460219
---
FARMACIA CRUZ LTDA / 29.856.255/0001-32
25351.086213/2020-13 / 7707834
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177710214
---
DROGARIA ALAMEDA LTDA FILIAL 25 / 01.276.256/0024-85
25351.358085/2012-13 / 0857701
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3055707211
---

FARMACIA ZAAP LTDA / 30.089.022/0001-30
25351.227796/2019-13 / 7660439
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3174109216
---
FRANCISCLARA FARMÁCIA LTDA EPP / 94.627.072/0001-07
25351.185367/2002-13 / 0199984
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129040210
---
FARMACIA MANIPULARE LTDA / 41.194.664/0001-16
25351.573508/2021-14 / 7816711
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2638456216
---
KMV MEDICAL PRODUTO HOSPITALAR LTDA / 31.637.511/0001-42
25351.533867/2019-14 / 8188514
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2225447217
---
LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
25351.569428/2014-14 / 1119748
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3142796215
---
DROGARIA DIAS SANTOS LTDA - ME / 06.155.061/0001-04
25351.141423/2015-14 / 7374099
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129066213
---
H M FRANCA RODRIGUES FARMACIA - ME / 13.061.935/0001-20
25351.499617/2015-14 / 7410601
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177676211
---
J S SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO CIVIL E COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MAT CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LAB LTDA / 01.177.822/0001-05
25351.452786/2019-14 / 8186589
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126321216
---
DROGARIA MEDFACIL LTDA / 31.881.350/0001-38
25351.283817/2020-14 / 7764931
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129046219
---
Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.796430/2020-15 / 4023874
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3041827212
---
DROGARIA ATIVA DA VILA PAULINE LTDA / 07.233.645/0002-02
25351.162342/2020-15 / 7755849
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160132214
---
JS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 00.386.000/0001-71
25351.215589/2009-15 / 1077384
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3126585213
---
VLM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 32.864.855/0001-57
25351.428197/2019-15 / 7668554
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159982216
---
PORTO EQUIPO- COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 35.298.243/0001-32
25351.310716/2020-15 / 8210908
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3041734214
---
CRAVMED COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSTRUMENTOS E PRODUTOS CIRURGICOS EIRELI. / 33.089.949/0001-69
25351.019114/2021-15 / 8230166
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073796215
25351.019114/2021-15 / 8230166
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073742212
---
DROGATIVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 01.553.902/0006-22
25351.301289/2014-15 / 7194130
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177668210
---
L V A SIQUEIRA / 15.628.009/0001-19
25351.816256/2021-15 / 7777782
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159789211
---
NELSON HEUSI LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA / 09.211.360/0001-07
25024.000743/2009-16 / 3041071
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3073790217
---
FARMÁCIA DO TRABALHADOR DE ITAMBACURI LTDA / 26.650.057/0001-20
25351.133816/2017-16 / 7506709
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177654210
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0316-26
25351.380708/2014-17 / 7233286
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159925217
---
DROGARIA F P TAVARES / 14.569.723/0005-44
25351.953800/2021-17 / 7781741
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129052213
---
J.J.T. AMARAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 25.290.348/0001-91
25351.149682/2019-17 / 1188625
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3109991217
---
DENTAL NORTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 04.709.850/0001-14
25351.720063/2011-17 / 3049885
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 3158778211
25351.720063/2011-17 / 3049885
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3158824213
---
Gerondo &Previtale Drogaria Ltda. / 37.559.636/0001-88
25351.730366/2020-18 / 7736994
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144428218
---
FARMACIA SAO FRANCISCO LTDA EPP / 00.102.911/0001-20
25351.666278/2013-18 / 7043061
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2450833211
25351.666278/2013-18 / 7043061
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144440217
---
GAMAN PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 37.830.527/0001-53
25351.389583/2020-18 / 4026867
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3126577211
25351.389583/2020-18 / 4026867
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3126248217
---
MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769427/2021-18 / 1259495
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3158960214
---
WILDANIA FRANCO DE SOUSA CABRAL / 09.085.794/0001-08
25351.160759/2019-18 / 7642332
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177684211
---
DROGARIA DELMA LTDA ME - / 36.308.930/0001-54
25351.121288/2014-18 / 7130311
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144448212
---
FARMACIA DO TRABALHADOR DE NOVO ORIENTE LTDA / 20.267.069/0001-93
25351.382361/2014-18 / 7312101
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129025216
---
Global Air Cargo LTDA / 00.945.958/0001-55
25351.803677/2016-18 / 2084945
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3058389213
---
MABRA FARMACEUTICA LTDA / 09.545.589/0001-88
25351.145400/2009-18 / 1077947
7143 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - RAZÃO SOCIAL / 3158881217
---
WILDANIA FRANCO DE SOUSA CABRAL / 09.085.794/0001-08
25351.160759/2019-18 / 7642332
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160146214
---
DIAGMASTER 15 COMERCIAL DIAGNOSTICA LTDA ME / 22.552.427/0001-35
25351.662639/2015-18 / 8130107
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3027242211
---
4 IDEA COM. IMP. e EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. / 31.277.655/0001-35
25351.835025/2021-19 / 8229462
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126486215
---
PEREIRA E MARINHO MEDICAMENTOS LTDA / 19.762.353/0001-57
25351.225444/2014-19 / 7164707
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129060214
25351.225444/2014-19 / 7164707
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2638462211
---
CENTRO OESTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME / 02.683.235/0001-50
25351.089252/2012-20 / 8093261
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3063171212
---
CLADIS BERGER / 07.555.426/0001-50
25351.384445/2010-20 / 8065661
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3073891218
---
RODOVITOR - TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA / 08.408.736/0002-96
25351.596872/2019-20 / 3090138
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3158951215
---
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO / 03.533.726/0001-88
25351.661442/2015-20 / 1147701
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3109905213
---
ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402180/2019-20 / 3088257
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073832211
---
ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA / 31.067.866/0001-43
25351.459545/2020-21 / 7766351
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214335214
---
INBONE COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. / 18.328.578/0001-37
25351.266872/2014-21 / 8104877
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3074045213
---
B W S D LTDA / 37.361.792/0001-30
25351.431535/2020-21 / 8212060
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158720213
---
SILVA E MIRANDA LTDA / 13.591.925/0001-04
25351.467277/2011-21 / 0789413
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3031609210
---
LCL INDUSTRIA COMERCIO E SERVICO LTDA / 15.213.547/0001-42
25351.554434/2017-22 / 3077406
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3126694217
---

UNI HOSPITALAR LTDA / 07.484.373/0001-24
25019.003409/2005-22 / 1062988
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158861216
---
ENDOCRAFT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 38.441.423/0001-10
25351.806862/2021-22 / 8229107
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041910217
---
LUPATINI E PINHEIRO DE MANIPULAÇÃO LTDA / 06.157.933/0001-73
25351.629360/2015-23 / 7419263
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144436219
---
FARMACIA AREIAS E SILVA &GOMES LTDA / 01.426.740/0001-57
25351.080919/2014-23 / 7112689
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957433211
25351.080919/2014-23 / 7112689
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957441212
---
ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103607/2021-24 / 1251292
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3073870211
---
J. G. DE ALMEIDA me / 03.863.445/0001-93
25351.521213/2014-25 / 7289965
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159829213
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0305-73
25351.395637/2014-25 / 7233804
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159874219
---
TLC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - ME / 23.816.031/0002-00
25351.727316/2021-26 / 8227782
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158826216
---
DROGARIAS BEM POPULAR BRASIL LTDA / 18.303.643/0001-70
25351.610638/2013-27 / 7007193
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957437214
---
CENTRO OESTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME / 02.683.235/0001-50
25351.380774/2017-28 / 3075011
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3062955210
---
MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.256.726/0001-22
25351.803627/2016-29 / 8137244
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3142698213
---
J NAURO DA SILVA EPP / 01.171.143/0003-90
25351.172711/2014-30 / 7134648
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144442213
---
DROGARIA DAMIÃO LTDA / 01.801.111/0001-60
25351.096526/2014-31 / 7114659
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159808211
---
JIANA PAVANATTO RUBERT &CIA LTDA / 04.192.284/0001-16
25351.347464/2014-31 / 7210884
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144422219
---
LUIZ ANTONIO FREITAS QUEIROZ &CIA LTDA ME / 05.801.660/0001-95
25351.107503/2007-31 / 0487699
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144420212
---
KOMTUR PHARMACEUTICALS DO BRASIL COM, IMPORT, EXPORT, MEDIC, PROD. FARM. LTDA / 24.585.456/0001-29
25351.018958/2021-31 / 1260583
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3073598219
---
Biocell Biotecnologia Ltda / 33.432.257/0001-71
25351.455929/2019-31 / 8193467
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3027204211
---
R ROCHA BARROS LTDA / 41.045.143/0001-05
25351.232614/2021-32 / 7794698
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957443219
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0254-99
25351.558004/2014-32 / 7318121
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028639215
---
RICHEN BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 21.994.536/0001-40
25351.673574/2015-32 / 1147806
7162 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158683211
---
L D GRANGEIRO NETO / 84.426.337/0001-55
25351.638637/2019-32 / 7690529
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129036211
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0688-99
25351.424565/2014-33 / 7242009
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028676210
---
MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769485/2021-33 / 8228575
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158799219
---
R F PESSANHA DROGARIA E PERFUMARIA ME / 33.627.156/0001-56
25351.496162/2020-34 / 7726677
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129054210
---
AOC IMPORTS COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI / 12.240.790/0001-61
25351.288866/2020-35 / 8198754
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158672219
---
DROGARIA SABRINA REGISTRO - ME / 09.369.805/0001-81
25351.042297/2014-35 / 7095553
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177682215
---
D. T. MACÊDO E FONSECA LTDA. / 70.226.949/0001-90
25351.022687/2003-36 / 0321457
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3026698210
---
F &R DROGARIA LTDA ME / 13.162.806/0001-28
25351.550111/2013-36 / 7023181
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3112627218
---
DROGATIVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 01.553.902/0011-90
25351.236454/2014-37 / 7192481
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177666213
---
DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0313-07
25351.362195/2012-37 / 0857148
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177672218
25351.362195/2012-37 / 0857148
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177706216
---
motul brasil lubrificantes ltda / 24.055.649/0001-78
25351.316731/2017-37 / 3074518
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3126531211
---
AMAZON QUÍMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 08.617.395/0001-88
25351.566533/2018-38 / 3081674
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3142483217
---
rp drogaria LTDA me / 27.443.142/0001-80
25351.353867/2013-39 / 0972413
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177704210
---
FARMACIA MELO E COUTINHO LTDA / 19.651.187/0002-00
25351.250568/2019-39 / 7651182
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214321214
---
FARMACIAS FREE LTDA / 36.775.299/0001-01
25351.793898/2021-39 / 7827024
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160080218
---
SYMBITEC COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 32.579.780/0001-62
25351.545361/2019-40 / 8188926
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126638210
---
PRIME SOLUÇOES LOGISTICA EIRELI / 30.040.128/0004-92
25351.800560/2021-41 / 8228987
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041913216
---
DROGARIA ATACADAO DOS MEDICAMENTOS LTDA / 35.457.950/0001-24
25351.575300/2020-41 / 7770401
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129029219
---
euro parts brasil industria e comercio de instrumental cirurgico ltda / 13.440.884/0001-47
25351.317606/2019-41 / 8182421
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158889218
25351.317606/2019-41 / 8182421
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158916215
---
DROGARIA LUPHARMA LTDA / 36.098.255/0001-86
25351.118082/2020-41 / 7710144
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129068210
---
RUIZ FARMACIA LTDA ME / 06.011.990/0001-40
25351.511162/2013-42 / 7011564
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3160012213
---
PODOPLUS COMERCIO PODOLOGIA E ESTETICA LTDA. - EPP / 05.612.966/0001-01
25351.779955/2015-42 / 2084686
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3050163216
---
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0343-49
25351.514392/2014-44 / 7278673
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177678217
---
Global Air Cargo LTDA / 00.945.958/0001-55
25351.151105/2014-44 / 8103520
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3058388217
---
IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA / 04.899.316/0018-66
25351.413871/2014-44 / 7233593
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3159795215
---
SILVA &AMARO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 11.483.531/0001-07
25351.431807/2014-45 / 7247526
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957435218
---
DRUGSTORE SANTANA SAUDE LTDA / 02.471.724/0001-49
25351.210489/2002-47 / 0100580
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177664217
---
F. RIBEIRO &CIA LTDA / 16.724.586/0001-77
25351.727471/2018-47 / 3083078
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3126556213
---

BEMMED - COMERCIO DE ARTIGOS CIRURGICOS LTDA / 27.938.961/0001-06
25351.031552/2018-48 / 8164645
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3041591219
---
F. W. ARAÚJO PINTO-ME / 34.716.589/0001-40
25351.431740/2014-49 / 7243754
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957448210
---
DROGARIA WANESSA LTDA / 14.169.897/0023-00
25351.856378/2018-49 / 7628727
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129038218
25351.856378/2018-49 / 7628727
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3078821218
---
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda / 12.418.191/0001-95
25351.295113/2014-50 / 1102405
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158708213
---
VERA LUCIA NEVES CORREIA / 23.334.490/0001-68
25351.513015/2016-50 / 7489471
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129042216
---
FARMÁCIA GOTA MAIS LTDA / 10.306.334/0007-37
25351.359689/2013-50 / 0949383
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214325217
---
F. RIBEIRO &CIA LTDA / 16.724.586/0001-77
25351.188919/2013-51 / 8093806
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3058473214
---
AZ MEDICAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E FARMACEUTICA LTDA / 40.060.286/0001-15
25351.589728/2021-51 / 8225261
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3110044218
---
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0715-46
25351.812624/2018-51 / 8175711
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3142504214
---
MANGUEIRA FARMA LTDA / 35.502.025/0001-78
25351.155908/2020-52 / 7712591
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3015450212
---
ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103552/2021-52 / 8218292
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3073930213
---
viga comercio de produtos farmaceuticos ltda / 14.698.314/0001-14
25351.969432/2016-53 / 7446941
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177700217
---
BIOMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.081.833/0001-76
25351.278224/2016-53 / 8140225
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3110254212
25351.278224/2016-53 / 8140225
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3110297213
---
Neurospine Care Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares / 41.125.198/0001-17
25351.823940/2021-53 / 8229337
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142681213
---
DROGARIA MENOR PREÇO LTDA / 03.400.646/0001-54
25351.581071/2014-55 / 7332624
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214337211
---
L A CANIVE LTDA / 26.105.340/0001-70
25351.595210/2021-57 / 8225014
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2534571214
---
HARTE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS LTDA / 10.452.774/0001-07
25351.531126/2014-58 / 8110473
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3111367215
---
ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103827/2021-58 / 3101804
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3073659218
---
LE BRISE AROMAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 34.046.321/0001-49
25351.855284/2021-58 / 3100519
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3158640210
---
GAMAN PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 37.830.527/0001-53
25351.389695/2020-61 / 8211567
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3126523218
25351.389695/2020-61 / 8211567
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126484212
25351.389695/2020-61 / 8211567
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126460216
---
MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 05.343.029/0001-90
25351.488085/2015-61 / 2082623
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058627211
---
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0768-58
25351.354948/2018-61 / 7593207
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3172441218
---
ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402176/2019-61 / 1191364
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3074032219
---
OFTALMOLÓGICA LTDA. / 35.992.734/0001-89
25748.040523/2007-61 / 9009800
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158926211
---
RODOVITOR - TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA / 08.408.736/0002-96
25351.596868/2019-61 / 8190076
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158934213
---
LOJA DO DENTISTA LTDA / 03.427.011/0001-40
25351.176147/2011-61 / 3047898
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 3058118210
25351.511536/2008-62 / 8045701
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3058112211
---
KONIG ROAD SERVICE LTDA. - ME / 23.827.343/0001-20
25351.291359/2018-64 / 8165931
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2668739217
---
REDE BOM DE PREÇO EIRELI / 10.426.474/0002-34
25351.134815/2013-65 / 0973956
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160114216
---
COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0500-34
25351.443033/2016-67 / 7484914
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159813217
---
DROGARIA PREÇO JUSTO LTDA - ME / 05.078.687/0001-00
25351.006555/2003-67 / 0266271
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3079337218
---
DENTAL NORTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 04.709.850/0001-14
25351.058304/2003-68 / 8018526
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158797216
25351.058304/2003-68 / 8018526
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158992213
---
UNIO - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE SOLUCOES INOVADORAS LTDA / 01.593.428/0001-58
25351.835095/2021-69 / 3106283
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110243211
---
BIOMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.081.833/0001-76
25351.278230/2016-69 / 1157271
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3110281210
25351.278230/2016-69 / 1157271
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3110321211
---
MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.256.726/0001-22
25351.025808/2019-69 / 4007185
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3142699210
---
G. RAMOS DE OLIVEIRA LTDA / 29.276.759/0001-83
25351.176739/2018-70 / 7576643
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3015493216
---
R7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.995.908/0001-92
25351.600974/2021-71 / 8225751
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3142708219
25351.600759/2021-71 / 1257187
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3142630210
---
UNION COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 18.013.652/0001-26
25351.167089/2018-71 / 8165805
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3041589214
---
H. FERNANDES MARTINS LTDA / 03.968.790/0001-91
25351.001428/2003-71 / 0230296
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160130218
25351.001428/2003-71 / 0230296
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160072217
---
TECNO-DESIGN INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA / 74.451.378/0001-48
25351.220580/2002-71 / 8017642
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126506216
---
FRONTMED EDUCAÇÃO CONTINUADA LTDA / 35.139.152/0001-54
25351.462940/2021-72 / 8226543
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126316212
---
DAYSE GABRIELLY MAGALHAES BARROS / 34.515.077/0001-16
25351.725933/2019-72 / 7698600
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129044212
---
ALAFIAMED PRODUTOS FARMACEUTICOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA / 41.424.160/0001-45
25351.628504/2021-72 / 1257800
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2360666215
---
MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769248/2021-72 / 3105959
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158879212
---
FARMACIA JUCINEI &JOSINEIA LTDA / 35.847.588/0001-06
25351.077119/2020-73 / 7706825
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177696215
---
farmácia gota mais ltda / 10.306.334/0004-94
25351.233556/2012-73 / 0845748
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129056216

---
IMASKTECH RESONANCE SOLUTIONS IND. E COM. DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 37.033.801/0001-63
25351.028021/2021-73 / 8216823
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058503211
---
FARMACIA SEZINI EIRELI ME / 15.244.180/0001-24
25351.569813/2014-74 / 7296888
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3143444214
---
MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.256.726/0001-22
25351.687914/2020-74 / 3100051
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3142807217
---
ALE FARMACIAS LTDA / 42.244.733/0001-11
25351.781330/2021-75 / 7826427
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177688214
---
RODRIGUES &NETO COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 04.829.190/0001-05
25351.015418/2014-76 / 7083651
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177708212
---
LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
25023.021199/2006-76 / 3034878
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142525211
---
ISURGICAL HOSPITALAR LTDA - EPP / 20.897.886/0001-25
25351.667826/2014-76 / 8112981
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2344394214
---
VANESSA DA SILVA NOGUEIRA DROGARIA / 41.491.519/0001-05
25351.601382/2021-77 / 7815089
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144434212
---
Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.235653/2019-77 / 1187832
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3041759217
---
DROGARIA VALIN E BURDO LTDA / 37.254.258/0001-24
25351.676789/2020-77 / 7737205
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129064217
---
JULIO CEZAR NUNEZ GANOZA EPP / 09.626.655/0001-44
25351.738048/2021-78 / 4035823
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041912210
25351.738048/2021-78 / 4035823
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041886219
---
DROGARIA VIEIRA SOUZA &FETH LTDA ME / 00.339.963/0001-14
25351.111381/2016-78 / 7459852
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144412211
---
PABLO HENRIQUE ALMEIDA DA SILVA DROGARIA / 24.464.728/0001-32
25351.363356/2016-78 / 7478881
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158878216
---
GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
25351.476460/2014-78 / 1083968
7162 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3041854210
---
IRMÃOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0031-94
25351.353501/2013-78 / 0960615
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3159303218
---
2A FARMACEUTICA LTDA / 87.367.165/0001-84
25351.048692/2003-79 / 0424663
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129034215
---
DENTAL NORTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 04.709.850/0001-14
25351.058300/2003-80 / 1059183
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158971216
25351.058300/2003-80 / 1059183
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3158972212
---
BTA ADITIVOS LTDA / 83.514.216/0001-00
25351.623310/2021-81 / 4036084
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073945211
25351.623310/2021-81 / 4036084
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073754211
---
LIFEFARMA COMERCIAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - EPP / 06.281.452/0001-75
25351.731333/2017-81 / 8161024
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3074021217
---
E &J DROGARIA LTDA / 18.865.289/0001-77
25351.695573/2013-81 / 7056445
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159368212
---
IBIAPINO PINTO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.975.140/0001-24
25351.335804/2014-81 / 7210610
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177656216
---
JOSEMARA OLIVEIRA DE JESUS SANTOS / 10.984.553/0001-80
25351.685680/2014-82 / 7325425
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957456211
---
DROGARIA TIBURCIO LTDA / 23.457.353/0001-10
25351.244935/2018-84 / 7586684
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159817210
---
paulo henrique de matos avanzi - me / 21.816.688/0001-52
25351.361801/2015-84 / 7395004
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160090215
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0419-31
25351.349374/2014-85 / 7220937
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160161218
---
RIOMAR TRADING LTDA / 23.093.434/0001-89
25351.823864/2021-86 / 1260001
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3058262213
---
D M Comercio de Medicamentos Ltda / 14.735.118/0002-53
25351.720415/2021-87 / 7822212
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177686218
---
drogaria alameda ltda filial 08 / 01.276.256/0009-46
25351.080900/2014-87 / 7114510
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2961124215
---
LINO &SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.310.136/0001-12
25351.418204/2021-87 / 7804332
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214329210
---
M.A. M COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 33.836.848/0001-04
25351.787115/2021-88 / 4036326
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110205211
---
Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.235651/2019-88 / 8180919
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3041888211
---
C. SANTOS CARVALHO / 40.668.149/0001-68
25351.328439/2021-88 / 7800006
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144424215
---
m. p. aguiar / 03.044.550/0001-09
25351.023876/2014-89 / 7088536
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160255210
---
GSK PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 05.678.767/0001-98
25351.425814/2007-89 / 8040721
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3142828214
---
Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.235603/2019-90 / 1187786
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3041799219
---
JAQUELINE DA SIILVA FARMÁCIA / 26.089.966/0002-11
25351.444609/2020-90 / 7724477
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010832212
---
MAXSTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 34.702.207/0001-20
25351.247102/2020-90 / 8198632
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058609213
---
GENESSON VIEIRA DO CARMO E CIA LTDA - ME / 20.058.387/0001-44
25351.297737/2014-90 / 7194049
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214323211
---
MAXI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 31.011.966/0001-58
25351.557848/2021-90 / 4034143
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110060213
---
DROGARIA SOUZA E ROSA LTDA / 13.032.018/0001-17
25351.053856/2011-90 / 0741948
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144418211
---
DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0108-04
25351.637555/2018-90 / 7610181
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177702213
---
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda / 12.418.191/0001-95
25351.770805/2011-91 / 8082454
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158751216
---
BS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 27.079.807/0001-18
25351.240347/2017-91 / 7515930
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028749219
---
DROGARIA LIDER DO MONERO LTDA ME / 20.216.190/0001-96
25351.241030/2016-91 / 7471181
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144430210
---
BRAND INTERNATIONAL EIRELI / 39.674.710/0001-32
25351.595220/2021-92 / 8225001
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058605218
---
SAFETYLOG LOGÍSTICA EMPRESARIAL LTDA / 10.624.714/0001-24
25019.014805/2009-93 / 8059911
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158832216
---
AZ MEDICAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E FARMACEUTICA LTDA / 40.060.286/0001-15
25351.589696/2021-94 / 4034433
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3110045214
---
ERICK KURTZ CONFESSOR DE SOUSA / 26.795.783/0004-83
25351.752945/2021-94 / 7824491
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028652212
---

CENTROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA-EPP / 14.779.196/0001-79
25351.836025/2016-95 / 1151048
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3041352214
---
PAPA LIX PLÁSTICOS E DESCARTÁVEIS LTDA / 00.504.095/0001-80
25351.131740/2013-95 / 2068121
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073657215
---
JULIO CEZAR NUNEZ GANOZA EPP / 09.626.655/0001-44
25351.737851/2021-95 / 8228254
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041758211
---
J S SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO CIVIL E COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MAT CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LAB LTDA / 01.177.822/0001-05
25351.452733/2019-95 / 1192831
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3126157211
---
JULIO CEZAR NUNEZ GANOZA EPP / 09.626.655/0001-44
25351.737851/2021-95 / 8228254
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041556219
---
ZETTA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA / 30.847.216/0001-58
25351.806845/2021-95 / 8229081
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142541217
---
L. CESTARI INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME / 08.086.033/0001-08
25351.588120/2019-95 / 4014811
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142460217
---
ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.035840/2003-95 / 1056889
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034909217
---
BRAND INTERNATIONAL EIRELI / 39.674.710/0001-32
25351.595460/2021-97 / 4034373
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058225211
---
J S SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO CIVIL E COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MAT CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LAB LTDA / 01.177.822/0001-05
25351.452740/2019-97 / 3088624
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126332218
---
SILVANA DE COVAS SANTOS / 09.406.168/0001-76
25351.303560/2013-97 / 0932679
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3159799218
---
M&TT COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOs LTDA - ME / 39.971.756/0001-13
25351.322812/2021-97 / 7799391
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144426211
---
DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/0484-33
25351.090403/2014-97 / 7115944
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957452218
---
DROGARIA LVD LTDA / 03.610.682/0003-04
25351.002418/2015-97 / 7355242
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957445215
---
INTERFACES INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 26.565.385/0001-28
25351.033500/2019-97 / 4006361
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3074001216
---
OLIVEIRA E MATSUBARA LTDA. / 45.776.051/0001-48
25351.468388/2006-97 / 0480534
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3172481217
---
LAFETA &FIGUEIREDO MEDICAMENTOS LTDA - EPP / 03.529.495/0001-39
25351.027701/2003-98 / 0341680
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160253213
---
TAVARES, SANTOS E LEAO II FARMACIA LTDA / 26.315.708/0001-25
25351.637548/2018-98 / 7610164
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957458217
---
DUCARDIO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO LTDA / 37.069.712/0001-77
25351.682535/2020-98 / 8204186
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3041892219
---
MN EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 22.684.507/0001-44
25351.545254/2015-98 / 7415521
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957431215
25351.545254/2015-98 / 7415521
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957450211
---
ULTRAMEGA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP / 21.596.736/0001-44
25351.228878/2015-98 / 2080301
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1727560213
---
POP ITAIPU COMERCIAL FARMACÊUTICA EIRELI - ME / 15.677.101/0001-79
25351.536095/2012-98 / 0870446
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160177214
---
PONTO 9 COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP / 02.270.713/0001-09
25000.025058/98-92 / 2027150
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041859211
---
LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
020110141 / 8006927
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142508210
---
DESCARPACK DESCARTAVEIS DO BRASIL LTDA / 01.057.428/0001-33
25004.018184/97-89 / 1033066
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158523213

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.226, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MG CE COMÉRCIO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA - EPP / 01.468.573/0001-07
25351.494630/2016-02 / 8144383
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 2811243216
---
CARE SURGICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALAR LTDA / 19.870.779/0001-24
25351.494495/2014-19 / 3060096
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 2571015214
---
M. R. R. DE SOUZA &CIA LTDA / 22.989.632/0002-43
25351.205344/2016-20 / 7467021
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2568005216
---
MARCOS RHULLIAN RAIFUR DE SOUZA / 20.310.936/0002-07
25351.709404/2019-21 / 7697589
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2568995219
---
Farmácia e Drogaria Del Passo Ltda / 10.913.625/0001-06
25351.028924/2014-25 / 7091028
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2566488213
---
MARCOS RHULLIAN RAIFUR DE SOUZA - ME / 20.310.936/0001-26
25351.151069/2015-36 / 7373461
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2568972210
---
DROGARIA MACRO ATACADO KROLOW LTDA / 01.060.735/0004-16
25351.270312/2021-62 / 7797112
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3011214211

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.227, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA E PERFUMARIA COSTA E VERLI LTDA / 41.851.405/0001-10
25351.041497/2021-08 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111147215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973
---
francisco william p.marciano ltda / 42.409.812/0001-35Doura
25351.014090/2021-08 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059529211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
ENDOSCOPY MEDICAL SYSTEMS - ME / 38.821.619/0001-30
25351.019280/2021-11 /
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3074019212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.
---
RAIMUNDA CRISTINA DOS SANTOS / 39.276.923/0001-06
25351.014114/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059571211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
CLAUDIA DOS SANTOS PEREIRA / 12.080.281/0001-19
25351.049936/2021-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127789216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
I BRITO DA SILVA / 17.673.933/0001-42
25351.041544/2021-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111245215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

A empresa já possui AFE vigente nº 7.67745-1, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99.
---
JOAO VICTOR AMERICO / 32.946.889/0005-14
25351.057717/2021-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143797214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
DROGA LOTTI LTDA ME / 67.043.315/0001-97
25351.019548/2021-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074869211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7510062, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.
---
WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA / 42.067.254/0001-77
25351.089235/2021-16 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3212419211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
REDE ISA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.977.948/0001-16
25351.041503/2021-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111165213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
MILLARCH &BARBOSA LTDA / 82.265.364/0001-68
25351.019551/2021-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074878210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE ou AE vigente, nº 7162021, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.
---
ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - DEMAIS / 06.262.138/0001-45
25351.040628/2021-21 /
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3109871211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária, apresentada em complementação ao parecer técnico da vigilância sanitária, menciona somente a atividade de "LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA", não fazendo qualquer menção ao armazenamento de saneantes.
---
COSMETICS TEND LIFE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA / 41.471.151/0001-05
25351.072451/2021-22 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3175956211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA / 42.067.254/0001-77
25351.089226/2021-25 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212314214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
POPULAR DE MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 36.261.021/0001-08
25351.014137/2021-25 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059640218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
HAPY DIAS DROGARIA NACIONAL LTDA / 27.673.383/0015-10
25351.057694/2021-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143747218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
joao victor americo / 32.946.889/0004-33
25351.057782/2021-32 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143827210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
FARMÁCIA PHARMA LIFE DE TERESÓPOLIS LTDA ME / 35.503.439/0001-11
25351.049925/2021-32 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127756210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
A MESQUITA DE ARAUJO / 28.851.009/0002-06
25351.049932/2021-34 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127777212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
BENCHIMOL IRMÃO &CIA LTDA / 04.565.289/0039-10
25351.049899/2021-42 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127677216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, Nº 7.54702-5, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 275/2019 e Lei 9.782/99. A empresa deverá protocolar alteração de razão social e ampliação de atividades em sua AFE ativa.
---
Farmácia e Drogaria Magalhães LTDA / 33.378.907/0002-29
25351.014091/2021-44 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059532211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
JOSEFA S DA SILVA / 36.270.712/0001-78
25351.041547/2021-49 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111254214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
Aline Daniele dos Santos Oliveira Melo / 21.741.399/0001-31
25351.014140/2021-49 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059649211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
SEVERINA B. SOUZA - ME / 09.556.879/0001-27
25351.057718/2021-51 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143800218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
JORGE LUIZ MARIANO SANTOS FARMACIA ME / 01.112.963/0001-40
25351.049907/2021-51 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127702211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
drogaria cqueiroz / 42.118.517/0001-20
25351.057789/2021-54 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143848212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
FARMACIAS POPULAR DE MEDICAMENTOS BRASILEIRO LTDA / 36.174.931/0001-53
25351.019563/2021-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074917214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA / 42.067.254/0001-77
25351.089220/2021-58 /
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212303212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
CLARIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.003.421/0001-90
25351.049199/2021-58 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126303218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
A FERREIRA FARMA EIRELI / 35.832.111/0001-49
25351.114711/2020-63 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0515748200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0566859/20-0, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
N O DA ROCHA COMERCIO E SERVICO LTDA / 40.273.126/0001-54
25351.014115/2021-65 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059574216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA / 42.067.254/0001-77
25351.089227/2021-70 /
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212398213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
VERONICA NUNES CAMILLO LTDA / 42.955.932/0001-38
25351.057785/2021-76 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143836219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
DROGARIA E PERFUMARIA DROGAUAI LTDA / 37.851.816/0001-39
25351.781348/2021-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806653217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
JOAO VICTOR AMERICO / 32.946.889/0003-52
25351.057712/2021-84 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143782216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
drogadani ltda / 28.812.229/0002-20
25351.057580/2021-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143419213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
GEOMAR BEZERRA DE SOUSA / 42.415.632/0001-66
25351.057703/2021-93 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143753212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.228, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

P G LIMA COM EIRELI - EPP / 23.493.764/0001-61
25351.740249/2015-06 / 3066990
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058387211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
25351.740242/2015-12 / 8131164
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058496214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
DROGARIAS LAGE LTDA / 28.325.648/0001-57
25351.541401/2017-12 / 7545817
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129058212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade de funcionamento do estabelecimento no novo endereço, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
ETORE MARCARI BARRINHA - ME / 02.918.187/0001-32
25351.213301/2002-12 / 0141776
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957439211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973
---
MANOEL VICENTE VASCONCELOS ME / 16.221.699/0001-50
25351.351782/2005-14 / 0443367
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160239218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
DROGARIAS POUPE MAIS LTDA EPP / 11.845.301/0004-85
25351.278980/2014-17 / 7185432
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177714217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973. O documento encaminhado não informa o novo endereço, mas sim o anterior.
---
FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LUCIANA VENTURA BATISTA LTDA - ME / 02.838.911/0001-18
25351.215956/2002-25 / 0156631
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159764215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
MENEZES &KAEFER LTDA ME / 28.204.334/0001-04
25351.463739/2017-26 / 7538254
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177716213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973. O documento encaminhado não substitui a licença sanitária.
---
TLE MEDICAMENTOS EIRELI / 37.434.906/0001-24
25351.459543/2020-32 / 7766334
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144438215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade de funcionamento do estabelecimento no novo endereço, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
DROGARIA RAMOS E RODRIGUES LTDA / 36.120.531/0001-65
25351.074002/2020-38 / 7707163
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3042561216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração.
---
P G LIMA COM EIRELI - EPP / 23.493.764/0001-61
25351.740194/2015-49 / 1149349
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3058274211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
MICAEL MIRANDA DOS SANTOS - ME / 08.632.725/0001-04
25351.023913/2014-59 / 7088263
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3159937211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973
---
claudemir nunes gualberto drogaria eireli - me / 18.561.041/0001-12
25351.125760/2015-64 / 7371411
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3128694211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade de funcionamento do estabelecimento no novo endereço, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
DROGARIA BOA FORTUNA LTDA / 29.894.576/0001-21
25351.260661/2018-71 / 7583371
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159939217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração encaminhada não possui as assinaturas dos responsáveis legal e técnico da empresa, contrariando o disposto da RDC nº 275/2019 e impossibilitando que se certifique a veracidade do documento.
---
FARMACIA MORAES E CARVALHO LTDA / 40.967.981/0001-65
25351.656532/2021-80 / 7818193
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177694219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
LUCIANO JOSE GOES - ME / 11.205.206/0001-74
25351.593761/2018-81 / 1180376
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 2845583214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
megamed drogaria ltda me / 16.611.868/0001-68
25351.250870/2014-82 / 7168757
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177712211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
GYNMEDICAL DISTRIB. DE MATERIAIS MEDICO EIRELI / 30.994.528/0001-94
25351.778646/2018-84 / 8174868
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058568215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.229, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

UNIMED NORDESTE PAULISTA - FEDERACAO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS / 01.559.455/0012-67
25351.062871/2021-09 / 1260981
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3158471213
---
CONFIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 38.501.028/0001-85
25351.072407/2021-12 / 1260873
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3175878211
---
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA / 56.998.982/0031-22
25351.072502/2021-16 / 1260891
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3176028211
---
FARMACIA PINHEIRO DE MANIPULACAO LTDA / 41.810.721/0001-44
25351.041775/2021-19 / 1260825
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3111875215
---
L R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.194.774/0001-88
25351.780946/2021-29 / 1260734
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2805573218
---
RPA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA EPP / 17.406.741/0001-70
25351.689094/2021-36 / 1260842
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2517751218
---
CAVS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 36.491.817/0001-57
25351.843329/2021-41 / 1260721
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2957422216
---
BRAGA &BRAGA DROGARIA E PERFUMARIA PALMITAL LTDA. - ME / 22.305.549/0001-27
25351.041776/2021-63 / 1260839
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3111878210
---
Hospmed Distribuidora Farmacêutica LTDA / 40.451.670/0001-49
25351.072616/2021-66 / 1260951
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3176159218
---
AC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.815.718/0001-13
25351.057376/2021-70 / 1260964
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3142897216
---
FF BARSI / 37.268.891/0001-71
25351.881235/2021-71 / 1260902
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3043760211
---
J.J.T. AMARAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 25.290.348/0001-91
25351.040890/2021-76 / 1260765
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3110072211
---
SUPERMED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. / 11.206.099/0006-03
25351.089715/2021-87 / 1260920
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3212712210
---
Ortomed Comércio de Produtos Médicos Hospitalares LTDA / 41.551.859/0001-76
25351.040923/2021-88 / 1260779
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3110102218

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.230, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103553/2021-05 / 1251304
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3073958215
---
UNI HOSPITALAR LTDA / 07.484.373/0001-24
25351.557811/2014-11 / 1119319
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3158862212
---
FARMACIA BEM ATIVA LTDA / 02.269.569/0004-25
25351.358021/2020-14 / 1237915
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 3177133215
---
TLC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - ME / 23.816.031/0002-00
25351.700107/2021-35 / 1258671
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3158687216
---
R7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.995.908/0001-92
25351.600844/2021-39 / 1257216
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 3142792210
---
J S SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO CIVIL E COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MAT CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LAB LTDA / 01.177.822/0001-05
25351.242569/2020-43 / 1237335
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3126292216
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1632-98
25351.386283/2017-71 / 1167519
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3110036215
---
MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769375/2021-71 / 1259507
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3158911213
---
ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402181/2019-74 / 1191347
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3074033215
---
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda / 12.418.191/0001-95
25351.360827/2013-98 / 1234296
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3158709210
---
PAGIO TRANSPORTES EIRELI EPP / 29.016.974/0001-45
25351.050024/2018-98 / 1174480
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3126362214

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.231, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

TRAFTI LOGÍSTICA S/A / 59.305.573/0001-76
25351.478042/2014-59 / 1114021
7051 - AE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1850375216
---
KALIPTUS PHARMA ARTE GALÊNICA LTDA - ME / 05.129.316/0001-00
25351.216298/2002-99 / 1361191
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2572011212

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.232, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

P G LIMA COM EIRELI - EPP / 23.493.764/0001-61
25351.536146/2016-08 / 1161013
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3058620217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.233, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIGATAO LAZARI DROGARIA LTDA - EPP / 04.007.182/0001-83
25351.019654/2021-91 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3075254210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011. Ademais, não apresentou Relatório de Inspeção emitido pela VISA local.

## GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.205, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

---

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico 3131106/21-2
União Brasileira de Educação e Assistência - UBEA 88.630.413/0002-81
059
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 93A - Sala 103 - Partenon Porto Alegre/RS

## 5ª DIRETORIA

## GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.179, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de Alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: FEDERAL EXPRESS CORPORATION
ENDEREÇO: RUA. DR RUBENS GOMES BUENO, 691 CONJ. 81 BLOCO B COND. 17007
BAIRRO: VÁRZEA DE BAIXO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 04.730-903
CNPJ: 00.676.486/0001-82
PROCESSO: 25759.693431/2011-72 (EXP: 973885/11-1)
AUTORIZ/MS: 9.04399-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: FEDERAL EXPRESS CORPORATION
ENDEREÇO: RUA. DR RUBENS GOMES BUENO, 691 CONJ. 81 BLOCO B COND. 17007
BAIRRO: VÁRZEA DE BAIXO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 04.730-903
CNPJ: 00.676.486/0001-82
PROCESSO: 25759.693500/2011-09 (EXP: 973989/11-1)
AUTORIZ/MS: 9.04400-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES E MATÉRIAS-PRIMAS QUE OS INTEGRAM EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: FEDERAL EXPRESS CORPORATION
ENDEREÇO: RUA. DR RUBENS GOMES BUENO, 691 CONJ. 81 BLOCO B COND. 17007
BAIRRO: VÁRZEA DE BAIXO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 04.730-903
CNPJ: 00.676.486/0001-82
PROCESSO: 25759.693577/2011-19 (EXP: 974100/11-3)
AUTORIZ/MS: 9.04401-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E MATÉRIAS-PRIMAS QUE OS INTEGRAM EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: FEDERAL EXPRESS CORPORATION
ENDEREÇO: RUA. DR RUBENS GOMES BUENO, 691 CONJ. 81 BLOCO B COND. 17007
BAIRRO: VÁRZEA DE BAIXO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 04.730-903
CNPJ: 00.676.486/0001-82
PROCESSO: 25759.693617/2011-12 (EXP: 974146/11-1)
AUTORIZ/MS: 9.04403-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS PARA SAÚDE, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES E PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICO DE USO IN VITRO, BEM COMO MATÉRIAS-PRIMAS QUE OS INTEGRAM, EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: FEDERAL EXPRESS CORPORATION
ENDEREÇO: RUA. DR RUBENS GOMES BUENO, 691 CONJ. 81 BLOCO B COND. 17007
BAIRRO: VÁRZEA DE BAIXO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 04.730-903
CNPJ: 00.676.486/0001-82
PROCESSO: 25759.693657/2011-90 (EXP: 974184/11-4)
AUTORIZ/MS: 9.04402-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE MEDICAMENTOS, MATÉRIAS-PRIMAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.180, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: PESCOBRAS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA RIACHUELO, 14
BAIRRO: CENTRO AMERICA
MUNICÍPIO: CORUMBÁ
UF: MS
CEP: 79310561
CNPJ: 42.642.632/0001-07
PROCESSO Nº: 25351.823955/2021-11 (EXP: 2908447/21-5)
AUTORIZ/MS: 9.0966-3
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.

---

MATRIZ:
EMPRESA: AMBIENTEK SANEAMENTO LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA RAQUEL SOUZA, 65 - SALA B
BAIRRO: PETRÓPOLIS
MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM
CEP: 69.063-590
C.N.P.J: 34.375.080/0001-81
PROCESSO: 25351.661616/2021-35 (EXP: 2431323/21-8)
AUTORIZAÇÃO / MS: 9.09664-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: SEACHIOS CRANE NAVAL E SERVIÇOS MARÍTIMOS EIRELI
ENDEREÇO: AV SENADOR FEIJÓ, 686 CONJUNTO 625 SALA 10
BAIRRO: VILA MATHIAS
MUNICÍPIO: SANTOS
UF: SP
CEP: 11.015-504
CNPJ: 09.258.299/0001-53
PROCESSO: 25351.072754/2021-45 (EXP: 3176312/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09668-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.

### RESOLUÇÃO RE Nº 3.181, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: HUBCOMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV CHARLES SCHNNEIDER, Nº 1236 SALA 814
BAIRRO: PARQUE SENHOR DO BONFIM
MUNICÍPIO: TAUBATE
UF: SP
CEP: 12.040-001
CNPJ: 18.339.884/0001-79
PROCESSO: 25351.850500/2021-79 (EXP: 2971550/21-4 )
AUTORIZ/MS: 9.09645-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS COM EMPREGO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

---

MATRIZ
EMPRESA: HUBCOMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV CHARLES SCHNNEIDER, Nº1236 SALA 814
BAIRRO: PARQUE SENHOR DO BONFIM
MUNICÍPIO: TAUBATE
UF: SP
CEP: 12.040-001
CNPJ: 18.339.884/0001-79
PROCESSO: 25351.850607/2021-17 ( EXP: 2971659/21-6)
AUTORIZ/MS: 9.09646-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

---

MATRIZ
EMPRESA: HUBCOMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV CHARLES SCHNNEIDER, Nº 1236 SALA 814
BAIRRO: PARQUE SENHOR DO BONFIM
MUNICÍPIO: TAUBATE
UF: SP
CEP: 12.040-001
CNPJ: 18.339.884/0001-79
PROCESSO: 25351.850608/2021-61 (EXP: 2971660/21-4)
AUTORIZ/MS: 9.09647-8
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO

---

MATRIZ
EMPRESA: HUBCOMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV CHARLES SCHNNEIDER. Nº 1236 SALA 814
BAIRRO: PARQUE SENHOR DO BONFIM
MUNICÍPIO: TAUBATE
UF: SP
CEP: 12.040-001
CNPJ: 18.339.884/0001-79
PROCESSO: 25351.850699/2021-35 (EXP: 2971771/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09648-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.182, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: WILSON SONS TERMINAIS E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: R. DA QUITANDA, Nº 86, ANDAR 5, SALA 501
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.091-005
CNPJ: 03.852.972/0001-00
PROCESSO: 25759.034801/2021-70 (EXP: 0545317/21-8)
AUTORIZ/MS: 9.09656-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE MEDICAMENTOS, MATÉRIAS-PRIMAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: WILSON SONS TERMINAIS E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: R. DA QUITANDA, Nº 86, ANDAR 5, SALA 501
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.091-005
CNPJ: 03.852.972/0001-00
PROCESSO: 25759.027966/2021-95 (EXP: 0527624/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09658-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: WILSON SONS TERMINAIS E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: R. DA QUITANDA, Nº 86, ANDAR 5, SALA 501
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.091-005
CNPJ: 03.852.972/0001-00
PROCESSO: 25759.027594/2021-05 (EXP: 0527110/21-0)
AUTORIZ/MS: 9.09659-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES E MATÉRIAS-PRIMAS QUE OS INTEGRAM EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: WILSON SONS TERMINAIS E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: R. DA QUITANDA, Nº 86, ANDAR 5, SALA 501
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.091-005
CNPJ: 03.852.972/0001-00
PROCESSO: 25759.041263/2021-70 (EXP: 0564608/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09660-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E MATÉRIAS-PRIMAS QUE OS INTEGRAM EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

---

MATRIZ
EMPRESA: WILSON SONS TERMINAIS E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: R. DA QUITANDA, Nº 86, ANDAR 5, SALA 501
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.091-005
CNPJ: 03.852.972/0001-00
PROCESSO: 25759.034772/2021-46 (EXP: 0545213/21-9)
AUTORIZ/MS: 9.09661-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS PARA A SAÚDE, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES E PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICO DE USO "IN VITRO", BEM COMO MATÉRIAS-PRIMAS QUE OS INTEGRAM EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.183, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de Concessão de Autorização Especial de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉSAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: WILSON SONS TERMINAIS E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: R. DA QUITANDA, Nº 86, ANDAR 5, SALA 501
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20.091-005
CNPJ: 03.852.972/0001-00
PROCESSO: 25759.041235/2021-52 (EXP: 0564503/21-4)
AUTORIZ/MS: 9.90965-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAGEM DE SUBSTÂNCIAS E DE MEDICAMENTOS SOB CONTROLE ESPECIAL EM RECINTOS ALFANDEGADOS.

**RESOLUÇÃO RE Nº 3.184, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CLEIA MERI MACHADO
ENDEREÇO: PAR BR 101, Nº 2148 GALPÃO
BAIRRO: SÃO CRISTOVÃO
MUNICÍPIO: BARRA VELHA
UF: SC
CEP:88.390-000
CNPJ: 11.306.077/0001-00
PROCESSO Nº: 25741.299925/2021-98 (EXP: 1341273/21-6)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRA.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: POR NÃO ATENDER INTEGRALMENTE AS EXIGÊNCIAS DO ANEXO III DA RESOLUÇÃO RDC 345/02 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC 374/20: NÃO APRESENTAR CONTRATO SOCIAL COM OS OBJETIVOS CLARAMENTE EXPLICITADOS DA ATIVIDADE REQUERIDA. NÃO APRESENTAR DOCUMENTO EMITIDO PELO CONSELHO DE CLASSE PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO, COMPROVANDO SUA VINCULAÇÃO COM A EMPRESA. NÃO APRESENTAR LICENÇA AMBIENTAL PARA A COLETA E O TRANSPORTE DE EFLUENTES. NÃO APRESENTAR DECLARAÇÃO INFORMANDO OS LOCAIS DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS. NÃO APRESENTAR LICENÇA AMBIENTAL DOS LOCAIS DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS.

# Ministério do Trabalho e Previdência

## SECRETARIA DE TRABALHO

## SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

**DESPACHOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 38111/2021/ME (17914658), constante nos autos do processo nº 46204.005239/2017-37, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.110967/2021-71, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BARRO ALTO - BAHIA, CNPJ 16.251.795/0001-40, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 32867/2021/ME (17205509), constante nos autos do processo nº 19964.106661/2021-11, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.109305/2021-59, de interesse do SASES - Sindicato dos Agentes de Saúde e Endemias Sul e Sudeste do Tocantins, CNPJ n° 32.567.358/0001-97, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

**DESPACHOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35447/2021/ME (doc. SEI 17563821), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110108/2021-82 (SC20865), de interesse do SINDICATO DOS GUARDAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ nº 10.503.383/0001-74, nos termos do art. 22, inciso II, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36932/2021/ME (17773541), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTA CRUZ/RN, CNPJ 08.358.863/0001-47, Processo 19964.106777/2021-50, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Santa Cruz/RN, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte - FETARN e da confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, com abrangência municipal e base territorial no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande

do Norte, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SERRA CAIADA, CNPJ 08.565.608/0001-75, Processo 214700; excluindo a Categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Santa Cruz/RN, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte - FETARN e da confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; nos municípios de Santa Cruz, do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37304/2021/ME ( 17820915), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110858/2021-54, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CARRO FORTE TRANSPORTE DE VALORES E ESCOLTA ARMADA NO MUNICIPIO DE MANAUS NO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n.º 09.637.350/0001-38, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria nº 17.493/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 36093/2021/ME SEI 17659732, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110475/2021-86 (SC21210), de interesse do SIMOCESP - Sindicato dos Cegonheiros do Estado de São Paulo, CNPJ n.º 26.427.366/0001-35, nos termos do art. 22, Inc. II, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38933/2021/ME (SEI 18031197), resolve: ARQUIVAR Pedido de Alteração Estatutária por Incorporação nº 19964.111336/2021-70 (SI00019), interesse do SINPLASC - Sindicato das Indústrias Plásticas do Sul Catarinense, CNPJ 80.168.271/0001-90, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica do SEI 36758/2021/ME ( 17749699), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.110646/2021-77 ( SA05608), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares de Veranopolis, Vila Flores e Fagundes Varela, CNPJ 98.675.507/0001-40, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI 36942/2021-ME (17774317), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.110626/2021-04, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Filadelfia-Bahia, CNPJ 16.248.874/0001-00, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abragência municipal e base territorial no Estado Bahia, nos termos do art. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnação.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36128/2021/ME (17666751), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110259/2021-31, de interesse do SINDMOBI - Sindmobi Sindicato dos Prestadores de Servicos Por Meio de Apps e Software Para Dispositivos Eletronicos do Rio de Janeiro e Regiao Metropolitana, CNPJ n.º 42.494.281/0001-26, nos termos do art. 22, inciso II da Portaria n. 17.593/2020.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
### DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

**PORTARIA PREVIC Nº 539, DE 15 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004033/2021-16, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 11/08/2021, o convênio de adesão celebrado entre o Município de Betim, CNPJ nº 18.715.391/0001-96, na condição de patrocinador do Plano de Benefícios PREV-MAIS, CNPB nº 2021.0010-83, e a entidade Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais - PREVCOMMG, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano de benefícios.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

**PORTARIA PREVIC Nº 540, DE 15 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004160/2021-15, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 06/08/2021, o convênio de adesão celebrado entre a empresa Energisa Soluções - Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A , CNPJ nº 19.371.183/0001-80, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energisa Sudeste - CNPB nº 1981.0008-11, e a entidade ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA, na condição de entidade responsável pela administração do referido plano de benefícios.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

**PORTARIA PREVIC Nº 541, DE 15 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004159/2021-82, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 06/08/2021, o convênio de adesão celebrado entre a empresa Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A., CNPJ nº 03.575.868/0001-08, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energisa Sudeste, CNPB nº 1981.0008-11, e a entidade ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA, na condição de entidade responsável pela administração do referido plano de benefícios.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

**PORTARIA PREVIC Nº 542, DE 15 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004158/2021-38, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 06/08/2021, o convênio de adesão celebrado entre a empresa EDP Transmissão Litoral Sul S.A., CNPJ nº 25.022.221/0001-91, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, CNPB nº 2006.0071-65, e a entidade Enerprev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, na condição de entidade administradora do referido plano de benefícios.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

**PORTARIA PREVIC Nº 562, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004274/2020-76, resolve:

Art. 1º Aprovar o termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Rhodia Brasil S.A., CNPJ nº 57.507.626/0001-06, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Suplementar Prhosper, CNPB nº 1996.0031-19, e a Prhosper - Previdência Rhodia, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano de benefícios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

**PORTARIA PREVIC Nº 563, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004277/2020-18, resolve:

Art. 1º Aprovar o termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Rhodia Brasil S.A., CNPJ nº 57.507.626/0001-06, entre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Solvayprev, CNPB nº 2017.0008-92, e a Prhosper - Previdência Rhodia, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano de benefícios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

# Ministério do Turismo

## SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
### SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

**PORTARIA Nº 472, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º )
210102 - Circulação Teatral - Borracha Brasileira
Ezequiel Vasconcelos Santos
CNPJ/CPF: 099.465.816-80
Processo: 01400000102202118
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 794.422,52
Prazo de Captação: 23/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Circular com a peça artística de teatro sobre a borracha brasileira, em capitais Brasileiras. O Espetáculo terá cunho, estética e abordagem artística, primando pela democratização, difusão do Eixo cultural da arte em si. O Espetáculo é estruturado artisicamente no formato de solo narrativo em basado na técnica artisitica de Contação de Historias, contendo uma hora de duração.

210105 - MENINOS DE PÉ NO CHÃO
José Carlos Pereira Moraes
CNPJ/CPF: 801.642.691-34
Processo: 01400000105202151
Cidade: Aparecida de Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 105.278,25
Prazo de Captação: 23/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: RESUMO: Este projeto pretende apresentar a Capoeira como importante manifestação cultural do nosso País e como enriquecedora do processo educativo das crianças, adolescentes e jovens da nossa comunidade. Vamos realizar uma grande oficina de capoeira, com aulas que serão realizadas aos sábados, em 'Aparecida de Goiânia Goiás para crianças e adolescentes carentes, aula ao ar livre, gratuita, vamos fazer uma palestra antes de cada aula, vamos ter projessor de libra, o nosso objetivo com este projeto é leva cultura e entretenimento para a nossa população.

210106 - ESPERANDO GODOT
ACOES CARIOCAS PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 39.239.309/0001-74
Processo: 01400000106202104
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.999,69
Prazo de Captação: 23/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A proposta é a realização da montagem e temporada do espetáculo"Esperando Godot" de Samuel Beckett. O projeto prevê workshop de iniciação teatral como contrapartida social e ações de acessibilidade e democratização do acesso.

210107 - Caravana do Palhágico Chochou
ARTE INOVA CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 39.779.841/0001-84
Processo: 01400000107202141
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.975,86
Prazo de Captação: 23/08/2021 à 22/11/2021

Resumo do Projeto: A Caravana do Palhágico Chochou é um espetáculo teatral circense itinerante, com apresentações em diferentes regiões administrativas do Distrito Federal e palestras formativas sobre a história ciecense, levando arte, cultura, mágica, prendizado e muita palhaçada para o público de forma inclusiva e democrática. As apresentações serão gratuitas e contarão com artistas locais convidados, valorizando a arte e cultura de cada cidade visitada.

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º )
210097 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CULTURA E GASTRONOMIA DE VIÇOSA
SERGIO VITARELLI
CNPJ/CPF: 418.877.196-87
Processo: 01400000097202143
Cidade: Viçosa - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.628,00
Prazo de Captação: 23/08/2021 à 31/10/2021
Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar a Programação Cultural do Festival Internacional de Cultura e Gastronomia de Viçosa com entrada gratuita ao público. Serão oferecidos shows de música instrumental, apresentações de congados e folia de reis e ações cênicas. Medidas de acessibilidade e ação de contrapartida social serão adotadas.

Área: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
210112 - ÓPERA DAS CORES - EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS
MONTENEGRO PENSAMENTO CRIATIVO PRODUCOES & EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.932.765/0001-49
Processo: 01400000112202153
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.324.720,00
Prazo de Captação: 23/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A exposição de artes - ÓPERA DAS CORES será apresentada por meio de obras de arte construídas a partir de experimentos sinestésicos com crianças autistas, músicos, artistas visuais e designers gráficos naleitura de composições musicais instrumentais por meio de cores, formas e movimento. A apresentação do resultado final será realizada em um concerto visual, com representações dos clássicos da música instrumental, por meio obras de artes interativas. Como ação de formação de plateia, um grupo de crianças austistas terá contato com a música por meio de oficinas. Os professores da rede pública de ensinoparticiparão de palestras sobre a importância do desenvolvimento artístico e criativo a partir dos sons, nas ações de contrapartida.

**PORTARIA Nº 473, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
190554 - FLORES DO CEARÁ E SUAS INFLUÊNCIAS NA CULTURA
CARLOS MATOS LIMA
CNPJ/CPF: 232.653.883-87
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Complementado: R$ 78.907,60
Valor total atual: R$ 451.579,65

Área: 9 MUSEUS E MEMóRIA (Artigo 18 , § 1º )
210485 - Marc Chagall: Sonho de amor
CY MUSEUM LTDA
CNPJ/CPF: 22.346.495/0001-48
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Complementado: R$ 36.101,17
Valor total atual: R$ 9.019.431,14

**PORTARIA Nº 474, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º )
201655 - DVD Neto Souza
ANTONIO CARLOS SPIRITO - ME
CNPJ/CPF: 18.705.297/0001-56
Cidade: Itapuí - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

204003 - NATAL ENCANTADO DE TOLEDO - IV EDIÇÃO
Associação Comercial e Empresarial de Toledo - ACIT
CNPJ/CPF: 78.116.423/0001-69
Cidade: Toledo - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

204198 - SOM E TECNOLOGIA - VII EDIÇÃO
INSTITUTO AMAFIL
CNPJ/CPF: 10.486.366/0001-76
Cidade: Cianorte - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

204257 - OJOCA - Orquestra Jovem Circuito das Águas - 2021
Diego Luis da Silva Mozer
CNPJ/CPF: 393.748.948-74
Cidade: Amparo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/12/2021

Área: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
202901 - Exposição Fotográfica - Os Diversos Ângulos da Cidade Maravilhosa
SAGRE Consultoria Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/08/2021 à 31/12/2021

**PORTARIA Nº 475, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º )
201434 - OPERAS YERMA e VIUVA ALEGRE - Theatro Municipal RJ
ASSOCIACAO DOS AM DO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 28.247.526/0001-90
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 58.176,00
Valor total atual: R$ 1.477.576,00

202815 - Cine Circo Teatro Itinerante Dedé Santana - Circulação
FLO Produções e Entretenimento - EIRELI.
CNPJ/CPF: 17.944.629/0001-92
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 30.195,00
Valor total atual: R$ 968.172,48

204842 - CCAF Centro Cultural Aliança Francesa - Plano Anual 2021
Casa de Cultura Francesa
CNPJ/CPF: 61.340.865/0001-91
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 16.236,00
Valor total atual: R$ 1.079.350,34

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º )
204122 - Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul - Temporada 2021
Associação Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul
CNPJ/CPF: 12.643.825/0001-03
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 12.317,00
Valor total atual: R$ 1.090.953,64

205072 - PROJETO NO TOM DA VIDA - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2021
INSTITUTO ROBERTO SOUSA - IRS
CNPJ/CPF: 10.711.385/0001-59
Cidade: Paulista - PE;
Valor Reduzido: R$ 7.626,96
Valor total atual: R$ 167.307,77

Área: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
204689 - Livro Respeito às Diferenças
Flamingo Comunicação Eireli
CNPJ/CPF: 16.700.448/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 44.007,98
Valor total atual: R$ 629.855,32

204759 - Ler para Ser - Literatura como cidadania
Fundação Dorina Nowill Para Cegos
CNPJ/CPF: 60.507.100/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 149.999,98
Valor total atual: R$ 3.243.288,84

204910 - Retratos do Cuidar
CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.353.620/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 50.597,69
Valor total atual: R$ 619.943,61

210461 - Livro Gal 75
DALAPA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.719.720/0001-13
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 576,00
Valor total atual: R$ 245.282,40

Área: 9 MUSEUS E MEMóRIA (Artigo 18 , § 1º )
205069 - MESTRE ANTONIO VIEIRA - SONGBOOK DIGITAL E EXPOSIÇÃO VIRTUAL
FARO Produções Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 12.543.206/0001-47
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 96.844,00
Valor total atual: R$ 897.775,24

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

**DESPACHO Nº 97-E, DE 18 DE AGOSTO DE 2021**

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

21-0102 ANTONIO CARLOS BRASILEIRO DE ALMEIDA JOBIM - O TOM
Processo: 01416.004863/2021-70
Proponente: URCA FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.256.465/0001-21
Valor total aprovado: R$ 4.250.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 801, realizada em 13/08/2021

21-0103 DOCUMENTÁRIO BETIM VIVA
Processo: 01416.005996/2021-63
Proponente: IT FILMES, COMUNICAÇÃO E ENTRETENIMENTO LTDA
Cidade/UF: Betim / MG
CNPJ: 10.957.732/0001-28

Valor total aprovado: R$ 335.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 118.250,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 801, realizada em 13/08/2021

21-0104 ODE À CAROLINA
Processo: 01416.000444/2021-69
Proponente: MARIA DAS G. Q. DOS SANTOS PRODUTORA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 12.324.721/0001-36
Valor total aprovado: R$ 374.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 55.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 801, realizada em 13/08/2021

Art. 2º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

## INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
## DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
## CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

### PORTARIA Nº 50, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01508.000878/2013-20
Projeto: Monitoramento Arqueológico na área de implantação da CGH Benedito
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Apoio Institucional: Museu Paranaense - Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: Município de Manoel Ribas, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO II

01-Projeto: Monitoramento Arqueológico na área de Implantação do Projeto Pateo do Cambuci
Processo nº 01506.003785/2018-81
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02-Processo nº 01502.000347/2008-20
Projeto: Preservação e Conservação do Sítio Arqueológico Pedra da Igreja
Arqueóloga Coordenadora: Jéssica de Andrade Dias
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Coronel José João Sá, estado da Bahia
Prazo de validade: 02 (dois) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Camel Empreendimentos e Construções Ltda
Empreendimento: Rodovia Rita Cacete
Processo nº 01504.000511/2019-31
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação da Rodovia Rita Cacete
Arqueólogos Coordenadores: Marcelo Iury de Oliveira, Daniela Mendes Neiva Oliveira e Jacqueline Barreto Leite
Arqueólogos de Campo: Jacqueline Barreto Leite, Marcus Vinícius Pereira Santos da Silva e Priscyla Fernanda Oliveira Viana
Área de Abrangência: Município de São Cristóvão, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Britânica Eletrodoméstico S.A
Empreendimento: Britânia Eletrodoméstico S.A
Processo nº 01409.000100/2021-49
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Britânia Eletrodoméstico S.A
Arqueóloga Coordenadora: Suzanne Lima Fernandes
Arqueóloga de Campo: Suzanne Lima Fernandes
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 345 kV CD - Domênico Rangoni - Seccionamento Tijuco Preto - Baixada Santista e Subestação Domênico Rangoni
Processo nº 01506.004222/2014-87
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA) da Linha de Transmissão 345 kV CD - Domênico Rangoni - Seccionamento Tijuco Preto - Baixada Santista e Subestação Domênico Rangoni
Arqueóloga Coordenadora e de Campo: Tatiana Costa Fernandes
Área de Abrangência: Municípios de Cubatão, Guarujá e Santos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 13 (treze) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vila do Golfe - VI10 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Reserva do Ipê
Processo nº 01506.001496/2020-62
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Reserva do Ipê
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Maritza dos Santos Dode
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bonela Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Alcino Bonela
Processo nº 01506.001217/2020-61
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Jardim Alcino Bonela
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Adriana Cardoso da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Jardinópolis, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tibúrcio & Freitas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Recanto Verde
Processo nº 01506.001139/2020-02
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Recanto Verde
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Renato Saad Panunzio
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Salto de Pirapora, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Jacu-Pêssego II SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Jacu-Pêssego
Processo nº 01506.000946/2021-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Jacu-Pêssego
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Job Lôbo
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CCRP Projetos de Investimentos do Brasil Ltda. - EPP
Empreendimento: CCRP Mineração
Processo nº 01506.002412/2018-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CCRP Mineração
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Thaissa de Castro Almeida Caino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Angatuba, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineradora Indústria e Comércio Cobastalco Ltda
Empreendimento: Mineradora Indústria e Comércio Cobastalco Ltda
Processo nº 01506.000356/2021-58
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Mineradora Indústria e Comércio Cobastalco Ltda
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: FUNDAÇÃO MAR - Fundação Museu de História e Pesquisa e Arqueologia do MAR
Área de Abrangência: Município de Itararé, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos
Empreendimento: Loteamento Bernardino de Campos E
Processo nº 01506.004102/2019-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Bernardino de Campos E
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Dhara Rodrigues Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Bernardino de Campos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Secretária de Estado de Transportes- Governo do Pará
Empreendimento: Trecho 02 do Prodeir - Rodovia PA 423 - ETEC: entre Monte Alegre e o Entroncamento da PA-254
Processo nº 01492.000203/2020-26
Projeto: Acompanhamento Arqueológico no Trecho 02 do Prodeir - Rodovia PA 423 - ETEC: entre Monte Alegre e o Entroncamento da PA-254
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Ianca Ribeiro Barros
Área de Abrangência: Município de Monte Alegre, estado do Pará
Prazo de Validade: 19 (dezenove) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Minas PCH S.A
Empreendimento: AHE Porto Ferreira
Processo nº 01510.000190/2021-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da AHE Porto Ferreira

Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Arqueólogo de Campo: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Nova Erechim e Nova ltaberaba, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Minas PCH S.A e CPFL Energias Renováveis S.A
Empreendimento: AHE Águas do Chapecó
Processo nº 01510.000189/2021-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a AHE Águas do Chapecó
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Arqueólogo de Campo: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Águas de Chapecó e São Carlos, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Monterey Energia Ltda
Empreendimento: Parque Solar Pintado
Processo nº 01502.000805/2021-06
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Parque Solar Pintado
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Juliana Freitas
Área de Abrangência: Municípios de Mansidão e Buritirama, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mar Energia Ltda
Empreendimento: Parque Solar Buritirama
Processo nº 01502.000454/2020-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Influência do Parque Solar Buritirama
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Lycia Macley dos Santos Silva
Área de Abrangência: Município de Buritirama, estado da Bahia.
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

14-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Ventos de São Pascoal Energias Renováveis S/A
Empreendimento: Complexo Eólico Paulo Afonso Sul
Processo nº 01502.000448/2021-78
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Paulo Afonso Sul
Arqueólogo Coordenador: Mateus Santana Rizério
Arqueólogo de Campo: Mateus Santana Rizério
Área de Abrangência: Municípios de Macururé, Rodelas, Canudos e Jeremoabo, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Altos dos Goytacazes Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Altos dos Goytacazes
Processo nº 01500.001646/2021-79
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Altos dos Goytacazes
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Marcelo Rolim Manfrini
Apoio Institucional: Fundação Cultural Barra Mansa - Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Área de Abrangência: Município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina Hidrelétrica Salmoura
Empreendimento: CGH Salmoura
Processo nº 01508.000709/2019-41
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Integrado de Educação Patrimonial - CGH Salmoura
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Souza
Arqueóloga de Campo: Graciele Tules de Almeida
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etno-história LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Itapejara D'Oeste e Coronel Vivida, estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: UFV BR XIV Equipamentos Industriais Ltda
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Bela Vista
Processo nº 01508.000421/2021-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Usina Fotovoltaica Bela Vista
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Jonas Elias Volcov
Apoio institucional: Museu Paranaense - Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: Município de Bela Vista do Paraíso, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteamentos Orcello Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Portinari
Processo nº 01508.000414/2021-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim Portinari
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Maringá, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A
Empreendimento: Parque Eólico Serra do Seridó
Processo nº 01408.000211/2020-84
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Serra do Seridó
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Joana Virgínia Pereira Dias Matos
Apoio Institucional: Núcleo de Documentação e lnformação Histórica Regional (NDIHR) - Universidade Federal da Paraíba
Área de Abrangência: Município de Junco do Seridó, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

20-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Secretária de Estado de Transportes- Governo do Pará
Empreendimento: Lote III - Trecho 6 do Prodeir - Rodovia PA 256
Processo nº 01492.000207/2020-12
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Lote III - Trecho 6 do Prodeir - Rodovia PA 256
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Anthony André de Meneses Sousa
Área de Abrangência: Municípios de Tomé-Açu e Tailândia, estado do Pará
Prazo de Validade: 19 (dezenove) meses

21-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Secretária de Estado de Transportes- Governo do Pará
Empreendimento: Trecho 7 do Prodeir - Rodovia PA 448- CONSTRUMAC
Processo n.º 01492.000208/2020-59
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Trecho 7 do Prodeir - Rodovia PA 448- CONSTRUMAC
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Rayamerson Ribeiro Mota
Área de Abrangência: Municípios de Tracuateua e Capanema, estado do Pará
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

22-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Secretária de Estado de Transportes- Governo do Pará
Empreendimento: Trecho 03 do Prodeir - Rodovia PA 427- TRIENG: de Alenquer à entrada vicinal do Cuamba
Processo nº 01492.000204/2020-71
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Trecho 03 do Prodeir - Rodovia PA 427- TRIENG: de Alenquer à entrada vicinal do Cuamba
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Ana Caroline Teixeira Maciel
Área de Abrangência: Municípios de Alenquer e Monte Alegre, estado do Pará
Prazo de Validade: 19 (dezenove) meses

**RETIFICAÇÕES**

Na Portaria nº 32, de 7 de maio de 2021, Seção 1, Anexo III, Página 123, Autorização nº 01, processo nº 01508.000076/2018-24, publicada em 10/05/2021, onde se lê: "Arqueólogos de campo: Alessandro de Bona Mello e Rodrigo Pereira Vieira", leia-se: "Arqueólogos de campo: Alessandro de Bona Mello e Anderson Manoel dos Santos".

Na Portaria nº 48, de 13 de agosto de 2021, Seção 1, Anexo I, Página 102, Autorização nº 37, processo nº 01512.000225/2021-91, publicada em 16/08/2021, onde se lê: "Enquadramento IN: Nível IV", leia-se: "Enquadramento IN: Nível III".

Na retificação publicada na Portaria nº 34 em 17 de maio de 2021, Página 124, processo nº 01502.001951/2019-26, onde se lê: "Arqueólogos de Campo: Anderson de Santana Castro, Kássia Maria Queiroz da Silva, Katia Milene Ferreira dos Santos Castro, Lucas Silva de Oliveira, Raphael Godinho Martins dos Santos, Rebeka Wanessa de Andrade Silva e Thor Gabriel Martins", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Anderson de Santana Castro, Kássia Maria Queiroz da Silva, Katia Milene Ferreira dos Santos Castro, Lucas Silva de Oliveira, Raphael Godinho Martins dos Santos, Rebeka Wanessa de Andrade Silva, Thor Gabriel Martins, Ana Emília de Oliveira Costa, Robson Thauan de Jesus Silva, Paulo João de Oliveira Júnior e Larissa Fernanda Lopes de Oliveira".

Na Portaria nº 77, de 18 de dezembro de 2020, Seção 1, Anexo V, Página 369, Autorização nº 59, processo nº 01422.000476/2020-02, publicada em 21/12/2020, onde se lê: "Apoio Institucional: ", leia-se: "Apoio Institucional: Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) - Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)".

# Conselho Nacional do Ministério Público

## CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PORTARIA Nº 82, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Instauração de correição extraordinária nas unidades do Ministério Público Brasileiro

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3°, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

considerando que a Constituição Federal, notadamente em seu art. 37, caput, consagrou a eficiência como um dos princípios basilares da Administração Pública;

considerando que, dentre outras atribuições, incumbe à Corregedoria Nacional, a teor do art. 130-A, § 3º, da Constituição da República; do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público); do art. 67, caput e § 2º realizar, de ofício, sindicâncias, correições e inspeções; receber reclamações e representações de qualquer interessado relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; além de verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público em todas as áreas de atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

considerando que a Constituição Federal conferiu expressamente ao Corregedor Nacional o dever-poder de requisição e de designação de membros e servidores do Ministério Público (art. 130-A, § 3º, inciso III);

considerando que o art. 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal é norma constitucional expressa, com aplicabilidade imediata, que dispensa regulamentação e que foi instituída para garantir à Corregedoria Nacional do Ministério Púbico o exercício eficiente, isento e pleno das funções que lhes foram atribuídas constitucionalmente;

considerando que a Corregedoria Nacional constitui garantia fundamental de efetividade do Ministério Público como instituição constitucional fundamental de acesso à justiça;

considerando que, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, a Corregedoria Nacional tem como objetivo orientar e buscar o aprimoramento das atividades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços prestados;

considerando que, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe precipuamente a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

considerando que, nos termos do art. 5º, incisos X e XII da Constituição Federal, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (inciso X), bem como é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

considerando a necessidade do Conselho Nacional do Ministério Público ter conhecimento de todos os meios de investigação eventualmente utilizados pelo Ministério Público brasileiro e que possam atingir direitos e garantias individuais, a exemplo daqueles usados para atividades de interceptação telefônica, de telemática ou de informática

(Resolução CNMP nº 36/2009); soluções de análise e para coleta de dados; soluções de intrusão, bem assim ferramentas análogas, resolve:

1. Instaurar Correição Extraordinária em todas as unidades do Ministério Público Brasileiro, englobando os ramos dos Estados e da União, com o fim de apurar: a) a existência; b) a forma de aquisição; e c) a forma de controle de soluções de análise de dados - tráfego ICP/PCAP; solução para coleta de dados (fishing); solução de intrusão (CFTV); solução de intrusão (smartphones), bem assim ferramentas análogas, inclusive as que permitem ataques man-in-the-middle.

2. Designar Alessandro Santos de Miranda, coordenador de Correições e Inspeções; Marco Antonio Santos Amorim e Vera Leilane Mota Alves de Souza, coordenadores substitutos da Coordenadoria de Correições e Inspeções, para coordenarem os trabalhos correicionais.

3. Designar Walter Tiyozo Linzmayer Otsuka, Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho e Bernardo Maciel Vieira, membros auxiliares da Corregedoria Nacional, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

4. Determinar que sejam comunicados os procuradores-gerais de justiça e os corregedores-gerais dos Ministérios Públicos dos Estados, informando-lhes da correição.

5. Determinar que sejam comunicados os procuradores-gerais e corregedores do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, informando-lhes da correição.

6. Determinar, como medida preliminar, que sejam requisitadas informações dos procuradores-gerais de justiça dos Ministérios Públicos Estaduais e dos procuradores-gerais do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

7. Determinar que sejam comunicados os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-lhes da correição.

8. Determinar que seja comunicada a Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-lhe da correição.

9. Decretar o sigilo do conteúdo dos autos, haja vista sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, nos termos do art. 43, parágrafo 5º, do RICNMP, aplicável à espécie, e do art. 5º, XXXIII da Constituição Federal.

10. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Correição Extraordinária no Ministério Público Brasileiro, englobando os ramos dos Estados e da União, providenciando sua publicação no Diário Eletrônico e no portal do Conselho Nacional do Ministério Público.

11. Determinar que seja instaurado um procedimento no sistema Elo (CNMP) para cada Ministério Público Estadual e para cada ramo do Ministério Público da União a serem correicionados.

RINALDO REIS LIMA
Corregedor

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA-GERAL

### CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

### 2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**PAUTA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA**
**A SER REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021**

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-001324.2021.01.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BASKETBALL, INQUIRIDO: FEDERAÇÃO DE BASQUETEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES E COLABORADORES DA ARBITRAGEM ESPORTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-001217.2021.03.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIACAO DOS PRESTADORES DE SERVICO QUE UTILIZAM PLATAFORMAS WEB E APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA - APPEC , NOTICIADO: IDB INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS EM SITES LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-001779.2021.03.000/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: HÉLIO MARCIO HEIDERICH CAMPOS, NOTICIADO: QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000112.2021.10.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: DRAGON VIGILÂNCIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000277.2021.12.001/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LOCALIZA RENT A CAR, NOTICIANTE: MPT-PRT12-SEDE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-002070.2021.15.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo PA-MED-000166.2019.02.005/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ARUJÁ (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ), REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARUJÁ E REGIÃO - SINDISMAR - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo IC-000137.2020.09.008/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FRIGORÍFICO FRIGONESI LTDA., NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE MASSAS, LATICÍNIOS, CARNES, DERIVADOS E ALIMENTAÇÃO DE PONTA GROSSA E REGIÃO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo NF-000119.2021.01.001/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: GI GROUP BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo NF-000419.2021.10.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: IGREJA PRESBITERIANA DO LAGO SUL, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo IC-001603.2018.20.000/7 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA EMGETIS, INQUIRIDO: EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EMGETIS - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo IC-004758.2019.03.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BRAMETAL MG METALURGICA LTDA (ANTIGA TECTOR ENGENHARIA, TORRES E FERRAGENS S.A.), NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-002125.2021.01.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: FEDERAÇÃO DE VOLEIBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES E COLABORADORES DA ARBITRAGEM ESPORTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-002797.2021.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: BENDITO VILLELA ALVES COSTA JÚNIOR, NOTICIADO: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA, NOTICIADO: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-000252.2021.02.003/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS DE SANTOS E REGIÃO - SINDMINÉRIOS SANTOS, NOTICIADO: TERMINAL QUÍMICO ARATU S/A - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-001450.2021.04.000/9 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-001452.2021.04.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: (SOB SIGILO), NOTICIADO: (SOB SIGILO), NOTICIADO: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-000095.2021.09.009/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: MITCS - COMERCIO DE BIJUTERIAS E ROUPAS LTDA - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo IC-004156.2016.01.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ALEXANDRE FERREIRA ALVES, NOTICIANTE: LUCIO HENRIQUE DE SOUZA DA SILVA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SOLIDEZ RECURSOS HUMANOS LTDA, INQUIRIDO: SOLIDEZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, NOTICIANTE: VALDIR NABOR RODRIGUES ALVES - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo IC-000370.2020.08.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BRISIL AMARAL SERVIÇOS LTDA. - EPP, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: PROTENDE MHK ENGENHARIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo NF-000242.2021.02.003/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: EDNALDO ALVES FEITOSA, NOTICIADO: RESTAURANTE MARACÁ LTDA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo NF-000082.2021.01.007/1 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

Processo NF-000083.2021.01.007/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

Processo NF-000042.2021.04.001/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: GDC INDÚSTRIA E COMÉRCIO METAL MECÂNICA LTDA, NOTICIADO: RDC IMP EXPO DE MAQ E EQUIP INDUSTRIAIS LTDA - ME, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PASSO FUNDO, MARAU E TAPEJARA - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

Processo PP-000478.2021.09.000/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MTE - SRTE - PR, INVESTIGADO: UNIMED DO ESTADO DO PARANÁ - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-000371.2021.15.002/6 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: CRIANCAS E ADOLESCENTES VENDENDO BALAS EM SEMAFOROS E RUAS DO BAIRRO, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-000864.2015.01.000/5, IC-005599.2017.01.000/0, IC-006603.2017.01.000/5, IC-000105.2017.01.004/0, IC-000671.2018.01.000/5, IC-001610.2018.01.000/6, IC-001634.2018.01.000/0, IC-004658.2018.01.000/0, IC-005579.2018.01.000/9, IC-005692.2018.01.000/0, IC-006130.2018.01.000/3, IC-006682.2018.01.000/2, IC-000122.2018.01.007/0, IC-000310.2019.01.000/3, IC-000728.2019.01.000/4, IC-001432.2019.01.000/7, IC-001593.2019.01.000/8, IC-002013.2019.01.000/9, IC-002048.2019.01.000/5, IC-002171.2019.01.000/3, IC-003564.2019.01.000/0, IC-003802.2019.01.000/3, IC-006768.2019.01.000/1, IC-000366.2019.01.002/0, IC-000045.2019.01.003/8, IC-000304.2019.01.007/8, IC-000632.2020.01.000/4, IC-001458.2020.01.000/9, IC-001581.2020.01.000/7, IC-002981.2020.01.000/4, IC-003257.2020.01.000/5, IC-004956.2020.01.000/9, IC-005149.2020.01.000/9, IC-005459.2020.01.000/7, IC-005837.2020.01.000/2, IC-006777.2020.01.000/9, PP-007897.2020.01.000/7, IC-000181.2020.01.002/5, IC-000211.2020.01.002/2, IC-000802.2020.01.004/2, IC-000630.2020.01.006/7, NF-000615.2021.01.000/1, NF-000930.2021.01.000/9, PP-001004.2021.01.000/8, NF-001120.2021.01.000/6, NF-001203.2021.01.000/7, PP-001410.2021.01.000/1, NF-001595.2021.01.000/7, NF-001707.2021.01.000/5, NF-001720.2021.01.000/0, NF-001794.2021.01.000/6, NF-002313.2021.01.000/9, NF-000127.2021.01.003/3, NF-000371.2021.01.005/0, PP-000200.2021.01.006/5, NF-000136.2021.01.007/8, IC-000002.2021.01.008/2, IC-000048.2021.01.008/4, IC-000073.2021.01.008/2, IC-000079.2021.01.008/6, IC-000560.2011.01.006/0, IC-004476.2017.01.000/5, IC-000900.2018.01.000/2, IC-002264.2018.01.000/9, IC-000198.2019.01.000/6, IC-000639.2019.01.000/0, IC-000904.2019.01.000/0, IC-002046.2019.01.000/4, IC-003563.2019.01.000/5, IC-004506.2019.01.000/1, IC-004940.2019.01.000/3, IC-005716.2019.01.000/0, IC-006125.2019.01.000/6, IC-000130.2019.01.002/3, IC-000512.2019.01.004/6, IC-000556.2019.01.004/0, IC-000570.2019.01.006/9, IC-000746.2019.01.006/1, IC-000758.2019.01.006/1, IC-000191.2020.01.000/0, IC-001399.2020.01.000/2, IC-001780.2020.01.000/6, IC-001875.2020.01.000/4, IC-001941.2020.01.000/0, IC-002806.2020.01.000/3, IC-003034.2020.01.000/1, IC-003575.2020.01.000/9, IC-004527.2020.01.000/6, IC-004915.2020.01.000/8, IC-005065.2020.01.000/2, IC-005940.2020.01.000/8, IC-006655.2020.01.000/8, IC-006871.2020.01.000/3, IC-007023.2020.01.000/2, IC-007168.2020.01.000/2, IC-007346.2020.01.000/3, IC-007500.2020.01.000/0, IC-007732.2020.01.000/4, IC-007961.2020.01.000/2, PP-008127.2020.01.000/0, IC-008669.2020.01.000/2, IC-000221.2020.01.002/0, IC-000230.2020.01.002/0, IC-000320.2020.01.002/1, IC-001199.2020.01.004/0, IC-001231.2020.01.004/6, IC-001267.2020.01.004/8, IC-001512.2020.01.004/0, IC-000058.2020.01.006/5, IC-000745.2020.01.006/4, IC-000843.2020.01.006/0, IC-000934.2020.01.006/7, IC-001220.2020.01.006/0, IC-000229.2020.01.008/6, IC-000081.2021.01.000/1, IC-000166.2021.01.000/3, NF-000912.2021.01.000/7, NF-001308.2021.01.000/1, NF-001311.2021.01.000/0, IC-001858.2021.01.000/0, PP-002033.2021.01.000/0, NF-002076.2021.01.000/1, IC-002156.2021.01.000/6, NF-000226.2021.01.001/3, NF-000097.2021.01.002/7, IC-000028.2021.01.004/0, IC-000084.2021.01.004/0, NF-000203.2021.01.004/2, NF-000286.2021.01.004/0, NF-000437.2021.01.004/6, NF-000081.2021.01.005/0, IC-000029.2021.01.006/1, NF-000227.2021.01.006/4, PP-000123.2021.01.007/1, IC-002190.2014.01.000/1, IC-003309.2016.01.000/0, IC-000699.2016.01.004/9, IC-003299.2017.01.000/1, IC-004348.2017.01.000/0, IC-005124.2017.01.000/9, IC-006956.2017.01.000/5, IC-000094.2018.01.000/2, IC-002327.2018.01.000/7, IC-003808.2018.01.000/4, IC-006136.2018.01.000/6, IC-000145.2018.01.004/1, IC-001017.2018.01.006/0, IC-000177.2019.01.000/5, IC-002167.2019.01.000/0, IC-003526.2019.01.000/6, IC-004514.2019.01.000/7, IC-005749.2019.01.000/6, IC-005969.2019.01.000/3, IC-000256.2019.01.002/4, IC-000371.2019.01.003/6, NF-000455.2019.01.003/5, IC-000720.2019.01.006/9, IC-000066.2019.01.007/9, IC-000097.2019.01.008/2, IC-000137.2019.01.008/3, IC-000193.2019.01.008/1, IC-000307.2020.01.000/0, IC-001713.2020.01.000/8, IC-002622.2020.01.000/0, IC-002957.2020.01.000/8, PP-003716.2020.01.000/0, IC-003852.2020.01.000/1, IC-004930.2020.01.000/3, IC-005578.2020.01.000/1, IC-005645.2020.01.000/3, IC-005660.2020.01.000/9, IC-005672.2020.01.000/6, IC-006575.2020.01.000/3, IC-007002.2020.01.000/4, PP-007074.2020.01.000/0, IC-007135.2020.01.000/7, IC-007517.2020.01.000/4, IC-007613.2020.01.000/0, IC-007910.2020.01.000/5, PP-

008352.2020.01.000/6, IC-008424.2020.01.000/5, IC-000426.2020.01.001/7, IC-000521.2020.01.001/3, IC-000577.2020.01.001/8, IC-000102.2020.01.002/3, IC-000209.2020.01.002/6, IC-000219.2020.01.004/5, IC-000262.2020.01.004/7, IC-000840.2020.01.004/9, IC-001165.2020.01.004/0, IC-001386.2020.01.004/2, IC-001484.2020.01.004/9, IC-000720.2020.01.006/8, PP-001320.2020.01.006/8, IC-000041.2020.01.007/8, PP-000303.2020.01.007/0, IC-000234.2021.01.000/7, IC-000431.2021.01.000/4, PP-000974.2021.01.000/3, NF-001239.2021.01.000/9, IC-001242.2021.01.000/7, NF-001355.2021.01.000/7, NF-001524.2021.01.000/7, NF-001844.2021.01.000/1, NF-001900.2021.01.000/1, NF-001940.2021.01.000/7, NF-001972.2021.01.000/7, NF-002167.2021.01.000/8, NF-002190.2021.01.000/9, NF-002338.2021.01.000/9, NF-002470.2021.01.000/8, NF-000192.2021.01.001/0, NF-000219.2021.01.001/5, NF-000262.2021.01.001/7, PP-000020.2021.01.002/9, IC-000107.2021.01.002/8, NF-000494.2021.01.004/0, NF-000308.2021.01.005/3, PP-000210.2021.01.006/2, NF-000028.2021.01.007/6, NF-000105.2021.01.007/0, IC-000038.2021.01.008/6, IC-000049.2021.01.008/1, IC-004696.2014.01.000/7, IC-004910.2016.01.000/9, IC-001140.2016.01.004/8, IC-000664.2016.01.005/6, IC-001127.2018.01.000/4, IC-003495.2019.01.000/8, IC-005009.2019.01.000/0, IC-006886.2019.01.000/0, IC-000005.2019.01.006/2, IC-000756.2019.01.006/9, IC-001068.2020.01.000/6, IC-001580.2020.01.000/1, IC-001821.2020.01.000/0, IC-003001.2020.01.000/6, IC-005465.2020.01.000/1, IC-006254.2020.01.000/3, IC-008332.2020.01.000/3, PP-008390.2020.01.000/0, IC-008791.2020.01.000/5, IC-000640.2020.01.001/0, IC-000070.2020.01.004/0, IC-000257.2020.01.004/1, IC-000613.2020.01.004/0, IC-000986.2020.01.004/4, IC-000708.2020.01.006/4, IC-000226.2020.01.008/7, PP-000516.2021.01.000/0, NF-001169.2021.01.000/0, NF-001601.2021.01.000/5, NF-001775.2021.01.000/9, NF-001861.2021.01.000/8, NF-002140.2021.01.000/7, NF-002182.2021.01.000/3, IC-000011.2021.01.002/8, NF-000071.2021.01.002/7, IC-003701.2016.01.000/5, IC-004845.2017.01.000/0, IC-005107.2017.01.000/2, IC-002764.2018.01.000/5, IC-006092.2018.01.000/5, IC-000170.2018.01.006/3, IC-003952.2019.01.000/2, IC-005265.2019.01.000/0, IC-000214.2019.01.002/2, IC-005928.2020.01.000/9, IC-006195.2020.01.000/7, PP-006270.2020.01.000/4, IC-006684.2020.01.000/1, IC-008297.2020.01.000/1, IC-001326.2020.01.004/4, PP-000265.2020.01.007/9, IC-000018.2021.01.000/5, NF-000175.2021.01.000/4 - PRT 2ª Região-SP - IC-004879.2015.02.000/8, IC-000107.2015.02.002/7, IC-000166.2015.02.004/6, IC-006830.2017.02.000/3, IC-005243.2018.02.000/6, IC-005922.2018.02.000/9, IC-006672.2018.02.000/7, IC-007285.2018.02.000/9, IC-000034.2018.02.001/8, IC-000323.2018.02.004/2, IC-000124.2018.02.005/3, IC-000548.2018.02.005/6, IC-004522.2019.02.000/3, IC-004849.2019.02.000/6, IC-006346.2019.02.000/0, IC-000097.2019.02.004/8, IC-002387.2020.02.000/4, IC-004193.2020.02.000/0, PP-004725.2020.02.000/0, PP-005127.2020.02.000/6, PP-006504.2020.02.000/4, IC-007168.2020.02.000/3, NF-007207.2020.02.000/7, NF-007338.2020.02.000/9, PP-007377.2020.02.000/9, PP-007454.2020.02.000/7, IC-000270.2020.02.003/2, IC-000289.2020.02.003/7, PP-000366.2020.02.005/3, NF-000372.2021.02.000/3, NF-000660.2021.02.000/8, NF-000711.2021.02.000/6, NF-000961.2021.02.000/9, PP-001112.2021.02.000/1, NF-001148.2021.02.000/3, NF-001529.2021.02.000/5, NF-001822.2021.02.000/9, PP-001888.2021.02.000/0, PP-001917.2021.02.000/7, NF-002002.2021.02.000/6, NF-002008.2021.02.000/9, NF-002472.2021.02.000/0, NF-002610.2021.02.000/5, NF-002635.2021.02.000/5, NF-002652.2021.02.000/1, NF-002690.2021.02.000/6, NF-002699.2021.02.000/5, NF-002739.2021.02.000/4, NF-002769.2021.02.000/3, NF-003007.2021.02.000/1, IC-000067.2021.02.001/3, NF-000288.2021.02.001/1, PP-000259.2021.02.003/8, PP-000146.2021.02.005/5, PP-000187.2021.02.005/0, NF-000191.2021.02.005/0, NF-000200.2021.02.005/6, NF-000202.2021.02.005/9, IC-003201.2016.02.000/0, IC-000409.2016.02.002/7, PP-004899.2018.02.000/6, IC-008013.2018.02.000/7, IC-008566.2018.02.000/1, IC-000179.2019.02.000/0, IC-007124.2019.02.000/0, IC-008278.2019.02.000/9, IC-000745.2019.02.001/2, IC-000821.2019.02.002/1, IC-000671.2019.02.003/2, IC-000325.2019.02.004/8, IC-000224.2019.02.005/4, IC-000488.2020.02.000/4, IC-000640.2020.02.000/0, IC-000776.2020.02.000/9, IC-000907.2020.02.000/0, IC-001319.2020.02.000/2, IC-002071.2020.02.000/3, PP-002560.2020.02.000/8, IC-004248.2020.02.000/3, IC-005024.2020.02.000/2, IC-005308.2020.02.000/3, IC-006364.2020.02.000/8, PP-006418.2020.02.000/5, IC-007131.2020.02.000/6, NF-007315.2020.02.000/0, IC-000137.2020.02.001/8, PP-000575.2020.02.001/7, IC-000018.2020.02.002/8, IC-000207.2020.02.002/5, IC-000468.2020.02.002/1, IC-000774.2020.02.002/8, IC-000890.2020.02.002/5, PP-000038.2021.02.000/4, IC-000205.2021.02.000/3, NF-000494.2021.02.000/9, PP-000740.2021.02.000/1, PP-000833.2021.02.000/1, NF-000925.2021.02.000/5, PP-001031.2021.02.000/1, NF-001047.2021.02.000/0, PP-001240.2021.02.000/7, NF-001253.2021.02.000/0, IC-001354.2021.02.000/2, PP-001533.2021.02.000/9, PP-001742.2021.02.000/4, PP-001916.2021.02.000/1, PP-001993.2021.02.000/6, NF-002206.2021.02.000/2, NF-002306.2021.02.000/0, NF-002459.2021.02.000/5, NF-002465.2021.02.000/0, PP-002498.2021.02.000/5, IC-002572.2021.02.000/7, NF-002678.2021.02.000/7, NF-002747.2021.02.000/0, NF-002839.2021.02.000/1, NF-002868.2021.02.000/5, NF-002882.2021.02.000/5, NF-002912.2021.02.000/8, PP-002915.2021.02.000/4, NF-002939.2021.02.000/9, NF-002966.2021.02.000/1, IC-002967.2021.02.000/7, NF-002999.2021.02.000/7, NF-003049.2021.02.000/8, IC-003072.2021.02.000/9, NF-003078.2021.02.000/1, NF-003084.2021.02.000/6, NF-003131.2021.02.000/5, NF-003184.2021.02.000/3, NF-003284.2021.02.000/0, NF-003301.2021.02.000/0, NF-003510.2021.02.000/6, NF-003547.2021.02.000/3, NF-003564.2021.02.000/0, PP-003574.2021.02.000/6, NF-003618.2021.02.000/7, NF-003621.2021.02.000/5, NF-003648.2021.02.000/6, NF-003704.2021.02.000/6, NF-003734.2021.02.000/5, NF-003860.2021.02.000/0, NF-003893.2021.02.000/5, NF-004080.2021.02.000/2, NF-004102.2021.02.000/0, NF-004200.2021.02.000/6, NF-000165.2021.02.001/0, NF-000219.2021.02.001/7, NF-000363.2021.02.001/3, NF-000387.2021.02.001/3, NF-000433.2021.02.001/0, IC-000040.2021.02.002/8, IC-000072.2021.02.002/7, IC-000413.2021.02.002/6, NF-000244.2021.02.004/0, PP-000038.2021.02.005/3, IC-000060.2021.02.005/0, NF-000220.2021.02.005/0, IC-000014.2015.02.005/8, IC-006245.2016.02.000/1, IC-000502.2016.02.005/3, IC-003850.2017.02.000/1, IC-004554.2017.02.000/0, IC-008891.2017.02.000/3, IC-003049.2018.02.000/8, IC-005621.2018.02.000/1, IC-007610.2018.02.000/6, IC-007750.2018.02.000/9, IC-000911.2018.02.002/0, IC-002890.2019.02.000/2, IC-005148.2019.02.000/8, IC-005755.2019.02.000/1, IC-007486.2019.02.000/0, IC-007981.2019.02.000/0, IC-008370.2019.02.000/2, IC-000044.2019.02.001/0, IC-000383.2019.02.004/9, IC-000046.2020.02.000/4, IC-000153.2020.02.000/6, IC-000657.2020.02.000/2, IC-000914.2020.02.000/9, IC-002094.2020.02.000/2, IC-002869.2020.02.000/9, IC-003841.2020.02.000/0, IC-004635.2020.02.000/0, PP-005157.2020.02.000/5, PP-005780.2020.02.000/0, IC-005881.2020.02.000/2, IC-006051.2020.02.000/3, IC-006218.2020.02.000/0, PP-006826.2020.02.000/0, PP-007543.2020.02.000/2, IC-000127.2020.02.002/1, IC-000457.2020.02.002/8, IC-000640.2020.02.002/2, IC-000656.2020.02.002/8, IC-000848.2020.02.002/0, IC-000558.2020.02.003/3, PP-000690.2020.02.003/0, IC-000257.2020.02.004/3, IC-000067.2020.02.005/7, IC-000390.2020.02.005/7, NF-000082.2021.02.000/1, IC-000087.2021.02.000/8, PP-000207.2021.02.000/6, PP-000645.2021.02.000/5, PP-000701.2021.02.000/9, NF-000706.2021.02.000/0, NF-000717.2021.02.000/4, PP-000951.2021.02.000/1, NF-001184.2021.02.000/7, PP-001316.2021.02.000/8, NF-001337.2021.02.000/6, PP-001394.2021.02.000/8, NF-001406.2021.02.000/9, NF-001473.2021.02.000/7, NF-001508.2021.02.000/7, PP-001556.2021.02.000/8, PP-001582.2021.02.000/5, NF-001640.2021.02.000/6, NF-001880.2021.02.000/6, PP-001986.2021.02.000/6, NF-002116.2021.02.000/1, IC-002290.2021.02.000/7, NF-002364.2021.02.000/7, NF-002529.2021.02.000/3, NF-002669.2021.02.000/6, NF-002741.2021.02.000/7, NF-002786.2021.02.000/0, NF-002822.2021.02.000/7, NF-002904.2021.02.000/2, NF-002918.2021.02.000/0, NF-002920.2021.02.000/3, NF-002949.2021.02.000/5, NF-002950.2021.02.000/2, NF-002951.2021.02.000/8, NF-003019.2021.02.000/9, NF-003030.2021.02.000/2, NF-003116.2021.02.000/0, NF-003152.2021.02.000/3, NF-003228.2021.02.000/4, NF-003463.2021.02.000/7, NF-003494.2021.02.000/1, NF-003538.2021.02.000/2, NF-003626.2021.02.000/2, NF-003642.2021.02.000/3, NF-003779.2021.02.000/8, NF-003881.2021.02.000/8, NF-003907.2021.02.000/7, NF-004186.2021.02.000/2, NF-000139.2021.02.001/3, NF-000231.2021.02.001/0, NF-000353.2021.02.001/6, IC-000009.2021.02.002/7, IC-000014.2021.02.002/2, NF-000184.2021.02.002/9, IC-000250.2021.02.002/0, NF-000269.2021.02.002/4, NF-000404.2021.02.002/5, NF-000437.2021.02.002/6, IC-000446.2021.02.002/7, NF-000514.2021.02.002/0, IC-000105.2021.02.005/0, IC-000308.2016.02.005/5, IC-006145.2018.02.000/8, IC-006557.2018.02.000/4, IC-000219.2018.02.004/5, IC-002843.2019.02.000/7, IC-005345.2019.02.000/6, IC-006724.2019.02.000/5, IC-000864.2019.02.002/0, IC-001191.2019.02.002/5, IC-000043.2020.02.000/2, IC-000996.2020.02.000/0, IC-002477.2020.02.000/5, PP-006173.2020.02.000/4, PP-006278.2020.02.000/9, IC-006393.2020.02.000/1, IC-000746.2020.02.002/9, NF-000600.2021.02.000/4, NF-000874.2021.02.000/7, NF-001970.2021.02.000/7, NF-002168.2021.02.000/4, NF-002240.2021.02.000/5, NF-002336.2021.02.000/9, NF-002526.2021.02.000/7, NF-002537.2021.02.000/9, NF-002688.2021.02.000/3, PP-002785.2021.02.000/4, NF-002849.2021.02.000/8, NF-002911.2021.02.000/2, NF-003047.2021.02.000/7, NF-003155.2021.02.000/0, NF-003213.2021.02.000/0, NF-003268.2021.02.000/0, NF-003426.2021.02.000/8, NF-000173.2021.02.001/4, NF-000179.2021.02.001/2, NF-000406.2021.02.001/7, PP-000168.2021.02.003/0, NF-000275.2021.02.003/7, NF-000210.2021.02.005/3, IC-003057.2019.02.000/5, IC-004237.2019.02.000/5, IC-007347.2019.02.000/3, IC-001013.2020.02.000/8, IC-005140.2020.02.000/0, PP-006887.2020.02.000/3, IC-000241.2020.02.001/5, IC-000113.2020.02.004/0, IC-000362.2021.02.000/6, PP-000670.2021.02.000/5, PP-001636.2021.02.000/2, NF-002320.2021.02.000/0, NF-002517.2021.02.000/6, PP-002655.2021.02.000/8, NF-002903.2021.02.000/7, NF-002948.2021.02.000/0, NF-000310.2021.02.001/8, NF-000289.2021.02.002/9 - PRT 3ª Região-MG - IC-000500.2018.03.002/5, IC-004246.2019.03.000/7, IC-004769.2019.03.000/2, IC-000777.2019.03.001/9, IC-002299.2020.03.000/5, IC-002933.2020.03.000/5, IC-003002.2020.03.000/3, IC-003598.2020.03.000/0, PP-004833.2020.03.000/4, PP-004849.2020.03.000/3, IC-000168.2020.03.003/0, IC-000620.2021.03.000/0, IC-000854.2021.03.000/4, IC-000937.2021.03.000/7, PP-001177.2021.03.000/8, NF-001492.2021.03.000/5, NF-000101.2021.03.001/2, PP-000054.2021.03.003/0, NF-000056.2021.03.005/8, NF-000105.2021.03.005/1, IC-000091.2021.03.010/7, IC-004124.2019.03.000/6, IC-000717.2019.03.002/6, IC-000293.2019.03.003/9, IC-000164.2019.03.005/7, IC-000331.2019.03.006/3, IC-000545.2019.03.010/8, IC-001442.2020.03.000/1, IC-002680.2020.03.000/9, PP-004335.2020.03.000/9, IC-004982.2020.03.000/8, IC-000720.2020.03.001/7, IC-000192.2020.03.002/2, IC-000108.2020.03.004/7, IC-000130.2020.03.007/0, PP-000321.2020.03.007/6, IC-000001.2020.03.008/7, IC-000081.2020.03.009/0, IC-000238.2020.03.010/4, IC-000076.2021.03.000/5, IC-000404.2021.03.000/5, NF-000799.2021.03.000/7, IC-000898.2021.03.000/9, PP-001192.2021.03.000/3, NF-001325.2021.03.000/0, IC-001501.2021.03.000/0, NF-001568.2021.03.000/6, NF-001577.2021.03.000/7, NF-001805.2021.03.000/3, NF-001843.2021.03.000/8, NF-001855.2021.03.000/5, NF-001877.2021.03.000/9, NF-001942.2021.03.000/0, NF-000302.2021.03.001/5, NF-000479.2021.03.001/9, NF-000071.2021.03.002/2, NF-000033.2021.03.005/0, NF-000154.2021.03.005/1, IC-000147.2021.03.007/5, NF-000081.2021.03.009/3, NF-000177.2021.03.010/1, NF-000188.2021.03.010/5, IC-000200.2021.03.010/4, IC-000244.2021.03.010/9, IC-000245.2021.03.010/5, IC-000587.2015.03.002/0, IC-000298.2017.03.000/2, IC-000165.2017.03.002/5, IC-000363.2017.03.005/1, IC-004011.2018.03.000/4, IC-000399.2018.03.006/5, IC-004487.2019.03.000/2, IC-004530.2019.03.000/0, IC-000829.2019.03.002/4, IC-000061.2019.03.003/0, IC-000068.2019.03.005/5, IC-000075.2019.03.008/7, IC-000468.2019.03.010/3, IC-002447.2020.03.000/7, IC-002727.2020.03.000/6, IC-003323.2020.03.000/3, IC-003409.2020.03.000/0, IC-004485.2020.03.000/8, IC-004739.2020.03.000/0, PP-004815.2020.03.000/2, IC-004975.2020.03.000/8, IC-004996.2020.03.000/6, IC-000750.2020.03.001/9, PP-000812.2020.03.001/0, IC-000614.2020.03.002/8, PP-000374.2020.03.003/8, IC-000238.2020.03.005/8, IC-000064.2020.03.006/0, IC-000089.2020.03.010/3, IC-000230.2021.03.000/5, PP-000925.2021.03.000/7, NF-001002.2021.03.000/9, IC-001013.2021.03.000/0, PP-001044.2021.03.000/5, PP-001058.2021.03.000/3, IC-001250.2021.03.000/4, NF-001513.2021.03.000/7, NF-001624.2021.03.000/6, NF-001645.2021.03.000/4, NF-001737.2021.03.000/6, NF-001830.2021.03.000/5, PP-001903.2021.03.000/0, PP-000044.2021.03.001/8, NF-000108.2021.03.001/7, NF-000357.2021.03.001/3, NF-000393.2021.03.001/7, NF-000410.2021.03.001/8, IC-000206.2021.03.002/3, NF-000042.2021.03.003/7, NF-000006.2021.03.005/4, NF-000106.2021.03.005/8, NF-000109.2021.03.010/3, NF-000154.2021.03.010/8, IC-000240.2021.03.010/3, IC-000403.2018.03.006/0, IC-000040.2018.03.008/2, IC-000656.2019.03.002/0, IC-000257.2019.03.004/6, IC-000155.2019.03.008/9, IC-000297.2020.03.000/0, IC-001276.2020.03.000/8, IC-001345.2020.03.000/0, PP-003208.2020.03.000/0, PP-003387.2020.03.000/3, IC-003559.2020.03.000/0, NF-000332.2020.03.005/8, IC-000119.2020.03.006/2, PP-000121.2021.03.000/6, IC-000531.2021.03.000/6, IC-000720.2021.03.000/9, PP-001191.2021.03.000/8, NF-001503.2021.03.000/0, NF-001641.2021.03.000/2, PP-000077.2021.03.001/4, NF-000118.2021.03.001/4, PP-000231.2021.03.001/2, NF-000024.2021.03.004/7, IC-002990.2020.03.000/7, IC-003613.2020.03.000/9, PP-000024.2020.03.003/1, IC-001033.2021.03.000/3, NF-001054.2021.03.000/1, PP-001168.2021.03.000/7, NF-001183.2021.03.000/2, NF-001359.2021.03.000/0, NF-000077.2021.03.010/4 - PRT 4ª Região-RS - IC-003246.2015.04.000/1, IC-000390.2016.04.001/3, IC-003864.2018.04.000/2, IC-000313.2018.04.004/4, IC-002714.2019.04.000/7, IC-003561.2019.04.000/7, IC-003628.2019.04.000/6, IC-001619.2020.04.000/5, IC-001983.2020.04.000/9, IC-002531.2020.04.000/5, PP-003363.2020.04.000/0, PP-003458.2020.04.000/7, IC-000101.2020.04.001/5, PP-000335.2020.04.001/9, PP-000501.2020.04.004/7, IC-000147.2020.04.006/3, PP-000582.2021.04.000/0, NF-000665.2021.04.000/0, PP-000778.2021.04.000/8, NF-001545.2021.04.000/7, NF-000009.2021.04.005/4, NF-000151.2021.04.006/5, IC-002340.2014.04.000/6, IC-001863.2017.04.000/0, IC-004106.2017.04.000/0, IC-004199.2017.04.000/4, IC-000066.2017.04.006/9, IC-000417.2018.04.004/8, IC-000736.2019.04.000/0, IC-002667.2019.04.000/9, IC-002679.2019.04.000/5, IC-003428.2019.04.000/2, IC-000193.2019.04.004/3, IC-000335.2019.04.007/9, IC-000342.2019.04.007/7, IC-001445.2020.04.000/8, IC-003843.2020.04.000/3, IC-003898.2020.04.000/1, IC-000209.2020.04.002/1, PP-000275.2020.04.002/8, IC-000493.2020.04.006/9, NF-000064.2021.04.000/5, PP-000261.2021.04.000/5, PP-000506.2021.04.000/4, PP-000536.2021.04.000/0, PP-000861.2021.04.000/0, PP-000927.2021.04.000/1, IC-000998.2021.04.000/9, NF-001257.2021.04.000/2, PP-001288.2021.04.000/8, NF-001481.2021.04.000/4, NF-001669.2021.04.000/9, PP-000073.2021.04.002/4, PP-000113.2021.04.002/5, PP-000135.2021.04.002/2, NF-000202.2021.04.004/7, NF-000076.2021.04.005/9, IC-001506.2017.04.000/5, IC-004016.2017.04.000/0, IC-000252.2017.04.001/8, IC-000349.2017.04.008/4, IC-000667.2018.04.006/7, IC-000275.2019.04.000/2, IC-002021.2019.04.000/6, IC-002171.2019.04.000/5, IC-002691.2019.04.000/4, IC-002702.2019.04.000/0, IC-003081.2019.04.000/3, IC-000134.2019.04.004/1, IC-000130.2019.04.006/2, IC-000134.2020.04.000/8, PP-000494.2020.04.000/6, IC-000587.2020.04.000/6, IC-001321.2020.04.000/6, IC-001416.2020.04.000/4, IC-003030.2020.04.000/2, PP-003540.2020.04.000/5, IC-003600.2020.04.000/7, IC-003748.2020.04.000/2, IC-000170.2020.04.004/9, PP-000483.2020.04.004/5, IC-000089.2020.04.005/3, IC-000119.2020.04.005/6, IC-000232.2020.04.008/9, PP-000063.2021.04.000/4, PP-000074.2021.04.000/0, PP-000555.2021.04.000/8, NF-000734.2021.04.000/3, NF-001173.2021.04.000/6, PP-001234.2021.04.000/4, NF-001399.2021.04.000/6, NF-001435.2021.04.000/4, NF-001591.2021.04.000/7, NF-000083.2021.04.001/1, IC-000166.2021.04.001/3, IC-000072.2021.04.004/6, PP-000162.2021.04.004/7, IC-000052.2021.04.005/3, IC-000025.2021.04.006/0, NF-000101.2021.04.008/0, IC-000362.2016.04.004/9, IC-004635.2017.04.000/1, IC-003212.2020.04.000/4, PP-000492.2020.04.004/0, IC-000268.2020.04.006/2, NF-000985.2021.04.000/2, NF-001434.2021.04.000/8, NF-000062.2021.04.005/1, NF-000080.2021.04.006/4, IC-001624.2019.04.000/8, IC-000398.2019.04.004/7, IC-000068.2020.04.000/7, IC-000008.2020.04.007/5, PP-000403.2021.04.000/7, NF-001065.2021.04.000/4, NF-000056.2021.04.001/9, NF-000038.2021.04.005/9 - PRT 5ª Região-BA - IC-000058.2017.05.003/1, IC-000101.2018.05.005/5, IC-001079.2019.05.000/5, IC-002163.2019.05.000/1, IC-000023.2019.05.002/6, IC-000393.2019.05.006/3, IC-001310.2020.05.000/6, IC-001787.2020.05.000/8, PP-001963.2020.05.000/8, NF-000468.2021.05.000/8, NF-000652.2021.05.000/9, NF-000676.2021.05.000/9, NF-000868.2021.05.000/0, NF-

000924.2021.05.000/4, IC-000018.2021.05.005/5, IC-002155.2018.05.000/4, IC-000418.2019.09.001/8, IC-000428.2019.09.001/5, IC-000589.2019.09.003/5, IC-
000283.2018.05.002/1, IC-001762.2019.05.000/1, IC-002347.2019.05.000/5, IC-000262.2019.09.005/3, IC-000283.2019.09.008/7, IC-000124.2019.09.010/5, IC-
000223.2019.05.001/0, IC-000196.2019.05.003/3, IC-000501.2019.05.004/0, IC-000399.2020.09.000/2, IC-000631.2020.09.000/2, IC-000683.2020.09.000/1, IC-
001219.2020.05.000/8, IC-001453.2020.05.000/5, PP-002152.2020.05.000/6, IC-002483.2020.09.000/6, PP-002632.2020.09.000/3, PP-002721.2020.09.000/9, IC-
002808.2020.05.000/8, IC-000081.2020.05.001/0, IC-000160.2020.05.002/1, IC-003041.2020.09.000/9, IC-003209.2020.09.000/1, IC-000181.2020.09.005/2, IC-
000229.2020.05.004/0, IC-000594.2020.05.006/5, IC-000160.2020.05.007/6, IC-000235.2020.09.006/0, IC-000116.2020.09.008/6, PP-000166.2021.09.000/8, NF-
000203.2020.05.007/0, NF-000277.2021.05.000/2, PP-000707.2021.05.000/2, NF-000557.2021.09.000/0, NF-000581.2021.09.000/3, PP-000625.2021.09.000/3, NF-
000718.2021.05.000/6, NF-000861.2021.05.000/6, PP-000903.2021.05.000/3, PP-000641.2021.09.000/2, PP-000675.2021.09.000/0, NF-000710.2021.09.000/2, NF-
000916.2021.05.000/0, NF-001091.2021.05.000/2, NF-001102.2021.05.000/8, NF-000717.2021.09.000/7, PP-000751.2021.09.000/8, NF-000827.2021.09.000/2, NF-
001120.2021.05.000/0, NF-000054.2021.05.001/1, IC-000084.2021.05.004/1, IC-000884.2021.09.000/7, NF-000916.2021.09.000/7, NF-000969.2021.09.000/2, NF-
000115.2021.05.004/1, IC-002212.2018.05.000/0, IC-001992.2019.05.000/5, IC-001184.2021.09.000/3, PP-001250.2021.09.000/0, NF-001253.2021.09.000/6, NF-
000324.2019.05.002/5, IC-000529.2019.05.004/5, IC-000175.2019.05.005/4, IC-001276.2021.09.000/5, NF-001306.2021.09.000/8, PP-000069.2021.09.004/2, PP-
000585.2019.05.006/5, PP-001976.2020.05.000/0, PP-002675.2020.05.000/1, PP-000126.2021.09.004/2, NF-000167.2021.09.004/8, PP-000015.2021.09.006/6, IC-
002709.2020.05.000/6, IC-002790.2020.05.000/4, IC-000123.2020.05.004/3, NF-000039.2021.09.008/5, IC-000081.2021.09.008/8, NF-000074.2021.09.009/3, PP-
000487.2021.05.000/6, NF-000634.2021.05.000/7, IC-000915.2021.05.000/3, NF-000123.2021.09.009/8, IC-000857.2018.09.000/0, IC-000579.2018.09.001/3, PP-
000934.2021.05.000/1, NF-000990.2021.05.000/0, NF-000991.2021.05.000/6, NF-000853.2019.09.000/7, IC-001894.2019.09.000/2, IC-002074.2019.09.000/0, IC-
000998.2021.05.000/0, NF-001009.2021.05.000/9, NF-001058.2021.05.000/5, NF-002406.2019.09.000/5, IC-002834.2019.09.000/2, IC-000522.2019.09.001/5, IC-
001098.2021.05.000/0, IC-000088.2021.05.004/0, NF-000065.2021.05.006/6, IC-000302.2019.09.006/9, IC-000261.2019.09.009/0, IC-001175.2020.09.000/0, IC-
000922.2019.05.000/0, NF-001273.2020.05.000/3, IC-002034.2020.05.000/7, IC-001213.2020.09.000/9, PP-001319.2020.09.000/9, IC-001848.2020.09.000/9, PP-
000278.2020.05.001/7, IC-000027.2020.05.002/7, IC-000216.2020.05.002/1, IC-001854.2020.09.000/3, IC-001982.2020.09.000/9, PP-002061.2020.09.000/3, IC-
000656.2021.05.000/4, NF-001089.2021.05.000/0, NF-001158.2021.05.000/2, IC-002157.2020.09.000/7, PP-002255.2020.09.000/3, PP-002794.2020.09.000/0, PP-
001353.2019.05.000/1, IC-000858.2020.05.000/0, NF-000438.2021.05.000/6, NF-002985.2020.09.000/3, IC-003022.2020.09.000/1, PP-003149.2020.09.000/0, IC-
000943.2021.05.000/2 - PRT 6ª Região-PE - IC-000302.2017.06.002/4, IC-000102.2020.09.001/7, IC-000087.2020.09.003/9, IC-000460.2020.09.003/4, IC-
000997.2019.06.000/4, IC-000255.2020.06.000/4, IC-000607.2020.06.000/3, IC-000096.2020.09.004/1, IC-000073.2020.09.006/7, IC-000239.2020.09.006/6, IC-
001029.2020.06.000/0, IC-001496.2020.06.000/8, IC-002435.2020.06.000/2, IC-000067.2020.09.008/1, IC-000184.2020.09.008/4, IC-000174.2020.09.010/0, IC-
000334.2020.06.002/3, IC-000363.2020.06.002/9, PP-000432.2020.06.002/9, PP-000254.2021.09.000/6, PP-000270.2021.09.000/5, PP-000408.2021.09.000/1, PP-
000333.2021.06.000/8, PP-000935.2021.06.000/0, NF-001199.2021.06.000/4, NF-000416.2021.09.000/6, NF-000592.2021.09.000/7, NF-000686.2021.09.000/3, NF-
001264.2021.06.000/5, NF-000060.2021.06.002/5, IC-002247.2018.06.000/7, IC-000896.2021.09.000/7, NF-000910.2021.09.000/9, IC-000982.2021.09.000/2, IC-
001260.2019.06.000/5, IC-000177.2019.06.001/5, IC-000206.2019.06.002/7, IC-001015.2021.09.000/7, NF-001144.2021.09.000/8, NF-001226.2021.09.000/3, NF-
000905.2020.06.000/5, IC-000919.2020.06.000/8, IC-001081.2020.06.000/5, IC-001291.2021.09.000/0, NF-001330.2021.09.000/4, NF-001508.2021.09.000/3, IC-
001143.2020.06.000/8, IC-001183.2020.06.000/3, IC-001832.2020.06.000/7, IC-000021.2021.09.001/6, IC-000129.2021.09.001/9, IC-000035.2021.09.006/2, NF-
002258.2020.06.000/7, IC-002558.2020.06.000/9, IC-002709.2020.06.000/7, IC-000091.2021.09.006/2, NF-000120.2021.09.006/6, NF-000072.2021.09.007/5, NF-
000115.2020.06.001/8, IC-000210.2020.06.002/5, PP-000263.2021.06.000/1, PP-000084.2021.09.007/8, NF-000117.2021.09.008/5, NF-000138.2021.09.008/6, IC-
000494.2021.06.000/6, PP-000943.2021.06.000/4, NF-000999.2021.06.000/9, PP-000002.2021.09.009/4, IC-000076.2021.09.009/8, NF-000113.2021.09.009/0, PP-
001241.2021.06.000/6, NF-001247.2021.06.000/9, PP-001259.2021.06.000/6, PP-000128.2021.09.009/0, NF-000046.2021.09.010/9, IC-002996.2016.09.000/3, IC-
001284.2021.06.000/8, NF-001467.2021.06.000/6, NF-001506.2021.06.000/0, NF-000620.2018.09.000/7, IC-000228.2018.09.006/0, IC-000560.2019.09.000/0, IC-
000043.2021.06.002/0, IC-002100.2017.06.000/4, IC-002382.2018.06.000/2, IC-002913.2019.09.000/1, IC-000601.2020.09.000/0, IC-001139.2020.09.000/7, IC-
003100.2018.06.000/4, IC-000616.2018.06.002/4, IC-000770.2019.06.000/9, IC-001671.2020.09.000/5, PP-003070.2020.09.000/2, PP-003124.2020.09.000/0, IC-
000782.2019.06.000/9, IC-002501.2019.06.000/2, IC-000073.2019.06.002/0, IC-000500.2020.09.001/7, IC-000016.2020.09.008/3, IC-000164.2020.09.008/0, IC-
000304.2019.06.002/2, IC-000380.2019.06.002/5, IC-000854.2020.06.000/7, IC-000186.2020.09.008/7, PP-000194.2020.09.008/1, PP-000249.2021.09.000/0, IC-
001148.2020.06.000/5, IC-001279.2020.06.000/7, IC-001553.2020.06.000/3, IC-000361.2021.09.000/2, PP-000399.2021.09.000/5, PP-000602.2021.09.000/0, PP-
002247.2020.06.000/5, PP-002701.2020.06.000/3, IC-002781.2020.06.000/4, PP-000762.2021.09.000/1, NF-000815.2021.09.000/2, PP-001247.2021.09.000/1, IC-
003087.2020.06.000/4, PP-003120.2020.06.000/5, PP-003224.2020.06.000/4, IC-000005.2021.09.001/7, PP-000006.2021.09.003/0, NF-000099.2021.09.007/2, NF-
000061.2020.06.002/9, PP-000382.2020.06.002/7, NF-000487.2020.06.002/7, NF-000028.2021.09.010/7, IC-001291.2017.09.000/9, IC-000160.2017.09.003/5, IC-
000182.2021.06.000/1, PP-000311.2021.06.000/0, PP-000585.2021.06.000/3, IC-002282.2019.09.000/0, IC-002059.2020.09.000/0, IC-000300.2020.09.003/2, IC-
000767.2021.06.000/8, IC-000963.2021.06.000/9, NF-001017.2021.06.000/5, NF-000061.2020.09.005/2, IC-000229.2020.09.010/4, PP-000066.2021.09.000/3 - PRT 10ª
001032.2021.06.000/0, NF-001376.2021.06.000/0, NF-000076.2021.06.002/7, NF- Região-DF - IC-000130.2016.10.002/0, IC-000796.2018.10.000/0, IC-
000087.2021.06.002/2, IC-000086.2019.06.002/0, IC-002227.2020.06.000/2, IC-000185.2019.10.000/0, IC-001209.2019.10.000/1, IC-002250.2019.10.000/2, IC-
002789.2020.06.000/8, PP-000288.2020.06.002/7, PP-000683.2021.06.000/9, PP-002394.2019.10.000/7, IC-000051.2020.10.000/3, IC-000310.2020.10.000/2, IC-
000912.2021.06.000/6, NF-001198.2021.06.000/9, NF-001366.2021.06.000/3, PP-001909.2020.10.000/9, IC-002283.2020.10.000/4, IC-002911.2020.10.000/0, IC-
002768.2020.06.000/0, PP-002813.2020.06.000/8, NF-000497.2020.06.002/4, NF-000219.2020.10.001/0, IC-000313.2020.10.001/0, PP-000022.2021.10.000/0, NF-
000505.2020.06.002/4 - PRT 7ª Região-CE - IC-000229.2015.07.001/1, IC-000440.2021.10.000/5, IC-002083.2014.10.000/4, IC-001266.2015.10.000/6, IC-
001791.2016.07.000/1, IC-001326.2017.07.000/8, IC-000302.2018.07.000/0, IC-002631.2018.10.000/2, IC-001824.2019.10.000/0, IC-000409.2020.10.000/0, IC-
000147.2018.07.001/2, IC-000185.2019.07.000/4, IC-002315.2019.07.000/8, IC-000845.2020.10.000/7, PP-002856.2020.10.000/5, PP-003064.2020.10.000/0, IC-
000042.2020.07.000/2, IC-000380.2020.07.000/4, IC-000977.2020.07.000/4, PP-000265.2020.10.001/0, IC-000135.2020.10.002/9, IC-000077.2021.10.000/7, PP-
001947.2020.07.000/0, NF-002197.2020.07.000/1, PP-000007.2021.07.000/7, NF-000236.2021.10.000/0, IC-000477.2021.10.000/1, PP-000589.2021.10.000/0, IC-
000030.2021.07.000/3, NF-000080.2021.07.000/0, NF-000516.2021.07.000/0, IC-000665.2021.10.000/8, NF-000902.2021.10.000/0, PP-000030.2021.10.001/4, NF-
000750.2016.07.000/1, IC-000907.2017.07.000/9, IC-001025.2017.07.000/0, IC-000063.2021.10.002/1, IC-001757.2018.10.000/7, IC-002211.2018.10.000/0, IC-
000147.2017.07.002/9, IC-000157.2017.07.002/6, IC-001141.2018.07.000/0, IC-002623.2018.10.000/7, IC-000312.2019.10.000/6, IC-000907.2019.10.000/0, IC-
001540.2018.07.000/3, IC-000230.2018.07.001/0, IC-000116.2018.07.002/5, IC-001703.2019.10.000/5, IC-001733.2019.10.000/4, IC-002106.2019.10.000/6, IC-
000515.2019.07.000/6, IC-000573.2019.07.000/7, IC-002242.2019.07.000/3, IC-002751.2019.10.000/4, IC-002769.2019.10.000/4, IC-000071.2019.10.002/0, IC-
000110.2019.07.002/8, IC-000129.2020.07.000/5, IC-000609.2020.07.000/8, IC-001081.2020.10.000/0, IC-001205.2020.10.000/6, IC-001673.2020.10.000/9, IC-
000639.2020.07.000/3, IC-001021.2020.07.000/8, PP-001890.2020.07.000/5, PP-001717.2020.10.000/0, IC-001949.2020.10.000/4, IC-002512.2020.10.000/6, IC-
002119.2020.07.000/1, PP-002222.2020.07.000/7, PP-002230.2020.07.000/1, IC-002590.2020.10.000/6, PP-002649.2020.10.000/0, IC-002734.2020.10.000/4, IC-
000054.2020.07.002/7, IC-000141.2020.07.002/5, PP-000065.2021.07.000/4, NF-000119.2021.10.000/6, IC-000129.2021.10.000/3, IC-000698.2021.10.000/9, NF-
000177.2021.07.000/1, NF-000614.2021.07.000/0, NF-001030.2021.07.000/1, IC-000719.2021.10.000/5, NF-000999.2021.10.000/0, IC-001027.2021.10.000/7, NF-
001688.2016.07.000/7, IC-000008.2016.07.002/4, IC-000305.2017.07.000/7, IC-001057.2021.10.000/6, NF-001161.2021.10.000/7, NF-001290.2021.10.000/8, NF-
000326.2017.07.000/8, IC-000723.2017.07.000/1, IC-000864.2017.07.000/1, IC-000058.2021.10.001/9, IC-000029.2021.10.002/2, IC-000760.2017.10.000/7, IC-
001034.2017.07.000/1, IC-002154.2017.07.000/0, IC-000834.2018.07.000/6, IC-000273.2019.10.000/8, IC-000785.2019.10.000/9, IC-002025.2019.10.000/6, IC-
000545.2019.07.000/8, IC-000788.2019.07.000/2, IC-001305.2019.07.000/3, IC-002488.2019.10.000/0, IC-000436.2020.10.000/3, IC-000530.2020.10.000/3, IC-
001361.2019.07.000/0, IC-000009.2019.07.002/8, IC-000042.2019.07.002/0, IC-000558.2020.10.000/9, IC-000574.2020.10.000/8, IC-000737.2020.10.000/4, IC-
000162.2020.07.000/0, IC-000720.2020.07.000/7, PP-000763.2020.07.000/5, IC-002562.2020.10.000/8, IC-002584.2020.10.000/1, IC-003037.2020.10.000/8, IC-
001400.2020.07.000/0, PP-001784.2020.07.000/3, PP-001933.2020.07.000/0, IC-003086.2020.10.000/4, NF-000563.2021.10.000/7, IC-000673.2018.10.000/8, IC-
001944.2020.07.000/2, PP-001987.2020.07.000/5, IC-000107.2020.07.002/6, PP-002107.2019.10.000/1, IC-002273.2019.10.000/1, IC-000568.2020.10.000/6, IC-
000001.2021.07.000/8, PP-000268.2021.07.000/5, PP-000439.2021.07.000/6, NF-000588.2020.10.000/0, IC-002600.2020.10.000/6, PP-000140.2021.10.000/0 - PRT 11ª
000713.2021.07.000/1, NF-000721.2021.07.000/2, NF-000962.2021.07.000/4, NF- Região-AM - IC-000867.2013.11.000/0, IC-000490.2020.11.000/0, IC-
001029.2021.07.000/4, NF-001117.2021.07.000/4, PP-000019.2021.07.002/4, IC-000391.2018.11.000/6, IC-001184.2018.11.000/4, IC-000100.2019.11.000/0, IC-
000335.2017.07.000/5, IC-000171.2017.07.002/2, IC-001628.2019.07.000/3, IC-000902.2019.11.000/9, IC-000876.2020.11.000/6, IC-000481.2019.11.000/0, IC-
000020.2019.07.002/1, IC-000398.2020.07.000/6, IC-000082.2020.07.002/5, IC-001394.2019.11.000/7, IC-000969.2020.11.000/6, PP-001025.2020.11.000/2, IC-
000421.2016.07.000/8, IC-000783.2016.07.000/2, IC-002327.2017.07.000/1, IC-000123.2021.11.000/6, NF-000054.2021.11.001/1, IC-001162.2018.11.000/0, NF-
002428.2017.07.000/4, IC-000600.2019.07.000/5, IC-001859.2019.07.000/2, IC-000326.2021.11.000/1 - PRT 12ª Região-SC - IC-001372.2009.12.000/9, IC-
002224.2019.07.000/0, NF-000081.2021.07.000/8, NF-000577.2021.07.000/4 - PRT 8ª 000164.2019.12.001/9, IC-000413.2019.12.005/3, IC-000791.2020.12.000/1, PP-
Região-PA - IC-000151.2018.08.002/1, IC-001540.2019.08.000/6, IC-001080.2020.12.000/1, NF-001490.2020.12.000/7, IC-000188.2020.12.002/6, PP-
001491.2020.08.000/2, IC-001595.2020.08.000/1, NF-001878.2020.08.000/7, IC-000345.2020.12.002/4, IC-000166.2020.12.005/3, PP-000320.2020.12.005/2, PP-
000053.2021.08.002/4, NF-000064.2021.08.003/1, NF-000097.2021.08.003/8, IC-000080.2020.12.006/0, NF-000049.2021.12.000/0, IC-000455.2021.12.000/6, NF-
002034.2018.08.000/1, IC-000110.2018.08.001/8, IC-001344.2019.08.000/3, IC-000056.2021.12.001/8, IC-000099.2013.12.003/7, IC-000089.2018.12.001/5, IC-
000270.2020.08.000/0, NF-000558.2020.08.000/1, IC-000915.2020.08.000/6, IC-000693.2018.12.005/5, IC-001053.2019.12.000/2, IC-000135.2019.12.004/8, IC-
001462.2020.08.000/9, IC-001583.2020.08.000/4, NF-001721.2020.08.000/0, NF-000396.2019.12.005/2, IC-000425.2020.12.000/1, PP-001390.2020.12.000/0, PP-
001791.2020.08.000/4, IC-000209.2020.08.002/9, IC-000067.2020.08.003/0, NF-000306.2020.12.002/1, IC-000057.2020.12.005/5, IC-000139.2020.12.005/0, IC-
000320.2021.08.000/5, IC-000385.2021.08.000/0, IC-000515.2021.08.000/6, NF-000393.2020.12.005/2, IC-000117.2021.12.000/5, PP-000188.2021.12.000/2, IC-
000589.2021.08.000/2, NF-000108.2021.08.002/7, IC-000032.2017.08.002/9, IC-000405.2021.12.000/0, NF-000475.2021.12.000/0, IC-000509.2021.12.000/3, PP-
000023.2018.08.002/0, IC-000243.2019.08.003/1, NF-000018.2020.08.000/0, IC-000653.2021.12.000/0, IC-000113.2021.12.001/8, IC-000116.2021.12.001/7, NF-
000097.2020.08.000/9, IC-000288.2020.08.000/9, IC-000567.2020.08.000/2, IC-000118.2021.12.001/0, NF-000226.2021.12.001/2, NF-000055.2021.12.003/2, NF-
001309.2020.08.000/1, PP-002008.2020.08.000/2, IC-000006.2020.08.002/0, NF-000090.2021.12.003/9, NF-000058.2021.12.005/6, IC-000094.2018.12.005/0, IC-
000030.2020.08.003/4, IC-000018.2021.08.000/4, PP-000021.2021.08.000/1, PP-000730.2019.12.000/2, IC-000953.2019.12.000/2, IC-001355.2019.12.000/5, IC-
000031.2021.08.000/0, PP-000230.2021.08.000/4, PP-000234.2021.08.000/0, NF-000161.2019.12.002/8, IC-000307.2020.12.000/1, PP-001250.2020.12.000/7, PP-
000327.2021.08.000/0, IC-000451.2021.08.000/1, IC-000457.2021.08.000/0, IC-001331.2020.12.000/7, PP-001375.2020.12.000/4, PP-001393.2020.12.000/6, IC-
000481.2021.08.000/3, PP-000564.2021.08.000/6, IC-000570.2021.08.000/8, NF-000475.2020.12.001/6, IC-000134.2020.12.002/4, IC-000200.2020.12.002/5, IC-
000761.2021.08.000/3, NF-000060.2021.08.001/9, IC-000041.2021.08.002/1, NF-000219.2020.12.003/8, PP-000227.2020.12.004/0, IC-000168.2020.12.005/6, IC-
000144.2021.08.002/0, IC-000482.2020.08.000/7, IC-001139.2020.08.000/6, IC-000072.2020.12.006/6, NF-000302.2021.12.000/2, PP-000538.2021.12.000/9, NF-
001378.2020.08.000/0, IC-000155.2020.08.001/0, NF-000037.2021.08.003/9, IC-000547.2021.12.000/0, NF-000102.2021.12.001/4, IC-000228.2021.12.001/5, NF-
001746.2019.08.000/3, NF-000416.2021.08.000/4 - PRT 9ª Região-PR - IC-000247.2021.12.001/3, PP-000003.2021.12.003/0, PP-000031.2021.12.004/8, NF-
001202.2016.09.000/5, IC-001602.2018.09.000/8, IC-000576.2019.09.000/6, IC-000121.2021.12.004/7, NF-000011.2021.12.005/2, IC-000198.2018.12.001/3, IC-
000247.2019.09.005/0, IC-000142.2019.09.008/3, IC-000087.2020.09.000/3, IC-000090.2019.12.000/0, IC-000045.2019.12.004/0, IC-001174.2020.12.000/4, IC-
000472.2020.09.000/1, IC-001859.2020.09.000/0, PP-002257.2020.09.000/4, IC-000172.2020.12.001/2, IC-000393.2020.12.001/0, NF-000555.2021.12.000/4, NF-
002275.2020.09.000/6, PP-003053.2020.09.000/6, IC-000200.2020.09.003/4, IC-000647.2021.12.000/8, NF-000057.2021.12.005/9, PP-001275.2020.12.000/7, NF-
000137.2020.09.004/3, IC-000323.2020.09.004/7, IC-000079.2020.09.005/9, IC-000534.2021.12.000/3, IC-000140.2021.12.001/0, NF-000240.2021.12.001/9, NF-
000201.2020.09.007/4, IC-000021.2020.09.008/5, NF-000118.2021.09.000/4, IC-000092.2021.12.003/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-000689.2011.13.000/7, IC-
000272.2021.09.000/8, PP-000339.2021.09.000/1, PP-000459.2021.09.000/4, NF-000601.2017.13.000/4, IC-000607.2020.13.000/7, IC-001476.2020.13.000/5, IC-
000549.2021.09.000/5, NF-000597.2021.09.000/9, PP-000721.2021.09.000/6, PP-000231.2020.13.001/6, IC-000351.2020.13.001/9, IC-000173.2020.13.002/8, NF-
000764.2021.09.000/4, NF-000794.2021.09.000/6, PP-000974.2021.09.000/8, NF-000356.2021.13.000/5, PP-010145.2001.13.000/8, IC-000058.2018.13.002/6, IC-
000999.2021.09.000/4, NF-001042.2021.09.000/0, PP-000154.2021.09.003/0, NF-000683.2019.13.000/0, IC-000711.2020.13.000/4, IC-000798.2020.13.000/7, IC-
000039.2021.09.004/8, NF-000117.2021.09.005/2, NF-000060.2021.09.010/1, IC-001303.2020.13.000/7, IC-000188.2020.13.001/9, IC-000269.2020.13.001/9, IC-
000358.2007.09.001/9, IC-000193.2016.09.000/0, IC-000201.2016.09.005/5, IC-000587.2020.13.001/5, IC-000197.2020.13.002/8, IC-000234.2020.13.002/3, NF-
000537.2017.09.000/8, IC-001787.2017.09.000/1, IC-003391.2017.09.000/2, IC-000204.2021.13.000/8, IC-000229.2021.13.000/4, IC-001732.2013.13.000/2, IC-
003515.2017.09.000/8, IC-000063.2017.09.006/0, IC-000354.2018.09.003/2, IC-000475.2015.13.000/9, IC-000611.2015.13.000/6, IC-001615.2017.13.000/6, IC-
000273.2018.09.009/8, PP-001120.2019.09.000/5, IC-002811.2019.09.000/3, IC-000634.2018.13.000/8, IC-000446.2018.13.001/0, PP-000125.2020.13.000/8, IC-

000309.2020.13.000/5, IC-000524.2020.13.000/4, IC-000552.2020.13.000/3, IC-000928.2020.13.000/2, IC-001447.2020.13.000/1, IC-000263.2020.13.001/0, IC-000319.2020.13.001/0, IC-000096.2020.13.002/0, IC-000010.2021.13.000/2, IC-000039.2021.13.000/4, IC-000306.2021.13.000/9, IC-000316.2021.13.000/6, PP-000447.2021.13.000/2, IC-000012.2021.13.001/8, IC-001863.2017.13.000/1, IC-001096.2019.13.000/2, IC-000495.2020.13.000/3, IC-001220.2020.13.000/6, IC-001555.2020.13.000/4, IC-000227.2020.13.001/7, IC-000153.2020.13.002/3, IC-000039.2021.13.001/5, IC-000771.2015.13.000/8, IC-000424.2016.13.000/9, IC-000856.2017.13.000/9, IC-000297.2019.13.001/9, NF-000084.2021.13.001/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000663.2017.14.000/1, IC-000399.2019.14.002/9, IC-000431.2020.14.000/5, IC-000329.2020.14.002/7, IC-000366.2020.14.002/7, IC-000367.2020.14.002/3, IC-000007.2021.14.002/6, NF-000170.2021.14.002/2, IC-000353.2019.14.002/1, IC-000089.2020.14.002/5, IC-000359.2020.14.002/9, IC-000372.2020.14.002/9, IC-000149.2021.14.000/1, IC-000014.2021.14.002/5, IC-000039.2021.14.002/8, IC-000122.2021.14.002/9, IC-000007.2020.14.000/8, IC-000072.2020.14.001/5, IC-000140.2020.14.002/8, IC-000334.2020.14.002/2 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-003307.2018.15.000/3, IC-000147.2018.15.004/8, IC-000187.2018.15.004/7, IC-000726.2018.15.006/2, IC-000790.2019.15.002/5, IC-000938.2019.15.002/9, IC-000820.2019.15.008/1, PP-004106.2020.15.000/0, IC-004512.2020.15.000/3, IC-000065.2020.15.002/1, IC-000553.2020.15.002/8, PP-000603.2020.15.002/0, PP-000458.2020.15.003/0, IC-000424.2020.15.005/9, IC-000731.2020.15.006/0, PP-000055.2021.15.000/5, NF-000370.2021.15.000/3, PP-000395.2021.15.000/0, NF-000964.2021.15.000/0, NF-001018.2021.15.000/7, NF-001114.2021.15.000/2, NF-001156.2021.15.000/9, PP-001304.2021.15.000/0, NF-001310.2021.15.000/5, NF-001322.2021.15.000/2, NF-002047.2021.15.000/9, NF-000302.2021.15.002/1, NF-000326.2021.15.003/0, NF-000332.2021.15.003/1, NF-000108.2021.15.005/8, PP-000083.2021.15.006/0, NF-000137.2021.15.008/8, IC-001428.2017.15.000/0, IC-002667.2019.15.000/7, IC-003863.2019.15.000/8, IC-004105.2019.15.000/8, IC-000208.2019.15.004/6, IC-000122.2019.15.005/2, IC-000423.2019.15.005/3, IC-000243.2019.15.007/8, IC-001131.2019.15.008/9, IC-002707.2020.15.000/2, IC-003393.2020.15.000/7, PP-003538.2020.15.000/0, IC-000176.2020.15.001/0, IC-000233.2020.15.001/0, PP-000683.2020.15.001/0, IC-000071.2020.15.002/0, PP-000259.2020.15.004/8, IC-000086.2020.15.007/0, IC-000581.2020.15.008/6, PP-000318.2021.15.000/0, PP-000402.2021.15.000/3, NF-000877.2021.15.000/9, NF-001099.2021.15.000/3, NF-001152.2021.15.000/7, PP-001301.2021.15.000/4, PP-001639.2021.15.000/9, NF-001701.2021.15.000/3, NF-001912.2021.15.000/0, NF-001927.2021.15.000/3, NF-002289.2021.15.000/0, NF-002293.2021.15.000/3, NF-002613.2021.15.000/1, NF-000460.2021.15.001/2, NF-000480.2021.15.001/7, PP-000122.2021.15.002/0, PP-000215.2021.15.002/0, NF-000221.2021.15.002/1, NF-000438.2021.15.002/0, PP-000168.2021.15.003/5, IC-000020.2021.15.004/8, IC-000073.2021.15.005/1, NF-000224.2021.15.005/5, PP-000073.2021.15.006/2, IC-000188.2021.15.006/4, NF-000332.2021.15.006/6, NF-000281.2021.15.007/6, IC-003069.2017.15.000/9, IC-000494.2017.15.007/1, IC-002683.2018.15.000/6, IC-000846.2019.15.002/5, IC-000991.2019.15.002/8, IC-000382.2019.15.007/9, IC-002195.2020.15.000/5, IC-002723.2020.15.000/3, IC-002935.2020.15.000/5, IC-003187.2020.15.000/8, IC-003345.2020.15.000/6, IC-003485.2020.15.000/9, IC-003656.2020.15.000/0, PP-003855.2020.15.000/9, PP-003957.2020.15.000/7, IC-004513.2020.15.000/9, IC-000107.2020.15.002/4, PP-000794.2020.15.002/0, IC-000321.2020.15.003/5, IC-000191.2020.15.004/8, IC-000244.2020.15.004/9, IC-000722.2020.15.006/9, IC-000497.2020.15.007/5, PP-000572.2020.15.007/7, IC-000758.2020.15.008/5, PP-000372.2021.15.000/6, PP-000531.2021.15.000/7, NF-000600.2021.15.000/7, NF-000985.2021.15.000/1, NF-001071.2021.15.000/7, IC-001213.2021.15.000/4, NF-001261.2021.15.000/5, NF-001532.2021.15.000/3, NF-001558.2021.15.000/9, NF-001754.2021.15.000/1, NF-001928.2021.15.000/9, PP-001988.2021.15.000/7, NF-002154.2021.15.000/6, NF-002569.2021.15.000/9, PP-000010.2021.15.001/7, PP-000418.2021.15.001/7, PP-000168.2021.15.002/7, NF-000197.2021.15.002/2, IC-000039.2021.15.005/2, IC-000079.2021.15.005/5, NF-000088.2021.15.005/6, NF-000096.2021.15.005/0, PP-000122.2021.15.006/2, PP-000148.2021.15.006/5, NF-000017.2021.15.008/4, NF-000154.2021.15.008/3, NF-000307.2021.15.008/2, IC-002475.2014.15.000/9, IC-000295.2019.15.000/0, IC-003457.2019.15.000/4, IC-000019.2020.15.000/8, PP-000257.2020.15.004/5, IC-000699.2020.15.008/2, IC-000731.2020.15.008/6, PP-000089.2021.15.000/9, IC-000278.2021.15.000/6, NF-001624.2021.15.000/5, NF-002088.2021.15.000/0, NF-002186.2021.15.000/6, NF-000157.2021.15.002/3, NF-000191.2021.15.002/4, NF-000214.2021.15.002/3, NF-000314.2021.15.002/1, NF-000327.2021.15.002/8, NF-000156.2021.15.005/1, PP-000057.2021.15.007/6, PP-000095.2021.15.007/4, PP-000147.2021.15.007/7, IC-003278.2019.15.000/8, IC-000379.2019.15.002/5, PP-000652.2019.15.006/3, IC-000086.2020.15.003/6, IC-000632.2020.15.006/8, NF-001617.2021.15.000/5 - PRT 16ª Região-MA - IC-001209.2018.16.000/9, IC-001309.2019.16.000/8, NF-001039.2020.16.000/1, NF-001207.2020.16.000/6, IC-000122.2020.16.002/8, PP-000141.2020.16.002/6, PP-000152.2020.16.002/0, PP-000200.2021.16.000/5, NF-000311.2021.16.000/7, NF-000060.2021.16.002/0, IC-000651.2019.16.000/9, IC-000472.2020.16.000/2, IC-000504.2020.16.000/2, IC-000632.2020.16.000/0, PP-001091.2020.16.000/6, NF-000153.2021.16.000/2, NF-000326.2021.16.000/6, PP-000037.2021.16.002/7, IC-000117.2016.16.001/7, IC-000870.2017.16.000/8, IC-000009.2017.16.002/0, IC-001077.2018.16.000/8, IC-000098.2018.16.001/3, IC-000312.2018.16.001/7, IC-000383.2020.16.000/8, IC-000779.2020.16.000/1, IC-001099.2020.16.000/0, PP-001118.2020.16.000/0, IC-000112.2020.16.001/2, NF-000089.2021.16.000/0, NF-000458.2021.16.000/9, NF-000480.2021.16.000/0, NF-000554.2021.16.000/1, IC-000007.2020.16.000/3, IC-001034.2020.16.000/4, IC-001123.2020.16.000/0, PP-001237.2020.16.000/5, PP-001293.2020.16.000/1, PP-000161.2021.16.000/7, NF-000227.2021.16.000/4, IC-000191.2020.16.001/4, IC-000206.2020.16.001/9, NF-000038.2021.16.000/2 - PRT 17ª Região-ES - IC-000804.2017.17.000/3, IC-000127.2019.17.001/3, IC-000164.2019.17.002/1, NF-001023.2020.17.000/0, PP-001120.2020.17.000/1, PP-001229.2020.17.000/8, IC-000011.2020.17.001/4, IC-000032.2020.17.001/8, IC-000055.2020.17.001/6, IC-000064.2020.17.001/7, IC-000111.2020.17.001/7, IC-000127.2020.17.001/2, IC-000134.2020.17.001/0, IC-000161.2020.17.001/3, IC-000178.2020.17.001/5, IC-000196.2020.17.001/7, IC-000208.2020.17.001/7, NF-000046.2021.17.001/9, IC-000062.2017.17.000/2, IC-000773.2018.17.000/2, IC-000410.2019.17.000/8, IC-000918.2019.17.000/0, PP-000184.2019.17.002/6, IC-000488.2020.17.000/9, PP-001480.2020.17.000/1, IC-001539.2020.17.000/6, IC-000037.2020.17.001/4, IC-000049.2020.17.001/7, IC-000057.2020.17.001/0, IC-000086.2020.17.001/8, IC-000092.2020.17.001/7, IC-000167.2020.17.001/1, IC-000186.2020.17.001/0, IC-000140.2020.17.002/0, PP-000143.2020.17.002/0, PP-000092.2021.17.000/0, PP-000131.2021.17.000/6, PP-000149.2021.17.000/4, NF-000423.2021.17.000/6, NF-000669.2021.17.000/0, NF-000053.2021.17.001/5, NF-000112.2021.17.003/2, IC-000634.2017.17.000/9, IC-001587.2017.17.000/7, IC-000957.2019.17.000/2, IC-000263.2020.17.000/6, IC-000264.2020.17.000/2, IC-000710.2020.17.000/1, PP-000713.2020.17.000/0, IC-000740.2020.17.000/3, IC-000794.2020.17.000/5, IC-000885.2020.17.000/2, PP-001236.2020.17.000/8, IC-001248.2020.17.000/5, IC-001427.2020.17.000/1, IC-000029.2020.17.001/0, IC-000063.2020.17.001/0, IC-000067.2020.17.001/9, IC-000110.2020.17.001/0, IC-000151.2020.17.001/6, IC-000158.2020.17.001/0, IC-000160.2020.17.001/7, IC-000184.2020.17.001/7, IC-000209.2020.17.001/9, IC-000213.2020.17.001/8, IC-000233.2020.17.001/2, IC-000222.2020.17.003/5, PP-000158.2021.17.000/5, NF-000371.2021.17.000/1, NF-000389.2021.17.000/0, IC-000032.2021.17.001/1, PP-000043.2021.17.003/9, NF-000110.2021.17.003/0, IC-000059.2020.17.000/4, PP-001368.2020.17.000/5, IC-000027.2020.17.001/6, IC-000137.2020.17.001/0, IC-000190.2020.17.001/9, IC-000200.2020.17.001/1, PP-000139.2021.17.000/7, NF-000328.2021.17.000/0, IC-001590.2018.17.000/7, IC-001403.2019.17.000/0, IC-000014.2020.17.001/6, IC-000090.2020.17.001/2, IC-000207.2020.17.001/6, NF-000052.2021.17.001/8, PP-000007.2021.17.002/4 - PRT 18ª Região-GO - IC-001046.2019.18.000/1, IC-000317.2019.18.002/1, IC-000133.2019.18.003/2, IC-000307.2020.18.002/3, IC-000041.2020.18.003/2, NF-000186.2021.18.000/5, IC-000327.2021.18.000/4, NF-000423.2021.18.000/7, NF-000476.2021.18.000/2, NF-000482.2021.18.000/4, NF-000542.2021.18.000/3, NF-000651.2021.18.000/2, NF-000664.2021.18.000/9, IC-000311.2019.18.003/1, PP-000688.2020.18.000/6, IC-001283.2020.18.000/1, IC-000128.2020.18.003/6, IC-000237.2020.18.003/5, IC-000321.2020.18.003/8, PP-000140.2021.18.000/8, NF-000429.2021.18.000/5, PP-000569.2021.18.000/2, NF-000696.2021.18.000/3, NF-000703.2021.18.000/7, NF-000722.2021.18.000/5, NF-000742.2021.18.000/0, NF-000771.2021.18.000/5, IC-000265.2018.18.003/2, IC-001827.2019.18.000/2, IC-000621.2020.18.000/8, IC-001220.2020.18.000/7, IC-001617.2020.18.000/8, IC-000205.2020.18.003/0, IC-000216.2020.18.003/4, IC-000349.2021.18.000/1, NF-000464.2021.18.000/2, NF-000605.2021.18.000/1, NF-000667.2021.18.000/8, NF-000740.2021.18.000/7, IC-000024.2021.18.001/0, NF-000064.2021.18.001/2, NF-000084.2021.18.002/0, IC-000012.2021.18.003/9, IC-000062.2021.18.003/0, IC-000801.2018.18.000/8, IC-000188.2019.18.003/0, IC-000356.2019.18.003/2, NF-000662.2021.18.000/6, NF-000689.2021.18.000/5, NF-000745.2021.18.000/9, NF-000753.2021.18.000/3, NF-000758.2021.18.000/5, NF-000068.2021.18.002/2, NF-000091.2021.18.002/6, IC-000061.2021.18.003/2, NF-000126.2021.18.000/1, IC-000276.2021.18.000/6, IC-000043.2021.18.001/9 - PRT 19ª Região-AL - IC-001554.2019.19.000/1, IC-001838.2019.19.000/2, IC-000398.2019.19.001/9, IC-000880.2020.19.000/2, IC-001340.2020.19.000/5, IC-001736.2020.19.000/0, IC-001983.2020.19.000/0, IC-000108.2021.19.000/0, PP-000221.2021.19.000/9, NF-000686.2021.19.000/7, IC-000718.2019.19.000/5, IC-001096.2020.19.000/8, IC-001821.2020.19.000/4, IC-000001.2021.19.000/7, IC-000446.2021.19.000/1, NF-000849.2021.19.000/3, NF-000048.2021.19.001/7, IC-000111.2021.19.001/1, IC-001156.2017.19.000/0, IC-001613.2018.19.000/6, IC-000474.2019.19.001/7, PP-001042.2020.19.000/4, IC-001082.2020.19.000/0, IC-001355.2020.19.000/9, IC-001499.2020.19.000/3, IC-001797.2020.19.000/4, PP-002363.2020.19.000/2, IC-000230.2020.19.001/5, IC-000383.2021.19.000/3, NF-000834.2021.19.000/4, NF-000861.2021.19.000/7, NF-000908.2021.19.000/6, IC-000384.2016.19.000/0, IC-000192.2019.19.000/6, PP-002483.2020.19.000/2, IC-000382.2021.19.000/7, PP-000564.2021.19.000/1, IC-000582.2015.19.000/0, IC-000569.2020.19.000/0, PP-000069.2021.19.000/0 - PRT 20ª Região-SE - IC-000718.2017.20.000/3, IC-001201.2019.20.000/9, IC-001443.2019.20.000/0, IC-000084.2020.20.000/2, IC-000303.2020.20.000/6, IC-000352.2020.20.000/6, IC-000393.2020.20.000/1, IC-000421.2020.20.000/6, IC-000542.2020.20.000/5, PP-000727.2020.20.000/9, IC-000753.2020.20.000/5, IC-000861.2020.20.000/8, IC-000868.2020.20.000/2, PP-000870.2020.20.000/9, IC-000983.2020.20.000/3, IC-000985.2020.20.000/6, IC-001194.2020.20.000/1, IC-001506.2020.20.000/4, IC-001525.2020.20.000/1, IC-001751.2020.20.000/3, IC-000040.2020.20.001/1, IC-000102.2020.20.001/1, IC-000061.2021.20.000/8, IC-000255.2021.20.000/0, NF-000352.2021.20.000/9, NF-000619.2021.20.000/9, IC-001922.2017.20.000/4, IC-000157.2018.20.000/0, IC-000180.2019.20.000/0, IC-000365.2019.20.000/3, IC-000373.2019.20.000/8, IC-000447.2019.20.000/0, IC-000628.2019.20.000/8, IC-001056.2019.20.000/3, IC-001152.2019.20.000/9, IC-001159.2019.20.000/7, IC-001275.2019.20.000/5, IC-001429.2019.20.000/0, IC-001446.2019.20.000/6, IC-001458.2019.20.000/3, IC-001506.2019.20.000/8, IC-000158.2020.20.000/8, PP-000216.2020.20.000/4, IC-000413.2020.20.000/1, IC-000423.2020.20.000/9, IC-000437.2020.20.000/1, IC-000641.2020.20.000/7, IC-000677.2020.20.000/7, IC-000719.2020.20.000/4, IC-000733.2020.20.000/0, IC-000886.2020.20.000/4, IC-000995.2020.20.000/3, IC-001001.2020.20.000/0, IC-001007.2020.20.000/3, IC-001027.2020.20.000/6, IC-001044.2020.20.000/2, PP-001094.2020.20.000/4, PP-001142.2020.20.000/9, IC-001202.2020.20.000/0, IC-001213.2020.20.000/2, IC-001246.2020.20.000/8, NF-001292.2020.20.000/8, PP-001300.2020.20.000/7, IC-001309.2020.20.000/6, IC-001344.2020.20.000/4, IC-001437.2020.20.000/1, IC-001546.2020.20.000/0, PP-001615.2020.20.000/2, IC-001684.2020.20.000/1, PP-001712.2020.20.000/3, IC-001759.2020.20.000/7, PP-000008.2021.20.000/3, NF-000015.2021.20.000/6, PP-000056.2021.20.000/6, PP-000066.2021.20.000/4, IC-000073.2021.20.000/0, NF-000172.2021.20.000/7, NF-000274.2021.20.000/8, NF-000321.2021.20.000/0, PP-000387.2021.20.000/2, NF-000500.2021.20.000/6, NF-000524.2021.20.000/6, NF-000688.2021.20.000/3, NF-000708.2021.20.000/3, NF-000715.2021.20.000/1, NF-000756.2021.20.000/7, IC-000888.2017.20.000/2, IC-000652.2018.20.000/9, IC-001414.2018.20.000/4, IC-000474.2019.20.000/2, IC-001214.2019.20.000/1, PP-001381.2019.20.000/7, IC-001457.2019.20.000/8, IC-001568.2019.20.000/7, IC-000051.2020.20.000/6, IC-000078.2020.20.000/3, IC-000114.2020.20.000/3, IC-000117.2020.20.000/2, IC-000232.2020.20.000/3, IC-000293.2020.20.000/3, IC-000310.2020.20.000/4, IC-000354.2020.20.000/9, IC-000383.2020.20.000/4, IC-000414.2020.20.000/8, IC-000420.2020.20.000/0, PP-000441.2020.20.000/0, IC-000538.2020.20.000/6, IC-000597.2020.20.000/3, PP-000617.2020.20.000/3, IC-000655.2020.20.000/0, IC-000910.2020.20.000/3, IC-001038.2020.20.000/8, PP-001052.2020.20.000/8, PP-001153.2020.20.000/0, IC-001201.2020.20.000/5, IC-001336.2020.20.000/9, PP-001366.2020.20.000/8, PP-001425.2020.20.000/4, IC-001433.2020.20.000/0, IC-001510.2020.20.000/8, IC-001552.2020.20.000/4, IC-001622.2020.20.000/2, IC-001729.2020.20.000/8, IC-000038.2020.20.001/1, IC-000052.2020.20.001/4, NF-000024.2021.20.000/7, PP-000031.2021.20.000/3, NF-000158.2021.20.000/0, PP-000272.2021.20.000/5, PP-000361.2021.20.000/0, NF-000479.2021.20.000/6, IC-000489.2021.20.000/3, PP-000493.2021.20.000/2, NF-000539.2021.20.000/5, NF-000560.2021.20.000/0, NF-000609.2021.20.000/1, NF-000781.2021.20.000/7, NF-000849.2021.20.000/7, PP-000005.2021.20.001/0, NF-000060.2021.20.001/1, IC-001095.2018.20.000/1, IC-001030.2019.20.000/8, IC-001367.2019.20.000/7, IC-001531.2019.20.000/0, IC-000005.2020.20.000/4, IC-000130.2020.20.000/2, PP-000215.2020.20.000/8, IC-000227.2020.20.000/8, PP-000448.2020.20.000/5, IC-001004.2020.20.000/7, PP-001063.2020.20.000/0, IC-001401.2020.20.000/0, IC-001403.2020.20.000/0, PP-001666.2020.20.000/0, NF-000386.2021.20.000/6, IC-000396.2021.20.000/3, NF-000579.2021.20.000/4, NF-000589.2021.20.000/1 - PRT 21ª Região-RN - IC-001634.2017.21.000/8, IC-000109.2018.21.000/7, IC-001434.2018.21.000/5, IC-000052.2019.21.000/3, IC-000313.2019.21.000/5, IC-000408.2019.21.000/8, IC-000940.2019.21.000/7, IC-000784.2020.21.000/4, IC-000957.2020.21.000/8, PP-000243.2021.21.000/0, NF-000456.2021.21.000/3, IC-000279.2017.21.000/3, IC-000248.2018.21.000/8, IC-000085.2018.21.001/7, IC-000180.2019.21.000/0, IC-000583.2019.21.000/2, IC-001205.2019.21.000/9, IC-001451.2019.21.000/3, IC-000573.2020.21.000/4, IC-000892.2020.21.000/7, IC-001086.2020.21.000/7, IC-001399.2020.21.000/1, IC-001432.2020.21.000/2, PP-001485.2020.21.000/0, IC-001590.2020.21.000/7, IC-000176.2020.21.001/9, IC-000184.2020.21.001/3, IC-000192.2020.21.001/8, NF-000589.2021.21.000/2, PP-000011.2021.21.001/0, IC-000026.2021.21.002/5, IC-000623.2011.21.000/5, IC-000308.2018.21.000/7, IC-000717.2018.21.000/0, IC-001476.2018.21.000/1, IC-001298.2019.21.000/2, IC-001476.2019.21.000/3, IC-000002.2019.21.002/1, IC-000709.2020.21.000/8, IC-000852.2020.21.000/8, IC-001305.2020.21.000/2, IC-001530.2020.21.000/9, PP-001671.2020.21.000/7, IC-000046.2020.21.001/7, IC-000095.2021.21.000/3, IC-000582.2021.21.000/8, NF-000596.2021.21.000/0, NF-000619.2021.21.000/0, IC-000022.2021.21.002/6, PP-000311.2021.21.000/4, NF-000609.2021.21.000/2, NF-000648.2021.21.000/5, IC-001469.2019.21.000/3, PP-001594.2020.21.000/9, PP-000187.2021.21.000/7 - PRT 22ª Região-PI - IC-000156.2021.22.000/0, IC-000237.2021.22.000/0, IC-001324.2019.22.000/1, IC-000067.2020.22.000/1, IC-000043.2021.22.000/0, IC-000215.2021.22.000/2, NF-000310.2021.22.000/9, IC-000001.2021.22.002/5, IC-000940.2019.22.000/8, IC-001052.2019.22.000/8, IC-000647.2020.22.000/7, IC-000847.2020.22.000/3, IC-000994.2020.22.000/9, IC-001106.2020.22.000/1, IC-001179.2020.22.000/2, IC-001184.2020.22.000/1, IC-000155.2020.22.001/9, IC-000220.2021.22.000/8, IC-000783.2019.22.000/0, IC-000103.2020.22.001/0, NF-000205.2021.22.000/5 - PRT 23ª Região-MT - IC-000730.2020.23.000/4, IC-000818.2020.23.000/9, IC-001017.2020.23.000/4, IC-000052.2020.23.001/0, IC-000132.2020.23.004/0, NF-000204.2021.23.000/0, PP-000022.2021.23.001/9, PP-000049.2021.23.004/9, IC-000369.2019.23.000/1, IC-000202.2019.23.003/0, IC-001008.2020.23.000/3, NF-000216.2021.23.000/0, IC-000307.2021.23.000/7, NF-000031.2021.23.002/0, IC-000091.2019.23.000/2, IC-000156.2019.23.000/9, IC-000516.2020.23.000/1, IC-000834.2020.23.000/8, IC-000998.2020.23.000/5, IC-001007.2020.23.000/8, IC-001010.2020.23.000/6, IC-000081.2020.23.001/7, IC-000087.2021.23.000/3, NF-000262.2021.23.000/0, NF-

000289.2021.23.000/0, NF-000296.2021.23.000/8, NF-000357.2021.23.000/3, IC-000072.2021.23.001/0, IC-000025.2021.23.002/1, IC-000009.2021.23.003/5, IC-000186.2021.23.000/2, IC-000002.2021.23.001/4 - PRT 24ª Região-MS - PP-000061.2021.24.001/6, NF-000112.2021.24.001/5, IC-000814.2019.24.000/5, IC-000799.2020.24.000/6, IC-000067.2020.24.002/7, PP-000039.2021.24.000/9, NF-000269.2021.24.000/6, NF-000343.2021.24.000/1, NF-000517.2021.24.000/1, NF-000545.2021.24.000/0, NF-000100.2021.24.001/5, NF-000116.2021.24.001/0, NF-000119.2021.24.001/0, NF-000063.2021.24.002/1, IC-000159.2020.24.000/8, IC-000563.2020.24.000/0, IC-000627.2020.24.000/4, IC-000004.2020.24.001/9, NF-000077.2021.24.000/7, PP-000142.2021.24.000/9, IC-000148.2021.24.000/7, NF-000327.2021.24.000/2, NF-000471.2021.24.000/9, IC-000070.2021.24.002/8, NF-000071.2021.24.002/5, PP-000005.2021.24.000/0, IC-000684.2019.24.000/0, PP-000206.2021.24.000/3, PP-000252.2021.24.000/4, NF-000367.2021.24.000/1, NF-000449.2021.24.000/8, NF-000120.2021.24.001/0, NF-000066.2021.24.002/3.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

# Tribunal de Contas da União

## PLENÁRIO

### ATA Nº 30, DE 11 DE AGOSTO DE 2021
(Sessão Telepresencial do Plenário)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

À hora regimental, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Augusto Nardes, em licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou as Atas nº 6 e 29, referentes, respectivamente, às sessões extraordinária reservada e ordinária pública, realizadas no dia 4 de agosto de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Realização, às 14h do próximo dia 12 de agosto, do evento: "Compromisso pela Transparência Pública", com o objetivo de apresentar a prefeitos e demais gestores municipais o trabalho a ser realizado pela Força Tarefa Cidadã, com coordenação do TCU e CGU, em parceria com as Redes de Controle estaduais, nos meses de agosto e setembro

Voto de sucesso à Dra. Cristina Machado da Costa e Silva em razão da publicação, no Diário Oficial da União do último dia 9 de agosto, da sua recondução ao cargo de Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, ocorrida por meio de decreto do Presidente da República. A Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União usou da palavra para agradecer a manifestação.

Convocação de sessão extraordinária para as 9h40m do próximo dia 18 de agosto, com a finalidade de dar posse à Dra. Cristina Machado da Costa e Silva no cargo de Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Realização, às 10h do próximo dia 18 de agosto, de sessão extraordinária destinada a apreciar, exclusivamente, o processo TC-000.350/2021-4, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, que trata da desestatização relacionada à licitação da Anatel para autorizações de uso de radiofrequências destinadas à implementação de redes móveis com tecnologia 5G.

Apresentação da proposta orçamentária do Tribunal para o exercício de 2022, acompanhada de anexo consolidado que detalha a destinação de recursos. Aprovada.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Homenagem à profissão de Advogado, em razão da passagem do Dia do Advogado.

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Proposta, nos termos do art. 8º da Resolução 315/2020, de determinação à Secex-TCE para que analise, nos autos do TC 036.831/2018-2, os apontamentos registrados nos itens 183 a 186 da instrução acostada à peça 72 dos autos do TC 003.694/2017-8. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-018.180/2018-3, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-011.030/2009-1 e TC-020.363/2020-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-014.992/2005-4, TC-039.874/2020-6 e TC-045.577/2012-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-038.380/2018-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-016.431/2015-4, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

TC-020.104/2020-0 e TC-021.071/2020-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1901 a 1920.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1921 a 1937 e 1939 a 1954, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 1938.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Com fundamento nos §§ 11 e 12 do art. 112 do Regimento interno, e na Questão de Ordem 4/2019, por deliberação do colegiado, foi transferida para a sessão ordinária do dia 18 de agosto de 2021, a apreciação do processo TC-005.431/2018-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, 1º revisor é o Ministro Augusto Nardes e 2º revisor é o Ministro Bruno Dantas.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-014.328/2021-6, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, foi adiada para a sessão do Plenário de 20 de outubro de 2021, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Jorge Oliveira. Já votou o relator (v. Anexo III desta Ata)

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-003.639/2014-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Pedro Rodrigues Gonçalves Leite não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Pedro Paulo Dias de Carvalho. Acórdão nº 1921.

Na apreciação do processo TC-001.157/2018-3, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Luiz Silvio Moreira Salata declinou de produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Délcio José Sato. Acórdão nº 1922.

Na apreciação do processo TC-013.340/2012-3, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, a Dra. Karla Pereira produziu sustentação oral em nome de Leonam Von-Grap Marinho Filho. Acórdão nº 1923.

Na apreciação do processo TC-003.694/2017-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. André Luís Santos Meira produziu sustentação oral em nome de Antonio Florencio de Queiroz Junior, Jorge Marão Filho, Nilton Pereira, Gil Roberto da Silva e Castro, Jorge Luiz das Neves Morais, José Macena da Silva, Manoel Martins Meireles, João Batista Porto Cursino de Moura, Leoncio Lameira de Oliveira, Pedro de Araujo Braz, Armando Bloch da Cunha Valle, Natan Schiper, Rafael Barreto Almada, Miguel Nelson Lasalvia, Flavio Luis Vieira Souza, Marlene Neder Amendoeira, Luiz Edmundo Quintanilha de Barros, Julio Cezar Rezende de Freitas, Antonio Feris Filho, Alberto Machado Soares, Angela Maria Constantino Barberio, Esther Gomes Gonçalves, Napoleão Pereira Velloso, Paulo Guilherme Barroso Romano, Robson Terra Silva e Roberto Ferreira da Silva. Acórdão nº 1924.

COMUNICAÇÃO AO COLEGIADO

Nos termos do art. 8º da Resolução-TCU 315/2020, ao apreciar o processo TC-010.478/2020-5, o relator, Ministro Benjamin Zymler, propôs, e o Colegiado aprovou, determinar à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) que, quando oportuno, com fulcro no art. 238 do RITCU, realize Levantamento com a finalidade de avaliar a viabilidade da realização de auditoria acerca da atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e dos Distritos Sanitários Indígenas (Dsei) indicados na representação, com vistas a reduzir a taxa de mortalidade infantil indígena no país, nos termos do item 1.7.1. do Acórdão nº 1903, constante da relação nº 24.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1901/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o Ministério da Infraestrutura encaminhou extratos do planejamento de desestatizações, por meio de arrendamento portuário, dos terminais PAR32 e PAR50, localizados no Porto de Paranaguá/PR, IMB05, localizado no Porto de Imbituba/SC, e POA01, localizado no Porto de Porto Alegre/RS;

Considerando que, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, os arrendamentos IMB05 e POA01 apresentam baixo risco e materialidade em comparação a outros empreendimentos do setor portuário, especialmente com o terminal PAR 50, também objeto dos presentes autos;

Considerando a baixa materialidade e risco do terminal PAR 32 e a apresentação, por interessado na licitação do Terminal PAR 32, de documentos sobre possível irregularidade na alteração dos investimentos previstos, após audiência pública;

Considerando o princípio da significância, bem como da otimização dos trabalhos e dos recursos disponíveis, e buscando dar maior efetividade à atuação do TCU, conforme preconizado na na Instrução Normativa TCU 81/2018;

Considerando que o controle externo dos futuros atos administrativos dos arrendamentos poderá ocorrer em sede de denúncias ou representações, ou mesmo por iniciativa própria deste Tribunal, caso cheguem ao seu conhecimento indícios de irregularidades sobre os procedimentos adotados nas licitações e contratações;

Considerando, por fim, as análises empreendidas pela unidade técnica sobre o escopo da necessária fiscalização do terminal PAR 50;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XV, 143, inciso V, alínea "a", e 258, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 2º, § 1º, 3º e 5º, da IN-TCU 81/2018, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: autorizar o escopo da fiscalização para os terminais PAR 50 e PAR 32, nos termos propostos pela unidade técnica; dispensar o exame da documentação relativa aos arrendamentos IMB05 e POA01, informando ao Ministério da Infraestrutura e à Antaq que os processos de arrendamento desses terminais podem ser ultimados, sem prejuízo da atuação posterior do Tribunal em processos de controle externo de outra natureza, se necessário; e, restituir os autos à SeinfraPortoFerrovia para continuidade do feito.

1. Processo TC-012.474/2021-5 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Interessado: Empresa de Planejamento e Logística S.A. (15.763.423/0001-30)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério da Infraestrutura

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.6. Representação legal: Annya Kizzy Boaventura Pereira (22875/OAB-DF) e outros, representando Empresa de Planejamento e Logística S.a.; Adriano Dutra Emerick (45.133/OAB-PR), representando Fts Participacoes Societarias S.a..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1902/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, do Regimento Interno, em prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para o cumprimento do Acórdão 959/2021-TCU-Plenário, conforme requerido pela Casa Civil da Presidência da República e de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.733/2019-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.a.; Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Caixa Econômica Federal; Casa Civil da Presidência da República; Embrapa/sct; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda (extinta); Ministério da Integração Nacional (extinta); Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento Social (extinta); Ministério do Meio Ambiente, dos Rec. Hídricos e da Amazônia Legal - Sec de Rec. Hídricos (excluída); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta); Ministério do Trabalho (extinta); Ministério dos Direitos Humanos (extinta); Secretaria de Governo da Presidência da República; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.5. Representação legal: Andre Luiz Viviani de Abreu (116896/OAB-RJ) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1903/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, conforme pareceres uniformes emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-010.478/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: 026.353/2020-2 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão: Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) Altamira, Alto Rio Solimões, Kaiapó do Pará, Mato Grosso do Sul, Médio Rio Solimões e Afluentes, Vale do Rio Javari, Xavante e Yanomami

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. nos termos do art. 8º da Resolução TCU 315/2020, fazer constar, na ata da presente sessão, comunicação do relator ao colegiado no sentido de determinar a Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) que, quando oportuno, com fulcro no art. 238 do RITCU, realize Levantamento com a finalidade de avaliar a viabilidade da realização de auditoria acerca da atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e dos Distritos Sanitários Indígenas (Dsei) indicados nesta representação, com vistas a reduzir a taxa de mortalidade infantil indígena no país;

1.7.2. informar ao Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, do MP/TCU, acerca da presente decisão; e

1.7.3. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 1904/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção; fazer as seguintes determinações e/ou ordenar a adoção das seguintes medidas e determinar o seu arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.814/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal:

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Coordenação Geral de Recursos Logísticos - MRE, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 2/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) exigência, nos itens 9.11.3 a 9.11.6 do edital, como requisito de capacidade técnico-profissional, de comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais nominados para a prestação dos serviços, sendo que se trata de exigência mínima quanto ao pessoal técnico especializado considerado essencial para a prestação dos serviços licitados, cujo atendimento ocorre por meio de relação explícita e de declaração da sua disponibilização quando da assinatura do contrato, conforme dispõe o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/1993.

1.6.2. indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado por Interlinguae Intérpretes & Tradutores Associados Ltda EPP, de ser considerado como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos após a prolação da deliberação de mérito dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1905/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, retirando-lhe a chancela de sigilo, bem como determinar o seu apensamento aos autos do TC-008.845/2018-2, devendo-se dar ciência aos interessados.

1. Processo TC-025.670/2021-2 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Centrais Eletricas Brasileiras Sa

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1906/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 2590/2020 - TCU - Plenário, e determinar o apensamento do processo a seguir relacionado aos autos do TC-027.923/2015-0, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.633/2021-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1907/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-027.946/2019-3 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: 021.472/2020-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público (excluído); Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Mp; Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

para o Conselho Nacional de Justiça, considerar:

1.7.1.1. implementado o subitem 1.6.1.1 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.1.2. em implementação o subitem 1.6.1.2.1 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário

1.7.1.3. cumprido o subitem 9.1.3 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.1.4. parcialmente cumprido o subitem 9.1.2 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.1.5. parcialmente implementado o subitem 1.6.1.2.4 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.1.6. não cumprido o subitem 9.1.1.2 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.1.7. não implementado os subitens 1.6.1.2.2 e 1.6.1.2.3 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.2. para o Conselho Nacional do Ministério Público, considerar:

1.7.2.1. cumprido o subitem 9.1.2 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.2.2. implementado o subitem 9.2.1 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.3. para o Supremo Tribunal Federal, considerar:

1.7.3.1. implementado, o subitem 9.2.1 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.3.2. parcialmente implementado, o subitem 9.2.2 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.3.3. em cumprimento o subitem 9.1.2 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.3.4. não implementado os subitens 1.6.4 e 1.6.5 do Acórdão 978/2020-TCU-Plenário;

1.7.4. para o Ministério Público Federal, considerar:

1.7.4.1. parcialmente implementado o subitem 9.2.1 do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário;

1.7.5. para a Câmara dos Deputados, considerar:

1.7.5.1. em cumprimento o subitem 1.6.6 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário

1.7.5.2. em implementação os subitens 1.6.3 e 1.6.5 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.6. para o Senado Federal, considerar:

1.7.6.1. em cumprimento o subitem 1.6.6 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário

1.7.6.2. parcialmente implementado o subitem 1.6.5 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.6.3. em implementação o subitem 1.6.3 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.7. para o Tribunal de Contas da União, considerar:

1.7.7.1. em cumprimento o subitem 1.6.6 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.7.2. em implementação o subitem 1.6.3 do Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.8. encaminhar ao Supremo Tribunal Federal, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, cópia dos espelhos de avaliação realizada pela equipe de fiscalização (peças 227, 228 e 229, respectivamente), utilizados para fundamentar o Acórdão 798/2020-TCU-Plenário;

1.7.9. encaminhar cópia da instrução de peça 232 destes autos ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público Federal, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União; e

1.7.10. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1908/2021 - TCU - Plenário

Considerando que a análise dos aspectos Ambiental, Social e Governança (ASG) nos investimentos são estimulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e por entidades profissionais de investimentos, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro (Anbima), de modo a conscientizar os investidores a incorporarem em suas decisões de investimentos análises de aspectos ambientais de suas empresas investidas;

Considerando que há nos regulamentos de Fundos de Pensão da Previc e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) a previsão normativa para que sejam incorporadas a análise dos aspectos ambientais de empresas investidas e, por isso, não se verificou omissão pelos órgãos normativos em relação à questão ambiental;

Considerando que a proposta de se restringir os investimentos realizados pelas EFPC em empresas que não emitem $CO^2$ carece de critérios constitucionais ou legais que a fundamentem, bem como adentra na esfera de competência e de discricionariedade do gestor;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encaminhar cópia da instrução contida à peça 11, bem como dos estudos indicados nas peças 9 e 10 deste processo, ao Conselho Nacional de Previdência Complementar e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar e arquivar os autos, de acordo com o parecer emitido pela Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (peça 11).

1. Processo TC-014.030/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Previdência

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1909/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento após as comunicações processuais devidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.008/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1910/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de Representação quanto a irregularidades em renegociação de dívidas decorrentes de operações de crédito realizadas em favor da empresa Frutas do Nordeste do Brasil S/A (Frutan), pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Considerando que em qualquer fase do processo, o Tribunal pode autorizar o pagamento parcelado da importância devida em até trinta e seis parcelas, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial.

Considerando os pareceres uníssonos da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, por unanimidade, em:

nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU e do art. 26 da Lei 8.443/1992, conhecer dos pedidos de parcelamento apresentados pelos responsáveis Nicola Moreira Miccione (746.011.483-91), José Andrade Costa (231.476.283-53), e Roberto Smith (270.320.438-87) e deferir o pedido para pagamento das multas individuais em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com incidência sobre cada parcela dos correspondentes acréscimos legais;

nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU e do art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar o parcelamento das multas em até 36 (parcelas) aos seguintes responsáveis apenados em multa pelo Acórdão 308/2021-TCU-Plenário: Srs. Victor Samuel Cavalcante da Ponte (375.091.107-00); Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (139.379.364-91); Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães (000.141.923-49); Pedro Rafael Lapa (075.167.544-04); Francisco das Chagas Sousa Lopes (095.983.913-53); José Agostinho e Carvalho Neto (117.046.673-72); Darlan Cunha Lima (231.536.953-34); e Jorge Luís Branco Aguiar (CPF 459.400.613-20);

alertar os responsáveis de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, § 1º, do Regimento Interno/TCU, bem assim, da necessidade do encaminhamento ao TCU dos comprovantes de recolhimento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020).

encaminhar os autos à Consultoria Jurídica do TCU para que se pronuncie sobre a decisão judicial proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (peça 734), a qual defere ao Sr. Nicola Moreira Miccione "a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito no valor de R$34.961,45 (trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos), constituído pelo TCU no âmbito da Tomada de Contas nº 022.112/2007-0".

1. Processo TC-022.112/2007-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 030.496/2007-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Agenor Paulino Trindade (287.968.978-30); Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (139.379.364-91); Betty Grandszuldzycer (023.653.197-26); Cassandra de Pádua Paz (287.743.293-91); Cláudio Vasconcelos Frota (141.028.033-00); Darlan Cunha Lima (231.536.953-34); Edilson Silva Ferreira (204.277.863-04); Firmino Pereira de Sousa Filho (189.415.408-87); Francisco Antônio Rodrigues Pereira (272.818.413-53); Francisco Roberto Brasil de Souza (061.074.273-68); Francisco das Chagas Sousa Lopes (095.983.913-53); Frutan Frutas do Nordeste do Brasil S/a (23.508.336/0001-65); Isaias Matos Dantas (061.872.185-15); Jorge Luis Branco Aguiar (459.400.613-20); Jose Agostinho de Carvalho Neto (117.046.673-72); Jose Valter Bento de Freitas (121.539.313-04); José Alberto Coelho Paz (264.734.107-91); José Andrade Costa (231.476.283-53); José Macedo Barbosa (210.607.543-04); João Francisco Freitas Peixoto (090.955.433-15); Luiz Alberto Cruz de Oliveira (059.775.095-53); Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimaraes (000.141.923-49);

Maria das Gracas de Britto Lobao Melo (403.288.647-49); Marileide Madeira Pinheiro de Araújo Martins (112.108.693-49); Natalino Rabinovitch (014.232.317-91); Naum Roberto Ryfer (020.695.127-20); Nicola Moreira Miccione (746.011.483-91); Nina Ester Palatnik Ryfer (193.214.147-20); Pedro Lopes de Oliveira Filho (142.191.584-72); Pedro Rafael Lapa (075.167.544-04); Raimundo Francisco Lobao Melo (290.136.407-10); Raimundo Nonato Gonçalves Júnior (228.812.203-04); Ricardo Augusto de Lima Braga (210.117.103-15); Roberto Smith (270.320.438-87); Victor Samuel Cavalcante da Ponte (375.091.107-00); Zeila Sabry Azar (078.043.503-68)

1.3. Interessados: Agenor Paulino Trindade (287.968.978-30); Cassandra de Pádua Paz (287.743.293-91); Frutan - Frutas do Nordeste do Brasil Sa (23.508.336/0001-65); José Alberto Coelho Paz (264.734.107-91); Marileide Madeira Pinheiro de Araújo Martins (112.108.693-49); Paulo Roberto Medeiros Braun (033.771.483-53)

1.4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.8. Representação legal: Daniel Lopes Rego (3.450/OAB-PI) e outros, representando Edilson Silva Ferreira, José Andrade Costa, Nicola Moreira Miccione e Roberto Smith; Edson Castelo Branco Dominici Junior (8563/OAB-MA), representando Jose Agostinho de Carvalho Neto; Adriano Martins de Holanda (5794/OAB-PI) e outros, representando Francisco das Chagas Sousa Lopes; Lais de Moura Bezerra Cavalcanti (17.286/OAB-PE), representando Augusto Bezerra Cavalcanti Neto; Haroldo Maia Junior e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Rogerio Neves Baptista (7.196/OAB-PE) e outros, representando Pedro Rafael Lapa.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1911/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no Credenciamento 7/2021, pelo menor preço global, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com vistas à contratação de empresa para instalação, configuração e customização de uma plataforma AVA/Moodle;

Considerando a inexistência de risco, materialidade e relevância que justifiquem a atuação desta Casa, conforme disposto no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 143, incisos III e V, 235, art. 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação para, após exame sumário, considerar não atendidos os requisitos de risco, relevância e materialidade que ensejam a atuação deste Tribunal; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução (peça 16) ao representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-025.734/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1912/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades na Tomada de Preços 1/2021, promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA), com vistas à contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade;

Considerando que o representante alega, em síntese, que o edital de licitação não contém as informações suficientes para elaboração de uma campanha, em desconformidade com a Lei 12.232/2010, e que não haveria dotação orçamentária para o certame em 2021, em desacordo com o conforme disposto no artigo 7°, §2°, inciso III, da Lei 8.666/1993;

Considerando que, no caso concreto, não se verifica existência de elementos nos autos que indiquem prejuízo ao erário, inexequibilidade de proposta, favorecimento de licitante ou outra irregularidade apta a ensejar prejuízo ao erário;

Considerando que não restou caracterizado o pressuposto da plausibilidade do direito invocado para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 9, que concluiu pela improcedência das alegações da representante;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 c/c o art. 237, inciso VII, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de cautelar formulado pela representante; encaminhar cópia deste acordão e da instrução (peça 9) ao CRC-BA e ao representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-025.735/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Contabilidade da Bahia

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1913/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts.143, inc. V, letra "a" e 169, inc. V, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação contida no item 1.7 do Acórdão 972/2016-Plenário e apensar os presentes autos ao processo originário TC-018.209/2015-7.

1. Processo TC-020.430/2020-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc)

1.5. Representação legal: não há

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 1914/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 238, 250, I, 143, V, 'a', e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em dar ciência e arquivar estes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.323/2020-5 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Unidades: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Eletrobrás Termonuclear S/A; Eletrosul Centrais Elétricas S/A; Furnas Centrais Elétricas S/A

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle)

1.5. Representação legal: Leonardo Andrade Simon e outros, representando Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 1915/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inc. V, letra "a", 235 e 237 do Regimento Interno, em:

conhecer desta representação, considerando-a improcedente;

indeferir o pedido de ingresso nos autos da representante e do seu patrono;

encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica que a fundamenta ao representante e ao Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo; Departamento Regional do Sesi no Estado do Espírito Santo; Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo; e

arquivar o presente processo.

1. Processo TC-025.829/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo; Departamento Regional do Sesi no Estado do Espírito Santo; Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

1.2. Representante: Link Card Administradora de Benefícios - Eireli (CNPJ 12.039.966/001-11)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Representação legal: Felipe Fagundes de Souza (OAB/SP 380.278)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 1916/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão 1410/2021 - TCU - Plenário.

Considerando que por meio do referido decisum o Tribunal fixou, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 251 do Regimento Interno/TCU, o prazo de 15 (quinze) dias para que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Rio Grande do Norte - Senac/AR-RN adotasse as medidas necessárias à anulação da Concorrência Pública 8/2020, do tipo técnica e preço, lançada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte (Senac-AR/RN) com o objetivo de contratar empresa para prestação de serviços de consultoria técnica e educacional na Plataforma Microsoft 365, para atendimento das necessidades e objetivos dos Departamentos Regionais do Núcleo Nordeste do Senac, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, bem como no Espírito Santo, informando, ao final do referido prazo, as providências adotadas, em face de irregularidades identificadas no referido certame;

Considerando que a entidade encaminhou a este Tribunal comprovação da anulação da referida concorrência, atendendo ao comando da deliberação;

Considerando que em face dessa comprovação a Selog, em instrução de peça 10 e pronunciamento de peça 11, se manifesta no sentido de considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.2 do Acórdão 1410/2021-TCU-Plenário, dando ciência do acórdão que vier a ser proferido à referida entidade, encerrando-se o processo com seu apensamento definitivo ao originador, e sem prejuízo de que, atendidos os critérios de relevância e interesse, venha a unidade, futuramente, analisar edital de certame licitatório que eventualmente seja publicado para contratação de objeto semelhante,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) considerar atendidas as medidas indicadas no subitem 9.2 do Acórdão 1410/2021-TCU-Plenário;

b) dar ciência deste acórdão à Administração Regional do Senac no Estado do Rio Grande do Norte (Senac-AR/RN);

c) autorizar o encerramento deste processo e seu apensamento em definitivo ao processo originador (TC 000.055/2021-2), com fundamento no art. 169, incisos I a III, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a Selog, atendidos os critérios de relevância e interesse, venha, futuramente, a analisar edital de certame licitatório que eventualmente seja publicado pela Administração Regional do Senac no Estado do Rio Grande do Norte (Senac-AR/RN) para contratação de objeto semelhante ao analisado.

1. Processo TC-021.926/2021-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1917/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, e 243, todos do Regimento Interno, de acordo com as proposições da SecexEducação (peças 62 e 63), em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 455/2020-TCU-Plenário, dando-se por encerrado o monitoramento do referido acórdão, sem prejuízo, caso no futuro entenda-se necessário, que este TCU avalie a conveniência e oportunidade de verificar a efetividade da implementação das providências adotadas;

b) arquivar este processo.

1. Processo TC-028.126/2017-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 007.407/2016-5 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Marcelo Reis Magalhães (CPF 018.505.117-05), Secretário Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; Paulo Wanderley Teixeira (CPF 173.895.777-20), Presidente do COB.

1.3. Órgão/Entidade: Comitê Olímpico Brasileiro (COB); Secretaria Especial do Esporte (Seesp/MC).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: Sibylla Naoum Menezes (67325/OAB-DF) e outros, representando Comitê Olímpico Brasileiro; Henrique de Morais Rochel (375.481/OAB-SP) e outros, representando Associação Brasileira de Esgrimistas.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. informar à Secretaria Especial do Esporte (Seesp) e ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) sobre a prolação deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 1918/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela empresa Propaga Multivendas e Serviços Integrados Ltda., com pedido de medida cautelar, alegando a inexequibilidade da proposta apresentada pela empresa M. L. Santos Oliveira Lanches, declarada vencedora do Pregão Eletrônico 13/2021, promovido pelo Depósito Central de Munição - Exército Brasileiro, com vistas à cessão de uso de espaço destinado a atividades de apoio de cantina, com valor mensal de aluguel estimado em R$ 1.287,48.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis;

Considerando que a Selog entendeu que não há materialidade que indique a ação do TCU, vez que o valor do contrato decorrente, tomando o prazo máximo de 60 meses de vigência, é de R$ 77.248,80;

Considerando que a Selog apontou que não se vislumbra a existência de riscos relevantes para o erário, já que que a contratação não envolve a realização de despesas e que eventuais questões relacionadas aos valores constantes da proposta vencedora deverão ser tratadas no âmbito da fiscalização da execução contratual;

Considerando que a Selog entendeu não haver relevância no trato da matéria, visto não haver indícios de irregularidades que tenham comprometido a execução de políticas públicas ou que tratem de situação inédita que enseje agregação de valor decorrente da eventual construção de jurisprudência sobre a tese discutida;

Considerando que a Selog entendeu que a representação não atende aos requisitos previstos no exame sumário disposto no art. 106 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) considerar prejudicada a continuidade do exame da representação por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto;

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, inciso I, c/c art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020.

1. Processo TC-025.816/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Depósito Central de Munição - Exército Brasileiro

1.2. Representante: Propaga Multivendas e Serviços Integrados Ltda. (CNPJ 23.929.719/0001-07)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. comunicar os fatos objeto desta representação ao Depósito Central de Munição - Exército Brasileiro para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx, encaminhando-lhes cópia da representação (peça 01), da instrução (peças 16 e 17) e deste acórdão;

1.7.2. informar ao representante a respeito da prolação deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 1919/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução/TCU 259/2014, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação ao denunciante e ao Hospital Central do Exército, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-022.084/2021-5 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército HCE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1920/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar o processo, com fundamento no inciso V do art. 169 do RI/TCU, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 73), ao denunciante para conhecimento.

1. Processo TC-045.730/2020-2 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Contabilidade.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1921/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.639/2014-2.

1.1. Apensos: 009.843/2019-1; 009.841/2019-9; 009.836/2019-5; 009.839/2019-4; 009.845/2019-4; 009.844/2019-8; 009.842/2019-5; 009.840/2019-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá; Laercio Nunes Mendes (508.009.812-00)

3.2. Responsáveis: Douglas Moraes da Costa (304.130.362-00); Elpídio Dias de Carvalho (092.607.572-15); Mecon Comercio e Servicos Ltda (14.536.957/0001-61); Odanete das Neves Duarte Biondi (163.600.602-72); Pedro Paulo Dias de Carvalho (092.608.112-87); Rosália Maria Gomes de Freitas (252.395.542-34)

3.3. Recorrentes: Elpídio Dias de Carvalho (092.607.572-15); Odanete das Neves Duarte Biondi (163.600.602-72); Pedro Paulo Dias de Carvalho (092.608.112-87).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Lindoval Queiroz Alcantara (507/OAB-AP).

8.2. Huan Carlos Santos Silva (1187-E/OAB-AP).

8.3. Pedro Rodrigues Gonçalves Leite (3442/OAB-AP).

8.4. Michela Almeida de Farias (21.099/OAB-DF).

8.5. Douglas Luzzatto (1.771/OAB-AP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de revisão interpostos por Elpídio Dias de Carvalho, Odanete das Neves Duarte Biondi e Pedro Paulo Dias de Carvalho, contra o Acórdão 7.755/2015-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto por Pedro Paulo Dias de Carvalho, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. conhecer dos recursos de revisão interpostos por Elpídio Dias de Carvalho e Odanete das Neves Duarte Biondi, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.3. tornar insubsistentes os itens 9.3.5, 9.3.6, 9.4.3 e 9.4.4 do Acórdão 7.755/2015 - TCU - 1ª Câmara;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os art. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas de Elpídio Dias de Carvalho (CPF 092.607.572-15), e de Odanete das Neves Duarte Biondi (CPF 163.600.602-72), condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

9.3.1. responsável: Sr. Elpídio Dias de Carvalho (092.607.572-15):

| Valor original (R$) | Data da ocorrência |
|---|---|
| 7.749,71 | 26/5/2010 |
| 35.999,53 | 5/7/2010 |
| 20.000,00 | 6/7/2010 |
| 19.640,36 | 8/7/2010 |
| 635,11 | 21/7/2010 |
| 1.952,94 | 5/8/2010 |
| 50.660,00 | 20/10/2010 |

9.3.2. responsável: Sra. Odanete das Neves Duarte Biondi (163.600.602-72):

| Valor original (R$) | Data da ocorrência |
|---|---|
| 24.937,70 | 10/12/2010 |
| 286.000,00 | 23/12/2010 |
| 4.580,00 | 24/12/2010 |
| 6.151,00 | 27/12/2010 |
| 8.772,00 | 30/12/2010 |

9.4. nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar aos responsáveis, individualmente, as multas a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Sr. Elpídio Dias de Carvalho (092.607.572-15): R$ 19.000,00

9.4.2. Sra. Odanete das Neves Duarte Biondi (163.600.602-72): R$ 45.000,00

9.5. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;

9.6. dar ciência e remeter cópia do presente acórdão aos recorrentes, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1921-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1922/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.157/2018-3.

1.1. Apenso: 029.352/2019-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Delcio Jose Sato (110.529.178-28)

3.2. Recorrente: Delcio Jose Sato (110.529.178-28).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Silvio Moreira Salata (46.845/OAB-SP) e outros, representando Delcio Jose Sato.

8.2. Jailton Zanon da Silveira (44279/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, em virtude da inexecução parcial dos objetivos pactuados por meio do Termo de Compromisso 792792/2013-SP, no qual se aprecia recurso de revisão interposto por Délcio José Sato em face do Acórdão 11.749/2018-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de revisão interposto por Délcio José Sato para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1 a 9.3 do Acórdão 11.749/2018-TCU-2ª Câmara;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Délcio José Sato, dando-lhe quitação;

9.4. encaminhar cópia do presente Acordão ao recorrente, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, à Câmara Municipal de Ubatuba-SP e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, informando-lhes que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos>.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1922-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1923/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.340/2012-3.

1.1. Apensos: 014.553/2016-3; 014.552/2016-7; 022.292/2019-5; 022.291/2019-9; 022.289/2019-4

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Leonam Von Grap Marinho Filho (057.543.482-15).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Renan Azevedo Santos (18988/OAB-PA) e outros, representando Leonam Von Grap Marinho Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina recurso de revisão interposto por Leonam Von-Grap Marinho Filho contra o Acórdão 7.489/2015-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Vital do Rêgo, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o ao ressarcimento de valores ao Erário, em solidariedade com as empresas S.R. Construções e Maz Construções Eireli, e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com base no art. 35 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do RI/TCU, em:

9.1 conhecer do recurso de revisão interposto por Leonam Von-Grap Marinho Filho para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados no processo.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1923-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1924/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.694/2017-8.

1.1. Apensos: 004.930/2019-3; 029.888/2017-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Governo do Estado do Rio de Janeiro (42.498.600/0001-71).

3.2. Responsáveis: Alberto Machado Soares (169.284.156-49); Angela Maria Constantino Barberio (713.116.887-49); Antonio Feris Filho (036.296.357-68); Antonio Florencio de Queiroz Junior (504.456.507-53); Antonio Henrique de Albuquerque Filho (360.948.207-97); Antonio Lopes Caetano Lourenco (030.422.607-63); Armando Bloch da Cunha Valle (028.454.077-34); Carla Christina Fernandes Pinheiro (008.970.047-36); Esther Gomes Gonçalves (199.175.037-49); Etevaldo Bastos (073.106.927-72 * falecido); Flavio Luis Vieira Souza (034.223.967-80); Gil Roberto da Silva e Castro (280.278.927-91); Gilberto Neder Amendoeira (182.394.717-49 * falecido); Jorge Luiz das Neves Morais (003.196.457-54); Jorge Marão Filho (099.326.077-20); Jose Essiomar Gomes da Silva (889.241.817-34); José Macena da Silva (173.759.757-87); João Batista Porto Cursino de Moura (239.017.137-00); Julio Cezar Rezende de Freitas (271.069.427-15); Leoncio Lameira de Oliveira (713.894.747-04); Luiz Edmundo Quintanilha de Barros (331.351.857-53); Luiz Edmundo Vargas de Aguiar (431.113.007-49); Luiz Gastão Bittencourt da Silva (671.636.967-87); Manoel Martins Meireles (265.607.637-49); Marcelo José Salles de Almeida (738.146.287-72); Marlene Neder Amendoeira (039.320.607-68); Miguel Nelson Lasalvia (004.915.277-72); Napoleão Pereira Velloso (539.808.757-68); Natan Schiper (023.111.437-00); Nicolas Georges Farah Neto (842.684.847-87); Nilton Pereira (046.374.297-49); Orlando Santos Diniz (793.078.767-20); Paulo Guilherme Barroso Romano (330.219.887-68); Pedro de Araujo Braz (056.558.547-91); Rafael Barreto Almada (054.411.957-62); Roberto Ferreira da Silva (273.429.567-91); Robson Campos Leite (033.907.847-21); Robson Terra Silva (950.322.907-34).

4. Entidades: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Serviço Social do Comércio no estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

8. Representação legal:

8.1. Rafael Thomaz Favetti (OAB/DF 15.435) e outros, representando Robson Campos Leite.

8.2. Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3625) e outros, representando Luiz Gastão Bittencourt da Silva, Administração Regional do Senac no estado do Rio de Janeiro e Administração Regional do Sesc no estado do Rio de Janeiro;

8.3. Marcos Jose Santos Meira (OAB/RJ 219.088), representando Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, Alberto Machado Soares, Antonio Feris Filho, Armando Bloch da Cunha Valle, Flavio Luis Vieira Souza, Julio Cezar Rezende de Freitas, Luiz Edmundo Quintanilha de Barros, Marlene Neder Amendoeira, Miguel Nelson Lasalvia, Natan Schiper, Nicolas Georges Farah Neto, Rafael Barreto Almada, Robson Terra Silva, Esther Gomes Gonçalves, Paulo Guilherme Barroso Romano, Angela Maria Constantino Barberio, Napoleão Pereira Velloso, Leoncio Lameira de Oliveira, Jorge Luiz das Neves Morais, João Batista Porto Cursino de Moura, José Macena da Silva, Manoel Martins Meireles, Nilton Pereira, Gilberto Neder Amendoeira e Pedro de Araujo Braz;

8.4. Paulo Roberto Camilo de Freitas (OAB/RJ 179.264) e outros, representando Marcelo José Salles de Almeida.

8.5. Clehilton da Silva Franca Neto (OAB/PE 31.093), representando Leoncio Lameira de Oliveira, João Batista Porto Cursino de Moura, Roberto Ferreira da Silva, Manoel Martins Meireles e Gilberto Neder Amendoeira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas nas administrações regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/ARRJ) e do Serviço Social do Comércio (Sesc/ARRJ) no estado do Rio de Janeiro, relacionadas aos convênios denominados Projeto Segurança Presente (convênio 2/2015) e Projeto Centro Presente (convênio 1/2016).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por:

9.1.1. Orlando Santos Diniz, Marcelo José Salles de Almeida, Flávio Luís Vieira Souza e Luiz Edmundo Quintanilha de Barros, membros dos Conselhos Regionais do Sesc/RJ e do Senac/RJ à época dos fatos;

9.1.2. Alberto Machado Soares, Ângela Maria Constantino Barberio, Antônio Féris Filho, Antônio Lopes Caetano Lourenço, Armando Bloch da Cunha Valle, Esther Gomes Gonçalves, José Essiomar Gomes da Silva, Marlene Neder Amendoeira, Napoleão Pereira Velloso, Natan Schiper, Paulo Guilherme Barroso Romano, Robson Terra Silva e Robson Campos Leite, membros do Conselho Regional do Sesc/RJ à época dos fatos;

9.1.3. Antônio Florêncio de Queiroz Junior, Antônio Henrique de Albuquerque Filho, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Etevaldo Bastos, João Batista Porto Cursino de Moura, Jorge Luiz das Neves Morais, Jorge Marão Filho, José Macena da Silva, Júlio Cezar Rezende de Freitas, Leôncio Lameira de Oliveira, Manoel Martins Meireles, Miguel Nelson Lasalvia, Nilton Pereira, Pedro de Araújo Braz; Rafael Barreto Almada e Roberto Ferreira da Silva, membros do Conselho Regional do Senac/RJ à época dos fatos;

9.2. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, aos responsáveis a seguir arrolados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno desta Corte), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser prolatado até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.2.1. no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) aos responsáveis relacionados no item 9.1.1;

9.2.2. no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) aos responsáveis relacionados no item 9.1.2, com exceção de Robson Campos Leite, cuja multa é no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

9.2.3. no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) aos responsáveis relacionados no item 9.1.3, com exceção de Etevaldo Bastos, falecido;

9.3. excluir da relação processual Gil Roberto da Silva e Castro, Luiz Edmundo Vargas de Aguiar e Nicolas Georges Farah Neto;

9.4. considerar prejudicada a apreciação da responsabilidade de Gilberto Neder Amendoeira, em razão do seu falecimento;

9.5. considerar cumprida a determinação constante no item 1.8.5.1, considerar configurada perda de objeto quanto ao monitoramento dos itens 1.8.5.2 e 1.8.5.3 e encerrar o ciclo de monitoramento do acórdão 12620/2018-TCU-1ª Câmara;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida;

9.7. autorizar desde logo, se requerido pelos responsáveis, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-os que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do RI/TCU;

9.8. dar ciência desta deliberação ao Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio, ao Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, ao Conselho Regional e à Administração Regional do Serviço Social do Comércio no estado do Rio de Janeiro, ao Conselho Regional e à Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio no estado do Rio de Janeiro, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Município do Rio de Janeiro;

9.9. nos termos do art. 8º da Resolução TCU 315/2020, fazer constar, na ata da sessão em que estes autos forem apreciados, comunicação do relator para adoção de providências internas por parte da Secretaria-Geral de Controle Externo.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1924-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1925/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.279/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia; Petróleo Brasileiro S.A..

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal:

8.1. Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional, integrada com aspectos de conformidade, com o objetivo de verificar se a estratégia da Petrobras para o setor de gás natural está em consonância com as novas diretrizes governamentais de promoção da concorrência;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Petrobras de que a celebração de contratos de acesso aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL, sem a observância de todos os requisitos, a configurar a cessão não discriminatória de terceiros, bem como a ampla divulgação de todos os documentos, viola o previsto no art. 28, da Lei 14.134/2021, o que, a despeito de sanções a serem aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo ou outros órgãos, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pode ensejar a aplicação da multa, prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, pelo TCU, aos gestores responsáveis.

9.2. recomendar à Petrobras, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315, de 2020, que:

9.2.1. em observância ao art. 28, § 1º da Lei 14.134/2021, defina procedimento estruturado para concessão não discriminatória de capacidade de escoamento de gás natural, envolvendo as condições de acesso à infraestrutura, a publicidade das ações, a elaboração de manual de boas práticas para acesso à capacidade de escoamento, bem como a divulgação de procedimento, cujos possíveis interessados possam seguir, para solicitar ou iniciar a negociação para tal acesso, contendo, no mínimo, as seguintes informações: i) critérios de acesso à capacidade de escoamento, ii) restrições para cada sistema de escoamento e, finalmente, iv) quaisquer informações técnico-comerciais necessárias para negociação de acesso à capacidade de escoamento;

9.2.2. crie seção específica, em seu sítio da internet, dedicada a divulgar as ações por ela empreendidas, no âmbito da abertura do mercado de gás natural, bem como sobre as alienações previstas em sua Sistemática de Desinvestimentos, com vistas ao atendimento de diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e, em especial, quanto ao atendimento às cláusulas acordadas no TCC junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), sinalizando prazos e ações previstas, atualizando seu conteúdo, no mínimo, trimestralmente;

9.2.3. continue avançando nos estudos, para disponibilizar produtos de flexibilidade, durante o período de transição para o mercado de gás natural aberto, antes da manifestação definitiva da ANP sobre a remuneração devida pelo serviço constante no inciso III, art. 3º da Resolução CNPE 16/2019, e submeta esses estudos para avaliação da Agência, com periodicidade acordada entre as duas instituições;

9.3. recomendar à Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315, de 2020, que:

9.3.1. elabore normas regulando o direito de uso dos proprietários das infraestruturas essenciais, definindo o volume e prazo de preferência para o exercício deste direito;

9.3.2. preveja, em sua agenda regulatória, ações para regular e normatizar a oferta de serviços de flexibilidade e balanceamento de rede, com vistas a permitir a efetiva implementação do previsto no art. 3º da Resolução CNPE 16/2019;

9.4. encaminhar o presente acórdão, bem como o voto e o relatório (incluindo seus apêndices) que o fundamentam, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Economia, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, à Empresa de Pesquisa Energética e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, mediante a extensão da guarda de confidencialidade, com fundamento no art. 17 da Resolução TCU 294/2018, no disposto no art. 22 da Lei 12.527/2011, no art. 4º, §3º, da Resolução 249/2012 do TCU, nos arts. 2º, inciso X, e 14 da Portaria 210/2014 do TCU e nos arts. 2º, inciso IX, e 6º da Portaria 329/2014 do TCU

9.5. tornar pública a instrução à peça 86, à exceção dos parágrafos 201 a 229, 233 a 235, 259, 262 a 264, 283, 294, 298 a 300, 302, 304, 307 a 318, figuras 9, 10, 12 e todos os apêndices, fazendo incidir sobre as peças e papéis de trabalho deste processo a classificação proposta no aplicativo "Classificação de peças do e-TCU com restrição de acesso", de modo que a concessão de vistas e cópias destes autos seja feita de acordo com as restrições ou permissões ali constantes;

9.6. autorizar a abertura de processo apartado, para que o interlocutor da gerência de demandas de órgãos de controle, Ricardo Luiz Mendes, e o gerente geral de gás energia, João Marcello Rangel Barreto, responsáveis pela aprovação das informações sobre o tema gás natural, encaminhadas à equipe de auditoria, na fase de execução do presente trabalho, apresentem razões de justificativa para a sonegação de relevantes documento e informações.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1925-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1926/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.664/2021-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal:

8.1. Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), relacionadas a atos do Conselho de Administração (CA) da Companhia que levaram, em reunião realizada no dia 24/3/2021, à aprovação da assinatura do contrato de compra e venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e de seus ativos logísticos associados, no Estado da Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em reunião de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 considerar o pedido de cautelar prejudicado;

9.3 baixar, o sigilo dessa instrução, garantindo o anonimato do denunciante;

9.4 apensar, definitivamente, nos termos do art. 40, inciso III, da Resolução - TCU 259/2014, os presentes autos ao TC 024.763/2020-9;

9.5 encaminhar os autos à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), para que a unidade, nos termos dos arts. 6º e 14, incisos I a IV, da Resolução-TCU 294/2018, proceda, no módulo de Classificação de Restrição de Acesso do sistema e-TCU, à necessária classificação das peças sigilosas que juntou aos autos; e

9.6 dar ciência deste acórdão ao denunciante e à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1926-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1927/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.842/2013-3.

1.1. Apensos: 006.486/2017-7; 007.337/2010-8; 008.363/2016-1; 018.778/2013-5; 007.872/2015-1; 002.116/2018-9; 007.975/2017-1; 027.599/2015-9; 004.303/2017-2; 025.385/2015-1; 007.944/2017-9; 013.770/2016-0; 021.844/2016-0; 009.191/2014-3; 025.968/2016-5; 024.901/2017-2; 006.664/2019-9; 028.734/2016-5

2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Chec Dredging CO Ltda. (11.134.816/0001-24); DTA Engenharia Ltda (02.385.674/0001-87); EIT Empresa Industrial Tecnica S/A (08.402.620/0001-69); Equipav S/A Pavimentacao Engenharia e Comercio (46.083.754/0001-53); Fabrizio Pierdomenico (070.228.188-35); Jorge Luiz Zuma e Maia (487.281.107-06); José Carlos Martins da Lomba (275.440.877-00); José Cupertino de Oliveira Sampaio (204.559.257-04); José Di Bella Filho (032.949.368-00); Leopoldo Spinola Bittencourt (125.930.797-20); Odmir Andrade Aguiar (839.316.357-91); Taissa Meira Coelho Aragao Medeiros (084.826.277-83)

3.2. Recorrentes: Chec Dredging CO Ltda. (11.134.816/0001-24); DTA Engenharia Ltda. (02.385.674/0001-87); Equipav Sa Pavimentação Engenharia e Comércio (46.083.754/0001-53); EIT Empresa Industrial Técnica S/A (08.402.620/0001-69).

4. Órgão: Secretaria de Portos (extinta).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

8. Representação legal: Kleber Luiz Zanchim ( 248.750/OAB-SP); Bárbara Veltri Filgueiras Teixeira (402.503/OAB-SP); Emanoel Lima da Silva Filho (265.117/OAB-SP); Thais Strozzi Coutinho Carvalho (19.573/OAB-DF); Izabel Meira Coelho Lemgruber Porto (50180/OAB-RJ); Taisa Magalhaes Freitas Ferreira (27950/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos por DTA Engenharia Ltda., Equipav S/A Pavimentação Engenharia e Comércio, Chec Dredgin e CO Ltda., EIT - Empresa Industrial Técnica S/A e Consórcio Draga Brasil (peça 238) ao Acórdão 1481/2021-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão aos embargantes.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1927-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1928/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.162/2019-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

4. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com o objetivo de avaliar, por meio da análise da minuta do edital RDC Presencial 01/2019-BM e seus anexos, a adequação da modelagem built to suit (BTS) à execução do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos - RJ (NCPFI), localizado em Santa Cruz, zona oeste do município do Rio de Janeiro/RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Fiocruz/Bio-Manguinhos que:

9.1.1. exija da empresa contratada em face do RDC Presencial 1/2021-BM a apresentação de planilha orçamentária dos investimentos para a construção do NCPFI segundo o nível de detalhamento exigido pelo art. 17, inciso III, da Lei 12.462/2011 c/c o art. 40, § 2º, do Decreto 7.581/2011;

9.1.2. antes do início da execução das despesas relativas ao pagamento do aluguel do contrato que decorrerá do RDC Presencial 01/2021-BM, verifique o atendimento ao Teto de Gastos da EC 95/2016;

9.2. recomendar à Casa Civil que, em face de sua atribuição de coordenação e integração das ações governamentais, avalie a conveniência e oportunidade de regulamentar as garantias a serem ofertadas pelo Poder Público em contratações built to suit de que trata o art. 47-A da Lei 12.462/2011, a fim de reduzir os fatores de riscos envolvidos nesses ajustes, permitir propostas mais vantajosas e viabilizar o uso desse modelo de contratação no âmbito de administração pública;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Economia a fim de que analise, para casos futuros, o enquadramento de contratações do tipo BTS com reversão, do contrato de gestão para ocupação de imóveis públicos (Lei 14.011/2020), do contrato de eficiência (Lei 14.133/2021) e do contrato de fornecimento e prestação de serviço associado (Lei 14.133/2021) como uma operação de crédito, verificando as condições que devem ser atendidas para a sua celebração;

9.4. determinar à SeinfraUrbana que examine a adequação do orçamento estimativo do RDC Presencial 1/2021-BM e da planilha dos investimentos a ser apresentado pela vencedora da licitação, no próximo ciclo do Fiscobras;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), à Fundação Oswaldo Cruz, ao Ministério da Economia e à Fundação Getúlio Vargas.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1928-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1929/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.955/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades relacionadas ao processo seletivo divulgado por meio do Edital 1/2021, da Agência de Promoção de Exportações Investimentos - Apex-Brasil, publicado no DOU de 19/2/2021,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1929-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1930/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.069/2018-1.

1.1. Apenso: 043.302/2018-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Angraporto Offshore Logística Ltda. (05.751.192/0001-91); Carlos Heleno Netto Barbosa (234.696.176-00); Carlos Roberto Velasco (283.558.736-53); Mauro Luiz Soares Zamprogno (809.770.497-87).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal:

8.1 Fábio Luiz Pinto Lemos (OAB/RJ 137.519), André Hermanny Tostes (48365/OAB-RJ) e outros, representando Carlos Heleno Netto Barbosa.

8.2. Rodrigo Mattos Vieira de Almeida (57.465/OAB-RJ), representando Mauro Luiz Soares Zamprogno.

8.3. Rodrigo Guimaraes Simas (167.789/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

8.4. Carlos Leonardo de Oliveira Velasco (121.221/OAB-MG), representando Carlos Roberto Velasco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 1.800/2018-Plenário com o objetivo de apurar débito residual no Contrato 2050.0007001.04.2, que foi assinado em 30/8/2004 entre a Petrobras e a empresa Angraporto Offshore Logística Ltda., visando a prestação de serviços de fornecimento de cais e apoio logístico para a plataforma P-X,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a empresa Angraporto Offshore Logística Ltda, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas dos Srs. Carlos Heleno Netto Barbosa (234.696.176-00) e Carlos Roberto Velasco (283.558.736-53);

9.3. excluir a empresa Angraporto Offshore Logística Ltda. (05.751.192/0001-91) e o Sr. Mauro Luiz Soares Zamprogno (809.770.497-87) do rol de responsáveis deste processo.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1930-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1931/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.888/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil; Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 1º bimestre de 2021;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 3º, inciso IV, alínea 'a' da Resolução TCU 142/2001, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao disposto no art. 140, § 3º, da Lei 14.116/2020 (LDO 2021), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 1º bimestre de 2021:

9.1.1. resultado primário do Governo Central acumulado até fevereiro de 2021, com superavit de R$ 22,4 bilhões e deficit das empresas estatais federais de R$ 1 bilhão, afigurando-se compatíveis com as metas fiscais do exercício de 2021, de deficit primário de R$ 247,1 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de deficit primário de R$ 3,9 bilhões para o Programa de Dispêndios Globais, estipuladas, respectivamente, pelos arts. 2º e 3º da LDO 2021;

9.1.2. projeção do resultado primário de 2021 das empresas estatais federais, com base no demonstrativo da Necessidade de Financiamento Líquido, de deficit expressivo das seguintes empresas: Empresa Gerencial de Projetos Navais (R$ 1.304 milhões), Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (R$ 470,7 milhões), Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (R$ 346,2 milhões), Casa da Moeda do Brasil (R$ 259,7 milhões), Serviço Federal de Processamento de Dados (R$ 122,7 milhões), Companhia Docas do Estado de São Paulo (R$ 65,8 milhões) e Empresa Gestora de Ativos (R$ 59,5 milhões);

9.2. informar ao Ministério da Cidadania, ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 41, § 2°, da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. é possível a utilização de saldos orçamentários derivados da substituição temporária do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória 1.039/2021, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 109/2021, observadas as deliberações contidas nos itens 9.1 do Acórdão 2.026/2020-TCU-Plenário, 9.3 do Acórdão 2.710/2020-TCU-Plenário e 9.2 do Acórdão 1.532/2021-TCU-Plenário, com especial atenção à necessidade de que o eventual emprego/remanejamento de dotações que estavam originalmente previstas na Lei Orçamentária Anual de 2021 para o Programa Bolsa Família e que vierem a ser direcionadas, neste exercício, para o custeio de despesas no próprio programa, seja devidamente justificado quanto ao seu impacto direto no enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia;

9.2.2. a admissão, no exercício financeiro de 2020, da utilização de saldos orçamentários derivados da substituição temporária do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Emergencial no custeio de despesas com o pagamento de abono salarial e seguro-desempregom, foi, conforme expressamente consignado no item 9.2 do Acórdão 2.710/2020-TCU-Plenário, excepcional e somente se estende a este exercício financeiro se demonstrado aumento extraordinário e imprevisto da despesa com os referidos benefícios em decorrência dos efeitos da persistência do quadro de pandemia;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Economia, ao Ministério da Cidadania, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-lhes que o inteiro teor da deliberação poderá ser consultado no Portal do TCU (<www.tcu.gov.br/acordaos>);

9.4. anexar esta deliberação ao TC 016.873/2020-3;

9.5. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1931-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1932/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.607/2019-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal em face de supostas irregularidades na percepção acumulada de parcela incorporada de função com nova gratificação pelo exercício de função comissionada por empregados da Codevasf;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, por atender aos requisitos de admissibilidade nos termos do inciso VI e parágrafo único do art. 237, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU, e do art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, com fulcro no art. 250 do RITCU, julgá-la procedente;

9.2. determinar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução-TCU 315/2020 que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da ciência desta decisão:

9.2.1 adote providências para tornar nula e atribuir efeitos ex tunc às incorporações de "gratificação de função de confiança-valor garantido", concedidas com base no enunciado da Súmula 372-TST e nas Resoluções Codevasf 186 de 06/3/2008 e 475, de 06/7/2016, excluindo essa vantagem do contracheque de todos os empregados da companhia;

9.2.2. proceda à verificação do pagamento cumulativo de parcela incorporada e de percentual de função de confiança, promovendo a correção dos pagamentos no Siape, abstendo-se de pagar aos seus empregados com função incorporada qualquer percentual pelo exercício atual de função de confiança, por ausência de amparo legal;

9.2.3. garanta o exercício do contraditório e da ampla defesa aos empregados eventualmente atingidos pelos itens 9.2.1. e 9.2.2., previamente à implementação das medidas que lhes afetem diretamente;

9.2.4. comunique o inteiro teor desta deliberação aos empregados/interessados afetados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.5. torne nula e atribua efeitos ex tunc aos dispositivos das Resoluções n° 186 de 06/03/2008 e n° 475, de 06/07/2016, que serviram de base para os pagamentos ora considerados irregulares e que afrontam ao estabelecido no § 2º, c/c o inciso III do artigo 1.º do Decreto n.º 3.735/2001 e na alínea 'b' do inciso II do art. 1º da Resolução CCE n. 9, de 08/10/1996;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos empregados da Codevasf, nos termos do enunciado da Súmula TCU nº 249/2007, até a ciência da presente decisão pela entidade gestora;

9.4. recomendar à Sefip que avalie a conveniência e oportunidade de incluir no planejamento de fiscalizações, se ainda não o fez, a verificação da legalidade da concessão dessas vantagens aos empregados das empresas estatais federais, bem como para aferir o cumprimento às exigências previstas no Decreto 3.735/2001, no que concerne à concessão de benefícios e vantagens aos empregados e à autorização prévia por parte dos órgãos responsáveis, além da existência de prévia dotação orçamentária e da observância ao disposto na Resolução 9/1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST);

9.5. informar à Codevasf da presente deliberação, destacando que o Relatório e o Voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico <www.tcu.gov.br/acordaos>.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1932-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1933/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.392/2021-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de estes autos de Denúncia sobre possíveis irregularidades em concessão de auxílio referente ao uso de aparelhos, linhas e planos de telefonia móvel para atendimento de demandas de interesse da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, conhecer da presente Denúncia para, no mérito, considerá-la procedente, deixando de adotar medidas adicionais com vistas a evitar que o custo de fiscalização supere o valor a ser ressarcido;

9.2. alertar o Diretor-Presidente da Valec de que:

9.2.1. a concessão do auxílio previsto na Resolução 1/2021, durante a calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, é vedada pelo art. 8º, inciso VI, da Lei Complementar 173, de 27/5/2020, nos termos mencionados no art. 65 da Lei Complementar 101, de 4/5/2000, e que a referida vedação se estende até 31/12/2021;

9.2.2. a eventual consumação de atos irregulares pode sujeitar os agentes responsáveis às sanções legais previstas na Lei 8.443/92;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, recomendar à Valec que:

9.3.1. adote medidas a fim de evitar a consumação das irregularidades apontadas na presente Denúncia;

9.3.2. implemente mecanismos de controle sobre o benefício previsto pela Resolução 1/2021;

9.4. com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, determinar à Valec que informe ao TCU, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas para o cumprimento do item 9.3 retro;

9.5. deferir o pedido de cópia do presente processo, formulado pela empresa Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, excetuando-se o documento de peça 1;

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:

9.6.1. a Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A;

9.6.2. o órgão de Controle Interno da Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A;

9.6.3. o denunciante;

9.7. arquivar o presente processo, observado o disposto no parágrafo único do art. 235, e art. 250, I, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 105, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1933-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1934/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC-021.902/2021-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Unidade: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia/GO (DRF/GOI)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Representação legal: Kelly Carioca Tondinelli (57471/OAB-PR) e outros, representando Nevada Serviços Terceirizados - Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, referente a ocorrências no Pregão Eletrônico 1/2021, promovido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia/GO (DRF/GOI), tendo por objeto a contratação de serviços continuados de limpeza e conservação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1 referendar a medida cautelar concedida em 6/8/2021, por meio da decisão monocrática à peça 22;

9.2 dar ciência do presente acórdão à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia/GO.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1934-30/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1935/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.114/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgãos/Entidades: Conselho Nacional de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Denúncia sobre possíveis irregularidades ocorridas no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, relacionadas a atos de improbidade, comissivos e omissivos, que haveriam sido praticados pelo Poder Diretivo do TRT - 10ª Região, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente Denúncia por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no arts. 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para o denunciante, para o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO e para a Secretaria de Auditoria e Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO;

9.3. com fundamento no parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1935-30/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1936/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.784/2019-6.
1.1. Apenso: 007.840/2019-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria integrada nas obras de prevenção a desastres decorrentes de chuvas, no município do Rio de Janeiro/RJ, custeadas com recursos federais repassados entre 2009 e 2019;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno/TCU,

9.1. promover a oitiva do município do Rio de Janeiro, signatário dos Termos de Compromisso 0402323-04/2012; 0402324-18/2012; 0402325-23/2012; e 0402326-37/2012, do programa PAC2 Contenção de Encostas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das ocorrências abaixo, que configuram achados de auditoria do Relatório Fiscalis 270/2019:

9.1.1. baixa execução física dos empreendimentos do PAC2 Contenção de Encostas no município do Rio de Janeiro, conforme quadro que segue (ref. novembro/2019), em prejuízo à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), notadamente em razão das seguintes constatações (Achado III.1):

| Termo de Compromisso (TC) | Percentual global de execução física e situação das obras do PAC2 Contenção de Encostas no município do Rio de Janeiro (nov/2019) |
|---|---|
| 0402.323-04/2012 (Siafi 678854) | 22,14 % (atrasada) |
| 0402.324-18/2012 (Siafi 678855) | 0,3 % (paralisada) |
| 0402.325-23/2012 (Siafi 678856) | 17,34 % (paralisada) |
| 0402.326-37/2012 (Siafi 678857) | 0,3 % (paralisada) |

9.1.1.1. não realização das ações de remoção de moradias e de reassentamento de famílias das áreas de influência das intervenções, que além de haver colaborado para a baixa execução dos empreendimentos, alterou as configurações dos objetos pactuados e representou desrespeito às premissas e compromissos estabelecidos por ocasião da celebração dos instrumentos, aos respectivos Planos de Trabalho, e ao art.5º, inciso XI da Lei 12.608/2012, que instituiu a PNPDEC;

9.1.1.2. redução de metas dos termos de compromisso, tendo em vista a exclusão das seguintes comunidades do programa, o que frustrou a expectativa e os direitos dos beneficiários da política pública: Pantanal e Bispo (745 famílias) do grupamento Rio Comprido 2; Vila Santa Alexandrina e Bananal (190 famílias) do grupamento Rio Comprido 3; Arrelia (680 famílias) do grupamento Andaraí, todas da Zona Central e Tijuca; Espirito Santo (210 famílias) do grupamento Praça Seca; Ademais, há potencial redução das metas das comunidades de Morro da Fé, Morro da Paz e Morro do Sereno (total de 570 famílias) do grupamento Penha 1 (conforme ata de reunião técnica da Gigov/RJ-MDR);

9.1.2. fragilidade da governança e ausência de boas práticas de gestão dos referidos termos de compromisso por parte da Fundação GeoRio, conforme destacado nos itens 88 e 89 do Relatório Fiscalis 270/2019 (Achado III.2):

9.1.3. impropriedades e irregularidades quanto às licitações e contratos das obras (Achado III.5), notadamente em razão dos seguintes aspectos:

9.1.3.1. não realização de análise comparativa prévia para evidenciar as vantagens e desvantagens dos regimes de licitação possíveis de serem praticados; e, a ausência de motivação para a adoção da empreitada por preços unitários (EPU) para todas as obras contraria a legislação aplicável, em especial o art. 50, inciso I, §1º, da Lei 9.784/1999, e a jurisprudência do TCU (Acórdão 1.977/2013-TCU-Plenário, Min. Relator Valmir Campelo) que orienta no sentido de que a escolha do regime de execução da obra não eì decisão de livre arbítrio do gestor. Ademais, essas omissões podem contribuir para contratações não vantajosas para a Administração Pública;

9.1.3.2. aditivos contratuais (efetivados ou em curso em novembro/2019) em desacordo com a jurisprudência do TCU - contratos GeoRio 028/2014, 035/2014, 033/2014 e 036/2014 -, especialmente quanto ao cálculo indevido dos limites previstos no art. 65, §1º da Lei 8.666/1993, onde se verificam compensações não individualizadas de supressões e acréscimos de serviços. Há também casos de alterações consensuais qualitativas que ultrapassam esses limites, porém que desrespeitam os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e não satisfazem cumulativamente os demais pressupostos da Decisão 215/1999-TCU-Plenário; e

9.1.3.3 atrasos na contratação das obras devido à ausência de celeridade na análise e aprovação prévia dos editais de licitação das obras (concorrências públicas) submetidos ao Tribunal de Contas dos Municípios do Rio de Janeiro (TCM/RJ), em cumprimento à obrigação contida no art. 218, inciso II, item 2.a do Regimento Interno daquela Corte, de modo que a situação colaborou para a ineficiência administrativa, em afronta ao art.37, caput, da Constituição Federal, e para o não atingimento das metas e cronogramas pactuados para as avenças.

9.2. promover a oitiva da Caixa Econômica Federal (Gigov/RJ), mandatária da União no âmbito dos Termos de Compromisso 0402323-04 (Siafi 678854); 0402324-18 (Siafi 678855); 0402325-23 (Siafi 678856); e 0402326-37 (Siafi 678857), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das ocorrências abaixo, que configuram achados de auditoria do Relatório Fiscalis 270/2019:

9.2.1. baixa execução física dos empreendimentos do PAC2 Contenção de Encostas no município do Rio de Janeiro, em prejuízo à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), em função das possíveis causas a seguir elencadas (Achado III.1):

9.2.1.1. a não realização, pelo compromissário, das ações de remoção de moradias e de reassentamento de famílias das áreas de influência das intervenções, além de haver colaborado para baixa execução dos empreendimentos, alterou as configurações dos objetos pactuados e representou desrespeito às premissas e compromissos estabelecidos por ocasião da celebração dos instrumentos; aos respectivos Planos de Trabalho; e ao art.5º, inciso XI da Lei 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);

9.2.1.2. em relação à intervenção intitulada "linha delimitadora de área de risco", não aceita pela mandatária para compor os QCI dos empreendimentos (de acordo com o item 11.3 do Manual para Apresentação de Propostas do Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres do então Ministério das Cidades), observou-se que se trata de ação potencialmente eficaz, segundo a expertise da Fundação GeoRio, para evitar a ocupação desregrada das áreas de alto risco nas comunidades selecionadas. Ademais, a negativa de aceite de intervenções dessa natureza contribui para o agravamento do problema assinalado, indicando falta de zelo para com os empreendimentos;

9.2.2. incerteza e imprevisibilidade para a conclusão dos empreendimentos, notadamente em razão das seguintes constatações (Achado III.3):

9.2.2.1. falta de efetividade da Caixa e do MDR na condução da aplicação tempestiva dos recursos federais disponibilizados e na gestão de risco das contratações, considerando as sucessivas prorrogações de prazos sem o correspondente atingimento das metas pactuadas, contrariando os seguintes dispositivos legais: art. 3º, inciso VI, da Lei 11.578/2011; art. 4º, inciso III da Lei 12.608/2012; e art. 37, caput, da Carta Magna;

9.2.2.2. a atuação da Caixa (individualmente e/ou em conjunto com o MDR) não está contribuindo para evitar as sucessivas prorrogações dos prazos das avenças sem a correspondente execução do objeto pelo município, colocando em risco o sucesso da política pública em questão, situação que passou a representar, a partir de 2018, afronta à cláusula 12.4 do Contrato de Prestação de Serviços n. 07/2018 (firmado entre a Caixa e a União, mediante o M.Cidades, para gestão operacional de contratos de repasse de programas geridos pela União com recursos do OGU);

9.2.2.3. desrespeito ao item 15.3 do MICE/PAC, que estabelece o prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura das contratações, admitida prorrogação por no máximo igual período, para a realização do primeiro desembolso de recursos;

9.2.2.4. fragilidade nas análises técnicas dos pedidos de prorrogação dos prazos das avenças e das respectivas cláusulas suspensivas, apresentados pelo município, em desrespeito ao item 15.1 do manual MICE/PAC;

9.2.3. falta de celeridade de análise das reprogramações de obras em decorrência da grande quantidade de normativos, o que aumenta a exposição ao risco das comunidades que dependem da conclusão das obras de contenção de encostas, conforme item 130 do Relatório de Auditoria Fiscalis 270/2019 (Achado III.4):

9.2.3.1. aumento da quantidade de normativos a que a Caixa está submetida na operacionalização das transferências, gerando atraso nas homologações de SPA e emissões de AIO e consequentes retardamentos e paralizações no início ou no andamento da execução de obras de contenção de encostas no município do Rio de Janeiro, o que não condiz com as diretrizes constantes do art. 4º, incisos II, IV e VIII do Decreto 9.203/2017; nem com os princípios da eficiência; formalismo moderado; racionalidade administrativa; celeridade processual; e razoabilidade, a serem observados no âmbito da Administração Pública, consoante jurisprudência do TCU;

9.3. promover a oitiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), na qualidade de repassador dos recursos dos Termos de Compromisso 0402323-04/2012; 0402324-18/2012; 0402325-23/2012; e 0402326-37/2012, do programa PAC2 Contenção de Encostas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das ocorrências abaixo, que configuram achados de auditoria do Relatório Fiscalis 270/2019:

9.3.1. baixa execução física dos empreendimentos do PAC2 Contenção de Encostas no município do Rio de Janeiro, em prejuízo à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), em função das possíveis causas a seguir elencadas (Achado III.1):

9.3.1.1. a não realização, pelo compromissário, das ações de remoção de moradias e de reassentamento de famílias das áreas de influência das intervenções, além de haver colaborado para baixa execução dos empreendimentos, alterou as configurações dos objetos pactuados e representou desrespeito às premissas e compromissos estabelecidos por ocasião da celebração dos instrumentos; aos respectivos Planos de Trabalho; e ao art.5º, inciso XI da Lei 12.608/2012, que instituiu a PNPDEC;

9.3.1.2. a redução de metas dos termos de compromisso, tendo em vista a exclusão das seguintes comunidades do programa, frustrou a expectativa e direitos dos beneficiários da política pública: Pantanal e Bispo (745 famílias) do grupamento Rio Comprido 2; Vila Santa Alexandrina e Bananal (190 famílias) do grupamento Rio Comprido 3; Arrelia (680 famílias) do grupamento Andaraí, todas da Zona Central e Tijuca. Ademais, há potencial redução das metas das comunidades de Morro da Fé, Morro da Paz e Morro do Sereno (total de 570 famílias) do grupamento Penha 1 (conforme sugerido pelo próprio Ministério); e

9.3.1.3. os atrasos na homologação das seguintes SPAs de reprogramação (posição em março/2020) indicam ineficiência administrativa do gestor federal, em afronta ao art. 37, caput, da Carta Magna:

- TC 0402.323-04 (Zona Central e Tijuca): Rio Comprido 01 (G13), aguardando desde dezembro/2018; Mangueira (G18), aguardando desde agosto/2019;
- TC 0402.324-18 (Zona Norte): Vila Isabel (G15), aguardando desde agosto/2019; e
- TC 0402.326-37 (Zona Oeste): Praça Seca (G7), aguardando desde março/2019;

9.3.2. incerteza e imprevisibilidade para a conclusão dos empreendimentos, em função das possíveis causas a seguir apresentadas (Achado III.3):

9.3.2.1. falta de efetividade da Caixa e do MDR na condução da aplicação tempestiva dos recursos federais disponibilizados e na gestão de risco das contratações, considerando as sucessivas prorrogações de prazos sem o correspondente atingimento das metas pactuadas; contrariando os seguintes dispositivos legais: art. 3º, inciso VI, da Lei 11.578/2011; art. 4º, inciso III da Lei 12.608/2012; e art. 37, caput, da Carta Magna;

9.3.2.2. a atuação do MDR (individualmente e/ou em conjunto com a Caixa Econômica Federal - mandatária) não está contribuindo para evitar as sucessivas prorrogações dos prazos das avenças sem a correspondente execução do objeto pelo município, o que configura omissão no poder-dever de agir do gestor federal para preservar os interesses da União em relação aos objetivos da política pública em questão;

9.3.3 falta de celeridade de análise das reprogramações de obras em decorrência da grande quantidade de normativos, o que aumenta o risco de exposição das comunidades que dependem da conclusão das obras de contenção de encostas - Achado III.4:

9.3.3.1. aumento da quantidade de normativos a que a Caixa está submetida na operacionalização das transferências, gerando atraso nas homologações de SPA e emissões de AIO e consequentes retardamentos e paralizações no início ou no andamento da execução de obras de contenção de encostas no município do Rio de Janeiro, o que não condiz com as diretrizes constantes do art. 4º, incisos II, IV e VIII do Decreto 9.203/2017; nem com os princípios da eficiência; formalismo moderado; racionalidade administrativa; celeridade processual; e razoabilidade, a serem observados no âmbito da Administração Pública, consoante jurisprudência do TCU;

9.4. com fundamento no art. 14, § 2º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, promover a oitiva da Caixa Econômica Federal, mandatária da União no âmbito dos termos de compromisso 0402323-04 (Siafi 678854); 0402324-18 (Siafi 678855); 0402325-23 (Siafi 678856); e 0402326-37 (Siafi 678857); do Município do Rio de Janeiro, signatário dos referidos termos de compromisso; e do Ministério do Desenvolvimento Regional, na qualidade de repassador dos recursos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem acerca da possível determinação a ser exarada por esta Corte com vistas a estabelecer prazo de 120 dias, a contar da data da notificação do Acórdão que apreciar as oitivas acima propostas, para adoção de providencias concretas com vistas a concluir os objetos dos referidos ajustes, incluindo a finalização de projetos, readequações em curso, homologações e autorizações de início de obra (AIO) ainda pendentes, dentre outras, ou, alternativamente, o encerramento das transferências legais, mediante não prorrogação das mesmas e análise da prestação de contas dos recursos já aplicados; notadamente quanto às consequências práticas da implementação dessas medidas e eventuais alternativas que possam ser adotadas.

9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Caixa Econômica Federal e ao Município do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1936-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1937/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.448/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Ágil Empresa de Vigilância Ltda (CNPJ 72.619.976/0001-58)

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Francisco José Soares Vianna e outros, representando Ágil Empresa de Vigilância Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Ágil Empresa de Vigilância Ltda. em virtude de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 3/2020, a cargo da Fundação Nacional do Índio - Funai, com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada e desarmada, compreendendo dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes e emprego dos equipamentos, ferramentas, materiais e EPIs necessários à execução dos serviços nas dependências da Sede da Fundação Nacional do Índio e no Centro de Formação em Política Indigenista, localizados em Brasília/DF;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação pois satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a Representação parcialmente procedente;

9.3. indeferir o pedido de medida cautelar;

9.4. comunicar a prolação deste Acórdão à Fundação Nacional do Índio e à representante, informando-lhes que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser consultados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, VI, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1937-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1939/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.518/2021-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: PJ Refeições Coletivas Ltda. (01.611.866/0001-00).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Natal/RN.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Antonino Pio Cavalcanti de Albuquerque Sobrinho (5285/OAB-RN), representando Sol Empreendimentos Comerciais de Alimentos e Serviços Ltda.

8.2. Paulo Sergio da Trindade e outros, representando P J Refeições Coletivas Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, com pedido de adoção de medida cautelar, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 24.019/2020, conduzido pela Secretaria Municipal de Administração de Natal-RN, com vistas à contratação de fornecimento de refeições e lanches em unidades da rede municipal de saúde do ente municipal, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo, em:

9.1. com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer a representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar aplicada mediante despacho contido na peça 31 destes autos, referendada pelo Acórdão 907/2021-TCU-Plenário, tendo em vista a perda do seu objeto;

9.3. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência à Secretaria Municipal de Administração de Natal/RN sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 24.019/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.3.1. estabelecimento de intervalo mínimo entre lances de R$ 1,00 para cada item, na sessão pública do certame, que se mostrou excessivo em relação aos valores individuais dos itens e representou descumprimento do item 7.7 do edital, que previa que o intervalo de lances seria de R$ 0,01, em desacordo com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º e no art. 41 da Lei 8.666/1993, além de ter causado o efeito potencial prejuízo à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

9.3.2. contratação da empresa Sol Empreendimentos Comerciais de Alimentos e Serviços Ltda., em cadastro de reserva, por preços unitários distintos dos registrados na ata de registro de preços, em desacordo com o previsto no art. 12, inciso II, do Decreto Municipal de Natal/RN 11.005/2016, e em contrariedade à jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 2.830/2016-TCU- Plenário), que exige a contratação de remanescente pelos mesmos preços unitários do licitante vencedor, e não apenas pelo mesmo valor global;

9.3.3. ausência de verificação das condições de habilitação da empresa Sol Empreendimentos Comerciais de Alimentos e Serviços Ltda. no momento de sua convocação para a contratação do remanescente, em desacordo com o art. 12, §3º, Decreto Municipal de Natal/RN 11.005/2016, com o item 16.6 do edital, e com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

9.4. dar ciência deste acórdão à Secretaria Municipal de Administração de Natal/RN, à representante e à empresa Sol Empreendimentos Comerciais de Alimentos e Serviços Ltda.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1939-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1940/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.274/2020-5.

1.1. Apenso: 026.935/2020-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Município de Ribeirão Preto/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Deputado Federal Ricardo Silva, por meio da qual busca esclarecimentos sobre a aplicação de recursos de origem federal, transferidos ao Município de Ribeirão Preto/SP, para enfrentamento da crise de ordem sanitária causada pelo novo coronavírus,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. informar ao Deputado Federal Ricardo Silva acerca da inexistência de óbice jurídico à destinação, pelo Município de Ribeirão Preto/SP, dos recursos de origem federal repassados a título de apoio financeiro de que trata a Medida Provisória 938/2020 (convertida na Lei 14.041/2020) e do auxílio financeiro previsto na alínea "b" do inciso II do art. 5º da Lei Complementar 173/2020, para o custeio de despesas previdenciárias do regime próprio de previdência dos servidores públicos, a cargo da unidade gestora única de responsabilidade do Poder Executivo municipal, desde que observado o regramento do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c art. 8º da Lei Complementar 173/2020;

9.3. com fundamento no art. 43 da Resolução-TCU 259/2014, constituir processo apartado de representação para que, em seu âmbito e após o trânsito em julgado do TC 024.304/2020-4 e a consolidação do entendimento firmado no Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário, sejam reavaliadas as análises constantes do tópico 3.3 e do item 115.ii da proposta de encaminhamento da instrução de peça 29;

9.4. encaminhar, para conhecimento, cópia deste acórdão à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão e a 5ª Câmara de Combate à Corrupção da Procuradoria-Geral da República, tendo em vista a relação dos temas tratados na instrução processual com o objeto do Inquérito Civil Público 1.26.000.001112/2020-78 conduzido pela Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, que resultou na Recomendação-MPF 14/2020 encaminhada pelo Procurador-Geral da República ao Ministro da Economia;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao Município de Ribeirão Preto/SP, ao Ministério da Economia e à Secretaria do Tesouro Nacional.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1940-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1941/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.167/2017-0.

1.1. Apenso: 040.251/2018-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60); Consórcio Queiroz Galvão - Iesa - Galvão (12.493.046/0001-79); Dario de Queiroz Galvão Filho (190.175.453-72); Erton Medeiros Fonseca (065.579.318-65); Galvão Participações S.A. (11.284.210/0001-75); Galvão Engenharia S.A. (01.340.937/0001-79); Guilherme Rosetti Mendes (637.915.287-34); Iesa Óleo&Gás S.A. (07.248.576/0001-11); Ildefonso Colares Filho (016.554.933-53); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Othon Zanoide de Moraes Filho (010.975.198-13); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Queiroz Galvão S.A. (02.538.798/0001-55); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Valdir Lima Carreiro (017.353.909-25).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e Danielle Gama Bessa Bites (OAB/RJ 115.408).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial constituída em atendimento ao Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, para apurar potencial prejuízo ocorrido no âmbito do Contrato 0858.0060702.10.2, celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e o Consórcio Queiroz Galvão-Galvão-Iesa (Consórcio QGGI), para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à Unidade de

Hidrotratamento de Destilados Médios - UHDT (U-2500), incluindo a Unidade de Hidrotratamento de Querosene (U-2600) e Subestações Elétricas Unitárias (SE-2500 e SE-2600), todas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. realizar, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, a citação solidária dos seguintes responsáveis, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa para a irregularidade referente ao superfaturamento decorrente da diferença de desconto mediante atuação do cartel fraudando a licitação da unidade UHDT-Comperj, conforme estudo econométrico resultante do Acórdão 3.089/2015-TCU-Plenário, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 216.036,887,36 (valor atualizado com juros até 11/12/2020, conforme demonstrativo à peça 97 dos autos, referente aos pagamentos efetuados com o sobrepreço detectado de R$ 129.902.408,03 (data base: 10/6/2010), a ser atualizada até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), na condição de Diretor de Abastecimento da Petrobras, por: (i) aprovar a contratação das obras da UHDT-Comperj com sobrepreço, conforme Ata DE 4.824, de 12/8/2010; e (ii) por praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento das licitações, com restrição a competitividade, a divulgação de informações sigilosas da Petrobras, e a prática de preços excessivos, o que propiciou a ocorrência de formalização do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj) com sobrepreço e consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.2. Sr. Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), condição de Diretor de Serviços da Petrobras, por (i) aprovar a contratação das obras da UHDT-Comperj com sobrepreço, conforme Ata DE 4.824, de 12/8/2010; e (ii) por praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento das licitações, com restrição a competitividade, a divulgação de informações sigilosas da Petrobras, e a prática de preços excessivos, o que propiciou a ocorrência de formalização do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj) com sobrepreço e consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.3. Sr. Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15), na condição de Gerente Executivo de Engenharia da Petrobras, por: (i) ser signatário do DIP ENGENHARIA 508/2010, que propôs para a contratação do Consórcio QGGI (Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa) para execução das obras da UHDT-Comperj com preços excessivos; e (ii) por praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento das licitações, com restrição a competitividade, a divulgação de informações sigilosas da Petrobras, e a prática de preços excessivos, o que propiciou a ocorrência de formalização do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj) com sobrepreço e consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.4. Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), na condição de Presidente da Petrobras, por: (i) aprovar a contratação das obras da UHDT-Comperj com sobrepreço, conforme Ata DE 4.824, de 12/8/2010; e (ii) por descumprir os deveres dos administradores das sociedades anônimas, previsto no art. 158 da Lei 6.404/1976, sendo conivente ou negligenciando a apuração de atos irregulares praticados por outros administradores ou, se deles tendo conhecimento, deixando de agir para impedir a sua prática; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404/1976; pela supervisão e controle deficientes dos atos praticados por seus subordinados; por obstruir os trabalhos de fiscalização do TCU; por falhar no seu dever de investigar, pois não adotou as providências exigidas de um administrador ao tomar conhecimento dos indícios de irregularidade apontados pela auditoria do TCU no empreendimento, o que resultou a ocorrência de formalização do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj) com sobrepreço e consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.5. Consórcio Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa (CNPJ 12.493.046/0001-79), na condição de signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por se beneficiar de atos de corrupção e de conluio que resultou no superfaturamento detectado no referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.6. Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60), na condição de integrante do Consórcio QGGI (Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa), signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por praticar atos de corrupção e conluio, por intermédio de seus representantes, assim como beneficiar-se do superfaturamento resultante do referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.7. Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79), na condição de integrante do Consórcio QGGI (Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa), signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por praticar atos de corrupção e conluio, por intermédio de seus representantes, assim como beneficiar-se do superfaturamento resultante do referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.8. Iesa Óleo e Gás S.A. (CNPJ 07.248.576/0001-11), na condição de integrante do Consórcio QGGI (Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa), signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por praticar atos de corrupção e conluio, por intermédio de seus representantes, assim como beneficiar-se do superfaturamento resultante do referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.9. Galvão Participações S.A (CNPJ 11.284.210/0001-75), na condição de controladora da empresa Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79), integrante do Consórcio QGGI (Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa), responsável pela execução do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por agir com abuso da personalidade jurídica por intermédio dos seus presidentes, diretores e/ou empresas, de forma a contribuírem diretamente para a prática do conluio e de corrupção ativa, que resultou no superfaturamento detectado no referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.10. Espólio do Sr. Ildefonso Colares Filho (CPF 016.554.933-53), na condição de Presidente da Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60) e signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com sobrepreço, em particular o Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.11. Sr. Othon Zanoide de Moraes Filho (CPF 010.975.198-13), na condição de Diretor da Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60), por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com sobrepreço, em particular o Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.12. Sr. Dario de Queiroz Galvão Filho (CPF 190.175.453-72), na condição de Presidente da holding Galvão Participações S.A (CNPJ 11.284.210/0001-75), por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com sobrepreço, em particular o Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Engevix, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.13. Sr. Erton Medeiros Fonseca (CPF 065.579.318-65), na condição de Diretor da Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79) e signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com sobrepreço, em particular o Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Engevix, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.14. Sr. Guilherme Rosetti Mendes (CPF 637.915.287-34), na condição de Diretor da Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79) e signatário do Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com sobrepreço, em particular o Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Engevix, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.15. Sr. Valdir Lima Carreiro (CPF 017.353.909-25), na condição de Presidente da Iesa Óleo e Gás S.A. (CNPJ 07.248.576/0001-11), por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com sobrepreço, em particular o Contrato 0858.0060702.10.2 (UHDT-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Engevix, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos arts. 37 da Constituição Federal, 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

Valor Original do Débito:

R$ 129.902.408,03 (data base: 10/6/2010).

Valor Total do Débito Atualizado (Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei 6.822/1980. De acordo com a Decisão 1.122/2000-TCU-Plenário e o Acórdão 1.603/2011-TCU-Plenário com alterações do Acórdão 1.247/2012-Plenário):

R$ 216.036.887,36 - Entre 27/5/2013 (data prevista originalmente para conclusão do contrato) até a data 11/12/2020 (peça 97).

9.2. autorizar a realização de fiscalização de conformidade, com fundamento no inciso I do art. 249 do RI/TCU, na Petrobras com vistas a examinar a legalidade e economicidade dos termos aditivos do Contrato 0858.0060702.10.2, firmados entre a Petrobras e o Consórcio QGGI (Queiroz Galvão-Galvão Engenharia-Iesa) para a execução das obras da UHDT-Comperj, em virtude dos indícios de acréscimos de prazo e custos durante a execução contratual envolvendo indícios de pagamento de propina a agente públicos e privados, incluindo a possibilidade de se analisar os preços contratados com base nas notas fiscais que porventura o TCU tenha acesso;

9.3. autorizar o acesso dos responsáveis a todas as peças processuais, incluindo as que tenham sido classificadas como sigilosas apenas pelo próprio TCU, ficando os responsáveis obrigados a resguardar a confidencialidade das informações, nos termos do art. 25, § 2º, da Lei 12.527/2011; e

9.4. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1941-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1942/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.581/2021-6.
2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação.
3. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

3.1. Interessada: ARN Engenharia Eireli (11.477.070/0001-51).

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Acopiara/CE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SeinfraUrbana.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em que foi proferida medida cautelar determinando a suspensão de pagamentos, com recursos federais, relacionados ao contrato para construção de adutora.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 276, § 1º, do Regimento Interno/TCU, referendar a medida cautelar adotada por meio do despacho inserido à peça 19 dos presentes autos, bem como as providências acessórias constantes do mencionado expediente;

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação à Prefeitura Municipal de Acopiara/CE, à empresa ARN Engenharia Eireli e ao representante.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1942-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1943/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.030/2021-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação formulada pelo Deputado Federal Celso Russomano, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, por meio do Requerimento 36/2021, encaminhado a esta Corte de Contas por meio do Ofício 142/2021/CDC, em que solicita que sejam prestadas informações pelo Tribunal

de Contas da União sobre a aplicação dos recursos federais transferidos às unidades da Federação para o enfrentamento da pandemia de Covid-19;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 71, incisos IV e VII, da CF/1988, c/c o art. 38, incisos I e II, da Lei 8.443/1992;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados, bem como das peças 9 e 10 deste processo;

9.3. esclarecer à Comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados, que, tão logo sejam concluídos os trabalhos no âmbito do TC 014.372/2021-5, será dado conhecimento dos resultados obtidos; e

9.4. restituir o processo à Semag para a adoção das providências a seu cargo.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1943-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1944/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.842/2007-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Civil)

3. Recorrente: Samuel Carneiro Costa (229.701.208-01)

4. Unidade: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia na Bahia

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Vitor Emanuel Lins de Moraes (15969/OAB-BA), representando Samuel Carneiro Costa

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Samuel Carneiro Costa contra o Acórdão 2.253/2018-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, considerando-o prejudicado;

9.2. tornar insubsistentes os itens 9.3, 9.3.1 e 9.3.1.1 do acórdão recorrido, com esteio no que restou decidido pelo STF no RE 636.553;

9.3. consignar, na base de dados do sistema SISAC, a anotação de registro tácito do ato de pensão civil instituído por Joaquim Gomes Costa em benefício de Samuel Carneiro Costa;

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia que apure as razões pelas quais o pensionista Samuel Carneiro Costa continua recebendo proventos a título de pensão, embora tenha completado 21 anos em 11/1/2016, informando a este Tribunal as conclusões obtidas;

95. encaminhar cópia desta decisão ao recorrente e à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1944-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1945/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.077/2015-4

1.1. Apenso: 004.162/2018-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Eduardo Goncalves Tabosa Junior (394.032.114-15)

4. Unidade: Município de Cumaru/PE

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Raphael Parente Oliveira (26.433/OAB-PE) e outros, representando Eduardo Goncalves Tabosa Junior

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de revisão interposto por Eduardo Goncalves Tabosa Junior contra o Acórdão 11.933/2016-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 35, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta decisão ao recorrente, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1945-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1946/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.361/2015-9

1.1. Apensos: 011.287/2010-1; 021.536/2017-1

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Constran S/A - Construções e Comercio (61.156.568/0001-90); Francisco Elisio Lacerda (036.082.658-05); Jorge Alberto Aun (374.154.178-87); Jose Roberto Bertoli (612.472.518-53); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20); Maria Estela Filardi (348.592.927-15); Ulisses Assad (008.266.408-00)

3.2. Recorrentes: Maria Estela Filardi (348.592.927-15); Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20); Constran S/A - Construções e Comercio (61.156.568/0001-90); Jorge Alberto Aun (374.154.178-87); Jose Roberto Bertoli (612.472.518-53)

4. Unidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal:

8.1. Silvia Regina Schmitt (38717/OAB-DF) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

8.2. Cyrlston Martins Valentino (23.287/OAB-DF) e outros, representando José Américo Cajado de Azevedo

8.3. Edgard Hermelino Leite Junior (49.331/OAB-DF), representando Jose Roberto Bertoli, Jorge Alberto Aun e Constran S/A - Construções e Comercio

8.4. Gabriel Miranda Coelho (43.502/OAB-RJ), representando Maria Estela Filardi

8.5. Leonardo Lacerda Jube (26.903/OAB-GO), representando Francisco Elisio Lacerda

8.6. Eri Rodrigues Varela (1.807/OAB-RN) e outros, representando Ulisses Assad

8.7. Elísio de Azevedo Freitas (18596/OAB-DF) e outros, representando Luiz Sérgio Nogueira

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, agora em fase de recursos de reconsideração interpostos por Constran S.A. - Construções e Comércio, Jorge Alberto Aun, José Roberto Bertoli, Luiz Carlos Oliveira Machado e Maria Estela Filardi contra o Acórdão 2.240/2018-TCU-Plenário, que apreciou tomada de contas especial autuada para apuração de superfaturamento no Contrato 58/2009, firmado pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A com a empresa Constran para execução de obras da Ferrovia Norte-Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, 23, inciso II, 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, inciso I, 208, 214, inciso II, e 281do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Constran S.A. - Construções e Comércio, Jorge Alberto Aun, José Roberto Bertoli e Luiz Carlos Oliveira Machado e negar-lhes provimento;

9.2. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Maria Estela Filardi e dar-lhe provimento para tornar insubsistente, tão somente quanto a esta recorrente, o débito e a multa que lhe foram imputados pelos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.240/2018-TCU-Plenário;

9.3. julgar regulares as contas de Maria Estela Filardi e dar-lhe quitação plena;

9.4. alterar, de ofício, as datas de ocorrências de duas parcelas, a seguir destacadas, do débito imputado no item 9.3. do Acórdão 2.240/2018-TCU-Plenário, com as disposições consolidadas no Acórdão 2.751/2018-TCU-Plenário, de forma a atribuir a seguinte composição ao conjunto da dívida:

| Data de ocorrência | Débito (R$) |
|---|---|
| 3/3/2010 | 395.008,42 |
| 15/3/2010 | 166.750,80 |
| 22/4/2010 | 479.843,17 |
| 5/5/2010 | 851.636,34 |
| 9/6/2010 | 2.690.260,66 |
| 14/7/2010 | 2.919.335,26 |
| 31/8/2010 | 6.709.918,15 |
| 6/9/2010 | 4.485.133,40 |
| 19/10/2010 | 5.441.872,88 |
| 30/12/2010 | 3.857.493,73 |
| 30/12/2010 | 1.924.618,05 |
| 30/12/2010 | 887.264,65 |
| 16/3/2011 | 1.070.574,15 |
| 31/3/2011 | 1.480.522,99 |
| 29/4/2011 | 751.435,78 |
| 25/8/2011 | 1.873.720,39 |
| 23/9/2011 | 1.397.639,67 |
| 21/12/2011 | 4.659,28 |
| 28/12/2011 | 21.612,48 |
| 28/12/2011 | 242.198,07 |
| 27/11/2012 | 17.954,58 |
| 18/2/2013 | 17.614,08 |
| 21/2/2013 | 330.549,27 |

9.5. reduzir, de ofício, as multas aplicadas no item 9.4. do Acórdão 2.240/2018-TCU-Plenário, com as disposições consolidadas no Acórdão 2.751/2018-TCU-Plenário, de forma a subsistir a aplicação das multas nos valores indicados aos responsáveis listados a seguir:

| Responsável | Valor da Multa (R$) |
|---|---|
| José Francisco das Neves | 2.300.000,00 |
| Ulisses Assad | 2.300.000,00 |
| Francisco Elisio Lacerda | 460.000,00 |
| Luiz Carlos Oliveira Machado | 460.000,00 |
| Jorge Alberto Aun | 460.000,00 |
| José Roberto Bertolli | 460.000,00 |
| Constran S.A. - Construções e Comércio | 4.600.000,00 |

9.6. encaminhar cópia deste acórdão aos recorrentes, à Advocacia-Geral da União, ao juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, ao juízo da 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, com a informação de que o relatório e voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordãos.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1946-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1947/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.512/2017-7

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Franksmar Messias Barboza (155.823.648-11); Geraldo Jose Chiogna (276.018.380-72); Marines Aparecida Gomes (108.896.578-40); Vera Lucia Ferreira Costa (144.635.358-32)

3.2. Recorrentes: Marines Aparecida Gomes (108.896.578-40); Franksmar Messias Barboza (155.823.648-11)

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal:

8.1. Elísio de Azevedo Freitas (18596/OAB-DF) e outros, representando Franksmar Messias Barboza.

8.2. Luciane de Castro Moreira (150011/OAB-SP) e outros, representando Marines Aparecida Gomes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por Marinês Aparecida Gomes Moreira e Franksmar Messias Barboza contra o Acórdão 1.073/2019-TCU-Plenário, que julgou irregulares as contas especiais dos recorrentes e os condenou ao recolhimento de débito histórico superior a R$ 67 mil em razão da concessão fraudulenta de benefícios previdenciários.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Marinês Aparecida Gomes Moreira e negar-lhe provimento;

9.2. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Franksmar Messias Barboza e dar-lhe provimento para tornar insubsistente, tão somente quanto a este recorrente, o efeito de julgamento de contas contido no subitem 9.2, a responsabilidade sobre os débitos imputados por meio do subitem 9.2.1 e a solicitação de arresto de bens do item 9.5, todos do Acórdão 1.073/2019-TCU-Plenário, excluindo-o da relação processual e mantendo-se inalterada a decisão em relação aos demais responsáveis;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação aos recorrentes e aos demais responsáveis, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1947-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1948/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.118/2018-4.

2. Grupo: II - Classe: IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de São Benedito do Rio Preto (CNPJ 06.398.150/0001-81); José Creomar de Mesquita Costa (CPF 054.568.273-87); José Maurício Carneiro Fernandes (CPF 000.858.663-26); Maria Áurea Paiva Bezerra (CPF 278.371.063-34); e Maria Beatriz de Mesquita Costa (CPF 109.010.272-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Benedito do Rio Preto/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representantes legais: Fábio Melo Maia (OAB/MA 6.736-A); James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6.679) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor de José Creomar de Mesquita Costa e José Maurício Carneiro Fernandes, ex-Prefeitos de São Benedito do Rio Preto/MA, e de Maria Áurea Paiva Bezerra e Maria Beatriz de Mesquita Costa, ex-Secretárias Municipais de Saúde, em razão de pagamento irregular de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) e do sistema de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) do Sistema Único de Saúde (SUS) com recursos repassados na modalidade fundo a fundo, para atendimento ao Programa Atenção Básica/Saúde da Família,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar José Creomar de Mesquita Costa e Maria Beatriz de Mesquita Costa revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Município de São Benedito do Rio Preto/MA;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de José Maurício Carneiro Fernandes e Maria Áurea Paiva Bezerra, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.4. julgar irregulares as contas de José Creomar de Mesquita Costa e Maria Beatriz de Mesquita Costa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

| Data de ocorrência | Valor (R$) |
|---|---|
| 07/01/2008 | 91.450,00 |
| 18/01/2008 | 21.900,00 |
| 20/02/2008 | 21.900,00 |
| 27/02/2008 | 91.000,00 |
| 31/03/2008 | 112.800,00 |
| 11/04/2008 | 47.000,00 |
| 25/04/2008 | 112.900,00 |
| 20/05/2008 | 5.900,00 |
| 27/05/2008 | 112.800,00 |
| 25/06/2008 | 112.900,00 |
| 29/07/2008 | 112.900,00 |
| 28/08/2008 | 115.300,00 |
| 25/09/2008 | 51.000,00 |
| 03/10/2008 | 64.300,00 |
| 20/10/2008 | 107.700,00 |
| 30/10/2008 | 30.000,00 |
| 26/11/2008 | 60.900,00 |
| 02/12/2008 | 73.000,00 |
| 23/12/2008 | 58.800,00 |
| 30/12/2008 | 100.600,00 |
| 02/01/2013 | 10.800,00 |
| 03/01/2013 | 167.000,00 |

9.5. aplicar a José Creomar de Mesquita Costa e a Maria Beatriz de Mesquita Costa, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, multa individual no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que o Município de São Benedito do Rio Preto/MA efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias abaixo especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

| Data de ocorrência | Valor (R$) |
|---|---|
| 18/04/2013 | 21.390,00 |
| 30/04/2013 | 6.690,00 |

9.8. informar ao representante legal do Município de São Benedito do Rio Preto/MA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;

9.9. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações que considere cabíveis; e

9.10. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1948-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1949/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.832/2021-2.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Representante: Link Card Administradora de Benefícios Eireli (12.039.966/0001-11).

4. Órgão/Entidade: Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representações legais:

8.1. Marcelo de Oliveira Lima (283.405/OAB-SP) e outros, representando Link Card Administradora de Beneficios Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação com pedido de medida cautelar, por meio da qual a Empresa Link Card Administradora de Benefícios Eireli noticiou a este Tribunal alegadas irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 9/2021, promovido pelo Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria da Selva - UASG 160002, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de gestão compartilhada de frota mediante credenciamento de rede especializada em manutenção veicular e equipamentos de engenharia (serviços mecânicos e fornecimento de peças de reposição, acessórios, implementos, ferramentas e insumos), através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet), incluindo filtros, lubrificantes, pneus, baterias, ferramentas de trabalho (work tools, implementos), ferramentas de manutenção e insumos veiculares para borracharia, lanternagem, funilaria, pintura, tornearia, solda, lavagem e limpeza, visando a atender às necessidades da frota oficial do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII, e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

9.3. indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado pela Empresa Link Card Administradora de Benefícios Eireli, de ser considerada como parte interessada nestes autos;

9.4. indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado pelo advogado Felipe Fagundes de Souza, OAB/SP 380.278, de ser considerado como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos, considerando que o pleiteante figura dentre os legitimados previstos no art. 62, caput, e parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 316/2020;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria da Selva e ao representante; e

9.6. arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, inciso I, c/c art. 169, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1949-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1950/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 003.132/2021-8.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: III - Consulta

3. Interessado: Procurador-Geral da República Augusto Aras.

4. Unidade Jurisdicionada: Comitê Olímpico Brasileiro, vinculado ao Ministério da Cidadania.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.

8. Representação legal: Ana Paula Macedo Terra (OAB/RJ 121.153), Sibylla Naoum Menezes (OAB/DF 67.325), Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB/RJ 149.272), e Wladimyr Camargo (OAB/DF 39.918).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina consulta formulada pelo Procurador-Geral da República Augusto Aras, acerca de dúvidas existentes a respeito do entendimento desta Corte de Contas, após a prolação do Acórdão 699/2019 - Plenário (rel. Min. Benjamin Zymler), sobre a dispensa do cumprimento dos artigos 18 e 18-A da Lei Pelé (Lei 9.615/1998) pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto que recebem verbas oriundas dos prognósticos da loteria, consoante disposto na Lei Agnelo-Piva (Lei 10.264/2010).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, por atender aos requisitos fixados nos termos dos arts. 264, inciso II e § 1º, e 265 do Regimento Interno/TCU;

9.2. responder ao consulente, nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. conforme o teor no Acórdão 699/2019 - Plenário (rel. Min. Benjamin Zymler) que alterou o Acórdão 2.684/2018 - Plenário (rel. Min. Benjamin Zymler), o entendimento desta Corte de Contas é no sentido de que, diante da falta de regulamentação da Lei 13.756/2018, as entidades do Sistema Nacional do Desporto elencadas no art. 22 da Lei 13.756/2018 estão dispensadas do cumprimento dos arts. 18 e 18-A da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé) para fazerem jus ao recebimento de verbas originárias dos prognósticos da loteria (Lei Agnelo-Piva), tendo em vista a revogação tácita do art. 20 do Decreto 7.984/2013 e a ausência de previsão legal ou normativa que proíba, no caso de recursos oriundos de arrecadação de loterias, a descentralização de recursos da Lei Agnelo-Piva em favor dessas entidades do Sistema Nacional do Desporto que estejam em situação irregular perante a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

9.2.2. o Acórdão 699/2019 - Plenário (rel. Min. Benjamin Zymler), proferido no TC 016.271/2017-3, encontra-se pendente de deliberação final por parte deste Tribunal, em decorrência da interposição de pedidos de reexame que têm efeito suspensivo quanto à decisão impugnada, mas tal fato não autoriza o recorrente ou qualquer terceiro a, antes do pronunciamento definitivo desta Corte de Contas sobre o mérito desses recursos, praticar novo ato ou adotar providência que, direta ou indiretamente, contrarie quaisquer dos itens da decisão recorrida;

9.3. dar ciência do teor deste acórdão ao Comitê Olímpico Brasileiro, à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania e ao consulente;

9.4. enviar cópia desta Deliberação:

9.4.1. ao Ministério da Cidadania, para que avalie a conveniência e a oportunidade de regulamentar a Lei 13.756/2018, de modo a estabelecer os requisitos para o recebimento e a gestão dos recursos oriundos de arrecadação de loterias, bem como os princípios a serem observados no uso de tais recursos e a transparência dos atos;

9.4.2. à Procuradora da República Anna Carolina Resende Maia Garcia, objetivando subsidiar as análises a serem empreendidas no Procedimento 1.16.000.001039/2019-47;

9.5. arquivar o presente processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1950-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1951/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-034.018/2019-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Social do Transporte, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) - departamentos nacionais e regionais.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento.

8. Representação legal: Larissa Moreira Costa (OAB/DF 16.745); José Roberto Borges (OAB/RJ 56.635); Abel Batista de Santana Filho (OAB/DF 59.828); Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Acompanhamento realizado pela Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento, com objetivo de definir metodologia de fiscalização contínua e identificar tipologias para coleta e aplicação de técnicas de análise de dados acerca das atividades empreendidas pelas unidades do Sistema S.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar cópia deste Acórdão, do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como do Relatório de Acompanhamento inserto à peça 80, aos Departamentos Nacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat), Administração Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc), Administração Central do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Unidade Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e

9.2. apensar estes autos ao TC-014.976/2021-8, nos termos do art. 36 da Resolução/TCU 259/2014.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1951-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1952/2021 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC 019.224/2021-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Solicitante: Comissão Externa de Queimadas em Biomas Brasileiros da Câmara dos Deputados.

4. Instituições: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Ministério da Defesa (MD); Ministério do Meio Ambiente (MMA).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação formulada pela Comissão Externa de Queimadas em Biomas Brasileiros da Câmara dos Deputados por intermédio de expediente enviado ao TCU pela Exma. Sra. Deputada Federal Professora Rosa Neide, como coordenadora da aludida comissão, comunicando a aprovação do Requerimento 2/2021 para o envio de informações "sobre as auditorias referentes às ações de monitoramento, fiscalização e combate ao desmatamento e aos incêndios florestais nos biomas brasileiros";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, nos termos do art. 71, VII, da Constituição de 1988 e do art. 38, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, com o art. 232, III, do RITCU;

9.2. promover, por intermédio da Presidência do TCU, o envio à solicitante das seguintes informações:

9.2.1. cópia do Acórdão 1.758/2021 proferido pelo Plenário do TCU no bojo do TC 038.045/2019-2, com a respectiva cópia do Relatório e do Voto, além da cópia do parecer da unidade técnica, tratando de auditoria operacional sobre as ações do governo federal para a prevenção e o combate ao desmatamento irregular na Amazônia Legal;

9.2.2. cópia do Acórdão 2.516/2011 prolatado pelo Plenário do TCU no âmbito do TC 028.459/2010-5, com a respectiva cópia do Relatório e do Voto, além da cópia do parecer da unidade técnica, cuidando de levantamento sobre a prevenção e o combate a queimadas e incêndios florestais;

9.2.3. cópia do Acórdão 1.382/2013 proferido pelo Plenário do TCU no bojo do TC 038.494/2012-4, com a respectiva cópia do Relatório e do Voto, além da cópia do parecer da unidade técnica, tratando do monitoramento sobre as deliberações do TCU;

9.2.4. cópia do Acórdão 213/2016 prolatado pelo Plenário do TCU no âmbito do TC 017.347/2015-7, com a respectiva cópia do Relatório e do Voto, além da cópia do parecer da unidade técnica, cuidando do monitoramento sobre as deliberações do TCU;

9.2.5. cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, além da cópia do parecer da unidade técnica;

9.2.6. coìpia do AcoìrdaÞo 1.383/2021 proferido pelo Plenaìrio do TCU no bojo do TC 023.646/2018-7, com a respectiva coìpia do Relatoìrio e do Voto, aleìm da coìpia do parecer da unidade teìcnica, tratando de auditoria nas unidades de conservação federais dos biomas terrestres e marinhos brasileiros;

9.3. assinalar o integral cumprimento da presente solicitação; e

9.4. promover o arquivamento do presente processo.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1952-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1953/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.953/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

4. Órgão: Base Aérea de Belém - Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 76/2021 conduzido, para o registro de preços, em prol da aquisição dos gêneros alimentícios de proteína animal em carnes de origem bovina e suína, além de aves, peixes e frutos do mar, para atender às demandas da Base Aérea de Belém sob o valor estimado de R$ 17.384.508,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

9.2. referendar a cautelar suspensiva concedida pela Decisão acostada à Peça 14, com todas as demais medidas ali proferidas, nos termos do art. 276 do RITCU; e

9.3. determinar que, com a devida urgência, a unidade técnica dê prosseguimento ao presente feito.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1953-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1954/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.373/2017-7.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Vera Lúcia da Silva Santos (CPF 749.075.498-49) e Marilene Leite da Silva (CPF 000.729.338-01).

4. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Sorocaba - SP.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de suposto erro material no Acórdão 1.622/2019 proferido pelo Plenário do TCU, ao julgar a tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Sorocaba - SP contra Vera Lúcia da Silva Santos, como então servidora do INSS, diante da fraude pela irregularidade na concessão de benefícios previdenciários e da subsequente produção de dano ao erário sob o valor histórico de R$ 50.001,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. manter inalterado o Acórdão 1.622/2019-TCU-Plenário;

9.2. promover o envio de cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, às responsáveis indicadas no item 3 deste Acórdão, para ciência;

9.3. promover o envio de cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria-Geral Federal, para ciência em resposta ao ofício acostado à Peça 69; e

9.4. promover o eventual prosseguimento do feito.

10. Ata n° 30/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1954-30/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 19 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 18 de agosto de 2021.

ANA ARRAES
Presidente

# Poder Judiciário

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
## SECRETARIA-GERAL

### PORTARIA Nº 440-CJF, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de multa moratória à empresa DALMO EUSTÁQUIO GOMES 31791190634.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 1º, do inciso XII, da Portaria n. 407 - CJF, de 05 de agosto de 2021, e conforme o que consta no Processo SEI n. 0001544-96.2021.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de MULTA MORATÓRIA , no valor de R$ 68,55 (sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), à empresa DALMO EUSTÁQUIO GOMES 31791190634, inscrita no CNPJ n. 29.797.019/0001-92, com fundamento no Item 6.1 da Cláusula Sexta do Ata de Registro de Preços CJF n. 009/2021 e no art. 86 da Lei n. 8.666/1993, em razão do atraso de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho 2021NE246, na entrega de materiais para sinalização do sistema hidráulico de combate a incêndio e pânico, Grupo 34 do Edital (Pregão Eletrônico n. 2/2021), descumprindo o estabelecido no Item 10.5 da Cláusula Décima da Ata.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUIZ FEDERAL MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

### PORTARIA GPR Nº 1.449, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, combinado com o art. 4º da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor de R$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

ANEXO I

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0033 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário | | | | | | | 13.600.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0033 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 13.600.000 |
| 02 301 | 0033 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 13.600.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 127 | 13.100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.600.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.600.000 |

ANEXO II

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO ( CANCELAMENTO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0033 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário | | | | | | | 13.600.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 061 | 0033 4234 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal | | | | | | | 13.600.000 |
| 02 061 | 0033 4234 0053 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal | | | | | | | 13.600.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 13.100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.600.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.600.000 |

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

### ATO Nº 265, DE 13 DE JULHO DE 2021

A Desembargadora Presidente do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, OUTORGA à ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO PARÁ cessão de uso, a título gratuito e precário, de área específica de 15,20 m² no prédio da Vara Trabalhista de Castanhal, localizado na Rua Presidente Vargas, 1500 - Centro - Castanhal - CEP: 68741-000 observadas as condições presentes neste Ato e no Termo de Cessão respectivo.

1 DO FUNDAMENTO

1.1 A presente CESSÃO fundamenta-se no § 3º do artigo 64 do Decreto-lei nº 9.760, de 1946, combinado com os artigos 18, II, § 3º e 20 da Lei nº 9.636, de 1998, e 12 e 13 do Decreto nº 3.725, de 2001 e Resolução nº 87/2011.

2 DO OBJETO E FINALIDADE DA CESSÃO

2.1O CEDENTE entrega à CESSIONÁRIA fração de área do prédio da Vara do Trabalho de Castanhal, medindo aproximadamente 15,20 m², com a finalidade específica de abrigar o Posto de Atendimento da Ordem dos Advogados do Brasil, nos moldes delimitados no termo de cessão competente.

2.2 Será nula de pleno direito a utilização para fim diverso do permitido no presente Ato.

3 DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 O CEDENTE não se responsabilizará por qualquer reforma ou preparação que seja necessária à expansão das instalações do Posto de Atendimento.

3.2 A CESSIONÁRIA se responsabilizará por todos os ônus decorrentes dos serviços que vier a contratar por força da execução de obras ou serviços de adaptação de suas instalações, inclusive os relativos aos seus empregados.

3.3 Os serviços ali prestados, respeitadas as normas específicas do setor, deverão funcionar em compatibilidade com o horário de funcionamento do CEDENTE.

3.4 A CESSIONÁRIA não poderá realizar quaisquer serviços de adequação do espaço físico sem aprovação prévia do CEDENTE, a ser formalizada mediante a expedição de ato específico.

3.5 A CESSIONÁRIA será responsável somente pelas despesas com telefone, instalação e conservação de móveis e limpeza do espaço cedido.

4 DOS PRAZOS

4.1 A presente cessão tem prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário oficial da União, tendo inicio e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993.

4.2 A presente Cessão pode ser revogada a qualquer tempo, por interesse público e sem direito a indenização, em face da precariedade do ajuste, verificada pela possibilidade de desfazimento do ato de permissão de uso de bem público a qualquer momento.

4.3 Na hipótese de revogação do ato de cessão, a CESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do local.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O presente ato dará ensejo ao termo de cessão, que compreenderá as delimitações de uso da área e demais normas relativas a sua utilização.

5.2 A presente cessão não poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sob pena de revogação do presente ato.

GRAZIELA LEITE COLARES

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**ACÓRDÃOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR
RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 017/2021 (PAe 000017.31/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.705-056/16) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/interditado. Por unanimidade foi reformada a decisão do Conselho de origem, de Interdição Cautelar Total, para REVOGAÇÃO DA INTERDIÇÃO CAUTELAR TOTAL do exercício profissional do apelante/denunciado, com a devolução imediata da sua carteira profissional, caso tenha sido recolhida, devendo o Processo Ético-Profissional seguir o seu trâmite normal, ainda pendente de julgamento pelo Conselho Federal de Medicina da sanção de Cassação do Exercício Profissional aplicada pelo CREMESP, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de agosto de 2021. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

REMESSA EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 132/2021 (PAe 000132.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.774-270/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer a Remessa De Ofício. Por unanimidade foi confirmada a culpabilidade do denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na alínea "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de julho de 2021. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 042/2021 (PAe 000042.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000114/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 92 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de maio de 2021. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; ANASTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 061/2021 (PAe 000061.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (PEP nº 000002/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade não foi determinada a culpabilidade dos apelados/denunciados, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que os ABSOLVEU, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de maio de 2021. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 069/2021 (PAe 000069.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.960-311/16) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de maio de 2021. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 004/2021 (PAe 000004.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000037/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Por unanimidade foram confirmadas suas culpabilidades e mantida e decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de junho de 2021. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 017/2021 (PAe 000017.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 000074/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 5º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de junho de 2021. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; ANASTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 059/2021 (PAe 000059.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000031/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade foi reconhecida a culpabilidade do apelado/denunciado, o que levou à reforma da Decisão do Conselho de origem, que determinou sua absolvição, para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de junho de 2021. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 098/2021 (PAe 000098.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000128/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º (modalidade negligência) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de junho de 2021. (data do julgamento) HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 105/2021 (PAe 000105.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.945-441/14) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciantes e pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a culpabilidade do apelante/denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (modalidade imprudência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de junho de 2021. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 113/2021 (PAe 000113.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.708-204/14) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de junho de 2021. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 114/2021 (PAe 000114.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.758-254/14) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de junho de 2021. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 109/2021 (PAe 000109.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins (PEP nº 000005/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 51, 58, 111 e 112 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 51, 58, 111 e 112 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de julho de 2021. (data do julgamento) MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Presidente da Sessão; SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 135/2021 (PAe 000135.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000095/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para aplicar-lhe a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 2º, 10 e 30 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10 e 30 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do conselheiro relator. Brasília, 17 de agosto de 2021. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; ESTEVAM RIVELLO ALVES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 175/2021 (PAe 000175.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.595-552/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 12 de agosto de 2021. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

### DELIBERAÇÃO CRCRS Nº 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Homologa a prestação de contas do exercício de 2020.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais, apreciando o processo DEC nº 26-2021, relativo à Prestação de Contas do Exercício de 2020, delibera homologar, por unanimidade, a Prestação de Contas do Exercício de 2020.

CONTADORA ANA TÉRCIA L. RODRIGUES
Presidente do Conselho

### DELIBERAÇÃO CRCRS Nº 59, DE 30 DE JULHO DE 2021

Homologa eleição para substituição da vice-presidência e recomposição da Câmara de Desenvolvimento Profissional.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando a vacância das funções de Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e integrante da Câmara de Desenvolvimento Profissional, em virtude de renúncia de Conselheiros;

Considerando a necessidade de recomposição das funções em conformidade com o disposto pela Resolução CFC nº 1.369-2011 e no Regimento Interno do CRCRS, aprovado pela Resolução CRCRS nº 412-2003;

Considerando a Deliberação CRCRS nº 01-2020, de 06-01-2020, que homologou a eleição da Presidência, das Vice-Presidências e dos integrantes das Câmaras do CRCRS;

Considerando o resultado da votação secreta realizada, nesta data, no Plenário do CRCRS; delibera homologar, por unanimidade, para conclusão do mandato atual, até 31-12-2021:

1) a eleição da Conselheira TATIANI MARGUTTI BROCCA PEDROTTI como Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Coordenadora da Câmara de Desenvolvimento Profissional;

2) a eleição do Conselheiro ARTHUR ROCHA BENEVIDES MAGALHÃES como membro Titular da Câmara de Desenvolvimento Profissional.

ANA TÉRCIA L. RODRIGUES
Presidente doConselho

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO

### RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO CREF20/SE Nº 042/2021, de 18 de junho de 2021, a qual dispõe o procedimento e processamento de interdição e desinterdição de Pessoas Jurídicas pelo CREF20/SE.

Onde se lê: O Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF10/PB; Leia-se: O Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região - CREF20/SE.

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE

### DECISÃO COREN-AC Nº 38, DE 28 DE JULHO DE 2021

Autoriza Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais ao Orçamento para o exercício de 2021, no valor de R$ 291.085,00. Homologado pelo Conselho Federal de Enfermagem por meio da Decisão Cofen nº 113/2021.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Acre - COREN AC, em conjunto com o Primeiro-Secretário, nos termos do estatuto no inciso VI, do art. 15, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973 e tendo em vista o consubstanciado no Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, conforme Resolução COFEN nº 421/2012, de 15 de fevereiro de 2012;

Considerando, o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64;

Considerando o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução COFEN 340/2008;

Considerando, a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

Considerando, a urgência na adoção de providências na esfera orçamentária e financeira;

Considerando ainda, a faculdade delegada ao Presidente do COFEN, constante no inciso XV, do art. 25, do Regimento Interno da Autarquia, no inciso I do artigo 24 da Resolução 340/2008 em conjunto ao artigo 4º da Decisão COFEN 288/2013;

Considerando, por fim, o que consta no Orçamento do exercício corrente, decide:

Art. 1º. Autorizar a abertura de crédito adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 291.085,00 (Duzentos e noventa e um mil e oitenta e cinco reais).

Art. 2º. Os recursos existentes disponíveis para a cobertura dos respectivos créditos adicionais e especiais, são os provenientes de:

a)Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor de R$ 274.930,52 (Duzentos e setenta e quatro mil novecentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos), nos termos preceituados no artigo 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/1964.

Art. 3º Integra a respectiva reformulação orçamentária o quadro demonstrativo da Despesa modificado em face desta Decisão.

Art. 4º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, passa a ser de R$ 1.969.185,50 (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Art. 5º. A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa

JOÃO BATISTA DE LIMA
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

### RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 82 de 05 de agosto de 2021 publicado na página 150 de Terça-feira 10 de agosto de 2021.

Onde se lê: Acordam os Conselheiros do CREFITO 2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de cinco anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator Dr. Diego de Faria Magalhães Torres. Leia-se: Acordam os Conselheiros do CREFITO 2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de quatro anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr Diego de Faria Magalhães Torres.

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PIAUÍ

### RESOLUÇÃO CRMV/PI Nº 5, DE 28 DE JULHO DE 2021

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRMV/PI, no uso da atribuição que lhe confere a letra "r" do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 1204 do CFMV, de 25 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO a exigência de norma que disponha sobre o percentual mínimo para preenchimento de cargos em comissão por servidores de carreira, encontra-se prevista no artigo 37, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a exigência de norma para investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e título, na forma da lei, ressalvadas a hipóteses previstas no artigo 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CONSIDERANDO a declaração proferida pelo Plenário do STF foi declarada a constitucionalidade do artigo 58, parágrafo 3º, da Lei 9.649/1998, que prevê a natureza jurídica da contratação dos empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas é de cunho trabalhista e veda qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da administração pública direta ou indireta;

CONSIDERANDO o inciso XVII do art. 7º da CF/88; CONSIDERANDO o disposto no caput do artigo 15 do Decreto nº 64.704, de 1969;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 968, de 1969;

CONSIDERANDO que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária não recebem subvenção ou transferências à conta do Orçamento da União;

CONSIDERANDO que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária são dotados de recursos próprios e exercem suas atividades com autonomia financeira e administrativa, nos termos do artigo 10 da Lei nº 5.517, de 1968;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, que estabelece os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão na administração pública federal direta, autárquica e fundacional; CONSIDERANDO o teto definido na estrutura de valores estabelecidos na tabela de estrutura de cargos, carreiras e salários do PCCS de 2019 do CRMV/PI;

CONSIDERANDO que o TCU, a partir do Acórdão nº 147/2003-Plenário, firmou o entendimento de que não se afigura razoável exigir que lei de iniciativa do Poder Executivo Federal disponha especificamente sobre a organização de quadros de pessoal dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, bem como reconheceu possuírem tais entidades poder de autogestão, observado o regime jurídico administrativo;

CONSIDERANDO que o TCU, no Acórdão nº 341/2004-Plenário, firmou o entendimento de que os Conselhos Federais, utilizando de seus mecanismos de autogestão, têm a competência de expedir instruções necessárias à definição, inclusive para os Conselhos Regionais, das necessidades peculiares de empregos em comissão, as condições e limites mínimos de provimento por empregado efetivo, observados os ditames Constitucionais;

CONSIDERANDO as Resoluções do CFMV nº 1204/2018 e 1301/2019;

CONSIDERANDO a 350° Sessão Plenária Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO a 406ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a 423ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 28 de julho de 2021;

CONSIDERANDO Conta Orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários, resolve:

Art. 1º - Regulamentar a criação de empregos comissionados e o exercício de funções de confiança no âmbito do CRMV/PI, obedecendo os parâmetros legais e instituídos nesta Resolução.

Art. 2º - O regime jurídico aplicado ao ocupante do emprego comissionado será o da Legislação Trabalhista (CLT), devendo ter a CTPS assinada e fazendo jus ao recolhimento de FGTS, conforme disposto artigo 58, parágrafo 3º, da Lei 9.649/1998, após a declaração de constitucionalidade deste dispositivo proferido pelo Plenário do STF, assim como o disposto nas Resoluções n° 1204/2018 e 1301/2019 do CFMV;

Art. 3º - Em obediência a estrutura administrativa deste CRMV/PI, bem como, a respectiva disponibilidade orçamentária e financeira, regulamentar a criação de empregos comissionados, considerados de livre escolha, designação e dispensa. §1º - A criação, alteração e extinção dos empregos comissionados, bem como a definição dos respectivos salários, serão definidos pelo Plenário deste Conselho e formalizados por Resolução; §2° - Os valores referentes aos cargos comissionados serão definidos pelo Plenário por meio de Portarias; §3º - A descrição das atribuições e o preenchimento das vagas para os referidos empregos são prerrogativas do Presidente do CRMV/PI, devendo constar em Portaria, a ser publicada no Diário Oficial da União (DOU). § 4º - É vedada a ocupação de emprego comissionado por cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos Diretores e Conselheiros, até o terceiro grau. § 5º - Fica estabelecido o percentual destinado aos empregos em comissão a serem preenchidos por empregados públicos efetivos neste CRMV/PI o fixado em no mínimo 30% (trinta por cento) do total de empregos de provimento em comissão, conforme disposto na Resolução n° 1204/18 e n° 1301/19 ambas do CFMV. § 6º - Os empregados cedidos, que tenham ingressado no serviço público mediante concurso público, independentemente do órgão ou da entidade cedente, que forem nomeados para ocupar emprego em comissão, são considerados no percentual destinado aos empregados de carreira, conforme estabelece o § 5º.

Art. 4º - Os empregos comissionados, no âmbito do CRMV/PI, serão destinados às atribuições de assessoramento, chefia e direção. §1º - Nas nomeações para o emprego em comissão é de responsabilidade do postulante prestar as informações previstas no art. 2º do Decreto nº 9.727/2019 e responderá por sua veracidade e sua integridade. §2º - Sem prejuízo de outros requisitos a serem fixados pelo Sistema CFMV/ CRMVs, os empregos comissionados atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:I - Possuir experiência profissional de, no mínimo, dois anos em atividades correlatas às áreas de atuação do sistema CFMV/CRMV's ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo; II - Ter ocupado emprego em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, dois anos; ou III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do emprego ou da função. § 3º Os critérios de tempo de experiência profissional e de ocupação de empregos em comissão ou função de confiança considerarão períodos contínuos e não contínuos.

Art. 5º - O empregado efetivo investido nos cargos a que se refere o artigo 2º poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas: I - A remuneração do emprego em comissão; ou II - a remuneração do emprego efetivo acrescida do percentual de 40% (quarenta por cento) do emprego em comissão.

Art. 6º - As funções de confiança, no âmbito do CRMV/PI, serão exercidas exclusivamente por empregados efetivos do quadro. Parágrafo único: A descrição e nomenclatura das atribuições, a ocupação e os respectivos valores são prerrogativas do Presidente deste Regional, conforme disposto no art. 5° da Resolução n° 1204/2018 do CFMV, devendo constar em Portaria, a ser publicada no DOU.

Art. 7º - Ficam instituídos, no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí - CRMV/PI, os seguintes empregos em comissão:I - 01 (um) Assessor da Presidência; II - 03 (dois) Assessores Administrativos sendo estes: Assessor de Comunicação, Assessor Técnico em Cobranças e Assessor Técnico Administrativo II - 01 (um) Assessor Jurídico Parágrafo Único - A remuneração para os empregos comissionados do CRMV/PI será definida em Plenário e instituída por meio de Portaria sempre que necessário for sua atualização;

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no DOU.

ANÍSIO FERREIRA LIMA NETO
Presidente do Conselho

**RESOLUÇÃO CRMV/PI Nº 6, DE 28 DE JULHO DE 2021**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRMV/PI, no uso da sua atribuição que lhe confere a letra "r" do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 1301 do CFMV, de 20 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a exigência de norma que disponha sobre o percentual mínimo para preenchimento de cargos em comissão por servidores de carreira, encontra-se prevista no artigo 37, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a exigência de norma para investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e título, na forma da lei, ressalvadas a hipóteses previstas no artigo 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a declaração proferida pelo Plenário do STF foi declarada a constitucionalidade do artigo 58, parágrafo 3º, da Lei 9.649/1998, que prevê a natureza jurídica da contratação dos empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas é de cunho trabalhista e veda qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da administração pública direta ou indireta;

CONSIDERANDO o inciso XVII do art. 7º da CF/88;

CONSIDERANDO o disposto no caput do artigo 15 do Decreto nº 64.704, de 1969;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 968, de 1969; CONSIDERANDO que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária não recebem subvenção ou transferências à conta do Orçamento da União;

CONSIDERANDO que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária são dotados de recursos próprios e exercem suas atividades com autonomia financeira e administrativa, nos termos do artigo 10 da Lei nº 5.517, de 1968;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, que estabelece os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão na administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO o teto definido na estrutura de valores estabelecidos na tabela de estrutura de cargos, carreiras e salários do PCCS de 2019 do CRMV/PI;

CONSIDERANDO que o TCU, a partir do Acórdão nº 147/2003-Plenário, firmou o entendimento de que não se afigura razoável exigir que lei de iniciativa do Poder Executivo Federal disponha especificamente sobre a organização de quadros de pessoal dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, bem como reconheceu possuírem tais entidades poder de autogestão, observado o regime jurídico administrativo;

CONSIDERANDO que o TCU, no Acórdão nº 341/2004-Plenário, firmou o entendimento de que os Conselhos Federais, utilizando de seus mecanismos de autogestão, têm a competência de expedir instruções necessárias à definição, inclusive para os Conselhos Regionais, das necessidades peculiares de empregos em comissão, as condições e limites mínimos de provimento por empregado efetivo, observados os ditames Constitucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de confeccionar relatórios, planilhas, informações referentes à organização, ao controle e manutenção dos serviços administrativos, operacionais e de apoio à a diretoria executiva sobre assuntos normativos, auxiliar na Comissão Permanente de Licitação realizando busca de orçamento e pesquisas mercadológicas, provocação de demandas para atender as necessidades da administração referente ao serviços e aquisições necessários ao bom andamento institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de assessorar os demais setores do CRMV-PI em todas as ações que envolvam organização dos procedimentos internos referente aos serviços necessários ao funcionamento da autarquia;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar e editar planilhas e outros informativos internos;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar e organizar os procedimentos internos do CRMV-PI, visando facilitar a comunicação entre os colaboradores do CRMV-PI e a necessidade de uma celeridade na resolução das demandas internas;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar os procedimentos relativos eficácia na realização de memorandos referentes a serviços e bens a serem constituídos no âmbito do CRMV-PI;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e revisar as informações a serem disponibilizadas pelo CRMV-PI no sistema interno SISCAD, sob o enfoque da atualização cadastral e regularidade dos inscritos perante suas obrigações fiscais;

CONSIDERANDO a necessidade de exercer outras atividades fins;

CONSIDERANDO os Acórdãos nºs 341/2004 e 1.925/2019, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU; CONSIDERANDO a 423 ª Sessão Plenária Ordinária do CRMV-PI, realizada em 28 de julho de 2021; Considerando Conta Orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários resolve:

Art. 1º Criar o cargo em comissão Assessor Técnico Administrativo do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí - CRMV/PI;

Art. 2º A remuneração do Assessor Técnico em Cobranças será definida em Plenário e não será inferior a 1,5 salários-mínimos mensais; §1º O ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo deverá possuir diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação nível superior em Administração, Contabilidade ou Direito fornecido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). §2º Respeitado o disposto no parágrafo anterior é de livre escolha do Presidente do CRMV/PI, mediante Portaria, a indicação do ocupante do cargo de Assessor Técnico Administrativo vedada a indicação de ocupante do referido cargo a cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos Conselheiros até o terceiro grau, salvo se ocupante de emprego público no próprio CRMV/PI. §3º Incidirão sobre o valor da remuneração todos os descontos previstos em lei. §4º O ocupante do cargo de Assessor Técnico Administrativo é demissível ad nutum, isto é, não há necessidade de processo administrativo nem de qualquer motivação para a exoneração do cargo. §5º O Assessor Técnico Administrativo não fará jus a aviso prévio e nem a multa de 40% referente ao FGTS no ato de exoneração; §6º O Assessor Técnico Administrativo terá direito a férias conforme disposto no art. 130-A da CLT; §7º No caso de solicitação de desligamento por parte do Assessor este deverá comunicá-la ao CRMV/PI por escrito devendo permanecer no cargo por até 15 (quinze) dias, se no interesse do CRMV/PI, recebendo a remuneração proporcional a esse período. §8º O reajuste da remuneração dar-se-á anualmente tomando-se como referência o IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º - O Assessor Técnico Administrativo submeter-se-á a regime de integral dedicação ao serviço, inclusive, podendo ser convocado sempre que houver interesse do CRMV/PI.

Art. 4º São funções do Assessor Técnico Administrativo: §1º - Elaborar planilhas, atualizar do sistema interno SISCAD, coordenar, apoiar e avaliar as ações internas para atender as necessidades do CRMV/PI; §2º - Auxiliar nas demandas da Comissão Permanente de Licitação quando solicitado, através de pesquisas mercadológicas de orçamentos para contratação de serviços e ou aquisição de bens duráveis ou não duráveis; §3º - Emissão e atualização de relatórios administrativos; §4º -Atendimento aos inscritos, via telefone ou e-mail; §5° - Auxiliar e dar apoio a qualquer demanda que a Diretoria necessite; §6º - Remessa mensal via relatórios referentes aos apoios buscados pelos demais setores e suas variadas demandas;

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no DOU.

ANÍSIO FERREIRA LIMA NETO
Presidente do Conselho

**RESOLUÇÃO CRMV/PI Nº 7, DE 28 DE JULHO DE 2021**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRMV/PI, no uso da atribuição que lhe confere a letra "a" do art. 18 da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 c/c letra "r" do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 1707 do CFMV, de 14 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO o art. 17 do Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969;

CONSIDERANDO o disposto no §3º, artigo 2º, da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO o estabelecido no § 3º do art. 2º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, que autoriza os Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas a normatizarem a concessão de diárias, jetons e auxílios representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 5.708, de 4 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a concessão de gratificação de presença pela participação em órgãos de deliberação coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar normas e definir critérios para o pagamento de jetons a Conselheiros Efetivos e Diretores deste CRMV-PI;

CONSIDERANDO a Resolução n° 800 de 5 de agosto de 2005 Conselho Federal de Medicina Veterinária;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFMV nº 1.212, de 10 de maio de 2018, que disciplina a concessão de jeton e dá outras providências no âmbito da autarquia;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFMV nº 1.217, de 27 de junho de 2018, que disciplina a concessão de jeton e dá outras providências no âmbito da autarquia;

CONSIDERANDO a 423ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 28 de julho de 2021,resolve:

Art. 1º - Normatizar o pagamento de JETON aos Conselheiros pela participação em Sessão de deliberação coletiva, seja ela Sessão Plenária Ordinária, Extraordinária ou Especial de Julgamento no âmbito do CRMV/PI; §1º O valor referente ao pagamento do jeton será de R$250,00 (Duzentos e cinquenta reais) e fica instituído que as atualizações futuras serão realizadas por meio de Portaria instituída pelo Presidente em exercício deste Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí, após análise prévia no Pleno, observadas as alterações referentes as Resoluções n°1217/2018, n° 1347/2020; § 2º O número de sessões de deliberação coletiva que ensejará o pagamento de jeton será no máximo de: I- 1 (uma) Sessão Ordinária do Pleno, por mês; II-3 (três) Sessões Especiais de Julgamento de processos ético-disciplinares, por mês. § 3º O jeton será pago para cada dia de participação, não por evento, observado o limite de 8 (oito) dias por mês;§ 4º Os limites definidos nos §§2º e 3º deste artigo não se aplicam às Sessões Plenárias Extraordinárias, mantida a regra de pagamento por dia de participação.§ 5º - O Conselheiro Suplente, que vier a substituir Conselheiro Efetivo, fará jus ao recebimento de JETON, na forma estabelecida no caput deste artigo.§ 6º - A concessão de JETON não caracteriza qualquer forma de remuneração pelos serviços prestados ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí (CRMV-PI), não gerando ao beneficiário nenhum direito de natureza trabalhista ou civil.

Art. 2º - São obrigatórios para compor os autos do processo de pagamento de JETON, os seguintes documentos: I - Autorização de pagamento da Presidência; II - Convocação do Conselheiro; III - Cópia do documento de confirmação da presença na sessão; IV - Cópia do cheque V - Recibo ou Comprovante de depósito do pagamento do jeton.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no DOU.

ANÍSIO FERREIRA LIMA NETO
Presidente do Conselho

**RESOLUÇÃO CRMV/PI Nº 8, DE 28 DE JULHO DE 2021**

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRMV-PI, no uso da atribuição que lhe confere a letra "r" do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 1204 do CFMV, de 25 de janeiro de 2018 com alterações através da Resolução nº 1.301, de 20 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO o art. 1º da Resolução CFMV nº 666, de 10/08/2000;

CONSIDERANDO os princípios da administração pública, previstos no art. 37º da CF/88; CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções n° 1204/2018 e 1301/2019 ambas do CFMV;

CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar, no âmbito deste CRMV/PI, o pagamento de diárias, bem como o ressarcimento de despesas havidas com combustíveis e lubrificantes, utilizados em viagens realizadas no interesse da Autarquia, em veículo a ela não pertencente;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o valor das diárias a ser pago decorrente de viagem a serviço do CRMV/PI, por convocação ou designação, em reuniões, congressos, conferências, exposições, solenidades, simpósios, auditorias, consultorias, assessorias e/ou outro qualquer evento, será fixado por portaria da Presidência, - independentemente de comprovação dos gastos;

CONSIDERANDO a 423ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 28 de julho de 2021;

CONSIDERANDO os limites da autonomia administrativa e financeira que a lei lhes faculta, de acordo com disponibilidades financeiras e previsão de receita orçamentária deste CRMV/PI; resolve:

Art. 1º - Fixar os seguintes valores para as diárias no âmbito do Território Estadual e Nacional: DENTRO DO ESTADO DO PIAUÍ: Diretoria / Conselheiros / Convidados / Assessoria da Presidência /Assessoria Jurídica: R$ 400,00 (Quatrocentos reais); Administrativo: R$ 280,00 (Duzentos e oitenta reais) FORA DO ESTADO DO PIAUÍ: Diretoria/Conselheiros/Convidados/Assessoria da Presidência/Assessoria Jurídica: R$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais); Administrativo R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais);

Art. 2º - Fixar os valores das diárias para viagens fora do território nacional, independentemente do destino, realizadas por Diretores, Conselheiros, membros de Comissão e representantes do CRMV/PI, em US$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta) dólares americanos. Parágrafo único. Aos valores estipulados neste artigo deverá ser acrescentado o percentual da taxa sob operações de câmbio cobrada pela agência bancária;

Art. 3º - Será concedido ao beneficiário adicional de embarque e desembarque destinado a cobrir despesas de deslocamento do lugar de embarque ou desembarque ao local de trabalho ou ao local de hospedagem, quando da concessão de diárias; § 1º O adicional de que trata este artigo terá valor correspondente a 50%(cinquenta por cento) do valor da diária. § 2º O adicional de embarque e desembarque tem caráter indenizatório e é devido pelos serviços externos, em valor único;

Art. 4º - Para fins de autorização de concessão de diária, sua prorrogação, fica instituído o preenchimento do formulário que constitui o anexo I da Resolução n° 666/2000 do CFMV. Parágrafo único. Em caso de diferença, no cálculo das diárias ou prorrogação do período anteriormente autorizado, deverá ser emitida autorização de diária (anexo I) preenchendo no campo OBSERVAÇÕES a que diária se refere `a complementação.

Art. 5° - A devolução do bilhete rodoviário ou aéreo, acompanhado do cartão de embarque, é obrigatória, quando emitidos pelos CFMV/CRMVs, procedimento este, que deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do retorno do beneficiário à origem. § 1º Em caso de extravio do bilhete ou cartão de embarque, deverá ser apresentada declaração da empresa aérea onde conste trecho viajado, a hora e dia do embarque, e, número do vôo, no caso de bilhete aéreo. § 2º. É vedada a emissão de bilhete aéreo, rodoviário e/ou diárias, bem como ressarcimento de despesas aos que descumprirem o estabelecido na Resolução n° 666/2000 do CFMV; § 3º. No caso de emissão de bilhete através de tíquete eletrônico fica dispensada a devolução do bilhete.

Art. 6º Deverá compor os autos do processo de concessão de diárias: I - Autorização de diária (anexo I); II - Recibo de diária (anexo II); III - Comprovante de embarque ou declaração de viagem da companhia aérea ou comprovante de bilhete rodoviário utilizado ou relatório de viagem (anexo III, da Resolução n° 666/2000 do CFMV) ou a prestação de contas do adiantamento de viagem para despesas com combustível, conforme o caso.

Art. 7º Caso o deslocamento se realize por meio próprio, ou seja, em veículo não pertencente à Autarquia, o beneficiário fará jus ao recebimento de 30% (trinta por cento) sobre o valor do litro da gasolina e de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do litro do álcool, do diesel e do metro cúbico do gás natural, vigentes à época do deslocamento, por quilômetro efetivamente rodado, nada mais sendo devido ao beneficiário a qualquer título, observado o disposto na Resolução n° 666/2000 do CFMV no tocante a este dispositivo;

Art. 8° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se a Portaria CRMV-PI nº 034 de 05 de novembro de 2019

ANÍSIO FERREIRA LIMA NETO
Presidente do Conselho

**RESOLUÇÃO CRMV/PI Nº 9, DE 28 DE JULHO DE 2021**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRMV/PI, no uso da atribuição que lhe confere a letra "a" do art. 18, da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 c/c letra "r" do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 1707 do CFMV, de 14 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO o 17 do Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 11, alíneas "b" e "h", da Resolução CFMV nº 591, de 26 de junho de 1992;

CONSIDERANDO o disposto no §3º, artigo 2º, da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO a 423ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 28 de julho de 2021;

CONSIDERANDO a Conta Orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários, resolve:

Art. 1º - Será devida aos Diretores, Conselheiros e membros de Comissão do CRMV/PI, verba indenizatória pelos gastos decorrentes da utilização de veículo próprio para atender a demanda inerente ao exercício da função pública, vedada a acumulação com diária, verba de representação e JETON. Observadas as seguintes disposições: I - Distância entre o domicílio e local do exercício da função;II - Necessidades especiais decorrentes das peculiaridades regionais; III - Disponibilidade orçamentárias e situações econômico - financeiras; §1° A despesa relacionada no caput fica isenta de prestação de contas, sendo necessário apenas o atesto passado por um Diretor de que o beneficiário da verba indenizatória esteve no exercício da função pública no CRMV/PI na data a que se refere a indenização. §2º A verba indenizatória tem como objetivo indenizar os gastos com locomoção e refeição na cidade de origem, não sendo acumulável com diárias. § 3º Cada representante terá direito a receber 1 (uma) verba por dia, limitadas a 10 (dez) por mês. § 4º O pagamento da verba indenizatória está condicionado à prévia, expressa e formal nomeação ou designação, bem como à apresentação do relatório de participação, sendo dispensado o ato de nomeação ou designação quando o Representante for o próprio Presidente. § 5º A participação de Conselheiros, inclusive Diretores, em Sessões Plenárias, Ordinárias ou Extraordinárias, Sessões de Julgamento e Reuniões de Diretoria Executiva, bem como o exercício das atividades ordinárias, não se considera atividade representativa, portanto, não faz jus ao benefício supra.

Art. 2° No âmbito do CRMV/PI, fixa-se o valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a título de pagamento da verba de representação: §1° O valor destinado a verba indenizatória e seu pagamento está condicionado à prévia, expressa e formal convocação da Presidência, bem como a apresentação do relatório das atividades exercidas pelo representante designado, sendo dispensado deste ato se e somente se o representante for o próprio Presidente do CRMV/PI; §2° O valor destinado ao pagamento da verba de representação será ficado em Portaria, em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do CRMV/PI.

Art. 3° - Deverá compor os autos do processo de pagamento de verba indenizatória:I - Documento de convocação nos termos do §4° do artigo 1°.II - Autorização de pagamento pela presidência III - recibo ou comprovante de depósito na data do pagamento ao beneficiário, da verba indenizatória; IV - Relatório de atividade do beneficiário na data a que se refere a indenização, exceto se o representante do CRMV/PI for o próprio Presidente.

Art.4°- Para os casos em que ocorra evento em que seja necessária a presença de um representante legal do CRMV/PI, dever-se-á observar o disposto na legislação pertinente ao pagamento de valores alusivos a viagens a serviço de interesse do CRMV/PI. Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no DOU.

ANÍSIO FERREIRA LIMA NETO
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO MARANHÃO

**RESOLUÇÃO CRMV/MA Nº 5, DE 19 DE AGOSTO DE 2021**

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Maranhão - CRMV/MA, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "r" do artigo 4º do Regimento Interno baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV; Considerando a autonomia administrativa e financeira prevista no art. 10 da Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968; Considerando que o TCU, a exemplo do Acórdão nº 147/2003-Plenário, firmou o entendimento de que os Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional possuem poder de autogestão, observado o regime jurídico administrativo; Considerando a deliberação da Presidente, ad referendum ao Plenário do CRMV/MA, em 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do art. 2º, caput e seus parágrafos 2º, 5º e 6º da Resolução CRMV/MA nº 2º, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 2º, caput, da Resolução CRMV/MA nº 2º, de 02 de janeiro de 2017, para a seguinte: "Art. 2º A remuneração do cargo de Assessor Administrativo será no valor de R$2.200,00 ( dois mil e duzentos reais) mensais e terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais."

Art. 3º Fica alterada a redação do §2º do art. 2º da Resolução CRMV/MA nº 2º, de 02 de janeiro de 2017, para a seguinte: "§ 2º Respeitado o disposto no parágrafo anterior, é de livre escolha do(a) Presidente do CRMV/MA, mediante Portaria, a indicação do ocupante do cargo de Assessor Administrativo, vedada a indicação de cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos Diretores e Conselheiros do CRMV/MA".

Art. 4º Fica alterada a redação do §5º do art. 2º da Resolução CRMV/MA nº 2º, de 02 de janeiro de 2017, para a seguinte: "§ 5º O Assessor Administrativo não fará jus ao recebimento de horas extras, bem como de aviso prévio e multa de 40% do FGTS no caso de exoneração."

Art. 5º Fica alterada a redação do §6º do art. 2º da Resolução CRMV/MA nº 2º, de 02 de janeiro de 2017, para a seguinte: "§6º Além da remuneração, o Assessor Administrativo terá direito ao 13º salário, às férias e, observando a previsão do parágrafo anterior, ao recolhimento do FGTS."

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

FRANCISCA NEIDE COSTA
Presidente do Conselho

ANA FABÍOLA L. F. DA SILVA
Secretária Geral

